

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**SANDRO ARAMIS RICHTER GOMES**

**PARENTELAS, PARTIDOS E TRANSIÇÃO POLÍTICA: MUDANÇAS NA  
GESTÃO DE DIRETÓRIOS PARTIDÁRIOS E NA ATUAÇÃO POLÍTICA  
DAS ELITES REGIONAIS NA PASSAGEM DO IMPÉRIO PARA A  
REPÚBLICA (PARANÁ, c. 1853-c. 1926)**

**CURITIBA**

**2017**

**SANDRO ARAMIS RICHTER GOMES**

**PARENTELAS, PARTIDOS E TRANSIÇÃO POLÍTICA: MUDANÇAS NA  
GESTÃO DE DIRETÓRIOS PARTIDÁRIOS E NA ATUAÇÃO POLÍTICA  
DAS ELITES REGIONAIS NA PASSAGEM DO IMPÉRIO PARA A  
REPÚBLICA (PARANÁ, c. 1853-c. 1926)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em História.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Alberto Medeiros Lima

**CURITIBA**

**2017**

Gomes, Sandro Aramis Richter

Parentelas, partidos e transição política: mudanças na gestão de diretórios partidários e na atuação política das elites regionais na passagem do Império para a República (Paraná, c. 1853-c. 1926) / Sandro Aramis Richter Gomes – Curitiba, 2017.

632 f.; 29 cm.

Orientador: Carlos Alberto Medeiros Lima

Tese (Doutorado em História) – Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná.

CDD 320.981

1. Partido Republicano (Brasil). 2 Brasil - Política e governo. 3. Elites políticas. 4. Brasil – História - 1853-1926. I. Título.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
Setor CIÊNCIAS HUMANAS  
Programa de Pós Graduação em HISTÓRIA  
Código CAPES: 40001016009P0

### TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em HISTÓRIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Tese de Doutorado de **SANDRO ARAMIS RICHTER GOMES**, intitulada: "**Parentelas, partidos e transição política: mudanças na gestão de diretórios partidários e na atuação política das elites regionais na passagem do Império para a República (Paraná, c. 1853-c. 1926)**", após terem inquirido o aluno e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO.

CURITIBA, 23 de Fevereiro de 2017.

*Carlos Alberto Meeiros Lima*

CARLOS ALBERTO MEDEIROS LIMA  
Presidente da Banca Examinadora (UFPR)

*Hilton Costa*  
HILTON COSTA

Avaliador Externo (UEM)

*Renato Monseff Perissinotto*  
RENATO MONSEFF PERISSINOTTO

Avaliador Externo (UFPR)

*Ricardo Costa de Oliveira*  
RICARDO COSTA DE OLIVEIRA

Avaliador Externo (UFPR)

*Rafael Augustus Sêga*  
RAFAEL AUGUSTUS SÊGA

Avaliador Externo (UTFPR)



## AGRADECIMENTOS

Aos meus familiares e, em particular, aos meus pais, agradeço por apoiarem de forma incondicional o desenvolvimento dos meus estudos e da minha vida profissional.

Ao professor Carlos Alberto Medeiros Lima, sou grato pela sua disposição de orientar os trabalhos acadêmicos que desenvolvi da graduação ao doutorado. O meu amadurecimento no campo da pesquisa histórica é decorrente, em grande medida, da segura orientação do professor Lima.

Aos professores Renato Monseff Perissinotto e Ricardo Costa de Oliveira, sou grato por terem aceitado o convite para participar das bancas de qualificação e defesa desta tese. Agradeço aos professores Hilton Costa e Rafael Augustus Sêga pela participação na banca de defesa deste trabalho. As relevantes críticas e sugestões que eles realizaram sobre a minha pesquisa foram decisivas para a preparação da versão final desta tese.

Aos colegas e professores do curso de Doutorado, na Linha de Pesquisa *Espaço e Sociabilidades*, agradeço pela disposição de acompanhar, com pertinentes sugestões, a etapa inicial do trabalho agora concluído.

Ao professor André Luiz Moscaleski Cavazzani, agradeço pela disposição de debater e produzir comigo estudos referentes à história social do litoral paranaense. Essa parceria foi sobretudo importante para o aprimoramento da minha formação como historiador.

À Capes, agradeço pela concessão da bolsa de estudos entre os anos de 2014 e 2017.

## RESUMO

Nesta tese é realizada uma investigação acerca dos processos de criação e reorganização de diretórios partidários regionais na passagem do Império para a República. Nesse quadro, o presente estudo comporta uma análise sobre as formas pelas quais as elites regionais executaram os planos da elite imperial atinentes à consolidação de regras e ritos para o funcionamento de diretórios partidários. O argumento central sustentado nesta tese consiste na afirmação de que as elites regionais possuíram ampla autonomia para gerir o processo de mudança nos modos de gestão dos diretórios. Essa autonomia foi a responsável por inviabilizar a homogeneidade das formas de funcionamento desses órgãos partidários. A elite imperial não exerceu decisivo controle sobre a gerência dos partidos em âmbito provincial. A partir da década de 1870, as elites regionais (conservadoras e liberais) consolidaram-se na condição de principais definidoras dos modelos de gestão partidária no Brasil. Assim, os projetos de reorganização partidária concebidos por líderes dos partidos Conservador e Liberal não ocasionaram a afirmação do domínio político da elite imperial sobre as elites regionais. Antes, essas elites foram as controladoras da execução dos referidos projetos. Nessa condição, elas criaram distintos formatos de administração partidária. Nesta tese, portanto, demonstra-se que a história política do Segundo Reinado foi marcada, em distintas províncias, por contínuos processos de criação e dissolução de diretórios. O Segundo Reinado foi a época na qual as elites regionais, sob a circunstancial vigilância da elite imperial, mobilizaram-se para criar diretórios partidários. A administração dos diretórios partidários não era isenta de regras acerca da resolução de conflitos internos e deliberações para a definição de candidaturas. Dessa forma, os diretórios regionais não eram órgão anômicos. Contudo, esses órgãos eram administrados de forma oligárquica. Esse caráter oligárquico permaneceu durante o período republicano. O fato de os principais partidos da Primeira República serem estaduais indica a permanência da força das elites regionais sobre a gestão partidária no Brasil. Ou seja, na Primeira República ocorreu a plena realização do modelo de gestão partidária descentralizado. O desenvolvimento desta abordagem é realizado por meio da investigação do envolvimento de membros de duas parentelas (Correia e Guimarães) na gestão de diretórios partidários no Estado do Paraná, no período que abarca os anos de 1853 e 1926. O ano de 1853 refere-se ao momento da criação da Província do Paraná. O ano de 1926, por seu turno, é o marco final do processo de retorno de membros dessas parentelas ao grupo governista do Paraná. Por meio do estudo da trajetória de integrantes dessas parentelas, torna-se possível reconhecer a natureza do envolvimento das elites regionais no processo de reorganização de diretórios à época do Império. Ao mesmo tempo, esse estudo também viabiliza a compreensão a respeito das condições de inserção das antigas elites provinciais na construção dos quadros partidários da Primeira República. Nesse âmbito, demonstra-se que os chefes partidários pertencentes àquelas parentelas lideraram a reorganização de diretórios na Província do Paraná. O modelo oligárquico de gestão partidária que eles imprimiram a esses diretórios criou obstáculos ao surgimento de lideranças políticas. Em seguida, será demonstrado que os membros dessas parentelas, quando fundaram partidos de oposição na Primeira República, permaneceram apegados aos modelos de gestão partidária de natureza oligárquica.

**Palavras-chave:** diretórios partidários; elites regionais; parentelas; transição política.

## ABSTRACT

In this dissertation is carried out an investigation about the process of creation and reorganization of regional political party committees in Brazil, in the from Empire from the Republic. In this context, the present study includes an analyses of the ways in which the regional elites executed the plans of imperial elite concerning the consolidation of rules and rites for the functioning of political party committees. The central argument supported by this dissertation is the assertion that the regional elites have wide autonomy to manage the process of change in the management modes of the political party committees. This autonomy was responsible for making the homogeneity of the functioning of these party organs unfeasible. The imperial elite did not exercise decisive control over the management models in Brazil. Thus, party reorganization projects designed by leaders of the Conservative and Liberal parties did not bring about the affirmation of the political dominance of the imperial elite over regional elites. Previously, these elites were the controllers of the execution these projects. In this condition, they created distinct forms of party administration. In this dissertation, therefore, it is demonstrated that the political history of Second Reign was marked, in different provinces, by continuous process of creation and dissolution of political party committees. The Second Reign was the time when regional elites, under the circumstantial vigilance of imperial elite, mobilized to create political party committees. The administration of these committees was not exempt of rules about the resolution of internal conflicts and deliberations for de definition of candidacies. In this way, the regional political party committees were not anomic organs. However, they were administered in a non-democratic way. This oligarchic character remained during the republic period. That is, in the First Republic occurred the full realization of the model decentralized party management. The development of this approach is carried out through the investigation of the involvement of members of two families (Correia and Guimarães) in the management of political party committees in the State of Paraná. The oligarchic model of party management that they have imprinted on these political party committees has created obstacles to the emergence of political leadership. It will then be show that the members of these kinsmen, when they founded opposition parties in the First Republic, remained attached to models of party management of an oligarch nature.

**Keywords:** kinship relations; political party committees; political transition; regional elites.

## SUMÁRIO

<b>Introdução.....</b>	<b>10</b>
<b>Capítulo 1. Absorção de correligionários, órgãos estatais e quadros partidários: o Partido Liberal na formação do jogo político paranaense.....</b>	<b>40</b>
1.1. A atuação de políticos veteranos e novatos no princípio da vida política regional: a absorção de correligionários aos quadros do Partido Liberal paranaense.....	43
1.1.1. Poder econômico e incorporação aos quadros partidários: a absorção do Barão de Antonina ao Partido Liberal paranaense.....	44
1.2. O processo de inserção de um antigo agente estatal na vida política do Paraná: Zacarias de Góis e Vasconcelos e os potentados políticos da província.....	59
1.2.1. As lideranças nacionais do Partido Liberal e a eleição parlamentar de 1862 no Paraná: a neutralização de potentados regionais.....	71
1.3. A célere conquista do comando partidário: Manuel Alves de Araújo e os diretórios liberais da região litorânea.....	90
1.4. A criação do Centro Liberal e suas implicações na gestão do Partido Liberal nas províncias.....	118
1.5. Os adventícios na vida interna do Partido Liberal: o caso de Joaquim Dias da Rocha.....	129
1.5.1. A competição interna ao Partido Liberal paranaense e os fatores do esgotamento de carreiras políticas: o caso de Sérgio Francisco de Souza Castro.....	142
1.5.2. Elite paranaense, o Centro Liberal e a natureza da autonomia administrativa dos chefes liberais nas províncias.....	145
<b>Conclusões parciais.....</b>	<b>157</b>
<b>Capítulo 2. A organização do Partido Conservador no Paraná: aspectos da vida interna dos diretórios e da natureza das divergências entre os seus componentes.....</b>	<b>159</b>
2.1. Absorção de correligionários aos quadros do Partido Conservador paranaense: o princípio das diferenças sociais entre os correligionários de Curitiba e Paranaguá.....	160
2.1.1. Formação superior, cargos comissionados e relações familiares: os irmãos Ferreira de Abreu e os processos de absorção de políticos adventícios ao Partido Conservador Paranaense.....	160
2.1.2. A União Conservadora e a reorganização do Partido Conservador nas províncias: análise a partir do caso de Antônio Cândido Ferreira de Abreu.....	181
2.1.3. Os conservadores do Paraná e a reorganização local do partido.....	203
2.2. Competição política e mudança partidária: as tensões entre o adventício Joaquim Inácio Silveira da Motta e os chefes políticos do Paraná.....	212
<b>Conclusões parciais.....</b>	<b>225</b>
<b>Capítulo 3. Parentelas, oportunidades sociais e organização partidária: as famílias Correia e Guimarães e os fatores das diferenças de sua participação no cenário político do Paraná.....</b>	<b>226</b>
3.1 – A região litorânea, os negociantes e a construção de um destino político: a família Guimarães e as implicações de sua atividade política.....	227
3.1.1. O futuro Visconde de Nácar e a natureza da atividade política da elite mercantil do litoral paranaense: os esquemas de nomeações para cargos públicos.....	228



3.1.2. A criação do Paraná, os potentados do litoral e a vida partidária: o futuro Visconde de Nácar e a atuação política de chefes locais do Partido Conservador.....	234
3.2. Destinos sociais e políticos de descendentes de um chefe do Partido Conservador: os percursos de Claro Américo Guimarães e Joaquim Antônio Guimarães.....	246
3.3. Formação jurídica e oportunidades políticas: a família Correia e o princípio de um processo de transição do comando no Partido Conservador paranaense.....	266
3.3.1. Dos malogros eleitorais à conquista de espaço na gestão dos esquemas eleitorais do Partido Conservador na província: o caso de Manuel Francisco Correia.....	267
3.3.2. Manuel Francisco Correia e a conjuntura política do final dos anos 1860: fatores do fim dos insucessos eleitorais.....	280
3.3.3. Atividade parlamentar, nomeações imperiais e interferência na gestão de diretório partidário: o caso de Francisco Ferreira Correia.....	296
3.4. Cargos comissionados e confrontos partidários: implicações do envolvimento de Francisco Ferreira Correia em contendas políticas locais.....	302
3.4.1. O cargo de presidente de província e sua influência política: a inserção de Francisco Correia na vida partidária do Espírito Santo e Santa Catarina.....	315
3.5. A inserção de Manuel Eufrásio em políticas de nomeações provinciais e na gestão do diretório conservador de Paranaguá.....	330
<b>Conclusões parciais.....</b>	<b>361</b>

**Capítulo 4. Transição do comando partidário e composição social de diretórios regionais: a atuação política das famílias Correia e Guimarães no ocaso do Império.....**

4.1. Disciplina partidária e dinâmica política das províncias: o Partido Liberal do Paraná e os limites da implantação de regras atinentes à vida interna da agremiação.....	364
4.2. A interferência das relações familiares na vida política: obstáculos à consolidação de uma liturgia partidária no Paraná.....	386
4.3. O Partido Conservador do Paraná e o fim do Império: a vida interna dos diretórios e a desunião dos correligionários.....	410
4.3.1. Bacharéis, negociantes e a dissidência no Partido Conservador do Paraná nos anos 1880.....	430
4.4. Partido Conservador, política municipal e dominação social: a família Guimarães e o ocaso do Império.....	460
4.4.1. Gestão partidária e cisão de correligionários: o Visconde de Nácar e o Partido Conservador no litoral do Paraná nos últimos anos do Império.....	468
4.5. A família Correia, os Gabinetes conservadores e a influência na política paranaense.....	482
<b>Conclusões parciais.....</b>	<b>503</b>

**Capítulo 5. Organização da vida partidária republicana e destinos políticos das elites provinciais: o jogo partidário paranaense no limiar da Primeira República.....**

5.1. – A organização dos diretórios partidários no princípio da Primeira República: os níveis federal, estadual e municipal.....	507
5.2. A família Guimarães e os destinos sociais e políticos de membros da elite provincial paranaense.....	535
5.2.1 – João Guilherme Guimarães e os fatores do esgotamento da carreira política das lideranças locais.....	548

5.3. A família Guimarães e as limitações da atividade política dos opositores no Paraná.....	559
5.4. Isolamento e adesão política: os destinos sociais e políticos de membros da família Correia.....	591
5.4.1 – A carência de apoio político e a inserção em esquemas de nomeações federais: o caso de Manuel Francisco Correia.....	592
5.4.2. Deserção e retorno à ordem governista: o caso de Leôncio Correia.....	604
<b>Conclusões parciais.....</b>	<b>613</b>
<b>Considerações finais.....</b>	<b>614</b>
<b>Fontes.....</b>	<b>619</b>
<b>Referências bibliográficas.....</b>	<b>620</b>

## Introdução

Nesta tese é empreendida uma investigação acerca do envolvimento das elites regionais brasileiras na gestão de diretórios partidários, no período que abrange o Segundo Reinado e a Primeira República. A atenção a esse envolvimento é operacional para a compreensão sobre o modo como essas elites executaram os planos de lideranças políticas nacionais (conservadoras e liberais) para a implantação de uma vida partidária regrada nas províncias do Império. O estudo da atuação política das elites regionais possibilita evidenciar que a ausência de partidos nacionais duradouros na Primeira República foi uma consequência da autonomia conquistada por essas elites, ao tempo do Segundo Reinado, para controlar a gestão de diretórios.

O estudo sobre os distintos formatos e modos de gestão de diretórios partidários é realizado no decorrer de tese com especial ênfase ao caso do Estado do Paraná. Entretanto, o emprego do método comparativo é desenvolvido ao longo deste estudo com a finalidade de evidenciar as semelhanças e diferenças acerca das formas administração de diretórios partidários em distintas províncias. Assim, a comparação é funcional para salientar a ausência de homogeneidade dos modelos de gestão partidária à época do Segundo Reinado.

Nesse quadro, argumenta-se que a partir da década de 1870 as elites regionais conquistaram ampla autonomia para gerir os diretórios partidários. Assim, os planos da elite imperial de reorganização partidária não resultaram na definição de um modelo unificado de gestão de diretórios. Antes, essa reorganização ocasionou o fortalecimento político das elites regionais, visto que se tornaram as executoras da tarefa de implantar um modelo de gestão partidária estável e regrado.

Dessa forma, trata-se de demonstrar que as elites regionais foram os agentes fundamentais para a implantação de um modelo de administração partidária no Segundo Reinado. Na Primeira República, elas permaneceram na condição de principais formuladoras de regras de administração de diretórios partidários. Por conseguinte, nas primeiras décadas da República não houve partidos nacionais consistentes e duradouros. Os partidos nacionais que existiram nesse contexto eram inclinados a aplicar um modelo de gestão similar àquele concebido pelos partidos estaduais. Em suma, trata-se de demonstrar que o Segundo Reinado é o período da gênese da consolidação das elites regionais na posição de controladoras das formas de gestão partidária.

A ampla autonomia das elites regionais para administrar diretórios implicou a criação de distintos modelos de gestão partidária nas províncias do Império. Nesse sentido, a reorganização de diretórios partidários não foi, em todos os casos, inviabilizada pelos interesses políticos dos potentados. Em determinadas circunstâncias, houve a implantação de formas de gestão de diretórios nas quais a influência dos potentados era mais atenuada. Nesse âmbito, trata-se de salientar que a história política do Segundo Reinado foi marcada por contínuas e multifacetadas iniciativas de reorganização dos partidos no âmbito provincial. Os dirigentes nacionais dos partidos monárquicos não exerceram controle severo sobre a administração dos partidos no âmbito provincial.

A consolidação do processo de formalização da vida interna dos partidos ocorreu somente na Primeira República. Ou seja, a conquista de uma gestão partidária estável no Brasil foi consolidada ao tempo do fortalecimento dos partidos estaduais. Porém, a administração dos partidos monárquicos não foi marcada pela ausência de regras. Antes, ela foi caracterizada por contínuas mudanças que tornaram mais previsível a função e as atividades dos diretórios. Essas mudanças não neutralizaram o caráter oligárquico da gestão partidária executada pelos potentados. Esse caráter foi mantido no período republicano.

A investigação realizada nesta tese é concernente a um tema que não obteve relevante atenção da historiografia – o funcionamento de órgãos partidários em províncias brasileiras na passagem do Império para a República. Nesse sentido, os estudos sobre a vida política dos referidos períodos históricos dedicam especial atenção à análise do pensamento e da atividade política de lideranças partidárias nacionais.<sup>1</sup> Tal vertente de análise possibilita o entendimento acerca dos modelos de Estado preconizados pelas lideranças políticas da época do Império e da Primeira República.<sup>2</sup> Entretanto, mantém-se em estágio incipiente a compreensão sobre a participação das elites regionais no processo de interiorização dos partidos.

---

<sup>1</sup> O estudo sobre aspectos do pensamento político desenvolvido no Brasil oitocentista mantém-se central na historiografia brasileira. Para o conhecimento acerca da natureza dessa vertente de estudos, ALONSO, Ângela. *Idéias em movimento: a geração de 1870. Na crise do Brasil Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002; São Paulo: CARVALHO, José Murilo de et al. (Org.). *Linguagens e fronteiras do poder*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2011, e LYNCH, Christian. *Monarquia sem despotismo e liberdade anarquia: o pensamento político do Marquês de Caravelas*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2014. As abordagens de Lynch sobre o pensamento brasileiro também comportam análises as ideias de membros da elite política da Primeira República.. Ver LYNCH, Christian. Um saquarema no Itamarati: reflexões e hipóteses para uma pesquisa sobre o pensamento político do Barão do Rio Branco. In: LAIDLER, Christiane Vieira. *O Barão do Rio Branco: política externa e não*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2014, pp. 17-53. 319.

<sup>2</sup> Nesse âmbito, cumpre mencionar dois estudos de Christina Lynch respeitantes aos projetos das elites imperial e republicana atinentes à definição de um modelo de Estado: ver LYNCH, Christian. LYNCH, Christian Edward Cyril. *Da monarquia à oligarquia: História institucional e pensamento político brasileiro (1822-1930)*. São

Conforme demonstrado nesta Introdução, a gestão dos partidos políticos brasileiros, no Império e na Primeira República, jamais foi objeto de estudo sistemático na historiografia. Assim, permanece negligenciada a compreensão acerca dos projetos das elites políticas nacionais para a administração e expansão dos diretórios partidários. Por conseguinte, mantém-se sem ênfase o estudo acerca dos fatores que criaram obstáculos à realização desses projetos. Dessa maneira, permanece em estágio rudimentar o estudo sobre a interferência das peculiaridades da dinâmica política das províncias na consolidação de um modelo de administração de diretórios partidários. Em resumo, as mudanças nos modos de administração dos partidos nos âmbitos nacional e estadual não constam no rol de abordagens da história política do Império e da Primeira República.

Portanto, desenvolver um estudo sobre os partidos monárquicos e republicanos por meio da análise do funcionamento de diretórios nacionais e das ideias de suas lideranças inviabiliza o entendimento sobre as transformações nas formas de gestão partidária que ocorreram na transição do Império para a República. Essas transformações ocorreram em âmbito regional. Ao mesmo tempo, as lideranças partidárias nacionais não controlaram de maneira decisiva a gestão de partidos nas províncias e estados brasileiros. Assim, a realização de estudos sobre partidos que enfatizam apenas as ações de seus dirigentes nacionais gera a compreensão equivocada de que tais dirigentes foram os controladores dos processos de mudanças nos modelos de gestão partidária.

\*\*\*

Para a execução desta tese, é empreendida a análise sobre a emergência e o ocaso político de membros de duas parentelas (Correia e Guimarães) radicadas em Paranaguá, município localizado no litoral do Estado do Paraná. O recorte temporal aqui adotado abrange os anos de 1853 e 1926. O ano de 1853 é concernente ao início da vida política e administrativa da Província do Paraná. O ano de 1926, por sua vez, foi o momento em que ocorreu a conclusão do processo de retorno de membros dessas parentelas ao grupo partidário governista do Paraná.

De um lado, este estudo objetiva contribuir para o conhecimento sobre as mudanças na vida interna dos partidos ocorridas na transição do Império para a República. Nesse âmbito, serão estudados os processos de absorção de correligionários aos partidos, assim como as

---

Paulo: Alameda, 2014; LYNCH, Christian. O momento oligárquico: a construção institucional da República (1889-1891). In: ALENCAR NETO, José Almino; VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro (Org.). *A República revisitada: construção e consolidação do projeto republicano brasileiro*. Porto Alegre: Editora da PUC-RS, 2016, pp. 23-55.

consequências das disputas entre os membros das antigas elites regionais e os políticos adventícios. Nesse quadro, trata-se de investigar o processo de consolidação, na esfera regional, das regras e ritos partidários. Assim, cumpre estudar os fatores que permitiram a instauração de uma previsibilidade na vida interna dos partidos monárquicos. Portanto, a execução dessa etapa da análise consiste em uma contribuição para o entendimento acerca da formação e mutação dos quadros partidários regionais. Mais precisamente, o estudo aqui empreendido confere maior atenção à consolidação da estrutura hierárquica dos diretórios, aos desdobramentos das disputas internas a esses órgãos e à instauração das regras para o funcionamento dos partidos.

De outro lado, a presente investigação tem por finalidade propiciar um entendimento sobre os processos de consolidação e ocaso de potentados políticos regionais. Desse modo, o estudo dos destinos políticos desses potentados ao tempo da Primeira República e dos fatores que viabilizaram e limitaram a sua atividade partidária constam como elementos fulcrais desta tese. A investigação sobre os mencionados processos é centrada no caso de um setor da elite paranaense – a elite litorânea, dedicada a atividades mercantis. Desse modo, trata-se de analisar os fatores que possibilitaram aos membros desse setor conquistar as posições centrais em diretórios partidários e em instituições parlamentares e administrativas. Ao mesmo tempo, cumpre estudar as origens e implicações das mudanças de suas condições de atuação política à época da transição do Império para a República.

Por conseguinte, compete evidenciar as razões das desigualdades entre os integrantes das antigas elites locais paranaenses no tocante a conseguirem permanecer politicamente ativos durante a Primeira República. Assim, cumpre analisar as formas pelas quais a mudança de um regime político interferiu nos destinos políticos desses integrantes. A atenção a essas diferenças permite conhecer as características e os limites da acomodação dos remanescentes das elites provinciais brasileiras da vida partidária republicana.

Cabe, pois, realizar uma análise do estado da arte sobre a política brasileira ao tempo do Segundo Reinado e da Primeira República. Nesse âmbito, compete dedicar especial ênfase às contribuições e aos limites das análises historiográficas acerca das elites e das instituições políticas provinciais e estaduais. Após a análise do estado da arte, apresenta-se a estrutura dos cinco capítulos, as hipóteses centrais do estudo e as fontes empregadas.

\*\*\*

## **I – Elites e instituições políticas provinciais: as linhas de força da historiografia**

Na historiografia contemporânea verifica-se a carência de uma reflexão concernente à organização interna dos partidos monárquicos nas províncias. Por consequência, permanece pouco desenvolvida a investigação respeitante à criação e mutação de formas de gestão partidária. Assim, na presente seção é elaborada uma análise acerca de abordagens historiográficas a respeito da atuação política de elites provinciais.

Dessa maneira, cumpre enfatizar que essas abordagens avançaram na produção de um conhecimento sobre o funcionamento das instituições políticas provinciais.<sup>3</sup> Tal vertente de análise contribuiu para deslocar o enfoque dos estudos históricos das ações e das bases do pensamento político de lideranças partidárias que angariaram projeção nacional ao tempo do Império. Presentemente, nota-se o surgimento do estudo sobre as discussões políticas mantidas pelos correligionários de agremiações partidárias na esfera regional.<sup>4</sup> Porém, a compreensão da atividade desses correligionários como gestores partidários não consta na agenda de pesquisa sobre a dinâmica política das províncias do Império.

A despeito da renovação dos estudos sobre a dinâmica política das províncias ocorrida a partir dos anos 2000, trata-se de ressaltar a persistência de determinadas lacunas sobre o

---

<sup>3</sup> Acerca das obras historiográficas produzidas entre as décadas de 1980 e 2000 referentes à elite política imperial, compete mencionar dois livros que contribuíram para o conhecimento acerca da vida política do Império, sobretudo no que concerne ao ideário programático e aos vínculos sociais e políticos de elites partidárias. Em *O tempo saquarema* (1987), Ilmar Rohloff Mattos dedicou-se ao estudo da atuação da elite do Partido Conservador – os *saquaremas*, que eram originários da Província do Rio de Janeiro e ligados aos abastados cafeicultores da região – na construção de um projeto político e administrativo para o Império. Nesse projeto, a defesa das ideias de *ordem e civilização* era um elemento central. Ver MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema*. São Paulo: Hucitec, 1987. Em *The Party of Order* (2006), Jeffrey Needell também se deteve sobre a atuação de indivíduos que ocuparam, dos anos 1830 aos anos 1870, posições de relevo no Partido Conservador. Nesse âmbito, o autor demonstrou o pertencimento desses chefes partidários a parentelas da elite econômica fluminense. Ao mesmo tempo, ele discorreu sobre as conexões que existiram entre a atuação política desses chefes e os interesses econômicos de ricos fazendeiros, negociantes e traficantes de escravos. A despeito das críticas que Needell direcionou ao livro de Mattos, as análises de ambos os autores aproximam-se quanto à inclinação para o estudo da atuação de um setor do Partido Conservador, a saber, a sua elite dirigente. Ver NEEDELL, Jeffrey D. *The Party of Order: the conservatives, the State, and slavery in the Brazilian monarchy*. Stanford: Stanford University, 2006. Os estudos sobre o Partido Liberal também são marcados pela ênfase na ação e no pensamento político das lideranças da agremiação. Um dos estudos que se detém sobre a atividade e o ideário das lideranças liberais desde o momento anterior da fundação do partido foi produzido nos anos 1960 por Norman Holub. Ver HOLUB, Norman. *The liberal movement in Brazil: 1808-1854*. Tese (Doutorado em História). Nova Iorque: New York University, 1968. De outra parte, cabe destacar o estudo de Fernando da Cruz Gouvêa sobre o Barão de Vila Bela, uma liderança do Partido Liberal de Pernambuco. O estudo sobre a atividade política de Vila Bela permitiu a Fernando Gouvêa evidenciar aspectos do funcionamento do Partido Liberal pernambucano ao tempo do Segundo Reinado. Ver GOUVÊA, Fernando da Cruz. *O Partido Liberal no Império: o Barão de Vila Bela e sua época*. Brasília: Senado Federal, 1986. De todo modo, as análises sobre a vida interna dos partidos monárquicos permanecem secundárias em relação às investigações atinentes aos percursos dos chefes partidários nacionais e provinciais.

<sup>4</sup> ROSAS, Suzana Cavani. Da “constituente soberana” a “conciliação política sobre as bases das reformas”: o Partido Liberal em Pernambuco e o gabinete Paraná de 1853. In: *Revista de História*, n. 170, junho de 2014, pp. 291-316.

tema.<sup>5</sup> Uma dessas lacunas refere-se ao conhecimento sobre vida interna dos partidos nas províncias. Assim, o estudo sobre a atuação política dos dirigentes nacionais dos partidos monárquicos ainda conserva destacado espaço nos estudos acerca do Brasil Imperial.<sup>6</sup> Nesse quadro, remanescem pouco conhecidos os fatores que possibilitavam a ascensão e o isolamento político de potentados regionais. Ao mesmo tempo, permanece pouco desenvolvida a compreensão sobre o modelo de gestão partidária que eles elaboraram.

Em suma, a historiografia sobre a vida partidária referente aos períodos do Império e da Primeira República é marcada por estudos de caráter panorâmico. Comumente, esses estudos têm como principal objetivo expor os fundamentos do ideário programático das agremiações e o contexto político no qual foram elaborados.<sup>7</sup> A natureza sumária das informações presentes nesses estudos é um obstáculo para o reconhecimento das modificações da organização partidária nacional na transição do Império para a República.

\*\*\*

Por meio do estudo do funcionamento das instituições administrativas provinciais, a historiografia tem evidenciado a natureza da atividade política e das demandas das elites regionais.<sup>8</sup> Há, pois, a ênfase na análise da atuação das elites regionais no contexto da

---

<sup>5</sup> A respeito dos primeiros estudos sobre a vida política das províncias imperiais produzidos na referida década, cabe destacar a dissertação de mestrado de Domingos Sávio da Cunha Garcia, e a tese de doutorado de Ernesto Cerveira de Sena. O estudo de Garcia, referente ao Mato Grosso, dedica maior ênfase à política econômica desenvolvida pelo Governo dessa província. GARCIA, Domingos Sávio da Cunha. *Mato Grosso (1850-1889): uma província na fronteira do Império*. Dissertação (Mestrado em História Econômica). Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2001. O estudo de Ernesto Sena, por seu turno, é atinente às lutas partidárias em Mato Grosso. SENA, Ernesto Cerveira de. *Entre anarquizadores e pessoas de costuma: a dinâmica política e o ideário civilizatório em Mato Grosso (1834-1870)*. Tese (Doutorado em História). Brasília: Universidade de Brasília, 2006.

<sup>6</sup> Concernente a esses estudos, cabe menção aos trabalhos de NASCIMENTO, Carla Silva do. *O Barão de Cotegipe e a crise do Império*. Dissertação (Mestrado em História). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2012; e RIBEIRO, Filipe Nicoletti. *Império das incertezas: política e partidos nas décadas finais da monarquia brasileira (1868-1889)*. Dissertação (Mestrado em História Social). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2015.

<sup>7</sup> Acerca dos estudos de caráter panorâmico, ver DANTAS, José Ibarê Costa. *Os partidos políticos em Sergipe, 1889-1964*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989; FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *História e Teoria dos partidos políticos no Brasil*. São Paulo: Alfa-Omega, 1974; CHACON, Vamireh. *História dos partidos brasileiros*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1981; MONTENEGRO, Abelardo. *Os partidos políticos no Ceará*. Fortaleza: Editora da Universidade Federal do Ceará, 1980; MOTTA, Paulo Roberto. *Movimentos partidários no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1971; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Introdução à história dos partidos políticos brasileiros*. Belo Horizonte: Editora da Universidade Federal de Minas Gerais, 1999; OSÓRIO, Joaquim Luís. *Partidos políticos no Rio Grande do Sul: período republicano*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 1992 [1930]; ROETT, Riordan. *Brazil: Politics in a Patrimonial Society*. New York: Praeger Publishers, 1984.

<sup>8</sup> A recente produção historiográfica brasileira sobre instituições políticas regionais comporta, também, reflexões sobre as atribuições e a composição social das Câmaras Municipais. Nesse âmbito, cabe menção à tese de doutorado de Edneila Rodrigues Chaves, intitulada *Hierarquias sociais na Câmara Municipal em Rio Pardo* (2012). Ao estudar as formas de atuação econômica dos vereadores na vida econômica desse município



fundação do Estado Imperial brasileiro.<sup>9</sup> Ao mesmo tempo, tem-se ressaltado que essas abordagens subsidiam o conhecimento acerca das formas de atuação política dos autores dessas demandas. De acordo com Maria de Fátima Silva Gouvêa, essa perspectiva de análise permite demonstrar que “a política no Brasil imperial oitocentista foi algo muito mais complexo e sofisticado do que os simples favoritismo e clientelismo geridos a partir da *grande política* que se desenrolava na sede da monarquia, na corte do Rio de Janeiro”.<sup>10</sup>

Concernente à discussão sobre o funcionamento de instituições políticas provinciais, assim como sobre as relações de força entre segmentos de elites locais, cumpre destacar a abordagem que Miriam Dohnnikoff desenvolveu em *O Pacto Imperial* (2005). Nesse livro, são analisados projetos legislativos e debates ocorridos na Câmara dos Deputados e nas Assembleias Provinciais de Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo. A partir dessa análise, a autora destacou, por um lado, o grau de autonomia para as elites regionais interferirem na gestão dos negócios provinciais. Por outro lado, ela evidenciou as negociações entre aquelas elites e o Governo Imperial.

Em síntese, a autora demonstrou o papel desempenhado pelas elites regionais na discussão e implantação de projetos nacionais, a exemplo da legislação atinente às eleições.<sup>11</sup>

---

localizado na Província de Minas Gerais, a autora evidenciou o caráter seletivo da composição social daquela Câmara, entre as décadas de 1830 e 1870. Ver CHAVES, Edneila Rodrigues. *Hierarquias sociais na Câmara Municipal em Rio Pardo (Minas Gerais, 1833-1872)*. Tese (Doutorado em História). Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2012. Acerca das atribuições e das formas de atuação parlamentar dos vereadores após a promulgação da referida lei, ver SANTOS, Murilo Eugênio Bonze. *Dinâmica política no Rio de Janeiro: a Câmara Municipal na corte imperial (1861-1872)*. Dissertação (Mestrado em História Social). São Gonçalo: Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2008. Acerca da discussão sobre a dinâmica política de municípios ao tempo do Império, ver BIEBER, Judy. *Power, Patronage and Political Violence on a Brazilian Frontier, 1822-1889*. Lincoln: University of Nebraska Press, 2000; MENEZES, George Rocha. *Lutas políticas e crise social: a elite política cearense na década de 1870*. Dissertação (Mestrado em História). Fortaleza Universidade Federal do Ceará, 2006.

<sup>9</sup> CIRINO, Raissa Gabrielle Vieira. *Pelo bem da “pátria” e pelo Imperador: o Conselho Presidencial do Maranhão na construção do Império (1825-1831)*. Dissertação (Mestrado em História). São Luís: Universidade Federal do Maranhão, 2015; OLIVEIRA, Carlos Eduardo França de. *Construtores do Império, defensores da província: São Paulo e Minas Gerais na formação do Estado Imperial e dos poderes locais, 1823-1834*. Tese (Doutorado em História Social). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2014.

<sup>10</sup> GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. *O Império das Províncias: Rio de Janeiro, 1822-1889*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 11. Grifos no original. Nesse quadro, cabe destacar que um estudo pioneiro sobre o funcionamento de assembleias legislativas provinciais e a atividade políticas das elites regionais foi produzido nos anos 1970. Trata-se da obra de PAIVA, Maria Arair Pinto. *A elite política do Ceará provincial*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1979. No tocante às abordagens sobre as dinâmicas políticas das províncias, assim como no tocante às abordagens sobre as relações entre as elites provinciais e as elites atuantes no Governo Imperial, compete destacar o livro *O Norte Agrário e o Império* (1984), de Evaldo Cabral de Mello. Em resumo, a contribuição da obra reside em evidenciar as características da atuação das elites provinciais em instituições como a Câmara dos Deputados e as dificuldades de atendimento de suas reivindicações pelo Governo Imperial. Ver MELLO, Evaldo Cabral de. *O Norte Agrário e o Império, 1871-1889*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

<sup>11</sup> A abordagem empreendida por Dohnnikoff consiste em um esforço para evidenciar o papel político desempenhado pelas assembleias provinciais e pela Câmara dos Deputados no cenário político do Império. A

O estudo de processos decisórios regionais e nacionais, portanto, possibilitou a Dohlnikoff salientar a natureza do envolvimento das elites regionais na organização política e econômica do Império. Na exposição dos resultados de sua abordagem, a autora acentuou que “A estabilidade do arranjo institucional [brasileiro] derivava da sua capacidade de absorver estes conflitos [entre poder provincial e poder central], uma vez que no seu interior estava assegurado um espaço de negociação e decisão entre diversas instâncias”.<sup>12</sup>

Desse modo, a abordagem acerca da formação do Estado imperial, na obra de Dohlnikoff, é desenvolvida por meio da análise dos interesses econômicos e políticos das elites regionais, bem como por intermédio do estudo sobre as formas de envolvimento dessas elites em processos decisórios nacionais. Mais precisamente, a contribuição da aludida obra reside em evidenciar a natureza das demandas de elites regionais na vida política imperial, o grau de autonomia dessas elites para implantar seus programas políticos e administrativos e os modos de relacionamento entre as instâncias administrativas imperiais e provinciais.

Contudo, permanece pouco amadurecida a análise da produção legislativa de membros das Assembleias Provinciais e do Parlamento do Império. A ausência dessa análise, portanto, impõe obstáculos para o avanço na investigação acerca de temas como os impactos políticos da implantação do voto distrital e as formas de representação de interesses setoriais pelos parlamentares.<sup>13</sup>

---

natureza do relacionamento entre os deputados gerais e o Governo Imperial é, por exemplo, um elemento enfatizado nos estudos dessa autora. Em um sentido amplo, esses estudos evidenciam a significância das instituições legislativas (provinciais e nacionais) na vida política imperial. Acerca dos pressupostos sustentados em tal corrente de análise, ver DOHLNOKOFF, Miriam; GREGÓRIO, Vítor Marcos; MAIA, Francisleide; SAEZ, Hernan Lara; SALES, Pedro Paulo Moreira. Representação política no Império. Crítica à ideia de falseamento das instituições. LVALLE, Adrián Gurza (Org.). *O horizonte da política*: questões emergentes e agendas de pesquisa. São Paulo: CEBRAP, 2012, pp. 97-141.

<sup>12</sup> DOHLNIKOFF, Miriam. *O Pacto Imperial*: origens do federalismo no Brasil. São Paulo: Globo, 2005, p. 223.

<sup>13</sup> A tese de Ana Paula Ribeiro Freitas acerca da atividade parlamentar dos deputados gerais mineiros, de 1853 a 1863, consiste em uma evidência de tal limitação. A hipótese central da autora, segundo a qual o voto distrital no Império favoreceu a representação de interesses localistas, é demonstrada somente por meio da análise de pronunciamentos dos deputados. Entretanto, a natureza da produção legislativa desses indivíduos não foi considerada ao longo do estudo. Ver FREITAS, Ana Paula Ribeiro. *Minas e a Política Imperial*: reformas eleitorais e representação política no Parlamento brasileiro (1853-1863). Tese (Doutorado em História Social). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2015. Dessa forma, permanece reduzido o número de estudos concernentes ao Parlamento Nacional e, em particular, à produção legislativa da Câmara e do Senado do Império. Tal escassez é verificada no fato de que o último estudo acadêmico integralmente dedicado à compreensão do funcionamento e da composição do Senado na época do Segundo Reinado foi publicado no fim dos anos 1970. Ver LEITE, Beatriz Westin Cerqueira. *O Senado nos anos finais do Império* (1870-1889). Brasília: Senado Federal, 1978. Um estudo anterior sobre o Senado do Império fora escrito por Affonso Taunay e publicado em 1942. Ver TAUNAY, Affonso de Escragnole. *O Senado do Império*. São Paulo: Martins, 1942. Taunay também escreveu, em 1909, uma história da Câmara dos Deputados referente ao contexto do Império. Tal estudo foi publicado em livro nos anos 1940. TAUNAY, Affonso de Escragnole. *A Câmara dos Deputados sob o Império*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1949. Assim, permanece pouco desenvolvido o

Nesse âmbito, cabe destacar que tanto a obra de Gouvêa quanto a obra de Dolhnikoff evidenciam a importância das instituições e elites regionais no contexto da vida política imperial. Todavia, remanesce incompleta a tarefa de analisar a formação dos esquemas eleitorais criados pelos conservadores e liberais nas províncias. Nesse sentido, a análise sobre a vida interna dos partidos ainda obtém pouca ênfase nos estudos sobre as elites regionais.

A negligência a respeito da compreensão do funcionamento dos partidos no âmbito provincial produz a naturalização do argumento segundo o qual o pertencimento a um partido era instrumental, notadamente, para a realização de interesses setoriais e manutenção de potentados locais. A adoção de tal perspectiva de análise consiste em uma reiteração do argumento que apregoa que a política partidária ao tempo do Império restringia-se à discussão e viabilização de interesses dos notáveis que a controlavam. Desse modo, os fatores de consolidação e ocaso de chefias políticas, bem como a existência de diferenças quanto aos modelos de gestão partidária no âmbito regional permanecem temas não contemplados nos estudos históricos.

Para o conhecimento de um caso de emprego dessa perspectiva de análise, cumpre destacar a seguinte afirmação realizada por Emília Viotti da Costa no livro *Da Monarquia à República* (1977): “Considerando que tanto liberais como conservadores eram porta-vozes dos grupos sociais bastante semelhantes, não é de surpreender que a filiação partidária fosse mais uma questão de família e parentesco do que de ideologia. Até as últimas décadas do Império, a luta política era pouco mais que uma luta pelo poder entre facções lideradas pelas famílias mais prestigiosas”.<sup>14</sup>

Na historiografia paranaense, por sua vez, também é encontrada a adoção da abordagem que reduz o estudo sobre a vida interna dos partidos monárquicos ao esforço de

---

conhecimento sobre a dinâmica da Câmara dos Deputados ao longo do século XIX. Nesse particular, remanesce incipiente a compreensão acerca da natureza do processo legislativo e da interação da Câmara com o Poder Executivo naquela época. A obra acerca da produção legislativa de deputados gerais que se enquadravam na mesma categoria profissional foi elaborado por uma equipe coordenada por Américo Jacobina Lacombe, nos anos 1970. Tal obra é atinente à atuação parlamentar dos sacerdotes. Porém, essa obra consiste em uma compilação da produção legislativa dos deputados. Ou seja, ela é carente de aprimorada análise. Ver LACOMBE, Américo Jacobina (Coord). *O clero no Parlamento Brasileiro*. 5 v. Brasília: Câmara dos Deputados, 1978. Nesse contexto, a compilação de textos sobre a produção legislativa dos deputados gerais e senadores foi realizada por RODRIGUES, José Honório (Ed.). *O Parlamento e a evolução nacional, 1826-1840*. 5 v. Brasília: Senado Federal, 1972; e BRUNO, Fábio Vieira. *O Parlamento e a evolução nacional (1871-1889)*. 6v. Brasília: Senado Federal, 1979. Respeitante aos estudos sobre o Parlamento do Império produzidos ao longo dos anos 1970, ver, ainda, o livro de CUNHA, Rui Vieira da. *O Parlamento e a nobreza brasileira*. Brasília: Senado Federal, 1979.

<sup>14</sup> ver COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 8ª ed. São Paulo: Ed. da Universidade Estadual de São Paulo, 2007 [1977], p. 161.

demonstrar a convergência entre os interesses privados e as formas de atuação política das lideranças partidárias. Acerca desse reducionismo, atente-se à seguinte afirmação de Luís Fernando Lopes Pereira: “[...] poucas diferenças existiam entre os ditos *partidos da ordem*. Aliás, em termos de Paraná falar em partidos políticos já era um grande exagero, pois os mesmos não passavam de agrupamentos de pessoas com interesses particulares, em geral orbitando a influência das grandes, tradicionais e poderosas famílias curitibanas que dominavam a cena política local”.<sup>15</sup>

Em suma, tal abordagem gera obstáculos à compreensão dos fatores que determinavam o surgimento de facções no interior de uma agremiação, bem como dos fatores que propiciavam a mudança de controle de um diretório. Ao mesmo tempo, essa perspectiva de análise está fundada na compreensão de que a vida interna dos partidos era marcada pela ausência de regras. Ou seja, a vida interna dos partidos seria desprovida de qualquer previsibilidade.

Estudo capital acerca da elite política imperial foi produzido por José Murilo de Carvalho. Trata-se de *A Construção de Ordem: a elite política imperial* (1980). Contudo, a limitação da abordagem de Carvalho reside no fato de que a origem social e filiação partidária dos ministros de Estado são os únicos indicadores empregados para evidenciar a maior ou menor inserção dos partidos nas províncias.<sup>16</sup> Nesse quadro, indicadores como resultados eleitorais não são contemplados na análise do autor.<sup>17</sup> Ao mesmo tempo, o estudo sobre a consistência da organização administrativa de um partido monárquico também não pertence ao conjunto de estudos sobre história política das províncias do Brasil Monárquico.

Por outro lado, a historiografia é carente de abordagens que transcendam a um conhecimento genérico sobre a composição social dos partidos e da ação política de seus mais destacados integrantes. Portanto, ao longo dos três primeiros capítulos desta tese busca-se ultrapassar esse nível de superficialidade por meio do estudo da composição social e da vida interna dos partidos monárquicos no contexto do Paraná. Nesse âmbito, a análise das dificuldades para a consolidação de um modelo de gestão dos partidos monárquicos e para a

---

<sup>15</sup> PEREIRA, Luís Fernando Lopes. *Paranismo: o Paraná reinventado; cultura e imaginário no Paraná da Primeira República*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1998, p. 22-23. Grifos no original.

<sup>16</sup> CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite política imperial/Teatro das sombras: a política imperial*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 231.

<sup>17</sup> Para o conhecimento de uma forma de abordagem do desempenho eleitoral dos partidos monárquicos em um contexto regional, ver FREITAS, Burno Cordeiro Nojosa de. *A exaltação dos eleitos: evolução eleitoral e política do Império (Ceará, 1846-1860)*. Dissertação (Mestrado em História). Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2011.

libertação desses partidos da influência dos potentados é crucial para ultrapassar tal nível de superficialidade.

De outro lado, mantém-se incompleta a tarefa de compreender os fatores da conservação e renovação do grupo de lideranças partidárias das províncias. Por consequência, o conhecimento sobre a organização interna dos partidos no âmbito provincial, as suas lutas internas e a transição do comando partidário permanece em estágio incipiente. Essa incipiência decorre do fato de que não foi desenvolvido um esforço para ultrapassar o reducionismo intrínseco à ideia segundo a qual os partidos monárquicos eram apenas *clubes de notáveis* ou *comitês eleitorais*.<sup>18</sup>

De fato, tais características eram inerentes aos diretórios partidários estudados no decorrer desta tese. Porém, a simples menção a essas características não possibilita a compreensão sobre o processo de formação e transformação das regras, ritos e hierarquia dos órgãos partidários. Em suma, recorrer a tal tipologia impede o reconhecimento das expressivas diferenças quanto aos modelos de gestão partidária formulados pelas elites regionais.

Concernente à atuação das elites provinciais nas instituições administrativas do Império e às estratégias realizadas por essas elites em favor da conservação de sua autoridade política, cabe destacar o livro *A Velha Arte de Governar* (2007), de Maria Fernanda Vieira Martins. Por meio da reconstituição das trajetórias dos indivíduos que integraram o Conselho de Estado durante o Segundo Reinado e da reconstituição das redes sociais às quais eles pertenceram, Martins observou que o prestígio político inerente a esse órgão subsidiou o fortalecimento da distinção social e da influência política dos grupos familiares dos conselheiros.

De outro lado, Martins evidenciou a prática, empregada pelas elites das quais os conselheiros imperiais eram pertencentes, de operacionalização de relações familiares como recurso para a viabilização de interesses políticos. A esse respeito, a autora salientou: “As redes familiares e as alianças, bem como o uso estratégico das regras sociais, concedem um

---

<sup>18</sup> Segundo Washington Luís Neto, “Não é, portanto, de se estranhar que no Brasil, entre 1831 e 1878 [...] os grupamentos políticos apresentassem caráter embrionário, mais se assemelhando a clubes de notáveis ou a comitês puramente eleitorais”. LUÍS NETO, Washington. Apresentação. In: BRASILIENSE, Américo. *Os programas dos partidos e o Segundo Império*. Brasília: Senado Federal, 1978, p. 9. Tal perspectiva de análise adotada por Washington Neto é ancorada no argumento, presente na obra de Maurice Duverger, de que os partidos políticos, em meados do século XIX, eram não possuíam consistência organizacional interna. Antes, eram apenas clubes controlados por notáveis. Ver DUVERGER, Maurice. *Les partis politiques*. Paris: Armand Colin, 1976.

aspecto específico no qual as questões regionais interagem em um cenário mais amplo, influenciando as decisões e a dinâmica política tanto na estrutura do Estado quanto na organização local”.<sup>19</sup> De acordo com Martins, a atuação das elites provinciais nas instituições centrais da administração do Império, assim como a constituição de redes de sociabilidade por meio das quais multifacetadas demandas eram viabilizadas no âmbito dos órgãos da administração pública, foram aspectos basilares da dinâmica política do Brasil oitocentista.<sup>20</sup>

O estudo de Martins sobre a presença de membros das elites regionais em um órgão da administração imperial dialoga com o estudo de Jonas Moreira Vargas acerca da participação de membros da elite da Província do Rio Grande do Sul na vida política da capital do Império.

Conforme demonstrado por Vargas em sua dissertação de mestrado, intitulada *A Paróquia e a Corte* (2007), a consistência da formação educacional e a extensão das alianças familiares eram elementos determinantes para que indivíduos de origem provincial pudessem desempenhar funções políticas e administrativas na capital do Império. Nesse contexto, nas províncias existiam desigualdades entre os membros das elites no tocante às oportunidades de participação em instituições públicas e às perspectivas de ascensão em tais instituições.

Na síntese de sua abordagem sobre as carreiras e as formas de atuação política de integrantes da elite social do Rio Grande do Sul, Vargas enfatizou que “ao mesmo tempo em que as carreiras políticas iniciavam uma lenta profissionalização, paradoxalmente, o peso do tradicionalismo ajudava a conter e a distorcer esse mesmo processo em curso”.<sup>21</sup>

---

<sup>19</sup> Ver MARTINS, Maria Fernanda Vieira. *A Velha Arte de Governar: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007, p. 226.

<sup>20</sup> Acerca, ainda, das formas de negociação política estabelecidas entre elites provinciais e o Governo imperial ao tempo do Primeiro Reinado, ver ANDRADE, Marcos Ferreira de. *Elites regionais e a formação do estado imperial brasileiro: Minas Gerais, Campanha da Princesa (1799-1850)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008; VIEIRA, Martha Victor. *Disputas políticas e jurisdicionais na Província de Goiás: a contribuição da elite dirigente goiana para a construção da ordem no Brasil central (1821-1840)*. Tese (Doutorado em História Social). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2011. Concernente, por seu turno, ao estudo da atuação política e econômica de uma parentela cujos membros exerceram posições de relevo na vida partidária paraense, ver ÂNGELO, Helder Bruno Palheta. *O longo caminho dos Corrêa de Miranda no século XIX: um estudo sobre família, poder e economia*. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia). Belém: Universidade Federal do Pará, 2012. Por fim, para o estudo sobre a atuação de uma parentela no contexto da Bahia da Primeira República, ver BRITO, Jonas. *A Bahia dos Calmon: um ás no jogo político da I República (1920-1926)*. Dissertação (Mestrado em História). Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2014.

<sup>21</sup> VARGAS, Jonas Moreira. *Entre a Paróquia e a Corte: uma análise da elite política do Rio Grande do Sul (1868-1889)*. Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007, p. 261. As abordagens históricas desenvolvidas por Vargas permitem, notadamente, o conhecimento sobre a composição social elites regionais. Nesse âmbito, tal perspectiva de análise propicia o comparativo acerca da relação entre o exercício de profissões e a obtenção de oportunidades de ingresso na vida política. Ver VARGAS, Jonas Moreira. “Um Império de cruces, togas e espadas”: notas comparativas sobre as elites políticas do Rio Grande do Sul, do Ceará e da Bahia no período monárquico. In: HEINZ, Flávio (Org.). *Poder, instituições e elites: 7 ensaios de comparação e história*. São Leopoldo, Oikos, 2012, pp. 95-119. De outra parte,

Dessa forma, ambos os estudos inserem-se em uma vertente de análise que situa o clientelismo e as redes familiares como elementos centrais da dinâmica política brasileira. Nos estudos contemporâneos sobre o Brasil monárquico, a vida interna dos partidos não é encarada elemento decisivo da dinâmica política.

Na presente tese, por outro lado, argumenta-se que avanço dos estudos sobre elites regionais no Brasil imperial exige a produção de um conhecimento sobre as mudanças na organização interna dos partidos no âmbito das províncias. Nesse quadro, as mais recentes discussões sobre a vida partidária imperial permanecem pouco afeitas a elaborar uma agenda de pesquisa na qual a vida interna dos diretórios partidários ocupe posição central. Em verdade, essas discussões desconsideram a existência dos diretórios. Tal desconsideração implica limitar o conhecimento sobre as formas de relacionamento entre as elites regionais e imperiais no contexto de eventos como os pleitos eleitorais.<sup>22</sup>

No início dos anos 2000, Jeffrey Mosher advogara a pertinência de uma renovação na abordagem sobre os partidos do Brasil monárquico. Em suma, Mosher salientou que a historiografia não enxergava os partidos como instituições dotadas de regras formais. Dessa forma, era imperioso desenvolver análise que consistisse em uma inovação em relação às investigações acerca de modos informais de relações políticas, a exemplo da constituição de redes de clientela pelos potentados.<sup>23</sup>

Portanto, é necessário empreender uma análise que evidencie a natureza do modelo de gestão partidária vigente nas províncias, as razões que motivaram a elite política imperial a

o autor confere ênfase ao estudo da atuação política da elite sul-rio-grandense em distintos contextos do período monárquico. VARGAS, Jonas Moreira. “Um Império de cruces, togas e espadas”: notas comparativas sobre as elites políticas do Rio Grande do Sul, do Ceará e da Bahia no período monárquico. Ver FARINATTI, Luís Antônio; VARGAS, Jonas Moreira. “A nossa causa é a causa deles”: elites regionais, chefes paroquiais e construção do Estado Imperial brasileiro: Rio Grande do Sul (c. 1820-c. 1880). In: BARATA, Alexandre et. al. (Org.). *Dos poderes do Império*. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2014, pp. 225-256.

<sup>22</sup> A esse respeito, ver DANTAS, Mônica Duarte. Partidos, liberalismo e poder pessoal: a política no Império do Brasil. Um comentário ao artigo de Jeffrey Needell, Formação dos partidos políticos no Brasil da Regência à Conciliação, 1831-1857. In: *Almanack Braziliense*, n. 10, 2009, pp. 40-47; NEEDELL, Jeffrey. Formação dos partidos políticos no Brasil da Regência à Conciliação, 1831-1857. In: *Almanack Braziliense*, n. 10, 2009, pp. 5-22; NEEDELL, Jeffrey D. Formação dos partidos brasileiros: questões de ideologia, rótulos partidários, lideranças e prática política, 1831-1888. In: *Almanack Braziliense*, n. 10, 2009, pp. 54-63; SALLES, Ricardo. Notas de um debate: Comentários sobre o texto de Jeffrey Needell Formação dos partidos políticos no Brasil da Regência à Conciliação, 1831-1857. In: *Almanack Braziliense*, n. 10, 2009, pp. 48-53.

<sup>23</sup> MOSHER, Jeffrey C. Political mobilization, party ideology, and lusophobia in nineteenth-century Brazil: Pernambuco, 1822-1850. In: *Hispanic American Historical Review*, vol. 80, nº 4, 2000, p. 881-912. Para o conhecimento acerca da investigação desenvolvida por este autor respeitante à vida político-partidária de uma província do Império – Pernambuco – no contexto da primeira metade do século XIX, ver MOSHER, Jeffrey C. *Political Struggle, Ideology and the State Building: Pernambuco and the construction of Brazil, 1817-1850*. Lincoln: University of Nebraska Press, 2008.

propor mudanças nesse modelo e os fatores que impediam que as elites regionais empreendessem essas mudanças. Em suma, trata-se de demonstrar que a vida partidária regional sofreu transformações ao longo do Império. Ao mesmo tempo, é necessário desenvolver uma abordagem acerca dificuldades que os correligionários dos partidos monárquicos encontraram para cumprir a tarefa de dotar essas agremiações de uma vida mais regrada e menos suscetível ao poder pessoal dos potentados.

Nesse âmbito, há que se destacar o desenvolvimento, por Ulisses Venâncio, do estudo sobre as características e condições da profissionalização da atividade política no Brasil monárquico. A contribuição dessa análise reside em evidenciar, notadamente, os padrões de carreiras política e administrativa de membros do Senado do Império.<sup>24</sup> Nesse particular, a contribuição dessa investigação consiste em demonstrar que a atuação parlamentar era uma atividade especializada. Ou seja, havia naquele contexto uma classe política dedicada integralmente aos trabalhos do Poder Legislativo.

Em sua maior parte, as abordagens supracitadas são direcionadas a demonstrar a relevância das instituições políticas provinciais e o papel determinante das redes familiares para a permanência do poder político de expoentes da vida política imperial. Contudo, na historiografia contemporânea sobre o Brasil Imperial ainda permanece estacionário o conhecimento sobre a vida interna dos partidos.<sup>25</sup> Ao mesmo tempo, estudos que se ativeram a aspectos da vida eleitoral brasileira não propiciaram acurado entendimento acerca das formas de administração partidária. Antes, dedicaram-se a evidenciar aspectos tais como os critérios de participação eleitoral e o perfil social do eleitorado.<sup>26</sup> Nesse quadro, o estudo

---

<sup>24</sup> Concernente ao estudo sobre as condições e aspectos da profissionalização da atividade política no Brasil, cabe ressaltar a contribuição de Ulisses Venâncio. A análise desenvolvida por este autor permite salientar que, no Brasil monárquico, o exercício de mandatos no Parlamento era comumente realizado por indivíduos que se dedicavam integralmente à vida política. Ou seja, esses indivíduos eram especializados em exercer cargos legislativos. Ao mesmo tempo, tal análise possibilita reconhecer a consolidação, no aludido período, de uma classe política autônoma a interesses econômicos e particulares. VENÂNCIO, Ulisses. Políticos profissionais ou nobres políticos? Variáveis da carreira política dos senadores no Brasil Império. In: *Revista Eletrônica de Ciência Política*, v. 7., n. 1, p. 127-144.

<sup>25</sup> Uma recente discussão sobre a vida partidária do Brasil imperial é atinente ao período regencial. Nesse sentido, tal discussão consiste em uma análise da formação dos partidos Conservador e Liberal. Ver ALENCAR, Gustavo Magno Barbosa. *Pelas tramas da política: a constituição do Partido Liberal Moderado na Província do Ceará (1830-1837)*. Dissertação (Mestrado em História). Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2014; HÖRNER, Erik. Partir, fazer e seguir: apontamentos sobre a formação dos partidos e participação política no Brasil da primeira metade do século XIX. In: MARSON, Isabel Andrade; OLIVEIRA, Cecília Helena Salles de. *Monarquia, Liberalismo e Negócios no Brasil: 1790-1860*. São Paulo: Edusp, 2013, pp. 213-240.

<sup>26</sup> Concernente a esse grupo de estudos, ver CAVALCANTI, Themístocles Brandão. *O voto distrital no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1975; CARDOSO, Jayme Antônio. *A população votante de Curitiba (1853-1881)*. Dissertação (Mestrado em História). Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1974; FARIA, Vanessa Silva de. *O processo de qualificação de votantes no Brasil Império: perfil da população*



sobre o desempenho eleitoral dos partidos não é central nas abordagens sobre a vida partidária do Brasil oitocentista. O desenvolvimento de estudos sobre tal desempenho é operacional para compreender as implicações do modelo de gestão partidária nas províncias na obtenção de êxitos ou malogros eleitorais.

Assim, permanecem pouco enfatizados elementos como as formas de absorção de correligionários, os fatores de competição interna a uma grei e o desenvolvimento de processos de transição do comando partidário. Na historiografia, os partidos monárquicos não são encarados como entidades dotadas modelos de gestão que experimentaram contínuas mudanças. Por conseguinte, a ausência de um entendimento sobre os desdobramentos políticos das transformações na organização dos partidos monárquicos no âmbito das províncias apresenta-se como uma limitação para o conhecimento sobre a vida política imperial.<sup>27</sup>

## **II – Elites e instituições políticas estaduais: as linhas de força da historiografia**

Nesta seção é empreendida uma análise de estudos que, produzidos entre as décadas de 1970 e 2010, comportam reflexões acerca das formas de atuação política de elites regionais durante a Primeira República. Ao mesmo tempo, trata-se de analisar estudos que comportam abordagens sobre o funcionamento de instituições legislativas e administrativas estaduais no mencionado período. No curso da análise, é destacada a renovação dos estudos sobre as instituições administrativas municipais. De outra parte, salienta-se a pouca ênfase conferida pela historiografia ao tema da reorganização dos quadros partidários estaduais após a queda do Império. Outro aspecto a ser ressaltado consiste na carência de análises acerca do destino político de integrantes das elites provinciais da época da Primeira República.

Cumprir acentuar que a historiografia atinente a esse período permanece mais inclinada ao estudo dos fatores que viabilizaram o acesso a instituições políticas locais, bem como ao

---

votante no distrito sede de Juiz de Fora, Minas Gerais (1872-1876). Dissertação (Mestrado em História), Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2011; GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1997; KINZO, Maria Dalva Gil. *Representação política e sistema eleitoral no Brasil*. São Paulo: Edições Símbolo, 1980; NUNES, Neila Ferraz Moreira. A experiência eleitoral em Campos dos Goytacazes (1780-1889): frequência eleitoral e perfil da população votante. In: *Dados*, v. 46, n. 2, 2003, pp. 311-343.

<sup>27</sup> Para o conhecimento sobre as vertentes contemporâneas de estudos sobre eleições no Brasil monárquico, ver MOREIRA, Gustavo Alves Cardoso. *Legislação eleitoral e política eleitoral: um estudo sobre o impacto das reformas de 1855, 1860 e 1875 no sul fluminense*. Tese (Doutorado em História). Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2014; LIMONGI, Fernando. Revisitando as eleições do Segundo Reinado: manipulação, fraude e violência. In: *Lua Nova*, n. 91, 2014, pp. 51-113.

estudo dos motivos e desdobramentos dos confrontos entre facções partidárias. Por outro lado, trata-se de destacar a emergência da abordagem acerca das relações, no âmbito municipal, entre os poderes executivo e legislativo nos anos finais da Primeira República.

Acerca das reflexões sobre a política e as elites regionais à época da Primeira República publicadas no final dos anos 1970, cumpre mencionar os livros *O fiel da balança: Minas Gerais na federação brasileira* (1977), de John Wirth<sup>28</sup>; *A velha usina: Pernambuco na federação brasileira* (1978), de Robert Levine<sup>29</sup>; e *A locomotiva: São Paulo na federação brasileira* (1980), de Joseph Love.<sup>30</sup> Essas obras comportam análises panorâmicas sobre a vida econômica, a estrutura social e a dinâmica política desses estados, no período que abrange os anos de 1889 a 1937. Respeitante ao estudo de elites políticas, os autores dedicaram-se a analisar as origens sociais dos ocupantes de posições proeminentes nos quadros partidários e na administração pública, os fatores que permitiam o desenvolvimento de uma carreira política, e as razões da unidade e dos embates internos às elites dirigentes desses estados. Na abordagem desses temas, os autores destacaram a característica oligárquica da composição dos quadros políticos regionais nos primórdios da República.

Nessas obras são evidenciadas as extensas conexões familiares que existiam entre os integrantes das elites estaduais e os fatores que possibilitavam a reiteração de seus membros em posições de relevo em órgãos estatais. Nesse contexto, o estudo sobre formação educacional e os modos de recrutamento aos quadros partidários obtiveram especial atenção dos autores. De outra parte, eles discorreram sobre as demandas políticas e econômicas desses estados, bem como sobre as condições e os limites da atuação das elites dirigentes dessas regiões no cenário político nacional.<sup>31</sup>

Essas obras são convergentes, ainda, pelo fato de adotarem o mesmo método de estudo acerca das elites políticas dos mencionados estados. Trata-se, pois, da utilização do método

---

<sup>28</sup> WIRTH, John. *O fiel da balança: Minas Gerais na federação brasileira (1889-1937)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982 [1977].

<sup>29</sup> LEVINE, Robert. *A velha usina: Pernambuco na federação brasileira (1889-1937)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980 [1978].

<sup>30</sup> LOVE, Joseph. *A locomotiva: São Paulo na federação brasileira (1889-1937)*. São Paulo: Paz e Terra, 1982 [1980]. Acerca do panorama da história política do Rio Grande do Sul elaborado por Love, ver LOVE, Joseph. *O regionalismo gaúcho*. São Paulo: Perspectiva, 1975.

<sup>31</sup> Acerca de estudos produzidos por autores estrangeiros a respeito da vida política de estados brasileiros ao tempo do Império e da República, ver CHANDLER, Billy Janes. *Os Feitosas e o Sertão dos Inhamuns: a história de uma comunidade no Nordeste do Brasil (1700-1930)*. Fortaleza: Edições da Universidade Federal do Ceará/Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981 [1967]; LEVI, Darrell. *Família Prado*. São Paulo: Cultura 70, 1977 [1974]. Em última análise, a contribuição desses estudos reside apresentar uma compreensão sobre a natureza da atividade política de parentelas de elites locais em distintos contextos institucionais.

posicional, o qual também é empregado nesta tese. Nessa perspectiva, as abordagens dos mencionados autores consideram que os membros das elites políticas estaduais eram aqueles que estavam acomodados em posições centrais na gestão de instituições públicas e partidos políticos.<sup>32</sup> Essa discussão sobre o critério de análise adotado para o estudo de elites permanece pouco comum nas abordagens seja sobre o período imperial, seja sobre o período referente à Primeira República.<sup>33</sup>

Cumprir, por fim, uma carência inerente a essas três obras. Essa carência é concernente ao fato de que não se encontra nelas uma discussão aprofundada acerca da estrutura administrativa dos estados, bem como acerca do funcionamento das instituições legislativas e partidárias da Primeira República. Nesse sentido, a abordagem sobre as

---

<sup>32</sup> A seguinte afirmação de Love, também presente nos citados livros de Levine e Wirth, evidencia a adoção, em sua obra, do critério posicional para o estudo de elites políticas: “A elite política examinada no capítulo 5 é um grupo definido de detentores de importantes posições e nos governos dos Estados, nos anos que vão da proclamação da república ao Estado Novo. Assim, do ponto de vista estatístico, a elite é mais uma população do que uma amostra”. LOVE, Joseph. *A locomotiva... Op. cit.*, p. 385. Mais especificamente, a elite estudada por Love era composta por 263 indivíduos que ocupavam postos na administração estadual de São Paulo e nos partidos políticos. Essa vertente de abordagem é desenvolvida, notadamente, na obra *A elite do poder* (1956), do cientista político estadunidense Charles Wright Mills. Esse autor argumentou que a elite é formada por indivíduos que estão acomodados nos principais postos de uma estrutura administrativa. Tal posição permite a eles tomar decisões que influem de decisivamente na vida social. Ver MILLS, Charles Wright. *A elite do poder*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1962 [1956], p. 14. Nos contemporâneos estudos sociais, cabe destacar a coexistência dos métodos posicional, decisional e reputacional para o estudo de elites políticas. Para o conhecimento acerca da origem e operacionalidade desses métodos, ver CODATO, Adriano. Metodologias para a identificação de elites: três exemplos clássicos. In: CODATO, Adriano; PERISSINOTTO, Renato (Org.). *Como estudar elites*. Curitiba: Editora da Universidade Federal do Paraná, 2015, pp. 15-32.

<sup>33</sup> Acerca dos autores que desenvolveram uma discussão sobre o método que empregaram para o estudo de elites políticas, cumpre destacar José Murilo de Carvalho, no citado livro *A Construção da Ordem*, Surama Conde Sá Pinto, em *Só para iniciados* (2009), livro respeitante à vida política na capital federal durante a Primeira República, e Thais da Silva Lopes, em sua dissertação intitulada *Entre a ação legislativa e o constrangimento político* (2013). Nesses três estudos, encontra-se a conciliação entre o critério posicional e o critério decisional. Ou seja, nesses livros são conciliados os critérios por meio dos quais são aferidas, respectivamente, a posição e o grau da importância da participação dos agentes nos processos decisórios realizados em uma instituição. Surama Pinto defendeu a pertinência da abordagem de Carvalho: “[Os autores] adotam o critério de posição para, em seguida, ao examinar o comportamento desses grupos em determinadas conjunturas e seu posicionamento em face de determinadas temáticas, lançar mão do critério de decisão. Tendo em vista as potencialidades do critério utilizado por [José Murilo de] Carvalho, [Marieta de Moraes] Ferreira e [Cláudia] Viscardi, este trabalho segue a mesma orientação”. PINTO, Surama Conde Sá. *Só para iniciados: o jogo político na antiga capital federal*. Rio de Janeiro: Mauad, 2011, p. 20. Tal perspectiva de análise mantém-se influente na historiografia brasileira. Thais Lopes, por seu turno, afirmou em sua dissertação: “O conceito de *elite política* está sendo delineado da seguinte maneira: seguindo a perspectiva de autores como Carvalho, Viscardi e Pinto, estamos adotando o princípio de posição para em seguida lançarmos mão do critério de decisão, no momento em que se posicionam em determinadas conjunturas. Desse modo, entendemos por elite política os políticos inseridos nos processos de organização e decisão da política da cidade [do Rio de Janeiro]”. LOPES, Thais da Silva. *Entre a ação legislativa e o constrangimento político: o Conselho Municipal do Distrito Federal (1921-1930)*. Dissertação (Mestrado em História, Política e Bens Culturais). Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2013, p. 31.

atribuições e a relevância política das agências às quais os membros das elites regionais em questão pertenceram não foi desenvolvida pelos citados autores.<sup>34</sup>

Compete, por conseguinte, atentar à análise desenvolvida por Linda Lewin em *Política e Parentela na Paraíba* (1987). A autora desenvolveu uma abordagem sobre o papel decisivo das alianças familiares na consolidação de potentados políticos regionais. A esse respeito, cumpre destacar que a autora evidenciou os critérios de absorção de novos membros às parentelas da elite paraibana, bem como à vida política estadual.

De outra parte, Lewin atentou à segmentação de funções existentes no interior das parentelas que compunham elite política paraibana. Assim, a autora acentuou a importância, para o funcionamento dos esquemas eleitorais, do papel exercido pelos bacharéis. Em sua maior parte, esses profissionais eram filhos de abastados proprietários rurais.<sup>35</sup> Nesse contexto, os bacharéis eram os responsáveis, por exemplo, pela viabilização dos interesses da elite regional junto a órgãos administrativos estaduais e federais. O estudo de Lewin, portanto, consiste em uma contribuição para o conhecimento da relação entre as lógicas de alianças familiares e o funcionamento do jogo político-partidário dos estados.<sup>36</sup> Outra contribuição de sua obra consiste em reconhecer a existência de uma segmentação de funções políticas no interior das parentelas e os seus impactos na conservação dos esquemas eleitorais oligárquicos.

Na produção historiográfica acerca da Primeira República, as informações sobre a vida interna dos partidos políticos estão, em geral, subjacentes à reconstituição de embates entre setores de oligarquias regionais. Nesse sentido, as referências às transformações da composição social e dos esquemas eleitorais dos partidos são comumente apresentadas como

---

<sup>34</sup> Para o conhecimento de uma crítica direcionada a esse livro, ver PERISSINOTTO, Renato Monsseff. *Estado e capital cafeeiro: burocracia e interesse de classe na condução da política econômica*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1997, pp. 24-25. Os resultados do quinto capítulo da presente tese convergem com as conclusões do estudo de Perissinotto. Desse modo, cumpre evidenciar que membros das parentelas aqui estudadas tornaram-se pertencentes a entidades de classe. Entretanto, tal pertencimento não garantiu, em todos os casos, a viabilização de seus interesses econômicos junto a órgãos estatais.

<sup>35</sup> LEWIN, Linda. *Política e Parentela: um estudo de caso da oligarquia de base familiar*. Rio de Janeiro: Record, 1993, pp. 114 e 134.

<sup>36</sup> Nessa obra de Lewin é desenvolvida uma análise acerca da participação de um político de projeção nacional – Eptácio Pessoa – na vida política de sua província de origem. Nesse sentido, a abordagem empreendida por essa autora contribui para evidenciar a natureza do envolvimento de políticos de maior renome na urdidura de alianças que garantiam a vigência de esquemas partidários e a permanência de parentelas em posições de relevo na política dos estados. Por outro lado, para o conhecimento de um estudo que comporta uma análise sobre as formas da atuação de dois políticos baianos de projeção nacional na vida política e partidária de seu estado de origem, ver SARMENTO, Sílvia Noronha. *A Raposa e a Águia: J. J. Seabra e Rui Barbosa na política baiana da Primeira República*. Dissertação (Mestrado em História). Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2009.

subsídios ao conhecimento sobre as alianças e desacordos entre os membros da elite regional. Em resumo, nos estudos históricos a compreensão sobre os interesses econômicos e políticos das elites da Primeira República é sobreposta ao entendimento das formas de organização dos partidos nos quais essas elites estavam integradas.<sup>37</sup>

Os escassos estudos acerca da vida interna dos partidos na Primeira República dedicam-se à apresentação sumária das origens das agremiações, natureza das divergências internas e esgotamento da força política de uma agremiação partidária. A ênfase no estudo dos embates entre lideranças partidárias compromete, por exemplo, o entendimento sobre as regras que disciplinavam o funcionamento das agremiações.<sup>38</sup>

\*\*\*

Na década de 1990, houve a laboração de estudos respeitantes à dissenções internas a setores de elites regionais. A contribuição dessa vertente de análise consiste em evidenciar a divergência de pleitos econômicos existentes nesses setores.<sup>39</sup> O estudo dos conflitos internos às elites políticas nacionais também propiciou, na referida década, a crítica a ideias tais como a de estabilidade das alianças políticas firmadas entre as elites de estados economicamente mais poderosos.<sup>40</sup> De outra parte, cabe salientar a produção de um conhecimento acerca das mudanças na composição das instituições políticas locais. Ou seja, tal perspectiva possibilitou

---

<sup>37</sup> Acerca das reivindicações políticas e econômicas dos republicanos paulistas, ver SALLES, Iraci Galvão. *Trabalho, progresso e a sociedade civilizada: o Partido Republicano Paulista e a política de mão-de-obra (1870-1889)*. São Paulo: Hutitec/Instituto Nacional do Livro, 1986; ZIMMERMANN, Maria Emília. *O PRP e os fazendeiros de café*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1986. Concernente à difusão do ideário republicano na Província de São Paulo, ver RIBEIRO, Luã Carregari Carneiro. *Uma América em São Paulo: a Maçonaria e o Partido Republicano Paulista (1868-1889)*. Dissertação (Mestrado em História Social). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2011.

<sup>38</sup> Acerca de estudos que contêm informações sobre origem e ocaso de partidos na esfera estadual, ao tempo da Primeira República, ver CASALECCHI, José Ênio. *O Partido Republicano Paulista: política e poder (1889-1926)*. São Paulo: Brasiliense, 1987; SAMPAIO, Consuelo Novais. *Os partidos políticos da Bahia na Primeira República: uma política de acomodação*. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, 1978. Por outro lado, permanece incipiente o estudo acerca do ideário programático dos líderes partidos republicanos estaduais. A esse respeito, ver BARBOSA, Daniel Henrique Diniz. *Tecnoburocracia e pensamento desenvolvimentista em Minas Gerais (1903-1969)*. Tese (Doutorado em História Econômica). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2012, e OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins de. *O pensamento econômico de Francisco Salles, João Pinheiro e João Luís Alves e o desenvolvimento de Minas Gerais (1889-1914)*. Tese (Doutorado em História Social). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2012.

<sup>39</sup> Ver FERREIRA, Marieta de Moraes. *Em busca da Idade de Ouro: as elites políticas fluminenses na Primeira República (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal do Rio de Janeiro/Edições Tempo Brasileiro, 1994.

<sup>40</sup> Cabe mencionar, nesse âmbito, a tese de Cláudia Viscardi, intitulada *O Teatro das Oligarquias* (1998), desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Em resumo, Viscardi discorreu sobre os fatores do esgotamento da aliança entre as elites mineiras e paulistas, as quais eram as principais responsáveis pela indicação de candidatos governistas à Presidência da República. Ver VISCARDI, Cláudia. *O Teatro das Oligarquias: uma revisão da política do “café com leite”*. 2ª ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

a compreensão acerca dos impactos de mudanças conjunturais na vida política e econômica nacional sobre a dinâmica social de área interiorana.<sup>41</sup>

De outra parte, compete mencionar que a recente produção historiográfica referente à vida política da Primeira República é caracterizada por abordagens sobre atuação política de elites municipais, bem como sobre o relacionamento entre instituições administrativas locais. A análise de dissertações de mestrado produzidas a partir dos anos 2010 possibilita corroborar esta assertiva.

Na dissertação de Carina Martiny, referente à elite política de um município sul-riograndense, São Sebastião do Caí, é demonstrado que o poder econômico era um elemento decisivo para possibilitar o acesso a posições de comando na vida política local.<sup>42</sup> As relações entre os membros da elite política estendiam-se, também, ao âmbito das alianças econômicas e familiares. A autora assinalou que, naquele contexto, foram exíguas as oportunidades de inserção aos quadros partidários para indivíduos não pertencentes a tais esquemas familiares. O controle dos cargos administrativos foi, pois, exercido por membros da elite politicamente ativa desde o período anterior à criação desse município, em 1875.

Portanto, a dissertação de Martiny confere especial ênfase às condições sociais de pertencimento a uma instituição municipal e aos fatores que limitavam a sua renovação. Por outro lado, a dissertação de Thais da Silva Lopes, referente às atividades do Conselho Municipal do Rio de Janeiro nos anos 1920, consiste em uma contribuição para o conhecimento acerca de um tema ainda incipiente nos estudos sobre a política da Primeira República: as relações entre o poder Executivo e o poder Legislativo.<sup>43</sup> A autora discorreu

---

<sup>41</sup> Ver BILAC, Maria Beatriz Bianchini. *As elites políticas de Rio Claro: um estudo sobre a formação dos setores dirigentes em um município paulista*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1995.

<sup>42</sup> MARTINY, Carina. *“Os seus serviços públicos e políticos estão de certo modo relacionados à prosperidade do município”*: Constituindo redes e consolidando o poder: uma elite política local (São Sebastião do Caí, 1875-1900). Dissertação (Mestrado em História). São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2010. A demonstração do argumento segundo o qual o poder econômico e o estabelecimento de alianças familiares eram aspectos característicos aos vereadores do município mineiro de Juiz de Fora na segunda metade do século XIX, foi, por seu turno, realizada por GENOVEZ, Patrícia Falco. A Câmara dos Compadres: relações familiares na Câmara Municipal de Juiz de Fora (1853-1872). In: *Locus*, vol. 2, n. 2, 1996, pp. 61-79.

<sup>43</sup> SILVA, Thais Lopes. *Entre a ação legislativa e o constrangimento político... Op. cit.* Cabe também salientar que, na historiografia produzida a partir dos anos 2000, encontra-se um estudo que relaciona a dinâmica política de um estado à sua vida econômica. Trata-se da tese de Sylvio Mário Puga Ferreira. Em suma, o autor discorreu sobre o modo como os membros da elite política do Amazonas se mobilizavam para a proteção de interesses econômicos do seu estado, notadamente a proteção da economia da exportação da borracha. Nesse quadro, a contribuição da tese de Sylvio Ferreira consiste na produção de um conhecimento sobre a natureza do federalismo implantado à época da Primeira República. FERREIRA, Sylvio Mário Puga. *Federalismo, economia exportadora e representação política: o Amazonas na República Velha (1889-1914)*. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas). Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2005.

sobre as tensões entre o Conselho e a Prefeitura Municipal. Nesse âmbito, ela evidenciou que os membros desse órgão buscaram preservar sua autonomia frente ao Executivo Municipal. A autora apresentou, também, uma contribuição para o conhecimento sobre os processos de recrutamento ao referido Conselho.

Portanto, o estudo realizado por Thais Silva é orientado pelo propósito, pouco comum na historiografia brasileira, de conciliar o estudo sobre a composição social de uma instituição com a reflexão acerca das suas relações com outras instâncias políticas e das características da produção legislativa realizada pelos membros dessas agências. Desse modo, verifica-se que a historiografia permanece afeita ao estudo sobre os fatores que conferiam à política da Primeira República um caráter oligárquico e clientelista.<sup>44</sup> Porém, há, em estágio inicial, uma ampliação do âmbito e dos objetivos desse estudo. Tal ampliação consiste, notadamente, em analisar o funcionamento de instituições políticas regionais e as suas relações com outras instâncias administrativas.

A diversificação dos estudos históricos acerca desse período também é decorrente da iniciativa de evidenciar as formas de competição entre partidos que houve nos estados, a despeito da natureza oligárquica da vida política. Empreendida por Paolo Ricci e Jaqueline Zulini, tal iniciativa contribui para evidenciar que, em distintos estados, os partidos governistas possuíam contendores e eram contestados de forma reiterada acerca da lisura dos seus êxitos eleitorais.<sup>45</sup> De outro lado, a abordagem de Vítor Fonseca Figueiredo, atenda ao caso de Minas Gerais, contribuiu para evidenciar, por um lado, a natureza da competição

---

<sup>44</sup> Concernente a abordagens que, produzidas dos anos 2010, são atinentes às contendas entre facções políticas estaduais durante a Primeira República, ver ARRUDA, Larissa Rodrigues Vacari de. *Disputas oligárquicas: as práticas políticas das elites mato-grossenses (1892-1906)*. São Carlos: Editora da Universidade Federal de São Carlos, 2015; BIAVASCHI, Márcio Alex Cordeiro. *Relações de poder coronelistas na Região Colonial Italiana do Rio Grande do Sul durante o período borgista (1903-1928)*. Tese (Doutorado em História). Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2011; CASTILHO, Fábio Francisco de Almeida. *Como Esau e Jacó: as oligarquias sul-mineiras no final do Império e a Primeira República*. Tese (Doutorado em História). Franca: Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, 2012; FANAIA, João Edson. *Elites e práticas políticas em Mato Grosso na Primeira República (1889-1930)*. Cuiabá: Editora da Universidade Federal do Maranhão, 2010; FIGUEIREDO, Vítor Fonseca. *Os senhores do sertão: coronelismo e parentela no em uma área periférica de Minas Gerais*. Dissertação (Mestrado em História). Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2010.

<sup>45</sup> RICCI, Paolo; ZULINI, Jaqueline Porto. Partidos, competição política e fraude eleitoral: a tônica das eleições na Primeira República. In: *Dados*, vol. 57, n. 2, pp. 443-479, 2014. Para o conhecimento da fundamentação da crítica desenvolvida pelos autores acerca das abordagens que destacam o vício do processo eleitoral na Primeira República, ver RICCI, Paolo; ZULINI, Jaqueline Porto. As eleições no Brasil republicano: para além do estereótipo da fraude eleitoral. In: *História* (São Paulo), v. 63, pp. 48-58, 2015.

partidária em âmbito regional. Por outro lado, propiciou um entendimento renovado sobre o aperfeiçoamento das regras eleitorais no contexto da Primeira República.<sup>46</sup>

Ao mesmo tempo, os estudos empreendidos pelos referidos cientistas políticos também propicia a revisão do papel exercido por instituições como a Câmara dos Deputados para inviabilizar a obtenção de mandatos por políticos de oposição. Esses estudos possibilitam reconhecer as formas de polarização partidária existentes nos estados. Eles propiciam uma renovação no entendimento acerca das querelas inerentes dos processos eleitorais.<sup>47</sup> Nesse particular, compete destacar que a abordagem desenvolvida na tese de doutorado de Jaqueline Zulini permitiu um avanço no entendimento sobre o funcionamento e a relevância do Congresso Nacional na vida política da Primeira República.<sup>48</sup>

Por fim, constata-se que a diversificação de estudos sobre a Primeira República também decorre do propósito de investigar as condições inserção em quadros partidários e modos de desenvolvimento de carreiras políticas.<sup>49</sup> Em suma, a contribuição dessa vertente de estudo reside em produzir um conhecimento sobre o processo de profissionalização da atividade política no Brasil. Contudo, a historiografia sobre o Brasil republicano permanece carente de estudos a respeito dos fatores da emergência e ocaso de potentados regionais.<sup>50</sup>

---

<sup>46</sup> FIGUEIREDO, Vítor Fonseca. *Voto e competição política na Primeira República: o caso de Minas Gerais*. Tese (Doutorado em História). Juiz de Fora: Universidade Feral de Juiz de Fora, 2016.

<sup>47</sup> A esse respeito, cumpre mencionar o estudo de Ricci e Zulini sobre a Comissão de Verificação de Poderes (ou Comissão dos Cinco) da Câmara dos Deputados. da Câmara dos Deputados. Essa comissão, que funcionou em um período anterior à criação da Justiça Eleitoral no Brasil, era a responsável por emitir parecer que validava a eleição dos deputados federais. No estudo de Ricci e Zulini, é evidenciado que, de 1894 a 1930, a aplicação da prática da *degola* de candidatos de oposição, por aquela comissão, foi pouco usual. Antes, tal comissão, na maior parte dos casos, apenas ratificava o resultado fornecido pelas Juntas Apuradoras estaduais. O resultado dessa pesquisa consiste em uma revisão da leitura segundo a qual o emprego da *degola* foi intrínseco ao processo eleitoral do Brasil da Primeira República. Ver RICCI, Paolo; ZULINI, Jaqueline Porto. Quem ganhou as eleições? A validação dos resultados antes da criação da Justiça Eleitoral. In: *Revista de Sociologia e Política*, v. 21, n. 45, pp. 91-105, março de 2013. Cumpre ressaltar, ainda, que Ricci e Zulini demonstraram empiricamente um argumento formulado pelo cientista político Renato Lessa nos anos 1980, a saber, o argumento segundo o qual a referida comissão atuava como uma *garantia extra* para impedir o ingresso, na Câmara dos Deputados, de candidatos opositoristas. LESSA, Renato *A invenção republicana*: Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República. Rio de Janeiro/São Paulo: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro/Vértice, 1988, p. 106.

<sup>48</sup> ZULINI, Jaqueline Porto. *Modos do bom governo na Primeira República brasileira: o papel do Parlamento no regime de 1889-1930*. Tese (Doutorado em Ciência Política). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2016.

<sup>49</sup> COSTA, Luiz Domingos; MASSIMO, Lucas. Enlarging the Playing Field: Political Circulation of Brazilian Senators in the First Republic. In: *Brazilian Political Science Review*, vol. 9, n. 3, pp. 116-142, 2015.

<sup>50</sup> Nesse âmbito, cumpre enfatizar que não houve relevante avanço na produção de estudos acerca do recrutamento de membros aos quadros partidários regionais à época da Primeira República. Assim, permanece central na historiografia a abordagem desenvolvida por David Fleischer acerca do caso de Minas Gerais. Ver FLEISCHER, David. *O recrutamento político em Minas Gerais, 1890-1918*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 1971.



Dessa forma, mantém-se a pouca ênfase quanto ao estudo dos destinos políticos e sociais de membros das antigas elites provinciais.<sup>51</sup> O estudo sobre a atuação política e econômica de membros das elites provinciais na Primeira República é um tema pouco desenvolvido na historiografia. Remanescem pouco conhecidos os destinos políticos, sociais e econômicos de indivíduos destituídos de suas posições nos órgãos estatais após 1889. Nesse quadro, tem-se negligenciado o conhecimento acerca das condições e formas de acomodação dessa elite destituída em entidades de classe, empresas estatais e privadas e em partidos políticos.

Cabe salientar que Ângela Alonso e Kenneth Jackson organizaram obra respeitante à produção textual que um político monarquista, Joaquim Nabuco, desenvolveu no limiar da Primeira República.<sup>52</sup> De sua parte, Christian Lynch desenvolveu abordagem acerca do pensamento político e social de Rui Barbosa nos contextos imperial e republicano.<sup>53</sup> Desse modo, o estudo do pensamento político de antigos monarquistas ao tempo da República tem obtido especial ênfase na historiografia. Contudo, não há o desenvolvimento de análises acerca da acomodação de membros da elite imperial na vida administrativa da Primeira República. Portanto, não se identifica na historiografia a produção de abordagens acerca das condições e limites da atividade política dos integrantes da elite imperial após o ano de 1889. Ainda, remanesce pouco desenvolvido o conhecimento acerca das transformações na composição social, na hierarquia e nos ritos dos partidos no âmbito dos estados.

Há, portanto, carência de estudos acerca dos destinos políticos e sociais de membros da elite imperial e das elites regionais. Em resumo, os estudos históricos carecem de

---

<sup>51</sup> Acerca de um estudo destino respeitante às características sociais de elites estaduais no contexto da Primeira República, ver PEREIRA, Ledit de Paula. *Elites políticas e a construção dos estados federativos em perspectiva comparada*: São Paulo e Rio Grande do Sul. Tese (Doutorado em História). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2015.

<sup>52</sup> Ver ALONSO, Ângela; JACKSON, Kenneth (Org.). *Joaquim Nabuco na República*. São Paulo: Hucitec, 2012. No âmbito dos estudos acerca do pensamento político e da trajetória de monarquistas que vivenciaram a implantação da República, o nome de Joaquim Nabuco permanece central. Ver ALONSO, Ângela. *Joaquim Nabuco*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007; GOUVÊA, Fernando da Cruz. *Joaquim Nabuco entre a Monarquia e a República*. Recife: Massangana, 1989; COSTA, Hilton. *O navio, os oficiais e os marinheiros: as teorias raciais e a Reforma Eleitoral de 1881*. Tese (Doutorado em História). Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2014. Em resumo, são esparsos os estudos destinados a analisar a trajetória e o pensamento de membros da elite imperial. Essas análises não propiciam, por exemplo, o conhecimento acerca dos fatores do ocaso das carreiras políticas de integrantes dessa elite. Nesse quadro, trata-se de salientar que data da década de 1920 a mais alentada compilação de textos escritos por Antônio da Silva Prado, paulista que permaneceu politicamente ativo após a Proclamação da República. PRADO, Nazareh. *Antonio Prado no Império e na República: seus discursos e actos*. Rio de Janeiro: F. Briguiet, 1929.

<sup>53</sup> Ver LYNCH, Christian. A Utopia democrática: Rui Barbosa entre o Império e a República. In: SENNA, Marta de (Org.). *Rui Barbosa: seleção de textos fundamentais*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2007, pp. 37-66.

abordagens atinentes à ação das elites regionais na reorganização de partidos e na execução de estratégias para permanecerem ativas em esquemas de nomeações federais e estaduais. Para tanto, cumpre elaborar uma análise que avance em relação ao conhecimento contido nos estudos panorâmicos sobre a transição do Império para a República.<sup>54</sup>

Dessa maneira, a presente tese consiste em um esforço direcionado a reabilitar a reflexão acerca dos impactos da implantação da República na vida partidária nacional. Mais precisamente, investigam-se os efeitos dessa implantação nas condições de atuação política das elites provinciais e nos modelos de gestão partidária que elas controlavam.

\*\*\*

### III – Estrutura e hipóteses da tese

Esta tese é dividida em cinco capítulos. Os primeiros quatro capítulos são concernentes ao período imperial, no recorte temporal que abrange os anos de 1853 a 1889. O capítulo quinto, respeitante ao período republicano, abarca os anos de 1890 a 1926. No decorrer desses capítulos, faz-se a reconstituição de trajetórias de componentes das parentelas Correia e Guimarães. Nesse âmbito, confere-se especial ênfase aos fatores sociais que propiciaram o ingresso, a mobilidade e a derrocada das carreiras políticas desses componentes. Ao mesmo tempo, são estudadas as posições ocupadas por esses indivíduos na estrutura administrativa de diretórios partidários e as características da influência que exerceram na constituição de modelos de gestão desses órgãos.

Assim, as informações arroladas para a reconstituição dessas trajetórias políticas são estudadas a partir do método do prosopográfico.<sup>55</sup> Em resumo, busca-se evidenciar elementos comuns a essas trajetórias. Esses elementos comuns dizem respeito aos fatores sociais do desenvolvimento de carreiras políticas. Portanto, busca-se evidenciar os elementos determinantes para a absorção desses indivíduos aos quadros políticos e para o crescimento ou limitação de sua influência nesses quadros.

---

<sup>54</sup> Acerca de um estudo sobre a mencionada transição, ver SAES, Décio. *A formação do Estado burguês no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. Contudo, uma recente investigação acerca da composição social e atuação política de elite local no contexto da transição do Império para a República foi elaborada por Carla Fernanda da Conceição. Trata-se de estudo sobre o caso do município paulista de São Carlos. Ver CONCEIÇÃO, Carla Fernanda da. *Configuração das elites política e econômica em São Carlos/SP – 1873 a 1904*. Dissertação (Mestrado em Sociologia). São Carlos: Universidade Federal de São Carlos. Ao mesmo tempo, cabe menção ao estudo de COUTO, André Luiz Faria. *Do Império à República: a vida política no município de Barra Mansa*. Tese (Doutorado em História, Política e Bens Culturais). Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2016.

<sup>55</sup> Acerca das distintas linhagens de estudos que empregam o método prosopográfico, ver CHARLE, Christophe. A prosopografia ou biografias coletivas: balanço e perspectivas. In: HEINZ, Flávio (Org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2001, pp. 41-54, e STONE, Lawrence. Prosopografia. In: *Revista de Sociologia e Política*, v. 19, n. 39, pp. 115-137, junho de 2011.

Argumenta-se que o reconhecimento de elementos típicos aos percursos políticos de integrantes das famílias Correia e Guimarães permite salientar, por um lado, a autonomia conquistada pelas elites regionais para a definição de multifacetados modelos de gestão partidária. Por outro lado, a identificação desses elementos possibilita salientar os fatores mais determinantes para engendrar fenômenos como a instabilidade e a transição do comando de diretórios partidários.

\*\*\*

O primeiro capítulo da tese abrange os anos de 1853 a 1871. Nesse quadro, é estudada a formação do quadro político-partidário paranaense por meio da análise da organização do Partido Liberal na província. Nesse âmbito, é demonstrado que nas décadas de 1850 e 1860 houve a absorção, ao jogo político regional, de indivíduos não originários da província. Enfatiza-se, pois, que a atenção aos processos de integração aos quadros partidários, atuação parlamentar e afastamento desses adventícios da vida partidária regional é operacional para o conhecimento sobre o funcionamento dos partidos políticos e também para o conhecimento acerca das disputas entre esses adventícios e os integrantes das antigas elites locais.

Nesse sentido, são destacadas as aproximações entre o Partido Conservador e o Partido Liberal no que concerne às formas de recrutamento de correligionários. Dessa maneira, ressalta-se que ambas as agremiações eram inclinadas a incorporar, aos seus quadros, políticos veteranos e novatos não originários da província.

Acerca do caso do Partido Liberal, argumenta-se que a interferência de lideranças políticas nacionais na gestão dessa agremiação no Paraná era derivada da incipiência das regras do relacionamento entre as instâncias da agremiação. A consolidação dessas regras ocorreu apenas no fim dos anos 1860.

De outra parte, trata-se de demonstrar que essa ingerência, em determinadas circunstâncias, suscitava a crítica de membros de diretórios provinciais. Portanto, o caso das eleições no Paraná, no princípio dos anos 1860, evidencia que a incipiência da definição das prerrogativas dos diretórios provinciais era um fator de conflito no âmbito do Partido Liberal, bem como era um fator que gerava dificuldades para as elites regionais exercerem localmente o controle sobre a agremiação.

O desenvolvimento dessa abordagem, contudo, não negligencia a atenção ao cenário político nacional. Nesse quadro, trata-se de evidenciar que no decorrer dos anos 1860 houve a reorganização dos diretórios nacionais dos partidos Conservador e Liberal. Por conseguinte, é

ênfatisado que a principal consequência dessa reorganização foi gerar, no âmbito regional, a consolidação de uma rotina na vida interna das agremiações. Ou seja, houve, a partir da referida década, o aperfeiçoamento de regras e ritos partidários. Porém, tal reorganização não implicou a renovação do quadro de dirigentes partidários no Paraná. Por outro lado, trata-se de evidenciar que, ao menos desde os anos 1850, estavam em funcionamento diretórios de ambos os partidos nas capitais e municípios do interior das províncias. Portanto, o período anterior à mencionada reorganização de diretórios não pode ser entendido como marcado pela completa ausência de regras e de uma previsibilidade na vida interna dos partidos nas províncias.

O segundo capítulo da tese é dedicado ao estudo da organização do Partido Conservador do Paraná. Nesse âmbito, será destacado que as elites sociais do litoral e do primeiro planalto paranaense começaram, nos anos 1830, a conceder apoio eleitoral a bacharéis que estavam integrados ao Partido Conservador. Portanto, os liberais paranaenses incorporaram mais tardiamente jovens bacharéis adventícios. Em seguida, cabe acentuar que em fins dos anos 1860 os adventícios pertencentes à geração de 1830 consolidaram-se em posições de relevo no diretório central do Partido Conservador paranaense.

Nesse capítulo será evidenciado que no fim dos anos 1860 houve a reorganização do diretório nacional e dos diretórios regionais do Partido Conservador. De modo análogo ao caso do Partido Liberal, os potentados provinciais controlavam esse processo de reorganização. Demonstra-se, assim, que as elites regionais tiveram ampla autonomia para executar as diretrizes da elite política imperial acerca da criação de regras atinentes ao funcionamento de diretórios partidários.

O terceiro capítulo, por seu turno, consiste em uma análise da atividade política de duas parentelas radicadas no litoral paranaense (Correia e Guimarães) nas décadas de 1850 e 1860. A esse respeito, cumpre evidenciar as diferenças capitais que existiram entre os negociantes e os bacharéis no que concerne às suas oportunidades sociais e ao desenvolvimento de suas atividades políticas.

Portanto, neste capítulo é iniciado um estudo sobre as diferenças sociais e políticas entre duas parentelas vinculadas ao Partido Conservador. Nesse quadro, demonstra-se que as mudanças na gestão partidária, no Partido Conservador do Paraná, foram acompanhadas pela precisa divisão de tarefas pelos correligionários da agremiação. De um lado, estavam os

bacharéis, que comandavam a grei. De outro lado, encontravam-se os negociantes, que eram os executores das diretrizes eleitorais formuladas pelos advogados.

Ao mesmo tempo, será demonstrado que no final dos anos 1860 os bacharéis pertencentes à família Correia conquistaram a prerrogativa de interferir nas decisões do diretório do Partido Conservador em Paranaguá. Tratava-se, pois, do contexto do retorno dos conservadores ao Gabinete Ministerial e aos governos provinciais.

Dessa forma, será evidenciado que em tal período os bacharéis pertencentes a essa parentela tornaram-se participantes de esquemas de nomeações para cargos comissionados imperiais. O exercício de tais cargos, por sua vez, permitiu-lhes desempenho ocasional de influência sobre a gestão de diretórios partidários e dos esquemas eleitorais de províncias do Nordeste, Sudeste e Sul do Império. A consecução dessa etapa da investigação propicia, ainda, um avanço no entendimento sobre o desenvolvimento das carreiras de funcionários da administração imperial. Mais precisamente, compete evidenciar as condições de ingresso e mobilidade em tal carreira. Na historiografia, esse tema recebeu pouca ênfase.<sup>56</sup>

Nesse âmbito, será realizada uma abordagem sobre os fatores que ocasionaram desiguais oportunidades políticas aos membros das famílias Correia e Guimarães. Mais especificamente, cumpre ressaltar o importante papel desempenhado pela formação jurídica na produção de uma distinção quanto às condições de atuação na vida partidária e nas instituições públicas. A prerrogativa de influir em disputas eleitorais e na gestão de diretórios partidários de outras províncias foi um aspecto comum aos bacharéis que, pertencentes à família Correia, ingressaram na vida política a partir dos anos 1850. Em síntese, será destacado que a formação jurídica permitiu que eles obtivessem cargos comissionados que favoreciam o estabelecimento de conexões políticas para além do Paraná e do Partido Conservador.

O quarto capítulo, por seu turno, atém-se ao período que abrange os anos de 1873 e 1889. Nesse quadro, o estudo é principiado pela análise do quadro partidário provincial paranaense. A esse respeito, cumpre enfatizar as diferenças atinentes às formas de atuação política dos correligionários do Partido Conservador na região planáltica e no litoral. A essa agremiação estavam integrados os membros das famílias Correia e Guimarães.

---

<sup>56</sup> Um trabalho capital sobre tais carreiras foi produzido por CÂNDIDO, Antônio. *Um funcionário da monarquia: ensaio sobre o segundo escalão*. São Paulo: Ouro sobre Azul, 2007.

A etapa seguinte do capítulo consiste em uma análise sobre a atuação política de integrantes das famílias Correia e Guimarães. A esse respeito, é destacado que nesse período houve uma transição do comando do diretório conservador de Paranaguá. Nessa transição, os bacharéis pertencentes à família Correia tornaram-se as lideranças desse diretório. Ainda, cumpre ser ressaltado que um dos indícios da influência política desses bacharéis consistiu na prerrogativa de interferir em decisões imperiais como forma de atingir, no âmbito provincial, os seus intentos políticos e eleitorais. Nesse contexto, a prerrogativa de influir na nomeação e demissão de funcionários imperiais era operacional aos projetos eleitorais daqueles bacharéis.

No quinto capítulo, por fim, será empreendida uma abordagem sobre os destinos sociais e políticos de membros da antiga elite provincial ao tempo Primeira da República. Inicialmente, será empreendido um estudo sobre a vida interna da agremiação que conferia apoio ao Governo Estadual: o Partido Republicano Paranaense. Tratava-se, pois, do partido mais poderoso e longo do estado. Nesse quadro, é evidenciado que na Primeira República, de modo diferente do período imperial, os diretórios municipais não se opuseram às decisões emanadas do diretório regional do partido. Dessa forma, os diretórios municipais não agiram de modo autônomo às diretrizes políticas formuladas pelo diretório regional.

Nesse quadro, trata-se de ressaltar uma diferença fundamental entre o funcionamento dos partidos na Primeira República e no Império. Em suma, será evidenciado que, em relação ao período imperial, a vida interna dos partidos durante a República era mais disciplinada e previsível. A partir da implantação da República, ocorreu a consolidação de uma liturgia responsável por reger a vida interna das agremiações partidárias no interior dos estados.

De outra parte, confere-se atenção às transformações e permanências na vida política da região litorânea. Nesse âmbito, será demonstrado que os produtores de erva-mate estabelecidos município de Morretes lograram manter-se ativos nos esquemas eleitorais que lhes garantiam o acesso à Assembleia Legislativa e às políticas de nomeações. A permanência desses antigos correligionários do Partido Conservador no jogo partidário foi permitida pela vinculação dessas famílias ao esquema político governista instituído no Paraná nas primeiras décadas da República.

Todavia, as lideranças partidárias da região litorânea participavam apenas ocasionalmente na gestão do diretório central do Partido Republicano Paranaense. Nesse quadro, será destacado que em tal contexto houve a consolidação das regras atinentes à participação dos membros dos diretórios municipais nas deliberações do diretório estadual do

partido governista. Assim, é demonstrado que na primeira década republicana os negociantes do litoral se acomodaram em uma posição subalterna no jogo político estadual.<sup>57</sup>

Cumprе ressaltar que a presente tese também se enquadra na vertente de estudos orientada a demonstrar que as elites regionais encaravam o pertencimento a associações comerciais como propício à viabilização de seus interesses econômicos e políticas. A peculiaridade do caso estudado nesta tese consiste no fato de que, ao tempo em que pertenceram a entidades de classe, os membros da família Guimarães estavam afastados da vida partidária. Dessa maneira, a inserção nessas entidades era um refúgio a indivíduos que perdiam espaço no jogo político.<sup>58</sup> A abordagem empreendida no quinto capítulo apresenta, pois, evidências sobre as mudanças na composição dos grupos políticos regionais, nas formas de organização e gestão partidária.<sup>59</sup>

Em síntese, evidencia-se que o desfecho das carreiras políticas dos integrantes dos membros dessas parentelas foi caracterizado pelo exercício eventual de cargos comissionados. Ainda, tal desenlace foi marcado pelo malogro de suas iniciativas de atuarem na oposição ao governo estadual por meio da criação de partidos. No Paraná da Primeira República, o controle exercido pela elite destituída sobre os partidos de oposição inviabilizava a ascensão de novas lideranças. Por conseguinte, os partidos oposicionistas eram apenas efêmeras alianças entre antigos correligionários da grei situacionista.

\*\*\*

### Fontes documentais

Os periódicos consistem nas principais fontes utilizadas nesta tese. Em sua maior parte, esses periódicos encontram-se digitalizados no sítio eletrônico da Hemeroteca da

---

<sup>57</sup> A abordagem desenvolvida no último capítulo possibilita, em suma, evidenciar as mudanças nas condições de atuação política das antigas elites provinciais ao tempo da Primeira República. Nesse quadro, a análise empreendida neste capítulo é marcada por uma crítica ao argumento segundo o qual a implantação da República não promoveu alterações nos cenários políticos estaduais. Essa vertente de análise foi sustentada por autores como Cecília Westphalen, que advogou que “Durante todo o século XIX, e mesmo durante a República, nada mudou estruturalmente na vida política paranaense. Continuava a classe senhorial, dona da terra, por meio das oligarquias locais, fundadas nos laços de parentesco e compadrio, que substituíam, a conduzir sozinha, o jogo político pela disputa do poder”. WESTPHALEN, Cecília Maria. *Política paranaense no século XIX*. In: *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, n. 87, janeiro/abril de 1996, p. 63.

<sup>58</sup> Acerca das recentes abordagens sobre a natureza das demandas econômicas e das atividades políticas dos gestores de associações comerciais, ver NEVES, Diogo Gualharo Neves. *Associação Comercial do Maranhão: recrutamento e atuação política da liderança empresarial, 1880-1940*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). São Luís: Universidade Federal do Maranhão, 2011; VIEIRA, Nívea Silva. *A Associação Comercial do Rio de Janeiro e o Porto: definição e redefinição de políticas públicas para o Porto do Rio de Janeiro*. Tese (Doutorado em História). Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2014.

<sup>59</sup> Para uma análise acerca de diferenças cruciais entre vida política imperial e a republicana, ver SANTOS, Wanderley Guilherme dos. O sistema oligárquico da Primeira República. In: *Dados*, vol. 56, n. 1, pp. 9-37, 2013.

Biblioteca Nacional. Em geral, esses periódicos eram jornais semanais ligados a partidos políticos. Nesses jornais, eram publicadas rotineiramente informações sobre a vida interna dos partidos. Dessa forma, a importância dos periódicos para a realização do presente estudo decorre do fato de que comportam abundantes informações acerca dos bastidores políticos das províncias e estados brasileiros. Por consequência, essas informações possibilitaram a compreensão sobre a gestão dos partidos no âmbito regional.

Em sua maior parte, os periódicos aqui empregados eram publicados nas cidades de Curitiba e do Rio de Janeiro. Os principais jornais curitibanos utilizados nesta tese eram os semanários *Dezenove de Dezembro* (órgão ligado ao Governo Provincial), *Gazeta Paranaense* (vinculado ao Partido Conservador) e *Província do Paraná* (mantido por membros do Partido Liberal). Para a obtenção de informações sobre a política paranaense ao tempo da Primeira República, foi decisiva a consulta a edições de *A República*, órgão do Partido Republicado Paranaense. Por outro lado, os principais jornais cariocas aqui utilizados são o *Diário do Rio de Janeiro*, *Correio Mercantil* e *A Reforma* (órgão de apoio ao Partido Liberal).

Para o estudo sobre acontecimentos políticos acontecidos na então da capital da República e também sobre os destinos de membros das elites provinciais do Paraná, foi realizada a consulta a periódicos como o *Jornal do Brasil* e a *Gazeta de Notícias*. Nesse âmbito, o estudo acerca das colunas de correspondentes dos jornais de circulação nacional foi imperioso para a captação de informações sobre a vida política das províncias e estados do Brasil. Assim, a análise dessas colunas subsidiou a construção de uma análise comparada entre de eventos políticos ocorridos no Paraná e eventos acontecidos em outros estados brasileiros.



## Capítulo 1

### **Absorção de correligionários, órgãos estatais e quadros partidários: o Partido Liberal na formação do jogo político paranaense**

Neste capítulo é realizado um estudo a respeito da formação do quadro partidário paranaense. O estudo desenvolvido no princípio deste capítulo busca suprir uma carência existente na historiografia paranaense. Em geral, os estudos sobre a política paranaense detiveram-se apenas na identificação dos principais personagens da política provincial, bem como na exposição sobre as atividades econômicas às quais eles se dedicavam. Deve-se ressaltar que essas abordagens estão orientadas por uma finalidade didática, a saber, a apresentação dos aspectos gerais da formação da vida política e, em particular, do quadro partidário do Paraná provincial.<sup>60</sup>

Ao mesmo tempo, estudos sobre personagens da política paranaense não propiciaram o entendimento, por exemplo, acerca do funcionamento dos partidos e esferas da administração provincial do Paraná. Antes, tais estudos permitem um entendimento sobre as etapas centrais do percurso político e atuação administrativa daqueles personagens.<sup>61</sup>

Nesse quadro, verifica-se na historiografia paranaense uma carência análoga àquela presente nos estudos analisados na Introdução desta tese. A carência consiste na pouca ênfase à compreensão sobre o funcionamento das instituições políticas e dos modelos de organização partidária. Assim, o estudo das ações individuais de personagens históricos permanece sobreposto à compreensão acerca do formato e do papel das instituições às quais os próceres dos partidos pertenceram.

Por outro lado, os principais avanços na historiografia sobre o Paraná provincial foram realizados por meio do estudo sobre a influência de relações de parentesco na formação do quadro partidário paranaense.<sup>62</sup> Nesse particular, tem-se demonstrado o papel decisivo dessas

---

<sup>60</sup> A esse respeito, ver BALHANA, Altiva Pilatti; MACHADO, Brasil Pinheiro; WESTPHALEN, Cecília Maria. *História do Paraná*. Vol. I. Curitiba: Gafipar, 1969; MAGALHÃES, Marionilde Dias Brephol de. *Paraná: Política e Governo*. Curitiba: Secretaria de Educação do Estado do Paraná, 2001; RIBEIRO, Luiz Carlos. O mandonismo local e o movimento republicano. In: *História: questões e debates*, v. 3, n. 4, junho de 1982, pp. 65-85.

<sup>61</sup> Ver CARNEIRO, David; VARGAS, Túlio. *História do período provincial do Paraná*. Curitiba: Edição do Banestado, 1994; CHAVES, Maria L.; VARGAS, Túlio. *Sérgio de Castro: biografia do presidente da Constituinte Republicana do Paraná de 1892*. Curitiba: Lítero-Técnica, 1987; MARTINS, Wilson. *A invenção do Paraná: estudo sobre a presidência de Zacarias de Góes e Vasconcellos*. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 1999.

<sup>62</sup> Ver ALVES, Alessandro Cavassin. *A Província do Paraná (1853-1889). A classe política. A parentela no governo*. Tese (Doutorado em Sociologia). Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2014. A abordagem desenvolvida por Cavassin guarda uma aproximação com a análise desenvolvida por Ricardo Costa de Oliveira

relações na definição da composição social e do funcionamento do jogo político nos períodos imperial e republicano.<sup>63</sup> Na presente tese, demonstra-se que tais relações eram elementos que exerceram marcante influência na constituição do quadro partidário e administrativo da província. Essa influência poderia inviabilizar, por exemplo, a estabilidade da vida interna de um diretório.

Ao mesmo tempo, trata-se de evidenciar os limites dessas relações na viabilização de carreiras políticas. Assim, a abordagem desenvolvida a partir deste capítulo atenta para as desiguais oportunidades políticas que existiram entre indivíduos aparentados entre si. Em resumo, a atenção a essas desigualdades é essencial para a identificação da natureza e da hierarquia de tarefas políticas desempenhadas pelos membros das parentelas da elite regional no interior dos partidos monárquicos.

\*\*\*

No presente capítulo, trata-se de iniciar a demonstração do argumento de que, durante o Segundo Reinado, os partidos implantaram diretrizes que disciplinavam a participação dos correligionários em seus processos deliberativos. Ainda, houve a criação de regras acerca do modo de relacionamento entre as instâncias da administração de um partido. Por outro lado, cumpre abordar as motivações e os desdobramentos das rivalidades que existiram entre os componentes dos diretórios partidários. Em suma, compete desenvolver uma abordagem que demonstre que os partidos monárquicos vivenciaram períodos de crise interna em virtude dos obstáculos à implantação de regras que garantissem ampla e transparente participação dos correligionários na rotina de um partido. Portanto, demonstra-se que essa implantação de regras não foi um processo isento de dificuldades.

O recorte temporal atinente a este capítulo abarca os decênios de 1850 e 1870. Nesse quadro, é evidenciado que nas primeiras duas décadas da vida política paranaense houve a conquista, por indivíduos não originários da província, de posições de destaque nos quadros

---

sobre a constituição das conexões familiares formadas entre parentelas da elite paranaense. Em suma, essa aproximação reside no esforço de evidenciar as distintas oportunidades sociais e políticas decorrentes do estabelecimento de ligações familiares em diferentes épocas históricas. Ver OLIVEIRA, Ricardo Costa de. *O silêncio dos vencedores*. Genealogia, classe dominante e Estado do Paraná (1853-1930). Curitiba: Moinho do Verbo, 2001. Atinente, por sua vez, ao conhecimento sobre a vida política do terceiro planalto paranaense na segunda metade do século XIX, cabe menção ao estudo de SANTOS, Zelo Martins dos. *Visconde de Guarapuava: um personagem na história do Paraná*. Tese (Doutorado em História). Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2005.

<sup>63</sup> Ver GOULART, Mônica Helena Harrich Silva. *Classe dominante e jogo político na Assembléia Legislativa Paranaense (1889-1930)*. Tese (Doutorado em Sociologia). 2008. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2008; GOULART, Mônica Harrich Silva. *O poder local e o coronelismo no Estado do Paraná. 1880-1930*. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Curitiba: Universidade Federal do Paraná. 2004.

partidários, nas instituições parlamentares e nos órgãos da administração provincial. Entretanto, cumpre destacar as sensíveis diferenças entre os partidos Conservador e Liberal no que respeita aos processos de absorção e aos destinos políticos desses adventícios.

De outra parte, será evidenciado que o jogo político provincial, nos anos 1860, era suscetível à interferência de chefes nacionais do Partido Liberal. Nesse sentido, caberá ser enfatizado que o êxito eleitoral dos adventícios foi, por vezes, derivado do apoio que obtiveram dos próceres daquela agremiação. A demonstração desse argumento permite evidenciar os limites dos potentados regionais quanto à autonomia para gerir os partidos e os esquemas eleitorais. Será também destacado que, na referida década, tal situação foi comum a províncias de diferentes regiões do Império.

Cumprido, também, desenvolver um estudo sobre as características do processo de absorção de correligionários ao Partido Liberal do Paraná. A esse respeito, compete destacar que, nos decênios de 1850 e 1860, houve a incorporação de políticos (veteranos e novatos) não originários do Paraná. De sua parte, os veteranos desenvolveram uma breve atuação na vida política da província. Nesse âmbito, será destacado que a incorporação desses veteranos era também realizada sob o respaldo dos chefes nacionais da agremiação.

Por outro lado, cabe evidenciar que os correligionários adventícios que tiveram uma atuação mais longa no jogo partidário regional conheceram o ocaso de sua atividade política em virtude da competição com indivíduos pertencentes às parentelas da elite social da região planáltica. Nesse sentido, cumpre ressaltar uma semelhança com a situação ocorrida no Partido Conservador. Essa semelhança derivava da existência de uma competição entre locais e adventícios pelo controle de posições de destaque na gestão do partido.

Porém, uma diferença fundamental entre os partidos políticos no Paraná, no decênio de 1860, dizia respeito à celeridade da conquista de posições políticas por jovens bacharéis. Desse modo, caberá ser enfatizado que os bacharéis pertencentes ao Partido Liberal conquistaram antes dos bacharéis conservadores o respaldo dos antigos negociantes para gerir o partido na província.

De outro lado, salienta-se que a vida política do Paraná não era marcada pela anomia. Apesar do seu caráter incipiente, existiam regras que conferiram uma previsibilidade aos ritos partidários, tais como a aclamação e destituição de lideranças partidárias municipais. Esses ritos, portanto, disciplinavam as formas de competição e impediam o agravamento de conflitos entre os correligionários. Contudo, é destacado que os primórdios da vida política

paranaense também foram marcados pela relação volúvel que os correligionários mantinham com os partidos. Nesse sentido, a migração partidária não era um aspecto incomum no jogo político regional.

### **1.1. – A atuação de políticos veteranos e novatos no princípio da vida política regional: a absorção de correligionários aos quadros do Partido Liberal paranaense**

As informações a respeito da vida interna dos partidos políticos ao tempo das primeiras duas décadas da vida política paranaense não são numerosas. Essas informações tornaram-se mais abundantes a partir da década de 1870, em virtude da criação de jornais partidários. Desse modo, o estudo sobre os percursos políticos dos membros desses partidos é operacional para o conhecimento acerca das características da absorção e da mobilidade de correligionários no interior da hierarquia partidária. Esse estudo também propicia o entendimento sobre os fatores e desdobramentos da competição que havia entre partidários de uma mesma grei. De outra parte, tal estudo também é relevante para o entendimento sobre os fatores que ocasionavam a perda de espaço e o desligamento desses correligionários de seus partidos.

Dessa forma, a partir desta seção é empreendida uma abordagem sobre o ingresso de correligionários no Partido Liberal paranaense, nas décadas de 1850 e 1860. Ao mesmo tempo, cumpre empreender um comparativo entre os percursos desses adventícios e os percursos de políticos que eram pertencentes a setores da elite social da província. Os políticos liberais cujos percursos são estudados nesta seção aproximavam-se, pois, pelo fato de que alcançaram posições de relevo em esquemas eleitorais e instituições parlamentares e administrativas.

Esses correligionários liberais dividiam-se em três categorias. Primeiro, encontra-se o grupo de correligionários politicamente ativos desde o período anterior à criação do Paraná. Nesse âmbito, trata-se de ressaltar a propensão dos liberais paranaenses para incorporar a seus quadros antigos agentes estatais oriundos de outras províncias. De um lado, um fator preponderante para tal incorporação era o poder econômico do adventício. De outro lado, um fator decisivo para essa incorporação era a interferência de chefes nacionais da agremiação em favor dos adventícios. Nesse quadro, é evidenciado que o afastamento de adventícios do jogo político paranaense era percebido como um acontecimento favorável à autonomia da vida política regional.

Segundo, há o grupo dos jovens diplomados que, não originários do Paraná, lograram participar de esquemas eleitorais e de políticas de nomeações. Nesse âmbito, destaca-se que eles conseguiam formar um pequeno séquito de aliados. A manutenção desses séquitos era operacional para os adventícios negociarem os seus apoios a candidatos. Mais precisamente, a constituição desses séquitos permitia aos adventícios continuarem envolvidos no jogo político após perderem o apoio dos chefes regionais do Partido Liberal. Assim, será evidenciado que, no jogo político provincial, os potentados não mantinham sob o seu controle a totalidade dos votantes.

Em suma, trata-se de evidenciar que os políticos adventícios conseguiram, ainda que momentaneamente, ocupar posições de destaque na vida interna do Partido Liberal paranaense. Porém, a competição com correligionários oriundos da província, bem como a competição entre os próprios adventícios, foi um dos fatores que solapou as suas condições de conservar essas posições. O envolvimento em esquemas de nomeações para cargos provinciais foi um dos refúgios àqueles adventícios que perderam espaço no jogo partidário regional.

Terceiro, situa-se o grupo de jovens membros da elite local. Ao estudar essa categoria de correligionários liberais, será evidenciado que a emergência desse grupo decorre do fato de que os negociantes não criaram obstáculos à investidura desses indivíduos no comando dos diretórios liberais. A transição do comando político, assim, não foi marcada por um confronto entre gerações. Antes, os confrontos internos aos negociantes da geração de 1810 viabilizou a ascensão de uma das principais lideranças liberais do Paraná.

Nesse sentido, compete evidenciar que interesses particulares dos negociantes, tais como a nomeação para cargos públicos, eram fatores que geravam conflitos nos diretórios e também motivavam a substituição de lideranças. Assim, tais conflitos exigiam a formulação de ritos partidários para processos como a destituição de lideranças. Essas querelas, em suma, propiciaram o delineamento de formas de administração de conflitos no âmbito dos diretórios.

### **1.1.1. – Poder econômico e incorporação aos quadros partidários: a absorção do Barão de Antonina ao Partido Liberal paranaense**

Nesta seção é principiada a demonstração de que o Partido Liberal paranaense incorporou aos seus quadros um abastado negociante e antigo agente estatal originário de outra província. A atuação desse correligionário na política regional foi marcada pela

brevidade. Todavia, encontram-se indícios de que essa atuação foi também caracterizada pela defesa de demandas econômicas e de interesses privados dos chefes provinciais daquela agremiação. Mais especificamente, a inserção desse adventício na vida política do Paraná foi marcada por suas tentativas de viabilizar a inserção de chefes do Partido Liberal na província em esquemas de nomeações para cargos imperiais.

Tratava-se, pois, de um contexto anterior à criação de regras atinentes ao funcionamento de diretórios. Ao mesmo tempo, nessa época ainda não ocorrera a interferência de chefes partidários nacionais na política paranaense. Portanto, a afinidade de interesses econômicos e a intermediação de benesses a integrantes da elite regional eram formas de integração de adventícios aos quadros partidários.

Assim, as informações atinentes ao percurso político do Barão de Antonina no Paraná comportam evidências sobre processos de absorção aos quadros partidários em um contexto de baixa formalização da vida partidária nacional. Em síntese, será destacado que o poder econômico e a experiência política apresentaram-se como condições essenciais para possibilitar a esse indivíduo a obtenção de espaço nos esquemas eleitorais do Partido Liberal paranaense, nos anos 1850. Trata-se, pois, de um indivíduo cuja atividade política foi viabilizada pela natureza das suas práticas e relações econômicas.

De outra parte, o estudo sobre tal a absorção é operacional para a demonstração do argumento segundo o qual, entre as décadas de 1850 e 1860, ocorreu um processo de mutação do perfil dos correligionários desse partido no Paraná. Em suma, compete destacar que, ao final desse processo, o poder econômico e a experiência política tornaram-se fatores pouco decisivos para propiciar, a um novo grupo de adventícios, oportunidades referentes à conquista de posições de comando nos diretórios partidários e instituições políticas. Antes, a formação superior tornou-se, no epílogo desse processo, um requisito fulcral para a conquista de tais oportunidades.

Cabe estudar, assim, o caso de João da Silva Machado (1782-1875), Barão de Antonina, natural da Província do Rio Grande do Sul. O estreitamento das suas relações com os futuros chefes partidários liberais do Paraná foi realizado na primeira metade do século XIX, em um período no qual ele, Machado, era o principal comerciante das tropas de animais de carga que transitavam pelos Registros de Curitiba e do Rio Negro. De outra parte, ele também atuou na vida política paulista desde os anos 1830, tendo ocupado cargos eletivos tais

como o de deputado provincial.<sup>64</sup> Tratava-se, também, de um agente estatal pelo fato de ter exercido cargos comissionados na administração provincial paulista a partir dos anos 1820. O Barão de Antonina desempenhou, por exemplo, a função de inspetor da Estrada de Curitiba, no final dos anos 1820 e início dos anos 1830. Nessa condição, ele recebia reiteradas demandas de integrantes da elite planáltica e litorânea do atual Estado do Paraná em favor da realização de melhoramentos nessa estrada.<sup>65</sup>

Nesse sentido, o Primeiro Reinado consistiu no período inicial da aproximação entre o Barão de Antonina e as elites do primeiro planalto e do litoral da 5ª Comarca paulista. Mais precisamente, nessa época o Barão era um agente que intermediava, junto ao Governo Provincial e ao Conselho Geral de São Paulo, a viabilização de determinadas demandas dos membros dessas elites. Em 1830, por exemplo, o então presidente da província, José Carlos Pereira de Almeida Torres, enviou ofício ao futuro Barão. Nesse ofício, era informado que ele, o futuro Barão, havia sido indicado pelo Conselho Geral para conduzir as obras de melhoramentos da Estrada de Curitiba. Esse Conselho aprovou a realização dessa obra a partir da análise de um relatório elaborado pelo futuro Barão de Antonina. Conforme se verifica por meio da leitura do ofício de Almeida Torres e da ata do Conselho, uma das principais finalidades dessa obra facilitar o escoamento da produção agrícola das vilas planálticas por meio do porto de Antonina. Mais amplamente, as autoridades paulistas argumentaram que a consecução dessa obra estimularia a atividade comercial da própria comarca. Tal informação evidencia o envolvimento de um adventício nas querelas que existiam entre as elites sociais da comarca.<sup>66</sup>

Nesse sentido, torna-se possível iniciar uma comparação entre o caso do Barão de Antonina e dos bacharéis pertencentes à geração de 1810 que atuaram como agentes estatais na área da futura Província do Paraná. A defesa dos pleitos das elites locais consistiu em etapa inicial da integração desses indivíduos ao jogo partidário controlado pelas elites sociais do planalto curitibano e da região litorânea. Contudo, os chefes do Partido Conservador, nesse contexto, não conferiram oportunidades políticas a abastados negociantes tais como o Barão

---

<sup>64</sup> Acerca da trajetória econômica e política do Barão de Antonina na primeira metade do século XIX, ver BORGES, Luiz Adriano Gonçalves. *Senhor de terras, de homens e de animais: a trajetória política e econômica de João da Silva Machado (Província de São Paulo, 1800-1853)*. Tese (Doutorado em História). Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2014.

<sup>65</sup> A esse respeito, ver VIEIRA DOS SANTOS, Antônio. *Memoria Historica, Chronologica, Topographica e Descriptiva da Villa de Morretes e do Porto Real, vulgarmente Porto de Çima*. Curitiba: Museu Paranaense, 1950 [1851].

<sup>66</sup> *Farol Paulistano*, 2 de março de 1830, pp. 1-2.

de Antonina. Antes, o apoio político desses chefes recaiu sobre os bacharéis. Ao contrário do caso desse Barão, os jovens bacharéis conservadores enraizaram-se definitivamente na sociedade paranaense.

\*\*\*

Nesse âmbito, cumpre desenvolver o estudo sobre a atuação do Barão de Antonina na vida política paranaense em duas etapas. Primeiro, é evidenciado o envolvimento desse indivíduo na viabilização de interesses particulares de um chefe do Partido Liberal paranaense. Nesse âmbito, é ressaltado que há uma diferença entre a sua participação política no Paraná e a participação dos liberais que emergiram no jogo partidário paranaense nos anos 1850. Tal diferença era derivada do fato de que, em relação a esses emergentes, o Barão de Antonina esteve ausente do cotidiano político da província.

Na terceira etapa, confere-se atenção às atividades políticas que ele empreendeu no contexto em que se desligou da vida partidária paranaense. Nessa etapa, é destacado que, ao tempo em que era senador, ele era mais inclinado ao envolvimento na vida política da capital paulista.

\*\*\*

No princípio dos anos 1850, o Barão de Antonina já consolidara a sua inserção na vida política da região planáltica do Paraná. No início da vida política paranaense, o relacionamento desse negociante com membros proeminentes do Partido Liberal na província permanecia centrado em motivações econômicas. Mais precisamente, esse Barão buscava empenhar-se na viabilização de reivindicações econômicas que interessavam aos componentes da elite social do planalto curitibano. Por outro lado, ele também atuou para conseguir atender a interesses privados de chefes partidários. Esses interesses, em sua maior parte, eram referentes à inserção em esquemas de nomeações para cargos imperiais. Conforme evidenciado a seguir, o esforço do Barão para atender a esses interesses não teve resultados.

Para análise das conexões entre Barão de Antonina e personagens da elite do planalto do Paraná, cabe realizar a transcrição de cartas endereçadas por esse indivíduo, ao tempo da criação do Paraná, ao jovem bacharel Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá (1827-1903). Este indivíduo, por sua vez, era filho de um negociante de animais de carga, o sorocabano José Caetano de Oliveira (1794-1863), que se radicara na vila de Palmeira no princípio do século



XIX. Jesuíno Marcondes, a despeito de sua condição de bacharel, atuou como fazendeiro na região do segundo planalto paranaense.<sup>67</sup>

\*\*\*

Inicialmente, cabe transcrever uma carta, datada de julho de 1853, na qual Barão de Antonina afirma estar empenhado para conseguir a nomeação de Jesuíno Marcondes para um cargo comissionado imperial. Esse indivíduo pertencia à primeira geração dos habitantes do atual Paraná que obteve formação jurídica. Nessa carta, o Barão de Antonina menciona o seu envolvimento nas tentativas de viabilizar a aprovação do projeto, que tramitava na Câmara dos Deputados, de emancipação política da 5ª Comarca de São Paulo. Tal emancipação foi concretizada em agosto do referido ano:

Ilmo. Sr. Dor. Jesuíno Marcondes d'Oliveira e Sá  
S. Paulo 30 de julho de 1853 (para o Rio)

Estimo que chegasse sem novidade e que não encontre com alguma amarela.

O senhor Paulino me escreveu dizendo-me que não tinha por ora alguma vaga para o acomodar; porém ficava na sua lembrança e em tal caso é bom que v.s. o frequente para não ficar esquecido. Tenho agora boas esperanças da Separação; e que passe nesta sessão: como hoje todos os Coritibanos desejem esta medida, eu não cesso de me empenhar a respeito, porque na verdade tenho uma predileção por aquele país e por aquela gente, mui digna de ocupar melhor posição. Deve increpa-lo de não me dar notícias suas sabendo que o estimo deveras.

Boa saúde

Muito seu afetuoso

Antonina<sup>68</sup>

Dessa forma, constata-se que, na tentativa de obter um cargo comissionado para Jesuíno Marcondes, o Barão de Antonina estabeleceu contato com Paulino José Soares de Sousa (1807-1866), Visconde do Uruguai. Nessa época, Uruguai era ministro dos Negócios Estrangeiros do Gabinete Ministerial presidido pelo Visconde de Itaboraí, do Partido Conservador.

Em carta datada do mês de agosto de 1853, Barão de Antonina retomou o assunto da nomeação de Marcondes. Essa epístola comporta, ainda, outro indício de que ele, o Barão de Antonina, possuía condições de intermediar o envio de demandas particulares de políticos de província a altos agentes da administração imperial, inclusive aqueles agentes vinculados à

<sup>67</sup> Acerca da trajetória política de Jesuíno Marcondes, ver MARCONDES, Moisés. *Pai e patrono*: Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá. Ponta Grossa: Editora Vila Velha, 2009 [1926].

<sup>68</sup> ANTONINA, Barão de. Documentário: sete cartas do Barão de Antonina ao Conselheiro Jesuíno Marcondes. In: *Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense*, vol. VII, 1963, pp. 73-74. Acerca da tramitação do projeto de elevação da 5ª Comarca paulista à condição de província, ver GREGÓRIO, Vítor Marcos. *Dividindo as províncias do Império*: a emancipação do Amazonas e do Paraná e o sistema representativo na construção do Estado nacional brasileira (1826-1854). Tese (Doutorado em História Social). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2013.

grei conservadora. Esse indício é a referência ao bacharel baiano José da Costa Carvalho (1796-1860), então Visconde de Monte Alegre, ex-presidente do Conselho de Ministros e senador por Sergipe. Porém, nesse caso o motivo da intermediação não foi mencionado pelo missivista.

Por outro lado, nessa carta o Barão mencionou a sua intervenção em favor da realização de outra reivindicação dos chefes do Partido Liberal na província, qual seja, a destinação de recursos para a construção da estrada da Graciosa. Portanto, duas décadas depois de atuar como inspetor da Estrada de Curitiba, o Barão ainda se mostrava como defensor da realização de medidas que favorecessem as relações comerciais entre a vila de Antonina e a região planáltica paranaense. Essa defesa implicava viabilizar, junto a autoridades imperiais, recursos para a execução de obras.

Conforme demonstrado a partir do estudo do caso do bacharel conservador José Mathias Ferreira de Abreu (1816-1869), a atuação de bacharéis adventícios em defesa de pleitos de chefes do Partido Conservador se estendeu do período regencial ao Segundo Reinado. Portanto, verifica-se uma semelhança entre os adventícios quanto ao seu modo de relacionamento com os chefes locais dos partidos Conservador e Liberal. Atente-se, pois, ao conteúdo dessa missiva:

Ilmo. Sor. Dor. Jesuíno Marcondes d'Oliveira e Sá  
S. Paulo, 18 de agosto de 1853 (para o Rio)

Mimozeado com a carta que v.s. me escreveo em 5 do corrente, fico satisfeito por ter noticias suas.

Novamente escrevi ao Sr. Paulino pedindo-me que não esqueça do meu empenho a seu favor; quanto ao Sr. Monte Alegre, há um pequeno motivo por que não lhe possa presentemente mandar a carta que exige. Nesta data escreveo ao sr. Barão de Ipanema embolsar a v.s. a quantia de 139\$000, saldo a meu favor em seu poder, e dessa quantia faz-me favor de entregar cem mil reis ao snr. Antônio Abr. Pereira Coruja, e dizer-lhe que logo que poder lhe escreverei a respeito. O nº 379 do Ipiranga vai remetido ao sr. Ipanema para v.s. fazer transcrever no Jornal do Comercio e no Correio do Rio o artiguete do Coritibano sobre a estrada da Graciosa, a qual pedi mais de dez contos sem a qual não se concluirá. Como me diz que a febre amarela ainda acomete algumas pessoas, é preciso não se demorar aí, porque ela gosta de visitar a gente de fora. Renovo meus votos de grande estima e veneração com que d'antiga data sou

Amº afetuoso e obrº

Antonina.

Continue-me [a enviar] noticias suas e desse mundo.<sup>69</sup>

Nesse contexto, porém, o Barão de Antonina encontrava dificuldades para viabilizar a pretensão de Marcondes para ser nomeado para um cargo público. Tratava-se, pois, de um cargo na Tesouraria Geral do Império. Esse órgão estava subordinado ao Ministério da

---

<sup>69</sup> ANTONINA, Barão de. Documentário... *Op. cit.*, p. 74.

Fazenda. Na época em que foi instalada a Província do Paraná, criou-se uma seção regional dessa instituição. A criação da Tesouraria Provincial do Paraná ocorreu apenas em setembro de 1862.<sup>70</sup>

A leitura do excerto de uma missiva datada de agosto de 1853 evidencia as dificuldades para Marcondes obter o mencionado cargo. A dificuldade capital para essa nomeação se realizar decorria do fato da existência de precisas regras para o recrutamento de funcionários para o aludido órgão. Ou seja, em tal contexto existiam ocasiões nas quais os esquemas de nomeações não possuíam plena eficácia em virtude da consistência de normas que regulamentavam o recrutamento de funcionários públicos. Ao mesmo tempo, esse excerto demonstra que, em decorrência dessas dificuldades, o Barão vislumbrava que Marcondes teria plenas condições encontrar outras oportunidades profissionais na Província do Paraná:

Ilmo Sr. Dr. Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá

S. Paulo, 29 de Agosto de 1853 (para o Rio)

À vista de suas estimadas [cartas] de 14 e 16 do corrente.

Em consequência dos decretos nº 870 de 22 de 9bro de 1850 dando regulamento às tesourarias e o de nº 736 e 20 de 9bro de 1850 sobre o mesmo objeto, vê-se que não pode ter lugar a sua justa pretensão, pois que diz o art. 47 – os inspetores de tesouraria de 2ª ordem (neste caso está a Província do Paraná) só podem ser conferidos a empregados da Fazenda habilitados na forma do art. 45, aqueles por acesso e estes por comissão. Deve ir pessoal de fora para toda organização, e então habilitam-se sujeitos hábeis para ocupar tais empregos: é preciso demorar mais um pouco. Faço-lhe a encomenda desses decretos e regulamentos para ficar bem ao fato dessa marcha, e mesmo isso lhe serve. Estimo sua resolução de que deverá ir antes para sua Província do que para Europa, pois ali se há de arranjar suficientemente. [...]

Seu amº afetuoso

Antonina<sup>71</sup>

Comgratulo-me com v. s. pela Separação.<sup>72</sup>

Jesuínio Marcondes exerceu, em caráter interino, o cargo de Procurador da Tesouraria do Paraná, em 1854.<sup>73</sup> Em resumo, o Barão de Antonina não conseguiu viabilizar a nomeação de Marcondes para um posto seção paranaense da Tesouraria Geral do Império. A atuação de Marcondes naquela seção foi um acontecimento episódico, decorrente de sua aproximação com o então presidente do Paraná, o bacharel baiano Zacarias de Góis e Vasconcelos (1813-1877).

De outra parte, cumpre mencionar que a convergência de interesses econômicos era uma forma de estreitamento de relações entre membros de elites políticas de distintas

<sup>70</sup> NOGUEIRA, Antônio Barbosa Gomes. *Relatório apresentado à Assembléa Legislativa da Província do Paraná, em 15 de fevereiro de 1863*. Curitiba: Typographia de Cândido Martins Lopes, 1863, p. 27.

<sup>71</sup> ANTONINA, Barão de. Documentário... *Op. cit.*, p 74-75.

<sup>72</sup> *Idem*, p. 76.

<sup>73</sup> *Dezenove de Dezembro*, 28 de outubro de 1854, n. 31, p. 2.

províncias. Em geral, a comunhão de interesses econômicos permitia a aproximação entre membros de um mesmo partido. Eventualmente, essa comunhão desdobrava-se em um processo de absorção, aos quadros partidários, de políticos adventícios. Este foi o caso do Barão de Antonina.

Por outro lado, havia ocasiões em que a comunhão de interesses econômicos não propiciava a inserção de adventícios aos quadros partidários. Porém, ela permitia que esses adventícios permanecessem ativos em esquemas de obtenção de concessões imperiais para a realização de obras de vulto. Mais especificamente, tal comunhão permitia aos políticos adventícios a conquista de privilégios econômicos em províncias das quais não eram provenientes. A obtenção desses privilégios, em geral, ocorria em períodos nos quais o partido desses adventícios estava à frente do Gabinete Ministerial.

Assim, cumpre destacar o caso do conservador Ângelo Tomás do Amaral (1809-1901), natural da cidade do Rio de Janeiro. Em 1871, época em que já presidira a província do Pará e atuara como deputado geral pelo Amazonas, ele desenvolveu um projeto econômico na província de São Paulo. Em sociedade com o paulista Joaquim Floriano de Godoy (1826-1907), membro do Partido Conservador, e com o português João da Costa Gomes Leitão, Amaral foi contratado pelo Governo Provincial para a construção de uma estrada de ferro que ligaria a cidade de São Paulo ao povoado de Cachoeira Paulista.

Essa estrada formava a 4ª seção da Estrada de Ferro D. Pedro II. As incumbências dos empreiteiros estão detalhadas nos artigos da Lei Provincial n. 28 de 24 de março de 1871. Essa obra foi inaugurada em 1877. A celebração do contrato entre o Governo paulista e os citados indivíduos ocorreu em uma época em que o presidente da província era Antônio da Costa Pinto e Silva (1827-1877), membro do Partido Conservador.<sup>74</sup>

Em setembro de 1871, época em que o conservador Visconde do Rio Branco presidia o Conselho de Ministros, Ângelo Amaral participou de outra iniciativa econômica. Tal iniciativa foi realizada em parceria com o paulista Antônio Cândido da Rocha (1821-1882), que exerceu a Presidência de São Paulo de 1869 a 1870, período em que o Partido Conservador comandava o Gabinete Ministerial. No referido ano, Ângelo Amaral e Antônio Cândido obtiveram do Governo Imperial a autorização, pelo período de dois anos, para

---

<sup>74</sup> Acerca do contrato que o Governo São Paulo celebrou para a construção da estrada de ferro, ver PEREIRA JÚNIOR, José Fernandes Costa. *Relatório com o Exm. Sr. José Fernandes da Costa Pereira Júnior passou a administração*. São Paulo: Typographia Americana, pp. 16-17. Acerca da construção e inauguração dessa estrada de ferro, ver MOURA, Carlos Eugênio Marcondes de. *Vida cotidiana em São Paulo: memórias, depoimentos, evocações*. São Paulo: Ed. da Unesp, 1999.

explorar minérios na freguesia de Iporanga, situada no município de Xiririca. Mais precisamente, eles obtiveram a autorização para explorar chumbo, petróleo e quaisquer minerais, exceto diamantes, na referida freguesia.<sup>75</sup>

\*\*\*

Nesse contexto, a iniciativa, por um adventício, de realizar um projeto econômico relevante em uma província possibilitava a aproximação com membros da elite política regional e a conquista de oportunidades políticas. Uma dessas oportunidades era a inserção em uma chapa de candidatos. Nesse âmbito, atente-se ao caso do engenheiro carioca Sebastião Rodrigues Braga (1836-1890). Em 1871, ele obteve a concessão do Governo Imperial para construir uma estrada de ferro entre Desterro e Porto Alegre. O pedido de concessão fora realizado em 1861. Todavia, tal projeto não foi concretizado por Braga.<sup>76</sup>

Em 1872, Braga conseguira ser lançado candidato a deputado geral pela Província de Santa Catarina. Nessa oportunidade, ele contava com o apoio de um dos principais chefes conservadores de Santa Catarina: Manuel José de Oliveira (1827-1891). O apoio de Oliveira a Rodrigues Braga evidencia que as elites regionais eram propensas a defender adventícios que se propusessem a promover projetos de transformação no cenário econômico regional. Para Oliveira, a candidatura de Braga era legítima pelo fato de que ele, Braga, era o mentor de uma obra que traria “[...] a riqueza ao solo catarinense, não só pela afluência de trabalho a seus habitantes, como da derrama de grandes capitães”.<sup>77</sup> Entretanto, Sebastião Braga não conseguiu ser eleito nessa ocasião. Nesse sentido, existiam ocasiões nas quais o poder político de potentados provinciais era insuficiente para viabilizar as candidaturas de adventícios.

\*\*\*

Cumprе destacar, ainda, que o Barão de Antonina também mantinha relações econômicas com membros da sociedade litorânea. Em novembro de 1853, esse negociante escreveu uma carta a Jesuíno Marcondes. Nela, o Barão informou sobre a criação, no município de Antonina, de uma sociedade que se voltaria à comercialização da erva-mate. Nesse âmbito, atente-se ao fato de que, nessa época, tal município era o principal reduto de membros do Partido Liberal no litoral paranaense:

Ilmo. Sr. Jesuíno.

<sup>75</sup> BRASIL. *Coleção de Leis do Império do Brasil de 1871*. Tomo XXXI. Parte I. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1871, p. 300.

<sup>76</sup> GOULART FILHO, Alcides. Projetos ferroviários em Santa Catarina: as tentativas fracassadas pela formar um sistema ferroviário catarinense. In: *Textos de economia*, vol. 12, n.1, janeiro/junho de 2009, pp. 81-103.

<sup>77</sup> *O Despertador*, 8 de outubro e 1872, n. 1010, p. 2.

Antonina 8 de 9bro de 1853 [...]

Estabeleceu-se aqui uma associação para comprar erva encastada, beneficia-la e vende-la á porta, e receber do interior aquelas que vier em terços, e por uma modica comissão vende-la por conta de seu constituinte. A primeira reunião foi a 6 deste, montando as assinaturas 42 de contos e cem mil réis, divididos em ações de cem mil réis, e irem entrando os sócios com dez por cento para fazer face às compras, somente de erva da presente escolha com preferencia às do lado dos Campos Gerais, Porto União etc. – A Companhia se compromete a mandar despachar em Paranaguá os volumes que do Rio vierem para o interior se seus donos assim determinarem. Não terá que vender senão sal envazado de alguma medida, cujo vaso levará a marca da Companhia afim de que os correspondentes apreciem sua medida e não comprem gato por lebre. Talvez que o fundo capital exceda de setenta contos, e podia chegar assim se os do interior de associassem seguindo o espirito da época e não estivessem somente pela cartilha do Padre Ignacio [...].<sup>78</sup>

Em outra carta, datada de 15 de setembro de 1853, o Barão concitou o seu correligionário Jesuíno Marcondes a participar dessa iniciativa econômica: “Estimo que haja disposição para se associarem à empresa. [...] Ponham-se à frente da pregação para tirar da apatia um povo que a isso se acostumou, por falta de comércio direto à beira do mar, aonde entreguem a carga na plancha e dele recebam o que importarem”.<sup>79</sup>

Outro aspecto da afinidade entre o adventício Barão de Antonina e os liberais radicados no primeiro planalto e no litoral do Paraná era a defesa acerca do crescimento das atividades comerciais no porto de Antonina e do aumento do comércio entre Antonina e as vilas planálticas da nova província. Essa afinidade é evidenciada em uma carta que o Barão endereçou a Jesuíno Marcondes, em dezembro de 1853:

Illmo. Sr. Jesuíno

Vila Antonina, 3 de dezembro de 1853 [...]

Regressa para Castro, na diretura, o nosso cuiabano que está com pressa de voltar por esse curto trajeto a que o Ypiranga os chamaram de fabuloso, e descompuseram o que me abriu tão vantajosa comunicação. Eles não são tolos e encararam que com o andar dos tempos secundaria em comércio, onde encarreiraria a maior parte, pelo porto de Antonina, como prejuízo do [porto] de Santos. É mesmo um brilho para a nossa Província do Paraná e uma descatelada em um povo que não toma o devido interesse pelo torrão onde viu o dia. Esse trajeto vai tomar incremento, pois a pouco tempo veio o Benedito Torres, e pelo rasto essa outra comitiva que se surtiu em Castro e volta sem demora para aproveitar a venda de sal a 20 e a 24.<sup>80</sup>

A partir da eleição do Barão de Antonina para o cargo de senador pelo Paraná, em 1854, houve a redução do seu envolvimento na concretização de demandas locais. A leitura dos *Anais do Senado* e de informações jornalísticas possibilita constatar que a sua atuação legislativa foi baixa. Gradativamente, a sua presença no Senado tornou-se apenas circunstancial. A ausência do Barão de Antonina das sessões plenárias e das sessões das

<sup>78</sup> ANTONINA, Barão de. Documentário... *Op. cit. Idem*, . p. 76.

<sup>79</sup> *Idem*, pp. 75-76

<sup>80</sup> ANTONINA, Barão de. Documentário... *Op. cit.*, p. 77.

comissões do Senado tornou-se mais comum nos anos 1870. Em suma, nota-se que apenas de maneira episódica ele realizava proposições ou era designado para missões oficiais do Senado. Ao mesmo tempo, o Barão, desde o princípio de sua atuação senatorial, permaneceu pouco afeito ao envolvimento na política paranaense.

Dessa maneira, cabe destacar que nessa época ele estava envolvido na concretização de demandas econômicas da Província de São Paulo. Em 1858, por exemplo, ele se empenhava para viabilizar a construção da estrada de ferro que ligaria dois municípios paulistas: Santos e Rio Claro.<sup>81</sup> De outra parte, um dos primeiros projetos que o Barão apresentou como senador dizia respeito às comemorações pela Independência do Brasil. Mais precisamente, em 1857 ele formulou um projeto que determinava a criação de uma loteria destinada a financiar a construção de um monumento, no alto do Ipiranga, na cidade de São Paulo, em alusão à Independência.<sup>82</sup>

Outra proposição do Barão de Antonina foi apresentada no ano de 1864. Tratava-se de uma emenda a um projeto oriundo da Câmara dos Deputados. Tal emenda, que foi aprovada, autorizava o Governo Imperial a modificar um contrato que celebrado com a Companhia Brasileira de Paquetes a Vapor.<sup>83</sup>

De outro lado, uma missão à qual ele foi incumbido pelo Senado ocorreu em julho de 1867. Nessa oportunidade, ele foi designado membro de uma comissão destinada a apresentar ao imperador a resposta do Senado à Fala do Trono. Os demais membros da comissão eram o Visconde de São Vicente, o Visconde de Sapucaí e Antônio Diniz de Siqueira e Melo.<sup>84</sup>

Tal atuação parlamentar aproxima o Barão de Antonina de indivíduos que, oriundos das regiões Sul e Sudeste, ingressaram nos quadros partidários de províncias da região Norte do país, em meados do século XIX. Dessa maneira, a incorporação aos quadros partidários não ocasionou o envolvimento desses adventícios ao jogo político das províncias pelas quais foram eleitos. Nesse contexto, a baixa produção legislativa e as candidaturas de adventícios, tais como os presidentes de província, eram fatores que suscitavam críticas da imprensa de diferentes províncias.

Contudo, ainda que tenham desenvolvido uma produção legislativa pouco significativa, os adventícios apresentavam, no exercício de seus mandatos, medidas que

---

<sup>81</sup> *Correio Mercantil*, 6 de novembro de 1858, p. 1.

<sup>82</sup> *Dezenove de Dezembro*, 25 de julho de 1857, n. 26, p. 3.

<sup>83</sup> *Diário do Rio de Janeiro*, 3 de setembro de 1864, p. 1.

<sup>84</sup> *Diário do Rio de Janeiro*, 5 de julho de 1867, p. 2.

atendiam a setores das sociedades pelas quais foram eleitos. De modo diferente a esses casos, a elite política do Paraná não admoestou do distanciamento do Barão de Antonina em relação à política e às reivindicações oriundas do Paraná.

A episódica atuação parlamentar do Barão de Antonina guarda uma semelhança com o caso da história política da Província do Amazonas, criada em 1850. Essa província foi administrada, de 1853 a 1856, pelo mineiro Herculano Ferreira Pena (1800-1867). À época em que geriu o Governo do Amazonas, ele era um político veterano que havia presidido cinco províncias (Espírito Santo, Maranhão, Minas Gerais, Pará e Pernambuco). Em 1853, foi nomeado senador pelo Amazonas. Anteriormente, exerceu mandato de deputado geral pelo Pará, província que ele presidiu de 1846 a 1848. Ou seja, a sua atuação como presidente dessa província favoreceu a sua absorção à vida partidária regional, da qual logo se desligou. A sua atividade legislativa no Senado foi baixa, fato que gerou descontentamentos no Norte do Império.

O correspondente do jornal *A Actualidade* em Belém do Pará comentou, em 1863, a eleição de um ex-presidente dessa província, o sul-rio-grandense Francisco Carlos de Araújo Brusque (1822-1866), a deputado geral pelo Amazonas. Nesse âmbito, ele destacou que o Amazonas torna-se uma província que absorvia aos seus quadros políticos ex-presidentes do Pará: “Corre certo que os Srs. Drs. Moreira e Brusque são os deputados pelo Amazonas; não resta dúvida que está criado o *entreposto eleitoral* para a deputação pelo Amazonas com presidência do Pará!”.<sup>85</sup>

Anteriormente, o correspondente criticara a baixa atuação legislativa dos parlamentares do Amazonas no Parlamento do Império. Assim, trata-se de uma crítica à atuação parlamentar de adventícios. Por outro lado, essa crítica também diz respeito à imposição de candidaturas de indivíduos não originários das regiões pelas quais pleiteavam mandatos: “Fazemos votos para que S. Ex. pague a *espontaneidade* da sua eleição, com *gratidão* diferente da [gratidão] de um Angelo Amaral, Serra Carneiro, ou Herculano Ferreira Pena, os quaes, pelo seu *magestoso silencio*, nas camaras, tem elevado os interesses daquela província ao mesmo pé de prosperidade a que levou os de Roma aquele célebre senado de Calígula. Ao Dr. Brusque, sobrando-lhe talento e illustração, esperamos que não imite aquellas *notabilidades* parlamentares”.<sup>86</sup>

<sup>85</sup> *A Actualidade*, 12 de outubro de 1863, n. 543, p. 2. Grifos no original.

<sup>86</sup> *A Actualidade*, 24 de setembro de 1863, n. 528, p. 2. Grifos no original.



Por meio das considerações desse correspondente, verifica-se que outro adventício, o citado Ângelo Tomás do Amaral, natural do Rio de Janeiro, também conquistou espaço nos quadros partidários do Amazonas. Similarmente a Herculano Ferreira Pena, Amaral exerceu o posto de presidente dessa província, no ano de 1857. De 1861 a 1864, foi deputado geral pelo Amazonas. Portanto, o comentário do aludido correspondente demonstra que a criação dessa província, de modo análogo ao caso paranaense, foi propícia à absorção de adventícios aos quadros partidários. Ao mesmo tempo, cabe destacar uma aproximação entre a absorção de adventícios aos quadros partidários do Amazonas e da absorção do Barão de Antonina ao Partido Liberal no Paraná. Essa aproximação reside no fato de que, após tal absorção, os adventícios do quadro partidário amazonense não se radicaram nessas províncias.

Nesse âmbito, cumpre destacar o caso do citado Ângelo do Amaral. Em dezembro de 1863, no período final de seu mandato de deputado geral pelo Amazonas, ele foi admitido para o cargo de oficial de secretaria do Senado.<sup>87</sup> A despeito do seu afastamento em relação ao cotidiano político do Amazonas, ele foi reeleito deputado geral por essa província em 1869 e 1872. Em ambas as ocasiões, a segunda vaga de deputado foi preenchida por adventícios. Em 1869, essa vaga foi preenchida pelo bacharel carioca Leonel Martiniano de Alencar (1832-1821), filho do político conservador José Martiniano de Alencar (1829-1877), originário do Ceará. Em 1872, a vaga foi preenchida pelo paraense João Wilkens de Mattos (1822-1889), ex-presidente do Amazonas (1869-1870). Essas informações demonstram a propensão da elite política do Amazonas, na época imperial, para conferir oportunidades políticas a adventícios, especialmente a ex-presidentes de província.<sup>88</sup>

Por fim, uma diferença existente entre a atuação parlamentar do Barão de Antonina e de Ângelo Amaral residiu no fato de que este deputado, a despeito de sua baixa produção legislativa e de não ter se estabelecido na província pela qual fora eleito deputado geral, buscou viabilizar determinadas reivindicações setoriais oriundas do Amazonas. Nesse quadro, trata-se de mencionar que, em 1861, ele e Francisco da Serra Carneiro foram os autores da proposta que previa a destinação, no Orçamento do Império, de seis contos de réis para o Seminário Episcopal da província, e de oito contos de réis para o auxílio de alunos indígenas. Tais informações evidenciam, pois, que o distanciamento dos adventícios da vida política

---

<sup>87</sup> BRASIL. *Annaes do Senado do Império do Brasil*. Sessões de 1863-1864. Volume I. Rio de Janeiro: Typographia do *Correio Mercantil*, 1864, p. 10.

<sup>88</sup> FIRMO, João Sereno; NOGUEIRA, Octaciano. *Parlamentares do Império*. Brasília: Senado Federal, 1973, p. 417.

regional não era sempre acompanhado pela indiferença em relação a demandas setoriais oriundas das províncias pelas quais foram eleitos.<sup>89</sup>

\*\*\*

Nesse quadro, as ausências do Barão de Antonina das sessões do Senado prolongaram-se por anos. De outra parte, a análise de jornais da imprensa paulista evidencia que o Barão de Antonina esteve inserido na vida política do município de São Paulo. Concernente a essa inserção, cabe destacar que no início dos anos 1860 ele exerceu mandato de vereador nesse município.

Ao tempo em que estava investido no cargo de senador pelo Paraná, o Barão de Antonina era um personagem ativo em eventos políticos organizados por membros da elite política da Província de São Paulo. Desse modo, trata-se de transcrever uma notícia publicada no jornal *Correio Paulistano*, em janeiro de 1863, referente às tensões políticas que opunham o Império do Brasil e o Reino Unido (a Questão Christie).<sup>90</sup> Tal notícia evidencia o envolvimento do Barão de Antonina em um ato político, ocorrido na Câmara Municipal de São Paulo, do qual participaram próceres do Partido Liberal paulista.

Leia-se, portanto, a informação que evidencia o envolvimento do Barão de Antonina junto à elite política e social da Província de São Paulo:

---

<sup>89</sup> BRASIL. *Annaes do Parlamento Brasileiro*. Câmara dos Srs. Deputados. Sessão de 1861. Tomo 4. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve, 1864, p. 64.

<sup>90</sup> Cumpre destacar que as apreensões geradas pela crise diplomática entre Brasil e Reino Unido ocasionou, no Paraná, uma episódica aliança entre membros dos partidos conservador e liberal. Esses membros criaram uma seção provincial de uma comissão que funcionava na cidade do Rio de Janeiro, a qual tinha por finalidade captar recursos para compra de navios encouraçados, em virtude da possível eclosão de um confronto entre o Brasil e o Reino Unido. Em uma circular datada de 04 de maio de 1863, integrantes dos diretórios paranaenses do Partido Conservador, como o bacharel Antônio Cândido Ferreira de Abreu, e do Partido Liberal, como Jesuíno Marcondes, justificaram da seguinte maneira a pertinência dessa captação de recursos: “[...] ainda que não tenhamos de receiar a eventualidade de uma guerra, contudo o Brasil deve *premunir-se contra ataques futuros* fortificando seus portos e curando dos meios de defesa indispensáveis para fazer respeitar a nacionalidade por aqueles que só reconhecem o direito pela força que o sustenta”. *Dezenove de Dezembro*, 9 de maio de 1863, n. 379, p. 2. Grifos no original. Essa aliança circunstancial evidencia que as elites regionais adotavam uma postura análoga quanto ao posicionamento em relação a questões políticas de âmbito nacional. Nesse contexto, o discurso dessas elites revestia-se de um caráter padronizado. Em Morretes, por exemplo, criou-se uma comissão para arrecadar fundos para auxiliar o Governo Provincial a fortalecer a sua defesa. Essa comissão era composta pelos negociantes Antônio Ricardo dos Santos, Modesto Gonçalves Cordeiro e José Miró de Freitas. Ou seja, os negociantes da região litorânea organizavam localmente a captação de recursos para viabilizar projetos do Governo Provincial, tais como o melhoramento de sua defesa. Portanto, a faculdade de organizar essa captação fazia parte dos limites das prerrogativas políticas da elite social daquela região da província. Acerca da formação da mencionada comissão, o redator do *Dezenove de Dezembro* afirmou: “Mais uma reunião popular! Mais uma prova de civismo! Mais um facho de civismo esclarecendo ao orbe que os brasileiros concordes e unânimes se erguem, se conglomeraem, tendo uma só ideia: a salvação da Dignidade Nacional! [...] Hoje saudamos também aos Morreteenses, que no dia 8 [de fevereiro de 1863] se congregaram para o mesmo fim na casa do cidadão Antônio Ricardo dos Santos. [...] A subscrição subia já, na ocasião da reunião, a 4:000\$000” *Dezenove de Dezembro*, 14 de fevereiro de 1863, n. 355, p. 2.

Ante-hontem á tarde teve logar a reunião geral, que se havia anunciado, no paço da câmara municipal. [...] O snr. Bernardo Gavião tomando a palavra fez um brilhante e patriótico discurso, mostrando não só o estado melindroso em que nos achamos em relação ao conflicto anglo-brasileiro, a qual o fim para que ele os illms. snrs. senador Souza Queirós e Barão de Antonina tinham convidado os habitantes de S. Paulo e mais que certo do patriotismo dos Paulistas, que não ficariam áquem dos nossos irmãos da côrte, contavam que ninguém se negaria a concorrer com o que estivesse em suas forças para ajudar o governo Imperial, a sustentar a integridade do Imperio e a honra nacional.<sup>91</sup>

Nessa época, o Barão de Antonina apresentava-se mais inclinado à discussão de questões da administração municipal de São Paulo do que temas atinentes ao Paraná ou aos temas tratados no Senado. Em 1862, por exemplo, o Barão de Antonina fazia parte de uma comissão que, nomeada pela Câmara de São Paulo, era incumbida de angaria recursos para a construção de um hospital.<sup>92</sup> No Paraná, a atuação de adventícios liberais na vida partidária consolidou-se a partir dos anos 1860. Os adventícios conservadores, entretanto, consolidaram tal atuação nos anos 1840.

Conforme demonstrado neste capítulo, a aproximação entre o Barão de Antonina e as gerações posteriores de adventícios pertencentes ao Partido Liberal consistiu no fato de que todos possuíam conexões políticas em diferentes províncias. Tais conexões permitiram que esses indivíduos permanecessem politicamente ativos após o esgotamento de suas relações com os chefes partidários paranaenses. Essas conexões possibilitaram, em síntese, a inserção desses adventícios em esquemas de nomeações provinciais.

Desse modo, a notícia abaixo mencionada permite corroborar o argumento de que no Paraná houve um caso de precoce desligamento de um adventício do jogo político e partidário. Mais amplamente, tal notícia consiste em um indício de que, no âmbito do Partido Liberal do Paraná, os adventícios não desenvolveram uma carreira duradoura. Antes, houve dois destinos peculiares a esses adventícios. De um lado, houve o desligamento do quadro partidário paranaense, em virtude da obtenção de oportunidades políticas e sociais em outras províncias. A reabilitação de antigas relações sociais nessas outras províncias, portanto, foi operacional para tais adventícios recomeçarem a atuar na vida partidária ou a inserir-se em esquemas de nomeações provinciais. O estudo sobre o caso José Ignácio Silveira da Motta (1818-1891), realizado ao longo deste capítulo, permite corroborar esta asserção.

De outro lado, houve a continuidade na vida política local. Porém, tal continuidade seria marcada pela progressiva redução da influência e projeção do adventício no jogo partidário. Os conflitos de interesses entre locais e adventícios, no Partido Liberal, reduziram

<sup>91</sup> *Correio Paulistano*, 20 de janeiro de 1863, n. 2010, p. 2.

<sup>92</sup> *Correio Paulistano*, 24 de setembro de 1862, p. 2.

sobremaneira as chances de êxito eleitoral e de conservação da influência política dos adventícios, conforme demonstrado no presente capítulo.

Desse modo, cumpre enfatizar que a redução do envolvimento do Barão de Antonina no jogo foi contemporânea à emergência de uma geração de jovens diplomados aos quadros do Partido Liberal na província. Assim, o distanciamento do Barão de Antonina em relação à vida política paranaense foi coetâneo ao processo no qual os bacharéis adventícios obtiveram posições de destaque no Partido Liberal da província. Acerca desse processo, será ressaltado que os adventícios também conquistaram posições de relevo nas instituições administrativas regionais em virtude do envolvimento em políticas de nomeações para cargos comissionados provinciais. Nesse contexto, a posse de um diploma de ensino superior era o elemento comum a esses adventícios, não o poder econômico.

## **1.2. – O processo de inserção de um antigo agente estatal na vida política do Paraná: Zacarias de Góis e Vasconcelos e os potentados políticos da província**

O estudo sobre a inserção do citado bacharel baiano Zacarias de Góis e Vasconcelos permite evidenciar que a implantação da província do Paraná sob um Gabinete conservador não consistiu em um estímulo para a realização de uma aliança entre os chefes locais do Partido Conservador e o primeiro presidente de província. Tratava-se, pois, da agremiação à qual aquele agente estatal pertencia quando geriu o Governo do Paraná. Tal abordagem permite, pois, a demonstração de um argumento desenvolvido no capítulo segundo: o argumento de que os conservadores da província, notadamente os radicados no litoral, mantinham alianças políticas mais sólidas com funcionários estatais adventícios que detinham posições subalternas na hierarquia da administração imperial e provincial.

O desenvolvimento desta análise, portanto, comporta uma reflexão sobre as características e limites da absorção de adventícios ao jogo político provincial. Nesse âmbito, será ressaltado que as oportunidades políticas que Zacarias de Góis obteve no Paraná eram sobremaneira condicionadas pelo apoio de lideranças políticas vinculadas ao Gabinete Ministerial. Dessa maneira, o apoio político que ele recebeu de antigos liberais da província foi decorrente de ordem de chefes partidários nacionais. O apoio que Zacarias obteve de membros da elite política paranaense no princípio dos anos 1860 era essencialmente artificial e circunstancial.

Nesse quadro, tal abordagem possibilita evidenciar os limites da autonomia dos líderes políticos da província diante das orientações formuladas por dirigentes partidários de projeção nacional, nas décadas de 1850 e 1860. Assim, cumpre evidenciar que essa interferência era característica ao momento anterior à reorganização dos diretórios dos partidos monárquicos, ocorrida em fins dos anos 1860. Nesse contexto, não existiam precisas regras acerca do relacionamento entre as instâncias administrativas da agremiação.

A mencionada interferência, por fim, criava uma situação na qual os potentados das províncias não reagiam à imposição de candidaturas de indivíduos que não participavam na dinâmica política regional. A reduzida autonomia das elites regionais em relação aos dirigentes nacionais dos partidos foi um elemento peculiar a um período anterior à criação do Centro Liberal, que consistia no diretório nacional do Partido Liberal.

\*\*\*

A reconstituição do processo de inserção de Zacarias na vida partidária do Paraná é realizada em duas etapas. Primeiro, demonstra-se que a sua atuação como presidente do Paraná, época em que ele pertencia ao Partido Conservador, foi marcada pelo afastamento em relação a um dos principais chefes desse partido na província, o negociante Manuel Antônio Guimarães (1813-1893), futuro Visconde de Nácar.

Nesse âmbito, é evidenciado que apenas de modo ocasional e protocolar ocorreu uma aproximação entre Zacarias e as lideranças políticas da região litorânea. Conforme demonstrado no quarto capítulo, os conservadores radicados no litoral, em relação aos conservadores que comandavam o diretório do partido em Curitiba, apresentaram-se menos predispostos a estabelecer alianças políticas com presidentes de província.

Nesse contexto, é enfatizado que a eleição de Zacarias a deputado geral pelo Paraná, em 1861, foi decorrente do apoio de um presidente de província. Ou seja, cumpre evidenciar que, nos começos da vida partidária regional, o envolvimento de um presidente de província em um processo eleitoral neutralizou, momentaneamente, a influência política dos gestores regionais dos esquemas eleitorais.

Na segunda etapa da análise é destacado que o sucesso eleitoral por ele obtido na província, em 1862, não foi derivado apenas de suas alianças com os chefes regionais daquele partido. Antes, compete demonstrar que esse sucesso foi decorrente de uma articulação promovida pelas lideranças nacionais da agremiação. Assim, no curso dessa etapa é evidenciado um aspecto da atuação dos chefes liberais no Paraná em uma época em que elas

apoiavam o Gabinete Ministerial controlado pela Liga Progressista. Esse aspecto consiste no fato de que o processo de definição de candidaturas não era administrado de maneira autônoma por esses chefes no início dos anos 1860. Ao contrário, eles tiveram de acatar ordens emitidas por líderes partidários nacionais.

Em síntese, cumpre demonstrar que, tal qual ocorrera quando da criação da Província do Amazonas, a instalação do Paraná foi propícia ao ingresso, aos quadros partidários, de políticos veteranos oriundos de outras regiões. De modo análogo ao caso da história política amazonense, esse ingresso de adventícios não implicou o enraizamento desses políticos na vida partidária das províncias nas quais obtiveram cargos eletivos.<sup>93</sup> Ao contrário, a aliança entre lideranças regionais e políticos adventícios obedecia, comumente, a um plano eleitoral imposto por chefes partidários nacionais.

\*\*\*

No princípio de sua gestão como presidente do Paraná, 14 de abril de em 1854, Zacarias endereçou uma carta ao então ministro dos Negócios do Império, Luís Pedreira do Couto Ferraz. Nela, sugeria que o futuro Visconde de Nacar não deveria obter a nomeação para cargo relevante na administração provincial, tal como o cargo de 1º vice-presidente de província. Em síntese, o presidente salientou ao ministro que aquele negociante era um poderoso chefe partidário e, portanto, era necessário coibir o aumento de sua influência sobre a vida política e administrativa provincial.

De outra parte, Zacarias aconselhou ao ministro evitar que fossem concedidas posições proeminentes aos parentes de Nacar. Zacarias atuava, assim, como um agente estatal que buscava evitar o crescimento de um chefe político em um contexto de formação da vida política da província.<sup>94</sup> Em carta datada de 30 de setembro de 1854, Zacarias reafirmou a sua sugestão de inviabilizar o acesso de Nacar ao cargo de vice-presidente administração

<sup>93</sup> O caso análogo em questão é referente à inserção do citado Herculano Ferreira Pena no jogo partidário do Amazonas. A leitura de periódicos como o *Estrela do Amazonas* não evidencia um constante envolvimento desse indivíduo na vida política da província. Um indício de que Ferreira Pena desenvolveu suas atividades profissionais e políticas na capital do Império é a informação, publicada no jornal *Estrela do Amazonas*, de que em 1858 ele se aposentou na função de inspetor-geral da Caixa de Amortização, instituição imperial cuja finalidade era administrar a dívida interna. Tal instituição era responsável por emitir apólices para o pagamento dos juros da dívida. *Estrela do Amazonas*, 28 de agosto de 1858, p. 3. De outra parte, cabe observar que, no ano de seu falecimento, Ferreira Pena exercia permanência ativo na vida administrativa da capital do Império, visto que ocupava um posto na diretoria do Banco do Brasil. No epílogo de sua trajetória, portanto, permaneceu mais envolvido na vida administrativa capital do Império do que no jogo político amazonense. A esse respeito, cumpre atentar à seguinte notícia: “Não tendo lugar por falta de numero a reunião da assemblea geral do Banco do Brasil [...] para procederem a eleição de um diretor que deve preencher a vaga deixada pelo conselheiro Herculano Ferreira Penna [...]”. *Correio Mercantil*, 11 de outubro de 1867, n. 280, p. 4.

<sup>94</sup> HORYLKA, Cláury. Correspondência do presidente da província do Paraná com o Ministério do Império (1853-1860). In: *Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense*, vol. XVIII, 1973, p. 163.

provincial: “[...] que estimando extremamente, não fosse contemplado entre os nomeados, mesmo em último lugar, o Cidadão Manuel Antônio Guimarães, pois que tenho vindo no conhecimento, de Abril para cá, de fatos que grandemente desdouram esse indivíduo, penso que V. Exa. prestar-me-ia grande auxílio”.<sup>95</sup>

Esses ofícios não evidenciam apenas um distanciamento entre um presidente de província e o chefe do Partido Conservador no litoral do Paraná. Antes, eles consistem em um prenúncio de uma situação que se consolidou ao longo do Segundo Reinado. Tal situação dizia respeito ao fato de que os conservadores do litoral não mantiveram alianças políticas com altos agentes estatais, senão de forma ocasional. Antes, as suas principais alianças eram realizadas com adventícios detentores de posições mais subalternas na administração imperial e provincial.

O apoio dos conservadores a pretensões eleitorais de agentes estatais como Zacarias era decorrente de uma imposição de chefes conservadores nacionais. Ou seja, no começo dos anos 1860 os conservadores do Paraná experimentaram limitações nas suas prerrogativas de administrar localmente o partido. Trata-se, portanto, de uma semelhança em relação ao problema enfrentado dos chefes do Partido Liberal no Paraná naquela década.

\*\*\*

Ao tempo em que presidia o Paraná, Zacarias escusara-se de apoiar de candidatos a deputado geral pelo Paraná. O apoio do presidente da província era almejado por esses candidatos. Por meio da leitura de um texto do correspondente do *Correio Mercantil*, evidencia-se que, desde o princípio da vida política paranaense, houve tentativas de cooptação de agentes estatais adventícios às facções políticas da província: “Cada um dos candidatos [a deputado geral] desejava, e talvez o forcejou, de chamar a si a protecção presidencial. Mas o Sr. Zacharias, político muito hábil para logo em princípios, e sem razões que o justificassem, ir despertar antipatias e prevenções contra si, e dar força a partido e homens que bem não conhecia, conservou-se na mais estricte imparcialidade. Contudo, essa imparcialidade, que ele alto e bom som proclamava, não foi suficiente a impedir que alguém, nas vésperas do dia decisivo, e receiando um *echex*, servisse-se de seu nome”.<sup>96</sup>

Ao mesmo tempo, nessa época Zacarias manteve uma aproximação com chefes do Partido Liberal paranaense. Um dos indícios dessa aproximação consistiu na concessão de um cargo a um integrante dessa grei. Esse membro era o citado bacharel Jesuíno Marcondes, o

<sup>95</sup> *Idem*, p. 170.

<sup>96</sup> *Correio Mercantil*, 25 de março de 1855, n. 83, p. 2.

qual desempenhou, em 1854, a função de inspetor-geral da Instrução Pública da província.<sup>97</sup> Cabe ressaltar que, para além do desempenho de cargos comissionados, membros da família Marcondes de Oliveira, que comandava o Partido Liberal na região do primeiro planalto do Paraná, estabeleceram relações econômicas com o Governo Provincial à época da administração de Zacarias.<sup>98</sup> O bacharel Jesuíno Marcondes foi, por exemplo, um colaborador do ex-presidente no momento da elaboração de uma defesa das posições que ele, Zacarias de Góis, sustentou quando esteve à frente do Governo provincial do Paraná.<sup>99</sup>

Cabe salientar que ano de 1856, em um período no qual ainda pertencia ao Partido Conservador, Zacarias obteve dois votos na eleição para deputado geral pelo Paraná. Essa votação lhe garantiu apenas a sétima – e última – colocação na disputa pelo cargo.<sup>100</sup>

Todavia, esse pleito à Câmara dos Deputados ocorreu em um momento no qual a legislação eleitoral do Império não exigia a inscrição prévia de partidos e candidatos.<sup>101</sup> Portanto, a informação citada não permite fundamentar a ideia de que naquele ano ocorreu

---

<sup>97</sup> *Dezenove de Dezembro*, 28 de outubro de 1854, n. 31, p. 6. Ao tempo da criação do Paraná, houve adventícios que também foram nomeados para cargos de relevo na administração provincial. Conferir atenção aos percursos desses adventícios também possibilita conhecer os aspectos do início do processo de absorção de adventícios à vida política paranaense. O maranhense Augusto Frederico Colin (1823-1879) atuou como secretário de Governo ao tempo da administração de Zacarias de Góes. Tratava-se, pois, de um cargo de primeiro escalão. Ao contrário dos seus sucessores no cargo, esse indivíduo não possuía curso superior. De outra parte, o desenvolvimento de uma carreira administrativa nas províncias e na capital do Império era um destino comum aos indivíduos que, a exemplo de Colin, não militaram nos partidos. Desse modo, cabe mencionar que o percurso social desse indivíduo foi marcado pela atuação como chefe de seção do Ministério da Fazenda. *Diário do Rio de Janeiro*, 10 de novembro de 1868, p. 2. Outro adventício nomeado por Zacarias de Góes era Antônio Manuel Fernandes Júnior, indicado para o posto de chefe de Polícia. Antônio Manuel, antes de sua transferência para o Paraná, desempenhou a função de chefe de Polícia da Província do Rio de Janeiro, bem como ocupou o posto de Juiz de Direito na Comarca de Itaboraí. *Diário do Rio de Janeiro*, 21 de fevereiro de 1849, p. 3. De modo análogo a Augusto Colin, ele não pertenceu aos quadros partidários do Paraná. Antes, estabeleceu-se no Maranhão, onde atuou como desembargador do Tribunal do Comércio. *Diário do Rio de Janeiro*, 26 de junho de 1855, p. 1. Dessa maneira, durante a gestão de Zacarias de Góes não ocorreu um processo de absorção, ao jogo partidário paranaense, dos agentes estatais adventícios que ocupavam os principais postos administrativos. Para o conhecimento dos nomes dos indivíduos nomeados para os cargos do primeiro escalão da administração provincial, ver COSTA, Samuel Guimarães da. Volume I. *História política da Assembléia Legislativa do Paraná*. Curitiba: Vicentina, 1995, p. 7.

<sup>98</sup> Acerca dessas relações econômicas, cabe mencionar que em março de 1855, o pai de Jesuíno Marcondes, o citado José Caetano de Oliveira, em sociedade com Antônio Moreira de Carvalho e Pedro Zanardini, firmou contrato com o Governo Provincial para a realização de melhoramentos na estrada que fazia a ligação entre as freguesias de Palmeira e Palmas. VASCONCELOS, Zacarias de Góes e. *Relatório do presidente da Província do Paraná, em 8 de fevereiro de 1855*. Curitiba: Typographia Paranaense, 1855, pp. 67-68. Curitiba: Typographia Paranaense, 1855, pp. 68-69. Ainda, cabe mencionar que a aproximação entre membros da família Marcondes de Oliveira e Zacarias ocorreu em uma época em que Caetano realizou uma doação ao Governo Provincial. Tratava-se, pois, da doação de um terreno que o citado negociante realizou com a finalidade de incorporá-lo a área do rocio da freguesia de Palmeira. *Dezenove de Dezembro*, 04 de abril de 1855, n. 47, p. 1.

<sup>99</sup> *Dezenove de Dezembro*, 12 de dezembro de 1857, n. 66, p. 2.

<sup>100</sup> *O Dezenove de Dezembro*, 10 de dezembro de 1856, n. 37, p. 3.

<sup>101</sup> Acerca das mudanças nas regras de organização das eleições no Brasil, ver NICOLAU, Jairo. *Eleições no Brasil: do Império dos dias atuais*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Edições, 2012.



uma infausta tentativa de inserção de Zacarias à política paranaense por meio de sua aliança com lideranças locais do Partido Conservador. Em 1856, Zacarias também não foi eleito deputado geral pela Bahia. Ele apresentou-se, sem sucesso, candidato a tal cargo pelo no 6º distrito eleitoral da província.<sup>102</sup>

Nesse período, Zacarias já se enquadrava na categoria de políticos que, residentes na capital do Império, não participavam rotineiramente das articulações para a organização de chapas eleitorais nas províncias, apesar de ser beneficiado por essas articulações.<sup>103</sup> A eleição de Zacarias a deputado geral pelo Paraná, em 1861, tampouco consiste em um indício da construção de aliança com os chefes conservadores da província. Ao contrário, ele teve como principal correligionário o então presidente de província, o bacharel José Francisco Cardoso (1830-1885), o qual era originário de uma parentela pertencente à elite social do município fluminense de Itaguaí. Os membros dessa parentela eram integrantes do Partido Conservador.<sup>104</sup> Na ocasião em que recebeu tal apoio, Zacarias ainda pertencia a esse partido, do qual se desvincularia em meados de 1861. Em seguida, ingressou na Liga Progressista.<sup>105</sup>

Cumprе ressaltar que as eleições ocorridas em 1861 para a Câmara dos Deputados foram marcadas, em distintas províncias, pela influência do Gabinete Ministerial. Tal influência neutralizou, momentaneamente, a força política dos potentados regionais. Segundo o correspondente do *Diário do Rio de Janeiro* em Pernambuco, o bacharel conservador Antônio Coelho de Sá Albuquerque (1821-1868), ao disputar a reeleição para deputado geral em 1861, não obteve o apoio dos chefes regionais do seu partido. Mais precisamente, ele não obteve o apoio de Pedro Francisco de Paula Cavalcanti e Albuquerque (1806- 1875), detentor do título de Visconde de Camaragibe e então deputado geral pelo Partido Conservador. Contudo, Coelho obteve o apoio do Gabinete e venceu a eleição.

Desse modo, a informação apresentada pelo correspondente evidencia a existência de ocasiões nas quais o comportamento do eleitorado não era decorrente das orientações

---

<sup>102</sup> *Diário do Rio de Janeiro*, 15 de dezembro de 1856, p. 1.

<sup>103</sup> Nesse ano de 1856, Zacarias foi o organizador de uma chapa de candidatos ao posto de eleitores da freguesia carioca de Santana. Ao final, ele também se elegeu para tal posto. *Diário do Rio de Janeiro*, 15 de novembro de 1856, p. 1.

<sup>104</sup> Sobre a atuação política dessa parentela, ver MOREIRA, Gustavo Alves Cardoso. *Uma família no Império do Brasil: os Cardoso de Itaguaí* (um estudo sobre economia e poder). Dissertação (Mestrado em História). Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2005.

<sup>105</sup> Acerca das origens da Liga Progressista, leia-se a seguinte observação de Raymundo Faoro: “Forma-se, logo em 1862, a *Liga Progressista*, gerada no Gabinete Caxias (1861 a 1862), sob o fundamento de que os partidos estavam extintos [...]. Com essa ponte passam, do campo conservador para o liberal, chefes da expressão de Zacarias de Góes e Vasconcelos, Nabuco, Sinimbu, Saraiva, Paranaguá, entre outros”. FAORO, Raymundo. *Os donos do poder. Formação do patronato político brasileiro*. 2º volume. 10ª ed. São Paulo: Globo, 1995, p. 444.

emanadas dos chefes e diretórios partidários regionais. Antes, os candidatos vinculados ao Gabinete possuíam a condição de mobilizar correligionários, inclusive os detentores de cargos públicos, para alcançar a sua vitória eleitoral.

Nessa época, Antônio Albuquerque exercia o posto de ministro dos Negócios Estrangeiros do Gabinete Caxias. Portanto, tal eleição consistiu em um caso no qual um potentado provincial buscou solapar as chances eleitorais de um membro do Gabinete Ministerial. De outra parte, Albuquerque contava com o apoio do Gabinete conservador. Assim, segundo o correspondente do *Diário do Rio de Janeiro*:

A pretexto de serviço público, sahio o Sr. Tristão de Alencar Araripe, ao amanhecer do dia 21 [de junho] do corrente, desta capital, deixando o expediente da secretaria de polícia a cargo do delegado suplente em exercício; entretanto corre de boca em boca que S. S. apenas foi dar um *passeio eleitoral* pelo terceiro districto, além de dispor as cousas de modo a *assegurar a reeleição ao actual ministro de estrangeiros*. Dizem que o *deão do cabido olygarchico pernambucano* (o Sr. Camaragibe) despeitado (não sei por que) com o Sr. Sá e Albuquerque, escrevera dahi [do Rio de Janeiro] aos mais prestantes dos *cônegos* sobre quem exerce jurisdição, recomendando-lhes que tudo envidassem para que não fosse reeleito aquele ministro, e soffresse dest'arte a mais sensível quebra da sua força moral. Dizem mais que, prevenido dessa trama, o Sr. Sá e Albuquerque expedio suas ordens, a fim de neutralizar o plano olygarchico. Dizem, finalmente, que em cumprimento *dessas* ordens, e munido das necessárias credenciaes, foi que o Sr. Alencar Araripe empreendeu a viagem que falei a princípio. É minha opinião que o *remédio* adoptado curará perfeitamente a *enfermidade* supoz-se ameaçado o Sr. ministro de estrangeiros. S. Ex. *será reeleito mui livremente* e sem a mínima intervenção de autoridade, como sem dúvida se há de declarar oficialmente, apesar do passeio eleitoral de que vos dei notícia.<sup>106</sup>

Há, pois, uma semelhança desse resultado com o resultado da eleição ocorrida no Paraná em 1861. A semelhança consiste no fato de que as lideranças regionais do Partido Conservador no Paraná e de Pernambuco não conseguiram vencer a eleição. Em determinados momentos, portanto, os interesses políticos regionais impeliam os correligionários de um partido a não acatar uma candidatura apoiada pelo Gabinete. Para evidenciar que, nessa ocasião, o principal chefe do Partido Conservador de Pernambuco tivera a sua influência momentaneamente neutralizada, cabe dedicar atenção ao seguinte comentário do correspondente do *Diário do Rio de Janeiro* sobre a vitória de Antônio Albuquerque:

O Sr. Antônio Coelho de Sá e Albuquerque, actual ministro de Estrangeiros, foi *unanimemente reeleito* deputado pelo 3º distrito desta província. Até mesmo na *Escada*, onde S. Ex. no correr deste ano não pôde obter um voto sequer, deram-lhe *tantos quantos são os eleitores do collegio!* E digam lá os injustos adversários da olygarchia que não há liberdade de voto sob o domínio dela. Bem disse o distincto redactor do *Correio Mercantil*, no seu bello artigo sobre a epigraphe *Deixai passar a justiça da história*, que se fazem ministros a certos indivíduos para que possam elles ser eleitos deputados.<sup>107</sup>

<sup>106</sup> *Diário do Rio de Janeiro*, 4 de julho de 1861, p. 2.

<sup>107</sup> *Diário do Rio de Janeiro*, 9 de julho de 1861, p. 1. Grifos no original.

Portanto, quando de sua primeira eleição a deputado geral pelo Paraná, em 1861, Zacarias ainda se beneficiou-se sobremaneira do fato de pertencer a uma agremiação que controlava o Gabinete Ministerial. Tal pertencimento foi decisivo para a sua vitória na aludida eleição. A eleição a deputado geral ocorrida no Paraná em 1861 foi marcada tanto pela interferência do então presidente da província quanto pela ingerência dos componentes do Gabinete Ministerial, que na época era controlado pelo Partido Conservador.

A eleição de Zacarias àquele cargo ocorreu em um contexto no qual os dirigentes nacionais dos partidos políticos exerciam notável influência sobre a gestão das agremiações na esfera provincial. Tal influência não suscitava a contestação de dirigentes partidários locais, assim como inibia as pretensões políticas dos opositoristas, visto que desistiam do lançamento de candidaturas em virtude do reconhecimento da dificuldade de enfrentar um candidato apoiado pelo Gabinete Ministerial. Trata-se, pois, de uma época anterior à reorganização das formas de gestão dos partidos monárquicos. Nessa época, eram incipientes as regras de relacionamento entre as instâncias do partido. Essa incipiência favorecia a intervenção de dirigentes partidários nacionais sobre a vida política das províncias.

O estudo sobre a ingerência do Gabinete em tal eleição é realizado na seção seguinte deste capítulo. Todavia, cumpre antecipar a informação de que nessa época a incorporação de adventícios ao quadro partidário paranaense era sobremaneira influenciada pelos presidentes e membros do Gabinete Ministerial. Tal influência atenuou-se gradativamente. Conforme demonstrado no quarto capítulo, nos anos 1870 os agentes estatais adventícios não ingressaram no jogo político nacional por intermédio da imposição de chefes partidários nacionais.

Conforme um órgão da imprensa conservadora, uma das formas de os adventícios obterem sucesso eleitoral, nos anos 1860, era por intermédio do apoio do Governo Provincial. Um dos aspectos desse apoio consistia em atribuir cargos públicos aos correligionários dos candidatos governistas. Conforme demonstrado nesta seção, no contexto do Partido Liberal do Paraná, a não obtenção de cargos comissionados pelos correligionários do candidato oficial era passível de gerar uma celeuma. Essa celeuma ocasionava, por exemplo, a mudança no comando partidário.

Atente-se, assim ao modo por meio do qual o redator de *A Ordem* referiu-se à estratégia empregada pelo presidente José Francisco Cardoso para viabilizar a eleição de seus candidatos a deputado geral (Zacarias de Góis e Silveira da Motta) : “Na ânsia de chegar ao

fim, na terrível dúvida em que se achava s. ex. [o presidente da província], recorreu ao meio heróico que sóem empregar os governos perdidos [...]. Abriu-se o cofre provincial creou-se empregos, deu-se gratificações, fez-se promessas sem conta e o santuário da autoridade converteu-se em um escritório mercantil em que a mercadoria era o voto, e o estipêndio o suor do povo”.<sup>108</sup>

De outra parte, um indício das dificuldades enfrentadas por chefes partidários locais na eleição de 1861 à Câmara dos Deputados em face da candidatura de Zacarias é evidenciado nas seguintes considerações do correspondente do *Diário do Rio de Janeiro* em Curitiba. Em tais considerações, verifica-se que conservadores e liberais lançaram candidatos que se opunham ao então chefe do Executivo Provincial. As relações políticas e familiares dos potentados regionais não foram suficientes para evitar o malogro eleitoral de seus candidatos diante dos candidatos preferidos pelo Gabinete Ministerial:

É de lastimar que o *Diário do Rio de Janeiro* não possua um correspondente no Paraná. De vez em quando lá publica o correspondente do *Jornal do Commercio* um aranzel em estylo bíblico em que eleva às nuvens a presidência do Sr. [José Francisco] Cardoso, pelo que por aqui sofre-se diariamente conhece a província por ser seu correspondente o elogiado, porque quem falará bem por aqui sr. Cardoso senão o sr. Cardoso? Já ficaram pelas costas as malditas eleições. Só em Paranaguá se tem de proceder a uma municipal, porque as primeiras foram anuladas, em virtude de ordens e contra ordens do sr. Cardoso a índole paranaense é essencialmente pacífica; porque do contrário muito havia que lastimar-se, porque se o presidente dizendo ao proprietário do *Dezenove [de Dezembro]* que tinha força para ganhar a eleição, se demitindo todas as autoridades policiaes e nomeando as *ad rem*, parecia querer bazofiar, assim não aconteceu, visto que excedeu na verdade a todos os cálculos de uma violência bem calculada. O resultado da eleição foi duplicado. A interferência do governo fez com que só dous candidatos lhe resistissem, a saber, os Drs. Jesuíno Marcondes de Oliveira e José Mathias Ferreira de Abreu. Vendo o presidente que os não podia vencer, nem pela violência, porque as famílias desses cavalheiros possuem muitos membros, que espalhados pelos diversos lugares da província têm relações que não podem ser destruídas por um governo de dias, além disso têm amigos dedicados que por eles se interessavam e obrigaram o Sr. Cardoso a enviar forças para todos os pontos, recomendando que se não admittissem duplicatas, para que não tivessem sequer 50 votos os filhos da província. [...] Resultado que terá de ser examinado pela assembléa dos Srs. deputados visto os fundamentos razoáveis das duplicadas de Paranaguá e Curitiba. O collegio eleitoral em Paranaguá esteve tumultuoso, a imprudência de um subdelegado do Dr. Cardoso que gritou pela tropa ia dando lugar a sérios distúrbios. Ao Dr. Manuel Alves de Araújo se deve não ter havido sangue. O Dr. Laurindo, vendo a posição que tomou o presidente, fez convergir alguns votos para seus colegas Drs. Jesuíno Marcondes e Ferreira de Abreu. O Paraná se via na necessidade de enrolar as bandeiras dos partidos., porque a todos interessava guerrear e opor-se ao governo.<sup>109</sup>

Nesse comentário, o correspondente acentuou que os eleitores não se opuseram à ingerência do presidente da província. Conforme demonstrado neste capítulo, a eleição de 1861 no Paraná motivou, em outro periódico, uma comparação entre as pequenas e grandes

<sup>108</sup> *A Ordem*, 18 de agosto de 1862, n. 12, p. 2.

<sup>109</sup> *Diário do Rio de Janeiro*, 28 de fevereiro de 1861, n. 58, p. 1.

províncias. Em suma, apenas nas grandes províncias, que eram dotadas de maior relevância política e econômica, havia a tendência para evitar tais ingerências. Atente-se ao resultado dessa eleição:

#### Quadro I

##### Resultado da eleição para duas vagas de deputado geral (Província do Paraná, 1861)

Nome	Profissão	Partido	Votos
Joaquim Inácio Silveira da Motta	Médico	Conservador	114
Zacarias de Góis e Vasconcelos	Advogado	Conservador	107
Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá	Advogado	Liberal	85
José Mathias Ferreira de Abreu	Advogado	Conservador	49
Laurindo Abelardo de Brito	Advogado	Liberal	6
Manuel Francisco Correia	Advogado	Conservador	4
José Inácio Silveira da Motta	Advogado	Liberal	3
Luiz Francisco da Câmara Leal	Advogado	Conservador	1
José Antônio de Camargo e Araújo	Padre	Liberal	1

Fonte: DEZENOVE DE DEZEMBRO, Curitiba, 27 de abril de 1861, n. 319, p. 1.

A análise sobre a votação e o perfil social dos indivíduos sufragados nesse pleito permite a feitura de duas constatações. Primeiro, em um contexto de baixa formalização da vida interna dos partidos, os correligionários dessas agremiações não se uniam para a defesa de apenas um candidato. Havia uma dispersão de votos, os quais eram destinados, por vezes, a indivíduos que não possuíam vínculos consistentes com os dirigentes dos partidos monárquicos no Paraná. O goiano José Inácio Silveira da Motta (1811-1893) e o carioca Luiz Francisco da Câmara Leal (1822-1878) enquadraram-se nessa categoria, no contexto da eleição parlamentar ocorrida nessa província em 1861. Segundo, nesse cenário de baixa formalização, não havia limites precisos para os presidentes de província interferirem nos partidos para viabilizar as candidaturas de seus aliados.

Conforme o redator de *A Ordem*, a vitória de Zacarias em 1861 ocorreu em uma época em que o presidente da província buscava combater tanto os liberais quanto os conservadores da província: “O governo, sem ter pensamento, sem ter ordem em suas ideias, sem procurar o apoio de uma opinião, uniu-se em Curitiba a um grupo sem denominação e sem crenças para

combater liberaes e conservadores em Antonina, Príncipe e Castro, a conservadores contra liberaes em Paranaguá, Guarakessava e Morretes a liberaes contra conservadores”.<sup>110</sup>

Portanto, a primeira eleição de Zacarias a deputado geral pelo Paraná ocorreu em um contexto de afastamento entre o chefe do Governo Provincial e setores da elite política regional. Nesse período, existiam eventuais recusas a apoiar candidatos apoiados pelo presidente do Paraná. Essas recusas, porém, não eram suficientes para unir os correligionários em torno de nomes alternativos às candidaturas oficiais. A desunião dos correligionários permitia que o Governo incorporasse membros dos partidos Conservador e Liberal aos seus projetos eleitorais.

Ao mesmo tempo, compete mencionar o ocasional contato estabelecido entre Zacarias e personagens da elite política de Paranaguá. Trata-se, pois, de uma aproximação meramente protocolar com os membros Câmara Municipal de Paranaguá. Nessa época, essa instituição era presidida por um integrante do Partido Liberal, qual seja, o major Caetano de Souza Pinto (1819-1879).<sup>111</sup> A menção a este contato também possibilita evidenciar o caráter anódino da atuação de Zacarias como deputado geral pelo Paraná. Conforme demonstrado nesta tese, tal caráter era peculiar à atuação dos adventícios incorporados aos quadros partidários de outras províncias. O baixo envolvimento dos adventícios na vida política das províncias e a pouca atenção às demandas oriundas dessas regiões eram os principais motivos de críticas a esses políticos.

A referência a essa comunicação possibilita evidenciar, em suma, o caráter anódino da atuação de Zacarias como deputado geral pelo Paraná. A eleição desse bacharel ao posto de deputado geral pelo Paraná, portanto, não ocasionou a sua incorporação à rotina da vida político-partidária da província. Antes, tal eleição foi decorrência de uma estratégia de próceres do Partido Liberal. A finalidade dessa estratégia era manter Zacarias politicamente ativo em um contexto imediatamente posterior ao malogro de sua passagem pela presidência do Gabinete Ministerial.

\*\*\*

Em abril de 1862, às vésperas da nomeação de Zacarias para a presidência do Gabinete Ministerial, ocorrida em maio, os vereadores de Paranaguá encarregaram-no da tarefa de

<sup>110</sup> A *Ordem*, 18 de agosto de 1862, n. 12, p. 2.

<sup>111</sup> Caetano de Souza Pinto exerceu, a partir dos anos 1840, cargos públicos imperiais, tais como escrivão e inspetor da Alfândega de Paranaguá. Todavia, anteriormente ele atuou como negociante. Tal condição qualificou-o, por exemplo, a subscrever, em 1841, um abaixo-assinado elaborado pelos negociantes de Paranaguá, o qual é estudado no presente capítulo. Nesse documento, o citado major é referenciado como proprietário da *Caetano de Souza Pinto e Cia. A Phenix*, 13 de fevereiro de 1841, n. 299, p. 4.

representar a instituição em uma cerimônia que ocorreria na Corte. Assim, o principal aspecto a ser destacado sobre tal fato é que ele ocorreu em um dos raros momentos, durante o Segundo Reinado, nos quais essa instituição não estava sob a gestão de Nácar ou dos seus correligionários. Zacarias, que ainda exercia o mandato de deputado geral pelo Paraná, manifestou-se sobre a sua investidura naquela tarefa protocolar:

Illms. Snrs. presidente e mais vereadores da cidade de Paranaguá – Honrados por VV. SS. Com a incumbencia de representar essa municipalidade na inauguração da estatua equestre, votada à memoria de D. Pedro I e de felicitar por semelhante motivo a S. M. o Imperador, cumprimos eu e meus colegas de comissão o nosso mandado pelo modo constante da inclusa felicitação, na qual procuramos ser fiel interpretes dos sentimentos de VV. SS. Estimando infinitamente que houvessemos conseguido. Rio 22 de abril de 1862. Zacarias de Goes e Vasconcellos.<sup>112</sup>

Esse ofício evidencia, ainda, o distanciamento de um adventício em relação à vida política da província. Portanto, um dos elementos da atuação política do mandatário adventício era manter um relacionamento formal com lideranças locais e não se envolver nas rivalidades entre os setores da elite política e econômica provincial. No Brasil monárquico, havia adventícios que, uma vez eleitos para o Parlamento do Império por meio da influência de lideranças partidárias nacionais, desenvolviam uma atividade legislativa distanciada do contato com as bases e as lideranças que o elegeram. Em suma, as relações entre Zacarias e os chefes partidários de Paranaguá não ultrapassaram esse nível superficial.

Quando ocorreu a nomeação de Zacarias ao posto de presidente do Conselho de Ministros, em maio de 1862, houve uma comemoração em Curitiba. Por um lado, essa comemoração evidencia que esse bacharel teria partidários na província da qual foi presidente. Por outro lado, a sua nomeação implicou a convocação de nova eleição ao cargo de deputado geral pelo Paraná. A esse respeito, leia-se a seguinte informação extraída do *Diário do Rio de Janeiro*, de junho de 1862:

Recebemos o *Correio Official de Curitiba* que adianta até 6 do corrente. O dia 20 foi designado para eleição à vaga deixada pelo Sr. conselheiro Zacarias. “Esta folha, dando notícia da nomeação do ministério de 24 de Maio diz: ‘A mala tendo chegado no dia 3 a esta capital, trouxe a notícia da elevação ao ministério do deputado por esta província conselheiro Zacarias de Góis e Vasconcelos. Tão grata nova aos paranaenses os fez prorromper em significativas demonstrações de alegria. De todos os lados da cidade subiram aos ares foguetes; à noite uma banda de música, seguida por pessoas aliás muito gradas, tocando à porta dos mais distintos cidadãos. Essa pública e espontânea manifestação é a prova mais exuberante das sympathias que tem sabido grangear deste povo o illustre conselheiro”.<sup>113</sup>

<sup>112</sup> *Commercio do Paraná*, maio de 1862, p. 3.

<sup>113</sup> *Diário do Rio de Janeiro*, 25 de junho de 1862, p. 1.

Essa investidura no posto de presidente do Conselho de Ministro não encerrou a participação de Zacarias em eleições. Portanto, compete demonstrar o argumento de que a interferência de dirigentes partidários nacionais na definição de candidaturas parlamentares não era incomum no começo dos anos 1860. Para tanto, trata-se de evidenciar que a reeleição de Zacarias deputado geral pelo Paraná foi concretizada mediante a neutralização dos objetivos eleitorais de chefes do Partido Liberal da província.

### **1.2.1. – As lideranças nacionais do Partido Liberal e a eleição parlamentar de 1862 no Paraná: neutralização de potentados regionais**

Na historiografia, as informações acerca da atividade política de dirigentes partidários nacionais permanecem centrais para a compreensão sobre a vida interna das instituições imperiais. Porém, não há avanços no entendimento acerca das características e impactos da inserção desses dirigentes nas unidades regionais dos partidos monárquicos. O desenvolvimento da presente seção, portanto, é orientado pelo objetivo de evidenciar aspectos da ingerência de líderes partidários nacionais nas províncias. Esta análise subsidia, assim, a compreensão acerca dos limites da autonomia dos potentados regionais no contexto anterior à reorganização administrativa dos partidos monárquicos.

A duração do primeiro Gabinete Zacarias circunscreveu-se aos dias 24 e 30 de maio de 1862. Por consequência, esse bacharel apresentou-se candidato à vaga de deputado geral da qual abdicara para presidir o Gabinete. O retorno dos antigos componentes desse Gabinete à Câmara dos Deputados era um projeto dos chefes nacionais da Liga. Ou seja, tal projeto interferiu nas eleições de diferentes províncias.

A esse respeito, o redator de *A Ordem* salientou: “Procurou-se mostrar a reeleição dos ministros decaídos como um dever de honra para as províncias que lhes tinham dado um diploma; não se estudou sua história, nem se indagou suas crenças. Olhou-se apenas o fato de representar uma província, sem atender se espontaneamente lhe deram o mandato ou se foram forçadas a isso”.<sup>114</sup> Contudo, conforme demonstrado no capítulo terceiro desta tese, a interferência do Gabinete comandado pelo Marquês de Olinda para possibilitar a antigos membros do Gabinete de 24 de maio o retorno à Câmara dos Deputados não teve sucesso em Pernambuco. Porém, o estudo sobre o caso da reeleição de Zacarias a deputado geral pelo Paraná evidencia que o poder político de chefes partidários nacionais era operacional para

---

<sup>114</sup> *A Ordem*, 28 de julho de 1862, n. 9, p. 1.



unificar os esforços dos correligionários nas províncias em favor de um candidato. Ao mesmo tempo, esse poder era suficiente para tolher as ambições das lideranças partidárias provinciais.

Em 1864, ao discorrer sobre o episódio da reeleição de Zacarias, o correspondente do *Constitucional* em Curitiba destacou essa unidade de esforços: “Chamado que foi o conselheiro Zacarias para o Gabinete de 24 de Maio, tudo mudou aqui; e os próprios liberais que tão encarniçadamente o guerrearam foram pressurosos em angariar votos para o ministro de 6 dias. Esse fervor não era oculto a ninguém, e até se dizia que assim deviam obrar em prejuízo de qualquer outro [candidato], porque de S. Ex. tinha o Paraná tudo a esperar. Felizmente eu nunca pensei assim, e hoje mesmo creio que S. Ex. pelo Paraná nada fez”.<sup>115</sup> Essas considerações também dizem respeito ao problema do baixo envolvimento de adventícios de maior projeção política na vida social e partidária das províncias.

No contexto de sua reeleição, Zacarias já estava integrado à Liga Progressista. Por consequência, as antigas lideranças do Partido Liberal do Paraná apoiaram a candidatura de Zacarias. Esse apoio, contudo, foi determinado por um chefe político nacional. Todavia, um setor da imprensa paranaense defendia que os candidatos a esse pleito teriam de ser originários da província. Ou seja, o problema da interferência na autonomia política do Paraná era mencionado pelos opositores da candidatura de Zacarias. Concernente a essa questão, leia-se o comentário do redator do jornal paranaense intitulado *Pharol*, o qual foi republicado no periódico paulista *A Ordem*:

Tratando de eleições, não podemos nos furtar ao dever de transcrever algumas linhas de um jornal literário, porém propenso às ideias liberaes, o *Pharol*, que se publica no Paraná, tratando do ministério diz: ‘Perdidos os lugares que ocupavam certos ministros decahidos, na câmata temporária, uma escolha de tem de aparecer na actualidade que preencha as posições vagas. [...] Aproxima-se o dia 20 de Julho em que tem de ser eleito um deputado por esta província em consequência da vaga que deixou o sr. Zacarias. Na sua reeleição se pensa, mas nós temos pressentimentos de que essa não se realizará por virtude de coisas que não convêm desde já dizer. Se pertencêssemos ao corpo eleitoral da província, ou se tivéssemos influência legítima no seio dele, nos comprometeríamos a apresentar e a recomendar os nomes de dous distintos paranaenses, os sr.s drs. Manuel Alves de Araújo e Manuel Francisco Correia, para um deles preencher a vaga existente deixada pelo sr. Zacarias. É esta uma confissão sincera que fazemos. São cousas sobre que não se pode ainda emitir um júzo seguro; mas todos aqueles que acompanharam o pleito eleitoral no Paraná [em 1861] e viram os vícios com que se achava a eleição que deu lugar ao sr. Zacarias tomar parte na representação nacional, não poderão duvidar de que a província não acolhe com agrado a candidatura do seu ex-presidente.’<sup>116</sup>

Cumprido destacar que, no contexto dos anos 1860, houve momentos em que os processos de homologação de candidaturas não opunham somente chefes partidários regionais

<sup>115</sup> *Constitucional*, 16 de fevereiro de 1864, n. 19, p. 2.

<sup>116</sup> *A Ordem*, 30 de junho de 1862, n. 5, p. 4.

a chefes partidários provinciais. Antes, tais processos suscitavam o antagonismo entre chefes partidários municipais e chefes provinciais dos partidos. Esse antagonismo, por sua vez, favorecia, no âmbito municipal, uma aproximação entre os conservadores e os liberais. Ou seja, tal antagonismo criava uma circunstancial aproximação entre políticos de menor projeção no cenário partidário. O estudo de um episódio da história política paulista possibilita corroborar este argumento. De outra parte, o estudo sobre tal episódio evidencia que, na referida década, as lideranças do Partido Conservador também eram propensas a interferir na homologação de candidaturas.

Em 1861 houve uma eleição de deputados provinciais em São Paulo. Os chefes provinciais do Partido Conservador, reunidos no *Centro Conservador*, tentaram impor candidaturas no 3º distrito eleitoral da província. Porém, os chefes municipais do partido não acataram tal ingerência. Por consequência, realizaram uma aliança com os liberais. Leia-se, pois, a seguinte informação publicada no *Diário do Rio de Janeiro*, em outubro do referido ano:

No 3º círculo diversas influências conservadoras insurgiram-se contra a chapa organizada pelo centro conservador. Consta mesmo que há transação entre elas e diversos candidatos liberais, recomendados pelo centro liberal. A votação no colégio de Campinas, composto exclusivamente de eleitores liberais e que votou em diversos conservadores avulsos, bem indica a existência dessa transação. Estão à testa desta liga os Srs. Barão do Rio Claro, tenente-coronel Conceição, Dr. Pacheco Simões e Jordão, influências de Piracicaba, Limeira, Paranapanema, Tathuy, e Botucatu. Veremos o que surge deste caos<sup>117</sup>.

Dessa forma, a ausência de consulta aos correligionários para o lançamento de candidaturas à Câmara dos Deputados era um elemento intrínseco aos partidos Conservador e Liberal. A definição unilateral de candidaturas, contudo, despertava distintas reações. No aludido episódio da história eleitoral paulista, verifica-se a inconformidade dos correligionários conservadores. Entretanto, as candidaturas de Zacarias de Góis pelo Paraná não encontraram obstáculos para serem homologadas.

\*\*\*

A campanha para a eleição de um político que contava, por vezes, com o apoio do Gabinete Ministerial era marcada pelas tentativas de cooptar antigos desafetos desse político. Em 1869, ao discorrer sobre a participação de Zacarias de Góis em pleitos eleitorais no Paraná, o bacharel conservador Manuel Eufrásio Correia (1839-1888) salientou que Zacarias

---

<sup>117</sup> *Diário do Rio de Janeiro*, 21 de outubro de 1861, p. 2.

articulava a obtenção do apoio do futuro Visconde de Nácar a uma de suas candidaturas: “E o que precisa saber é que o Sr. Zacarias, quando depois de sua preconizada presidência viu-se sem apoio em parte alguma, receoso de ver as portas da câmara temporária cerradas ainda, recomendado com força pelo governo, aconselhava uma aliança com o comendador Guimarães, que, apensar de *fulminado e posto à margem*, foi acariciado para proteger a eleição de S. Ex”.<sup>118</sup>

Dessa forma, verifica-se a dependência de um chefe político nacional em relação à influência eleitoral de um potentado. Essa dependência gerou uma episódica e artificial aproximação entre ambos. Ao mesmo tempo, essa informação permite destacar que Nácar, em distintos contextos, atuou como uma notabilidade local que possuía a faculdade de interferir no comportamento eleitoral de seus correligionários. Tal característica, portanto, era um dos limites de sua influência política.

Trata-se de evidenciar, por consequência, a interferência de um dirigente nacional do Partido Liberal na eleição para a Câmara dos Deputados ocorrida no Paraná, em 1862. Nessa ocasião, Zacarias não teve contendores. Para tanto, cabe desenvolver essa análise em duas etapas. Primeiro, compete demonstrar que, no início dos anos 1860, não era incomum a interferência de lideranças nacionais dos partidos nos processos de definição de candidaturas a deputado geral. Ou seja, era rotineira a interferência dessas lideranças nas decisões dos diretórios locais dos partidos.

Segundo, cabe realizar a análise de uma carta enviada ao *Diário do Rio de Janeiro* por Teófilo Benedito Otoni (1807-1869). Ele era uma antiga liderança do Partido Liberal que exerceu mandato de senador por sua província de origem, Minas Gerais, de 1864 a 1869. Na época da reeleição de Zacarias, Otoni exercia mandato de deputado geral. Para a demonstração da existência de formas de interferência do Gabinete Ministerial em processos eleitorais nas províncias, cabe salientar o caso do Amazonas. Essa interferência, por conseguinte, despertou a crítica de habitantes daquela província. Em 1863, por exemplo, havia quatro candidatos ao cargo de deputado geral por esta província.

Dentre esses candidatos, três eram apoiados pelo Gabinete. Ao final, foi eleito o citado Francisco Brusque, apoiado pelo Gabinete, e Antônio José Moreira, que, segundo o correspondente do *Correio Mercantil* em Manaus, não possuía tal apoio. Acerca da influência

---

<sup>118</sup> *Dezenove de Dezembro*, 27 de outubro de 1869, n. 1040, p. 3. Grifos no original.

do Gabinete comandado pelo Marquês de Olinda nesse processo eleitoral, leia-se o comentário do correspondente do *Correio Mercantil*:

Sempre lhe disse que se a eleição aqui corresse desassombrada de intervenção do executivo, desassombrada de imposições esquisitas, correria muito pacificamente e o gabinete contaria com dous votos mais no parlamento; porque o partido progressista aqui é a grande maioria da província. Entretanto, isto não está acontecendo! A polícia organiza chapas de eleitores, pondo à margem os mais distintos caracteres do partido progressista porque esse partido apresenta como seu candidato o Dr. Moreira! Mas que! A província do Amazonas terá por ventura direito de escolher um deputado do seu seio? Loucura requintada desta pobre gente, que ainda se não emancipou e já quer dispor do que diz seu! Os candidatos são: Dr. Francisco de Serra Carneiro, Dr. Francisco Carlos de Araújo Brusque, Dr. Manuel Clementino Carneiro da Cunha, Dr. Antônio José Moreira. Os três primeiros são aqui apresentados como candidatos do governo! É difficil de resolver o tal problema; mas é uma realidade, todos esses três candidatos são tidos por candidatos do governo, devendo o Amazonas mandar somente dous à câmara temporária. Os Srs. ministros que ventilem lá essa questão como se jogo com seus nomes neste *calcanhar* do Brasil!<sup>119</sup>

De outra parte, o excerto transcrito a seguir, extraído do jornal carioca *A Actualidade*, evidencia que, no Segundo Reinado, havia marcante interferência dos Gabinetes Ministeriais na definição de candidaturas à Câmara dos Deputados. Mais especificamente, tal informação possibilita destacar que a definição de candidaturas a deputado geral envolvia membros de diferentes instâncias políticas (integrantes do Gabinete, presidente da província e chefes políticos locais). O excerto a seguir transcrito é concernente à eleição ocorrida no Amazonas em 1863:

Na madrugada de 24 [de agosto] passado largou a toda pressa para Manaos, o vapor *Icamiaba*, que devia sair para Cameté no dia 25, sendo substituído nesta linha pelo *Belém*. Deu que pensar esta sahida do *Icamiaba*, e fizeram bastantes juízos os não iniciados nos mysterios do *progresso*; sendo um delles que levava a demissão do [presidente da província] Dr. Silva [Odorico de Moura], por não querer impor aos amazonenses a candidatura do Dr. Brusque, que, como presidente do Pará, tem *direito* a ser um dos deputados pelo Amazonas [essa demissão não se efetuou naquele momento, mas em abril de 1864]. Hoje, porém, sabe-se que esta contradança nos vapores da companhia do Amazonas só teve por fim levar ao Dr. Sinval os *desejos* do gabinete imperial, que *não se envolve* nas eleições, para que o Dr. Brusque seja um dos deputados por aquella feliz província. Consta que o Dr. Tito [Franco de Almeida, ex-deputado geral pelo Pará] foi feliz na apresentação deste *pedido*, e que o Dr. Brusque será um dos futuros representantes da nação.<sup>120</sup>

Em 1863, também houve a interferência do diretório nacional do Partido Liberal no processo de escolha dos candidatos a deputado geral pelo 2º distrito eleitoral da Província do Rio de Janeiro. Este distrito correspondia à região de Campos dos Goytacazes. Tal interferência foi criticada pelo redator do jornal conservador *Constitucional*, em editorial publicado a 3 de setembro do mencionado ano. Esse editorial evidencia que os indivíduos que

<sup>119</sup> *Correio Mercantil*, 27 de agosto de 1863, p. 1. Grifo no original.

<sup>120</sup> *A Actualidade*, 24 de setembro de 1863, p. 2. Grifos no original.

possuíam uma relação próxima com os chefes do Partido Liberal, tais como o advogado carioca Francisco Otaviano de Almeida Rosa (1825-1889), possuíam maiores condições de terem as suas candidaturas homologadas. Portanto, os gestores do diretório nacional controlariam o partido de modo a impedir a igualdade nas formas de competição interna entre os pretendentes a determinados cargos eletivos:

O directorio liberal, consistório, synagoga, ou como melhor nome e lugar haja, declarou ter assentado os nomes *prestigiosos* para candidatos do 2º districto com o fim de arredar os muitos pretendentes. Ou fosse por isso ou fosse para despachar o círculo da corte, o certo é que arrumaram o Sr. Valdetaro para o 2º districto. Mas o que dirão os pretendentes taboquados perante o prestígio de outro feliz candidato, o Sr. Luiz Pereira? Eis ahi um nome *prestigioso*! De toda a população do Rio de Janeiro apenas aqueles quem leem os anúncios dos jornais sabem que o Sr. Pereira é um aprendiz de advocacia do escriptorio do Sr. [Francisco] Octaviano [então deputado geral pelo Rio de Janeiro]. Esses leitores de anúncios podem pois explicar o enigma do *prestígio* do Sr. Pereira. Tudo isso foi uma verdadeira *prestidigitação* que só aos profanos deverá ter ambasbacado. Dizem que certo candidato contentou-se com a promessa de outra promoção: nesse tempo não vão estar as fructas passadas. Ao Sr. Lima Campos declararam que se contentasse eternamente com a assembléa provincial, para desenferrujar os pulmões, que, verdade é, andam sempre bem azeitados. Ao Sr. Heredia... desse falam à boca pequena, enquanto em público lisonjeiam o cabalista da cidade de Campos. Mas o que dirá o Sr. Almeida Barbosa, desterrado da chapa por falta de *prestígio*? Preparou o terreno, venceu as elições, segundo o directorio fez o seu dever, *sed tulit alter honores* [mas outro levou a glória].<sup>121</sup>

Em junho de 1863, o jornal *A Actualidade* já admoestara a influência exercida pelos chefes nacionais dessa agremiação. Desse modo, as reflexões apresentadas pelo redator desse órgão evidenciam que o princípio da década de 1860 foi marcado pela ingerência política desses chefes. Por outro lado, o texto transcrito abaixo evidencia que houve formas de contestação ao modo pouco democrático e transparente pelo qual os líderes do diretório tomavam decisões. Ou seja, houve contestação à legitimidade do controle partidário exercido por esses líderes. Ainda, esse texto evidencia que, no mencionado contexto, a criação da Liga Progressista era encarada como a responsável pelo aumento da centralização das decisões no âmbito da grei liberal:

Temos muito ouvido falar de directorio; posto que não o usem fazer pela imprensa. Como órgão que somos de ideias liberaes puras, temos direito, senão dever de chamar a terreiro essa potência das trevas, só conhecida por suas *firmandas* e *ukases* chama-la vir à luz da imprensa exhibir seus títulos. Se é um directorio liberal esse de que todos falam, esses que dizem ser reconhecido por todos como supremo árbitro em matéria eleitoral (concedendo, por hypothese, que no partido liberal tal centralização de força seja possível), se é liberal não deve temer a luz, nem esquivar-se à discussão da imprensa. [...] Tem o directorio liberal seus títulos baseados em direito divino? São os chefes do partido liberal chefes por serem quem são? No caso afirmativo, curvemo-nos humildes deixando passar a *justiça d'El Rei*. Ou são esses chefes tão poderosos não por graça divina, mas por aclamação dos povos? Neste caso, mostre-nos a acta do grande colégio que os nomeou supremos eleitores do império e aliviem o povo da mais que

<sup>121</sup> *Constitucional*, 3 de setembro de 1863, n. 118, p. 2. Grifos no original.

pesada tarefa de uma comédia eleitoral. Nem uma, nem outra coisa. O direito divino!... Mas há muito tempo que à divindade não se imputa mais a responsabilidade de tantos governos ineptos como os dos reis *fainéants* e quejandos. A aclamação dos povos!... Onde e quando teve lugar o supremo comício que lhes deu a investidura? O directorio tem outra origem, ele é produto do enxerto que o partido liberal sofreu, é o resultado, o partido monstruoso da monstruosa aliança que deu-se há pouco tempo, Liga. [...] Quem há ali que ignore a maneira criminosa pela qual vai procedendo o directorio? O capricho, o interesse pessoal, e o inteiro esquecimento da missão que sem nenhum direito se encarregou, eis os vergonhosos conselheiros de que se cerca.<sup>122</sup>

No ano de 1863, houve, na Província do Rio de Janeiro, uma divergência entre os correligionários do Partido Liberal em virtude da ingerência do diretório central do partido, o qual era comandado por Teófilo Otoni, acerca da escolha de candidatos a deputado geral. Conferir atenção a um relato sobre essa divergência possibilita demonstrar que os membros do diretório central buscavam controlar a homologação de candidaturas à Câmara dos Deputados em distintas províncias. Em um texto veiculado no *Diário do Rio de Janeiro*, em agosto de 1863, o advogado Nicolau Rodrigues dos Santos França e Leite (1803-1867), deputado geral pela Paraíba em dois mandatos (1845-1847; 1848), criticava o fato de que o lançamento das candidaturas liberais foi comandado apenas pelos principais membros do diretório central.

Esse texto é, em verdade, uma circular que Nicolau Rodrigues enviou aos eleitores do 3º distrito eleitoral da Província do Rio de Janeiro, que abarcava o município de Niterói. Nessa ocasião, ele era candidato a deputado geral pelo Partido Liberal. Nesse texto, ele narrou, inicialmente, um episódio a respeito do comportamento eleitoral adotado pelos liberais de um distrito eleitoral fluminense. Nesse âmbito, é demonstrado que o diretório nacional do Partido Liberal organizou a lista dos candidatos às eleições daquele ano no Rio de Janeiro sem consultar os correligionários da agremiação.

A referida circular tem o propósito de defender o argumento de que existia uma exacerbada centralização de decisões no Partido Liberal. Ao mesmo tempo, ela era orientada pelo intuito de defender a ideia de que os eleitores precisavam de liberdade de voto. Por fim, nessa circular é argumentado que era necessário haver clareza e lisura no processo de definição de candidaturas. Em suma, por meio da leitura desse texto é evidenciado que, ao contrário do ocorrido na eleição para deputado geral do Paraná em 1862, houve, em um distrito eleitoral do Rio de Janeiro, um movimento de liberais contrários à imposição de candidatos pelo diretório nacional. Leia-se, pois, o seguinte excerto da circular de Nicolau Rodrigues:

---

<sup>122</sup> A *Actualidade*, 13 de junho de 1863, p. 1.

Srs. eleitores – Dirigindo-me a vós, principiarei por lembrar-vos de factos recentes que se tem passado diante de nós. Havia a *Pátria*, jornal de Nictheroy, logo depois da dissolução da câmara dos Srs. deputados [12 de maio de 1863], denunciado ao público uma reunião secreta de alguns ex-deputados e senadores, no qual se proclamaram eles diretores geares da eleição do partido liberal e formularam então a lista dos nomes daqueles de seus afeiçoados, que deviam por vós ser eleitos. [...] Em uma reunião, a única pública que houve na corte, a do teatro de S. Januário, por ocasião de um orador. O Sr. Dr. Queirós, referir-se a ordens do suposto diretório, o Exm. Sr. Zacarias declarou que o directorio não dava ordens, mas somente conselhos, e o Exm. Sr. T. B. Ottoni acrescentou que esses conselhos só seriam dados quando fossem consultados ou pedidos. Isto passou no dia 7 de agosto corrente, antevéspera das eleições. Os candidatos, animados por estas explícitas declarações, continuaram a justificar suas candidaturas diante do corpo eleitoral, único a quem compete o legítimo julgamento. As cousas se passavam deste modo, quando aparece, com surpresa, uma ordem do oculo directorio, impondo ao corpo eleitoral da corte e província do Rio de Janeiro nomes de candidatos de sua afeição, vontade absoluta, sciencia certa e plenos poderes! A esta exposição de verdadeira despotismo, de explícita significação de que – quero e mando – se apressou o corpo eleitoral da freguezia de Sant’Anna da corte, dessa freguezia respeitável para o partido liberal, por nela se ter como refugiado a liberdade nos tempos difíceis, onde nunca o poder insano dos nossos mandantes pode abater esses espíritos grandes e heroicos, esta freguezia se apressou, repetimos, a manifestar a sua desaprovação a semelhante arbítrio, e dando a mais severa licção a esse directório, a essa entidade, que se escondia para surpreender depois, mostrou que o corpo eleitoral desta freguezia era composto de homens livres, e que sabiam, por si, e pelos ditames de suas consciências, apreciar os serviços, o caráter e habilitações daqueles que nunca tinham desmentido suas convicções e contrariado seus princípios liberaes, foram procurar o respeitável e venerando magistrado, o Exm. Sr. Chichorro da Gama, e oferecer-lhes os seus votos, em prêmio dos seus serviços ao partido liberal, e em compensação às perseguições de que por isso tem sido victima.<sup>123</sup>

Nessa circular, Rodrigues também defendeu que o Brasil precisava inspirar-se no modelo eleitoral países como os Estados Unidos e a Inglaterra. A transparência e liberdade na escolha de candidatos, segundo o autor do texto, eram decisivas para incentivar a mobilização popular nas eleições. Ou seja, era necessário tornar a vida eleitoral mais dinâmica e democrática. No seu entendimento, tal dinamismo e democracia eram inexistentes na vida política do Brasil:

Neste momento não posso deixar de tributar aos ilustres cavalheiros os mais sinceros votos de respeito e admiração. Senhores. Na Inglaterra, a mestra do governo parlamentar, por ocasião de eleições, por toda parte se levantam reuniões populares (*meetings*), nessas reuniões, que se formam por todo o reino, os candidatos do distrito aparecem, os ministros mesmo que não candidatos não são dispensados de comparecer; e ahi oram ao povo, fazem sua profissão de fé política, recebem os aplausos, ou os mais explícitos sinais de repulsa, ouvem todas as increpações que se fazem à sua conduta, aos seus erros políticos, os insultos mesmo muitas vezes não lhe são dispensados. [...] Nos Estados Unidos acontece o mesmo, e o mesmo acontece hoje em Portugal, e sereis vós, Srs. eleitores do 3º districto do Rio de Janeiro, que fareis abnegação da vossa própria dignidade e da vossa própria consciência para vos tornardes meros conductores de chapas, compostas das affeições, da vontade e das conveniências alheias?

---

<sup>123</sup> *Diário do Rio de Janeiro*, 30 de agosto de 1863, n. 237 p. 3.

Apesar desse apelo aos eleitores do 3º distrito eleitoral fluminense, Nicolau Rodrigues não foi eleito. Nessa oportunidade, os candidatos vitoriosos no distrito foram o médico Joaquim Manuel de Macedo (281 votos), o advogado José Fernandes Moreira (252 votos) e o militar Frederico Carneiro de Campos (243 votos).<sup>124</sup> A votação final de Rodrigues não foi informada na imprensa. Contudo, no Colégio Eleitoral de Niterói ele obteve somente sete sufrágios – a sétima votação daquele colégio dentre os nove candidatos sufragados.<sup>125</sup>

Verifica-se, portanto, que a ausência de apoio de lideranças partidárias era um fator que contribuía para a derrota eleitoral de um candidato, no contexto do Segundo Reinado. A tentativa de contornar essa falta de apoio por meio da aproximação com o eleitorado não era uma estratégia eficaz. Por outro lado, a incipiência das regras acerca das condições de participação das lideranças políticas nacionais sobre a administração dos diretórios nas províncias era um fator de descontentamento dos correligionários. Em geral, havia ocasiões nas quais os correligionários demandavam maior transparência nas decisões partidárias acerca da escolha de candidatos e também condenavam a imposição de candidaturas por políticos que controlavam o Gabinete Ministerial.

Nesse contexto, ocorreu um caso de contestação ao modelo oligárquico de gestão do Partido Liberal na Província de São Paulo. Assim, cabe salientar um episódio no qual os correligionários liberais enraizados em um município interiorano não obedeceram a uma recomendação do diretório provincial do Partido Liberal. Mais precisamente, os eleitores do município de Faxina (atual Itapeva) não endossaram as candidaturas a deputado geral recomendadas do diretório regional do partido em 1863. Ao contrário, eles adotaram nessa ocasião um comportamento eleitoral independente. Dessa forma, os liberais de Faxina concederam apoio a um candidato ligado ao Partido Conservador. A respeito desse episódio da história eleitoral paulista, compete atentar a um excerto do texto do correspondente de *A Actualidade*, publicado em outubro de 1863:

O espírito de rebeldia vai invadindo as fileiras liberaes; os eleitores de Faxina na eleição geral excluíram o Sr Dr. Chrispiniano, o que lhes valeu da parte dos chefes ligueiros, o epitheto de traidores, agora o collegio de Itapetininga quase todo liberal atirou com a chapa – *Carrão, Sousa Queiroz* – para um canto, e votou como bem lhe aprouve, aparecendo naquele collegio com grande votação o filho do Sr. Capitão Hygino que o Sr. Carrão não quis contemplar apesar de ter sido lembrado com bastante antecedência, e o Sr. Leonel, que é conservador. [...] O 2º districto de há muito vive uma vida sua independente, e só nesta última luta é que veio receber inspirações na capital que prestou mão forte à candidatura do Sr. Capitãosinho; o 1 districto é o que está mais em contacto com o Centro., por isso nem é preciso fazer-se chapa, ela surge por si e os três nomes que foram eleitos antes mesmo da eleição

<sup>124</sup> *Diário do Rio de Janeiro*, 12 de setembro de 1863, n. 249, p. 1.

<sup>125</sup> *Diário do Rio de Janeiro*, 10 de setembro de 1863, n. 247, p. 1.



andavam já como o verbo acima das águas. O 3º districto, porém, é um embrião político, abandonado por muitos anos, e explorado agora com avidez, tarde e a más horas, tem apresentado resultado verdadeiramente phenomenaes.<sup>126</sup>

Nessa época, os diretórios regionais homologavam candidaturas sem a consulta aos correligionários radicados em municípios do interior. Tal característica das agremiações monárquicas foi mantida após a reestruturação dos diretórios conservadores e liberais, que ocorreu fim da década de 1860. Anteriormente a esta reestruturação, as regras para a investidura de uma liderança em posição de comando no partido eram pouco formalizadas.

Nesse contexto, as disputas entre chefes partidários pelo comando da agremiação criavam uma situação na qual o partido permanecia desprovido de diretrizes voltadas a organizar a administração dos diretórios e a orientar a atividade política dos correligionários nos municípios. A esse respeito, cabe salientar uma passagem do texto do correspondente de *A Actualidade*. Tal passagem evidencia que, no início dos anos 1860, o senador Francisco Antônio da Silva Queirós e o deputado geral João da Silva Carrão dividiam o comando do Partido Liberal em São Paulo:

Reina a confusão e a desordem, não no partido, porque esse é grande e forte e unido pela força dos princípios, mas nas altas regiões governativas, e nem outra coisa se devia esperar. Não era possível que os chamados chefes pudessem dirigir com acerto os destinos deste grande todo, quando eles não podiam entender entre si. Qual desses vultos que tomaram as eminências é o chefe? Não falando dos chefes submarinos que intercedem em todas as nomeações, que aparecem por detrás da cortina, procurando inspirar os actos do governo, e considerando apenas os dois que mais ostensivamente têm recebido as honras do comando: quem é o chefe, é o Sr. Carrão ou o Sr. Queiroz?<sup>127</sup>

O excerto supracitado evidencia, também, a existência de duas categorias de líderes partidários. Em um nível superior, estavam os chefes responsáveis, notadamente, pela definição de candidaturas. Em um nível inferior, estavam as lideranças cuja principal prerrogativa era interferir ou beneficiar-se de esquemas de nomeações para cargos públicos.

Em 1863, um morador do município de Oliveira, em Minas Gerais, salientou que os liberais ali radicados não apoiariam as candidaturas que o diretório regional da agremiação homologara para a eleição à Assembleia Provincial. No curso de sua missiva ao jornal *A Actualidade*, o aludido morador apresentou uma compreensão sobre as implicações da centralização de decisões pelas cúpulas dos diretórios partidários. A principal implicação consistia em minar a liberdade de voto. “Directorios, consistórios, papa ou sultão, são todos tyranos, que matam a liberdade de voto; extremos opostos à anarchia dos partidos,

<sup>126</sup> *A Actualidade*, 29 de outubro de 1863, n. 557, p. 1.

<sup>127</sup> *Id.*

absolutistas e centralizadores da vitalidade eleitoral em uma só entidade, em um só núcleo: directorio ou consistório e governo ou governo e directorio ou consistório, sempre de mãos dadas, ora este, ora aquele predominando, conforme a influência de seu pessoal, eis o único eleitor do Império de Santa Cruz".<sup>128</sup>

Portanto, no princípio dos anos 1860 o Partido Liberal já contava com diretórios organizados no âmbito das províncias. Contudo, esses diretórios seguiam o modelo centralizado de definição de candidaturas aplicado pelo diretório nacional. Essa centralização gerava, por vezes, descontentamentos de correligionários. Ao mesmo tempo, esses diretórios não possuíam regras e ritos consolidados acerca da formação e renovação do grupo de gestores dos órgãos partidários. A reestruturação dos diretórios ocorrida em fins dos anos 1860, contudo, não foi suficiente para democratizar a administração dos partidos monárquicos.

\*\*\*

Compete, pois, prosseguir na realização da análise sobre a reeleição de Zacarias a deputado geral pelo Paraná. Essa análise evidencia a prática de imposição de candidaturas pelos dirigentes nacionais do Partido Liberal. Assim, neste estágio do capítulo é realizado o estudo sobre a missiva que Teófilo Otoni endereçou a um órgão de imprensa a respeito de sua interferência em uma eleição ocorrida no Paraná, em 1862.

Nessa carta, ele defendeu que a reeleição de Zacarias não encontrou resistências junto aos liberais paranaenses. Nessa ocasião, o lançamento da candidatura de Zacarias à vaga de deputado geral pelo Paraná inibiu o lançamento de candidaturas no Partido Liberal e no Partido Conservador do Paraná. Nesse quadro, tal missiva evidencia que a integração de Zacarias ao Partido Liberal na província fora também aprovada e viabilizada pelas lideranças nacionais dessa agremiação:

O fraseado da correspondência do Paraná, publicada no seu jornal de hoje, pode fazer supor que o brioso partido liberal daquela província hesitasse em conferir seus votos ao Exmo. Sr. conselheiro Zacarias de Góis e Vasconcelos, e que só o fizesse mediante minha intervenção. Não há e menor fundamento para tal suposição. É certo que tive a honra de escrever aos meus amigos do Paraná dando-lhes conhecimento do modo digno, porque se comportara para com o partido liberal, o Sr. Conselheiro Zacarias na organização do ministério de 24 de maio, mas sua Exa. teve conhecimento da pronta resposta que deram antes de se entenderem, por exemplo, os Srs. Laurindo Abelardo de Brito e Dr. Manuel Alves de Araújo, aderindo francamente a sua candidatura. Quanto ao Sr. Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá, que só recebeu a correspondência dos seus amigos às vésperas da eleição, sabem muitas pessoas que em Sorocaba, onde se achava quando se organizou o ministério de 24 de maio, o Sr. Dr. Marcondes foi o primeiro a declarar, não só que se não apresentaria candidato, como também que

---

<sup>128</sup> *A Actualidade*, 01 de janeiro de 1864, n. 612, p. 3.

entendia deverem os liberais votar unanimemente no presidente do gabinete de 24 de maio. Foi esta a voz uníssona dos paranaenses liberais. Honra lhes seja feita. S. C. – 5 de agosto de 1862. T. B. Otoni.<sup>129</sup>

Em verdade, a carta de Teófilo Otoni consistia em uma réplica a um texto do correspondente do *Diário do Rio de Janeiro* em Curitiba. Para o correspondente, a vitória de Zacarias a deputado geral pelo Paraná derivava, sobretudo, da influência que Otoni teria exercido naquele pleito.<sup>130</sup> Cabe, portanto, realizar a análise da carta desse correspondente. A partir do estudo dessa missiva, verifica-se que os conservadores e os liberais do Paraná não se mobilizaram para lançar outros candidatos na eleição para a Câmara dos Deputados, em 1862. Ou seja, a candidatura de Zacarias não encontrou resistências por parte dos gestores do Partido Liberal do Paraná, bem como não encontrou oponentes no Partido Conservador:

O Sr. Conselheiro Zacarias de Góis e Vasconcelos, ex-presidente do Gabinete de 24 de Maio, acaba de ser reeleito deputado pela província do Paraná. S. Ex. obteve os votos que todos os eleitores, menos quatro. Podemos exprimir-nos por esta forma, por que o Collegio de Guarapuava, único que falta é em sua totalidade favorável à candidatura de S. Ex. Este resultado é tão honroso para o Sr. Conselheiro Zacarias, como para a província do Paraná. É uma prova solene de adesão aos princípios proclamados, e ao procedimento observado por S. Ex. no desempenho de suas funções parlamentares. Só ontem nos veio às mãos a carta do nosso correspondente, datada de 24 passado. Diz o nosso correspondente: “A mais importante notícia que tenho a dar-lhes das ocorrências da quinzena é a eleição unânime do conselheiro Zacarias nos collegios da capital, Castro e Paranaguá. S. Ex. foi votado por todos os eleitores, menos quatro de Antonina que votaram no Dr. Manuel Alves de Araújo, cujo irmão, o comendador Antônio Alves, se tivesse chegado mais cedo, teria impedido essa exressencia na unanimidade. [...] Os eleitores do Príncipe, mesmo aqueles que pareciam mais difíceis de condescender, mostravam-se muito desejosos do triunfo do ex-presidente do conselho. Em uma das passadas missivas lhe disse que esperava-se que o Dr. Jesuíno [Marcondes] obtivesse de seus amigos dedicados a votação unânime, a ele talvez deva-se alguma coisa do resultado obtido, porém é certo que ao Sr. Ottoni deve-se tudo, segundo ouvi dos próprios eleitores. Com efeito, para aqueles homens a amizade não entra na política, e por isso, só a ideia, que representa o nome do ilustre mineiro, deve-se a concessão que

<sup>129</sup> *Diário do Rio de Janeiro*, 6 de agosto de 1862, n. 215, p. 1.

<sup>130</sup> Segundo o jornal *Constitucional*, a nomeação de Jesuíno Marcondes para o posto de ministro da Agricultura, Comércio e Obras públicas, em 1864, teria sido decorrente da influência da família Otoni junto a Francisco José Furtado, então presidente do Conselho de Ministros. Mais precisamente, a nomeação de Marcondes fora proposta por Cristiano Benedito Ottoni (1811-1896), irmão de Teófilo Ottoni. Ou seja, a fidelidade de um chefe partidário regional a lideranças nacionais de seu partido trouxe benefícios a esse chefe regional. Assim, atente-se às seguintes considerações do redator do jornal *Constitucional*: “Quando se organizou o gabinete de 31 de agosto, é também notório que igual oferecimento [do cargo de ministro da Agricultura] fora ao Sr. C. Ottoni, servindo de pretexto a recusa ter o governo de decidir a questão ainda pendente da malversação denunciada pelo engenheiro fiscal da estrada do Sr. Viriato. Mas acrescentou-se que esta circunstância não inibiu o Sr. C. Ottoni de dar outra vez homem por si; pois com o mais escrupuloso cuidado ele examinara a lista dos deputados nome por nome, vindo afinal recair sua escolha no Dr. Jesuíno Marcondes”. *Constitucional*, 13 de outubro de 1864, n. 116, p. 2. Cristiano Ottoni, por sua vez, negou que tivesse interferido em favor de Marcondes: “A verdade, porém, é que não indiquei nome algum ao Sr. conselheiro Furtado, e que quando soube do convite feito ao Sr. conselheiro Marcondes, S. Ex. já o havia aceitado: afirmar o contrário, e ter a petulância de dizer que é notório, não admira no redator principal do *Constitucional*; mas é faltar a verdade”. *Diário do Rio de Janeiro*, 16 de outubro de 1864, n. 285, p. 2.

fizeram elegendo ao conselheiro fundador do Paraná. É provável que continuem as ver as cousas com os mesmos olhos. De Guarapuava espera-se a mesma votação cerrada”.<sup>131</sup>

Ao mesmo tempo, a eleição de Zacarias foi apoiada pelo presidente do Gabinete Ministerial, o Marquês de Olinda. Em um sentido amplo, a informação transcrita a seguir, a qual foi publicada no jornal *Commercio do Paraná*, evidencia que a imposição de candidaturas não era realizada somente pelos gestores nacionais dos partidos monárquicos. Antes, os ministros também intervinham para garantir a eleição de seus aliados. Em um sentido específico, tal informação demonstra que o Gabinete de 30 de maio não era politicamente neutro. Antes, os seus membros exerciam destacada influência no jogo eleitoral das províncias. A demonstração desse argumento será também desenvolvida no capítulo terceiro da tese. Leia-se, pois, as considerações do correspondente do *Commercio do Paraná*:

Reeleição – O Conselheiro Zacarias foi reeleito pela totalidade dos eleitores que concorreram às urnas, à exceção de quatro votos, chamados de consciência que recahirão no ilustrado Sr. Manuel Alves de Araújo. O triunfo do Sr. Zacarias é uma prova da influência do Sr. Teophilo Ottoni, que o recommendou ao partido liberal com o maior empenho. Dizem também que houve cartas do Sr. presidente do Conselho fazendo as mesmas recomendações; eu o creio, à vista do momento que se operam lá entre os *morcegos*, porque estes só se abalam pelo impulso que vem de cima.<sup>132</sup>

Por outro lado, nota-se que, mesmo sem o consentimento do chefe partidário local, alguns eleitores liberais de Antonina permaneceram como apoiadores da candidatura do bacharel Manuel Alves de Araújo (1836-1908), originário do litoral paranaense.

Nesse contexto, o citado jornal *A Ordem*, que tinha entre os seus principais redatores o citado Manuel Eufrásio Correia, pertencente a uma família de negociantes de Paranaguá, criticou a eleição de Zacarias a deputado geral pelo Paraná. Nesse âmbito, ele também salientou que o apoio obtido por Manuel de Araújo demonstrava a oposição ao nome de Zacarias no Paraná. Essa oposição não era realizada pelas lideranças partidárias, mas pelos próprios eleitores: “Consta que algumas influências locais sustentam a candidatura do sr. conselheiro [Zacarias], e consta também que um número de eleitores liberaes opõe-se fortemente a sua reeleição e aceitam a [candidatura] de Manuel Alves de Araújo”.<sup>133</sup>

Assim, a influência do Gabinete e de lideranças locais, no Paraná do início dos anos 1860, não era suficiente para impedir a demonstração de um descontentamento quanto à

<sup>131</sup> *Diário do Rio de Janeiro*, 05 de agosto de 1862, p. 1.

<sup>132</sup> *Commercio do Paraná*, 09 de agosto de 1862, n. 5, p. 4. Grifo no original.

<sup>133</sup> *A Ordem*, 28 de julho de 1862, n. 9, p. 2.

questão da imposição de candidaturas. Todavia, o apoio do Gabinete ao projeto eleitoral de Zacarias tornava previsível a sua eleição: “O sr. Zacarias será reeleito se o cavalheiro que o substituiu [na presidência do Conselho de Ministros] tomar a si conservar-lhe a cadeira na Câmara temporária”.<sup>134</sup>

De acordo com o articulista do periódico, o fato de Zacarias não ter adversários nesse pleito evidenciava que os políticos paranaenses (conservadores e liberais) perceberam que não tinham condições de enfrentar as poderosas influências que apoiavam o ex-presidente do Conselho de Ministros. No início dessa eleição, houve uma movimentação dos conservadores para combater a candidatura de Zacarias. Todavia, logo essa movimentação malogrou.<sup>135</sup>

A despeito dessa manifestação, os conservadores eximiram-se de lançar candidato à eleição para a Câmara dos Deputados, em julho de 1862. Ou seja, os chefes locais da agremiação não se dispuseram ao embate com um candidato apoiado pelo Gabinete Ministerial. Ao mesmo tempo, a escusa de uma das lideranças regionais da província, o liberal Manuel Alves de Araújo, em viabilizar a sua própria candidatura favoreceu a homologação do nome de Zacarias.<sup>136</sup> Assim, a reeleição de Zacarias não permitiu aos chefes partidários do Paraná recuperar o controle sobre a gestão dos esquemas eleitorais perdido em 1861.

Nesse sentido, os liberais paranaenses apoiaram a reeleição de Zacarias. Em virtude desse apoio, esperavam obter determinados benefícios, tais como nomeações provinciais. Ao final, eles atuaram para aplacar resistências à candidatura do ex-presidente do Conselho de Ministros. Para demonstrar tal assertiva, compete atentar à seguinte informação apresentada pelo correspondente do *Diário do Rio de Janeiro*: “A eleição de 20 de Julho vai, segundo corre, levar o conselheiro Zacarias à câmara temporária, pois a sua candidatura é bem olhada quase geralmente; sendo que apenas no Príncipe se desconfia de divergência. Assim mesmo o Dr. Jesuíno Marcondes pode, e creio que fará, alguma cousa em prol do ex-presidente do conselho. De Guarapuava vi uma carta ao major Luiz Gomes, membro da assembléa provincial, em que se diz haver a melhor disposição à respeito do conselheiro”.<sup>137</sup>

No Colégio Eleitoral de Paranaguá, a eleição a deputado geral de 1862 foi marcada pela ausência de eleitores. Esse fato foi salientado pelo jornal *Commercio do Paraná*, em sua edição de 26 de julho: “No dia 20 do corrente, reunindo-se o collegio eleitoral desta cidade

---

<sup>134</sup> *Id.*

<sup>135</sup> *Correio Mercantil*, 29 de junho de 1862, p. 1. Grifos no original.

<sup>136</sup> *A Ordem*, 18 de agosto de 1862, n. 12, p. 3. Grifos no original.

<sup>137</sup> *Diário do Rio de Janeiro*, 12 de julho de 1862, p. 1.

para a votação do novo deputado que tem de preencher a vaga deixada pelo Snr. Conselheiro Zacarias, deu em resultado obter este mesmo Snr. 26 votos, numero igual de cédulas que entraram na urna. Deixarão de comparecer quatorze eleitores, por motivos que ignoramos”.<sup>138</sup>

Ao final, Zacarias foi eleito com 126 votos. Nessa ocasião, Manuel Alves de Araújo foi sufragado por quatro eleitores.<sup>139</sup> A votação de Araújo apresenta-se como indício de que, dentre os correligionários do Partido Liberal no Paraná, existiam defensores de candidaturas de políticos pertencentes à elite regional.

Por seu turno, o redator do jornal conservador *A Ordem* salientou que as ausências de eleitores que ocorreram nessa ocasião eram uma ação de protesto contra a imposição da reeleição de Zacarias:

Esta alternativa de opiniões, estas combinações políticas em que s. exc. [Zacarias de Góis] parecia entrar por mero brinco, fizeram com que alguns de seus mandantes, duvidando da sinceridade de suas crenças e vendo que não podiam combater contra aqueles que não tinham recebido voto popular, deixassem de comparecer ao collegio eleitoral. Muitos deles se opunham a essa reeleição, e cõscios de que o *partido oficial* do Paraná não deixaria de mostrar ao Brasil, que para eles a política resume-se ao *Eu*, limitaram-se a protestar com o seu não comparecimento, contra o silêncio de uma e a coherencia de outros.<sup>140</sup>

Nesse quadro, a análise das informações presentes em uma carta do correspondente do *Diário do Rio de Janeiro* em Paranaguá, datada de agosto de 1862, permite evidenciar que, em contrapartida ao fato de não terem exercido um controle sobre a definição de candidaturas no pleito de 1863, os liberais alimentavam o propósito de conservar seus cargos na administração provincial. Contudo, essas nomeações não ocorreram. Tal fato gerou a destituição do chefe do partido na região. Essa destituição é analisada ao longo deste capítulo. Leia-se, pois, as considerações do mencionado correspondente:

As nomeações ultimamente feitas pela presidência da província para suplentes do juiz municipal deste termo [de Paranaguá], trouxeram desconfiança a alguns dos membros do lado liberal, de que o chefe deste grupo havia trahido o mesmo, e consequentemente tendo os seus membros prestado à presidência um importante serviço, qual foi o esforçarem-se pela reeleição do conselheiro Zacarias, contavam que a mesma presidência não esqueceria o nome dos mais habilitados para a formação da lista dos suplentes do juiz municipal, durante o quadriênio que começa a correr. Dizem, portanto, os desgostosos que S. Ex. *jogou com pão de dous bicos*, porque as nomeações surgiram à luz depois de consumada a reeleição do conselheiro Zacarias. Daqui pode-se concluir qual o desapontamento daqueles que esperavam ser nomeados suplentes, tanto mais quando contavam com a sinceridade de seu chefe para que os recomendasse ao governo da província. No rol dos nomeados aparecem três saquaremas e três liberaes: já se vê que não houve tino e menos gratidão da parte do Sr. Dr. Nogueira para a escolha de que me

<sup>138</sup> *Commercio do Paraná*, 26 de julho de 1862, n. 30, p. 1.

<sup>139</sup> *Jornal do Commercio*, 04 de agosto de 1862, n. 214, p. 1.

<sup>140</sup> *A Ordem*, 18 de agosto de 1862, n. 12, p. 2.

ocupo. Uma fracção dos descontentes reuniu-se na chácara do Ypiranga, para tratar de negócio sério a respeito, e apesar de ter sido convidado o chefe liberal para assistir a discussão, não se dignou aceitar o convite [...]. Corre que nessa reunião vão os liberais tratar de eleger um novo chefe, visto como as nomeações de que tenho falado depõe muito contra o actual chefe pelo crime de traição.<sup>141</sup>

Por outro lado, cabe destacar o fato de que a sua decisão de não se candidatar a cargos eletivos pelo Paraná foi percebida na imprensa como iniciativa propícia à recuperação da influência de antigos potentados locais do Partido Liberal do Paraná. Segundo o correspondente do *Correio Mercantil*,

O Sr. Zacharias não se apresentando candidato [a deputado geral, em 1863] por esta província deu mais uma prova de amor ao progresso e harmonia do Paraná, a quem quer como se fosse sua terra natal. Os nomes dos Srs. Dr. Laurindo [Abelardo de Brito] e Jesuíno [Marcondes] são por sem dúvida os mais prestigiosos e dignos do suffragio do povo paranaense. [...] Tudo faz crer que as eleições correrão nesta província tranquilas e livres como deseja o governo”.<sup>142</sup>

Nesse sentido, tal decisão de Zacarias evitou que os antigos chefes liberais da província cerceassem novamente as suas próprias pretensões eleitorais. As informações de que os presidentes de província almejavam disputar eleições nas províncias que presidiram geravam, por vezes, apreensões na vida política dessas províncias. Essas apreensões decorriam do fato de que uma candidatura de presidente da província era indício da interferência do Gabinete Ministerial no processo eleitoral.

Em 1849, por exemplo, circulou no Maranhão a notícia de que o citado Herculano Ferreira Pena, então presidente da província, pretendia disputar, ali, a eleição para deputado geral. Todavia, ele contestou tal notícia por meio de nota enviada à imprensa.<sup>143</sup> Nesse contexto, Ferreira Pena contava, por exemplo, com o apoio de órgãos da imprensa provincial, como *O Bemtevi Caxiense*, ligado do Partido Liberal. Esse jornal advogava que, em gratidão aos serviços prestados por Ferreira Pena àquela província, ele deveria ser eleito deputado geral.<sup>144</sup>

Em suma, a inserção de um presidente na vida partidária de uma província despertava, por um lado, a adesão de chefes partidários locais. Trata-se, pois, de um indício da inclinação de potentados à absorção de adventícios, notadamente aqueles que desenvolviam uma carreira

<sup>141</sup> *Diário do Rio de Janeiro*, 30 de agosto de 1862, p. 2.

<sup>142</sup> *Correio Mercantil*, 12 de julho de 1863, n. 190, p. 1.

<sup>143</sup> *Diário do Rio de Janeiro*, 23 de julho de 1849, p. 2.

<sup>144</sup> *O Bemtevi Caxiense*, 21 de maio de 1849, p. 3.

como agentes da administração imperial. Por outro lado, tal inserção de adventícios era encarada localmente como uma ameaça à autonomia da vida política provincial.

\*\*\*

Em síntese, nota-se que a interferência de Zacarias e dos líderes nacionais da grei liberal na gestão dos esquemas eleitorais desse partido no Paraná geraram descontentamentos por parte dos chefes regionais da agremiação. Um indício do distanciamento entre Zacarias e líderes paranaenses do Partido Liberal é também evidenciado em um texto do correspondente do *Correio Mercantil*, datado de janeiro de 1867. Nesse texto, o articulista mencionou as críticas endereçadas por Zacarias a Jesuíno Marcondes, nos anos de 1864 e 1865. As considerações transcritas a seguir foram produzidas no contexto em que o Partido Liberal discutia a definição das suas candidaturas a deputado geral pelo Paraná:

O Sr. Polydoro [Burlamaque, então presidente do Paraná] declara, segundo me informam, que só tem compromissos com o Dr. Laurindo, batendo por isso outro qualquer candidato que não sejam ele e seu companheiro conselheiro Marcondes. O que não sei é como fazer isto o delegado do gabinete presidido pelo conselheiro Zacarias, cujos discursos sobre o Paraná e a respeito do ministro da agricultura [Jesuíno Marcondes] do ministério de 10 de agosto correm por aqui e mão em mão”.<sup>145</sup>

De fato, na edição do *Correio Mercantil* de 10 de julho de 1867, Marcondes fora situado como integrante do grupo de deputados gerais que se opunham ao Gabinete presidido por Zacarias.<sup>146</sup> Nesse quadro, verifica-se a natureza artificial da aliança entre chefes partidários regionais e indivíduos de maior projeção do cenário político imperial. Uma das razões dessa artificialidade era decorrente do controle, por chefes partidários nacionais, da imposição aos chefes políticos provinciais de alianças com adventícios. De todo modo, a eleição de Zacarias a deputado geral pelo 3º círculo eleitoral da Província da Bahia, em dezembro de 1863, encerrou a participação dessa liderança do Partido Liberal em eleições no Paraná.<sup>147</sup> Portanto, esse encerramento foi entendido como elemento crucial para a retomada da autonomia dos chefes paranaenses dos partidos monárquicos.

Nessa ocasião, o bacharel paulista José Antônio Vaz Carvalhais, presidente do Paraná de 1856 a 1857, tentara se candidatar a deputado geral por essa província. Para tanto, ele articulara a obtenção de apoios junto aos chefes locais do Partido Liberal. Ou seja, não havia intermediários nessas tratativas.<sup>148</sup> Essa candidatura, porém, não se concretizou. Dessa forma,

<sup>145</sup> *Correio Mercantil*, 15 de janeiro de 1867, n. 15, p. 1.

<sup>146</sup> *Correio Mercantil*, Rio de Janeiro, 10 de julho de 1867, n. 189, p. 3.

<sup>147</sup> *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 24 de dezembro de 1863, n. 354, p. 1.

<sup>148</sup> *Diário do Rio de Janeiro*, 24 de dezembro de 1868, n. 352, p. 1.



a elite regional paranaense, nos anos 1860, cerceava as suas pretensões eleitorais apenas mediante a orientação de dirigentes partidários nacionais. Contudo, tal elite não se apresentava inclinada a encampar projetos eleitorais de agentes imperiais destituídos de relevante influência junto ao diretório nacional do partido.

\*\*\*

Em 1864, Zacarias assumiu o mandato de senador pela Província da Bahia.<sup>149</sup> O estudo da sua atuação senatorial permite evidenciar que ele permaneceu como um crítico da atividade política desenvolvida por Nácar ao tempo em que ele, Nácar, ainda se mantinha na liderança do Partido Conservador paranaense. A esse respeito, cumpre dedicar atenção ao seguinte excerto do discurso de Zacarias proferido no Senado a 4 de setembro de 1869.

Nessa ocasião, Zacarias interpelou, no Senado, o ministro da Justiça, José de Alencar, sobre a razão da nomeação de Nácar para o Comando da Guarda Nacional de Paranaguá. As considerações apresentadas por Alencar permitem evidenciar que Zacarias, após a sua gestão na Presidência do Paraná, atuava de modo ocasional na vida política da província. Um dos aspectos dessa atuação consistia em promover a defesa das pretensões políticas de chefes liberais, a exemplo de Teófilo Otoni. Tal defesa implicava angariar apoios de potentados do Paraná. Contudo, a inserção de Otoni na política paranaense jamais se realizou.

Em suma, trata-se de uma evidência de que havia, naquela década, um recíproco auxílio entre chefes partidários nacionais com o objetivo de obterem espaço no jogo partidário de províncias das quais não eram originários. Em um sentido amplo, a referida discussão entre Alencar e Zacarias possibilita evidenciar a dependência de políticos de projeção nacional pelo apoio de oligarcas provinciais para a viabilização de determinados projetos eleitorais:

O Sr. Ministro da Justiça: Senhores, a propósito de reação, tratou o nobre senador de uma nomeação feita pelo gabinete de 16 de Julho para a guarda nacional; a nomeação do comandante superior de Paranaguá. Censurou o nobre senador o ministro da Justiça por não ter conhecimento do ofício reservado que S. Ex. aqui leu e que foi por ele dirigido ao Ministério da Justiça, como presidente do Paraná. Censurou também por ter nomeado um indivíduo sobre o qual pesavam graves acusações. Não é admirar que eu ignorasse a existência de papéis de 1853. [...] Tratarei, pois, de informar-me a respeito e asseguro ao nobre senador que se forem verdadeiras as acusações e tão graves como diz S. Ex., o governo há de cumprir o seu dever.

O Sr. Zacarias: – Muito bem, foi para isto que eu as trouxe, e desde já ponho à sua disposição os documentos que tenho.

O Sr. Ministro da Justiça: – Agradeço a V. Ex. Mas, senhores, se devesse recahir sobre o governo alguma responsabilidade por ter nomeado comandante superior a um indivíduo alias tido e havido como um cidadão estimável e respeitável... Não sei se foi ele uma das influências a quem o nobre senador escreveu em favor da candidatura do Sr. Otoni.

---

<sup>149</sup> Para o conhecimento sobre os cargos exercidos por Zacarias, ver OLIVEIRA, Cecília Helena Salles (Org.). *Zacarias de Góis e Vasconcelos*. São Paulo: Editora 34, 2002.

O Sr. Zacarias: – Não tenho relações com ele.

O Sr. Ministro da Justiça: – Mas V. Ex. escreveu para o Paraná, em favor do Sr. Ottoni. Já não se recorda? ... Se devesse pesar sobre o governo alguma responsabilidade pelo fato da nomeação, também pesa muito maior sobre o nobre senador, que tendo perfeito conhecimento dos antecedentes daquele cidadão, como delegado que foi do governo, não deste ou de qualquer ministério, mas da entidade governo, tinha além da obrigação de cidadão brasileiro e de senador do Império, o dever de comunicar o governo das acusações que pesavam sobre esse indivíduo.

O Sr. Zacarias: – Comuniquei.<sup>150</sup>

Um ano após a reeleição de Zacarias de Góes a deputado geral pelo Paraná, verificou-se, na Província da Paraíba, um caso da interferência do diretório nacional do Partido Liberal na homologação de candidaturas a deputado geral. Em 1863, houve, na Paraíba, uma eleição à Câmara dos Deputados. Nesse contexto, os chefes nacionais do partido impediram que Antônio José Henriques (1805-1895), ex-presidente da Paraíba e de São Paulo, concorresse à reeleição pelo 2º distrito eleitoral. Os dirigentes regionais do partido, por seu turno, não se opuseram a tal ingerência. Nesse âmbito, leia-se a seguinte informação apresentada pelo correspondente do *Constitucional*:

Dos dous círculos eleitorais da província, o 2º foi há muito posto à inteira disposição dos liberaes. Na legislatura que findou, foram por ele eleitos deputados o conselheiro Henriques e o Sr. Aragão e Mello. Os amigos do primeiro foram todos arredados das posições oficiais que ocupavam, e substituídos por liberaes que nessa última eleição lhe estiveram em aberta hostilidade. São candidatos hoje por esse districto o mesmo Dr. Aragão e Mello, o Dr. João Leite, genro do Dr. Felizardo, chefe do Partido Liberal, o Dr. Olinto, actual presidente do Rio Grande do Norte, e o Dr. Joaquim da Costa Ribeiro, genro do Dr. Benedicto, grande influência do Partido Liberal no sertão e o Dr. Olintho, que conta serem recomendados do ministério, triunfarão. [...] A decisão para a exclusão do conselheiro Henriques é aqui atribuída ao rancor que lhe vota o directorio liberal dessa corte por sua administração em S. Paulo, rancor que é justificado pela segurança que tem dado o Dr. Anísio de ter ouvido a um de seus membros que, se o dito conselheiro fosse reeleito, saltaria fora com seus companheiros, circunstancia que tem concorrido para a hostilidade feita ao dito conselheiro por seus próprios correligionários, candidatos do 1º districto!”<sup>151</sup>

Assim, o emprego do método comparativo permite salientar que em distintas províncias, no início dos anos 1860, não era incomum a influência de dirigentes nacionais do Partido Liberal nos processos de definição de candidaturas parlamentares nas províncias. Nas etapas seguintes desta tese, cumpre salientar que essa situação modificou-se após a reorganização administrativa do partido. Posteriormente a tal reorganização, as elites regionais assumiram o controle sobre a construção de esquemas eleitorais. Em resumo, essa reorganização não tornou as elites regionais apenas executoras do projeto de reformulação da vida interna dos partidos nas províncias. Ao contrário, as elites regionais obtiveram acentuada

<sup>150</sup> *Diário do Rio de Janeiro*, 21 de outubro de 1869, n. 288, p. 2.

<sup>151</sup> *Constitucional*, 12 de setembro de 1863, n. 122, p. 3.

autonomia para gerir os partidos. Assim, os membros do Centro Liberal apenas controlavam à distância as atividades das elites regionais.

\*\*\*

Em suma, demonstrou-se nesta seção que a absorção de Zacarias ao jogo político paranaense foi decorrente da ingerência de lideranças políticas nacionais sobre a gestão de diretórios no âmbito provincial. Tal ingerência era, pois, um aspecto peculiar ao período anterior à reorganização administrativa dos diretórios dos partidos Conservador e Liberal. Anteriormente a essa reorganização, eram pouco precisas as formas de relacionamento entre as instâncias do partido. Assim, não existiam estritos limites para a interferência de dirigentes nacionais na vida interna dos diretórios provinciais.

Todavia, o principal fator do êxito de sua inserção nos esquemas eleitorais do Paraná no princípio dos anos 1860 foi derivado da interferência de chefes nacionais da grei liberal. Essa influência, por conseguinte, solapou momentaneamente a capacidade dos líderes regionais do jogo partidário do Paraná para gerir esquemas eleitorais. A desvinculação desse bacharel em relação à vida política regional foi apreendida como um acontecimento benéfico para a autonomia do jogo partidário. Conforme demonstrado no presente capítulo, em outras províncias do Império, no contexto dos anos 1860, também houve episódios da ingerência de chefes nacionais do Partido Conservador e de presidentes de província no funcionamento dos jogos partidários regionais.

### **1.3. – A célere conquista do comando partidário: Manuel Alves de Araújo e os diretórios liberais da região litorânea**

O estudo empreendido nesta seção possibilita evidenciar uma diferença capital acerca das oportunidades políticas conquistadas por um bacharel pertencente ao Partido Liberal pelos bacharéis que eram membros do grupo político dos negociantes que comandavam o Partido Conservador no litoral do Paraná. Nesse quadro, trata-se de salientar que o citado bacharel Manuel Alves de Araújo não dividiu o comando do partido com antigos negociantes do litoral da província. Ao contrário, ele conquistou precocemente o respaldo desses negociantes para gerir o partido naquela região.

De outra parte, compete destacar que a acomodação dos bacharéis liberais (radicados no litoral e no planalto paranaense) em posições de destaque na vida partidária e nas instituições políticas do Paraná ocorreu de maneira mais célere em relação à acomodação dos bacharéis conservadores. Esses conservadores, por seu turno, alcançaram tais oportunidades

políticas após os 30 anos, na década de 1870. Nesse âmbito, cumpre destacar que antes do retorno dos conservadores ao Gabinete Ministerial, ocorrido em julho de 1868, os conservadores na província ocupavam cargos comissionados mais subalternos em relação aos cargos desempenhados pelos liberais, bem como possuíam menos condições de obter sucesso em pleitos eleitorais.

Portanto, o percurso político de Manuel Alves de Araújo, natural da vila de Morretes, constitui um caso expressivo da ascensão, no Paraná, de bacharéis da geração de 1830 ao comando de diretórios partidários e de instituições legislativas. Ao reconstituir esse processo, cabe salientar a perda de espaço, no interior do Partido Liberal, dos indivíduos que atuavam como negociantes. Tal estudo permite evidenciar, em suma, a natureza das oportunidades sociais e políticas propiciadas pela formação jurídica.

A abordagem desenvolvida nesta seção não se circunscreve a um comparativo entre os percursos políticos de bacharéis pertencentes a uma mesma geração. Antes, tal análise permite conhecer a gênese de um processo de consolidação de regras atinentes ao funcionamento dos partidos no âmbito municipal. Mais especificamente, essa abordagem evidencia que, anteriormente à reorganização do diretório nacional do Partido Liberal, em fins dos anos 1860, os chefes locais da agremiação desenvolveram regras por meio das quais eram mediados os conflitos internos aos diretórios municipais. Nessa época também vigoravam precisos critérios acerca da deposição e aclamação de dirigentes partidários. Demonstra-se, em suma, que antes da instauração do Centro Liberal a vida interna do partido nas províncias não era marcada pela anomia.

\*\*\*

Graduado pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1859, Manuel de Araújo transferiu-se para Paranaguá em 1860, ocasião em que foi nomeado para ali exercer o cargo de delegado de Polícia. Cabe destacar que, ao se fixar em Paranaguá, Araújo fundou o jornal *Paraná*, em 1860. Manuel de Araújo era filho de um abastado comerciante, Hipólito José Alves.

Um irmão desse advogado, Antônio Alves de Araújo (1833-1888), dedicou-se a atividades mercantis. Nesse âmbito, estabeleceu-se como proprietário de engenho de erva-mate em Antonina. Ele desempenhou mandatos de deputado provincial, entre as décadas de 1850 e 1880. Todavia, suas principais atividades econômicas e políticas eram desenvolvidas

em Antonina. Constatase, portanto, uma divisão de funções políticas no interior dessa parentela no que respeita às atividades políticas exercidas pelos seus integrantes.

Conforme evidenciado no curso desta tese, tal divisão foi também característica às famílias Correia e Guimarães. Assim, na família Alves havia um bacharel (Manuel Alves) que rapidamente conquistou posições de relevo na gestão do Partido Liberal paranaense e nos esquemas de nomeações para cargos provinciais e imperiais. De outro lado, havia um negociante (Antônio Alves) que atuou para manter o domínio político exercido por sua família em Antonina desde o período colonial. A liderança política exercida por Antônio Alves permitiu-o, por exemplo, intervir para aplacar as tensões entre conservadores e liberais na região litorânea. Em resumo, compete demonstrar que a divisão de funções políticas foi operacional para a reiteração do poder político de parentelas da elite social do litoral paranaense sobre a vida partidária dessa região.

\*\*\*

Em junho de 1863, chefes liberais de Antonina, Morretes, Paranaguá e Porto de Cima realizaram reuniões para aderir à proposta de aclamar Manuel de Araújo como líder do Partido Liberal no litoral paranaense. Ou seja, os liberais, naquela região da província, optaram por um modelo de gestão partidária na qual havia um chefe supremo. Assim, não vigorava ali uma organização administrativa complexa, marcada pela existência de distintos cargos e pela precisa atribuição de tarefas aos correligionários. Conforme destacado nesta seção, apenas os liberais de Morretes organizaram formalmente um diretório, dotado de um presidente. Os liberais de Paranaguá e Antonina, por sua vez, estavam organizados em um *clube*. Ou seja, eles se reuniam de forma episódica para a tomada de decisões. Porém, não conceberam, naquele momento, uma estrutura administrativa para gerir localmente o partido.

Nessa época, portanto, existiam outros modelos de gestão de diretórios regionais. Trata-se, pois, de uma evidência da autonomia das elites locais para a construção de formas de gestão partidária. Um dos modelos em vigor no início dos anos 1860 era a nomeação de um presidente e de um conselho consultivo. Este era, por exemplo, o modelo administrativo que foi adotado no diretório liberal da cidade de São Paulo em 1863.<sup>152</sup>

No diretório liberal do Ceará criado em 1863 não foi adotado o modelo do chefe supremo. Antes, houve a formação de uma comissão de cinco membros que governariam o

---

<sup>152</sup> *Correio Paulistano*, 12 de março de 1867, p. 1.

partido.<sup>153</sup> Havia, ainda, o modelo por meio do qual eram eleitos o presidente, o secretário e membros efetivos. Esta era a organização do diretório liberal do município paulista de Areias, em 1864. Nessa localidade, os gestores do diretório eram escolhidos por meio de votação, em detrimento da aclamação.<sup>154</sup>

Outro modelo de gestão era o compartilhamento da administração entre parlamentares e não parlamentares. No diretório do Partido Progressista da Bahia, em dezembro de 1862, seis deputados gerais foram escolhidos, em reunião composta por duzentos correligionários, como dirigentes da agremiação. Por conseguinte, esses mandatários escolheram seis indivíduos para pertencerem ao rol de membros efetivos daquele órgão.<sup>155</sup> Ou seja, em tal modelo de gestão o exercício de um mandato era crucial para conquistar posição de relevo no interior de um diretório.

Nesse quadro, a semelhança entre o Partido Liberal e o Partido Conservador no litoral paranaense, no início dos anos 1860, decorre do fato de que a sua administração era confiada a chefes supremos. Ou seja, era um modelo administrativo pouco complexo. No caso do Partido Liberal, a existência de um chefe supremo não inibiu os correligionários a convocarem reuniões e realizarem deliberações como recursos para a superação de impasses internos.

Conforme a acepção coeva, os liberais que participaram dessa reunião formavam um *clube*. Em abril de 1869, o correspondente de *A Reforma* em Pernambuco elaborou uma distinção entre *clube* e *diretório*. Em síntese, o clube, contrariamente ao diretório, era um órgão desprovido de regras específicas para o seu funcionamento: “No dia 21 do corrente instalou-se nos salões do *club pernambucano* um *club liberal*. Não tem caráter de uma verdadeira associação com directorio e presidente; é um centro de reunião dos liberais onde conversam e discutem as questões do dia. Consta-me que ahi se combina os meios de organização de um directorio que continua unido, numerosíssimo e chefe de força”.<sup>156</sup>

No entendimento do correspondente, a formação de um *clube* consistia em etapa anterior à fundação e um diretório. A baixa formalização das regras de funcionamento era, pois, um elemento intrínseco aos clubes políticos.

\*\*\*

---

<sup>153</sup> *O Cearense*, 8 de maio de 1863, p. 3.

<sup>154</sup> *Correio Paulistano*, 23 de agosto de 1864, p. 3.

<sup>155</sup> *O Jequitinhonha*, 19 de janeiro de 1863, n. 101, p. 2.

<sup>156</sup> *A Reforma*, 15 de maio de 1869, n. 2, p. 2.

Em junho 1863, os liberais de Paranaguá produziram o abaixo-assinado transcrito a seguir. Nesse quadro, cabe mencionar que no Partido Liberal a produção de abaixo-assinados compunha a liturgia que regrava a deposição e nomeação de lideranças locais da agremiação:

Em um club político foi dirigida ao Sr. Dr. Manuel Alves de Araujo a seguinte carta: “Os abaixo assignados em nome do partido liberal desta cidade, atendendo a que a grandeza de todo o partido de um chefe que o guie com coherencia e patriotismo, tendo por pharól a opinião publica esclarecida, nenhum outro nome poderiam encontrar que reunisse os precisos característicos como o de V. S. Illustrado e prestigioso, muito conta o partido liberal com V.S. E assim os abaixo firmados esperão que dignará V. S. incumbir-se da direcção do partido guiando seus princípios e suas honrosas tradições. Imprima V. S. acção ao partido liberal e mais se convencerá de que sua índole pacifica e progressista, de sua convicção firme e robustecida de suas ideias puras e generosas. Aproveitamos a oportunidade para manifestar a V. S. a simpathya e amizade que lhe consagramos”. [Este abaixo-assinado possui trinta e oito subscriptores].<sup>157</sup>

A despeito do baixo grau de formalização, essa reunião dos liberais de Paranaguá era seletiva quanto à sua composição. Assim, esse encontro não consistiu em uma reunião popular da qual poderiam participar a totalidade dos eleitores liberais do município. Essa seletividade foi peculiar às reuniões ocorridas em Antonina e Morretes.

Por sua vez, Manuel de Araújo elaborou uma resposta aos correligionários liberais de Paranaguá. Dessa forma, ele discorreu sobre a questão das formas de a agremiação alcançar, em âmbito nacional, maior influência no jogo político. Nesse quadro, ele também defendeu que para alcançar esse objetivo o partido necessitava passar por uma reorganização. Em suma, o texto abaixo transcrito consiste em uma defesa da consolidação da disciplina partidária por um membro de elite política provincial.

No entendimento do citado bacharel, o Partido Liberal ainda não atingira, especialmente na Província do Paraná, um satisfatório grau de organização. Segundo Manuel de Araújo, a disciplina partidária favoreceria o êxito na competição contra os contendores dos liberais. Mais amplamente, cabe salientar que, antes da reorganização do diretório nacional dessa agremiação, em fins dos anos 1860, chefes políticos provinciais já atentavam à questão de como implantar uma ordem na administração do partido:

Em resposta, o Sr. Dr Manuel Alves de Araujo exprimiu-se nos seguintes termos:  
Srs. Vendo me entre vós, sinto o prazer que resulta da simpathya de ideias. Aceitando o honroso cargo de vosso chefe, me congratulo, porque vejo que o esforço liberal se congraça e se torna completo. O dia de ver-mos o nosso partido ocupar a posição que lhe compete por sua força e luzes, não está longe; trabalhaes há muitos anos e não há trabalho bem dirigido, tanto na ordem physica como na moral, que em seu tempo não produza fructos sãos e sazoados. A nossa província possui uma maioria liberal que

---

<sup>157</sup> *Commercio do Paraná*, junho de 1863, p. 2.

já mais, mesmo em tempo de comarca de poz em duvida; a prepotencia de que ella tem sido victima é disso prova evidente. E porque, Srs., tem a prepotencia governativa perseguido sempre o partido liberal. Porque a província, por excellencia liberal, ainda não tem visto os seus votos devidamente coroados? Entendo que, pela nossa parte residem esforços desencontrados, e finalmente pela falta de disciplina. Ella faz a união que por sua vez dá a força. Qual é o governo, Srs., que n'um partido disciplinado e aguerrido se atreve a impor a indébita vontade? Nenhum. Porque partido disciplinado e aguerrido quer também dizer independente e com princípios. E um partido nessas condições se recomenda ao todo do partido, seja este provincial ou geral. Caminhemos pois até encontrar os demais liberaes da província que por sua vez formarão um grupo abraçando os verdadeiros liberaes do império, constitua uma cadea hercúlea, e com uma direção sabia que se consolidará no paiz afim de demonstrar praticamente que nós no ostracismo em que vivemos, aprendemos as leis do governo e seu mechanismo; que temos em nosso seio homens tão capazes de governar o paiz como esses que por ahi se dizem grandes estadistas; que seus erros serão nossas licções; que nossas forças abrangerão as palpitantes necessidades do paiz, que finalmente as ideias liberaes já não serão moeda falsa e terão curso livre. Convém quanto a nós que em qualquer acto politico seja o partido ouvido, principalmente no que respeita ás eleições; convem que o partido se convença de sua origem e por si não prometa ou hypotheque o seu voto; os votos só recairão naqueles que pelo partido forem indicados: taes eleitores foram feitos pelos seus esforços, convem pois que um direito de partido não degenere em uma propriedade particular de que cada um pode dispor a seu talante. Eis a disciplina única que dá força e faz respitável um partido. Em conclusão, Srs., trabalhemos e não nos descuidemos da tarefa próxima que se nos oferece: se o poder tem suas garantias nas leis, porque há de a liberdade divorciar-se do povo?<sup>158</sup>

O correspondente do *Diário do Rio de Janeiro* em Paranaguá manifestou-se sobre essa aclamação de Manuel Araújo. A análise das considerações elaboradas por esse articulista contribui para evidenciar que aquele bacharel foi escolhido para substituir o negociante Manuel Leocádio de Oliveira (1817-1879), que principiara a sua trajetória política como membro do Partido Conservador. No limiar da vida política paranaense, a migração partidária não era um acontecimento incomum. Em uma época marcada pela pouca formalização das regras acerca do funcionamento dos partidos, os interesses particulares sobrepunham-se à fidelidade partidária.

No princípio da vida política paranaense, Manuel Leocádio pertencera ao Partido Conservador. Após sua destituição da liderança do Partido Liberal no litoral paranaense, datada de setembro de 1862, ele reaproximou-se dos conservadores. De acordo com o correspondente do *Diário do Rio de Janeiro*, esse negociante, ao retornar ao Partido Conservador, envolveu-se na disputa para a escolha dos eleitores da província. Todavia, naquela ocasião, o seu partido não obteve êxito eleitoral.

Nessa época, o Partido Liberal logrou eleger os seus correligionários para o posto de eleitores da província. Dedicar atenção às informações acerca do retorno de Manuel Leocádio à grei conservadora possibilita evidenciar um aspecto do funcionamento do jogo político do litoral paranaense no Segundo Reinado: a natureza volúvel da relação que membros de elites

---

<sup>158</sup> *Id.*



locais mantinham com os partidos. Leia-se, pois, ao comentário do articulista daquele periódico:

O Sr. Manuel Leocádio de Oliveira, *ovelha trasmalhada do rebanho do Senhor*, incorporou-se nas fileiras de seu antigo batalhão *saquarema*, e ahí, com alguns *desertores*, fez fogo ao partido *liberal*, o qual zombando de suas descargas, fez-lhe convencer que um mau chefe nunca pode ser um bom oficial, sendo completamente derrotado o pelotão, que ele comandava. O partido *conservador* reforçado pela *liga* e pelo recurso estava convencido de que o trinco era seu, porém a força do grande partido liberal suplantou tudo. O único ponto da província onde os *vermelhos* triunfaram foi na [vila] de Guaratuba porque o partido *liberal* abandonou a eleição. [...]. Creio que o partido *saquarema*, na província do Paraná, será difícil levantar a cabeça. Os próprios *ligueiros* já estão lamentando a sua má estrella, temendo o resultado das reacções que sobrem de uma eleição tão disputada.<sup>159</sup>

De outra parte, cumpre mencionar que as considerações do correspondente indicam que a saída Manuel Leocádio do Partido Liberal também motivou a migração partidária de alguns correligionários dessa agremiação. Nesse sentido, para tais correligionários a fidelidade a Manuel Leocádio era preferível à fidelidade a um partido. No texto transcrito a seguir, encontra-se a referência a uma *liga* comandada por esse negociante. Essa *liga* consistiu em uma iniciativa para unir conservadores e liberais dissidentes na região litorânea. Porém, tal *liga* eleitoral malogrou. Esse malogro foi destacado pelo correspondente do *Correio Mercantil*:

Fez rir a todos aqui esse partido da *liga* de Paranaguá. Os conservadores, ajudados pela relação que lhes deu centenas de votantes, pelas autoridades policiaes que fizeram razer dos inspetores de quarteirão, e pelo Sr. Manuel Leocádio (antigo conservador que, depois de uma excursão pouco feliz no campo liberal, tornou, submisso, ao redil como a ovelha trasmalhada) tentou, como a phenix, renascer de suas cinzas na última eleição [provincial de 1863]. Sua derrota foi estrondosa. [...] O Sr. comendador [Manuel Antônio] Guimarães poderia festejar a volta do filho pródigo com o seu mais nédio cordeiro, mas não houve outros hóspedes à sua mesa.<sup>160</sup>

Nesse momento, segundo o correspondente do *Diário do Rio de Janeiro*, Manuel Leocádio, ao retornar ao Partido Conservador, acomodou-se na condição de membro do séquito de correligionários do Visconde de Nácar. O retorno ao seu antigo partido, portanto, implicou a obtenção de uma posição subalterna no quadro político do litoral paranaense. Em última análise, a informação desse correspondente evidencia que um processo de migração partidária poderia reduzir a influência de um político:

<sup>159</sup> *Diário do Rio de Janeiro*, 31 de agosto de 1863, n. 238, p. 2. Grifos no original.

<sup>160</sup> *Correio Mercantil*, 23 de maio de 1864, p. 1.

O Sr. Manuel Leocádio tem feito vários papéis na política, e hoje é praça *rasa* nas fileiras do comendador Guimarães, que mesmo assim olha-o com pouca confiança. A sua posição é manifestadamente falsa, e o seu futuro é triste. E de mais, como há de exercer o emprego de juiz municipal um indivíduo que vive constantemente envolvido em demandas, *chicanando* vergonhosamente no foro?<sup>161</sup>

Em tal contexto, o Partido Conservador, em virtude do pequeno número de eleitores que conseguiu eleger nas eleições primárias, não elegeu, em setembro daquele ano, representantes à Assembleia Provincial. Em seus antigos redutos, tais como Morretes, o partido foi derrotado. Acerca desse revés da grei conservadora, o correspondente do *A Actualidade* comentou: “A eleição primária foi feita toda no sentido liberal. Os conservadores existentes na província são em número tão diminuto que apenas 6 existem em toda ela”.<sup>162</sup>

Por fim, cabe destacar que a aludida *Liga* de Paranaguá consistiu em uma aliança entre conservadores e liberais. Mais precisamente, ela consistiu em uma aproximação entre o futuro Visconde de Nácar e o bacharel Jesuíno Marcondes. Nácar atuou para angariar votos à candidatura de Marcondes para deputado geral.

Nos primórdios da vida política regional, houve a realização de ocasionais acordos entre liberais e conservadores. Tratava-se, pois, de um contexto de pouca formalização da vida interna dos partidos. Ou seja, essa aliança ocorreu em um período no qual os partidos ainda não haviam criado regras para disciplinar o lançamento de candidaturas. Tal informação evidencia que o principal chefe conservador do litoral não se manteve, em todas as situações, como defensor de candidaturas do seu partido. A esse respeito, o articulista do *Sete de Março* observou: “O referido Visconde, então comendador Manuel Antônio Guimarães, tendo por adversários os membros da família Correia, ligou-se na mesma época à parte do partido liberal e com ele concorreu às urnas, votando e fazendo com que seus amigos votassem não só no candidato conservador como no liberal, Dr. Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá”.<sup>163</sup>

Nesse contexto, a influência política de Manuel de Araújo se consolidava na região litorânea. Um dos elementos dessa influência era a capacidade de orientar o comportamento eleitoral dos liberais do litoral paranaense. Cumpre demonstrar essa afirmação por meio da transcrição do seguinte comentário do correspondente do *Correio Mercantil* acerca da eleição

<sup>161</sup> *Diário do Rio de Janeiro*, 26 de dezembro de 1864, p. 1. Grifo no original.

<sup>162</sup> *A Actualidade*, 30 de setembro de 1863, n. 533, pp. 1-2.

<sup>163</sup> *Sete de Março*, 31 de agosto de 1889, n. 71, p. 2.

primária de 1863: “Em Paranaguá, os liberais, sob a direção do Dr. Manuel Alves de Araújo, alcançaram um brilhante triunfo. Em toda a província há 6 eleitores conservadores!”<sup>164</sup>

Desde o ano de 1862, os liberais do litoral paranaense já planejavam atribuir a Manuel de Araújo a função de líder do partido. Essa pretensão de substituir a liderança do partido exigia a mobilização de correligionários para deliberar sobre o tema. Em suma, desacordos entre lideranças partidárias impeliam os correligionários de uma agremiação tomarem decisões coletivas, bem como estabelecerem os critérios para a destituição e nomeação de uma nova liderança. De todo modo, no princípio dos anos 1860 os partidos ainda permaneciam inclinados a conferir o comando do partido, no âmbito provincial, a um chefe supremo.

Assim, nessa época ainda não existia uma precisa divisão de tarefas administrativas nos partidos políticos. Existiam, pois, diferenças regionais quanto ao modelo de gestão partidária. Mais precisamente, havia ocasiões nas quais o partido não era comandado somente por um chefe. A diversidade de modelos de gestão de unidades do Partido Liberal era inerente ao contexto político das províncias no fim dos anos 1850 e princípio dos anos 1860. Assim, no ano de 1861 o Partido Liberal no Rio Grande do Norte era comandado por uma comissão de cinco indivíduos.<sup>165</sup>

De outra parte, no diretório liberal da cidade de São Paulo havia, além do núcleo dirigente, uma comissão encarregada de tratar da organização do partido para uma disputa eleitoral.<sup>166</sup> A formação de *comissões eleitorais* destinadas a orientar a ação política do partido em um contexto eleitoral tornou-se recorrente a partir dos anos 1870, conforme salientado nesta tese. Porém, anteriormente a essa década setores de elites regionais já adotavam tal estratégia eleitoral.

\*\*\*

Nesse quadro, a destituição de Manoel Leocádio do comando do Partido Liberal no litoral paranaense consiste em episódio concernente à preferência das elites locais pelo modelo centralizado de administração partidária. Atentar ao modo como o correspondente do jornal *A Actualidade* em Paranaguá descreveu essa destituição permite evidenciar aspectos da vida interna do Partido Liberal na região litorânea. Mais especificamente, cumpre destacar que a deposição de correligionários de funções na administração do partido ocorria por meio

<sup>164</sup> *Correio Mercantil*, 30 de agosto de 1863, p. 1.

<sup>165</sup> *Correio Mercantil*, 17 de maio de 1858, n. 134, p. 1.

<sup>166</sup> *Correio Paulistano*, 19 de agosto de 1864, p. 3.

da convocação de reuniões nas quais os filiados deliberavam sobre a questão. Essa deposição não era decorrente da decisão unilateral de um indivíduo. Antes, a decisão era realizada por um setor partido – o seu núcleo dirigente. Tal fato evidencia, pois, a natureza centralizada das deliberações realizadas por essa agremiação em municípios do litoral paranaense nos anos 1860. Leia-se, pois, as considerações do referido correspondente:

A nomeação dos substitutos do juiz municipal causou, como lhe disse na minha última carta, grande celeuma entre a gente política desta cidade, uns porque não foram contemplados, outros porque foram mal graduados, outros finalmente porque foram excluídos dos lugares que ocupavam na antiga lista, porém o negócio azedou-se mais entre os últimos, e como foram cinco do mesmo partido os que deixaram de ser reconduzidos, e só o chefe político dos mesmos, que goza das boas graças da presidência, foi o único da antiga lista que mereceu ser conservado no primeiro lugar, entenderam os outros que havia má fé de sua parte e resolveram chama-lo às contas, reunindo o partido em magna sessão para ouvir as interpelações que lhe anunciaram; porém não concorrendo ao convite o referido chefe (tenente-coronel Manuel Leocádio de Oliveira) nem se resolvendo a dar as explicações que desejavam seus correligionários, acreditaram todos os da grei em suas suspeitas, acerca da falta de sinceridade *de seu pastor* ou de sua nenhuma influência com o governo, e deliberaram por grande maioria cassar-lhe os poderes e pô-lo fora do rebanho, ou por outro, a queimá-lo em estátua, segundo diz o mesmo Sr. Oliveira, e consta-me que aclamaram o novo chefe, o Dr. Manuel Alves de Araújo, que se acha ausente, pelo que anda por ora o povo liberal sem direção, na incerteza da aceitação do seu escolhido e tardiamente arrependido do passado. Deus queira que a lição aproveite e que trilhem melhor caminho no futuro, não sacrificando suas ideias nobres a mesquinhos caprichos de localidade.<sup>167</sup>

Por outro lado, havia chefes liberais que propiciavam a participação mais ampla dos correligionários nas deliberações de um diretório. Assim, no princípio dos anos 1860, as diferenças entre os diretórios liberais nas províncias eram atinentes ao maior ou menos grau de participação dos filiados naquelas deliberações. Em 1863, os liberais da freguesia de Marapicu, no município fluminense de Nova Iguaçu, escolheram seu presidente por meio de escrutínio secreto.<sup>168</sup> Em 1864, o diretório liberal de Campos, no Rio de Janeiro, realizou uma sessão para a escolha de novo presidente. Nessa sessão, houve o registro de 643 votantes. Nessa ocasião, dezesseis indivíduos foram votados para o posto de presidente do diretório.<sup>169</sup> Trata-se, portanto, de um procedimento de investidura de chefe partidário mais democrático do que o processo aplicado pelos liberais do litoral paranaense.

\*\*\*

No litoral paranaense, ao tempo do Segundo Reinado, a conservação do pertencimento a esquemas de nomeações para cargos comissionados era almejada por antigos componentes das elites locais. Em 1862, por exemplo, a nomeação do cargo de subdelegado de Polícia de

<sup>167</sup> *A Actualidade*, 27 de setembro de 1862, n. 254, p. 2. Grifos no original.

<sup>168</sup> *Correio Mercantil*, 13 de julho de 1863, n. 191, p. 2.

<sup>169</sup> *Diário do Ri ode Janeiro*, 12 de julho de 1864, n. 191, p. 1.

Paranaguá foi preenchida pelo então vereador Francisco Delrio Cárdenas, que se encontrava na faixa dos sessenta anos de idade. Cárdenas, que pertencia ao Partido Liberal, conseguira eleger-se vereador de Paranaguá em duas ocasiões (1860 e 1864). A sua nomeação para o posto de subdelegado suscitou a crítica do correspondente do jornal *A Actualidade*, publicada em novembro de 1862.

A falta de conhecimentos jurídicos e o ímpeto de Cárdenas de acumular cargos foram admoestados pelo correspondente. Ao mesmo tempo, a realização de nomeações de caráter eminentemente político, voltadas a atender os interesses dos correligionários do Partido Liberal naquele município, consistiu em um aspecto central dessa admoestação: “[O presidente da província] resolveu a questão nomeando um Sr. Cárdenas, homem sexagenário, pouco perito nos códigos, que já ocupa os cargos de vereador, 4º suplente de juiz municipal, eleitor, 2º suplente do delegado. Não haveria em Paranaguá outra pessoa que pudesse ser nomeada, para não e darem tantas acumulações? Sim, havia; porém, mas assim foi preciso, para não desagradar os *amigos*.”<sup>170</sup>

Nesse contexto, portanto, o modo de funcionamento de esquemas de nomeações era aspecto essencial dos confortos políticos da região litorânea. A competição por esses cargos era uma das aspirações centrais dos indivíduos que, no interior dos partidos, exerciam uma fundação subalterna, qual seja, a de executores das orientações eleitorais dos bacharéis em ascensão. Assim, a força política desses bacharéis era aferida pela capacidade de intermediar a obtenção de cargos públicos em favor de seus correligionários. A ausência dessa capacidade poderia minar a legitimidade do chefe partidário junto aos seus aliados.

\*\*\*

A destituição de Manuel Leocádio do comando do Partido Liberal no litoral teria sido proposta pelo negociante Ricardo Gonçalves Cordeiro, antigo deputado provincial e vereador de Paranaguá. Esse indivíduo foi um dos signatários do abaixo-assinado do clube liberal de Paranaguá no qual o bacharel Manuel Alves de Araújo era concitado a substituir Manuel Leocádio na função de líder do partido naquela região.

Manuel Leocádio, na condição de primeiro suplente de Juiz Municipal, prendera Ricardo Cordeiro pelo crime de estelionato, em janeiro de 1863.<sup>171</sup> Nessa época, esse correligionário do Partido Liberal também enfrentava dificuldades econômicas. A esse respeito, cumpre destacar que estava sob a responsabilidade do Juiz Comercial de Paranaguá a

---

<sup>170</sup> *A Actualidade*, 13 de novembro de 1862, n. 274, p. 2. Grifos no original.

<sup>171</sup> *Diário do Rio de Janeiro*, 28 de janeiro de 1863, p. 2.

condução do processo de falência de Cordeiro. Porém, nesse ano de 1863 o magistrado julgou o processo improcedente.<sup>172</sup>

A iniciativa do juiz municipal Manuel Leocádio de pronunciar Ricardo Gonçalves Cordeiro pelo crime de estelionato também seria derivado do fato de que, no exercício do cargo de delegado de Polícia, ele, Cordeiro, participou da realização de uma busca na residência de Manuel Leocádio. Tal busca era decorrente da suspeita de que Manuel Leocádio estaria a fazer uso de moedas falsas. Porém, ao final, esse negociante conseguiu evitar que os policiais tivessem êxito em suas buscas.<sup>173</sup> Nessa época, não era apenas Leocádio que estava envolvido em suspeita de utilizar moedas falsas. Antes, em 1862 o negociante Manuel José Correia, residente em Paranaguá, foi preso porque em sua residência foram encontradas moedas falsificadas provenientes da Bolívia.<sup>174</sup>

Esses episódios, que opuseram dois negociantes da geração de 1810, evidenciam que os confrontos políticos entre os negociantes conservadores e liberais enraizados na região litorânea ocorriam paralelamente a suas contendas judiciais. Conforme salientado nesta tese, os assuntos de ordem econômica opuseram negociantes das famílias Correia e Guimarães. Assim, as relações entre os negociantes de Paranaguá, inclusive os membros de uma mesma agremiação partidária, eram essencialmente conflituosas. Acerca da destituição de Manuel Leocádio, cumpre atentar ao seguinte comentário do jornal *A Actualidade*:

O Sr. Manuel Leocádio de Oliveira pronunciou em crime de estelionato ao major Ricardo Gonçalves Cordeiro. Dizem ter esse facto relação com o passado, visto como fora o major Ricardo que como 1º juiz de paz fez cartas á todos os liberaes convidando-os para um club, cujo fim foi expelir-se o Sr. Manuel Leocádio de chefe do partido, e aclamar-se como tal o Dr. Araújo. Acrescentam que não parará a vara municipal, que novas vítimas terão de comparecer aos tribunaes. Outros dizem ter o Sr. Manuel Leocádio rasão para o que fez, e que pondo de lado os antecedentes, são seus actos filhos da justiça: disso nada entendo, só sei que alguns á socapa vão apreciando a justiça competentemente taes actos.<sup>175</sup>

Ao final do processo, porém, Ricardo Cordeiro foi absolvido.<sup>176</sup> Ao mencionar o episódio da primeira absolvição desse negociante, o correspondente do *Diário do Rio de Janeiro* destacou as motivações políticas subjacentes ao processo movido por Manuel Leocádio contra Ricardo Cordeiro:

<sup>172</sup> *A Actualidade*, 06 de junho de 1863, p. 3.

<sup>173</sup> *Diário do Rio de Janeiro*, 10 de março de 1864, p. 3. Grifo no original.

<sup>174</sup> *Correio Mercantil*, 23 de fevereiro de 1862, n. 54, p. 1.

<sup>175</sup> *Correio Mercantil*, 30 de agosto de 1863, p. 1.

<sup>176</sup> Em setembro de 1863, houve o segundo e último julgamento de Ricardo Gonçalves Cordeiro – o primeiro julgamento, no qual ele fora absolvido, ocorreu em março daquele ano. Tendo como advogado Manuel Alves de Araújo, ele foi novamente absolvido unanimemente pelo Júri. *A Actualidade*, 30 de setembro de 1863, p. 2.

O Sr. Major Ricardo foi defendido habilmente pelo Sr. Dr. Manuel Alves de Araújo, que destruindo completamente os pontos da acusação, esclareceu os fatos com tanta precisão que fez baquear as presunções do crime. O juiz processante está sendo responsabilizado, assim como o seu compadre escrivão Manuel Alves da Silva. Para isso veio de Santa Catharina o advogado Manuel José de Oliveira, o qual *tocando os pausinhos*, retirou-se. Anda tal embrulhada no nosso foro que mete nojo; vão aparecendo as pequeninas vinganças, resultado da política estragada de Paranaguá.<sup>177</sup>

Atente-se ao fato de que o advogado aliado a Manuel Leocádio de Oliveira era o citado Manuel José de Oliveira. Em verdade, ele era um advogado provisionado. Esse indivíduo também era um dos chefes do Partido Conservador catarinense e se confrontou com um bacharel pertencente à família Correia, nos anos 1870. O estudo sobre esse confronto é desenvolvido no terceiro capítulo desta tese. Em suma, cabe destacar que, poucos meses após sua saída do Partido Liberal, Manuel Leocádio já mantinha conexões com um chefe conservador de outra província sulina.

De outra parte, cumpre asseverar que esgotamento da influência de um negociante da geração de 1810 sobre a gestão do Partido Liberal no litoral paranaense foi contemporâneo à ascensão política de um jovem bacharel, pertencente à geração de 1830. Conforme demonstrado nesta tese, a influência dos bacharéis provenientes do litoral paranaense consolidou-se na gestão do Partido Conservador do Paraná nos anos 1870. Manuel Leocádio, portanto, vivenciou as consequências da ascensão de novas lideranças em ambos os partidos. Conforme demonstrado no capítulo quarto, as limitações de antigas lideranças do Partido Conservador para interferir na formulação de esquemas eleitorais foi uma das principais consequências. No contexto da eleição para a Câmara dos Deputados ocorrida no Paraná em fins de 1877 e princípio de 1878, tornou-se mais evidente o distanciamento desse negociante em relação às lideranças emergentes do Partido Conservador em Paranaguá.

Acerca da substituição de Manuel Leocádio por Manuel de Araújo na liderança da grei liberal na região litorânea, compete atentar ao seguinte comentário do correspondente do *Diário do Rio de Janeiro*:

O Partido liberal desta cidade, depois que *deu baixa redonda* ao Sr. Manuel Leocadio, ficou acéfalo; hontem porém foi de novo *encabeçado* em *meeting*, elegendo para seu chefe o Dr. Manuel Alves de Araújo por unanimidade de votos. O Partido necessitava de um hábil gerente que, curando seus males, pudesse coloca-lo em seus verdadeiros pé. Com a nomeação do Dr. Alves de Araújo fez o partido uma brilhante aquisição porque o novo chefe dispõe das qualidades necessárias para administrá-lo e dar-lhe o impulso que carece. Do partido *conservador* nada me consta; pelo silêncio que reina nele, suponho que

---

<sup>177</sup> *Diário do Rio de Janeiro*, 3 de abril de 1863, p. 2. Grifos no original..

não está disposto a pleitear as eleições; salvo se a relação tomar conhecimento do recurso, incluindo os votantes que foram qualificados neste ano. Porém, creio que seria uma luta desigual e sem proveito.<sup>178</sup>

Por um lado, tal informação consiste em um indício da existência de um movimento dos correligionários liberais no litoral para destituir o seu antigo líder. Dessa maneira, a aclamação de Manuel de Araújo consistiu em uma iniciativa para aplacar um conflito no partido. O principal motivo desse conflito era o fato de que os chefes liberais da região litorânea ficaram insatisfeitos por não terem sido reconduzidos, pelo presidente da província, ao posto de suplentes de Juiz Municipal, em 1862. Nesse quadro, esses liberais entenderam que essa situação era derivada da pouca influência de Manuel Leocádio junto ao Governo Provincial.<sup>179</sup>

Em síntese, a aclamação de Manuel de Araújo consistiu em um caso pioneiro do processo do declínio da influência dos negociantes e da ascensão dos bacharéis. Tal processo desenvolveu-se mais rapidamente, pois, no Partido Liberal. De outra parte, nota-se que os conflitos internos a um partido eram sobremaneira influenciados pela perspectiva de afastamento dos correligionários em relação a esquemas de nomeações para cargos comissionados.

Por fim, cumpre salientar que após a nomeação de Manuel de Araújo para comandar o Partido Liberal no litoral paranaense os chefes desse partido em Paranaguá buscaram organizar a gestão desse partido na freguesia de Guaraqueçaba. Portanto, os liberais radicados nessa freguesia não participaram decisivamente da reorganização do partido. Verifica-se, pois, um caso da restrita autonomia dos correligionários dos partidos monárquicos que residiam em freguesias para exercer o controle sobre a administração do partido nos próprios redutos eleitorais. Leia-se, pois, o seguinte comunicado que os liberais de Paranaguá enviaram a Domingos Affonso Coelho, membro do Partido Liberal de Guaraqueçaba:

Os abaixo-assinados, membros do partido liberal desta cidade [Paranaguá], tem a honra de participar a V. S. que na noite de hontem, em reunião geral do mesmo partido, proclamou-se unanimemente chefe do partido ao Illmo. Sr. Dr. Manuel Alves de Araújo e por essa mesma ocasião nomeou-se a comissão que ora se dirige a V. S. para com o referido chefe providenciar a respeito dos interesses comuns. Não nos esqueçamos da sorte do partido liberal nessa freguesia, e para providenciar a respeito das necessidades locais, assentou-se igualmente na seguinte nomeação da comissão nessa freguesia, composta de V. S., o Illmo Sr. João Izidoro da Costa e Silva, o Illmo. Sr. Antônio Manuel Baptista. Do patriotismo de V. S. muito espera o centro do partido aqui colocado Illmo Sr. Domingos Affonso Coelho.

---

<sup>178</sup> *Diário do Rio de Janeiro*, 23 de junho de 1863, n. 171, p. 2. Grifos no original.

<sup>179</sup> *Constitucional*, 27 de setembro de 1862, n. 254, p. 2.



Somos com estima de V. S.  
 Caetano de Sousa Pinto  
 José Leandro da Costa  
 José Antônio Pereira Alves  
 Ricardo Gonçalves Cordeiro  
 Manuel Antônio Pereira Alves<sup>180</sup>

Conforme demonstrado nesta tese, a administração do Partido Conservador de Guaraqueçaba também era dependente das instruções dos chefes conservadores de Paranaguá. Havia, portanto, poucas condições para a emergência de lideranças partidárias nas freguesias. Por outro lado, o surgimento dos diretórios partidários disciplinava o relacionamento entre os correligionários dos partidos monárquicos radicados nas cidades e os correligionários que residiam nas freguesias.

\*\*\*

O clube liberal de Antonina, por sua vez, destacou que a conjuntura política nacional exigia a escolha de um nome para liderar o partido na região. Um dos principais episódios ocorridos nessa época foi a dissolução da Câmara dos Deputados, a 12 de maio de 1863. Ao final desse ano, houve eleição para duas vagas de deputado geral pelo Paraná. Dessa maneira, uma motivação central para a escolha de uma nova liderança no Partido Liberal da região litorânea do Paraná era a necessidade de reorganizar o partido para torná-lo mais competitivo:

De Antonina dirigirão ao mesmo Sr. Dr. Alves de Araujo a seguinte carta:

O acto imperial que dissolveo a ultima camara legislativa, impõe aos partidos o dever patriótico de pleitearem por suas ideias no campo aberto da opinião publica, para revelar-se a verdadeira opinião nacional e trazer assim a regularidade governativa ao systema sábio da constituição. Exforços seriam perdidos sem a unidade de pensamentos e sem a liberdade franca do voto, para concentrar as nossas forças e manter ilesa a liberdade politica (se for ameaçada). E entendemos ser conveniente escolher um chefe que dirija os liberaes na região marítima da província e promova a unidade que as circunstancias reclamam. As qualidades que concorrem na pessoa de V. S. determinarão em sua pessoa esta escolha, e os liberaes Antoninenses abaixo assinados contão que V. S. assumirá os deveres árduos de semelhante tarefa com o patriotismo que o distingue; e por sua parte pode V. S. contar que encontrará em nós decidido apoio ás medidas que forem justas e conveniente ao regular triunfo da nossa causa. [Este abaixo-assinado possui catorze subscriptores].<sup>181</sup>

A dissolução da Câmara dos Deputados, referida no abaixo-assinado dos liberais antoninenses, ocorrera em uma época em que o Gabinete Ministerial era comandado pelo Marquês de Olinda, que substituíra Zacarias de Góis. Em sua resposta a esse abaixo-assinado, Manuel de Araújo ressaltou as implicações positivas que essa dissolução propiciaria à política regional:

<sup>180</sup> *Commercio do Paraná*, junho de 1862, p. 4.

<sup>181</sup> *Commercio do Paraná*, junho de 1862, p. 2.

O Sr. Dr. Alves de Araujo respondeo da seguinte maneira:

Accabo de receber a honrosa carta que VV. Ss. se dignarão endereçar-me, e sabe da imerecida distincção que n'ella se continha. Se a boa vontade alguma cousa pode conseguir, conto poder pugnar pelos interesses de tão esperançosa localidade auxiliada por varões tão distinctos e proeminentes como VV. Ss. O acto da dissolução e as medidas leaes emanadas do governo geral muito garantem o pronunciamto da opinião há tanto sufocada por interesses secundários e egoísmos prejudiciaes á causa e ás ideias que tentamos colocar em seu verdadeiro pé. A unidade de pensamento, o esquecimento dos ressentimentos pessoaes ao lado da liberdade do voto collocará nossa província em frente dos melhores horizontes, e podemos então dizer que os eleitos do povo symbolizão a verdade da instituição e systema, cuja guarda a todos pertence como brasileiros constitucionais. Aceitando, agradeço á VV. Ss. a honra que me fazem e o conceito lisongeiro que a meu respeito nutrem, ficando VV. Ss. certos que envidarei leaes exforços pela prosperidade do partido dessa cidade.<sup>182</sup>

Os correligionários liberais radicados no município de Morretes e no Porto de Cima, distrito pertencente a esse município, também reputaram positiva a dissolução da Câmara dos Deputados. Na mensagem conjunta que enviaram a Manuel de Araújo, eles avaliaram que as consequências políticas dessa dissolução, bem como a proximidade de um processo eleitoral, exigiria a escolha, no âmbito local, de uma liderança partidária. Tal mensagem também comporta um aspecto acerca da vida interna do diretório liberal de Morretes. Esse aspecto consiste no fato de que a decisão de escolher Manuel de Araújo como líder regional do partido fora realizada somente pelos membros da cúpula do diretório. Trata-se, pois, de uma evidência sobre o caráter centralizado da tomada de decisões naquele diretório municipal:

De Morretes e Porto de Cima, foi dirigida a seguinte [carta], ao Sr. Dr. Alves de Araujo:

Os abaixo assignados chefe e mais membros principaes da parcialidade liberal nesta villa, reconheceu que o sublime acto imperial que dissolveu a camara dos deputados impõe aos cidadãos o patriótico dever de pleitear por suas ideias politicas a manifestação da verdadeira opinião nacional, e trazer a regularidade e estababilidade governativa pelos princípios santos da constituição do Imperio, concentrando seus pensamentos a hum só ponto – o de manter illeza a liberdade politica e dignidade da nação – entenderão e accordarão que para tal fim é de alto mister a escolha de um cidadão importante e meritório no litoral da província para ser investido da direção do partido liberal das respectivas formalidades afim de que, marchando em unidade de pensamentos se estabeleça com firmeza, moralidade e força devida o governo do paiz pelos princípios já declarados. E concorrendo na pessoa de V. S. para ser o escolhido a encarregar-se de tão patriótica tarefa, os abaixo assignados dedicão a V. S. seus sufrágios pelo presente para tal encargo e contão que V. S. os aceitará pelo patriotismo que o distingue, esperando que V. S. no pedido expellido dirigirá pelo devido intermédio todos os pareceres todas as noticias que sejam convenientes á importante causa que defendemos, devendo V. S. assim contar com o apoio e dedicção dos abaixo assignados que tem a honra de subscreverem com muita estima. Villa de Morretes, 15 de junho de 1863. [Este abaixo-assinado possui vinte e quatro subscriptores].<sup>183</sup>

Acerca do diretório do Partido Liberal em Morretes, cabe menção a um conflito interno ocorrido em 1863. Quatro meses após o envio desse abaixo-assinado, os

---

<sup>182</sup> *Id.*

<sup>183</sup> *Id.*

correligionários destituíram o chefe da agremiação no município, o negociante ervateiro Ricardo José da Costa Guimarães, que fora signatário do referido documento. Por consequência, esses correligionários empossaram Joaquim Antônio dos Santos Sousa, que também atuava como negociante ervateiro. A análise do comunicado que o diretório liberal de Morretes enviou ao jornal *Dezenove de Dezembro* sobre tal episódio permite evidenciar que a resolução de divergências internas a diretórios partidários municipais, no Paraná provincial, era realizada por meio de decisões coletivas:

O partido liberal de Morretes acaba de dar um passo adiante. Por comum acordo das quazi totalidade das influencias dessa parcialidade, com excepção de 4 ou 5, cassou-o os poderes de chefe de partido que tinha-o a muito annos na pessoa do Sr. tenente-coronel Ricardo José da Costa Guimarães, para ser nomeado, como de facto foi, o Illmo. Sr. cavalheiro da Ordem de Christo Joaquim Antônio dos Santos Sousa. A vida politica do homem, assim como tudo no mundo, tem um limite, e tentar alongar é redonda asneira se não um crime. Acreditamos pois que com esta importante mudança, o partido liberal tomará uma direção mais activa e *conveniente*, pelo decidido e geral apoio que entre os seus amigos goza o Sr. Santos Sousa.<sup>184</sup>

Tais informações evidenciam aspectos das condições do envolvimento de correligionários em processos decisórios do diretório liberal de Morretes. Dessa forma, verifica-se que nos diretórios liberais do litoral os correligionários participavam de deliberações que se destinavam, por exemplo, a renovar o seu quadro de dirigentes. Porém, esses processos decisórios eram marcadamente hierarquizados. A citada deliberação ocorrida no diretório liberal de Morretes foi realizada somente pelos componentes do núcleo dirigente do partido. Tal informação indica que a influência e a posição do correligionário na estrutura administrativa do diretório eram critérios essenciais para o envolvimento nessas tomadas de decisão.

No contexto em que ocorreu essa deliberação no diretório liberal de Morretes, existiam diversos diretórios municipais e provinciais desse partido. Desse modo, antes da criação do Centro Liberal, em 1868, os diretórios liberais já possuíam regras e ritos definidos. Esses ritos diziam respeito, por exemplo, ao modo de aclamação e destituição de correligionários, bem como diziam respeito ao processo de escolha de candidatos.

Nesse quadro, é necessário dedicar atenção a três informações jornalísticas. Primeiro, cumpre demonstrar que no princípio dos anos 1860 os diretórios provinciais do Partido Liberal possuíam um grau de autonomia que os permitia estabelecer, por exemplo, uma

---

<sup>184</sup> *Dezenove de Dezembro*, 14 de outubro de 1863, n. 424, p. 2.

aproximação com os chefes do Partido Conservador. Essa aproximação era verificada na ocasião da definição do número de candidatos de cada partido às eleições. Todavia, em alguns casos essa aproximação malograva. Nesse âmbito, compete mencionar uma informação publicada em *A Actualidade*, em julho de 1863, acerca das tratativas entre conservadores e liberais para a formação da chapa de candidatos a deputado geral pela Província do Ceará:

Hontem teve lugar uma conferência entre os directorios do partido liberal e conservador afim de se entenderem sobre a próxima eleição, acordaram na ideia de partilha igual quanto ao número de deputados que dá a província, descendo, porém, as questões de detalhe e ao modo prático de sua realização houveram divergências de natureza todo e qualquer acordo; assim o directorio liberal exigia como condição igual partilha de eleitores, condição a que não quis aquiescer o directorio conservador revelando por tal modo não haver de sua parte a mesma fé e lealdade que predomina em o directorio liberal, boa fé e lealdade que é de esperar quando a ideia principal de partilha, quanto a candidatos havia de sua parte. Nestas circunstâncias colocados cada um em seus postos de honra, e livres de todo e qualquer compromisso se empenham no pleito que está próximo.<sup>185</sup>

Nessa época, estava consolidado um procedimento de comunicação entre os diretórios municipais e os diretórios provinciais do Partido Liberal a respeito da montagem das chapas eleitorais. Dessa maneira, a análise de uma informação apresentada pelo correspondente do *Correio Mercantil* acerca de uma eleição provincial no Ceará, em 1863, possibilita evidenciar características do funcionamento de diretórios da grei liberal em distintas províncias.

A informação transcrita a seguir comporta uma referência às tratativas entre membros do diretório liberal do Ceará e do diretório liberal do município de Icó no contexto da definição candidaturas para deputado provincial: “*Jardim*. Para esta vila foi em pessoa o Dr. Bernardo Duarte, e, conseguindo pôr em seus interesses os juízes de direito e municipal, pôde seduzir alguns eleitores, até dous do directorio liberal, que haviam autorizado por sua firma ao Sr. João Brígido a assentar com o directorio do Icó a chapa de deputados”.<sup>186</sup>

Por fim, é necessário destacar outra forma de relacionamento entre os gestores provinciais dos diretórios liberais e os membros dos diretórios municipais. Esse relacionamento consistia na pressão que os correligionários radicados nos municípios realizavam para viabilizar a candidatura de determinados indivíduos. Para evidenciar tal dimensão da vida do Partido Liberal no interior das províncias, cumpre dedicar atenção ao seguinte comunicado publicado no *Correio Paulistano*, em 1866: “Exigimos do Directorio liberal de contemplar na chapa do 3º districto o Dr. Manuel Baptista da Cruz Tamandaré,

<sup>185</sup> *A Actualidade*, 29 de julho de 1863, p. 3.

<sup>186</sup> *Correio Mercantil*, 14 de dezembro de 1863, p. 2.

porque nele infalivelmente havemos de votar. *A maioria dos liberaes do 3º districto* [da Província de São Paulo]”.<sup>187</sup>

Nesse contexto, uma das funções dos chefes partidários nos municípios era assegurar que as eleições primárias e secundárias não seriam passíveis de fraudes que beneficiassem o partido adversário. A polarização eleitoral ameaçava os candidatos governistas. As informações sobre conflitos acerca dos trabalhos de Mesas Paroquiais evidenciam, pois, que os partidos monárquicos, no Paraná, não abdicavam de competir nas épocas nas quais se encontravam como opositores do Gabinete Ministerial.

Em 30 de dezembro de 1860, por exemplo, Ricardo José Guimarães discordou do modo como foi organizada a Mesa Paroquial responsável por realizar a eleição primária no município de Morretes. Nessa eleição seriam escolhidos eleitores que elegeriam dois deputados gerais do Paraná. Por consequência, ele buscou, junto a seus correligionários, realizar a eleição em duplicata. Joaquim Santos Souza foi um dos apoiadores dessa iniciativa de Ricardo Guimarães. Mais precisamente, os correligionários de Ricardo Guimarães criaram outra Mesa, no interior da Câmara Municipal. Todavia, a Comissão de Poderes da Câmara dos Deputados, em sessão realizada no dia 23 de abril de 1861, anulou o resultado da eleição realizado na Mesa comandada pelos partidários de Guimarães. Atente-se, pois, ao seguinte trecho do relatório da Comissão:

No dia legal, organizada a mesa parochial sob a presidência do 1º juiz de paz, foi lavrada e assinada a acta. Instalada a mesa, e sem incidente algum, apresentou-se o tenente-coronel Ricardo José da Costa Guimarães requerendo que fosse aceito o protesto que apresentava assignado por ele e mais 20 cidadãos, no qual declaravam não lhes ser possível tomar parte na eleição a que ia se proceder por não terem a precisa liberdade, por não lhes oferecer a mesa que ia funcionar, e unanimemente eleita, a imparcialidade necessária, e pelas irregularidades que teria de praticar, conforme a prova que já tinham da última eleição municipal, e que por isso iam fazer outra eleição, na qual pudessem livremente votar. Este protesto não foi aceito, posto que não oferecesse a mais fugitiva prova para autorizá-lo, e sim despachado como requerimento, e exposto em resumo na acta, dando a mesa como razão do indeferimento não referir-se o protesto a fatos praticados, e ser-lhe injuriosa a suposição de não ser imparcial em seus trabalhos. Os protestantes, retirando-se da igreja matriz, e ahi, sob a presidenciado 2º juiz de paz José Miró de Freitas, organizaram uma mesa parochial, que foi composta dos cidadãos José Pedro da Rocha Júnior, Joaquim Antônio dos Santos Souza, José Cordeiro de Miranda, nomeados por si próprios e procederam a duplicata. Esta eleição ultimou-se a primeio de janeiro, tendo recebido, segundo afirma a acta, 191 cédulas, deixando de votar 222 votantes.. [...] Portanto, é de parecer da Comissão: [...] 3º) Que sejam declaradas nulas as duplicatas [...] da casa da câmara municipal da villa de Morretes.<sup>188</sup>

<sup>187</sup> *Correio Paulistano*, 29 de abril de 1866, p. 4. Grifos no original.

<sup>188</sup> BRASIL. *Annaes do Parlamento Brasileiro*. Câmara dos Srs. Deputados. Sessão de 1861. Tomo 1. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve, 1861, pp. 62-63.

O controle sobre a gestão de Mesas Paroquiais, em suma, era uma tarefa dos correligionários dos partidos Conservador e Liberal cuja atividade política era limitada ao universo municipal. Todavia, a ingerência que exerciam sobre as Mesas Paroquiais era fiscalizada pela Comissão de Poderes da Câmara dos Deputados. Ou seja, existiam limites para a interferência das elites locais sobre a organização e o resultado das eleições. O limite, nesse contexto, era imposto pelo Parlamento do Império.

Por meio do estudo do caso da atuação de Joaquim Cândido Correia na vida política de Paranaguá, em 1860, pode-se corroborar o argumento que uma das funções dos conservadores de Paranaguá que detinham uma atuação partidária restrita ao universo municipal era garantir o êxito de seu partido em eleições primárias e secundárias. Esses correligionários buscavam controlar a organização e o trabalho das Mesas Paroquiais. Contudo, existiam ocasiões nas quais a Comissão de Poderes da Câmara dos Deputados neutralizava os efeitos da ingerência de membros das elites locais sobre a gestão dos pleitos eleitorais. Em 30 de dezembro de 1860, por exemplo, Joaquim Cândido empenhou-se em organizar uma eleição em duplicata em Paranaguá. Essa iniciativa era decorrente de discordância acerca da maneira como a Mesa Paroquial conduzira a eleição.

Tratava-se, pois, da eleição primária. Nesse pleito seriam escolhidos eleitores que elegeriam os dois deputados gerais pelo Paraná. Contudo, a Comissão de Poderes da Câmara dos Deputados, na sessão realizada no dia 23 de abril de 1861, anulou a eleição organizada pela Mesa Paroquial comandada grupo político de Joaquim Cândido. Leia-se, pois, a seguinte conclusão do relatório da Comissão:

*Collegio de Paranaguá.* Houve dous collegios nesta cidade, reunindo-se os eleitores de Guaratuba com os da parochia da referida cidade, da eleição da matriz, e presididos competentemente no lugar designado, presidiram à eleição e a ultimaram regularmente, votando 28 eleitores. Os eleitores da Ordem Terceira da Penitência, presididos pelo mesmo 2º juiz de paz dessa duplicata, Joaquim Cândido Corrêa, organizaram outro collegio na referida ordem da Penitência, e procederam à eleição com os eleitores de Guarakessaba. Nas actas destes collegio se delcara que, por não terem sido admitidos no collegio legitimo os eleitores da duplicata da Penitência e de Guarakessaba, se haviam retirado e organizado outro collegio. Portanto, é do parecer da Comissão que 1º) Que sejam declaradas nulas as duplicadas da eleição primária da igreja do Rosário da cidade de Curitiba e da Ordem Terceira da Penitência da cidade de Paranaguá [...] 2º) Que seja igualmente declarada nula a eleição da parochia de Guarakessaba.<sup>189</sup>

Nesse contexto, estavam definidas as formas de atuação política as elites liberais e conservadoras radicadas no litoral da Província do Paraná. Os membros dessas elites eram os

---

<sup>189</sup> *Ibid.*, p. 63.

agentes eleitorais dos chefes partidários. Ou seja, atuavam para garantir localmente o êxito eleitoral dos seus partidos e a realização dos interesses políticos dos dirigentes partidários. A plena realização dos planos eleitorais encontrava barreiras em virtude dos critérios que a Comissão de Poderes da Câmara dos Deputados utilizavam para validar os resultados eleitorais.

A época em que Manuel Alves de Araújo conquistou o controle sobre a gestão de esquemas eleitorais do Partido Liberal no litoral paranaense foi também caracterizada pelo agravamento de tensões que opunham membros elite social da região litorânea. Essas tensões envolviam, notadamente, os produtores de erva-mate. Apesar dessas tensões, as duas facções do diretório liberal morretense foram unânimes em aclamar o citado bacharel como chefe do partido na região.

A esse respeito, compete salientar que os contendores Joaquim Sousa e Ricardo Guimarães foram signatários do referido abaixo-assinado. Em suma, verifica-se que, no litoral paranaense, o Partido Liberal possuía dois níveis de comando. Em nível subalterno estavam os chefes municipais da agremiação. Em um nível superior situava-se o chefe do partido dessa região. Antes da criação do Centro Liberal, portanto, o Partido Liberal no Paraná possuía regras acerca da gestão de conflitos internos aos diretórios, os quais funcionavam de forma regular. Esses órgãos partidários, portanto, não existiam apenas como clubes que coordenavam a atividade dos seus correligionários em épocas eleitorais.

\*\*\*

Na campanha para a Câmara dos Deputados realizada em setembro de 1863, o Partido Liberal paranaense elegeu os seus dois candidatos (Jesuíno Marcondes e Laurindo Abelardo de Brito). Cabe mencionar que Manuel de Araújo fora cotado para candidatar-se a deputado geral em 1863. A sua desistência em favor de seu cunhado, Jesuíno Marcondes, descontentou os correligionários liberais do litoral. O correspondente do *Constitucional* em Paranaguá comentou tal desistência, em agosto de 1863.

Conferir atenção a esse comentário permite evidenciar que, aos 27 anos, Manuel de Araújo detinha pleno controle sobre os esquemas eleitorais no litoral paranaense. Por outro lado, tal informação possibilita constatar que, no início dos anos 1860, um bacharel já suplantara a influência dos antigos negociantes, no Partido Liberal do litoral do Paraná, no que concerne à prerrogativa de lançar e apoiar candidaturas. No Partido Conservador, os bacharéis oriundos do litoral alcançaram tal prerrogativa apenas nos anos 1870:

A vista da grande maioria de eleitores liberaes, pode-se acreditar no triumpho completo dos candidatos do directorio. Se ainda há quem persista em fala da candidatura do Dr. Dias da Rocha, se é possível que alguns eleitores o contemplem em suas listas, creio que ele não reunirá votação suficiente para suplantar os Dr. Jesuíno e Laurindo. A victoria dos liberaes [na eleição primária] na cidade de Paranaguá, fortaleceu a candidatura do Dr. Jesuíno, pois que o Dr. Alves de Araújo, que desistiu em favor dele, empenhará a sua influência para que seu cunhado reúna grande número de votos, e este importante reforço contribue poderosamente para assegurar-lhe o triumpho. Além disso, o vice-presidente da província protege claramente os candidatos do directorio [liberal], e não é preciso encarecer o valor deste facto.<sup>190</sup>

Essa informação consiste, portanto, em um indício da interferência do diretório nacional do Partido Liberal em uma eleição para deputado geral. Assim, tal informação evidencia que, no princípio dos anos 1860, uma incumbência crucial do diretório nacional do partido era controlar o processo de homologação de candidaturas ao Parlamento do Império. Por conseguinte, as lideranças regionais do partido tinham de inibir suas pretensões eleitorais para atender aos ditames dos próceres nacionais da agremiação.

A informação transcrita a seguir, a qual foi publicada no jornal *Constitucional*, evidencia que, dois meses após a sua indicação como chefe do Partido Liberal no litoral, Manuel de Araújo também contava com apoio dos correligionários de liberais radicados em Curitiba. Por outro lado, tal notícia permite salientar a existência de facções no interior do Partido Liberal do Paraná. Nesse quadro, uma dessas facções, cujos membros estavam estabelecidos no primeiro planalto, se opunha às pretensões eleitorais do principal chefe liberal da província: Jesuíno Marcondes. Ou seja, havia resistências ao plano eleitoral de Marcondes em seu próprio reduto político.

Dedicar atenção a essa informação, portanto, possibilita evidenciar a ocorrência de uma disputa interna à grei liberal no Paraná. Essa informação também consiste em outra evidência do funcionamento de um diretório nacional do Partido Liberal. Esse diretório era o responsável por oficializar as candidaturas. Trata-se, portanto, de um indício de que as elites regionais não lançavam candidaturas sem a anuência dos chefes nacionais da agremiação. Leia-se, pois, a aludida notícia:

O diretório recomenda os Drs. Laurindo Abelardo de Brito e Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá. Por muito tempo supôs-se que este último doutor abandonava suas pretensões á deputação por esta província, e que concorreria com os seus parentes para o triunfo do seu cunhado, o Dr. Manuel Alves de Araújo, cuja candidatura se reputou certa nos primeiros dias que se seguirão ao em que recebemos a notícia da dissolução da câmara. Logo, porém, que se entenderam os dois cunhados, soube-se que o Dr. Araújo se retirava, e que o Dr. Jesuíno, para quem a fortuna, pelo que respeita à política, começava a

---

<sup>190</sup> *Constitucional*, 3 de setembro de 1863, n. 118, p. 3.



sorrir, ia novamente pleitear a sua candidatura. Aqui [em Curitiba] e entre os liberais da cidade de Paranaguá, esta notícia não foi tão bem aceita como se poderia supor, aparecendo a ideia de uma nova combinação, sendo candidatos os Drs. Laurindo e Joaquim Dias da Rocha, ex-secretário da província, demitido pelo ministério atual. Fala-se também em um candidato oculto.<sup>191</sup>

Ao final, os deputados eleitos foram Jesuíno Marcondes e Laurindo de Brito. Portanto, tal notícia evidencia a existência, ao menos, de duas facções no interior dessa agremiação. Uma dessas facções era inclinada a permitir a Araújo desempenhar um papel mais relevante no partido. A outra facção, por seu turno, almejava conservar um bacharel pertencente à geração de 1820 na condição de chefe da agremiação. A segunda facção prevaleceu naquele momento. A atuação de Araújo na vida política da Corte foi iniciada nos anos 1870.

Em 1863, o Partido Liberal conquistou as vinte cadeiras da Assembleia Provincial do Paraná. Concernente a esse resultado, o cronista político do jornal *A Actualidade*, publicado no Rio de Janeiro, observou: “A victoria do partido liberal nesta província foi tão completa e convincente, principalmente de sua grande força nesta cidade [Paranaguá], que até hoje não encontraram os conservadores uma desculpa que coonestasse sua derrota. [...] O partido conservador que tão sabiamente sabe distribuir os ordenados para os que pensam com elles, que aqui ocupavam os lugares de justiça com *louvável equidade*, não póde comprehender como derrotas sucessivas lhe vão pondo a calva á mostra”.<sup>192</sup>

Tais afirmações consistem em evidência da rápida desarticulação da base eleitoral do Partido Conservador em seu antigo reduto político. Assim, um ano após a passagem dos conservadores para a oposição ao Gabinete, potentados como o futuro Visconde de Nácar não evitavam a cooptação de seus antigos eleitores pelo grupo governista. Ao mesmo tempo, as observações do cronista são imbuídas do intuito de evidenciar a eficácia do esquema eleitoral gerido, no litoral, pelo por Manuel de Araújo. Nessa oportunidade, ele foi eleito deputado provincial com 174 votos, a quarta maior votação registrada nesse pleito.<sup>193</sup>

Contudo, a imprensa ligada ao Partido Conservador salientou que a vitória dos liberais nesse pleito, ao menos em Paranaguá, foi marcada por fraudes. Ou seja, o esquema eleitoral comandado por Manuel de Araújo era marcado pela manipulação de resultados. Assim, no princípio de sua carreira política, esse bacharel foi criticado pela participação em uma suposta fraude eleitoral. Nesse quadro, cabe destacar que a ocorrência de fraude consiste em uma evidência da natureza competitiva da vida política da província. O emprego da fraude era,

---

<sup>191</sup> *Constitucional*, 18 de agosto de 1863, n. 111, p. 3.

<sup>192</sup> *A Actualidade*, 09 de novembro de 1863, n. 565, p. 1. Grifos no original.

<sup>193</sup> *Correio Mercantil*, 29 de outubro de 1863, n. 297, p. 1.

pois, evidência de que os governistas encaravam os seus opositores como ameaças concretas aos seus objetivos eleitorais.

Leia-se, pois, a seguinte observação formulada pelo correspondente do jornal *Constitucional* em Curitiba: “A fraude havida na eleição primária não os contentou e antes acorçou-os para irem a diante. [...] o Dr. Alves de Araújo, também candidato e eleitor, como mais que dous tiveram 24, obteve 25 votos, isto é, ficou superior aos outros por um! Como foi feito isto? Eis o que eu não indago. Sendo certo que nenhum dos [eleitores] de Guaratuba nele votou, que ele conhecedor das leis eleitorais e do decoro não votaria em si, e que teve 25 votos”.<sup>194</sup>

A atenção a um episódio da eleição provincial de 1863 permite ressaltar que as suspeitas de fraude não eram incomuns nos processos eleitorais no Paraná. O êxito de José Antônio Pereira Alves na eleição para o cargo de deputado provincial realizada em setembro daquele ano possibilita salientar a ocorrência de fraudes eleitorais, no litoral paranaense, em favor de candidatos vinculados aos partidos que comandavam o Gabinete Ministerial.

Em suma, compete destacar, por meio do caso de José Antônio, o modo como os negociantes da região litorânea também se beneficiavam da vinculação ao partido que estava no Gabinete Ministerial. Conforme, o correspondente do *Constitucional* em Curitiba, a votação obtida por José Antonio para deputado provincial no Colégio Eleitoral de Paranaguá indicaria que ele se beneficiou de um esquema de fraude: “Compareceram em Paranaguá 24 eleitores do progresso, 4 constitucionaes de Guaratuba. Um dos candidatos, o capitão Pereira Alves, era eleitor e também o eram dous irmãos seus e um cunhado; devia, pois, obter somente 20 votos, pela razão de que elle não podia votar em si, assim como seus irmãos não podiam votar nelle; aparece, porém, o candidato com 24 votos! O que se conclui?”<sup>195</sup>

Nos anos 1870, por outro lado, liberais como Manuel de Araújo acusaram os conservadores de fraudar as eleições no Paraná. Na Província do Paraná, o desenvolvimento das carreiras parlamentares de bacharéis conservadores e liberais foi viabilizado por meio de eleições organizadas pelos seus principais correligionários. Esses correligionários, que compunham as elites locais, comandavam as Mesas Paroquiais.

A atuação parlamentar de Jesuíno Marcondes não foi condicionada, em todos os momentos, pelos pleitos oriundos do grupo social ao qual estava enraizado no Paraná. Ao

<sup>194</sup> *Constitucional*, 6 de outubro de 1863, p. 3.

<sup>195</sup> *Constitucional*, 6 de outubro de 1863, p. 2.

contrário, cumpre acentuar que, em 1864, deputado o Laurindo de Brito, ele propôs uma emenda ao orçamento da Marinha. Tal emenda reivindicava a construção de um farol na barra da Paranaguá.<sup>196</sup>

Ao mesmo tempo, ambos os deputados direcionaram emendas para a região planáltica do Paraná. Em junho de 1864, na discussão sobre o orçamento do Império, eles conseguiram aprovar uma emenda que isentava a Irmandade do Santíssimo Sacramento e a Santa Casa de Misericórdia de Curitiba do cumprimento das leis de amortização. Esses deputados justificaram que essa isenção tinha por finalidade permitir a essas instituições aumentar o seu patrimônio até o valor de 100 contos de réis.

Brito e Marcondes também conseguiram aprovar outra emenda que isentava a Irmandade de Nossa Senhora dos Remédios do Iguaçu e da Irmandade de Nossa Senhora de Santana, de Ponta Grossa, do cumprimento da aludida lei. Nesse quadro, eles argumentaram que a essa isenção permitiria à Irmandade de Nossa Senhora dos Remédios conservar o seu patrimônio até o valor de 14 contos de réis, bem como possibilitaria à Irmandade de Santana conservar o seu patrimônio até o valor de 26 contos de réis.<sup>197</sup> Portanto, não há base consistente para afirmar que, nos anos 1860, Marcondes era um parlamentar afeito somente à viabilização de interesses oriundos de seu reduto eleitoral. De fato, essa tentativa de viabilizar demandas da região planáltica integrou o rol de suas emendas e projetos. Porém, a região litorânea, base eleitoral do Partido Conservador, também obteve a atenção daquele parlamentar.

\*\*\*

Cumpre ser ressaltado, por fim, que a eclosão de dissensões entre correligionários do Partido Liberal em Morretes não impediu que, no princípio dos anos 1860, eles se unissem em momentos tais como os pleitos eleitorais. Nesse âmbito, cabe realizar a leitura de uma crítica, produzida por um morador de Morretes, ao modo como o partido pretendia interferir na condução da eleição municipal de 1864. Essa leitura evidencia que, nessa ocasião, uma das características da união dos liberais de Morretes era a elaboração de reivindicações ao presidente de província acerca da organização de pleitos eleitorais.

Nessa época, o Gabinete Ministerial era comandado pela Liga Progressista, e o Governo Provincial era gerido pelo bacharel fluminense José Joaquim do Carmo. Dessa

---

<sup>196</sup> BRASIL. *Annaes do Parlamento Brasileiro*. Camara dos Srs. Deputados. Sessão de 12 de maio de 1864. Tomo I. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional de J. C. Villeneuve, p. 53.

<sup>197</sup> *Correio Mercantil*, 17 de junho de 1864, n. 167, p. 1.

forma, cumpre atentar ao modo como o articulista do *Dezenove de Dezembro* manifestou-se sobre uma sugestão que, por intermédio do Juiz de Paz, os correligionários do Partido Liberal em Morretes endereçaram àquele presidente:

Morretes

Avisinha-se as eleições de 7 de setembro e as novidades aglomeram uma sobre as outras. Os intitulados liberaes propalam, por exemplo, que esperam ordem presidencial para que as eleições sejam feitas pela qualificação de 1862, porque, dizem elles, a de 1863 depende da solução da câmara dos deputados. É boa esta! Pois se isto fosse razão suficiente, não prevaleceria também para a qualificação de 1862 pela qual foi feita a duplicata, que conjunctamente depende da decisão da câmara? Por certo que sim. Corre mais que se espera força de cima, porque alguém já a pediu ao governo! Estes nossos homens são uma carga bem pesada e incomoda para todos os presidentes.  
Morretes, 22 de Agosto de 1864.<sup>198</sup>

A tentativa dos liberais de Morretes em viabilizar uma reivindicação sobre a organização da eleição municipal daquele ano não obteve êxito imediato, visto que, ao contrário do que eles pretendiam, o Governo Provincial não determinou o cancelamento do pleito. Todavia, esse revés não inibiu esses correligionários, uma semana após a realização daquela eleição, de endereçar novo pedido de cancelamento ao presidente da província. Em síntese, esses liberais buscavam a anulação do resultado do pleito no qual foram escolhidos os vereadores e juizes de paz. Para tanto, eles relataram as irregularidades que teriam ocorrido naquela eleição. Tal asserção é corroborada pela seguinte nota publicada pelos membros do diretório liberal de Morretes no *Dezenove de Dezembro*, no mês de setembro de 1864:

Para S. Ex. o Sr. Presidente da Província ver

O partido politico a que pertencemos e que forma incontestavelmente a maioria desta villa concorreu à ultima eleição depois de protestar por sua nulidade, protesto que foi entregue ao Sr. Juiz de Paz. Foram seus fundamentos: o não ter a mesa formada regularmente, o constituir ela maioria com eleitores caducos, o ter sido sabido como consta do dito protesto a aprovação a aprovação da eleição presidida pelo 4º Juiz de Paz. S. Ex. o Sr. presidente melhor sabe do vício intrínseco que coroa taes feitos e que adultera o voto popular em prejuízo do constitucional direito de maior número. Esperamos portanto que S. Exa. decida como nenhum valor os trabalhos írritos procedidos nesta Villa no dia 7 de Setembro, mandando proceder a novas com formalidades lagaes em que sejam reconhecidos os verdadeiros eleitores que tem de formar a primeira turma da Mesa Paroquial. Não queremos ser prejudicados em nosso direito e não o seremos pois S. Ex. atenderá a nossa justa reclamação

*Um por todos os verdadeiros eleitores*

Morretes, 16 de Setembro de 1864<sup>199</sup>

De sua parte, o presidente José Joaquim do Carmo reconheceu que houve irregularidades naquele pleito e determinou a sua anulação.<sup>200</sup> Por consequência, a 2 de julho

<sup>198</sup> *Dezenove de Dezembro*, 27 de agosto de 1864, n. 515, p. 1.

<sup>199</sup> *Dezenove de Dezembro*, 17 de setembro de 1864, n. 521, p. 3. Grifos no original.

de 1865, dez meses após a feitura das aludidas reivindicações, realizou-se uma nova eleição naquele município.<sup>201</sup> A realização da nova eleição municipal em Morretes aconteceu em um momento no qual José do Carmo já não exercia o comando do Governo Provincial. Antes, esse comando estava a cargo do vice-presidente da província, o bacharel mato-grossense André Augusto de Pádua Fleury. O envio de demandas de membros de diretórios municipais e provinciais para os presidentes de província não era um acontecimento incomum. Em geral, essas demandas diziam respeito ao modo de organização de eleições.

Nesse quadro, trata-se de atentar a um episódio da história eleitoral do Piauí. Em 1864, os membros do diretório provincial do Partido Progressista elaboraram sugestões ao presidente da província acerca da apuração dos votos de uma eleição para o Senado: “Esta marcado para a apuração geral, pela câmara desta capital, o dia 1º de dezembro. Fala-se em uma reunião do directorio do partido progressista às vésperas desse dia, com o fim (dizem a meia voz) de pedir ao presidente da província que dê para as authenticas [do distrito eleitoral] de Paranaguá e [do distrito eleitoral] de Bom Jesus, que lhe foram remetidas em duplicada, com a votação unânime da chapa”.<sup>202</sup>

Dessa maneira, constata-se que a referida pretensão dos liberais de Morretes de propor mudanças na condução do pleito eleitoral daquele ano ocorreu em um momento no qual houve marcante influência do seu partido em âmbito nacional e provincial. Por outro lado, cabe acentuar os conflitos internos à agremiação não impediram que os liberais daquele município permanecessem unidos em épocas eleitorais, bem como permanecessem unidos para tentar interferir em decisões do Governo Provincial acerca do modo de organização de uma eleição municipal. Dessa maneira, tal união possibilitou que eles tivessem algumas de suas demandas atendidas pelos chefes do Executivo Provincial.

Nessa ocasião, os liberais Jesuíno Marcondes e Laurindo de Brito foram eleitos deputados gerais pelo Paraná. As candidaturas de ambos foram apoiadas pelos dirigentes

---

<sup>200</sup> Nessa ocasião, o presidente da província também anulou as eleições ocorridas nas freguesias de Campo Largo e Porto de Cima. CARMO, José Joaquim do. *Relatório com que o Exm. Sr. Dr. José Joaquim do Carmo Júnior passou a administração desta província ao Ex.<sup>mo</sup> Sr. Dr. André Augusto de Pádua Fleury no dia 18 de novembro de 1864*. Curitiba: Typographia de Cândido Martins Lopes, 1864, p. 2.

<sup>201</sup> *Dezenove de Dezembro*, 12 de julho de 1865, n. 604, p. 3. Porém, essa eleição também foi anulada, a partir de uma determinação do Governo Imperial. LEÃO, Agostinho Ermelino de. *Relatorio do estado da província do Paraná apresentado ao presidente o Illustrissimo e Excellentissimo Sr. Doutor Polidoro César Burlamaque pelo vice-presidente Dr. Agostinho Ermelino de Leão em 5 de novembro de 1866*. Curityba: Typographia de Cândido Martins Lopes, 1867, p. 1. Por consequência, realizou-se nova eleição municipal em Morretes, a 12 de agosto de 1866. Conforme destacado no terceiro capítulo desta tese, em tal eleição ocorreu o ingresso de um filho do futuro Visconde de Nácar na Câmara de Morretes.

<sup>202</sup> *Diário do Rio de Janeiro*, 13 de dezembro de 1864, p. 1.

nacionais do partido: “O directorio central da liga na Corte recomendou aos seus amigos nesta província como seus candidatos à deputação geral os Srs. Drs. Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá e Laurindo Abelardo de Brito”.<sup>203</sup> Tal informação evidencia, pois, que no princípio da década de 1860 já existia um rito de homologação de candidaturas que começava na província e era concluído na capital do Império, quando os dirigentes nacionais emitiam um comunicado para recomendar as candidaturas. Essa informação também demonstra que, naquela época, estava em funcionamento um diretório nacional do partido. Havia, portanto, um incipiente rito de homologação de candidaturas a deputado geral. Um dos elementos desse rito era a interação entre os chefes regionais e os chefes nacionais do Partido Progressista.

Trata-se de salientar, assim, que o controle do Gabinete Ministerial pelos progressistas, a partir de 1862, foi um acontecimento contemporâneo à reorganização do Partido Liberal no litoral do Paraná. Nesse quadro, a pretensão de conferir regras mais consistentes para o funcionamento da agremiação era uma pretensão manifestada por Manuel de Araújo. Por outro lado, em províncias como a Bahia a ascensão da Liga ao comando do Gabinete gerou um processo de cooptação de aliados ao partido situacionista. Assim, a mudança na composição do Gabinete Ministerial era uma ocasião que propiciava a consolidação dos diretórios provinciais do partido situacionista.

A ascensão da Liga possibilitou o fortalecimento das unidades provinciais do partido, visto que essas unidades conseguiam cooptar correligionários e apoios de lideranças políticas municipais. A mudança de Gabinete ocasionava, pois, o rápido enfraquecimento, na esfera provincial, do partido destituído. Nesse quadro, cumpre destacar uma informação publicada no *Diário do Rio de Janeiro*, em janeiro em 1863. Tal informação faz referência a uma reunião do diretório do partido na Bahia. Nessa época, ritos partidários como as deliberações para a composição da Mesa Diretora já estavam consolidados naquele diretório:

A reunião última do partido progressista em casa do deputado Pedro Moniz *ainda acabrunha* os vermelhos, porque ficou mais patente a fraqueza dos taes retrógrados ou conservadores de barriga nesta província. O directorio do partido progressista tem inspirado simpatias gerais, do interior da província tem vindo manifestações da maior adesão aos nomes distintos que formam o directorio. Os Srs. Barão do Rio Vermelho, Balthazar de Araújo Aragão Bulcão e coronel Justino Nunes já responderam que aceitavam com muito gosto a escolha que deles fora feita para membros do directorio do partido progressista nesta província.<sup>204</sup>

---

<sup>203</sup> *Dezenove de Dezembro*, 05 de agosto de 1863, n. 404, p. 3.

<sup>204</sup> *Diário do Rio de Janeiro*, 5 de janeiro de 1863, n. 5, p. 1. Grifos no original.

Dessa forma, a ascensão política de Manuel Alves de Araújo foi derivada não apenas do desgaste político de um antigo negociante junto aos seus correligionários. Antes, a sua ascensão foi contextual ao processo de fortalecimento do Partido Liberal em distintas províncias. A conquista do comando do Gabinete foi, pois, crucial para os membros da agremiação conseguir arregimentar novos aliados, e também para esboçarem planos de reorganização da vida interna dos diretórios nas províncias.

#### **1.4. – A criação do Centro Liberal e suas implicações na gestão do Partido Liberal nas províncias**

A finalidade desta seção é demonstrar que a queda dos liberais da presidência do Gabinete Ministerial, em 1868, suscitou um movimento de reorganização do partido. Dessa maneira, cumpre mencionar que em 03 de outubro de 1868, pouco menos de três meses após a ascensão dos conservadores ao Gabinete Ministerial, dez líderes do Partido Liberal elaboraram as *diretrizes orgânicas* do *Centro Liberal*, ou seja, as regras de funcionamento do diretório nacional da grei.<sup>205</sup>

O diretório nacional Partido Liberal, antes dessa reorganização, não estava desativado. Esse órgão, nos meses seguintes à queda do Gabinete Zacarias, em julho de 1868, continuava a ser reconhecido pelos correligionários das províncias. A queda do Gabinete, portanto, não implicou o arrefecimento das atividades administrativas da agremiação. O diretório nacional recebia informações sobre a criação de diretórios provinciais. Em 02 de setembro daquele ano, por exemplo, foi organizado o diretório liberal de Minas Gerais. A criação desse diretório foi comunicada ao diretório nacional da grei.<sup>206</sup> Por outro lado, um dos impactos da reformulação do diretório nacional foi a definição de critérios para a participação dos diretórios regionais nas atividades do diretório nacional. O diretório liberal de Pernambuco, em 1870, realizava deliberações para definir o seu representante no diretório central.<sup>207</sup>

Ao mesmo tempo, anteriormente a essa reorganização não existiam critérios precisos para a eleição e substituição de dirigentes do diretório nacional do partido. Em verdade, antes da reorganização ocorriam reuniões comandadas por um seletivo grupo de políticos. Esse grupo não se modificou ao longo dos anos 1850 e 1860. Um dos mais influentes membros do grupo era o citado Teófilo Otoni, que detinha a faculdade presidir reuniões de liberais no Rio

---

<sup>205</sup> *Diário do Rio de Janeiro*, 27 de novembro de 1868, p. 1.

<sup>206</sup> *Jornal do Commercio*, 17 de setembro de 1868, n. 259, p. 1.

<sup>207</sup> *A Reforma*, 06 de março de 1870, n. 51, p. 3.

Janeiro. Em 1852, por exemplo, ocorreu nessa cidade uma discussão sobre formas de auxiliar economicamente correligionários prejudicados pela demissão de seus cargos públicos. Assim, pretendia-se criar uma caixa de assistência em favor desses funcionários exonerados por motivos políticos. Realizado na residência de Porfírio José da Rocha, tal encontro foi presidido por Otoni.<sup>208</sup> Em suma, esses encontros eram reuniões domésticas nas quais eram debatidas, por exemplo, as bases programáticas do partido.<sup>209</sup> Em resumo, as atividades do diretório do Partido Liberal no Rio de Janeiro antes de 1868 eram pouco regradas no que concerne aos ritos e aos objetivos das reuniões.

Nessa época, não eram apenas os líderes do partido na capital que convocavam reuniões domésticas. No dia 3 de novembro de 1852, na freguesia carioca de Santana, houve uma reunião composta, segundo o *Correio Mercantil*, por trezentos correligionários. Esse encontro ocorreu na casa de Porfírio José da Rocha. Nessa ocasião, não houve a definição de candidaturas. Antes, a finalidade do encontro era ratificar que os correligionários estavam irmanados nos mesmos “sentimentos que nos devião guiar nas próximas eleições”.<sup>210</sup> Ou seja, havia reuniões nas quais não eram tomadas decisões cruciais como o lançamento e candidaturas.

A função desses encontros domésticos era congregar os correligionários para a reafirmação do apoio às pretensões eleitorais e ao repertório de ideias da grei. Desde os primórdios do Segundo Reinado ocorriam reuniões dessa natureza. Em 10 de outubro de 1842, em São Luís, capital da Província do Maranhão, os liberais organizaram encontro um dia antes da realização de eleição provincial. Ocorrida na Igreja de Santa Ana, essa reunião buscava organizar os liberais para a tarefa de “aniquilar esse pugilo de ladrões, inimigos do Brazil”. Assim, trata-se de um encontro para reafirmar a unidade do partido.<sup>211</sup>

De outra parte, antes da reorganização do diretório nacional do Partido Liberal as elites locais dispunham de ampla autonomia para promover a criação e dissolução de diretórios. Uma forma de manter o partido unido em períodos nos quais permanecia na oposição era reorganizar um diretório. Assim, em novembro de 1858, na época da vigência do Gabinete conservador comandado pelo Marquês de Olinda, os liberais da cidade da Paraíba criaram um diretório. A criação desse diretório implicou a divisão de tarefas e a implantação

---

<sup>208</sup> *Correio Mercantil*, 23 de outubro de 1852, n. 296, p. 1.

<sup>209</sup> *Correio Mercantil*, 22 de agosto de 1851, n. 199, p. 4.

<sup>210</sup> *Correio Mercantil*, 05 de dezembro de 1852, n. 309, p. 2.

<sup>211</sup> *Diário de Pernambuco*, 05 de outubro de 1842, n. 212, p. 1.



de uma regularidade de atividades do partido na capital paraibana. A notícia abaixo transcrita diz respeito a esse episódio:

No dia 14 do corrente houve uma reunião política na casa do senhor Felizardo. Compareceram os srs. Felinto, Joao Leite, Machado, João Florentino, Cordeiro, Elias, Rocha Faria, Padre Bento, Antônio Carvalho, Padre Jacome, Moura, Padre Galvão e Pedro Tavares. O fim dessa reunião é reorganizar-se o partido rasgado. Foi composta uma comissão dos srs. João Leite, Felinto, Machado, João Florentin e Rocha Faria para propor as medidas de salvação. A comissão de Salvação Pública apresentará o resultado de seus trabalhos na segunda reunião, que terá lugar no dia 21 do corrente.<sup>212</sup>

Essa reunião, portanto, teve uma composição seleta. Ou seja, não houve influência de contingente expressivo de liberais na reformulação administrativa do Partido Liberal na Paraíba. Há, pois, uma semelhança entre esse episódio da história política paraibana e mudança de comando no Partido Liberal do litoral paranaense. Essa semelhança consiste no fato de que foi por meio de reuniões de cúpula que houve a definição de medidas acerca da vida administrativa da agremiação.

\*\*\*

O *Centro Liberal* organizado em outubro de 1868 era um órgão partidário cuja natureza e atividades jamais mereceram apurada análise na historiografia. Antes, a referência a esse diretório está presente apenas nas reflexões sobre o programa político dos liberais. Há, portanto, carência de estudos sobre os impactos da criação dessa unidade partidária nas atividades do Partido Liberal no âmbito das províncias. Nesse quadro, a compreensão sobre o funcionamento dessa agremiação no Paraná, nas últimas décadas do Império, exige a reconstituição do processo de reorganização do diretório nacional do Partido Liberal.

Na historiografia, a criação do Centro Liberal é encarada apenas como uma iniciativa destinada à consolidação das bases programáticas do Partido Liberal. Desconsidera-se que a fundação do Centro consistiu em uma mudança na forma de gestão do partido e de relacionamento entre as instâncias da agremiação. De modo análogo ao caso da fundação da União Conservadora, a implantação do Centro Liberal representou um esforço, da elite que comandava o partido em âmbito nacional, para implantar regras precisas para o funcionamento da agremiação. Nesse quadro, a definição de critérios para a escolha de candidatos e constituição de diretórios eram elementos centrais dessas regras.

Uma das primeiras iniciativas dos membros do *Centro Liberal* foi orientar os seus correligionários a absterem-se de votar nas eleições primárias que se realizaram em janeiro de

---

<sup>212</sup> *Diário do Rio de Janeiro*, 06 de dezembro de 1858, n. 324, p. 1.

1869. Nesse pleito seriam escolhidos os deputados gerais. Em suma, os dirigentes nacionais do partido justificaram essa orientação porque o Governo Imperial estaria “*armado de leis reacionárias, de imenso arbítrio para comprimir a liberdade do cidadão*”.<sup>213</sup> Esse grupo de dirigentes era formado pelos senadores era formado por José Tomás Nabuco de Araújo (PE), Bernardo de Souza Franco (PA), Zacarias de Góis e Vasconcelos (BA), Antônio Pinto Chichorro da Gama (RJ), Francisco José Furtado (MA), José Pedro Dias de Carvalho (MG), João Lustosa da Cunha Paranaguá (PI), Antônio Marcelino Nunes Gonçalves (MA), Teófilo Benedito Otoni (MG) e Francisco Otaviano de Almeida Rosa (RJ).<sup>214</sup>

Conforme demonstrado nesta tese, a questão da abstenção em processos eleitorais era um dos principais assuntos discutidos entre os chefes regionais e os chefes nacionais do Partido Liberal.

O articulista do *Diário do Rio de Janeiro* era um crítico dessa recomendação, bem como era cético quanto à tentativa de reorganizar o Partido Liberal: “Querem ocupar-se da sua reorganização; querem dar-lhe condições regulares de existência, que eles mesmos lh’as tiraram. Mas, se foram eles que se suicidaram, é em vão que querem lançar sobre os contrários a culpa de sua imerecida impopularidade”.<sup>215</sup>

Em resumo, as críticas do articulista são referentes ao fato de que a reorganização do diretório nacional do partido não tornou a agremiação mais aberta à participação dos correligionários. Nesse sentido, o redator do citado periódico questionou a legitimidade do grupo de senadores para gerir o partido: “Aqueles que, empunhando o bastão do comando, julgam-se autorizados para dispor dos destinos do partido liberal, podem, por ventura, esperar que as suas deliberações e decretos sejam executados?”<sup>216</sup>

No comunicado que emitiram para comunicar aos diretórios provinciais a sugestão de absterem-se participar do mencionado pleito, os dirigentes do partido afirmaram que estavam apenas a apresentar um *conselho* aos seus correligionários: “O centro liberal aproveita esta ocasião para comunicar-vos a deliberação por ele tomada por a eleição de Janeiro próximo futuro. Esta deliberação, que não é senão um conselho, consiste na abstenção do partido liberal”.<sup>217</sup> Ou seja, tratava-se de uma recomendação, cujo descumprimento implicariam quaisquer penalidades aos diretórios. Desde os seus primórdios, portanto, o Centro Liberal

<sup>213</sup> *Diário do Rio de Janeiro*, 28 de novembro de 1868, p. 1.

<sup>214</sup> *Correio Paulistano*, 29 de novembro de 1868, p. 1.

<sup>215</sup> *Diário do Rio de Janeiro*, 28 de novembro de 1868, p. 1.

<sup>216</sup> *Id.*

<sup>217</sup> *Jornal do Commercio*, 25 de novembro de 1868, n. 328, p. 1.

adotou um modelo de interação com os diretórios provinciais que reforçava a autonomia decisória das elites regionais.

Os fundadores do diretório central do Partido Liberal produziram, no ano seguinte, um repertório de ideias programáticas, que dizem respeito temas como reforma eleitoral e a reforma judiciária. Trata-se do *Manifesto Liberal*, divulgado em de 31 de março de 1869. Os chefes locais do Partido Liberal promoveram a reestruturação dos diretórios provinciais a partir da criação do Centro Liberal. Em províncias como Pernambuco, Rio Grande do Norte e Rio Grande do Sul, houve a escolha de novas Mesas Diretoras após a reformulação do diretório nacional do partido. Verifica-se, contudo, que as elites regionais dispunham de autonomia para definir o modelo de gestão a ser empregado nos diretórios.

Em 19 de novembro de 1868, por exemplo, os chefes liberais do Rio Grande do Norte fundaram um diretório no qual havia apenas os cargos de presidente e secretário, além de dez membros efetivos.<sup>218</sup> Em 27 de dezembro do mesmo ano, os liberais do Rio Grande do Sul formaram um diretório provincial cuja Mesa Diretora era composta pelos cargos de presidente e secretário. O órgão partidário contava, ainda, com cinco membros efetivos.<sup>219</sup> Para destacar a ampla autonomia para definir o modelo da estrutura administrativa dos diretórios regionais, cabe mencionar que, em 11 de julho de 1869, foi implantado o diretório liberal da Província de Pernambuco. Esse órgão possuía trinta e cinco membros efetivos.<sup>220</sup>

Em 10 de janeiro de 1869, os liberais paranaenses constituíram um diretório cuja administração era composta pelos cargos de presidente, 1º e 2º vice-presidente, além de seis membros efetivos.<sup>221</sup> O estudo do processo de constituição da Mesa Diretora do diretório do Paraná permite evidenciar a autonomia das elites regionais em face das decisões emanadas do diretório nacional do partido. Para corroborar esta assertiva, é necessário salientar que o citado Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá reuniu em sua residência, na freguesia de Palmeira, as principais influências do partido locais para decidir sobre a sugestão dos chefes

---

<sup>218</sup> *Jornal do Commercio*, 09 de dezembro de 1868, n. 342, p. 2.

<sup>219</sup> *Jornal do Commercio*, 05 de janeiro de 1869, n. 5, p. 1.

<sup>220</sup> *Jornal do Commercio*, 27 de julho de 1869, n. 207, p. 1.

<sup>221</sup> Nessa ocasião, a Mesa do diretório liberal do Paraná foi constituído do seguinte modo: Presidente, Jesuíno Marcondes de Oliveira; 1º Vice-presidente, Laurindo Abelardo de Brito; 2º Vice-presidente, Manuel Alves de Araújo. Os membros efetivos, por sua vez, eram Benedicto Enéas de Paula, Sérgio Francisco de Souza Castro, Generoso Marques dos Santos, Ignacio José de Moraes, João José Pedrosa, Tibúrcio Borges de Macedo, João Baptista de Brandão Proença. *Jornal do Commercio*, 6 fevereiro de 1869, n. 39, p. 1.

nacionais do partido de os correligionários não participarem das eleições primárias de 1869. Essa sugestão foi acatada pelos participantes da reunião.<sup>222</sup>

Porém, os correligionários liberais residentes em determinados municípios paranaenses não seguiram essa recomendação. Antes, formaram chapas de candidatos e fizeram maioria de votos em Antonina, Lapa, Palmeira, Guarapuava e Palmas.<sup>223</sup> Esses correligionários, portanto, atuaram de forma independente em relação às recomendações dos diretórios nacional e provincial do partido.

Em síntese, a criação do *Centro Liberal* foi sucedida por transformações na forma de administração dos diretórios regionais do partido. No decorrer dos anos 1870, houve a manutenção do projeto de reorganização e interiorização dos diretórios municipais e provinciais do Partido Liberal. De modo análogo ao caso das Juntas e Grêmios conservadores, esses diretórios regionais do Partido Liberal possuíam regras acerca da realização de reuniões deliberativas e da renovação da sua Mesa Diretora. A reorganização dessa agremiação, contudo, não obteve unânime aceitação nas províncias. A oposição ao projeto de fundação de diretórios era uma decorrência da compreensão de que tais órgãos tinham por finalidade apenas abrigar uma oligarquia que tomaria decisões de forma pouco democrática, a despeito dos posicionamentos dos demais correligionários.

Em 1869, por exemplo, Affonso de Albuquerque Mello, correligionário liberal radicado em Pernambuco, manifestou-se contra a criação de um diretório provincial do Partido Liberal. Em uma reunião destinada à tratar do processo de criação do órgão, ele afirmou que “o directorio era o mal, o grande mal, o sumo mal do partido livre, porque impedia o aparecimento da opinião pública, e qualquer iniciativa no terreno das ideias e dos princípios”.<sup>224</sup> Essa afirmação consiste, pois, em um indício de que existiam correligionários dos partidos monárquicos que encaravam os diretórios como órgãos de natureza oligárquica e que serviam apenas à oficialização das decisões dos potentados. Nessa oportunidade, outro correligionário liberal, o Dr. Souto, manifestou sua oposição às diretrizes programáticas do Centro Liberal. Ele qualificou esse documento como uma “vergonha para o Partido Liberal”.<sup>225</sup>

De outra parte, compete salientar que, de maneira semelhante ao funcionamento do diretório nacional do Partido Conservador, o *Centro Liberal* previa a participação, em suas

---

<sup>222</sup> *Id.*

<sup>223</sup> *Jornal do Commercio*, 11 de março de 1869, n. 69, p. 2.

<sup>224</sup> *O Liberal*, 14 de julho de 1889, n. 81, p. 4.

<sup>225</sup> *Id.*

atividades, de representantes dos diretórios municipais. A esse respeito, cumpre dedicar atenção a duas informações. A primeira informação é referente à convocação de uma reunião destinada a criar um diretório liberal no município fluminense de Itaguaí, em junho de 1872. Leia-se, pois, a convocação publicada no jornal *A Reforma*:

Illm. Sr. Considerando que em virtude do golpe de estado de 16 de julho de 1868 e abstenção aconselhada do centro liberal a seus correligionários a todo Império, espontaneamente se voltaram ao ostracismo, deixando o campo livre à satisfação do mais infrene desejo de mando dos seus adversários [...]. Deliberaram, em resguardo dos princípios e ideias liberais, convocarem os membros deste partido proscrito a reunirem-se no dia 30 do corrente na cada do Dr. Raymundo Antônio Teixeira, às 5 horas da tarde, afim de firmar-se – a União Liberal deste município – e assentar-se nos meios mais adaptados à comum defesa dos princípios professados e garantia mútua dos respectivos membros nas emergências por que tenham que passar em face da ameaça eminente de subversão geral da liberdade constitucional ante as urnas abertas ao voto nacional, pela grande luta intestina do partido dominante à decidir-se no apelo feito à nação. Em tal estado de coisas, confiam que V. S. será pronto em acudir ao reclamo dos princípios que comunga com os infra-assinados.<sup>226</sup>

Essa informação evidencia, pois, um esforço de membros de uma elite local para reorganizar o partido em um contexto adverso, qual seja, o contexto do crescimento da influência política do Partido Conservador. Por outro lado, leia-se a ata que contém informações sobre o resultado dessa reunião. Nesse âmbito, cabe destacar o papel de relevo desempenhado pelos bacharéis na gestão do diretório liberal de Itaguaí:

No dia 30 de junho verificou-se a reunião política liberal já anunciada, em casa do Sr. Dr. Raymundo Antônio Teixeira sob a presidência do Sr. Joaquim José de Sá Freire e sendo aprovada a base da *União Liberal*, se procedeu a eleição do diretório por escrutínio. Foram eleitos, presidente o Sr. Dr. Raymundo Antônio Teixeira (capitalista); 1º secretário e vice-presidente Dr. João dos Santos Sarahyba (advogado); 2º secretário e delegado ao Centro Liberal da Corte, Dr. Joaquim Moreira da Silva (advogado). Elegeu-se também dos Srs. Coronel José Pinto Tavares, tenente-coronel uma comissão deliberante composta Manuel Gomes de Oliveira Lima, tenente Hygino Gomes de Noronha, alferes João Monteiro Bittencourt. Finda a reunião houve uma lauta ceia e os convidados retiraram-se a uma hora da madrugada.<sup>227</sup>

Cumpre mencionar que coube a um bacharel, Joaquim Moreira da Silva, o posto de representante no diretório municipal no Centro Liberal. Por fim, cabe salientar que a estrutura administrativa desse diretório também contava com tesoureiro. No complemento a essa notícia, o jornal *A Reforma* ressaltou que o alferes Bittencourt foi escolhido para essa função.

De forma análoga ao Partido Conservador, o processo de definição de um candidato a deputado geral era uma decisão que passava por diferentes instâncias do Partido Liberal. Tal

<sup>226</sup> *A Reforma*, 05 de junho de 1872, n. 125, p. 3.

<sup>227</sup> *A Reforma*, 04 de julho de 1872, n. 148, p. 1.

decisão contava com a participação dos membros do diretório nacional. A esse respeito, cumpre salientar o caso de Aureliano Moreira de Magalhães.

Em 1878, ele apresentou-se postulante à Câmara dos Deputados por Minas Gerais. Para tanto, ele solicitou, por meio da imprensa, o apoio dos diretórios municipais do Partido Liberal. O apoio dos diretórios municipais, portanto, seria vital para a aceitação da sua candidatura pelo Centro Liberal e pelo diretório provincial. Verifica-se, pois, que a criação do Centro Liberal propiciou a regulamentação das formas de homologação de candidaturas. Dessa forma, a competição por vagas em uma chapa tornou-se mais regrada. Nesse âmbito, compete realizar a análise do excerto do comunicado que Aureliano Magalhães veiculou na imprensa:

Não podendo entender-me pessoalmente com as diversas influências, peço licença aos meus amigos, para dizer que hoje, como em 1876, conto se dignarão, sem perda de tempo, indicar o meu nome ao centro liberal na corte, e diretório de ouro preto. Nesta data dirijo aos diversos colégios da província o meu pedido, escudando-me na apresentação honrosa que do meu nome fez o diretório liberal desta cidade [de Itajubá], cuja íntegra abaixo publico. [...] Solicito dos chefes do meu partido a inclusão do meu nome na chapa que tem de ser organizada, e de meus dignos correligionários confio no seu sincero apoio à minha candidatura.<sup>228</sup>

O diretório municipal de Itajubá endossou a candidatura de Magalhães e concitou os diretórios municipais para “sem perda de tempo fazer a respectiva indicação [de Aureliano Magalhães] ao centro liberal da Corte e ao directorio do partido em Ouro Preto, para que seja o Dr. Magalhães contemplado na chapa de 14 candidatos”.<sup>229</sup> Por fim, é necessário ressaltar que, anteriormente ao ano de 1868, a expressão *Centro Liberal* era empregada apenas para fazer referência aos diretórios provinciais da agremiação. Desse modo, cabe destacar um caso do emprego dessa expressão para referenciar o diretório regional da agremiação. Mais amplamente, estudar o funcionamento dos centros liberais das províncias possibilita demonstrar que, antes da reorganização do diretório central do partido, a atuação do partido das províncias não era desprovida de regras e ritos.

Em 1856, no contexto da definição de candidaturas à Câmara dos Deputados na Província de São Paulo, o *Correio Mercantil* informou que o *Centro Liberal* paulista já homologara um nome à vaga de deputado pelo 4º distrito eleitoral dessa província, que correspondia à área do município de Areias. Esse candidato era o desembargador Joaquim José Pacheco, que, ao final, conseguiu eleger-se: “E muito folgamos de saber que o centro

<sup>228</sup> *A Reforma*, 14 de maio de 1878, n. 108, p. 3.

<sup>229</sup> *Id.*

liberal de S. Paulo o recomenda a seus amigos do norte da província como candidato, e que os cidadãos daquele distrito estão resolvidos a prestar a seu talento e virtudes políticas e individuais as homenagens que lhe são devidas. Por muitas razões o Sr. desembargador Pacheco é o deputado legítimo daquele círculo eleitoral”.<sup>230</sup>

Em 1857, em Pernambuco, existiam processos de renovação do comando do partido. Nessa época, o modelo de gestão do diretório liberal nessa província era pouco complexo. Mais precisamente, essa agremiação era composta por apenas um chefe, o qual era eleito em uma reunião dos correligionários.<sup>231</sup>

Desse modo, cumpre ser destacado que antes de o diretório nacional do Partido Liberal começar a interferir decisivamente na escolha de candidatos a deputados gerais, nos anos 1860, os Centros Liberais das províncias eram os responsáveis pela organização das chapas de candidatos a tal cargo. Todavia, a centralização de decisões a respeito de candidaturas não significou o completo afastamento de lideranças municipais do partido dos processos de escolha dos candidatos, inclusive candidatos a deputado geral. Em 1863, por exemplo, houve a demora de homologação de candidaturas liberais a deputado geral no 2º e 3º distritos eleitorais paulistas em virtude da indefinição de lideranças locais para indicarem candidatos: “Para os dous outros districtos ainda não há definição de nomes, porque espera-se o resultado da consulta feita a influências locais: é assim que o centro liberal *impõe* candidatos”.<sup>232</sup>

Em 1867, um ano antes da queda dos liberais do comando do Gabinete, verifica-se que o *Centro Liberal* continuava a ser uma expressão para designar o grupo que, no âmbito regional, controlava a indicação de candidaturas a deputados provinciais. Os membros do *Centro Liberal*, antes da aludida reorganização do partido, eram os responsáveis por avaliar ou impedir o lançamento de candidaturas. Um critério fundamental para tal lançamento era a fidelidade do candidato aos chefes regionais da agremiação. Assim, candidatos encarados como independentes tinham menos espaço nessa agremiação. Nesse âmbito, trata-se de analisar uma informação publicada no *Correio Mercantil* em outubro de 1867.

Essa notícia é referente ao processo de formação da chapa de candidatos a deputados provinciais em São Paulo. Nesse quadro, as informações inseridas nessa notícia dizem respeito às razões que levavam determinados postulantes ao cargo serem preteridos da disputa. Em suma, a análise dessas informações permite demonstrar que os chefes regionais

---

<sup>230</sup> *Correio Mercantil*, 13 de outubro de 1856, p. 3.

<sup>231</sup> *Jornal do Commercio*, 21 de fevereiro de 1857, n. 51, p. 1.

<sup>232</sup> *Diário do Rio de Janeiro*, 30 de junho de 1863, p. 1. Grifo no original.

do Partido Liberal, acomodados nos *Centros*, ocupavam-se em regradar as formas de homologação de candidatos:

Procede-se hoje na província a eleição dos deputados provinciaes. O partido conservador abstêm-se de tomar parte no pleito e o centro liberal organizou a seguinte chapa que triumphará completamente. [...]. Tem sido notada a exclusão dos Srs. Souza Carvalho, Xavier da Silveira, Quirino dos Santos, Vicente Mamede e Leite Moraes. Atribui-se a exclusão ao caráter independente que estes senhores têm mostrado na situação atual, não pactuando com as pretendidas necessidades do partido. À exceção do Sr. Souza Carvalho, todos os outros candidatos não contemplados na chapa são oposicionistas, notando-se entre eles o Dr. Quirino dos Santos, demitido de promotor de Santos pelo Sr. Tavares Bastos, Dr. Mamede, chefe da opposição na última sessão da assembléa provincial, e o honrado e inteligente Dr. Silveira, que estreou a sua vida pública mostrando muita independência, a ponto de por ocasião da última eleição de eleitores pronunciar-se nos comícios de um modo enérgico contra ideias enunciadas pelo conselheiro José Bonifácio. Apesar de nos acharmos distantes da antiga Grécia e dizer-se que estamos sob o domínio liberal, é o ostracismo daqueles que reservam para si o direito de discutir a lei fundamental da moderna *república*.<sup>233</sup>

Por outro lado, o apoio dos *Centros Liberais* era encarado no âmbito local como um trunfo político importante. Em 1867, por ocasião de uma eleição à Câmara dos Deputados pelo 5º distrito eleitoral de Província de Minas Gerais, um indivíduo apresentava-se como o candidato referendado pelo *Centro Liberal*. Enfim, ele se apresentava como legítimo candidato da agremiação.

Todavia, essa tentativa de vincular o seu nome aos chefes regionais do partido não foi aceita unanimemente naquele distrito, visto que a referência ao *Centro Liberal* era vista como uma aquiescência ao poder exercido pelos chefes provinciais sobre a política local: “O Sr. L. R. P. escreve para todos os pontos deste distrito dizendo que o *centro liberal* tem de recomendar a ele e ao Dr. Hygino para deputados à próxima eleição. Duas perguntas a S. S. Que centro liberal é esse, de que pessoal se compõe? Ainda estamos no tempo do *consistório*, da *virga-ferrea*? Outra vida, Sr. *escritor de cartas do Jornal do Commercio*, as bichas não pegam. *Um liberal, porém não das histórias*”.<sup>234</sup>

O articulista também sugeriu, nesse excerto, que a influência do diretório nacional sobre as decisões do diretório provincial assemelhava-se à influência que o antigo diretório nacional do partido, que à época era denominado pelos seus críticos como *consistório*, exercia sobre as instâncias locais da agremiação. Assim, por meio desse texto nota-se que a ameaça do retorno da ingerência do diretório nacional ainda causava apreensões na esfera regional.

<sup>233</sup> *Correio Mercantil*, 8 de outubro de 1867, p. 2.

<sup>234</sup> *Correio Mercantil*, 9 de janeiro de 1867, p. 3. Grifos no original.



No âmbito dos municípios, os diretórios também possuíam autonomia para definir o modelo administrativo e as formas de realização de processos decisórios. Em 1867, foi criado o diretório liberal de Tamanduá, município de Minas Gerais. Nessa ocasião, os membros do diretório foram escolhidos por meio de escrutínio secreto. Houve, pois, o abandono da nomeação de um chefe supremo e do procedimento de aclamação dos membros da Mesa Diretora. A autonomia para a concepção do modelo administrativo do diretório municipal é aferida pelo fato de que, em Tamanduá, nessa oportunidade, não havia hierarquia de funções. Antes, o diretório era comandado por três membros permanentes e havia, ainda, três membros suplentes.<sup>235</sup>

Nesse quadro, a criação do Centro Liberal representou um processo de definição de critérios para o relacionamento entre as instâncias do partido e para a consolidação de uma rotina de atividades das unidades do partido. A criação do Centro Liberal, porém, não implicou a perda de autonomia dos diretórios provinciais e municipais para a formulação de seus próprios parâmetros de administração partidária. Um dos elementos dessa autonomia consistia no fato de que a criação de um diretório era iniciativa espontânea das elites locais. Ou seja, tal criação não era decorrente de um plano nacional de expansão de diretórios. As elites locais implantavam esses diretórios como estratégia para manter o partido unido em épocas eleitorais, e também para mantê-lo organizado do ponto de vista administrativo.

Em 1878, por exemplo, foi criado um diretório liberal no município fluminense de Rio Bonito. Esse diretório foi, pois, denominado de *Centro Liberal*: “Houve, no dia 24 do corrente, na vila do Rio Bonito, uma numerosa reunião do partido liberal, presidida pelo distinto advogado deste foro o Dr. Luiz Manuel Mendes Velloso, o qual declarou que o fim da reunião era constituir-se ali um centro liberal, afim de que se tornassem mais eficazes os seus esforços no próximo pleito eleitoral”.<sup>236</sup>

Em suma, a criação, a dissolução e a reorganização de diretórios regionais eram eventos que ocorriam conforme as condições e os interesses políticos das elites locais. Os dirigentes nacionais do Partido Liberal não possuíam o controle sobre o processo de interiorização de diretórios. Tal situação foi análoga ao caso do Partido Conservador, cuja interiorização de diretórios era uma consequência de projetos de poder de chefes locais da agremiação.

---

<sup>235</sup> *Correio Mercantil*, 19 de fevereiro de 1867, n. 50, p. 2.

<sup>236</sup> *Gazeta de Notícias*, 26 de julho de 1878, n. 204, p. 1.

### **1.5. – Adventícios na vida interna do Partido Liberal paranaense: o caso de Joaquim Dias da Rocha**

Nesta seção é reconstituído o percurso de um adventício, o médico baiano Joaquim Dias da Rocha (1838-1904), na administração do Partido Liberal e no jogo político do Paraná. Nesse âmbito, confere-se especial atenção aos processos decisórios dos quais participou nesse partido, aos obstáculos para a viabilização de suas pretensões eleitorais e à natureza de suas alianças com membros da elite regional. Demonstra-se, em suma, que o Partido Liberal paranaense, no princípio dos anos 1860, possuía ritos e critérios precisos para a tomada de decisões tais como a definição de candidaturas parlamentares.

Nesse contexto, os adventícios detinham a prerrogativa de participar desses processos decisórios. Por outro lado, o caso de Dias da Rocha permite salientar que, a despeito da oposição de lideranças regionais do partido, havia a possibilidade de os adventícios formarem o próprio séquito de correligionários.

\*\*\*

Dias da Rocha iniciara o seu percurso no Paraná a partir do exercício de cargos comissionados provinciais. Ele exerceu, por exemplo, o cargo de secretário de Governo, de 1860 a 1862. Conforme evidenciado na seguinte deste capítulo, o exercício desse cargo era peculiar àqueles que principiavam na atividade política e administrativa. Similarmente ao caso de Sérgio de Castro, Dias da Rocha rapidamente integrou-se nas disputas internas do Partido Liberal do Paraná. Fixado nessa província em 1858, de 1860 a 1862 ele exerceu um cargo geralmente destinado a jovens diplomados, a saber, o cargo de secretário de Governo.

O exercício desse cargo era uma importante etapa do treinamento desses jovens adventícios na vida política provincial, visto que no desempenho da função consolidavam suas alianças com personagens da elite política. As reflexões que Dias da Rocha elaborou por ocasião de sua demissão nesse cargo evidenciam que, aos 24 anos, ele já possuía contendores na vida política e administrativa paranaense.

Conforme evidenciado no estudo do percurso político de Sérgio de Castro, a nomeação para o cargo de Secretário de Província despertava, por vezes, um desacordo entre jovens que, em virtude de suas relações políticas, estavam em condições de ter acesso a esse cargo.

A destituição de um secretário de Governo, pelo presidente Antônio Barbosa Gomes Nogueira, era também um assunto que alcançou uma repercussão política. Assim, ao ser exonerado desse cargo em dezembro de 1862, em um contexto no qual a Liga Progressista controlava o Gabinete Ministerial, Dias da Rocha publicou uma carta no jornal

*Constitucional*, em janeiro de 1863. Nela, defendia a sua atuação à frente da Secretaria de Governo.<sup>237</sup>

Após sua demissão desse cargo, Dias da Rocha tornou-se ativo participante da vida interna do Partido Liberal paranaense. Todavia, os reveses que encontrou na sua atividade partidária evidenciam as desigualdades entre os bacharéis adventícios para alcançar êxito em seus planos eleitorais. A não obtenção de apoios e lideranças locais do partido foi o principal obstáculo que os adventícios encontraram para viabilizar tais planos.

\*\*\*

Em 1863, Dias da Rocha pleiteou, sem sucesso, ser indicado candidato a deputado geral pelo Partido Liberal. Portanto, nos primórdios da vida política paranaense encontram-se casos de jovens diplomados (locais e adventícios) que conquistaram a oportunidade de participar de processos eleitorais pelo Partido Liberal, bem como se envolveram em disputas referentes à conquista de influência na gestão do partido. Porém, contrariamente ao caso Sérgio de Castro, a perda da influência de Dias da Rocha no Partido Liberal paranaense esgotou-se em fins dos anos 1860. Nesse contexto, Dias da Rocha era um correligionário que não dispunha de apoios para viabilizar suas pretensões eleitorais. Para a realização do estudo do ocaso da atividade partidária desse adventício, é imperioso desenvolver a análise de um texto por ele publicado no *Dezenove de Dezembro*, em outubro de 1863.

A respeito desse texto, compete dedicar atenção para o modo como o autor reconheceu as dificuldades que o impeliram a desistir de sua candidatura a deputado geral. Tais informações foram produzidas com a finalidade de responder ao correspondente de um órgão da imprensa carioca, que afirmara que essa desistência derivava de seu isolamento no Partido Liberal.<sup>238</sup>

Contudo, uma informação publicada no *Correio Mercantil* em julho de 1863 já antecipava que Dias da Rocha poderia renunciar à sua candidatura caso não obtivesse o apoio das lideranças nacionais do Partido Liberal. Antes de renunciar, porém, ele se manteve como um contendor de Jesuíno Marcondes. Essa competição com Marcondes ocorreu em um contexto em que esse bacharel também enfrentava resistências à sua candidatura pelo Partido Liberal.

Ao mesmo tempo, a informação transcrita a seguir, cujo autor é o correspondente daquele jornal em Curitiba, evidencia que a escolha dos candidatos a deputado geral pela grei liberal era controlada pelos membros do diretório nacional da agremiação. Portanto,

---

<sup>237</sup> *Constitucional*, 1º de janeiro de 1863, n. 1, p. 3. Grifos no original.

<sup>238</sup> *Dezenove de Dezembro*, 28 de outubro de 1863, n. 128, p. 2. Grifo no original.

anteriormente à criação do Centro Liberal já funcionava, no Rio de Janeiro, um órgão responsável por gerir os processos de homologação de candidaturas nas províncias. Em suma, tal informação evidencia os limites da autonomia das elites regionais do Império para comandar localmente os partidos:

Depois de minha última carta tenho notado que o espírito público cahiu em uma espécie de letargia dormente a respeito das futuras eleições; por toda a parte reina um morno silêncio; não é elle, porém, o precursor de uma grande tempestade, não – é que todos esperam um *ultimatum* do centro director dessa corte. Consta-me que receberam-se cartas da Corte do Dr. Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá, que declaram apresentar-se ele candidato, nada sei, porém, ainda de positivo. O que não resta dúvida é que será eleito o Dr. Laurindo Abelardo de Brito, e quiçá o Dr. Jesuíno, mas supponho que a eleição do último será pleiteada, porque consta-me que algumas influências não o querem aceitar, e o Dr. Joaquim Dias da Rocha apresenta-se também sendo possível que resigne a sua candidatura só no caso de ser ella repelida pelo centro director.<sup>239</sup>

As informações supracitadas evidenciam o distanciamento de Dias da Rocha tanto de chefes liberais estabelecidos na região litorânea, tais como Manuel Alves de Araújo, quanto de chefes radicados na região planáltica, como Jesuíno Marcondes. A não obtenção do apoio do vice-presidente do Paraná, o pernambucano Sebastião Gonçalves da Silva, também consistiu em um obstáculo à viabilização de sua candidatura.<sup>240</sup>

Segundo o correspondente do *Constitucional*, o vice-presidente do Paraná era partidário do candidato apoiado pelos chefes nacionais do Partido Liberal, a saber, Jesuíno Marcondes. Ou seja, o excerto transcrito a seguir comporta uma evidência de que chefes nacionais dos partidos monárquicos desempenham destacada influência nos pleitos para o cargo de deputado geral: “O Dr. Dias da Rocha, único competidor do Dr. Jesuíno, desistiu da sua candidatura dizem que por influência e pedidos da presidência. Não admira a desistência do candidato que teria de naufragar desde que o Sr. Sebastião o abandonava, mas é admirável que este tendo, segundo se diz, imposto e se empenhado pela eleição do seu amigo [Joaquim Dias da Rocha] fosse tão fraco que desistisse de tudo só pelas ameaças do diretório e pretensão do Dr. Jesuíno. Nesta infeliz província o *progresso* venceu completamente. O Sr.

<sup>239</sup> *Correio Mercantil*, 30 de julho de 1863, n. 208, p. 1.

<sup>240</sup> Uma das consequências do embate entre o adventício Dias da Rocha e os chefes locais do Partido Liberal consistiu no fato de que houve uma articulação para excluí-lo da chapa de candidatos liberais à Assembleia Provincial naquele ano de 1863. Todavia, ao final, ele foi eleito deputado provincial. Leia-se, pois, o correspondente do *Constitucional*: “Para a assembléa provincial a coisa não correu tão favorável. Na confecção da chapa excluíram ao mesmo Dr. Dias da Rocha, sectário cego do partido dominante na província – o official. Tramou-se para sua derrota tudo quanto era possível; qualquer meio servia e dele se lançou mão. [...] Fechemos o que há de política dizendo que o Dr. Dias da Rocha apesar de toda guerra feita pelos atuais senhores da província, talvez tenha de entrar para a assembléa provincial”. *Constitucional*, 6 de outubro de 1863, p. 2.

[Teófilo] Ottoni deve estar satisfeito com a vitória”.<sup>241</sup> A despeito da desistência, Dias da Rocha recebeu sete votos em tal eleição.<sup>242</sup>

Em um texto publicado no *Dezenove de Dezembro*, em setembro de 1863, Dias da Rocha manifestou-se sobre tal votação. Atentar a esse texto possibilita salientar que os adventícios, no Partido Liberal do Paraná, conseguiram mobilizar um pequeno séquito de correligionários. Esse séquito não era suficiente, por certo, para garantir a eleição dos adventícios. Todavia, possuir um séquito de eleitores era operacional para negociar, por exemplo, o pertencimento a uma chapa eleitoral. O fragmento da carta de Dias da Rocha transcrito a seguir demonstra que controlar os votos de partidários da grei liberal possibilitava aos adventícios, ainda que circunstancialmente, realizar tratativas com os chefes regionais da agremiação. Mais precisamente, esses adventícios negociavam a concessão do apoio dos seus partidários às lideranças da agremiação:

A minha candidatura à câmara dos deputados foi pública nesta província, particularmente e fora dela; porque dous jornais da corte a mencionaram, em cartas particulares d'aqui endereçadas. Ora, publicando-se agora tal votação, acreditar-se-hia que a minha pretensão era demasiado exagerada, que não era uma veleidade. É esta suposição que pretendo remover, narrando perfunctoriamente o que ocorreu acerca do assunto. Tentei, com efeito, pleitear um dos lugares à câmara quatrienal, pondo em contribuição os recursos de alguns amigos e afeiçoados. Logo, porém, depois de conhecido o resultado da eleição primária, entendi que as probabilidades de triumpho tinham desaparecido e concentrei-me no círculo da vida doméstica, applicando-se à pequena clínica de médico obscuro e novel. Apesar disto, acordaram aqueles que patrocinavam a minha candidatura em permanecer no intento e conceder-me os votos com que contávamos; ainda certos de que não influíam no resultado final da eleição. Neste ínterim um dos candidatos, e cuja victoria era certa, manifestou desejos de conferenciar comigo. Propus-lhe, então, a concessão de votação de que podia dispor se nos concedesse três lugares na assembleia provincial, para companheiros, que haviam figurado na legislatura passada, e tinham sido excluídos da futura. A proposta não foi aceita por inoportuna: era tarde. Não obstante a recusa, fundada em razão plausível, pediu-se o distinto candidato que lhe cedesse os votos que me reservavam e eu mesmo solicitasse para si. Acedi aos seus desejos e dirigi-me aos meus amigos, declarando-lhes que o prometera e instando para que não tivesse eu um único voto. Deles, só três neste colégio e quatro no de Paranaguá não me atenderam. Assim, pois, fica claro que desisti da minha candidatura e que dispunha de alguns elementos para pleitear. Mais ainda. Que os poucos votos que tive exprimem tão somente a manifestação de gratidão, que não quer perder uma oportunidade para traduzir-se em fatos.<sup>243</sup>

Tais informações evidenciam, ainda, uma dimensão sobre a vida interna do Partido Liberal nas províncias no período anterior à criação do Centro Liberal. Essa dimensão era a inexistência de regras precisas para a definição de chapas de candidatos. Nesse quadro, tal definição era sobremaneira condicionada pelo arbítrio das lideranças partidárias ou por

<sup>241</sup> *Constitucional*, 6 de outubro de 1863, p. 2. Grifo no original.

<sup>242</sup> *Dezenove de Dezembro*, 12 de setembro de 1863, n. 415, p. 2.

<sup>243</sup> *Dezenove de Dezembro*, 16 de setembro de 1863, n. 416, p. 3.

negociações entre esses chefes e correligionários que detinham menor influência e projeção no interior do partido.

\*\*\*

Cabe também ressaltar que, ao tempo em que buscava viabilizar sua candidatura a deputado geral, Dias da Rocha afirmou que tinha como aliado político o negociante Manuel Leocádio de Oliveira. Todavia, conforme evidenciado acima, à época da eleição de 1863, esse negociante já se desligara da grei liberal. Porém, um fator que também impediu a concretização da candidatura de Dias da Rocha decorreu do fato de que os eleitores da região litorânea, escolhidos naquele ano, pertenciam ao grupo político de Manuel de Araújo.

Cabe mencionar que, após essa frustrada tentativa de candidatar-se a deputado geral, Dias da Rocha ainda permaneceu envolvido na vida interna do diretório do Partido Liberal de Curitiba. Atentar a uma informação referente à sua participação nesse diretório possibilita evidenciar o caráter centralizado da escolha de candidatos do partido às eleições municipais daquele ano. Essa informação é datada de agosto de 1864: “Para tratarem da próxima eleição reuniram-se ontem alguns membros do partido liberal em casa do sr. coronel Manuel Antônio Ferreira e nomearam, para confeccionar a chapa de vereadores e juízes de paz que tem de funcionar no quadriênio de 1865 a 1868, uma comissão composta dos seguintes senhores: Coronel Manuel Antônio Ferreira, Tenente coronel Benedicto Enéas de Paula, Tenente coronel João Manuel da Cunha, Tenente coronel Francisco de Paula Guimarães, Dr. Joaquim Dias da Rocha, Dr. José Cândido da Silva Murici”.<sup>244</sup>

No diretório liberal do município de Bananal, a escolha de candidatos a vereador e juízes de Paz era efetuada por uma seleta comissão. Contudo, a formação dessa comissão fora previamente autorizada pelos correligionários que compareceram, em número de quatrocentos, a uma reunião do diretório.<sup>245</sup> Ou seja, a centralização da decisão de escolha de candidatos fora uma opção previamente acordada com os filiados à grei. No diretório liberal da cidade de São Paulo, em 1864, também fora instituída uma comissão para definição os candidatos à eleição municipal. Contudo, definiu-se que a escolha dos candidatos seria realizada após os membros da comissão consultarem “previamente a opinião dos votantes”.<sup>246</sup>

Nesse contexto, portanto, já se evidenciava o caráter multifacetado dos modelos de administração partidária. Assim, em 1863, o correspondente do *Correio Mercantil* na Bahia

<sup>244</sup> *Dezenove de Dezembro*, 20 de agosto de 1864, n. 513, p. 2.

<sup>245</sup> *Correio Paulistano*, 06 de setembro de 1864, p.1.

<sup>246</sup> *Correio Paulistano*, 24 de agosto de 1864, p. 2.

elogiou o processo de escolha de candidatos a deputado provincial pelo Partido Progressista daquela província. Segundo o articulista, tal processo consistiu em uma etapa inicial da democratização da escolha de candidatos. No entendimento do correspondente, essa democratização era representada pela redução do poder das parentelas na gestão do partido. O correspondente acentuou, pois, que houve uma renovação dos nomes da chapa de candidatos:

No dia 25 [de setembro] último reuniu-se o directorio do partido progressista para indicar os candidatos à deputação provincial, cuja eleição é no dia 30 do corrente. Da lista dos candidatos apresentados colhe-se que só presidiu a escolha a conveniência política. Deu-se um grande passo; a políticas das *relações pessoais* entre nós, se continuarmos assim, ficará no domínio exclusivo do passado. Deixarão de ser apresentados muitos nomes que pelo hábito em que estavam de ver, primeiro que tudo, atendidos os interesses da amizade e das relações de família, consideravam-se como infalíveis na indicação.<sup>247</sup>

Nessa época, o diretório progressista da Província de Pernambuco realizava sessões regulares. A suspensão temporária dessas sessões, em 1863, não implicou a dissolução do diretório. Antes, houve deliberação para manter em funcionamento aquele órgão partidário. Conforme o articulista do *Correio Mercantil*,

O directorio do partido *progressista*, em sessão de hontem [13 de dezembro], tomando em consideração os interesses do partido nesta província, e atendendo a que grande número de seus membros, deputados gerais, tem de retirar-se para a Corte, resolveu que durante a estada destes fora da província ficassem suspensas as suas sessões, e para velar nos interesses do partido e na conservação e sustentação do *Progressista* nomeou a seguinte comissão, composta de quinze membros [...].<sup>248</sup>

Porém, o processo democratização da vida interna do diretório liberal de Pernambuco não se concretizou. Ao mesmo tempo, não ocorreu nesse diretório a consolidação de uma rotina marcada por formas previsíveis de participação dos correligionários. Em 1880, por exemplo, permaneciam oligárquicos os processos de definição de candidaturas. No referido ano, foram apenas os deputados gerais e deputados provinciais do partido que organizaram a chapa de candidatos à senatoria por aquela província.<sup>249</sup>

\*\*\*

Portanto, Dias da Rocha pertenceu ao Partido Liberal em um momento no qual já se delineavam, em diferentes províncias, regras precisas para a convocação de reuniões, bem

<sup>247</sup> *Correio Mercantil*, 07 de outubro de 1863, n. 275, p. 1.

<sup>248</sup> *Jornal do Commercio*, 19 de dezembro de 1863, n. 347, p. 2.

<sup>249</sup> *Gazeta de Notícias*, 7 de abril de 1880, n. 06, p. 1.

como para a participação de correligionários em processos decisórios dos diretórios. A análise de uma deliberação ocorrida em agosto de 1864 no diretório liberal do município de Bananal, em São Paulo, evidencia que os correligionários da agremiação delegavam a uma comissão a prerrogativa de formar as chapas de candidatos a vereador e a juiz de paz. Portanto, nos diretórios liberais existia uma eleição primária, por meio da qual seria escolhida uma comissão eleitoral. Nesse contexto, a existência de um diretório era apreendida como uma forma de evitar a instauração de um modelo oligárquico de gestão partidária:

Bananal. 22 de agosto de 1864. Teve ontem lugar uma reunião geral do partido liberal deste município, em casa do Sr. Major Antônio José Nogueira, para se organizar as chapas de vereadores e juizes de paz, que têm de ser apresentada na próxima eleição do dia 7 de setembro. O directorio do partido sempre solícito e escrupuloso no desempenho da árdua missão que lhe foi confiada, e não querendo que em seus actos apareça sequer um vislumbre de ditadura, desconhecendo a nobre origem donde partiu, entendeu que devia solicitar de seus comitentes um mandato especial para a confecção das chapas. O resultado desse louvável apelo ao partido correspondeu perfeitamente à sua expectativa. O brilhante concurso de quatrocentos e tantos operários da liberdade, acudiu pressuroso à voz de seus chefes e investiu-lhes de amplos poderes de escolher os nomes, que devem compor as chapas do dia 7.<sup>250</sup>

Em determinadas circunstâncias, a definição de candidaturas a deputado provincial, no início dos anos 1860, era realizada apenas pelos chefes das agremiações partidárias. Nesse contexto, cabe destacar que a existência de diretórios partidários não propiciava condições iguais aos correligionários de participar de processos decisórios. Nesse quadro, cumpre atentar a um episódio da história eleitoral de Alagoas. Em 1863 houve nessa província eleição para a Assembleia Legislativa. De acordo com o correspondente do *Correio Mercantil*, no Partido Progressista os candidatos seriam escolhidos pelas lideranças do diretório regional. Mais precisamente, a escolha seria realizada por meio de tratativas entre as lideranças do partido enraizadas nas freguesias da província. Leia-se, pois, o seguinte comentário do correspondente:

Feita assim a eleição primária em paz, a [eleição] secundária só trará luta entre os candidatos, que aqui na província só poderá estabelecer-se entre os do mesmo partido. No dia 26 vai haver uma reunião dos influentes das diversas freguesias para deliberar-se sobre as candidaturas. Aquelas que parecem já aceitas pelo partido progressista são as do Srs. José Ângelo, Esperidião, Bastos e Ambrósio. A do Sr. Carlos Lobo não é menos aceita, e até o partido a sustenta com entusiasmo, mas a cessão que ele faz em favor do seu mano, o Dr. Aristides Lobo, é que parece encontrar oposição de alguns membros do partido. Será principalmente para resolver sobre esta candidatura que a reunião é feita, pois, diz o *Jornal de Maceió*, que ela foi convocada pelo directorio do partido a pedido do Dr. Carlos Lobo.<sup>251</sup>

<sup>250</sup> *Correio Mercantil*, 26 de agosto de 1864, n. 236, p. 6.

<sup>251</sup> *Correio Mercantil*, 27 de agosto de 1863, n. 235, p. 2.



Nessa época, a centralização de decisões era passível de gerar animosidades entre os chefes provinciais do partido e os eleitores de municípios interioranos. Em 1862, liberais do município paulista de Mogi das Cruzes publicaram manifesto contrário à exclusão de candidatos por eles sugeridos ao Centro Liberal de São Paulo. Os líderes do Centro, portanto, não acataram a recomendação de incluir dois candidatos em uma chapa de deputado provincial.<sup>252</sup>

De outra parte, o estudo sobre os processos de definição de candidaturas a deputado provincial possibilita o conhecimento sobre o funcionamento dos diretórios partidários. Mais especificamente, tal estudo evidencia a natureza oligárquica da tomada de decisões nesses diretórios. Esse caráter oligárquico das decisões gerava, por vezes, confrontos entre os chefes da agremiação e os correligionários detentores de menor poder. Em suma, nota-se que os diretórios eram também espaços de eventuais confrontos entre desiguais. Nesse contexto, cumpre dedicar atenção a um episódio da história eleitoral de Pernambuco, datado de 1863.

Nesse ano, Antônio Egídio de Castro Fonseca pretendia candidatar-se a deputado provincial por essa província. Ele pleiteara ser candidato pelo 1º distrito eleitoral da província. Todavia, os chefes do partido inscrevem-no como candidato do 4º distrito. Ao final, o aludido candidato não foi eleito. Assim, ele publicou um texto no qual criticava os dirigentes regionais do partido:

Quando tive a notícia de que o partido progressista, cuja máxima parte é o partido liberal, havia triunfado quase unanimemente no 1º distrito eleitoral de minha província, Pernambuco, resolvi apresentar-se candidato a deputado provincial, na próxima eleição [...]. Se não tinha o direito de exigir que me incluísse na lista apresentada ao 1º distrito, tinha o [direito] de exigir que fossem tão leais comigo quanto fui com os que hoje me tratam de modo diferente, e quanto tenho sido com os meus amigos e correligionários da corte e do Rio de Janeiro, mesmo os meus adversários. Tinha o direito de exigir que não me incluíssem na lista do 4º districto, publicada no *Progressista*, somente para satisfazer ao pedido espontâneo de um amigo meu da corte. Desde que não pude merecer as honras de ser compreendido na lista do 1º districto, queria antes que não se me incluíssem em outro, *pro formula*, para se me fazer passar por uma pretendida derrota. Não me queixo de todos os cavalheiros que constituem o directorio o do partido progressista na minha província. Alguns são amigos em que confio; outros são adversários da véspera, que não se entenderam ainda comigo, e outros talvez quisessem punir-se por algum pecado reservado.<sup>253</sup>

Nos anos 1860, portanto, a tomada de decisões nos diretórios partidos possuía um caráter oligárquico. Entretanto, a criação desses diretórios consistiu em uma incipiente tentativa de reger a atividade das agremiações no interior das províncias. A despeito das

---

<sup>252</sup> *Correio Paulistano*, 28 de novembro de 1867, p. 3.

<sup>253</sup> *Correio Mercantil*, 17 de dezembro de 1863, n. 345, p. 3.

restrições à ampla participação dos correligionários na vida administrativa dos diretórios, a existência desses órgãos era encarada, no princípio dos anos 1860, como uma possibilidade de atenuar as arbitrariedades de determinados chefes e parentelas na gestão dos partidos.

Para corroborar este argumento, cumpre dedicar atenção a um episódio da vida interna do diretório do Partido Progressista na Bahia. Em 1863, ocorreu nessa província a escolha dos candidatos do partido à Assembleia Legislativa. O correspondente do *Correio Mercantil* destacou que as deliberações do diretório atinentes a essa escolha permitiam superar a influência de determinadas parentelas sobre a vida da agremiação naquela província:

No dia 25 último reuniu-se o directorio do partido progressista para indicar os candidatos a deputado provincial, cuja eleição é no dia 30 [de outubro] do corrente. Dá lista de candidatos apresentados colhe-se que só presidiu a escolha a conveniência política. Deu-se um grande passo: a política das relações pessoais entre nós, se continuarmos assim, muito em breve ficará no domínio exclusivo do passado. Deixaram de ser apresentados muitos nomes que pelo hábito em que estavam de ver, primeiro que tudo, atendidos os interesses da amizade e das relações de família, consideravam-se infalíveis na indicação; e pela primeira vez talvez na Bahia viu-se a política subir à altura em que realmente merece conservar-se. Não digo que fossem indicados os únicos nomes capazes de comporem a lista de deputados provinciais da Bahia, ainda que fossem todos os mais dignos. Mas na presente conjuntura outro não podia ser o proceder do directorio. O Dr. Casimiro de Sena Madureira, que até a eleição geral reconhecia o direito de iniciativa do directorio na apresentação dos candidatos do partido, que tanto via no directorio uma entidade regularmente creada, que em certa questão andou pedindo a assinatura dos membros do directorio, agora na eleição provincial afasta-se dele, negando-lhe esse direito de iniciativa no 3º districto, a que chama de *seu* círculo. Claro está que, se tal direito não pertence ao directorio, autoridade política constituída por aclamação ao povo, muito menos cabe ao Dr. Casimiro.<sup>254</sup>

Desse modo, o princípio da década de 1860 foi marcado pela consolidação das prerrogativas dos diretórios, em detrimento das chefias partidárias. Nesse contexto, portanto, foi principiado o aperfeiçoamento das regras e atribuições dos diretórios provinciais e municipais. Quando houve a criação do Centro Liberal, em 1868, os diretórios liberais nas províncias já se encontravam organizados. Em 1868, por exemplo, ocorreu a eleição de Ignácio José de Moraes para o cargo de presidente do diretório liberal de Curitiba.<sup>255</sup>

O processo de escolha de candidatos à Câmara dos Deputados, no Segundo Reinado, poderia suscitar dissensões entre os correligionários de um mesmo partido. Nesse âmbito, trata-se de mencionar que, em 1863, a definição do candidato do Partido Liberal a deputado geral pelo 3º distrito eleitoral da Província do Rio de Janeiro também gerou um confronto entre um candidato preterido e os gestores do diretório provincial da agremiação.

<sup>254</sup> *Correio Mercantil*, 7 de outubro de 1863, n. 236, p. 1.

<sup>255</sup> *O Paranaense*, 14 de junho de 1879, n. 182, p. 3.

Conferir atenção a esses conflitos possibilita evidenciar as características e desdobramentos das lutas internas aos diretórios partidários provinciais. Mais especificamente, as informações transcritas a seguir demonstram que a escolha de candidatos era um momento que favorecia o surgimento de contendas e dissidências em um diretório provincial. Ao mesmo tempo, essas informações evidenciam que um processo de escolha de candidato a deputado geral poderia ocorrer de maneira centralizada. O candidato preterido, Honório Francisco Caldas, publicou a seguinte carta no jornal *Correio Mercantil*:

Com a alma repassada de dor pela deslealdade que o illustre directorio do partido liberal acabou de praticar comigo, mas com espírito inteiramente calmo e reflectido, eu venho à imprensa declarar a meus amigos que despoticamente fui excluído de candidato à deputação pelo 3º districto do Rio de Janeiro. Assim procedendo, eu não desejo que, nem por pensamento, meus dous illustres amigos, companheiros leaes na luta e nos sacrifícios, se liguem agora à minha sorte prejudicando suas candidaturas. Esses cavalheiros, que tanto se recomendam pelo seu alto merecimento à consideração do corpo eleitoral, são os distinctos Srs. Dr. Joaquim Manuel de Macedo e Dr. José Fernandes Moreira. Eu não curvarei minha cabeça por ferirem meu pundonor; e ninguém julgue que assim falando oculto sentimentos de um vil ambicioso. [...] É isto apenas um protesto somlene para o meu desabafo depois da eleição, que não solto agora para não *fazer medo* e fortificar as teas de aranha em que está embaraçado o illustre directório. Honorio Francisco Caldas. Rio, 29 de agosto de 1863.<sup>256</sup>

Nesse período, houve a tensão entre o diretório liberal de São Paulo e os seus correligionários freguesia de Pinheiros, no município de Queluz. Em 1863, José Novaes de Aguiar e Tobias de Freitas Aguiar admoestaram criticaram, por meio da imprensa, o fato de os liberais daquele município não terem a faculdade de indicar candidaturas. Antes, as candidaturas eram impostas pelo diretório ou *Centro Liberal* de São Paulo.<sup>257</sup>

Assim, não existia, no Partido Liberal, um modelo unificado de participação dos correligionários nos processos decisórios da agremiação. Em setembro de 1866, por exemplo, o diretório nacional da agremiação convidou os liberais da cidade do Rio de Janeiro para comparecerem a uma reunião para decidir sobre candidaturas ao Senado. O único critério de participação nesse encontro era ser eleitor na capital do Império. Conforme o articulista do *Correio Mercantil*, “Consta-nos que os eleitores do município neutro reunir-se-hão hoje, às 5 horas da tarde, a convite do club central do partido liberal, afim de tratar-se do preenchimento das duas vagas ora existentes ao Senado”.<sup>258</sup>

Nessa época, havia uma diferença entre os diretórios liberais quanto ao grau de participação dos correligionários em processos de definição de candidaturas parlamentares.

<sup>256</sup> *Correio Mercantil*, 30 de agosto de 1863, p. 3.

<sup>257</sup> *Correio Mercantil*, 06 de novembro de 1863, n. 305, p. 2.

<sup>258</sup> *Correio Mercantil*, 5 de setembro de 1866, n. 246, p. 2.

Tal oscilação era uma consequência da ausência de regras precisas para os ritos de lançamento de candidaturas e de participação dos correligionários na vida interna dos diretórios.

\*\*\*

Nesse contexto, a ausência de apoio junto ao diretório regional poderia implicar a aproximação do candidato preterido com membros da grei adversária. Portanto, Dias da Rocha buscou viabilizar a sua candidatura por meio da conquista do apoio de um chefe do Partido Conservador. A aproximação com esse negociante consistiu, pois, no princípio da inserção de Dias da Rocha em tal agremiação. Em suma, o agravamento do isolamento de Dias da Rocha no Partido Liberal impeliu-o a se transferir para o partido adversário, pelo qual foi eleito deputado geral em 1869. Mais amplamente, cabe destacar que as cisões internas às seções provinciais do Partido Liberal datavam do período em que essa agremiação permanecia no controle do Gabinete Ministerial.

Para evidenciar que as cisões entre correligionários do Partido Liberal, antes da queda dessa grei do comando do Gabinete, em 1868, não eram circunscritas ao Paraná, cumpre destacar um episódio da história política de São Paulo. Tal episódio é datado de junho de 1868. Dessa forma, o caso da deserção partidária de Dias da Rocha inscreve-se em um momento no qual as disputas internas no Partido Liberal ocasionavam desde a perda de correligionários ao enfraquecimento do poder de lideranças regionais da grei. Nessa época, os liberais paulistas encontravam-se divididos. Ao mesmo tempo, essas divisões ocasionaram a redução da influência das lideranças regionais do partido junto ao Governo Imperial.

De outra parte, tais cisões atenuavam o empenho dos correligionários para realizar, por exemplo, a defesa da atuação do seu partido à frente do Gabinete. A ausência do apoio das províncias, por conseguinte, era decisivo para solapar as chances de uma agremiação permanecer no controle da administração imperial.

Segundo o correspondente do *Correio Mercantil*, nessa época os conservadores paulistas mostravam-se unidos. Conforme demonstrado neste capítulo, os períodos em que as agremiações permaneciam fora do Gabinete eram ocasiões propícias para a unidade partidária. Leia-se, pois, as seguintes considerações do referido correspondente. Essas considerações estão contidas em um comentário sobre o veto do presidente interino de São Paulo, Joaquim Floriano de Toledo, a um projeto de lei apresentado pelo liberal João da Silva Carrão. Tal projeto era referente à divisão da Paróquia de Santos:

Dirão com seus botões estes senhores que a influência política do conselheiro Carrão e do tenente-coronel Forjaz é nula em relação aos homens do governo, pois, empenhando-se pelo projeto de lei, não conseguiram do conselheiro Saldanha Marinho a aprovação do mesmo projeto e acabam de ver a sanção negada pelo vice-presidente Joaquim Floriano. Tudo isto mostra evidentemente a falta de harmonia e elementos de desordem que existem no seio do partido liberal desta província, onde não se conhece o terceiro partido, tão bem denominado por alguns – o partido da barriga. Aqui há ou liberais ou conservadores; aqueles brigados entre si; estes, unidos e compactos formando uma família política numerosa e pujante. A prova deste dismantelamento de uns e fortaleza de outros te-la-há o público daqui alguns meses nas eleições municipais. [...] Entretanto, a propósito ainda da política provincial, começa-se a estranhar por aqui a pouca solicitude dos deputados gerais por esta província em acudir e salvar o gabinete de 3 de agosto dos apuros em que se está vendo. [...] Parece, porém, que o gabinete está tão mal visto que os próprios amigos não se apressam em ampará-lo e, quem sabe, desejam intimamente a sua queda para ver terminada tanta humilhação”.<sup>259</sup>

No âmbito do Paraná, o distanciamento entre Dias da Rocha e os chefes liberais da província não impediu que o primeiro permanecesse integrado em políticas de nomeações. Dessa forma, o afastamento em relação a chefes regionais do partido governista não inviabilizava a manutenção de relações com os presidentes de província. O distanciamento entre Dias da Rocha e as lideranças liberais do Paraná não inviabilizou a sua permanência em políticas de nomeações provinciais.

Assim cabe salientar que ele exerceu o cargo no primeiro escalão do Governo Provincial, a saber, o cargo de inspetor da Tesouraria da Província, em 1865 e 1868. Tratava-se de um contexto no qual o Governo Provincial encontrava dificuldades para evitar déficits.<sup>260</sup> O afastamento do Partido Liberal do comando do Gabinete, por seu turno, gerou a perda de correligionários. Realizado capítulo segundo, o estudo sobre a implantação do diretório provincial do Partido Conservador permite corroborar esta assertiva.

Nesse quadro, a informação de que Joaquim Inácio Silveira da Motta foi cogitado como candidato do Partido Liberal à Câmara dos Deputados em 1868 também evidencia a natureza mutável da relação de políticos adventícios junto ao partido no Paraná. Ao discorrer sobre os possíveis candidatos do Partido Liberal do Paraná ao cargo de deputado geral, o correspondente do *Diário do Rio de Janeiro* acentuou: “Os progressistas pleiteiam a eleição tendo como candidato o conselheiro Marcondes, ex-ministro da Agricultura e o Dr. Laurindo Abelardo de Brito, ou este com o Dr. Manuel Alves de Araújo, ou qualquer um deles com o Dr. Silveira da Motta”.<sup>261</sup> Conforme evidenciado nesta seção, nessa oportunidade Silveira da Motta também buscou lançar a sua candidatura a deputado geral pelo Partido Conservador.

\*\*\*

<sup>259</sup> *Correio Mercantil*, 15 de junho de 1868, n. 165, p. 1.

<sup>260</sup> *Dezenove de Dezembro*, 03 de fevereiro de 1866, n. 662, pp. 2.3.

<sup>261</sup> *Diário do Rio de Janeiro*, 24 de dezembro de 1868, n. 352, p. 1.

Após a conclusão do seu mandato na Câmara dos Deputados, Dias da Rocha não desempenhou posições de relevo na vida partidária regional. Nesse âmbito, cumpre mencionar que, na condição de deputado geral, ele atuou como um opositor do Gabinete Ministerial presidido pelo Visconde de Itaboraí, do Partido Conservador. Tal postura arruinou as suas condições de permanecer integrado ao Partido Conservador do Paraná. Ou seja, o seu distanciamento em relação aos líderes regionais desse partido teve impactos na sua atividade parlamentar. Acerca da conduta oposicionista assumida por Dias da Rocha durante o seu mandato de deputado geral, atente-se às seguintes considerações apresentadas pelo redator do jornal *A Reforma*, em agosto de 1871:

No expediente da câmara dos deputados lê-se um requerimento do Sr. deputado Dias da Rocha, pedindo licença para ir tomar ares fora da corte, enquanto se discute o elemento servil. O Sr. Dias da Rocha era da opposição, mas é designado pelo Paraná. Ora, o Sr. ministro de estrangeiros [Manuel Francisco Correia], seu colega de designação, achava se humilhado com a falta de prestígio que decorria da opposição do Sr. Dias da Rocha. É provável que o Sr. Corrêa adquirisse o perdido prestígio e que o Sr. Dias da Rocha vá tomar ares na praia da Glória.<sup>262</sup>

A perda de espaço tanto no Partido Conservador quanto no Partido Liberal motivou a transferência de Dias da Rocha para o Rio de Janeiro, onde exerceu, em 1876, o cargo de inspetor-geral da Instrução Pública dessa província. Segundo a *Gazeta de Notícias*, Dias da Rocha teria sido convidado a presidir a província do Piauí, em 1876. Porém, ele não aceitou a nomeação, alegando motivo de saúde.<sup>263</sup>

A sua nomeação ocorreu, pois, em um momento no qual essa província era administrada por um conservador, o bacharel baiano Francisco Xavier Pinto de Lima.<sup>264</sup> Tal informação evidencia o derradeiro envolvimento de Dias da Rocha em esquemas de nomeação que garantiam o acesso a cargos permitiam o desempenho de influência sobre a política provincial. Nesse sentido, o esgotamento de sua atuação do Partido Conservador do Paraná não criou obstáculos à obtenção de oportunidades junto aos políticos que geriam o partido no âmbito nacional.

Na década seguinte, o seu filho, o bacharel Joaquim Dias da Rocha Filho, também obteve nomeações nessa província. Ele exerceu, por exemplo, o cargo de Promotor Público na comarca da Paraíba do Sul, em 1887, época em que João Maurício Wanderley (Barão de

---

<sup>262</sup> *A Reforma*, 5 de agosto de 1871, n. 176, p. 2.

<sup>263</sup> *Gazeta de Notícias*, 19 de maio de 1876, p. 2.

<sup>264</sup> *Diário do Rio de Janeiro*, 08 de novembro de 1876, n. 302, p. 2.

Cotegipe), do Partido Conservador, era o presidente do Conselho de Ministros, e Antônio da Rocha Fernandes Leão era o presidente do Rio de Janeiro.<sup>265</sup>

Nota-se, portanto, que a participação em esquemas de nomeações geridos pelo Partido Conservador consistiu no refúgio de Dias da Rocha em um contexto em que se esgotara a sua influência no jogo partidário paranaense. O retorno de Dias da Rocha, pai, ao Paraná ocorreu no princípio do período republicano. Nesse contexto, foi professor do Ginásio Paranaense na década de 1890. Nesse contexto, foi também diretor-geral da Instrução Pública do Estado, de 1896 a 1897. As tentativas de Dias da Rocha para retornar à vida partidária não tiveram êxito. Quando retornou ao Paraná, ele buscou retomar a sua carreira política. Em 1899, disputou a eleição para deputado estadual, mas não foi eleito.<sup>266</sup> Em síntese, o destino político desse indivíduo, após a perda de espaço no jogo partidário paranaense, foi marcado pelo envolvimento em esquemas de nomeações para cargos públicos.

O estudo sobre esses dois destinos políticos possibilita, em síntese, atentar a um importante aspecto da vida interna do Partido Liberal paranaense. Verifica-se que, no princípio dos anos 1860, já vigoravam formas de competição internas aos correligionários dessa agremiação, inclusive entre os adventícios. O aprofundamento dessa competição ocasionou a mudança partidária e a migração de seus correligionários para outras províncias.

Ao final dessas disputas, os jovens bacharéis pertencentes a setores da elite social paranaense mantiveram-se no controle dos esquemas eleitorais. Aos adventícios, portanto, coube a acomodação em posições mais subalternas na vida partidária e administrativa do Paraná. Ainda, a esses indivíduos restou a retomada da carreira política em outras províncias por meio da inserção em esquemas de nomeações para cargos comissionados.

### **1.5.1. – A competição interna ao Partido Liberal paranaense e os fatores do esgotamento de carreiras políticas: o caso de Sérgio Francisco de Souza Castro**

Nesta seção é dedicada atenção ao percurso político do bacharel Sérgio Francisco de Souza Castro (1840-1921), natural do município paulista de Iguape. Cumpre evidenciar, inicialmente, a célere absorção desse adventício aos esquemas eleitorais do Partido Liberal. Todavia, é ressaltado que essa aproximação esgotou-se já nos anos 1870. Esse esgotamento era decorrente, pois, pela competição acerca de maior influência e projeção no interior

---

<sup>265</sup> *Gazeta Paranaense*, 15 de dezembro de 1887, n. 280, p. 2.

<sup>266</sup> *A República*, 2 de setembro de 1899, n. 197, p. 2.

daquela agremiação. Portanto, de modo análogo ao caso do Partido Conservador paranaense, houve, no Partido Liberal, a ocorrência de divergências entre locais e adventícios.

Ao mesmo tempo, trata-se de salientar que tais divergências geraram obstáculos para a consolidação de um modelo de gestão regrado e estável no Partido Liberal do Paraná. Ou seja, os conflitos regionais apresentavam-se como barreiras para a plena execução do projeto de disciplinar a vida interna do partido em âmbito provincial. De todo modo, os liberais paranaenses, sob o comando de Sérgio de Castro, não abdicaram do projeto de manter diretórios funcionando de maneira regular na época em que a agremiação estivera na oposição ao Gabinete Ministerial, nos anos 1870. Assim, a manutenção de diretórios liberais na capital e no interior do Paraná foi um aspecto inerente à estratégia do partido, naquele contexto, para permanecer politicamente ativo.

\*\*\*

O envolvimento em esquemas de nomeações para cargos provinciais foi fundamental para o ingresso de Sérgio de Castro na vida política paranaense. Em 1862, um ano após se graduar pela Faculdade de Direito de São Paulo, ele foi investido no posto de secretário de Polícia do Paraná.<sup>267</sup> No mesmo ano, foi nomeado para a fundação de Oficial Maior da Secretaria de Governo do Paraná.<sup>268</sup> Nesse quadro, cabe salientar que os principais cargos das Secretarias de Governo provinciais (secretário e oficial-maior) eram preferencialmente ocupados por bacharéis. Ao longo deste capítulo, é evidenciado que o pertencimento a tal órgão administrativo era o estágio inicial da carreira política dos bacharéis.

Por meio do caso de Sérgio de Castro, cumpre ressaltar que uma das formas de aliança que os adventícios estabeleciam com membros da elite política de Curitiba era de natureza econômica. Assim, em 1865, ele tornou-se sócio de Manuel Gonçalves dos Santos, seu sogro, em um comércio de fazendas de atacado e varejo.<sup>269</sup> Caberá ser destacado, nesta seção, que o declínio da sua atuação política impeliu-o a desenvolver atividades empresariais. Mais amplamente, trata-se de evidenciar que o desempenho dessas atividades era comum ao epílogo da trajetória de políticos que perdiam espaço na vida partidária, ao tempo do Segundo Reinado.

\*\*\*

---

<sup>267</sup> *Correio Mercantil*, 19 de agosto de 1862, n. 209, p. 3.

<sup>268</sup> *Correio Mercantil*, 15 de setembro de 1862, n. 225, p. 1. Sérgio de Castro, contudo, não exerceu essa função, visto que anteriormente fora nomeado Secretário de Polícia. NOGUEIRA, Antônio Barbosa Gomes. *Relatório apresentado à Assembléa Legislativa da Província do Paraná, em 15 de fevereiro de 1863*. Curitiba: Typographia de Cândido Martins Lopes, 1863, p. 31.

<sup>269</sup> *Correio Mercantil*, 12 de agosto de 1868, n. 220, p. 2.



Em 1863, aos 23 anos, Sérgio de Castro foi eleito deputado provincial. Em 1864, tornou-se vice-presidente da Assembleia Legislativa. Nesse período, ele também mantinha relações privadas com bacharéis adventícios que, no final daquela década, conquistaram espaço na administração e nas chapas eleitorais do Partido Conservador do Paraná.<sup>270</sup> Um desses bacharéis era Joaquim José do Amaral, natural da Província do Rio de Janeiro.<sup>271</sup> O outro bacharel era o baiano Tertuliano Teixeira de Freitas (1835-1910), que migrou para o Paraná em setembro de 1862, época em que foi nomeado inspetor da Tesouraria do Governo Provincial, um cargo de primeiro escalão.<sup>272</sup> O exercício de tal cargo permitiu a ele, por exemplo, o convívio com lideranças do Partido Liberal de Curitiba que pertenciam à geração nascida na década de 1820.<sup>273</sup>

Em síntese, cumpre assinalar que esses indivíduos se assemelhavam pela maneira célere como obtiveram posições nos esquemas de nomeações para cargos decisivos do Governo Provincial. O envolvimento em esquemas de nomeações não gerou, em todos os casos, a fidelidade do funcionário adventício para com o grupo político responsável pela nomeação – Teixeira de Freitas, por exemplo, vinculou-se ao Partido Conservador em meados dos anos 1860, no contexto em que os progressistas comandavam o Gabinete Ministerial.<sup>274</sup> Nessa época, os partidários da Liga Progressista controlavam o preenchimento de postos provinciais e imperiais. A vida política do Paraná provincial foi marcada tanto pela rivalidade entre locais e adventícios quanto pelos antagonismos entre os próprios adventícios.

<sup>270</sup> *Diário do Rio de Janeiro*, 07 de março de 1864, n. 65, p. 2.

<sup>271</sup> A obtenção das informações sobre a província de origem dos bacharéis se graduaram na Faculdade de Direito de São Paulo e atuaram na administração paranaense foi realizada por meio da consulta à seguinte fonte: MAIA, Júlio Joaquim Gonçalves. Lista geral dos bacharéis e doutores formados pela Faculdade de Direito de São Paulo até 1900. In: *Revista da Faculdade de Direito de São Paulo*, vol. 8, 1900, pp. 209-291.

<sup>272</sup> *Correio Mercantil*, 15 de setembro de 1862, n. 225, p. 1. Cabe destacar que na Província do Rio de Janeiro, a Tesouraria era uma repartição da Diretoria de Fazenda. Contudo, até o ano de 1859 a Tesouraria era um órgão central da gestão fazendária dessa província. GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. *O Império das províncias... Op. cit.*, p. 95. Por seu turno, a Tesouraria provincial era o órgão central dos assuntos fazendários no Paraná. Conforme mencionado, tal órgão foi criado, nessa província, em setembro de 1862. Anteriormente, os serviços fazendários do Paraná estavam sob a incumbência da Tesouraria Geral do Império. A partir do estudo da instalação da Tesouraria Provincial do Rio Grande do Sul, em 1837, Miriam Dolhnikoff observou que “A proposta de criação de uma Tesouraria Provincial beneficiaria antes de tudo a própria elite da província, na medida em que reforçava sua autonomia fiscal com o controle das rendas provinciais por uma repartição subordinada exclusivamente ao governo da província, na qual os empregados estariam sob o controle dos deputados”. DOLHNIKOFF, Miriam. *O Pacto Imperial... Op. cit.*, p. 114.

<sup>273</sup> Em 1863, eram também funcionários da Tesouraria Provincial chefes liberais como o negociante Benedito Enéas de Paula (1825-1911) e o advogado José Lourenço de Sá Ribas (1823-1884). NOGUEIRA, Antônio Barbosa Gomes. *Relatório apresentado à Assembléa Legislativa da Província do Paraná, em 15 de fevereiro de 1863... Op. cit.*, p. 27.

<sup>274</sup> *Dezenove de Dezembro*, 30 de janeiro de 1869, 963, p. 2.

Nesse quadro, é necessário salientar que a influência de adventícios na política paranaense foi destacada pelo correspondente do jornal *A Reforma*, em texto datado do ano de 1870. Nessa época, a composição da Assembleia Provincial e, especialmente, a composição da sua Mesa Diretora, evidenciava o papel decisivo desempenhado pelos adventícios na gestão das instituições políticas do Paraná. Nesse contexto, a Assembleia era formada por conservadores: “Acha-se reunida a assembléa provincial, ou antes em seu edifício 20 homens que se dizem representantes da província. O Pará, Maranhão, a Bahia, S. Paulo, e outras províncias tem ali seus representantes, só não os possui a província do Paraná! A mesa [diretora] é composta de um paulista, um baiano, e um fluminense”.<sup>275</sup>

Tal informação evidencia a expressiva abertura da política paranaense à absorção de adventícios (conservadores e liberais). Mais precisamente, ela evidencia que locais e adventícios competiam pelo comando das instituições políticas e administrativas provinciais.

### **1.5.2. – Elite paranaense, o Centro Liberal e a natureza da autonomia administrativa dos chefes liberais nas províncias**

A partir dos anos 1870, a redução dos casos de interferência do diretório nacional do Partido Liberal no lançamento de candidaturas nas províncias não impediu o surgimento de temores entre os correligionários quanto ao possível retorno dessa interferência. Em diferentes províncias, esses temores foram verificados nos anos 1870. Em 1872, por exemplo, o correspondente de *A Reforma* em Sergipe criticava a possibilidade de o Centro Liberal indicar os candidatos a deputado geral naquela província. Nesse contexto, a indicação de candidatos pelo diretório nacional representava, notadamente, uma ameaça ao poder do senhor de engenho de açúcar Antônio Dias Coelho e Melo (1822-1804), Barão da Estância, principal chefe do Partido Liberal em Sergipe.

O correspondente era um partidário desse Barão, o qual, ao final, preservou a sua condição de chefe regional da agremiação e, em 1885, elegeu-se senador. Em suma, as considerações do correspondente eram derivadas da suposta indicação de candidatos adventícios pelo Centro Liberal à eleição de deputado geral. O texto do correspondente consiste em uma defesa do argumento segundo o qual, em Sergipe, o partido o principal responsável pela definição das candidaturas deveria ser o Barão da Estância. A esse respeito, o correspondente destacou:

---

<sup>275</sup> *A Reforma*, 03 de abril de 1870, p. 2.

Não creio que o centro liberal cometa a imprudência de recomendar candidatos à província, sem atender a opinião do partido, e especialmente do seu chefe o sr. Barão da Estância. O partido liberal, se quiser legitimar sua ascensão ao poder, deve acabar com essa política do filhotismo, que asphyxia todas as inteligências, e mata todas as dedicações. Para que sacrificar um homem os seus recursos e seu tempo ao serviço de uma ideia se no momento de vê-la realizada acha-se suplantado por um menino feliz, que não prestou serviço algum, que, pelo contrário, aceitou favores dos que dizia seus adversários, mas que tem a suprema ventura de ser filho de Sr. Beltrano, que dispõe da protecção do Sr. Sicrano? Falo apenas em hypothese, porque não creio que o Centro liberal pretenda humilhar a província de Sergipe, impondo-lhes candidatos que ela repele, e nem ao menos são bahianos, porquanto o Sr. Barros e seus filhos são bahianos. Não sou bairristas, mas creio que é tempo de acabar-se com esse aviltamento de que tem sido victima a minha província, servindo de casa de expostos. Acolheria de bom grado a candidatura de qualquer homem notável, que tivesse bastante nobreza de caráter para reconhecer a nossa generosidade; mas não aceitamos imposição de nomes de homens que ou não são conhecidos ou são mais do que lhes conviria..<sup>276</sup>

O Centro Liberal, apesar de continuar a emitir orientações aos diretórios provinciais, não solapou, a partir dos anos 1870, a autonomia dos diretórios provinciais. Em geral, essas orientações propunham que os correligionários do partido deveriam participar ou se abster de determinado pleito eleitoral. A interferência do diretório nacional do Partido Liberal sobre a gestão dos diretórios provinciais ocorreu, sobretudo, na década de 1860. O estudo sobre o modo como essas orientações eram acatadas ou descumpridas permite evidenciar o grau de autonomia dos diretórios provinciais e municipais em relação às decisões emanadas do Centro Liberal. A análise de episódios referentes às eleições municipais dos anos 1872 e 1876 é operacional para verificar esse grau de autonomia. No princípio dos anos 1870, ao tempo em que o Partido Conservador permanecia no comando do Gabinete Ministerial, uma das sugestões do Centro Liberal era de que os liberais deveriam se abster de participar de eleições.

Em 1871, por exemplo, os membros do diretório liberal de Uberaba, em Minas Gerais, escreveram um manifesto no qual afirmaram que, por recomendação do Centro Liberal, mantinham-se afastados das eleições desde a época em que os conservadores retornaram ao comando do Gabinete, em 1868. Tal afirmação evidencia, pois, que os diretórios municipais possuíam autonomia para acatar ou não as decisões dos chefes nacionais do partido acerca da participação em eleições. Ainda, essa afirmação demonstra que o cumprimento de decisões do Centro Liberal, no âmbito local, ocorria após um processo de discussão e deliberação. Leia-se, pois, o seguinte trecho do manifesto:

Saiba o público que desde o dia 16 de julho de 1868 em que mudou-se a administração e em que o ministério Itaborahy assumiu a dictatura do paiz, os liberaes de Uberaba, seguindo o conselho do

---

<sup>276</sup> *A Reforma*, 2 de junho de 1872, n. 123, p. 2.

centro liberal, se retiraram e não compareceram às urnas para pleitear a eleição, não querendo expor-se à reação espantosa do partido conservador limitaram-se a defender seus interesses pela imprensa, não atacando nunca os adversários honestos, porém sim aqueles cujo passado não lhes oferecia suficiente garantia de segurança.<sup>277</sup>

Todavia, a partir de 1872 o Centro Liberal mudou a sua postura acerca da questão da participação dos seus correligionários em eleições. Ou seja, esse órgão passou a defender que o partido deveria participar das eleições contra os conservadores. Na Província de São Paulo, por exemplo, os membros o diretório provincial acataram a decisão: “O centro liberal paulista, de acordo com o que foi decidido pelo centro liberal da corte, decidiu em 28 [de junho] mês próximo findo recomendar aos seus amigos políticos que pleiteassem a próxima eleição”.<sup>278</sup>

Porém, houve ocasiões nas quais essa determinação não foi cumprida. Em 1872, no contexto das eleições municipais, os membros do diretório liberal da vila de Santana de Macau, no Rio Grande do Norte, não obedeceram a sugestão do Centro Liberal. Essa sugestão era de que os liberais deveriam apresentar candidatos. Nesse âmbito, esse descumprimento da orientação dos chefes nacionais do partido era resultado do fato de que a formação da lista qualificação dos eleitores no município reduziu as chances de êxito eleitoral do partido. Portanto, questões essencialmente localistas condicionavam a aceitação ou a recusa de diretórios regionais em relação ao cumprimento de diretrizes do diretório nacional.

A leitura da notícia sobre a deliberação ocorrida no diretório liberal de Santana de Macau permite evidenciar, portanto, o grau de autonomia das lideranças políticas municipais da agremiação: “Tendo-se reunido no dia 11 [de agosto] do corrente mês o maior número de membros do partido liberal d’esta vila, declarou o directorio que, em vista da qualificação existente, era da opinião que houvesse completa abstenção nas próximas eleições. Sendo discutido e aprovado esse parecer, pela maioria dos membros presentes, o diretório toma a liberdade de comunicar esta resolução ao Centro Liberal”.<sup>279</sup>

A recusa dos diretórios regionais em participar das eleições evidencia a sua autonomia em relação ao Centro Liberal. Em Pernambuco, o diretório provincial decidiu que os liberais não participariam das eleições naquele ano. Porém, o fato de os diretórios não acatarem a decisão de do Centro Liberal quanto à participação em eleições não gerava uma cisão entre os diretórios regionais e o diretório nacional do partido. Ao contrário, o diretório

<sup>277</sup> *A Reforma*, 14 de março de 1871, n. 58, p. 3.

<sup>278</sup> *A Reforma*, 31 de julho de 1872, n. 171, p. 2.

<sup>279</sup> *A Reforma*, 13 de agosto de 1872, n. 182, p. 4.

nacional recomendava que, em áreas adversas à vitória liberal, o partido não deveria apresentar candidatos.

A esse respeito, o articulista de *A Reforma* destacou: “As razões que militaram para que não prevalecesse no espírito de nossos amigos de Pernambuco a deliberação do centro liberal são puramente locais, e de alguma forma não contradizem essa deliberação, que só deveria ser abraçada onde a luta fosse possível sem o emprego dos meios extremos”.<sup>280</sup>

No município fluminense de Rio Claro, por exemplo, a eleição municipal de 1872 era desfavorável aos candidatos Partido Liberal. Ao final do pleito, esses candidatos foram derrotados, bem como houve confrontos entre liberais e conservadores. A decisão dos liberais em não se abster do pleito foi salientada pelo redator de *A Reforma*. A partir da análise do texto do redator, nota-se que os liberais de Rio Claro descumpriram uma orientação do diretório nacional, segundo a qual deveria haver o lançamento de candidaturas apenas em municípios nos quais o partido teria condições de suplantar os conservadores.

Tal informação evidencia, pois, a autonomia dos diretórios provinciais e municipais em relação ao Centro Liberal: “No Rio Claro houve três mortes nas eleições. Os conservadores mandaram fazer fogo sobre os liberaes. Os feridos são em número de dez. [...] O Sr. presidente [da província] Bento Lisboa declarou que não queria perder a eleição em uma só freguesia, se os nossos amigos de Rio Claro, apesar dos conselhos do Centro Liberal, foram exercer o seu direito, naturalmente tiveram contra si as bayonetas da situação”.<sup>281</sup>

No Paraná, as decisões do Centro Liberal eram acatadas. Mais precisamente, em Curitiba não havia obstáculos para tal acatamento, visto que, mesmo no contexto em que os conservadores controlavam o Gabinete Ministerial, os liberais conseguiam eleger vereadores. Em janeiro de 1876, o diretório liberal de Curitiba, sob a presidência de Sérgio de Castro, começou a se preparar para a disputa da eleição municipal que se realizou no final daquele ano.

Nesse âmbito, cumpre dedicar atenção ao modo como essa preparação foi influenciada pelas orientações emitidas pelo Centro Liberal. Em suma, a informação transcrita a seguir permite conhecer as formas de interpretação e aplicação de diretrizes dos diretórios nacionais dos partidos monárquicos no contexto das eleições provinciais e municipais. Assim, leia-se a seguinte notícia publicada em *A Reforma*, em fevereiro de 1876. Tal notícia

---

<sup>280</sup> *A Reforma*, 7 de julho de 1872, n. 151, p. 2.

<sup>281</sup> *A Reforma*, 12 de novembro de 1872, n. 261, p. 1.

evidencia que, naquela ocasião, os liberais de Curitiba, disciplinadamente, acataram diversas recomendações do diretório nacional a respeito da atuação dos correligionários no pleito que se aproximava:

O directorio liberal d'esta capital, do qual é presidente o Dr. Sérgio de Castro, tomando na merecida circular da comissão executiva do Centro Liberal, resolveu o seguinte: inspecionar as próximas qualificações nas parochias onde o partido conservador conta com maioria nas respectivas juntas; crear um órgão de publicidade para doutrinas ao povo as ideias e democráticas e denunciar ao paiz os abusos do poder. E, finalmente, disputar a victoria nas urnas em todas as eleições marcadas para a primeira domingo de Outubro do corrente anno. [...] e se, em conclusão, o actual honrado presidente da província esforçar-se por conservar ileso de deslustre a boa reputação que goza entre nós os seus administradores, por que razão recuaremos da arena política, receiando a lucta nos termos em nos é aconselhada pelo Centro Liberal? Não recuaremos, servindo-nos de estímulo o patriotismo dos nossos mais elevados chefes, conselheiros de Estado, ex-ministros e ex-deputados, que, compelidos pelo amor da pátria, não vacilaram em apelar para os sentimentos de civismo do povo brasileiro, em frente do abysmo que, occulto sob o manto do poder pessoal, ameaça tragar as instituições democráticas que illustres antepassados nos legaram como instituições gloriosas.<sup>282</sup>

Conforme demonstrado ao longo desta tese, os dirigentes nacionais do Partido Conservador também concederam autonomia às lideranças provinciais do partido para gerirem a agremiação localmente. Assim, demonstra-se que a elite política imperial foi a formuladora dos projetos de reorganização dos partidos Conservador e Liberal. Entretanto, coube às elites regionais a execução desses projetos. Tal autonomia das elites locais inviabilizou a plena realização dessa reorganização, em decorrência das multifacetadas contendas localistas.

Desse modo, o fortalecimento do poder dos chefes partidários regionais, a partir dos anos 1870, neutralizou os apoios que correligionários do Partido Liberal prestaram a Sérgio de Castro. Todavia, ainda existiam decisões respeitantes à política provincial das quais os membros do Centro Liberal interferiram decisivamente. Uma dessas decisões era referente à formação das chapas de candidatos às Assembleias Legislativas. A informação supracitada segundo a qual Jesuíno Marcondes desistiu de sua candidatura a deputado provincial evidencia que, desde os anos 1860, a definição de candidatos a deputado provincial era uma decisão que passava pelo conhecimento dos dirigentes nacionais do Partido Liberal.

Tal influência dos chefes nacionais do partido na vida política das províncias adentrou aos anos 1870. No Partido Conservador, havia ocasiões nas quais o diretório nacional também influía na construção de chapa de candidatos à uma Assembleia Legislativa – em 1878, em

---

<sup>282</sup> *A Reforma*, 24 de fevereiro de 1876, p. 2. n. 58, p. 3.

Minas Gerais, a chapa de candidatos a deputado provincial passara por prévia aprovação do diretório nacional.<sup>283</sup>

No caso do Partido Liberal, a influência de dirigentes nacionais da grei sobre a vida interna dos diretório regionais era mais atenuada relação àquela realizada no começo da década de 1860. Em 1873, por exemplo, o advogado José Antônio da Silveira Drummond publicou um texto no jornal *A Reforma*. Nele, criticava o fato de ter sido excluído da chapa candidatos à Assembleia de Minas Gerais pelo distrito de Itabira. Conforme Drummond, o Centro Liberal teve participação decisiva na formação dessa chapa. O texto desse bacharel consiste em uma crítica à influência do diretório nacional na vida política do distrito pelo qual pretendia lançar a sua candidatura de deputado provincial:

Acabo de ler na *Reforma*, datada de 9 [novembro] do corrente, que pelo centro liberal da corte foi organizada uma chapa de deputados provinciaes por este districto, da qual vejo excluído o meu nome, sem dúvida devido isto a falta de conhecimento do que se acha acertado no 2º districto entre as diversas influências políticas. [...]. Sou muito obediente às ordens do centro da corte, mas é preciso que também se respeite a vontade manifestada pelo próprio districto, que é o competente para levantar seus candidatos que de perto devem conhecer as necessidades a satisfazer-se”.<sup>284</sup>

Oficialmente, contudo, os gestores do Centro Liberal afirmaram que essa chapa de candidatos a deputado provincial fora organizada pelas lideranças locais da agremiação. Ou seja o Centro Liberal comunicou que o seu papel foi somente o de homologar a chapa formada por aquelas lideranças. Todavia, o comunicado do órgão central do partido evidencia que houve candidaturas preteridas à vaga de deputado provincial. Nesse sentido, a leitura desse comunicado demonstra que as eleições provinciais era um momento do qual os chefes nacionais da agremiação também influíam de maneira crucial. Mais precisamente, esses chefes atuavam junto a líderes regionais para escolher ou recusar determinados candidatos.

Na circular encaminhada aos eleitores mineiros, o Centro Liberal reconheceu que foram preteridos alguns pretendentes à candidatura de deputado geral: “Sem desconhecer a legitimidade de outras aspirações, mas convencido de que o interesse do partido deve prevalecer sobre as conveniências individuais, lembra o Centro Liberal os seguintes nomes, que reúnem as condições desejáveis [...]. Satisfazendo com esta indicação os desejos manifestados por amigos importantes ahi residentes, pede o Centro Liberal o valioso concurso

---

<sup>283</sup> *Jornal do Commercio*, 09 de fevereiro de 1878, n. 40, p. 3.

<sup>284</sup> *A Reforma*, 26 de novembro de 1873, p. 3.

de V. S. para que nas deliberações do partido haja uniformidade de vistas, indispensável para o seu eficaz resultado”.<sup>285</sup>

Ao mesmo tempo, até os anos finais do Império o diretório nacional do Partido Liberal ainda permaneceu envolvido nos processos de definição de candidaturas à Câmara dos Deputados. Um dos indícios de que a escolha de deputados gerais pelo Partido Liberal tornou-se mais aberta à participação dos correligionários a partir dos anos 1870 é encontrado em uma informação que data de setembro de 1878. Nessa ocasião, o Centro Liberal promoveu uma consulta aos correligionários para a escolha dos candidatos a deputado geral pela Província do Rio de Janeiro. O jornal *A Reforma*, em agosto do mencionado ano, publicou a seguinte convocatória do Centro Liberal:

A comissão executiva do Centro Liberal roga aos senhores eleitores liberaes d’esta Corte, se reúnam hoje, 22 do corrente, às 6 horas da noite, nos salões do Conservatório, à rua da Lampadosa, para combinarem, em escrutínio prévio, a respeito dos candidatos à deputação geral. Os Srs. eleitores das parochias de fora da cidade podem, se lhes for conveniente, se reunir em suas parochias na mesma ocasião, e comunicar logo o resultado de seus escrutínios à comissão executiva. Os três cidadãos mais votados em todo o município serão proclamados os únicos candidatos da Corte, com direito ao voto de seus correligionários no dia 5 de setembro.

F. Octaviano  
A. Celso de A. Figueiredo  
J. Liberato Barroso<sup>286</sup>

Nesse contexto, portanto, o diretório nacional do partido mostrava-se mais aberto à participação dos correligionários em processos de escolha de candidatos do que os diretórios provinciais.<sup>287</sup> Em suma, compete salientar que, por um lado, a influência exercida pelo Centro Liberal nas províncias criava obstáculos para a concretização da autonomia da gestão dos diretórios locais. Por outro lado, o Centro adotava procedimentos mais democráticos para a escolha de candidatos que disputariam vagas no Parlamento do Império pelos distritos da Corte da Província do Rio de Janeiro. Sérgio de Castro e Generoso Marques foram redatores, em 1869, do jornal *Paraná*.

Nesse contexto, havia uma diferença crucial acerca da atuação política dos liberais no litoral e no primeiro planalto do Paraná. Tal diferença consistiu no fato de que os liberais radicados no litoral não se mobilizaram, ao contrário dos liberais do primeiro planalto, para realizar oposição aos conservadores. A esse respeito, leia-se o seguinte comentário do correspondente do citado jornal: “Os oposicionistas não tujem nem mujem no litoral. Na

<sup>285</sup> *A Reforma*, 9 de novembro de 1873, p. 1.

<sup>286</sup> *A Reforma*, 22 de agosto de 1878, n. 190, p. 3.

<sup>287</sup> *A Reforma*, 3 de setembro de 1878, p. 1.



capital, o *Paraná* prossegue na sua inglória tarefa de desmoralizar-se, tendo à sua testa os Srs. Sérgio, Pedrosa e Generoso”.<sup>288</sup>

Tais informações consistem em indícios que, no Paraná, no fim dos anos 1860, os liberais de distintas regiões não adotavam uma idêntica estratégia de oposição dos conservadores. A falta de unidade na ação política era, portanto, evidência de um modelo consistente de coordenação das atividades da agremiação. Dessa forma, a baixa formalização das atividades do partido implicava a desconexão de iniciativas para o combate ao grupo partidário governista.

Segundo o correspondente do *Diário do Rio de Janeiro*, um dos indícios do declínio do grupo político dos liberais no Paraná era que os correligionários que buscavam permanecer politicamente ativos estavam submetidos, no interior do Partido Progressista, ao comando de um conservador: “O partido progressista da capital está muito enfraquecido, porque os cidadãos mais conceituados que dele faziam parte, desgostosos e desarmoniosos entre si, retiraram-se, ficando apenas alguns moços sem importância política e sobremodo imprudentes, dirigidos por um conservador”.<sup>289</sup> Portanto, tal informação é um indício de que a criação do Centro Liberal ocorreu em um contexto no qual as divergências entre os liberais se agravavam no Paraná. Essas divergências, por conseguinte, tornavam inviável a construção de um modelo unificado de administração partidária e de ação política dos liberais paranaenses.

\*\*\*

Nessa época, o diretório do Partido Liberal do Paraná era controlado majoritariamente por bacharéis. Essa informação permite evidenciar que, nesse partido, os bacharéis nascidos em fins dos anos 1820 e início dos anos 1840 desempenhavam funções mais proeminentes em relação àquelas desempenhadas pelos negociantes. Todavia, conforme demonstrado a seguir, essa preeminência dos bacharéis não impediu que, em determinados períodos, a composição social daquele diretório assumisse um caráter heterogêneo.

Desse modo, é necessário atentar a uma informação, publicada no jornal *Opinião Liberal*, referente à eleição do grupo dirigente diretório liberal do Paraná, ocorrida em 1868. Nessa oportunidade, dentre os eleitos para ocupar postos na administração desse órgão partidário somente um indivíduo não era bacharel, qual seja, Benedito Enéas de Paula:

---

<sup>288</sup> *Diário do Rio de Janeiro*, 5 de abril de 1869, p. 3.

<sup>289</sup> *Diário do Rio de Janeiro*, 24 de dezembro de 1868, n. 352, p. 1.

No dia 28 reuniram-se os liberaes em casa do Sr. conselheiro Marcondes e procederam à eleição do directorio do partido; que ficou composto do seguinte modo: conselheiro Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá, presidente; dr. Generoso Marques dos Santos; dr. Sergio Francisco de Souza Castro, e tenente-coronel Benedicto Enéas de Paula, membros efectivos. A reunião tornou-se muito brilhante não só pela grande concorrência de pessoas gradas, como pelos eloquentes discursos que então pronunciaram os srs. conselheiro Marcondes, dr. Generoso Marques e dr. Sergio de Castro. Em acto consecutivo o presidente eleito do directorio ofereceu a seus amigos e correligionários um magnífico copo d'agua.<sup>290</sup>

No contexto em que o Partido Liberal encontrava-se na oposição, os bacharéis nascidos entre as décadas 1840 (Generoso Marques dos Santos, João José Pedrosa e Sérgio de Castro) eram personagens centrais do diretório liberal de Curitiba, ao lado dos negociantes Benedito Enéas de Paula e Tibúrcio Borges de Macedo. Esses negociantes, por sua vez, eram pertencentes à geração nascida na década de 1820. Outros dois indivíduos também pertenciam à administração do diretório liberal de Curitiba: Ignácio José de Moraes, ex-vereador de Curitiba, e o professor de ensino primário João Baptista Brandão de Proença.<sup>291</sup>

Verifica-se, pois, o caráter heterogêneo da composição social desse diretório. Conforme demonstrado no decorrer deste estudo, essa heterogeneidade era também comum a alguns diretórios conservadores. Ou seja, na direção desses órgãos partidários estavam acomodados indivíduos que possuíam entre si expressivas diferenças quanto à origem social e às oportunidades de atuação em instituições administrativas e parlamentares.

Nesse âmbito, cumpre destacar um episódio da vida interna do diretório liberal de Curitiba, datado de janeiro de 1876. Esse episódio consiste na dissidência aberta por Sérgio de Castro no diretório liberal de Curitiba após este órgão ter realizado uma reunião deliberativa da qual ele, Sérgio de Castro, não fora convidado a participar. Dedicar atenção a esse episódio permite, por um lado, evidenciar o modo como os correligionários de um diretório municipal do Partido Liberal discutiam sobre o cumprimento de diretrizes políticas e eleitorais emanadas do diretório nacional. Por outro lado, esse episódio possibilita demonstrar que essa reunião era uma decorrência da permanência da influência de antigas lideranças locais do partido em detrimento da influência do adventício Sérgio de Castro.

Mais precisamente, o texto transcrito a seguir concentra informações sobre o princípio do esgotamento das relações desse bacharel com o grupo político de Generoso Marques dos Santos. Nessa reunião, foi discutida a questão da substituição dos gestores daquele diretório municipal. Ao final, porém, os correligionários foram favoráveis à permanência desses

---

<sup>290</sup> *A Reforma*, 3 de outubro de 1868, n. 84, p. 3.

<sup>291</sup> *A Reforma*, 7 de maio de 1870, n. 101, p. 3

gestores. Nesse sentido, o resultado da reunião demonstrou que os antigos chefes partidários ainda se mantinham no exercício do controle sobre a gestão do Partido Liberal. Leia-se, pois, a seguinte informação publicada no jornal *Província do Paraná*:

O Partido Liberal desta capital reuniu-se ontem às 8 horas da noite em casa do snr. Tenente coronel Ignácio José de Moraes, a convite deste respeitável amigo e dos snrs., tenente coronel Benedicto Enéas de Paula, cap. Tibúrcio Borges de Macedo e dr. Generoso Marques dos Santos. Apesar do mau tempo e de terem os convites sido distribuídos com antecedência de dois dias, estiveram presentes na reunião 129 cidadãos, cujos nomes abaixo publicamos. O sr. dr. Marques dos Santos, depois de agradecer em nome dos signatários do convite, a consideração com que o grande número de correligionários ali presentes havia atendido ao seu apelo, declarou em breve discurso que o fim para que fora convocada aquela reunião era julgar o Partido, em vista das últimas ocorrências a elle relativos e que são notórias, se todos os membros do antigo directorio ali presentes, isto é, os signatários do convite e o sr. capitão Brandão de Proença, continuavão a merecer a sua confiança, e devião prosseguir na direção do Partido; e, em segundo lugar, decidir qual a attitude dos liberaes nas eleições próximas. O primeiro ponto foi decidido pela afirmativa, por unanimidade de votos; e, quanto ao segundo, foi deliberado também unanimemente e de acordo com a resolução do Centro Liberal, que o Partido intervisse com toda pujança no pleito eleitoral. O sr. capitão Brandão de Proença, agradecendo o voto de adesão e confiança que acabava de receber, pediu excusa do lugar de membro do directorio, em razão de sua avançada idade e incômodos de saúde, protestando no entanto a continuar a prestar os seus serviços à causa do Partido Liberal, ali legitimamente representando. O sr. capitão Ennes Bandeira propoz que, em vista da 1ª deliberação e do pedido de excusa do capitão Brandão de Proença, se elegendessem mais três membros, para completar o número que tinha o directorio, o que foi aprovado, sendo eleitos os srs. dr. José Lourenço de Sá Ribas, major Luiz Manuel Anger e capitão Antônio Augusto Ferreira de Moura. O sr. capitão Ignacio de Sá de Souto Maior, em uma bela alocução, fez a apologia do purismo das crenças políticas, congratulando-se com o Partido Liberal pela vitalidade que agora, como em todos os tempos, relevava nesta capital. Sob proposta do sr. dr. Marques dos Santos foi deliberado que se consignasse na acta da reunião um voto de gratidão ao snr. capitão Brandão pelos serviços que, como membro do directorio, havia prestado desinteressadamente ao Partido Liberal. Dissolveu-se a reunião às 10 ½ horas da noite. [Seguem os nomes dos 129 participantes da reunião].<sup>292</sup>

De outra parte, é necessário destacar que, em 26 de janeiro de 1876, Sérgio de Castro foi um dos sete signatários de um manifesto, publicado no jornal *Dezenove de Dezembro*, no qual era criticado o modo pelo qual fora organizada a referida reunião. Mais especificamente, os signatários salientavam que no dia 9 de janeiro havia sido realizada uma reunião em que fora eleita a diretoria do Partido Liberal em Curitiba.

Portanto, os autores do manifesto contestavam a legitimidade da deliberação ocorrida na residência do coronel Ignácio de Moraes: “Os abaixo assignados, membros do directorio liberal desta capital, protestam solenemente contra as deliberações tomadas por uma fração política que, em nome do partido liberal, reuniu-se em casa do Sr. tenente coronel Ignácio José de Moraes na noite de 22 do corrente mês”.<sup>293</sup>

<sup>292</sup> *Província do Paraná*, 23 de janeiro de 1876, n. 4, p. 4.

<sup>293</sup> *Dezenove de Dezembro*, 26 de janeiro de 1876, n. 1677, p. 2.

Os dirigentes do partido, por sua vez, elaboraram um manifesto no qual ressaltaram que o resultado da deliberação era legítimo. Ou seja, a recondução de antigos chefes ao comando do partido teria sido uma decisão dos correligionários: “Os abaixo assignados, a seu turno e malgrado o protesto de s. s.s., continuarão a desempenhar como lhes permitirem suas forças o mandato que receberam de seus correligionários”.<sup>294</sup> Portanto, nessa época ocorreu uma cisão interna no diretório liberal de Curitiba. A despeito de ter sido preterido do comando do diretório de Curitiba naquela ocasião, Sérgio de Castro conseguiu angariar apoiadores, a exemplo dos bacharéis João José Pedroso e José Joaquim Franco do Valle. Nesse sentido, criou-se, em meados dos anos 1870, uma facção do Partido Liberal paranaense, a qual manteve em funcionamento o seu próprio diretório municipal. Porém, esses apoios não foram suficientes para suplantar a influência do citado Jesuíno Marcondes sobre a gestão do partido.

Nesse contexto, a existência de um diretório provincial era uma forma de unir os correligionários de um partido em momentos politicamente adversos. Os períodos em que os partidos permaneciam afastados do comando do Gabinete Ministerial faziam parte desses momentos adversos. Por conseguinte, um diretório orientava a atividade política dos seus correligionários, de modo a impedir que essa atividade decaísse em virtude da restrição da influência da agremiação. Entretanto, disputas internas minavam a possibilidade de instauração de uma sólida rotina de atividades e de ritos partidários. Ou seja, essas disputas inviabilizavam a consolidação de uma vida partidária marcada pela previsibilidade.

Contudo, a manutenção de um diretório não era suficiente para que os opositores do Gabinete competissem em condições de igualdade com os situacionistas. Assim, em determinadas ocasiões restava aos chefes dos diretórios apenas comunicar aos seus aliados que o partido não possuía condições de participar de pleitos eleitorais.

Em 1871, por exemplo, os sete gestores do diretório liberal do Paraná deliberaram que o partido não lançaria candidatos na eleição municipal de Curitiba.<sup>295</sup> Desse modo, em algumas ocasiões a decisão sobre a participação ou abstenção do partido era tomada apenas pela cúpula do diretório. O caráter oligárquico da gestão Partido Liberal no Paraná é evidenciado, ainda, pelo estudo do processo de interiorização dessa agremiação.

Sérgio de Castro, nos fim dos anos 1870, preservou essa prerrogativa de liderar a criação de diretórios. A análise de sua participação na fundação desses órgãos partidários

---

<sup>294</sup> *Província do Paraná*, 30 de janeiro de 1876, n. 5, p. 1.

<sup>295</sup> *A Reforma*, 1º de agosto de 1871, n. 172, p. 1.

permite, ainda, evidenciar que naquele decênio os liberais buscavam consolidar a hierarquia e os ritos partidários em áreas interioranas. Para tanto, era fundamental a fundação de diretórios. Por outro lado, a organização de diretórios liberais, no Paraná, era um processo controlado unicamente pelas elites locais. Atente-se, pois, para o modo como estava organizada a hierarquia administrativa do diretório liberal de Ponta Grossa, em 1876.

As informações apresentadas a seguir evidenciam que a definição do formato administrativo do diretório de Ponta Grossa e da composição de seu núcleo dirigente foi realizada por um grupo seletivo. Em suma, a criação desse diretório não assumiu o caráter de uma reunião popular:

No dia sete do mez corrente, em uma brilhante reunião presidida pelo Dr. Sérgio de Castro, membro do Centro Liberal da província e seu delegado, o Partido Liberal do município da Ponta Grossa, representado por suas legítimas influências, elegeu o seu Centro e a Comissão executiva do modo que segue [...].

Comissão Executiva

Commendador Antônio de Oliveira Nhosinho, presidente

Major Domingos Ferreira Pinto, 1º vice-presidente

Capitão José Joaquim Pereira Branco, 2º vice-presidente

Tenente Generoso Martins de Araújo, thesoureiro

Antônio Dias Baptista

Capitão Joaquim Ferreira Pinto

Secretário – José Pedro Carvalho da Silva Júnior

[...] a família liberal apresenta-se unida e firmemente resolvida a disputar a victoria nas urnas nas próximas eleições de 1º de Outubro.<sup>296</sup>

A expansão do partido pelos municípios da província não consistia apenas em uma forma de aumentar a influência da agremiação em áreas interioranas e torná-la mais competitiva do ponto de vista eleitoral. Antes, essa reorganização era operacional para os líderes das facções do partido cooptar aliados. Dessa forma, o controle sobre o processo de criação de diretórios foi uma derradeira manifestação do poder de Sérgio de Castro no interior do Partido Liberal.

No fim dos anos 1870, membros da família Souza Castro permaneciam atuantes no Partido Liberal de Iguape. Mais precisamente, eles participavam da gestão do diretório liberal existente nesse município. Assim, dedicar atenção a um ata de reunião acontecida no diretório liberal de Iguape, em 1876, possibilita evidenciar, por um lado, que um membro dessa parentela detinha a prerrogativa de organizar reuniões e interferir nas decisões do diretório. A atenção a esse documento permite evidenciar as características das deliberações que aconteciam nos diretórios municipais.

<sup>296</sup> *Província do Paraná*, 21 de agosto de 1876, n. 33, p. 2.

Mais precisamente, a análise da ata evidencia que uma das principais discussões dos diretórios regionais, ao tempo em que o partido se encontrava na oposição, era referente à participação ou abstenção em eleições municipais e provinciais. Ao mesmo tempo, a leitura da ata demonstra que nesse contexto a renovação da Mesa Diretora dos diretórios municipais do Partido Liberal ocorriam por meio de deliberações das quais participavam centenas de correligionários. Leia-se o seguinte excerto da ata:

Aos vinte e nove dias do mês de março de mil oitocentos e setenta e seis, em caso do major Joaquim Antônio de Souza Castro, reuniram-se os cidadãos abaixo-assinados membros do Partido Liberal, aos quais o major Castro expôs os motivos da reunião, sendo sua origem consultar o partido se estava resolvido a pleitear as futuras eleições para eleitores, vereadores e juizes de paz, ao que todos de comum acordo responderam afirmativamente. Em ato contínuo, deliberaram escolher para membros da Mesa Paroquial de qualificação ao major Castro, e o cidadão João de Souza Castro e para substituí-los os cidadãos Antônio Vaz Ferreira Júnior e o tenente Luiz Carneiro da Silva Braga, e procedendo-se a eleição dos doze nomes que devem compor o diretório do Partido Liberal, foram eleito os Srs. [...]. Seguem-se as assinaturas dos cidadãos que estiveram presentes [20 assinaturas]. E muitos cidadãos oficiaram declarando que que aderiam a qualquer deliberação que fosse tomada. O secretário do diretório liberal, Antônio Egydio Carneiro.<sup>297</sup>

Os processos decisórios que ocorriam nos diretórios possuíam, entre si, notáveis diferenças. De um lado, havia a inclinação para as elites regionais tomarem decisões por meio de reuniões de cúpula. De outro lado, existiam ocasiões nas quais se admitia a presença de significativo número de correligionários em reuniões deliberativas. Ou seja, as elites regionais conceberam diferentes critérios de admissão e limitação da participação dos correligionários. Tal fato evidencia, pois, a ampla autonomia das elites regionais para administrar diretórios provinciais e municipais. Essa autonomia era característica tanto dos diretórios liberais quanto dos diretórios conservadores.

### **Conclusões parciais**

A partir dos anos 1860, ocorreu um processo de reorganização dos diretórios dos partidos monárquicos. Os momentos em que os partidos permaneciam afastados do comando do Gabinete Ministerial era uma ocasião na qual os dirigentes partidários nacionais conclamavam os correligionários a participar desse processo de reorganização. Uma consequência desse processo era a criação de normas acerca da administração dos diretórios (municipais e provinciais) e das formas de participação dos correligionários nas deliberações desses órgãos.

---

<sup>297</sup> *Província do Paraná*, 16 de abril de 1876, n. 16, p. 2.

Entretanto, nas décadas anteriores a vida interna dos partidos não era desprovida de regras. Os partidos, portanto, não funcionavam de modo anômico. Ao contrário, existiam diretórios municipais e provinciais cuja principal função era definir a escolha de candidatos às eleições municipais e provinciais. Por meio do estudo do caso do Partido Liberal, demonstrou-se que a escolha de candidatos ao cargo de deputado geral era influenciada por chefes políticos nacionais. Tal interferência gerava protestos entre os correligionários enraizados nas províncias. Porém, os dirigentes regionais do partido não reagiam a tal imposição. Essa situação começou a se reverter no fim da década de 1860, no contexto em que os partidos monárquicos passaram por uma reorganização atinente à gestão e às formas de relacionamento entre as instâncias das agremiações.

A reorganização administrativa do Partido Liberal, porém, não atenuou a natureza oligárquica da tomada de decisões pelas lideranças locais da agremiação. Ao contrário, o principal efeito dessa reorganização consistiu em fortalecer as prerrogativas de membros da elite regional na gestão dos diretórios.

O estudo aqui realizado sobre o Partido Liberal do Paraná evidenciou a neutralização do poder político das elites regionais em decorrência dos projetos eleitorais de chefes partidários nacionais. No Paraná, portanto, os adventícios que pertenciam à categoria de políticos veteranos desenvolveram uma atuação efêmera e uma produção legislativa baixa. Tais aspectos foram também comuns à atuação política de adventícios que, nos anos 1850 e 1860, foram eleitos deputados gerais e senadores por províncias do Norte do Império.

## Capítulo 2

### **A organização do Partido Conservador no Paraná: aspectos da vida interna dos diretórios e da natureza das divergências entre os seus componentes**

Neste capítulo é desenvolvida uma investigação acerca da vida interna do Partido Conservador no Paraná, com especial ênfase para o caso do litoral da província. Nesse âmbito, será evidenciado que no período regencial as lideranças conservadoras principiaram a incorporar bacharéis adventícios ao quadro partidário da região. Essa absorção propiciou a esses bacharéis a conquista de mandatos legislativos e nomeações provinciais. O esgotamento do prestígio político desses bacharéis ocorreu a partir dos anos 1860, em virtude da ascensão de uma nova geração de bacharéis, cujos membros nasceram nos anos 1830.

Nesse quadro, será destacado que os adventícios, especialmente no litoral, permaneceram sobremaneira obedientes aos potentados que controlavam as formas de ingresso na carreira partidária. O fim da carreira desses bacharéis foi marcado pela atuação na vida política municipal ou em imiscuir-se em esquemas de nomeações. Os adventícios radicados no planalto tiveram maiores condições de ascender a posições de comando na gestão dos diretórios partidários em relação aos adventícios estabelecidos no litoral paranaense. Ao mesmo tempo, trata-se de enfatizar que apenas em fins dos anos 1860 os bacharéis da geração de 1830 começaram a controlar, de modo decisivo, a gestão do Partido Conservador no litoral e nas demais regiões da província.

Será destacado que, em sua maior parte, os correligionários conservadores não oriundos da província eram pertencentes do diretório conservador de Curitiba. Conforme demonstrado no quarto capítulo desta tese, tal situação perdurou até os anos finais do Império. Existiam, contudo, dois grupos de adventícios conservadores. Inicialmente, encontram-se os bacharéis pertencentes à geração nascida nos anos de 1810 e 1820. Todavia, já nos anos 1860 ocorreu a emergência política de outro grupo, a saber, os bacharéis pertencentes à geração de 1830. Esse grupo conservou-se em posições de relevo na gestão do Partido Conservador na província no decorrer dos anos 1870.

Nesse âmbito, será demonstrado que a migração partidária de adventícios estava, em geral, relacionada aos conflitos que eles mantinham com lideranças locais dos partidos. Desse modo, será evidenciado o caráter instável da relação que esses adventícios mantinham com os partidos e chefes políticos no Paraná, notadamente nos anos 1860. Por outro lado, cumpre demonstrar que a ascensão política dos bacharéis adventícios, pertencentes ao Partido



Conservador e à geração de 1830, foi coeva ao desligamento dos antigos bacharéis adventícios, pertencentes à geração nascida nas décadas de 1810 e 1820, da vida partidária regional.

Por fim, será demonstrado que a partir dos anos 1860, em cumprimento a uma orientação do diretório nacional do Partido Conservador, as lideranças locais dessa agremiação começaram a reorganizar e criar diretórios partidários. Assim, neste capítulo é principiado um estudo de caso acerca do modo de execução, por um setor de elite regional, do projeto da elite imperial para a reorganização do Partido Conservador.

Essa reorganização implicou a definição de regras acerca da administração do partido. Entretanto, até os anos finais do Império um fator que dificultou a ampla participação dos correligionários na gestão dos partidos monárquicos foi o poder dos potentados. No Império, havia notável dificuldade de os partidos consolidarem um modelo de administração de diretórios partidários liberto da ingerência desses chefes políticos.

## **2.1. – Absorção de correligionários aos quadros do Partido Conservador paranaense: o princípio das diferenças sociais entre os correligionários de Curitiba e Paranaguá**

A partir desta seção é realizada uma análise acerca dos processos de inserção de políticos no Partido Conservador paranaense. Nesse âmbito, cabe ser demonstrado que o envolvimento em políticas de nomeações foi operacional para viabilizar o acesso de correligionários adventícios aos quadros desse partido. Ao mesmo tempo, as relações familiares também possuíam importância crucial para a realização desse processo.

De outra parte, é evidenciado que nos primeiros anos da vida política da Província do Paraná ocorreu a consolidação de sensíveis diferenças na composição social dos diretórios conservadores de Curitiba e de Paranaguá. Na capital, jovens bacharéis oriundos de províncias do Nordeste lograram obter posições decisivas na gestão do diretório. Por seu turno, no Partido Conservador de Paranaguá verificou-se a continuidade da proeminência política dos negociantes.

### **2.1.1. – Formação superior, cargos comissionados e relações familiares: os irmãos Ferreira de Abreu e os processos de absorção de políticos adventícios ao Partido Conservador Paranaense**

Nesta seção são reconstituídos os processos de absorção, ao Partido Conservador paranaense, dos irmãos Antônio Cândido Ferreira de Abreu (1823-1876) e o citado José Mathias Ferreira de Abreu. Naturais da capital paulista, esses bacharéis eram genros do futuro Visconde de Nácar. Será demonstrado que as afinidades políticas entre os membros das famílias Ferreira de Abreu e Guimarães foram consolidadas ao tempo em que os seus membros conviveram em órgãos administrativos da Província de São Paulo, nos anos 1830.

Por outro lado, demonstra-se que o envolvimento em políticas de nomeações para cargos públicos também favoreceu a inserção dos irmãos Ferreira de Abreu ao quadro de correligionários do Partido Conservador paranaense. Nesse contexto, a defesa das demandas propugnadas pela elite social do litoral 5ª Comarca paulista foi realizada por um desses bacharéis, ao tempo em que se iniciava a sua participação na vida política daquela região.

Nesse âmbito, será evidenciado que atuar para a consecução de demandas econômicas de elites locais era um estágio inicial do processo de inserção de agentes estatais adventícios nos quadros partidários provinciais. Por consequência, os agentes obtinham o apoio dessas elites às suas candidaturas parlamentares. A partir do estudo do caso dos irmãos Ferreira de Abreu, demonstra-se que existiam ocasiões nas quais esse apoio não era suficiente para o sucesso eleitoral dos agentes estatais adventícios.

Por outro lado, evidencia-se que o estudo sobre os percursos políticos desses indivíduos é operacional para o conhecimento de diferenças que existiram acerca da composição social dos diretórios conservadores de Curitiba e de Paranaguá. Assim, é destacado que, a partir dos anos 1850, consolida-se uma situação, nesse partido, que perdurou até as décadas finais do Império. Tal situação consistia no fato de que o diretório conservador da capital, em relação aos diretórios dos municípios litorâneos, era mais propenso a conferir posições de relevo a correligionários adventícios, notadamente os bacharéis. Em Paranaguá, os abastados negociantes mantiveram-se como as principais influências do Partido Conservador.

Em seguida, é destacado que o período final dos percursos políticos dos citados irmãos foi coevo à emergência de novos bacharéis adventícios ao diretório conservador do Paraná. Esses novos bacharéis, por seu turno, consolidaram a sua influência sobre gestão do partido na província nos anos 1870. Por fim, demonstra-se que o envolvimento na vida política municipal foi característico aos anos finais da atividade política desses bacharéis nascidos nas

décadas de 1810 e 1820. Houve, nesse contexto, uma redução da projeção desses bacharéis no cenário partidário regional.

\*\*\*

No jornal *Novo Farol Paulistano*, em edição datada de novembro de 1833, encontra-se uma informação que evidencia o parentesco entre o pai do futuro Visconde de Nácar e o pai dos citados irmãos Ferreira de Abreu. A fonte menciona que eles seriam irmãos. Acerca dessa relação de parentesco, cumpre apresentar duas hipóteses. Joaquim Antônio Guimarães era filho do português Manuel Gonçalves Guimarães (1740-1815) e da paulista Mariana Luiza Soares.<sup>298</sup> Nesse sentido, José Mathias Ferreira de Abreu, pai, poderia ser irmão de Joaquim Antônio pelo lado materno. Similarmente ao caso da família de Maria Luiza, os membros da família Ferreira de Abreu estavam radicados na Província de São Paulo desde o período colonial.<sup>299</sup> Por outro lado, compete aventar a possibilidade de Manuel Gonçalves Guimarães e uma integrante da família Ferreira de Abreu terem concebido José Mathias sem estarem casados.

Ao mesmo tempo, trata-se de evidenciar que, ao menos desde o período regencial, membros das famílias Ferreira de Abreu estavam investidos em altas funções na administração da Província de São Paulo. Por outro lado, a informação transcrita a seguir evidencia um caso do relacionamento de um membro da sociedade de Paranaguá com indivíduo acomodado em uma alta posição na administração provincial de São Paulo. Contudo, tal relacionamento não garantia, em todos os casos, a viabilização de interesses particulares junto ao Governo paulista. Tais relações impediram que o pai dos citados bacharéis, José Mathias Ferreira de Abreu, apresentasse um parecer no Conselho do Governo

---

<sup>298</sup> NEGRÃO, Francisco. *Genealogia Paranaense*. 5º vol. Curitiba: Imprensa Oficial, 2004, p. 154. Em fins do século XVIII, Manuel Gonçalves Guimarães já se enraizara na sociedade de Paranaguá. De 1780 a 1806, deteve o monopólio sobre a navegação de canoas sobre o rio Cubatão, que realizava a ligação entre o primeiro planalto e o litoral do atual Estado do Paraná. Tal monopólio era concedido pela Relação da Fazenda de São Paulo, a qual estipulava o valor da arrematação do privilégio. COSTA, Samuel Guimarães da. *O último capitão-mor (1782-1857)*. Curitiba: Editora da UFPR, 1988, pp. 118-120. Por outro lado, cabe destacar que Manuel Gonçalves Guimarães também desenvolveu atividades econômicas na região planáltica do Paraná. Ele possuía, por exemplo, sesmarias nas regiões de Castro, Curitiba e Ponta Grossa. Ele também foi casado com Maria Magdalena de Lima, cuja parentela estava estabelecida no segundo planalto do atual Estado do Paraná. Os descendentes Manuel Gonçalves Guimarães e Maria Magdalena radicaram-se na região planáltica do Paraná. Nesse quadro, compete salientar o envolvimento de alguns desses descendentes na vida política desde o período anterior à criação do Paraná. Dessa maneira, cabe destacar que, em 1833, um filho de Manuel Gonçalves, Mathias Gonçalves Guimarães, exercia mandato de vereador em Curitiba. *O Novo Farol Paulistano*, 18 de junho de 1833, n. 180, p. 1.

<sup>299</sup> Desde meados do século XVIII existiam membros dessa parentela integrados a órgãos da administração da Capitania de São Paulo. Nesse âmbito, cabe ressaltar que em 1877 Matias José Ferreira de Abreu era funcionário da Junta da Real Fazenda de São Paulo. VIEIRA DOS SANTOS, Antônio. *Memória Histórica de Paranaguá*. Vol. 1. Curitiba: Vicentina, 2001 [1850], p. 197.

Provincial acerca de um requerimento apresentado por Joaquim Antônio Guimarães.<sup>300</sup> Em síntese, cabe acentuar que Joaquim Antônio solicitava a sua exoneração do cargo de Juiz de Paz de Paranaguá, pois também estava incumbido do exercício de outra função administrativa, a saber, a função de Administrador do Correio dessa cidade. Essa demanda, contudo, não foi acatada pelos conselheiros. Dessa forma, cumpre dedicar atenção ao seguinte excerto da notícia veiculada no mencionado periódico:

Governo Provincial. Sessão Ordinária de 31 de Outubro de 1833. Presentes os Srs. Conselheiros Feijó, França Silva, Vasconcelos, Ferreira d'Abreu, o Sr. Presidente [Rafael Tobias de Aguiar] declarou aberta a Sessão. [...] Foi igualmente presente a informação da Camara de Paranaguá sobre o Requerimento de Joaquim Antônio Guimarães que dá informação a ser Administrador pede exoneração do cargo de Juiz de Paz: e tendo-se em consideração o préstimo, e capacidade deste Cidadão, e não incompatível a accumulção de que pertende desonerar-se, muito mais sendo pequeno o trabalho que tem como Administrador do Correio, resolva-se-lhe que deixe isto mesmo e que se espera do seu patriotismo haja de servir aquelle cargo, e assim corresponder á confiança dos seus Concidadãos, que o elegerão. O Sr. Ferreira de Abreu não votou por ser Irmão do supplicante.<sup>301</sup>

Portanto, tal informação evidencia que, no âmbito da organização administrativa das províncias, existiam regras para impedir a interferência de relações familiares em deliberações de órgãos estatais. Contudo, trata-se de evidenciar que essas relações eram operacionais para possibilitar o ingresso em esquemas de nomeações para cargos públicos. Ao mesmo tempo, essa informação é uma evidência de que um dos elementos mais constantes dos percursos políticos de membros da família Guimarães era a obtenção de cargos comissionados provinciais. A obtenção desses cargos era, também, um elemento rotineiro dos percursos dos negociantes que controlavam o Partido Conservador no litoral do Paraná. Conforme demonstrado nesta tese, a conquista desses cargos era o limite da influência política dos negociantes.

\*\*\*

---

<sup>300</sup> Anteriormente ao exercício dessa função de conselheiro, José Mathias, pai, atuara em um cargo do primeiro escalão da administração da província de São Paulo: o cargo de secretário de Governo. Tal exercício ocorreu no início dos anos 1830. *O Novo Farol Paulistano*, 19 de maio de 1832, n. 80, p. 1. Tratava-se, pois, de uma época que o presidente da província era Rafael Tobias de Aguiar, que pertenceu ao Partido Liberal. Ao tempo em que José Mathias exerceu o posto de conselheiro do Governo de São Paulo, a presidência da província estava sob o comando de Aguiar. Em janeiro de 1830, por exemplo, época em que a província era administrada pelo liberal bacharel baiano José Carlos Pereira de Almeida Torres (1799-1850), José Mathias era Oficial Maior da Secretaria de Governo, bem como exercia o posto de suplente do Conselho do Governo Provincial. *O Farol Paulistano*, 20 de fevereiro de 1830, n. 310, p. 1. Portanto, em um contexto no qual os partidos Conservador e Liberal ainda não existiam, um membro da família Ferreira de Abreu foi beneficiado pelos esquemas de nomeações geridos por futuros líderes da grei liberal.

<sup>301</sup> *Novo Farol Paulistano*, 19 de novembro de 1833, n. 221, p. 2.

No início da década de 1840, a nomeação do bacharel José Mathias, filho, para um cargo comissionado provincial favoreceu o estreitamento das relações dos irmãos Ferreira de Abreu com os componentes das elites das regiões planáltica e litorânea da 5ª Comarca paulista. Nesse contexto, cabe destacar que, na condição de funcionário comissionado, ele se posicionou em defesa do aperfeiçoamento das comunicações entre o litoral e o planalto da comarca. O exercício desse cargo possibilitou a José Mathias o conhecimento acerca do estado econômico da região litorânea. Ao mesmo tempo, o desempenho dessa função permitiu que ele se inteirasse das reivindicações do grupo que ali se dedicava a atividades mercantis.

Em 1840, aos 24 anos, José Mathias exerceu o posto de superintendente da Estrada de Curitiba. Nesse contexto, ele endereçou, em Paranaguá, um relatório ao presidente da Província. Nesse relatório, esse bacharel não se ocupou apenas de apresentar uma análise sobre as estradas da região planáltica. Antes, ele elaborou uma defesa da pertinência do aperfeiçoamento da ligação entre vila de Curitiba e a estrada do Arraial, a qual se estendia da freguesia de Morretes até a freguesia de São José dos Pinhais. O argumento em defesa do crescimento do comércio na região litorânea foi empregado como justificação desse aperfeiçoamento.<sup>302</sup>

Na época em que exercia o referido cargo, José Mathias já ingressara na vida política. Em 1837, elegera-se deputado à Assembleia de São Paulo. A esse respeito, cabe acentuar que o seu relacionamento com os membros das sociedades do litoral da 5ª Comarca paulista foi operacional para esse bacharel angariar votos. Dessa forma, cumpre observar que em 1839 ele buscou sua primeira reeleição para o cargo de deputado provincial, mas não teve sucesso. Na ocasião, obteve 28 votos no Colégio Eleitoral de Paranaguá, a quarta maior votação.<sup>303</sup> Em Curitiba, ele reuniu menos apoios, pois alcançou apenas 10 votos nesse colégio.<sup>304</sup> Nessa oportunidade, José Mathias também angariou votos no Colégio Eleitoral da cidade de São Paulo (4 sufrágios) e no Colégio Eleitoral de Sorocaba (2 votos).<sup>305</sup>

Em suma, José Mathias obteve a sua maior votação no Colégio de Paranaguá. Tal informação apresenta-se, pois, como um indício do apoio político da elite social de Paranaguá a jovens bacharéis adventícios. Mais precisamente, essa informação evidencia que, anteriormente à sua iniciativa de defender a realização de reformas em uma estrada do litoral

---

<sup>302</sup> VIEIRA DOS SANTOS, Antônio. *Memória Histórica de Paranaguá...*, *Op. cit.*, p. 400.

<sup>303</sup> *A Phenix*, 16 de outubro de 1839, n. 172, p. 1.

<sup>304</sup> *A Phenix*, 12 de outubro de 1839, n. 171, p. 2.

<sup>305</sup> *A Phenix*, edições de 11 e 25 de setembro de 1839.

da 5ª Comarca, aquele bacharel já detinha relevante apoio eleitoral de membros da sociedade de Paranaguá. A inclinação dos membros do Colégio Eleitoral de Paranaguá para votar em correligionários do Partido Conservador é evidenciada por meio do resultado da eleição para a Câmara dos Deputados ocorrida em 1840. Nesse pleito, o conservador Carlos Carneiro de Campos (1805-1878), professor da Faculdade de Direito de São Paulo, obteve ali 31 votos e, portanto, foi o candidato mais votado naquele Colégio Eleitoral.<sup>306</sup>

Em 1841, José Mathias voltou a candidatar-se, sem sucesso, a deputado provincial de São Paulo. Porém, ele e o bacharel paulista João Crisóstomo Pupo (1810-1844), natural de Iguape, foram os mais votados no Colégio Eleitoral de Paranaguá, visto que cada um deles recebeu 33 sufrágios.<sup>307</sup> É necessário também ressaltar que a terceira maior votação nesse Colégio foi conquistada por um conservador. Trata-se do citado Carlos Carneiro de Campos, que angariou 32 votos. Dentre os indivíduos sufragados no Colégio Eleitoral de Paranaguá nessa ocasião, aparecem entre os mais votados dois futuros líderes do Partido Conservador: o citado José da Costa Carvalho, com 25 votos (6ª maior votação) e o bacharel santista Joaquim Otávio Nébias (1811-1872), que angariou 23 votos (9ª maior votação).<sup>308</sup>

No Colégio de Curitiba, José Mathias angariou seis votos. João Crisóstomo, por seu turno, conquistou 12 sufrágios.<sup>309</sup> José Mathias também obteve votos em outros colégios eleitorais de São Paulo. Contudo, o Colégio de Paranaguá foi o local onde obteve sua maior votação. Nesse sentido, compete salientar que ele também conquistou votos nos Colégios de Guaratinguetá (21votos), Jacareí (20 votos), Franca (15 votos), São Paulo (6 votos) e Jundiá (4 votos).<sup>310</sup> Portanto, nessa época já se consolidara o apoio eleitoral da elite de Paranaguá a José Mathias. Tal apoio foi mantido nas décadas de 1850 e 1860. Desse modo, em fins do período regencial houve o estreitamento das relações entre bacharéis adventícios e as lideranças políticas de Paranaguá, especialmente aquelas ligadas à grei conservadora.

\*\*\*

Conferir atenção a informações sobre a formação educacional e atuação profissional de João Crisóstomo também permite evidenciar um comportamento político peculiar à elite social de Paranaguá: o apoio a agentes estatais adventícios. Esse indivíduo foi inspetor da Alfândega de Paranaguá, de 1835 a 1844. Cumpre também salientar que ele se graduou pela

<sup>306</sup> *A Phenix*, 11 de novembro de 1840, n. 276, p. 1.

<sup>307</sup> *A Phenix*, 02 de outubro de 1841, n. 362, p. 1.

<sup>308</sup> *Id.*

<sup>309</sup> *A Phenix*, 29 de setembro de 1841, n. 361, p. 1.

<sup>310</sup> *A Phenix*, edições de 15 e 18 de setembro e 6 de outubro de 1841.

Faculdade de Direito de São Paulo em 1833. Nessa instituição, ele foi contemporâneo de José Mathias, que ali se formou em 1835.<sup>311</sup>

O exercício do posto de inspetor favoreceu a relação de João Crisóstomo com a elite de Paranaguá. Em 1839, ele obtivera 26 votos para deputado provincial nesse colégio, ou seja, a sexta maior votação. Nessa ocasião, angariou apenas 1 voto em Curitiba.<sup>312</sup>

Acerca do período em que João Crisóstomo desempenhou o cargo de Inspetor da Alfândega de Paranaguá, cabe mencionar que em novembro de 1840 ele foi destituído do posto. Cumpre destacar que o substituto desse indivíduo foi o bacharel Francisco José Correia (1807-1869), oriundo da vila do Príncipe (atual cidade da Lapa), na região planáltica do Paraná. Nesse quadro, é necessário ressaltar que, ao tempo de sua nomeação para inspetor da Alfândega de Paranaguá, Correia não era um personagem desconhecido da elite local. Ao contrário, em 1839 ele foi o segundo candidato mais votado a deputado provincial. Similarmente ao bacharel baiano Agostinho Ermelino de Leão, Francisco José angariou 29 votos no Colégio Eleitoral de Paranaguá. O mais votado foi o santista Martim Francisco Ribeiro de Andrada, ex-ministro da Fazenda, que conquistou 31 votos.

Nessa oportunidade, Francisco José conseguiu eleger-se deputado à Assembleia de São Paulo, no biênio 1840-1841. Agostinho de Leão, por seu turno, obteve apenas a condição de suplente em tal pleito.<sup>313</sup> Os descendentes desse indivíduo estabeleceram relações familiares com integrantes do Partido Conservador no Paraná. Portanto, tal informação evidencia que, quando ocorreu a criação do Paraná, já estava consolidada a inclinação de correligionários do Partido Conservador de Paranaguá para apoiar as pretensões eleitorais de bacharéis adventícios.

Portanto, a elite social de Paranaguá, desde o período anterior à criação do Paraná, mantinha conexões políticas com agentes estatais dotados de formação superior. Esses funcionários eram oriundos da própria 5ª Comarca paulista, mas também originários de outras comarcas e províncias. Por fim, cabe ressaltar que Francisco José Correia era um membro do Partido Conservador, pelo qual exerceu mandatos de deputado à Assembleia do Paraná, nas décadas de 1850 e 1860.

\*\*\*

---

<sup>311</sup> MAIA, Júlio Joaquim Gonçalves. Lista geral... *Op. cit.*, pp. 247 e 262.

<sup>312</sup> *A Phenix*, edições de 12 e 16 de outubro de 1839.

<sup>313</sup> *A Phenix*, 16 de outubro de 1839, n. 172, p. 1.

Em julho de 1841, o citado bacharel João Crisóstomo foi readmitido ao posto de Inspetor.<sup>314</sup> Em janeiro de 1841, ocasião em que estava afastado do cargo, ele recebeu elogios dos negociantes e membros da Câmara de Paranaguá. Os negociantes e os camaristas elaboraram, separadamente, abaixo-assinados nos quais destacaram que esse bacharel desempenhou com retidão as suas tarefas de Inspetor.<sup>315</sup> Após ser reintegrado ao cargo de Inspetor, João Crisóstomo permaneceu investido no exercício dessa função até o ano de seu falecimento, em 1844.

Em setembro de 1841, esse bacharel obteve, no Colégio Eleitoral de Paranaguá, expressiva votação para deputado provincial – os mencionados 33 sufrágios. Para um morador de Paranaguá, que enviou texto anônimo ao jornal *A Phenix*, a demissão de João Crisóstomo, pelo Governo Imperial, seria decorrente de motivações políticas. A proximidade das eleições provinciais, nas quais Crisóstomo foi um dos mais votados em Paranaguá, seria, portanto, um desses motivos: “S. E. [o presidente da província] sabe que a demissão dada ao Sr. Dr. Pupo é filha unicamente da arbitrariedade de um simples querer e mandar ocasionado por intrigas de eleições, e quem sabe por algum pecado alheio”.<sup>316</sup>

Tal afirmação consiste, por um lado, em um indício da absorção de agentes imperiais na vida política da região do litoral do atual Paraná em fins do período regional. Por outro lado, ela evidencia que, desde o período anterior à criação do Paraná, a nomeação e destituição de funcionários comissionados eram ocasiões que despertavam animosidades

<sup>314</sup> VIEIRA DOS SANTOS, Antônio. *Memoria Histórica de Paranaguá... Op. cit.*, vol. 2, p. 218.

<sup>315</sup> Segundo os negociantes de Paranaguá, o ex-inspetor não criava obstáculos ao desenvolvimento da vida comercial da localidade: “O Sr. Dr. Pupo, assim como é extremamente restrito na fiscalização e economia das rendas, esclarece com suma polidez, e remove quaisquer embaraços que por ventura possam influir na marcha regular do comércio, atraindo por tão nobres qualidades as simpatias dos concorrentes, especialmente dos abaixo-assinados”. *A Phenix*, 13 de fevereiro de 1841, n. 299, pp. 3-4. Dentre os signatários do abaixo-assinado dos negociantes estava um futuro chefe do Partido Conservador no município, a saber, Manuel Antônio Guimarães, que também subscreveu o abaixo-assinado dos vereadores, pois à época exercia mandato de vereador. Uma futura liderança do Partido Liberal em Paranaguá, o citado Caetano de Souza Pinto, também subscreveu o documento produzido pelos negociantes. Abastados negociantes portugueses radicados em Paranaguá, tais como os portugueses Manuel Antônio Pereira (1782-1857) e Manuel Francisco Correia (1776-1864), constam como signatários do abaixo-assinado. De sua parte, os vereadores de Paranaguá ressaltaram que Pupo “sempre deu provas de benemérito cidadão, portando-se com muita honra e probidade”. *Id.*

<sup>316</sup> *A Phenix*, 13 de fevereiro de 1841, n. 299, p. 4. Esse texto anônimo era direcionado a criticar o presidente de São Paulo. Tal crítica era motivada pelo fato de que Rafael Tobias Aguiar pedira ao substituto de João Crisóstomo novas informações sobre o requerimento de um indivíduo que pleiteava o emprego de guarda da Alfândega de Paranaguá. Essa informação fora prestada pelo inspetor destituído. Para o autor anônimo, esse novo pedido de informações era uma ação destinada a evidenciar que as informações fornecidas por João Crisóstomo não eram fidedignas e que a demissão desse indivíduo era decorrente do fato de que ele não teria crédito junto ao Governo Imperial. Em síntese, esse texto anônimo comporta uma crítica a um ato de um presidente liberal. No contexto dessa crítica, o ex-inspetor João Crisóstomo, supostamente desacreditado pelo liberal Rafael Tobias de Aguiar, já conquistara o apoio político dos negociantes do litoral da 5ª Comarca, os quais, em sua maior parte, estavam vinculados ao Partido Conservador.



políticas na região litorânea. Portanto, a inserção de José Mathias e João Crisóstomo na vida política de Paranaguá evidencia que, no período regencial, os chefes partidários do litoral da 5ª Comarca paulista já se apresentavam inclinados a estabelecer relações políticas com jovens bacharéis que desempenhavam cargos comissionados. Essas relações, por conseguinte, desdobravam-se na incorporação desses adventícios aos quadros partidários ou no apoio às pretensões eleitorais desses indivíduos.

Em suma, a inserção de José Mathias nos esquemas eleitorais vigentes em Paranaguá no período anterior à criação do Paraná consistiu em um dos primeiros casos da concessão, pelos integrantes desse reduto eleitoral conservador, de apoio político a um jovem diplomado. Nesse contexto, outro bacharel adventício e integrante ao Partido Conservador, o citado Agostinho Ermelino de Leão, que atuara como magistrado em Paranaguá, também conquistou o apoio político tanto dos eleitores do planalto quanto dos eleitores do litoral da futura Província do Paraná. Na eleição de 1841, Leão foi o candidato a deputado provincial mais votado no Colégio Eleitoral de Curitiba, tendo obtido 35 votos. No Colégio de Paranaguá, esse bacharel obteve a quarta maior votação, a saber, 29 votos.<sup>317</sup> Nessa eleição, ele alcançou, pela segunda vez, a condição de deputado suplente.

Para o articulista do jornal *A Phenix*, os resultados do Colégio de Curitiba demonstrariam que essa área eleitoral estava se tornando menos sujeita à influência política dos aliados do citado fazendeiro Rafael Tobias de Aguiar, uma das principais lideranças do Partido Liberal de São Paulo e que, naquele contexto, exercia o cargo de presidente da província: “A votação, que abaixo publicamos, é uma prova incontestável de que esse collegio já não é impenetrável para os candidatos que não são da facção do Sr. Tobias e de haver ali cidadãos que abandonarão a causa dos separatistas, com os quaes nos congratulamos, certos de possuir as fileiras dos defensores da monarchia mais esses corajosos e honrados cidadãos”<sup>318</sup> Portanto, verifica-se que, no início do Segundo Reinado, o Partido Liberal já

<sup>317</sup> *Phenix*, edições de 29 de setembro e 02 de outubro de 1841.

<sup>318</sup> *A Phenix*, 29 de setembro de 1841, n. 361, p. 1. Cumpre mencionar que desde a época regencial vigorava um distanciamento entre Rafael Tobias de Aguiar e os membros da elite política de Paranaguá, ou seja, o grupo de fundadores do Partido Conservador na 5ª Comarca paulista. Um dos motivos desse distanciamento derivava da resistência dos ocupantes de cargos administrativos nesse município em coibir o tráfico de escravos na baía de Paranaguá. Desse modo, as autoridades desse município seriam refratárias, naquele contexto, a zelar pelo cumprimento de uma lei elaborada por um correligionário de Aguiar, o padre paulista Diogo Antônio Feijó. Essa lei imperial, seccionada em 07 de novembro de 1831, época em que Feijó era ministro da Justiça, declarava livres os africanos traficados para o Brasil, bem como previa punições aos traficantes. Portanto, a relação entre Aguiar e os líderes políticos de Paranaguá já estava desgastada antes da organização dos partidos Conservador e Liberal. O corporativismo das elites locais era, pois, um obstáculo para a aproximação dos membros dessas elites com chefes partidários de maior projeção. A respeito dessa querela, ver CARDOSO, Jayme Antônio; NADALIN,

consolidara a sua influência sobre a vida política do primeiro planalto da futura Província do Paraná

As citadas informações sobre as votações de José Mathias e Ermelino de Leão permitem acentuar uma aproximação entre a vida política no litoral e no planalto do atual Paraná. Essa aproximação consiste no fato de que os futuros chefes partidários de ambas as regiões, especialmente os conservadores, já se mostravam inclinados a absorver adventícios detentores de formação superior e que, em virtude do desempenho de cargos comissionados, estreitavam relações com as elites locais. Os descendentes desses adventícios também se enraizaram em parentelas e grupos partidários paranaenses. Em síntese, a absorção de bacharéis adventícios aos quadros do Partido Conservador paranaense ocorreu anteriormente ao processo de absorção desenvolvido pelos chefes regionais do Partido Liberal.

Nos anos 1840, José Mathias exerceu três mandatos de deputado provincial em São Paulo e, nos anos 1850, um mandato de deputado geral. Assim, desde a época em que exercera o mencionado cargo de Inspetor de estrada provincial, ele conservou vínculos políticos com membros da elite política de Paranaguá. A importância do envolvimento em esquemas de nomeações para a consolidação de tais vínculos é evidenciada por meio da leitura do seguinte excerto do necrológio de José Mathias, escrito pelo bacharel cearense Bento Fernandes de Barros, que pertencia ao diretório paranaense do Partido Conservador.

Conforme Barros, as nomeações para cargos públicos que obteve em fins do período regencial permitiram a ele, José Mathias, participar da vida política e administrativa daquele município. Ao mesmo tempo, no seguinte excerto encontra-se uma evidência de que os êxitos eleitorais que José Mathias conquistou na política paulista foram decorrentes do apoio obtido junto aos partidários da grei conservadora na 5ª Comarca de São Paulo. Um dos primeiros indícios desse apoio consistiu na obtenção de um encargo pela Câmara de Paranaguá, no período anterior à criação do Paraná.<sup>319</sup>

A partir da criação do Paraná, José Mathias exerceu três mandatos de deputado provincial, em fins dos anos 1850 e início dos anos 1860. Em dezembro de 1856, a despeito do apoio da elite mercantil de Paraná e do fato de o Partido Conservador comandar o

---

Sérgio Odilon; SANTOS, Carlos Roberto Antunes dos. Nota prévia sobre o “Arrolamento de fontes para a história da escravidão” na correspondência dos presidentes da Província do Paraná. In: *Anais do VI Simpósio de Professores Universitários de História: trabalho livre e trabalho escravo*. Volume II São Paulo: s/e, 1973, pp. 386 e 403. Para o conhecimento de episódios que evidenciam a ocorrência de tráfico de escravos na baía de Paranaguá, entre as décadas de 1830 e 1850, ver WESTPHALEN, Cecília Maria. A introdução de escravos novos no litoral paranaense. In: *Revista de História*, n. 89, 1º trimestre de 1972, pp. 139-154.

<sup>319</sup> *Dezenove de Dezembro*, 21 de julho de 1869, n. 1012, p. 3.

Gabinete Ministerial e o Governo Provincial, ele não conseguiu eleger-se deputado geral. Antes, alcançou apenas a terceira colocação no pleito, pois obteve 50 votos.<sup>320</sup> No início do ano seguinte, o correspondente do *Correio Mercantil* destacou essa derrota: “Já Vm. Sabe que os candidatos liberaes venceram a campanha para deputado e suplente. O Dr. José Mathias ficou morto no campo da batalha”.<sup>321</sup> Assim, tal qual ocorrera na eleição provincial de 1840, o apoio de membros da sociedade litorânea não foi suficiente para elegê-lo a um cargo legislativo.

Entretanto, nessa época esse bacharel pertencente à geração de 1810 ainda angariava mais votos do que um jovem bacharel conservador pertencente à geração de 1830. No referido pleito de 1856, o conservador Manuel Francisco Correia (1831-1905) angariou 39 votos e, portanto, se tornou o quarto colocado na disputa. Conforme demonstrado nesta tese, Manuel Francisco tornou-se o candidato oficial do Partido Conservador à Câmara dos Deputados em um momento no qual José Mathias decidira não lançar a sua candidatura. Em 1861, José Mathias tornou a ser derrotado em eleição para deputado geral. Após essa derrota, Manuel Francisco obteve gradativamente maior espaço no Partido Conservador do Paraná.<sup>322</sup>

\*\*\*

A articulação para a obtenção de cargos comissionados era a principal atividade de natureza política desenvolvida por José Mathias. em abril de 1862, por exemplo, ele pleiteou, sem sucesso, o posto de Juiz de Direito da Comarca de Paranaguá. Às vésperas da destituição do Partido Conservador do comando do Gabinete Ministerial, esse bacharel avaliava que apoios obtidos na Corte poderiam favorecer a sua nomeação para tal cargo. A esse respeito, o correspondente do *Correio Mercantil* afirmou: “Com a chegada do Dr. Aprígio [Ferreira Gomes], desvaneceu-se a esperança do Dr. José Mathias, que contava por esse vapor a sua nomeação de juiz de direito desta comarca, confiado nas promessas da corte”.<sup>323</sup>

Essa informação consiste, pois, em um dos primeiros indícios da redução da influência de bacharéis da geração de 1810 vinculados ao Partido Conservador do Paraná. O envolvimento em políticas de nomeações e a atuação em cargos municipais foram elementos

<sup>320</sup> *Dezenove de Dezembro*, 10 de dezembro de 1856, n. 37, p. 3.

<sup>321</sup> *Correio Mercantil*, 21 de janeiro de 1857, p. 2.

<sup>322</sup> José Mathias protestou contra o modo como foi conduzida a eleição para a Câmara dos Deputados 1861 ocorrida no Paraná. Desse modo, enviou uma representou à Câmara dos Deputados, que a encaminhou para a Comissão de Poderes. Todavia, não houve qualquer modificação no resultado desse pleito marcado pela decisiva interferência do Gabinete Ministerial. *Correio Mercantil*, 25 de abril de 1861, p. 1.

<sup>323</sup> *Correio Mercantil*, 24 de abril de 1862, p. 1.

marcantes ao destino desses bacharéis ao tempo em que a geração de 1830 começava a exercer funções mais decisivas na gestão do partido na província.

Por outro lado, conferir atenção à participação de José Mathias e de seu irmão nas eleições municipais de 1864 possibilita reconhecer os malogros políticos que marcaram os seus percursos políticos. Na eleição para a Câmara Municipal de Paranaguá ocorrida naquele ano, José Mathias obteve 179 sufrágios. Tal votação colocou-o apenas na condição de quinto suplente.<sup>324</sup> Os vereadores eleitos nesse pleito pertenciam ao Partido Liberal. Tratava-se, pois, de um momento em que completavam dois anos do afastamento do Partido Conservador do Gabinete Ministerial.

De sua parte, Antônio Cândido disputou no referido ano uma vaga na Câmara Municipal de Curitiba. Entretanto, conquistou apenas a condição de sexto suplente, pois obteve 265 votos.<sup>325</sup> Essa frustrada experiência eleitoral de Antônio Cândido ocorreu em um período marcado pela ascensão, ao comando do diretório conservador da capital paranaense, de bacharéis adventícios pertencentes à geração nascida nos anos 1830. O cearense Bento Fernandes de Barros, que nessa ocasião obteve 255 votos para vereador, no pleito seguinte, ocorrido em 1868, foi o terceiro candidato mais votado a esse cargo, conforme evidenciado no quarto capítulo. Em Paranaguá, contudo, os adventícios que pertenciam ao diretório conservador e estabeleceram-se no Paraná após 1853 não obtiveram mandatos legislativos.

\*\*\*

Os anos derradeiros da atividade política de José Mathias transcorreram em um momento no qual os abastados negociantes ainda exerciam marcante influência na política litorânea. Nesse contexto, eles permaneciam predispostos a participar de pleitos que garantiam o acesso a cargos administrativos de âmbito municipal. Assim, cumpre acentuar que, em 1868, um ano antes de seu falecimento, José Mathias foi incluído na lista de candidatos a Juiz de Paz de Paranaguá. Obteve a terceira colocação no pleito (512 votos), juntamente com Joaquim Félix da Silva. Tal votação possibilitou a eleição de ambos.<sup>326</sup>

O mais votado foi o futuro Visconde de Nacar (516 sufrágios), seguido pelo tenente-coronel Joaquim Cândido Correia (515 votos), que exercera cargos como o de vereador e provedor da Santa Casa de Paranaguá.<sup>327</sup> Ele era irmão de uma liderança emergente do

<sup>324</sup> *Dezenove de Dezembro*, 14 de setembro de 1864, n. 520, p. 3.

<sup>325</sup> *Id.*

<sup>326</sup> *Dezenove de Dezembro*, 16 de setembro de 1868, n. 984, p. 3.

<sup>327</sup> O percurso social de Joaquim Cândido, que era irmão dos bacharéis Manuel Francisco Correia e Francisco Ferreira Correia (1834-1876), foi marcado pela participação em instituições administrativas municipais e

Partido Conservador paranaense, a saber, o bacharel Manuel Eufrásio Correia. Desse modo, no final dos anos 1860 e princípio dos anos 1870, os bacharéis, no planalto e no litoral paranaense, ainda se mostravam afeitos a disputar cargos eletivos municipais. Porém, ao contrário do caso dos bacharéis radicados na região planáltica, a disputa por esses cargos apresentou-se como a derradeira oportunidade de José Mathias de permanecer ativo na vida política e administrativa.

Nos seus anos derradeiros, esteve José Mathias mais envolvido em querelas políticas locais. A sua condição de advogado qualificava-o para a participação nessas querelas. Em 1860, por exemplo, ele foi incumbido pelo Partido Conservador de interpor um recurso no Conselho Municipal de Recurso de Paranaguá concernente ao resultado do processo de qualificação de votantes realizado pela Junta de Qualificação. Em suma, os conservadores demandavam a aceitação dos recursos de indivíduos que não foram incluídos na Lista de Votantes. Segundo eles, a não aceitação desses recursos fora uma decisão unilateral de apenas um dos membros do Conselho.

O Conselho de Recurso era composto por três membros: o Juiz Municipal, o presidente da Câmara Municipal e o eleitor mais votado.<sup>328</sup> O estudo sobre o envolvimento de membros do Partido Conservador de Paranaguá nesse Conselho possibilita salientar a natureza dos confrontos travados entre indivíduos cuja atividade política era limitada ao âmbito municipal. Ao mesmo tempo, a análise desse envolvimento permite destacar que o controle de órgãos como o Conselho era uma das salvaguardas do poder político de

---

instituições caritativas. Em geral, tal participação foi também peculiar aos negociantes do litoral durante o Império e a Primeira República. Por outro lado, é necessário ressaltar o caso de um membro da família Correia que, mesmo não tendo obtido formação superior, logrou desempenhar cargos no alto escalão da administração provincial. Trata-se de Urbano Sabino Correia, que era irmão dos indivíduos citados nesta nota. Esse indivíduo ocupou um cargo geralmente exercido por bacharéis: o cargo de secretário de Governo, nos anos de 1871 e 1872. *Dezenove de Dezembro*, edições de 22 de fevereiro de 1871 e 11 de dezembro de 1872. Tal nomeação inscreve-se no contexto em que um irmão de Urbano Sabino Correia, o bacharel Manuel Francisco Correia, detinha a prerrogativa de interferir nos esquemas de preenchimento de cargos provinciais e imperiais. Anteriormente, Urbano Sabino desempenhara o cargo de Secretário de Polícia do Paraná. *Dezenove de Dezembro*, 22 de maio de 1869, n. 995, p. 1. Portanto, as oportunidades sociais e profissionais dos notáveis de aldeia eram sobremaneira dependentes da intermediação de políticos de maior projeção. Em geral, esses notáveis não asseguravam, de maneira duradoura, posições de relevo na vida administrativa regional. Para fundamentar esse argumento, cabe salientar que, após exercer o posto de secretário de Governo, Urbano Sabino foi nomeado, em 1873, para um cargo que não garantia ao seu ocupante um papel decisivo na vida política e administrativa. Trata-se do cargo de escrivão-chefe do escritório do 1º Ajudante do Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro. *Dezenove de Dezembro*, 12 de março de 1873, n. 1385, p. 4.

<sup>328</sup> O Artigo 33 da Lei Regulamentar das Eleições do Império do Brasil, de 19 de agosto de 1846, determinava: “Em cada Município haverá um Conselho Municipal de Recurso, composto do Juiz Municipal, que será o Presidente, do presidente da Câmara Municipal, e do Eleitor mais votado da Paróquia cabeça do Município. No caso de qualquer deles ter feito parte da Junta Qualificadora de alguma Freguesia, servirá em seu lugar o seu substituto legal, ou o imediato em votos”.

notabilidades locais, como Nácar, ou de bacharéis em declínio no cenário partidário, tais como José Mathias.

Segundo o articulista do jornal *A Actualidade*, em tal período o futuro Visconde de Nácar e um correligionário faziam parte do mencionado órgão municipal. Nácar pertencia a esse órgão na condição de eleitor mais votado. O outro participante da instituição era o citado Joaquim Cândido Correia, que fora o segundo eleitor mais votado de Paranaguá em 1856.<sup>329</sup> O cargo Juiz Municipal de Paranaguá, por seu turno, era exercido pelo fluminense José da Rocha Vianna, membro da grei liberal.

Segundo os conselheiros, o Juiz Municipal afastara-os da tomada de decisão sobre o provimento dos recursos sob o argumento de que possuíam relações de parentesco com os indivíduos que impetraram os recursos.<sup>330</sup>

Em março de 1860, o jornal *Dezenove de Dezembro* havia publicado uma carta anônima acerca do confronto entre o Juiz Municipal e o grupo político comandado pelo futuro Visconde de Nácar. De um lado, esse texto evidencia que Nácar pretendia anular o resultado da qualificação de eleitores porque ele, o resultado, era desfavorável ao seu partido. De outro lado, o texto consiste em mais uma evidência da atuação de José Mathias em defesa dos interesses dos negociantes conservadores do litoral paranaense.<sup>331</sup>

De sua parte, o presidente da província, José Francisco Cardoso, arbitrou a questão em favor do futuro Visconde de Nácar. Desse modo, o presidente determinou a inclusão na Lista de Qualificação de eleitores excluídos. Ainda, ele determinou a abertura de um processo contra o juiz municipal José da Rocha Viana, em virtude dos supostos abusos que cometera na condição de presidente do Conselho de Recurso de Paranaguá.<sup>332</sup> Ou seja, tal fato evidencia a prevalência dos interesses de um potentado provincial contra um bacharel que pertencia à categoria de agente estatal adventício.

\*\*\*

Compete ser destacado que, em relação aos bacharéis conservadores da geração de 1830, José Mathias foi ocupante de posições menos proeminentes nas instituições políticas e administrativas da província. Na década de 1860, época que representa o epílogo de sua trajetória, ele não desempenhou mandatos eletivos. Nesse quadro, as informações transcritas

<sup>329</sup> Nessa oportunidade, Nácar angariara 467 votos. Joaquim Cândido, por seu turno, conquistou 445 sufrágios. *Dezenove de Dezembro*, 12 de novembro de 1856, n. 33, p. 3.

<sup>330</sup> *A Actualidade*, 21 de junho de 1860, n. 87, p. 4. Grifos no original.

<sup>331</sup> *Dezenove de Dezembro*, 7 de março de 1860, n. 201, p. 2.

<sup>332</sup> *Dezenove de Dezembro*, 5 de setembro

acima demonstram que uma das suas atividades como membro do Partido Conservador consistiu em defender uma reivindicação do chefe da agremiação naquele município. O desfecho da carreira política desse bacharel pertencente à geração de 1810 ocorreu, pois, em um momento em que principiava a ascensão dos bacharéis ao controle dos esquemas eleitorais do Partido Conservador do Paraná.

Nesse quadro, trata-se de ressaltar uma semelhança acerca do epílogo da atuação social de José Mathias e Antônio Cândido, em fins da década de 1860. Essa semelhança decorria do fato de que ambos permaneceram como membros do séquito de correligionários de Nácar. Esses correligionários não prestavam somente apoio eleitoral àquele negociante. Antes, atuavam eles também atuavam como advogados do grupo partidário chefiado por Nácar, assim como exerciam a função de procuradores desse negociante. Em 1868, por exemplo, Antônio Cândido era o procurador da Companhia Progressista Navegação em Curitiba, bem como integrava a diretoria dessa empresa.<sup>333</sup> Nácar geria essa empresa desde a sua fundação, em 1858.

Para evidenciar que Antônio Cândido permaneceu como obediente às ordens de Nácar é necessário atentar à seguinte informação apresentada pelo correspondente de *A Reforma*, em fevereiro de 1873. Essa obediência de Antônio Cândido consistia, por exemplo, em negligenciar suas tarefas de magistrado para atender aos chamados de Nácar. Nessa época, esse negociante presidia interinamente a Província do Paraná: “O vice-presidente tio dos dous designados pela província, tomou conta da presidência. Com um desembaraço extraordinário, tira de sua comarca o juiz de direito seu genro Dr. Antônio Cândido Ferreira de Abreu e o leva por onde anda, feito cicerone. Dói na verdade lançar-se nas alturas de um alto cargo para o qual se exige saber e circunspeção homens da esfera do Sr. Guimarães”.<sup>334</sup>

Em síntese, verifica-se que, em relação aos bacharéis conservadores da geração de 1830, Antônio Cândido e José Mathias permaneceram mais ligados às lutas e aos interesses do potentado que os incorporou à vida partidária da província. Os bacharéis dessa geração atuaram, por certo, para viabilizar demandas econômicas de Nácar. Contudo, a atuação desses indivíduos em favor de Nácar ocorria por meio da intermediação das demandas desse negociante junto a autoridades imperiais. Trata-se, pois, de um tema desenvolvimento no

---

<sup>333</sup> FONSECA, Antônio Augusto da. *Relatorio com que o Exm. Sr. presidente da província, Dr. Antônio Augusto da Fonseca abriu a 2º sessão da 8ª legislatura da Assembléa Legislativa do Paraná no dia 6 de abril de 1869*. Curitiba: Typographia de Cândido Martins Lopes, 1869, Anexo 2-4.

<sup>334</sup> *A Reforma*, 28 de fevereiro de 1873, n. 47, p. 3.

terceiro capítulo dessa tese. A execução desse capítulo permitirá, assim, demonstrar a diferença do poder e influência política de duas gerações de bacharéis conservadores que ingressaram vida partidária com apoio de Nacar.

\*\*\*

Antônio Cândido, por seu turno, fixou-se em Curitiba. Ele fora deputado geral em uma legislatura, nos anos 1850, e deputado provincial, em quatro legislaturas, do início dos anos 1860 ao início dos anos 1870. Posteriormente, dedicou-se à magistratura em comarcas do Paraná e do Rio Grande do Sul.<sup>335</sup> Todavia, desde o período anterior à criação do Paraná, ele, na condição de magistrado, envolvia-se em questões políticas da região planáltica da futura província. Conferir atenção ao envolvimento desse bacharel em tais questões possibilita evidenciar que o apoio político de agentes estatais era operacional às elites locais.

Em suma, tal apoio era operacional porque esses agentes possuíam, por exemplo, a prerrogativa de interferir na condução de pleitos eleitorais. Mais especificamente, o estudo desenvolvido a seguir permite destacar que Antônio Cândido não era ligado apenas aos conservadores do litoral da futura Província do Paraná, mas também atuou para garantir o êxito dos conservadores em uma freguesia da região planáltica.

Nesse âmbito, trata-se de destacar o envolvimento de Antônio Cândido, ocorrido em 1849, na para viabilizar a eleição, pelo Colégio Eleitoral de Curitiba, de candidatos conservadores à Câmara dos Deputados. Mais precisamente, cabe analisar o modo como tal magistrado, que tinha na época 26 anos de idade, buscou interferir na eleição que se realizaria na freguesia de Palmeira, então pertencente à jurisdição do município de Curitiba. Portanto, similarmente ao caso de seu irmão José Mathias, Antônio Cândido atuou em defesa de interesses da grei conservadora a partir do momento em que obteve as suas primeiras nomeações para cargos comissionados.

Em tal eleição, houve confrontos entre os liberais e conservadores e denúncias de fraude no Colégio Eleitoral de Curitiba. Nesse âmbito, cabe destacar que na Paróquia de Curitiba, local onde também ocorreram tais confrontos, a eleição foi anulada após uma deliberação da Comissão de Poderes do Senado, que à época era a instância responsável pela homologação dos resultados eleitorais.<sup>336</sup>

---

<sup>335</sup> No Paraná, Antônio Cândido atuou como Juiz de Direito na Comarca da Lapa e, em seguida, na Comarca de Antonina e Morretes. *Diário do Rio de Janeiro*, 8 de junho de 1872, n. 156, p. 1. No Rio Grande do Sul, atuou na comarca de São Leopoldo. *Diário do Rio de Janeiro*, 18 de maio de 1876, n. 132, p. 1.

<sup>336</sup> *Correio Mercantil*, 31 de dezembro de 1849, n. 355, p. 3.



Nesse contexto, Antônio Cândido, à época juiz municipal do Termo de Curitiba, atuara para impedir a vitória dos liberais. A esse respeito, o *Correio Mercantil* publicou uma carta e dois ofícios de Antônio Cândido. Esses documentos foram originariamente publicados no jornal *Ypiranga*. Neles, o aludido magistrado sugeriu medidas para neutralizar a influência dos liberais na freguesia de Palmeira. Na carta transcrita a seguir, nota-se que ele articulou a nomeação de um novo comandante da Divisão de Cavalaria da Freguesia de Palmeira. Essa nomeação estava diretamente relacionada ao seu propósito de possibilitar o sucesso eleitoral dos conservadores:

Em seguida publicamos uma carta reservada e dous officios, um também *reservado*, do juiz municipal daquele termo [de Curitiba], que põe em absoluta evidência a parte que a autoridades tomaram nessa eleição. Esses três documentos importantes foram escritos no mesmo dia, e talvez na mesma hora, e devem ser considerados uns partes complementares dos outros. Por eles vê-se que a autoridade recomendada oficialmente que um *subdelegado esgotasse todos os meios para vencer a eleição*, usando para isso de toda a *energia e resolução, pondo na mesma ocasião as forças que quisesse à sua disposição, oferecendo-lhe armamento e cartuxame*. O público lerá esses extraordinários documentos, e por eles, e não por declamações, firmará um juízo imparcial sobre as ocorrências em Curitiba; e decidirá quem são os desordeiros, se os liberaes, que nada mais queriam do que as garantias da lei, ou as autoridades que por meio de brutae violências queriam ganhar a eleição.

*Carta reservada e dous officios, um reservado, do juiz municipal de Curitiba, Antônio Cândido Ferreira de Abreu, que provão o plano de vencer a eleição por meio de violências.*

*Reservada.* – Illmo. Sr. Francisco de Paula Faria e Souza. Curitiba, 23 de julho de 1849. – Meu amigo e Sr. – Affirmo-me o seu irmão e meu amigo o Sr. padre Ignacio de Almeida Faria, que lhe não escreve por ter ficado incommodado na freguezia, que V. S. o acompanhará no glorioso e nobre empenho de coadjuvar-nos para que obtenhamos a completa victoria nas eleições no dia 5 do futuro mez em todas as povoações deste termo; e conhecendo eu que bastante é sua protecção para conseguirmos isso nessa freguezia, vou por esta solicitar e pedir o seu apoio, para que V. S., entendendo-se a este respeito com o meu amigo o Sr. Felisberto de Oliveira Ribas, combinem em trabalhar juntos e por uma lista que contenha o seu nome, o delle, e o de mais outros cidadãos amigos do monarcha e da ordem, e ver se conseguem arredar a influência da família que considera essa freguezia como sua fazenda. *Nesta ocasião vai a demissão do Sr Cruz, de major e nomeação para o Sr. Manuel do Portão*; é muito natural que também lhes coadjuve a Guarda Nacional. Espero pois que o meu amigo tomará em consideração este meu particular pedido, que *é filho não tanto dos meus desejos, como do empenho que faz o governo sobre as eleições*, e que eu como seu empregado, devo acompanhá-lo, pedindo apoio de meus amigos. Espero que V. S. não confiará esta minha [carta] reservada a ninguém. Determine pois as suas ordens a quem é com reconhecimento seu amigo e criado – Antônio Cândido Ferreira de Abreu.<sup>337</sup>

O redator do *Ypiranga*, ao comentar essa missiva, ressaltou que o novo comandante não atuara em favor dos conservadores naquele pleito. Em suma, ele não acatou as sugestões de Antônio Cândido: “[...] esperava o juiz municipal que o Sr. Manuel de Paula Teixeira coadjuvasse a eleição com a guarda nacional; querem-o mais claro? Porém o Sr. Teixeira

<sup>337</sup> *Correio Mercantil*, 15 de outubro de 1849, n. 282, p. 2. Grifos no original.

atirou-lhes com tal nomeação em face, porque não era de sua dignidade servir-se do emprego, perseguindo para ganhar eleições”.<sup>338</sup>

Antônio Cândido enviou ofício ao subdelegado de Palmeira para exigir empenho no projeto de viabilizar o sucesso eleitoral dos conservadores naquela circunstância. No entendimento de Cândido, o êxito do Partido Conservador naquele pleito representaria a própria vitória do Gabinete Ministerial:

*Reservado.* – Illm. Sr. – Junto achará uma copia de um officio reservado do Exm. presidente da província, pelo qual conhecerá o quanto é necessário estar em vigilância com os homens da opposição, pelos manejos que sempre empregão contra as autoridades em occasião de eleições. É muito necessário que V. S. *esgote todos os meios afim de ver se consegue excluir da lista dos eleitores desta freguezia uma família que julga governar esse povo como senhores delle, e que pelo contrário tem sido causadores do atrazo em que ella se acha. Deve, portanto, V. S. formar uma chapa de cidadãos do nosso partido, tantos quantos seja necessário. Isto é, do número de eleitores que a freguezia der distribuí-las pelos votantes, e trabalhar por ella com todas as forças de nossos amigos, afim de sahirem eleitores pessoas amigas do governo e do Imperador, usando para isso de toda energia e resolução.* Outrossim, que fique V. S. prevenido que dias antes das eleições apareçam uns impressos, notificando falsamente a queda do actual ministério, o que não deve ser acreditado, porque é público pretenderem os farrapos lançar mão disso *a ver se desanimão os empregados do governo e do partido da ordem.* Nesta occasião escrevo ao Sr. Francisco de Paula Faria para coadjuvar a V. S., se o julgar de sua confiança. É o que me cumpre observar a V. S., offerecendo toda a minha coadjuvação para o que V. S. julgar preciso. Deus guarde a V. S. Cidade de Coritiba, 22 de julho de 1849. – Illm. Sr. Felisberto Mariano de Oliveira Ribas, delegado da freguezia da Palmeira. O juiz municipal do termo. *Antônio Cândido Ferreira de Abreu.*

N. B. Este meu officio não deverá V. S. confiar a ninguém, visto ser elle reservado.<sup>339</sup>

O articulista do *Ypiranga* salientou a fidelidade de Antônio Cândido ao grupo que comandava o Gabinete Ministerial: “É grande a docilidade deste empregado; como juiz declarou-se empregado do governo; e mette-se nas eleições *pelo empenho que faz do governo*”.<sup>340</sup> Portanto, na correspondência de Antônio Cândido não há a justificação de suas ordens em decorrência de sua fidelidade a determinados setores do Partido Conservador.

Antes, ele ressaltou que, em defesa do Gabinete conservador presidido pelo bacharel pernambucano Pedro Araújo Lima (1793-1870), as autoridades locais deveriam se empenhar para impedir o triunfo do Partido Liberal. Nesse quadro, Antônio Cândido atuou como um agente estatal dedicado a promover fortalecimento político Gabinete. Mais especificamente, ele advogou que as autoridades locais deveriam se empenhar para derrotar os adversários da grei conservadora. Ou seja, as afinidades partidárias desse magistrado estão evidenciadas em sua correspondência.

<sup>338</sup> *Id.* Grifos no original

<sup>339</sup> *Id.* Grifos no original.

<sup>340</sup> *Id.* Grifos no original.

Em um ofício enviado no dia seguinte, Antônio Cândido reforçou as suas recomendações sobre o modo como o subdelegado deveria atuar em favor dos conservadores naquela eleição provincial:

– Illm. Sr. Nesta ocasião envia o tenente-coronel commandante da guarda nacional de infantaria desta cidade, um officio de exoneração do major commandante da divisão de cavalaria desta freguezia, e outro de nomeação pelo Exm. presidente da província ao cidadão Manuel Teixeira, ao qual nesta ocasião officio para fornecer a V. S. com o numero de praças que V. S. exigir para manutenção da ordem nesta freguesia. Observo a V. S. que *deverá mandar buscar nesta o número de armas que julgar necessário, bem como cartuxame, que tudo lhe será entregue com prontidão*. Haja pois de mandar uma pessoa de confiança com cargueiros para levar essa munição. Deus guarde a V. S. Cidade de Curitiba, 23 de julho de 1849. – Illm. Sr. Felisberto de Oliveira Ribas, subdelegado da Palmeira. O juiz municipal do termo *Antônio Cândido Ferreira de Abreu*.<sup>341</sup>

No entendimento do mencionado articulista, postura de Antônio Cândido era injustificável: “A freguesia da Palmeira estava em absoluta paz e tranquilidade, e contudo este juiz manda fornecer ao subdelegado a força que exigir para a *manutenção da ordem*”.<sup>342</sup> Por fim, para demonstrar o êxito do Partido Conservador no Colégio de Eleitoral de Curitiba nessa ocasião, cumpre mencionar que o irmão de Antônio Cândido, o citado José Mathias Ferreira de Abreu, foi eleito deputado geral com votos provenientes desse Colégio.<sup>343</sup>

A partir da criação do Paraná, Antônio Cândido enquadrou-se na condição de um bacharel adventício que angariava apoios políticos tanto no planalto como no litoral. Assim, cumpre evidenciar como tais apoios propiciaram a esse adventício obter êxitos eleitorais. Ao mesmo tempo, essas alianças garantiam-lhe a permanência no núcleo dirigente de um diretório conservador em um momento no qual ocorreu a emergência de uma nova geração de correligionários dessa agremiação.

De outra parte, a eleição de Antônio Cândido para o cargo de deputado geral, em 1854, ocorreu em um momento no qual as oportunidades políticas dos jovens bacharéis eram sobremaneira determinadas pelo apoio dos abastados negociantes. A esse respeito, compete dedicar atenção ao comentário do correspondente do *Correio Mercantil*, publicado em março daquele ano. Tal comentário também permite constatar que os negociantes, ao angariarem um séquito de dependentes em virtude dos empréstimos que concediam, consolidavam uma sólida base eleitoral.

---

<sup>341</sup> *Id.* Grifos no original.

<sup>342</sup> *Id.* Grifos no original.

<sup>343</sup> *Correio Mercantil*, 31 de dezembro de 1849, n. 355, p. 3.

O excerto abaixo transcrito é iniciado com uma referência a outro bacharel paulista que se candidatara, sem sucesso, a deputado geral em 1854. As informações acerca desse outro bacharel – o liberal Antônio Francisco de Azevedo – permitem constatar que, por vezes, as alianças entre os adventícios e membros da sociedade paranaense eram determinadas por favores que esses agentes realizavam para os seus correligionários na província. Porém, nota-se que a relação entre os adventícios e seus correligionários também era marcada pela volubilidade. Ao mesmo tempo, verifica-se que a candidatura dos adventícios encontrava resistências na província. Por fim, tal excerto também consiste em uma crítica à atuação dos magistrados no jogo partidário provincial:

O Dr. Antônio Francisco de Azevedo, juiz de direito da comarca, apoiava as suas pretensões em longas e bem estabelecidas relações de amizade. Membro do partido liberal, tinha, segundo se dizia, prestado não pequenos serviços aos seus correligionários. Mas a voz pública e esses mesmos, de cujos bons officios ele julgava-se credor, acoimavam-no ter sido fraco e sem energia em ocasiões em que os de seu credo eram espenhados pelas autoridades saquaremas, e de que longe de os proteger, como devera, abandonara-os, inclinando-se alvez um pouco aos perseguidores de suas ideas políticas. O Dr. Antônio Cândido Ferreira de Abreu, juiz do termo da capital, era o candidato saquarema, e de todos o que mais probabilidade tinha de vencer. Genro do commendador Manuel Antônio Guimarães, abastado negociante de Paranaguá, o senhor dos votos desse collegio, contava elle com mais de terço dos eleitores da província. As relações commerciaes, segundo dizia-se, e as do credor para devedor, fazião do Sr. Guimarães um potentado temível, e até afirmava-se que em tempos passados, e quando Coritiba ainda era Comarca, impusera elle uma candidatura ao governo de S. Paulo, que a aceitou. Ocorria que a jerarquia social do candidato era um móvel poderosíssimo a seu favor, muito embora pleiteassem contra elle, não só antipathias pessoas, como também as que provinham de sua qualidade de aliado a uma família de serra abaixo. Eis ahi, pois, dous magistrados de quem a lei e os homens exigem toda a sisudez e independência, descendo de sua dignidade para lançarem-se entre as tramas da intriga eleitoral, influindo infalivelmente nos espíritos fracos com toda a força dos lugares que occuparam. Mas que val que a mentira, o suborno, e a corrupção sejam pregados pela magistratura, pelos delegados da justiça do governo, se um assento nas camaras é de tão inefáveis delícias? Que val para isso que se posterguem direitos; que as leis se calquem, e a magistratura se vilipendie aos olhos do povo, se uma eleição ganha é o caminho para aberto para o engrandecimento futuro? [...] O eleito foi o Sr. Dr. Antônio Cândido. Muito embora actuassem contra ele o não ser filho da província, as grandes anthipathias que lhe consagravam serra acima, até os próprios saquaremas; muito embora bradassem que era uma usurpação ir elle ocupar um logar na câmara, que lhe não pertencia; muito embora repetissem verdades e levantassem mentiras contra elle, a eleição se decidiu em seu favor. As *boas relações* do Sr. Guimarães tinham feito tudo.<sup>344</sup>

Em verdade, desde o princípio de 1854 o correspondente do *Correio Mercantil* renunciava a vitória de Antônio Cândido a deputado geral pelo Paraná. O prestígio social do futuro Visconde de Nácar e a sua condição de partidário do Gabinete comandado pelo Marquês do Paraná foram elementos decisivos para o seu êxito eleitoral.

<sup>344</sup> *Correio Mercantil*, 25 de março de 1855, n. 83, p. 2. Grifos no original.

Por outro lado, o excerto transcrito a seguir explicita a grande dependência dos bacharéis nascidos nas décadas de 1810 e 1820 para com o apoio eleitoral dos negociantes do Partido Conservador do Paraná: “O Dr. Antônio Cândido Ferreira de Abreu, juiz municipal da capital é um dos candidatos saquaremas. A sua qualidade de governista, o que influi em não pequeno grau, e as grandes relações do seu sogro, o comendador Guimarães, de Paranaguá, nos colégios de Serra abaixo, dão-lhe grandes probabilidades de obter a cadeira quadrienal. Além disso, organizada como está a machina eleitoral não será para estranhar que a vitória seja sua, ainda que não goze ele das sympathias dos eleitores de Serra acima”.<sup>345</sup>

Por outro lado, é necessário destacar que Antônio Cândido pertenceu ao grupo de bacharéis adventícios que, apesar das relações mantidas com personagens da elite social do litoral paranaense, obteve suas principais oportunidades políticas na região planáltica. Desse modo, em 1856, ainda no princípio da vida administrativa e política paranaense, ele foi o quarto candidato mais votado na eleição para o posto de eleitor do município de Curitiba, pois angariou 345 votos.<sup>346</sup> Contudo, a vivência de Antônio Cândido no primeiro planalto não implicou o enfraquecimento de seus laços políticos com o futuro Visconde de Nacar. Esse negociante, portanto, era o chefe absoluto do Partido Conservador no litoral do Paraná. Nessa ocasião, não uma organização administrativa formalizada do partido. Por conseguinte, não existiam precisas divisões de tarefas entre os correligionários da agremiação nas províncias.

Essa ausência de formalização implicava a centralização de decisões. A definição de candidaturas era controlada por Nacar. Nesse contexto, a existência de deliberações coletivas não era uma garantia de uma vida partidária mais democrática. Em 1858, correligionários do Partido Conservador criticaram o procedimento de definição de candidaturas senatoriais no Maranhão. Os reclamantes alegaram que os líderes conservadores de municípios interioranos e da própria capital não foram convocados para participar da deliberação, a qual foi realizada por cerca de 40 a 50 correligionários.<sup>347</sup>

Tal informação consiste, portanto, em evidência de que a ausência de critérios para a realização de reuniões partidárias era um motivo de divergências entre os correligionários de uma agremiação. Nesse cenário, a principal diferença entre as unidades do partido consistia na maior ou menor condição de participação dos correligionários no lançamento de candidaturas. A despeito do descontentamento gerado entre correligionários, a deliberação ocorrida no

---

<sup>345</sup> *Correio Mercantil*, 1º de fevereiro de 1854, n. 83, p. 1.

<sup>346</sup> *Dezenove de Dezembro*, 8 de outubro de 1856, n. 28, p. 4.

<sup>347</sup> *Correio Mercantil*, 6 de dezembro de 1858, n. 329, p. 1.

Partido Conservador do Maranhão garantiu a algumas dezenas de filiados a possibilidade de interferir na gestão do partido. No Paraná, nessa época, estava em vigor o modelo de gestão no qual não havia divisão de tarefas. Ao contrário, predominava apenas o chefe supremo. Esse personagem, contudo, não era formalmente eleito pelos correligionários. Esse rito de escolha de dirigentes, no Paraná, consolidou-se somente em fins dos anos 1860, após a reorganização do diretório nacional do Partido Conservador.

Por fim, na Província de São Paulo, no início dos anos 1860, setores a elite regional também não adotava o procedimento de delegação de poderes a um chefe supremo. Antes, o Partido Conservador nessa província era comandado por quatro indivíduos, os quais foram eleitos em uma reunião destinada a reorganizar o partido naquela localidade. Entretanto, não havia divisão de tarefas ou hierarquia entre eles.<sup>348</sup> A autonomia dos dirigentes regionais do Partido Conservador perdurou até os anos finais do Império. Essa autonomia permitiu a existência, até os anos 1880, de diretórios que não possuíam divisão de tarefas ou hierarquia entre os membros efetivos.

Uma das evidências da conservação dessa autonomia foi a aclamação de um chefe supremo do Partido Conservador no município paulista de Taubaté no mês de julho de 1889.<sup>349</sup> A opção pela aclamação evidencia, ainda, a ausência de competição naquele diretório conservador. Ou seja, essa ausência é um indício de que as reuniões partidárias, em geral, apenas homologavam decisões do núcleo dirigente. Essas reuniões apenas circunstancialmente eram ocasiões para a igualitária competição entre facções do partido nas províncias. Trata-se, pois, de tema desenvolvido a partir do presente capítulo.

### **2.1.2. – A União Conservadora e a reorganização do Partido Conservador nas províncias: análise a partir do caso de Antônio Cândido Ferreira de Abreu**

A respeito da continuidade da carreira de Antônio Cândido, cabe destacar que ela foi contemporânea ao processo de ascensão de novos bacharéis adventícios ao Partido Conservador paranaense. Para a análise desse contexto, compete também evidenciar as mudanças pelas quais o Partido Conservador sofrera, em âmbito nacional, naquele decênio.

Antes de se concretizar essa ascensão, Antônio Cândido detinha uma posição de protagonismo na coordenação dos correligionários conservadores em eventos como as

---

<sup>348</sup> *Correio Mercantil*, 29 de março de 1860, n. 88, p. 2.

<sup>349</sup> *Diário de Pernambuco*, 11 de agosto de 1889, n. 180, p. 2.

eleições primárias. Em 30 de dezembro de 1860, Antônio Cândido, juntamente a outros chefes conservadores radicados em Curitiba, buscou interferir na condução de uma eleição para as duas vagas de deputado geral do Paraná. Esses conservadores intentaram criar um segundo Mesa Paroquial em Curitiba, em virtude de divergência acerca do modo como os membros da mesa eleitoral do colégio oficial organizaram a eleição primária.

Ao final, os conservadores, liderados por bacharéis como Antônio Cândido e José Mathias Guimarães, instalaram uma nova Mesa para realizar a eleição em duplicata. A esse respeito, leia-se o seguinte relato elaborado pelos membros da Comissão de Poderes da Câmara dos Deputados, em 23 de abril de 1861:

Ao chamar-se, porém, o votante Bento Fernandes de Barros, qualificado no 1º quarteirão, apresentou-se este com um protesto escrito e feito em seu nome e dos cidadãos Dr. José Mathias Gonçalves Guimarães, Dr. Antônio Cândido Ferreira de Abreu, Manuel de Oliveira Franco e João de Oliveira Franco, declarando que por estarem eles e o seu partido coactos pela intervenção do presidente da província e do chefe de política interino na eleição, pelas arbitrariedades da mesa, que aceitara invisíveis e até estrangeiros como eleitores, e procedia a chamada por uma lista viciada, se retiravam e iam constituir outra mesa parochial e proceder a uma duplicata da eleição, afim de que o direito e votar não fosse uma irrisão, e pudessem todos os cidadãos votar livremente. A mesa, aceitando o protesto, e contra-protestando logo para logo para destruir a alegação não provada dos protestantes, retiraram-se estes; e sobre a presidência de Manuel de Oliveira Franco, um dos signatários do protesto e 4º juiz de paz e tenente-coronel da guarda nacional, instalaram outra mesa parochial na igreja do Rosário, onde procederam a duplicata anunciada, e na qual firam mesários os três bacharéis protestantes. A mesa legítima continuou regularmente os seus trabalhos, e ultimou-os a 4 de Janeiro, tendo concorrido a esta eleição 760 votantes. A mesa ilegal, a do Rosário, ultimou os seus trabalhos no dia 1º de Janeiro, tendo nesse mesmo dia feito a 3ª chamada. Se esta eleição carecesse de razões para patentear sua nulidade, bastaria a circunstância exposta para condená-la, porquanto é absolutamente impossível em um dia se fizesse a terceira chamada em uma parochia em que deixaram de comparecer 900 eleitores, se apurassem as 768 cédulas que se figuravam recebidas para 41 eleitores, e se lavrassem as respectivas actas.<sup>350</sup>

A referida Comissão, portanto, não validou a votação realizada na Mesa Paroquial inaugurada pelos mencionados conservadores. O grupo político de Antônio Cândido, portanto, não obteve êxito em seu intento. Por consequência, tal episódio evidencia que o pertencimento ao partido governista não garantia para receber apoio dos presidentes de província em pretensões tais como o controle sobre a condução de um processo eleitoral.

No final dos anos 1860, esse bacharel era um dos gestores do grêmio paranaense da União Conservadora. Fundado em junho de 1867 pelas lideranças sociais do Partido Conservador, tal órgão partidário propiciou a consolidação da hierarquia partidária e das regras de absorção e atuação dos correligionários conservadores no interior das províncias.

---

<sup>350</sup> BRASIL. *Annaes do Parlamento Brasileiro*. Câmara dos Srs. Deputados. Sessão de 1861. Tomo 1. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve, 1861, p. 62.

Em última análise, a criação da União Conservadora disciplinou as atividades, os modos de recrutamento de correligionários e a escolha e substituição dos dirigentes dos diretórios provinciais e municipais do Partido Conservador. Ao mesmo tempo, ela regrou a forma de relacionamento entre as instâncias administrativas do partido.

É necessário salientar que antes da implantação da União Conservadora já existiam diretórios provinciais e municipais do Partido Conservador. Havia, também, um diretório nacional, denominado de *Clube Central*. Uma característica da gestão desse diretório era o seu caráter pouco democrático. Assim, nota-se uma situação análoga entre aos partidos Conservador e Liberal, nos anos 1860, quanto ao modelo administrativo implantado pelos seus dirigentes nacionais. Outra semelhança entre esses partidos consiste no fato de que essa centralização administrativa gerava descontentamentos dos correligionários. Uma alternativa dos descontentes era lançar candidaturas avulsas. Tal fato ocorreu no Partido Liberal, no início dos anos 1860.

A segunda alternativa era os descontentes votarem em candidatos do partido adversário. Essa alternativa fora empegada por conservadores residentes na Corte. Em 1861, em um contexto de eleições para a Câmara dos Deputados, um setor do Partido Conservador na cidade do Rio de Janeiro estava insatisfeito com modo pelo qual as candidaturas foram homologadas pelos dirigentes nacionais da grei. Por conseguinte, esses descontentes concitaram os demais membros da agremiação a votarem em candidatos do Partido Liberal.

Publicado no *Correio Mercantil*, o texto abaixo reproduzido é uma evidência de que, antes da reorganização administrativa do Partido Conservador, não existiam ritos precisos e transparentes para a definição de candidaturas parlamentares. Por outro lado, tal excerto é uma evidência de que, antes da citada reorganização, o Partido Conservador possuía uma administração central. Ou seja, o partido não era apenas uma reunião de núcleos administrativos independentes. Essa administração central, porém, era admoestada em virtude da natureza oligárquica de seu modelo de gestão:

Aos dignos eleitores conservadores da Corte

Próximo está o dia 30 de janeiro, e cumpre que nos entendamos. Todos sabemos que alguns candidatos recomendados pelo club central conservador não eram em geral de nossa inteira confiança. Se tivéramos uma grande maioria certamente modificaríamos essa lista; se essa maioria, porém, fosse pequena, ver-nos-híamos na obrigação de sujeitar-nos por fidelidade ao partido à chapa do club conservador. Infelizmente para nós o resultado da eleição é-nos sobremodo desfavorável: os três candidatos conservadores estão perdidos, e em nossa opinião os esforços em favor deles serão de todo improficuos. Nestas circunstâncias, o alvitre que nos resta é escolher da chapa liberal o candidato ou candidatos que nos oferecerem mais seguras garantias de ordem e se não mostrarem reacionários, e sobre eles fazer rechair os nossos votos. Deste modo de proceder resultar-nos-hão duas vantagens:



1ª faremos pesar os nossos votos em favor do melhor ou melhores candidatos contrários.  
2ª indicaremos livremente cidadãos prestantes moderados do nosso credo que não têm sido apresentados pelos que se dão por chefes, e que para todo o tempo ficarão lembrados como dignos representantes das nossas ideias, entregando aos seus destinos aqueles que pelo excessos que cometeram têm comprometido a nobre causa do partido conservador. Tal é o pensamento de

*Alguns eleitores conservadores*<sup>351</sup>

No final dos anos 1850, no contexto da capital do Império, a baixa formalização da realização de reuniões partidárias já se apresentava como um elemento que suscitava críticas dos correligionários. Em 1857, por exemplo, houve uma reunião política na residência do senador Eusébio de Queirós. Em uma nota publicada no *Jornal do Commercio*, um anônimo conservador censurou a natureza das atividades desenvolvidas pelas lideranças conservadoras na citada reunião. Mais amplamente, as considerações presentes no texto anônimo também consistem em uma crítica aos resultados anódinos de uma reunião partidária restrita à cúpula da agremiação:

Essas reuniões não têm caráter político exclusivo; a elas têm assistido muitos deputados e senadores que aderiram inteiramente à política do Ministério, e que estão prontos a dar-lhe apoio franco e decisivo. Como chamar conservadoras tais reuniões? Por que se não há de encarar o fato como é na verdade, isto é, concorrência de amigos em casa de um amigo comum? Conversa-se, toma-se chá, passa-se o tempo, amenizando-o com alguns bons ditos, algumas anedotas que fazem rir e nada mais. Isto é reunião política conservadora?<sup>352</sup>

Antes da reorganização do diretório nacional da agremiação estavam em funcionamento nas províncias diversas unidades do partido. Dessa forma, antes de 1867 não vigorava um estado de ausência de regras quanto à gestão do partido no âmbito regional. Ao contrário, a União Conservadora aperfeiçoou o relacionamento entre as diferentes instâncias da agremiação. Ao mesmo tempo, ela impulsionou a expansão do partido no interior das províncias.

Na Província de São Paulo, em 1858, estava em funcionamento o diretório municipal de Bananal. Nessa ocasião, os membros do diretório encaminharam uma felicitação ao presidente da província, Joaquim José Fernandes Torres.<sup>353</sup> Os diretórios, nessa época, não se limitavam a realizar atividades protocolares. Eram, portanto, multifacetados os modos de atuação desses órgãos partidários.

<sup>351</sup> *Correio Mercantil*, 14 de janeiro de 1861, n. 14, p. 1. Grifos no original.

<sup>352</sup> *Jornal do Commercio*, 31 de maio de 1857, n. 148, p. 1.

<sup>353</sup> *Jornal do Commercio*, 01 de fevereiro de 1858, n. 31, p. 1.

Nesse sentido, cumpre mencionar que em 1860 já estava em funcionamento o diretório regional do Partido Conservador de Santa Catarina, o qual era controlado por Jesuíno Lamego. Acerca da composição social do grupo que controlava esse diretório, cabe dedicar atenção a um comentário do correspondente do *Diário do Rio de Janeiro*. Tal comentário evidencia que, naquela época, havia a heterogeneidade qual ao perfil profissional dos indivíduos que comandavam o Partido Conservador catarinense. Ao mesmo tempo, as informações a seguir transcritas evidenciam que naquele momento já estava implantada, em Santa Catarina, a organização administrativa do Partido Liberal. Na época, funcionários comissionados eram os principais gestores dessa agremiação naquela província:

Tanto o partido do Sr. Lamego como o do Sr. Silveira, que parece será o derrotado na campanha, elegeram as suas directorias. A deste último compõe-se de do delegado de polícia da capital (diretor), secretário da polícia (secretário), o suplente de delegado (procurador), os vogais são o inspetor da alfândega, o procurador fiscal da fazenda, o diretor dos artigos bélicos, o delegado da repartição das terras públicas. O diretório do partido do Sr. Lamego é composto de negociantes, capitalistas, um advogado e um empregado da fazenda aposentado.<sup>354</sup>

No início dos anos 1860, os diretórios provinciais ocupavam-se, notadamente, de formar as chapas de candidatos às eleições provinciais e gerais. Os gestores desses diretórios, portanto, possuíam a prerrogativa de incluir ou vetar os nomes das chapas de candidatos. A esse respeito, é necessário dedicar atenção ao comentário do *Correio Mercantil* sobre o resultado da eleição para deputados provinciais ocorrida no Colégio Eleitoral de Mogi das Cruzes, na Província do São Paulo, em 1861.

Nesse comentário, nota-se que um chefe conservador da cidade de Mogi das Cruzes atuou para inviabilizar o êxito eleitoral de outros dois candidatos indicados pelo diretório conservador. Ou seja, esse potentado criou obstáculos a candidaturas homologadas pelos chefes regionais do seu próprio partido. Portanto, existiam ocasiões nas quais os diretórios provinciais não conseguiam exercer plena influência sobre a ação política dos seus correligionários nos municípios:

Todos esses senhores [que receberam votos] são conservadores, mas nem todos faziam parte da genuína chapa de conservadores, isto é, da chapa que foi organizada pelo diretório conservador. Os nomes que compunham essa chapa eram aqueles em que recahiram os votos conservadores no colégio aqui da capital, mas o Dr. Salvador Corrêa, membro influente do partido conservador em Mogy das Cruzes,

---

<sup>354</sup> *Diário do Rio de Janeiro*, 6 de agosto de 1860, n. 134, p. 2.

entendeu mais acertado incluir na chapa o seu nome e podar quanto pudesse o dos Drs. Emygdio da Fonseca e José Cândido. Deixa-os brigar, nada tenho com isso.<sup>355</sup>

Por meio do estudo do caso do diretório conservador da Província de São Paulo, verifica-se que os diretórios provinciais eram também os responsáveis por definir o modo como o partido atuaria na bancada da situação e da oposição. Em 1863, época em que o conservador Vicente Pires da Mota presidia a citada província, os chefes do diretório provincial por vezes atuavam como opositores. Portanto, em determinadas ocasiões o conflito de interesses sobrepuja-se à unidade entre os correligionários de uma mesma agremiação:

O directorio conservador que até aqui era pródigo em rapapés ao presidente da província, agora rompeu fogo pelas baterias do *Jornal do Commercio*, cujo correspondente é seu órgão genuíno. No entretanto, ele não tem um ceitel de razão. Quem tem feito o Sr. conselheiro Pires da Motta, relativamente à nomeação e demissão de autoridades policiaes? [...] No meio de tudo, isso, se há quem deva fazer opposição ao Sr. Pires da Motta são os liberaes.<sup>356</sup>

Na Província do Ceará, anteriormente à implantação da União Conservadora, também existia um diretório do partido. A sua função precípua era organizar as chapas de candidatos, conforme demonstra a seguinte informação prestada pelo correspondente do *Correio Mercantil*, em 1863. Tal informação é referente ao processo de escolha de candidatos conservadores para a eleição à Câmara dos Deputados: “O directorio conservador vermelho prepara-se para fazer a eleição na província, e consta-me que tem escolhido para seus candidatos os Srs. Drs. Manuel Fernandes Vieira, desembargador Figueira de Mello, Dr. Jaguaribe, pelo 1º districto; pelo 2º, os Srs. Dr. Justino Domingues, Dr. Macário e Domingos José Pinto Braga; pelo 3º, os Srs. Drs. Raymundo de Araújo Lima e conselheiro Alencar”.<sup>357</sup>

Nesse contexto, a escolha dos dirigentes dos diretórios também era derivada de processos deliberativos dos quais participavam dezenas de correligionários. Ou seja, a composição da Mesa Diretora dos diretórios conservadores não era decorrente do arbítrio de um grupo potentes. Nesse âmbito, trata-se de destacar a seguinte informação, data de 1863, apresentada pelo correspondente do *Diário do Rio de Janeiro* acerca da escolha dos componentes da Mesa Diretora do diretório conservador do Ceará: “Tenho assim falado dos 4 baluartes, que constituem actualmente o directorio conservador, nomeado em uma reunião,

<sup>355</sup> *Correio Mercantil*, 25 de outubro de 1861, n. 281, p. 1.

<sup>356</sup> *Correio Mercantil*, 27 de julho de 1863, n. 205, p. 1.

<sup>357</sup> *Correio Mercantil*, 30 de julho de 1863, n. 208, p. 1.

em que compareceram 37 correligionários. Deste modo composto, não serei eu quem diga que as nomeações não recaíram nos membros mais proeminentes do partido, assim dous deles não fossem empregados públicos e da confiança do governo”.<sup>358</sup>

Portanto, antes da criação da União Conservadora já ocorrera a consolidação de ritos da vida interna do Partido Conservador nas províncias. Nesse sentido, tais ritos eram cruciais para tornar mais previsível a vida interna dos órgãos partidários. Mais especificamente, a criação da União Conservadora ocasionou a implantação de um diretório nacional do partido, denominado de *Centro Conservador*. Ao mesmo tempo, a fundação da União também implicou a instauração de diretórios provinciais, denominados de *Grêmios*, e de diretórios municipais, que receberam o nome de *Juntas*. A respeito dos diretórios municipais do Partido Conservador, compete realizar a descrição da sua organização hierárquica a partir do caso do diretório conservador do município fluminense de Cabo Frio.

Em 1869, houve uma eleição para formar a Mesa Diretora da Juta conservadora que funcionava nesse município. Essa Mesa era composta pelos seguintes cargos: Presidente, Vice-Presidente, 1º Secretário, 2º Secretário, Procurador, Tesoureiro, Conselheiros (em número de 12), Comissão de Estatutos (formada por três membros).<sup>359</sup> O funcionamento de uma Comissão de Estatutos evidencia, pois, o intuito dos gestores do Partido Conservador de conferir àquele diretório municipal precisas regras de funcionamento. Tratava-se, assim, de uma iniciativa direcionada a instaurar uma rotina na vida interna da agremiação.

Existiam, por certo, marcantes diferenças entre os diretórios quanto o número de cargos da Mesa Executiva. Contudo, o caso do diretório de Cabo Frio evidencia que a estrutura administrativa de um diretório municipal não era, em todos os casos, menos complexa do que a estrutura de um diretório provincial. Outra diferença entre os diretórios dizia respeito quanto à maior ou menor participação dos correligionários na vida interna da grei. Em Cabo Frio, os correligionários poderiam escolher se as decisões em uma reunião seriam tomadas por meio de aclamação ou de votação secreta.<sup>360</sup> Trata-se de uma exceção, pois a aclamação era o recurso mais usual e o sem emprego recorrente não despertava questionamentos nos diretórios conservadores.

---

<sup>358</sup> *Diário do Rio de Janeiro*, 9 de agosto de 1863, n. 217, p. 2.

<sup>359</sup> *Diário do Rio de Janeiro*, 15 de janeiro de 1869, n. 15, p. 3. *Correio Mercantil*, 1º de fevereiro de 1868, n. 32, p. 1.

<sup>360</sup> *Jornal do Brasil*, 1º de janeiro de 1888, n. 1, p. 2.

As *juntas* possuíam a prerrogativa de participar da escolha dos candidatos dos Grêmios provinciais. Os membros das juntas enviados seus representantes – os deputados – às reuniões deliberativas dos Grêmios. Esses deputados também participavam da escolha do representante do Grêmio, denominado de deputado, no Centro da União Conservadora.<sup>361</sup>

Ao mesmo tempo, cumpre demonstrar que as *juntas* possuíam autonomia para inserir ou suprimir determinados cargos da Mesa Diretora. Assim, a principal diferença entre os diretórios municipais do Partido Conservador consistia no número de funções e de membros da Mesa Diretora. Para corroborar esse argumento, cumpre dedicar atenção ao caso da Junta Conservadora de Limeira, município da Província de São Paulo. O seu grupo de conselheiros era formado por apenas quatro indivíduos.<sup>362</sup> De sua parte, a Junta criada em 1868 no município mineiro de Juiz de Fora possuía dezesseis conselheiros.<sup>363</sup>

\*\*\*

Por outro lado, a organização de diretórios provinciais do Partido Conservador permitiu que os potentados desenvolvessem uma ação política conjunta. Em geral, tal ação consistia em interferir na gestão dos presidentes de província. Essa interferência, portanto, solapava a autonomia desses agentes imperiais. Segundo o articulista de *O Publicador Maranhense*, essa situação era peculiar às províncias do Norte em 1870: “A atitude que no Pará, no Maranhão e no Piauí tem tomado os grêmios conservadores em relação às presidências, não pode deixar de merecer a atenção do governo imperial e do centro director desse partido. Os grêmios querem governar com a responsabilidade dos presidentes, e manifestam de dirigir e nullificar as administrações”.<sup>364</sup>

A unidade entre os correligionários era almejada pelos formuladores da reorganização dos diretórios do Partido Conservador. Essa unidade não significou a democratização das tomadas de decisões nos diretórios provinciais e municipais. Antes, decisões cruciais (tais como a escolha de candidatos) eram prerrogativas dos chefes regionais e dos membros do diretório nacional. A esse respeito, é necessário atentar a uma informação publicada em *A Reforma*, em fevereiro de 1870. Tal informação é concernente à escolha da chapa de candidatos conservadores pela Província de Minas Gerais:

<sup>361</sup> *Correio Mercantil*, 15 de maio de 1868, n. 134, p. 1.

<sup>362</sup> *Correio Mercantil*, 1º de fevereiro de 1868, n. 32, p. 1.

<sup>363</sup> *Correio Mercantil*, 29 de agosto de 1868, n. 238, p. 1.

<sup>364</sup> Tais considerações foram republicadas no *Diário do Rio de Janeiro*, edição de 08 de fevereiro de 1870, p. 3.

O *Jornal do Commercio* de hontem publicou a circular dirigida pelo chefe de polícia de Minas, recomendando a eleição de seis candidatos à senatoria, e acompanhou essa curiosíssima peça alguns comentários dignos da maior publicidade. Transportando para as nossas colunas esses documentos, acode-nos um pequeno confronto entre o Brazil do Sr. D. Pedro II e a França de Napoleão III. Nos dous impérios, as candidaturas amplivagas e officiaes são bazes do governo, entretanto, na França, são nullas dezenas de eleições pelo simples facto de provar-se no parlamento que um prefeito recomendou ostensivamente o candidato do governo. Nós, mais adiantados nas práticas liberaes, consentimos que façam circulares como essa de Minas, o chefe de polícia, o vice-presidente e o secretário particular do presidente! Eis o que publicou o *Jornal do Commercio*: ‘Illms. Srs. membros do partido conservador da freguezia de. Ouro Preto, 30 de janeiro de 1870. De todos os pontos da província se tem reclamado a organização de uma chapa de seis candidatos que devem ser votados na próxima eleição, que tem de verificar-se no dia 4 próximo futuro, para formar-se a lista sêxtupla, da qual há se a coroa escolher os dous senadores que teem de preencher as vagas existentes pro esta província. Isto denota que o partido conservador comprehende quão arriscado seria deixar-se disseminar a votação, por maior que fosse o número de seus eleitores, pelo excessivo número de candidatos que se apresentam, embora sejam todos muito dignos d’essa honra. O centro director do nosso partido, na Corte, informado d’isto e compenetrado da alta importância d’esta eleição, deu-nos suas instrucções com a especial incumbência de enviarmos aos nossos correligionários de toda a província a chapa inclusa, que foi adoptada, e que será diretamente recomendada pelo mesmo centro. Cumprindo, pois, este dever, pedimos licença a VV.SS. para lembrar-lhes a conveniência de empregarem todos os seus esforços e influencia afim de que os Srs. eleitores do partido conservador adoptem a referida combinação sem a mínima alteração; por quanto, admitida esta em favor de algum outro candidato, que pode variar em cada collegio, conforme as affeições que tiverem os que não puderem fazer parte da lista, o resultado seria enfraquecer-se a votação de alguns e dar-se lugar ao triumpho de igual número de adversários, não obstante a sua provável minoria no corpo eleitoral. O maior interesse d’essa eleição não é certamente o dos indivíduos que aspiram à honra de uma cadeira no Senado; a força do partido conservador na importante província de Minas, sua dedicação pelos princípios, sua união e disciplina, sem a qual nenhum valor teem os partidos, são os altos interesses que vão ser postos em prova n’esta ocasião. Invocamos, pois, ainda o patriotismo dos leaes conservadores de Minas, para que não seja desmentido o nosso passado. Somos com a maior consideração de VV. SS. patrícios e correligionários, veneradores e obrigados’.<sup>365</sup>

Dessa forma, a função dos correligionários era aceitar as chapas homologadas. Ao mesmo tempo, a função dos funcionários comissionados era atuar para garantir a vitória dos candidatos apoiados pelo partido que comandava o Gabinete Ministerial. Ao mesmo tempo, a União Conservadora mantinha o controle sobre as principais decisões que ocorriam nos diretórios provinciais. Nesse quadro, as bases eleitorais do Partido Conservador não eram consultadas acerca da formação de chapas de candidatos. Essa situação permaneceu inalterada até os anos finais do Império.

\*\*\*

Para a execução de suas atividades, as *Juntas* cobravam mensalidades de seus associados. Ou seja, a reorganização do modelo administrativo do Partido Conservador implicou a necessidade de criar formas de financiamento permanente das atividades da agremiação. Compete, pois, atentar a uma informação acerca da administração das *Juntas*, a partir do caso da cidade mineira de Tamanduá. O diretório conservador dessa cidade foi

---

<sup>365</sup> *A Reforma*, 18 de fevereiro de 1870, n. 38, p. 1.

instalado em fevereiro de 1868. A informação transcrita a seguir, publicada no *Correio Mercantil*, também evidencia que a criação da União Conservadora estimulou um liberalismo a se aproximar do Partido Conservador. Porém, antes do retorno dos conservadores ao Gabinete, tal aproximação era ocultada. A reorganização desse partido, portanto, foi operacional para a conservação e cooptação de filiados:

Um membro do partido liberal encarregou um dos sócios, confidencialmente, de declarar perante a Junta que, desejando concorrer para o triunfo e prosperidade da mesma, e não desejando, contudo, que se declarasse seu nome, deliberou manifestar a sinceridade dos seus sentimentos, contribuindo com a respectiva joia ou mensalidade para a realização do fim social. Depois de algumas observações foi aceita a oferta pela Junta, no intuito de que o neófito anônimo terá de em breve aderir plenamente às ideias do grande partido conservador”.<sup>366</sup>

No quarto capítulo, por seu turno, será destacado que o crescimento da influência política dessa Junta motivou, nos anos 1870, o esgotamento de suas relações como grêmio paranaense. A fundação da União Conservadora teve imediata repercussão em Paranaguá. Em carta datada de 11 de julho de 1867, duas semanas depois da publicação das *Bases* daquele órgão, o correspondente do *Correio Mercantil* em Paranaguá asseverou: “A ideia da união conservadora vai finalmente provar que o nosso partido, longe de morrer, concentra sua força, e cada vez mais robusto se torna na opinião pública. Esta ideia tem sido acolhida com furor”.<sup>367</sup>

Contudo, a criação de um diretório do Partido Conservador nesse município ocorreu apenas em 1868.<sup>368</sup> Um dos primeiros diretórios municipais do Partido Conservador foi o diretório de São Pedro da Aldeia, na Província do Rio de Janeiro. Trata-se, pois, de um diretório criado menos de uma semana após a divulgação das *Bases* da União Conservadora. Nessa ocasião, o diretório possuía uma estrutura administrativa menos complexa em relação à estrutura peculiar aos demais diretórios. No referido município, a Mesa Diretora era formada apenas pelo presidente, secretário e fiscal.<sup>369</sup>

A criação da União Conservadora gerou, rapidamente, a mobilização dos correligionários do partido em diferentes províncias com a finalidade de criar diretórios

---

<sup>366</sup> *Correio Mercantil*, 11 de fevereiro de 1868, n. 42, p. 2.

<sup>367</sup> *Correio Mercantil*, 7 de agosto de 1861, p. 2.

<sup>368</sup> Para a análise do processo de criação do diretório conservador da Província São Paulo, bem como para a análise dos *Estatutos* desse órgão partidário, ver BANDECCHI, Pedro Brasil. Bases da União Conservadora e os Estatutos do Grêmio Paulistano e os primórdios do movimento republicano em São Paulo. In: *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 14, 1973, pp. 149-158.

<sup>369</sup> *Correio Mercantil*, 2 de junho de 1867, p. 2.

provinciais e municipais. Trata-se, portanto, de demonstrar que nas semanas seguintes à divulgação das *Bases* ocorreu a fundação de diretórios conservadores em distintas regiões do Brasil. Nesse contexto, mais precisamente no dia de 2 de julho de 1867, foi fundado um diretório conservador no município paulista de Santos.<sup>370</sup>

No dia 1º de agosto, houve a fundação dos diretórios provinciais em Alagoas e no Ceará.<sup>371</sup> De outra parte, em 11 de agosto houve fundação do diretório municipal de Mariana, em Minas Gerais.<sup>372</sup> Em 27 de agosto, foi instalado o diretório provincial do partido em Pernambuco.<sup>373</sup> No dia 1º de setembro foi instalado o diretório municipal de Taubaté.<sup>374</sup> Em meados de setembro, por fim, também ocorreu a fundação do diretório provincial de Sergipe.<sup>375</sup>

Nessa época, a criação de diretórios regionais e municipais era encarada como uma ação adequada para o Partido Conservador recuperar localmente a sua força política. Ao mencionar a criação do diretório conservador de Taubaté, o articulista do *Correio Mercantil* afirmou: “No dia 1º do corrente [setembro de 1867] instalou-se em Taubaté uma sociedade denominada – União Conservadora – cujo fim é sustentar o partido que de há muito reclamava medida”.<sup>376</sup>

A criação de diretórios provinciais, por seu turno, era derivada da solicitação oriunda do Centro da União Conservadora. Nesse contexto, os chefes políticos regionais que eram solicitados, pelos líderes conservadores, a criarem um grêmio ou diretório provincial conseguiam aumentar o seu prestígio no âmbito de suas províncias. A esse respeito, leia-se a seguinte notícia sobre a instalação do diretório conservador do Amazonas. Por outro lado, a notícia transcrita a seguir, publicada em outubro de 1868, evidencia que o retorno dos conservadores do Gabinete Ministerial gerou a migração, à grei conservadora, de antigos correligionários do Partido Liberal.

Mais precisamente, essa notícia demonstra que, antes da queda do Gabinete Zacarias, a 16 de julho de 1868, houve dificuldades de implantação dos diretórios provinciais do Partido Conservador, visto que as elites regionais apoiavam o partido situacionista. Após a queda do

<sup>370</sup> *Correio Mercantil*, 8 de julho de 1867, p. 2.

<sup>371</sup> *Correio Mercantil*, edições de 18 e 19 de agosto de 1867.

<sup>372</sup> *Correio Mercantil*, 23 de agosto de 1867, p. 2.

<sup>373</sup> *Correio Mercantil*, 6 de setembro de 1867, p. 2.

<sup>374</sup> *Correio Mercantil*, 12 de setembro de 1867, p. 2.

<sup>375</sup> *Correio Mercantil*, 17 de setembro de 1867, p. 2.

<sup>376</sup> *Correio Mercantil*, 12 de setembro de 1867, p. 2.



Gabinete, essas resistências foram mitigadas. Ou seja, trata-se de evidenciar a natureza volúvel do comportamento político de setores das elites regionais do Império:

O major Clementino Guimarães e mais dous parentes seus espalharam aqui, talvez para angariar mais adeptos às suas *crenças*, que contam com a proteção do governo, porque os Srs. Muritiba e Paranhos, como membros do Centro conservador nessa corte, lhes dirigiram, há cinco meses, circulares para que organizassem um centro nesta província; mas, como naquele tempo se achasse no governo o Sr. Zacarias e não o quisessem desagradar, não ligaram a menor importância a essas circulares, o que só fazem agora, por cálculo, porque subiram ao poder esses dois prestimosos cidadãos. Depois que aqui chegou a notícia da organização do actual gabinete, foi que se quis promover [a criação] do Centro Conservador do Amazonas nesta capital, e isto em uma pequena reunião. [...] Por aqui se pode avaliar a confiança que inspiram esses homens, que no reinado dos *progressistas* foram tão denodados campeões dessas idéias, são esses mesmos homens que querem constituir conservadores para gozar novos favores.<sup>377</sup>

Por fim, é necessário ressaltar que a criação de diretórios provinciais e municipais do Partido Conservador não gerou a imediata recuperação da força política da agremiação. Ao contrário, o partido continuou a enfrentar reveses eleitorais. Em 1867, por exemplo, o Grêmio conservador de São Paulo determinou que, nessa província, o partido não participaria das eleições provinciais que se realizariam em outubro de 1867. Os dirigentes do Grêmio justificaram que essa abstenção consistia em um desagravo ao modo como foram conduzidas as eleições primárias ocorridas naquele ano.

Para os conservadores, o Gabinete Ministerial era conivente com as supostas fraudes cometidas pelos liberais naquele pleito. A esse respeito, os conservadores publicaram um *Manifesto no Correio Mercantil*, no qual expunham as razões da não participação no pleito.<sup>378</sup> Cabe destacar, ainda, que a decisão de o partido não participar do pleito foi uma decisão do gestor do diretório provincial. Ou seja, as lideranças regionais da agremiação não consultaram os correligionários sobre a participação ou abstenção no pleito. Antes, esse órgão apenas comunicou os conservadores sobre as razões da abstenção.

Atente-se à seguinte informação apresentada pelo correspondente do *Correio Mercantil*: “O director do *Grêmio Conservador* decidiu, depois de pesar todas as considerações políticas, que o partido conservador se abstivesse de tomar parte nas eleições de deputados provinciais, a que se há de proceder há 15 de outubro. Neste sentido, o mesmo diretório resolveu dirigir aos eleitores conservadores nos três distritos uma circular explicando os motivos dessa deliberação”.<sup>379</sup> Assim, a fundação de diretórios regionais do Partido

<sup>377</sup> *Correio Mercantil*, 13 de outubro de 1868, p. 1.

<sup>378</sup> *Correio Mercantil*, 25 de outubro de 1867, n. 294, p. 1.

<sup>379</sup> *Correio Mercantil*, 12 de setembro de 1867, p. 2.

Conservador, nos anos 1860, não significou a ampliação da participação dos correligionários nas deliberações da instituição. Essas decisões permaneciam, por vezes, como uma atribuição de apenas um indivíduo.

Em agosto de 1867, ocorreu a criação do diretório conservador da Paraíba. A leitura da ata da implantação desse diretório permite evidenciar que a fundação da União Conservadora permitiu aos conservadores, no interior das províncias, disciplinar as atividades do partido por meio da definição de critérios acerca da construção da hierarquia administração vida dos diretórios e do modo de realização de deliberações. Entretanto, a reorganização do partido não representou expressiva renovação do quadro partidário.

Ao contrário, foram as antigas lideranças da agremiação que controlavam esse processo de reorganização e exerceram as funções centrais no ordenamento administrativo dos diretórios. Na Paraíba, por exemplo, o bacharel Francisco de Almeida e Albuquerque (1805-1879) foi o primeiro presidente do Grêmio conservador da província. Esse bacharel exercia o posto de senador desde 1857. Leia-se, pois, a íntegra da descrição da fundação desse grêmio. Tal descrição foi elaborada pelo correspondente do *Correio Mercantil*:

*27 de agosto.* No dia 18 do corrente effectuou-se a reunião do partido conservador desta capital, com o fim de instituir e aprovar as bases da União Conservadora – aceitas pelo centro director da Corte; o projecto de estatutos do grêmio desta província é proceder a eleição do conselho director do mesmo, de conformidade com os respectivos estatutos. A assemblea, que foi a mais numerosa que aqui se tem visto, congregou-se na casa de residência do digno e prestimoso Dr. Silvino Elvidio Carneiro da Cunha, um dos principaes lidadores do partido conservador da província, e redactor em chefe do *Jornal da Parahyba*, órgão único das mesmas ideias na umprensa desta capital. Ao meio dia, tomando todos os seus assentos, o respeitável padre Francisco Pinto Pessoa aclamou para presidente da reunião ao mesmo Dr. Silveira Elvidio C. da Cunha, e para secretários os doutores Joaquim Moreira Lima e José Antônio Baptista. Ocupando estes senhores os lugares para esse fim designados, o Dr. Silvino expoz em um discurso breve, mas cheio de animação, o objeto e fim da associação, bem como sua utilidade, sendo viva e unanimemente apoiado; findo o que pronunciaram análogos o Revm. padre Francisco Pinto Pessoa, Dr. Joaquim Moreira Lima e Dr. Antônio Carlos de Almeida e Albuquerque. Concluído o derradeiro discurso, e não havendo mais quem quisesse fallar sobre o assumpto, o Dr. Silvino submeteu à consideração da assemblea: 1º as bases da associação da – União Conservadora – aprovadas pelo centro director da Corte, que foram unanimemente aceitas; 2º, o projecto de estatutos do grêmio desta capital, organizado por uma comissão, que foi também unanimemente aprovado. Depois procedeu-se à eleição do conselho director do grêmio, a qual teve o seguinte resultado: presidente, o senador do Império Frederico de Almeida e Albuquerque; vice-presidentes, 1º o Dr. Silvino Elvidio Carneiro da Cunha, 2º o Revm. padre Francisco Pinto Pessoa, 3º o lente cathedratico do Lyceu Manuel Porffrio Aranha; secretários, 1º o Dr. Joaquim Moreira Lima, 2º o Dr. José Antônio Baptista; thesoureiro, o capitalista Antônio dos Santos Coelho; conselheiros, o lente cathedratico do Lyceu major Thomaz de Aquino Mindello, o tenente-coronel Manuel Florentino Carneiro da Cunha; o Dr. Antônio Carlos de Almeida e Albuquerque, o capitão-mor José Francisco de Albuquerque Maranhão, o Dr. Leonardo Antunes Meira Henriques, o tenente-coronel Manuel Soares Nogueira Moraes, e capitão secretário geral João Rodolpho Gomes e o tenente-coronel Antônio Camillo de Holanda. Finda a operação, e proclamado e resultado supra, procedeu-se à inscrição dos sócios do grêmio, depois do que o presidente encerrou os trabalhos da assemblea, offerecendo aos circunstantes um bem servido *lunch*, que foi devidamente apreciado. Está, pois, instalado nesta província o grêmio do partido conservador, o

qual, tendo começado seus trabalhos, já expediu circulares para o centro, criando as juntas do partido nas diferentes localidades onde julgou precisas de conformidade com os estatutos. A associação tem sido recebida, por toda parte, com o maior entusiasmo, porquanto todos reconhecem os resultados que ella deve imprimir, tanto na disciplina do partido, como em relação aos negócios públicos.<sup>380</sup>

Assim, a reorganização do diretório nacional e dos diretórios regionais do Partido Conservador não implicou a democratização das oportunidades dos correligionários exercerem posições mais decisivas na vida interna na gestão dessa grei. Antes, a definição de candidaturas permaneceu controlados por chefes locais e nacionais do partido. Esse controle era exercido tanto sobre candidaturas de deputados provinciais e gerias quanto sobre candidaturas de vereadores. Em 1868, por exemplo, Luiz Antônio Navarro de Andrade não foi apoiado pelos dirigentes do Partido Conservador em sua pretensão de candidatar-se a vereador do Rio de Janeiro. Ele atribuiu a *caprichos alheios* o fato de não ser admitido à chapa de candidatos do partido à Câmara daquele município. Por conseguinte, apresentou-se como candidato avulso.<sup>381</sup>

A criação da União Conservadora foi apreendida, no âmbito dos municípios, como uma ação destinada a reorientar a forma de o partido atuar na oposição aos Gabinetes progressistas. A consolidação da regularidade e disciplina nas atividades partidárias, portanto, eram elementos fundamentais desse projeto de reorganização. Na ocasião da criação do diretório conservador do município de Resende, no Rio de Janeiro, tais elementos faziam parte da defesa que um periódico realizou acerca da criação dessa unidade do partido:

No *Astro Rezendense* de 17 [de agosto de 1867] do corrente encontrou-se o seguinte: ‘Consta-nos que o partido conservador deste termo, correspondendo as insinuações do centro conservador ultimamente creado na côrte, reuniu-se na casa do Sr. comendador Fabiano Pereira Barreto e sob a presidência do mesmo, para o fim de organizar o partido e combinarem os meios mais profícuos de opposição à presente situação; e depois de algumas considerações tendentes a demonstrar a necessidade dessa opposição, resolveram nomear comissões parochiaes e tomarem outras medidas que facilitem as adesões nas freguesias do município, preparando o triumpho das suas ideias’.<sup>382</sup>

Os partidários da grei conservadora, ainda, apreenderam a criação da União Conservadora como uma forma de o partido difundir uma das suas ideias centrais: a defesa da perenidade das instituições políticas. Por ocasião da criação do grêmio conservador da Província de Santa Catarina, em 1868, o redator do *Constitucional* manifestou-se do seguinte modo: “Esta, portanto, fundado o partido conservador nesta província; e é de esperar dos

<sup>380</sup> *Correio Mercantil*, 10 de setembro de 1867, n. 249, p. 2.

<sup>381</sup> *Jornal do Commercio*, 29 de agosto de 1869, n. 240, p. 1.

<sup>382</sup> *Correio Mercantil*, 24 de agosto de 1867, n. 233, p. 2.

sentimentos de ordem e amor às instituições do paiz, manifestados pelos habitantes da província, que dele fazem parte todos quantos, sendo amantes da monarchia, desejão a paz e a prosperidade da nação brasileira”.<sup>383</sup>

De modo análogo a tal posicionamento, os fundadores da Junta conservadora do município de Oliveira, em Minas Gerais, enviaram a seguinte mensagem ao diretório provincial diretório nacional do partido: “A Junta pensa que a organização do gabinete de 16 de julho, não significando apenas uma mudança de ministros, mas o restabelecimento das práticas constitucionais, do império da lei e da ordem perturbada, as dificuldades de todo o gênero acumuladas por alguns anos de erros e desacertos reclamam ainda do partido conservador toda a união e energia”.<sup>384</sup>

Segundo os gestores da Junta do município de Oliveira, o retorno dos conservadores ao Gabinete interrompeu a situação na qual os progressistas aplicavam medidas direcionadas a inviabilizar os êxitos eleitorais dos conservadores: “Excluído o partido conservador da magistratura e dos cargos policiaes, nenhum recurso tinham as victimas contra a prepotência dos seus perseguidores, pois que estes procediam sempre em combinação com o governo da província”.<sup>385</sup>

As elites locais implantaram os diretórios municipais do Partido Conservador ao longo dos anos 1867 e 1868. Apesar de terem se diferenciado quanto ao modelo administrativo que impuseram a esses diretórios, essas elites convergiam quanto ao acatamento das propostas, formuladas pelo diretório nacional, de reorganização e interiorização do partido.

\*\*\*

Em última análise, a União Conservadora consistiu em um movimento que era comandado por lideranças nacionais do partido, bem como era destinado a promover uma reorganização do Partido Conservador em um contexto no qual o Gabinete Ministerial era presidido por um liberal, qual seja, Zacarias de Góis de Vasconcelos. O primeiro presidente nacional da União Conservadora foi o senador baiano Manuel Vieira Tosta (1807-1896), detentor do título de Barão de Muritiba.

Atente-se, pois, à composição da primeira diretoria do Centro da União Conservadora, eleita em 21 de junho de 1867. Nesse âmbito, note-se que, para o redator do *Correio*

---

<sup>383</sup> Esse texto do *Constitucional* foi republicado no *Correio Mercantil* de 13 de agosto de 1868.

<sup>384</sup> *Correio Mercantil*, 25 de setembro de 1868, p. 3.

<sup>385</sup> *Id.*

*Mercantil*, a criação desse órgão era uma forma de propiciar a aproximação entre os correligionários conservadores enraizados nas províncias e os chefes nacionais do partido:

Reunião política. Hontem houve lugar, no pavilhão fluminense, uma reunião de membros do partido conservador, e forão aprovadas as bases da associação – *União Conservadora* e respectivos estatutos com as emendas oferecidas na discussão. Em seguida foram aclamados membros do conselho central, estabelecido na côrte, os seguintes Srs.:

*Presidente*

Barão de Muritiba

*Vice-presidentes*

Conselheiros Francisco de Paula Negreiros Sayão Lobato, Joaquim Antão Fernandes Leão e veador

Joaquim José de Lima e Silva Sobrinho

*Secretários*

Conselheiro Dr. José Martiniano de Alencar e Dr. Duque-Estrada Teixeira

*Thesoureiro*

Dr. Domingos de Andrade Figueira

*Conselheiros*

Barão de Maruhy, conselheiro Antônio José Henriques, Barão de Silveira, Dr. Antônio Gonçalves Barbosa da Cunha, Dr. Antônio Ferreira Vianna, Joaquim Antônio Fernandes Pinheiro, Dr. Paulino José Soares de Souza, Dr. Roberto Jorge Hadock Lobo.

Damos os emboras ao grande partido conservador por este acontecimento, que estabelece a união e a força para o complemento dos seus destinos, e estreita os laços dos nossos correligionários provincianos para o centro, onde ordinariamente existe maior atividade política. As ideias sãs, que constituem a índole do partido conservador, são uma garantia dos serviços reaes que a associação prestará ao paiz. A reunião de hontem, composta de senadores, deputados, negociantes e outros cidadãos distintos, em um número de cerca de trezentos, marcará uma epocha notável no período que atravessamos.<sup>386</sup>

A escolha dessa diretoria não foi realizada por meio de eleição. Antes, a cúpula do partido, de forma unilateral, escolheu os nomes da Mesa Executiva do Centro da União Conservadora. Trata-se, pois, de uma evidência de que a reorganização do modelo administrativo do partido não foi sucedida pela ampliação das oportunidades dos correligionários de participar de forma mais decisiva da vida interna da gestão dessa grei.

A ausência de eleição para a formação da Mesa Diretora foi admoestada por um correligionário do partido, o qual publicou anonimamente as seguintes considerações no *Jornal do Commercio*: “O art. 1. do cap. III dos estatutos do *Centro* da União Conservadora declara que ‘A direção do *Centro* é confiada a um conselho *eleito* (!) anualmente, etc.’ Entretanto, com *flagrante violação* dos estatutos, minutos antes aprovados, os nomes dos membros do conselho foram impostos, *com dispensa da eleição*, não pelo benemérito presidente, que nem os conhecia todos, mas pelo organizador da chapa!!!”<sup>387</sup>

<sup>386</sup> *Correio Mercantil*, 22 de junho de 1867, n. 172, p. 2.

<sup>387</sup> *Jornal do Commercio*, 26 de junho de 1867, n. 175, p. 1. Grifos no original.

As considerações elaboradas por esse anônimo conservador permitem salientar que, desde a sua gênese, o Centro Conservador não possuía a prerrogativa de envolver-se na gestão das unidades regionais do partido. Trata-se, portanto, de uma evidência de que, no projeto da elite imperial, estava prevista ampla autonomia para as elites regionais consolidarem seu próprio modelo de administração de diretórios: “O *Centro* tem esse nome, não por ter jurisdição sobre os grêmios provinciais (o que é vedado pelo § 3º do art. 11 do capit. III), mas simplesmente por ter de funcionar na capital do Império”.<sup>388</sup>

A respeito do funcionamento do Centro da União Conservadora, cabe mencionar que, ao tempo de sua fundação, esse órgão partidário não possuía uma sede. Antes, as suas reuniões eram realizadas nas dependências do *Correio Mercantil*. Para corroborar, tal afirmação, cabe transcrever a seguinte notícia, datada de 19 de agosto de 1868: “Hoje, às 7 ½ horas da noite, haverá em uma das salas do *Correio Mercantil* reunião do conselho do Centro da União Conservadora”.<sup>389</sup>

Tal reorganização do Partido Conservador era motivada, notadamente, pelos efeitos criação da Liga Progressista, a qual cooptara correligionários conservadores. De acordo com o correspondente do *Correio Mercantil* na cidade de São Paulo, evitar a perda de correligionários era um objetivo central dos criadores da União Conservadora:

Os conservadores desta capital farão brevemente sua reunião, segundo as bases da *União Conservadora*, e espera-se que seja numerosa e entusiástica. Já em Santos e em outras localidades tem-se realizado as respectivas reuniões com a dedicação desejável. Deus queira que o partido conservador, na reconstrução actual, esqueça os erros passados que produzirão a *liga*, hoje progressista, dando pretexto á sua índole de tantos versáteis que desertarão. O que convém arraigar é o constitucionalismo do partido conservador, principio cardeal de seu programa politico, como todos compreendem, mas obliterado quase sempre nas grandes crises como a presente.<sup>390</sup>

Em síntese, os membros de elites locais que eram vinculados ao Partido Conservador julgaram que a União Conservadora teria como principal resultado impedir que a agremiação se fragmentasse. Ao mesmo tempo, a fundação de diretórios municipais da União Conservadora consistia em uma forma de consolidar, no âmbito local, a oposição ao Partido Liberal. A esse respeito, cabe atentar ao excerto do discurso do coronel Antônio da Costa Pereira, por ocasião da Junta conservadora na cidade mineira de Oliveira, em outubro de 1867. Trata-se de um pronunciamento que concentra as principais apreensões dos chefes

---

<sup>388</sup> *Id.*

<sup>389</sup> *Correio Mercantil*, 19 de agosto de 1868, n. 228, p. 1.

<sup>390</sup> *Correio Mercantil*, 9 de julho de 1867, n. 188, p. 2

locais do Partido Conservador acerca da finalidade da União Conservadora, e também a respeito da situação política nacional. Nessa oração, verifica-se a defesa da unidade partidária. De outra parte, nota-se que as elites locais reproduziam um discurso dos chefes nacionais da agremiação contra a gestão dos liberais à frente do Gabinete Ministerial. O cenário político e social, segundo os conservadores, seria marcado por uma crise:

Senhores. O motivo desta reunião, instalando-se hoje nesta cidade a junta da união conservadora, é tão justo como grandioso. O partido conservador se organiza em todas as províncias do Império, para que a verdade das ideias que professamos se propague e nossa energia possa igualar a grande dos perigos que nos ameaçam. Os partidos vivem da união de seus membros e da combinação de seus esforços, a união e acordo são consequências naturais que devemos esperar da sinceridade das nossas crenças. Uma vez concebida e efetuada esta associação, ela produzirá seus benéficos resultados nesta quadra tão difícil. Dispersos, sem rumo, sem centro, nossos sacrifícios serão estéreis: unidos seremos fortes, fazendo valer nossos direitos aos direitos de todos pelos meios legítimos que as leis nos permitem. Não é esta uma reunião secreta e nem uma manifestação ameaçadora, nós procuramos exercer uma influência legítima nos negócios do paiz, o que é da competência dos partidos verdadeiramente políticos. Honrado com a presidência da junta desta florescente cidade, cabia-me a tarefa de fazer-vos a exposição dos motivos que obrigão o partido conservador a tornar sua existência mais pronunciada e mais política, se assim me posso exprimir; mas esses motivos estão na consciência de todos. A imprensa da capital do Império e a de todas as províncias e eloquentes discursos nas duas câmaras nos mostram o estado deplorável das cousas públicas, do qual nesta província somos victimas e testemunhas. Uma guerra interminável e voraz: finanças arruinadas; vida política e econômica atacada ao mesmo tempo, uma pela violência e abusos na eleição, outra pela ameaça de uma emancipação desastrosa, o desprestígio da autoridade coincidindo com a perpetração de crimes graves, os tumultos em diversas províncias do Império, são fatos que justificam a incerteza, a inquietação e a desconfiança em que vive o paiz. Confiemos, senhores, na riqueza do nosso solo e em nosso patriotismo. Compete ao partido conservador, senão o encarregar-se ele só da salvação do paiz, ao menos a a iniciativa desta grande obra. É neste intuito que o partido conservador se organiza no Império, e que a junta do grêmio mineiro se constitue nesta cidade da Oliveira.<sup>391</sup>

Tratava-se, portanto, de um período de reveses para o Partido Conservador, visto que, para além do problema da deserção de partidários, essa agremiação estava afastada do comando do Gabinete Ministerial desde 1862. Assim, o principal objetivo da criação da União Conservadora era aplacar o crescimento da influência política dos liberais e dos progressistas, no âmbito nacional e provincial. Em uma notícia, publicada no *Correio Mercantil* em setembro de 1867, nota-se que um dos objetivos cruciais subjacentes à criação da União Conservadora era expandir o número de diretórios municipais do Partido Conservador.

Por um lado, essa expansão era operacional para que, em uma época em que permanecia afastado do Gabinete Ministerial, o Partido Conservador conquistasse correligionários e não perdesse a influência que anteriormente exercia em determinadas áreas provinciais. Por um lado, essa expansão era operacional para aplacar antigas rivalidades que

---

<sup>391</sup> *Correio Mercantil*, 27 de dezembro de 1867, n. 355, p. 3.

existiam em lideranças políticas locais. Mais precisamente, a criação da União Conservadora favoreceu a reaproximação entre potentados.

A esse respeito, leia-se uma notícia referente ao episódio da instalação de uma Junta Conservadora no município paulista de Taubaté. Nesse âmbito, cumpre destacar que tal instalação ocorreu apenas três meses depois da fundação da União Conservadora. Ou seja, em Taubaté houve rápida aceitação, pela elite local, da proposta de expansão e reorganização do partido no âmbito provincial:

No meio do atual dismantelamento produzido pela fatal política do alcunhado *progressismo*, é grato ver surgir no horizonte uma esperança de salvação. Essa esperança vai-se realizando com o rápido e crescente desenvolvimento dessa grande associação – *União Conservadora*. Quando tudo cai dismantelado ante os golpes de uma política imprevidente, que em presença das mais pungentes e aflitivas circunstâncias, criadas por seu próprio desazo, persegue a grande maioria dos brasileiros pelo crime de não aderirem à política da barriga, a – *União Conservadora* – será em breve a única força organizada que com suas ideias e princípios poderá salvar o país e as instituições juradas. Estas reflexões foram sugeridas pela leitura da ata da instalação da – *junta conservadora* – da cidade de Taubaté e que em seguida vai publicada. A cidade de Taubaté, cabeça do 2º distrito eleitoral, é uma povoação rica, importante e florescente. O partido conservador, que sempre foi ali numeroso e forte, lutava contra a influência da família, de que é chefe o prestimoso comendador Antônio Moreira da Costa Guimarães, o homem mais popular daquela comarca e que ainda na legislatura passada representou o distrito na câmara temporária. O que há de mais significativa na reunião de 1º de setembro para a instalação da junta conservadora é que o comendador Costa Guimarães, nomeado presidente da junta, prevaleceu-se do ensejo para explicar que ante aquela brilhante reunião dos cidadãos mais distintos do lugar os motivos pelos quais não podia prestar um apoio à situação e que o induzião a declarar-se francamente aderente às ideias conservadoras. Ainda bem! Sentimentos generosos e corações patrióticos como os dos Srs. Costa Guimarães, Assis Moura e tantos outros, que abrilhantarão aquela reunião, não podião deixar de protestar contra as misérias de uma situação, que tem arrastado o país à beira do abismo.<sup>392</sup>

Para a consecução dessas mudanças no Partido Conservador, era imperioso expandir a presença dessa agremiação no interior do país por meio da absorção de correligionários, da difusão das diretrizes programáticas e da criação de uma ordem referente às funções a serem desempenhadas pelas instâncias nacional, provincial e municipal do partido. Contudo, conforme demonstrado nesta tese, houve, no Paraná, episódios que denotam dissensões entre os componentes dessa hierarquia.

A leitura das *Bases da União Conservadora*, transcrita a seguir, evidencia o propósito dos chefes nacionais do partido para consolidar, por um lado, uma hierarquia de funções dos correligionários. Por outro lado, evidencia-se o propósito de instituir a regularidade de atividades partidárias. A comunicação contínua entre os diretórios era, pois, um dos elementos necessários para a consolidação dessa regularidade. Nesse particular, a análise do terceiro

---

<sup>392</sup> *Correio Mercantil*, 19 de setembro de 1867, n. 258, p. 2. Grifos no original.



capítulo dessas *Bases* permite evidenciar que o diretório nacional do partido não poderia exercer qualquer forma de ingerência sobre as atividades do partido nas províncias. Assim, a autonomia administrativa dos diretórios municipais e provinciais estava assegurada naquelas *Bases*. Por outro lado, a estrutura de administração concebida nesse documento não implicava a existência de diretórios desconectados entre si. Ao contrário, houve a regulamentação das formas de interação entre essas instâncias administrativas. Em suma, a leitura do documento transcrito abaixo permite demonstrar que o projeto de reorganização partidária do Partido Conservador propiciou o crescimento dos poderes das elites regionais sobre as formas a definição de modelos de gestão partidária:

#### I. Da Associação.

1. Consolidar o partido constitucional em todo império, imprimindo-lhe vigorosa iniciativa nos negócios públicos, é o fim da *União Conservadora*.
2. Esta associação se compõe de associações locais na corte, nas capitais das províncias, e nas cidades, villas e parochias onde for conveniente.
3. A Assembléa organizada no corte se denomina centro da *União Conservadora*. As assembléas fundadas nas capitais das províncias tem por titulo Gremio (designação patronímica) da *União Conservadora*. As filiaes creadas nas cidades, villas ou parochias serão assim designadas – Junta Conservadora de...
4. Cada Assembleia deve formular um regulamento econômico para se reger em seus trabalhos e no desempenho das respectivas atribuições, conformando-se, porém, com o disposto nestas bases.

#### II. Do Governo da Associação.

5. A direcção geral da *União Conservadora* é incumbida a um conselho geral, composto de nove membros, que designará de entre si um presidente.
6. Caso algum membro eleito para o conselho geral resida em província, poderá designar entre os colegas um que o represente em sua ausência e votte por ele nas deliberações.
7. Compete ao conselho geral convocar e presidir a assembléa geral da associação, e fazer cumprir as suas resoluções em todo o império.
8. O conselho geral só pode ser eleito, depois de instalada em dous terços das províncias do Brasil a *União Conservadora*. Para sua eleição, cada membro do grêmio enviará uma cédula ao Centro, onde se fará a apuração.
9. Enquanto não for eleito o conselho geral, dirigirá provisoriamente a associação o conselho do Centro, eleito na conformidade com seu regulamento especial.

#### III. Das Funções Sociais

10. É da obrigação de cada assembléa.
  - I. Promover a realização de ideias conservadoras, pelos meios legais.
  - II. Concorrer para a manutenção e desenvolvimento da imprensa conservadora.
  - III. Criar procuradores incumbidos da agenda de negócios que interessão ao partido e seus membros.
  - IV. Apoiar as reclamações dos conservadores de qualquer ponto do império que porventura soffram agravo na sua pessoa e direitos.
11. O Centro da *União Conservadora* é especialmente encarregado:
  - I. Da manutenção, na corte, de uma folha diária que sirva de órgão do partido.
  - II. Da defesa dos legítimos interesses das províncias, quer na imprensa, quer na tribuna.
  - III. Da fundação de Juntas no município neutro. O Centro não deve ingerir na política provincial, o qual fica pertencendo aos respectivos grêmios.
12. Aos Gremios compete especialmente:
  - I. Transmitir ao Centro os relatórios das necessidades do partido
  - II. Criar Juntas nos povoados e freguesias, quando julgue conveniente.
13. As Juntas têm atribuição especial:
  - I. De transmitir ao respectivo Grêmio um relatório das ocorrências do partido.

II. De endereçar por via segura as reclamações e pretensões dos conservadores ao respectivo grêmio ou ao Centro na corte.

III. De sustentar e desenvolver a imprensa na localidade.

#### IV. Dos sócios.

14. Os sócios concorrerão para a sociedade com uma prestação pecuniária, conforme o disposto no regulamento especial em cada assembléa.

15. Qualquer sócio da *União Conservadora* tem a faculdade de formar uma secção, de que será o director nato, para o efeito de a presidir e representar perante a respectiva assembléa.

16. A secção de comporá do número de seccionários marcado no respectivo regulamento: e dará ao director mais um voto além do seu individual. É essencial, porém, que a secção funcione regularmente, depois de aprovados pela sociedade os estatutos e a lista dos seccionaes.

17. O sócio da *União Conservadora* tem a entrada e assento na assembléa do logar onde se ache para assistir ás sessões e discutir a matéria vertente.

#### V. Da Assembléa Geral.

18. A *União Conservadora* se formará em assembléa geral, elegendo cada grêmio um deputado que o representa no Centro. Não há incompatibilidade em que seja um membro do mesmo.

19. O Centro terá em assembléa geral três votos: e cada Gremio pelo órgão de seu deputado um voto. O direito de discussão e exame é igual para os sócios do Centro, como para os deputados das provincias.

20. Incumbe à assembléa geral:

I. A reforma destas bases fundamentaes.

II. A adopção do programa do partido conservador.

III. A destituição das assembleas que se afastarem do programa estabelecido.

21. A assembléa geral será convocada sempre que o conselho supremo julgue necessário; ou quando for requerido quer pelo Centro, quer pelo voto dos seus grêmios.

#### VI. Do Programa.

22. Installada a *União Conservadora* no império o Centro cuidará logo em formular o programma das medidas que o estado do paiz reclama instantemente do patriotismo do partido. 23. Embora dependentes das circunstancias, como deve ser o todo programma útil e práctico, as medidas propostas pela *União Conservadora* á opinião pública se conformarão rigorosamente aos princípios cardeaes da nossa crença política.

24. Essa crença é do respeito inviolável á constituição, no estado das luzes, o melhor typo de uma liberdade racional. Ella se traduz: Quanto aos direitos políticos, na independência prácticas dos poderes, comprometida pela preponderância do executivo e compressão do voto; quanto aos direitos civis, na realidade das garantias individuaes burladas pela viciosa organização da judicatura.

25. Em relação aos actos, o programa da *União Conservadora* terá por norma invariável: Escrupulosa moralidade dos meios e instrumentos, ainda com sacrificio dos interesses do partido. Compromisso de não aceitar o poder, senão para exercê-lo na plenitude constitucional. Empenho de auxiliar o governo legítimo nos meios de concluir a guerra com honra e superar a crise financeira do paiz. Completa publicidade dos trabalhos e deliberações como garantia da lealdade e inteireza dos desígnios da associação.

26. Formulado o programma, se remeterão cópias aos Gremios conservadores, que a seu turno o comunicarão ás respectivas Juntas. Depois de coligadas em relatório todas as observações se designará o prazo para a discussão em assemblea geral e definitiva adopção do programa.

27. As ideias consagradas pela *União Conservadora* em seu programma serão solidariamente sustentadas por toda associação e cada um de seus membros. A assembléa que infringir o acordo, será destituída, fundando-se outra em substituição.

#### VII. Disposição geral.

28. Os *grêmios conservadores* terão em vista, na organização dos seus estatutos e nas suas relações com as Juntas das provincias, o mesmo principio da representação, consignado nestas bases; de forma que o voto da assembléa geral seja a expressão genuína do partido em todo o império.<sup>393</sup>

A elaboração das *Bases* da União Conservadora foi, por certo, realizada apenas pela cúpula do Partido Conservador. Esse carácter restrito da participação de correligionários em

<sup>393</sup> *Correio Mercantil*, 29 de junho de 1867, n. 178, p. 2.

decisões cruciais da agremiação é evidenciado no breve aparte que o deputado Raimundo Ferreira Araújo Lima, do Ceará, realizou a um discurso proferido por José Martiniano de Alencar, na Câmara dos Deputados, em 1871. Alencar situou a elaboração das *Bases* como a primeira etapa para o retorno dos conservadores do poder.

O deputado Raimundo Araújo Lima ressaltou que não aprovou esse documento. Ou seja, o conteúdo das *Bases* não era um consenso entre os conservadores. Portanto, as *Bases* eram um documento produzido pela cúpula do Partido Conservador, que delegou aos chefes políticos regionais a tarefa de reorganizar localmente a agremiação. Porém, somente os mais influentes membros do partido detiveram a prerrogativa de apresentar emendas ao documento. Leia-se, pois, o seguinte trecho do discurso de Alencar:

[O Sr. José de Alencar] Quando, nos dias da adversidade, nós, membros da oposição, nos reunimos em uma assemblea pública para instalar a *União Conservadora*, lá esteve o nobre presidente do Conselho [Visconde do Rio Branco], e prestou adesão plena àquele grande acto que preparou a ascensão do partido conservador.

O Sr. Presidente do Conselho: Propus uma emenda.

O Sr. J. de Alencar: Senhores, nessa memorável assembléa, presidida pelo ex-ministro da Marinha do gabinete de 16 de Julho, foram aprovadas aquelas bases (*apoiados e não apoiados*) com duas emendas (*Reclamações*). É realmente necessário profundo esquecimento para se negar um fato de notoriedade pública, um fato comunicado aos conservadores de todo o Império, e comunicado por um dos seus chefes mais ilustres, o Sr. Barão de Muritiba. (*Apoiados*).

O Sr. Araújo Lima – De minha parte não a aprovei.

O Sr. J. de Alencar: Foram aprovadas as bases com duas pequenas modificações; uma proposta pelo nobre presidente do Conselho, a quem repugnava o título democrático de grande eleitor que se deferia aos chefes do partido conservador, outra por acordo comum, a qual referia-se às últimas palavras daquela base que acabei de mencionar.<sup>394</sup>

O caráter centralizado da gestão do Partido Conservador motivava a crítica dos liberais. Nesse âmbito, Zacarias de Góes, na sessão do Senado de 06 de outubro de 1877, sustentou que a União Conservadora seria uma iniciativa voltada a aplacar uma crise do Partido Conservador. Após dez anos, a União, segundo esse senador, não havia alcançado os seus intuitos. Um dos intuitos era promover a renovação do quadro de correligionários e das bases programáticas da agremiação. Portanto, a falha crucial desse partido seria decorrente do fato de que ele permaneceu controlada por seus antigos próceres. Ou seja, a reorganização administrativa empreendida pelos dirigentes conservadores não gerou a emergência de lideranças e a democratização da vida interna da grei. Segundo Zacarias,

---

<sup>394</sup> ALENCAR, José de. *Discursos proferidos na sessão de 1871 da Câmara dos Deputados*. Rio de Janeiro: Typographia Perseverança, 1871, p. 154. VASCONCELOS, Zacarias de Góes e. *Perfis parlamentares*. Organização de Alberto Venâncio Filho. Brasília: Câmara dos Deputados, 1979, p. 544.

União conservadora quer dizer – fraqueza conservadora: quando um partido, já na decrepitude fala em união, é sinal de que está ameaçado de morte, de que o corpo está muito enfermo. E note-se a teoria da União Conservadora: trata de elaborar um programa, de organizar seu plano, na ausência dos chefes; depois que os que não são chefes, depois que os discípulos tiverem de organizado um bom programa, então virão os velhos prestar a sua sanção e executá-lo. Ora, isto é decrepitude. Se os ministros atuais são chefes do partido, nenhuma dessas tentativas poderia ter lugar sem sua presença, sem sua ciência; mas esse plano de arranjar vida artificial para o partido, na ausência dos ministros e no pressuposto de que eles virão em tempo, é uma singularidade.<sup>395</sup>

As elites regionais, portanto, não foram consultadas no processo de formulação da organização do Partido Conservador. Esse processo foi gerido apenas pela cúpula do partido. Porém, coube às elites regionais executar a tarefa de reorganizar o partido. Conforme demonstrado a partir seção subsequente, as divergências locais apresentaram-se como um obstáculo expressivo para que essa tarefa fosse concluída.

### 2.1.3. – Os conservadores do Paraná e a reorganização local do partido

Cabe demonstrar que o citado Antônio Cândido participou do processo de implantação do grêmio paranaense (diretório provincial) da União Conservadora. Ou seja, compete evidenciar que, nessa época de transformações no partido, ele preservou uma posição de destaque na gestão do partido na província. A esse respeito, trata-se de conferir atenção a duas notícias publicadas no *Dezenove de Dezembro*. Essas notícias evidenciam que nos anos derradeiros da atividade política de Antônio Cândido no Paraná, outros adventícios começavam a conquistar a posições de destaque no diretório conservador da província. Dentre esses adventícios estavam os citados bacharéis Bento Fernandes de Barros e Tertuliano Teixeira de Freitas.

Conforme evidenciado no quarto capítulo, existiram sensíveis diferenças acerca da atividade política desses dois adventícios. A principal diferença era derivada do fato de que Fernandes de Barros, em relação a Teixeira de Freitas, desenvolveu maior proximidade com lideranças conservadoras de distintas regiões do Paraná, sobretudo as regiões do litoral e do terceiro planalto. Tais relações permitiram-lhe obter apoios às suas campanhas eleitorais, nos anos 1870. Respeitante, pois, ao processo de ascensão desses adventícios na gestão do Partido Conservador do Paraná, leia-se a seguinte notícia, datada de setembro de 1868. Essa notícia, publicada no jornal *Phenix* e republicada no *Correio Mercantil*, faz referência à criação do

<sup>395</sup> VASCONCELOS, Zacarias de Góes e. *Perfis parlamentares*. Organização de Alberto Venâncio Filho. Brasília: Câmara dos Deputados, 1979, p. 544.

diretório provincial do Partido Conservador. A partir dessa criação, ocorreu a instalação dos diretórios municipais do partido:

A convite do tenente-coronel [Manuel de Oliveira] Franco e dos Drs. Fernandes de Barros T. de Freitas e A. Cândido Ferreira de Abreu reuniram-se na noite de 15 [de setembro], em casa do último, os conservadores da capital, afim de fundar e eleger o directorio do grêmio. A reunião, apesar dos esforços hercúleos de alguns, esteve grandemente concorrida. Oraram nesta reunião solene os Drs. B. F. de Barros e J. E. Ribeiro de Campos, demonstrando a magnitude da reunião e o fim especial dela. Foram eleitos para o directorio os Drs. Dias da Rocha, T. de Freitas, A. Cândido, [Manuel Antônio] Ferreira e tenente-coronel Franco. Estw último, chefe prestimoso do partido conservador, e lutando há muitos anos ao lado dos seus dedicados amigos, teve o galardão que lhe competia por seus grandes serviços, sendo eleito presidente do grêmio e vendo seu genro, Dr. Bento Fernandes de Barros, colocado na vice-presidência. Filhos da mesma ideia, defensores da mesma causa, adeptos da mesma crença, não podemos deixar de nos congratular com tão faustosa notícia. Consta que como consequência de tão acertado passo, os conservadores da capital vão fazer reaparecer o *Constitucional*.<sup>396</sup>

Cumprе mencionar que, quando o grêmio conservador do Paraná foi instalado, o cargo de diretor do órgão foi ofertado ao curitibano Manuel Antônio Ferreira (1805-1885), antigo membro do Partido Liberal. Assim, dois meses após o afastamento dos liberais do comando do Gabinete, Ferreira se aproximara dos conservadores paranaenses. Porém, ele recusou o posto de diretor do diretório. Nesse contexto, Ferreira publicou a seguinte nota no *Dezenove de Dezembro*: “O abaixo assignado declara que não faz parte do grêmio conservador, como foi noticiado no último número desta folha. Curitiba, 18 de setembro de 1868. *Manuel Antônio Ferreira*”.<sup>397</sup>

Diante dessa recusa, Manuel José da Cunha Bittencourt foi incumbido de exercer o referido cargo: “Centro Paranaense da União Conservadora. Não tendo o Sr. Manuel Antônio Ferreira aceito o lugar de diretor para que fora eleito, o directorio resolveu, pelos poderes de que está investido, chamar para substituí-lo o Sr. tenente-coronel Manuel José da Cunha Bittencourt, que já entrou em exercício; o que se faz público para conhecimento do partido. Curitiba, 26 de setembro de 1868. *Manuel de Oliveira Franco*, presidente – *Tertuliano Teixeira de Freitas*, secretário interino”.<sup>398</sup>

Conforme demonstrado neste capítulo, Manuel Antônio Ferreira migrara para o Partido Conservador por influência de um político adventício, a saber, Joaquim Inácio Silveira da Motta. Porém, pouco tempo após essa migração, ambos se indispuseram com as lideranças conservadoras de Curitiba. Desse modo, a fundação do Grêmio conservador do Paraná motivou o agravamento das tensões entre antigos e novos correligionários do partido.

<sup>396</sup> *Correio Mercantil*, 2 de outubro de 1868, n. 271, p. 1.

<sup>397</sup> *Dezenove de Dezembro*, 26 de setembro de 1868, n. 927, p. 4.

<sup>398</sup> *Dezenove de Dezembro*, 30 de setembro de 1868, n. 928, p. 4.

Uma das razões dessa indisposição era decorrente do fato de que a reorganização do Partido Conservador tornava os diretórios provinciais da agremiação menos abertos ao ingresso dos *candidatos de contrabando*, notórios pela sua volubilidade política. No Brasil monárquico, tal expressão era empregada em alusão aos adventícios que não possuíam sólidas ligações políticas nas províncias pelas quais obtinham mandatos deputado geral. Ou seja, a existência dessa natureza de candidatos evidencia que do eleitorado não apoiavam a decisão de dirigentes partidários de promover uma absorção, aos quadros partidários regionais, de indivíduos que não enraizados nas províncias pelas quais se candidatavam.

Na sessão da Câmara dos Deputados de 29 de maio de 1867, o deputado João Brígido dos Santos (1829-1921), do Ceará, definiu *candidato de contrabando* da seguinte forma: “Contrabando em política pode ser pouco mais ou menos isto: vir um indivíduo à Câmara dos Srs. Deputados com falsas credenciaes, e tomar assento, expelindo os legítimos representantes de sua província. Contrabando em política pode ser ainda tomar parte em todas as lutas políticas, ora com Gregos, ora com Troyanos; contrabando em política pode ser, finalmente, estar-se na igreja ou fazer parte dela, mas combater os seus dogmas e disciplina para agradar a alguém”.<sup>399</sup>

Na edição de 05 de dezembro de 1885, o jornal *Goyaz*, ligado ao Partido Liberal, empregou o termo *candidato de contrabando* para se referir a um político adventício, a saber, cônego Ignacio Xavier, que fora lançado candidato a deputado geral pelo Partido Conservador goiano. Porém, esse candidato foi substituído, em decorrência da rejeição que os eleitores daquela província teriam para com adventícios: “O grande, o másculo, o portentoso directorio do partido conservador está zombando do 2º districto eleitoral da província. Fez constar que apresentaria nas próximas eleições o cônego Ignacio Xavier, sciente de que o norte não aceita *candidatos de contrabando*, os filhos enjeitados de outras províncias”.<sup>400</sup>

A desistência do Cônego Xavier demonstra, pois, que havia momentos nos quais a decisão sobre a homologação de uma candidatura não era decorrente de uma imposição unilateral de dirigentes partidários. Antes, tal homologação era condicionada à repercussão do anúncio de uma candidatura junto ao eleitorado e setores do partido.

\*\*\*

---

<sup>399</sup> BRASIL. Câmara dos Srs. Deputados. Sessão de 1867. Tomo 1. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve, 1867, p. 145.

<sup>400</sup> *Goyaz*, 05 de dezembro de 1885, p. 4. Grifos no original.

Silveira da Motta ambicionava controlar o Partido Conservador do Paraná, mas não era um fiel membro dessa agremiação. Antes, os seus sucessos políticos eram em parte derivados de apoios obtidos junto a autoridades da administração imperial. Assim, ele e seus aliados eram encarados como correligionários desprovidos da legitimidade de pleitear o comando do partido. Dessa forma, a reorganização do Partido Conservador implicou a consolidação das prerrogativas dos gestores locais do partido. A partir de 1867, portanto, a interferência de autoridades imperiais na definição de candidaturas foi atenuada, ao passo que os gestores locais do partido obtiveram maior autonomia para controlar o processo de escolha de candidatos.

Nesse contexto, a divergência ou afinidade para com o ideário das agremiações não eram os fatores cruciais para a mudança de partido. Tal situação ocorreu, por exemplo, na Província de Goiás, em 1887. Nessa ocasião, Manuel Joaquim de Oliveira Castro publicou um comunicado no jornal *Goyaz* com a finalidade de expor o motivo de seu retorno ao Partido Liberal, após passagem pelo Partido Conservador: “Eu abaixo assignado declaro que sempre pertenci ao partido liberal, si assignei o directorio conservador foi iludido com certas promessas que até hoje não se realizaram, por cujo motivo volto às minhas antigas fileiras. Goyaz, 25 de Dezembro de 1887”.<sup>401</sup> Essa migração era decorrente de interesses particulares. O não atendimento desses interesses, por sua vez, motivava nova mudança partidária.

De outra parte, a citada notícia demonstra que, no diretório paranaense do Partido Conservador, a decisão atinente à substituição de membros da Mesa Diretora era uma prerrogativa dos membros da própria Mesa. Conforme demonstrado nesta seção, Antônio Cândido era um adversário de Manuel Antônio Ferreira. Desse modo, o surgimento do diretório regional do Partido Conservador, desde o seu surgimento, foi marcado pela existência de facções. A existência de divisões entre os conservadores das províncias consistiu em um obstáculo à instalação dos diretórios provinciais do partido.

Atente-se, pois, ao caso do Amazonas. Nessa província, um indivíduo fora indicado, sem a sua aquiescência, para ocupar um cargo no Grêmio conservador. Em seguida, ele desistiu do cargo, conforme destacado pelo correspondente do *Correio Mercantil*: “Entre os membros do *centro* [conservador do Amazonas] incluíram o honrado capitão de fragata Nuno, sem ao menos consulta-lo, e que mais tarde veio à imprensa declarar que declinava de si essa

---

<sup>401</sup> *Goyaz*, 30 de dezembro de 1887, p. 4.

honra. Dizem mais que por pedidos do major Clementino [Guimarães], o Sr. Nuno retirou da imprensa outra declaração com a qual descobriria a machinação que se deseja urdir”.<sup>402</sup>

\*\*\*

Em uma notícia publicada no *Dezenove de Dezembro* em fevereiro de 1869, constata-se que Fernandes de Barros alcançara o posto de vice-presidente do grêmio conservador do Paraná, e Teixeira de Freitas, o posto de 2º secretário. Tal notícia evidencia, ainda, que uma das funções do diretório provincial era realizar a divulgação de candidaturas, bem como incitar os correligionários da agremiação a colaborar nas campanhas eleitorais:

O gremio conservador paranaense do centro da união conservadora julga conveniente continuar a pedir aos seus amigos a maior concentração de esforços em favor da eleição dos candidatos do partido Srs. Joaquim Dias da Rocha e Manuel Francisco Correa, visto como quaisquer outras pretensões não podem merecer aceitação alguma, por serem manifestadamente contrárias ás conveniências políticas e á dignidade do partido conservador. Sala das sessões do grêmio conservador. 24 de fevereiro de 1869. *Manuel de Oliveira Franco* – presidente – *B. Fernandes de Barros*, vice-presidente – *Tertuliano Teixeira de Freitas*, 2º secretário – *Antônio Cândido Ferreira de Abreu* – *Manuel José da Cunha Bittencourt*.<sup>403</sup>

Nesse contexto, os membros do diretório produziam circulares nas quais realizavam a defesa dos seus candidatos. A esse respeito, leia-se o texto referente à defesa das candidaturas de Manuel Francisco Correia e Joaquim Dias da Rocha:

Apresentação. Os membros do grêmio conservador da província dirigiam aos eleitores a seguinte circular:

“Illm. Sr. Triunphante nas urnas eleitoraes de Janeiro, o partido conservador obteve a mais brilhante prova de que as suas doutrinas dominavam a opinião da província. E sendo não só do dever como do interesse de um partido político determinar a eleição em favor d’aqueles que symbolisam as suas doutrinas afim de fazer prevalece-las ou pelo menos mostrar por sua escolha que elas adquiriram a maioria: nós, membros do Grêmio conservador da província, dirigimo-nos a v. s. para apresentar à sua consideração as candidaturas dos Srs. Drs. Joaquim Dias da Rocha e Manuel Francisco Corrêa aos dous lugares de deputado à assembléa geral legislativa por esta província, visto como aqueles distinctos cavalheiros personificam perfeitamente as ideias conservadoras e são dignos de receber tão importante mandato. Recomendando-os, pois, a v. s. solicitamos o seu voto para aqueles dous nomes cuja eleição, parece-nos, será justamente aplaudida por todos os correligionários. Aproveitamos o ensejo para oferecer a v. s. o ensejo da nossa estima e consideração”.<sup>404</sup>

Outra função do diretório provincial do Partido Conservador era salientar os deveres das Juntas Municipais. Nesse sentido, note-se a maneira como os gestores desse diretório cobraram a participação das Juntas na eleição de Dias da Rocha e Manuel Francisco Correia à Câmara dos Deputados, em 1869. Por outro lado, a referência às Juntas Municipais presentes

<sup>402</sup> *Correio Mercantil*, 13 de outubro de 1868.

<sup>403</sup> *Dezenove de Dezembro*, 24 de fevereiro de 1869, n. 970, p. 3. Grifos no original.

<sup>404</sup> *Dezenove de Dezembro*, 17 de fevereiro de 1869, n. 968, p. 3.



no comunicado transcrito a seguir evidencia que essas unidades do partido já estavam instaladas em diferentes municípios do Paraná. Assim, cerca de dois anos após a reorganização do diretório nacional do Partido Conservador, essa agremiação lograra expandir os seus diretórios municipais no Paraná. O diretório provincial do partido, por seu turno, conquistou a autonomia para gerir os processos de definição de candidaturas:

Os abaixo assignados, membros do Grêmio conservador desta capital, temo honra de apresentar à consideração de seus amigos e correligionários de toda a província, os nomes dos distintos conservadores, Drs. Joaquim Dias da Rocha e Manuel Francisco Corrêa, para candidatos aos logares de deputados à assembléa geral legislativa pelo Paraná, e neste sentido os recomendam às juntas conservadoras das diferentes localidades da província.

Curityba, 13 de fevereiro de 1869.

O presidente, *Manuel de Oliveira Franco*

O vice-presidente, *Bento Fernandes de Barros*

*Antônio Cândido Ferreira de Abreu*

*Manuel José da Cunha Bitrencourt*<sup>405</sup>

Ao mesmo tempo, esse grêmio era o responsável pela formação da chapa de candidatos à Assembleia Legislativa. Assim, em conformidade com as recomendações do Centro conservador, os grêmios provinciais consultavam as Juntas municipais para a definição dos nomes que comporiam as chapas eleitorais. Conferir atenção a um episódio da organização dessas chapas permite demonstrar que uma forma derradeira de influência de Antônio Cândido na política paranaense era a gestão sobre o processo de definição de candidaturas do Partido Conservador.

De outra parte, a análise desse episódio também possibilita demonstrar que, em fins dos anos 1860, Antônio Cândido ocupava, no grêmio paranaense, posição mais subalterna em relação às posições ocupadas por dois bacharéis adventícios pertencentes à geração de 1830: Bento Fernandes de Barros e Tertuliano Teixeira de Freitas. A informação transcrita a seguir é datada de agosto de 1869:

O grêmio conservador desta capital, havendo em sessão de hontem deliberado, de conformidade com a indicação das juntas locais, apresentar os nomes dos vinte deputados que devem representar a província no futuro biênio, solicita de seus correligionários o apoio necessário para o completo triumpho da verdadeira representação do partido conservador, fazendo vingar na eleição a lista abaixo transcripta. [...] Secretaria do grêmio conservador paranaense em Curityba aos 24 de agosto de 1869.

*Manuel de Oliveira Franco*, presidente.

*Bento Fernandes de Barros*, vice-presidente.

*Tertuliano Teixeira de Freitas*, secretário.

*Antônio Cândido Ferreira de Abreu*, tesoureiro.<sup>406</sup>

<sup>405</sup> *Dezenove de Dezembro*, 13 de fevereiro de 1869, n. 967, p. 4.

<sup>406</sup> *Dezenove de Dezembro*, 25 de agosto de 1869, n. 1.022, p. 4. Grifos no original.

A ocorrência de deliberações regulares no Partido Conservador do Paraná consolidou-se nos anos 1870 e permaneceu nas décadas seguintes. Nesse contexto, não existia uma sede de diretório. Antes, as reuniões ocorriam nas residências dos principais chefes da agremiação. Em março de 1876, por exemplo, os dirigentes do Partido Conservador em Curitiba convocaram uma reunião, a qual ocorreria na residência de José Bittencourt: “Os abaixo assignados, membros do directorio do partido conservador desta capital, convidam seus correligionários para uma reunião política, que terá logar às 7 horas da tarde do dia 7 do corrente em casa do segundo abaixo assignado. Curityba, 1 de Março de 1876. *Tertuliano Teixeira de Freitas. José Correia de Bittencourt*”<sup>407</sup>

Assim, os ritos partidários tornaram-se mais regrados e regulares a partir dos anos 1860 em virtude do processo de reorganização dos diretórios conservadores. Entretanto, não houve a implantação de sedes de diretórios. As residências continuaram a ser o espaço de encontro dos membros de uma agremiação. Tal situação também foi peculiar ao caso da vida interna do Partido Conservador em Paranaguá. Ainda, essa situação foi característica ao Partido Liberal do Paraná.

\*\*\*

As informações apresentadas nesta seção possibilitam, assim, um conhecimento sobre a vida interna do Partido Conservador paranaense, assim como sobre as condições sociais que propiciavam o desenvolvimento de uma carreira política. Nesse sentido, trata-se de destacar que os antigos vínculos familiares entre a família Ferreira de Abreu e a família Guimarães, bem como o envolvimento em políticas de nomeações, foi importante para o desenvolvimento das carreiras políticas dos citados irmãos. Desse modo, ambos lograram participar da vida partidária regional do final dos anos 1850 e início dos anos 1860.

Nos anos seguintes, Antônio Cândido assistiu à ascensão política de novos bacharéis adventícios no diretório regional do Partido Conservador. Conforme demonstrado no segundo capítulo desta tese, a influência política de bacharéis nortistas nesse diretório consolidou-se na década de 1860. No momento derradeiro de sua atividade partidária, Antônio Cândido articulou a obtenção de sua nomeação para o posto de juiz de Direito. Ao mesmo tempo, verifica-se que a sua função dentro do partido consistia em gerir os esquemas de nomeações. Ou seja, ele articulava a nomeação e destituição dos correligionários da grei conservadora.

---

<sup>407</sup> *Dezenove de Dezembro*, 1º de março de 1876, n. 1687, p. 4. Grifos no original.

Conferir atenção ao modo como ele participava dessa gestão, possibilita demonstrar que, em um momento em que uma nova geração ascendia ao comando do partido na província, Antônio Cândido buscava garantir o seu destino profissional. Trata-se, portanto, de analisar os seguintes comentários do bacharel Generoso Marques dos Santos publicados em *A Reforma*. Tais comentários são concernentes a um encontro, ocorrido no Rio de Janeiro, entre Antônio Cândido e Manuel Francisco Correia, então deputado geral pelo Paraná. Ou seja, Antônio Cândido buscou o auxílio de Manuel Francisco para que as suas demandas chegassem ao conhecimento das autoridades imperiais. Mais precisamente, o texto de Marques era direcionado a argumentar que ocorreram fraudes na eleição municipal de Curitiba, em 1870. Nessa ocasião, o pleito foi anulado. Antônio Cândido era um dos partícipes das articulações que resultaram nessa anulação.

Nesse âmbito, a informação transcrita a seguir possibilita antecipar a demonstração de um argumento desenvolvido no segundo capítulo: o argumento segundo o qual o principal indício da força política dos bacharéis paranaenses pertencentes à geração de 1830 era a prerrogativa de interferir em políticas de nomeações imperiais. Por outro lado, o texto citado a seguir evidência a existência de um processo de transição de comando político.

Ao longo desse processo, os bacharéis adventícios nascidos nas décadas de 1810 e 1820 tornaram-se dependentes da intermediação política de bacharéis pertencentes à geração de 1830. Os bacharéis das gerações de 1810 e 1820, por certo, não perderam de forma repentina a sua influência na política regional. Todavia, gradativamente eles passaram a ocupar posições mais subalternas no jogo partidário:

Convictos da impossibilidade de medir-se conosco, trataram os adversários desde logo de inutilizar a eleição. [...] Por isso consta que [os conservadores] exigem do Sr. [Manuel Francisco] Corrêa a demora da solução do governo imperial, e não veem nisso dificuldade, à vista da posição que esse nosso representante ocupa no gabinete do Sr. Ministro do Império, cuja atenção sobretudo invoco, para que não tenhamos razão de atribuir-lhe cumplicidade na conivência. [...]; Para arranjar as medidas de que cabe o directorio conservador, em ordem a preparar o próximo pleito consta que leva missão especial junto ao Sr. Corrêa, o Dr. Antônio Cândido Ferreira de Abreu, que segue para essa corte nesse vapor. Essas medidas são: demissão do Sr. coronel [Manuel Antônio] Ferreira do comando superior da guarda nacional, e nomeação de um homem de *força* para tal cargo. Demissão do Dr. José Lourenço de Sá Ribas do comando do 6º Batalhão, pertencente ao Assunguy, e nomeação do capitão Manuel do Nascimento Abreu em seu lugar, para tomar conta daquela *colônia*. Demora da decisão do governo em dois ou três meses, afim de se preparar as cousas. Nomeação do mesmo Dr. Antônio Cândido para juiz de direito da comarca de Guarapuava, em retribuição dos relevantes serviços ao partido. A razão de não servir-lhes o Sr. coronel Ferreira é ser S. S. homem moderado, e incomodar-se com os abusos de seus subordinados quaisquer que sejam. Eu, porém, duvido que o Sr. Corrêa se anime a pedir a demissão desse cidadão, a respeito de quem ainda há pouco manifestou grande consideração. Eu, porém, duvido que o Sr. Corrêa se anime em pedir a demissão d'este cidadão, a respeito de quem há pouco manifestou grande consideração, publicando com um seu discurso proferido na câmara temporária, uma carta que lhe dirigia o Sr. coronel acerca do ônus que pesa sobre a guarda nacional d'esta cidade, e

pedindo providências para a remessa da tropa de linha que a venha substituir no serviço ordinário: o Sr. Muritiba pediu-lhe que atendesse a reclamação. E para prova da confiança e consideração que os amigos do Sr. Corrêa tributam ao Sr. coronel, eis o que na última correspondência conservadora desta cidade para o *Jornal do Commercio*, publicada na folha de 6 de novembro, diz a seu respeito: “A guarda nacional desta capital sujeita ao comando do *prestimoso e importante cidadão Manuel Antônio Ferreira*, espera ansiosa a chegada do esquadrão da cavalaria de linha”. Como quer que seja, porém, aguardaremos o dia do novo pleito e não estamos mais dispostos a sacrificar os nossos direitos. Não recuaremos da luta qualquer que seja a atitude que assumo o governo.

Generoso Marques dos Santos<sup>408</sup>

Essas solicitações realizadas por Antônio Cândido foram atendidas gradativamente pelo Governo Imperial. Assim, tal episódio demonstra que a função de Antônio Cândido em tal contexto era buscar a implantação de demandas da facção do Partido Conservador à qual estava ligado no Paraná. Tal facção, portanto, buscou inviabilizar a permanência de Manuel Antônio Ferreira, no posto de comandante superior da Guarda Nacional de Curitiba. A destituição de Ferreira desse posto ocorreu apenas em 1873, ocasião em que foi substituído por bacharel conservador Tertuliano Teixeira de Freitas.<sup>409</sup> Por outro lado, a nomeação de Antônio Cândido para o posto de Juiz de Direito da Comarca da Lapa, no Paraná, foi realizada já em 1871.<sup>410</sup>

Nesse sentido, a intermediação, por Manuel Francisco Correia, de algumas solicitações de Manuel Ferreira evidencia que ele, Manuel Francisco, já angariava a condição de viabilizar, junto à administração imperial, as reivindicações dos correligionários do Partido Conservador. Ao mesmo tempo, o atendimento dessas demandas evidencia que Manuel Ferreira, antigo liberal, acomodara-se à grei conservadora. Ou seja, nota-se o caráter mutável das relações e afinidades entre os chefes partidários provinciais.

O afastamento de Antônio Cândido da vida partidária paranaense, portanto, ocorreu em uma época em que os bacharéis da geração de 1830 tornavam-se ocupantes de posições mais decisivas na vida partidária paranaense. Nesse contexto, restou a Antônio Cândido, pertencente à geração de 1820, envolver-se em políticas de nomeações para cargos comissionados. O envolvimento em esquemas de nomeações e na vida política municipal eram os principais aspectos do destino de bacharéis adventícios cujo estreitamento das relações políticas com os conservadores do litoral paranaenses ocorreu em fins do período regencial.

\*\*\*

<sup>408</sup> *A Reforma*, 1º de janeiro de 1871, n. 1, p. 3. Grifos no original.

<sup>409</sup> *Dezenove de Dezembro*, 26 de julho de 1873, n. 1423, p. 4.

<sup>410</sup> *Dezenove de Dezembro*, 1º de julho de 1871, n. 1213, p. 3.

De outra parte, os últimos anos do percurso político de José Mathias foram caracterizados pelo exercício de cargos públicos municipais. Ainda, o intento de esse indivíduo conquistar cargos provinciais também malogrou. A redução da sua projeção no cenário político foi um elemento peculiar ao ocaso de sua trajetória. Os próprios confrontos políticos nos quais esse indivíduo se envolveu eram derivados da sua defesa de interesses de negociantes. Verifica-se, portanto, a restrita autonomia de bacharéis da geração de 1810 em relação aos negociantes.

Ao contrário de Antônio Cândido, José Mathias não participou do grupo que fundou e geriu o diretório do Partido Conservador em Paranaguá. Tal informação evidencia, pois, os limites das oportunidades políticas de adventícios enraizados no litoral paranaense. Ao contrário do ocorrido no diretório conservador curitibano, no Partido Conservador de Paranaguá os bacharéis adventícios não mantiveram relação conflituosa com as antigas lideranças políticas do município. Todavia, a ausência de antagonismos com os chefes partidários não era uma garantia para esses bacharéis alcançarem posições de relevo na vida partidária. Em Curitiba, ao contrário, o envolvimento em divergência com chefes locais do Partido Conservador não minou as oportunidades políticas dos bacharéis adventícios.

## **2.2. – Competição política e mudança partidária: as tensões entre o adventício Joaquim Ignácio Silveira da Motta e os chefes políticos do Paraná**

Nesta seção é demonstrado que nos primórdios na vida política paranaense encontram-se conflitos derivados da competição política entre locais e adventícios. Tal competição era referente, sobretudo, ao comando de esquemas eleitorais e de instituições legislativas. O estudo sobre o percurso do citado médico Silveira da Motta permite ilustrar as origens e implicações dessa competição.

Nesse âmbito, o estudo sobre tal percurso possibilita a demonstração de dois argumentos. Primeiro, é evidenciado que a partir dos anos 1850 adventícios alcançaram posições de destaque na vida partidária e administrativa regional. Segundo, esse exercício de funções relevantes atingiu o seu esgotamento em fins dos anos 1860. Uma das derradeiras estratégias empregadas por Motta para aplacar o aprofundamento dessa perda de espaço da vida partidária regional foi a tentativa de influir na gestão do partido por meio da aproximação com chefes políticos nacionais. Contudo, essa iniciativa fracassou.

Em resumo, o desenvolvimento desta seção da tese permite evidenciar que as cisões entre os políticos conservadores no Paraná, nos anos 1850 e 1860, eram uma consequência da baixa formalização das regras de funcionamento da agremiação. Essa baixa formalização criava uma situação na qual surgiam facções que impediam a unificação do comando do partido. Tal problema foi atenuado no fim dos anos 1860, a partir da reorganização administrativa do partido.

\*\*\*

Silveira da Motta iniciou sua atividade política como membro do Partido Liberal, na região planáltica do atual Paraná, nos anos 1840. Contudo, em fins dessa década migrou para o Partido Conservador.<sup>411</sup> Em 1856, elegeu-se deputado provincial pelo Partido Conservador. Nesse partido, desenvolveu uma relação conflituosa com o futuro Visconde de Nácar. Esse conflito era derivado da derrota que Silveira da Motta impôs a Nácar na eleição para a presidência da Assembleia Provincial. Trata-se, pois, de um dos primeiros episódios atinentes às disputas que aquele adventício manteve com os chefes regionais do Partido Conservador.

Cabe demonstrar que o agravamento desse conflito pessoal engendrou a divisão do Partido Conservador na província e, por conseguinte, propiciou aos liberais exercerem uma influência na gestão da Assembleia Provincial. Em um sentido amplo, o estudo desses episódios possibilita evidenciar que, nos começos da vida partidária paranaense, o jogo partidário regional e o funcionamento das instituições provinciais foram sobremaneira influenciados por confrontos que opuseram um potentado local e um adventício. A atividade política desse adventício gerou, por vezes, cisões internas nos diretórios dos partidos no Paraná.

Em março de 1857, Motta era presidente da Assembleia. Na sessão ocorrida no dia 1º desse mês, houve um desentendimento entre ele e o deputado Francisco José Correia, o qual fora impedido por Motta de realizar um pronunciamento sobre o tema do aumento salarial dos professores, visto que esse tema não estava previsto na Ordem do Dia. Em seguida, um grupo de deputados conservadores e liberais, liderados por Nácar, retirou-se da sessão, em

---

<sup>411</sup> Acerca da ligação de Motta com membros de elite locais da 5ª Comarca da Província de São Paulo, cabe mencionar que, em 1850, ano em que exercia mandato de deputado provincial, ele fora demandado pela Câmara Municipal, que a época era composta por conservadores como o negociante ervateiro Manuel Ribeiro de Macedo, a intermediar junto ao Governo de São Paulo a implantação de um Juízo de Paz no distrito de Porto de Cima. Conforme demonstrado nesta seção, os conservadores da mencionada comarca auxiliaram-no a conquistar uma vaga de deputado à Assembleia Legislativa paulista, em 1850. Nessa ocasião, Motta foi o décimo terceiro candisato mais votado, tendo angariado 375 votos.. VIEIRA DOS SANTOS, Antônio. *Memoria Historica da Villa de Morretes...* Op. cit., pp. 472-473.

solidariedade a Correia. Em 25 de março daquele ano, o vice-presidente do Paraná, o paulista José Antônio Vaz de Carvalhais, enviou uma carta ao citado Couto Ferraz, então ministro dos Negócios do Império. Nessa carta, ele evidenciou que a motivação subjacente ao ato liderado por Nácar era a derrota que ele, Nácar, sofrera para Silveira da Motta na eleição para a Mesa Diretora da Assembleia Provincial.<sup>412</sup>

Segundo o articulista do *Dezenove de Dezembro*, a vitória de Silveira da Motta sobre Nácar era derivada do apoio que o primeiro recebera dos deputados contrários à transferência da capital da província para Paranaguá. Essa transferência era uma reivindicação do grupo político e econômico ao qual Nácar pertencia. Ou seja, o êxito de Silveira da Motta na eleição para a presidência da Assembleia foi derivada de sua habilidade em apresentar-se como defensor de uma demanda setorial.<sup>413</sup>

Por meio do estudo caso de Silveira da Motta, cabe salientar que, no princípio da vida política paranaense, a capacidade de influir na gestão de esquemas de nomeações era crucial para a consolidação de um adventício junto à elite política. A capacidade de influir nesses esquemas era operacional para a conquista de apoios eleitorais em distintas regiões da província.

Nesse quadro, os adventícios não se dedicavam apenas a competir pela conquista de cargos que garantiam a prerrogativa de influir na administração imperial e de ingressar nos quadros partidários. Ao contrário, o poder de comandar nomeações e demissões era também encarado como um elemento propício para o estabelecimento de alianças com os potentados da província. Nesse contexto, é necessário dedicar atenção a uma carta publicada por João Moreira Garcez no jornal *Dezenove de Dezembro*, em dezembro de 1860. Nela, Garcez afirmava que Silveira da Motta fora o responsável pela sua exoneração do posto de Coletor das Rendas Gerais e Provinciais do município de Castro. Segundo Garcez, o principal interesse de Motta em se envolver nas articulações para a nomeação de funcionários provinciais era angariar aliados políticos. Leia-se, pois, o seguinte trecho da mencionada carta:

---

<sup>412</sup> HORYLKA, Cláury. Correspondência... *Op. cit.*, pp. 193-194. Em discurso pronunciado na Assembleia do Paraná, no dia 7 de fevereiro de 1859, Laurindo Abelardo de Brito salientou a vinculação de Silveira da Motta à grei conservadora: “Finalmente, a maioria desta casa, formada pelos velhos lidadores da causa da liberdade, faz assentar-se na cadeira presidencial o eloquente representante das ideias conservadoras da província”. 23 de fevereiro de 1859, n. 93, p. 4.

<sup>413</sup> *Dezenove de Dezembro*, 10 de fevereiro de 1869, n. 986, p. 2.

Fui demitido do cargo de coletor das rendas gerais e provinciais desta cidade. Minha demissão foi anunciada nesta cidade no dia 23 do [mês] passado [novembro] por um Fulano Pinheiro que tinha vindo da capital encarregado de conduzir as demissões do delegado e subdelegado de polícia, saudadas com foguetes pelos eleitos da quadra; eu a esperava com a chegada do Dr. Joaquim Ignácio Silveira da Motta, que me constava trazia em mão para oferecê-la em troca de algumas vantagens eleitorais. O nobre orgulho de meus concidadãos poupou a providência mais uma imoralidade. Efetivamente, a coletoria deste município foi oferecida pelo Dr. Silveira da Motta a algumas influências desta localidade, que a não quiseram aceitar pelo preço de seus bríos grosseiramente ofendidos. [...] Era preciso que a minha demissão passasse por tantas mãos para que ficasse bem notório que ela puramente uma arma eleitoral. Era bem possível que eu conseguisse o perdão da pena se me fosse humilhar perante o Dr. Silveira da Motta, e fazer-lhe protestos de dedicação, mas saiba o público que nem o visitei pela dupla razão de trazer a minha demissão e de hospedar-se com um homem cuja casa não frequento [...]. Castro, 10 de dezembro de 1860.<sup>414</sup>

Nesse contexto, a condição de intervir no preenchimento de cargos comissionados permitia aos políticos de maior projeção o estabelecimento de conexões políticas. Por consequência, essas conexões possibilitavam a esses políticos angariarem correligionários nos municípios. De sua parte, esses correligionários mostravam-se interessados obter os cargos mais subalternos na hierarquia da administração provincial.

De outra parte, o percurso de Motta consiste em um caso, peculiar aos adventícios que pertenceram ao quadro partidário paranaense nas décadas de 1850 e 1860, da obtenção célere de funções relevantes nas instituições administrativas e legislativas. Similarmente a esses adventícios, tal relevo declinou em fins dos anos 1860. Porém, a peculiaridade de sua trajetória consiste na manutenção de uma relação sobremaneira volúvel para com os partidos.

No final da década de 1850, Motta vinculou-se ao Partido Liberal, pelo qual foi eleito deputado geral, em 1860. Conforme evidenciado nesta seção, a sua eleição a este cargo derivou menos do apoio de chefes regionais dessa agremiação do que do respaldo de membros influentes do Gabinete Ministerial que, nesse período, era comandado pelo baiano Ângelo Moniz da Silva Ferraz, Barão de Uruguaiana, membro do Partido Conservador. Mais especificamente, a viabilização da vitória de Motta em tal pleito, segundo o *Dezenove de Dezembro*, seria decorrente das conexões políticas que ele estabeleceu com lideranças nacionais dessa grei.

A reaproximação de Motta com membros do Partido Liberal paranaense, ocorrida no final dos anos 1850, não gerou obstáculos à manutenção de suas relações que chefes nacionais do Partido Conservador. O esgotamento de sua atuação política no Paraná, contudo, completou-se em 1869, quando não conseguiu eleger-se deputado geral. Nesse pleito, marcado por suas tentativas de retorno ao Partido Conservador, ele obteve apenas a quinta

---

<sup>414</sup> *Dezenove de Dezembro*, 15 de dezembro de 1860, n. 281, p. 4.



colocação. Nessa oportunidade, as referidas conexões políticas não foram suficientes para a consecução de seus desígnios eleitorais. A candidatura de Motta a deputado geral, em 1869, recebera a oposição do periódico *Dezenove de Dezembro*.

Em suma, essa oposição era derivada do fato de que Motta arrogava-se a condição de candidato apoiado pelo Gabinete Ministerial, que, nessa época, era comandado pelo Visconde de Itaboraí, do Partido Conservador. Para o redator desse jornal, a histórica volubilidade política do candidato e a sua propensão a estabelecer tratativas com políticos nacionais em detrimento das lideranças regionais eram fatores que não recomendavam a homologação de sua candidatura. Nesse sentido, o redator sustentou que Motta era um *candidato parasita*. Em um sentido amplo, as críticas do *Dezenove de Dezembro* a Silveira da Motta evidenciam que, no contexto da reorganização dos diretórios nacionais dos partidos Conservador e Liberal, o relacionamento volúvel com os partidos tornava-se prejudicial à carreira de um político. Tal volubilidade, portanto, seria um indício de que esse político buscava acomodar-se a uma agremiação que pudesse controlar.

Nesse contexto, as articulações para a definição de candidaturas tornaram-se mais regradas. Portanto, essa definição passava por diferentes instâncias do partido. Nesse quadro, a tentativa do candidato de viabilizar uma candidatura sem buscar o apoio das instâncias inferiores da administração partidária gerava a indisposição desse candidato com os chefes partidários regionais. Ao mesmo tempo, as considerações do citado periódico sobre Silveira da Motta demonstram que, em geral, um político não se transferia sozinho de um partido para o outro. Ao contrário, ele era acompanhado por um pequeno séquito de correligionários.

A mudança na composição de um Gabinete Ministerial era, pois, uma ocasião propícia para a migração partidária. Esse séquito, contudo, não era suficiente para garantir a preeminência de tal político no interior de um diretório partidário. A esse respeito, cumpre atentar às seguintes observações do articulista do *Dezenove de Dezembro* sobre a malograda campanha de Silveira da Motta a deputado geral, em 1869. As seguintes considerações também evidenciam que a não obtenção do apoio de agentes imperiais era decisivo para a derrota eleitoral:

Uma facção pessoal, um insignificantíssimo grupo de *liberaes dissidentes*, companheiros de sua aventura desde 1860, e a cujo carro triunfal fossem jungidos conservadores todos que o Sr. Dr. Motta reduz a uma fração quase imperceptível, mas que dariam o seu nome e a vitória ao híbrido e disforme partido, sob a ditadura do Dr. Motta. Essa liga, concebida pelo Sr. Motta e seus fracos companheiros, quando a nova situação política começava a desenhar-se, é a que ele preconiza em seu protesto, e só esse traço basta para caracterizar a fisionomia moral de quem, sem falar em nome de partido algum,

porque nenhum o sustenta, ousa agredir a administração pública e o partido conservador, invocando um princípio que se abala defender, mas que é exatamente o que desejava ver sacrificado à sua ambição. Com efeito, é e será sempre um erro funesto do Sr. Dr. Silveira da Motta o ter pensado que podia prescindir-se dos partidos, ocultando-se sob o nome de qualquer deles uma facção pessoal a quem se pudesse impor a sua candidatura.<sup>415</sup>

As informações supracitadas evidenciam, ainda, a postura refratária de Zacarias de Góis em relação a apoiar as pretensões eleitorais de Silveira da Motta. Ao tempo em que Zacarias presidia o Paraná, Silveira da Motta pretendia candidatar-se a deputado geral, em 1855. Ao final, ele não conseguiu viabilizar sua candidatura. Porém, em tal pleito Silveira da Motta já evidenciava a sua inclinação para articular a obtenção de apoio político de presidentes de província e de membros do Gabinete Ministerial. Portanto, em um contexto no qual o Partido Conservador paranaense era comandado por negociantes da geração de 1810, coube àquele adventício, para atingir seus desígnios políticos, empregar o recurso de estabelecer alianças com lideranças conservadoras não enraizadas no jogo partidário regional.

Nesse quadro, essa tentativa de aproximação com um presidente de província é um caso pioneiro, na política paranaense, do emprego de um dos dois recursos utilizados pelos adventícios para conseguir espaço no jogo partidário. Um desses recursos era o estabelecimento de uma aliança com funcionários imperiais e políticos de projeção nacional. O outro recurso, por seu turno, era o confronto com as lideranças locais dos partidos.

Por conseguinte, cumpre retomar a análise do mencionado editorial do *Dezenove de Dezembro*. A finalidade desse editorial era evidenciar que Silveira da Motta não consolidara um pertencimento aos grupos políticos da província. Antes, esse pertencimento era pouco estável. Nesse sentido, os êxitos eleitorais desse indivíduo dependiam sobremaneira da intervenção de políticos de projeção nacional, com os quais possuía relações familiares. Nesse quadro, o redator asseverou que a vitória de Motta na eleição de janeiro de 1861 decorreu da intervenção de membros do alto escalão da administração imperial no jogo político do Paraná. A esse respeito, leia-se o prosseguimento do referido editorial:

Pergunta-se agora: qual foi o partido que enviou o Sr. Motta á câmara [em 1861]? O conservador? Não. Este partido ressentia-se ainda das vastas mutilações que soffrera da influencia passageira e fictícia do Sr. Motta na província. O progressista? Menos ainda. Os seus candidatos eram os Srs. Jesuino e Laurindo, e isto é o mesmo que dizer-se que o Sr. Dr. Motta, verdadeiro Proteu político, nada tinha que esperar desse lado conquanto nos seus arrombamentos pela grey progressista desse inequívocas provas de infatigável zelo, provas reboradas pela sanhuda perseguição feita aos conservadores antes de ver

---

<sup>415</sup> *Dezenove de Dezembro*, 20 de fevereiro de 1869, n. 969, p. 4.

dissipada a risonha miragem que o trazia illudido n'uma pueril esperança. Não foi nenhum [partido], portanto. Seriam as credenciais da côrte?<sup>416</sup>

Em suma, cumpre mencionar que o êxito de Motta na eleição ocorrida em 1861 derivou das suas conexões com políticos de projeção nacional. Tais conexões, por sua vez, teriam sido realizadas por meio da intermediação de seu irmão, o bacharel Inácio Francisco Silveira da Motta (1815-1885), Barão de Vila Franca. Na época, esse bacharel era presidente da Província do Rio de Janeiro. Um dos fatores que favoreceu o enraizamento desse indivíduo, natural de Goiás, junto aos dirigentes do Partido Conservador fluminense foi o seu casamento com Francisca de Velasco Carneiro da Silva. Ela era filha de José Carneiro da Silva (1788-1864), Visconde de Araruama, abastado fazendeiro da região de Campos dos Goytacazes.<sup>417</sup>

Conforme evidenciado nesta seção, Inácio Francisco articulou junto ao bacharel campista João de Almeida Pereira Filho (1826-1883) o apoio do Gabinete à candidatura de Silveira da Motta. Pereira Filho era concunhado de Inácio Francisco e naquela época exercia o cargo de ministro dos Negócios do Império. Essa articulação evidencia, pois, a inserção de membros da família Silveira da Motta na vida política de distintas províncias. Mais precisamente, ela demonstra a capacidade de membros dessa família em ser incorporados às relações políticas e familiares das elites regionais.<sup>418</sup>

A esse respeito, atente-se à continuidade do editorial do *Dezenove de Dezembro* publicado em 10 de fevereiro de 1869. As informações nele contidas permitem evidenciar que Joaquim Inácio Silveira da Motta, desde o início dos anos 1860, buscava viabilizar suas candidaturas por meio da aproximação com políticos detentores de postos de relevo na

---

<sup>416</sup> *Id.*

<sup>417</sup> VASCONCELOS, Barão de; VASCONCELOS, Barão Smith de. *Archivo Nobiliárchico Brasileiro*. Lausanne: Imprimerie de la Concorde, 1917, p. 539.

<sup>418</sup> Compete salientar que um irmão de Joaquim Inácio Silveira da Motta que desenvolveu carreira política era o citado bacharel goiano José Inácio Silveira da Motta. A nota de falecimento de Joaquim Inácio publicada na *Gazeta de Notícias* de 19 de agosto de 1891 faz alusão ao parentesco entre José Inácio e Joaquim Inácio. Por meio do estudo do percurso político de José Inácio, evidencia-se que os Silveira da Motta tinham a propensão de manter relações com políticos de diferentes partidos. Tal propensão também foi peculiar aos filhos de Joaquim Inácio, os quais, no âmbito da Província do Paraná, aproximaram-se de conservadores e liberais. José Inácio exerceu mandato de senador pela Província de Goiás, de 1855 a 1889. Anteriormente, ele atuou como deputado provincial em São Paulo, e também se elegeu deputado geral por essa província. Filiado ao Partido Liberal, José Inácio manteve relações de amizade com os chefes dessa agremiação em São Paulo, tais como o fazendeiro José Bonifácio do Amaral (Visconde de Indaiatuba), em um contexto no qual ele, José Inácio, já se desligara da vida política da província. *A Reforma*, 03 de outubro de 1878, p. 2. Dessa maneira, quando Joaquim Inácio se transferiu para a 5ª Comarca de São Paulo, o seu irmão José Inácio já consolidara a sua atuação política e profissional nessa província. Nesse sentido, nota-se que os irmãos Silveira da Motta enraizaram-se vida partidária de quatro províncias: Goiás, Paraná, Rio de Janeiro e São Paulo.

administração imperial. Em suma, o excerto transcrito a seguir diz respeito à articulação que Motta realizou junto a membros do Gabinete Ministerial para viabilizar a sua candidatura a deputado geral pelo Paraná.

Corria o anno de 1860. Ia eleger-se deputados. A politica dividia-se em dous campos, que disputavam igualmente a eleição. Conservadores e progressistas preparavam-se para a luta e estudavam os movimentos que iam pelos arraiais contrários. Entretanto, o que fazia o Sr. Silveira da Motta, que nestes casos não perde occasião de encartar o seu triumpho? Cousa muito simples. Cavalgou o seu bucephalo e largou-se, caminho da côrte, á busca de uma recomendação de sua candidatura, que já a esse tempo havia perdido o rumo e sofrido avaria grossa. [...] As circunstancias a que nos referimos são as seguintes. O Sr. conselheiro João de Almeida se achava com a pasta do Império. O Sr. João de Almeida era concunhado do Sr. Ignácio Francisco Silveira da Motta, que por esse tempo administrava a província do Rio de Janeiro. O Sr. Ignácio Silveira da Motta era irmão do Sr. Motta, que a trote largo viajava a côrte ao tempo em que os *flananis* desta capital andavam pondo em equação a problemática candidatura, o Sr. Dr. Cardoso, então presidente do Paraná, era filho de uma importante família da província do Rio. [...] Aceitando a candidatura ex abrupto apresentada, quando as eleições municipaes haviam sido feitas em sentido favorável a outros candidatos, considerou o Sr. Cardoso que o introito da coisa era fazer uma completa revulsão no pessoal da policia e da guarda nacional. Para isso chamou o Sr. Berenguer, então chefe de policia, e incumbiu-lhe o mais importante da tarefa. O Sr. Berenguer recalcitou, e deu como razões de vulto que fora indecente crear-se uma rápida subversão nas condições em que as cousas estavam, isto é a substituição de autoridades nomeadas ainda na véspera por outras cuja demissão apenas vinha de consumir-se. Firme no seu propósito, o Sr. Berenguer encontrou o presidente também firme no seu, e teve de pedir licença, dando logar a outrem assumisse a chefatura e a responsabilidade do *bouleversement* que, a bem da candidatura do Sr. Motta, ia soffrer a situação. Seguiu-se o que é fácil supor. A reação fez-se prompta e violenta; e liquidadas as cousas, foi o Sr. Motta é eleito deputado à assembléa geral legislativa pela província do Paraná.<sup>419</sup>

Acerca do expediente de buscar apoios junto a políticos de projeção nacional, o *Dezenove de Dezembro* apresentou o seguinte comentário, às vésperas do pleito no qual Silveira da Motta foi eleito deputado geral: “Quem quiser ser deputado [por uma província pequena] não carece de fazer serviços à província, não tem que dirigir-se aos eleitores, vá á corte, traga um passaporte do consistório oligarca, e pode contar-se genuíno representante da província, influência real nela, o escolhido do povo! Se for trânsfuga de todos os partidos e se eles o repelirem, o proconsul lhe fará um partido de empregados públicos, de homens adventícios, se fará ele mesmo eleitor com o chefe de policia e o diploma é certo”.<sup>420</sup>

Esse excerto faz parte de um texto intitulado *As províncias pequenas*, no qual o redator do periódico defendeu que a vida política em tais províncias era sobremaneira influenciada por lideranças políticas nacionais. Nesse quadro, o articulista apresentou informações que evidenciam que as eleições à Câmara dos Deputados realizadas em janeiro de 1861 nas

<sup>419</sup> *Dezenove de Dezembro*, 10 de fevereiro de 1869, n. 986, p. 3.

<sup>420</sup> *Dezenove de Dezembro*, 19 de janeiro de 1861, p. 2.

províncias do Amazonas e do Espírito Santo foram marcadas pela eleição de adventícios cujas candidaturas eram impostas por líderes nacionais do Partido Conservador.

Leia-se, pois, as seguintes considerações do articulista do *Dezenove de Dezembro*: “Pela província do Amazonas, nossa irmã gêmea, é imposto o almirante [lisboeta] Joaquim José Ignácio [1808-1869], pelo Espírito Santo sairá eleito um genro do Sr. [Barão de] Muritiba, que não nasceu ali, que nunca foi àquela província, que não conhece o nome de três homens importantes no Espírito Santo”.<sup>421</sup>

Em resumo, o redator do periódico salientou uma diferença crucial entre as províncias de menor influência política e econômica no cenário nacional em relação às províncias de maior influência. Tal diferença consistia no fato de que, nas províncias mais influentes, a imposição de candidaturas de adventícios gerava um conflito político. Por outro lado, nas pequenas províncias os presidentes atuavam para viabilizar as candidaturas impostas por chefes partidários nacionais. Ao mesmo tempo, esse redator salientou as características do destino dos presidentes de província que colaboravam na viabilização de candidaturas impostas pelos Gabinetes Ministeriais:

As grandes províncias não só tem o quinhão de leão na partilha do orçamento, como são mais respeitadas nos botes que o governo dirige contra os foros e direitos das províncias para impor-lhes deputados e senadores afillhados. Não é por essas que se faz eleger os Jobins e outros; pelo contrário, vemos Pernambuco ardendo na guerra civil, porque se lhe quis impor dous bahianos, ainda que distintos, para senadores. Nessa luta em que a oligarchia da corte se achou a braços com o governo, triumphou aquela porque, acastelada no senado, servia sua ambição em nome dos brios de uma província heroica. [...] Nas pequenas províncias, são pygmeus proconsules, são homens do tamanho do Sr. [José Francisco] Cardoso, pequenos afillhados da oligarchia que ensaiam-se na administração destas colônias, servindo de cegos instrumentos a vontades alheias, escabelos em que os poderosos descansam os pés, até que a seu turno, depois de terem estragado as finanças das províncias que são confiadas à sua incapacidade na corrupção dos homens que os sustentam, depois de perverterem os brios, a vergonha, o pudor dos homens de bem, vão receber como prêmio desta obra ominosa um lugar das secretarias de estado, creadas para as incapacidades douradas, para os alejados da oligarchia, um descanso nulo, porém rendoso, ou se mostram algum préstimo, mais tarde passam a ser a carga que pesara os os hombros de mais novel oligarca. Este é o estado do paiz.<sup>422</sup>

A influência de chefes partidários nacionais na eleição para a Câmara dos Deputados realizada em 1861 não se limitou às províncias do Amazonas, Paraná e Espírito Santo. Dessa forma, cumpre mencionar que a interferência de lideranças nacionais do Partido Conservador também ocorreu em Pernambuco. Essa interferência, por seu turno, permitiu a vitória de um

---

<sup>421</sup> *Id.*

<sup>422</sup> *Id.*

adventício, a saber, o diplomata Sérgio Teixeira de Macedo (1809-1867). Natural da cidade do Rio de Janeiro, ele fora presidente de Pernambuco de 1856 a 1857.

No pleito realizado em 1861, foram também eleitos deputados gerais por essa província João Alfredo Correia de Oliveira (1835-1919), futura liderança nacional do Partido Conservador, e Silvino Cavalcanti de Albuquerque. A informação que evidencia o envolvimento das lideranças nacionais desse partido na eleição de Macedo a deputado geral será analisada no terceiro capítulo desta tese, por ocasião do estudo da inserção de um membro da família Correia na vida política de Pernambuco.<sup>423</sup> Naquele ano de 1861, Macedo tentara sem sucesso eleger-se deputado geral pelo distrito eleitoral da Corte.<sup>424</sup>

Portanto, a eleição de Silveira da Motta a deputado geral ocorreu em um contexto no qual a influência dos chefes partidários nacionais era marcante na construção de esquemas eleitorais das províncias. Em sua edição de 24 de fevereiro de 1869, no contexto da eleição à Câmara dos Deputados, o *Dezenove de Dezembro* tornou publicar uma crítica à pretensão de Motta ao Partido Conservador. Ao mesmo tempo, elogiava as lideranças conservadoras da província pelo fato de não o terem apoiado naquele pleito. Ou seja, segundo o redator, o diretório provincial e os diretórios municipais da grei conservadora não avalizaram a candidatura de Motta:

Os candidatos da situação e um candidato parasita

A luta política que se trava em um regimen livre como o nosso é um fato natural, um produto lógico de sua mesma natureza. [...] Laureado com o mais brilhante triunfo das urnas de Janeiro, o partido conservador vai consagrá-lo pela eleição de dous candidatos que aprovou como símbolo de suas ideias. Esses candidatos, todos o sabem, são os Srs. Drs. Joaquim Dias da Rocha e Manuel Francisco Correia. O partido conservador, representado pelo seu grêmio na capital e pelas juntas nas outras localidades, apresentou aqueles dous nomes aos votos dos eleitores, seus correligionários. São esses os nomes que o partido abraça e cuja escolha é a mais alta significação da fé política com que vão se distinguir os conservadores na eleição de 2 de Março. Em uma situação tão clara e definida, surgiu uma nova candidatura, que é a mais oposta que se poderia imaginar-lhe, a de um homem que fora nela tanto uma contradição como um ultraje. [...] É impossível, mas o Sr. Dr. Joaquim Ignácio Silveira da Motta, o mesmo homem que hostilizou os conservadores em 1860, época na qual foi o chefe do que se chamou de – *cardosada* – e que ainda no último pleito eleitoral se ligara aos liberaes, descrendo que haja impossíveis na ordem moral como na ordem physica, apresentou-se como candidato aos conservadores. A apresentação do Sr. Dr. Silveira da Motta é um traço dos ambiciosos que pretendem substituir os partidos, e mesmo o ridículo não os faz recuar.<sup>425</sup>

<sup>423</sup> BRASIL. *Annaes do Parlamento Brasileiro*. Camara dos Srs. Deputados. Sessão de 1861. Tomo 1. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional de J. C. Villeneuve, p. 163.

<sup>424</sup> *Revista Trimensal do Instituto Historico e Geographico e Ethnographico do Brasil*, Tomo XXX, Parte Segunda, 1867, p. 525.

<sup>425</sup> *Dezenove de Dezembro*, 24 de fevereiro de 1869, n. 970, p. 2. Grifo no original.

Segundo o *Dezenove de Dezembro*, a carreira política de Motta seria marcada por fatos que demonstrariam a inclinação desse indivíduo para sobrepor pretensões políticas individuais à fidelidade a um grupo e ideário partidário. A esse respeito, cumpre acentuar que nas eleições municipais de 1868, ele buscou construir uma aliança entre chefes liberais e conservadores estabelecidos em Curitiba. Tal aliança ocasionou o ingresso de antigos chefes do Partido Liberal no Partido Conservador. Em virtude desse acordo, os dissidentes liberais puderam ocupar cargos administrativos do diretório conservador da capital paranaense.

Porém, o grupo de políticos dissidentes liderados por Motta logo se afastou dos chefes desse diretório. Nesse contexto, esse indivíduo teve preteridas as suas próprias pretensões eleitorais. Ele não conseguiu, pois, ser indicado como candidato a deputado geral pelo Partido Conservador. Nesse quadro, ele se lançou candidato sem o respaldo das lideranças conservadoras, que apoiavam Joaquim Dias da Rocha e Manuel Francisco Correia. Esses dois indivíduos, ao final, foram os candidatos eleitos. Silveira da Motta conquistou a prerrogativa de influir na atividade partidária de indivíduos que pertenciam à antiga elite social da região planáltica. Esses indivíduos, antigos membros da grei liberal, mantinham vínculos familiares com Motta. Ainda, o estudo do episódio atinente a essa absorção evidencia que a criação da União Conservadora e o retorno dos conservadores ao comando do Gabinete Ministerial permitiam ao partido aumentar o seu grupo de correligionários.

Ao mesmo tempo, o principal motivo que inviabilizou o retorno de Motta ao Partido Conservador decorria do fato de que ele pretendia assumir o controle da agremiação na província, a qual, naquela época, passava por um processo de reorganização. Nesse contexto, um genro do Visconde de Nácar, o citado Antônio Cândido Ferreira de Abreu, bacharel pertencente à geração de 1810, ainda participava das articulações para a absorção de correligionários e da própria gestão do partido. Nessa época, portanto, políticos pertencentes às gerações de 1810 e 1830, especialmente os diplomados, dividiam entre si o comando do partido. Tais informações demonstram a ocorrência uma aproximação, a qual logo se mostrou inviável, entre antigos adversários no jogo partidário provincial. Ao mesmo tempo, elas demonstram a relação cambiante que membros da elite local mantinham com os partidos.<sup>426</sup>

A reaproximação de Motta com antigos partidários liberais teria sido, pois, um dos principais motivos do esgotamento de sua presença no diretório conservador da capital. A sua disputa com os gestores desse diretório teria, também, minado a sua permanência no diretório

---

<sup>426</sup> *Dezenove de Dezembro*, 30 de janeiro de 1869, n. 963, pp. 2-3. Grifos no original.

conservador de Curitiba. De acordo com o redator do *Dezenove de Dezembro*, o malogro da aliança com os conservadores impeliu Motta a empregar, novamente, o expediente de mobilizar suas relações políticas na Corte para alcançar seus objetivos eleitorais.

Para viabilizar a sua candidatura, Silveira da Motta articulou a convocação de uma reunião do Centro da União Conservadora. Todavia, essa reunião não lhe propiciou a obtenção do apoio das lideranças nacionais da agremiação. Segundo o articulista, essas lideranças estariam cientes de que o nome de Silveira da Motta estava desgastado perante o eleitorado paranaense. Nesse contexto, os apoios que ele obteve na capital do Império não foram suficientes para fortalecer a sua candidatura. Essa insuficiência apresenta-se como um indício de que, no fim dos anos 1860, a elite conservadora do Paraná dispunha de maior autonomia para gerir o processo de definição de candidaturas parlamentares.

Ao mesmo tempo, essa autonomia era uma consequência do aperfeiçoamento dos critérios de definição de candidaturas. A tentativa de lançamento de uma candidatura, a partir do final dos anos 1860, ainda passava pela homologação do diretório nacional. Porém, os líderes nacionais do partido não impunham os candidatos. Antes, apenas validavam uma decisão emanada do diretório regional. Desse modo, cabe atentar às seguintes considerações do mencionado redator:

Não tem razão ser os boatos que se espalham com a chegada do Sr. Dr. Motta, cujos amigos querem fazer suppor que ele é *portador de Decretos* que impõem sua eleição! Conquanto a nobreza do corpo eleitoral não veja cousa que se ponha em duvida; conquanto a firmeza de seus princípios resalte de suas manifestações, julgamos todavia cumprir um dever de amigo publicando o que houve a respeito da candidatura repelida pelo triunfante partido que ve suas ideias dominando no país inteiro, apesar dos regougos constantes de um ou outro maldizente. Chegado á corte procurou o Dr. Motta todos os meios de conseguir recomendações do governo fosse aceita e imposta á província. Desenganado das pretensões que por esse lado alimentava, pelo firme propósito que tomou o governo, correu o candidato a alguns amigos antigos, conseguindo que se unissem alguns membros do Centro da União Conservadora. Nessa reunião teve o pretendente uma voz que se ergueu em seu favor, mas que, apesar não estar presente o representante da junta de Paranaguá, Dr. Manuel Francisco Correia, não conseguiu mais do que saber as fortes razões porque o eleitorado paranaense repele uma candidatura antipatica e prejudicial aos justos brios de um partido inteiro. Repellido por todos, o Dr. Motta veio munido apenas de cartas particulares, pedindo que o coadjuvem em sua estranha pretensão.<sup>427</sup>

Essas informações evidenciam, pois, que em tal contexto um membro da família Correia, o bacharel Manuel Francisco, atuava como interlocutor do diretório conservador de Paranaguá junto ao Centro da União Conservadora. Em uma época na qual ainda não obtivera mandatos eletivos, ele detinha a condição de participar de reuniões compostas por chefes da agremiação. Nesse sentido, essa informação consiste em uma evidência de que, em fins dos

---

<sup>427</sup> *Id.* Grifos no original.



anos 1860, os bacharéis oriundos da elite social litorânea começaram a conquistar posições mais decisivas na gestão do Partido Conservador paranaense. Mais especificamente, eles começaram a influir nos esquemas eleitorais dessa agremiação. Por outro lado, as informações supracitadas também demonstram a formalização do processo para a definição de candidaturas. Um dos aspectos desse processo era manter o diretório nacional ciente a respeito das articulações realizadas na província para a escolha de candidatos.

Conforme mencionado, Silveira Motta não se elegeu deputado geral no pleito realizado em março de 1869. Dentre os sete indivíduos que receberam votos, ele obteve a quinta posição, pois angariou apenas três sufrágios.<sup>428</sup> Assim, as resistências que ele encontrou quando retornou ao Partido Conservador teriam minado as suas chances de vitória. Por consequência, ele transferiu-se para a Província do Rio de Janeiro, onde exerceu o cargo de Inspetor-Geral da Instrução Pública, em 1877. Nessa província, Motta estava vinculado ao Partido Conservador, pois a sua nomeação ocorreu em um contexto no qual o Rio de Janeiro era presidido pelo citado Francisco Xavier do Pinto Lima.<sup>429</sup>

Destacou-se, neste capítulo, que uma forma de inserção de adventícios na vida política das províncias ocorria por meio da participação em iniciativas econômicas. A trajetória de Silveira da Motta é marcada pelo envolvimento em um projeto econômico em província da qual não era originário. Em 1873, ele requereu ao Governo Imperial autorização para realizar a exploração de minérios em municípios da Comarca de Iguape, na Província de São Paulo. Tal autorização foi concedida ao tempo da vigência do Gabinete Ministerial comandado pelo Visconde do Rio Branco, do Partido Conservador. A atuação de Motta na exploração de minérios perdurou até os anos 1880. Nessa década, Governo Imperial mantinha a renovação das autorizações para Motta desenvolver seus projetos econômicos na região de Iguape.<sup>430</sup>

O percurso de Silveira da Motta permite evidenciar que a contínua mudança partidária e os conflitos com membros da elite regional eram fatores que contribuíram para gerar o declínio de sua influência no jogo partidário. Por conseguinte, a obtenção de nomeações para cargos comissionados era uma alternativa para o indivíduo que perdia a relevância no jogo partidário regional. A conquista dessas nomeações, portanto, era o limite da influência de políticos que experimentavam o declínio de seu poder na gestão de partidos. Por fim, o envolvimento em atividades econômicas era também um elemento do epílogo das carreiras

---

<sup>428</sup> *Dezenove de Dezembro*, 20 de março de 1869, n. 977, p. 3.

<sup>429</sup> *Diário do Rio de Janeiro*, 5 de julho de 1877, n. 179, p. 1.

<sup>430</sup> *Correio Paulistano*, 27 de fevereiro de 1875, p. 1.

políticas de indivíduos que, no contexto da Província do Paraná, pertenceram ao núcleo dirigente dos partidos monárquicos.

### **Conclusões parciais**

Neste capítulo foi demonstrado que no final dos anos 1860 o Partido Conservador e passou por um processo de reorganização. Um dos principais objetivos dessa reorganização era expandir a presença desses partidos no interior das províncias, bem como reger o relacionamento entre as instâncias administrativas das agremiações. Tal reorganização ocorreu nos momentos em que os partidos estavam na condição de opositores do Gabinete Ministerial. Desse modo, a mudança nos rumos da administração de diretórios partidários era decorrente de uma situação na qual as agremiações exerciam menor influência no jogo político nacional.

Nesse contexto, a interiorização dos partidos e a construção de regras e de uma disciplina partidária foram elementos característicos à vida política brasileira no final da mencionada década. Tal processo teve implicações nas províncias. As elites locais, por exemplo, mobilizaram-se para executar a tarefa de consolidar a presença dos seus partidos no interior de vilas e freguesias.

Contudo, não é correto asseverar que anteriormente ao mencionado processo de reorganização partidária a vida política nas províncias era marcada pela ausência de regras quanto à administração dos partidos. O estudo aqui empreendido evidenciou que, no Paraná, existiam diretórios municipais, ao menos, desde o início dos anos 1860. Por meio de uma análise comparativa, foi também destacado que em províncias como São Paulo funcionavam diretórios provinciais ao menos desde os anos 1850. Em geral, esses diretórios mediavam conflitos entre os seus membros e disciplinavam as formas de lançamento de candidaturas.

### Capítulo 3

#### **Parentelas, oportunidades sociais e organização partidária: as famílias Correia e Guimarães e os fatores das diferenças de sua participação no cenário político do Paraná**

Neste capítulo é empreendida uma análise sobre a atuação de membros das famílias Correia e Guimarães no princípio da vida política e administrativa da Província do Paraná, no período que abrange os anos de 1853 a 1872. No curso desse estudo, é conferida especial atenção aos fatores que geravam diferenças quanto às condições e aos modos de atuação política dos integrantes dessas parentelas. Nesse âmbito, são também enfatizadas as características as formas e os limites da participação da elite política do litoral paranaense no jogo partidário regional.

O estudo sobre essas trajetórias consiste, em suma, em uma contribuição para o entendimento sobre as diferenças que existiram nas formas de participação política dos membros das parentelas que pertenciam à elite social do litoral paranaense. Em um sentido específico, tal estudo possibilita a compreensão acerca da origem e dos desdobramentos das diferenças entre os negociantes e os bacharéis no que respeita às suas possibilidades de interferir na vida interna dos partidos políticos e das instituições da administração provincial.

Nesse contexto, será evidenciado que os membros da família Guimarães que durante o século XIX permaneceram enquadrados na categoria de negociantes estiveram mais voltados à sustentação de interesses setoriais. Mais especificamente, será demonstrado que as carreiras políticas dos membros dessa parentela eram semelhantes às carreiras desenvolvidas pelos negociantes que comandaram o Partido Conservador no município de Morretes nas décadas de 1850 e 1860. O controle sobre instituições políticas de âmbito municipal e a inclinação para a formulação de iniciativas de intervenção no quadro econômico do litoral foram os principais aspectos dos percursos desses negociantes nos mencionados decênios.

Nesse quadro, será demonstrado que os filhos de um chefe do Partido Conservador do Paraná, o Visconde de Nácar, tornaram-se personagens mais secundários no jogo partidário em relação aos bacharéis. De sua parte, esses bacharéis, também pertencentes à geração de 1830, começaram a influir na gestão desse partido no Paraná a partir do retorno dos conservadores ao Gabinete Ministerial, em 1868. Por outro lado, a formação jurídica permitiu-lhes o envolvimento em esquemas de nomeações para cargos imperiais, tais como o cargo de presidente de província, a partir dos anos 1860. Essas nomeações, por consequência, permitiram a esses bacharéis interferir na gestão de diretórios e de esquemas eleitorais do

Partido Conservador em províncias do Nordeste, Sul e Sudeste. Por conseguinte, compete demonstrar que em distintas províncias os diretórios conservadores eram abertos à participação dos presidentes de províncias. Ou seja, as elites regionais concediam a esses agentes estatais a faculdade de interferir em decisões tais como a definição de candidaturas parlamentares.

Nesse quadro, será destacado que essas nomeações possibilitaram que eles estabelecessem conexões políticas para além do Paraná e do Partido Conservador. Contudo, será demonstrado que, anteriormente à obtenção dessas nomeações, um aspecto peculiar aos percursos políticos desses indivíduos consistiu na dificuldade de alcançar êxito em processos eleitorais. Nesse sentido, nos anos 1850 e 1860 os bacharéis conservadores do Paraná, ao contrário dos bacharéis liberais de sua geração, enfrentaram maiores obstáculos na conquista de posições decisivas na gestão do partido no universo regional.

O capítulo é concluído, assim, por meio da demonstração de que a formação jurídica foi um fator decisivo para gerar uma diferenciação entre a atividade política dos membros da família Correia em relação aos membros da família Guimarães e das demais parentelas cujos integrantes dedicavam-se a atividades mercantis na região litorânea. A formação jurídica, portanto, era um fator de obtenção de oportunidades políticas e profissionais. Em síntese, neste capítulo é principiada a análise acerca da natureza da influência política de bacharéis que atuavam como agentes da administração imperial em províncias das quais não eram originários.

Por conseguinte, os bacharéis conservadores estudados neste capítulo conseguiram dominar a gestão do Partido Conservador no Paraná e estender as suas conexões políticas para além dessa província. Os negociantes, por seu turno, desenvolviam uma atuação mais voltada à defesa de demandas provenientes de seu grupo profissional e dos municípios sobre cuja vida política eles exerciam influência marcante.

Dessa maneira, cumpre evidenciar que em fins dos anos 1860 foi iniciado o processo de transição do comando político do Partido Conservador na província. Nessa transição, os negociantes tornaram-se ocupantes de posições secundárias em relação àquelas posições exercidas pelos bacharéis na gestão do partido.

### **3.1. – A região litorânea, os negociantes e a construção de um destino político: a família Guimarães e as implicações de sua atividade política**

A partir desta seção é empreendida uma abordagem acerca dos fatores que geraram distintas oportunidades políticas entre as parentelas que compunham a elite social do litoral paranaense ao tempo do Império. Para tanto, é elaborada a reconstituição dos primórdios da atividade política de um membro da mencionada parentela, qual seja, o futuro Visconde de Nácar. A sua atuação partidária e o seu destino político possuem semelhanças com a atuação partidária e o destino político dos negociantes que se tornou politicamente ativa nos anos 1830.

De outra parte, é desenvolvida uma análise sobre o ingresso de dois filhos de Nácar, Claro Américo Guimarães e Joaquim Antônio Guimarães, na vida política e administrativa do litoral paranaense. Por meio do estudo de tal ingresso, são evidenciadas as condições sociais que favoreceram a reiteração de determinadas parentelas no jogo partidário regional. Contudo, são também acentuados os fatores que mitigaram a influência dos negociantes, profissão exercida pelos referidos descendentes de Nácar, no comando dos esquemas eleitorais e das instituições políticas.

Em suma, a perda de espaço para os bacharéis (locais e adventícios) no interior dos partidos políticos e dos esquemas eleitorais impeliu os descendentes de Nácar a permanecerem na condição de notabilidades locais. Por consequência, a influência política dessas notabilidades, mesmo no âmbito municipal, esgotou-se no final dos anos 1870, época em que os principais contendores do jogo político paranaense eram os bacharéis.

### **3.1.1. – O futuro Visconde de Nácar e a natureza da atividade política da elite mercantil do litoral paranaense: os esquemas de nomeações para cargos públicos**

Nesta seção é evidenciado que, de modo análogo aos abastados negociantes do litoral que pertenciam à geração de 1810, Nácar conquistou e transmitiu aos seus descendentes a prerrogativa de participar e influir em esquemas de nomeações para cargos comissionados. Por outro lado, é destacado que o exercício desses cargos tornou-se, ao longo do Segundo Reinado, um indicador dos limites da influência política dos negociantes. Demonstra-se que a conservação, pelos negociantes, do exercício desses cargos ocorreu em um período no qual eles se tornaram ocupantes de posições menos decisivas nos quadros partidários e nas instituições políticas. Tratava-se, pois, do período no qual os bacharéis, integrantes dos partidos Conservador e Liberal consolidaram a sua influência na política provincial.

\*\*\*

Nácar era filho do paulistano Joaquim Antônio Guimarães, cuja atuação na vida política e econômica de Paranaguá foi iniciada nos anos 1820, época em que ele estava na faixa dos quarenta anos de idade.<sup>431</sup> Anteriormente, ele residiu na vila de Antonina, onde atuou como um arrematante de impostos da Capitania de São Paulo, visto que exerceu a função de *dizimeiro*. Portanto, iniciou-se no período colonial a conquista, por membros da família Guimarães, da prerrogativa de prestar serviços para o Estado.<sup>432</sup> Assim, um elemento peculiar aos percursos dos membros dessa parentela, em distintos contextos políticos, consistiu na capacidade de permanecer no exercício de funções comissionadas.

De sua parte, Nácar iniciou a sua atuação política ainda na juventude. Em 1837, aos 24 anos, exerceu mandato de vereador em Paranaguá. Em tal ocasião, uma das principais propostas sustentadas por ele e pelos demais vereadores era referente à realização de reformas na estrada que realizava a ligação entre a vila de Paranaguá e a freguesia de São José dos Pinhais. A defesa do crescimento do comércio foi o argumento central utilizado pelos vereadores nessa ocasião.<sup>433</sup>

O envolvimento em esquemas de nomeações para cargos públicos foi um aspecto inerente aos percursos político de membros da família Guimarães, do Segundo Reinado à Primeira República. Por outro lado, os negociantes de Paranaguá pertencentes à geração de

---

<sup>431</sup> Joaquim Antônio foi vereador à Câmara de Paranaguá em 1820. Nesse ano, os camaristas desse município propuseram, ao rei D. João VI, o aumento do tributo sobre o transporte de mercadorias na estrada que a ligava a vila de Curitiba e as vilas de Antonina e Paranaguá. Em suma, os camaristas defendiam que esse aumento geraria uma arrecadação suficiente para a feitura de reformas nessa estrada. O aperfeiçoamento das comunicações entre o litoral e o planalto como forma de propiciar a ampliação da movimentação comercial foi, pois, o argumento utilizado pelos vereadores para justificar a solicitação de aumento no referido tributo. Desse modo, verifica-se que a proposição de medidas referentes à conservação de estradas e o emprego de argumentos em defesa do crescimento do comércio foram aspectos comuns tanto à atuação política da geração de negociantes a qual Joaquim Antônio pertenceu quanto à atuação da geração de negociantes da qual Nácar fez parte. VIEIRA DOS SANTOS, Antônio. *Memória Histórica de Paranaguá... Op., cit.*, vol. 1, p. 236.

<sup>432</sup> A análise da *Lista Nominativa da Vila de Antonina*, referente ao ano de 1808, possibilita evidenciar que, em tal contexto, Joaquim Antônio estava com 34 anos e idade, residia na 1ª Companhia de Ordenanças dessa vila, detinha a patente de Capitão de Milícias, e era proprietário de seis escravos (quatro homens e duas mulheres). Nesse âmbito, os quatro escravos estavam, respectivamente, nas idades de 50, 30, 18 e 18 anos. As duas escravas, por seu turno, estavam, respectivamente, nas idades de 24 e 10 anos. Ao mesmo tempo, essa *Lista Nominativa* também evidencia que Joaquim Antônio desempenhou uma função administrativa em Antonina. Conferir atenção a tal informação permite demonstrar que desde o período colonial os membros de sua parentela estavam envolvidos em esquemas de obtenção de funções comissionadas. No ano de 1808, Joaquim Antônio era *dizimeiro* da vila. Esse agente da administração colonial era o responsável pela avaliação do dízimo da produção dos agricultores das vilas. Em 1816, contudo, Joaquim Antônio já se encontrava radicado em Paranaguá e pertencia ao grupo de comerciantes cujas lojas estavam localizadas na área central da vila. De acordo com a *Lista Nominativa de Habitantes* desse município, Joaquim Antônio residia na 1ª Companhia de Ordenanças, era proprietário de um armazém, e possuía cinco escravos (três homens e duas mulheres). Mais especificamente, os três cativos tinham, respectivamente, as idades de 20, 14 e 5 anos. As duas cativas, por sua vez, estavam com a idade de 20 anos. Nessa fonte, é também informado que Joaquim Antônio era natural de São Paulo. Nessa época, ele conserva-se na posição de Capitão de Milícias.

<sup>433</sup> SANTOS, Antônio Vieira dos. *Memória História de Paranaguá... Op. cit.*, pp. 272-273.

Nácar encontraram dificuldades para obter projeção política para além do âmbito municipal. Conforme salientado no capítulo segundo, o eleitorado do Colégio de Paranaguá era inclinado a sufragar candidatos não oriundos de Paranaguá. Assim, não eram frequentes as ocasiões nas quais os negociantes de Paranaguá, antes da criação da Província do Paraná, tiveram espaço na vida política.

Antes da instalação dessa província, Nácar foi suplente de deputado à Assembleia Legislativa de São Paulo, de 1842 a 1843. Exerceu apenas um mandato nessa instituição na condição de titular, de 1850 a 1851. Porém, de modo análogo ao caso de um futuro membro do Partido Conservador paranaense, o negociante ervateiro Manuel Francisco Correia Júnior (1809-1857), o qual exerceu mandato de deputado à Assembleia paulista de 1844 a 1845, Nácar pertenceu ao grupo de deputados que não participavam das atividades das comissões técnicas do Legislativo Provincial. Trata-se, pois, de um indício de que a atuação desses negociantes nessa instituição não era rotineira. A proscricção de membros da 5ª Comarca paulista na Assembleia Provincial atenuou-se apenas nos momentos em que bacharéis como Antônio Cândido Ferreira de Abreu e Francisco José Correia desempenharam mandatos, visto que conquistaram a oportunidades de exercer cargos da Mesa Executiva dessa instituição e também nas comissões técnicas.

Os limites da influência de membros da elite social de Paranaguá sobre a vida política e administrativa da Província de São Paulo são evidenciados em um texto publicado no jornal *Phenix*, em agosto de 1840. Nesse texto, o articulista criticava o fato de Correia Júnior não ter recebido uma gratificação adicional pelos serviços que prestou como Comandante Superior da Guarda Nacional de Paranaguá, no contexto da Guerra dos Farrapos. Nessa época, o futuro Barão de Antonina recebera gratificação adicional da Fazenda Nacional pela sua atuação como Comandante Superior da Guarda Nacional de Curitiba. Portanto, a análise de tal episódio permite evidenciar que, em fins do período regencial, Correia Júnior não mantinha relações com indivíduos que pudessem viabilizar a concessão de benefícios pecuniários imperiais a autoridades locais. Leia-se, pois, o seguinte excerto: “Entretanto, o que tem feito o Governo Imperial para galardoar o sr. Manuel Francisco Correia? Nada que conste, por ora. E não deve por ventura o Governo Imperial remunerar de algum modo a um cidadão tão prestante? Será preciso para o fazer, que ele o peça? Certo que não”.<sup>434</sup>

---

<sup>434</sup> Para o conhecimento dos cargos comissionados e eletivos desempenhados por Nácar, ver BRAGA, Nivaldo Teixeira. *Perfil biográfico do excellentissimo Senhor Visconde de Nácar*. São Paulo: Typographia de Jorge Seckler, 1880. *A Phenix*, 08 de agosto de 1840, n. 250, p. 2.

Ao mesmo tempo, cumpre evidenciar que as dificuldades de membros da elite de Paranaguá conquistar espaço em órgãos da administração paulista datam do período regencial. Desse modo, compete informar que o citado Manuel Francisco Correia Júnior candidatou-se, sem sucesso, a uma vaga no Conselho Geral da Província, em 1833. Nessa ocasião, ele angariou 101 votos e, por consequência, alcançou a condição de segundo suplente.<sup>435</sup>

Por meio do estudo do caso de Correia Júnior, torna-se possível identificar um aspecto do comportamento eleitoral da elite social de Paranaguá. Tal comportamento consistia no fato de que os candidatos oriundos do município, no período anterior à criação do Paraná, recebiam menos votos do que candidatos originários de outras áreas da Província de São Paulo.

Em 1839, por exemplo, Correia Júnior candidatou-se, sem sucesso, a deputado provincial. No Colégio Eleitoral de Paranaguá, ele angariou apenas 16 votos. Por seu turno, o pai de Correia Júnior angariou somente 14 sufrágios. Conforme mencionado no capítulo primeiro, nessa ocasião o candidato mais votado no Colégio de Paranaguá foi o santista Martim Francisco Ribeiro de Andrada, que obteve 31 votos. O segundo mais votado foi o bacharel baiano Agostinho Ermelino de Leão, que conquistou 29 votos.<sup>436</sup> Em 1841, quando da realização de nova eleição provincial, Manuel Francisco Correia, pai, conquistou apenas sete votos no Colégio Eleitoral Paranaguá. Correia Júnior, por seu turno, angariou 14 votos nesse colégio. Tratava-se, pois, da época em que os bacharéis paulistas José Mathias Ferreira de Abreu e João Crisóstomo Pupo foram os mais votados nesse colégio.<sup>437</sup> Nesse pleito, Correia Júnior também obteve votos nos Colégios de Curitiba (27 votos), Franca (21 votos), São Roque (14 votos) e São Paulo (10 votos).<sup>438</sup>

É possível corroborar a afirmação de que os candidatos oriundos de Paranaguá obtinham, em seu próprio município, menos votos do que candidatos originários de outros municípios por meio do caso do futuro Visconde de Nácar. Ao mesmo tempo, a atenção ao desempenho eleitoral desse indivíduo possibilita evidenciar que, mesmo em épocas em que seus intentos eleitorais malogravam, esse indivíduo mantinha conexões políticas em diferentes regiões paulistas. Essas conexões permitiram-lhe obter votações análogas àquelas angariadas por chefes políticos de maior projeção.

---

<sup>435</sup> *O Novo Farol Paulistano*, 14 de maio de 1833, n. 172, p. 708.

<sup>436</sup> *A Phenix*, 16 de outubro de 1839, n. 172, p. 1.

<sup>437</sup> *A Phenix*, 2 de outubro de 1839, n. 362, p. 1.

<sup>438</sup> *A Phenix*, 15 e 29 de setembro e 6 de outubro de 1841



Em 1841, o futuro Visconde de Nácar não se elegeu deputado provincial. Porém, obteve 10 votos no Colégio de Santos, a segunda maior votação. O futuro Barão de Souza Queirós, por exemplo, também angariou ali 10 sufrágios.<sup>439</sup> No Colégio de Curitiba, por seu turno, o futuro Visconde de Nácar obteve 32 votos. Trata-se, pois, de uma votação idêntica àquela conquista por Rafael Tobias de Aguiar. Portanto, ambos obtiveram a segunda maior votação nesse colégio.<sup>440</sup> No Colégio Eleitoral de São Paulo, Nácar conseguiu 45 votos.<sup>441</sup> Em Paranaguá, ele conquistou apenas 10 votos.<sup>442</sup>

\*\*\*

O comando do Gabinete Ministerial pelos conservadores na década de 1850 favoreceu o desenvolvimento das relações entre Nácar e os presidentes da província de São Paulo. A esse respeito, compete destacar que, em dezembro de 1848, dois meses após a formação do Gabinete Ministerial presidido pelo futuro Marquês de Olinda, do Partido Conservador, Nácar foi nomeado pelo então presidente de São Paulo, o padre Vicente Pires da Motta, para exercer o cargo de delegado de Polícia do Termo de Paranaguá.<sup>443</sup> Cabe destacar, por outro lado, que uma importante nomeação imperial que ele conquistou no período anterior à criação do Paraná foi a de comandante da Guarda Nacional de Paranaguá, em 1850.

Nesse contexto, o futuro Visconde de Nácar também mantinha relações comerciais com órgãos da administração pública. Em 1853, por exemplo, ele era o fornecedor do azeite e do fio utilizados na iluminação da fortaleza da barra de Paranaguá. A contratação desse serviço era autorizada pelo Ministério do Império.<sup>444</sup> Assim, um elemento constante em sua trajetória consistiu na celebração de contratos com o Governo do Império e o Governo do Paraná. Tal prerrogativa de prestação de serviços ao Estado foi conservada por seus filhos no Segundo Reinado e na Primeira República. Distintas gerações da família Guimarães, aproximavam-se para natureza de suas atividades econômicas e pelas limitações na capacidade de influir na gestão partidária.

Na década de 1850, Nácar se tornou um negociante matriculado no Tribunal do Comércio do Rio de Janeiro. Tal matrícula ocorreu no ano de 1851. Na notícia acerca dessa matrícula, é mencionado que ele foi situado, pelo Tribunal, na categoria dos negociantes

---

<sup>439</sup> *A Phenix*, 22 de setembro de 1841, n. 359, p. 1.

<sup>440</sup> *A Phenix*, 29 de setembro de 1841, n. 361, p. 1.

<sup>441</sup> *A Phenix*, 15 de setembro de 1841, n. 357, p. 1.

<sup>442</sup> *A Phenix*, 2 de outubro de 1841, n. 362, p. 1.

<sup>443</sup> SANTOS, Antônio Vieira dos. *Memória Histórica de Paranaguá... Op. cit.*, p. 343.

<sup>444</sup> *Diário do Rio de Janeiro*, 17 de setembro de 1853, p. 1. *Diário do Rio de Janeiro*, 21 e setembro de 1842, p. 3.

envolvidos no *comércio de navios e comissões*.<sup>445</sup> O envolvimento no comércio marítimo foi também peculiar ao percurso social do pai de Nácar. Em setembro de 1842, por exemplo, Joaquim Antônio Guimarães é citado, no jornal *Diário do Rio de Janeiro*, como proprietário da sumaca *Mariana*.<sup>446</sup>

Acerca do relacionamento que Nácar desenvolveu com os presidentes de São Paulo, cumpre ressaltar que, nos anos 1850, ele manteve correspondência com tais administradores com a finalidade de fornecer informações acerca de temas como o processo de instalação da colônia de suíços, criada em 1851, na ilha de Superaguí, localizada na baía de Paranaguá. Tal correspondência possibilitou a Nácar desenvolver um repertório de sugestões sobre o problema da atração de imigrantes para a região.<sup>447</sup>

Portanto, a implantação de uma colônia de imigrantes no litoral sul paulista contou com a colaboração de um negociante que, ao longo do Segundo Reinado, tornou-se notório pelos interesses comerciais que mantinha em relação às ilhas da baía de Paranaguá.<sup>448</sup> Conforme evidenciado no quarto capítulo, a influência da família de Nácar sobre a vida econômica e política de outras áreas do litoral paranaense, tais como os municípios de Guaraqueçaba e Guaratuba, manteve-se até os anos finais do Império.

O elemento constante dos percursos de Nácar e de seus descendentes era a capacidade de envolvimento em políticas de nomeações provinciais e imperiais. Porém, existiam limites para o exercício da influência dessa parentela sobre a administração pública. Conferir atenção a um caso dessa limitação permite evidenciar, no contexto do Segundo Reinado, a autonomia do Governo Imperial em face dos interesses particulares de potentados provinciais. Nesse âmbito, trata-se de salientar que, em setembro de 1858, o Ministério da Fazenda, negou

<sup>445</sup> *Diário do Rio de Janeiro*, 17 de maio de 1851, p. 3.

<sup>446</sup> *Diário do Rio de Janeiro*, 21 e setembro de 1842, p. 3.

<sup>447</sup> O presidente de São Paulo à época em que foi instalada tal colônia era o citado José Tomás Nabuco de Araújo, que na época estava vinculado ao Partido Conservador. A correspondência que Nácar enviou a esse presidente é marcada por críticas à maneira vagarosa como se desenvolvia a produção agrícola naquela colônia. Em tal contexto, vigorava ali a produção voltada à subsistência. De outro lado, uma das proposições de Nácar para a ilha de Superaguí dizia respeito à instalação de um porto. Acerca da criação dessa colônia e dos percalços do seu desenvolvimento, ver DYZARZ, Caiubi Martins. *Os suíços de Superaguí: colonização e imigração no Paraná do século XIX*. Dissertação (Mestrado em História). Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2013.

<sup>448</sup> A esse respeito, cumpre mencionar que Nácar era proprietário de um engenho de arroz na Ilha do Teixeira. Em 1870, estava em discussão na Assembleia do Paraná a destinação de uma verba (20 contos de réis) para subsidiar o desenvolvimento de uma colônia de pescadores localizada nas proximidades do engenho daquele negociante. Para um órgão da imprensa liberal, a Ilha do Teixeira era uma das áreas do domínio político e econômico do futuro Visconde de Nácar. Ao mesmo tempo, a aprovação do referido subsídio seriam especialmente interessante a Nácar. Segundo o articulista do jornal *A Reforma*, “Este comendador, tão fielmente descrito pelo conselheiro Zacarias na última sessão do Senado, quer ver se carambola, e dizem que passando a ideia [do subsídio] em 3ª discussão, haverá uma emenda que dirá – Nácar em vez Teixeira”. *A Reforma*, 3 abril de 1870, n. 74, p. 2.

provimento a um recurso interposto pelo futuro Visconde de Nácar. Esse recurso fora interposto para impedir a cobrança, pela Alfândega de Paranaguá, de uma taxa sobre comércio de sal realizado em um dos armazéns de Nácar.<sup>449</sup>

### **3.1.2. – A criação do Paraná, os potentados do litoral e a vida partidária: o futuro Visconde de Nácar e a atuação política de chefes locais do Partido Conservador**

Nesta seção é desenvolvida abordagem concernente à natureza do poder político dos chefes conservadores do litoral paranaense no contexto que abrange as décadas de 1850 e 1860. Nesse quadro, demonstra-se que os negociantes dessa região desenvolveram uma atividade política e administrativa marcadamente rotineira. Ou seja, a principal característica dessa atividade consistia na circulação por cargos provinciais, a partir da intermediação realizada pelos bacharéis.

Nesse contexto, os negociantes do Partido Conservador acomodaram-se na condição de uma retaguarda partidária que garantia aos bacharéis o apoio para a consecução dos seus projetos políticos, tais como a eleição para a Câmara dos Deputados. Assim, nos anos 1870 já se consolidara a posição de subalternidade dos negociantes em face dos bacharéis, no âmbito da vida interna do Partido Conservador do Paraná. Em resumo, o estabelecimento de relações econômicas com o Governo Provincial e a contínua obtenção de nomeações imperiais eram os limites do envolvimento dos negociantes conservadores nas esferas da administração pública.

De outra parte, cumpre salientar que tal situação foi também peculiar ao Partido Liberal do Paraná. Nessa agremiação, os bacharéis obtiveram mais rapidamente posições de relevo. Portanto, nos anos 1860 os negociantes liberais já se apresentavam dependentes da influência dos bacharéis para permanecerem no exercício de seus cargos comissionados.

Ao mesmo tempo, os negociantes liberais (do litoral e do planalto da província) dependiam da influência desses bacharéis para o estabelecimento de relações econômicas com o Governo da província. Trata-se, portanto, de evidenciar que nos 1860, no contexto do domínio dos progressistas sobre a administração imperial, os bacharéis Jesuíno Marcondes e Manoel Alves de Araújo conseguiram reforçar o seu poder político por meio da capacidade de intermediar nomeações. A apresentação de informações concernentes a essa capacidade permite destacar a semelhança quanto ao poder político dos bacharéis paranaenses (conservadores e liberais) e a posição subalterna dos negociantes no quadro político da época.

---

<sup>449</sup> *Jornal do Commercio*, 19 de outubro de 1858, n. 288, p. 1.

Em 1865, na época que exercia o cargo de ministro da Agricultura, Jesuíno Marcondes realizou a nomeação de diversos parentes para cargos comissionados. Esses cargos não eram pertencentes apenas aos quadros do Ministério Agricultura. Publicadas no *Jornal do Commercio*, em janeiro de 1866, as informações transcritas a seguir evidenciam que Marcondes conseguiu influir sobre o preenchimento de cargos cuja nomeação era competência de ministros da Guerra, como os cargos da Guarda Nacional, e do Ministério da Fazenda, como o cargos de ajudante da Alfândega:

Nomeou comandante superior [da Guarda Nacional] de Paranaguá *seu primo-irmão* José Antonio Pereira Alves. [Nomeou Comandante Superior da Guarda Nacional em Antonina]. Antonio José de Araújo, *cunhado de S. Ex.* Convém notar que já era comandante superior do Príncipe um seu parente, e do de Guarapuava o seu cunhado Antonio de Sá Camargo, de modo que existem na província cinco comando que *pertencem* à família do Sr. conselheiro Marcondes. [Nomeou] Tenente-coronel do Estado Maior do Príncipe o cidadão Joaquim Pacheco da Silva Resende, *cinhado de S. Ex.* [Nomeou] Major do Estado-Maior de Castro o Capitão Frederico Martins de Araújo, *cunhado de E. Ex.* [Nomeou] Ajudante do inspetor da Alfândega Leocádio Pereira da Costa, *primo de S. Ex.* [Nomeou] Agente do Correio de Paranaguá Phonsion Irineu Serra Mavigner, *primo de S. Ex.* [Nomeou] Administrador da Estrada de Corrientes Manoel Marcondes de Sá, *primo-irmão de S. Ex.*<sup>450</sup>

Por outro lado, Marcondes também conseguiu intermediar a nomeação, nesse contexto, de seu cunhado Manoel Alves de Araújo para o cargo de 1º vice-presidente do Paraná. Ao exercer interinamente o comando do Governo Provincial, Araújo buscou, por um lado, beneficiar um membro de seu grupo de correligionários. Por outro lado, buscou atender a interesses econômicos dos negociantes pertencentes ao seu grupo familiar. O principal interesse era referente à política tributária do Governo.

Querendo recompensar o Dr. Ernesto Francisco de Lima Santos do serviço que prestara ao seu cunhado na última eleição, indo ganhar-lhe as de Paranaguá como *chefe de Polícia* sendo juiz municipal de Curitiba (chefe de polícia um juiz municipal!) nomeou-o inspetor interino da tesouraria [...]. Tendo o [presidente da província] Dr. Fleury pedido à Assembleia autorização para reformar o regulamento dos registros, questão antiquíssima e sobre a qual existem duas opiniões (uma sustentada pela família do conselheiro Marcondes e outra pelo restante da província), o bacharel Araújo, na ausência daquele, com celeridade, preparou o regulamento de conformidade com suas opiniões, taxadas de favoráveis aos negociantes. Este acto era tão atentatório dos interesses provinciais, que o Dr. Fleury apenas chegou, mandou sobrestar na execução do regulamento do bacharel Araújo e continuar com o antigo, considerando sem efeito e valor todos os atos amados dele.<sup>451</sup>

Estas informações demonstram, por certo, a capacidade dos bacharéis liberais influir na esquemas de nomeações. Essas nomeações, por consequência, permitiam a reiteração do poder político pelos negociantes. Por outro lado, essas informações possibilitam salientar os

<sup>450</sup> *Jornal do Commercio*, 04 de janeiro de 1866, n. 4, p. 1.

<sup>451</sup> *Id.*

limites da influência dos potentados sobre o Governo Provincial. Existiam, pois, barreiras para a plena consecução dos interesses econômicos e políticos desses potentados. No caso mencionado, tal limite foi imposto pelo presidente da província, André Fleury, que invalidou a mudança na forma de cobrança de impostos elaborada por Manoel Alves de Araújo. Tais informações, em resumo, possibilitam salientar a existência de uma autonomia do Governo Provincial em face das pretensões de setores da elite regional. Porém, essa autonomia era ora atenuada, ora elevada. A atenuação da autonomia ocorria quando presidentes adventícios e potentados passavam a manter relações próximas.

Dessa forma, a natureza da proximidade entre agentes estatais adventícios e potentados era um fator crucial para determinar o grau de autonomia da administração provincial em relação a interesses particulares das elites regionais. No desenvolvimento deste capítulo, cumpre evidenciar que o poder político dos conservadores sobre o Governo do Paraná, nos anos 1870, era decorrente da aproximação com presidentes adventícios.

\*\*\*

Nesse contexto, o relacionamento com políticos de outras províncias era um recurso empregado por esses potentados para conseguir essas vantagens. Naquela época, um dos principais trunfos do futuro Visconde de Nacar para aproximar-se de altas autoridades imperiais era sua ligação com o senador Cândido Batista de Oliveira (1801-1865), sul-rio-grandense que se elegera para tal cargo pela Província do Ceará. Atente-se, pois, à descrição sobre os interesses e as conexões políticas do mencionado potentado de Paranaguá:

O dito comendador seguiu para a corte com o seu genro dr. José Mathias em companhia do senador Cândido Baptista, e já por aqui se diz que o comendador lobrigando nas relações do senador um caminho para restabelecer sua influência decaída, resolvera viagem a subitamente com o dúplice fim de promover um baronato para si, porque, diz ele, não quer ser somenos ao sr. José Caetano de Oliveira, recentemente agraciado com o título de Barão do Tibagy e o lugar de juiz de direito desta comarca para aquele seu genro em substituição do dr. Araújo Lima, que se diz removido. Sendo assim, o governo que se acautele, atendendo a que o predomínio que por muito tempo aqui exerceu pelo monopólio que soube ajeitar de toda a autoridade de Paranaguá em sua família é a única razão das indisposições que ele hoje tem nesta cidade, e é a principal causa da emaranhada intriga em que vive esse povo. Não duvido que parte destas indisposições seja injusta, mas acredito que é ele o culpado de tudo por querer conservar subjugados aos seus caprichos os paranaguenses.<sup>452</sup>

As referidas demandas de Nacar não foram atendidas naquele contexto. Existiam, portanto, limites no poder do chefe do Partido Conservador no litoral para exercer uma decisiva influência no jogo político provincial. Tais limites perduraram durante os anos 1860, ao tempo em que os progressistas comandavam o Gabinete Ministerial. Nesse quadro, é

---

<sup>452</sup> *Dezenove de Dezembro*, 20 de novembro de 1858, n. 67, p. 3.

necessário destacar que a influência dos progressistas sobre a vida política nacional, nos anos 1860, também gerou restrições ao poder de antigos potentados provinciais, a exemplo do futuro Visconde de Nacar. Em um sentido amplo, a ascensão dos progressistas ao comando do Gabinete não criou obstáculos apenas a políticos novatos.

Nesse contexto, conservadores pertencentes a diferentes gerações conheceram os efeitos negativos da queda do Gabinete Caxias, em 1862. Dessa maneira, cumpre dedicar atenção a uma informação publicada no *Correio Mercantil*, em novembro de 1867. Tal notícia diz respeito ao fato de que, apesar de politicamente isolado, o futuro Visconde de Nacar estaria envolvido em iniciativas direcionadas a viabilizar determinados planos do Governo Imperial, tais como a participação do país em um confronto bélico: “O comendador Manuel Antônio Guimarães, uma das mais notáveis influências do partido conservador na província do Paraná, oferece o prêmio de 400\$000 a cada voluntário [da Guerra do Paraguai] até o número de dez que se apresentar para o serviço do exército. É um acto de verdadeiro patriotismo, porque para o comendador e seus amigos os agentes da autoridade só conhecem rigores”.<sup>453</sup>

De outra parte, é necessário salientar que, nessa época, um dos filhos de Nacar, Manoel Guimarães Filho, estava casado com Bárbara Augusta de Alencar, irmã de uma liderança nacional do Partido Conservador, o cearense José Martiniano de Alencar.<sup>454</sup> Assim, os reveses eleitorais experimentados pelos Guimarães desde os anos finais dos anos 1850 não implantaram a proscrição dessa parentela no âmbito do Partido Conservador. Ao contrário, eles conseguiram estabelecer conexões familiares e políticas para além da Província do Paraná.

Por outro lado, nessa época o grupo político de Nacar não se abstinha de participar de pleitos eleitorais. A abstenção de participar de eleições não era uma conduta preconizada pelos conservadores do litoral paranaense no contexto em que o seu partido estava afastado do comando do Gabinete Ministerial. Um dos fatores dessa constante participação eleitoral era a capacidade dos correligionários de Nacar conseguir controlar a formação de Mesas Eleitorais em localidades como os municípios de Morretes e Guaratuba.

Em 1867, por exemplo, os aliados de Nacar comandavam as Mesas Eleitorais nas referidas localidades. Nessa ocasião, o futuro Visconde de Nacar integrou, em Paranaguá, a

---

<sup>453</sup> *Correio Mercantil*, 28 de novembro de 1867, p. 1.

<sup>454</sup> *Jornal do Commercio*, 08 de fevereiro de 1867, n. 39, p. 3.

chapa de candidatos conservadores ao posto de eleitores nas eleições primárias. Todavia, tal chapa foi derrotada pela chapa liberal.<sup>455</sup> No litoral da província, portanto, um dos elementos da força política dos conservadores, no contexto da vigência de Gabinetes liberais, era a conservação da prerrogativa de gerir as eleições locais por meio do comando de Mesas Eleitorais.

A influência de Nácar sobre políticas de nomeações tornou-se mais acentuada no contexto do regresso dos conservadores no comando do Gabinete Ministerial. Uma informação que evidencia a interferência de Nácar nas políticas de preenchimento de cargos do Império foi publicada no jornal *A Reforma*, em junho de 1869, onze meses após o retorno dos conservadores ao Gabinete. Segundo tal informação, aquele negociante teria atuado para destituir o comandante da Companhia de Aprendizes Marinheiros de Paranaguá. Essa destituição, contudo, também foi viabilizada por aliados de Nácar que possuíam acesso ao Governo Imperial, a exemplo de Manuel Francisco Correia:

Victima da prepotência do governo, actual, acaba de ser o nosso amigo João Pedro de Carvalho Raposo, capitão tenente e comandante da companhia de aprendizes marinheiros da cidade de Paranaguá. Era preciso que se cumprisse a profecia do commendador Manuel Antônio Guimarães, e seus *asseclas* no Rio de Janeiro, de *não ficar pedra sobre pedra*. O Cidadão Raposo é cidadão prestimoso; em Paranaguá era admirado e respeitado pelos homens de bem. Como comandante da companhia de aprendizes marinheiros era o modelo dos chfes; os menores, a quem estava confiada a sua sorte, educação, eram tratados como filhos; o respeito ali era de pai para filho, e não se superior para inferior. Congratulamos com o nosso amigo, porque na época actual uma derrubada é uma honra. *Os amigos*<sup>456</sup>

O substituto de João Pedro Raposo no aludido posto foi o capitão-tenente Joaquim Guilherme de Mello Carrão.<sup>457</sup> Conforme demonstrado no capítulo quarto, Joaquim Carrão, após se distanciar do grupo político do Visconde de Nácar, foi exonerado da função de Capitão do Porto de Paranaguá, em 1878. Dessa maneira, tal informação evidencia que, nos anos finais do Império, um dos principais aspectos do poder político de Nácar consistia em articular a nomeação e destituição de funcionários comissionados provinciais e imperiais.

Em suma, cumpre salientar que defender e ignorar os interesses econômicos de Nácar era um fator que determinava, respectivamente, o ingresso ou o afastamento dos adventícios

<sup>455</sup> *Jornal do Commercio*, 19 de março de 1867, n. 78, p. 1.

<sup>456</sup> *A Reforma*, 07 de junho de 1869, n. 21, p. 3. Grifos no original. Para o conhecimento acerca das atribuições e da organização interna da aludida Companhia, a qual foi implantada em Paranaguá no ano de 1864, ver DOLINSKI, João Pedro. Saúde e cotidiano na Companhia de Memores Aprendizes de Marinheiros de Paranaguá na segunda metade do século XIX. *Revista História Social*, v. 1, 2014, pp. 101-120. A respeito da criação da mencionada ver, ainda, LANGE, Silvia Pandini; MARQUES, Vera Regina Beltrão. Os aprendizes marinheiros no Paraná oitocentista. In: *Asclepio*, vol. LX, n. 2, julho-dezembro de 2008, pp. 75-94.

<sup>457</sup> *Dezenove de Dezembro*, 10 de julho de 1869, n. 1009, p. 2.

de cargos comissionados no litoral do Paraná. Nesse quadro, será evidenciado que a capacidade de arregimentar funcionários imperiais ao seu núcleo de apoiadores e de interferir na atuação administrativa desses funcionários era uma dimensão do prestígio social e político de Nácar.

Conforme evidenciado a seguir, as relações econômicas que Nácar manteve com o Executivo Provincial não se circunscreveram à obtenção de subsídios para o funcionamento da Companhia Progressista. A esse respeito, cumpre atentar a uma notícia publicada no jornal *A Reforma*, em de novembro de 1871. Essa notícia é referente à compra, pelo Governo Provincial, de dois imóveis de Nácar. Um desses imóveis, localizado em Curitiba, foi comprado pela quantia de nove contos de réis. A finalidade dessa compra era instalar no imóvel uma escola.

O outro imóvel estava situado em Paranaguá e foi adquirido por quinze contos. A finalidade da compra era instalar no imóvel a sede da Capitania do Porto. Leia-se, pois, o seguinte comentário do articulista do periódico, no qual há uma crítica ao montante (24 contos de réis) despendido pelo Governo para adquirir esses imóveis. No entendimento do articulista, os preços desses imóveis eram exorbitantes. Tal comentário diz respeito aos benefícios econômicos obtidos por um chefe conservador em decorrência de o seu partido comandar o Governo Provincial. Mais amplamente, o texto transcrito a seguir demonstra que os chefes políticos das províncias encaravam o retorno do seu partido ao comando do Gabinete Ministerial como um momento favorável para a realização de seus próprios interesses econômicos:

A província do Paraná está sendo governada patriarcalmente. Terra do Sr. ministro de Estrangeiros [Manuel Francisco Correia] e onde os parentes de S. Ex. são insaciáveis no banquete orçamentário, não há apetite que deixe de ser satisfeito, uma vez que o governador da província é o Sr. Venâncio [José de Oliveira Lisboa], que faz alarde da inaptidão com que administra o Paraná. Ahi vai um facto: O commendador Guimarães, que já impingiu um prédio velho à província, quando ali era capitão-mor o Sr. Corrêa, irmão do ministro de Estrangeiros, impingiu outro ao Sr. Venâncio, e este último foi sem proposta e o mais camerariamente possível. “À tesouraria geral. Tendo o governo imperial aceitado a proposta feita pelo coronel Manuel Antônio Guimarães para a venda da casa que possui, sita à rua da Praia, na cidade de Paranaguá, afim de n’ela funcionar a capitania do porto, cumpre que V. S. mediante a quantia de 15:000\$ observando o que determina o aviso junto por cópia expedido pelo ministro da marinha do data de 13 do mês findo. “À [Tesouraria] Provincial. No officio que com o original remeto a V. S., propõe-se o coronel Manuel Antônio Guimarães vender à província, mediante a quantia de 9:000\$, a casa de sua propriedade, sita à rua da Estrada nesta capital. Sendo necessário fazer a aquisição deste prédio para n’ele funcionar o lyceu, que ora se acha instalado no paço da assembléa provincial por falta de próprio provincial ou particular nas condições de servir para esse fim, cumpre que, depois de provar o proprietário, seu domínio sobre o dito prédio e que ele está isento de qualquer ônus de hipoteca, tutela, curatela, etc., V. S. realize a compra e mande inscrevê-lo no livro dos próprios provinciais”. Um sobrado velho que em Paranaguá não se encontraria quem desse 4:000\$ por 15:000\$ e



uma outra pelo de seu valor! São 24\$000 que lhe entram em casa, porque o vendedor chama-se commendador Guimarães, porque seu sobrinho Corrêa é ministro, e presidente o Sr. Venâncio! Factos dessa ordem dispensam comentários.<sup>458</sup>

A proximidade entre Nácar e o então presidente da província, o bacharel Venâncio José de Oliveira Lisboa (1834-1903), natural da cidade do Rio de Janeiro, também foi salientada pelo correspondente do jornal *A Reforma*, em novembro de 1871. Ao mesmo tempo, esse correspondente ressaltou que a gestão do Lisboa como presidente do Paraná era marcada pela execução de uma política de nomeações que privilegiava diversos membros de uma mesma parentela, bem como pela concessão de indevidas benesses econômicas: “Todos os empregos a uma família, todos os seus membros aquinhoados, todas as suas rendas com aplicação aos interesses do grêmio, todas as casas que se propõem a vender (*por officio*) ao governo aceitas, ora desprezando-se propostas de mais vantagem, ora dispensando-se a concorrência. É isto governo? Há decência, moralidade em semelhantes actos? [...] O Sr. Venâncio, que foi para o Assunguy passear, visto já ter ido à marinha 6 vezes, segundo o *Paraná, a chamado* do commendador Guimarães”.<sup>459</sup>

A relação entre Venâncio Lisboa e o futuro Visconde também consiste em um indício de que uma dimensão da interferência dos potentados na administração das províncias era referente à gestão do orçamento e à definição de obras prioritárias. Em novembro de 1872, por exemplo, o correspondente de *A Reforma* destacou: “O Sr. Venâncio Lisboa vê-se aturdido com os credores. Para manejos eleitorais e satisfação do Pachá de Paranaguá, mandou fazer obras que não tem como pagar! Na estrada de Mato Grosso tem havido desperdícios lamentáveis, na estrada entre Morretes e Porto de Cima gastou 150 contos!”<sup>460</sup>

Contudo, essa aproximação não evidencia uma subserviência irrestrita do presidente aos desígnios políticos e econômicos de Nácar. Ao contrário, houve ocasiões nas quais o mencionado presidente impôs determinadas ordens à bancada conservadora na Assembleia Provincial, época na qual Nácar pertencia a essa bancada.

Em abril de 1871, Venâncio Lisboa defendeu que a Assembleia Provincial deveria aprovar uma garantia de juros aos concessionários da construção da estrada ferro entre Antonina e Curitiba – um projeto que, ao final, não se concretizou. Tratava-se, pois, de uma garantia sobre o capital (3.500 contos de réis) que seria empregado na feitura da obra. Houve

<sup>458</sup> *A Reforma*, 21 de novembro de 1871, n. 265, p. 1.

<sup>459</sup> *A Reforma*, 22 de novembro de 1871, n. 266, p. 3. Grifos no original.

<sup>460</sup> *A Reforma*, 21 de novembro de 1872, n. 269, p. 2.

deputados que foram contra o projeto, visto que pretendiam que aquela estrada realizasse a ligação entre Paranaguá e Curitiba. Entre esses deputados estava o engenheiro José Arthur Murinelly. Ou seja, esse parlamentar manifestou-se contra um projeto que não contentava os chefes conservadores do litoral. Porém, segundo o jornal *A Reforma*, o presidente da província salientou que os deputados que votassem contra a aprovação daquela garantia seriam considerados como opositores do Governo Provincial.

Ao final, a verba foi aprovada. Essa aprovação contou, inclusive, com o apoio de Murinelly. O único deputado da região litorânea que se opôs ao projeto foi o negociante ervateiro Antônio Ricardo dos Santos. Em virtude de sua oposição a esse projeto, ele não compareceu à votação. Conforme o articulista de *A Reforma*, esse negociante foi o único deputado que não mudou a sua posição em virtude da ordem do presidente da província.

Mais especificamente, as considerações do articulista, transcritas a seguir, evidenciam que no episódio da votação do aludido crédito os deputados conservadores provenientes do litoral não conseguiram sustentar os seus interesses frente a uma determinação do então presidente do Paraná. Nessa época, quatro deputados provinciais residiam no litoral: Antônio Ricardo dos Santos, domiciliado em Morretes; Manuel Antônio Guimarães, Manuel Ricardo Carneiro e Raymundo Ferreira de Oliveira Mello, que estavam domiciliados em Paranaguá. Leia-se, pois, as observações do articulista:

A garantia provincial pedida pelos engenheiros [Antônio] Rebouças, [Francisco Antônio] Tourinho e [Maurício] Schwartz sobre o capital de 3.500:000\$ em que calcula o dispêndio para unir esta capital a Porto de Cima Morretes e Antonina foi combatida por lycurguinhos, na rua, no beco, e na esquina, e não passaria, dizia o engenheiro Murinelly do Varadouro, não garantiriam, gritavam todos; reuniu-se a assembléa e para a comissão que tem de dar parecer a respeito, foram nomeados zuavos que dessem um parecer condigno com o que haviam propalado, dizendo que era questão de dignidade. O engenheiro Murinelly e comendador Guimarães foram para a dita comissão, e a província contemplando o papel que estavam destinados a representar os fingidos deputados do Paraná. O Dr. Venâncio queria que passasse a garantia, mas todos compreender que não havia de pedir – declarou que consideraria em oposição ao governo quem votasse contra: palavra de tanta mágica, chega-se o engenheiro Murinelly do Varadouro e declara que nunca foi avesso à ideia, assina um parecer favorável, e num resumo publicado como discurso de cá recitara, proclama-se como firme sempre aos seus princípios. Meus amigos, todos votaram exceto o coronel de Morretes que desceu a serra como quem *sobe!* O caso é que foi o único deputado que sustentou ideias suas, acanhadas sim, mas a inteligência não é firmeza de opiniões. E tão corrido saiu ele Curitiba pelo papel que os colegas o obrigaram a representar, chegando a faltarem com a precisa delicadeza a ponto de não apoiarem suas indicações, que deixou a espada em palácio pedindo um ano de licença! Convença-se o sr. Antônio Ricardo que com ruim barro não se faz boa telha, procure companheiros independentes antes de tudo, ao contrário para o [próximo] ano fará o mesmo papel.<sup>461</sup>

---

<sup>461</sup> *A Reforma*, 29 de abril de 1871, p. 2.

Existiam, pois, flutuações nas relações entre presidentes de províncias e membros das elites regionais. Portanto, essa discordância de Antônio Ricardo em relação à orientação imposta pelo presidente do Paraná não gerou o seu isolamento político ou mesmo o seu distanciamento em relação ao presidente Lisboa. Ao contrário, ele continuou a receber benesses que atendiam aos seus interesses econômicos. A esse respeito, cabe destacar um episódio de uma benesse econômica obtida por Antônio Ricardo posteriormente àquela votação. Segundo o jornal *A Reforma*, o Governo do Paraná dispendera, até 1876, 196 contos de réis para construir três quilômetros da estrada entre Morretes e Porto de Cima.

Essa estrada terminava nas proximidades do engenho de erva-mate de Antônio Ricardo dos Santos. Ao criticar o grupo político do futuro Visconde de Nácar, o correspondente destacou: “[...] justifique ante sua consciência, se puder, esse desperdício de 196\$000 para o luxo de uma estrada, toda nova e em linha recta, quando com 20 ou 30 contos deixaria a antiga nas melhores condições, mas era preciso que o ponto terminal fosse o engenho do Sr. Antônio Ricardo (coronel do Corrêa). [...] 196:000\$000. Só agora a tesouraria provincial somou o que se dispendeu com os três quilômetros incompletos entre Porto de Cima e Morretes: 196:000\$000!”<sup>462</sup> Nesse contexto, tais informações consistem em indícios de que o modo de aproximação dos potentados provinciais com presidentes de província era também derivado da natureza dos interesses econômicos cultivados pelos primeiros.

De sua parte, José Murinelly não logrou, como deputado provincial, impedir a aprovação do referido projeto que não contentava a elite de negociantes conservadores do litoral paranaense. Porém, naquele momento, ele era o responsável pelas obras de abertura do canal do Varadouro, uma antiga reivindicação daquela elite.

Em fins de 1871, houve o esgotamento dos recursos disponíveis para conduzir a obra. Por consequência, ela foi interrompida. Porém, o presidente Lisboa mostrou-se disposto a intermediar, junto ao Governo Imperial, a concessão de mais recursos. Portanto, ao mesmo tempo em que foram derrotados no episódio da aludida votação, os conservadores do litoral obtiveram o respaldo do presidente para a execução de determinados projetos econômicos que lhes beneficiavam. Acerca da abertura do canal Varadouro, leia-se a seguinte informação do redator de *A Reforma*:

O Dr. Murinelly, desenterrando as áreas do Varadouro e substituindo-as por 20:000\$ viu o fim, não da obra, mas dos cobres e parou, no que fez bem; dirige-se à capital e diz que não há mais dinheiro e

---

<sup>462</sup> *A Reforma*, 10 de julho de 1873, n. 155, p. 2.

suspende o andamento de *Suez*, o Sr. Venancio promete escrever ao governo imperial, mas como fica o Sr. Murinelly enquanto o pão não vem? É questão grave mas resolvida, manda-se-lhe fiscalizar as picadas e estudos da estrada da exploração da estrada de ferro. Há simples estudo de exploração, e agora começam os engenheiros nos estudos técnicos e definitivos dela e há um mês nomeado o Sr. Murinelly *assemelhando-se à caçarola presa à causa da comissão de engenheiros*, como dizia espirituosamente Thiers a respeito de uma comissão nomeada para vigiar os seus prefeitos.<sup>463</sup>

Ou seja, após o episódio daquela votação Murinelly ainda desempenhou função comissionada ao tempo em que Venâncio Lisboa presidia o Paraná.

Nessa época, determinadas leis aprovadas pela Assembleia Provincial teriam prejudicado a exportação de erva-mate por meio do porto de Antonina. O município de Paranaguá, contudo, não teria sido afetado pelas leis comerciais aprovadas pelos deputados na época em que vigorava o domínio político do Partido Conservador no país. Em 1870, por exemplo, o Legislativo Provincial aprovou a cobrança do valor de 10 réis por arroba de erva-mate despachada pelo porto de Antonina. O correspondente do jornal *A Reforma* em Curitiba criticou essa lei porque “[A erva-mate] que ali se despacha não é um décimo da que se despacha em Paranaguá, domínio feudal do maior régulo de aldeia que possui o sul do Império”.<sup>464</sup>

De outra parte, cumpre salientar que também houve, nos anos 1870, diferenças políticas entre lideranças conservadoras do litoral. Em algumas circunstâncias, esses líderes assumiram posições diferentes na discussão de projetos na Assembleia Legislativa. Ao mesmo tempo, tais diferenças desdobravam-se em confrontos que, para serem aplacados, necessitavam da mediação do presidente da Província. Nesse âmbito, cabe atentar ao seguinte comentário do correspondente de *A Reforma* em Paranaguá, publicado em março de 1876:

S Ex. o presidente da província [Adolfo Lamenha Lins] deve descer por estes dias, sendo esperado em Morretes no domingo, 27 [de fevereiro] do corrente. Diversas versões correm a respeito da viagem de S. Ex., e muitos afirmam ter um fim político, parecendo-nos esta a mais razoável. Em abono da verdade, cumpre dizer-se que S. Ex. até agora se tem mostrado imparcial e moderado. Acreditamos que o seu passeio não terá outro fim que não seja harmonizar o chefe do partido conservador daquela localidade [Morretes] com o desta [Paranaguá], os quais estão desavindos.<sup>465</sup>

Nessa época também houve confrontos entre os correligionários dos potentados. Em 1875, por exemplo, Manuel Ricardo Carneiro, genro e funcionário de Nácar, publicou uma nota de esclarecimento no *Dezenove de Dezembro*. Nela, afirmava que fora contrário a uma indicação apresentada por Antônio Ricardo dos Santos e José Arthur Murinelly em sessão da

<sup>463</sup> *A Reforma*, 22 de novembro de 1871, n. 266, p. 3.

<sup>464</sup> *A Reforma*, 03 de abril de 1870, n. 74, p. 2.

<sup>465</sup> *A Reforma*, 02 de março de 1876, n. 47, p. 2.

Assembleia Provincial. A leitura dessa nota evidencia que esses desafetos partilhavam análogas ideias políticas. A defesa da eleição em dois graus era uma ideia defendida pelos três citados deputados do Partido Conservador. Nesse sentido, os conservadores do litoral paranaense eram contrários à realização de eleições diretas.

Por outro lado, o voto contrário de Manuel Carneiro à aludida indicação revestiu-se de um caráter simbólico, qual seja, evidenciar o seu distanciamento em relação ao grupo conservador comandado pelo negociante Antônio Ricardo dos Santos:

O abaixo assignado, respondendo por si o artigo do pedido dos Srs. deputado coronel Antônio Ricardo dos Santos e Dr. José Arthur Murinelly, inserto no n. 1597 desta folha, declara que, apesar de ter opinião contrária à eleição directa, não votou pela indicação *Murinelly*, na sessão de 31 do mez passado, como se publicou no artigo a que respondo, e ao qual se encontram as expressões – *que foi unanimemente aprovada. Os correligionários políticos do Sr. Murinelly verão a verdade na publicação da acta. Se a retirada expontanea dos Srs. Antônio Ricardo dos Santos e Murinelly, não contribuindo para que se votassem as leis annuaes e outras, constitue apoio ao governo, deixo à apreciação do Exm. Sr. presidente da provincia. Curityba, 15 de abril de 1875. Manuel Ricardo Carneiro.*<sup>466</sup>

Na edição anterior do jornal, Antônio Ricardo e Murinelly manifestaram sua contrariedade ao fato de que o 1º secretário da Assembleia Provincial, Joaquim Antônio Guimarães, ofereceu uma emenda à indicação que eles apresentaram. Essa indicação era um voto de adesão que a Assembleia do Paraná teria de enviar a Câmara dos Deputados a respeito do projeto de eleição em dois graus, apresentado pelo conservador João Alfredo Correia de Oliveira. Inicialmente, a indicação foi aprovada em regime de urgência, sem a necessidade de tramitar junto aos demais projetos da Assembleia. A emenda de João Guimarães determinava que essa indicação tramitasse normalmente, em vez de ser aprovada sob a forma de urgência. Portanto, a exemplo de seu pai, Joaquim Antônio Guimarães também teve divergências com Antônio Ricardo dos Santos.

Em protesto contra a apresentação da emenda, Antônio Ricardo e Murinelly recusaram-se a participar das sessões seguintes da Assembleia naquele ano: “[...] retiraram-se os abaixo assinados da casa, evitando assim que se votasse com o seu concurso uma tal emenda. Era esse o procedimento que aconselhavam a prudência e a moderação em um assunto de tanto alcance e imensa responsabilidade para a assemblea legislativa”.<sup>467</sup>

<sup>466</sup> *Dezenove de Dezembro*, 17 de abril de 1875, n. 1598, p. 4. Grifos no original.

<sup>467</sup> *Dezenove de Dezembro*, 14 de abril de 1875, n. 1597, p. 3.

As divergências entre os potentados conservadores do litoral interferiram no andamento das atividades da Assembleia Provincial do Paraná. Contudo, não eram ideias políticas antagônicas que geravam o fracionamento do Partido Conservador do litoral. Ao contrário, as lideranças conservadoras do Paraná se aproximavam em virtude de advogarem as propostas dos líderes nacionais de seu partido. A defesa das eleições em dois graus era uma dessas propostas. Nesse contexto, eram os interesses particulares e circunstanciais desses potentados que criavam as cizânias no partido. O motivo da competição entre os potentados conservadores do Paraná era invariável. Conforme demonstrado nesta tese, no fim do Império o distanciamento entre Antônio Ricardo e Nácar era motivado pela competição por cargos na administração provincial.

\*\*\*

De outra parte, o estudo da elaboração dos orçamentos provinciais pelas Assembleias Legislativas também permite evidenciar que o pertencimento ao partido que comandava o Gabinete Ministerial era operacional às parentelas que compunham as elites regionais. Em virtude desse pertencimento, os potentados conquistavam diversos privilégios econômicos dos Governos Provinciais. Os deputados provinciais empenhavam-se para viabilizar a concretização dessas vantagens. Em 1871, o articulista de *A Reforma* salientou que o Orçamento aprovado pela Assembleia do Paraná, a qual era controlada pelos conservadores, conferia benefícios diversos a membros das famílias Guimarães e Correia:

O orçamento foi um confeito de Natal. O Sr. Guimarães (commendador e futuro Barão) meteu no bolso 30:000\$000 para dar 8:000\$000 ao Sr. Joaquim Cândido, seu guarda livros e cunhado, tio do ministro de estrangeiros [Manuel Francisco Correia], irmão do inspector da tesouraria provincial e atual provedor da misericórdia de Paranaguá. Gratificou-se ao secretário de governo [Urbano Sabino Correia], irmão do sr. ministro de estrangeiros. Deu-se dinheiro para uma estrada que será administrada pelo sr. [Joaquim] Severo [Correia], irmão do ministro de estrangeiros.<sup>468</sup>

Por outro lado, cabe destacar que nessa época se definira o destino social e político dos negociantes que descendiam dos primeiros chefes do Partido Conservador na região litorânea. Dessa forma, o estudo dos percursos sociais de dois filhos de Nácar no final dessa década permite a reconstituição de um processo a partir do qual esses descendentes se tornaram ocupantes de posições de menor relevo no jogo partidário regional. Nesse âmbito, a obtenção de cargos comissionados provinciais tornou-se o limite das conquistas políticas desses descendentes, os quais atuavam como negociantes.

---

<sup>468</sup> *A Reforma*, 29 de abril de 1871, n. 96, p. 2.

Trata-se de demonstrar que essas limitações eram comuns às trajetórias dos negociantes pertencentes à geração dos filhos de Nácar. Por conseguinte, essas limitações eram evidências de que nos anos 1870 completou-se um processo de segmentação de funções na política paranaense. Tal segmentação permaneceu durante a Primeira República. Nessa segmentação, os negociantes situavam-se como os agentes que garantiam localmente o êxito eleitoral de chefes partidário de maior projeção. No Império e na Primeira República, esses chefes eram os bacharéis. De sua parte, os negociantes do litoral paranaense eram chefes partidários municipais que encontravam dificuldades para exercer posições de maior relevo no jogo político estadual.

### **3.2. – Destinos sociais e políticos de descendentes de um chefe do Partido Conservador: os percursos de Claro Américo Guimarães e Joaquim Antônio Guimarães**

O principal argumento sustentado nesta seção afirma que esses irmãos desenvolveram uma atividade política e social que guardava semelhança com as atividades desempenhadas pelo patriarca, o Visconde de Nácar. A condição de chefes políticos locais detentores de parcas condições de influir decisivamente na gestão do partido na província foi característica às trajetórias de Claro Américo e Joaquim Guimarães.

Na presente seção, demonstra-se que esses negociantes se tornaram os membros de uma retaguarda que garantia, localmente, as vitórias eleitorais dos chefes do partido. Ao mesmo tempo, eles se tornaram apegados a cargos comissionados. Desse modo, o estudo sobre os percursos de Claro Américo e Joaquim Guimarães propicia evidenciar aspectos da função desempenhada por negociantes do litoral paranaense no âmbito dos partidos monárquicos. Nesse quadro, trata-se de evidenciar o caráter linear de suas trajetórias políticas. Um elemento da subalternidade desses indivíduos nos quadros do Partido Conservador do Paraná era o caráter invariável de suas funções e oportunidades políticas.

O exercício desses cargos salvaguardava a influência de antigas parentelas sobre a vida administrativa das municipalidades. Joaquim Antônio Guimarães enquadrava-se nessa categoria de negociante que atuava para resguardar, na esfera municipal, os êxitos eleitorais das lideranças ascendentes da grei conservadora. Esse negociante principiou a participar de esquemas de nomeação na juventude.

Nascido em 1834, Joaquim Antônio recebeu formação educacional na Província do Rio de Janeiro. Em 1849, ele concluía os estudos no Instituto Colegial de Nova Friburgo e

ambicionava cursar a Academia de São Paulo.<sup>469</sup> Ou seja, pretendia se tornar um bacharel em Direito. Porém, ele jamais se graduou. Joaquim Antônio, portanto, tivera o apoio econômico da família para obter uma formação educacional aprimorada. Desse modo, os patriarcas das famílias Correia e Guimarães investiram nos estudos de seus descendentes, notadamente no decorrer da década de 1850. Porém, a interrupção dos estudos implicou o retorno de Joaquim Antônio à cidade de Paranaguá. Esse retorno implicou a sua acomodação nos postos de negociante e de liderança política local. Assim, esse retorno determinou que o seu destino fosse marcado pela reprodução das práticas econômicas e políticas de seu pai. A interrupção dos estudos gerou a expressiva diferenciação política e social entre esse indivíduo e os bacharéis da família Correia.

Desprovido do diploma de bacharel, Joaquim Antônio não teve acesso aos esquemas de nomeações para relevantes cargos imperiais. Conforme destacado nesta tese, o exercício de cargos destinados prioritariamente aos bacharéis, tais como o de presidente de província, propiciava aos agentes estatais o estabelecimento de conexões políticas em distintas regiões do Império. A submissão às orientações políticas dos bacharéis da família Correia foi uma das principais evidências da limitação da influência de Joaquim Antônio como integrante do Partido Conservador. Ao mesmo tempo, a dependência em relação a esses bacharéis para a obtenção de cargos públicos foi outro aspecto de sua condição política subalterna.

\*\*\*

Em 1856, aos 22 anos, Joaquim Antônio foi incumbido do cargo de vice-cônsul do Reino da Dinamarca em Paranaguá. A nomeação de brasileiros para postos de representação diplomática de outros países era regulamentada pelo Governo Imperial.<sup>470</sup> Contudo, cabia ao país que o cônsul e o agente consular representavam indicar um nome para o cargo.<sup>471</sup>

---

<sup>469</sup> *Diário do Rio de Janeiro*, 11 de janeiro de 1850, n. 4, p. 4.

<sup>470</sup> Nos anos 1860, o Governo Imperial regulamentou, em acordos com distintos Estados europeus, o processo pelo qual os cônsules-gerais e cônsules deveriam incorporar vice-cônsules e agentes consulares. Ou seja, nota-se que, na hierarquia de cargos diplomáticos, Joaquim Antônio, e os demais membros da elite de Paranaguá contemplados com essas nomeações, estavam em uma posição subalterna. Nesse quadro, cabe destacar a convenção consular estabelecida entre o Império do Brasil e o Império da França, por meio do decreto número 2787 de 26 de abril de 1861, regulamentava a nomeação de vice-cônsules e agentes consulares. Os termos presentes nesse acordo são análogos àqueles que o Brasil estabeleceu, naquela década, com Espanha, Itália, Suíça e Portugal. A esse respeito, leia-se o artigo quinto da convenção entre Brasil e França. Esse artigo regulamenta a nomeação de vice-cônsules e agentes consulares: “Art. 5.º Os cônsules geraes e cônsules respectivos poderão estabelecer agentes vice-consules ou agentes consulares nas diferentes cidades, portos ou logares do seu districto consular, onde o bem do serviço, que lhes está confiado, o exigir, salvo salvos, bem entendido, a aprovação e o *exequatour* do governo territorial. Estes agentes poderão se igualmente escolhidos entre os cidadãos dos dous países, como d’entre os estrangeiros, e serão munidos de uma patente passada pelo consul geral ou consul que os tiver nomeado, e debaixo de cujas ordens elles deverão servir. Gozarão, além disso, dos mesmos privilégios e imunidades estipuladas pela presente Convenção em favor dos cônsules, salvo



Naquele contexto, os ocupantes dos postos de vice-cônsul e agente consular estavam incumbidos da tarefa de promover o desenvolvimento da navegação e do comércio do país que representavam.<sup>472</sup> Porém, aos brasileiros que representavam países estrangeiros no Brasil o Governo Imperial não concedia privilégios como a isenção do pagamento de tributos.<sup>473</sup>

Joaquim Antônio permaneceu no exercício desse cargo comissionado até os anos 1870.<sup>474</sup> Em sua juventude, Joaquim Antônio também atuou como vice-cônsul, em Paranaguá, do Reino da Sardenha. Em 1859, aos 25 anos de idade, ele estava no exercício desse posto.<sup>475</sup>

A atuação de Joaquim Antônio no exercício do cargo vice-cônsul da Dinamarca guarda uma similaridade com a atuação administrativa de negociantes pertencentes à geração de seu pai, cujos membros nasceram na década de 1810. Tal semelhança diz respeito à longa permanência dos membros dessa geração no exercício de cargos consulares. Nesse âmbito, cabe destacar o caso de Antônio Pereira da Costa. Vinculado ao Partido Liberal e pertencente à geração do pai de Joaquim Antônio, pois nascera em 1813, ele era o vice-cônsul da República do Chile em Paranaguá em 1868. Esse negociante estava incumbido dessa função desde o ano de 1848.<sup>476</sup> O negociante Manuel Leocádio de Oliveira, por sua vez, desempenhava nessa época o posto de vice-cônsul da República do Peru naquele município.

---

as exceções mencionadas no art. 2.<sup>o</sup> VIEIRA, João Pedro Dias de. *Annexo ao Relatório do Ministerio dos Negócios Estrangeiros: convenções consulares celebradas com a França, Suíça, Itália, Hespanha e Portugal*. Rio de Janeiro: Typographia Universal, 1865, p. 167.

<sup>471</sup> Por meio do Decreto Imperial n. 2.127, de 13 de março de 1858, autorizou que os cônsules estrangeiros nomeassem agentes consulares. BRASIL. *Coleção de Leis do Império do Brasil de 1858*. Tomo XIX. Parte. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1858, p. 174.

<sup>472</sup> A recomendação para os cônsules exercerem tal função era determinada no Brasil pelo Decreto Imperial n. 4.968, de 24 de maio de 1872. BRASIL. *Coleção de Leis do Império do Brasil de 1872*. Tomo XXXV. Parte II. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1872, p. 361.

<sup>473</sup> *Ibid.*, pp. 128-129.

<sup>474</sup> CORREIA, Manuel Francisco. *Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros apresentando à Assembléa Geral Legislativa*. Typographia Universal, 1871, p. 43 (anexos). O cargo de cônsul, em Paranaguá, não era desempenhado apenas por indivíduos nascidos nesse município. Verificou-se um caso de adventício que, radicado nessa localidade, obteve diversas nomeações para cargos consulares. Esse adventício era o médico francês Alexandre Bousquet, antigo inspetor de Saúde do Porto de Paranaguá. Esse adventício exerceu o posto de vice-cônsul de diferentes países em Paranaguá. Em 1867, foi nomeado agente vice-consular da França. Em 1869, tornou-se vice-cônsul da Grã-Bretanha. Nesse ano, também se tornou agente consular da Itália. Em 1871, ele permanecia no exercício desses três postos. Por fim, é necessário ressaltar que, em um município, poderiam ser nomeados vários vice-cônsules de um mesmo país. CORREIA, Manuel Francisco. *Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros apresentando à Assembléa Geral Legislativa*. Typographia Universal, 1872, pp. 43-44. (anexos).

<sup>475</sup> PARANHOS, José Maria da Silva. *Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros apresentado à Assembleia Geral Legislativa*. Rio de Janeiro: Typographia Universal, 1859, p. 44 (anexos).

<sup>476</sup> SOUZA, João Silveira de. *Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros apresentado à Assembléa Geral Legislativa*. Rio de Janeiro: Typographia Universal, 1868, p. 52 (anexos).

Exercia tal função desde o ano de 1861. De outra parte, ele também estava investido no posto de vice-cônsul do Reino da Itália em Paranaguá desde 1862.<sup>477</sup>

Em 1853, à época da criação do Paraná, Manuel Leocádio exercia o posto de vice-cônsul da República da Argentina nesse município.<sup>478</sup> Em 1877, época derradeira de seu percurso social, ele permanecia investido em um posto consular: ele atuava, naquele ano, como vice-cônsul do Reino da Espanha em Paranaguá.<sup>479</sup> Em síntese, o exercício de funções políticas e administrativas desempenhadas por negociantes pertencentes à geração de Nácar foi característica ao percurso social de Joaquim Antônio. A tendência a conservar-se em cargos de nomeação imperial, portanto, aproximou esse negociante dos negociantes pertencentes à geração de Nácar.

Nesse contexto, Joaquim Antônio já se integrara à vida política de Morretes. Ele fora, por exemplo, eleito para a Câmara desse município em duas ocasiões (1866 e 1868). Porém, em relação aos bacharéis de sua geração, Joaquim Antônio manteve-se no exercício de funções comissionadas de pouca relevância política. Mencionou-se, acima, que Joaquim Antônio elegeu-se vereador de Morretes, em 1868, com 370 votos – a segunda maior votação dentre os candidatos naquele município.

Anteriormente, na eleição municipal de 12 de agosto de 1866, Joaquim Antônio se elegeu para a Câmara de Morretes com 289 votos, a maior votação dentre os candidatos daquele município.<sup>480</sup> Em seguida, ele foi eleito presidente da Câmara Municipal.<sup>481</sup> Portanto, o predomínio dos progressistas no cenário político nacional e provincial não criou obstáculos para a inserção de Joaquim Antônio na vida política daquela localidade.

Por fim, a eleição realizada em 1868 na vila de Morretes consistiu um evento marcado pela inserção de uma nova geração de correligionários do Partido Conservador na vida

---

<sup>477</sup> SOUZA, João Silveira de. *Relatório... Op. cit.*, pp. 55-56 (anexos).

<sup>478</sup> SOUZA, Paulino José Soares de. *Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros apresentado à Assembleia Geral Legislativa*. Rio de Janeiro: Typographia do *Diário de A. & L. Navarro*, 1853, p. 9 (anexos). Cumpre salientar os negociantes de Paranaguá pertencentes ao Partido Liberal também eram beneficiados pelas nomeações para cargos consulares. O envolvimento desses liberais ocorreu desde o período anterior à instalação da Província do Paraná. Em 1851, por exemplo, Francisco Ferrer Pinheiro, deputado provincial de 1864 a 1865, estava investido no posto de vice-cônsul do Reino da Sardenha em Paranaguá. Em 1851, ele encontrava-se no exercício do cargo de vice-cônsul do Reino da Sardenha em Paranaguá. SOUZA, Paulino José Soares de. *Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros apresentada à Assembléa Geral Legislativa*. Rio de Janeiro: Typographia Universal, 1851, p. 19. Contudo, a partir da criação do Paraná, esse Francisco Ferrer tornou-se uma liderança da grei liberal no município de Antonina.

<sup>479</sup> LEÃO, Domingos de Sousa. *Relatório da Repartição de Negócios Estrangeiros apresentado à Assembléa Geral Legislativa*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1878, p. 42 (anexos).

<sup>480</sup> *Dezenove de Dezembro*, 18 de agosto de 1866, n. 711, p. 4.

<sup>481</sup> *Dezenove de Dezembro*, 8 de junho de 1867, n. 794, p. 2.

política da localidade. Desse modo, para além da reeleição de Joaquim Antônio, pertencente à geração de 1830, houve a eleição do negociante Antônio Pereira de Macedo, nascido em 1843, ao posto de vereador. Nessa ocasião, o negociante Antônio Ricardo dos Santos, pertencente à geração de 1810, obteve apenas setenta votos e, portanto, alcançou a condição de terceiro suplente de vereador naquele município.<sup>482</sup>

\*\*\*

A longa permanência em cargos que, em geral, não garantiam ao seu detentor uma influência decisiva na vida administrativa e política municipal ou provincial foi um aspecto característico ao percurso de Joaquim Antônio. Nesse âmbito, cabe acentuar que em 1864, aos 30 anos de idade, ele se encontrava no exercício do cargo provincial de Subinspetor das Escolas da vila de Morretes.<sup>483</sup>

Por outro lado, esse indivíduo também esteve no exercício simultâneo de cargos públicos, em épocas nas quais o Partido Conservador exercia o controle sobre os esquemas de preenchimentos de cargos comissionados imperiais e provinciais. Nesse quadro, em dezembro de 1868 Joaquim Antônio estava investido nos postos de suplente de Juiz Municipal e de Delegado de Polícia de Morretes.<sup>484</sup> Nesse contexto, cabe destacar que a ascensão do Partido Conservador ao Gabinete Ministerial gerou mudanças na composição dos Comandos Superiores da Guarda Nacional nos municípios paranaenses. Essas mudanças beneficiaram a Joaquim Antônio.

Em fevereiro de 1869, ele obteve do Governo Provincial a nomeação para o posto de Tenente-Coronel comandante do 4º Batalhão de Infantaria de Antonina e Nhundiaquara (denominação oficial, naquela época, do município de Morretes).<sup>485</sup> Conforme assinalado no

<sup>482</sup> *Dezenove de Dezembro*, 16 de setembro de 1868, n. 924, p. 2.

<sup>483</sup> *Dezenove de Dezembro*, 16 de março de 1864, n. 468, p. 1.

<sup>484</sup> *Dezenove de Dezembro*, 09 de dezembro de 1868, n. 947, p. 1. Em verdade, Joaquim Antônio era 1º suplente de Juiz Municipal de Morretes desde julho de 1866. Ele havia sido nomeado para tal cargo pelo bacharel conservador Agostinho Ermelino de Leão, que exercia interinamente o cargo de presidente do Paraná. *Dezenove de Dezembro*, 4 de julho de 1866, n. 699, p. 1. Tratava-se, contudo, de um contexto em que os progressistas exerciam o comando do Gabinete Ministerial e dos esquemas de nomeações. Conforme evidenciado neste capítulo, algumas nomeações efetuadas por Agostinho de Leão foram revogadas tão logo ele foi destituído do posto de presidente. De outra parte, a nomeação de Joaquim Antônio para o posto de delegado de Polícia ocorreu em setembro de 1868, ou seja, dois meses após a ascensão dos conservadores ao Gabinete Ministerial. *Dezenove de Dezembro*, 19 de setembro de 1868, n. 925, p. 4.

<sup>485</sup> FONSECA, Antônio Augusto da. *Relatório apresentado ao excelentíssimo senhor vice-presidente Dr. Agostinho Ermelino de Leão pelo excelentíssimo ex-presidente Dr. Antônio Augusto da Fonseca*. Curitiba: Typographia de Cândido Martins Lopes, 1869, p. 6. Contudo, em virtude da Lei Imperial n. 602, de 19 de setembro de 1860, ele foi dispensado de exercer suas funções no Comando Superior de Morretes. Tal lei determinava que os indivíduos investidos em cargos dessem o direito de requisitar a Força Pública deixaria de servir à Guarda Nacional durante o exercício do cargo. Enfim, ele permaneceu detentor de seu posto no

primeiro capítulo desta tese, o pai de Joaquim Antônio foi investido na função de Comandante Superior da Guarda Nacional de Paranaguá em agosto de 1868. Outros dois membros do Partido Conservador foram nomeados para integrar o Comando Superior da Guarda Nacional em Antonina e Nhundiaquara: Antônio Ricardo dos Santos, no posto de Comandante Superior, e José Fernandes Corrêa, no posto de Tenente-coronel Chefe do Estado Maior.

Tais nomeações foram saudadas por um correligionário do Partido Conservador. Em um texto publicado no *Diário do Rio de Janeiro*, em abril de 1869, esse correligionário buscou destacar que tais nomeações não encontraram resistências no litoral paranaense: “Foi bem aceita a nomeação do tenente coronel Antônio Ricardo dos Santos para comandante superior de Antonina e Morretes. O sympathico tenente coronel Joaquim Antônio Guimarães, tendo passado para o comando do batalhão, ahi fará o seu nome ainda mais querido e respeitado. Foi também recebida com prazer a nomeação do major José F. Corrêa para chefe daquele estado maior”.<sup>486</sup> Portanto, a conquista de uma nomeação a um posto da Guarda Nacional permitiu a Joaquim Antônio, em um contexto de ascensão dos conservadores ao Gabinete Ministerial, consolidar o seu enraizamento junto à elite que controlava a vida administrativa de Morretes.

Desse modo, as aludidas nomeações para postos do Comando Superior de Morretes beneficiaram a negociantes da geração do pai de Joaquim Antônio. Nesse quadro, uma aproximação entre o destino social de Antônio Ricardo dos Santos, então Comandante Superior da Guarda Nacional naquele município, e o destino Joaquim Antônio. Ambos tiveram os seus percursos marcados pela migração para a capital do Paraná.

Porém, ao contrário do caso de Joaquim Antônio, essa migração permitiu a Antônio Santos sua acomodação na vida política curitibana, nas décadas finais do século XIX. O início dessa acomodação foi marcado pela obtenção, no âmbito da Mesa Diretora do diretório provincial do Partido Conservador, de posições mais subalternas em relação às posições exercidas pelos bacharéis da geração de 1830.<sup>487</sup> Por fim, cabe mencionar que, nessa época, o

---

Comando Superior de Morretes, mas não pôde exercê-lo no período em que desempenhou os mencionados cargos comissionados *Id.*

<sup>486</sup> *Diário do Rio de Janeiro*, 5 de abril de 1869, p. 3. Em geral, a estrutura administrativa das Juntas existentes nas freguesias era menos complexa. Nesse quadro, cumpre destacar o caso da Junta conservadora da freguesia de São Frei Pedro Gonçalves, localizada no Recife. Esse órgão possuía apenas os seguintes cargos: presidente, vice-presidente, secretário, tesoureiro e conselheiro (em número de seis). *Correio Mercantil*, 3 de outubro de 1868, p. 2.

<sup>487</sup> Essas nomeações para a Guarda Nacional realizadas no Paraná em 1869 também beneficiaram um bacharel adventício radicado em Curitiba, a saber, Tertuliano Teixeira de Freitas. Nessa época, ele obteve o posto de Tenente-coronel comandante do 1º Batalhão de Infantaria de Curitiba. FONSECA, Antônio Augusto da.

irmão de Joaquim Antônio, Claro Américo Guimarães, foi designado Capitão quartel-mestre do Comando Superior da Guarda Nacional de Paranaguá.<sup>488</sup>

O exercício desses cargos permitiu a Joaquim Antônio, ao final, estender a influência de sua parentela a um antigo reduto eleitoral do Partido Conservador, a saber, a vila de Morretes. Entretanto, a influência desse negociante atingiu o seu ocaso no contexto dos anos finais do Império. A migração desse indivíduo para Curitiba, no limiar da Primeira República, consistiu no encerramento de sua atuação partidária. Joaquim Antônio não teve herdeiros políticos. Em seu terceiro casamento, esse negociante foi pai de um menino, o qual faleceu na infância.<sup>489</sup>

Ao mesmo tempo, cumpre acentuar que, de modo análogo aos negociantes pertencentes à geração de seu pai, Joaquim Antônio envolvia-se na organização de eventos devocionais, notadamente em Morretes. Esse negociante atuou, por exemplo, como organizador da festa do Divino Espírito Santo, celebrada nesse município no mês de julho.<sup>490</sup> Por meio da leitura do *Dezenove de Dezembro*, apreende-se que abastados negociantes que exerciam o controle sobre a gestão do Partido Conservador no Paraná, a exemplo de Manuel Ignácio do Canto e Silva e Manuel Leocádio de Oliveira, participavam da organização de eventos relacionados a devoções católicas os desde os anos 1850.<sup>491</sup> Esses negociantes, portanto, exerciam papel fundamental na condução de festejos religiosos. Tal situação

---

FONSECA, Antônio Augusto da. *Relatório apresentado ao excelentíssimo senhor vice-presidente Dr. Agostinho Ermelino de Leão pelo excelentíssimo ex-presidente Dr. Antônio Augusto da Fonseca*. Curitiba: Typographia de Cândido Martins Lopes, 1869, p. 6. Por outro lado, cumpre mencionar que um membro da direção da Junta conservadora de Paranaguá também foi beneficiado pelas nomeações para cargos da Guarda Nacional realizadas pelo Governo Provincial em 1869. Trata-se do médico adventício Ricardo Augusto da Silva Rego, que, naquela ocasião, foi incumbido do posto de Capitão cirurgião-mor do Comando Superior da Guarda Nacional em Paranaguá. *Id.*

<sup>488</sup> *Id.*

<sup>489</sup> LEME, Luiz Gonzaga da Silva. *Genealogia Paulistana*. Volume IX. São Paulo: Duprat e Companhia, 1905, p. 188.

<sup>490</sup> *Dezenove de Dezembro*, 4 de julho de 1868, n. 903, p. 4.

<sup>491</sup> Em maio de 1858, Manuel Ignácio foi um dos organizadores da festa do Espírito Santo, na cidade Castro. *Dezenove de Dezembro*, 16 de maio de 1858, p. 2. O negociante Manuel Leocádio de Oliveira, por seu turno, foi um dos organizadores da festa de Nossa Senhora do Rosário ocorrida em Paranaguá, em outubro de 1859. Ele comandou a participação da banda de música do 2º batalhão Guarda Nacional de Paranaguá nesse evento. Nessa ocasião, outro negociante conservador, Manuel Gonçalves Marques, que era radicado em Morretes, também participou da condução desse festejo. Ele também foi eleito, nessa ocasião, para participar da organização da procissão que se realizaria no próximo ano. *Dezenove de Dezembro*, 19 de outubro de 1859, p. 2. De sua parte, o citado Ricardo Gonçalves Cordeiro, negociante pertencente à geração de 1810, exercera o cargo de administrador da Capela de Nossa Senhora do Rocio, localizada em Paranaguá, no início dos anos 1860. *Dezenove de Dezembro*, 15 de abril de 1863, p. 1. Por fim, cabe destacar que o próprio pai de Joaquim Antônio participava da organização da festa de Nossa Senhora do Rocio. *Correio Mercantil*, 24 de novembro de 1858, n. 318, p. 1.

permaneceu inalterada durante a Primeira República. Portanto, a atividade social dos negociantes possuía um caráter essencialmente rotineiro.

Nessa época, o pai de Joaquim Antônio também estava envolvido em uma atividade relacionada à vida devocional de Paranaguá. Nesse âmbito, cumpre informar que, nos anos de 1856 e 1857, ele foi o gestor das obras da Igreja Matriz de Paranaguá. Essas obras foram realizadas com recursos do Governo Provincial.<sup>492</sup> Dessa forma, em um contexto em que vigorava o regime do Padroado, o envolvimento de Nácar na realização dessas obras consistiu no desempenho de uma tarefa atribuída pelo presidente da província.

Conforme evidenciado no quarto capítulo desta tese, Nácar, no princípio da República, ainda controlava a gestão de uma instituição caritativa em Paranaguá. Desse modo, o envolvimento em tais eventos e instituições foi especialmente característico aos percursos de chefes partidários que pertenciam à geração de 1810 e, durante o Segundo Reinado, permaneceram na condição de notáveis de aldeia.

Nos anos 1860, uma função dos políticos de menor projeção política era garantir localmente o sucesso eleitoral das lideranças de sua agremiação. Para tanto, era operacional que esses políticos de menor projeção controlassem as Mesas Paroquias, cujos membros eram os responsáveis por organizar o processo de votação e apuração dos sufrágios. Em dezembro de 1860, por exemplo, Joaquim Antônio Guimarães era secretário da Mesa Paroquial do Colégio de Paranaguá, a qual estava incumbida de organizar a eleição dos eleitores que escolheriam dois deputados gerais em janeiro do ano seguinte. Todavia, ele não conseguiu influenciar no andamento desse processo eleitoral.

Nessa ocasião, Joaquim Antônio divergiu dos demais membros da Mesa. Por consequência, os correligionários de seu partido criaram outra Mesa Paroquial naquele Colégio. Nesse âmbito, cabe destacar que, em virtude de divergências com os membros da Mesa, Joaquim Antônio recusou-se a assinar a ata da eleição. Nesse quadro, a perda do controle sobre a organização dos trabalhos de Mesas Paroquiais motivava membros das elites locais a recorrerem a expedientes tais como a aberturas outras Mesas, de forma a implantar as *duplicatas*. Tal expediente não garantiu o êxito do grupo político de Joaquim Antônio naquela oportunidade. Leia-se, pois, o seguinte excerto do relatório elaborado pela Comissão de Poderes da Câmara dos Deputados acerca da eleição primária de Paranaguá ocorrida em fins de 1860:

---

<sup>492</sup> *Dezenove de Dezembro*, 16 de maio de 1858, p. 1.

A mesa legal [da Paróquia de Paranaguá] continuou a funcionar regularmente, e ultimou os seus trabalhos a 2 de Janeiro, tendo recebido e apurado 558 cédulas, e faltado à chamada 202 votantes. Só deu-se nesta eleição a circunstância de não terem assinado a acta da apuração geral o secretário da dita mesa, Joaquim Antônio Guimarães, e o escrutador Manuel da Cunha Pacheco, tendo, aliás, o 1º lavrado e subscrito. Originou essa falta o facto de ter a maioria da mesa recusado aceitar, finda a eleição, um protesto que os ditos dois mesários quiseram transcrever antes de suas assinaturas no livro de atas. A maioria da mesa para autenticar o exposto, que não induz nulidade, fez a declaração precisa, e assinou-a de novo com mais 11 cidadãos presentes.<sup>493</sup>

A Comissão de Poderes validou o resultado da eleição da Mesa oficial. Dessa maneira, nessa ocasião Joaquim Antônio não obteve sucesso em interferir na gestão do pleito. Ao longo deste capítulo, é evidenciado que na década seguinte o controle sobre os trabalhos das Mesas Paroquiais continuava a ser uma função desempenhada por Joaquim Antônio. Nos anos 1870, portanto, esse negociante buscou beneficiar o seu partido e seus candidatos por meio da tentativa de controlar a gestão das eleições no município de Antonina.

\*\*\*

Em suma, Joaquim Antônio consolidou-se na posição de um notável da vida política e econômica litorânea. A condição de um negociante pertencente à elite social e política dessa região permitiu-lhe prestar serviços ao Governo Provincial ao tempo em que o seu partido controlava a administração paranaense. Em 1871, Joaquim Antônio foi o responsável por realizar o frete, entre Antonina e Curitiba, das barricas do cimento que seria empregado para a realização de obra no chafariz do largo do Mercado da capital paranaense.<sup>494</sup> A condição de notabilidade local possibilitou a Joaquim Antônio desempenhar três mandatos na Assembleia Provincial, de 1872 a 1877. A atuação de Joaquim Antônio nessa instituição não se circunscreveu ao tratamento de assuntos referentes ao litoral.

Nesse quadro, uma proposta de sua autoria respeitante ao funcionamento de uma instituição situada em Curitiba. Essa proposta suscitou uma crítica do correspondente de um órgão da imprensa liberal, e também de membros da instituição que seria afetada por essa proposta. Em 1874, ele propôs que o Governo Provincial deveria encampar, ao seu patrimônio, o prédio do hospital da Santa Casa de Misericórdia de Curitiba.<sup>495</sup>

Nesse contexto, o fato de o Partido Conservador controlar os esquemas de nomeações nas províncias favoreceu a inserção desse indivíduo sobre a vida administrativa de Antonina.

<sup>493</sup> BRASIL. *Annaes do Parlamento Brasileiro*. Câmara dos Srs. Deputados. Sessão de 1861. Tomo 1. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve, 1861, p. 62.

<sup>494</sup> *Dezenove de Dezembro*, 10 de junho de 1871, n. 1208, p. 3.

<sup>495</sup> *A Reforma*, 11 de abril de 1874, n. 79, p. 3.

Em 1870, por exemplo, ele foi nomeado para o posto de administrador da Mesa de Rendas de Antonina, um órgão da administração imperial. Desde o período anterior à destituição do Partido Conservador do Gabinete Ministerial, em 1862, os negociantes de Paranaguá buscavam indicar seus aliados para administrar a Mesa de Rendas de Antonina.<sup>496</sup> Os negociantes que se enquadravam no perfil social de Joaquim Antônio, portanto, alimentavam a pretensão de permanecer ativos nos esquemas de nomeações, notadamente aquelas que garantiam o controle sobre a vida econômica do litoral paranaense.

Em abril de 1862, por exemplo, os negociantes de Paranaguá defendiam que Raymundo Ferreira de Oliveira Mello permanecesse investido no posto de administrador daquele órgão. Esse administrador era ligado ao Partido Conservador, pelo qual se elegeu deputado provincial em 1869. Segundo o correspondente do *Correio Mercantil*, a presença de Mello na Mesa de Rendas de Antonina garantiria a consecução de interesses dos mais abastados negociantes de Paranaguá. Ao mesmo tempo, o correspondente buscou apresentar as consequências deletérias da inserção de um aliado político dos negociantes de Paranaguá na Mesa de Rendas de Antonina:

Depois da nomeação interina do administrador da mesa de rendas de Antonina, o Sr. Raymundo Mello, relacionado por parentesco com os principaes negociantes desta cidade [Paranaguá], entenderão estes que, protegendo aquele cuidavam também de seus interesses, e puzeram em prática, como por ensaio, os meios. Com esta proteção lucrão todos e perde o fisco. A herva matte, principal ramo do commercio desta província, que é beneficiada nos engenhos da villa de Morretes, e até aqui era conduzida para esta cidade afim de ser exportada e despachada pela alfandega para os portos estrangeiros, hoje segue dali em direitura para Antonina, onde vão carregar as embarcações que vem a este porto para carregar aquele gênero.<sup>497</sup>

Essa pretensão dos negociantes de Paranaguá se concretizou, pois Raymundo Mello continuou a exercer aquele cargo até 1864. Implantada em 1855, A Mesa de Rendas de Antonina, era o órgão que gerenciava a importação e exportação de produtos nacionais e estrangeiros no porto localizado nesse município. De outra parte, cumpre acentuar que o jornal *A Reforma* atribuiu a nomeação de Joaquim Guimarães a esse cargo à influência do então deputado geral Manuel Francisco Correia. Segundo o redator desse periódico, a nomeação de Joaquim Guimarães para tal posto derivava do fato de que esse indivíduo malograra como negociante: “Não basta [que Manuel Francisco Correia] obtivesse a remoção para o Aracajú do Sr. Raymundo de Mello, afim de encartar como seu sucessor na

---

<sup>496</sup> *A Reforma*, 13 de abril de 1870, n. 181, p. 1.

<sup>497</sup>



administração da mesa de rendas de Antonina o cunhado Joaquim Guimarães, que *arrebentou* como negociante?”<sup>498</sup>

Tais considerações evidenciam que um negociante da geração de 1830, em um contexto de reveses econômicos, dependia da interferência de um bacharel para conseguir inserir-se na política de nomeações imperiais. Joaquim Antônio permaneceu à frente da Mesa de Rendas de Antonina até o ano de 1876. Ele foi substituído pelo citado Joaquim Cândido Correia, cuja atuação política era circunscrita ao âmbito municipal.<sup>499</sup>

Nos anos finais do Império, o preenchimento do cargo de cargos na Mesa de Rendas de Antonina continuou a ser realizado por critérios políticos. Contudo, nesse contexto vigorava a determinação de que o Administrador desse órgão teria de ser funcionário da Alfândega de Paranaguá. Assim, existiam ocasiões nas quais o Governo do Paraná infringia o Decreto Imperial 7.063, 31 de outubro de 1878, em favor do cumprimento de acordos políticos.<sup>500</sup>

Em resumo, no início dos anos 1870 o bacharel Manuel Francisco era um político que possuía a prerrogativa de influir na gestão de esquemas de nomeações imperiais. Essa influência era, pois, uma característica dos bacharéis que se consolidavam como os novos chefes do Partido Conservador em suas províncias de origem.<sup>501</sup> Nesse contexto, já se delineavam critérios mais precisos para o acesso a órgãos da administração imperial, tais

<sup>498</sup> *A Reforma*, 02 de setembro de 1870, n. 197, p. 1. Grifo no original.

<sup>499</sup> *Diário do Rio de Janeiro*, 25 de abril de 1876, n. 109, p. 2.

<sup>500</sup> Em 1888, por exemplo, o presidente do Conselho de Ministros, João Alfredo Correia de Oliveira, recebeu uma carta contendo esclarecimento sobre irregularidades no preenchimento dos cargos de Administrador e Escrivão da Mesa de Rendas de Antonina. Esta missiva está disponível no seguinte sítio eletrônico: [http://repositorio.ufpe.br/bitstream/handle/123456789/14747/JA\\_CR\\_000.596.pdf?sequence=1&isAllowed=y](http://repositorio.ufpe.br/bitstream/handle/123456789/14747/JA_CR_000.596.pdf?sequence=1&isAllowed=y)

<sup>501</sup> A esse respeito, é necessário atentar ao caso do bacharel João Alfredo Correia de Oliveira, que se tornou senador em 1877. Nessa oportunidade, ele escreveu ao Barão de Muritiba para recomendar a nomeação de quatro indivíduos para os cargos de Juiz Municipal e suplente de Juiz Municipal. Por meio da leitura dessa missiva, evidencia-se que nessa época a relação de parentesco do pretendente a um cargo público com lideranças políticas locais era decisiva para conseguir a nomeação: “Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 1877. Ex. Sr. Barão. Tenho o maior empenho em que seja nomeado juiz municipal de Nazaré, em Pernambuco, o bacharel José de Castro Sá Barreto, filho de uma das maiores influências conservadoras da província, em outra comarca – a de Palmares – e excelente moço. O juiz municipal que acabou o quadriênio, Protógenes Saraiva, não pode ser recomendado. Está mal com os amigos, e tem sofrido diversos processos de responsabilidade. Sei que apresentam o nome do bacharel Alípio José da Costa, mas este seria em Nazaré muito mal colocado, porque tem ligações íntimas com os homens que hostilizam ali o barão de Tracunhaém, chefe político do lugar e homem de grande prestígio. Nazaré pertence ao meu antigo distrito. Ali tenho amigos que são os mais prestantes conservadores. Basta mencionar o barão de Tracunhaém (coronel João Cavalcanti Maurício Wanderley). Lembro ainda a V. Ex. para o lugar de juiz substituto do Recife, vago em consequência da nomeação do meu mano para juiz de direito, um dos 3 seguintes nomes: Dario de Albuquerque Jorge, promotor de Nazaré, Luiz Demétrio Dias Simões, José Higino da Cunha Souto Maior [...]”. Esta carta encontra-se disponível para consulta no seguinte sítio eletrônico: [http://www.repositorio.ufpe.br/bitstream/handle/123456789/13597/JA\\_CE\\_000.173.pdf?sequence=1&isAllowed=y](http://www.repositorio.ufpe.br/bitstream/handle/123456789/13597/JA_CE_000.173.pdf?sequence=1&isAllowed=y)

como a Alfândega.<sup>502</sup> Em algumas ocasiões, tais critérios barravam a convivência de parentes no interior de um mesmo órgão público. Porém, esses critérios não foram suficientes para determinar o fim do preenchimento de cargos públicos por meio de influência política.

Nesse quadro, a capacidade de encaminhar demandas de seus correligionários a membros da administração imperial garantia ao bacharel um séquito de aliados. A ausência de critérios precisos para o preenchimento cargos públicos permitia a consolidação da influência de políticos tais como Manuel Francisco nos esquemas de indicação de nomes para postos administrativos e na intermediação de promoções de funcionários do Governo Imperial.

Nos últimos meses do Império, Manuel Francisco ainda permanecia envolvido nas articulações para o preenchimento de cargos imperiais. Em março de 1889, por exemplo, ele enviou carta ao presidente do Conselho de Ministro, João Alfredo, para solicitar a promoção do 2º escriturário da Alfândega de Paranaguá, João Antônio de Castro, para o posto de 1º escriturário.<sup>503</sup>

Para evidenciar a restrita renovação dos ocupantes de cargos comissionados no litoral do Paraná ao tempo do Império, cumpre mencionar que, em 1859, Joaquim Cândido substituíra Joaquim Antônio na função de vice-cônsul dos reinos da Sardenha e da Dinamarca naquele município. Nesse sentido, desde o início da vida administrativa da Província do Paraná o exercício de cargos comissionados era o principal aspecto da influência política de conservadores de menor projeção no jogo partidário provincial, a exemplo de Joaquim Cândido.<sup>504</sup>

No litoral paranaense, as famílias Guimarães e Correia eram as principais beneficiárias das políticas de nomeações comandadas pelos conservadores. Pedro de Alcântara Correia, irmão de Joaquim Cândido Correia, estava entre esses beneficiários. Em 1869, na época da vigência do Gabinete Itaboraí, Pedro de Alcântara foi investido no posto de 3º suplente de delegado de Polícia de Paranaguá.<sup>505</sup> No início dos anos 1870, atuou como delegado em

---

<sup>502</sup> Em 1886, o Inspetor da Alfândega de Paranaguá suspendeu a nomeação do negociante Artur Ferreira de Abreu (1850-1900) para o cargo de despachante. Essa suspensão era decorrente do fato de que Abreu era cunhado do 2º escriturário daquele órgão, Elísio Siqueira Pereira Alves. O Inspetor realizou essa suspensão amapado no Decreto Imperial 6.272 de 2 de agosto de 1876 e no Aviso n. 9 do Ministério da Fazenda, datado de 4 de fevereiro de 1886. A vinculação de Abreu ao partido governista, o Partido Conservador, não propiciou a reversão dessa suspensão. *Gazeta Paranaense*, 05 de agosto de 1886, n. 173, p. 1.

<sup>503</sup> A íntegra dessa carta está disponível no seguinte endereço eletrônico: <[http://www.repositorio.ufpe.br/bitstream/handle/123456789/16540/JA\\_CR\\_001.727.pdf?sequence=1&isAllowed=y](http://www.repositorio.ufpe.br/bitstream/handle/123456789/16540/JA_CR_001.727.pdf?sequence=1&isAllowed=y)>

<sup>504</sup> *Dezenove de Dezembro*, 19 de novembro de 1859, n. 170, p. 2.

<sup>505</sup> *Dezenove de Dezembro*, 21 de agosto de 1869, n. 1021, pp. 1.

Antonina.<sup>506</sup> Essas nomeações permitiam às parentelas da elite de Paranaguá comandar órgãos administrativos em localidades adjacentes a esse município.

Entretanto, a conquista de um cargo público provincial era o limite da influência política dos membros dessas parentelas. Em suma, a obtenção desses cargos permitia apenas que os integrantes dessas parentelas reforçassem a sua condição de notabilidades locais. Porém, eles não tinham a faculdade de influir na vida partidária e administrativa da província. Esses indivíduos permaneciam dependentes da interferência dos bacharéis Manuel Eufrásio e Manuel Francisco Correia para permanecerem ativos nos esquemas de nomeações provinciais e imperiais. Por conseguinte, tal dependência permitia a esses bacharéis formarem um séquito de aliados.

Conforme evidenciado ao longo desta tese, o grupo de conservadores e liberais beneficiados com a obtenção de cargos comissionados no litoral paranaense não passou por expressiva renovação nos últimos anos do Império. Por fim, cumpre salientar que a investidura de Joaquim Antônio no posto de administrador da Mesa de Rendas implicou o seu desligamento da vida política e social de Morretes. Em 1871, ele vendeu o imóvel no qual residira em Morretes. Os compradores do imóvel eram os sócios da firma José Miró & Alves.<sup>507</sup> Tratava-se, pois, de uma firma comandada por membros do Partido Liberal. Portanto, a elite política da região litorânea, a despeito de sua filiação partidária, aproximava-se em virtude dos negócios que realizavam.

\*\*\*

Ao longo dos anos 1870, Joaquim Antônio permaneceu residente em Antonina. Nesse contexto, o Partido Conservador exercia o comando do Gabinete Ministerial. Portanto, aquele negociante continuou a obter cargos comissionados. Todavia, esses cargos eram respeitantes a tarefas temporárias. Assim, a transferência daquele indivíduo para Antonina foi marcada pela continuidade do seu envolvimento em esquemas de nomeações que garantiam o acesso a funções subalternas no ordenamento administrativo provincial. Em suma, o envolvimento desse indivíduo naqueles esquemas apresenta-se como um caso conspícuo das limitações da influência de negociantes da geração de 1830 na vida política provincial.

Em 1872, ele foi indicado pelo Governo Provincial para integrar a Comissão Censitária de Antonina.<sup>508</sup> Tratava-se, pois, da época em que o Governo Imperial realizava o

---

<sup>506</sup> *Dezenove de Dezembro*, 13 de novembro de 1872, n. 1352, p. 3.

<sup>507</sup> *Dezenove de Dezembro*, 1º de abril de 1871, n. 1188, p. 4.

<sup>508</sup> *Dezenove de Dezembro*, 15 junho 1872, n. 1310, p. 1.

primeiro recenseamento geral do país. Nesse ano, ele também obteve, por determinação do presidente da província, o posto de encarregado do recebimento de imigrantes nesse município.<sup>509</sup>

Portanto, de modo análogo ao seu pai, Joaquim Antônio pertenceu à categoria dos negociantes que, no âmbito local, esteve envolvido na execução de políticas imperiais de atração de imigrantes. Por fim, cumpre salientar que ele foi designado, em 1874, membro da comissão responsável por organizar a participação de Antonina na Exposição Universal que se realizaria na cidade americana da Filadélfia, em 1876.<sup>510</sup>

Desse modo, as limitações das oportunidades sociais e políticas dos negociantes da geração de Joaquim Antônio se evidenciaram ao longo dos anos 1870. O seu envolvimento em esquemas de nomeações esgotou-se nessa década. Assim, nessa época estavam consolidadas as desigualdades entre esse indivíduo e os bacharéis (locais e adventícios) pertencentes à sua geração. Essas desigualdades eram referentes, pois, à suas condições de conservar posições de relevo no jogo partidário regional. A nomeação para cargos temporários e subalternos no ordenamento administrativo provincial apresentou-se como a derradeira oportunidade de os negociantes litorâneos contemporâneos a Joaquim Antônio permanecerem vinculados a instituições públicas.

Nesse âmbito, cumpre desenvolver a análise em atenção a dois episódios eleitorais: a eleição para a escolha de deputados gerais ocorrida em Antonina, em 1872, e eleição de deputados provinciais que aconteceu no ano de 1879. A primeira eleição evidencia o modo como Joaquim Antônio intervinha na organização de um pleito para assegurar a vitória eleição dos novos chefes conservadores do Partido Conservador do litoral.

Cabe destacar que, nos anos 1870, uma das estratégias empregadas por negociantes como Joaquim Antônio para assegurar o êxito eleitoral do seu partido era interferir na formação da Mesa Paroquial. Ou seja, nessa época os negociantes ainda buscavam interferir no modo de organização de um pleito eleitoral no âmbito de um município. Mais precisamente, os membros da Mesa estavam incumbidos da tarefa de verificar a identidade dos votantes, bem como de receber, numerar e apurar as cédulas eleitorais. Em 1872, no contexto de uma eleição para a escolha de deputados gerais, Joaquim Antônio buscou

---

<sup>509</sup> *Dezenove de Dezembro*, 31 agosto de 1872, n. 1336, p. 2.

<sup>510</sup> *Dezenove de Dezembro*, 30 de maio de 1874, n. 1509, p. 1.

interferir na composição da Mesa Eleitoral de Antonina. Nessa época, os candidatos conservadores eram os bacharéis Manuel Eufrázio e Manuel Francisco Correia.

Juntamente com outros cinco indivíduos, Joaquim Antônio foi subscritor de um abaixo-assinado, datado de 18 de agosto, no qual era questionada a lisura da atuação dos membros da Mesa Paroquial de Antonina. Os autores do documento asseveraram que o resultado da eleição que se realizou nesse município a 7 de setembro estaria comprometido em virtude dos compromissos políticos dos membros da Mesa. Em síntese, eles afirmavam que “[...] não podem ver na Mesa Paroquial que funciona neste lugar um poder constituído pela vontade legítima do povo, nem também um penhor de imparcialidade e reta justiça como deveria ser, pois que representando um único pensamento político, esta Mesa Paroquial não oferece a precisa garantia para que o resultado da votação seja a expressão real da opinião dos habitantes do município”.<sup>511</sup> Segundo os autores do abaixo-assinado, a não convocação de alguns votantes pela Mesa Paroquial consistia em uma iniciativa para “embaraçar por todos os meios ilegais a manifestação real do voto popular”.<sup>512</sup> Os referidos votantes, portanto, teriam sido excluídos da lista em decorrência do grupo político ao qual estavam ligados.

Os autores do documento protestavam contra a exclusão, pela Mesa, de alguns eleitores. Em virtude dessa exclusão, os autores instalaram, sob a presidência do 4º Juiz de Paz, uma Mesa Paroquial na Igreja de São Benedito, na qual os votos dos excluídos seriam aceitos. Tal procedimento era uma forma de combater o suposto controle que os liberais iriam exercer sobre o pleito em Antonina. Tal procedimento foi justificado como uma medida destinada a permitir que os eleitores “pudessem dar seus votos com a mais ampla liberdade que caracteriza ao cidadão fiel e amigo às instituições de seu país”.<sup>513</sup>

Ao final, foi realizada a eleição em duplicata em Antonina. No entendimento, do bacharel Manuel Alves de Araújo, tal duplicata era uma forma de os conservadores fraudarem a eleição naquele município. Segundo Araújo, um dos indícios de fraudes era de que, na Mesa Paroquial controlada pelo 4º Juiz de Paz, houve o registro de 15 votos de indivíduos falecidos, bem como ocorreu o registro de votos de indivíduos ausentes da província.<sup>514</sup> De todo modo, o poder político de Joaquim Antônio e dos negociantes conservadores de sua geração era marcado pela faculdade controlar localmente o desenvolvimento de uma eleição. Nessa época,

---

<sup>511</sup> ARAÚJO, Manuel Alves de. *Histórico da eleição da Província do Paraná*. Rio de Janeiro: Typographia Constitucional e Imperial de J. Villeneuve, 1872, pp. 50-51.

<sup>512</sup> *Ibid.*, p. 50.

<sup>513</sup> *Ibid.*, p. 51.

<sup>514</sup> *Ibid.*, p. 46.

consolidou-se a aproximação entre os negociantes do litoral paranaense que pertenciam às gerações de 1810 e 1830. Manuel Leocádio de Oliveira, por exemplo, era o secretário do Colégio Eleitoral de Paranaguá em 1872.

Os chefes conservadores pertencentes a esse Colégio possuíam a faculdade de determinar o momento da realização do pleito. Tal prerrogativa descontentou o candidato liberal, Manuel Alves de Araújo: “O telegrapho transmitiu a 1 hora da tarde o resultado da eleição do collegio de Coritiba para Paranaguá, e eu fiz igualmente nessa ocasião um telegrama ao Sr. Manuel Leocádio de Oliveira, secretário do collegio de Paranaguá, e tive à tarde (3 horas) a resposta deste senhor, em que me dizia que só no dia seguinte fariam a eleição!”.<sup>515</sup> Dessa forma, aos negociantes do litoral paranaense coube, a partir dos anos 1870, a função de garantir o êxito dos projetos eleitorais das novas lideranças do Partido Conservador. O controle sobre a gestão de Mesas Paroquiais era decisivo para assegurar tais sucessos.

\*\*\*

De outra parte, a eleição provincial de 1879 foi realizada em um contexto político adverso para os conservadores, visto que o Gabinete Ministerial estava sob o comando do Visconde de Sinimbu, do Partido Liberal. Em tal ocasião, as vinte vagas à Assembleia Paranaense foram preenchidas por candidatos liberais. A análise das votações obtidas pelos candidatos conservadores demonstra, porém, a expressiva diferença no desempenho eleitoral dos bacharéis e dos negociantes.

Mais especificamente, essa análise evidencia que, nos anos derradeiros da atividade política de Joaquim Antônio, os negociantes de sua geração e da geração de seu pai não desempenhavam relevante papel no jogo partidário regional. Nesse contexto, esses negociantes não conservaram apoios eleitorais na região litorânea. Ao contrário, o Partido Conservador, nesse reduto, estava direcionado a garantir votos a bacharéis adventícios. Assim, o estudo sobre os resultados da eleição provincial de 1879 possibilita evidenciar que, nos anos finais do Império, os negociantes do litoral atuavam como membros de uma retaguarda partidária responsável por garantir votos às principais lideranças do partido.

No referido pleito, os bacharéis adventícios Adolfo Lamenha Lins, Justiniano de Mello e Silva e Tertuliano Teixeira de Freitas conquistaram, respectivamente, 38, 33 e 33 sufrágios. Um bacharel oriundo da elite social de Paranaguá, Eufrásio Correia, obteve 38 votos. Outro

---

<sup>515</sup> *Diário do Rio de Janeiro*, 13 de novembro de 1872, p. 2.

bacharel conservador, Joaquim de Almeida Faria Sobrinho, natural da Lapa, também conquistou 38 votos. O negociante conservador que obteve a maior votação nesse pleito foi o citado negociante Ildefonso Pereira Correia, futuro Barão do Serro Azul, o qual angariou 47 sufrágios. A respeito desse indivíduo, que era natural de Paranaguá, cabe ser destacado que, ao tempo em que participou da mencionada eleição para a Assembleia Provincial, ele já se transferira para a cidade de Curitiba.<sup>516</sup>

Por meio da leitura do jornal *O Paranaense*, constata-se também que Joaquim Antônio angariou apenas um voto no Colégio Eleitoral de Curitiba. Esse foi o único Colégio em que ele foi votado. Nesse Colégio, obtiveram idêntica votação os negociantes Antônio Ricardo dos Santos, membro do Partido Conservador, José Leandro da Costa e Ricardo José da Costa Guimarães, os quais pertenciam ao Partido Liberal. Esses indivíduos foram votados apenas no Colégio de Curitiba. Portanto, no desfecho de suas carreiras políticas esses quatro membros da elite social do litoral paranaense conquistaram modesta votação em uma sociedade da qual não eram originários.<sup>517</sup>

No Colégio Eleitoral de Paranaguá, os bacharéis adventícios Lamenha Lins, Teixeira de Freitas e Justiniano de Mello conquistaram 17, 16 e 16 votos, respectivamente. Ou seja, eles alcançaram a terceira e quarta maior votação em tal Colégio. O único negociante conservador votado nesse Colégio foi Ildefonso Pereira Correia, detentor de 19 sufrágios. Tratava-se, pois, uma votação idêntica à obtida pelos bacharéis Eufrásio Correia e Joaquim

---

<sup>516</sup> *O Paranaense*, 09 de setembro de 1879, n. 81, p. 4. Para o estudo das atividades econômicas desenvolvidas por Ildefonso Correia a partir de sua transferência para Curitiba, ver COSTA, Odah Regina Guimarães. *A ação empresarial de Ildefonso Pereira Correia, Barão do Serro Azul, na conjuntura paranaense*. Tese (Livro-Docência em História). Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1974.

<sup>517</sup> Aos indivíduos que perdiam espaço na vida partidária restava continuar envolvidos em esquemas de nomeações provinciais. Assim, a obtenção de um cargo ao tempo em que o seu partido controlava tais esquemas era uma derradeira demonstração da influência de políticos de menos projeção. Nesse quadro, é necessário ressaltar que, em 1881, José Leandro da Costa foi nomeado para o posto de Tenente-Coronel Comandante do 3º Batalhão da Reserva da Guarda Nacional de Paranaguá. *Dezenove de Dezembro*, 20 de julho de 1881, n. 2156, p. 2. Em 1882, época em que os liberais ainda comandavam os esquemas de nomeações provinciais e imperiais, José Leandro foi indicado para o posto de Inspetor da Instrução Pública de Paranaguá. Nessa oportunidade, ele substituiu a outro liberal cuja projeção na política provincial também passara por uma decadência: o citado Joaquim Antônio Pereira Alves. *Dezenove de Dezembro*, 7 de dezembro de 1882, n. 93, p. 3. Nesse contexto, a aproximação entre liberais e conservadores do litoral paranaenses decorria do fato de que o envolvimento em iniciativas para atração de imigrantes foi comum aos seus anos derradeiros. Mais especificamente, foi comum a esses indivíduos a obtenção de nomeações para atuarem localmente em benefício dessa atração. Em 1885, por exemplo, José Leandro da Costa foi designado pelo Governo Provincial para integrar a seção de Paranaguá da Promotoria da Imigração do Paraná. Tal seção era também composta por Artur Ferreira de Abreu, Joaquim Antônio Pereira Alves, Luiz Ramos Figueira e Manuel Antônio Guimarães. *Dezenove de Dezembro*, 23 de julho de 1884, n. 172, p. 2.

Faria Sobrinho. Esses bacharéis foram superados em número de votos apenas pelo engenheiro Francisco Theresio Porto, conservador estabelecido na Lapa, que angariou 20 votos.

\*\*\*

Após o seu afastamento de esquemas eleitorais que garantiam o acesso a instituições tais como a Assembleia Provincial, Joaquim Antônio dedicou-se unicamente à atividade mercantil. Nesse contexto, transferiu-se para Curitiba, onde permaneceu atuante na vida mercantil. Portanto, a sua principal atividade, ao tempo da República, era gerir o escritório da empresa de sua família na capital paranaense. Nos anos 1900, época derradeira da sua trajetória, Joaquim Antônio atuava como representante, no Paraná, da seguradora *A Equitativa dos Estados Unidos do Brasil*.<sup>518</sup> Ele faleceu na capital paranaense, em 1908.<sup>519</sup>

No Paraná, em 1901, o Conselho Local da empresa era composto por João Guilherme Guimarães, ex-prefeito de Paranaguá e candidato derrotado a deputado estadual em 1891, Ermelino Agostinho de Leão, candidato derrotado a deputado estadual em 1898, e Joaquim Ribeiro Pinto de Queiroz. Tal informação consiste em uma evidência de que o envolvimento em atividades empresariais era o destino comum aos membros da elite política paranaense que foram destituídos de suas posições no jogo partidário ou que, desde o início da República, encontravam dificuldades para exercer uma influência política mais decisiva no cenário regional.

A sua migração para a capital paranaense não implicou a sua permanência na vida partidária ou em políticas de nomeações. De outra parte, o seu irmão Claro Américo, ao se estabelecer em Curitiba, não obteve de maneira célere espaço em diretórios partidários ou esquemas de nomeações. Ao contrário, ele desempenhou seu primeiro um cargo eletivo apenas nos anos últimos do Império – o cargo de Juiz de Paz de Paranaguá, em 1886.<sup>520</sup> O contexto político no qual ocorreu tal eleição é discutido no quarto capítulo da tese. Contudo, apenas no fim seu percurso social, em um contexto no qual houve o desligamento de membros de sua parentela do grupo político governista, Claro Américo conquistou maior espaço no jogo político paranaense.

Em síntese, o desligamento de Joaquim Antônio da política partidária foi contemporâneo à consolidação da influência dos bacharéis (locais e adventícios) na política

---

<sup>518</sup> *A República*, 26 de agosto de 1901, n. 193, p. 4.

<sup>519</sup> *A República*, 21 de setembro de 1908, n. 222, p. 2.

<sup>520</sup> *Gazeta Paranaense*, 3 de julho de 1886, n. 145, p. 2.



regional. Em tal contexto, os negociantes do litoral que conquistaram maior influência no jogo partidário haviam se transferido para a capital paranaense.

Cabe destacar, por fim, uma semelhança entre o percurso social de Claro Américo e o percurso social de seu irmão Joaquim Antônio. A inserção na Guarda Nacional por meio de uma nomeação concedida por um Gabinete conservador foi comum a esses dois indivíduos. Em 1871, Claro Américo foi investido no posto de Major Ajudante de Ordens do Comando Superior da Guarda Nacional de Paranaguá.<sup>521</sup> Ele continuou envolvido em esquemas de nomeações até os anos finais desse decênio. Nesse contexto, os cargos que ele exerceu permitiam apenas o envolvimento na vida administrativa de Paranaguá. Em suma, a sua atuação administrativa era sobremaneira condicionada para ascensão e queda de Gabinetes Ministeriais.

Em julho de 1878, seis meses após a formação de um novo Gabinete liberal, Claro Américo foi demitido do posto de Contador e Distribuidor interino de Paranaguá.<sup>522</sup> Tratavam-se, pois, de funções auxiliares da Justiça. Na época imperial, os ocupantes desses cargos atuavam nos Juízos Municipais. Os Governos Provinciais possuíam a autonomia para anexar e desanexar esses dois cargos.<sup>523</sup> Em decorrência dessa autonomia, os mencionados cargos poderiam ser preenchidos a partir de nomeações políticas ou concurso público.<sup>524</sup>

Leia-se, pois, o comentário do correspondente de *A Reforma* acerca dessa demissão: “Sobre que já tardava; porque dificilmente se encontraram aliadas tanta desdita e ignorância”.<sup>525</sup> Essa afirmação diz respeito, pois, ao problema das consequências das nomeações políticas. Conforme o correspondente, a inépcia para o exercício de um cargo público era uma decorrência de nomeações daquela natureza.

Nessa época, a faculdade de interferir nas nomeações de cargos provinciais era ambicionada pelas lideranças partidárias regionais. Assim, mesmo cargos públicos mais modestos, como o de amanuense, eram passíveis de ser preenchidos a partir de critérios

<sup>521</sup> *A Reforma*, 15 de julho de 1871, n. 158, p. 1.

<sup>522</sup> *A Reforma*, 16 de julho de 1878, n. 159, p. 4.

<sup>523</sup> BRASIL. *Coleção das decisões do Governo do Império do Brasil de 1870*. Tomo XXXIII. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1870, p. 30.

<sup>524</sup> Em 1859, por exemplo, o presidente da província de Minas Gerais determinou a abertura de um concurso para o preenchimento das vagas de Contador e Distribuidor do Juízo Municipal de Aiuruoca. MINAS GERAIS. *Coleção de Leis da Assembleia Legislativa da Província de Minas Gerais de 1859*. Parte 3ª do Tomo XXV do Livro da Lei Mineira. Ouro Preto: Typographia Provincial, 1860, pp. 1-2.

<sup>525</sup> *A Reforma*, 16 de julho de 1878, n. 159, p. 4.

partidários.<sup>526</sup> Nesse contexto, personagens da elite imperial estavam envolvidos em articulações para o preenchimento de cargos públicos modestos. Esses personagens articulavam entre si as formas de preenchimento de cargos, bem como recebiam solicitações para interferirem nos esquemas de nomeações imperiais.<sup>527</sup>

Por outro lado, cumpre salientar que a carreira administrativa de Claro Américo, nos anos 1880, permaneceu restrita ao âmbito do município de Paranaguá. Conforme mencionado acima, no início do período republicano ele passou a residir em Curitiba. Contudo, apenas nos anos 1910 desenvolveu atividades políticas na condição de membro do grupo partidário governista, em um momento em que parentes seus começavam a se desligar de tal grupo. Trata-se, pois, de um tema estudado no quinto capítulo desta tese.

Em síntese, de modo análogo ao caso de Joaquim Antônio, o percurso social de Claro Américo nos últimos anos do Império evidencia o caráter restrito da atuação e influência política de descendentes de antigos negociantes do litoral que também seguiram carreira na vida mercantil. Esses descendentes preservaram, por certo, seu poder econômico e prestígio social no âmbito municipal.

As atividades sociais de maior relevância nas quais Claro Américo envolveu-se após os anos 1870 eram características aos negociantes da geração de seu pai. A obtenção de nomeações provinciais e imperiais em épocas em que o Partido Conservador controlava a concessão dessas nomeações foi aspecto marcante à trajetória desse indivíduo até os anos finais do Império. O seu envolvimento em instituições públicas, portanto, permaneceu condicionado pela obtenção dessas nomeações.

---

<sup>526</sup> No livro *Ensaio sobre o Direito Administrativo* (1862), o bacharel Paulino José Soares de Sousa (Visconde do Uruguai) elaborou uma crítica à não dissociação entre política e administração pública no Brasil. Segundo Uruguai, a administração pública no país era apenas um instrumento da política. Nesse quadro, eram fatores essencialmente políticos que condicionavam o preenchimento de cargos públicos – de presidente de província a contador e distribuidor. De acordo com Uruguai, um elemento da cultura brasileira da época era a pretensão de conquistar influência eleitoral como forma de influir no preenchimento de cargos comissionados. Segundo o autor, os interesses particulares minavam a consolidação de um espírito público no Brasil. CARVALHO, José Murilo de (Org.). *Visconde do Uruguai*. São Paulo: Editora 34, 2002, p. 95.

<sup>527</sup> Em setembro de 1871, por exemplo, o então presidente do Gabinete Ministerial, Visconde do Rio Branco, escreveu uma carta a João Alfredo Correia de Oliveira. Nessa missiva, Rio Branco solicitou a interferência de João Alfredo para conseguir a nomeação de Cândido Augusto Coelho da Rosa para um posto de amanuense na Diretoria-Geral de Estatística do Império. A íntegra dessa carta encontra-se digitalizada no seguinte sítio eletrônico:

<[http://www.repositorio.ufpe.br/bitstream/handle/123456789/15119/JA\\_CR\\_000.811.pdf?sequence=1&isAllowed=y](http://www.repositorio.ufpe.br/bitstream/handle/123456789/15119/JA_CR_000.811.pdf?sequence=1&isAllowed=y)> Por outro lado, em 1875 João Alfredo recebeu, recebeu carta de Manuel Arthur. A finalidade dessa carta era solicitar a nomeação de Deodato Pinto dos Santos para o cargo de amanuense do Tribunal da Relação do Recife. A íntegra dessa carta encontra-se digitalizada no seguinte sítio eletrônico: <[http://www.repositorio.ufpe.br/bitstream/handle/123456789/15240/JA\\_CR\\_000.905.pdf?sequence=1&isAllowed=y](http://www.repositorio.ufpe.br/bitstream/handle/123456789/15240/JA_CR_000.905.pdf?sequence=1&isAllowed=y)>

Ao mesmo tempo, trata-se de ressaltar que apenas nos anos finais do Império esse indivíduo participou, como candidato, de um processo eleitoral. Porém, tratava-se de um pleito municipal, por meio do qual esse negociante apenas assegurou a continuidade da presença de sua parentela sobre a vida política do município de Paranaguá.

Entretanto, no fim do Império e durante a Primeira República a atividade política deles manteve-se limitada à obtenção circunstancial de cargos comissionados e de mandatos que não garantiam, por exemplo, a prerrogativa de influir decisivamente na gestão de instituições parlamentares e administrativas. As atividades de maior repercussão desenvolvidas por esses negociantes, no início da Primeira República, eram relacionadas à defesa de pleitos propugnados por entidades de classe, a exemplo das associações comerciais. Porém, o destino político desses descendentes na República foi análogo ao destino dos aludidos bacharéis adventícios, pois a perda de espaço no jogo político estadual foi comum aos membros desses dois grupos.

### **3.3. – Formação jurídica e oportunidades políticas: a família Correia e o princípio de um processo de transição do comando no Partido Conservador paranaense**

A partir desta seção é desenvolvida uma análise sobre as trajetórias políticas dos bacharéis supracitados Francisco Ferreira Correia, Manuel Francisco Correia, que eram irmãos, bem como de Manuel Eufrásio Correia, que era tio de Francisco Ferreira e Manuel Francisco. Por meio dessa análise, é evidenciado que em fins dos anos 1868 foi iniciado um processo de transição do comando político no grupo que pertencia ao Partido Conservador no litoral paranaense.

Tal transição consistiu na substituição dos negociantes pelos bacharéis como os personagens mais influentes da gestão do partido naquela região. As atividades políticas desenvolvidas pelos negociantes da família Correia que residiam nos municípios do litoral paranaense não lhes permitiu exercer destacada e duradoura influência sobre a administração do Partido Conservador na província, e também sobre instituições como a Assembleia Legislativa.

Por outro lado, a formação jurídica foi um fator que permitiu a membros dessa parentela o acesso a esquemas de nomeações para cargos públicos. Por conseguinte, o desempenho desses cargos propiciava o exercício de influência no jogo partidário de províncias das quais não eram originários. Em última análise, a reconstituição dos percursos

desses bacharéis possibilita evidenciar a abertura conferida pelas elites regionais para agentes imperiais ingressarem e influírem na vida partidária das províncias.<sup>528</sup> Demonstra-se, em suma, que a partir dos anos 1860 esses bacharéis conservadores conquistaram a prerrogativa de influir na política de distintas províncias e em esquemas de nomeações imperiais.

### **3.3.1. – Dos malogros eleitorais à conquista de espaço na gestão dos esquemas eleitorais do Partido Conservador na província: o caso de Manuel Francisco Correia**

Manuel Francisco Correia diplomou-se em Direito pela Faculdade de Direito de São Paulo, em 1854. Era filho do citado negociante Manuel Francisco Correia Júnior e neto do citado português Manuel Francisco Correia, o qual não desenvolveu uma carreira política. Esse imigrante também esteve envolvido em políticas de nomeações para cargos da administração paulista. Em 1832, época em que estava com 56 anos, ele exerceu o posto de Administrador das Rendas da Vila de Paranaguá. Desse modo, Manuel Francisco estava obrigado a prestar contas de sua gestão à Junta da Fazenda de São Paulo.<sup>529</sup>

De modo análogo aos negociantes da região litorânea, Manuel Francisco Correia buscava conservar-se no exercício de cargos comissionados provinciais. O apego a esses

---

<sup>528</sup> O estudo realizado nesta seção defronta-se com uma carência da historiografia brasileira respeitante ao período imperial. Essa carência é referente à ausência de estudos sobre o pensamento e o princípio da carreira partidária de bacharéis que alcançaram a condição de chefes partidários regionais. Ou seja, foram políticos de menor projeção e influência política. As principais obras atinentes a esse tema datam, ainda, dos anos 1970 e 1980. Trata-se de estudos acerca do papel crucial desempenhado pelas faculdades de direito para formar a elite política imperial. A esse respeito, ver: ADORNO, Sérgio. *Os aprendizes do poder: o bacharelismo liberal na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988; CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem... Op. cit.*; COELHO, Edmundo Campos. *As profissões imperiais: medicina, engenharia e advocacia no Rio de Janeiro, 1822-1830*. Rio de Janeiro: Record, 1999; KIRKENDALL, Andrew J. *Class Mates: Male Student Culture and Make of a Political Class in Nineteenth-Century in Brazil*. Lincoln: University of Nebraska Press, 2002; VENÂNCIO FILHO, Alberto. *Das Arcadas ao bacharelismo: 150 anos de ensino jurídico no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 1977. De outra parte, cumpre destacar que o estudo de Teotônio Simões sobre os bacharéis, ao tempo na Primeira República, avançou sobre a produção de um conhecimento a respeito da atividade que eles desenvolviam em instituições políticas nacionais, como a Câmara dos Deputados, e também na vida política do Estado de São Paulo. SIMÕES NETO, Francisco Teotônio. *Os bacharéis na política e a política dos bacharéis*. Tese (Doutorado em Ciência Política). São Paulo: Universidade de São Paulo, 1983. As recentes análises da história do Direito do Brasil oitocentista são mais inclinadas, por sua vez, ao estudo das instituições que acomodavam os mais renomados e influentes juristas do Império. Concernente a essa vertente de análise, ver LOPES, José Reinaldo de Lima. *O oráculo de Delfos: o Conselho de Estado no Brasil Império*. São Paulo: Saraiva, 2010; SOUZA, André Peixoto. *Direito Público e modernização jurídica: elementos para a compreensão da formação da cultura jurídica brasileira no século XIX*. Tese (Doutorado em Direito). Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2010. Cumpre ressaltar, entretanto, uma análise que joga luz sobre a atuação política e jurídica de indivíduos radicados em áreas provinciais. Ver NASCIMENTO, Douglas Veiga. *Aspirações e vertigens na marcha do intelecto: os bacharéis na formação da cultura urbana na cidade de Curitiba (1870-1883)*. Dissertação (Mestrado em Direito). Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2012. Para o conhecimento sobre as linhas de força das recentes pesquisas em História do Direito no Brasil, ver os estudos publicados na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, n. 452, julho/setembro de 2011, pp. 11-622.

<sup>529</sup> *O Novo Farol Paulistano*, 17 de outubro de 1832, n. 118, p. 473.

cargos, portanto, foi um aspecto peculiar a esses negociantes. Nesse sentido, trata-se de ressaltar que ele permaneceu investido no posto de Administrador de Rendas daquele município até o ano de 1839.<sup>530</sup>

Neste capítulo, foi salientado o fato de Manuel Francisco Correia não ter conseguido eleger-se deputado provincial em 1839. Ele também não se elegeu no pleito para tal cargo realizado em 1841. Entretanto, as informações referentes às votações que obteve evidenciam os locais onde angariou apoios eleitorais. Desse modo, trata-se de ressaltar que, na eleição provincial realizada em 1839, Manuel Francisco Correia não foi votado apenas no Colégio de Paranaguá. Antes, ele também conquistou três votos no Colégio Eleitoral de Iguape.<sup>531</sup> Na eleição provincial ocorrida em 1841, ele também não foi votado apenas em Paranaguá. Nessa ocasião, ele conquistou 27 votos no Colégio de Curitiba.<sup>532</sup>

Portanto, o litoral sul paulista e o planalto curitibano eram as áreas nas quais aquele negociante português angariou os seus exíguos apoios eleitorais. Tais informações evidenciam, portanto, as dificuldades dos antigos negociantes radicados na região do litoral do atual Paraná em conquistar uma projeção e influência políticas para além do âmbito municipal, no contexto regencial. Por fim, cabe destacar que esse negociante era um grande proprietário de imóveis e detentor de um séquito de devedores.

Por seu turno, a atuação política e administrativa desenvolvida por Manuel Francisco Correia Júnior possui semelhanças com a atuação desenvolvida pelos negociantes de sua geração, nascida na década de 1800. A esse respeito, cabe mencionar que, em seus anos derradeiros, ele ainda permanecia envolvido em esquemas de nomeações provinciais. O exercício desses cargos garantia, pois, a continuidade do domínio de sua parentela sobre cargos comissionados provinciais. O exercício desses cargos permitia a essas parentelas

---

<sup>530</sup> *A Phenix*, 8 de janeiro de 1840, n. 194, p. 1.

<sup>531</sup> *A Phenix*, 2 de outubro de 1839, n. 168, p. 2.

<sup>532</sup> *A Phenix*, 29 de setembro de 1841, n. 361, p. 2. Respeitante à condição econômica desse indivíduo em seus anos derradeiros, cumpre atentar à seguinte observação de André Cavazzani. Tal observação comporta, pois, em uma síntese acerca da característica da atividade econômica desenvolvida por Manuel Francisco em seus anos derradeiros: “A pouca menção aos negócios marítimos [no inventário desse negociante] não deixa de ser curiosa já que nas listas nominativas Correia foi recorrentemente arrolado como negociante de fazendas e embarcações. O fato é que se tomados individualmente, como é o caso, os *inventários post mortem* consistem num retrato de determinado momento da vida do indivíduo. Daí pode-se supor que, com tanto capital investido em prédios urbanos, na última etapa da sua vida, Correia abandonou o negócio de embarcações (lucrativo, por certo, mas também arriscado) aproximando-se cada vez mais do ideal aristocrático em voga, usufruindo sedentariamente – sem a mácula mecânica – dos proventos resultantes de seus aluguéis”. CAVAZZANI, André Luiz Moscaleski. *Tendo o sol por testemunha: população portuguesa na Baía de Paranaguá (c. 1750-1830)*. Tese (Doutorado em História Social). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2013, p. 181.

gerenciar, por exemplo, o funcionamento das escolas públicas. Em síntese, o desempenho desses cargos consistia em uma maneira de salvaguardar o poder local dessas parentelas.<sup>533</sup>

Ao mesmo tempo, a gestão de instituições caritativas também foi um aspecto peculiar ao seu percurso social. Tal participação em instituições e iniciativas caritativas também foi peculiar aos anos derradeiros dos demais chefes do Partido Conservador da região, a exemplo do Visconde de Nacar.<sup>534</sup> Conforme demonstrado no quarto capítulo desta tese, essa participação em eventos e instituições caritativas foi peculiar, nos anos finais do Império, a um político liberal da geração de Nacar, a saber, o Visconde de Guarapuava. Tratava-se, pois, de uma época em que já declinara a sua influência sobre os novos membros da vida partidária regional.

Nesse contexto, ainda não existiam divergências políticas entre os membros das famílias Correia e Guimarães. Essas divergências ocorreriam apenas nos anos 1900. Entretanto, na década de 1850 já estavam consolidadas as desigualdades econômicas entre essas parentelas. Nesse sentido, cumpre mencionar que Correia Júnior fazia parte do séquito de devedores de Nacar e de outros negociantes que chefiavam o Partido Conservador no litoral, a exemplo de Manuel Leocádio de Oliveira.

As dívidas de Correia Júnior foram cobradas judicialmente por Nacar e Manuel Leocádio. Tal cobrança opôs esses negociantes da geração de 1810 às novas lideranças conservadoras do litoral, pertencentes à geração de 1830. Acerca dessas controvérsias, cabe atentar às seguintes considerações do correspondente do *Correio Mercantil*, as quais foram publicadas a 06 de abril de 1865:

Não há quem ignore que o commendador Corrêa Junior faleceu em 1857, e que nesse mesmo anno fez-se o respectivo inventário, cuja sentença de partilhas passou em julgado, há muito tempo. O negociante Manuel Leocádio de Oliveira requereu, como credor o pagamento de uma dívida imaginária que foi como tal repelida. O commendador Guimarães teve igual sorte, perdendo nos tribunaes de última instância uma demanda, em que o envolvera o tenente [Joaquim] Severo [Correia], irmão do Dr. Corrêa, e filho do commendador Corrêa Júnior. Pois bem; tanto o commendador Guimarães como Manuel Leocádio deram-se as mãos, e requererão no juízo municipal que fosse sequestrado um dos escravos do Dr. Corrêa, o qual tendo sciencia de semelhante acto de canibalismo, e sabendo que por esse modo o quererão tornar responsável por dívidas de seu finado pai, as quaes forão pagas em rateio, destruiu o ardil em um officio enviado ao juiz municipal, protestou contra o procedimento dos industriosos credores, e o certo é que o tal sequestro não foi levado a efeito. Logo que o juiz municipal reconheceu o

<sup>533</sup> Em 20 de fevereiro de 1857, duas semanas antes de sua morte, Correia Júnior foi exonerado do cargo de inspetor das escolas de Morretes e Porto de Cima. Nessa época, esse negociante atuava como produtor de ervamate em Morretes. *Dezenove de Dezembro*, 03 de junho de 1857, n. 12, p. 1.

<sup>534</sup> Um dos indícios dessas ações caritativas é a informação, publicada no *Dezenove de Dezembro*, em janeiro de 1856, segundo a qual Correia Júnior teria doado ao Governo Provincial dois imóveis, localizados em Paranaguá, para ali serem instaladas enfermarias. *Dezenove de Dezembro*, 09 de janeiro de 1856, n. 41, p. 2.

ardil mandou cassar o mandado, e assim ficou burlado o plano tenebroso daqueles dous cavalheiros, que, segundo se diz, forão inspirados por erto magistrado inimigo pessoal do Dr. Corrêa, em quem sobra dignidade para desprezar as picardias de espíritos mesquinhos, que o procurão morder nas trevas do averno, e só pelas costas, como covardes.<sup>535</sup>

Portanto, o princípio da carreira política do bacharel Manuel Francisco e de seus irmãos ocorreu em uma época na qual a aliança política entre os negociantes conservadores da região litorânea tinha como contraparte as contendas de natureza econômica. A eclosão dessas contendas evidencia a existência de antigos laços de dependência econômica entre as primeiras lideranças do Partido Conservador no Paraná. Essas contendas, portanto, geravam limites para as alianças sociais e políticas entre os conservadores do litoral.

\*\*\*

O estudo sobre o percurso político do bacharel Manuel Francisco é aqui desenvolvido em três etapas. Primeiro, é demonstrado que ele encontrou dificuldades para consolidar um pertencimento ao jogo partidário paranaense. Nesse âmbito, trata-se de ressaltar as suas seguidas derrotadas eleitorais. Segundo, cumpre salientar que o seu envolvimento em políticas de nomeações imperiais permitiu-lhe exercer momentaneamente uma interferência em um pleito eleitoral ocorrido em Pernambuco. Terceiro, é ressaltado que em fins dos anos 1860 ele já consolidara uma influência no diretório conservador de Paranaguá, bem como no diretório nacional desse partido. Essa influência permitiu-lhe viabilizar sua candidatura à Câmara dos Deputados.

Em 1854, ano de sua formatura, Manuel Francisco tornou-se 2º secretário da Secretaria dos Negócios de Estado da Fazenda. Aposentou-se em 1879, na condição de funcionário da Diretoria Geral de Estatística do Império. Apesar de residente no Rio de Janeiro, ele envolveu-se em campanhas eleitorais no Paraná desde os anos 1850. Porém, as suas iniciativas para eleger-se deputado geral por essa província malograram em 1856, 1863 e 1867.<sup>536</sup> O desempenho de cargos públicos no Rio de Janeiro foi um fator que contribuiu para

---

<sup>535</sup> *Correio Mercantil*, 06 de abril de 1865, n. 95, p. 1. A dependência econômica não era um aspecto incomum das relações entre os conservadores do litoral do Paraná. Tal situação perdurou até os anos finais do Império. Em 1882, por exemplo, o advogado conservador Tertuliano Teixeira de Freitas publicou um anúncio no jornal *Gazeta Paranaense*. Nele, propunha aos herdeiros do negociante Modesto Gonçalves Cordeiro, antigo chefe do Partido Conservador em Morretes, uma conciliação com o seu cliente Manuel Polidoro. Modesto Gonçalves contraía uma dívida com o Visconde de Nácar. Esse negociante, por sua vez, transferiu para Polidoro o direito de recebimento da dívida. Diante da informação de que os herdeiros de Modesto Cordeiro pretendiam alienar a herança, Tertuliano de Freitas, na condição de advogado de Polidoro, convocou os herdeiros para resolverem a questão pela via judicial. *Gazeta Paranaense*, 8 de março de 1882, n. 178, p. 3.

<sup>536</sup> Acerca da trajetória profissional de Manuel Francisco, ver SILVEIRA, Amaro da. Esboço biographico. In: CORREIA, Manuel Francisco. *Conferências e outros trabalhos do Conselheiro Manuel Francisco Correia*. Rio de Janeiro: Typographia Perseverança, 1885, pp. VI-XX.

o estreitamento das relações desse indivíduo com personagens da elite política imperial, ao mesmo tempo em que favoreceu a obtenção de prestígio social.

Nos anos 1850 e 1860, ele encontrou, por um lado, adversidades para vencer pleitos eleitorais no Paraná. Por outro lado, os esquemas de nomeações garantiam a ele, por exemplo, o desempenho de funções decisivas na administração da Província do Rio de Janeiro. Mais precisamente, em um momento no qual o Gabinete Ministerial era comandado pelo Barão de Uruguaiana, do Partido Conservador, ganhava repercussão o desempenho de Manuel Correia em altas funções da administração provincial e imperial.

Portanto, no início e no epílogo da carreira política e administrativa de Manuel Correia o envolvimento em esquemas de nomeações foi decisivo para salvaguardar seu pertencimento a órgãos estatais. No caso de Manuel Correia, o pertencimento a esquemas de nomeações contribuiu para atenuar o isolamento político derivado das derrotas eleitorais, ao tempo do Império, e do desligamento dos quadros partidários, no princípio da Primeira República.

Dessa forma, atente-se à seguinte nota publicada no *Correio Mercantil* em fevereiro de 1860. Tal notícia evidencia que o citado bacharel reassumira as suas funções como funcionários do Ministério do Império. Anteriormente, Correia atuara em um cargo do primeiro escalão da administração fluminense: o cargo de secretário de Governo.<sup>537</sup>

Por outro lado, para evidenciar as dificuldades por ele enfrentadas para viabilizar as suas pretensões eleitorais naquele contexto, cumpre destacar que em janeiro de 1861 ele, por meio do seu sobrinho Francisco Ferreira Correia, informou que renunciava à sua candidatura a deputado geral.<sup>538</sup> Ao mesmo tempo, cabe destacar que, quando ocorreu essa renúncia, Manuel Francisco atuava como secretário do Governo do Rio de Janeiro. Nessa época, o presidente dessa província era o citado Inácio Francisco Silveira da Motta, irmão de Joaquim Inácio Silveira da Motta, o qual se elegeu deputado geral pelo Paraná no referido ano. Portanto, Manuel Francisco declinou do confronto eleitoral com um indivíduo cujo irmão possuía relações familiares com um membro do Gabinete Ministerial e também com influentes lideranças do Partido Conservador fluminense.

Verifica-se, assim, que Manuel Correia não teve os apoios políticos necessários para competir contra um candidato adventício, o qual possuía o apoio do Gabinete. Tal informação permite afirmar que, no princípio dos anos 1860, a influência de dirigentes partidários

---

<sup>537</sup> *Correio Mercantil*, 1º de fevereiro de 1860, n. 32, p. 1.

<sup>538</sup> *Dezenove de Dezembro*, 29 de janeiro de 1861, p. 1.



nacionais na vida política nas províncias era mais acentuada em relação ao período posterior à reorganização dos diretórios partidários. A influência de dirigentes partidários nacionais no jogo eleitoral das províncias atenuava o poder político dos potentados regionais. Por conseguinte, as conexões familiares de Manuel Francisco no Paraná foram insuficientes para ele suplantar um adventício provido do apoio do Gabinete Ministerial e de próceres do Partido Conservador.

\*\*\*

Deve-se ressaltar que uma articulação para viabilizar a candidatura de Manuel Francisco a deputado geral pelo Paraná estava em curso no ano 1859. Nesse contexto, surgiu a especulação de que o futuro Visconde de Nacar seria o principal apoiador de sua candidatura. Desse modo, cumpre atentar à seguinte informação apresentada pelo correspondente do *Correio Mercantil*, em fevereiro de 1859: “Por aqui já se vão dispendo os negócios para a eleição do único deputado geral da província na próxima legislatura. Corre que o Sr. Dr. José Mathias não se apresentará, e que nesse caso seu sogro, o Sr. comendador Guimarães, dará pleno apoio ao Dr. Manuel Francisco Corrêa, chefe da seção da tesouraria da fazenda, irmão do nosso promotor”.<sup>539</sup>

Por meio da leitura dessa notícia, constata-se que a candidatura de um bacharel pertencente à geração de 1830 ainda estava condicionada à desistência da candidatura de um bacharel adventício, José Mathias, pertencente à geração de 1810. Em relação a Manuel Francisco Correia e Manuel Eufrásio Correia, José Mathias obteve mandatos eletivos com maior celeridade. Conforme evidenciado nesta tese, em 1861, época em que foi realizada a eleição para deputado geral no Paraná, verificou-se marcante influência dos membros do Gabinete Ministerial para eleger os seus candidatos nessa província. Dessa maneira, essa eleição foi um momento no qual os potentados políticos da província foram alijados, por chefes partidários nacionais, da prerrogativa de interferir decisivamente no resultado da eleição. Nesse quadro, o apoio de Nacar a Manuel Francisco não pôde se concretizar.

Para evidenciar as dificuldades de Manuel Francisco em eleger-se deputado geral no contexto em que o Partido Liberal exercia marcante influência na política paranaense, cabe dedicar atenção ao seguinte comentário do correspondente do jornal *Constitucional* em Curitiba. Esse comentário foi publicado em agosto de 1863 e refere-se à escolha do candidato conservador a eleição de deputado geral que se realizaria naquele ano:

---

<sup>539</sup> *Correio Mercantil*, 21 de fevereiro de 1859, n. 52, p. 1.

Nesta província agitam-se os candidatos. Do lado conservador apenas se fala na candidatura do Dr. Manuel Francisco Corrêa, e não como coisa definitiva. Não se sabe se o Dr. José Mathias Ferreira de Abreu se apresentará. No estado em que estão as coisas, com o domínio, desde a época da instalação da província, do partido liberal, em grande parte oficial, não podem os candidatos de um lado político, há tanto tempo afastados das posições, ter responsabilidade de triunfo, nem contar com dedicações numerosas entre os que profissão opinião diferente, mormente na quadra que atravessamos, em que muitos procurão saudar o sol nascente. As probabilidades, pois, favorecem os candidatos liberais.<sup>540</sup>

Estas informações são datadas de um momento em que a Liga Progressista controlava o Gabinete e os esquemas de nomeações provinciais e imperiais. Nesse contexto, as candidaturas lançadas pelo Partido Conservador eram desacreditadas quanto às suas chances de êxito. Conforme evidenciado neste capítulo, o fato de um membro da família Correia não pertencer à Liga impeliu-o a desempenhar cargos comissionados mais subalternos no ordenamento administrativo da Província do Paraná. Ao mesmo tempo, nota-se que nessa época foi concluído um processo por meio do qual um bacharel conservador pertencente à geração de 1810 encerrou o seu envolvimento em pleitos eleitorais como candidato do Partido Conservador. Por consequência, um bacharel pertencente à geração de 1830 obteve maior espaço nessa agremiação. Portanto, Manuel Francisco foi homologado como candidato a deputado geral em 1863, em detrimento de José Mathias.

Porém, Manuel Francisco obteve apenas a quinta colocação no pleito, pois angariou cinco votos. Ele angariou esses sufrágios apenas nas paróquias de Paranaguá e Guaraqueçaba. Tal fato de evidencia que, diante de um cenário político dominado pelos liberais, as parentelas estabelecidas no litoral e vinculadas ao Partido Conservador conquistavam poucos apoios políticos no seu próprio reduto eleitoral. Nessas paróquias, Manuel Francisco foi o terceiro mais votado, tendo suplantado apenas Joaquim Dias da Rocha, que angariou quatro votos. Os candidatos mais votados, nessas paróquias, foram Jesuíno Marcondes (24 votos) e Laurindo de Brito (23 votos).<sup>541</sup>

\*\*\*

Ao mesmo tempo em que não obtinha êxito nessas disputas à Câmara dos Deputados, Manuel Francisco foi nomeado, em março de 1862, aos 30 anos, presidente da província de Pernambuco. Na ocasião, ele atuava como chefe de seção da Secretaria de Estado dos

<sup>540</sup> *Constitucional*, 18 de agosto de 1863, n. 111, p. 3.

<sup>541</sup> *Dezenove de Dezembro*, 12 de setembro de 1863, n. 415, p. 1.

Negócios do Império.<sup>542</sup> Ele assumiu o posto a 20 de abril daquele ano. Nessa época, o Gabinete Ministerial era presidido pelo futuro Duque de Caxias, do Partido Conservador.

Manuel Francisco permaneceu no exercício desse cargo até outubro daquele mesmo ano, época na qual o Gabinete não era mais controlado pelos conservadores. Antes, desde maio o Marquês de Olinda formara um ministério do qual participavam antigos políticos que, naquele momento, integravam a Liga Progressista, como o Visconde de Sinimbu, que assumiu a pasta da Agricultura, Comércio e Obras Públicas.

Ao discorrer sobre a composição do Gabinete Ministerial organizado pelo Marquês de Olinda no fim de maio 1862, Joaquim Nabuco asseverou que os ministros empossados nessa ocasião, os quais já haviam atingido idade propecta, seriam politicamente neutros e distantes da vida partidária. Leia-se, portanto, a seguinte asserção de Nabuco: “O Marquez de Olinda, organizando o Gabinete de 30 de maio de 1862, cerca-se de antigos companheiros, homens de sua geração, os Visconde de Maranguape e de Albuquerque, o Marquez de Abrantes. É o ministério chamado *dos velhos*. [...] É um Ministerio aparentemente neutro, de homens na maior parte alheios aos partidos; no fundo é o triunfo completo da Liga, o fracasso da *olygarchia*”.<sup>543</sup> Porém, o estudo do caso da eleição para a Câmara dos Deputados ocorrida em Pernambuco, em 1862, possibilita um afastamento em relação a tal entendimento.

Desse modo, cumpre demonstrar que esse Gabinete não foi politicamente neutro. Mais precisamente, cabe evidenciar que o Marquês de Olinda interferiu na vida política das províncias para assegurar a vitória eleitoral do seu grupo partidário. Esse marquês, ao tempo

<sup>542</sup> A *Actualidade*, 30 de março de 1862, n. 206, p. 3.

<sup>543</sup> NABUCO, Joaquim. *Um estadista do Império*: Nabuco de Araújo. Sua vida, suas opiniões, sua época. Tomo II. Rio de Janeiro: Garnier, 1899, pp. 96-97. Grifo no original. Essa análise sustentada por Nabuco tem como contraparte a análise desenvolvida por Sérgio Buarque de Holanda. Segundo esse autor, a presença do Marquês de Olinda, um antigo conservador, na presidência do Conselho de Ministros, em 1862, consistiu em uma limitação do triunfo político dos progressistas. De acordo com Holanda, os conservadores, a despeito de serem opositores do Gabinete de 30 de maio, reconheceram que a presença do Marquês de Olinda no Gabinete evitou o pleno êxito político dos seus adversários. Em síntese, Holanda não desconsiderou as implicações políticas decorrentes da formação do aludido Gabinete. HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Capítulos de História do Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 101. Um recente estudo acerca dos fatores das mudanças dos Gabinetes Ministeriais é de autoria de Sérgio Eduardo Ferraz. Em síntese, o autor se contrapõe à ideia segundo a qual o D. Pedro II era o único responsável pela decisão acerca da dissolução dos Gabinetes. Antes, Ferraz demonstrou que os conflitos entre a Câmara dos Deputados e os Gabinetes era um fator decisivo para a ocorrência dessa dissolução. Ou seja, as tensões entre os poderes Executivo e Legislativo eram o fator central para a ocorrência da mudança dos Gabinetes. Nesse sentido, o autor refuta o argumento segundo o qual as mudanças no Gabinete eram decorrentes exclusivamente do arbítrio do imperador. A abordagem desenvolvida por Sérgio Ferraz enquadra-se, pois, em uma vertente de análise que se propõe a demonstrar a importância das instituições legislativas no jogo político imperial. Por outro lado, ela se enquadra na vertente de análise que não situa o imperador como dotado de completo controle sobre o funcionamento do sistema político. Ver FERRAZ, Sérgio Eduardo. *O Império revisitado*: Poder Moderador, Câmara dos Deputados e instabilidade ministerial (1840-1889). Tese (Doutorado em Ciência Política). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2012.

em que exercia a presidência do Conselho de Ministros, determinou que presidentes de província apoiassem as candidaturas de aliados do Gabinete para a Câmara dos Deputados. Conforme salientado no capítulo primeiro, o marquês de Olinda empenhou-se para que Zacarias de Góis fosse reeleito deputado geral pelo Paraná, em 1862.

O então presidente do Conselho de Ministros também interferiu nas eleições para deputado geral que ocorreram em Pernambuco, no mencionado ano. O não envolvimento do conservador Manuel Francisco Correia na campanha do candidato do Marquês de Olinda minou as suas possibilidades de permanecer investido no cargo de presidente de Pernambuco. Em síntese, compete demonstrar que a intervenção dos presidentes de província e de presidentes do Conselho de Ministros jogo político regional não era um acontecimento incomum.<sup>544</sup> Em 1862, o Barão do Rio Claro, membro do Partido Conservador de São Paulo, emitiu uma circular eleitoral na qual ressaltava que o então presidente da província, o médico sul-rio-grandense João Jacinto de Mendonça (1817-1869), estava envolvido na indicação de candidaturas do partido situacionista, a Liga Progressista: “Os candidatos à deputação por esta província são escolhidos à sorte em um gabinete do palácio presidencial, onde se joga a guisa de loteria a representação desta gloriosa e importante província”.

\*\*\*

Ao tempo em que atuou como presidente de Pernambuco, época em que Gabinete Ministerial era comandado pela Liga Progressista, Manuel Francisco não concedeu o seu apoio ao candidato governista a uma vaga de deputado geral por um dos círculos eleitorais daquela província. Desse modo, ele interveio para garantir a vitória do candidato do Partido Conservador, em detrimento do candidato apoiado pelo Gabinete. Em suma, a conduta de Manuel Francisco nessa eleição, realizada no mês de julho de 1862, seria derivada de uma orientação que ele recebera dos membros do *consistório saquarema*, isto é, o grupo formado pelas lideranças nacionais do Partido Conservador.<sup>545</sup> A existência do *consistório* implicava limitações à autonomia dos gestores do Partido Conservador nas províncias.

<sup>544</sup> A *Actualidade*, 23 de setembro de 1862, n. 252, p. 2.

<sup>545</sup> A expressão *consistório* para designar a elite dirigente do Partido Conservador fora criada pelo citado senador liberal Francisco Otaviano de Almeida Rosa, da Província do Rio de Janeiro. Para esse parlamentar, o *papa* do Partido Conservador era o bacharel Eusébio de Queirós (1812-1868), senador pela Província do Rio de Janeiro. Os demais chefes nacionais da agremiação, como o senador fluminense Francisco de Saião Lobato (Visconde de Niterói), seriam os *cardeais*. Por consequência, esse grupo de líderes formava um *consistório*. Em suma, as mais influentes lideranças desse partido estavam radicadas na Província do Rio de Janeiro. ASSIS, Machado de. *O velho Senado*. Brasília: Senado Federal, 2004, p. 33. Cabe também ressaltar a existência de outra expressão que era comumente empregada, no Segundo Reinado, para mencionar as principais lideranças do Partido Conservador. Trata-se da expressão *trindade saquarema*, a qual era composta por Eusébio de Queiros, Joaquim

Nessa época anterior à criação da União Conservadora, os membros do *consistório* eram os responsáveis pela indicação de candidaturas nas províncias. Ao mesmo tempo, eles eram os responsáveis pela ascensão e proscricção política dos chefes partidários provinciais. Nesse contexto, os correligionários do Partido Conservador nas províncias eram encarados, por vezes, como meros executores de ordens dos líderes nacionais da agremiação. Assim, verifica-se que no princípio dos anos 1860 tanto os chefes liberais quanto os chefes conservadores eram afeitos a intervir na vida política das províncias. Tal intervenção minava o poder e o prestígio das lideranças partidárias locais.

A esse respeito, cabe dedicar atenção à descrição elaborada pelo correspondente de *A Actualidade* em São Paulo, em 1862. Nessa oportunidade, o correspondente salientou que os membros do *consistório* foram os responsáveis pela derrocada e pelo soerguimento da carreira política de um correligionário do partido naquela província. Por outro lado, as informações transcritas a seguir evidenciam que, no princípio dos anos 1860, o diretório nacional do Partido Conservador exercia marcante influência na definição de candidaturas nas províncias. Em verdade, esse diretório impunha candidaturas de modo análogo diretório nacional do Partido Liberal, cujos dirigentes também influíam na política das províncias nos anos 1860:

Poderá dizer-se que há um partido conservador na província de S. Paulo, quando esse que ai vegeta, nem tem a gerência livre de sua economia, quando recebe todas as ordens da camarilha central até para a escolha de seus próprios candidatos, e nessas ordens muitas vezes demonstradas é obrigado a representar o mais triste papel o paiz? Vejamos a demonstração em poucas palavras. O Sr. desembargador J. J. Pacheco era o chefe legítimo do chamado partido conservador de S. Paulo. [...] Pois bem, em um belo dia o Sr. marquez de Paraná embirrou com ele, recusou-lhe apoio, mandou-o mesmo guerrear pelo presidente da província, e o Sr. desembargador Pacheco foi combatido vil e cobardemente pelos seus próprios aliados [...] Mais tarde o Sr. Pacheco ligou-se por generosa gratidão e mesmo por afinidade de ideias políticas ao partido liberal e por este fato incorreu no desagrado de todos os conservadores. [...] Uma muralha de bronze parecia haver-se levantado entre o Sr. desembargador Pacheco e a sua antiga grei, e assim deveria ter acontecido, se ela constituísse um partido e não fosse apenas um pugilo de ambiciosos subservientes do papa Eusébio e dos seus cardeais. Em pouco tempo o nome do Sr. Pacheco foi apresentado de novo aos chamados conservadores de S. Paulo pelo consistório [...] e os intitulados conservadores, os inimigos irreconciliáveis do Sr. desembargador Pacheco não só aceitaram sua candidatura sem ao menos resmungarem, como até se prestaram a percorrer a província para promove-la e sustenta-la.<sup>546</sup>

Em síntese, no período anterior à criação da União Conservadora havia marcante ingerência do diretório nacional do partido sobre a gestão da grei nas províncias. Essa interferência era acatada pelas lideranças locais. Após a fundação da União Conservadora,

---

José Rodrigues Torres (Visconde de Itaboraí e senador pelo Rio de Janeiro) e Paulino José de Souza (Visconde do Uruguai e senador pelo Rio de Janeiro). HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira: do Império à República*. Tomo 2. Volume 5. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1972, p. 107.

<sup>546</sup> *A Actualidade*, 23 de setembro de 1862, n. 252, p. 2.

houve a regulamentação do envolvimento do diretório nacional nos processos de definição de candidaturas lançadas pelos diretórios regionais.

Em virtude da obediência às lideranças nacionais de seu partido, Manuel Francisco não apoiou a campanha de reeleição do citado bacharel Antônio Coelho de Sá e Albuquerque ao cargo de deputado geral pelo 3º distrito eleitoral de Pernambuco. Esse indivíduo pertencera aos quadros do Partido Conservador, pelo qual foi eleito para a Câmara dos Deputados em 1853, 1856 e 1861.<sup>547</sup> Porém, migrou para a Liga Progressista e exerceu o posto de ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Gabinete comandado por Zacarias de Góis entre os dias 24 e 30 de maio 1862.

No primeiro capítulo desta tese, foi mencionado que, ao eleger-se deputado geral, em 1861, Antônio Albuquerque não obteve o apoio dos chefes regionais do seu partido, a exemplo do Visconde de Camaragibe, então deputado geral. Contudo, segundo o articulista do jornal *A Ordem*, Antônio Albuquerque, no começo da carreira política, pertencia ao grupo político controlado por Camaragibe. Albuquerque afastou-se gradativamente desse grupo.

As informações apresentadas pelo articulista de *A Ordem* a esse respeito possibilitam evidenciar um aspecto importante da política brasileira do Segundo Reinado. Tal aspecto era a limitação dos potentados provinciais para manterem os correligionários sob a sua influência. Ao mesmo tempo, tal informação possibilita evidenciar que os potentados, por vezes, não conseguiam impedir o êxito eleitoral de seus contendores. Leia-se, pois, o seguinte comentário do aludido articulista.

\*\*\*

Acerca da interferência de Manuel Francisco na eleição deputado geral ocorrida em Pernambuco, em 1862, atente-se aos seguintes comentários de um correspondente do *Correio Mercantil*. Tais comentários evidenciam, por um lado, que a queda, em 24 de maio de 1862, do Gabinete comandado pelo futuro Duque de Caxias não ocasionou o imediato isolamento político de Manuel Francisco em Pernambuco. Ao contrário, ele não teria se oposto, inicialmente, a apoiar o candidato a deputado geral pelo 3º círculo sustentado pelo Gabinete Olinda.

Por outro lado, essas considerações destacam que a mudança de conduta de Manuel Francisco seria decorrente de sua subserviência para com os chefes nacionais do Partido Conservador, visto que eles o promoveram da condição de funcionário de uma repartição para

---

<sup>547</sup> *A Ordem*, 28 de julho de 1862, n. 9, p. 1.

a condição de presidente de uma província. Nesse quadro, cabia aos presidentes de província conservadores atuar para viabilizar a candidatura dos indicados pelas lideranças nacionais do partido. Atente-se, pois, aos comentários do articulista:

O Sr. Manuel Francisco Corrêa, cuja nomeação de presidente desta província foi a princípio objecto de contínuos epigramas entre os puritanos de cá, os quaes, fingindo um falso zelo pelos foros da província, muito se queixavam de haverem sido mimoseados pelos cardeaes [do Partido Conservador] com *uma correia* em paga da eleição do Sr. Sérgio [Teixeira de Macedo] e de outros serviços do mesmo quilate, desejando talvez desvanecer esta triste impressão, desfazia-se em requebros e finezas para com os cavalheiros a cujo serviço vinha comissionado, achando sempre um sorriso a cada ideia e lembrança dos mesmos, por mais disparatadas que fossem. [...] Quando desceu do poder o gabinete de 2 de março, e o de 24 de maio foi chamado a dirigir os negócios do estado, passa por certo entre os homens mais bem informados que o Sr. Dr. Manuel Francisco Corrêa não pedira a sua demissão. Parecia entretanto que isso devia ter logar, desde que uma nova política inaugurava-se no paiz. Então, é verdade, o Sr. Corrêa tendo ocasião de falar com os Srs. Tenentes-coronéis José Antônio Lopes e Coriolano José Veloso da Silveira, fez-lhes ver que se interessavam pela reeleição do referido conselheiro, de quem se dizia delegado por se-lo do mesmo gabinete de que o mesmo conselheiro fazia parte. É verdade também que nesse tempo nem o Sr. Camaragibe [chefe do Partido Conservador em Pernambuco] nem nenhum membro do consistório ousara recomendar guerra desabrida ao Sr. Sá e Albuquerque.<sup>548</sup>

Conforme destacado pelo articulista, uma ordem emanada do diretório nacional do partido foi a responsável pelo distanciamento de Manuel Francisco Correia em relação ao candidato apoiado pelo Gabinete. O excerto transcrito a seguir consiste, portanto, em um indício de que as lideranças nacionais do Partido Conservador exerciam uma autoridade sobre o comportamento político dos seus correligionários nas províncias. Essa autoridade era suficiente para impelir esses correligionários a desconsiderar compromissos assumidos com lideranças partidárias regionais:

Com a chegada porém do paquete que nos trouxe a noticia da queda gloriosa do 24 de maio e da ascensão do Gabinete Olinda, tudo aqui se mudou completamente. O Sr. Camaragibe, bem certo de existir na presidência desta briosa, mas infeliz província, um delegado do consistório, auxiliado por cartas dos Srs. Euzebio, Muritiba e até do Sr. conselheiro Sérgio, o qual, havendo perdido ahi todo o prestigio de que gozava, entendeu vir alentar-se e criar nome aqui, mandou abrir guerra de extermínio ao referido conselheiro Sá e Albuquerque. As cartas do consistório foram vistas no Rio-Formoso, onde agentes eleitoraes do Sr. Alvaro faziam praça de sua existência, e no termo da Escada, onde o Sr. Utinga as mostrava aos seus amigos, afim de animá-los para lucta traiçoeira que tem revoltado toda a população cavalheirosa desta província. Nessas cartas diziam os cardeaes que era chegado o tempo de mostrarem os amigos para quanto prestavam; que se devia derrotar o Sr. conselheiro Sá e Albuquerque, para que não tivesse a ousadia de tentar contra a existência dos homens a quem o Brasil inteiro deve render preito e vassalagem; que era preciso aumentar-se o voto dos amigos na câmara, afim de se poder levantar em tempo oportuno a opposição de vida e morte ao gabinete Olinda, depois do qual o imperador não teria outro remédio senão chamar ao poder os vermelhos, confiando-lhes então ou a dissolução da câmara ou a direção da futura campanha eleitoral. Depois da chegada do vapor em diante, repetimos, o Sr. Dr. Corrêa mostrava-se reservado e já não dava a menor demonstração de interessar-se pela candidatura do Sr. Sá e Albuquerque. Ao contrário, alguns factos bem significativos derão prova inequívoca de S. Ex. não era estranho á luta que se ia declarar em breve. [...] O Sr. Dr. Corrêa, havendo

<sup>548</sup> *Correio Mercantil*, 18 de julho de 1862, n. 197, p. 2.

recebido cartas do consistório, que, desde longo tempo, é o governo de facto deste paiz, em um desses lances infelizes que não raro se encontram na vida dos homens públicos, até dos que tem alguma experiência das cousas e dos homens com quem tem de lutar, não hesitou em confessar que estava em apertos, porquanto reconhecia o dever de ser fiel ao actual gabinete, cuja política não podia contrariar, e ao mesmo tempo via-se debaixo da pressão das cartas dos amigos que o tirarão de official de secretaria para coloca-lo na cadeira de uma presidência como a de Pernambuco! Essa ingenuidade do Sr. Dr. Correa explica tudo, e me dispensaria de dizer-lhe mais nada a seu respeito, se eu não tivesse de avivar-lhe a memória sobre a visita que S. Ex. recebeu dos Srs. Barão de Muribeca e da Vera-Cruz [líderes do Partido Conservador em Pernambuco] na noite do dia em que aqui aportou o último vapor dahi procedente. Depois dessa visita, a guerra, que era promovida sem estrépito, como já lhe fiz ver, tornou-se patente e geral. [...]. O consistório resolveu-se dar batalha ao Sr. Sá e Albuquerque quando o viu fora do poder; para esse fim ocultou seus manejos, mandando simular paz e abrir guerra nos últimos dias da eleição, quando o mencionado conselheiro não tivesse mais tempo de vir ao campo da luta aceita-la de frente, e levantar os seus numerosos amigos, os quais nunca se persuadirão que se pusesse em jogo a perfídia para derrotar-se um adversário ausente. Sondado o campo nas trevas, e contando com o apoio do presidente, que houve-se perfidamente em todo esse negócio, mandando inutilizar o colégio de Rio-Formoso, como hoje se sabe, se esse colégio fosse inteiramente favorável ao Sr. Sá e Albuquerque, podia-se esperar por um resultado mais brilhante do que obteve aquele conselheiro.<sup>549</sup>

Ao final do pleito, o candidato apoiado do Gabinete, Antônio Albuquerque, foi derrotado pelo candidato conservador, o bacharel Álvaro Barbalho Uchôa Cavalcanti (1818-1889), que à época atuava como desembargador do Tribunal da Relação de Pernambuco. Cavalcanti obteve 164 votos, ao passo que Albuquerque conquistou 138 votos.<sup>550</sup> Dois meses após essa derrota, em setembro de 1862, Albuquerque foi nomeado para o cargo de presidente da Bahia. Ele permaneceu nesse cargo até dezembro de 1863.

Dessa forma, cabe destacar que a condição de presidente de província possibilitou a Manuel Francisco intervir em um processo eleitoral para solapar as chances eleitorais do candidato do Gabinete. A sua recusa em prosseguir a apoiar o candidato oficial foi uma das ações que minaram as chances de sucesso do candidato do Gabinete progressista.<sup>551</sup>

<sup>549</sup> *Id.*

<sup>550</sup> *Diário do Rio de Janeiro*, 18 de julho de 1862, n. 196, p. 1.

<sup>551</sup> De outra parte, cumpre mencionar que, na edição do *Correio Mercantil* de 19 de agosto de 1862, o proprietário de engenho de açúcar Henrique Marquês Lins (1800-1877), então Barão de Utinga, publicou uma carta na qual refutava os argumentos do correspondente desse jornal em Pernambuco. De um lado, ele acentuou que Manuel Francisco não contribuiu para arruinar a candidatura de Antônio Albuquerque. De outro lado, defendeu que o malogro eleitoral desse bacharel era decorrente do descontentamento do eleitorado para com as suas posições políticas. Ou seja, seria decorrente de seu desligamento do Partido Conservador. Em suma, Utinga buscou argumentar que não houve interferência nem do presidente da província nem dos próceres do Partido Conservador naquele pleito: “O que o autor da correspondência deveria ter dito era que o partido de que faz parte a maioria dos eleitores do terceiro distrito, quis demonstrar o seu descontentamento pela posição que o Sr. Sá e Albuquerque tem assumido nestes últimos tempos”. *Correio Mercantil*, 19 de agosto de 1862, p. 3. Em seu jornal intitulado *A Ordem*, Manuel Eufrásio Correia defendeu o seu tio. De modo análogo ao argumento empregado pelo Barão de Utinga, Manuel Eufrásio atribuiu a derrota de Antônio Albuquerque ao próprio candidato. Mais precisamente, ele atribuiu tal derrota ao fato de Albuquerque, um antigo conservador, ter aderido ao grupo político progressista: “[Antônio Albuquerque] tornou-se inimigo declarado de seus antigos aliados, e silencioso, foi engrossar o grupo da câmara que havia hasteado uma bandeira até hoje sem designação. [...] O 3º distrito eleitoral de Pernambuco acaba de dar a sua mais salutar lição ao Sr. Sá e Albuquerque, para convencê-lo de que não se trahe impunemente o mandato de seus comprovincianos, ainda quando esse infiel



\*\*\*

No princípio de outubro, menos de três meses após esse pleito, Manuel Francisco concluiu a sua gestão à frente do Governo de Pernambuco. Nos momentos finais de sua gestão, ele continuava a ser apresentado por membros da sociedade pernambucana como um preposto do *consistório saquarema*. Leia-se, pois, o breve comentário do correspondente do *Correio Mercantil* em Recife, datado de setembro de 1862: “O Sr. Dr. Manuel Francisco Corrêa vai de mal a pior; cada dia de seu governo é mais uma prova da sua dedicação aos homens do consistório”.<sup>552</sup> Segundo o jornal *Constitucional*, Manuel Francisco solicitou exoneração do cargo de presidente Pernambuco porque o seu relacionamento com o presidente do Conselho de Ministros, o Marquês de Olinda, tornou-se impossível após a derrota eleitoral de Antônio Albuquerque. O excerto a seguir transcrito integra uma crítica do referido periódico ao Marquês de Olinda. Para o articulista, o presidente do Conselho de Ministros atuava de modo arbitrário e passional ao destituir agentes imperiais:

Para com o Sr. Dr. Manuel Francisco Corrêa, que pedira propriamente a demissão, urgido pelas dificuldades que lhe movera em Pernambuco o despeito do Sr. Olinda com o malogro da reeleição de Antônio Albuquerque, foi o procedimento de gênero diverso, mas da mesma dissimulação desleal: na carta expedida ao sucessor não fez menção, como sempre foi estilo, de que a exoneração do Sr. Dr. Corrêa fora *a seu pedido*; é óbvio que com isto pretendia o Sr. Olinda demonstrar que naquela província a destituição era fulminada *ab animo irato* [em um impulso de ira].<sup>553</sup>

Portanto, cumpre salientar que a atuação de Manuel Francisco como presidente de Pernambuco evidencia que ele era suscetível, naquele contexto, às orientações políticas dos dirigentes nacionais do seu partido. Verifica-se, ainda, um caso da limitação da autoridade de um presidente de província em decorrência dos desígnios políticos dos ocupantes do comando do Gabinete Ministerial.

### 3.3.2. – Manuel Francisco Correia e a conjuntura política do final dos anos 1860: fatores do fim dos insucessos eleitorais

---

representante se tem repotreado nas cômodas cadeiras ministeriais, e por longo tempo tem conseguido embair os eleitores que lhe conferiram um assento na representação nacional, a punição, porém para os trânsfugas é quase sempre inevitável, cedo ou tarde vem a realizar-se”. *A Ordem*, 28 de julho de 1862, n. 9, p. 1. O problema da deserção de correligionários do Partido Conservador no princípio dos anos 1860 foi, portanto, um fator que gerou críticas tanto de antigos membros do partido, a exemplo do Barão de Utinga, como dos novos correligionários, a exemplo dos articulistas de *A Ordem*.

<sup>552</sup> *Correio Mercantil*, 26 de setembro de 1862, n. 268, p. 1.

<sup>553</sup> *Constitucional*, 05 de dezembro de 1862, n. 131, p. 1.

A aproximação de Manuel Francisco com os próceres do seu partido acentuou-se a partir de 1867, ano em que, conforme acima referido, houve uma reestruturação na estrutura administrativa do partido. Nesse sentido, cabe evidenciar, inicialmente, que em 1867 esse bacharel ainda enfrentava reveses em pleitos eleitorais no Paraná. Em seguida, é demonstrado que a partir de 1868 ele alcançou posições de maior relevo na gestão do Partido Conservador no Paraná. Ao mesmo tempo, o retorno dos conservadores ao Gabinete foi um dos fatores que interferiu favoravelmente para que ele começasse a angariar êxitos eleitorais.

De outra parte, na eleição à Câmara dos Deputados ocorrida em 1867, Manuel Francisco tentara angariar apoios na região planáltica. Mais precisamente, ele contava com o apoio do eleitorado da freguesia de Campo Largo. Todavia, a influência política do chefe liberal Jesuíno Marcondes solapou as chances de êxito de Manuel Francisco. Marcondes, ao final, foi eleito deputado.

\*\*\*

A respeito dos malogros eleitorais que Manuel Francisco enfrentava no final dos anos 1860, é necessário desenvolver uma análise em dois estágios. Primeiro, cumpre evidenciar que esse indivíduo, no final da década, permanecia apenas na condição de um político promissor, cujas possibilidades de sucesso eleitoral eram solapadas pelas supostas fraudes comandadas pelos chefes liberais. Segundo, é necessário dedicar atenção ao modo como eram realizadas as eleições no Paraná, naquele contexto.

Mais especificamente, é necessário conhecer os modos como o partido da situação atuava para garantir o êxito dos seus candidatos. Nesse quadro, será estudado um texto do correspondente do *Correio Mercantil*, a respeito da eleição primária realizada em fevereiro de 1867. Em síntese, compete salientar os expedientes empregados pelo Partido Liberal, naquela época, para assegurar a vitória dos seus candidatos. O emprego desses expedientes também foi realizado pelos conservadores paranaenses após o retorno do seu partido ao controle do Gabinete Ministerial.

Em 1867, aos 36 anos, Manuel Francisco era apreendido por seus correligionários como o indivíduo que, no interior do Partido Conservador, possuía maiores condições de competir em eleições contra os liberais. Nessa época, portanto, já se consolidara o ocaso da preferência pelos bacharéis das gerações de 1810 e 1820 para o confronto com os liberais. Porém, o crescimento das adesões a uma candidatura de oposição logo era interrompido em

virtude da capacidade de os líderes do grupo situacionista de mobilizar correligionários dedicados à tarefa de conter tal crescimento.

Ao mesmo tempo, a intervenção do Governo Imperial seria um procedimento requisitado, naquele contexto, para impedir o êxito de Manuel Correia. Por outro lado, o excerto transcrito a seguir evidencia um aspecto da vida interna do Partido Conservador do Paraná. Tal aspecto consiste no fato de que, em fins dos anos 1860, os bacharéis da geração de 1830 já conquistaram as condições de principais candidatos do partido a cargos como o de deputado geral, em detrimento de bacharéis das gerações de 1820 e 1830:

A prova mais cabal do que acabo de dizer é a rajada publicada pelo *Commercio* de hoje contra a candidatura do ilustrado Dr. Correa, uma das poucas que seria certa se acaso se pudesse esperar uma eleição livre. Essa candidatura, segundo anunciam, vai ficando esquecida; entretanto, é uma das poucas que seriamente ocupam thuriferários do conselheiro [Jesuíno] Marcondes, que não a esquecem nunca, e que lhes pesa tanto, que muitos deles têm a incumbência especial de estigmatiza-los todas as vezes possíveis. O mesmo conselheiro parece surpreendido do favor e da adesão espontânea que tem tido na província a candidatura do Dr. Correa. Nessa corte acha-se o Sr. Fleury [então presidente do Paraná] que de um modo preciso e certo pode informar o governo imperial da força que é mister empregar para excluir das urnas o nome simpático do digno paranaense, cuja derrota é tão ambicionada por todos aqueles que têm interesse pessoal na reeleição do ex-ministro de 31 de agosto. [...] Apesar da machina eleitoral estar toda montada em favor do conselheiro [Jesuíno Marcondes] parece que os seus adversários não cederão o passo sem disputa. O candidato por eles adotado, e o único até agora conhecido, é o Dr. Corrêa, contra o qual tudo se move.<sup>554</sup>

Em nova análise sobre o cenário eleitoral da província, o correspondente do *Correio Mercantil* voltou a assinalar que a candidatura opositora de Manuel Francisco conseguia, de modo contínuo, angariar partidários: “Incomoda muito aos agentes subalternos do conselheiro Marcondes a pertinácia dos amigos do Dr. Correa, que estão dispostos a pleitear seriamente a eleição, apesar das violências que tem feito a política e o comando superior. Eles nada tem poupado para suplantar os pobres conservadores, que, afastados de todas as posições, só confiam em seus princípios de na adesão popular”.<sup>555</sup>

Porém, as eleições primeiras realizadas em fevereiro, evidenciaram que os conservadores conseguiam somente manter o seu domínio sobre pequenos colégios eleitorais. O resultado dessa eleição foi favorável aos liberais e, por isso, as condições de êxito de Manuel Francisco na eleição de deputado geral que se realizou em março daquele ano foram dizimadas. Nesse sentido, a análise das considerações do correspondente *Correio Mercantil*

<sup>554</sup> *Correio Mercantil*, 15 de janeiro de 1867, n. 15, p. 1.

<sup>555</sup> *Correio Mercantil*, 8 de fevereiro de 1867, n. 39, p. 1.

acerca desse resultado permite evidenciar os municípios e freguesias do litoral que, naquele momento, conferiram maior apoio aos conservadores e ou aos liberais.

Dessa maneira, essas considerações evidenciam o envolvimento de agentes administrativos para auxiliar o partido situacionista a conquistar o domínio político sobre antigos redutos conservadores. De outra parte, atente-se ao fato de que Correia, naquele contexto, possuía apoiadores não somente no litoral. Antes, ele angariara adesões em regiões do planalto paranaense:

A eleição aqui correu mansa. Os conservadores resolveram-se a ir fazer suplentes, só depois da chegada do Dr. Ferraz de Abreu, que livrou-os das violências que o Dr. Barros Junior, atual delegado de polícia e eleitor por simples simpatia dos 431 cidadãos. Em menos tempo ainda ninguém fez mais. Em Antonina não houve a menor disputa. Venceu o comendador Araújo [do Partido Liberal]. Em Guaratuba venceram os conservadores, e por isso apresentou-se um sujeito requerendo uma justificação para processar os mesários conservadores, e segundo tenho ouvido, o juiz municipal *mandou passar mandado para virem os membros da mesa assistirem à justificação*, mandando também intimar as testemunhas que foram oferecidas! Mandado e intimação para uma justificação em negócios eleitorais! Ah! Sr. Barros Júnior, muito custa querer ser grande para ter 431 votos de simpatia. Em Morretes e Guarakessaba a coisa não andou fácil. Os liberais tinham sciencia de sua inferioridade e por isso quiseram perturbar a eleição, não aceitando o acórdão da relação que dava provimento ao recurso dos conservadores de Morretes. A maioria da Mesa declarou-o nulo e caduco, e o juiz de paz suspendeu a eleição até que o governo decidisse a questão. O Sr. Polydoro [Burlamaque, presidente da província] sustentou o ato do 1º juiz de paz e mandou continuar a eleição, atendendo-se na chamada àquele recurso. Os seus apologistas zangaram-se, protestaram contra tudo e esbravejando por não poderem vencer, foram procurar um juiz de paz para presidir a triplicata. Abandonados pelo do [juiz de paz] de Porto de Cima (onde todos são conservadores), acharam afinal um [juiz de paz] em Antonina com que fizeram sua eleição, na expectativa de ser o conselheiro Marcondes, por algum outro troço, *achado* outra vez para ministro da agricultura. Em Guarakessaba fizeram melhor. Todos os juizes de paz estiveram *doentes*, à exceção do 4º, que ficou bom no dia 5 ou 6 para ir à freguesia adiar a eleição para 17! O plano foi bem combinado e o fato foi exposto ao governo com cores inteiramente falsas. Apesar da aprovação do ato do juiz de paz, não pôde ser concluída a eleição de Guarakessaba por não querer a gente da liberdade do Sr. Marcondes cumprir uma portaria do Sr. Polidoro, mandando dar cumprimento a um acórdão da relação. Levantada a questão, resolveram suspender a eleição até que o mesmo Sr. Polidoro decida a controvérsia. A chave da eleição do conselheiro Marcondes é o colégio de Paranaguá; vencida esta parochia pelos mesmos arranjos entre o Sr. Mafra [Juiz de Direito da Comarca] e o Sr. Polydoro e o protetor daquele juiz, querem ver se vencem no colégio todo, e por isso aparecem não só as espertezas de Guarakessaba, como também a *simples ingenuidade* do Dr. Barros Junior, a respeito dos negócios de Guaratuba. O Dr. Corrêa deve-se julgar derrotado desde já. Comprimidos seus amigos da marinha e alguns do centro, como Campo Largo, por exemplo, a sua eleição não é possível. E tanto está seguro o conselheiro [Jesuino] Marcondes de sua eleição e de sua gente, que fala-se hoje em ser seu companheiro o Dr. M. A. de Araújo, seu cunhado. O fato em si não é muito acreditável, mas transmito a notícia segundo ela chegou a meus ouvidos. Dizem até que é coisa assentada a exclusão do Dr. Laurindo. O Sr. Polidoro deve estar satisfeito, por ver como é bem compreendido pelos homens a quem se dedicou. O futuro mostrará ainda que S. Ex. tem razão em toda a inversão que fez no Paraná, somente para pôr as coisas e as pessoas em seus respectivos lugares, como declara em seu belo, porém desmentido programa.<sup>556</sup>

---

<sup>556</sup> *Correio Mercantil*, 28 de fevereiro de 1867, p. 2.

Ao final, os liberais Jesuíno Marcondes e Laurindo de Brito, um bacharel paulista, também foram eleitos deputados gerais. Entretanto, a exclusão desse adventício em favor da construção de uma chapa formada por dois integrantes da elite regional paranaense fora cogitada durante articulações políticas realizadas naquele pleito. Dessa maneira, a hegemonia do Partido Liberal na política paranaense, nos anos 1860, não implicou a extinção de cisões internas, as quais opunham locais e adventícios. Trata-se, pois, de uma situação que perdurou até os anos finais do Segundo Reinado.

Ao comentar o resultado dessa eleição, ocorrida no mês de março, o correspondente do *Correio Mercantil* destacou que Manuel Francisco Correia angariara votos em Paranaguá. Segundo o articulista, a votação de Correia em tal colégio eleitoral foi fraudada. Na edição do *Correio Mercantil* de 25 de março daquele ano, o correspondente relatou os episódios ocorridos na eleição para deputado geral ocorrida na freguesia de Guaraqueçaba. No seu entendimento, o resultado da eleição ali ocorrida era flagrantemente fraudulento. Enfim, a análise do excerto transcrito a seguir apresenta-se como outra evidência da competitividade da vida política paranaense ao tempo do Segundo Reinado. A fraude, assim, era utilizada para barrar o êxito eleitoral de opositoristas que conseguiam reunir adeptos mesmo em momentos nos quais o seu partido não controlava o Gabinete Ministerial:

A eleição em Guarakessaba, que lhe comuniquei ter sido suspensa pela segunda vez, foi feita sem esperar-se a decisão do governo, que, segundo se diz, de caso pensado demorou-a até que o Sr. [Caetano] de Souza Pinto fosse arranjá-la de modo a sair eleitor mais votado, embora arrombasse a urna e não houvesse a decisão da controvérsia, que obrigara a mesa a suspender os trabalhos. O mais interessante de tudo, foi o *imparcial* Dr. Araújo receber a votação dos politiquieiros de Guarakessaba, como se de fato fossem eleitores. Nestas matéria todos se confundem e harmoniza-se o pensamento de ser o próprio Dr. Araújo, de acordo talvez com o governo, autor de feitos tão nobres e importantes pela dignidade que dahi lhe provém. O Sr. Burlamaque sabe de tudo, mas, acostumado a já ser guiado pelos senhores da situação, alegrou-se por ver Guaraqueçaba sofrer o mesmo que Campo Largo, e ter o heroe de Uruguayana [Caetano de Souza Pinto] um teatro onde possa mostrar as gentilezas que tão o enobrecem na presidência da câmara municipal [de Paranaguá].<sup>557</sup>

Entretanto, o controle político exercido pelos liberais na região, especialmente Manuel de Araújo, impediria qualquer contestação do resultado: “A eleição que se fez ontem deu o resultado previsto e anunciado. O Dr. Corrêa no colégio daqui [Paranaguá] só obteve sete votos, que não lhe puderam ser subtraídos, sendo [que] dois liberais e cinco conservadores asseguram ter votado neste candidato e os votos não apareceram. Muitos dizem que

---

<sup>557</sup> *Correio Mercantil*, 25 de março de 1867, p. 1.

presenciaram a troca do nome escrito, mas o Dr. [Manuel Alves de] Araújo era o presidente do colégio e perante tal argumento não se pode avançar nada”.<sup>558</sup>

No ano de 1872, Araújo contestou o resultado de uma eleição na qual foi derrotado por Manuel Francisco. Nesse quadro, as fraudes eleitorais e a interferência de agentes estatais em processos eleitorais no Paraná eram elementos que atuavam em favor dos candidatos governistas. Trata-se, pois, de um tema estudado no quarto capítulo desta tese. Em suma, a produção de denúncias sobre fraudes eleitorais e sobre a conivência dos presidentes de província sobre a interferência de liberais na condução de processos eleitorais eram aspectos peculiares à atuação política dos correligionários do Partido Conservador no Paraná ao tempo em que esse partido se mantinha afastado do comando do Gabinete Ministerial.

\*\*\*

Conforme mencionado no capítulo segundo, no fim dos anos 1860 Manuel Francisco era o interlocutor do diretório conservador de Paranaguá no Centro da União Conservadora. Ao tempo da fundação da União Conservadora, Manuel Francisco já convivia com os dirigentes nacionais do Partido Conservador. Trata-se, pois, de um período no qual ele ainda não conquistara vitórias eleitorais.

Em fevereiro de 1868, por exemplo, esse bacharel participou de um banquete oferecido pelos conservadores ao advogado Firmino Rodrigues da Silva (1816-1879), senador pela Província de Minas Gerais. No mencionado banquete, Manuel Francisco levantou um brinde em honra a dois líderes nacionais do seu partido: o conde de Baependi e o Duque de Caxias. A esse respeito, o articulista do *Correio Mercantil* salientou: “O Sr. Manuel Francisco Correia brindou ao Sr. Conde de Baependy, antigo presidente da câmara dos deputados, cidadão modesto, dedicado aos seus princípios políticos, leal aos seus amigos, operário infatigável do edifício constitucional, e ao veador Lima e Silva, pelos serviços prestados à ordem pública, pela sinceridade de suas convicções e firmeza de caráter que o colocam entre os membros mais proeminentes do partido conservador”.<sup>559</sup>

O relacionamento de Manuel Francisco com líderes nacionais do Partido Conservador consistiu, por certo, em uma forma de distinção política e social. Todavia, o início desse relacionamento foi coevo ao período em que ele enfrentava resistências ao seu nome como candidato a cargos do Poder Legislativo no Paraná. Assim, o estabelecimento desses contatos não garantiu, no princípio da atuação partidária de Manuel Correia, a conquista de expressivo

---

<sup>558</sup> *Id.*

<sup>559</sup> *Correio Mercantil*, 11 de fevereiro de 1868, n. 42, p. 2.

apoio eleitoral em sua província de origem. A análise sobre os obstáculos que Correia enfrentou para a conquista de eleitores no Paraná, no fim dos anos 1860, é desenvolvida no presente capítulo. A condição de interlocutor da Junta de Paranaguá no Centro conservador também permitiu a Manuel Correia viabilizar a sua candidatura a deputado geral. Ao mesmo tempo, a viabilização de sua candidatura também consistiu em um êxito da Junta – ou diretório municipal – do Partido Conservador em Paranaguá, visto que partira dessa Junta a indicação dos candidatos a deputado geral, naquela ocasião.

A esse respeito, atente-se à seguinte informação veiculada pelo *Diário do Rio de Janeiro*, em dezembro do referido ano: “O partido conservador, tendo consultado os correligionários de fora, e concordando com a junta de Paranaguá, assentou apresentar os Drs. Manuel Francisco Corrêa e Joaquim Dias da Rocha. [...] Triunphando os conservadores, como parece fora de dúvida, os deputados serão os Drs. Dias da Rocha e Corrêa”.<sup>560</sup> Por um lado, essa informação permite destacar que, em 1868, os candidatos lançados pelos conservadores de Paranaguá não encontraram oponentes dentro do partido. Portanto, desde o lançamento das suas candidaturas, esses bacharéis eram percebidos como os detentores de maiores chances de vencer a eleição.

Por outro lado, notícia evidencia que, nos anos 1860, a definição de uma candidatura à Câmara dos Deputados pelo Partido Conservador era iniciada por meio de uma consulta do diretório provincial aos diretórios municipais. Por fim, ocorria a homologação das candidaturas pelo diretório nacional. Tal afirmação é corroborada por meio da análise de um ofício, datado de agosto de 1868, que a Junta conservadora da cidade mineira de Passos enviou ao Centro da União Conservadora, por intermédio do Grêmio estadual do partido. Nesse ofício, os membros dessa Junta justificaram a pertinência da homologação de uma candidatura a deputado geral:

Illms. Srs. – A junta conservadora municipal da cidade de Passos, e os habitantes da freguesia de S. Sebastião do Paraíso, termo de Jacuí, compenetrada das belas qualidades que formão a pessoa do Illmo. Sr. Dr. Misael Cândido de Mesquita e da sua lealdade e dedicação às ideias do partido que firme dirigindo hoje os destinos do país o salvará amanhã os abismos em que quisera precipitá-lo uma política inerte, convictos dos bons serviços que esse nosso correligionário prestará à pátria nesta melindrosa época que tanto sacrificios demanda, tem a honra de submeter à consideração do grêmio ouro-pretano para levar ao conhecimento do centro da União Conservadora, que a candidatura do ilustrado cidadão, a que se refere, é uma aspiração legítima, e que está de acordo com as aspirações do partido conservador do sul de Minas, quiçá com os de toda província. Faz votos, pois, afim do Illm. Sr. Dr. Mesquita, character nobre, voz vigorosa, ter assento na câmara temporária como um representante do 5º distrito de

---

<sup>560</sup> *Diário do Rio de Janeiro*, 24 de dezembro de 1868, n. 352, p. 1

Minas. Sessão da Junta, aos 9 mês de agosto de 1868 – Seguem-se as assinaturas do conselho diretor da junta da cidade de Passos.<sup>561</sup>

Existiam, por certo, ocasiões nas quais o diretório nacional não tomou parte na homologação de candidaturas. Tais ocasiões favoreciam o recrudescimento de lutas entre facções provinciais do Partido Conservador. Cabe destacar que data do ano de 1870 uma informação que demonstra que houve ocasiões nas quais o Centro da União conservadora não exercia o controle sobre a homologação de todas as candidaturas sustentadas pelos Grêmios nas províncias. Tal oficialização, por conseguinte, se tornava uma prerrogativa de chefes partidários regionais. Ao mesmo tempo, a informação abaixo transcrita também evidencia que havia momentos nos quais os chefes dos grêmios não consultavam os diretórios municipais.

A esse respeito, cumpre dedicar atenção à seguinte notícia, publicada no *Diário do Rio de Janeiro*, em fevereiro daquele ano, sobre a eleição senatorial que se realizou em Minas Gerais em 1870. Essa notícia comporta em uma crítica aos chefes do Partido Conservador dessa província pelo fato de que não consultaram as Juntas municipais para decidirem sobre a oficialização da candidatura ao Senado:

O centro da união conservadora desta Corte não tomou a menor parte na organização ou aprovação de lista alguma de senadores pela província de Minas, como não tomou na organização da chapa de deputados provinciais do Rio de Janeiro. Os que afirmam o contrário são obrigados a prova-lo. Declarem, se desejam ser acreditados, qual foi o dia da reunião, o lugar da reunião, e os nomes dos membros que compareceram à reunião convocarem para tomar a resolução aludida e dos que assinaram esta resolução. O grêmio de Ouro Preto, também constituído pelos estatutos da União Conservadora, como o centro desta Corte, também não foi convocado, e por isso nada deliberou. À exclusão do Sr. comendador Mariano Procópio Ferreira Lage e sua substituição pelo Sr. Dr. Jeronymo Máximo de Oliveira Penido, única diferença entre as duas chapas ultimamente publicadas, correm, portanto, sob a única responsabilidade dos altamente apregoados chefes do partido conservador em Minas e porque não há chapa oficial, visto que os ministros assim o dizem e nós o acreditamos.<sup>562</sup>

O vice-presidente desse grêmio, por seu turno, publicou uma resposta a esse comunicado. Nela, confirmou que a homologação da candidatura do partido ao Senado não passara pelo crivo do Centro. Os chefes nacionais do partido que se manifestaram a esse respeito o fizeram de maneira não oficial:

Tendo-se espalhado o boato que o grêmio desta capital [Ouro Preto] reuniu-se e formou uma comissão para a eleição senatorial próxima futura, com exclusão do nome do Exmo. Sr. comendador Mariano Procópio Ferreira Lage, venho, como 1º vice-presidente do Grêmio em exercício declarar que é falso semelhante boato. Se o grêmio tivesse formado uma combinação, o nome do Exmo. Sr. Mariano Procópio Ferreira Lage teria sido nele contemplado, não só porque alguns conselheiros dão-lhe o voto, como porque o meu amigo Sr. Camillo e eu, que representamos quase todas as juntas da província,

<sup>561</sup> *Correio Mercantil*, 25 de setembro de 1868, n. 264, p. 3.

<sup>562</sup> *Diário do Rio de Janeiro*, 18 de fevereiro de 1870, n. 49, p. 4.



apoiamos a sua candidatura. Também o centro da União Conservadora não fez combinação: apenas alguns dos seus membros, chefes muito distintos do partido conservador, expediram uma circular recomendando os nomes dos Exmos. Srs. Mariano Procópio e Antão. Benjamin Rodrigues Pereira. Ouro-Preto, 18 de Fevereiro de 1870.<sup>563</sup>

O lançamento unilateral de candidaturas, por sua vez, era uma oportunidade para o surgimento de antagonismos entre os membros do diretório provincial (grêmio) e os membros dos diretórios municipais (juntas). O lançamento unilateral de candidaturas por chefes de um Grêmio conservador também ocorreu no Paraná, em 1878. Tal episódio que é estudado no quarto capítulo desta tese. Por outro lado, cabe destacar que o relacionamento do Centro da União Conservadora com os diretórios provinciais era marcado ora pela interferência, ora pela não interferência quanto às decisões sobre homologação de candidaturas. Em 1871, por exemplo, o diretório nacional do partido avalizou uma lista de candidatos a senador por Minas Gerais. Tal lista fora preparada justamente pelos correligionários conservadores de Ouro Preto:

Os abaixo assignados, membros do partido conservador na Corte, reconhecidos pelo nobre esforço e louvável abnegação com que importantes e dedicados correligionários políticos da cidade de Ouro Preto aceitaram a responsabilidade de organizar a lista sêxtupla para a eleição especial a que se vae proceder na província de Minas Gerais, confirmam as instruções da circular de 30 de janeiro do corrente ano por eles expedida e aprovam inteiramente e sem reserva a combinação nela inserta; e do patriotismo e desinteresse do sempre leal e firme partido conservador mineiro esperam a sua solene consagração pelo voto dos Srs. eleitores.<sup>564</sup>

Por outro lado, é necessário ressaltar que o Centro da União Conservadora não se ocupava apenas da homologação de listas de candidaturas a eleições provinciais. Antes, os membros daquele órgão também se envolviam na vida política da capital do Império. Mais precisamente, eles também organizavam as chapas de candidatos à Câmara do Rio de Janeiro. Nesse quadro, a leitura do excerto transcrito na sequência evidencia que, a despeito da redução das competências do Poder Legislativo Municipal ao longo do Império, o pertencimento à Câmara era ambicionado por determinados setores de elites políticas.

Leia-se, pois, o seguinte comunicado publicado pelo *Correio Mercantil*, órgão do Centro conservador, no contexto da eleição para vereadores do Rio de Janeiro, em 1868: “A importância do cargo de vereador da câmara municipal [do Rio de Janeiro] aconselhou ao Centro conservador a organização de uma chapa, na qual o partido pudesse depositar toda confiança. Para esse fim reuniu-se [o Centro] há dias em uma das salas desta redação [do

<sup>563</sup> *Diário do Rio de Janeiro*, 24 de fevereiro de 1870, n. 55, p. 2.

<sup>564</sup> *Diário do Rio de Janeiro*, 10 de junho de 1871, p. 2.

*Correio Mercantil*] e deliberou apresentar à população desta côrte a chapa que abaixo publicamos”.<sup>565</sup>

No momento imediatamente posterior ao retorno do partido ao comando do Gabinete Ministerial, a vitória nas eleições municipais era encarada pelos conservadores como uma forma de reduzir a influência dos liberais. Por outro lado, vigorava a compreensão de que a atuação do vereador era desprovida de um caráter partidária. Ainda, uma eleição municipal despertava a competição entre os correligionários interessados em serem indicados como candidatos. Segundo o redator do *Correio Mercantil*:

A eleição que se vai proceder hoje não é de natureza política. Aqueles que as urnas vão designar para compor a câmara municipal no futuro quadriênio somente têm a gerir os interesses econômicos e administrativos do município. [...] Os interesses do município têm sido desprezados, e os seus dinheiros mal dispensados, como é do conhecimento de todos. [...]. Infelizmente, o número de vereadores não pode exercer a none e, por isso, a chapa não pôde compreender muitos outros cidadãos apresentados no mesmo caso. Os nossos amigos estão na obrigação de sustentar a combinação do centro conservador, a acordos devem correr às urnas, e não desprezar um direito tão importante como o do exercício do voto, em um momento, sobretudo, em que os nossos adversários pretendem dar cor política a uma eleição que por sua natureza não pode tê-la.<sup>566</sup>

Nesse contexto, as candidaturas homologadas foram sugeridas pelo diretório de Paranaguá, o qual não encontrou resistência do diretório provincial e dos demais diretórios municipais. Em tal contexto, o lançamento das candidaturas de Manuel Francisco e Joaquim Dias da Rocha não teria encontrado resistências. Ou seja, a criação dos diretórios findou uma situação observada na eleição de 1861 no Paraná: a ingerência de agentes da administração imperial na definição de candidaturas a deputado geral. Nesse contexto, as lideranças locais passaram a ser consultadas sobre a escolha de candidatos.

Segundo o articulista do *Dezenove de Dezembro*: “Apresentados pelo grêmio e juntas conservadoras da província, recomendando-se por suas luzes e serviços mais do que pelas valiosas relações de parentesco e amizade, as quais por si bastariam para legitimar qualquer pretensão, são de fato estes senhores que convém guerrear”.<sup>567</sup> O confronto entre o diretório provincial e os diretórios municipais, contudo, ocorreu na eleição de deputado geral de 1878, conforme destacado no quarto capítulo.

Manuel Francisco foi eleito deputado geral em 1869. Para um apoiador de sua candidatura, esse êxito eleitoral representou o fim do ostracismo político desse bacharel, que

<sup>565</sup> *Correio Mercantil*, 27 de agosto de 1868, p. 1.

<sup>566</sup> *Correio Mercantil*, 7 de setembro de 1868, p. 2.

<sup>567</sup> *Dezenove de Dezembro*, 02 de janeiro de 1869, n. 555, pp. 2-3.

se iniciara quando da ascensão dos progressistas ao Gabinete Ministerial: “Já o vistes atirado ao ostracismo cruento de seis anos, convosco cuidando sempre do interesse comum, sempre leal e firme; hoje o vedes colhendo o fructo de seus árduos trabalhos. [...] O sol nascido em 16 de julho do ano passado começa a espantar as trevas que enlutavam o Brasil”.<sup>568</sup> Nesse sentido, o retorno dos conservadores ao Gabinete comandado pelo Visconde de Itaboraí implicou o fim do ostracismo e dos insucessos eleitorais de Manuel Francisco.

Nessa eleição, verificou-se o papel fulcral desempenhado pelos negociantes para a viabilização da eleição de Manuel Francisco e Joaquim Dias da Rocha. Mais precisamente, nessa oportunidade os negociantes do litoral acomodam-se na posição de membros de uma retaguarda empenhada em assegurar a vitória eleitoral de uma nova geração de gestores do Partido Conservador. Nesse quadro, a atuação dos negociantes conservadores também passava pelo estabelecimento de acordos com os seus adversários do Partido Liberal. A esse respeito, leia-se o comentário de um morador do município de Antonina sobre o modo como dois negociantes ervateiros organizaram, nessa localidade, a votação para candidatos a deputado geral em 1869:

#### Collegio Eleitoral da Antonina

A eleição que teve lugar hoje nesta cidade para os dous deputados à representação nacional honra aos dignos eleitores que compõe o collegio, e sobretudo aos ilustres chefes das turmas conservadora e libera, tenente-coronel Antônio Ricardo dos Santos e Antônio Alves de Araújo. Assim foi que depois de amistosas propostas para um acordo na votação, propostas que entretanto não surtiram efeito por entender o chefe conservador que um seu candidato sahia prejudicado, poz o comendador Araújo à disposição do referido chefe Antônio Ricardo 14 votos, que, por este aceitos, recahiram na pessoa do Dr. Manuel Francisco Correa. O resultado, pois, da eleição foi o seguinte:

Dr. Manuel F. Correa.....24 votos  
 Conselheiro Jesuíno Marcondes.....19 “  
 Dr. Dias da Rocha.....10 “

Aprendam os homens da opposição dessa capital a respeitar seus adversários, como fez o comendador Araújo, e deixem-se de arcar contra a opinião pública, que não admite melhores representantes da nação do que os dignos conservadores Drs. Joaquim Dias da Rocha e Manuel Francisco Correa.

Antonina, 2 de março de 1869.

*Um eleitor*

N. B. Havendo de Morretes e Porto de Cima comparecido 10 eleitores, todos votaram no ilustre candidato Dr. Dias da Rocha.<sup>569</sup>

Todavia, para o jornal *A Reforma*, a vitória desse bacharel em tal eleição não ocasionou o fim das suas dificuldades de angariar votos na província. O articulista do periódico sustentou tal assertiva por meio da análise do resultado das eleições à Assembleia

<sup>568</sup> *Diário do Rio de Janeiro*, 5 de abril de 1869, p. 3.

<sup>569</sup> *Dezenove de Dezembro*, 6 de março de 1869, n. 973, p. 4.

Provincial de 1869. Manuel Francisco participou dessas eleições e figurou entre os menos votados dentre os candidatos eleitos:

No dia 7 de setembro procedeu-se a eleição de deputados provinciais, na qual os liberais não tomaram a menor parte. O Sr. Manuel Francisco Corrêa, deputado geral pela província, foi moralmente derrotado, pois é o penúltimo da lista, não obstante a pressão exercida sobre os eleitores pelo Sr. Agostinho Ermelino de Leão, 2º vice-presidente em exercício. Nesta capital, por exemplo, cujo colégio tem noventa e tantos eleitores, o Sr. Corrêa teve trinta e tantos votos. É, pois, claro que os próprios correligionários de S. Ex. o repelem e que a sua eleição de representante da nação foi uma verdadeira extorsão.<sup>570</sup>

No Colégio Eleitoral de Curitiba, Manuel Francisco teve apenas 41 votos, ou seja, a 19ª votação.<sup>571</sup> Ao todo, ele obteve 104 votos. Portanto, conquistou a 18ª votação entre os vinte candidatos eleitos.<sup>572</sup>

Em fins de 1870, a eleição de Manuel Francisco a deputado provincial por pequena margem de votos ainda era repercutida na imprensa liberal. Essa repercussão evidencia, pois, que na capital paranaense, no contexto do final dos anos 1860, Manuel Francisco não ainda consolidara um significativo número de apoiadores. Mais precisamente, o excerto citado a seguir evidencia que um dos motivos que criavam obstáculos ao aumento do número de seus apoiadores era a extrema influência exercida por ele e pelos membros de sua parentela na gestão do partido e dos esquemas de nomeações. Tal influência dificultava a participação, nesses esquemas, dos demais correligionários do Partido Conservador paranaense. Nesse quadro, cumpre dedicar atenção ao seguinte excerto do texto do bacharel Generoso Marques dos Santos sobre as razões da carência de apoio de Manuel Francisco junto aos conservadores paranaenses.

Nesse excerto, constata-se que a eleição de desse bacharel conservador era uma consequência do apoio do Governo Provincial. Segundo Marques, o presidente da província era um agente eleitoral de Manuel Francisco. A sede do Governo Provincial, nessa ocasião, exercera a função de um diretório partidário, visto que ali foram articuladas as estratégias para a eleição daquele bacharel:

Os conservadores achavam-se fracionados na ocasião em que se marcou a eleição [municipal de Curitiba, no ano de 1870] em consequência dos desgostos que causara ao partido o onipotente Sr. Manuel Francisco Corrêa, deputado por esta província e oficial de gabinete do Sr. ministro do Império,

<sup>570</sup> *A Reforma*, 21 de outubro de 1869, n. 135, p. 2. *Dezenove de Dezembro*, 9 de outubro de 1869, n. 1035, p. 4.

<sup>571</sup> *Dezenove de Dezembro*, 8 de setembro de 1869, n. 1026, p. 4.

<sup>572</sup> *Dezenove de Dezembro*, 9 de outubro de 1869, n. 1035, p. 4.

a quem acusavam de dedicar-se em arranjar a sua família em todos os empregos, pouco se importando com os *correligionários* que o haviam eleito. [...] E assim [os conservadores] perseguiram, mostrando que até os lugares secundários das repartições e de zeladores de estradas eram dados somente a membros da família Corrêa. A prova dos desgostos por parte dos *vermelhos* desta capital, teve-a o Sr. Corrêa na eleição provincial, em que o degradaram para um dos últimos lugares, ele o maior vulto do partido. Andaram, pois, os dissidente arredios do palácio vice-presidente [Agostinho Ermelino de Leão] e a administração ia moderadamente, sendo até algumas vezes elogiada pelas folhas liberaes. Apenas, porém, divulgou-se que os liberaes iam pleitear a eleição, eis que o Sr. Leão torna-se outro homem, faz do seu gabinete o escritório do partido, e chamando os desgostosos, arranja a fusão entregando-lhes desde logo o bacharel Tertuliano [Teixeira de Freitas], cujo préstimo para tais empresas ficou já bastantemente provado na reação de 1868.<sup>573</sup>

Tal situação alterou-se no início dos anos 1870. Ou seja, as resistências a Manuel Francisco no Partido Conservador do Paraná diminuíram ao longo dessa década. Trata-se, pois, de um tema estudado no quarto capítulo desta tese. Por outro lado, as informações supracitadas evidenciam a natureza mutável do relacionamento entre os conservadores paranaenses. Em momentos como os pleitos eleitorais havia a superação de divergências internas. O modo célere como tais divergências eram mitigadas é também evidenciado no capítulo quarto da presente tese.

Apesar de eleito deputado provincial, Manuel Francisco não retornou ao Paraná para assumir o mandato, em 1870. Tal recusa, segundo o articulista de *A Reforma*, era decorrente de uma derrota política desse bacharel: ele pretendia eleger-se presidente da Assembleia do Paraná, mas não tivera sucesso em articular a sua candidatura, mesmo com o apoio do futuro Visconde de Nacar: “Não havendo o comendador Guimarães obtido maioria na salinha sobre o tenente-coronel Manuel de Oliveira Franco, pretextou ter navio à carga e desceu a serra. Já por aqui se dizia que o Dr. Manuel Francisco Corrêa não viria tomar assento se não o elegessem presidente à revelia. Esperamos que o digno sucessor do Sr. Paulino não terá deixado cair no chão tal afronta”.<sup>574</sup>

As relações entre os chefes regionais do Partido Conservador, contudo, eram volúveis. Conforme demonstrado no quarto capítulo, Manuel Francisco e Oliveira Franco aproximaram-se no início dos anos 1870. Ou seja, nessa agremiação as cisões não eram irreversíveis. Contudo, verifica-se que, a despeito do apoio de um potentado local e de sua aproximação com chefes nacionais do Partido Conservador, Manuel Francisco encontrou resistências às suas pretensões na vida política paranaense. Verifica-se, portanto, que as

<sup>573</sup> *A Reforma*, 1º de janeiro de 1871, n. 1, p. 2. Grifos no original.

<sup>574</sup> *A Reforma*, 3 de abril de 1870, n. 74, p. 2.

facções provinciais do partido não endossavam os projetos políticos de correligionários de maior projeção e influência.

\*\*\*

No final dos anos 1860, os sucessos eleitorais de Manuel Francisco eram sobremaneira dependentes da influência de membros de sua parentela. Tal situação era sensivelmente diferente do contexto que abrange o final dos anos 1850 e início dos anos 1860. Nesse momento, o fato de pertencer a uma parentela da elite paranaense não garantiu a Manuel Francisco vitórias eleitorais. Dessa maneira, foi no final dos anos 1860 que ele angariou maior apoio junto aos correligionários do Partido Conservador do Paraná.

Um dos indicadores de que, nessa época, ele conquistou uma posição de relevo na vida política da província e da capital do Império é a sua influência na gestão de esquemas de nomeações para cargos comissionados. Tal influência, por conseguinte, permitiu-lhe indicar os seus parentes para o exercício funções na administração da Província do Paraná. A esse respeito, cumpre dedicar atenção ao comentário do articulista do jornal *A Reforma*, datado de setembro de 1870. Nesse comentário, encontra-se a relação dos cargos cujos ocupantes foram indicados por Manuel Francisco. Nesse âmbito, note-se que na época em que foi publicada essa edição o Governo Provincial era comandado pelo vice-presidente Agostinho Ermelino de Leão (1834-1901), cuja proximidade com Manuel Francisco foi evidenciada pelo articulista:

Consta no Paraná que o Sr. Corrêa pretende mandar para ali seu mano, que está felicitando a província de Santa Catharina, afim de aumentar a sua *grande influência*, que se achava um pouco avariada, a julgar pela eleição provincial em que o independente interpelador do gabinete foi o penúltimo votado. Pois não basta para garantir a influência do senador em perspectiva o ter já nomeado comandantes superiores e de corpos da guarda nacional todos os seus parentes? Não basta que seja o juiz de direito da capital e o 2º vice-presidente (sem primeiro) o seu cunhado Agostinho Ermelino de Leão? Não basta que tivesse encartado lugar de secretário de polícia ao seu mano Urbano [Sabino Correia]? Não basta que tivesse empolgado o lugar de inspetor da tesouraria provincial o *financeiro* seu mano Manuel Eufrásio, nomeado pouco de depois de cumprir uma sentença? [...] Não basta que arrumasse na arrecadação da Graciosa o seu tio Lima? Não bastam estes arranjos domésticos e quer que o mano Chico [Francisco Ferreira Correia] vá para a presidência? Aproveite, Sr. Corrêa, que a quadra não é só dos genros e sobrinhos, porém dos agregados também. Arranje a ninhada, que nisto é que está a felicidade do Paraná. Moralizada situação, honestíssimo Sr. Itaboraí.<sup>575</sup>

Por um lado, nota-se que os sucessos eleitorais de Manuel Francisco eram sobremaneira dependentes do apoio de lideranças regionais e nacionais do Partido Conservador. Por outro lado, nesse período em que diminuem as dificuldades de sua entrada

---

<sup>575</sup> *A Reforma*, 02 de setembro de 1870, n. 197, p. 3

no jogo partidário regional, ele continuou envolvido em esquemas de nomeações imperiais. Ao mesmo tempo, ele alcançou a prerrogativa de interferir nesses esquemas.

Em 1871, por exemplo, foi nomeado ministro dos Negócios Estrangeiros do Gabinete Ministerial comandado pelo Visconde do Rio Branco. Permaneceu neste cargo até 1873.<sup>576</sup> À época em que Manuel Francisco foi nomeado para essa função, a imprensa liberal situava-o como um funcionário imperial desprovido de relevância política.

Por meio da leitura do excerto transcrito a seguir, evidencia-se que foi o envolvimento em esquemas de nomeações imperiais o fator crucial para o crescimento da influência política de Manuel Francisco a partir dos anos 1870, quando ele se encontrava na faixa dos 40 anos de idade: “Entretanto, amarga ironia da sorte, o Sr. conselheiro Manuel Francisco Correia vegetou até o memorável dia 5 de março [de 1871, data da formação do Gabinete Rio Branco] em um emprego subalterno da secretaria do Império, tendo limitado seu horizonte visual pelo circo equestre da companhia Bartolomeu!”<sup>577</sup>

A recomposição do Gabinete, portanto, consistia em um evento que poderia, rapidamente, elevar o prestígio e a influência de personagens secundários da vida administrativa imperial. Trata-se, pois, de evidenciar como tal recomposição afetava a dinâmica política das províncias. Um dos primeiros indicadores do crescimento da força política de Manuel Francisco era a sua condição de interferir na gestão dos presidentes do Paraná. A esse respeito, o correspondente de *A Reforma* teceu um comentário, o qual foi publicado em novembro de 1871. Esse comentário evidencia que a principal consequência do aumento da influência política de Manuel Francisco consistiu em dotar os seus parentes da prerrogativa de interferir e obter benefícios junto ao Governo Provincial do Paraná. Em suma, esse texto diz respeito ao fato de que a ascensão política de um indivíduo poderia resultar em diversos benefícios políticos e econômicos aos membros de sua parentela:

O Sr. Venâncio José de Lisboa tem deixado o seu critério administrativo nos seus próprios actos. Mas convém saber quem é o Sr. Venâncio Lisboa; que papel representa ele nesta província, aliás fadada para a direção de uma inteligência superior, enriquecida com a experiência dos negócios públicos [...]. O Sr. Venâncio Lisboa é nesta província um preposto do Sr. ministro de estrangeiros, paranaense certamente ilustre, mas político sem tino ou sem conhecimento dos homens e dos negócios do seu torrão natal, mas aconselhado por aqueles a quem se entregou, de quem fez seus intérpretes, a quem acontece o mesmo a

<sup>576</sup> Segundo Amaro da Silveira, a demissão de Manuel Francisco desse posto foi motivada por sua divergência acerca do preenchimento de cargos na Legação do Brasil em Londres. SILVEIRA, Amaro da. Esboço biographico. In: CORREIA, Manuel Francisco. *Conferências...* *Op. cit.*, p. XVI. Para o estudo das condições políticas que propiciaram a formação do Gabinete comandado pelo Visconde do Rio Branco, ver HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira: do Império à República...* *Op. cit.*

<sup>577</sup> *A Reforma*, 04 de maio de 1871, n. 100, p. 2.

que certo frade que embora lançasse de contínuo a vista para todos os pontos do horizonte, nunca enxergava outra coisa que não fosse o campanário do seu mosteiro. S. Ex. vê aqui senão os seus parentes. Fora destes, na impossibilidade physica de acumular sobre eles mais honras e benefícios, dispensa as graças, favores e justiça mesmo da situação a qualquer pelintra ou autômato que eles no seu bestunto entendem próprios para seus fins feudais. Se o Sr. Venâncio não teve a fortuna de ser bem favorecido de inteligência, se não teve ocasião de ilustrar essa mesma de que foi dotado, se não dispõe de agudez para o bom desempenho do cargo de que o revestiram – essa pressão que sobre eles exerce a família Correa o achata, o deprime, o coage a estar aqui representando um papel mais do que ridículo. Todos da ministerial família se julgam com direito de manda-lo. Quando não é o mesmo conselheiro Correa, que *particular* e diretamente lhe envia uma ordem, que ele executa fielmente, é o seu tio, o senhor de baração e cutelo de Paranaguá; ou o seu tio sumo inspetor da tesouraria provincial; ou o seu cunhado juiz de direito desta capital; ou o seu insolvido cunhado administrador (!) da mesa de rendas de Antonina. Enfim, até um seu irmão que por aqui andou com um *grande bazar volante* de bonecos e perfumarias passava por ser a fonte mais limpa dos reservados do palácio! Triste posição para um presidente de província!<sup>578</sup>

Nesse contexto, o apoio dos presidentes de província era fundamental para garantir uma vitória à Câmara dos Deputados. De acordo com o liberal Manuel Alves de Araújo, o então presidente do Paraná, Venâncio Lisboa, auxiliou Manuel Francisco a reeleger-se deputado geral em 1872: “O Exm. Sr. conselheiro Manuel Francisco Corrêa obteve 58 votos na urna geral; destes 52 deu-lhe o presidente da província, pois foram de cédulas distribuídas pelo thesoureiro, em que nenhuma parte tomou o eleitor”.<sup>579</sup>

Em junho de 1875, no princípio da gestão de Adolfo Lamenha Lins à frente ao Governo do Paraná, o correspondente de *A Reforma* atentou à possibilidade de Manuel Francisco e seus correligionários continuarem a intervir na administração provincial. Conforme demonstrado no capítulo quarto, Lamenha Lins e os conservadores de Paranaguá mantiveram uma relação próxima, a qual se esgotou no contexto da eleição para a Câmara dos Deputados, em 1878. De todo modo, o texto desse correspondente permite evidenciar que Manuel Francisco consolidou-se, nos anos 1870, na condição de um político dotado da prerrogativa de influir na atuação de agentes imperiais:

Se o Sr. Lamenha Lins almeja enobrecer a alta posição em que está colocado antolhando a reputação de administrador probo e zeloso, fácil e gloriosa será sua missão entre nós, pois os homens de bem de todos os partidos esforçar-se-ão para prestar-lhe o mais decidido e leal apoio. Antes de tudo, porém, urge que S. Ex. não se deixe embair pelas vozes melífluas dos áulicos que, recomendados e prepostos do conselheiro Correa, rodeiam e pretendem dominar as presidências, que estão acostumados a considerar como propriedade da firma Correa & Guimarães”.<sup>580</sup>

<sup>578</sup> *A Reforma*, 30 de novembro de 1871, n. 273, p. 3.

<sup>579</sup> *Diário do Rio de Janeiro*, 13 de fevereiro de 1872, p. 2.

<sup>580</sup> *A Reforma*, 20 de junho de 1875, n. 136, p. 2.



Portanto, a presença dos conservadores no Gabinete Ministerial, nos anos 1870, permitiu a Manuel Francisco mover-se da condição de funcionário imperial para a condição de chefe político. Essa nova condição conferiu-lhe a capacidade intervir em esquemas de nomeações imperiais e de mobilizar apoios de chefes partidários provinciais para a realização de suas próprias pretensões eleitorais.

Contudo, uma nomeação por ele conquistada em fevereiro de 1868 foi também importante pelas consequências que surtiram no longo prazo. Nessa ocasião, Manuel Francisco foi nomeado para o posto de membro do Conselho da Instrução Primária do município do Rio de Janeiro.<sup>581</sup> Essa notícia consiste em uma das primeiras informações do envolvimento desse indivíduo em instituições educacionais. Conforme demonstrado no quinto capítulo, o envolvimento em tais instituições foi característico ao seu percurso social nos primeiros anos da República. Ou seja, tal envolvimento foi mantido em um momento no qual ele se encontrava proscrito do jogo partidário. Tal envolvimento em assuntos e instituições educacionais permitiu-lhe manter contato com administradores públicos e com personagens da elite social do Rio de Janeiro e do Paraná, nos anos 1890.

O final dos anos 1860, portanto, foi o momento em que Manuel Francisco principiou a construir o seu refúgio do período republicano. Assim, nos anos 1860 Manuel Francisco começou o seu envolvimento em uma atividade – a captação de recursos para a manutenção de estabelecimentos escolares – que lhe permitiu, no contexto da Primeira República, permanecer em interação com setores de elites sociais.

### **3.3.3. – Atividade parlamentar, nomeações imperiais e interferência na gestão de diretório partidário: o caso de Francisco Ferreira Correia**

Nesta seção é realizada uma abordagem sobre a atuação política de Francisco Ferreira Correia, no período que abrange os anos de 1859 a 1871. Nesse quadro, trata-se de evidenciar que a formação jurídica garantiu a esse indivíduo o acesso a cargos imperiais, tais como o de presidente de província. O exercício desse cargo, por seu turno, possibilitou que ele interviesse na gestão do diretório do Partido Conservador de Santa Catarina, no ano de 1871.

---

<sup>581</sup> *Diário do Rio de Janeiro*, 1º de março de 1868, n. 59, p. 2. Cumpre ressaltar que desde a época em que retornou ao Rio de Janeiro, após sua gestão como presidente de Pernambuco, Manuel Correia esteve envolvido com instituições e assuntos educacionais. Nesse quadro, cabe destacar que em setembro de 1863 ele participou da banca avaliadora do concurso para professor de Francês do Instituto Comercial do Rio de Janeiro, ocasião na qual o imperador também compareceu. *Correio Mercantil*, 20 de setembro de 1863, n. 258, p. 1.

Ao mesmo tempo, ao presidir a província do Espírito Santo, nos anos de 1871 e 1872, ele estabeleceu conexões políticas com indivíduos que não pertenciam à grei conservadora.

Por um lado, o estudo aqui empreendido favorece o conhecimento sobre as formas de envolvimento de presidentes de província em disputas políticas regionais. Nesse âmbito, tal estudo propicia o conhecimento acerca das alianças políticas que os presidentes realizavam com chefes partidários locais.<sup>582</sup> Por outro lado, tal estudo propicia a demonstração do argumento de que um aspecto central da influência política dos bacharéis pertencentes à família Correia era a capacidade de influir na gestão de diretórios regionais do Partido Conservador.

Ao término do estudo sobre Francisco Correia, é demonstrado que o final da sua gestão como presidente do Espírito Santo representou o encerramento da sua inserção em esquemas de nomeações para cargos que possibilitavam o exercício de decisiva influência política. Os seus derradeiros anos foram marcados pelo exercício de cargos comissionados da área jurídica, em um contexto no qual o Gabinete Ministerial era comandado pelo Partido Conservador. O final da trajetória desse indivíduo, portanto, guarda uma semelhança essencial com as trajetórias de Manuel Eufrásio e Manuel Francisco: nenhum desses indivíduos teve herdeiros políticos.

Ao mesmo tempo, é evidenciado que durante os anos 1860 Francisco Correia permaneceu no exercício de cargos comissionados no Paraná. Nesse contexto, atividades sociais de maior repercussão circunscreveram-se ao confronto circunstancial de agentes estatais que se imiscuíram nas querelas políticas da região litorânea.

Demonstra-se, ainda, que o exercício do cargo de presidente da província do Espírito Santo foi marcado por divergências com lideranças regionais do Partido Conservador. Tais

---

<sup>582</sup> Os estudos sobre a atuação dos presidentes de província são marcados por duas vertentes. De um lado, há o estudo sobre as atribuições desse funcionário imperial, assim como sobre o significado político da criação desse cargo. A esse respeito, ver: SLEMIAN, Andréa. “Delegados do chefe da nação”: a função dos presidentes de província na formação do Império do Brasil (1823-1834). In: *Almanack Braziliense*, n. 6, 2007, pp. 20-38. De outro lado, há a vertente de análise sobre o envolvimento desses agentes estatais na implantação de demandas e projetos econômicos reivindicados por elites locais (1823-1834). Ver: FREITAS, Ana Paula Ribeiro. *Diversidade econômica e interesses regionais: as políticas públicas do governo provincial mineiro (1870-1889)*. Dissertação (Mestrado em História Econômica). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2009. Permanece sem ênfase, portanto, o estudo histórico sobre a interferência dos presidentes na vida política das províncias, especialmente na gestão dos diretórios dos seus partidos. Nesse sentido, a abordagem realizada na presente seção está orientada pelo propósito de reconstituir implicações políticas da incorporação de um presidente de província à gestão de um diretório regional do Partido Conservador.

divergências, por conseguinte, impeliram-no estabelecer aliança, naquela província, com membros de outras agremiações.

Por fim, é constatado que o fim de sua atuação como presidente dessa província foi marcado pelo exercício de cargos comissionados imperiais politicamente menos influentes. Trata-se, portanto, do bacharel pertencente à família Correia que conheceu mais precocemente a redução de sua influência no jogo político.

\*\*\*

Filho do negociante ervateiro Manuel Francisco Correia Júnior, Francisco Correia graduou-se pela Faculdade de Direito do Recife. A sua formatura ocorreu por volta do ano de 1857, visto que em 1858 ele já estava investido na função de Promotor Público da Comarca de Paranaíba.<sup>583</sup> Na disputa por uma vaga à Assembleia do Paraná, em 1857, Francisco Correia obteve a condição de primeiro suplente.<sup>584</sup> Apenas em 1859 ele assumiu o mandato. Tal fato consiste, portanto, em um episódio dos reveses enfrentados pelos bacharéis da família Correia, nas décadas de 1850 e 1860, para conseguir participar da vida política regional.

Francisco Correia exerceu o mandato de deputado provincial entre os meses de janeiro e abril de 1859. Nesse quadro, ele substituiu o futuro Visconde de Nacar, que resolvera não participar das sessões legislativas naquele ano. Trata-se, pois, de uma evidência acerca da opaca atuação de negociantes do litoral paranaense como legisladores provinciais. Compete destacar, assim, a seguinte informação apresentada pelo correspondente do *Correio Mercantil*: “Consta-nos que no dia 15 [de janeiro] seguem [para a Assembléia] o Dr. Corrêa (1º suplente) em lugar do comendador Guimarães, que não vai este ano, e o major Ricardo Gonçalves Cordeiro”.<sup>585</sup>

A atuação de Francisco Correia no Legislativo Provincial evidencia a existência antagonismos entre bacharéis vinculados ao grupo político do Visconde de Nacar. Mais precisamente, ela demonstra que a obtenção de espaço pelos bacharéis conservadores da geração de 1830 ocorreu de forma lenta em virtude da disputa por espaço com adventícios que há tempos dispunham do apoio do mencionado negociante.

Nesse quadro, a principal marca da atividade parlamentar de Francisco Correia foi o envolvimento em um debate, realizado pelos bacharéis que atuavam como deputados nessa instituição, sobre as implicações da política de conciliação implantada no Gabinete

<sup>583</sup> *Dezenove de Dezembro*, 23 de janeiro de 1858, n. 73, p. 2.

<sup>584</sup> *Dezenove de Dezembro*, 09 de setembro de 1857, p. 4.

<sup>585</sup> *Correio Mercantil*, 19 de janeiro de 1859, n. 19, p. 1.

Ministerial comandado pelo Marquês do Paraná, de 1853 a 1856. Esse debate, ocorrido a 07 de fevereiro de 1859, foi principiado por um discurso de José Mathias Ferreira de Abreu. Conforme mencionado no primeiro capítulo, esse bacharel argumentou que a política de conciliação era inexecutável, mas também ruínosa para a vida política nacional. Em suma, o argumento de José Mathias contra a política de conciliação era embasado na ideia de que essa política suprimia o confronto entre os partidos. Por consequência, a supressão desse confronto gerava o enfraquecimento dos partidos.<sup>586</sup>

Ao discursar após o término do pronunciamento de José Mathias, Francisco Correia apresentou-se como um crítico de dois posicionamentos apresentados por aquele bacharel paulista. Um desses posicionamentos era de que os deputados provinciais eram subservientes ao baiano Francisco Liberato de Mattos, então presidente da província,. De sua parte, Correia situou-se como um deputado independente. Por outro lado, Francisco Correia não se posicionou como defensor de um argumento capital do discurso de José Mathias – o argumento segundo o qual a política da Conciliação era perniciososa à vida partidária.<sup>587</sup>

A discussão entre José Mathias e Francisco Correia evidencia, ainda, a distância do pensamento político de bacharéis pertencentes a diferentes gerações. A vinculação a um mesmo grupo partidário não era uma garantia de unidade na atividade legislativa da bancada dos deputados provinciais originários do litoral paranaense, no fim dos anos 1850. A discussão sobre as consequências da Conciliação foi o momento no qual se evidenciaram as diferenças e disputas políticas entre Francisco Correia e José Mathias. No curso desse debate, Francisco Correia, então com 24 anos de idade, entendeu que José Mathias buscava desmerecê-lo como parlamentar pelo fato de que ele, Correia, era um deputado jovem. Assim, um bacharel pertencente à geração de 1810 contestava a autoridade de outro bacharel, da geração de 1830, para emitir opiniões sobre a política provincial e imperial.

Em um sentido amplo, verifica-se que os obstáculos à atividade política dos bacharéis conservadores da década de 1830 não eram apenas decorrentes de fatores como o afastamento do seu partido do controle do Gabinete Ministerial. Antes, os embates com antigos correligionários da grei conservadora impediam a rápida ascensão política desses bacharéis, contrariamente ao caso dos bacharéis liberais. De outra parte, trata-se de ressaltar que a vinculação de Francisco Correia ao Partido Conservador, ao longo dos anos 1860, garantiu-

---

<sup>586</sup> *Dezenove de Dezembro*, 19 de fevereiro de 1859, n. 91, p. 2.

<sup>587</sup> *Dezenove de Dezembro*, 19 de fevereiro de 1859, n. 91, p. 2.

lhe a nomeação para cargos comissionados. Todavia, no decorrer dessa década ocorreu o esgotamento de sua relação com os chefes conservadores do litoral paranaense.

Nesse contexto, compete evidenciar que Correia principiou a sua atividade política em um momento no qual o apoio dos negociantes daquela região era um fator crucial para a permanência no jogo político. A perda desse apoio representava, pois, uma forma de proscricção política. Por meio do estudo do percurso desse bacharel, verifica-se que o pertencimento a uma parentela enraizada na elite econômica e política de uma localidade não garantia, em todos os casos, a obtenção de expressivo apoio eleitoral.

Nesse âmbito, é necessário dedicar atenção a um texto publicado por Francisco Correia no *Dezenove de Dezembro* acerca de sua decisão de não pleitear a eleição de deputado provincial, em 1859. Esse texto comporta, por um lado, a crítica de um membro de elite local ao crescimento da influência de adventício no jogo partidário paranaense. Nessa época, os adventícios já estavam a obter espaço na política regional e a deslocar os locais das posições mais decisivas na vida partidária. Por outro lado, as considerações de Francisco Correia transcritas a seguir evidenciam que ele formou um pequeno grupo de apoiadores no litoral paranaense, o qual não era suficiente para sustentar novas pretensões eleitorais desse bacharel.

A atuação política de Francisco Correia consiste, pois, em um caso do precoce isolamento político de um bacharel em face de fatores como a competição eleitoral com adventícios que detinham maior proximidade com os potentados:

Vou fazer patente ao público, que me propus à eleição que acaba de proceder para membros da assembléa provincial, e, pois, a ninguém deve surpreender a minha exclusão. Para estar assim deliberado não era mister nutrir a firme convicção, de que ainda há infelizmente quem arrogue a si tamanha influência, que a ponto de crer que o egoísmo é a bandeira política e princípio salutar para a *minha* desditosa província, de cuja representação sempre antevi, que seria geitosamente arredado para só terem ahi assento os distintos oradores vindos de *fora* da província, e pertencentes a uma mesma família! Nunca deixei de reconhecer que não estava colocado na *altura* de merecer a honra de candidato, para o que é indispensável *predicados*, que repilo com indignação. As minhas ideias são já bem conhecidas, e conciliador devotado posso dizer abertamente que jamais pactuei com aqueles que, levados da cega vaidade que os domina, reputam-se com direito de dispor de tudo quanto lhes convém, sem ante escândalos os mais revoltantes. As cenas, porém, variam, e os homens tem suas quadras e risos, e seus dias de decepção e amarguras. Na minha vida tanto pública como particular, já está traçada a minha linha de conduta, que espero em Deus será sempre a mesma; e não se agrada a franqueza com que costume, sobram-me tranquilidade e resignação. Aos meus amigos, de quem recebo sempre eloquentes provas de sua dedicação, não deixarei de agradecer-lhes a espontaneidade, com que me honraram com seus votos, e este agradecimento é solene pela dupla razão da independência com que concorreram à urna eleitoral, e eu por haver eu solicitado um só voto, abstendo-me até de proferir palavras acerca da eleição que teve hoje lugar depois de uma *conferência* de véspera!<sup>588</sup>

---

<sup>588</sup> *Dezenove de Dezembro*, 14 de setembro de 1859, n. 151, p. 3. Grifos no original.

De outra parte, cabe também salientar que desde abril de 1859 findara a legislatura da Assembleia do Paraná na qual Francisco Correia participou. A experiência desse indivíduo como parlamentar resumiu-se, pois, ao período de dois meses. Durante a década de 1860, as suas atividades políticas de maior repercussão diziam respeito às suas querelas com um magistrado que se aproximara dos chefes do Partido Conservador no litoral do Paraná. Conforme demonstrado nesta seção, na referida década a atividade política desenvolvida por ele e por seu irmão foi baixa. Assim, no presente capítulo será salientado o sucesso em eleições municipais e provinciais foi vedado a um dos jovens bacharéis pertencentes a tal parentela, nos anos 1860. Mais precisamente, trata-se de demonstrar que o pertencimento a uma parentela de elite local não era suficiente para superar os obstáculos políticos advindos da não vinculação ao partido situacionista.

Dessa maneira, o aludido retorno não se desdobrou em um processo de reabsorção de correligionários. Nesse quadro, cabe mencionar que em novembro de 1868 Francisco Correia viajou para Curitiba. Nessa ocasião, supôs-se que a sua estada nessa cidade teria uma finalidade política. Incontinenti, ele publicou a seguinte nota no *Dezenove de Dezembro*: “Declaro que a minha vinda a esta capital não tem fim político. Se algum boato se propala em sentido contrário, é destituído de fundamento. Curityba, 10 de novembro de 1868. F. Ferreira Correa”.<sup>589</sup>

Houve, pois, uma semelhança entre os destinos políticos desse bacharel pertencente à geração de 1830 e de Antônio Cândido Ferreira de Abreu, um bacharel adventício da geração de 1820. Após a perda de espaço na vida partidária, restou a esses indivíduos o ingresso na magistratura, por meio da obtenção de sucessivas nomeações comandadas por Gabinetes conservadores. Em 1869, ao tempo em que Antônio Cândido ainda não principiara a obter nomeações para cargos na magistratura, Francisco Ferreira Correia foi investido no posto de Juiz de Direito da Comarca de Bagagem, na Província de Minas Gerais.<sup>590</sup>

Conforme demonstrado ao longo desta tese, a conquista de nomeações para cargos comissionados e o desenvolvimento de atividades econômicas eram aspectos comuns aos destinos de indivíduos que se afastavam do jogo partidário. O exercício dessas atividades, contudo, evidencia que tais indivíduos que dispunham de influência e prestígio para

---

<sup>589</sup> *Dezenove de Dezembro*, 11 de novembro de 1868, n. 940, p. 4.

<sup>590</sup> *Dezenove de Dezembro*, 29 de abril de 1869, n. 988, p. 3.

resguardar o seu pertencimento a órgãos estatais e em entidades de classe, comandadas por membros das elites regionais.

### **3.4. – Cargos comissionados e confrontos partidários: implicações do envolvimento de Francisco Ferreira Correia em contendas políticas locais**

Conforme ressaltado acima, antes de iniciar sua atuação parlamentar Francisco Correia já estava envolvido em esquemas de nomeações provinciais. Em outubro de 1860, ele foi investido em nova função: Juiz Municipal e de Órfãos dos Termos Reunidos de Antonina e Morretes.<sup>591</sup> No ano seguinte, também atuou como Juiz Comercial desses Termos, e também como Inspetor da Instrução Pública de Paranaguá.<sup>592</sup> Correia inscrevia-se na categoria de um bacharel que, em virtude da impossibilidade de conquistar projeção política, permaneceu envolvido em querelas derivadas do modo como se portava no exercício de seus cargos comissionados. Ou seja, ele se encaixava no grupo dos bacharéis impelidos ao envolvimento em conflitos de natureza localista.

Nessa época, esse bacharel também recebeu do Governo Provincial uma incumbência que o fez confrontar-se com os liberais de Antonina. Cabe destacar que, em dezembro de 1860, ele foi um dos indivíduos que o presidente da província investiu na função de policiar a votação que se realizou em Antonina para a escolha dos eleitores do município. Esse embate, contudo, não gerou a sua reaproximação com os conservadores do litoral.

Nesse contexto, cabe dedicar atenção ao modo como o jornal *Dezenove de Dezembro* se manifestou sobre a suposta ingerência de Francisco Cardoso na votação para a escolha dos eleitores em um município em Antonina. Nessa ocasião, os opositores do presidente da província acusaram-no de intervir na votação para impedir o sucesso dos liberais no pleito. O sucesso desse partido, ao final, se concretizou.

Porém, a ocorrência dessa intervenção não autoriza a pressupor que o presidente estava aliado aos conservadores da província. A esse respeito, atente-se à seguinte informação publicada no *Diário do Rio de Janeiro*: “O governo da província [no contexto do referido pleito para a escolha de eleitores dos municípios do Paraná] achava-se nas piores condições possíveis; conservadores e liberais romperam em oposição, acusando a presidência de intervenção indébita nas eleições e pronunciada proteção pessoal”.<sup>593</sup>

<sup>591</sup> *Dezenove de Dezembro*, 12 de outubro de 1859, p. 2.

<sup>592</sup> *Dezenove de Dezembro*, edições de 25 de janeiro e 10 de outubro de 1860.

<sup>593</sup> *Diário do Rio de Janeiro*, 20 de janeiro de 1861, n. 20, p. 1.

Cabe ressaltar, por outro lado, que se encontra no ano de 1860 um episódio que evidencia uma aproximação entre o então presidente da província e o futuro Visconde de Nácar. Tal aproximação é evidenciada no fato de que um genro desse negociante fora nomeado subdelegado de Polícia por José Francisco Cardoso. Por consequência, Nácar teria passado a interferir na atuação do subdelegado. Nesse âmbito, atente-se ao comentário do correspondente do jornal *A Actualidade*:

[O presidente do Paraná] nomeou para subdelegado de Paranaguá, um anno excepcional como este, não um homem conciliador e fora dos vaivéns da política, mas um genro do comendador Guimarães, influência de partido, influência pernicioso, que tem levado ao subdelegado a cometer desatinos, chegando mesmo ao ponto de investigar judicialmente, a respeito da vida do Dr. Juiz municipal, comandante da fortaleza e outros cidadãos distintos; e quando se lhe pede certidão disso, responde ser *segredo de justiça*. E S. Exa., o que faz? Elogia o seu subdelegado!!! É indecoroso! Mais respeito ao critério público.<sup>594</sup>

Em suma, a nomeação de um genro de Nácar pelo presidente da província permite salientar a natureza volúvel, naquele contexto, das relações entre os potentados e os agentes estatais adventícios. De um lado, os potentados, tais como Nácar, possuíam a prerrogativa de interferir em esquemas de nomeações provinciais. Por outro lado, essa capacidade de interferência não se desdobrava em aliança eleitoral com o presidente da província. Os chefes conservadores e liberais da província do Paraná, em 1860, não encamparam as candidaturas a deputado geral que presidente Francisco Cardoso apoiava.

Assim, as aproximações entre presidentes da província do Paraná e os potentados, notadamente o futuro Visconde de Nácar, eram circunstanciais. O principal motivo dessa aproximação era a possibilidade de os potentados e os seus familiares ocuparem espaço no Governo Provincial por meio da obtenção contínua de nomeações. Assim, o distanciamento entre potentados e presidentes da província em um contexto eleitoral não era indício da redução da influência desses potentados na administração provincial.

\*\*\*

Francisco Correia permaneceu no litoral paranaense até 1865. Em seguida, transferiu-se para o litoral sul paulista, por ocasião de sua nomeação para o cargo de Juiz de Municipal e de Órfãos dos Termos de Iguape e Cananea.<sup>595</sup> Os seus anos derradeiros no Paraná foram marcados pelo exercício do posto de inspetor da Instrução Pública do distrito de Paranaguá,

<sup>594</sup> *A Actualidade*, 21 de junho de 1860, n. 87, p. 4.

<sup>595</sup> *Correio Mercantil*, 03 de fevereiro de 1865, n. 34, p. 2.



do qual foi exonerado em 1862.<sup>596</sup> Ao mesmo tempo, cumpre salientar que ele também foi nomeado, em março de 1863, para exercer a função de 1º substituto de Juiz de Direito de Paranaguá.<sup>597</sup> Nesse sentido, constata-se que a queda do Gabinete conservador não gerou obstáculos para esse bacharel permanecer integrado a esquemas de nomeações provinciais. Contudo, ele obteve, nesse contexto, nomeações para cargos mais subalternos no ordenamento administrativo imperial. Conforme evidenciado nesta seção, esse bacharel não teve êxito em conseguir a nomeação para Juiz de Direito efetivo daquela comarca.

De outra parte, em um momento no qual os membros do Partido Conservador na região litorânea aproximavam-se do juiz Aprígio Ferreira Gomes, ele, Francisco Correia, concluiu o seu período de residência no litoral paranaense confrontando-se com tal magistrado. Todavia, cumpre demonstrar que os chefes do Partido Conservador no litoral, nesse contexto, eram propensos a estabelecer aproximações com agentes estatais não oriundos da província. A esse respeito, atente-se à seguinte notícia publicada no *Dezenove de Dezembro*, em dezembro de 1862:

Em Morretes, segundo somos informados, os numerosos amigos e parentes do Sr. coronel Modesto Gonçalves Cordeiro, representados pelo mesmo Sr. coronel, querendo dar uma prova de simpatia, respeito e consideração que tributam ao Illmo. Sr. Dr. Aprígio Ferreira Gomes, juiz de direito daquela comarca, ofereceram-lhe um baile, o qual teve lugar dia 3 do corrente na magnífica residência do Sr. José Fernandes Corrêa. Às 9 horas e meia estando os salões apinhados de convidados, aonde se viam gregos misturados com troianos, chegou s. s. com sua nobre e Exma. Esposa, os quais sendo recebidos ao toque de uma ouvertura, rompeu-se em seguida o baile que finalizou às 2 e meia da madrugada, hora em que se retirou-se o Illm. Sr. Dr. Aprígio e sua família. A sociedade apresentava em seu rosto a satisfação que sentia por ter ocasião de mostrar ao Illm. Sr. Aprígio que magistrados como s. s., severo executor da lei, mas lhano e dedicado na execução dela, desafiam a amizade e a consideração com o respeito e consideração dos governados. Fazer-se uma larga exposição do mais que é inerente a um baile seria uma banalidade que a mais minuciosa exigência não pode deixar de dispensar, e por isso limitamo-nos a dizer que tudo marchou, segundo nos consta, como devia marchar. Creia o Sr. coronel Modesto, seus amigos e parentes, que neste ato representaram sem dúvida os sentimentos do município de Morretes. O Sr. Dr. Aprígio deve julgar-se muito feliz porque se algum zoílo tenta morder sua nobre reputação conhece a cada momento que essas feridas são beneficentemente curadas por mil lábios que apregoam sua retidão e nobreza de caráter.<sup>598</sup>

O juiz Ferreira Gomes não mantinha apenas relações com os chefes do Partido Conservador de Morretes. Ao contrário, ele também era próximo dos conservadores de Paranaguá. Leia-se, pois, uma notícia publicada no *Correio Mercantil*, em dezembro de 1864, acerca das reivindicações inseridas em uma representação que a Câmara Municipal de Paranaguá enviou ao presidente da província, o citado André de Pádua Fleury.

<sup>596</sup> *Dezenove de Dezembro*, 22 de novembro de 1862, p. 1.

<sup>597</sup> *Dezenove de Dezembro*, 04 de março de 1863, n. 360, p. 1.

<sup>598</sup> *Dezenove de Dezembro*, 09 de dezembro de 1862, n. 440, p. 2.

Nessa representação, exigia-se a remoção do mencionado magistrado. Em suma, no excerto transcrito a seguir o correspondente do *Correio Mercantil* em Paranaguá situa o juiz Aprígio Ferreira Gomes como um aliado de Nácar. Mais especificamente, ele destaca que a relação de Ferreira Gomes com componentes da elite local solapava a sua autonomia como magistrado:

Consta-se que a câmara municipal desta cidade, cônica de que o Sr. Fleury é inspirado por sentimentos puros e amor à fiel execução das nossas leis, representou a sua excelência contra os escândalos que se dão nesta comarca. Dizem-se que foram os fundamentos ou pontos de tão formal representação: [...] Pedir à presidência que digne a representar ao governo imperial acerca da reconhecida conveniência de remover desta, para outra comarca, o juiz de direito Dr. Aprígio Ferreira Gomes, contra quem promoverão os liberais mais importantes desta cidade um abaixo assignado, em que já há dias figurava o nome de mais de 60 cidadãos! Neste documento, que vai ser dirigido ao Sr. ministro da Justiça, se diz que: a ordem pública corre iminente perigo com a presença de semelhante magistrado, por ser aqui partidário exaltado e frenético, perseguidor implacável do partido liberal e protetor nato do partido adverso, o qual se compõem de meia dúzia de pessoas subordinadas ao comendador Guimarães, por condição ou por laços de família. Quem ignora os compromissos em que está para com ele o dito Dr. Aprígio? [...] Se o Sr. Fleury tomar as providências que a câmara reclama, tornar-se-á digno dos maiores encômios e conseguirá, assim, plantar a ordem e a moralidade no foro, garantindo a administração da justiça. Só assim a lei será igual para todos, e acabar-se-ão as *patotas*, que tanto tem contribuído para perverter o foro, em que tudo se arranja *compadrecamente*.<sup>599</sup>

Uma das críticas direcionadas à Ferreira Gomes, naquela época, decorria do fato de que ele era devedor de negociantes da região litorânea.<sup>600</sup> Tal informação é uma evidência, portanto, dos vínculos entre elites locais e agentes estatais adventícios. Esses vínculos, em última análise, comprometiam a lisura da atuação administrativa do adventício. De acordo com tais críticas, essas dívidas impediam que ele, Ferreira Gomes, atuasse de maneira isenta em relação aos interesses de seus credores. De outra parte, cumpre destacar que Ferreira Gomes era genro do citado Herculano Ferreira Pena, senador da Província do Amazonas.<sup>601</sup>

<sup>599</sup> *Correio Mercantil*, 24 de dezembro de 1864, n. 355, p. 1. Grifo no original.

<sup>600</sup> Brasil. *Annaes do Parlamento Brasileiro*. Câmara dos Srs. Deputados. Sessão de 1864. Tomo 4. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional de J. C. Villeneuve, 1864, p. 234.

<sup>601</sup> *Correio Mercantil*, 27 de abril de 1866, n. 100, p. 1. Em 1857, época em que Herculano Ferreira Pena presidia Minas Gerais, Aprígio Ferreira Gomes era Juiz Municipal do Termo de Mariana. Nesse contexto, as críticas à sua atuação profissional repercutiam na Câmara dos Deputados. Na sessão de 30 de maio de 1857, o paraibano Aristides Silveira Lobo, que à época exercia mandato de deputado geral pelo Partido Liberal de Alagoas, responsabilizou o citado juiz pela fuga de um preso da cadeia de Mariana. Em tal discurso, o deputado também questionou a lisura da atuação de Ferreira Gomes naquele cargo. Ao mesmo tempo, também atribuiu responsabilidade ao presidente da província por tal episódio. Em suma, conferir atenção a esse discurso permite evidenciar que, no Segundo Reinado, o relacionamento entre as elites políticas provinciais e os agentes estatais adventícios era comumente marcado por tensões. Ao mesmo tempo, conferir atenção a esse discurso possibilita evidenciar o antigo distanciamento entre aquele magistrado e membros do Partido Liberal: “Não devo escurecer que o Dr. Aprígio Ferreira Gomes, sempre fácil em cometer abusos, a que eu pudera chamar de prevaricações, e que por leviandade se deixou ir até a concussão, não roteando o caminho das diligências que, vigorando o antigo regimento das custas fazia. Não devo escurecer que Dr. Aprígio, em quem desfavoravelmente sou obrigado a

Trata-se, pois, de indício do funcionamento de esquemas matrimoniais compostos por indivíduos envolvidos em políticas de nomeações para cargos comissionados.

Conforme mencionado no primeiro capítulo desta tese, no período entre os anos de 1861 a 1865 a Câmara de Paranaguá foi presidida por um liberal, a saber, Caetano de Souza Pinto. É necessário ressaltar que esse vereador, na citada representação enviada ao então presidente do Paraná, também solicitou que uma liderança conservadora do município, o citado Manuel Leocádio de Oliveira, fosse impedido de exercer o cargo de suplente de Juiz Municipal de Paranaguá em virtude de estar investido no posto de tenente-coronel da Guarda Nacional. O correspondente do *Correio Mercantil* justificou do seguinte modo a solicitação de impedimento de Manuel Leocádio naquele cargo: “Cabe ainda notar que o Sr. Manuel Leocádio é o menos próprio para ser autoridade neste termo, onde não é bem quisto”.<sup>602</sup> Ou seja, a eclosão de contendas entre Francisco Correia e o magistrado Ferreira Gomes foi coeva ao acirramento de disputas entre antigas lideranças partidárias do litoral. Essas disputas eram tanto políticas como econômicas.

\*\*\*

Um dos fatores do afastamento entre Francisco Correia e o juiz Aprígio Ferreira Gomes derivou da correição que o segundo realizou no Juízo Municipal de Morretes, em fins de 1863. Esse Juízo estava, pois, sob a responsabilidade de Francisco Correia. Para o correspondente do *Diário do Rio de Janeiro* era derivada do propósito de Ferreira Gomes perseguir a Francisco Correia: “Cumprira a S. S. [Aprígio Ferreira Gomes], que é farto em apodos e impropérios, patentear a sua superioridade sobre o Dr. Corrêa na correição, que ainda este mês [dezembro de 1863] encerrou em Morretes, onde esse juiz funcionou cerca de três anos. Mas S. S. em sua gana mesmo não achou meios para responsabilizar, multar ou censurar com fundamentos o seu colega e veio aos prelos [no *Jornal do Commercio*, de 8 de dezembro de 1863] dar um retrato fiel do seu bom gênio, injuriando ao Dr. Corrêa”.<sup>603</sup>

---

falar com grande dor, [...] foi o primeiro que fez a esse preso, que cumpria sentença, a graça de conceder-lhe que passasse livremente no edifício em que está a cadeia [...] e o que sem dúvida foi a causa principal da fuga do preso. Por esta evasão não se instaurou processo algum: tal é o estado de relaxação e impunidade que se acha a justiça do Sr. [Herculano Ferreira] Penna”. BRASIL. *Annaes do Parlamento Brasileiro*. Câmara dos Srs. Deputados. Sessão de 1857. 3º volume. Rio de Janeiro: Typographia do Imperial Instituto Artístico, 1873, p. 211.

<sup>602</sup> *Correio Mercantil*, 24 de dezembro de 1864, p. 1. Essa representação da Câmara de Paranaguá ao Governo Provincial era composta por três demandas: (1) impedir Manuel Leocádio de exercer o cargo de suplente de Juiz Municipal de Paranaguá, visto que estava investido no posto de tenente-coronel da Guarda Nacional; (2) remover o juiz Aprígio Ferreira Gomes da Comarca; (3) implantar o terceiro tabelionato do Termo de Paranaguá. *Id.*

<sup>603</sup> *Diário do Rio de Janeiro*, 10 de março de 1864, n. 68, p. 2.

O outro indício desse afastamento era decorrente de uma acusação de Manuel Alves da Silva, 1º escrivão do público judicial e notas do Foro de Paranaguá, contra Francisco Correia. Segundo o escrivão, Correia, na condição de 1º Juiz de Direito substituto da Comarca de Paranaguá, era suspeito para continuar como o juiz de determinado caso.<sup>604</sup> Essa acusação levou à realização de um julgamento, no qual o Júri concluiu que esse magistrado era “suspeito por interesse particular na decisão da causa”.<sup>605</sup>

Em seguida, o juiz efetivo, Aprígio Ferreira Gomes, anulou parcialmente processo que o juiz substituto Francisco Correia era suspeito para julgar. Assim, ele anulou a parte do processo que transcorreria a partir da denúncia de Manuel Alves da Silva contra Correia.<sup>606</sup> Portanto, esse bacharel, em seu período final de residência em Paranaguá, também enfrentou uma contestação à lisura e à imparcialidade de sua atuação como magistrado. O escrivão Manuel Alves era próximo do juiz Aprígio Gomes. Em 1863, por exemplo, cogitava-se que o escrivão fora absolvido de um processo, movido por Francisco Correia, em virtude da interferência de Aprígio Gomes, que não era não o juiz do caso.<sup>607</sup>

No curso desse confronto entre Francisco Correia e Aprígio Gomes, os chefes do Partido Conservador no litoral não se manifestaram em defesa de Correia. Ao contrário, eles reiteraram o apoio a Ferreira Gomes. Tal informação evidencia, pois, o isolamento de Correia no interior do grupo partidário ao qual pertencia. Em fins de 1863, por exemplo, o negociante Modesto Gonçalves Cordeiro, chefe do Partido Conservador de Morretes, promoveu um baile em homenagem a Ferreira Gomes. Tal evento serviu para demonstrar que os conservadores daquela localidade estavam apartados de Correia, que ali desempenhava a função de Juiz Municipal.<sup>608</sup>

Esse baile foi realizado em um momento especialmente adverso para Francisco Correia: o momento no qual ele estava distante tanto dos seus antigos correligionários

---

<sup>604</sup> *Id.* Nesse contexto, Aprígio Gomes também se confrontava com o Juiz Municipal de Paranaguá, o citado José da Rocha Vianna, do Partido Liberal. Em texto publicado no *Diário do Rio de Janeiro*, e, junho de 1862, Vianna atribuiu à interferência de Aprígio Gomes o fato de ter sido suspenso, por Antônio Barbosa Gomes Nogueira, presidente da província, do posto de Juiz Municipal. Ao mesmo tempo, Vianna destacou o seu embate com o escrivão Manuel Alves da Silva, a quem acusara de desobediência no exercício daquele cargo e, portanto suspendera-o de suas funções. Tal suspensão foi anulada pelo presidente da província. *Diário do Rio de Janeiro*, 16 de junho de 1862, p. 2. Desse modo, tal episódio consiste em um caso do distanciamento entre o juiz Aprígio Gomes e os correligionários da grei liberal no litoral paranaense.

<sup>605</sup> *Constitucional*, 6 de outubro de 1863, p. 3.

<sup>606</sup> Para o correspondente do *Constitucional* em Curitiba, todo o processo em questão deveria ser anulado. O correspondente salientou o Artigo 71 do Código de Processo Criminal de 1832 determinava a anulação integral de processos a cargo de juízes considerados suspeitos para julgar determinadas causas. *Id.*

<sup>607</sup> *Diário do Rio de Janeiro*, 10 de março de 1864, n. 68, p. 2.

<sup>608</sup> *Constitucional*, 22 de dezembro de 1863, n. 164, p. 2

conservadores quanto dos correligionários liberais de Morretes. Segundo o correspondente do *Constitucional*, periódico vinculado ao Partido Conservador, ao envolver-se em tais querelas, Francisco Correia estava orientado apenas pelo propósito de perseguir seus desafetos.<sup>609</sup>

Dessa forma, Francisco Correia tornou-se, nos últimos anos de sua residência no litoral paranaense, um bacharel desprovido de apoios políticos. Por conseguinte, ele não possuía qualquer influência no partido controlado localmente pela sua parentela. A sua trajetória, portanto, foi caracterizada por um precoce isolamento político. Nesse contexto, as suas articulações políticas restringiam-se à questão da obtenção de cargos comissionados. Ou seja, ele ainda contava com apoiadores que atuavam para viabilizar essas pretensões. Porém, elas não se concretizaram.

Uma das pretensões de Francisco Correia era a obtenção do cargo de Juiz de Direito da Comarca de Paranaguá. Em 1863, o correspondente do jornal *Constitucional* em Paranaguá salientou uma intermediação em favor da nomeação de Francisco Correia para tal cargo. Enfim, a leitura do texto desse correspondente evidencia que dirigentes dos diretórios partidários regionais participavam dos esquemas de nomeações provinciais.

Todavia, existiam ocasiões nas quais essa participação não era suficiente para assegurar a nomeação dos aliados desses dirigentes. Segundo o redator do periódico, um dirigente do diretório do Partido Liberal de Paranaguá articulou a nomeação de Francisco Correia no posto de Juiz Municipal. Os dirigentes partidários municipais, portanto, buscavam intervir na gestão nas políticas de nomeações. A despeito do malogro da articulação descrita na notícia abaixo transcrita, os dirigentes partidários provinciais possuíam conexões políticas angariar apoios para conseguir a nomeação de aliados.

No excerto reproduzido na sequência, emprega-se a palavra *sinagoga* em alusão a uma instância superior do Partido Liberal. No vocabulário político empregado no jornal *Constitucional*, *sinagoga* era utilizada tanto em referência ao diretório nacional do partido quanto em referência a diretórios regionais. Em suma, o uso desse vocábulo permitia ao redator e aos correspondentes do jornal salientar a natureza oligárquica das decisões tomadas pelos dirigentes nacionais e regionais do Partido Liberal.<sup>610</sup>

Portanto, a informação transcrita a seguir não permite afirmar se o dirigente liberal de Paranaguá estabeleceu comunicação com os liberais de Curitiba ou com os liberais que

---

<sup>609</sup> *Constitucional*, 19 de novembro de 1863, n. 151, p. 1.

comandavam o diretório nacional no partido, no Rio de Janeiro. Contudo, nota-se que uma função capital dos dirigentes dos partidos monárquicos era controlar os esquemas de nomeações imperiais. Esses dirigentes não se limitavam a controlar os processos de formação de chapas de candidatos. Antes, controlavam o acesso a instituições da administração imperial:

Deu-se o escândalo de um [juiz] substituto marcar as horas em que quer deixar uma vara que não lhe pertence, e nomear ahi um indivíduo qualquer para cargos que só pode ocupar quem estiver nas condições da lei. E é este juiz que pretende, e tem como infalível, ser nomeado juiz de direito d'esta comarca. Lá foi um emissário ao *fanhoso* directorio d'aquí [Paranaguá] para entender-se com a synagoga toda, e não voltar sem trazer a nomeação do Dr. Ferreira Corrêa para juiz desta comarca.<sup>611</sup>

O jornal *Constitucional*, do Rio de Janeiro, referia ao diretório nacional do Partido Liberal como *sinagoga*. Nesse sentido, o redator do periódico, por meio do emprego da metáfora, buscava referir-se ao órgão partidário que congregava os principais líderes da agremiação. Esses líderes eram acoimados de *rabinos* pelo redator. Em 1862, por exemplo, o redator desse periódico salientou que as orientações emanadas do diretório nacional do Partido Liberal possuíam, para os correligionários da agremiação, relevante importância: “Tão avaros são actualmente os rabinos do judaísmo ligueiro, das suas prédicas sobre o velho testamento liberal, que o menor trecho sahido da synagoga deve ter para o vulgo profano e ignaro um valor imenso”.<sup>612</sup>

Em 1863, o correspondente do *Constitucional* em Paranaguá informou sobre a realização de uma reunião dos chefes liberais de Paranaguá. Tal informação evidencia que as políticas de nomeações e as estratégias para o aumento do contingente de eleitores ligados ao partido eram os temas centrais das reuniões da elite local do partido. O excerto abaixo reproduzido também evidencia a pouca formalização das reuniões dos liberais. Em verdade, esse excerto comporta um indício do caráter improvisado desse encontro:

O vapor *Imperador* trouxe bombas que logo arrebentarão. A carta do 2º escrivão não podia vir em circunstâncias mais desesperadas para os liberdadeiros da terra, que já preparavão um novo candidato a o tabelionato. Veio também o reconhecimento dos verdadeiros eleitores de Guaraqueçaba; eleitores que o collegio eleitoral daqui [Paranaguá] poz à margem para chamar uns indivíduos que não tinham podido alcançar maioria de votos. Em compensação a estas tristes notícias, veio um libelo famoso contra mim;

<sup>611</sup> *Constitucional*, 10 de novembro de 1863, n. 147, p. 4. Grifo no original. *Constitucional*, 26 de julho de 1862, n. 23, p. 1.

<sup>612</sup> *Constitucional*, 26 de julho de 1862, n. 23, p. 1.

e para abafarem os amargos dissabores das duas notícia, reuniu-se a synagoga pequena na bodega da rua da Cedêa e o lerão repetidas vezes debaixo de aplausos frenéticos.<sup>613</sup>

A despeito de sua aproximação com lideranças liberais de Paranaguá, Francisco Correia não obteve a nomeação para a função de Juiz de Direito dessa comarca. De outra parte, compete salientar que os anos derradeiros da atividade política de Francisco Correia foram marcados apenas por confrontos com agentes estatais. Tais confrontos desgastaram sua atuação como magistrado e militante conservador, em face da proximidade de seu contendor Aprígio Gomes com os correligionários conservadores.

O correspondente do *Diário do Rio de Janeiro*, por seu turno, também atestou que, no contexto dos confrontos entre Francisco Correia e Aprígio Gomes, Francisco Correia mantinha-se distanciado de determinados membros de sua parentela. Tal distanciamento era, pois, derivado de razões políticas: “De tudo, porém, o mais curioso é o bacharel Aprígio forcejar para agravar a situação de algumas famílias, cujos membros se acham divorciados por motivos meramente políticos, e lançar sem escrúpulo o pomo da discórdia no seio das famílias, que devem estar sempre fora do embate de lutas apaixonadas. [...] Se o bacharel Aprígio não fosse inconsequente, diria ainda hoje que os motivos que separam o Dr. Corrêa de alguns parentes mais exigentes assaz o honram na qualidade de magistrado”.<sup>614</sup>

Dessa maneira, a perda de apoio político no interior da própria parentela esgotou as condições de Francisco Correia permanecer ativo na vida partidária da região do litoral paranaense. A peculiaridade do percurso político desse indivíduo consiste no fato de que, no confronto entre um bacharel pertencente à elite local e um bacharel adventício, a elite local inclinou-se a apoiar o adventício. A recusa a esse apoio decorria, por exemplo, do fato de que Correia apresentava-se como um opositor de um do principal chef conservador do litoral paranaense: o futuro Visconde de Nácar.

Em 1889, o articulista do jornal paranaense *Sete de Março* mencionou o afastamento de Francisco Correia em relação ao Visconde de Nácar. Segundo o articulista, Correia buscou se aproximar dos liberais: “Já um distintíssimo membro da família Correia ligou-se nesta província aos liberais para mover como moveu forte oposição ao Sr. Visconde de Nácar. Aquele cidadão que era conservador, e tanto que foi presidente de província em situação

---

<sup>613</sup> *Constitucional*, 5 de janeiro de 1864, n. 2, p. 2.

<sup>614</sup> *Diário do Rio de Janeiro*, 10 de março de 1864, n. 68, p. 2.

conservadora, o Dr. Francisco F. Correia (prematuramente falecido), que era eficazmente apoiado na Corte pelo seu irmão Dr. Manuel Francisco Correia, nosso atual senador”.<sup>615</sup>

Dessa forma, as antigas relações entre as famílias Correia e Guimarães não foram suficientes para gerar uma unidade de atuação política entre os seus membros. Essa desunião consiste, pois, em um dos primeiros indícios dos desacordos entre os conservadores do litoral. Tais desacordos agravaram-se no fim do Império. Em suma, nota-se que, em determinadas circunstâncias, os membros de uma de elite local não atuavam conjuntamente para realizar a defesa de um dos seus membros. Em determinados momentos, portanto, não ocorria um movimento corporativo em benefício de um integrante da elite.

O caso de Francisco Correia também evidencia que os jovens bacharéis pertencentes a uma mesma parentela podiam dissentir entre si. Nesse contexto, a relação de parentesco não impediu o surgimento de lutas entre bacharéis que pertenciam à mesma geração. Trata-se, pois, de destacar o antagonismo entre Francisco Ferreira Correia e seu tio Manuel Eufrásio. Em texto publicado em julho de 1863, o correspondente de *A Actualidade*, essa dissensão era decorrente da oposição de Manuel Eufrásio à atuação de Francisco Correia como magistrado:

O Dr. Manuel Eufrásio, formado no ano findo, tem escrito suas correspondências censurando os atos de seu sobrinho Dr. F. Ferreira Corrêa. [...] O cavalo de batalha tem sido o sobrinho, na qualidade de juiz de direito, indeferir uma petição de fiança em crime ainda não pronunciado: a vigorar a doutrina, nada mais fácil de sondar a opinião do juiz formador da culpa, e nada mais contrário à causa do réu, porque é seu advogado; quem pensa que deve lavar-se uma pronúncia para o que já pede fiança antes dela. Julgo não ser essa a melhor jurisprudência.<sup>616</sup>

Ao retornar a Paranaguá, Manuel Eufrásio elegeu Francisco Correia como um adversário. Essa querela iniciou-se por questões jurídicas. Porém, nota-se que Francisco Correia não pertenceu em Paranaguá ao grupo partidário de seu tio, que desde o seu retorno àquela cidade esteve vinculado ao séquito de correligionários do futuro Visconde de Nacar. Portanto, verifica-se que as relações de parentesco poderiam se mostrar insuficientes para aplacar conflitos políticos. A falta de apoio de chefes conservadores e de membros de sua parentela impediu que Francisco Correia alcançasse, em Paranaguá, a condição de liderança partidária promissora. Manuel Eufrásio, por seu turno, conseguiu obter o respaldo desses chefes e tornar-se a promessa política do Partido Conservador no litoral paranaense.

\*\*\*

<sup>615</sup> *Sete de Março*, 31 de agosto de 1889, n. 71, p. 2.

<sup>616</sup> *A Actualidade*, 3 de julho de 1863, n. 435, p. 3.



Após tais episódios, Francisco Correia e Aprígio Ferreira Gomes logo se mudaram de Paranaguá. Esse magistrado foi nomeado, em março 1865, para a comarca de Itapecuru, na Bahia.<sup>617</sup> Porém, ele faleceu como Juiz da Comarca baiana de Caravelas, em 1866.<sup>618</sup> Nos momentos finais de sua residência em Paranaguá, Ferreira Gomes permaneceu distante de antigos líderes do Partido Liberal na região, tais como o citado Caetano de Souza Pinto.

Um episódio que evidencia tal distanciamento foi relatado no *Correio Mercantil*, em março de 1865. Segundo o periódico, Souza Pinto, então presidente da Câmara de Paranaguá, não convidou o juiz Ferreira Gomes e o negociante Manuel Leocádio de Oliveira para a solenidade na qual a Câmara prestaria homenagem aos brasileiros mortos na Batalha de Paissandu, ocorrida no Uruguai.<sup>619</sup>

Às vésperas de sua transferência para a Bahia, o juiz Gomes ainda contava com o apoio político dos conservadores enraizados na sociedade litorânea. Atentar a uma informação a respeito desse apoio possibilita reconhecer um aspecto da vida política provincial. Tal aspecto consiste no fato de que, em determinadas circunstâncias, a atuação administrativa de agentes estatais adventícios era defendida por membros da elite política. Essa defesa era, pois, um indício do estreitamento de relações pessoais entre os agentes e os membros da elite. Por consequência, o estabelecimento de uma aliança entre agentes estatais e chefes políticos motivava a intensificação dos confrontos partidários em uma localidade. Leia-se, pois, o seguinte comentário do correspondente do *Correio Mercantil*:

Permita que lhe diga algumas palavras em relação ao juiz de direito desta malfadada comarca, o qual é o nosso Lopez em guerra aberta contra os liberaes e desabrida com os liberaes de Paranaguá. As representações contra ele feitas pelo povo e pela câmara municipal quer responder com abaixo assignados promovidos pelos *vermelhos* [conservadores] mais exaltados. Só em Antonina, nesse seio de Abraham, onde os partidos não lutam, nem pleiteiam eleições, obteve o Dr. Aprígio Ferreira Gomes assinaturas sem distinção de cor política. Mas, ainda assim, alguns houve, lá mesmo, que recusaram-se a assinar, e neste número entra o digno administração da mesa de rendas daquela cidade, o Sr. Francisco Ferrer Pinheiro, que é também deputado provincial. Isto me parece muito significativo. No entanto, aqui, em Morretes e no Porto de Cima, em Guaratuba e em Guara-Keçava, mendigou-se firmas de porta em porta, e desta maneira os elogios escritos pelo próprio elogiado são referidos pelos sectários do club philaucioso, do qual faz parte o juiz de direito.<sup>620</sup>

De sua parte, antes de se transferir para Iguape, Francisco Correia coordenou a captação de recursos, em Paranaguá para a manutenção dos Soldados do Corpo dos

<sup>617</sup> *Dezenove de Dezembro*, 14 de junho de 1865, n. 596, p. 3.

<sup>618</sup> *Diário do Rio de Janeiro*, 27 de abril de 1866, n. 100, p. 1.

<sup>619</sup> *Diário do Rio de Janeiro*, 19 de março de 1865, p. 2. Essa batalha ocorreu de 31 de dezembro de 1864 a 2 de janeiro de 1865, no contexto das Guerras Platinas.

<sup>620</sup> *Correio Mercantil*, 27 de fevereiro de 1865, n. 58, p. 1.

Voluntários da Pátria, que foram enviados à Guerra do Paraguai. Em março de 1865, o correspondente do *Correio Mercantil* afirmou: “O Dr. Francisco Corrêa tem sido incansável e continua a promover os meios de suprir as necessidades dos voluntários da pátria, que formigam daqui e dali”.<sup>621</sup> Nesse contexto, os membros do diretório liberal de Paranaguá organizaram-se para angariar recursos pecuniários a alguns soldados voluntários.

Dedicar atenção ao modo como os correligionários da grei liberal organizaram-se para tal objetivo permite evidenciar que, no contexto do Segundo Reinado, os diretórios dos partidos políticos atuavam para mobilizar a população do interior das províncias em favor da concretização de iniciativas do Governo Imperial. Uma dessas iniciativas era a participação em confrontos bélicos. A esse respeito, leia-se a seguinte a informação publicada no *Dezenove de Dezembro*, em dezembro de 1866: “O directorio do partido liberal na cidade de Paranaguá, desejando coadjuvar o governo na situação actual do Império, oferece a quantia de 100\$00 a cada um voluntário que se lhe apresentar até o número de 20, no prazo de 30 dias, a contar desta data, sendo a quantia entregue depois de serem reconhecidos aptos para o serviço da guerra. Na typographia do *Commercio do Paraná* se darão as informações que forem exigidas. Paranaguá, 04 de Dezembro de 1866”.<sup>622</sup>

A afirmação de que o diretório liberal de Paranaguá participou de campanha para arrecadação de recursos pecuniários é evidência de que o Partido Liberal naquela localidade atuava de forma independente em relação ao Partido Progressista. Portanto, em distintas províncias, a década de 1860 foi marcada por períodos de aproximação e distanciamento entre liberais e progressistas.

Em 1863, liberais e progressistas eram antagonistas na Província de Pernambuco. Esse antagonismo ocasionou a dissolução da Liga e, por conseguinte, a formação de um diretório liberal. O rompimento com os progressistas foi uma decisão tomada em reunião realizada em um teatro do Recife. Segundo o correspondente do *Jornal do Commercio*, essa reunião foi assistida por setecentos liberais. Esse número de participantes, contudo, não significa que a ampla participação de correligionários era uma regra basilar para a realização de reuniões. Antes, nesse contexto não existiam critérios precisos para a convocação de correligionários pelo diretório liberal de Pernambuco.

---

<sup>621</sup> *Correio Mercantil*, 19 de março de 1865, n. 78, p. 1.

<sup>622</sup> *Dezenove de Dezembro*, 15 de dezembro de 1866, n. 744, p. 4.

Segundo outro correspondente daquele jornal, nessa reunião houve maciça presença de liberais pelo fato de que “no último momento, receiando a pouca concorrência, os influentes [do partido] foram arrebanhando todas as pessoas que encontravam nas ruas próximas”.<sup>623</sup> Desse modo, a referida querela exigiu que os liberais criassem um diretório como estratégia para desenvolverem suas atividades políticas de forma autônoma em relação aos progressistas. Tal estrutura era governada por sete dirigentes e vinte membros efetivos.<sup>624</sup>

Em 1867, na Província do Paraná, liberais e progressistas eram adversários.<sup>625</sup> Contudo, no mencionado ano os liberais e progressistas da Província do Ceará apresentavam-se como aliados.<sup>626</sup>

De outra parte, um indício da consistência do modelo administrativo dos diretórios regionais do Partido Liberal era a capacidade de amealharem os recursos necessários para o desenvolvimento de suas empresas políticas. Assim, distintos diretórios municipais e provinciais do partido adotavam a prática fazer uma poupança. Em 1863, por exemplo, o diretório liberal de Alagoas despendeu seus recursos para adquirir a tipografia do *Diário do Comércio*. Essa aquisição era necessária para o diretório concretizar o projeto de publicar o *Jornal de Maceió*.<sup>627</sup> De outra parte, em 1864 o diretório liberal do município de Bananal, na Província de São Paulo, possuía uma reserva de 40 contos de réis.<sup>628</sup>

\*\*\*

A condição de líder da arrecadação de recursos permitiu a Francisco Correia aproximar-se de políticos liberais de Paranaguá, que naquela época controlavam a Câmara Municipal. Em 14 de março de 1865, por exemplo, ele foi um dos oradores da sessão da Câmara eferente à partida dos voluntários para o Paraguai.<sup>629</sup> Essa aproximação com os liberais, por certo, foi passageira e não significou a obtenção, a Correia, de oportunidade de retorno à vida partidária. Porém, verifica-se que, a despeito de seu pertencimento a uma parentela ligada ao Partido Conservador, o estabelecimento de relações com os liberais daquela localidade não se mostrou inviável. Conforme o mencionado correspondente:

Em suma, tais informações demonstram que, apesar de politicamente isolado, Francisco Correia ainda possuía a legitimidade para promover localmente uma campanha de

<sup>623</sup> *Jornal do Commercio*, 27 de dezembro de 1863, n. 357, p. 1.

<sup>624</sup> *Id.*

<sup>625</sup> *Jornal do Commercio*, 22 de fevereiro de 1867, n. 53, p. 2.

<sup>626</sup> *Jornal do Commercio*, 20 março de 1867, n.

<sup>627</sup> *Jornal do Commercio*, 09 de abril de 1863, n. 97, p. 1.

<sup>628</sup> *Jornal do Commercio*, 08 de fevereiro de 1864, n. 39, p. 2.

<sup>629</sup> *Correio Mercantil*, 19 de março de 1865, n. 78, p. 1.

arrecadação de donativos. Nesse contexto, as elites locais se uniam para a consecução de projetos do Governo Imperial, tais como a mobilização de forças para a Guerra do Paraguai. Assim, as rivalidades políticas não impediam que os membros dessas elites permanecessem unidos, mesmo que de modo episódico.

### **3.4.1. – O cargo de presidente de província e sua influência política: a inserção de Francisco Correia na vida partidária do Espírito Santo e Santa Catarina**

Em maio de 1870, após cinco anos de atuação como magistrado nos Termos de Iguape e Cananea, Francisco Correia foi nomeado presidente de Santa Catarina. Portanto, a sua nomeação para tal cargo ocorreu em uma época na qual o Gabinete Ministerial era comandado pelo Visconde de Itaboraá. A gestão de Francisco Correia à frente ao Governo Provincial catarinense foi encerrada em janeiro de 1871.

Conforme evidenciado no seguinte excerto do jornal *A Regeneração*, Francisco Correia, ao tempo em que fora nomeado presidente de Santa Catarina, já mantinha relações com lideranças dessa província: “Hoje seque para essa província o novo presidente Sr. Dr. Ferreira Corrêa. Tenho razões para dizer que S. Ex. conhece perfeitamente parte do pessoal conservador que aí figura na primeira linha dos chefes. Hé pois de crer que a divergência não se faça esperar entre o administrador da província e a assembléa legislativa”.<sup>630</sup>

Entretanto, cabe destacar que a oposição deflagrada contra Correia por lideranças conservadoras de Santa Catarina foi o principal motivo da sua exoneração. Em suma, tal oposição era decorrente do fato de que Francisco Correia estaria interferindo na gestão do Partido Conservador daquela província. Desse modo, nota-se a existência de um caso de competição política entre um agente da administração imperial e os membros do núcleo dirigentes do partido em Santa Catarina. Ao mesmo tempo, verifica-se que havia uma abertura, conferida por algumas facções do partido, para que tal agente exercesse uma influência na vida interna na agremiação. A respeito dos fatores que ocasionaram a demissão de Francisco Correia, cumpre dedicar atenção ao seguinte texto publicado no jornal *O Despertador*, em maio de 1871:

A administração atual e a passada

O Sr. Jesuino Lamego Costa, mal informado do que ocorria nesta capital, na administração do ilustrado, circunspecto e ativíssimo Sr. Dr. Ferreira Corrêa, sem mais nem menos foi ao *Jornal do Commercio*

---

<sup>630</sup> *A Regeneração*, 19 de maio de 1870, n. 174, p. 2.

fazer inserir, sob sua firma, um artigo apresentando esta província em estado deplorável, porque *o presidente em vez de cuidar do interesse geral, havia se constituído em chefe de partido*, etc., etc. Isso corroborado com o que disse o Dr. Galvão na câmara temporária contra o presidente, relativamente ao *Itapirobá* e depois no seu jornal, que de propósito fundou nesta capital sob o título de – *A Província* – para guerreá-lo, causou sérias apreensões ao governo imperial, a ponto de decretar a retirada deste administrador, e removê-lo para a província do Espírito Santo, (tal era a confiança que lhe merecia o Sr. Dr. Francisco Ferreira Corrêa) substituindo-o na presidência por outro da escola do Sr. Lamego – o Sr. Bandeira de Gouveia. O Sr. Ferreira Corrêa, além de possuir tino administrativo, ilustração e atividade em elevado grau (como dissemos), mostrava-se solícito em promover os melhoramentos possíveis à comodidade dos seus governados, e para melhor apreciar as necessidades locais, quis, como foi, a algumas delas, embarcando-se em vapores, expondo-se à incômodos de viagens, para apresentar-se em lugares onde poucos dos seus antecessores tinham pisado; tudo isto, porém não tinha importância para o homem *chefe do partido* porque não era ouvido nem cheirado. O Sr. Bandeira de Gouveia veio, tomou conta da administração, encafurnou-se no palácio presidencial e disse ao Sr. Manuel José de Oliveira: “estou às suas ordens, diga o que pretende deste humilíssimo servo, que será obedecido”. O Sr. Oliveira expandiu-se, empinou-se e disse consigo: “belo! Estou satisfeito em tudo e por tudo!” – encontrou o homem que ia pôr em prática as suas pretensões diabólicas, e sem hesitar meteu mãos à obra! Agora perguntamos ao Sr. conselheiro Lamego: em que assenta melhor epíteto de chefe de partido, ao Sr. Ferreira Corrêa que prestou os serviços mencionados e outros por mencionar à província, ou o Sr. Bandeira de Gouveia que está servindo de instrumento de vingança do compadre de S. Ex.? Talvez que S. Ex. conta a *estrada* completamente desembaraçada para passar no seu carro, em direitura do senado, mas podemos assegurar-lhe que terá dificuldades para chegar lá... se chegar!<sup>631</sup>

Por um lado, essa notícia evidencia que lideranças regionais do partido conservador, tais como o almirante Jesuino Lamego da Costa (1811-1886), futuro Barão de Laguna, articularam a destituição de Francisco Correia do seu posto. Ou seja, tal fato evidencia o envolvimento do Governo Imperial para aplacar conflitos entre agentes imperiais e chefes políticos regionais, bem como para impedir o crescimento da influência desses agentes sobre a vida partidária das províncias.

Após três semanas da publicação desse texto, o articulista do *O Despertador* acentuou que, ao tempo em que Francisco Correia e seu sucessor presidiram Santa Catarina, o Partido Conservador na província dividia-se em duas correntes. De um lado, os apoiadores dos presidentes da província. De outro lado, os correligionários de um chefe local da agremiação, o citado Manuel José de Oliveira. Leia-se, pois, as seguintes considerações do articulista: “Nomeado S. Ex. [Joaquim Bandeira de Gouveia] para administrar esta bela, porém desditosa província em circunstâncias um pouco anormais, quando pelo capricho e vaidade vã de um indivíduo se achava o partido dividido em dois grupos, um apoiando e sustentado os atos dos agentes do governo, e, portanto, verdadeiros e sinceros amigos da ordem, firmes e dedicados conservadores; o outro dirigido pelo pretensioso Manuel José de Oliveira”.<sup>632</sup>

<sup>631</sup> *O Despertador*, 05 de maio de 1871, n. 863, p. 1. Grifos no original.. Ferreira”.

<sup>632</sup> *O Despertador*, 26 de maio de 1871, n. 869, p. 1. *Diário do Rio de Janeiro*, 26 de abril de 1871, n. 114, p. 1. Grifos no original.

Nesse contexto, os funcionários imperiais atuantes em províncias agiam, em determinadas ocasiões, como aliados políticos. Tal coesão, por seu turno, acirrava o seu antagonismo com chefes políticos locais. A esse respeito, cabe destacar a aproximação entre Francisco Correia e outro agente da administração imperial, a saber, o bacharel baiano Manuel Vieira Tosta (1839-1922), filho de um dirigente nacional do Partido Conservador: o Barão de Muritiba. Manuel Tosta exercera o cargo de chefe de Polícia e 1º vice-presidente de Santa Catarina ao tempo em que Correia presidiu essa província.

A hostilidade entre chefes partidários locais e agentes estatais adventícios era, pois, um elemento peculiar à época da gestão de Francisco Correia como presidente de Santa Catarina. Desse modo, Manuel Vieira Tosta, a exemplo de Francisco Correia, permaneceu distante dos gestores do Partido Conservador de Santa Catarina. Assim, cumpre destacar o seguinte abaixo-assinado produzido pelos deputados provinciais ligados esse partido, tais como Manuel José de Oliveira.

Nesse texto, os deputados manifestaram a sua oposição a Tosta, na ocasião em que ele ocupava interinamente a presidência do Governo Provincial, na qualidade de 1º vice-presidente: “Os abaixo-assignados deputados provinciais, declaram que retiram-se da Assembléa Legislativa provincial enquanto estiver na vice-presidência da província o Exm. Sr. Dr. Manuel Vieira Tosta, pelos motivos que declararam em sessão de hoje, e que devem constar da acta. Desterro, 14 de maio de 1870”.<sup>633</sup>

\*\*\*

Nesse contexto, a proximidade entre Correia e Tosta era encarada como evidência do distanciamento do primeiro em relação aos próceres do Partido Conservador de Santa Catarina. Francisco Correia, em suma, era encarado como um “caixeiro e secretário de Tosta”.<sup>634</sup> Por outro lado, durante a sua gestão nessa província Correia manteve-se distante do principal líder regional do partido, o citado Manuel José de Oliveira.

Um das formas de atuação política de Correia e Tosta consistiu em articular o lançamento de candidaturas parlamentares naquela província. Ou seja, elas intentaram exercer uma influência no Partido Conservador, a despeito da oposição dos próceres locais da grei. Uma candidatura articulada por Francisco Correia em Santa Catarina não se concretizou. Francisco Correia e Manuel Tosta buscaram lançar a candidatura senatorial de outro adventício – o sul-rio-grandense Luiz Antônio da Silva Nunes (1830-1911). Nos anos 1860,

<sup>633</sup> *Regeneração*, 19 de maio de 1870, n. 173, p. 3.

<sup>634</sup> *Jornal do Commercio*, 15 de outubro de 1870, n. 284, p. 1.

esse indivíduo fora deputado geral pelo Espírito Santo.<sup>635</sup> Ou seja, trata-se de evidência da abertura dos quadros partidários das províncias a adventícios.

A despeito do malogro dessa candidatura, a pretensão de lançar do nome de Silva Nunes ao Senado é um indício da atuação política autônoma do agente imperial Francisco Correia em relação aos potentados do Partido Conservador catarinense. Atente-se, pois, ao seguinte comentário do articulista do *Diário do Rio de Janeiro*. A leitura desse texto possibilita constatar que os antagonismos entre presidentes de província e chefes partidários locais eram também derivados das destituições de agentes estatais promovidas pelos primeiros:

Os leitores do *Diário* não terão, por certo, esquecido com quanta acrimônia e frequência era, há meses, censurada a direção dos negócios públicos na província de Santa Catharina, então administrada pelo Dr. Francisco Ferreira Corrêa, atual presidente do Espírito Santo. A dar crédito às publicações, quase semanais, em que eram a esmo reproduzidos virulentos artigos do periódico catarinense *Província*, cuidar-se-ia que aquela parte do Império atravessava quadra anormal, entregue aos excessos de injustificável reação. Dir-se-ia que, de mãos dadas, o arbítrio, a corrupção e a violência haviam se assenhorado daquele ameno e dantes tranquilo torrão, convertendo-o no mais infeliz da região brasílica. Um distinto parlamentar que é ao mesmo tempo insigne jornalista, chegou até a dizer com inimitável chiste que Santa Catarina naquela época se achava ao *Sul da lei*. Tinham, porém, essa increpações razão de ser? Examinemos a mais grave e repetida delas, a que se refere à *derrubada* de autoridades policiais feita pelo Sr. Tosta, então chefe de polícia, a quem se atribuía, de combinação com o Sr. Corrêa, o tenebroso plano de criar na província um partido pessoal destinado a sustentar em ocasião oportuna a candidatura do Sr. Silva Neves à cadeira senatorial que algum dia (e Deus consinta que bem tarde) há de deixar vagar o Exm. Sr. Dr. José da Silva Mafra! São passados já três meses desde que o Sr. Dr. Joaquim Bandeira de Gouvêa governa Santa Catharina. Tempo tem havido, portanto, e de sobra, para reparar os *males* causados pelos Srs. Corrêa e Tosta; tanto mais quanto ainda ultimamente esteve durante quarenta dias à testa da repartição de polícia o Dr. Manuel do Nascimento Fonseca Galvão o mais acre censor que aqueles senhores tiveram, o diretor da imprensa que os atacava, em suma o próprio exímio parlamentar que em concisa e graciosa frase resumiu os escândalos daquela época.<sup>636</sup>

Conforme evidenciado no quarto capítulo desta tese, a família de Francisco Correia, no final dos anos 1870, também se mobilizou para destituir um funcionário imperial que lograra estabelecer alianças com chefes do Partido Conservador do Paraná. Assim, a destituição de Francisco Correia da presidência de Santa Catarina evidencia que os chefes desse partido nessa província detinham a condição de interferir em decisões imperiais. Em suma, o texto acima transcrito possibilita constatar que nos oito meses em que permaneceu na presidência de Santa Catarina, Francisco Corrêa conseguira participar da gestão do diretório provincial do Partido Conservador. Mais especificamente, ele se confrontara com lideranças regionais na disputa pelo controle dessa agremiação.

<sup>635</sup> *Id.*

<sup>636</sup> *Diário do Rio de Janeiro*, 26 de abril de 1871, n. 114, p. 1. Grifos no original.

No texto acima transcrito, é ressaltado que um dos contendores de Francisco Correia em Santa Catarina seria o citado advogado provisionado Manuel José de Oliveira. Desse modo, cumpre destacar que uma das formas empregadas por Correia para reduzir o poder político desse indivíduo era vetar os projetos que ele apresentava como deputado provincial.

A esse respeito, leia-se a seguinte informação publicada no jornal *A Regeneração*, em abril de 1871: “O ex-presidente da província Dr. Francisco Ferreira Corrêa negou ano passado sanção a um projeto de lei apresentado pelo Sr. Manuel José de Oliveira, criando um lugar de amanuense na secretaria da assembléa, projeto do qual fazia questão de vida ou de morte aquele deputado”.<sup>637</sup> O articulista destacou, pois, que esse projeto era de interesse do “Sr. Oliveira e de seus apaniguados”.<sup>638</sup>

Em suma, um dos fatores da animosidade entre Francisco Correia e o líder conservador de Santa Catarina decorreu do obstáculo criado por Correia para a criação de um cargo que tal liderança buscava preencher com um de seus aliados. Dessa forma, Correia impediu, naquele momento, o crescimento da influência de Manuel de Oliveira sobre as políticas de nomeações provinciais. O distanciamento entre Francisco Correia e os conservadores que controlavam o diretório provincial do partido (ou *grêmio*) é evidenciado em um artigo publicado no jornal *A Regeneração*, em novembro de 1870. Nesse artigo, é enfatizado que um oficial da Guarda Nacional articulava a sua candidatura a deputado geral. Ele seria, pois, o candidato de Francisco Correia. De outro lado, os conservadores que se opunham a Correia lançaram outra candidatura:

*A Regeneração*, órgão do partido liberal, em seu último número, batendo palmas, em artigo de fundo, pela divergência que lavra no partido conservador, diz que os *governistas*, aliás, prestigiosos, apresentam candidato à eleição provincial ao honrado Sr. tenente-coronel Luiz Ferreira do Nascimento Mello, a quem a *Regeneração* teve os devidos elogios, ao passo que os *dissidentes*, grupo insignificante do extinto *grêmio*, recomendam para o mesmo fim o nome do Sr. Padre Francisco Luiz do Livramento, que, na opinião, da *Regeneração*, é homem novo na política, conservador de aluvião, caráter dúbio, sem nome e sem prestígio. O Sr. Ferreira, acrescenta o órgão da oposição, é um conservador antigo, caráter grave e sisudo, posição distinta. Até ahi estamos de acordo; o que, porém, não podemos deixar passar sem protesto é o seguinte: “Correm até versões pouco lisonjeiras à presidência sobre o modo como foram conseguidas certas assinaturas de funcionários subvencionados pelos cofres provinciais, dizendo-se que o Sr. secretário do governo as andou negociando e talvez abusando da sua autoridade e do nome de S. Ex. Basta o advérbio *talvez* para mostrar a pouca segurança com que se exprime a *Regeneração*, ao mesmo tempo que serve para justificar o Sr. secretário de governo de uma imputação tão grave aos olhos do seu superior e do público sensato. Ninguém ignora que o Exm. Sr. Dr. Francisco Ferreira Corrêa é amigo do Sr. tenente-coronel Luiz Ferreira do Nascimento Mello e apreciador das nobres qualidades que o adornam; mas o que ninguém poderá provar é que S. Ex., na alta posição de presidente de província, tenha falado a quem quer que seja sobre a candidatura do Sr. Ferreira, que por si mesma se

<sup>637</sup> *A Regeneração*, 02 de abril de 1871, n. 264, p. 2.

<sup>638</sup> *Id.*



recomenda ao corpo eleitoral. No entanto, tem ela a seu favor todos os *governistas*, que são os homens mais proeminentes do partido conservador da província de Santa Catarina. O Sr. presidente de província seria injusto se por ventura privasse os amigos da administração de se interessarem pela eleição do dito Sr. Ferreira. Isto não faz, nem fará, o digno administrador, porque S. Ex. reúne a outras nobres qualidades os mais perfeitos sentimentos de justiça, moderação e imparcialidade. Ninguém é mais escrupuloso do que S. Ex.<sup>639</sup>

Por um lado, tal informação evidencia que a inserção de um presidente de província na vida política regional poderia gerar uma cisão partidária. Mais precisamente, essa cisão ocasionava o enfraquecimento do grupo político que controlava o diretório provincial. Por outro lado, verifica-se que a força política dos presidentes de província era decorrente de antigas divisões entre os componentes dos diretórios provinciais. Os presidentes, por certo, não se envolviam diretamente no desenvolvimento das campanhas eleitorais. Todavia, eles não eram infensos a participar dos processos de viabilização de candidaturas.

O caso da atuação de Francisco Correia como presidente de Santa Catarina evidencia que o controle sobre o diretório provincial das agremiações partidárias era, por vezes, ambicionados pelos presidentes. Em determinadas circunstâncias, ele buscavam realizar esse intento por meio da conquista de aliados no âmbito regional, mas também por meio da aproximação a chefes nacionais da agremiação. A esse respeito, cabe dedicar atenção a uma crônica política, de autoria anônima, publicada em *A Regeneração*. Essa crônica evidencia que, nos momentos finais de sua administração, Correia buscava junto a líderes nacionais do Partido Conservador o apoio para instaurar o seu domínio sobre a grei conservadora em Santa Catarina:

Já lhe tinha contado a bandalheira dos aduladores do Corrêa e do empertigado chefe de Polícia, mandando que o Maneca Moreira, Miguel Lobo, Amphiloquio, Lopes Faria e outros fizessem um novo Directorio do Grêmio, afim de pôr-me fora da Presidência do dito. [...] O Tosta, o Corrêa e outros, conhecendo o passo errado do Lopes, Amphiloquio e mais sequazes, além disso a intriga manejada pelos liberaes, especialmente pelo Dr. Pitanga que na surdina tem-nos feito um mal dos diabos, além da direção do presidente pelo Dr. Mafra, que com finura vai fomentando a intriga, tudo isso entrou em ebulição e determinou ou deu em resultado uma pequena conferência em Palácio, onde se assentou definitivamente na reunião dos dissidentes, ou governistas, com o fim de eleger o novo grêmio. Dei um cavaco solene com o negócio, porque não me agradava a ideia de que qualquer questão sobre o caso teria de ir à Corte e ser decidido pelo Centro Conservador, do qual é presidente o Barão de Muritiba e secretário o Duque Estrada, pai e cunhado do Tosta. Não me acorbardei, porém, e enviei todos os meus esforços para obstar a ida de alguns amigos. Mas qual! A autoridade tem uma grande força, e os homens a nada atenderam.<sup>640</sup>

<sup>639</sup> *O Despertador*, 26 de novembro de 1870, n. 817, p. 3.

<sup>640</sup> *A Regeneração*, 22 de dezembro de 1870, n. 235, p. 3.

Em síntese, o envolvimento em esquemas de nomeações permitiu a Francisco Correia exercer, em Santa Catarina, uma influência política que ele não conseguira desempenhar no Paraná. Por outro lado, o agravamento dos confrontos com lideranças partidárias regionais tornava inviável a permanência de presidentes tais como Correia, ainda que eles tivessem conseguido enfraquecer momentaneamente o grupo político dos seus contendores.

Para além das divergências com chefes locais do Partido Conservador, a gestão de Francisco Correia como presidente de Santa Catarina também foi marcada pela aproximação com membros do Partido Liberal. Tal aproximação, conforme evidenciado a seguir, também ocorreu ao tempo de sua gestão no Governo do Espírito Santo. Essa aproximação, contudo, não impediu que esse presidente fosse criticado pelas suas ações administrativas.

De um lado, cabe ressaltar Francisco Correia nomeou membros do Partido Liberal para cargos provinciais. De outro lado, cumpre salientar que um órgão da imprensa liberal naquela província defendia que a atuação desse administrador era subserviente às orientações de chefes regionais do Partido Conservador.

Um episódio dessa subserviência, no entendimento do articulista do jornal *A Regeneração*, consistiu na confirmação, por Ferreira Correia, da demissão de oficiais da Guarda Nacional lotados no município de Laguna. Realizada, em 1869, pelo presidente Joaquim Xavier Neves (1793-1871).<sup>641</sup> Tal demissão também fora mantida ao tempo em que a província era administrada por um conservador, o bacharel Manuel do Nascimento Fonseca Galvão (1837-1916):

S. Ex. não recebeu para lavrá-las pedidos de adversários políticos ou de correligionários seus. Nem a oposição precisa de favores do presidente da província, nem S. Ex. e cortejos dela. Fique isto bem patente, para desviar de alguns espíritos fracos o receio de transigências indecorosas a ambas as partes. Os liberais aqui e em toda parte só querem e pedem justiça, nada mais. E porque S. Ex. visando o

<sup>641</sup> Joaquim Xavier Neves, estabelecido como fazendeiro em Lages, enquadrava-se, também, na categoria dos adventícios incorporados à vida política de Santa Catarina. Natural da vila de Paranaguá, pertencente na época à Capitania de São Paulo, ele principiou o seu envolvimento na política catarinense em 1842, quando eleito deputado provincial. Era membro do Partido Conservador. Ver CORRÊA, Carlos Humberto. *Os governadores de Santa Catarina, 1739-1982*: notas biográficas. Florianópolis: Editora da UFSC, 1983, p. 214. Por outro lado, a leitura do jornal *A Regeneração* evidencia que um dos aspectos do poder político desse adventício em Santa Catarina recaía sobre a influência em esquemas de nomeações imperiais e provinciais. Essas nomeações beneficiaram tanto Joaquim Neves quanto os seus descendentes. Cumpre destacar, assim, o modo como o envolvimento nesses esquemas era operacional à conservação dos políticos adventícios – e de membros de sua parentela – na vida administrativa das províncias. Nesse quadro, cumpre mencionar que em 1868, época derradeira de sua carreira política, ele foi nomeado Comandante Superior da Guarda Nacional dos municípios de Desterro, São José e João Miguel. Nessa época, o seu filho Gaspar Xavier Neves (1815-1876) acabara de ser destituído do cargo coletor das Rendas do município de São José e, por consequência, foi designado diretor das colônias de Santa Isabel e Teresópolis, localizadas em Santa Catarina. *A Regeneração*, 24 de outubro de 1868, n. 13, pp. 2-3. Em suma, destaca-se que tais nomeações possibilitaram à família Xavier Neves consolidar uma influência sobre a vida política e administração de municípios adjacentes à capital da província.

interesse do partido a que se ligou depois de sair do *Paraná*, postergando direitos adquiridos, não recuou ante a extrema dificuldade de decidir contra a lei, que barbaramente calçou e iludindo a sua consciência, rubricou com a mão trêmula o despacho de 20 do corrente, confirmando o do Sr. Galvão de 28 de janeiro, o índio desfecha-lhe golpe certo e crava uma das suas mais aguçadas setas na toga do magistrado, hoje fardado a administrador de província. O índio está longe de supor que o Sr. Dr. Corrêa, tímido e amedrontado por ver através dos mares os dentes do deputado Galvão, quisesse desarmá-lo, firmando com seu nome, e sustentando a trama urdida pela manhosa mão do Sr. [Luiz] Duarte Pereira [juiz da Comarca de Laguna] – o Pylades do Orestes Sergipano. [...] O ato da presidência de 5 de Outubro privou dos postos a dez oficiais da guarda nacional do município de Laguna, por se acharem compreendidos na disposição do § 1º do Art. 65 da Lei de 19 de Setembro de 1859, combinado com o Art. 20 do decreto n. 1354 de 6 de Abril de 1854, quando é certo, e os demitidos o provaram vantajosamente que tiraram suas patentes e se apresentaram fardados dentro do prazo! [...] Aos demitidos só resta agora o recurso da imprensa, e dos tribunais superiores. Aos Srs. Galvão e Corrêa, o remorso por terem negado a justiça que cabia em suas atribuições.<sup>642</sup>

Neste texto há uma referência ao bacharel Luiz Duarte Pereira, pai do advogado José Higino Duarte Pereira (1847-1901). Inicialmente, cabe salientar que a notícia acima transcrita evidencia uma aproximação, em Santa Catarina, entre bacharéis adventícios que ali atuavam como funcionários comissionados do Império. A expressão burlesca empregada pelo articulista (*Pylades do Orestes sergipano*) diz respeito à aliança entre o pernambucano Luiz Duarte e o sergipano Manuel Galvão. Mais especificamente, esses adventícios também mantinham uma aproximação política com um chefe partidário da província, a saber, o citado Joaquim Xavier Neves. Para o articulista, esses indivíduos formavam um grupo que controlava a vida administrativa da província.

Nesse sentido, cumpre salientar que, de acordo com o redator de *A Regeneração*, a mencionada demissão dos oficiais da Guarda Nacional fora uma decisão acertada entre Luiz Duarte, Joaquim Neves e Manuel Galvão (conforme o articulista, “*Estribados no direito que disputavam, tendo por égide a opinião pública, as vítimas do ludibrio bárbaro da maldita trindade Neves-Duarte Pereira e Galvão não abandonaram seu posto de honra*”).

Em geral, a influência desses agentes estatais adventícios não era duradoura. Luiz Duarte, por exemplo, transferiu-se para o Espírito Santo em 1872, por ocasião de sua nomeação para o cargo de juiz de Direito da Comarca de Vitória. Porém, nota-se a predisposição das elites regionais em aproximar-se desses agentes e, por conseguinte, buscar a concretização de determinados desígnios políticos e administrativos. Por outro lado, atentar a aspectos do percurso político de José Higino possibilita evidenciar a existência, na Província de Santa Catarina, de um processo de recrutamento de bacharéis adventícios aos quadros partidários. Higino era natural da Província de Pernambuco e transferiu-se para Santa Catarina com a finalidade de exercer a função de Promotor Público de Desterro, em 1868. Ele

<sup>642</sup> *A Regeneração*, 28 de agosto de 1870, n. 203, p. 2.

desempenhou mandato de deputado à Assembleia de Santa Catarina, de 1870 a 1871, pelo Partido Conservador. Todavia, a atuação política desses adventícios era, por vezes, marcada tanto pela brevidade quanto por insucessos eleitorais. Em 1872, por exemplo, ele obteve apenas dois votos na eleição para deputado provincial.<sup>643</sup>

\*\*\*

A análise das informações dos jornais catarinenses permite evidenciar que determinadas ações de Francisco Correia à frente do Governo Provincial guardavam similaridades com as ações executadas por políticos conservadores que também presidiram a província anteriormente. Todavia, o envolvimento de Correia na gestão do Partido Conservador catarinense e as oportunidades que concedeu a membros do Partido Liberal demonstram que ele não desenvolveu a sua atuação política e partidária sob a irrestrita orientação dos chefes regionais da agremiação. Mais precisamente, trata-se de um indício de que eram volúveis as relações entre o presidente de província adventício os chefes regionais do partido ao qual ele estava vinculado.

Assim, em Santa Catarina, houve uma ocasião na qual um agente estatal adventício manteve relações mais sólidas do que Francisco Correia com dirigentes locais do Partido Conservador. Por consequência, a atenção ao percurso político do citado Manuel Galvão possibilita evidenciar que na província de Santa Catarina, de modo análogo às províncias do Amazonas e Paraná, também houve a incorporação de presidentes de província adventícios aos seus quadros partidários. Natural da Província de Sergipe, Manuel Galvão foi vice-presidente de Santa Catarina em três ocasiões, em um período que abarca os anos de 1869 e 1872. Ele exerceu, ainda, mandatos de deputado provincial em Santa Catarina (1869-1870) e deputado geral (1869-1872; 1873-1875) por essa província.<sup>644</sup>

Por fim, cumpre destacar que a indicação de Galvão como candidato do Partido Conservador a deputado geral fora realizada por Jesuíno Lamego. Em suma, cumpre evidenciar, por meio da transcrição de uma notícia publicada em *A Regeneração*, em janeiro de 1869, que, de modo análogo ao caso paranaense, bacharéis adventícios lograram rapidamente estabelecer aliança com os chefes regionais dos partidos. Tal aliança era decisiva às oportunidades políticas desses políticos novatos. Ao mesmo tempo, o excerto transcrito a seguir demonstra que a inserção de um bacharel adventício na vida política e administrativa

<sup>643</sup> *A Regeneração*, 04 de fevereiro de 1872, n. 349, p. 1.

<sup>644</sup> Acerca da participação de Galvão na vida partidária catarinense, ver EL-KHATIB, Said Mohamed (Org.). *História de Santa Catarina*. Volume 1. Curitiba: Grafipar, 1970.

de uma província era, por vezes, marcada pela migração para o partido adversário. Nesse contexto, a eleição de adventícios era um acontecimento que gerava protestos. Atente-se, pois, ao seguinte comentário do redator do periódico:

É deputado por Santa Catharina o sergipano Dr. Manuel do Nascimento da Fonseca Galvão! Estava reservado ao partido conservador, e principalmente à imposição do Sr. Lamego, arrancar da obscuridade o nome do Sr. Galvão, para elevá-lo à altura de representante da província de Santa Catharina! [...] Onde [estão] os brios deste nobre povo, que se fazia um imperioso dever, não eleger às representação nacional senão a seus patrícios? Onde [está] esse espírito de amor pátrio que nos apontava como a província única, onde eram repelidos nas pretensões de representa-la aqueles que nela não viram a luz? [...] O Sr. Lamego, que não contenta em fazer-se eleger, que vai além e impõe o nome do Dr. Galvão, como se o fizesse subordinados seus. E o Sr. Galvão, transigindo com a sua consciência política, abandonando amigos, a quem tanto deve, esquecido de suas crenças, de seus princípios, de sua filiação ao partido liberal, cego pela ambição, trânsfuga político, recebe um mandato do partido conservador!”<sup>645</sup>

Dessa forma, as informações apresentadas nesta tese permitem salientar que, no Segundo Reinado, em distintas províncias, a inserção de adventícios aos quadros partidários era enxergada como indício do baixo grau de autonomia da vida partidária regional. As informações aqui analisadas permitem destacar que a ingerência de chefes partidários nacionais nesse processo de absorção de adventícios foi mais ostensiva no princípio dos anos 1860. Por outro lado, a incorporação de adventícios, em províncias como o Paraná e Santa Catarina, ao longo dos anos 1870, foi comandada pelos dirigentes regionais do Partido Conservador.

O sucessor de Francisco Correia na presidência de Santa Catarina, o carioca Joaquim Bandeira de Gouveia (1812-1878), também se defrontou contra correligionários do Partido Conservador nessa província. Todavia, ao contrário de Francisco Correia, o novo presidente atuou para conter o crescimento do grupo de opositores de Manuel José de Oliveira, chefe local da agremiação. Conforme evidenciado nesta seção, Francisco Correia e Manuel de Oliveira eram adversários. A transcrição de um excerto do editorial de *O Despertador*, de 16 de junho de 1871, permite constatar a recorrência do envolvimento de presidentes de província na gestão de diretórios partidários: “S. Ex. saltou em nossas plagas de foice erguida e começou por decepar os *conservadores dissidentes* de Manuel José de Oliveira, por entenderem que não deviam continuar a reconhecê-lo por chefe do partido conservador da

---

<sup>645</sup> *A Regeneração*, 06 de março de 1869, n. 51, p. 1.

província e presidente vitalício de um pequenino grupo de indivíduos ignorantes alcunhado de *directorio*".<sup>646</sup>

A divisão entre os *governistas* e os *dissidentes*, no âmbito do Partido Conservador de Santa Catarina, tornou-se acentuada ao tempo da presidência de Francisco Correia. Ambos os grupos confrontavam-se, por exemplo, pelo fato de que apoiavam diferentes candidatos a cargos como deputado geral. A imprensa que apoiava os governistas, contudo, refutava o argumento de que Correia estaria diretamente envolvido na viabilização das candidaturas dos membros da sua facção partidária. A esse respeito, leia-se a seguinte informação publicada em *O Despertador*:

Ninguém ignora que o Exm. Sr. Dr. Francisco Ferreira Corrêa, é amigo do Sr. tenente-coronel Luiz Ferreira do Nascimento Mello e apreciador das nobres qualidades que o adornam; mas o que ninguém poderá provar é que S. Ex., na alta posição de presidente da província, tenha falado a quem quer que seja sobre a candidatura do Sr. Ferreira, que por si mesma se recomenda ao corto eleitoral. No entanto tem ela a seu favor todos os *governistas*, que são os homens mais proeminentes do verdadeiro partido conservador de Santa Catharina. O Sr. presidente da província seria injusto se por ventura privasse os amigos da administração de se interessarem pela eleição do distinto Sr. Ferreira.<sup>647</sup>

A despeito das distintas interpretações sobre o modo de atuação de Francisco Correia na política catarinense, verifica-se que o jogo partidário dessa província, no Segundo Reinado, era aberto à participação de adventícios. Nesse particular, presidentes de províncias mantinham estritas ligações com facções locais do Partido Conservador e se imiscuíam em projetos eleitorais. Desse modo, as divisões internas a esse partido, em Santa Catarina, favoreceu o crescimento da influência de presidentes sobre a gestão local da agremiação.

\*\*\*

Em fevereiro de 1871, um mês depois de sua destituição do cargo de presidente de Santa Catarina, Francisco Correia foi nomeado presidente do Espírito Santo. A sua gestão estendeu-se, nessa província, até junho de 1872. De modo análogo ao ocorrido em Santa Catarina, os últimos meses da administração desse bacharel no Espírito Santo foram marcados por críticas dos seus correligionários conservadores. Nesse quadro, é necessário ressaltar que desde o mês de outubro de 1870 um órgão da imprensa catarinense adiantava a informação de que aquele bacharel seria nomeado presidente do Espírito Santo. Conferir atenção a uma notícia acerca dessa nomeação permite evidenciar que, a partir dos anos 1870, os bacharéis

<sup>646</sup> *O Despertador*, 16 de junho de 1871, n. 875, p. 1. Grifos no original.

<sup>647</sup> *O Despertador*, 25 de novembro de 1870, n. 817, p. 3. Grifos no original.

conservadores paranaenses pertencentes à geração de 1830 alcançaram a prerrogativa de interferir em decisões imperiais.

Em geral, essas decisões eram atinentes ao preenchimento de cargos comissionados. Dessa maneira, um dos principais elementos da força política dos bacharéis pertencentes a essa geração era a sua capacidade de intermediar, junto ao Governo Imperial, interesses particulares dos seus correligionários: “O Sr. Dr. Corrêa, de juiz que era da *bagagem* pulou para o *Espírito Santo*, graças ao mano Manuel [Francisco Corrêa] que ainda arranjou a remoção do punho já trêmulo do moribundo ministro da Justiça, Barão de Muritiba. Crê-se que este despacho prognostica a exoneração de S. Ex”.<sup>648</sup>

\*\*\*

A leitura da série de cinco editoriais publicados no jornal *O Estandarte* em junho de 1872, os quais eram destinados a criticar as ações de Francisco Correia à frente do Governo do Espírito Santo, evidencia que o principal fator do afastamento dos conservadores em relação a esse presidente decorria do fato de ele, Francisco Correia, ter nomeado membros do Partido Liberal, assim como indivíduos que defendiam o ideário republicano. Ou seja, a principal crítica direcionada a Francisco Correia era derivada do fato de que a nomeação de liberais e republicanos consistiu em um obstáculo à maior participação dos conservadores na gestão do Governo Provincial. A perda de espaço na administração pública representaria, pois, um enfraquecimento do próprio partido. Acerca das críticas direcionadas pelo articulista anônimo ao ex-presidente, cumpre dedicar atenção ao seguinte excerto:

Felizmente retira-se desta província do Espírito-Santo o Sr. Dr. Francisco Ferreira Corrêa, cuja exoneração, no dizer dos próprios apaniguados, já se esperava há muito tempo, atentos aos desmandos que praticara. Fica sim a província desembaraçada do Sr. Dr. Corrêa, mas em que estado? No mesmo deplorável descaimento em que ele deixou a de Santa Catharina. Por sua falta de tino administrativo, por sua política híbrida, e por sua liberalidade, ou quase prodigalidade em favor dos *progressistas-liberais-republicanos*, fica profundamente abalado o partido conservador, e exaustos os cofres públicos. [...] É, pois, para dizer-se, parodiando o correspondente da *Reforma*: esta administração foi proveitosa aos soldados (*progressistas-liberais-republicanos*) e calamitosa à província. Paciência: vá-se embora o Sr. Dr. Corrêa, e seremos contentes. Ainda bem que a sua exoneração veio a tempo de evitar maior descalabro, maior dano. Si S. ex-Exca. permanecesse aqui até Setembro, com a discórdia e divisão, que desgraçadamente existe entre os conservadores promovida pelo Sr. Dr. Corrêa, como fez em Santa Catharina, nas próximas eleições talvez pudessem os diletos *progressistas-liberais-republicanos* encartar alguns dos seus no eleitorado, na vereança, e no juizado de Paz. Como perderam esta esperança, andam por aí já os *homens dos Nós* a nos propor liga! Quem sabe se este último recurso não lhes foi sugerido pelo ex-presidente? E seria por ventura a ideia do governo quando para cá mandou o

---

<sup>648</sup> *A Regeneração*, 16 de outubro de 1870, n. 216, p. 3.

Ex<sup>mo</sup>.Sr. Dr. Corrêa? Não deu certo: o ministério não queria a divisão dos conservadores que o apoiavam, nem a elevação dos *progressistas*.<sup>649</sup>

Ao mesmo tempo, o autor das críticas a Francisco Correia acentuou, de maneira irônica, que a exoneração desse indivíduo do cargo de presidente minou quaisquer chances de esse bacharel obter, dos conservadores do Espírito Santo, apoio a eventuais projetos eleitorais: “Boa viagem, Dr. Corrêa, e melhor sucesso em sua política futura. *Desta vez não perca a esperança de poder ser deputado por esta província!!!*”<sup>650</sup> O redator do *Estandarte* também salientou que, a despeito de suas relações políticas com adversários da grei conservadora, Francisco Correia não conseguiu formar, no Espírito Santo, um grupo de correligionários: “Desunindo os conservadores, trazendo a confusão em os negócios públicos, não soube mais do que chamar a si os seus predilectos progressistas. Apesar de tudo. S. ex-Ex<sup>a</sup>. não teve verdadeiro apoio de nenhum dos partidos: ninguém tinha fé em sua ex-Ex<sup>ap</sup>”.<sup>651</sup>

De outra parte, o articulista de *O Estandarte* enfatizou que a gestão de Francisco Correia em Santa Catarina prenunciava que esse agente da administração imperial era orientado pelo intuito de provocar uma cisão no Partido Conservador. Uma das formas de dividir a agremiação e de criar obstáculos à participação dos correligionários na administração

---

<sup>649</sup> *O Estandarte*, 23 de junho de 1872, p. 1. Grifos no original. Um caso de divergência entre presidente de província e chefes partidários regionais em virtude da nomeação e destituição de agentes estatais ocorreu na Província de Minas Gerais, à época em que o citado Herculano Ferreira Pena esteve à frente do Governo Provincial. Ferreira Pena, ao tempo em que presidiu Pernambuco, atuou para reprimir a Revolta Praieira (1848), organizada pelos correligionários do Partido Liberal. Entretanto, quando esteve à frente do Governo de Minas Gerais, ele realizou demissões de agentes estatais ligados ao Partido Conservador. Tais demissões, por consequência, foram encaradas pelos conservadores como um indício de aproximação entre o presidente da província e os liberais. Note-se, pois, que Ferreira Pena foi nomeado presidente dessa província em fevereiro de 1856, ao tempo em que o Marquês do Paraná, do Partido Conservador, comandava o Gabinete Ministerial. Porém, os próprios políticos mineiros reconheciam que ele não era militante em nenhum dos dois partidos. A respeito da querela política suscitada pelas demissões promovidas por Ferreira Pena, cabe atentar ao seguinte excerto do discurso do deputado Salatiel de Andrade Braga, pronunciado na sessão de 13 de junho de 1857 da Câmara dos Deputados, duas semanas após o fim da gestão de Pena: “O Sr. Herculano Ferreira Pena, prestando constantemente ouvidos às inspirações do partido liberal, querendo que a província de Minas Gerais se esquecesse da opinião que dele se tinha formado na sua administração de Pernambuco, tratou de aproveitar todas as ocasiões de hostilizar o partido saquarema. [...] O Sr. Herculano Ferreira Pena, continuando a sua obra de inversão conciliadora, demitiu um número extraordinário de delegados de polícia, pertencentes ao partido saquarema. [...] Senhores, o Sr. Herculano Ferreira Pena, no seu furor de agredir o partido saquarema, não trepidou em dar demissão ao delegado de Baependy, pela simples denúncia de ter prendido um votante, sem que fosse semelhante denúncia comprovada com documentos”. BRASIL. *Annaes do Parlamento Brasileiro*. Câmara dos Srs. Deputados. Sessão de 1857. 1º Volume. Rio de Janeiro: Typographia do Imperial Instituto Artístico, 1873, p. 571. Em suma, maneira de os presidentes gerirem as políticas de nomeações, portanto, era um fator que alimentava descontentamentos entre chefes partidários regionais. Tais descontentamentos, por conseguinte, solapavam as chances de os presidentes angariarem apoio político.

<sup>650</sup> *O Estandarte*, 23 de junho de 1872, n. 25, p. 1. Grifos no original.

<sup>651</sup> *Id.*



provincial era conferir espaço, nas políticas de nomeações, aos contendores desse partido. A esse respeito, leia-se o editorial que o articulista publicou em 30 de junho de 1872:

Como político, [Francisco Correia] representou na província, como o faz em Santa Catharina, um triste papel, que envergonharia a um conservador de princípios e consciencioso. S sua ex-Ex<sup>a</sup>. apresentou-se aqui, como ali, fingindo-se conservador para mais à salvo levar à execução o sinistro plano de dar queda ao partido, que o adotou e elevou. Neste desígnio, começou por dividi-lo para enfraquecê-lo. Tirava, ou fazia tirar empregos aos conservadores para dá-los aos contrários: dava a estes cargos e comissões lucrativas. Deste modo fazendo o descontentamento nas fileiras conservadoras, ia arredando delas os membros mais briosos e enérgicos, e ao mesmo tempo reanimava os adversários elevando-os a posições oficiais, e enchendo-lhes as algibeiras. Para satisfazer aos caprichos dos *diletos progressistas-liberais-republicanos*, era precipitado a demitir qualquer autoridade conservadora pela mais simples falta; no entanto cerrava os ouvidos, ou fechava os olhos aos clamores e aos artigos contra as prevaricações dos liberais.<sup>652</sup>

Portanto, as informações obtidas nos aludidos artigos publicados em *O Estandarte* não evidenciam uma interferência do presidente na gestão do Partido Conservador na província, tal qual ocorrera em Santa Catarina. Todavia, em sua gestão no Espírito Santo ele também se manteve infenso à aproximação de chefes locais dessa agremiação. Nesse âmbito, o esgotamento da relação entre Francisco Correia e os dirigentes do Partido Conservador no Espírito Santo foi decorrente da perda de espaço dos correligionários dessa agremiação em posições centrais da administração provincial.

Em Santa Catarina, a principal divergência entre Correia e os chefes regionais do partido decorria da competição pelo controle da vida interna da agremiação. No Espírito Santo, por outro lado, a imposição de restrições para esses chefes partidários regionais influírem na gestão dos esquemas de nomeações inviabilizou a permanência desse bacharel no cargo de presidente.

\*\*\*

Um dos indivíduos apontados como *republicano* pelos órgãos de imprensa que se opunham à gestão de Francisco Correia era Gil Diniz Goulart (1844-1927), bacharel em Direito e membro do Partido Liberal. Era natural do município fluminense de Angra dos Reis. Portanto, a trajetória desse indivíduo desenvolveu-se de modo análogo às trajetórias dos bacharéis que, após formandos, migravam para outras províncias, onde encontravam oportunidades políticas e sociais.

Esse indivíduo alcançou maior projeção na vida política do Espírito Santo no início da Primeira República, quando exerceu mandato de senador (1890-1896). Em novembro de

---

<sup>652</sup> *O Estandarte*, 30 de junho de 1872, n. 26, p. 1. Grifos no original.

1883, em artigo publicado no jornal *O Cachoeirano*, Gil Goulart discorreu sobre a questão das nomeações de adversários do Partido Conservador efetuadas por Francisco Correia. Por um lado, Goulart argumentou que ele próprio não possuía vinculação partidária na época de sua nomeação.

Por outro lado, esse bacharel confirmou que membros do Partido Liberal foram nomeados por Francisco Correia. Ao final do artigo, ele também destacou que tais nomeações impeliram esse partido a não realizar oposição àquele presidente. Em suma, nota-se que esse presidente esteve inclinado a conferir posições de relevo a bacharéis, a despeito do fato de pertencerem à grei liberal.<sup>653</sup> Ao mesmo tempo, cumpre destacar que tais nomeações também objetivavam a impor limites à influência dos conservadores na administração provincial.

A exoneração de Francisco Correia do cargo de presidente não engendrou a sua imediata saída do Espírito Santo. Ou seja, as suas cizânias com membros da elite regional não inviabilizaram a sua permanência nessa província. Antes, durante o ano de 1872 ele exerceu o posto de Juiz de Direito da Comarca de Itapemirim.<sup>654</sup> Nessa época, cogitava-se que ele seria candidato a deputado geral por Santa Catarina.

Porém, tal candidatura não se concretizou. Acerca das notícias de que Francisco Correia seria homologado candidato a deputado geral por Santa Catarina, o seu tio Manuel Eufrásio, então ocupante do cargo de chefe de Polícia de Santa Catarina, publicou em *O Despertador* a seguinte notícia: “Para que cessem de uma vez as desconfianças que se quer plantar, espalhando que o Dr. Ferreira Corrêa é candidato na próxima eleição a um dos lugares de deputado por esta província, declaro que semelhante boato é destituído de fundamento”.<sup>655</sup> Desse modo, após um ano do fim de sua gestão à frente do Governo de Santa Catarina, Francisco Correia não recuperou o seu espaço no interior do Partido Conservador da província. Nota-se, assim, o caráter efêmero da influência e das conexões políticas de um presidente de província adventício.

Em 1871, findou o seu período de residência no Espírito Santo. Nesse ano, época em que os membros do Partido Conservador sucediam-se no comando do Gabinete Ministerial, Francisco Correia foi nomeado Juiz de Direito da Comarca de São João da Barra, na

---

<sup>653</sup> *O Cachoeirano*, 23 de dezembro de 1883, n. 51, p. 3.

<sup>654</sup> *Correio da Vitória*, 05 de novembro de 1872, n. 127, p. 3.

<sup>655</sup> 13 de julho de 1872, n. 986, p. 3.

Província do Rio de Janeiro.<sup>656</sup> Em seguida, atuou como Juiz de Direito na Comarca fluminense de Iguazu. Quando faleceu, permanecia no exercício dessa função.<sup>657</sup>

Francisco Correia não teve herdeiros políticos, aspecto também peculiar aos bacharéis Manuel Eufrásio e Manuel Francisco. A falta desses herdeiros esgotou a influência dessa parentela na vida partidária paranaense já no início da Primeira República. De outra parte, o momento do falecimento de Francisco Correia guarda uma semelhança com os derradeiros anos de seu irmão Manuel Francisco. Ambos permaneceram, em seus anos derradeiros, desprovidos de envolvimento na política partidária. Nesse contexto, o envolvimento em esquemas de nomeações permitiu-lhes continuar vinculados a órgãos estatais. Portanto, tais esquemas protegeram esses indivíduos do definitivo afastamento das agências do Estado imperial.

### **3.5. – A inserção de Manuel Eufrásio em políticas de nomeações provinciais e na gestão do diretório conservador de Paranaguá**

Manuel Eufrásio enquadra-se no grupo de bacharéis que, após a formatura, conseguiram ser nomeados para cargos na administração das províncias das quais eram originários. Graduado pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1862, no ano seguinte ele foi investido no posto de promotor suplente de Paranaguá. Dessa maneira, ele obteve cargos comissionados subalternos no princípio de sua vida profissional. Um dos fatores dessa condição subalterna era derivado da destituição dos conservadores do Gabinete Ministerial, em 24 de maio de 1862.

Nessa época, os membros da Liga Progressista geriam o Gabinete. Conforme destacado no primeiro capítulo, esse cenário político gerou oportunidades aos bacharéis paranaenses que eram pertencentes à geração de 1830 e ao Partido Liberal. Os êxitos eleitorais e o exercício de cargos no primeiro escalão do Governo Provincial consistiram nas principais consequências dessas oportunidades. Desse modo, cumpre evidenciar como, na imprensa, a nomeação de Manuel Eufrásio para o posto de promotor suplente era atribuída à posição mais periférica dos conservadores na vida política do período:

---

<sup>656</sup> *A Reforma*, 11 de janeiro de 1873, n. 11, p. 1. A atuação de Francisco Correia como magistrado abarcou o período em que o Visconde do Rio Branco presidia o Conselho de Ministros (1871-1875), bem como abrangeu o início da atuação do Duque de Caxias na presidência desse órgão (1875-1878).

<sup>657</sup> *Diário do Rio de Janeiro*, 26 de novembro de 1876, p. 3.

A administração pública favorece os que são considerados amigos do governo, mas deve-se confessar que o 1º vice-presidente da província, Dr. Sebastião Gonçalves da Silva, não tem até agora praticado os desatinos com que os outros presidentes tem manchado a autoridade [...]. Entretanto, há um fato praticado pelo Dr. Sebastião que não pode deixar de causar sério reparo. O juiz de direito da comarca de Paranaguá, Dr. Aprígio Ferreira Gomes, nomeou promotor interino o Dr. Manuel Eufrásio Corrêa, moço inteligente e probo. Todos esperavam que esta nomeação fosse confirmada, sobretudo sendo chamado para exercer o cargo de chefe de polícia o Dr. Aprígio, o que era uma prova de confiança. Com surpresa, porém, soube-se que fora nomeado o Dr. Laranjeira, que exercia igual cargo na comarca de Iguape, da província de S. Paulo. O Dr. Manuel Eufrásio só tem contra si o denodo com que sustenta as suas opiniões políticas. Se fosse ligueiro, pode assegurar-se que seria o promotor efetivo.<sup>658</sup>

Todavia, no ano de 1863, especulava-se de Manuel Eufrásio poderia ser investido no posto de secretário de Governo. Essa nomeação não se confirmou. De toda sorte, nota-se que o envolvimento em articulações a obtenção do referido cargo era um aspecto que marcava o princípio da atividade política dos bacharéis. A graduação em Direito, portanto, favorecia a inserção do indivíduo em determinadas conversações políticas, ainda que estas não prosperassem. A esse respeito, o correspondente do *Diário do Rio de Janeiro* em Paranaguá assinalou, em janeiro do mencionado ano: “O Dr. Manuel Euphrazio Corrêa seguiu para Coritiba; dizem que elle fora chamado por negócio que lhe diz respeito, com referência à nomeação de secretário de governo. Sobre isto nada posso dizer, porque não quero fazer juízo errado”.<sup>659</sup>

Conforme ressaltado neste capítulo, a queda do Gabinete Caxias, em 1862, criou obstáculos à conservação do domínio político de antigas lideranças provinciais do Partido Conservador. Ao mesmo tempo, essa queda impôs limites às oportunidades políticas e profissionais de bacharéis recém-formados que pertenciam a essa grei. Nesse contexto, outro obstáculo encontrado por Manuel Eufrásio no princípio de sua carreira política consistiu no fato de que naquele ano de 1863 ele não conseguiu viabilizar a sua candidatura de deputado provincial.

O controle exercido pelos correligionários da Liga Progressista na gestão dos esquemas eleitorais no Paraná gerou o malogro de sua candidatura. De outro lado, nessa época ele já se envolvia nas contendas que ocorriam entre conservadores e liberais em ocasiões tais como as eleições primárias. Em carta datada de outubro de 1863, o correspondente do *Constitucional* manifestou-se sobre o fato as razões de Manuel Eufrásio não ter se candidato em tal ocasião:

<sup>658</sup> *Constitucional*, 18 de agosto de 1863, n. 111, p. 3.

<sup>659</sup> *Diário do Rio de Janeiro*, 28 de janeiro de 1863, p. 2.

O Dr. M. E. Corrêa não foi incluído na chapa por não ser compatível que ligueiros e liberais concordassem na inclusão de tão firme ordeiro; além disso na eleição primária foi ele quem esteve à frente dos constitucionais, e quem fez com que a mesa não recebesse a chapa liberal de dois phosphoros que tinham votado 3 vezes, e quem esteve censurando certos atos e mostrando ao povo como se faz uma eleição aonde só há direitos para os indivíduos do peito do juiz de paz; ora por isso tudo era bem fundado que lhe tirassem os votos possíveis, admirando que os de Guaratuba lhe fossem garantidos. Assim explicam as ocorrências havidas ali, e é forçoso acreditar nelas vendo-se o que aqui alguém, que não devia, praticou com os mesmos eleitores de S. João dos Pinhais, a respeito do mesmo Dr.<sup>660</sup>

A despeito dessa exclusão, Manuel Eufrásio começava a angariar apoiadores nessa época. Uma das evidências desse apoio é a de que ele recebeu votos em Paranaguá e Morretes em tal ocasião, conforme destacado pelo correspondente do *Constitucional*: “O capitão D. Carlos Balthazar, eleitor do progresso, soube que 4 constitucionales votaram em seu amigo Barreto Falcão, empenhou-se com alguns de seus colegas no eleitorado e conseguiu que 6 lhe assegurassem acompanha-lo não só neste candidato, como também votando no Dr. M. E. Corrêa, para assim provar a este que os serviços prestados à causa constitucional não implicavam uma recusa absoluta da parte d’aqueles que se interessão pelo bem da província”.<sup>661</sup> Tal informação diz respeito ao fato de que, em Paranaguá, Manuel Eufrásio obteve 4 votos. Em Morretes, recebeu seis sufrágios.<sup>662</sup> Por fim, em Curitiba teve 21 votos. Assim, em tal eleição ele foi enquadrado na categoria dos menos votados na capital.<sup>663</sup>

Constata-se que, nesse contexto, o exercício de cargos comissionados era operacional a jovens diplomados para o estabelecimento de relações políticas. Essas relações, por vezes, não se circunscreviam aos membros do partido ao qual pertencia este diplomado. O excerto supracitado faz referência à aproximação entre Manuel Eufrásio e correligionários do Partido Liberal. Mais precisamente, o desempenho desses cargos não era suficiente para assegurar êxitos eleitorais. Todavia, esse desempenho consistia no estágio inicial da formação de um grupo de correligionários. Nesse quadro, cabe demonstrar que, no princípio do seu percurso político e profissional, Manuel Eufrásio conquistou nomeações para modestos cargos provinciais.

Uma informação publicada no *Dezenove de Dezembro* em novembro de 1865 evidencia que Manuel Eufrásio, em sua juventude, obteve uma nomeação provincial para exercer um cargo em caráter temporário. No mencionado ano, ele foi nomeado pelo Governo Provincial professor das disciplinas de Francês e Inglês em Paranaguá, em substituição ao

<sup>660</sup> *Constitucional*, 06 de outubro de 1863, p. 3.

<sup>661</sup> *Id.*

<sup>662</sup> *Dezenove de Dezembro*, 12 de setembro de 1863, n. 415, p. 3.

<sup>663</sup> *Dezenove de Dezembro*, 16 de setembro de 1863, n. 416, p. 3.

bacharel Filastrio Nunes Pires, que se encontrava licenciado.<sup>664</sup> Portanto, nos anos seguintes à sua formatura, o bacharel conservador Eufrásio Correia obteve nomeações que, em geral, o tornavam um funcionário provincial em caráter interino.

As limitações das oportunidades políticas de Manuel Eufrásio nesse contexto são também evidenciadas por meio da análise do resultado da eleição para o cargo de vereador de Paranaguá, ocorrida em setembro de 1864. Nessa eleição, os eleitos pertenciam ao Partido Liberal. O citado bacharel, nessa oportunidade, obteve 181 votos. Assim, ele conquistou apenas a condição de quarto suplente de vereador.<sup>665</sup> Porém, verificou-se que, em 1867, ele fora convocado para exercer a vereança.<sup>666</sup>

Em 1865, ele foi investido, pela terceira vez, no posto de Promotor Público interino da Comarca de Paranaguá.<sup>667</sup> Essa investidura foi realizada pelo Juiz de Direito da Comarca, qual seja, Manuel da Silva Mafra.<sup>668</sup> Constata-se, pois, que a inserção dos conservadores em instituições públicas não foi totalmente vedada pelos liberais, em meados dos anos 1860. As nomeações de Manuel Eufrásio para o posto de Promotor ocorreram em um contexto em que esse cargo não era exercido apenas por bacharéis. Ao contrário, funcionários públicos e comerciantes também eram incumbidos dessa função.<sup>669</sup>

Desde o início da vida administrativa paranaense, negociantes e bacharéis revezavam-se no cargo de Promotor Público. Em 1855, por exemplo, o bacharel Filastrio Nunes Pires sucedeu ao negociante Francisco Ferrer Pinheiro no posto de Promotor em Paranaguá.<sup>670</sup> Dessa forma, o princípio da atividade política de Manuel Eufrásio foi marcado pela disputa de espaço, em órgãos da administração provincial, com indivíduos que dele diferiam pela sua origem social e formação educacional.

De outra parte, tais nomeações não representaram a reversão de um quadro no qual os integrantes da grei conservadora possuíam menos espaço na vida política e administrativa regional. Antes, compete destacar que Manuel Eufrásio experimentou novos malogros nas

<sup>664</sup> *Dezenove de Dezembro*, 15 de novembro de 1865, n. 640, p. 2.

<sup>665</sup> *Dezenove de Dezembro*, 14 de setembro de 1864, n. 520, p. 3.

<sup>666</sup> *Dezenove de Dezembro*, 8 de janeiro de 1868, n. 853, p. 2.

<sup>667</sup> A segunda investidura de Manuel Eufrásio no posto de Promotor interino ocorreu em abril de 1864. *Dezenove de Dezembro*, 27 de abril de 1864, n. 480, p. 2.

<sup>668</sup> *Dezenove de Dezembro*, 13 de setembro de 1865, n. 622, p. 2.

<sup>669</sup> Em 1863, Manuel Eufrásio substituiu no posto de Promotor o negociante liberal José Leandro da Costa. *Dezenove de Dezembro*, 15 de julho de 1863, n. 398, p. 3. Em 1864, esse bacharel sucedeu a Francisco Gonçalves de Araújo, que atuou como escrivão da Alfândega de Paranaguá. *Dezenove de Dezembro*, 13 de janeiro de 1855, n. 42, p. 2. Em 1865, ele substituiu o farmacêutico José Antônio Pereira Alves, cuja atuação política é estudada no presente capítulo. *Dezenove de Dezembro*, 13 de setembro de 1865, n. 622, p. 2.

<sup>670</sup> *Dezenove de Dezembro*, 8 de agosto de 1855, p. 4.

eleições para deputado provincial ocorridas em 1865 e 1867. Em 1865, a sua votação foi concentrada no Colégio Eleitoral de Curitiba, no qual obteve 41 votos.<sup>671</sup> Em 1867, conquistou cinco votos na capital paranaense.<sup>672</sup> Desse modo, cabe salientar que, na condição de opositoristas, os candidatos enfrentavam dificuldades para a conservação e obtenção de apoios eleitorais em municípios dos quais eram originários.

Contudo, as mudanças ocorridas no cenário político nacional e a criação dos diretórios municipais do Partido Conservador possibilitaram a Manuel Francisco, no final dos anos 1860, começar a exercer funções de maior relevo na vida política e administrativa de Paranaguá. A criação da *União Conservadora* ocasionou, em Paranaguá, a formação de uma Junta (ou diretório municipal) da agremiação.

A Junta conservadora desse município foi instalada no dia 03 de outubro de 1868. No dia 6 desse mês, foi eleita a diretoria. A análise da composição dessa diretoria permite evidenciar a permanência do domínio dos negociantes sobre a gestão do Partido Conservador em Paranaguá. Por outro lado, essa análise demonstra a propensão desses negociantes em incorporar, ao partido, adventícios que atuavam como funcionários da administração imperial. Porém, será também destacado que esses adventícios não conseguiram desempenhar posições influentes e duradouras na vida política municipal e provincial. Trata-se, pois, de uma diferença capital em relação aos percursos dos adventícios que atuaram no diretório conservador de Curitiba.

Nesse âmbito, cabe empreender a análise de uma notícia, publicada no *Correio Mercantil*, em novembro de 1868, sobre a instalação da Junta de Paranaguá. Em tal notícia, constata-se que a criação das Juntas conservadoras também ocorreu em Morretes e em uma freguesia desse município, qual seja, Porto de Cima. A Junta de Porto de Cima possuía, ao todo, doze componentes, distribuídos nos seguintes cargos: presidente, vice-presidente, 1º e 2º secretários, tesoureiro, procurador e conselheiros (em número de seis).<sup>673</sup>

Havia, pois, a autonomia dos dirigentes municipais para definirem o modelo de órgão partidário que implantariam. Para corroborar tal afirmação, cabe mencionar que, em 1868, na freguesia carioca do Irajá, também foi instaurada uma Junta do Partido Conservador, em detrimento de instalação de uma Comissão. Em geral, a composição das Juntas diferenciava-se pelo número de conselheiros. Trata-se, pois, de um aspecto do grau de autonomia das elites

---

<sup>671</sup> *Dezenove de Dezembro*, 9 de setembro de 1865, p. 4.

<sup>672</sup> *Dezenove de Dezembro*, 14 de setembro de 1867, p. 4.

<sup>673</sup> *Dezenove de Dezembro*, 17 de outubro de 1868, n. 933, p. 4.

locais para gerirem o partido. Em Irajá, a Mesa Diretora da Junta era composta pelos seguintes cargos: presidente; vice-presidente, 1º secretário, 2º secretário, tesoureiro, delegado junto ao Centro da União Conservadora e conselheiros (em número de doze).<sup>674</sup> Conforme salientar a seguir, a Junta de Paranaguá possuía apenas quatro conselheiros.

\*\*\*

Por ocasião da fundação da Junta Conservadora de Paranaguá, houve a criação de uma comissão em Guaraqueçaba, que, na época, era uma freguesia de Paranaguá. Conforme evidenciado nesta seção, essa freguesia era um antigo reduto eleitoral do Partido Conservador. Em suma, cumpre salientar que as comissões partidárias eram subseções das Juntas municipais.

Dotadas de uma estrutura administrativa mais simples, as comissões desempenhavam suas atividades no interior das freguesias. Em geral, as comissões eram compostas por apenas três membros. Assim, a instalação de uma comissão ou de uma Junta nas freguesias era uma decisão que competia aos chefes municipais do Partido Conservador. Na freguesia do Iguacu, pertencente ao município de São José dos Pinhais, os conservadores também implantaram uma Junta, cuja mesa diretora era composta por cinco cargos: presidente, vice-presidente, secretário, tesoureiro e procurador.<sup>675</sup> A criação dessas Comissões, portanto, derivada do propósito de expandir a presença do partido no interior das províncias.

Na cerimônia de criação da Junta de Paranaguá, o padre Jordão Homem Pedroso apresentou a proposta de implantar uma Comissão do Partido Conservador na freguesia de Guaraqueçaba. A proposta do padre foi encaminhada ao presidente da Junta, Manuel Antônio Guimarães. Este negociante, por sua vez, submeteu tal proposta aos membros do órgão. Ou seja, um dos primeiros impactos da instauração da Junta foi disciplinar os momentos e os critérios da realização de deliberações partidárias. Nesse contexto, a reorganização dos diretórios provinciais e municipais do Partido Conservador propiciou a participação dos correligionários em eventos partidários. A fundação do diretório conservador de Paranaguá, por exemplo, foi um evento que contou com a presença de 129 pessoas.<sup>676</sup>

Ao longo dos anos, porém, essa reorganização malogrou. Conforme demonstrado nesta tese, tal reorganização não gerou a renovação dos quadros de lideranças partidárias.

---

<sup>674</sup> *Correio Mercantil*, 4 de setembro de 1868, p. 1.

<sup>675</sup> *Dezenove de Dezembro*, 21 de novembro de 1868, n. 943, p. 4.

<sup>676</sup> *Dezenove de Dezembro*, 14 de outubro de 1868, n. 932, p. 4.



Essa reorganização não ocasionou a implantação de uma vida partidária marcada por reuniões regulares e ampla participação dos correligionários.

Nesse quadro, a leitura da ata de instalação da Junta de Paranaguá permite evidenciar como se desenvolviam as deliberações partidárias na esfera municipal, no contexto do Segundo Reinado. De outra parte, a leitura dessa ata permite evidenciar que os membros as freguesias também possuíam a prerrogativa de interferir nas deliberações dos diretórios municipais. Note-se, ainda, que durante a reunião na qual foi criada a Junta de Paranaguá foi definida a maneira pela qual seriam elaborados os estatutos do órgão. Nesse sentido, uma das principais implicações da instauração das Juntas consistiu em regradar a vida do partido na esfera local:

*Acta da instalação da Junta conservadora de Paranaguá.* Aos trez dias do mez de outubro de 1868, nesta cidade de Paranaguá, província do Paraná, na sala da casa n. 4 da rua da Rosa, pelas seis horas da tarde reunidos os membros do partido conservador em número de 129 abaixo-assignados, a convite do comendador Manuel Antônio Guimarães, foi por este declarado que havendo-se instalado na capital da província o grêmio conservador, , por isso entendia que era tempo de se instalar nesta cidade a junta conservadora, para o que não fez antes este convite por não estar instalado aquele grêmio. Sendo unanimemente aprovada esta ideia, foi eleito por aclamação para presidente desta reunião o mesmo coronel Manuel Antônio Guimarães e para secretário o capitão Manuel Ricardo dos Santos. Tomando eles assento, fez o secretário a leitura das bases para a sociedade União Conservadora confeccionadas na corte e impressas no *Correio Mercantil* de 5 de julho de 1867, finda a qual o Sr. presidente declarou que em conformidade destas bases se devia instalar a junta conservadora desta cidade e que abria a discussão a esse respeito. Pedindo a palavra o membro Ignacio Caetano da Silva, depois de um breve discurso propoz que o Sr. presidente de entre os membros do partido escolhesse mais oito que com ele compusessem a junta, e que esta ficasse em plenos poderes para dirigir o partido conservador nesta freguesia, elegendo a junta entre si os funcionários e organizasse os estatutos que devem reger a associação. Sendo estas proposições aprovadas unanimemente, o Sr. presidente designou os Srs. tenentes-coronéis Manuel Leocádio de Oliveira, Tristão Martins de Araújo França, Filastrio Nunes Pires, Manuel Eufrásio Corrêa, capitão Manuel Ricardo Carneiro e Ignacio José Caetano da Silva. Sendo esta designação aceita com aplausos, o Sr. presidente declarou instalada a junta conservadora de Paranaguá. Estando também presentes alguns conservadores de Guarakessava, o vigário Jordão Homem Pedroso declarou que para aquela freguesia bastava somente uma comissão de três membros, dispensando-se ali organização de junta, o que foi aprovado por todos os demais conservadores de Guarakessava. O Sr. presidente declarou que a junta tomava em consideração este pedido e resolveria a respeito. Não havendo mais nada a tratar, o Sr. presidente deu por finda a reunião do partido conservador de Paranaguá, do que para constar eu Manuel Ricardo Carneiro, secretário eleito por aclamação, fiz e escrevi a presente acta, que assigno com todos os membros presentes [Segue a relação dos nomes dos 129 participantes da reunião].<sup>677</sup>

Leia-se, pois, outra informação sobre a instalação da Junta de Paranaguá. A atenção a essa notícia é operacional para o conhecimento sobre o preenchimento dos cargos da Mesa Diretora da Junta de Paranaguá. Nesse contexto, verifica-se a posição subalterna de adventícios no grupo de gestores do diretório municipal:

---

<sup>677</sup> *Id.*

À convite do comendador Guimarães reuniram-se os conservadores no dia 3 do corrente para fundar a junta daqui. O grande número que acudiu ao convite feito é o mais solene protesto àqueles que pregam por toda parte a nulidade deste grande partido. Foram eleitos:

Presidente: coronel Manuel Antônio Guimarães

Vice-presidente: tenente-coronel Manuel Leocádio de Oliveira

1º secretário: Dr. Manuel Eufrásio Corrêa

2º dito: capitão Manuel Ricardo Carneiro

Tesoureiro: Ignácio José Caetano da Silva

Conselheiros: Dr. Ricardo Augusto da Silva Rego, Filastrio Nunes Pires, tenentes-coronéis Manuel Miró e Tristão Martins de Araújo França.

Em Morretes também se acha fundada a Junta, assim como em Guarakessaba e Porto de Cima e estão nomeadas as comissões respectivas.<sup>678</sup>

A análise dessa ata permite evidenciar que os conservadores de Guaraqueçaba, no fim dos anos 1880, detinham pouca autonomia para administrar o partido. O modo de funcionamento dessa agremiação teria, pois, de ser formulado em acordo com os próceres do partido no litoral paranaense. Nesse contexto, a consolidação das atividades de um partido em freguesias era fulcral para a consolidação da influência de um partido no âmbito local.

Em verdade, as reuniões políticas organizadas nas freguesias dos municípios são uma evidência de que havia ocasiões nas quais os correligionários do Partido Conservador, em um município, possuíam a autonomia para organizar o partido e formular estratégias de ação política em um contexto eleitoral. As reuniões das freguesias permitiam ampla participação dos correligionários. Ao mesmo tempo, elas contribuíam para que o partido tivesse uma rotina de atividades.

Na Província de Pernambuco, nos anos 1870, eram rotineiras as reuniões de conservadores em freguesias. As mais recorrentes reuniões eram realizadas em freguesias do município de Recife. No princípio de setembro de 1876, houve reuniões liberais nas seguintes freguesias: Boa Vista, da Graça e de Santo Antônio, situadas na capital pernambucana.<sup>679</sup> No início de outubro, houve reunião em outra freguesia recifense – a freguesia dos Afogados.<sup>680</sup>

Na última semana de julho de 1878, por exemplo, houve reuniões de conservadores nas freguesias da Graça, de São Frei Pedro Gonçalves.<sup>681</sup> Apesar de sua submissão administrativa às instâncias superiores do Partido Conservador, os conservadores que comandavam a agremiação nas freguesias eram os agentes que permitiam a implantação de uma sequência de atividades e de ações políticas que permitiam a unidade da agremiação.

<sup>678</sup> *Correio Mercantil*, 30 de outubro de 1868, n. 299, p. 1.

<sup>679</sup> *Diário de Pernambuco*, edições de 6 e 10 de setembro de 1876.

<sup>680</sup> *A Reforma*, 07 de outubro de 1876, n. 225, p. 1.

<sup>681</sup> *Diário de Pernambuco*, edições de 23 e 24 de julho de 1878.

\*\*\*

Em dezembro de 1868, o correspondente do *Diário do Rio de Janeiro* ressaltou que o retorno dos conservadores ao Gabinete Ministerial também foi propício à instalação de diretórios dessa agremiação em municípios da região do planalto paranaense. Ou seja, esse retorno foi favorável ao processo de interiorização do Partido Conservador na província: “O [partido] conservador trata de organizar-se em pontos mais remotos, chamando à vida militante seus amigos, afastados das lutas pelo predomínio que de longa data mantinham os adversários intolerantes. Já foram eleitas as juntas das paróquias de Paranaguá, Guarakessaba, Guaratuba, Morretes, Porto de Cima, Príncipe, Rio Negro, Palmeira e Guarapuava”.<sup>682</sup>

No diretório conservador de Paranaguá, os negociantes Manuel Antônio Guimarães e Manuel Leocádio de Oliveira exerceram as posições mais decisivas na administração do diretório. Eles exerceram, respectivamente, as posições de presidente e vice-presidente. Ao passo que nos municípios e freguesias do litoral paranaense o controle sobre as Juntas Conservadoras era exercido pelos negociantes, em municípios de outras províncias, como o Rio de Janeiro, esses órgãos do Partido Conservador eram geridos pelos fazendeiros.

Nesse quadro, a instalação do diretório conservador de Itaguaí, em fevereiro de 1868, foi marcada, segundo o correspondente do *Correio Mercantil*, pela presença de “grande número de cidadãos importantes, mór parte agricultores, que a convite do comendador Manuel José Cardoso ahi compareceram”.<sup>683</sup> Nesse grupo, encontrava-se o fazendeiro Antônio Rodrigues de Azevedo (1807-1876), detentor do título de Barão de Ivaí. Nessa ocasião, ele foi incumbido do cargo de vice-presidente da Junta conservadora de Itaguaí.

Portanto, a aproximação entre os gestores das Juntas conservadoras decorria do fato de que eles pertenciam à categoria de políticos responsáveis por assegurar, na esfera local, o êxito eleitoral do seu partido. Tratava-se, pois, de indivíduos de menor projeção no cenário político nacional. O poder econômico, ainda, foi um elemento peculiar aos gestores das seções municipais da grei conservadora.

A criação da Junta de Paranaguá reforçou o poder que Nácar exercia sobre o comportamento eleitoral dos votantes no Colégio de Paranaguá. Ele era responsável por orientar tal comportamento. Essa orientação era acatada. Em 1871, o articulista do *Jornal do Commercio* atribuiu à liderança de Nácar a expressiva vitória dos candidatos conservadores em eleição para a Assembleia do Paraná: “O Sr. coronel Manoel Antonio Guimarães, com o

<sup>682</sup> *Diário do Rio de Janeiro*, 24 de dezembro de 1868, n. 352, p. 1.

<sup>683</sup> *Correio Mercantil*, 1º de março de 1868, n. 60, p. 1.

tino político que o caracteriza, na véspera da eleição segundo consta, convocara a todos os eleitores e fizeram-lhes ver os inconvenientes que resultarão de qualquer afastamento da mesma chapa. A consequência dessa reunião foi a votação esplêndida e brilhante que apareceu”.<sup>684</sup> Tal informação consiste em um indício de que, no contexto da sociedade de Paranaguá, as reuniões políticas eram marcadas pela emissão, por um potentado, de orientações sobre os candidatos a serem sufragados. Essa asserção é corroborada, no quarto capítulo, por meio da análise do funcionamento do Partido Conservador em Paranaguá no fim dos anos 1870.

Dessa forma, não havia ambiente, nessa Junta municipal, para a divergência em relação às orientações do potentado. A implantação de uma rotina na vida interna dos partidos não implicou, assim, em ampliação da participação dos correligionários na gestão dos órgãos partidários em âmbito municipal e provincial. Existia, pois, uma semelhança entre a atividade política de Nácar e a atividade de Manuel Alves de Araújo, o líder do Partido Liberal no litoral paranaense.

Essa semelhança consistia no fato de que ambos conservavam sua autoridade perante os correligionários nas épocas em que seus partidos estavam na oposição ao Gabinete Ministerial. Araújo era o responsável por orientar os correligionários liberais a não se absterem dos pleitos nos momentos em que os liberais estavam na oposição ao Gabinete. Ao mesmo tempo, ele também articulava o lançamento de candidaturas em contextos nos quais estava na oposição ao Gabinete.<sup>685</sup>

Por um lado, a conservação da autoridade de Nácar e Araújo impediu a emergência de lideranças conservadoras e liberais, no litoral paranaense, nas épocas nas quais essas agremiações estavam politicamente enfraquecidas. Por outro lado, essa conservação gerou uma situação na qual a vida política litorânea permaneceu competitiva. A passagem de um partido para a oposição não significava o seu abandono dos pleitos eleitorais.

\*\*\*

Manuel Ricardo, o citado genro de Manuel Antônio Guimarães, e Manuel Eufrásio, futuro genro desse negociante, exerciam a função de secretários do diretório. A presença de Manuel Ricardo nesse diretório prenuncia uma situação que se estenderá aos anos 1870: na administração do Partido Conservador de Paranaguá encontravam-se funcionários da empresa de navegação do Visconde de Nácar. Ou seja, os subalternos desse negociante conseguiam se

---

<sup>684</sup> *Jornal do Commercio*, 27 de setembro de 1871, n. 267, p. 3.

<sup>685</sup> *Id.*

acomodar em posições decisivas na administração do partido no município e, ocasionalmente, exercer mandatos legislativos. Dessa forma, cumpre mencionar que Manuel Ricardo foi gerente da Companhia Progressista de Navegação, presidida por Nácar, no princípio dos anos 1870.<sup>686</sup> Conforme destacado acima, nesse contexto ele também atuou como deputado provincial.

Nessa época, estava em estágio inicial o processo de ascensão política de Manuel Eufrásio. Aos 29 anos, ele ainda se enquadrava na categoria dos correligionários conservadores cuja atuação partidária era estritamente vinculada às orientações de um negociante da geração de 1810. Mais precisamente, no ano de 1868, Manuel Eufrásio era encarado pelos seus aliados como um indivíduo que se encontrava “sempre ao lado do venerando comendador [Manuel Antônio] Guimarães, venerando chefe do partido”.<sup>687</sup> Trata-se, pois, de uma situação que difere sobremaneira da atuação política dos bacharéis liberais pertencentes à geração de Manuel Eufrásio.

Na condição de tesoureiro, encontra-se Ignácio José Caetano da Silva, que, na época, desempenhava a função de inspetor da Alfândega de Paranaguá. Tratava-se de um adventício que já atuara, por exemplo, como escriturário da Alfândega do Rio Grande do Norte e também como inspetor da Alfândega de Parnaíba, no Piauí.<sup>688</sup>

Em Paranaguá, a sua atividade política resumiu-se à participação na eleição primária de 1869, por meio da qual seriam escolhidos os eleitores do município. Nessa ocasião, ele foi o sétimo eleitor mais votado, tendo conquistado 499 votos.<sup>689</sup> Nessa ocasião, ele também foi cogitado para ser candidato à Assembleia Provincial pelo Colégio Eleitoral de Paranaguá. Contudo, sua candidatura não se concretizou.<sup>690</sup> Nesse mesmo ano, ele foi destituído do cargo de inspetor da Alfândega.<sup>691</sup> No ano seguinte, ele foi exonerado do posto de subinspetor das Escolas do Distrito de Paranaguá.<sup>692</sup>

O exercício do posto de subinspetor evidencia que os adventícios, em Paranaguá, não conquistaram a oportunidade de obter posições de relevo na hierarquia administrativa da província. Antes, a manutenção de relações com a elite local, sobretudo a facção que dominava o Partido Conservador, garantia somente o acesso a cargos mais subalternos na

<sup>686</sup> *Dezenove de Dezembro*, 2 de março de 1872, n. 1281, p. 3.

<sup>687</sup> *Correio Mercantil*, 26 de agosto de 1868, n. 235, p. 1.

<sup>688</sup> *Diário do Rio de Janeiro*, 31 de outubro de 1860, p. 2.

<sup>689</sup> *Dezenove de Dezembro*, 10 de fevereiro de 1869, n. 996, p. 2.

<sup>690</sup> *Dezenove de Dezembro*, 20 de março de 1869, n. 977, p. 4.

<sup>691</sup> *Diário do Rio de Janeiro*, 11 de janeiro de 1869, p. 3.

<sup>692</sup> *Dezenove de Dezembro*, 5 de outubro de 1870, n. 1137, p. 1.

administração municipal. Ignácio José atuou, a partir de 1871, como 2º conferente na Alfândega de Aracajú, em Sergipe.<sup>693</sup> Em suma, a conquista de nomeações era, pois, o limite das oportunidades dos agentes imperiais que ingressavam no grupo político comandado por Nácar.

A despeito de não ter conquistado oportunidades de atuação na política partidária, esse inspetor consolidou um pertencimento à elite local de Paranaguá. Em julho 1865, recém-empossado no cargo de inspetor da Alfândega, Ignácio José participou da organização de uma celebração de honras fúnebres aos brasileiros mortos na Guerra do Paraguai. Essa celebração também foi organizada por chefes políticos da localidade, a exemplo do negociante liberal José Antônio Pereira Alves e dos negociantes conservadores Manuel Miró e Manuel Leocádio de Oliveira.<sup>694</sup>

A atuação de Ignácio José como inspetor de Alfândegas possibilita evidenciar que, no contexto do Império, as elites regionais eram propensas a absorver aos quadros partidários agentes estatais adventícios. Nesse quadro, esses agentes conquistavam a prerrogativa de interferir nas estratégias eleitorais dos partidos. Conforme ressaltado, em Paranaguá o principal momento da atividade política desse inspetor foi a sua participação na composição da primeira diretoria da Junta conservadora do município. Em suma, ele se enquadrava na categoria de um funcionário estatal que possuía o reconhecimento da elite local pelo modo como atuava em seu cargo. Ou seja, ele não criou obstáculos aos interesses dessa elite.

A esse respeito, atente-se ao elogio elaborado pelo correspondente do *Correio Mercantil* em Paranaguá acerca de Ignácio José. De um lado, esse elogio evidencia que o inspetor era propenso a aceder às demandas dos comerciantes. De outro lado, ele evidencia que os funcionários da Alfândega eram críticos da sua gestão:

O exame da alfândega, procedido pela tesouraria e que teve por motivo a vozaria de alguns empregados, teve o resultado que era de esperar: esse exame, miúdo e escrupuloso, veio confirmar o merecido conceito de que goza o inspetor Ignácio José da Silva de empregado hábil e honesto. Essa repartição que outrora andava em contínua desordem, hoje caminha perfeitamente, e o seu chefe tem tido a fortuna de saber harmonizar os interesses do comércio, ao qual concede as facilidades e franquezas indispensáveis, com a severa fiscalização da renda pública, essa renda sob a administração do Sr. Caetano da Silva tem quase atingido o duplo.<sup>695</sup>

---

<sup>693</sup> *Diário do Rio de Janeiro*, 05 de fevereiro de 1871, p. 2.

<sup>694</sup> *Correio Mercantil*, 23 de julho de 1865, n. 200, p. 1. Grifos no original.

<sup>695</sup> *Correio Mercantil*, 4 de novembro de 1866, n. 306, p. 2.

Ao mesmo tempo, a análise acerca de uma crítica direcionada à atuação de Ignácio José como inspetor da Alfândega de Parnaíba demonstra, por um lado, que desde o período anterior à sua transferência para Paranaguá ele era afeito a enraizar-se na vida política das províncias. Por outro lado, tal crítica evidencia que, em diferentes províncias, havia espaço para agentes estatais adventícios influírem em eventos políticos como as eleições.

Em março de 1864, João da Silva de Miranda publicou um texto *Correio Mercantil* com a finalidade de criticar a atuação de Ignácio José à frente do cargo de inspetor da Alfândega de Parnaíba. Por meio da leitura desse texto, verifica-se que, em Parnaíba, esse indivíduo pertencera a um diretório partidário. A despeito do fato de não ter sido candidato a eleições no Piauí, ele buscou interferir, por exemplo, acerca da composição de uma Mesa Eleitoral. Tal episódio ocorrera em agosto de 1863.

Em um sentido amplo, o texto transcrito a seguir também permite corroborar o argumento de que, anteriormente à criação do Centro Liberal e da União Conservadora, já existiam diretórios partidários no interior das províncias. O texto, por certo, não faz referência ao partido ao qual Ignácio José pertencia no Piauí. Todavia, as informações nele inseridas autorizam consistem em indícios da tendência dos gestores de diretórios municipais absorverem agentes estatais adventícios aos seus quadros. De outra parte, tais informações permitem asseverar que o pertencimento a um diretório partidário não implicava. Em todos os casos, a irrestrita obediência do adventício às ordens dos gestores locais de um partido monárquicos. Ignácio José, portanto, agiu de forma independente às orientações dos gestores do diretório municipal do qual fazia parte em Parnaíba, no contexto de uma eleição primária, em 1863:

Concluirei noticiando uma *maravilha eleitoral*. O Sr. Ignácio Caetano disse em sua defesa haver declarado ao presidente do subdirectorio e mais membros dele, *do qual fazia parte S. S., que não devia e não queria envolver-se em eleições, que aceitava lugar no subdirectorio, prestava sua assinatura e completa responsabilidade nos seus actos, mas não se envolveria em eleições e jura que não se envolveu*. Na eleição de 9 de agosto de 1863 estava S. S. doentíssimo de asma, consequentemente não podia comparecer à matriz para tomar o comando do combate eleitoral, contudo, escreveu do seu punho instruções para a formação da mesa parochial, o seguinte: ‘O Honório [1º suplente de Juiz de Paz de Parnaíba] nomeia só dous membros pela turma dos eleitores. Não vota na turma dos suplentes.’ Desse prodígio se infere que o corpo do Sr. Ignacio Caetano da Silva pratica actos independentemente do seu espírito, porquanto tendo S. S. protestado que *mentalmente* comprometia-se em tudo e por tudo com a política do subdirectorio, vê-se do expedido que que a mão de S. S., que faz parte do *seu pessoalmente*, teve o arrojo de escrever, *contra a vontade de S. S.*, planos eleitoraes ao tempo em que o Sr. Ignácio Caetano, por achar-se gravemente enfermo, não podia pessoalmente na igreja manobrar a campanha eleitoral.<sup>696</sup>

---

<sup>696</sup> *Correio Mercantil*, 16 de março de 1864, n. 75, p. 2. Grifos no original.

Por um lado, o conhecimento sobre a atividade política desenvolvida por Ignácio Caetano demonstra a autonomia de funcionários do Império em relação a dirigentes partidários locais. Por outro lado, nota-se que os diretórios municipais possuíam uma precisa função. Esses órgãos partidários eram decisivos para organizar os correligionários na execução de estratégias eleitorais, tais como conquista o comando das Mesas Eleitorais.

Por outro lado, as informações acerca desse agente estatal evidenciam que os gestores do Partido Conservador em Paranaguá eram inclinados a incorporar funcionários públicos adventícios aos quadros do partido. Verifica-se que não era incomum, em sociedades provinciais, funcionários do Império participarem da gestão de diretórios municipais. Contudo, o desempenho de cargos nos diretórios não implicava a conquista de relevantes oportunidades de atuação na vida política das províncias.

\*\*\*

No grupo de conselheiros da Junta Conservadora de Paranaguá, estavam locais e dois adventícios. Ao contrário de Ignácio José, esses adventícios eram detentores de formação superior. Os locais eram o negociante Manuel Miró, eleito vereador de Paranaguá em duas ocasiões (1857-1861; 1869-1873), e o tenente-coronel Tristão Martins de Tristão França, eleito vereador desse município em duas oportunidades (1850-1853; 1853-1857). Miró também integrava o grupo de negociantes de Paranaguá afeitos ao envolvimento em esquemas de nomeações. Conforme demonstrado neste capítulo, a mais frequente nomeação obtida pelos negociantes daquela localidade era para o cargo de vice-cônsul. Eles permaneciam no exercício desses cargos durante décadas.

Nesse quadro, cabe ressaltar que, em 1854, Miró completou dezesseis anos à frente do posto de vice-cônsul da Espanha em Paranaguá.<sup>697</sup> De outra parte, a formação de Gabinetes conservadores apresentava-se como uma oportunidade para os negociantes reassumirem posições centrais na vida administrativa do litoral paranaense. Em 1870, por exemplo, Manuel Miró foi investido no posto de Chefe do Estado Maior do Comando Superior da Guarda Nacional de Paranaguá.<sup>698</sup> Nesse sentido, a longa permanência em cargos de comissão consistia no principal elemento da força política de negociantes do litoral paranaense.

---

<sup>697</sup> WANDERLEY, João Maurício. *Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros apresentado à Assembléa Geral Legislativa*. Rio de Janeiro: Typographia Universal, 1870, p. 45 (anexos).

<sup>698</sup> *Dezenove de Dezembro*, 23 de março de 1870, n. 1081, p. 3.



Conforme evidenciado no capítulo quarto desta tese, Manuel Miró, no contexto dos anos finais do Império, estabeleceu-se em Curitiba, onde obteve nomeações para cargos provinciais e participou, junto a outros negociantes, da elaboração, ao Governo Provincial, de sugestões para dinamizar o comércio da erva-mate no Paraná. Ele também se tornou um dos gestores do diretório conservador de Curitiba.<sup>699</sup> Esse conselheiro da Junta de Paranaguá pertenceu à chapa de candidatos conservadores eleitos para a Câmara Municipal em setembro de 1868.

Nesse quadro, o retorno dos conservadores ao comando do Gabinete Ministerial permitiu-lhe ser eleito vereador após o período de dez anos.<sup>700</sup> Na eleição anterior, ocorrida em 1864, no contexto em que os progressistas comandavam o Gabinete, ele não conseguira se eleger vereador.<sup>701</sup> Portanto, a mudança na composição do Gabinete gerava oportunidades de atuação política àqueles indivíduos que desempenhavam posições de menor relevo na gestão dos diretórios regionais das agremiações partidárias. Assim, Manuel Miró se enquadrava no grupo de conservadores que, a partir da formação de um Gabinete comandado pelo seu partido, conquistavam nomeações provinciais e imperiais, bem como mandatos de vereador.<sup>702</sup>

Tristão França, por seu turno, não se transferiu de Paranaguá.<sup>703</sup> Uma de suas derradeiras atividades políticas consistiu na escrita de abaixo-assinados contendo juízos sobre a atuação de agentes estatais adventícios em Paranaguá. Nesse sentido, ele se enquadrava na categoria de membro de elite local que mantinha uma proximidade com aqueles agentes. Essa

---

<sup>699</sup> Por meio do caso de Manuel Miró, pode-se destacar que a migração não era um elemento incomum na trajetória dos negociantes do litoral paranaense. Antes de se estabelecer em Curitiba, Miró residiu na cidade de Antonina, onde atuou como negociante ervateiro. Nessa localidade, ele também conquistou cargos públicos, tais como os cargos de delegado de Polícia e 1º suplente de Juiz Municipal. *Dezenove de Dezembro*, edições de 3 de junho de 1871 e 23 de março de 1872. Desse modo, a obtenção de cargos comissionados era um elemento indissociável dos percursos sociais de negociantes de maior poder econômico do Paraná provincial. O controle sobre tais cargos não era interrompido em virtude de uma mudança de cidade.

<sup>700</sup> Nessa eleição, Manuel Miró obteve 608 votos, a quinta maior votação. *Correio Mercantil*, 29 de setembro de 1868, n. 268, p. 3.

<sup>701</sup> *Dezenove de Dezembro*, 14 de setembro de 1864, n. 520, p. 4.

<sup>702</sup> Em fevereiro de 1862, época em que o Gabinete era comandado pelo então Marquês de Caxias, Miró foi nomeado Capitão da Guarda Nacional. *Correio Mercantil*, 19 de fevereiro de 1862, n. 50, p. 1.

<sup>703</sup> Tristão França também se enquadrava na categoria dos membros da sociedade de Paranaguá que ocuparam cargos comissionados provinciais. Em 1860, por exemplo, ele estava no exercício do posto de Juiz de Paz desse município. FRANÇA, Tristão Martins de Araújo. *Ofício enviado pelo Juiz de Paz de Paranaguá ao presidente da Província do Paraná, em 24 de agosto de 1860*. Manuscrito sob a guarda do Arquivo Público do Paraná. A participação em irmandades era também uma característica das atividades sociais desse indivíduo. Em 1860, ele foi um dos signatários do *Compromisso da Venerável Ordem Terceira da Penitência da Irmandade de Paranaguá*. Nessa época, Tristão França exercia o posto de Definidor na administração da irmandade. PARANÁ. *Compromisso da Venerável Ordem Terceira da Penitência da Irmandade de Paranaguá, de 13 de maio de 1860*. Manuscrito sob a guarda do Arquivo Público do Paraná.

proximidade, contudo, não significou a incorporação desses adventícios aos quadros partidários.<sup>704</sup> Ao mesmo tempo, cabe destacar que ele pertencia ao grupo de conservadores do município que também se beneficiava dos esquemas de nomeações comandados pelos correligionários de seu partido.<sup>705</sup> Era nos momentos em que o seu partido comandava a administração imperial que ele não encontrava obstáculos para manter a sua condição de eleitor de Paranaguá. Em fevereiro de 1869, por exemplo, ele foi o terceiro candidato mais votado ao posto de eleitor do município.<sup>706</sup>

Em suma, a carreira política desse indivíduo foi marcada pela propensão de resguardar o seu pertencimento em cargos eletivos da administração municipal – vereador e juiz de paz.<sup>707</sup> Em 1860, Tristão Martins estava no exercício do cargo de 4º Juiz de Paz de Paranaguá. Nesse contexto, o pertencimento às Câmaras Municipais era uma forma de salvaguardar os escassos poderes políticos de indivíduos que se enquadravam no perfil social de França.

Em 1866, em uma época na qual o seu partido pertencia à oposição, Tristão Martins era suplente de vereador. Nessa oportunidade, ele e Manuel Ricardo Carneiro requereram que a Câmara Municipal convocasse os suplentes pelo fato de que a instituição estaria a funcionar com apenas seis vereadores – o número total de vereadores, naquela Câmara, era nove.<sup>708</sup>

Nos anos 1860, no período em que os liberais comandavam a política imperial, a inserção em instituições municipais era ambicionada tanto por antigos correligionários do Partido Conservador, como Tristão França, por correligionários novatos, a exemplo de Manuel Eufrásio Correia.

A inserção de Miró e Tristão França no grupo de dirigentes da Junta conservadora de Paranaguá evidencia que, nos anos 1860, membros da elite social de Paranaguá que estavam

<sup>704</sup> Em 1874, Eugênio Guimarães Rebelo foi destituído dos cargos de médico da Companhia de Aprendizes Marinheiros, Inspetor de Saúde e de Inspetor da Instrução Pública de Paranaguá. Por consequência, membros da elite local, como Manuel Eufrásio Correia e Tristão França, redigiram um abaixo-assinado no qual elogiavam a atuação daquele indivíduo à frente dos aludidos cargos comissionados. *Diário do Rio de Janeiro*, 12 de maio de 1874, n. 130, p. 2. Nos anos 1870, a aproximação de agentes estatais com membros da elite de Paranaguá permitia aos primeiros somente a inclusão nem listas de candidatos a eleitor. Ou seja, não havia uma absorção do adventício no jogo partidário. Em 1872, Eugênio Rebello foi o décimo sexto candidato mais votado a eleitor em Paranaguá, tendo angariado 480 sufrágios. *Dezenove de Dezembro*, 28 de agosto de 1872, n. 1331, p. 4. A obtenção de cargos comissionados era, também, um privilégio conquistado por agentes estatais adventícios que se aproximavam de membros da elite local. No início dos anos 1870, no momento do domínio político dos conservadores, Eugênio Rebello esteve investido no posto de suplente de Juiz Municipal de Paranaguá. *Dezenove de Dezembro*, 12 de julho de 1873, n. 1419, p. 3.

<sup>705</sup> A esse respeito, cumpre salientar que Tristão França obteve a sua patente de Tenente-Coronel da Guarda Nacional em outubro de 1860, época em que o Barão de Uruguaiana, do Partido Conservador, exercia a presidência do Conselho de Ministros. *Diário do Rio de Janeiro*, 08 de outubro de 1860, n. 130, p. 1.

<sup>706</sup> *Dezenove de Dezembro*, 11 de fevereiro de 1869, n. 966, p. 2.

<sup>707</sup> *Dezenove de Dezembro*, 22 de agosto de 1860, n. 249, p. 2.

<sup>708</sup> *Dezenove de Dezembro*, 22 de setembro de 1866, n. 720, p. 4.

politicamente ativos desde o período anterior à criação do Paraná ainda dispunham de espaço na gestão de instituições administrativas e devocionais daquela localidade. Entretanto, esses indivíduos eram notabilidades locais. Eles não ameaçaram, portanto, o poder político dos bacharéis locais e adventícios pertencentes à geração de 1830.

Por fim, cumpre destacar que há dois conselheiros não oriundos de Paranaguá. Um desses conselheiros era o citado bacharel Filastrio Nunes Pires, natural do Rio de Grande do Sul. Formado pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1842, ele se transferiu para Paranaguá no ano de 1847, por ocasião de sua investidura na função de Juiz Municipal.<sup>709</sup> Nascido no ano de 1816, ele pertencia a uma família cujos membros atuaram na vida política e administrativa catarinense – o seu pai, o professor e advogado provisionado Feliciano Nunes Pires (1785-1840), exerceu o cargo de presidente dessa província, de 1831 a 1835.<sup>710</sup>

Nesse sentido, a atuação política desse adventício na vida política circunscreveu-se à participação eventual em deliberações e comissões executivas do grêmio conservador de Paranaguá. Cumpre mencionar que em 1850, após três anos de sua transferência para Paranaguá, Filastrio Pires participou de um processo eleitoral, qual seja, a eleição para deputado à Assembleia de São Paulo. Porém, não obteve êxito, visto que angariou apenas oito sufrágios.<sup>711</sup> Conforme salientado nesta tese, tal situação perdurou até os anos 1870. Um episódio da participação desse bacharel na vida política de Paranaguá ocorreu na eleição para a escolha dos eleitores de Paranaguá, em 1869. Nessa oportunidade, ele foi o nono eleitor mais votado, tendo conquistado 493 sufrágios.<sup>712</sup>

---

<sup>709</sup> NOGUEIRA, José Luiz de Almeida. *A Academia de São Paulo: tradições e reminiscências*. 8ª série. Lisboa: Typographia de “A Editora”, 1910, p. 83.

<sup>710</sup> CUNHA, Rogério Pereira da. *Juízes, policiais e administradores: juízo municipal e elites locais na formação do Estado no Brasil – São Francisco do Sul, província de Santa Catarina (1832-1850)*. Dissertação (Mestrado em História). Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2011, p. 32.

<sup>711</sup> O resultado dessa eleição evidencia a também existência as limitações dos membros da elite social do litoral da 5ª Comarca de São Paulo para conquistar o acesso nas instituições políticas dessa província. Tratava-se, pois, de uma dificuldade que se verificava desde a época regencial. Joaquim Cândido Correia, filho do citado negociante português Manuel Francisco Correia, obteve um voto. Nesse contexto, o bacharel recém-formado Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá, futura liderança do Partido Liberal paranaense, conquistou votação mais expressiva – 275 votos. Todavia, esses sufrágios não foram suficientes para elegê-lo deputado provincial. Em virtude desse resultado, ele alcançou a posição de décimo terceiro deputado suplente. De outra parte, o pai desse bacharel, o citado José Caetano de Oliveira, angariou um voto. Nessa ocasião, os votos dos futuros eleitores do Paraná foram direcionados a Manuel Antônio Guimarães, o futuro Visconde de Nácar. Nessa eleição, ele conquistou 372 votos. Ou seja, dentre os trinta e seis deputados eleitos, ele obteve a décima sexta maior votação. SÃO PAULO. *Acta da apuração final dos votos dos 36 deputados à Assembleia Legislativa desta Província na legislatura de 1850 e 1851*. Esta fonte encontra-se disponível para consulta no seguinte sítio eletrônico: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorioAcervo/Acervo/Alesp/Imperio/esp-183/PO50-001.pdf>>

<sup>712</sup> *Dezenove de Dezembro*, 03 de fevereiro de 1869, p. 2.

Por outro lado, esse bacharel tornou-se professor do ensino público em Paranaguá – ele lecionava as disciplinas de Francês e Inglês, conforme destacado acima. Mais precisamente, cabe destacar que ele se tornou professor dessas matérias em 1857, por meio de nomeação provincial.<sup>713</sup> Tal nomeação era, pois, um prenúncio de que esse bacharel, similarmente aos adventícios radicados no litoral, seria designado para funções comissionadas que não garantiam acentuada influência na vida política e administrativa. Nesse contexto, Filastrio Pires esteve envolvido em esquemas de nomeações. Ele exerceu, pois, os cargos de Curador-Geral de Órfãos de Paranaguá, cargo anteriormente ocupado por Joaquim Cândido Correia.<sup>714</sup> Tal fato evidencia, pois, que esse cargo era controlado por indivíduos que pertenciam ao grupo partidário do futuro Visconde de Nácar. Conforme evidenciado ao longo desta tese, era restrita a renovação do contingente de conservadores do litoral que conquistavam nomeações provinciais.

Por fim, cumpre mencionar que, em 1856, esse bacharel foi investido no cargo de Promotor Público desse município. Contudo, ele exerceu essa função por apenas quatro meses.<sup>715</sup> Quando o Partido Conservador retomou o controle dos esquemas de nomeações, em fins dos anos 1860, Filastrio Pires voltou a ocupar o posto de Promotor Público do município.<sup>716</sup> Porém, em virtude da proibição do exercício simultâneo da função de professor e de promotor, ele foi destituído deste último cargo. Esse bacharel permaneceu como Promotor somente entre os meses de agosto de 1869 e julho de 1870.<sup>717</sup> Em síntese, o percurso social de Filastrio Pires consiste em um caso de um bacharel pertencente à geração de 1810 que, radicado no Paraná, vinculou-se a partidos políticos.

Porém, tal vinculação não se desdobrou na obtenção de funções políticas e administrativas que garantissem o exercício de decisiva influência no jogo partidário. Conforme demonstrado no capítulo quarto, no final dos anos 1870 o envolvimento desse bacharel na vida política circunscrevia-se à participação em deliberações do diretório conservador de Paranaguá. A partir dos anos 1860, o município de Paranaguá deixou de constar como um local onde os agentes estatais ligados ao Partido Conservador encontravam oportunidades para o desenvolvimento de uma carreira marcada pelo exercício de funções de

---

<sup>713</sup> *Dezenove de Dezembro*, 4 de julho de 1857, n. 20, p. 4.

<sup>714</sup> *Dezenove de Dezembro*, 28 de outubro de 1854, n. 31, p. 3.

<sup>715</sup> *Dezenove de Dezembro*, edições de 8 de agosto de 1855 e 2 de janeiro de 1856.

<sup>716</sup> *Dezenove de Dezembro*, 2 de janeiro de 1856, n. 40, p. 1.

<sup>717</sup> *Dezenove de Dezembro*, edições de 7 de agosto de 1869 e 9 de julho de 1870.

relevo na vida partidária. Antes, a principal consequência do envolvimento desses indivíduos na política era a contínua obtenção de cargos comissionados.

O poder das antigas parentelas foi um fator que gerou obstáculos à emergência de lideranças partidárias não originárias daquela localidade. Por consequência, nessa região o poder das parentelas impôs limites à instauração de uma gestão partidária infensa à influência de potentados.

\*\*\*

O outro conselheiro da Junta conservadora, Ricardo Augusto da Silva Rego, era médico e estabeleceu-se em Paranaguá em fins dos anos 1850.<sup>718</sup> Trata-se, pois, de um caso conspícuo da agente adventício que obteve diversos cargos comissionados. Em 1860, foi investido, por nomeação imperial, no cargo de inspetor de Saúde do Porto.<sup>719</sup> Nesse ano, também foi investido no posto de subinspetor da Instrução Pública de Paranaguá, em cujo exercício permaneceu até o março de 1861.<sup>720</sup> Ainda, ele também exerceu, por nomeação do Governo Provincial, a função de vacinador do município de Paranaguá.<sup>721</sup>

Posteriormente, ele obteve uma nomeação provincial em uma época em que o presidente era ligado ao Partido Conservador: em 1866, Silva Rego conquistou o cargo de 2º suplente de Juiz Municipal de Paranaguá. Trata-se, pois, da época em que Agostinho Ermelino de Leão exercia a presidência do Governo Provincial.<sup>722</sup> Esse médico permaneceu no posto de inspetor de Saúde do porto até abril de 1868.<sup>723</sup> Dessa forma, ele foi demitido na época em que os conservadores permaneciam desvinculados do controle sobre os esquemas de nomeações imperiais e provinciais. Antes de obter tal nomeação, Silva Rego atuara como médico autônomo nesse município.<sup>724</sup>

Esse médico obteve votos em apenas duas eleições realizadas em Paranaguá. A primeira eleição na qual foi votado ocorreu em 1864. Trata-se da eleição à Câmara Municipal, na qual obteve 178 votos. Portanto, alcançou a posição de sexto suplente.<sup>725</sup> Nessa ocasião, ele concorreu como membro da chapa de conservadores. Em seguida, Silva Rego participou

<sup>718</sup> *Dezenove de Dezembro*, 26 de outubro de 1859, n. 163, p. 4.

<sup>719</sup> *Correio Mercantil*, 31 de janeiro de 1860, p. 1. Para o conhecimento sobre a atuação de Ricardo Augusto à frente do cargo de Inspetor de Saúde do Porto de Paranaguá, ver DOLINSKI, João Pedro. *Espaços de cura, práticas médicas e epidemias: febre amarela e saúde pública na cidade de Paranaguá (1852-1878)*. Dissertação (Mestrado em História das Ciências). Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2013.

<sup>720</sup> *Dezenove de Dezembro*, edições de 1º de agosto de 1860 e 6 de março de 1861.

<sup>721</sup> *Dezenove de Dezembro*, 13 de maio de 1863, n. 380, p. 2.

<sup>722</sup> *Dezenove de Dezembro*, 4 de julho de 1866, n. 699, p. 1.

<sup>723</sup> *Dezenove de Dezembro*, 3 de junho de 1868, n. 895, p. 2.

<sup>724</sup> *Dezenove de Dezembro*, 26 de outubro de 1859, n. 163, p. 4.

<sup>725</sup> *Dezenove de Dezembro*, 14 de setembro de 1864, n. 520, p. 3.

da eleição primária de 1869. Nesse pleito, ele e Joaquim Félix da Silva obtiveram a quarta maior votação (502 sufrágios).<sup>726</sup>

Esse médico faleceu no dia 6 de maio de 1869.<sup>727</sup> Dois meses antes de seu falecimento ele obteve uma nomeação imperial. Ou seja, ele foi beneficiado pelos esquemas de nomeações controlados pelo Partido ao qual estava nomeado. Ele foi nomeado, a 12 de março daquele ano, médico da Companhia de Aprendizes Marinheiros de Paranaguá.<sup>728</sup> Conforme destacado no primeiro capítulo, em abril de 1869 ele também foi nomeado cirurgião-mor do Comando Superior da Guarda Nacional de Paranaguá.<sup>729</sup> Desse modo, esse médico enquadrava-se na categoria dos correligionários do Partido Conservador que, a despeito de não terem conquistado projeção na vida política, conseguiam obter cargos comissionados.

Por fim, compete destacar que a composição da Mesa Diretora da Junta conservadora de Paranaguá possuía menos membros e comissões em relação à Junta conservadora de Cabo Frio formada em 1869, a qual foi citada no segundo capítulo desta tese. Em Paranaguá, o diretório municipal era formado por nove componentes. Em Cabo Frio, o diretório era composto vinte e um integrantes. Ao mesmo tempo, esse diretório possuía uma comissão que não existia no diretório de Paranaguá, a saber, a Comissão de Estatutos.

Constata-se, por fim, que a principal diferença entre as Juntas era atinente ao número de conselheiros. Em Paranaguá, havia apenas quatro conselheiros, em 1868. Em Cabo Frio, havia doze conselheiros. Na Junta conservadora de Cabaceiras, localizada na Província da Paraíba, eram onze conselheiros. Na Junta conservadora do município paraibano de Patos, eram oito conselheiros.<sup>730</sup> Portanto, ainda que a criação da *União Conservadora* tenha representado a execução de um projeto de reestruturação do Partido Conservador gerido pelas lideranças nacionais da agremiação, as elites regionais dispunham de autonomia para definir o formato da estrutura administrativa dos diretórios provinciais e municipais.

A esse respeito, cumpre mencionar que em 1868 também ocorreu a fundação do diretório conservador de Morretes. O estudo sobre a hierarquia desse diretório possibilita evidenciar que as elites locais possuíam autonomia para definir o número de cargos e componentes da Mesa Diretora das Juntas conservadoras. No diretório de Morretes, no qual Joaquim Antônio exercia o posto de 2º vice-presidente, existiam nove cargos: presidente

---

<sup>726</sup> *Dezenove de Dezembro*, 10 de fevereiro de 1869, n. 966, p. 2.

<sup>727</sup> *Dezenove de Dezembro*, 6 de novembro de 1869, n. 1043, p. 1.

<sup>728</sup> *Id.*

<sup>729</sup> *Dezenove de Dezembro*, 3 de maio de 1869, n. 991, p. 3.

<sup>730</sup> *Correio Mercantil*, 15 de fevereiro de 1868, n. 45, p. 1.

honorário, presidente, 1º e 2º vice-presidentes, 1º e 2º secretários, tesoureiro, procurador e conselheiro (em número de seis).

Nessa época, esse diretório possuía treze componentes, pois Joaquim Antônio acumulou as funções de 2º vice-presidente e conselheiro. No diretório conservador de Paranaguá, por seu turno, não existiam os cargos de presidente de honra, procurador e de 2º vice-presidente. O número de conselheiros também era menor: havia apenas quatro indivíduos desempenhavam tal função. Nesse diretório, havia apenas nove membros. A semelhança entre ambos os diretórios reside no fato de que, quando foram criados, dois negociantes da geração de 1810 foram investidos no posto de presidente.

Em Morretes, tal cargo coube a Antônio Ricardo dos Santos. A presidência de honra coube a outro negociante ervateiro: Modesto Gonçalves Cordeiro. Em Paranaguá, a função de presidente foi conferida ao futuro Visconde de Nácar.<sup>731</sup> Na freguesia de Porto de Cima, também foi instalada uma Junta. A presidência do órgão coube ao negociante ervateiro João de Souza Dias Negrão (1833-1887). Tal Junta era composta pelos seguintes cargos: presidente, vice-presidente, 1º e 2º secretários, tesoureiro, procurador e conselheiro (em número de cinco).<sup>732</sup>

Os diretórios municipais do Partido Conservador não se ocupavam apenas de eleições. Antes, eles também se mobilizavam para viabilizar projetos econômicos que interessavam aos membros da elite local. Tal mobilização ocorreu em Morretes, no contexto da criação do diretório, em 1868. Nesse contexto, a Junta conservadora de Morretes organizou uma subscrição dentro município para angariar recursos para a continuidade das obras do ramal da estrada da Graciosa ao Porto de Cima. Esses recursos seriam entregues ao Governo Provincial. Um dos participantes dessa subscrição foi o próprio presidente da Junta conservadora, o citado Antônio Ricardo dos Santos. Ele contribuiu com a quantia de um conto de réis.<sup>733</sup> Tal episódio consiste, pois, em evidência da dependência do Governo Provincial para com os recursos pecuniários das elites locais. Essa dependência não se restringiu ao caso da Província do Paraná.<sup>734</sup>

\*\*\*

<sup>731</sup> *Dezenove de Dezembro*, 7 de outubro de 1868, n. 930, p. 4.

<sup>732</sup> *Dezenove de Dezembro*, 17 de outubro de 1868, n. 933, p. 4.

<sup>733</sup> *Dezenove de Dezembro*, 10 de outubro de 1868, n. 931, p. 1.

<sup>734</sup> Na Província de São Paulo, por exemplo, o então Barão de Guaratinguetá, abastado cafeicultor, subsidiou, em 1866, a construção de um ramal da Estrada de Ferro D. Pedro II. MOURA, Carlos Eugênio Marcondes de. *O Visconde de Guaratinguetá: um fazendeiro de café no Vale do Paraíba*. São Paulo: Studio Nobel, 2002, p. 96.

A eleição municipal ocorrida em Paranaguá em setembro de 1868 consiste, por sua vez, em um episódio do princípio da conquista, por Manuel Eufrásio, de posições relevo na gestão do seu partido e na vida política provincial. Nessa ocasião, ele foi o vereador mais votado, visto que conquistou 701 votos.<sup>735</sup> Em Guaraqueçaba, então pertencente à jurisdição de Paranaguá, ele também foi o candidato mais votado, tendo angariado 187 votos.<sup>736</sup>

Assim, apenas dois meses após a ascensão do Visconde de Itaboraí ao comando do Gabinete Ministerial os conservadores de Paranaguá conseguiram reorganizar a sua base eleitoral. Por consequência, eles elegeram os seus nove candidatos à Câmara Municipal. Dessa forma, a vitória dos conservadores na eleição para vereador de Paranaguá, em 1868, evidencia que a mudança na composição do Gabinete Ministerial alterava rapidamente o cenário político de uma província.

Nesse quadro, migrar para a oposição não implicava abdicar da tentativa de lançar chapas de candidatos, a despeito da força do partido governista. Dessa maneira, uma eleição municipal era um acontecimento no qual os partidos de oposição, no contexto do litoral paranaense, não negligenciavam a tarefa de formar chapas de candidatos e conclamar os correligionários para manterem-se unidos. Em resumo, a perda da força política de um partido decorrente de sua passagem para a oposição não impedia a existência de competição eleitoral.

Para corroborar esta afirmação, trata-se de salientar os resultados da eleição municipal de Curitiba no ano de 1864. Nessa ocasião, o *Dezenove de Dezembro* informou a filiação partidária tanto dos eleitos quanto dos suplentes aos cargos de vereador e juiz de paz.

Na capital paranaense, os nove vereadores eleitos pertenciam ao Partido Liberal, a agremiação governista. Ao todo, eles obtiveram 9.916 sufrágios. Os quatro primeiros suplentes também eram liberais. Esses suplentes angariaram, juntos, 2.173 votos. Por fim, os indivíduos situados entre a quinta e a nona suplência eram conservadores. Eles conquistaram 1.363 votos.<sup>737</sup> Assim, os liberais obtiveram 12.089 votos, ou seja, cerca de 90% dos sufrágios.

De outra parte, os quatro juízes de paz eleitos na ocasião eram liberais. Eles obtiveram juntos 2.922 votos. O primeiro suplente de juiz de paz era liberal e conquistou 389 sufrágios. Na segunda, terceira e quarta suplência encontravam-se candidatos conservadores. Eles

---

<sup>735</sup> *Correio Mercantil*, 29 de setembro de 1868, n. 268, p. 3.

<sup>736</sup> *Dezenove de Dezembro*, 16 de setembro de 1868, n. 924, p. 2.

<sup>737</sup> *Dezenove de Dezembro*, 11 de setembro de 1864, n. 520, p. 3.



angariaram ao todo 739 votos.<sup>738</sup> Assim, os liberais conseguiram 81% dos votos para o aludido cargo. Desse modo, os liberais não tiveram dificuldades para sobrepujar os candidatos de oposição. Todavia, o Partido Conservador possuía um nível de coesão suficiente para permanecer ativo nos processos eleitores, bem como para angariar pequena parcela do eleitorado. Em Curitiba, portanto, a condição de grei oposicionista não implicou a desestruturação do partido.

Em 1865, em uma eleição municipal ocorrida em Morretes, o Partido Conservador, a despeito de sua condição de oposicionista, elegeu todos os sete vereadores e os quatro juízes de Paz. Nessa ocasião, os sete suplentes de vereador e quatro suplentes de juiz de Paz também eram do Partido Conservador.<sup>739</sup> Nos anos 1860, os conservadores de Morretes conseguiram manter um grau de organização que inviabilizou o crescimento do partido situacionista.

Por outro lado, as eleições primárias, nas quais eram escolhidos os eleitores dos municípios, eram também marcadas por acirrada competição. Em 1874, o articulista do *Dezenove de Dezembro* assinalou que o Partido Liberal, que na época estava na condição ao Gabinete, não se eximira de lançar seus candidatos ao posto de eleitor de distintos municípios paranaenses. Em resumo, a informação abaixo transcrita evidencia que, no contexto do Paraná, a passagem para a oposição não ocasionava o arrefecimento das atividades de um partido. Antes, os oposicionistas permaneciam dispostos a lançar candidaturas. A competitividade era evidenciada, por exemplo, na contestação a resultados eleitorais na anulação de eleições pelo Governo Provincial:

Avizinha-se a época designada pela presidência afim de proceder-se às eleições primárias das parochias da capital, Iguassú e S. José dos Pinhaes, anuladas pela câmara dos deputados e a de vereadores e juízes de paz de Antonina. [...] Concorrendo ao pleito eleitoral o partido em oposição, é de supor que a luta se travará dentro das raias do dever; e os sectários das duas ideias se esforçarão no sentido de que, qualquer que seja a decisão das urnas, não possa senão imputar ao triunfo benéfico de seus esforços e influência. Os efeitos da anormalidade do período eleitoral, a sobre-excitação de ânimos sempre comum ao povo quando se reúne em comícios, cremos, encontrarão corretivo na índole pacífica e ordeira de que já tem dado inequívocas provas os filhos desta província. [...] Confiamos na prudência e moderação de todos os cidadãos, e na atitude imparcial do ilustre funcionário que atualmente dirige os destinos da província.<sup>740</sup>

Até os anos finais do Império, no Paraná, a passagem para a oposição não ocasionava a abstenção eleitoral de um partido monárquico. Em verdade, havia ocasiões nas quais o

---

<sup>738</sup> *Id.*

<sup>739</sup> *Dezenove de Dezembro*, 18 de agosto de 1866, n. 711, p. 4.

<sup>740</sup> *Dezenove de Dezembro*, 10 de setembro de 1873, n. 1436, p. 2.

partido de oposição apresentava-se competitivo. Diante dessa ameaça ao poder dos governistas, autoridades que organizavam os pleitos utilizavam-se de expedientes como a fraude eleitoral para inviabilizar a vitória de candidatos de oposição. A ocorrência de fraudes não era limitada às eleições para a Câmara dos Deputados. Ants, em eleições municipais tal prática era verificada.

No dia 30 de novembro de 1887, houve uma eleição para uma vaga de vereador no município paranaense de Campina Grande. Os conservadores compareceram à eleição com 28 eleitores. Os liberais, então na oposição, participaram da eleição com 29 eleitores. Os oposicionistas alegaram que um liberal fora o candidato eleito, mas os conservadores adulteraram o resultado da eleição. Em suma, naquela localidade o partido oposicionista possuía uma organização consistente. Tal consistência é evidenciada na capacidade de conservar aliados em um contexto de pouca influência da agremiação em esferas da administração pública.

A leitura do protesto redigido pelos liberais de Campina Grande acerca desse episódio permite evidenciar a natureza competitiva das eleições provinciais do Paraná e os métodos de manutenção do poder do partido governista. Ao mesmo tempo, as informações consistem em indícios sobre a função política dos chefes partidários municipais. Tal função era garantir localmente, por meio do controle da gestão do processo eleitoral, os votos necessários para reiterar o pertencimento do seu partido às instituições políticas:

Os abaixo-assinados eleitores desta parochia protestam contra a eleição de um vereador da Câmara Municipal desta vila, que acaba de ser apurada, pelos motivos seguintes:

1º porque cinco eleitores conservadores votaram com duas cédulas cada um, dando isso e mresultado aparecerem na urna sessenta e duas cédulas, tendo votado conquenta e sete eleitores; e por isso, e mvez de vinte e oito votos que teve o candidato conservador João Baptista de Oliveira, apareceu com trinta e três votos. Assim, tendo sido eleito o candidato liberal Manoel Affonso Ennes, que obteve vinte e nove votos, figura como eleito João Baptista de Oliveira.

2º porque para facilitar essa fraude, a maioria da Mesa consentiu que os eleitores conservadores introduzissem na urna suas cédulas dobradas ao meio e desse modo foi que os cinco aludidos conseguiram meter duas cédulas cada um, indo uma dentro da outra como se verificou quando se abriu a urna, não sendo atendida a reclamação do eleitor Miguel de Jesus Pereira de Andrade, que exigiu não se aceitasse cédulas dobradas, ao que respondeu o chefe conservador Jerônimo Mendes dos Santos que a Mesa era soberana e que o governo era dele e de seus amigos!

3º Por que contra a lei, a força pública interveio na eleição, achando-se três praças de polícia fardadas e armadas, de sentinela ao portão do edifícioda eleição, vedando a entrada a diversas pessoas, inclusive o eleitor José Ramos. Requeremos que este protesto seja apensado em acta, conforme a lei. Campina Grande, 20 de janeiro de 1887 – Manoel Affonso Ennes, Miguel de Jesus Pereira de Andrade, Antônio Ribeiro de Lima.<sup>741</sup>

---

<sup>741</sup> *Dezenove de Dezembro*, 03 de dezembro de 1887, n. 159, p. 1.

Nesse contexto, as elites locais do Paraná possuíam a autonomia para definir acerca da participação ou abstenção em um pleito eleitoral. A reorganização dos diretórios partidários, no fim dos anos 1860, não interferiu nessa autonomia. Ao mesmo tempo, o predomínio político não era suficiente para evitar que candidatos de oposição ameaçassem os projetos eleitorais dos governistas. Analisadas nesta tese, as informações sobre fraudes em eleições na Província do Paraná permitem evidenciar que havia polarização do eleitorado. Tal polarização impelia os situacionistas a empregar o expediente da fraude eleitoral.

\*\*\*

O controle do Partido Conservador sobre as políticas de nomeações provinciais e imperiais permitiu a Manuel Eufrásio ser nomeado para um cargo provincial de primeiro escalão, a saber, o cargo de inspetor da Tesouraria Provincial, em 1869.<sup>742</sup> Em suma, antes de obter o cargo de tesoureiro provincial a atuação desse bacharel era circunscrita ao âmbito municipal: em 1868, por exemplo, ele era o presidente do Conselho Municipal de Recurso Paranaguá, um órgão cujas atribuições e formas de acesso foram descritas no primeiro capítulo desta tese.<sup>743</sup>

Por outro lado, cabe destacar que, em outubro de 1866, época em que a Liga Progressista ainda comandava o Gabinete Ministerial, ele foi nomeado delegado de Polícia de Paranaguá. Todavia, essa nomeação fora realizada ao tempo em que o conservador Agostinho Ermelino de Leão exercia interinamente a Presidência da província. É necessário ressaltar que, para nomear Manuel Eufrásio, Agostinho Ermelino de Leão demitiu João Antônio de Barros Júnior, futuro defensor das ideias liberais propugnadas pelos membros do Clube Radical. Ao mesmo tempo, Leão demitiu o 1º suplente de delegado, o liberal Manuel Carneiro dos Santos, e nomeou um conservador, o citado Manuel Leocádio de Oliveira, que à época estava investido no posto de 2º suplente de delegado de Paranaguá.<sup>744</sup>

Desse modo, às vésperas do fim de sua gestão, ocorrido em 15 de novembro de 1866, Leão beneficiou, por meio de nomeações, um antigo correligionário do Partido Conservador, mas também um jovem bacharel que ainda não conquistara mandatos eletivos. Contudo, Manuel Eufrásio e Manuel Leocádio foram exonerados desses cargos em janeiro de 1867, na gestão do presidente Polidoro César Burlamaque.<sup>745</sup> Em julho de 1866, Agostinho de Leão

<sup>742</sup> *Dezenove de Dezembro*, 3 de fevereiro de 1869, n. 964, p. 1.

<sup>743</sup> *Dezenove de Dezembro*, 1º de julho de 1868, n. 902, p. 1.

<sup>744</sup> *Dezenove de Dezembro*, 3 de novembro de 1866, n. 732, p. 1.

<sup>745</sup> *Dezenove de Dezembro*, 26 de janeiro de 1867, n. 756, p. 1. *Dezenove de Dezembro*, 4 de julho de 1866, n. 699, p. 1.

havia nomeado Manuel Eufrásio para outro cargo, a saber, o cargo de 1º suplente de Juiz Municipal de Paranaguá. Verifica-se, pois, que a inserção no grupo partidário do presidente da província permitia que os políticos conseguissem ser nomeados para diferentes cargos públicos em um breve intervalo de tempo. Nessa ocasião, o presidente interino também nomeou para cargos comissionados outros correligionários do Partido Conservador no litoral, a exemplo de Antônio Ricardo dos Santos, que foi investido no posto de 3º suplente de Juiz Municipal de Morretes.<sup>746</sup> Porém, a sua gestão possibilitou, ainda que de modo efêmero, que os conservadores recuperassem espaço na vida administrativa do litoral paranaense.

Nesse quadro, compete salientar que o envolvimento em querelas concernentes ao preenchimento de cargos públicos era inerente ao início do percurso político dos chefes partidários ao tempo do Império. Ao mesmo tempo, o controle sobre esquemas de nomeações era fundamental aos chefes partidários regionais para angariar aliados e proscrever os adversários da vida política e administrativa. A luta pelo controle do preenchimento desses cargos, portanto, originava querelas entre políticos acomodados em diferentes posições da hierarquia partidária. A esse respeito, cumpre atentar ao seguinte comentário do correspondente do *Correio Mercantil*:

O conselheiro [Jesuino] Marcondes vê contente todos os seus subalternos em um febril movimento. O Dr. Mafra vai abrindo brecha funda na machina, cujo movimento tem por fim comprimir a opinião de medo que na Corte se julgue ser o conselheiro a única influência da província. Para obter esse resultado procura-se reintegrar todas as autoridades demitidas pelo Dr. Ermelino afim de assim mostrar-se a reprovação mais solene a todos os actos de sua administração. Como auxiliar do Dr. Mafra, o *Commercio do Paraná* não cessa de gaguejar contra o digno vice-presidente, pretendendo, segundo diz um dos seus correspondentes, desmoralizar o Dr. Ermelino. Estou convencido que os demitidos não se prestarão ao ridículo, dando o desfrute de publicar algum protesto contra a administração, seguindo o exemplo do novo delegado, que, como lhes noticiei em minha primeira carta, pretendeu lançar injúrias à administração e ao designado para substituí-lo. Sobre a demissão do delegado, é forçoso que se diga ser ela esperada há muito, pela incongruência que todos viam em servir um homem com o caráter do Dr. Eufrásio Correa sob as ordens do Sr. [Manuel da Silva] Mafra [Juiz de Direito de Paranaguá, natural de Santa Catarina e vinculado ao Partido Liberal], que cede a todos os impulsos ao aproximar-se da fumegante sopeira do Dr. [Manuel Alves de] Araújo. O delegado demitido, porém, acabava de prestar um grande serviço acabava de prestar um grande serviço, não só economizando muito em favor dos cofres públicos, como usando de uma atividade espantosa para fazer a remessa de trinta e três recrutas e a competente escolta, no curto espaço de cinquenta e tantas horas. Em um lugar onde os recursos faltam não se podia fazer mais, e nem tanto de faria de o Dr. Euphrasio não encontrasse auxílio valioso em amigos pessoais seus.<sup>747</sup>

Dessa forma, o modo de funcionamento dos esquemas de nomeações favorecia o acirramento do antagonismo entre os conservadores e liberais na província. O distanciamento

<sup>746</sup> *Dezenove de Dezembro*, 4 de julho de 1866, n. 699, p. 1.

<sup>747</sup> *Correio Mercantil*, 15 de janeiro de 1867, n. 15, p. 1.

em relação aos chefes liberais, portanto, inviabilizou permanência de Eufrásio Correia no exercício do referido cargo comissionado. O excerto supracitado também evidencia que a aproximação entre chefes partidários e agentes estatais adventícios era um aspecto inerente à vida política e administrativa da província. A relação entre Manuel de Araújo e Manuel Mafra significou o estabelecimento de conexão entre liberais de províncias sulinas.

Após a destituição de Ermelino de Leão da presidência do Paraná, os citados liberais João de Barros Júnior e Manuel Carneiro dos Santos foram readmitidos aos cargos de delegado e 1º suplente de delegado de Paranaguá, respectivamente. Portanto, tais nomeações e exonerações eram sensivelmente condicionadas por fatores políticos e partidários.

A readmissão de Manuel Eufrásio ao posto de delegado de Paranaguá ocorreu a 4 de agosto de 1868, ou seja, menos de três semanas após o retorno dos conservadores ao comando do Gabinete Ministerial.<sup>748</sup> Em agosto do aludido ano, outros três correligionários de Nácar foram investidos em cargos comissionados: Manuel Leocádio de Oliveira (1º suplente de delegado de Paranaguá). Joaquim Félix da Silva (2º suplente de delegado desse município) e Manuel Ricardo Carneiro (subdelegado de Polícia de Paranaguá).<sup>749</sup> Por meio da análise dessas nomeações, verifica-se que, no litoral paranaense, era baixa a renovação no contingente de conservadores envolvidos em políticas de nomeações. Conforme demonstrado no quarto capítulo, a transição do comando político do partido nessa região apresentou-se como um processo de transição de gerações de indivíduos unidos por vínculos familiares.

Nessa época, o exercício de cargos comissionados, no litoral paranaense, impelia os seus ocupantes a envolver-se em contendas políticas. Ou seja, as ações dos agentes estatais acentuavam, por vezes, as divergências entre os partidos Conservador e Liberal. Em 1868, por exemplo, Manuel Eufrásio, à época ocupante do cargo de delegado de polícia de Paranaguá, foi processado pelo fato de ter emitido, de modo supostamente irregular, uma ordem de prisão. Ou seja, ele infringiu os artigos 180 e 181 do Código Criminal de 1830.<sup>750</sup>

Esse processo, ao final, resultou na condenação de Manuel Eufrásio. No entendimento do articulista do jornal *Phenix*, órgão do Partido Conservador editado em Paranaguá, o Juiz Municipal do município, João Antônio de Barros Júnior (1836-1912), que condenou o réu, e o Promotor Público, José da Rocha Vianna, estariam interessados na prejudicar Manuel

---

<sup>748</sup> *Dezenove de Dezembro*, 5 de agosto de 1868, n. 912, p. 4.

<sup>749</sup> *Id.*

<sup>750</sup> *Dezenove de Dezembro*, 7 de novembro de 1868, n. 939, p. 1.

Eufrásio, visto que eram adversários políticos desse bacharel.<sup>751</sup> No final do processo, Manuel Eufrásio foi condenado a dois meses de prisão. A esse respeito, o correspondente do *Diário do Rio de Janeiro* elaborou o comentário transcrito a seguir. Note-se, nesse comentário, que o articulista argumentou que a condenação de Manuel Eufrásio era decorrente de uma motivação política de correligionários do Partido Liberal. A primeira parte desse excerto refere-se ao episódio em que Manuel Eufrásio determinou a um tenente a realização de uma prisão. Em seguida, o redator fez alusão a uma condenação de Manuel Eufrásio:

Os leitores do *Diário do Rio* estão inteirados da perseguição que os juízes liberais desta comarca fizeram ao Dr. Manuel Eufrásio Corrêa *por motivos políticos*. [...] O furor partidário dos perseguidores nem ao menos procurava, vestindo manto hipócrita, salvar as aparências. [...] Publicando este documento [o depoimento de uma testemunha de acusação] acrescenta a *Phenix*: ‘Este documento prova não só a má fé do procedimento oficial contra o Dr. Manuel Eufrásio Corrêa, como o *fato altamente imoral de ser a denúncia promovida pelo juiz municipal do termo Dr. Barros Júnior*, de envolta com seu digno amigo Dr. Rocha Viana, então promotor da comarca.’ Entretanto ainda não cessaram todos os efeitos da perseguição movida contra o Dr. Eufrásio Corrêa. O processo, por pretendido crime de desobediência, feito de propósito para não ser sujeito ao tribunal superior, trouxe a condenação do delegado de polícia a dois meses de prisão. Não pode haver dúvida de que, se o processo chegasse à relação, a obra da obra de iniquidade não seria bem sucedida. Não chegando, poderemos presenciar o doloroso espetáculo do triunfo de más paixões, se o governo demorar o exame da petição do Dr. delegado. Com processos semelhantes, nenhum cidadão está livre de ir para a cadeia e de ver o seu nome no rol dos culpados.<sup>752</sup>

Nesse contexto, portanto, a atuação administrativa de um correligionário de um partido não era dissociada de suas inclinações políticas. Ou seja, considerava-se que tais inclinações e afinidades interfeririam decisivamente no desempenho de um ocupante de um cargo comissionado. A condenação de Manuel Eufrásio repercutiu na imprensa da Corte. O redator do jornal *Opinião Liberal*, em edição de janeiro de 1869, argumentou que dificilmente esse bacharel cumpriria sua pena, visto que os seus parentes estavam acomodados em funções administrativas que lhes permitiria intervir em favor do condenado.

Conferir atenção às considerações desse redator permite evidenciar que os confrontos entre agentes estatais, no âmbito municipal, desdobravam-se, por vezes, em contendas entre os correligionários dos partidos Conservador e Liberal. A repercussão que a cizânia entre

---

<sup>751</sup> Conforme salientado no capítulo primeiro, José da Rocha Vianna era membro do Partido Liberal e exerceu mandato à Assembleia do Paraná nos anos de 1864 e 1865. De sua parte, Barros Júnior apresentou-se, na condição de editor do jornal *Operário da Liberdade*, como um defensor das ideias propugnadas pela ala radical do Partido Liberal. Essa ala era composta pelos fundadores do Clube Radical, órgão criado no Rio de Janeiro em 1868. Acerca do programa político do idealizado pelo Clube Radical do Rio de Janeiro, ver BRASILIENSE, Américo. *Os programas dos partidos...* *Op. cit.*, pp. 31-39.

<sup>752</sup> *Diário do Rio de Janeiro*, 11 de janeiro de 1869, p. 2. Grifos no original.

Barros Júnior e Manuel Eufrásio obteve na *Opinião Liberal* corrobora esta assertiva. Mais especificamente, trata-se de evidenciar que, nesse contexto, as querelas políticas em que Manuel Eufrásio estava envolvido eram circunscritas ao embate com autoridades locais:

Consta que, não tendo esperanças de obter o perdão imperial pelo *furto dos autos* em que era réu e temendo aqui que o digno juiz das execuções cumprisse o seu dever, [Manuel Eufrásio] deixou o homizio em que estava para afrontar a justiça pública em Paranaguá, onde por certo não será preso por ser seu irmão o juiz das execuções, por ser o chefe de política o dr. Ermelino, cunhado do dr. Manuel Eufrásio Corrêa, sobrinho do condenado, por ser do grêmio [conservador] o promotor. Consta que o delegado de polícia, suplente em exercício, indignado pela audácia do réu em ali apresentar-se publicamente, e não tendo energia para cumprir o seu dever, pretende passar a vara. Sabem desse fato o presidente e o chefe de polícia. Provocamos o sr. ministro da justiça a contestar-nos. E denunciando o fato, aguardamos providencias.<sup>753</sup>

Para os liberais, os conservadores buscaram interferir na condução do julgamento de Manuel Eufrásio. Para tanto, removeram o juiz municipal de Antonina e Morretes, o citado Manuel Augusto Mendonça de Brito, e empossaram um juiz de Direito substituto. Ou seja, segundo os liberais, o controle dos conservadores sobre os esquemas de nomeações teria sido empregado para favorecer o réu.<sup>754</sup> Nesse quadro, cabe destacar que, em 1870, Manuel Eufrásio já cumprira uma punição estipulada pela Justiça. Essa punição não era a prisão. Antes, a pena de dois meses de prisão fora comutada em doação de 200 mil réis à Santa Casa de Curitiba, em 1869.<sup>755</sup>

No início dos anos 1870, Manuel Eufrásio também conseguiu ingressar no diretório provincial do Partido Conservador, sediado em Curitiba. Conferir atenção ao momento em que ocorreu esse ingresso permite demonstrar o argumento segundo o qual bacharéis não originários de Curitiba conquistavam posições de relevo da gestão desse diretório. Nesse âmbito, cabe mencionar que em 1870 havia apenas um curitibano no grupo de gestores do diretório provincial, a saber, Manuel de Oliveira Franco. A informação abaixo transcrita, que diz respeito a uma eleição ocorrida nesse diretório, foi publicada no *Dezenove de Dezembro*, em 26 de novembro de 1870:

Reunião conservadora. Hontem à noite reuniu-se em casa do Sr. Dr. Manuel Euphrasio Corrêa grande número de membros do partido conservador, afim de eleger um directório que trate dos seus interesses, e concentre os seus esforços e obter o triumpho no próximo pleito eleitoral. Depois de um rápido discurso em que o Sr. Dr. Manuel Euphrasio expoz o fim da reunião, procedeu-se à eleição do directorio, que ficou composto dos seguintes cidadãos: tenente coronel Manuel de Oliveira Franco,

<sup>753</sup> *Opinião Liberal*, 11 de janeiro de 1869, p. 3.

<sup>754</sup> *Opinião Liberal*, 19 de dezembro de 1868, p. 2.

<sup>755</sup> *Dezenove de Dezembro*, 20 de janeiro de 1869, n. 960, p. 4.

Tertuliano Teixeira de Freitas, Antônio Cândido Ferreira de Abreu, Bento Fernandes de Barros. Por motivos imperiosos deixaram de comparecer à reunião os dois primeiros Srs. eleitos.<sup>756</sup>

Desse modo, tal eleição confirmou a permanência, em cargos da Mesa Diretório do grêmio conservador do Paranaguá, de indivíduos que participaram da fundação desse órgão, em 1868. O correspondente de *A Reforma* também noticiou o fato de Manuel Eufrásio ter participado da reorganização do diretório provincial do Partido Conservador. Dedicar atenção a essa notícia permite evidenciar a ausência, naquele contexto, de uma competição entre as lideranças conservadoras do litoral e do planalto: “Achando-se na marinha o Sr. Manuel Euphrasio foi chamado para pôr-se à testa de um *novo grêmio*, que se formou com o título de *directorio*; de modo que as *juntas, uniões, grêmios*, etc. ficaram pertencendo ao passado. Em terras pequenas, como esta, semelhantes factos passam instantaneamente ao domínio público. Dispostas assim as coisas, constituindo o vice-presidente protetor e reorganizador do partido que se achava em decomposição, começaram os corifeus a pôr em ação os instrumentos ao seu dispor, principiando o movimento pela infeliz guarda nacional”.<sup>757</sup>

Tal informação, portanto, consiste em um prenúncio de uma situação que se consolidou ao longo dos anos 1870: os bacharéis tornaram-se, no Partido Conservador, os responsáveis pela gestão do partido, em detrimento dos negociantes. No decorrer dos anos 1870, Manuel Eufrásio tornou-se um contendor de Bento Fernandes de Barros e Tertuliano Teixeira de Freitas. Porém, essas contendas não foram duradouras. Em síntese, a informação acima transcrita consiste em uma evidência na natureza volátil das relações entre os bacharéis da geração de 1830.

Por fim, é necessário destacar que a criação da União Conservadora não impediu o surgimento de facções do partido nas áreas provinciais. Ao tempo em que Manuel Eufrásio começava a atuar no diretório provincial do Partido Conservador, os correligionários da agremiação já se apresentavam divididos. A esse respeito, o correspondente *A Reforma* em Curitiba assinalou, em março de 1872: “O tal grêmio conservador apresenta dous lados na salinha que não se comem para não se engasgarem com as respectivas barrigas, um dirige-o o presidente [Venâncio José Lisboa], o outro o chefe de polícia [Bento Fernandes de Barros], mimoseiam-se com lindos termos dando cada um o que tem e apresentam à província um feio quadro do que são e de quanto ela deve receiar de suas deliberações”.<sup>758</sup>

<sup>756</sup> *Dezenove de Dezembro*, 23 de novembro de 1870, p. 3.

<sup>757</sup> *A Reforma*, 1º de janeiro de 1871, n. 1, p. 2. Grifos no original.

<sup>758</sup> *A Reforma*, 13 de março de 1872, n. 57, p. 2.



Um dos principais fatores da divisão entre os correligionários dessa agremiação era concernente ao apoio que prestavam ao Governo Provincial. Assim, uma das facções do partido, no princípio dos anos 1870, era mais propensa a possibilitar a interferência do presidente da província na gestão do diretório regional.

Em verdade, o crescimento da influência política de Manuel Eufrásio iniciara-se no princípio dos anos 1870. Ao exercer o cargo de Chefe de Polícia de Santa Catarina ele obteve a oportunidade de se envolver em campanhas de conservadores e de estabelecer conexões políticas. Nesse contexto, a atuação de Manuel Eufrásio à frente do mencionado cargo evidencia a renitente participação de funcionários comissionados imperiais na vida política de províncias das quais não eram originários. Esse envolvimento ocorria também em eleições municipais. A esse respeito, compete atentar aos comentários de Affonso Augusto Viana sobre o envolvimento de Manuel Eufrásio para angariar, no município catarinense Itajaí, votos para os candidatos conservadores à Câmara de Vereadores, em 1872:

Era tão fora de propósito a vinda de S. Ex. a esta vila para tratar de uma eleição municipal, que em coisa alguma interessava o governo, que todos nós pensávamos ser pedantismo dos propagadores semelhante notícia; porém qual não foi nosso pasmo quando vimos à barra a canhoneira *Araguary*, conduzindo a sue bordo o Exm. chefe de polícia da província? Porque triste decepção não passamos quando vimos que S. Ex. ia-se hospedar em casa de João Marques da Silva, sobre quem, dias antes, se reclamara oficialmente sobre sua intervenção no pleito eleitoral? Chegado que foi a esta vila, S. Ex. tratou de chamar à sua presença todos os chefes cabalistas deste município, e com eles empregou todos os esforços para que triunfasse a chapa Mendes-Braga, e não podendo conseguir mudar o ânimo daqueles chefes, S. Ex. foi pessoalmente às diversas paróquias, fazendo-se acompanhar pelos Srs. Mendes, Braga e outros, fazendo-nos o especialíssimo obséquio de não fazer mistério de suas intenções – proteger a chapa Mendes-Braga e Cia. Nos dias da eleição, S. Ex. apresentou-se na igreja ao lado do juiz de paz presidente da mesa, e do mesmo lado aonde de achavam reunidos os votantes da parcialidade Mendes-Braga, parecendo assim dar a mais cabal demonstração de seu interesse por aquela parcialidade.<sup>759</sup>

Tais informações, em suma, permitem destacar dois aspectos da vida política provincial. Um aspecto era que a competitividade eleitoral exigia do partido governista a mobilização, em favor de seus candidatos, de seus correligionários que estavam acomodados em postos da administração pública. Outro aspecto é de que a ação política dos agentes estatais por vezes malograva. Ou seja, existiam ocasiões nas quais os chefes políticos locais não acatavam as determinações emanadas dos funcionários comissionados, os quais eram emissários do Governo Provincial e do Gabinete Ministerial. Ou seja, havia momentos nos quais as elites locais conseguiam resguardar a sua autonomia para organizar a ação política

---

<sup>759</sup> *O Despertador*, 8 de outubro de 1872, n. 1010, p. 3.

que previamente planejaram, em detrimento dos interesses de dirigentes partidários dotados de maior projeção e influência.

### **Conclusões parciais**

Neste capítulo foi empreendida uma investigação acerca do princípio da atividade política de membros de duas parentelas ligadas ao Partido Conservador e radicadas na cidade de Paranaguá. Mais precisamente, foi reconstituído o princípio de um processo de transição do comando político no Partido Conservador do litoral paranaense. Desse modo, destacou-se a ocorrência de uma reorganização de posições na hierarquia do partido em tal região.

Nesse quadro, os bacharéis da geração de 1830 passaram a exercer as funções capitais na gestão do partido. Os negociantes, por sua vez, dedicavam-se a executar, no universo municipal, os projetos eleitorais desses bacharéis. Havia, pois, um caráter rotineiro na atividade política e administrativa dos negociantes do litoral paranaense. Tal caráter consistia na permanente circulação por instituições administrativas municipais e cargos públicos que garantiam posição de relevo no âmbito local. Porém, esses negociantes não ultrapassavam essa limitada esfera de atuação política. Antes, precisavam da intermediação de políticos ascendentes, tais como os bacharéis, para prosseguir no exercício desses cargos. Em fins dos anos 1860, portanto, estava definida uma hierarquia de funções administrativas no interior do Partido Conservador do Paraná.

Nesse contexto, destacou-se que o pertencimento a uma parentela enraizada na elite local não era uma garantia para a obtenção de apoio político dessa elite. Por consequência, foi destacado que a desvinculação de um dos bacharéis da família Correia do jogo partidário paranaense foi derivada da perda de apoio dos dirigentes do Partido Conservador da região litorânea. Nessa época, esses dirigentes eram afeitos a estabelecer alianças com agentes estatais adventícios. Todavia, foi demonstrado que, em relação ao caso do Partido Liberal, os agentes que se vincularam ao Partido Conservador no litoral do Paraná, em fins dos anos 1850, não conquistaram decisivas oportunidades de atuação na vida partidária regional.

Ao mesmo tempo, foi evidenciado que as nomeações imperiais obtidas por membros da família Correia permitiriam o desempenho de funções administrativas em províncias do Nordeste, Sudeste e Sul. Por conseguinte, o exercício desses cargos possibilitava o estabelecimento de alianças políticas para além do Paraná, bem como permitia o exercício eventual de uma influência sobre a gestão de diretórios regionais do Partido Conservador.

## Capítulo 4

### **Transição do comando partidário e composição social de diretórios regionais: a atuação política das famílias Correia e Guimarães no ocaso do Império**

No presente capítulo é empreendida a investigação acerca dos fatores da transição do comando na gestão do Partido Conservador do Paraná. O recorte temporal deste capítulo abarca das décadas de 1870 e 1880. Nesse âmbito, é demonstrado que nesse contexto os bacharéis da geração de 1830 consolidaram-se na posição de chefes partidários. Por outro lado, é evidenciado que nesse período se tornou irreversível a posição de subalternidade dos negociantes do litoral paranaense na hierarquia da grei conservadora. Será destacado, assim, que os percursos sociais de membros da família Guimarães evidenciam as limitações da atividade partidária dos negociantes do litoral nos últimos anos do Império.

Nesse sentido, será ressaltado que em tal época se define uma situação que perdurou durante a Primeira República. Em tal situação, os negociantes enraizados no litoral do Paraná permaneceram acomodados na posição de líderes de uma retaguarda partidária que garantia, por exemplo, apoios eleitorais aos chefes da agremiação. Todavia, esses negociantes estavam alijados de tomadas de decisões cruciais para o partido. O controle sobre instituições administrativas municipais e o exercício de um domínio político e econômico sobre uma parcela do eleitorado do litoral eram os principais aspectos do prestígio social desses negociantes. De outra parte, a retomada do estudo das trajetórias de integrantes da família Correia demonstra que, além do controle sobre o partido no nível regional, o estabelecimento de conexões sociais para além da Província do Paraná apresentou-se como um dos elementos do poder político desses profissionais. Mais especificamente, a capacidade de interferir em esquemas de nomeações imperiais reforçava localmente o poder de bacharéis conservadores pertencentes àquela família.

\*\*\*

A execução deste capítulo é estruturada em quatro temas centrais. Primeiro, é desenvolvida uma abordagem sobre o contexto político-partidário no Brasil das décadas de 1870 e 1880. Mais precisamente, é apresentado um comparativo sobre a vida interna dos partidos Conservador e Liberal. Nesse quadro, é demonstrado que a reorganização dos diretórios nacionais desses partidos, nos anos 1860, ainda surtia efeitos nos anos derradeiros do Império. Ou seja, a aplicação de regras atinentes ao lançamento de candidaturas e ao relacionamento entre as diferentes instâncias do partido ainda estavam em vigor. Desse modo,

é evidenciado que a criação do Centro Liberal aperfeiçoou a disciplina partidária. Todavia, é também ressaltado que tais regras não impediam que os potentados, na esfera regional, interferissem em favor de seus próprios candidatos.

Por meio do estudo do caso do Paraná, é demonstrado que o pertencimento à parentela de um potentado ainda constava como um fator crucial para a obtenção de oportunidades políticas no interior do Partido Liberal. A vida interna dos diretórios partidários, nos anos finais do Império, foi marcada pela tensão entre a vigência de regras que disciplinavam a vida partidária e a interferência de fatores como as ligações de parentesco.

Na segunda etapa do capítulo, é realizada uma abordagem sobre a vida interna do Partido Conservador, com especial atenção ao caso do Paraná. Assim, é demonstrado que as disputas entre chefes partidários regionais eram inerentes a essa agremiação. Tais disputas criavam uma situação na qual os diretórios municipais não acatavam as decisões do diretório provincial da agremiação. Em síntese, as disputas internas prejudicavam o cumprimento das regras respeitantes ao relacionamento entre os distintos órgãos da administração do partido. Todavia, é salientado que essas disputas, no Partido Conservador do Paraná, não eram duradouras. Antes, as lideranças políticas, a despeito dos seus antagonismos, eram propensas a restabelecer suas ligações.

A natureza volúvel da aliança entre os chefes conservadores do Paraná é o elemento crucial a ser enfatizado nessa etapa da análise. Por fim, é também destacado que a existência de disputas internas não impediu que adventícios estabelecidos no planalto conseguissem, mesmo que momentaneamente, controlar a gestão do partido no Paraná. Esse domínio, contudo, esgotou-se ao longo dos anos 1880. No litoral, o Partido Conservador permaneceu pouco aberto à presença de adventícios. Nessa região, foram conferidas aos adventícios as posições menos decisivas na vida partidária e administrativa.

Na terceira etapa da análise, é retomada a abordagem sobre os percursos políticos de membros da família Guimarães. Essa abordagem consiste na reconstituição do processo por meio do qual os negociantes tornaram-se ocupantes de uma posição política mais subalterna no Partido Conservador do Paraná. Nesse quadro, eles também se tornaram dependentes da intermediação de políticos de maior projeção para a conservação de seu domínio sobre instituições municipais. Ao mesmo tempo, é evidenciado que a conservação do poder econômico desses negociantes era também dependente da interferência de chefes partidários, visto que esse poder era derivado, em parte, da manutenção de relações contratuais com os

Governos Provincial e Imperial. Nesse sentido, o controle sobre a gestão da Companhia Progressista de Navegação apresentou-se como uma maneira de os Guimarães conservarem o seu domínio econômico na província. Tal domínio, contudo, foi possível em virtude da interferência de bacharéis da geração de 1830. Ao final dessa etapa do capítulo, é evidenciado que, às vésperas da Proclamação da República, os Guimarães se acomodaram na condição de chefes políticos que possuíam dificuldades para conquistar espaço na política para além do âmbito municipal. Trata-se, pois, de uma situação que também foi peculiar aos percursos dos membros do grupo mercantil do litoral paranaense.

Na quarta etapa do capítulo, é elaborada uma investigação sobre o epílogo dos percursos políticos de bacharéis pertencentes à família Correia. Assim, é demonstrado que esses indivíduos, ao longo dos anos 1870, se consolidaram na condição de principais gestores dos esquemas de nomeações para cargos comissionados no Paraná. A influência desses indivíduos foi reforçada pelo fato de que possuíam aliados nos diretórios conservadores de distintos municípios paranaenses. Uma das formas de conquistar aliados era por meio da intermediação de nomeações provinciais.

Durante os anos 1880, o domínio político desses bacharéis permaneceu inalterado. Todavia, a derrocada política da família Correia já se prenunciava nos anos finais do Império. Um dos fatores dessa derrocada derivava do fato de que os aludidos bacharéis não tiveram herdeiros políticos. Assim, a partir do final do século XIX os descendentes desses bacharéis atuaram na vida partidária apenas ocasionalmente.

#### **4.1. – Disciplina partidária e dinâmica política das províncias: o Partido Liberal do Paraná e os limites da implantação de regras atinentes à vida interna da agremiação**

Implantadas a partir de 1868, as regras concernentes ao funcionamento do Partido Liberal não foram abandonadas nos anos seguintes. Entretanto, a interferência dos chefes partidários regionais em processos como a definição de candidaturas solapou a possibilidade da aplicação rotineira e imparcial dessas regras. Nesse quadro, é necessário demonstrar que nos anos finais do Império ainda vigoravam precisos regulamentos acerca das relações entre as instâncias do partido e da realização de processos deliberativos. Tal demonstração possibilita corroborar o argumento de que a reorganização dos diretórios nacionais dos partidos Conservador e Liberal, nos anos 1860, foi um momento decisivo da vida partidária nacional.

\*\*\*

Uma das implicações da reorganização administrativa do Partido Liberal consistiu na precisa divisão de tarefas entre os membros do núcleo dirigente do diretório nacional. Esses dirigentes eram incumbidos, sob o regime de revezamento, da função de orientar a atividade de seus correligionários e receber demandas atinentes a problemas como fraude e violência no processo eleitoral. Em fins de agosto de 1872, a cada dia cinco dirigentes da agremiação eram responsáveis por atender e orientar os seus aliados.

Nesse contexto, o jornal *A Reforma* dedicava-se a comunicar a escalação dos dirigentes que estavam a receber os seus correligionários no diretório. Nessa ocasião, a primeira comissão eleitoral formada exerceu suas atividades no dia 19 de agosto e possuía a seguinte composição: “Durante os próximos dias da eleição, estarão permanentemente no Club da Reforma 5 membros da comissão central [do Partido Liberal] para atender às reclamações do povo contra a violência e a fraude e para darem aos seus concidadãos conselhos e apoio. Outros membros da comissão estarão em suas diversas paróquias. Zacarias. Macedo. Rodrigo Otávio. Adolfo de Barros. Jurandir Madureira”.<sup>760</sup> Outros próceres do Partido Liberal também se revezaram nessa função, tais como o futuro Visconde de Sinimbu (1810-1906) e José Antônio Saraiva (1823-1895) Ao mesmo tempo, políticos que ainda detinham menor projeção na política, como Joaquim Nabuco (1849-1910), também integraram essa comissão de membros rotativos.<sup>761</sup>

A regularidade das atividades partidárias e a divisão do trabalho dos correligionários foram desdobramentos do processo de reorganização administrativa do Partido Liberal. Essa divisão de trabalho partidário, ao menos na cidade do Rio de Janeiro, perdurou até os anos finais do Império. Em 1884, por exemplo, uma *comissão* dos liberais da freguesia carioca do Santíssimo Sacramento convocou os eleitores das demais paróquias para deliberarem sobre a próxima “eleição de senador e tratar de outras disposições relativas à boa disciplina do partido”.<sup>762</sup> Em resumo, essa divisão de tarefas permitia que as decisões cruciais de um partido, tais como definição de candidaturas, não fossem monopolizadas pelo núcleo dirigente da agremiação. Ou seja, tal divisão de tarefas permitia uma participação mais ampla e rotineira dos correligionários na vida interna do partido.

---

<sup>760</sup> *A Reforma*, 19 de agosto de 1872, n. 187, p. 1.

<sup>761</sup> *A Reforma*, 24 e 25 de agosto de 1872, n<sup>os</sup> 192-193.

<sup>762</sup> *Jornal do Comercio*, 17 de julho de 1884, n. 197, p. 5.

Ao Centro Liberal do Rio de Janeiro eram endereçadas informações referentes tanto à vida política da capital do Império como à vida política das províncias. Em geral, essas informações eram respeitantes a eleições. Por conseguinte, os administradores desse diretório manifestavam-se sobre o modo como os processos eleitorais se desenvolviam nas distintas regiões do Império. Ao tempo em que permaneceram afastados do comando do Gabinete Ministerial, os líderes do Partido Liberal encaravam os malogros eleitorais da agremiação como derivados de fraudes comandadas pelas autoridades imperiais.

Nesse quadro, a análise das atas das reuniões do diretório nacional do partido evidencia que os chefes liberais conferiram, nessas reuniões, especial ênfase ao tratamento do problema dos reveses eleitorais experimentados pelos seus candidatos. A esse respeito, cabe atentar ao modo como tais chefes, em uma reunião ocorrida no dia 9 de setembro de 1872, manifestaram-se sobre o modo como foi procedida a eleição municipal na freguesia carioca de São José. Enfim, a análise do excerto transcrito a seguir evidencia que protestar contra a suposta ingerência de agentes estatais e correligionários do Partido Conservador em eleições era uma das principais atividades dos gestores do partido:

Às 6 horas da tarde pelo delegado de S. José foi a comissão [central do Partido Liberal] informada de que nessa freguesia os trabalhos os trabalhos correram como haviam principiado, caprichosa e tumultuariamente. [...] Outro homem de cor preta, quando foi chamado o Sr. Benedito Alves Nogueira, apresenta-se em seu lugar; scientes das falsidades protestam os liberaes e se comprometem a fazer chegar sem demora perante a mesa o Sr. Nogueira; a mesa, porém, desprezando as razões dadas, não admite que a cédula seja tomada em separado e apressa-se em receber o voto do *phosphoro*. Aparece minutos depois o Sr. Nogueira, que reclama pelo seu direito; mas a mesa nem ao menos se dignou a responder-lhe. Notáveis, pois, em número e qualidade foram os escândalos praticados. Os dois últimos provam, além do mais, o valor moral das instruções do governo e a sinceridade com que foram cumpridas. Às 8 horas da noite, nada mais havendo a tratar, suspenderam-se os trabalhos assinando a presenta ata todos dos membros da comissão. *J. Luiz Vieira Cansação de Sinimbu – J. V. Couto de Magalhães – Rodrigo Octavio – Joaquim Serra – Frederico A. Rego.*<sup>763</sup>

<sup>763</sup> *A Reforma*, 9 de setembro de 1872, n. 206, p. 1. Os diretórios municipais e províncias do Partido Liberal mantinham correspondência com lideranças nacionais da agremiação. Tal correspondência evidencia que os chefes locais do partido acompanhavam rotineiramente o desempenho parlamentar de lideranças de maior projeção. Em 1885, por exemplo, diretórios liberais do Rio Grande do Sul enviaram mensagens ao senador José Antônio Correia da Câmara (Visconde de Pelotas) para saudá-lo para sua atuação como opositor do Gabinete conservador. Os liberais de Bagé enviaram a seguinte mensagem àquele parlamentar: “O partido liberal de Bagé, em reunião de ontem aplaudindo o procedimento de v. ex. e as resoluções tomadas pelo centro liberal de Porto Alegre, ante a reação política exercida nesta província, encarregou-nos de significar a v. ex. sua adesão com a expressão do respeito e admiração que consagra à pessoa de v. ex.; o que ora cumprimos com súbita satisfação”. *Dezenove de Dezembro*, 17 e novembro de 1885, n. n. 255, p. 1. O diretório liberal de Alegrete, por sua vez, endereçou ao Visconde de Pelotas a seguinte mensagem: “Exm. Sr. Visconde de Pelotas. O directorio liberal de Alegrete, em nome da coletividade que representa, garante sua completa adesão à enérgica atitude de v. ex. em resistência às arbitrariedades da situação. Defensor da lei, é v. ex. intérprete dos brios do povo rio-grandense. Franklin Souto – José Gonçalves Marques – João Pereira Gomes – M. Rodrigues de Almeida – Vasco Tarquínio de Abreu – Simeão E. da Cunha Soares”. *Id.*

O Centro Liberal sugeria que os diretórios provinciais criassem comissões para orientar os correligionários do partido em processos eleitorais. A criação do Centro Liberal permitiu a intensificação dos contatos entre chefes partidários nacionais e regionais. Essas comissões também recebiam a incumbência de fiscalizar o cumprimento das regras dos pleitos eleitorais. Em um momento no qual o Partido Liberal permanecia na oposição ao Gabinete, era operacional a conquista da unidade entre as lideranças e os correligionários da agremiação.

Desse modo, é necessário dedicar atenção à circular que o Centro Liberal enviou aos diretórios regionais em 1876, por ocasião da realização de uma eleição geral. Nesse âmbito, note-se que os líderes nacionais do partido encaravam a comunicação entre os diretórios regionais e o Centro Liberal com um elemento crucial para o êxito político do partido. Nessa época, um propósito central dos líderes liberais era evitar que os correligionários do Partido Conservador fraudassem as eleições. A fiscalização realizada pelas comissões executivas do Partido Liberal nas províncias poderia, assim, coibir essas fraudes:

Entre as medidas que o governo imperial induziu o parlamento a votar no anno próximo findo, como ensaio do melhoramento da legislação eleitoral, algumas há que reclamam desde já o estudo, o concurso e a fiscalização do partido liberal, para não ser acusado de intolerante e obstinado, e também para tolher ao governo o inocentar-se das fraudes e torpelas do seu partido e dos seus agentes com allegação de que por vezes se tem socorrido, isto é, ignorância d'esses actos criminosos, provenientes da recusa dos liberaes de entrarem no pleito e de o vigiarem cuidadosamente. Tendo o Centro director do partido liberal resolvido convidá-lo para exercer activamente o seu direito de intervir na eleição geral a que se vae proceder no anno corrente, julgou também conveniente nomear uma Comissão Executiva, composta dos abaixo assignados, que mais fácil e promptamente se entenda com os Centros provinciaes e promova o acordo de vistas e acção do partido, de modo a apresentar-se elle no pleito com toda a legalidade, sim, mas também com toda energia do seu direito constitucional. Affiançou o governo imperial, em um documento solene, que olharia pelo direito e todos e imporia aos seus agentes o respeito à lei e a circunspecção da auctoridade. A demora em publicar o regulamento eleitoral e em fixar o dia da eleição tem proporcionado ao governo ao governo tempo de sobra para preparar os seus meios de acção e escolher os seus prepostos. Assim poderemos afferir o valor das suas promessas logo q' conheçamos aquelle regulamento e, sobretudo, no primeiro acto do processo eleitoral, que vem a ser o recenseamento dos votantes. Como esse acto decidirá de toda a eleição e poderá mesmo impor-nos graves deveres, é necessário que seja também o que desde já desperte a actividade e o zelo d'aqueles que desejam realizado o systema representativo em nossa pátria. Para este ponto chamamos a atenção do Centro ou Directorio Liberal d'essa provincia, por intermédio de V. Ex., que lhe fará presente esta nossa comunicação. É essencial que nos municípios tenha o partido comissões dedicadas e zelosas, que cuidem da qualificação e se correspondam activamente com os delegados parochiaes. É essencial que não deixe desprotegido nenhum cidadão activo e que se tolha a inscripção dos phosphoros, o mais audaz e intolerável dos abusos que se impõe à nação situações fraudulentas. É essencial que se empreguem todos os meios de fiscalização e de denúncia dos abusos, já pela imprensa, já perante os juizes, já perante a mesma administração pública. A ninguém rebaixa o exigir do adversário que cumpra o seu dever. A Comissão Executiva receberá todas as queixas e reclamações que V. Ex. e seus amigos entenderem necessário trazer ao conhecimento do governo geral e do público desta Corte. Ella as transmitirá ao Centro Director, quando a gravidade dos acontecimentos requeira medidas de maior alcance. Desejamos também que V. Ex. e seus collegas nos confiem o juízo que forem formando da alta administração provincial e dos magistrados, os quaes vão d'esta vez exercer importante missão na



sociedade brasileira. Deos queira que eles procedam de modo a merecer a bênçãos do paiz. Podem dar-nos ou tirar-nos de uma vez a esperança de termos verdadeiro e sério correctivo ao transviamento das paixões políticas. Assim como estamos prontos para afrontar o crime e estigmatizar o desleixo e a indolência, também desejamos aplaudir o mérito e animar o espírito de justiça. Dignem-se V. Ex. e seus collegas comunicar-nos os actos dos juizes e dos administradores que merecerem os nossos elogios e reconhecimento público. Por último pedimos a V. Ex. e a seus collegas que nos deem notícia completa do modo porque está ahi organizado o partido liberal, não só na capital como nos municípios e parochias, transmitindo-nos os nomes dos cidadãos que n'essas diversas circunscrições auxiliam mais devotamente a nossa causa.

Acceitem V. Ex. e seus collegas os nossos protestos de estima e consideração.

*João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu*

*Francisco Otaviano de Almeida Rosa*

*Affonso Celso de Assis Figueiredo*<sup>764</sup>

Em 1886, o diretório nacional do Partido Liberal permanecia sob o comando de Francisco Otaviano e de Affonso Celso. Nessa época, perdurava nesse órgão a prática de convocação de reuniões destinadas a organizar o partido para eleições no município do Rio de Janeiro. Os membros do diretório deliberavam, por exemplo, sobre o modo de escolher os candidatos do partido. Uma das etapas dessa escolha era a consulta às lideranças do partido nas freguesias do município. A consulta a essas lideranças era realizada por uma *comissão* de membros do diretório nacional.<sup>765</sup> Assim, uma das consequências da divisão de tarefas no diretório nacional do partido era disciplinar a interação entre chefes nacionais e locais do Partido Liberal.

Dessa maneira, a reorganização do diretório nacional do Partido Liberal teve como um de seus efeitos a instauração de uma rotina de comunicação entre os chefes nacionais e as lideranças regionais do partido. Nessa comunicação, os chefes do partido ficavam inteirados, por exemplo, sobre os fatores do insucesso eleitoral dos candidatos liberais. Em novembro de 1870, o bacharel Manuel Alves de Araújo encaminhou, em nome do diretório liberal do Paraná, um telegrama ao Centro Liberal. Nele, salientava a interferência dos governistas na eleição municipal ocorrida em Curitiba. Ao mesmo tempo, demandava que Nabuco de Araújo, dirigente nacional do partido, informasse o presidente do Conselho de Ministros, Visconde do Rio Branco, sobre tal interferência:

De Manoel Alves de Araújo ao Sr. Conselheiro José Thomaz Nabuco de Araújo Procedente da Estação de Paranaguá. Expedido às 6 horas e 15 minutos. Apresentado no dia 13 [de novembro] às 8 horas e 30 minutos. O directorio do partido liberal do Paraná. Eleição municipal da capital a 27 do corrente. O governo intervém. Revista na Guarda Nacional marcada para os dias 18 e 23 do corrente. Pedem-se ao Sr. Visconde do Rio Branco providências urgentes. Antonina, 12 de novembro de 1870. Pelo directorio – *Manoel Alves de Araújo*.<sup>766</sup>

<sup>764</sup> *Província do Paraná*, 13 de fevereiro de 1876, n. 7, p. 2.

<sup>765</sup> *Dezenove de Dezembro*, 26 de junho de 1886, n. 141, p. 2.

<sup>766</sup> *A Reforma*,

Em dezembro de 1876, Manuel de Araújo enviou ao Centro Liberal outro telegrama, no qual descrevia os acontecimentos da eleição para as duas vagas de deputado geral e uma vaga de senador pelo Paraná. Nesse telegrama, o referido advogado salientou que houve autoridades provinciais que atuaram para impedir a vitória dos liberais naquele pleito:

Do Dr. Alves de Araújo ao centro liberal.

Coritiba, 1º de dezembro de 1876, às 12 horas 35 minutos da manhã.

Diplomas aos deputados liberaes. Reconhecimento da lista tríplice liberal; apuração feita. Depois dela chega o secretário da presidência com ofício, suspendendo a câmara, e investindo na mesma um vereador que não era de número. A força pública, dirigida pelo ajudante de ordens, invade o paço municipal. O secretário do governo e alguns cabalistas do governo de revolver. Luta no recinto. Faz o governo uma duplicada de listas e de diplomas, cercada a câmara da força. A cidade se alarma.<sup>767</sup>

Nessa época, estava regulamentada a participação de membros de diretórios municipais nas atividades do diretório nacional do partido. Assim, em 1877, o diretório liberal da cidade de Araxá, em Minas Gerais, elegeu um representante junto ao Centro Liberal da Corte.<sup>768</sup>

O Centro Liberal era comunicado sobre as discussões realizadas nas reuniões dos diretórios regionais. Esse órgão partidário também era o responsável por analisar as demandas formuladas pelos diretórios regionais. Em junho de 1888, por exemplo, os liberais paulistas solicitaram o auxílio dos dirigentes nacionais do partido para a propagação da ideia de implantação do federalismo monárquico: “Terminou hoje [na cidade de São Paulo] a sessão do Congresso Liberal. Foi unanimemente resolvido que o partido combatesse pela ideia de federalismo monarchico, pedindo por intermédio do Centro liberal da Corte o concurso de outras províncias para criar um jornal órgão do partido”.<sup>769</sup>

Nesse quadro, a reorganização do partido também ocasionou a precisa divisão de tarefas pelos membros de um diretório. Em época eleitoral, por exemplo, essa segmentação de tarefas tornava-se mais precisa. Em Minas Gerais, no ano de 1878, o diretório regional do Partido Liberal encaminhou aos correligionários da agremiação o seguinte comunicado:

Para a sciencia dos nossos correligionários da província, fazemos público que, em reunião do directorio, aos 2 do corrente, foram, entre outras tomadas as seguintes resoluções:

<sup>767</sup> *Gazeta de Notícias*, 4 de dezembro de 1876, n. 335, p. 1.

<sup>768</sup> *Diário do Rio de Janeiro*, 06 de junho de 1878, n. 59, p. 1.

<sup>769</sup> *Gazeta de Notícias*, 5 de junho de 1888, n. 156, p. 2.

1ª Ficarão encarregados de dirigir o próximo pleito eleitoral os nossos amigos Emxm. Cônego Joaquim José de Santana, presidente do directorio, e conselheiro Affonso Celso de Assis Figueiredo, membro da comissão executiva do Centro Liberal.

2ª Ao primeiro dos ditos senhores nesta capital, e ao segundo na Corte, deve ser endereçada toda a correspondência relativa à eleição.<sup>770</sup>

A reorganização do diretório nacional do Partido Liberal também desencadeou o aperfeiçoamento dos processos de definição de candidaturas e de renovação dos gestores das diferentes instâncias da agremiação. No capítulo primeiro, foi evidenciado que no princípio dos anos 1860 houve questionamentos à legitimidade do domínio exercido por determinados liberais sobre a administração do partido. Ou seja, surgiram questionamentos às formas por meio das quais tais indivíduos se acomodaram nas principais posições do partido. A partir dos anos 1870, ocorreu a consolidação de regras respeitantes ao acesso a posições de comando partidário. Assim, as regras dos processos decisórios que ocorriam no partido tornaram-se mais transparentes. Contudo, a existência dessas regras não tornou o partido mais aberto à renovação dos seus quadros de líderes nacionais e provinciais.

Nesse sentido, compete salientar que ao longo dos anos 1870 os senadores que criaram o Centro Liberal ainda permaneciam como os principais dirigentes desse órgão. Em geral, eles eram investidos no comando do Centro por aclamação. Esse que denota a ausência de competição entre as principais lideranças liberais. Em dezembro de 1875, por exemplo, o senador Nabuco de Araújo, então presidente do Centro, convocou uma reunião. Nela, o senador Sinimbu, membro fundador do órgão, foi aclamado vice-presidente do Centro. A esse respeito, cabe realizar a leitura da ata de uma sessão do Centro. Em tal ata, verifica-se que o partido garantia a participação de correligionários das províncias nas decisões do Centro:

Verificou-se hontem [29 de dezembro de 1875] nos salões do *Club da Reforma*, sob a presidência do Sr. conselheiro Nabuco, a primeira reunião do *Centro Liberal*, achando-se presentes os Srs. senadores Zacarias, Dias de Carvalho, Paranaguá e Chichorro da Gama, deputado Pinheiro Guimarães, e ex-deputados em diversas legislaturas Campos de Mello, Paula Santos, Affonso Celso, Cesário Alvim, Buarque de Macedo, Baptista Pereira, Liberato Barroso, Homem de Mello, Couto de Magalhães, Titto Franco, Moreira, Fontenelle, Fábio, Madureira, Souza Carvalho, Mello Alvim, Adolpho de Barros, Araújo Vasconcelos, Macedo, Barreto e Viriato, e os representantes das províncias junto ao *Centro*, Prado Pimentel, Franklin Dória e Serra. Após um breve e importante discurso do presidente do *Centro Liberal*, o Sr. conselheiro Nabuco, expondo os motivos porque provocara a presente reunião e as que teriam lugar subsequentemente, foi à indicação de S. Ex. e por aclamação unânime, designado o Sr. Cansação de Sinimbu para vice-presidente do *Centro*. O Sr. senador Octaviano comunicou as razões porque deixava de comparecer à reunião e espera estar presente às outras, bem como estarão os Srs. Visconde de Abaeté e Sinimbu. A acta da sessão será organizada pelo conselheiro Affonso Celso, secretário do *Centro Liberal*.<sup>771</sup>

<sup>770</sup> *Jornal do Commercio*, 19 de julho de 1878, n. 200, p. 3.

<sup>771</sup> *A Reforma*, 30 de dezembro de 1875, n. 292, p. 1.

A regulamentação da participação dos correligionários nas decisões do Centro Liberal foi uma das medidas que contribuiu para dissipar o caráter arbitrário das determinações emanadas do órgão central do partido. A escolha de correligionários das províncias para participar das atividades do Centro era um processo regulamentado pelos diretórios regionais. Para corroborar essa afirmação, cabe transcrever uma notícia acerca de uma deliberação ocorrida no diretório liberal da freguesia de São Cristóvão, no município do Rio de Janeiro, em março de 1878.

A existência de um diretório liberal em uma freguesia consiste em uma aproximação com o caso do Partido Conservador, visto que, a partir de 1867, os correligionários dessa agremiação obtiveram a autonomia para fundar diretórios nessas subunidades da administração municipal. Note-se, pois, que naquele contexto a existência um diretório era encarada como operacional para consolidar localmente a disciplina partidária:

Deu-se hontem uma grande reunião dos liberaes da freguezia de S. Christovão para tratarem de regularizar e disciplinar o partido. Foi eleito um directorio composto do chefe o Ver. Luiz Antônio Escobar de Araújo, Drs. Gaudie Ley, João Pereira Lopes e Custódio José de Santana. A este directorio incumbe a escolha de um delegado que representará o partido ante o governo, o centro liberal e as reuniões políticas. Designou-se atribuições e responsabilidades desses cargos, assim como a dos chefes locais. Criou-se finalmente uma caixa do partido e protestou-se mútuo auxílio aos correligionários. A reunião efectuada na maior ordem e harmonia terminou à meia noite.<sup>772</sup>

Segundo o redator do *Diário do Rio de Janeiro*, durante os anos 1870 os liberais estavam empenhados em diretórios regionais. Tal empenho motivou os conservadores a implantarem novos diretórios na esfera provincial. Dessa maneira, os membros de ambas as agremiações entendiam que a fundação dessas unidades partidárias era crucial: “Em todas as províncias, ou em quase todas, pelo menos, estabeleceram-se *comitês* que recebem o santo e a senha do *centro* liberal da Corte. Os conservadores, aprendendo nessa lição, formaram grêmios por sua vez, em algumas dessas províncias. Esta imitação pareceu de má sombra aos liberais e o declararam em termos próprios do mais acerbo despeito”.<sup>773</sup>

Por um lado, nos anos 1870 os diretórios regionais do Partido Liberal passaram por um processo de expansão. Por outro lado, nessa época o Centro Liberal continuou a participar da homologação das candidaturas definidas por esses diretórios. Todavia, essa homologação não significava uma interferência na chapa de candidatos organizada pelos chefes provinciais.

---

<sup>772</sup> *Gazeta de Notícias*, 21 de março de 1878, n. 78, p. 1.

<sup>773</sup> *Diário do Rio de Janeiro*, 29 de abril de 1876, n. 113, p. 2.

Em 1876, por exemplo, os dirigentes nacionais do partido enviaram uma carta a José Resende Teixeira de Guimarães. Nessa ocasião, esse indivíduo fora preterido pelos chefes liberais de Minas Gerais da chapa de candidatos a deputado geral por essa província. Os dirigentes do Centro eximiram-se da responsabilidade por essa exclusão. Assim, eles salientaram que apenas referendaram uma decisão firmada entre os chefes provinciais da agremiação e um parlamentar que detinha maior projeção no cenário político nacional: o senador Francisco de Paula Silveira Lobo (1826-1886), que fora ministro da Marinha (1865-1866) e da Fazenda (1866) do Gabinete presidido pelo Marquês de Olinda.

Os dirigentes do Centro escreveram essa missiva a Guimarães para solicitar que ele retirasse sua candidatura. Ou seja, uma das funções dos dirigentes nacionais do Partido Liberal era evitar a eclosão de dissídios nos diretórios provinciais. A busca pela unidade partidária era crucial aos liberais nos anos 1870, visto que eles permaneceram até o ano de 1878 na condição de partido de oposição:

Rio, 12 de Outubro de 1876. O Centro Liberal acaba de referendar, para submetê-la à consideração do corpo eleitoral mineiro, a chapa de candidatos à deputação geral que o directorio do nosso partido em Ouro Preto confeccionou “sobre consulta feita” às influências liberais da província, e de accordos com os conselhos e luzes de nosso prestimoso correligionário, o Exm. Sr. senador Francisco de Paula Silveira Lobo. Sentimos que não fosse incluído na dita chapa o nome de V. S., cujos serviços à ideia liberal e méritos pessoais são de sobra conhecidos por amigos e adversários, serve de atenuante ao “pesar” os abaixo assinados a ideia de que V. S. considerará que a chapa liberal, se não resolveu todas as dificuldades de uma combinação politica, pelo menos procurou evitar tanto quanto era possível. E, sendo a eleição que vai ter lugar a primeira experiência de uma lei machiavelicamente calculada para sofismar o direito das oposições, esperam os abaixo assinados que, para harmonia e perfeito acordo dos “grandes interesses do partido liberal”, V. S., cidadão de convicções e bom patriota, “derá o nobre exemplo de retirar” a sua candidatura e de concorrer com os seus esforços a fim de concentrar-se na chapa a votação de todos os nossos correligionários. Aguardando este resultado, os abaixo assinados, em nome do partido liberal, protestam a V. S. as seguranças de seu profundo reconhecimento e em qualquer hypothese subscrevem-se. De V. S. atentos amigos e correligionários: Martinho Alves da Silva Campos – Affonso Celso de Assis Figueiredo – José Cesário de Faria Alvim – João Ribeiro de Campos Carvalho – Theophilo Ottoni – Francisco de Paula Santos – Laffayette Rodrigues Pereira – Astopho Pio da Silva Pinto.<sup>774</sup>

Contudo, tal regulamentação sobre as atividades do partido não impediu que surgissem reclamações derivadas da pouca abertura à participação dos correligionários na gestão dos diretórios municipais do Partido Liberal. Mais especificamente, surgiram contestações sobre a obtenção, por seletos grupos de correligionários, da prerrogativa de controlar a administração de diretórios municipais. A esse respeito, é necessário dedicar atenção a um texto publicado na *Gazeta de Notícias*, em junho de 1878. Esse texto consiste em uma crítica à aproximação

<sup>774</sup> *Diário do Rio de Janeiro*, 10 de outubro de 1876, n., 274, p. 3.

entre os gestores do diretório liberal da cidade de Petrópolis e os gestores nacionais do Partido Liberal. Nesse sentido, o texto apresenta-se como uma crítica contra a situação de proscricção política de determinados setores do Partido Liberal do referido município. Esse texto também comporta uma solicitação para que o Centro Liberal interferisse para democratizar o modelo de gestão do diretório liberal de Petrópolis.

Portanto, o texto anônimo reproduzido a seguir evidencia que as ligações que os chefes nacionais do partido mantinham com lideranças locais geravam descontentamentos na esfera da política municipal:

Queremos falar da *esplêndida reunião* política que teve lugar nesta cidade a 10 do corrente, onde apenas apareceram algumas pessoas por instâncias particulares, e estas não representando a maioria, ou mesmo a décima parte do partido liberal; entretanto que se propala ter havido *essa esplêndida* reunião política tomando aqueles poucos senhores o arbítrio de nomearem um centro liberal em Petrópolis, para de comum acordo com o centro da Corte, deliberarem sobre os destinos deste município. Eis a ilusão. Enquanto ao próximo pleito eleitoral, esteja o governo certo de que a vitória é do partido liberal. Não há, pois, precisão de tais manejos políticos para que o governo atual tenha a prova unânime do apoio do município de Petrópolis, como já a teve nas passadas eleições para a assembleia provincial. O que é preciso é que o centro liberal da Corte compenetre-se da vontade deste município e chame a dirigi-lo as pessoas que a maioria popular, por uma votação real e não ilusória, tem apresentado. *A maioria liberal de Petrópolis.*<sup>775</sup>

A consolidação de uma regularidade das atividades partidárias não impediu que eclodissem, em diferentes províncias, lutas entre os correligionários da grei liberal. Em geral, tais lutas eram decorrentes da pretensão de determinadas facções do partido de controlar a gestão de diretórios e o lançamento de candidaturas. Nesse âmbito, é necessário dedicar atenção a um texto anônimo publicado no jornal *Cearense* e republicado na *Gazeta de Notícias*, em julho de 1878. Esse texto diz respeito à tentativa dos administradores do diretório liberal do Ceará de impedir a ampla participação dos correligionários nas deliberações do partido:

Já se demonstrou entre nós que o tal *centro liberal* não existia entre nós, e não tinha o cunho da legalidade, porquanto os que o compunham morreram, à exceção de dois, que não se reuniram mais por falta de número suficiente para deliberar. O *centro provincial* deve ser criado por eleição popular dos municípios da província. Não consta que houvesse reunião dos correligionários, nem que se mandasse proceder a nova eleição, como era de esperar da lealdade e mesmo de direito, porque o partido liberal não é uma manada de carneiros que se tange com o chicote! Está-nos parecendo que com esse diretório intruso só se tem em vista arredar das próximas eleições de deputados gerais os liberais de convicção e de mérito. Fora a política das emboscadas e surpresas; venha a franqueza e a sinceridade. Como liberal protestamos desde já contra semelhante procedimento, criando-se nas *trevas* um *centro liberal*, de que

---

<sup>775</sup> *Gazeta de Notícias*, 14 de junho de 1878, n. 162, p. 2.

os amigos não tiveram sciencia. Desejamos uma política larga, generosa e benéfica, que não exclua os patriotas que se tornaram notáveis pela sua abnegação e relevantes serviços prestados ao país.<sup>776</sup>

A criação de regras atinentes ao preenchimento de cargos da administração dos partidos também não impediu que ocorressem controvérsias, na esfera municipal, acerca do preenchimento desses cargos. Em 1881, por exemplo, existiam dois chefes liberais que reivindicavam a condição de presidentes do diretório municipal de Rio Claro, localizado na Província do Rio de Janeiro. De sua parte, o anônimo correspondente da *Gazeta de Notícias* salientou: “O município todo, e mesmo a província sabe que o presidente do diretório, reconhecido pelo centro liberal, é o major Antônio Joaquim Pereira. Perdem, portanto, o tempo os que andam a se inculcar *chefe e potência política*, pois nem por serem Reis terão o direito de se impor”.<sup>777</sup>

As decisões emanadas dos diretórios liberais eram tomadas por pequenas comissões. Ou seja, as decisões sobre a formação das chapas eleitorais não contavam com ampla participação dos correligionários. Nesse contexto, é necessário realizar a leitura de uma informação sobre a organização da chapa de candidatos à eleição municipal de Niterói, em 1876. Nessa informação, constata-se que essa organização era uma incumbência de um pequeno grupo do diretório: “Os Srs. Drs. Joaquim Manuel de Macedo, Bento Maria da Costa, José de Sá Carvalho, José Gomes Ribeiro de Avellar, José Marciano da Silva Pontes foram nomeados membros organizadores das chapas de eleitores e juizes de paz da freguesia de S. João Batista de Nictheroy, pelo centro liberal”.<sup>778</sup>

Nota-se, portanto, que o processo de escolha de candidatos a eleições municipais, nos anos 1870, seguia o mesmo ritual empregado nos anos 1860, conforme demonstrado no primeiro capítulo desta tese. A reorganização do Partido Liberal, portanto, significou a produção de normas mais precisas acerca do funcionamento do partido na esfera provincial. Porém, essas normas não asseguravam o aumento da participação dos correligionários em deliberações referentes à escolha de candidatos e de dirigentes dos órgãos partidários. Em algumas ocasiões, os chefes do partido escolhiam candidatos à revelia. Comumente, essa escolha à revelia recaía em antigos e abastados correligionários.

Em 1878, por exemplo, o senhor de engenho Sebastião Antônio de Accioli Lins (1829-1891), que possuía o título de Barão de Goicana, foi indicado candidato a deputado à

---

<sup>776</sup> *Gazeta de Notícias*, 20 de julho de 1878, n. 198, p. 2. Grifos no original.

<sup>777</sup> *Gazeta de Notícias*, 2 de fevereiro de 1881, n. 33, p. 3. Grifos no original.

<sup>778</sup> *Gazeta de Notícias*, 9 de agosto de 1876, n. 219, p. 2.

Assembleia Provincial de Pernambuco. Todavia, ele recusou a indicação. Ao fundamentar sua recusa, Goicana evidenciou que sua inclusão na chapa de candidatos era decorrente da presença de um seu amigo no grupo dirigente do Partido Liberal da província: “Sabendo que, devido somente à officiosidade de um amigo, fora meu nome proposto ao diretório liberal do Recife para que fizesse parte da lista para deputado provincial e que por complacência do dito amigo fora aceito e incluído na chapa, que se vê publicada na *Província*, venho pelo presente declarar formalmente que recuso o lugar que me foi designado pelo diretório”.<sup>779</sup>

Em 1885, o advogado Olímpio Joaquim da Silva Pinto foi eleito para o posto de membro permanente do diretório liberal da cidade de Campos dos Goytacazes, no norte da Província do Rio de Janeiro. Ele foi investido em tal cargo à revelia, visto que não era membro do Partido Liberal e não fora convidado para a reunião na qual houve a eleição de novos membros do diretório. Esse bacharel recusou pertencer àquele diretório municipal, pois alegou que não possuía filiação a nenhum partido político.<sup>780</sup>

Nos anos finais do Império, havia gestores dos diretórios provinciais que detinham a faculdade de indicar os seus candidatos preferidos, sem a necessidade de submeter tal nome à consulta dos correligionários. A escolha dos candidatos às eleições parlamentares, em distintas províncias, ocorria em reuniões caseiras comandadas por potentes. Eram reuniões nas quais havia a participação de significativo contingente de correligionários para aclamar as decisões das lideranças.

Em janeiro de 1876, por exemplo, o senador sul-rio-grandense Manuel Luís Osório (Marquês do Herval), reuniu em sua casa seus correligionários do Partido Liberal com a finalidade de organizar uma chapa de candidatos a deputado geral e senador: “Houve no dia 20 do corrente uma reunião política na casa da residência do Snr. Marquez de Herval para organização das chapas de senador e deputado”.<sup>781</sup>

Nesse contexto, a centralização de decisões acerca da indicação de candidatos tornava a imprensa o veículo por meio do qual eram realizadas sugestões de candidaturas aos chefes partidários. Em julho de 1879, por exemplo, o jornal *Província do Paraná* publicou a seguinte nota: “Na organização da nova chapa para membros da assembleia provincial, esperamos que não será esquecido o nome do Sr. Antônio Ricardo Lustosa de Andrade, cujos serviços ao

---

<sup>779</sup> *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, vol. L, 1978, p. 157.

<sup>780</sup> *Jornal do Commercio*, 1º de setembro de 1885, n. 243, p. 2.

<sup>781</sup> *Província do Paraná*, 30 de janeiro de 1876, n. 5, p. 3.



partido liberal não são desconhecidos.”<sup>782</sup> Esse indivíduo, ao final, não foi indicado candidato a deputado provincial.

A ampla participação dos correligionários nas decisões partidárias ocorria quando tais decisões não eram emanadas dos diretórios provinciais, mas de deliberações que ocorriam nos distritos eleitorais. Tal situação verificou-se na cidade do Rio de Janeiro, em 1889. Nessa época, o diretório liberal da Bahia não homologou a candidatura do advogado Rui Barbosa (1849-1923) à Câmara dos Deputados. De sua parte, os eleitores do 1º Distrito Eleitoral do Rio de Janeiro resolveram conceder à Barbosa a oportunidade de candidatar-se a deputado geral pelo aludido distrito. Essa notícia foi veiculada no jornal *A República*, de Curitiba: “O directorio liberal da Bahia não contemplou na chapa de deputados o conselheiro Ruy Barbosa; esta injustiça está respondida. Houve no dia 7 de Julho [de 1889] uma reunião de eleitores do 1º, para a escolha de um candidato que represente o distrito na Câmara dos Deputados. A escolha recaiu no nome do ilustre conselheiro Ruy Barbosa”.<sup>783</sup>

A despeito da natureza centralizada do processo de definição de chapas de candidatos, existiam ocasiões em que as reuniões partidárias que ocorriam nas províncias mobilizavam grande número de liberais. Na presente seção, analisa-se informação acerca de reunião do diretório pernambucano do Partido Liberal à qual acorreram milhares de correligionários. Por outro lado, cabe destacar que uma função primordial do Centro Liberal era orientar a atuação dos correligionários nas províncias acerca da forma de atuação em processos eletivos, tais como a escolha dos votantes.

O estudo sobre o modo como tal orientação era realizada permite reconhecer a natureza da comunicação entre as diferentes instâncias do Partido Liberal. Assim, o Centro Liberal recomendava a participação ou abstenção em eleições. Por conseguinte, os diretórios provinciais concitavam os diretórios municipais a executarem tais recomendações. Em última análise, as influências locais do Partido Liberal eram as responsáveis por concretizar os desígnios políticos e eleitorais dos chefes nacionais da agremiação.

Compete realizar, pois, a leitura de um excerto de uma circular enviada pelo diretório liberal de Santa Catarina, em fevereiro de 1876, os diretórios municipais. A análise desse excerto permite evidenciar que uma função precípua dos diretórios provinciais e municipais

---

<sup>782</sup> *Província do Paraná*, 26 de julho de 1879, n. 188, p. 3.

<sup>783</sup> *A República*, 10 de agosto de 1889, n. 30, p. 2.

era organizar os correligionários para fiscalizar processos eleitorais, notadamente os processos nos quais eram escolhidos os eleitores.

De outra parte, tal análise possibilita evidenciar que, ao tempo do Império, os diretórios regionais (provinciais e municipais) estavam em constante processo de reorganização. A proximidade de uma eleição determinava a reorganização dos diretórios locais. Nesse contexto, as eleições primárias eram encaradas pelos membros dos diretórios nacionais e regionais como eventos de suma importância, pois eram nessas eleições que os partidos formariam a base de apoio para os seus candidatos que concorreriam às eleições secundárias:

Convém, portanto, que o Directorio d'esse município se reorganize, caso não esteja completo, nomeie delegado que o represente junto ao Centro, nesta capital, promova a formação de juntas parochiaes que o auxiliem, e se prepare para pleitear as eleições, que devem ter logar em Outubro vindouro. O primeiro acto que se tem de proceder em referência ao processo eleitoral, é o recenseamento dos votantes, e send ao qualificação a base da eleição, é essencial que seja ella cuidadosamente fiscalizada, em ordem a evitar-se assim a exclusão de nossos amigos e a inclusão de phosporos, que, sem pudor e sempre a soldo da polficia, tem com ella concorrido para esbulhar a maioria da nação de seus legítimos representantes. [...] Para isso é, porém, necessário que nos comuniquem regularmente tudo o que for conveniente levar no conhecimento do público por meio da imprensa, e nos forneçam os dados precisos para as reclamações que houverem de ser dirigidas à autoridades superiores, no intuito de obter que os abusos e violências de seus agentes sejam reprimidos. Desejamos também ter notícia do modo por que procedem os juizes no exercício de suas atribuições relativas à qualificação, para que com fundamento possamos estigmatizar os desmandos, aplaudir actos de justiça e imparcialidade que praticarem. Dirigindo-nos desta forma aos Directorios Municipaes, esperamos que eles, de acordo com as influencias locais, nos coadjuvem com zelo e atividade no cumprimento das instrucções do Centro Liberal da Corte de de sua Comissão Executiva.<sup>784</sup>

O período eleitoral deflagrava um processo no qual eram convocadas deliberações para a reorganização dos diretórios. Assim, ocorria um rito no qual havia a escolha de novos componentes da Mesa Diretora e a nomeação de um correligionário para representar o diretório municipal junto ao diretório regional. Conforme demonstrado nesta tese, tal situação também foi peculiar ao caso do Partido Conservador, em diferentes províncias. Havia ocasiões em que, nos diretórios liberais, a escolha dos membros da Mesa Diretora era realizada em épocas de eleições.

Assim, o período que abrangia a realização das eleições primárias e secundárias era a oportunidade para a redefinição do quadro de dirigentes partidários. Nos processos de escolha de dirigentes, as regras e os ritos partidários estavam em plena execução. Em julho de 1874, o diretório liberal de Sergipe escolheu os integrantes da diretoria após a ocorrência de um processo de eleições primárias:

<sup>784</sup> *A Reforma*, 03 de março de 1876, n. 48, p. 1.

À hora marcada do dia 20 [de julho de 1874] continuou a sessão interrompida. As comissões apresentaram os seus trabalhos, opinando pela aprovação das eleições nas diversas localidades, à exceção das duas que foram procedidas em Itabaiana [...]. Entrando em discussão os pareceres [das comissões municipais] cada um por sua vez, foram contestados pelo Sr. Tenente-Coronel José Matheus, quando se discutiu a eleição de Divina Pastora e Siriri e pelo Sr. Dr. Sancho Pimentel quando tratou-se da eleição da capital. O Sr. Vigário Barroso sustentou o parecer da comissão. Concluída a discussão, foram também a seu turno aprovados todos os pareceres. [...] Foram escolhidos presidente do Centro o Exm. Sr. Barão da Estância e 1º secretário o bacharel José Fiel de Jesus Leite, os quais já serviram para esses cargos no quadriênio, e para 2º secretário o Sr. Gonçalo Vieira de Mello e para tesoureiro o Sr. José Agostinho do Nascimento. Empossados os membros do novo Centro, este escolheu o seu vice-presidente, que recaiu de novo no Sr. Dr. José de Barros Accioli e Menezes, que exercia o mesmo cargo no Centro [...] assim como também foi reeleito o Sr. Dr. Graciliano Aristides do Prado Pimentel para delegado do Centro provincial perante o Centro liberal da Corte.<sup>785</sup>

Tal excerto de ata de reunião evidencia um caso de restrita renovação na composição da Mesa Diretora de um diretório provincial. De outra parte, ele também permite destacar que, em meados dos anos 1870, estavam em plena vigência as regras acerca do relacionamento entre as instâncias do partido. Essas regras possibilitavam o acesso de correligionários liberais das províncias ao diretório nacional do partido. Por fim, os debates mais frequentes nos diretórios regionais diziam respeito à análise dos resultados eleitorais. A contestação desses resultados, portanto, era um dos assuntos debatidos entre os correligionários nas reuniões periódicas dos diretórios.

\*\*\*

Nesse quadro, é necessário salientar que, nos anos 1870, a vida interna do diretório nacional do Partido Liberal revestia-se de um caráter mais democrático do que a vida interna dos diretórios regionais. Em algumas ocasiões, os gestores do Centro Liberal não formavam chapas de candidatos de maneira unilateral. Ao contrário, eles consultavam os correligionários. Em 1878, por exemplo, o Centro Liberal convocou os correligionários para a escolha dos candidatos a deputado geral pelo distrito da Corte:

#### Eleição da Corte

A comissão executiva do Centro Liberal roga aos senhores liberaes d'esta Corte, se reúnam no dia 22 do corrente, às 6 horas da noite, nos salões do conservatório, à rua da Lampadosa, para combinarem, em escrutínio prévio, a respeito dos candidatos à deputação geral. Os Srs. eleitores das parochias de fora da cidade, se lhes for conveniente, se reunir em suas parochias na mesma ocasião, e comunicar logo o resultado de seus escrutínios à comissão executiva. Os três cidadãos mais votados em todo o município, serão proclamados os únicos candidatos da Corte, com direito ao voto dos seus correligionários no dia 5 de setembro.

F. Octaviano  
A. Celso de Figueiredo  
J. Liberato Barroso<sup>786</sup>

<sup>785</sup> *A Reforma*, 13 de agosto de 1874, n. 182, pp. 1-2.

<sup>786</sup> *A Reforma*, 21 de agosto de 1878, n. 189, p. 1.

As lideranças regionais do partido, contudo, optavam por controlar o processo de escolha de candidatos. Essa situação estendeu-se até os anos finais do Império. Ainda, esse caráter pouco democrático da escolha de candidatos era peculiar também ao Partido Conservador. Nessa época, os correligionários do Partido Liberal eram consultados, sobretudo, para decidir sobre a participação ou abstenção do partido em eleições. Porém, quando se optava pela participação, a escolha dos candidatos tornava-se uma atribuição das lideranças.

A esse respeito, cabe destacar um episódio ocorrido na Província do Amazonas, em 1872. Nessa oportunidade, os dirigentes regionais do Partido Liberal consultaram os correligionários para decidir sobre a participação ou abstenção do partido na eleição para deputado geral. Ao mesmo tempo, os chefes do partido naquela província comunicaram ao Centro Liberal que os correligionários do partido haviam decidido apresentar candidato naquele pleito. Nota-se, pois, que nesse momento estava consolidado o processo de interlocução entre o diretório nacional e os diretórios provinciais do Partido Liberal:

Quando chegou a esta capital [Manaus] a notícia de ter sido dissolvida a câmara dos deputados, os abaixo assignados, que compõem o Centro Director do partido liberal n'esta província, promoveram uma reunião dos seus amigos para ouvi-los e em comum assentarem no procedimento que deveriam ter. Ao mesmo tempo, dirigiu-se ao Centro Director, por intermédio de alguns amigos d'esta capital, aos do interior da província, pedindo-lhes que manifestem opinião, e não foram esquecidos, como não podiam ser, os nossos correligionários de vila Bella e comarca de Parintins. Realizou-se a reunião a 26 de junho, e infelizmente não pôde a ella ser presente a opinião dos nossos amigos d'aquella comarca, que forma o maior collegio eleitoral da província. Estando, porém, presente, grande número de liberais, acordou-se que o partido liberal pleiteasse a eleição de 18 de agosto, que apresentasse logo os seus candidatos, e que fossem eles os Srs. Dr. Antônio José Moreira e capitão do mar e guerra José da Costa Azevedo.<sup>787</sup>

Diante dos obstáculos para a consolidação de processos deliberativos que contassem com ampla participação dos correligionários, restava a estes manifestar, por meios tais como a publicação de comunicados na imprensa, o seu descontentamento acerca dos candidatos escolhidos.

Em outubro de 1876, os liberais da cidade mineira de Turvo publicaram um abaixo-assinado no jornal *A Reforma*. Nesse abaixo-assinado, eles lamentaram a não indicação de José de Rezende Teixeira Guimarães como candidato do partido a deputado geral. Nessa ocasião, o diretório nacional do Partido Liberal desempenhou papel central na construção dessa chapa. A leitura desse abaixo-assinado consiste, pois, em uma evidência de que os

---

<sup>787</sup> *A Reforma*, 22 de setembro de 1872, n. 218, p. 2.

correligionários dos municípios interioranos estavam impedidos de participar decisivamente nas decisões da agremiação:

Illm. e Exm. Sr. – Os abaixo assignados, membro do collegio eleitoral da cidade do Turvo, apreciando devidamente os dotes moraes que caracterizam a pessoa de V. Ex. e os serviços que tem prestado a este logar, ao partido liberal e a esta província de que é um dos mais dignos filhos, veem significar por este meio o seu pesar por não verem figurar na chapa organizada pelo centro liberal da Corte o nome de V. Ex. e de outros prestimosos correligionários, como Christiano Ottoni, vantajosamente conhecidos na província e declara a V. Ex. que a aceitação unânime da chapa organizada pelo centro director do partido, por este collegio não importa o esquecimento dos serviços prestados por V. Ex. em quem reconhecem um esforçado apóstolo das ideias democráticas, mas sim essa aceitação derivada da necessidade de concentração de todos os esforços a bem da causa comum. Queira V. Ex. aceitar os protestos da alta consideração e subida estima com que somos. De. V. Ex. patrícios, amigos e correligionários. Cidade do Turvo, 31 de Outubro de 1876 – Illm. Exm. Sr. Dr. José de Resende Teixeira Guimarães”. [Este abaixo-assinado possui trinta e cinco subscriptores].<sup>788</sup>

Inicialmente, é necessário salientar a centralização das decisões existentes nos diretórios regionais do Partido Liberal. No Rio de Janeiro, nos anos 1870, a decisão para a escolha de candidatos era restrita a poucos indivíduos. Em 1878, os liberais da freguesia de Nossa Senha da Glória incumbiram apenas um correligionário para realizar tal escolha: “O eleitorado liberal da parochia de N. S. da Gloria d’esta Corte deliberou encarregar ao seu respectivo chefe, Dr. Guilherme José Teixeira, o trabalho de organizar a chapa do eleitorado d’aquella freguesia, tendo em consideração as conveniências parochiaes e podendo elle entender-se directamente com os membros do centro director da Corte em tudo o que julgar conveniente a bem dos direitos do partido”.<sup>789</sup>

Na Província de Santa Catarina, nos anos 1870, a escolha de candidatos era um processo condicionado pelos interesses das lideranças locais do Partido Liberal. Assim, os chefes do diretório provincial consultavam os chefes dos diretórios municipais. Dessa forma, eram escassas as possibilidades de efetiva participação dos correligionários nas decisões cruciais dos partidos. Leia-se, pois, a seguinte informação sobre o lançamento de duas candidaturas a deputado geral por Santa Catarina, em 1878: “O centro director do partido liberal da província, de acordo com os directores municipaes, declara que os candidatos escolhidos pelo partido para deputados geraes na eleição próxima são os conselheiros João Silveira de Souza e coronel João de Souza Mello e Alvim”.<sup>790</sup>

<sup>788</sup> *A Reforma*, 09 de novembro de 1876, n. 251, p. 2.

<sup>789</sup> *Diário do Rio de Janeiro*, 15 de junho de 1878, p. 2.

<sup>790</sup> *Diário do Rio de Janeiro*, 14 de agosto de 1878, p. 2.

Nessa província, a escolha dos gestores do diretório provincial era mais aberta à participação dos correligionários. Esse processo de escolha era semelhante ao processo que os partidos governistas implantaram durante a Primeira República. Nesse processo, os correligionários dos municípios interioranos delegavam aos membros dos diretórios locais a prerrogativa de representá-los na eleição para a definição dos membros da Mesa Executiva do diretório regional. Leia-se, portanto, o seguinte comunicado que o diretório liberal de Santa Catarina publicou no jornal *A Regeneração*, em maio de 1878: “São convidados todos os liberaes residentes nesta capital, e os representantes dos directorios municipaes, a comparecerem hoje às 11 horas da manhã, na casa das sessões do Club Liberal, largo do Palácio n. 2, afim de proceder-se a eleição do partido liberal da província”.<sup>791</sup>

\*\*\*

Em Minas Gerais, no contexto do fim do Império, a definição das chapas de candidatos liberais era decorrente de acordos entre os líderes do diretório provincial e as lideranças municipais. Em 1889, por exemplo, esses acordos permitiram o lançamento da candidatura de Bernardo Pinto Monteiro para deputado geral pelo 16º distrito eleitoral da província:

Província de Minas

16º Districto

*Dr. Bernardo Pinto Monteiro*

O partido liberal de Minas, rico de pessoal distinctíssimo em todas as províncias do saber humano, de espírito alevantado e nobre, estremece de júbilo por contar entre os seus membros um político tão bem educado, como o ilustrado Dr. Bernado Pinto Monteiro. [...] Não há muitos dias, o mais elevado chefe do partido liberal, o Exm. visconde de Ouro Preto, em um banquete político, que lhe foi offerecido pela elite da sociedade ouropretana, dava prova do reconhecimento do que aqui fica dito, brindando ao Dr. Bernardo Monteiro – como o futuro chefe do nosso partido. É este o candidato que centro director, consultando as influencias locaes e ao interesse do partido, apresenta ao brioso eleitorado do 16º districto que, certamente, reconhece, vai-o nobilitar, lançando-o no parlamento.<sup>792</sup>

A natureza oligárquica do modo como eram definidas as candidaturas despertava críticas aos liberais e conservadores. A formação das chapas de candidatos a vereador, deputado provincial, deputado geral e senador eram processos que não contavam com ampla participação dos correligionários dessas agremiações. Em 1882, o editorialista da *Gazeta de Notícias* destacou a semelhança entre os processos de escolha de candidatos realizados por liberais e conservadores. Em geral, essa escolha ocorria por aclamação. Ou seja, não havia embates em tal processo de escolha. A ausência de embate era um indício de que nos partidos

<sup>791</sup> *A Regeneração*, 26 de maio de 1878, n. 969, p. 1.

<sup>792</sup> *Gazeta de Notícias*, 18 de agosto de 1889, n. 230, p. 3. Grifos no original.

monárquicos havia pouco espaço para a existência de opiniões e facções que não tivessem afinidade com os gestores dos diretórios regionais:

#### Eleições municipais

Insinua-se sorratamente no espírito dos eleitores crédulos e ingênuos a necessidade de serem portadores de *chapas* que apresentar o *centro director* dos partidos que pleiteiam perante as urnas futuras eleições municipais. A união partidária e o perigo da disseminação dos votos, por causa do grande número de candidatos à vereança, e aos juizados de paz, servem de pretexto para essa propaganda. Convém que o eleitorado da Corte não se illuda com taes alicantinas; porque ellas somente traduzem o desejo de restaurar a antiga *olygarchia* das *directorias* e dos intitulados chefes dos partidos, que, assim arvorados por *acclamação* de meia dúzia de coripheus, tratam de designar, como retribuição de serviços pessoais, candidaturas de *illustres desconhecidos* e muitas vezes de indivíduos mal vistos nas respectivas parochias. Releva notar que é só fora da representação nacional que se ocupam os *intitulados* chefes e *acolytos* de discriminar os partidos, e isto em eleições de vereadores que não podem nem devem ter character, ao passo que como delegados do povo na assemblea legislativa olvidam os interesses dos mandatários, fazendo conluios que desmoralizam e desacreditam tanto o partido liberal como o conservador. No actual regimen da eleição directa é a organização de chapas uma afronta dos eleitores, tanto mais quanto as influencias parochiais os eleitores previamente reunidos sabião trabalhar no intuito de concentrar a votação n'aquelles que a merecem, sem a necessidade da *inspiração* dos que se conservam completamente alheios a oque se passa nas freguesias e só lembram do eleitorado n'essas ocasiões. Abaixo as *chapas*, e deixe-se aos eleitores a liberdade de acção.<sup>793</sup>

Ao final do Império, os correligionários do Partido Conservador nas províncias também não participavam da escolha de candidatos. Essa escolha era realizada pela cúpula da agremiação. Os correligionários, portanto, apenas recebiam a recomendação para votar nos candidatos homologados pelos principais dirigentes do partido. Houve casos, porém, em que os conservadores se rebelaram contra essa imposição de candidaturas. A crítica às decisões emanadas das cúpulas dos diretórios regionais também ocorreu no âmbito do Partido Liberal, no contexto dos anos finais da monarquia.

Em 1889, o diretório nacional do Partido Conservador impôs candidatos a deputados gerais em distritos eleitorais de São Paulo: “Consta que o *Correio Paulistano* publica amanhã a recomendação oficial da União Conservadora aos eleitores do 7º e 8º districto para que votem em 2º escrutínio nos candidatos republicanos Drs. Campos Salles e Prudente de Moraes”.<sup>794</sup> Entretanto, os conservadores não seguiram a recomendação de votar no advogado Manuel Ferraz de Campos Salles: “Os conservadores, em massa, desobedeceram à recomendação da União Conservadora, votaram hoje no candidato liberal Silveira Cintra, que pleiteava com o Sr. Campos Salles, em segundo escrutínio, a eleição de deputado geral ao 7º districto”.<sup>795</sup>

<sup>793</sup> *Gazeta de Notícias*, 12 de março de 1882, n. 70, p. 3. Grifos no original.

<sup>794</sup> *Gazeta de Notícias*, 27 de setembro de 1889, n. 270, p. 2.

<sup>795</sup> *Gazeta de Notícias*, 10 de outubro de 1889, n. 283, p. 2.

Os liberais paulistas, por seu turno, também se rebelavam em algumas ocasiões com os líderes dos diretórios provinciais. Os membros do diretório liberal de Santos, por exemplo, não aceitaram o modelo imposto pelo diretório liberal de São Paulo acerca da escolha dos candidatos a senador, em 1887: “O eleitorado liberal de Santos, reunido, deliberou: não aceitar o alvitre proposto pelo directorio da capital de se organizar a chapa de candidatos à cadeira senatorial por meio de uma eleição prévia, não sufragar candidatura alguma que não fosse abolicionista radical”.<sup>796</sup>

Dessa maneira, a disciplina partidária não era seguida em todas as ocasiões. A imposição de candidaturas encontrava limites. A recomendação em votar em um candidato republicano não contentou os conservadores. As articulações e interesses políticos da cúpula do Partido Conservador por vezes não encontravam apoio junto aos correligionários que estavam afastados da participação das decisões mais decisivas sobre a gestão da agremiação.

\*\*\*

O surgimento de diretórios regionais do Partido Liberal possibilitou que os correligionários da agremiação pudessem se unir contra decisões formuladas por lideranças nacionais da agremiação. Os diretórios, portanto, eram compostos por grupos que reivindicavam a prerrogativa de participar de processos como a escolha de candidatos a deputado geral e a senador. A esse respeito, é necessário destacar uma informação concernente a um episódio da vida interna do Partido Liberal de São Paulo. Ocorrido em novembro de 1885, tal episódio demonstra que a consolidação de regras referentes ao relacionamento entre as instâncias da agremiação teve como um de seus efeitos disciplinar a participação dos diretórios municipais na escolha de candidatos a deputado geral: “O directorio liberal de S. Paulo resolveu definitivamente marcar o dia 30 do corrente [novembro] para a apuração das indicações que os distritos têm de fazer dos candidatos à deputação geral, no dia 15 de janeiro”.<sup>797</sup>

Em 1887, o diretório liberal de Minas Gerais, sediado em Ouro Preto, não aceitou os nomes indicados pelos senadores mineiros para compor nova chapa senatorial. Por consequência, os membros do diretório organizaram uma chapa dissidente. Em seguida, houve uma articulação para que o partido se mantivesse unido na eleição senatorial. Por fim, ocorreu um acordo entre os membros do diretório e os senadores. Leia-se, pois, a seguinte informação veiculada no *Dezenove de Dezembro*: “O directorio do partido liberal de Ouro

<sup>796</sup> *Goyaz*, 17 de dezembro de 1887, p. 2

<sup>797</sup> *Dezenove de Dezembro*, 14 de novembro de 1885, n. 253, p. 2



Preto não aceitou a chapa senatorial organizada pelos senadores mineiros que se acham na Corte. A chapa dissidente deve conter os nomes dos Srs. Affonso Pena, Cesário Alvim e Eduardo Montandon”.<sup>798</sup> O desfecho dessa querela foi noticiado pelo referido periódico:

Consta-nos que os senadores mineiros signatários de uma chapa liberal para a próxima eleição de senador na província de Minas Gerais, no intuito de evitar a dispersão de votos dos eleitores seus correligionários e o fracionamento, portanto, do eleitorado liberal, chegaram a um acordo com o directorio do partido na província, que por seu lado organizara chapa diferente. Esse acordo foi facilitado pela abstenção dos Drs. Nogueira Penido e Felício dos Santos, candidatos na primeira chapa, que desistiram das suas candidaturas. A nova chapa, a que exprime a representação do partido unido, ficou assim organizada: Conselheiro Carlos Affonso, Dr. Cesário Alvim e Dr. Fidelis de Andrade Botelho.<sup>799</sup>

Em seguida, Cesário Alvim desistiu da candidatura. Porém, os membros do diretório e os deputados provinciais do partido não aceitaram a desistência.<sup>800</sup> Em suma, constata-se que as decisões sobre a definição de candidaturas era uma atribuição de correligionários que exerciam mandato parlamentar e dos correligionários que possuíam cargos na Mesa Diretora do diretório.

Nesse contexto, houve a manifestação de um diretório liberal situado em uma freguesia mineira em defesa da candidatura de Alvim. Tratava-se do diretório de Nossa Senhora do Patrocínio de Guanhães. Os gestores desse órgão partidário salientaram que, independente do resultado das conversações entre os senadores e os dirigentes provinciais da agremiação, os liberais da citada freguesia apoiariam a candidatura de Alvim: “Tem o directorio, pois, a honra de levar ao conhecimento pela imprensa ao Dr. Cesário Alvim que, qualquer que seja a combinação entre o directorio de Ouro Preto e os Srs. Senadores, sua excelência será sufragado por todos os liberais desta Freguesia”.<sup>801</sup> Tal excerto consiste em uma evidência da autonomia das elites regionais para gerirem processos de definição de candidaturas parlamentares. Assim, essa autonomia poderia criar antagonismos entre dirigentes provinciais e municipais do partido.

No epílogo do período imperial, existiam diretórios liberais que primavam pela execução de uma liturgia concernente à escolha de candidatos e renovação da Mesa Diretora. Dessa maneira, os diretórios regionais do Partido Liberal diferenciavam-se em virtude da

<sup>798</sup> *Dezenove de Dezembro*, 28 de abril de 1887, n. 95, p. 2.

<sup>799</sup> *Dezenove de Dezembro*, 7 de maio de 1887, n. 99, p. 3.

<sup>800</sup> *Dezenove de Dezembro*, 18 de julho de 1888, n. 54, p. 1.

<sup>801</sup> *Jornal do Commercio*, 15 de maio de 1887, n. 135, p. 2.

maior ou menor propensão para a implantação de uma rotina de atividades partidárias. Nos diretórios em que não havia tal propensão, as relações familiares tinham um peso decisivo nos processos de escolha de dirigentes e dos candidatos do partido. Este era o caso do modelo de gestão do Partido Liberal no Paraná.

Contudo, em províncias como Rio de Janeiro e Pernambuco, a formalização de decisões do partido eram eventos aos quais acorria número expressivo de correligionários. Em distintos contextos, houve setores de elites regionais que conferiram maiores possibilidades de os integrantes do partido exercerem participação mais ativa na vida interna de diretórios municipais e provinciais. No fim dos anos 1870, por exemplo, verifica-se que nas reuniões do diretório liberal do município fluminense de Barra Mansa era ampla participação dos filiados.

Em 2 de julho de 1877, o secretário desse órgão partidário, José Barbosa Torres, redigiu o seguinte comunicado: “O directorio do partido liberal da Barra Mansa convida a todos os correligionários do município para, no dia 7 do corrente mês, às 5 horas da tarde, comparecerem em a casa do Dr. Manoel Ferreira de Mattos, ao largo da Matriz da referida cidade, afim de tratar-se de questões relativas ao próximo pleito eleitoral”.<sup>802</sup>

Concernente ao caso de Pernambuco, cabe destacar as seguintes informações, veiculadas no *Dezenove de Dezembro*, respeitantes a um evento do diretório liberal dessa província, em fevereiro de 1889. Trata-se, pois, de evidência de expressiva afluência de correligionários em uma reunião partidária:

Recife, 24 [de fevereiro]. Verificou-se ontem no theatro Isabel a reunião convocada pelo partido liberal para a eleição do directorio, presidindo-a o conselheiro Luiz Felipe de Souza Leão. A reunião esteve imponente, tendo comparecido o eleitorado da capital e as influências do partido nas localidades do interior, em n. de cerca de 3.000 pessoas. Falaram o conselheiro Luiz Felipe e os Drs. João Teixeira e José Mariano, que foram calorosamente aplaudidos. O partido liberal, assim representado, elegeu um diretório composto de sessenta membros e a comissão executiva, que se compõe de nove. Para a comissão executiva do partido liberal foram eleitos: senador Luiz Felipe de Souza Leão, Dr. José C. da Cunha, coronel Luiz Cesário do Rego, Dr. Sigismundo A. Gonçalves, Dr. João F. Teixeira, Dr. Ulysses Vianna, Dr. Antônio José da Costa Ribeiro e coronel Augusto Octaviano de Souza. Foram também eleitos delegados do partido perante o Centro Liberal da Corte o Dr. Antônio M. de Siqueira Cavalcanti e conselheiro Adolpho de Barros e suplentes Drs. João da Silva Ramos e Deodato Cesário Villela dos Santos.<sup>803</sup>

No âmbito municipal, havia também ocasiões em que era admitida ampla participação de correligionários nas decisões administrativas. Em junho de 1889, o diretório liberal da freguesia carioca do Santíssimo Sacramento convocou, por meio do *Jornal do Commercio*, a

<sup>802</sup> *Jornal do Commercio*, 05 de julho de 1877, n. 186, p. 3.

<sup>803</sup> *Dezenove de Dezembro*, 6 de março de 1889, n. 18, p. 1.

totalidade dos correligionários do partido para uma reunião: “O diretório liberal deste districto convida os Srs. eleitores a se reunirem-no domingo, 23 do corrente, às 10 horas da manhã, na sala da rua de S. Pedro n. 278 A, para tratar-se de assuntos urgentes concernentes ao partido”.<sup>804</sup>

De outra parte, os pequenos diretórios liberais, os quais abrangiam a área de um distrito eleitoral, também dispunham de autonomia para disciplinar os seus processos decisórios, no contexto do fim do Império. Nesse sentido, existiam ocasiões nas quais o diretório provincial não interferia no lançamento de candidaturas. A esse respeito, cumpre atentar a uma notícia sobre a escolha de um candidato a deputado geral pelo diretório liberal do 1º distrito eleitoral de Mato Grosso, em 1886: “Considerando os bons serviços do coronel Ernesto Augusto da Cunha Mattos e o civismo do seu comportamento na questão da reivindicação dos direitos dos militares desrespeitados pelo governo, resolveu o centro liberal do 1º distrito eleitoral de Mato Grosso escolhê-lo para seu candidato na próxima eleição de deputado na vaga deixada pelo comendador Eusébio José Antunes”.<sup>805</sup>

Existiam, pois, marcantes distinções acerca do modelo de funcionamento do Partido Liberal nas províncias. O principal elemento dessa distinção era a maior ou menor capacidade de os correligionários interferirem nos processos decisórios realizados pelos diretórios provinciais e municipais.

#### **4.2. – A interferência das relações familiares na vida política: obstáculos à consolidação de uma liturgia partidária no Paraná**

O estudo sobre a vida interna do Partido Liberal também favorece o conhecimento acerca do cenário político paranaense nos anos finais do Império. Nesse quadro, compete salientar que a implantação de regras respeitantes ao funcionamento da agremiação não gerou a redução da influência dos potentados na gestão de diretórios partidários. Mais precisamente, tais regras não impediram que o bacharel Jesuíno Marcondes permanecesse na condição de principal responsável pela escolha de candidatos. Ocasionalmente, a influência exercida por esse potentado motivava o surgimento de animosidades no partido.

Assim, indivíduos que eram preteridos da participação em chapas eleitorais consideravam que, no Partido Liberal do Paraná, as relações familiares eram mais importantes

---

<sup>804</sup> *Jornal do Commercio*, 23 de junho de 1889, n. 173, p. 12.

<sup>805</sup> *Dezenove de Dezembro*, 29 de dezembro de 1886, n. 252, p. 2.

do que a fidelidade ao ideário do partido. Dessa forma, cabe destacar que em 1873 um correligionário dessa agremiação publicou um texto no *Dezenove de Dezembro*. Nele, criticava o controle exercido por Marcondes no processo de definição da chapa de candidatos à Assembleia Legislativa. A análise desse texto, portanto, permite demonstrar que nas províncias os interesses e relações familiares impediram que os correligionários disputassem espaço no Partido Liberal de maneira equânime. Leia-se, pois, o seguinte texto:

A pedido

Constando-nos que o conselheiro Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá, chefe do partido liberal da província, ex-ministro e recomendado pelos seus tantos outros títulos à consideração do compacto e importante partido liberal desta província, organizou a chapa de deputados provinciales para a legislatura de 1874 e 1875, temos a dizer somente e como uma simples opinião, que por certo não será tida em apreço por S. Ex., que S. Ex. fez uma boa e feliz escolha nas pessoas de seus parentes, que residem no interior e no litoral, o que foi, sem dúvida alguma, melhor do que se se tivesse lembrado de alguns leaes e honrados amigos, que têm sempre servido à causa do partido, mas que como estranhos à família e aos seus interesses não ofereciam aquelas mesmas garantias e qualidades que esses indivíduos ligados pelos laços de parentesco, com os quaes provavelmente o honrado e distinto ex-ministro poderia contar, sejam quaes forem as circunstâncias, conforme seu sábio juízo e prudente prognóstico. Parece que com efeito para o Sr. conselheiro Marcondes é título de péssima recomendação não ser seu parente, e não pertencer sequer por aderência à sua prestimosa família, de modo que o indivíduo que não se recomendar ao seu apreço por esta forma nunca merecerá dele senão a migalha atirada com desprezo. Assim podemos dizer – que só é liberal nesta província a família Marcondes.

Votuverava, 8 de Agosto de 1873  
*Um imparcial*<sup>806</sup>

Jesuíno Marcondes elaborou uma réplica a esse texto. Nesse âmbito, argumentou que não interferira no processo de escolha de candidatos ao posto de deputado provincial. Ao contrário, ele sustentou que a indicação desses candidatos passava pela consulta a chefes partidários locais. Essa afirmação possibilita constatar que, em tal contexto, o lançamento de candidaturas derivava de acertos entre lideranças locais e lideranças provinciais da agremiação. Ou seja, a indicação de candidatos era realizada apenas por indivíduos que detinham posições de comando na agremiação. O afastamento em relação a essas lideranças, portanto, era um fator decisivo para o malogro de uma candidatura:

*Sr. Redactor* – Permita-me responder por meio de sua conceituada *folha* a uma publicação firmada por *Um imparcial* e que acabo de ler em seu n. 1428. Sou ahi increpado de haver, na qualidade de chefe do partido liberal desta província, organizado a chapa de deputados provinciales, incluindo meus parentes da marinha e do interior, com preterição de leaes e honrados amigos que tem serviço à causa do partido. Agradeço ao *Imparcial*, provavelmente meu correligionário político, a qualificação que graciosamente me confere de chefe do partido liberal da província. Não me cabe esse título honroso, nem o aspiro. A censura do *Imparcial* é extemporânea e injusta. Até o momento em que escrevo estas linhas não me consta que esteja organizada chapa do partido liberal para deputados provinciales: *nondum eram natus*. Se S. S. ou algum liberal de merecimento for preterido injustamente, queixe-se das influências locais a quem o partido costuma pedir os nomes dos candidatos mais recomendáveis. Quanto aos meus parentes,

<sup>806</sup> *Dezenove de Dezembro*, 13 de agosto de 1873, n. 1428, p. 3.

os que tem tido assento na assembléa provincial são todos cidadãos conspícuos, influências reaes e benéficas em seus respectivos municípios. Pretenderá o *Imparcial* que sejam proscritos, apesar do do seu merecimento, só por serem meus parentes? A injustiça seria clamorosa e sem vantagem, creio eu, tanto para a prosperidade da província como para a força dos partidos liberaes, únicos pontos de mira de *minha ambição política*.

Palmeira, 19 de Agosto de 1873<sup>807</sup>

Tais informações permitem salientar, assim, a ausência de sólida interação entre o chefe do Partido Liberal e os chefes locais do partido no contexto da definição de candidaturas. Nota-se, pois, ausência de regras formais para que correligionários pudessem se manifestar, senão por meio da imprensa, acerca do modelo administrativo do Partido. Essa situação difere daquela verificada na Província de São Paulo, em meados dos anos 1870. Os chefes do diretório paulista do Partido Liberal mantinham interação com os diretórios municipais. Os chefes provinciais, em resumo, eram informados, por exemplo, sobre a formação de novos diretórios municipais e as deliberações desses órgãos partidários. Em janeiro de 1876, a formação dos diretórios liberais de Lorena, Bragança, Iguape e São José dos Campos foi comunicada ao diretório provincial (ou *Club Liberal* de São Paulo, conforme a denominação da época).<sup>808</sup>

Ao mesmo tempo, nesse contexto, havia dirigentes liberais que proporcionavam maior representação das freguesias na escolha de candidatos. Em 1878, o presidente do diretório liberal de Mangaratiba, na Província do Rio de Janeiro, organizou uma reunião para a escolha dos componentes da Mesa Diretora do diretório. Essa reunião contou com a participação de representantes das freguesias do município.<sup>809</sup> Essa informação consiste em evidência de que, em pequenos núcleos populacionais, a exemplo das freguesias, existiam correligionários que organizavam as atividades do partido e mantinham rotineira interação com as instâncias superiores do partido. Assim, existiam ocasiões nas quais freguesias eram impedidas de alcançarem autonomia quanto à gestão local do Partido Liberal. Tal situação ocorreu na freguesia de Guaraqueçaba, no Paraná, conforme destacado no primeiro capítulo.

Por outro lado, desde a época anterior à reorganização do diretório nacional do Partido Liberal não era incomum os liberais de uma freguesia se mobilizarem, de forma, autônoma, para discutir assuntos respeitantes ao partido. Em janeiro de 1863, os liberais da freguesia

<sup>807</sup> *Dezenove de Dezembro*, 27 de agosto de 1873, n. 1432, p. 4. Grifos no original. *Gazeta de Notícias*, 1º de junho de 1880, n. 196, p. 3.

<sup>808</sup> *Correio Paulistano*, 9 de fevereiro de 1976, p. 1.

<sup>809</sup> *Diário do Rio de Janeiro*, 29 de junho de 1878, n. 82, p. 1.

carioca de Santana veicularam *Correio Mercantil* o convite para a totalidade dos eleitores daquela localidade participarem de uma reunião. A transcrição dessa fonte permite salientar que, nos anos 1860, já havia formas precisas de decisão de tarefas partidárias em pequenos núcleos populacionais tais como as freguesias: “A comissão diretora do partido liberal da freguesia de Santa Anna convida os Srs. eleitores desta freguesia para que se reuniam amanhã 29 à 7 horas da noite na casa do Sr. eleitor Bernardino Dias Pinheiro, à rua Formosa n. 123, afim de serem ouvidos sobre negócio importante, rogando-lhe que não se deixem de comparecer à hora aprazada”.<sup>810</sup>

No decorrer dos anos 1870, as freguesias permaneceram como núcleo autônomo de administração partidária. Para corroborar esta afirmação, é necessário transcrever a síntese das atividades realizadas na sessão do diretório liberal da freguesia de São Lourenço de Niterói, no Rio de Janeiro, em julho de 1878. A atenção a esta síntese permite evidenciar a forma de organização das reuniões e a natureza de suas deliberações:

Reunião política. Anteontem às 7 horas da noite efetuou-se a reunião política do partido liberal da freguesia de S. Lourenço de Nitheroy, sob a presidência do sr. Dr. G. Mark, servindo de secretário o sr. João Francisco Elliot. Aberta a sessão, o Sr. dr. Presidente pronunciou um discurso, declarando os motivos da reunião, para organizar a chapa de eleitores, visto não ter terminado os seus trabalhos. O Sr. Francisco Moura disse que desejava saber o dia em que a comissão os seus trabalhos e quando seriam apresentados. O Sr. presidente respondeu que na quinta feira se reuniria a comissão parochial e que seriam apresentados os seus trabalhos no próximo domingo para o que convocava a reunião do partido. E em seguida encerrou os trabalhos desta primeira assentada às 8  $\frac{3}{4}$  da noite.<sup>811</sup>

As informações respeitantes a essa reunião comportam indícios da atividade regular do diretório de uma freguesia. Ao mesmo tempo, elas permitem salientar a divisão de tarefas existente nessa unidade administrativa do Partido Liberal. Um diretório de freguesia não era pouco complexo do ponto de vista de sua estrutura administrativa. Em março de 1878 foi organizado o diretório liberal na freguesia de Conservatória, situada no município fluminense de Valença. A Mesa Diretora desse órgão era composta pelos seguintes cargos: presidente, 1º e 2º vice-presidente, quatro secretários, três tesoureiros e três membros do Conselho Consultivo.<sup>812</sup>

De outra parte, a importância da participação das freguesias na vida administrativa do Partido Liberal é também atestada por episódio ocorrido no município fluminense de Barra

<sup>810</sup> *Correio Mercantil*, 20 de janeiro de 1862, n. 29, p. 2.

<sup>811</sup> *Diário do Rio de Janeiro*, 9 de julho de 1878, n. 92, p. 1.

<sup>812</sup> *A Reforma*, 17 de março de 1878, n. 62, p. 1.

Mansa, em 1875. Uma reunião de liberais ocorrida no dia 25 de março desse ano teve escassa participação lideranças liberais enraizadas nas freguesias daquele município. Segundo *A Reforma*, o não comparecimento desses líderes era decorrente do mau tempo e da precariedade das estradas. Assim, foi agendada nova reunião para o dia 22 de maio.<sup>813</sup>

Em síntese, nota-se que as elites locais também se mobilizaram para conferir uma regularidade e ordem interna às atividades do partido. Havia, portanto, ocasiões nas quais a realização das atividades partidárias não era arbitrada apenas por um potentado. Antes, o desenvolvimento dessas atividades ocorria de forma previsível e regrada.

\*\*\*

As diferenças quanto às formas de participação dos correligionários nos diretórios liberais eram expressivas no fim dos anos 1870. Em 1878, o diretório nacional do Partido Liberal adotava duas etapas para a escolha de candidatos. A primeira etapa era a formação, em uma sessão do diretório, de lista de candidatos pelos dirigentes da grei. A segunda etapa era a submissão dessa lista para a aprovação em reunião popular.<sup>814</sup> Verifica-se, nesse caso, que a prerrogativa de indicar candidaturas mantinham-se concentrada pelos chefes partidários. A reunião popular era, assim, um rito de homologação da decisão daqueles chefes.

Entretanto, os privilégios conquistados por parentes de chefes partidários liberais não geraram descontentamentos somente na Província do Paraná. As aproximações entre os modelos de gestão partidária, nesse contexto, eram também decorrentes do grau de influência das ligações familiares nas atividades da grei. Assim, compete salientar um episódio ocorrido na freguesia carioca do Engenho Novo. Em 1880, um anônimo correligionário do Partido Liberal publicou uma nota de esclarecimento na *Gazeta de Notícias*. Nessa nota, ele afirmou que a reorganização do diretório liberal daquela freguesia fora realizada ocultamente por um grupo de familiares.

Dessa maneira, tal correligionário conclamava a interferência do Centro Liberal para arbitrar a questão. Leia-se, pois, a seguinte nota: “A maioria dos liberaes desta freguesia, revoltada pela reunião clandestina de primos, cunhados, sobrinhos e irmãos de 27 [de maio] do corrente protesta energicamente e apela para o centro liberal. Não reconhece outro a não ser o que elegeu em fevereiro passado, e por maioria. Caso não seja atendida em tempo responsabiliza perante os poderes competentes o promotor da desunião do partido na

---

<sup>813</sup> *A Reforma*, 30 de março de 1875, n. 66, p. 1.

<sup>814</sup> *Diário do Rio de Janeiro*, 26 de junho de 1878, n. 79, p. 3.

freguesia. *Um por cem*”.<sup>815</sup> Portanto, a interferência das relações familiares na vida interna dos diretórios do Partido Liberal inviabilizou, em diferentes províncias, a implantação de regras para o funcionamento disciplinado da vida partidária.

\*\*\*

O estudo da atuação política de Marcondes no fim dos anos 1870 permite evidenciar os limites da autonomia de um Governo Provincial em face dos interesses particulares dos potentados. Conforme salientado a partir do caso do Visconde de Nacar, existiam circunstâncias nas quais os presidentes de província adventícios do Paraná eram propensos a aceder aos interesses políticos e econômicos desses potentados. Ao mesmo tempo, quando exerciam o cargo de presidente da província, potentados como Nacar e Jesuíno Marcondes buscavam viabilizar interesses particulares.

Em 1878, quando presidiu o Paraná, Marcondes intermediou o estabelecimento de imigrantes russos em seu principal reduto eleitoral – o município de Palmeira. A instalação da colônia russa nessa localidade foi concretizada a partir da venda de terras da família Marcondes ao Governo do Paraná. A aquisição dessas terras foi realizada pelo sucessor de Marcondes na Presidência da Província, a saber, Rodrigo Otávio de Meneses.<sup>816</sup> Dessa forma, os potentados, tais como Marcondes e Nacar, controlavam tanto a vida interna dos partidos quanto possuíam a influência política necessária para viabilizar suas demandas junto a esferas da administração pública.

A influência de Jesuíno Marcondes no Partido Liberal estendeu-se ao ano de 1889. Nessa época, ele não se inclinava mais à proposição de ideias programáticas, bem como não atuava em órgãos administrativos imperiais. Desde os anos 1870, esse indivíduo acomodara-se na condição de potentado responsável por controlar a indicação de candidaturas, bem como por gerir esquemas de nomeações provinciais. Em suma, ele era atuava nos bastidores da política.

Dessa forma, as articulações políticas que se desenvolviam nos bastidores consistem em um indício de que nos últimos anos do Império as decisões coletivas realizadas nos diretórios perdiam força. A força política dos potentados, portanto, impediu a democratização da vida interna dos partidos monárquicos. A informação reproduzida a seguir demonstra que, apesar de afastado das disputas eleitorais, Marcondes permaneceu na liderança do partido. Em

---

<sup>815</sup> *Gazeta de Notícias*, 1º de junho de 1880, n. 196, p. 3.

<sup>816</sup> *Jornal do Commercio*, 06 de junho de 1879, n. 156, p. 4



suma, ele desempenhava papel central na condução das campanhas eleitorais do Partido Liberal.

A informação transcrita diz respeito à vitória do seus candidatos ao posto de deputado provincial, em dezembro de 1887: “O Exm. Sr. conselheiro Jesuíno Marcondes, illustre chefe do partido liberal, tem recebido de todos os pontos da província as mais significativas e entusiasticas felicitações pela brilhante victoria que o mesmo partido acaba de alcançar no pleito eleitoral sob a sábia e prestigiosa direção de S. Ex”.<sup>817</sup> Jesuíno Marcondes não convocava reuniões para a definição de candidaturas. Antes, apenas comunicava os correligionários sobre a composição da chapa.<sup>818</sup> Nesse quadro, chefes partidários que se enquadravam no perfil político de Marcondes tinham como atribuição mais rotineira comandar a organização de chapas de candidatos nas eleições parlamentares. No Partido Liberal do Paraná, nos anos finais do Império, as deliberações coletivas eram vedadas para que os desígnios eleitorais de um potentado fossem concretizados.

Assim, uma década após a criação do Centro Liberal a concentração de poder dos potentados provinciais tornou inócua a definição de regras acerca do funcionamento dos diretórios regionais, pois os correligionários liberais nas províncias seguiam as determinações dos potentados locais. Houve situação análoga no Partido Conservador.

No fim do Império, contudo, as reuniões públicas dos liberais paranaenses não foram extintas. Entretanto, nessas reuniões ocorria apenas a formação de comissões responsáveis pela escolha de candidatos. Em geral, essa escolha era por aclamação. Os membros dessas comissões eram antigas lideranças políticas, as quais já haviam ocupado cargos como o de deputado provincial. Portanto, as deliberações públicas não eram ocasiões para o confronto de opiniões. Antes, tais reuniões apenas legitimavam o controle dessas lideranças sobre o processo de definição de candidaturas.

Em 08 de agosto de 1889 houve uma reunião de liberais na residência de Generoso Marques dos Santos, em Curitiba. Ao fim dessa reunião, foi escolhida uma comissão responsável pela formação da chapa de deputados provinciais. Essa comissão era formada por Generoso Marques e pelo ex-deputado provincial Joaquim Antônio Pereira Alves, o citado negociante da geração de 1810. A leitura da notícia referente a essa informação evidencia, ainda, um aspecto da rotina das atividades dos partidos monárquicos no fim do Império.

---

<sup>817</sup> *Dezenove de Dezembro*, 28 de dezembro de 1887, n. 166, p. 2.

<sup>818</sup> *Província do Paraná*, 30 de agosto de 1879, n. 193, p. 3.

Nesse contexto, ainda não existiam sedes de diretórios. Ao contrário, as reuniões eram realizadas nas residências dos chefes políticos. Dessa forma, durante o Império não houve a implantação de uma vida partidária dotada de previsível rotina. As reuniões e as sedes das agremiações eram definidas de modo circunstancial:

#### Reunião Política

Teve lugar hontem à noite, na casa do nosso amigo Dr. Generoso Marques, a reunião, por S. Ex. convocada, dos eleitores liberaes desta capital, a tratar-se de negócios concernentes a interesses do partido. Presentes mais de cem eleitores, o Sr. Generoso Marques, depois de discorrer sobre a actualidade política e a necessidade de concentrações de todas as forças do partido liberal, expoz o fim da reunião. Foi nomeada, por aclamação, uma comissão incumbida de organizar a chapa de deputados provinciaes. A comissão ficou composta dos Srs. Generoso Marques, coronel Joaquim Alves de Araújo, tenente coronel Joaquim Antônio Pereira Alves, major João Pinto Rebello. Às 9 horas da noite dissolveu-se a reunião, na qual reinou toda harmonia e tranquilidade.<sup>819</sup>

Ao passo que Generoso Marques, um bacharel pertencente à geração de 1840, comandava as reuniões deliberativas dos liberais paranaenses, Jesuíno Marcondes, pertencente a uma geração anterior, atuava nos bastidores para garantir o êxito eleitoral dos seus candidatos. Tal informação permite evidenciar uma diferença capital quanto ao funcionamento dos partidos Conservador e Liberal no Paraná, nos anos derradeiros do Império. Ao contrário do Partido Liberal, os chefes do Partido Conservador ainda buscaram conservar a sua participação em chapas de candidatos. Esses chefes, como Manuel Eufrásio e o Visconde de Nácar, almejavam notadamente o cargo de deputado geral. Essa pretensão minou as chances de o partido passar por um processo de renovação de lideranças.

Para além de controlar os esquemas de nomeações para cargos públicos e a formação de chapas de candidatos, Marcondes também obteve um modesto cargo administrativo: em maio de 1879, ele foi investido na função de Inspetor Paroquial das Escolas de Palmeira e Lapa.<sup>820</sup> Tal fato evidencia, pois, que esse bacharel se transformou em uma notabilidade local. Porém, ele ainda permaneceu envolvido em esquemas de nomeações que garantiam o acesso ao posto de presidente de província. Em fevereiro de 1879, época em que administrava o Paraná na qualidade de vice-presidente, ele nomeou diversos parentes. Por consequência, essas nomeações motivaram a crítica de um órgão de imprensa ligado ao Partido Conservador. Atentar a essas críticas permite evidenciar que o controle sobre esquemas de nomeações era uma salvaguarda do poder político dos potentados do Império em seus últimos anos de atuação na vida partidária.

<sup>819</sup> *Dezenove de Dezembro*, 09 de agosto de 1889, n. 85, p. 3.

<sup>820</sup> *Dezenove de Dezembro*, 1º de maio de 1879, n. 1967, p. 4.

Em um sentido amplo, cabe evidenciar que nos anos finais do Império não houve o surgimento de novas lideranças liberais no Paraná. Dessa maneira, não houve o aparecimento de novos controladores dos esquemas de nomeações geridos pelo Partido Liberal nessa província. Em um sentido específico, cabe destacar que as nomeações efetuadas por Marcondes cobriam diferentes áreas da administração. Ao tempo em que os liberais retornaram pela última vez o comando do Gabinete, a parentela desse bacharel pôde ramificar o seu pertencimento para órgãos administrativos que se ocupavam, por exemplo, de fiscalizar o comércio de animais, atividade à qual os Marcondes se dedicavam:

Um bom parente. O Sr. conselheiro Marcondes mostrou durante a sua curta administração que sabe prezar os seus parentes. S. Ex. nomeou Juiz Comissário de Guarapuava um sobrinho. Nessa localidade são os maiores proprietários de terras ao parentes daquele conselheiro. Foi nomeado promotor de Castro o bacharel Araldo, parente próximo do vice-presidente. Foi nomeado Juiz Comissário de Ponta Grossa e Tibagi o cidadão Caetano Conrado, também parente próximo do ilustre conselheiro. Foi nomeado administrador do Chapecó um primo irmão do citado conselheiro. (Observe-se que só a família Marcondes exporta a maior parte dos animais para o Sul e S. Paulo. A nomeação do tal primo irmão... é de uma moralidade a toda prova!) Foi nomeado administrador da barreira de S. João da Graciosa um contra parente do mesmo aparentado vice-presidente. Foi nomeado agente oficial da colonização, na Palmeira, um tio do Sr. conselheiro J. Marcondes. A Palmeira é o lugar da residência da família Marcondes, e do mesmo Sr. Conselheiro. A compra de terras e os suprimentos de gados e de víveres se farão de um modo... *irreprochable!* Foi nomeado promotor público de Guarapuava um parente próximo do tão aparentado conselheiro Marcondes! “O conselheiro Jesuíno é ou não um bom parente? Merece ou não todos os elogios dos seus parentes? Por isso temos ouvido gritar pelas ruas: vida o parente Jesuíno”<sup>821</sup>

No litoral do Paraná, a existência de diretórios do Partido Liberal e de processos regulares para a renovação das suas diretorias não impediu que determinadas parentelas permanecessem no controle da agremiação. Nesse âmbito, cumpre ressaltar o caso do município de Antonina. Em 1885, houve a escolha dos dirigentes do diretório liberal dessa localidade. Porém, o comando da agremiação continuou sob o domínio da família Alves de Araújo. Leia-se, assim, a seguinte notícia:

Reunião política. Teve lugar em Antonina, no dia 20 do corrente [setembro], em casa do nosso distintos amigo o sr. coronel Joaquim Alves de Araújo, uma reunião do partido liberal, à qual concorreu grande número dos nossos mais importantes correligionários naquela cidade. Resolveu-se constituir um diretório para superintender-se acerca dos negócios concernentes aos interesses do partido. O diretório ficou assim constituído: Coronel Joaquim Alves de Araújo, Comendador João Manuel Ribeiro Vianna, Tenente-coronel Theophilo Soares Gomes, Capitão Francisco da Costa Pinto, José Francisco de Oliveira Marques, Capitão Bento José de Carvalho, Capitão Manuel Nunes Barbosa. Congratulamo-nos com os nossos amigos de Antonina pela sua união e coesão de vistas, e pelo acerto da escolha do seu diretório.<sup>822</sup>

<sup>821</sup> *O Paranaense*, 26 de fevereiro de 1878, n. 11, p. 3. *Gazeta Paranaense*, 21 de abril de 1888, n. 88, p. 3.

<sup>822</sup> *Dezenove de Dezembro*, 24 de setembro de 1885, n. 210, p. 1.

Tal diretório foi formado um mês após a ascensão do Gabinete conservador comandado pelo Barão de Cotegipe. Nesse sentido, verificou-se que desde os anos 1860 havia a tendência de o partido oposicionista manter-se unido. Um dos indícios dessa união consistia na reorganização e criação de diretórios regionais. Mais precisamente, a criação de um diretório pelo partido oposicionista era uma forma de resistir aos reveses advindos do afastamento do Gabinete. Em setembro de 1885, também houve a formação de um diretório liberal no município de Joinville, em Santa Catarina. Esse diretório era composto por apenas cinco membros: três diretores e dois secretários. Verifica-se, portanto, que até o fim do Império os diretórios regionais dos partidos mantiveram a autonomia para definir o número de membros e de funções da administração do órgão. Ao saudar essa fundação, o articulista do *Dezenove de Dezembro* afirmou: “Cumprimentando o novo diretório liberal de Joinville, sentimos a satisfação de testemunhar que o nosso partido aumenta de forças em todas as localidades para resistir à situação que surgiu do absurdo e pretende viver da reação”.<sup>823</sup>

Em suma, a criação de um diretório era operacional para congregar os aliados, bem como disciplinar as atividades do partido. Um diretório do partido oposicionista mantinha unidos os correligionários que perderam seus postos em órgãos estatais e que tiveram reduzidas as suas chances de êxito eleitoral. Em setembro de 1885, o Barão de São Luiz organizou uma reunião política. Nela, decidiu-se criar um diretório liberal no município de Pelotas, no Rio Grande do Sul. Um dos principais objetivos do diretório seria “defender os seus correligionários que fossem demitidos ou perseguidos”.<sup>824</sup> Contudo, a inserção de um partido na condição de oposicionista inibia o lançamento de candidaturas. No fim do Império, a abstenção do partido oposicionista em participar de eleição mantinha-se como um aspecto comum da vida política. Em 1888, por exemplo, o diretório liberal do Espírito Santo resolveu não apresentar candidato a deputado geral pelo 2º distrito da província. Na época, o Gabinete Ministerial era comandado pelo conservador João Alfredo de Oliveira.

\*\*\*

Nesse contexto, os potentados liberais pertencentes às gerações de 1800 e 1810 não exerciam mais decisiva influência na gestão do partido, senão na esfera municipal. Portanto, tal situação era diferente em relação à situação do Partido Conservador, no qual negociantes das aludidas gerações permaneceram politicamente ativos até os seus últimos anos de vida.

---

<sup>823</sup> *Dezenove de Dezembro*, 18 de outubro de 1885, n. 231, p. 1.

<sup>824</sup> *Id.*

De outra parte, não houve renovação no quadro e dirigentes e nas características das deliberações do Partido Liberal paranaense. Desse modo, o bacharel Jesuíno Marcondes, nos meses finais do Império, exercia indelével influência na gestão daquela agremiação. Ele controlava a prerrogativa de indicar representantes do Paraná em reuniões nacionais do Partido Liberal. A esse respeito, cabe dedicar atenção à participação desse bacharel na indicação dos representantes do Paraná no Congresso do Partido Liberal, ocorrido em abril de 1889. A informação transcrita a seguir também consiste em evidência da consolidação das interações entre as instâncias administrativas do Partido Liberal. Essa consolidação principiara no fim dos anos 1860, por ocasião da fundação do Centro Liberal:

Congresso Liberal. O Exm. Sr. Conselheiro Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá, ilustre chefe do Partido Liberal do Paraná, satisfazendo a requisição do Centro Liberal, nomeou os nossos amigos Conselheiro Manuel Alves de Araújo e Dr. Generoso Marques dos Santos delegados do mesmo Partido ao Congresso Liberal, que tem de se reunir na Corte no dia 15 [de abril] do corrente, e suplentes os Srs. deputado Dr. Affonso Celso de Assis Figueiredo e Dr. Carlos de Laet.<sup>825</sup>

Outra liderança liberal no Paraná era Generoso Marques dos Santos. No início de agosto de 1889, ele convocou uma reunião de liberais. Realizada na residência de Marques, em Curitiba, essa reunião foi aberta à presença da totalidade dos eleitores liberais da capital paranaense.

Porém, o resultado dessa reunião consistiu em aclamar uma comissão para elaborar a chapa de candidatos a deputado provincial. Ou seja, nesse contexto a reunião partidária não era um evento no qual os correligionários competiam para assumir funções no partido. Em detrimento da competição, havia a indicação prévia de nomes para a execução dessas tarefas. Os nomes eram apenas homologados pelos participantes do encontro. Ao mesmo tempo, a escolha de candidatos permanecia como uma atribuição delegada a seletos grupos de filiados.<sup>826</sup>

De outra parte, cabe também mencionar que os liberais do Paraná conseguiram manter diretórios municipais em funcionamento tanto em épocas nas quais o seu partido estava afastados do comando do Gabinete Ministerial quanto em épocas nas quais essa agremiação comandava a administração imperial. Em abril de 1888, por exemplo, estava em funcionamento o diretório liberal do município de Castro. Tratava-se, pois, de um período no qual os conservadores controlavam o Gabinete. Por outro lado, em setembro de 1889, na

---

<sup>825</sup> *Dezenove de Dezembro*, 10 de abril de 1889, n. 27, p. 1.

<sup>826</sup> *Dezenove de Dezembro*, 09 de agosto de 1889, n. 85, p. 3.

época em que os liberais dominavam a administração imperial, estava em funcionamento o diretório liberal de Palmas.<sup>827</sup>

No contexto da queda do Império, não houve a emergência de novas lideranças no Partido Liberal do Paraná. Antes, esse partido permaneceu sob o domínio de bacharéis que assumiram o controle do partido em fins dos anos 1850. Quando ocorreu a Proclamação da República, as divisões internas a essa agremiação impediram que os correligionários formassem um novo partido. Porém, dois dias após a Proclamação houve uma reunião entre os liberais paranaenses, convocada por Jesuíno Marcondes. Nesse encontro, aventou-se a ideia da criação de um partido.

Dedicar atenção a esse episódio permite, por um lado, evidenciar aspectos do político comportamento das antigas elites provinciais no momento imediatamente posterior à queda do Império. Tal comportamento consistiu em articular uma aliança entre antigos correligionários e adversários com a finalidade de permanecerem politicamente ativos. Porém, tal aliança fracassou no Paraná.

Por outro lado, a análise desse acontecimento permite demonstrar que no epílogo do Império não eram apenas as antigas lideranças liberais do Paraná que estavam distanciadas. Ao contrário, os conservadores também não adentraram unidos ao período republicano. Para corroborar esta afirmação, é necessário destacar que na reunião convocada por Marcondes houve a participação de dois membros da grei conservadora: José Francisco da Rocha Pombo, Justiniano de Mello e Silva e Tertuliano Teixeira de Freitas. Atente-se, pois, ao modo como o articulista do *Dezenove de Dezembro* descreveu esse encontro:

#### Reunião política

Conforme o boletim que ontem distribuimos, realizou-se em um dos salões do Club dos Girondinos a reunião convocada pelo Sr. conselheiro Jesuíno Marcondes. Às 6 horas da tarde, presentes numerosos cidadãos, quer do partido liberal, quer do partido conservador, o Sr. conselheiro Marcondes foi aclamado presidente da reunião, e, assumindo o lugar que lhe era indicado, convidou para secretários os Drs. Generoso Marques e Teixeira de Freitas. Tomando em seguida a palavra, S. Ex. expôs o fim da reunião dizendo que, ante os acontecimentos que acabam de dar-se no paiz e que tiveram por immediata consequência a eliminação do regímen monarchico e a retirada da família imperial, julgou acertado que o partido liberal da província tomasse logo a atitude que o patriotismo impõe a todos os brasileiros, nas emergenciais atuais. Neste sentido, S. Ex. entendeu que aos membros dos velhos partidos nada mais cumpria senão aceitar os fatos consumados, ter toda calma e prudência, de modo a prestar cada qual seu concurso à pátria para a construção do novo regímen. Assim que S. Ex. julgou do seu dever, pensando interpretar os sentimentos gerais dos seus aderentes políticos, endereçar ao chefe do governo provisório uma mensagem de adesão, e para esse seu procedimento pedia a aprovação dos cidadãos presentes, confiando também na de todos os amigos das demais localidades e em geral na de todos os paranaenses. Disse ainda S. Ex. que convinha tomar uma denominação para o novo partido, reorganizar ao mesmo

<sup>827</sup> *Dezenove de Dezembro*, edições de 26 de abril de 1888 e 13 de setembro de 1889.

tempo a imprensa. Propostas estas questões, pediu a palavra o Sr. Dr. Generoso Marques, e em breve discurso aplaudiu a conduta do Sr. conselheiro Marcondes e indicou que o novo partido tomasse a denominação de partido republicano federalista que o Sr. presidente da reunião nomeasse uma comissão encarregada da imprensa, o que provocou gerais demonstrações de apoio e aprovação. O Sr. Sérgio ode Castro, em seguida, fala sobre os acontecimentos e discordando da opinião do orador precedente, quanto à denominação do partido, termina seu discurso apresentando sua adesão ao Sr. conselheiro Marcondes que se acaba de colocar ao lado do movimento. Após o Sr. Dr. Sérgio, fala o Sr. Menezes Dória, que em palavras eloquentes cheias de sentimento e nobreza, comemora as virtudes e os serviços prestados à pátria por D. Pedro II, sustenta as ideias emitidas pelo Sr. Dr. Generoso Marques e termina erguendo um vida ao Sr. conselheiro Marcondes. Em seguida, o Sr. Dr. Cunha Brito, em ligeiro discurso, fez a saudosa despedida do partido liberal que tanto trabalhou pelo bem público e pela prosperidade da província e indicou que se consignasse na acta um voto de louvor ao benemérito chefe do nosso partido, Sr. conselheiro Marcondes: voto que é unanimemente acolhido. O presidente da reunião nomeia para a comissão os Srs. Dr. Generoso Marques, Dr. Menezes Dória, Dr. Cunha Brito, Rocha Pombo, Dr. Justiniano de Mello, Dr. Teixeira de Freitas.<sup>828</sup>

O projeto de criar o Partido Republicano Federalista não se concretizou no Paraná. Uma semana depois dessa reunião, Jesuíno Marcondes veiculou na imprensa um comunicado por meio qual afirmava que se ausentaria do Paraná: “Despedida. Os abalos que sofri nos últimos cinco meses e excessos de trabalho alterarão minha saúde. A conselho médico, vou fazer uma digressão ao S. Paulo, onde cumprirei as ordens de meus amigos do Paraná, dos quais me despeço por este meio. *Jesuíno Marcondes*. Curitiba, 25 de novembro de 1889”.<sup>829</sup> Esse bacharel se transferiu para a Genebra, na Suíça. O seu falecimento ocorreu nessa cidade, em 1903.

A mudança de residência foi, pois, um destino comum a antigas lideranças liberais do Paraná. Nesse contexto, o envolvimento em atividades empresariais apresentou-se como um destino comum aos políticos destituídos do seu poder na vida partidária. No primeiro capítulo, foi ressaltado que o bacharel Sérgio de Castro atuou como empresário, em Curitiba. De sua parte, o bacharel Manuel Alves de Araújo, ao se transferir para a cidade do Rio de Janeiro, participou da gestão de uma empresa. Inicialmente, cabe destacar que em novembro de 1890 ele solicitou a sua matrícula como negociante na Junta Comercial do Rio de Janeiro.<sup>830</sup>

Porém, nessa época ele já constava com o presidente Companhia Aurífera Brasileira. A finalidade dessa empresa era fabricar e comercializar joias e relógios.<sup>831</sup> A partir do período republicano, o envolvimento de Manuel de Araújo com assuntos econômicos e políticos paranaenses era decorrente de sua atuação no Centro Paranaense, instituição que funcionava na capital federal. Uma das finalidades desse Centro era realizar, junto a autoridades federais,

<sup>828</sup> *Dezenove de Dezembro*, 18 de novembro de 1889, n. 169, p. 1.

<sup>829</sup> *Dezenove de Dezembro*, 26 de dezembro de 1889, n. 176, p. 1.

<sup>830</sup> *O Paiz*, 7 de novembro de 1890, n. 3118, p. 4.

<sup>831</sup> *O Paiz*, 6 de outubro de 1890, n. 3086, p. 6.

a defesa dos interesses de setores da elite econômica do Paraná, tais como os exportadores de erva-mate.<sup>832</sup> Em 1899, por exemplo, Manuel de Araújo pertencia ao Conselho Deliberativo do Centro Paranaense. À época, o ex-senador Manuel Francisco Correia, do Partido Conservador, também era conselheiro desse órgão.<sup>833</sup>

Desse modo, o declínio da atividade política, a partir da Primeira República, não implicava o afastamento de uma liderança partidária em relação à elite regional e aos seus interesses. Antes, o envolvimento em atividades empresariais e em entidades de classe consistiu em uma forma de manutenção dos vínculos de antigos chefes partidários com os membros da elite social da província da qual eram originários.

\*\*\*

O estudo sobre o contexto político do Paraná nos anos finais do Império é também realizado por meio de uma análise sobre a vida partidária do litoral paranaense. Nesse quadro, é necessário destacar que nessa região as relações familiares eram um fator que determinava o acesso a posições de comando nos diretórios liberais. Nesse contexto, verificou-se somente um caso de indivíduo que, marcado pela modesta origem social, ocupou posição de destaque na gestão do diretório liberal de Paranaguá. Entretanto, as relações familiares não eram suficientes para garantir decisivas e duradouras oportunidades de atuação no jogo partidário. Nesse sentido, essas relações garantiam apenas a continuidade de indivíduos em cargos comissionados provinciais.

De outra parte, uma das prerrogativas dos liberais de maior influência no jogo político do litoral paranaense era mediar os confrontos entre os membros das duas agremiações partidárias. Acerca da mediação de conflitos entre conservadores e liberais, cabe atentar a um episódio ocorrido em Morretes, no contexto da eleição primária de agosto de 1878. Nessa ocasião, o citado negociante Antônio Alves de Araújo atuou para aplacar os confrontos entre os partidários dessas agremiações no referido município. Tal mediação foi salientada pelo correspondente de *A Reforma* em Curitiba:

---

<sup>832</sup> Em 1899, por exemplo, o Centro Paranaense dirigiu uma representação ao presidente da República, Manuel Ferraz de Campos Salles. Nessa representação, os membros dessa instituição discorreram sobre os prejuízos causados pelo fato de que, a partir daquele ano, a entrada da erva-mate do Paraguai no Rio da Prata seria isenta do pagamento de taxas. Ou seja, os produtores de erva-mate do Paraguai foram beneficiados por incentivos fiscais concedidos pelos países platinos. Desse modo, os membros do Centro salientaram ao presidente da República que a desigual competição entre os exportadores de erva-mate do Brasil e do Paraguai teria efeitos deletérios na indústria ervateira nacional. Os membros do Centro não demandaram medidas protecionistas por parte do Governo Federal. Antes, solicitaram que o Governo intervisse, por via diplomática, para evitar os prejuízos aos produtores de erva-mate do país. *A República*, 24 de maio de 1899, n. 114, p. 1.

<sup>833</sup> *O Paiz*, 20 de dezembro de 1899, n. 5554, p. 2.



As eleições preocupam a atenção de todos e de todos os pontos chagam notícias do imenso triunfo do partido liberal. Historiemos resumidamente. Na marinha possuíam os conservadores mesas unânimes em Paranaguá, Morretes, Porto de Cima Guarakessaba e Guaratuba, as mesas ameaçavam com violências, o Dr. [Rodrigo] Octávio [presidente do Paraná] circunscreveu-se a assistir a luta dos partidos, um soldado não desceu a serra, com uma praça não aumentou-se as guarnições e receava-se o choque do partido liberal, forte em número em Morretes, Paranaguá e Porto de Cima contra a unanimidade das mesas acostumadas a todas as violências. Foi nessas circunstâncias que o partido liberal da marinha aceitou a metade do eleitorado de todas essas paróquias, concorrendo muito para este pacífico resultado a consideração e estima de que goza nos dois partidos o comendador Antônio Alves de Araújo, que apenas chegado da Europa percorreu diversas povoações do litoral, onde o povo manifestou seu júbilo por vê-lo de volta à pátria.<sup>834</sup>

A análise da composição social do diretório liberal de Paranaguá no ano de 1877 possibilita evidenciar as características e limites da atividade política e administrativa desenvolvida por liberais de menor projeção no jogo partidário do litoral paranaense. A principal vantagem de pertencer ao grupo dirigente do Partido Liberal nessa região consistia em, eventualmente, obter espaço em chapas eleitorais e cargos comissionados provinciais.

Por meio da leitura do jornal *Província do Paraná*, constata-se que o diretório liberal de Paranaguá, no mencionado ano, tinha entre seus componentes os seguintes indivíduos: Joaquim Antônio Pereira Alves, João Ferreira Arantes, Ricardo José da Costa, José Cleto da Silva e Manuel Antônio Alves.<sup>835</sup> Por consequência, compete destacar a natureza das oportunidades econômicas e políticas obtidas por esses indivíduos em virtude do pertencimento à grei liberal. Nesse sentido, tal análise possibilita o conhecimento acerca das implicações sociais e econômicas do vínculo a um partido político para os indivíduos que não alcançaram a condição de chefes partidários, no contexto dos anos finais do Império.

Primeiro, cumpre mencionar o caso do farmacêutico Joaquim Antônio Pereira Alves. Esse indivíduo desempenhou apenas um mandato eletivo: vereador de Paranaguá.<sup>836</sup> Porém, o principal envolvimento desse indivíduo na vida administrativa do município era decorrente de sua participação em políticas de nomeações. Por meio do estudo do caso desse indivíduo, nota-se que o retorno dos liberais ao comando do Gabinete Ministerial determinava, de imediato, o retorno dos correligionários de menor influência às órgãos da administração pública.<sup>837</sup>

<sup>834</sup> *A Reforma*, 18 de agosto de 1878, n. 187, p. 3.

<sup>835</sup> *Província do Paraná*, 17 de abril de 1877, n. 62, p. 2.

<sup>836</sup> *Dezenove de Dezembro*, 29 de junho de 1864, n. 498, p. 1.

<sup>837</sup> Contudo, é necessário salientar que os esquemas de nomeações não eram desprovidos de regras. Desse modo, a observância das leis imperiais era realizada no momento da concessão de uma função pública. Em 1867, por exemplo, Joaquim Antônio solicitou ao Governo Provincial a sua passagem da condição de Tenente-Cirurgião

Assim, em junho de 1864, no contexto em que os liberais comandavam os esquemas de nomeações provinciais, Joaquim Antônio obteve o posto de 1º Suplente de subdelegado de Polícia de Paranaguá. Em março de 1878, dois meses após o retorno dos liberais ao comando do Gabinete, ele foi investido no cargo de delegado de Polícia do Termo de Paranaguá.<sup>838</sup>

Contudo, no contexto do retorno dos liberais ao comando do Gabinete, alguns membros de sua parentela pertencentes à geração de 1810 já não obtinham relevante desempenho em processos eleitorais. Em 1882, por exemplo, ele e seu irmão José Antônio, o citado negociante e ex-deputado provincial, obtiveram apenas um voto na eleição para Juiz de Paz de Paranaguá.<sup>839</sup> Conforme destacado a seguir, no epílogo do período imperial apenas um irmão de Joaquim Antônio (Agostinho Pereira Alves, que pertencia à geração de 1830) desenvolveu uma breve atuação na política provincial.

Em síntese, cumpre destacar que o pertencimento a um diretório municipal tinha como uma de suas consequências inserir os correligionários em esquemas de nomeações, ainda que tais nomeações fossem para funções mais subalternas na hierarquia da administração pública. A obtenção dessas nomeações, contudo, não significava a retomada na influência política de uma parentela.

Por outro lado, uma das principais formas de envolvimento de indivíduos de menor projeção política com o Governo Provincial era a prestação de serviços profissionais. Nesse quadro, cabe destacar que dos anos 1850 e aos anos 1870 Joaquim Alves permaneceu como o fornecedor dos medicamentos que o Governo encaminhava, por exemplo, para os internos do Lazareto da Ilha das Cobras e os presos pobres da Cadeia de Paranaguá.<sup>840</sup>

Ao tempo do Segundo Reinado, um elemento comum das trajetórias dos correligionários do Partido Liberal em Paranaguá foi, por um lado, a permanência em

do 2º Batalhão de Infantaria da Guarda Nacional de Paranaguá para o posto de Cirurgião-Mor interino do Comando Superior da Guarda Nacional desse município. O presidente da província, por seu turno, indeferiu o pedido. A justificativa do presidente para esse indeferimento era decorrente do fato de que essa nomeação era uma competência do Governo Imperial. *Dezenove de Dezembro*, 16 de fevereiro de 1867, n. 762, p. 2.

<sup>838</sup> *Dezenove de Dezembro*, 27 de março de 1878, n. 1895, p. 2.

<sup>839</sup> *Dezenove de Dezembro*, 11 de julho de 1882, n. 52, p. 4. Contudo, é necessário ressaltar que na eleição para a escolha dos deputados provinciais pelo 1º distrito, José Alves foi o nono candidato mais votado (689 votos). *Dezenove de Dezembro*, 21 de setembro de 1889, n. 121, p. 2. Assim, após vinte e cinco anos ele obteve novo êxito eleitoral. Trata-se, pois, de um contexto no qual seu partido controlava o Gabinete. Porém, ele não assumiu o mandato em virtude da queda do Império. Em suma, esse derradeiro sucesso eleitoral de José Alves evidencia a restrição da renovação dos quadros do Partido Liberal em Paranaguá. Ou seja, tal resultado evidencia que no fim do Império não houve, nessa cidade, o surgimento de uma liderança na grei liberal. No epílogo do Império, portanto, um negociante liberal da geração de 1810 ainda detinha oportunidades de participar de chapas eleitorais.

<sup>840</sup> *Dezenove de Dezembro*, edições de 7 de setembro de 1857 e 22 de setembro de 1877.

esquemas de nomeações. Por outro lado, em tal contexto esses correligionários de menor projeção estavam orientados pelo propósito de conservar a obtenção de privilégios econômicos concedidos pelos poderes públicos.<sup>841</sup>

\*\*\*

Por consequência, cumpre abordar os casos dos negociantes João Ferreira Arantes e Manuel Antônio Alves. Trata-se de indivíduos que jamais desempenharam cargos eletivos. De outra parte, eles se enquadravam na categoria dos liberais que se beneficiaram das políticas nomeações geridas pelo seu partido.

Por um lado, a relação de João Arantes com órgãos da administração pública era de natureza econômica. Dessa forma, cumpre ressaltar que em 1879 o Governo Provincial tornou-o fornecedor de produtos para o funcionamento da Fortaleza de Paranaguá.<sup>842</sup> Ele tornou-se fornecedor do Governo Provincial ao tempo em que os liberais ascenderam ao comando do Gabinete. Trata-se, pois, de uma semelhança com o caso de Joaquim Alves. Por outro lado, o seu pertencimento ao Partido Liberal possibilitou a sua nomeação, em 1880, para o cargo de segundo suplente de Juiz Municipal de Paranaguá.<sup>843</sup>

Por sua vez, Manuel Antônio Alves também obteve cargos que não garantiam um decisivo controle sobre instituições da administração provincial. Ele foi um dos liberais beneficiados pela ascensão do Gabinete liberal comandado pelo Visconde de Sinimbu. Em março de 1878, Manuel Alves conquistou o posto de 2º suplente de delegado de Polícia de Paranaguá.<sup>844</sup> No mesmo ano, foi nomeado 3º suplente de Juiz Municipal de Paranaguá.<sup>845</sup> Exerceu apenas o segundo cargo, em virtude proibição de esses cargos serem ocupados

---

<sup>841</sup> Joaquim Antônio Pereira Alves era proprietário de um fábrica de velas e sabão em Paranaguá. Em, surgiram críticas contra uma lei, aplicada em Antonina e Paranaguá, que taxava velas e sabões importados. Nesse contexto, a empresa *Pereira Alves e Cia* publicou um comunicado na revista *Itiberê*. Nela, defendia que o protecionismo era uma forma de estimular a expansão das indústrias em províncias novas como o Paraná. Trata-se, pois, de uma aproximação com o discurso protecionista dos negociantes do litoral que exerceram mandatos de deputado provincial em fins dos anos 1880, conforme demonstrado neste capítulo. Dessa maneira, atentar ao comunicado que a referida empresa fez veicular na imprensa permite evidenciar, de um lado, as bases do pensamento econômico de negociantes que desenvolveram atividade partidária no Paraná provincial. De outro lado, dedicar atenção esse texto possibilita evidenciar que a natureza dos benefícios econômicos que tais negociantes conquistaram nos últimos anos do Império: “Alguns espíritos *rachíticos* lembram-se agora de mandar mofinas para os jornais da Corte, e de declamarem como *inconstitucional, monopólio, privilégio* e não sabemos o que mais a um imposto que existe nesta cidade há mais de vinte anos, sobre sabão e velas importadas. [...] A proteção dispensada a estabelecimentos fabris em províncias novas como esta, torna-se de necessidade para que os mesmos possam medrar, e muito principalmente tratando-se da primeira fábrica, cujo elemento de progresso ia ensaiar na província. Paranaguá, 15 de abril de 1883. Pereira Alves & C”. *O Itiberê*, abril de 1883, p. 4. Grifos no original.

<sup>842</sup> *Dezenove de Dezembro*, 20 de fevereiro de 1879, n. 1958, p. 1.

<sup>843</sup> *Dezenove de Dezembro*, 20 de março de 1880, n. 2033, p. 2.

<sup>844</sup> *Dezenove de Dezembro*, 27 de março de 1878, n. 1895, p. 2.

<sup>845</sup> *Dezenove de Dezembro*, 19 de julho de 1878, n. 1919, p. 2.

simultaneamente.<sup>846</sup> Em suma, Manuel Alves pertencia ao grupo de liberais de Paranaguá que começaram a atuar em órgãos estatais a partir do retorno do seu partido à presidência do Gabinete, em janeiro de 1878. Porém, tais liberais não desenvolveram influente atividade na vida partidária paranaense, nos anos finais do Império. Nesse contexto, a sucessiva obtenção de nomeações apresentou-se como o principal elemento de suas oportunidades políticas.

Por fim, é necessário dedicar atenção aos casos de José Cleto da Silva (1843-1912) e Ricardo José da Costa. José Cleto não tinha por ascendentes integrantes da elite social do litoral paranaense.<sup>847</sup> A sua principal oportunidade política consistiu em ser eleito deputado provincial em 1879. Havia, pois, uma restrita abertura à absorção de professores de ensino primário no jogo partidário paranaense. Conforme salientado, o professor público João Brandão foi um dos dirigentes do Partido Liberal em Curitiba, nos anos 1870. Porém, foram somente os professores de ensino ginásial que alcançaram maior destaque na vida política paranaense. Todavia, a sua relação familiar com um abastado negociante liberal não ocasionou a ele, José Cleto, novos mandatos eletivos.

A época em que exerceu tal mandato foi também o momento em que esteve envolvido nas políticas de nomeações comandadas pelos liberais – em 1880, ele foi investido no cargo de 1º suplente de delegado de Polícia de Paranaguá.<sup>848</sup> Entretanto, as suas oportunidades de atuação na vida política e administrativa em virtude do pertencimento ao Partido Liberal esgotou-se no princípio dos anos 1880. As dificuldades para a conquista de cargos comissionados era um indício desse esgotamento.<sup>849</sup> Por conseguinte, ele se tornou um defensor do ideário republicano. Conforme demonstrado neste capítulo, essa defesa foi

<sup>846</sup> *Dezenove de Dezembro*, 6 de julho de 1878, n. 1923, p. 2.

<sup>847</sup> Acerca da atuação de José Cleto como professor do ensino público primário, ver SILVA, Noemi Santos da. *O “Batismo na Instrução”*: projetos e práticas de instrução formal de escravos, libertos e ingênuos no Paraná provincial. Dissertação (Mestrado em História). Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2014; SILVA, Vicente Moreira da. *Escravos e criados nas escolas noturnas de primeiras letras da província do Paraná (1872-1888)*. Dissertação (Mestrado em Educação). Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2013. Concernente à organização do ensino primário na Província do Paraná, ver FRANÇA, Franciele Ferreira. *A arte de ensinar: meandros do ofício de mestre de primeiras letras na Província do Paraná (1857-1884)*. Dissertação (Mestrado em Educação). Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2014; OLIVEIRA, Maria Cecília Martins de. *O ensino primário na Província do Paraná*. Dissertação (Mestrado em História). Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1982.

<sup>848</sup> *Dezenove de Dezembro*, 29 de novembro de 1880, n. 2105, p. 1.

<sup>849</sup> Conforme mencionado neste capítulo, a nomeação para professor do Instituto Paranaense era ambicionada por correligionários dos partidos monárquicos. Segundo a *Gazeta Paranaense*, José Cleto pretendia tornar-se professor desse estabelecimento de ensino. Contudo, essa pretensão não se concretizou. Em março de 1885, no contexto em que vigorava o controle dos liberais sobre o Gabinete Ministerial, Cleto requisitara ao presidente do Paraná a sua nomeação para as cadeiras de Filosofia ou Pedagogia do referido Instituto instituição. Todavia, Brasília Machado, então presidente da província, não atendeu sua solicitação. *Gazeta Paranaense*, 21 de março de 1885, m. 339, p. 1.

também peculiar ao percurso político de um professor de ensino primário de Paranaguá que pertencera ao Partido Conservador. Assim, a defesa do ideário republicano, no fim do Império, foi um elemento comum às trajetórias de indivíduos dotados de menor influência na gestão dos partidos monárquicos no Paraná. Essa defesa, porém, não significou a obtenção de novas oportunidades políticas. Ou seja, esses indivíduos, a despeito de sua vinculação do partido governista no contexto republicano, não conquistaram decisivas oportunidades de atuação na vida partidária e administrativa do estado.

\*\*\*

Ricardo José da Costa, por seu turno, era irmão de Leandro José da Costa. Contrariamente a esse indivíduo, Ricardo José exerceu apenas um mandato eletivo: vereador de Paranaguá, de 1881 a 1885. Todavia, o principal benefício derivado de seu pertencimento à grei liberal consistiu na conquista de cargos comissionados. Em 1882, por exemplo, ele foi nomeado delegado de Polícia do Termo de Paranaguá.<sup>850</sup> Dois anos depois dessa nomeação, Ricardo José foi indicado para o posto de segundo suplente de Juiz Municipal de Paranaguá.<sup>851</sup> Nesse quadro, cumpre destacar que a circulação por cargos administrativos provinciais apresentava-se como o limite das oportunidades sociais decorrentes do pertencimento a um partido político e a uma parentela enraizada na elite econômica local.

Contudo, existiam ocasiões nas quais as conexões familiares não garantiam o acesso a cargos públicos. Houve, pois, ocasiões nas quais malograram as expectativas de Ricardo José de ser investido em um cargo comissionado. A esse respeito, é necessário destacar que, em 1885, Ricardo José foi cotado para os postos de porteiro e administrador das Capatazias da Alfândega Paranaguá. Conforme demonstrado nesta tese, no princípio do período republicano a nomeação para tal cargo ainda interessava a indivíduos que detinham menor projeção no jogo partidário. A nomeação para esse posto era, pois, um indício das limitações encontradas por esses indivíduos quanto ao envolvimento em esquemas de nomeações.

Conforme noticiado pela *Gazeta Paranaense*, Ricardo José tinha o apoio do inspetor da Tesouraria da Fazenda. Porém, o presidente da província escolheu outro pretendente à vaga, a saber, Antônio Rodrigues dos Santos Rangel. O articulista da *Gazeta Paranaense* destacou que as conexões familiares de Ricardo José não foram suficientes para que o presidente da província o nomeasse.<sup>852</sup> Ao mesmo tempo, o redator salientou que, naquele

---

<sup>850</sup> *Dezenove de Dezembro*, 2 de agosto de 1883, n. 57, p. 3.

<sup>851</sup> *Dezenove de Dezembro*, 4 de março de 1884, n. 55, p. 3.

<sup>852</sup> *Gazeta Paranaense*, 7 de março de 1885, n. 337, p. 3.

momento, esse indivíduo já se encontrava afastado da vida política. Verifica-se, pois, que nesse contexto a nomeação para um cargo comissionado também era encarada como um refúgio para indivíduos que experimentaram a redução de sua atividade profissional e política.

\*\*\*

De outra parte, é necessário salientar que houve casos de liberais que, radicados em municípios do litoral paranaense, não circunscreveram a sua atividade partidária à esfera municipal, na década de 1880. Nesse âmbito, compete destacar o caso de João Manuel Ribeiro Vianna, negociante que residia no município de Antonina. Nos anos 1880, esse indivíduo elegeu-se em três oportunidades para o cargo de deputado provincial. Nesse quadro, é necessário ressaltar uma aproximação acerca da vida interna dos partidos Conservador e Liberal em localidades do litoral paranaense. Tal aproximação consiste no fato de que os negociantes radicados nessa região ainda detinham espaço na gestão dessas agremiações. Portanto, eles conseguiam viabilizar, junto aos chefes provinciais dos partidos, a sua inclusão nas chapas de candidatos à Assembleia Legislativa.

Nesse quadro, outra aproximação reside no fato de que, nos anos finais do Império, os negociantes de ambas as regiões desenvolviam uma atividade parlamentar sobremaneira condicionada pelas demandas do seu grupo profissional. Portanto, existia uma convergência quanto aos projetos econômicos sustentados por esses negociantes no Legislativo Provincial. Ao mesmo tempo, os negociantes também utilizavam o seu pertencimento às Câmaras Municipais para viabilizar interesses de sua classe.

Um desses interesses era a obtenção de subsídio provincial e imperial para realizarem a divulgação da erva-mate paranaense em mercados consumidores da Europa. Os negociantes, portanto, entendiam que era crucial que o mercado da erva-mate paranaense não ficasse restrito a países sul-americanos. Os negociantes conservadores e liberais uniram-se na defesa dessa medida.

Conforme salientado nesta tese, as Câmaras dos municípios do litoral paranaense, ao tempo do Império e da Primeira República, eram compostas majoritariamente por negociantes. No exercício de seus mandatos, eles se empenhavam na defesa de multifacetados pleitos dos membros de sua classe. A esse respeito, cabe atentar ao caso da cidade de Morretes. Em 1874, os vereadores morretenses enviaram uma representação à Câmara dos Deputados. Nesse documento, manifestavam apoio à proposta, formulada por negociantes da localidade, em defesa da concessão de subsídio do Governo Imperial para a divulgação da

erva-mate na Europa. Nessa ocasião, a Câmara de Morretes era formada por conservadores, como Antônio Ricardo dos Santos, mas também por um liberal, a saber, Joaquim José Alves.<sup>853</sup>

Nesse contexto, a Câmara de Morretes era controlada por negociantes que se dedicavam ao comércio da erva-mate. Em síntese, o exercício de mandatos legislativos era operacional para os objetivos econômicos dos negociantes paranaenses. Conforme evidenciado nas seções subsequentes deste capítulo, tal situação não se modificou no período republicano. Dessa forma, os negociantes que não exerciam mandatos legislativos também se manifestavam em defesa da promoção de seus produtos em mercados consumidores do exterior. No período anterior à criação da Associação Comercial do Paraná, esses negociantes redigiam representações coletivas ao Governo Provincial para justificar a pertinência de seus pleitos.<sup>854</sup>

\*\*\*

Para demonstrar a convergência da atividade legislativa desenvolvida por esses negociantes nos anos 1880, é necessário desenvolver uma comparação entre a atividade parlamentar do citado João Vianna e a atividade do conservador José Ribeiro de Macedo, que era negociante estabelecido no município de Porto de Cima e exerceu mandato de deputado provincial no biênio 1886-1887.<sup>855</sup>

Ambos pertenciam à geração nascida na década de 1840. Nesse âmbito, cumpre mencionar que na sessão de 06 de novembro de 1886 da Assembleia do Paraná, José de

---

<sup>853</sup> *Dezenove de Dezembro*, 15 de julho de 1874, n. 1521, p. 2.

<sup>854</sup> Em 08 de maio de 1885, negociantes ervateiros enviaram uma representação ao presidente do Paraná, Brasília Machado. Nela, defendiam que seria importante para o comércio ervateiro a destinação de uma verba no Orçamento para que o produto pudesse ser divulgado no exterior. Dentre os signatários dessa representação, estavam o Visconde de Nácar e o futuro Barão do Serro Azul. Em suma, aumentar os mercados do mate paranaense, nos anos 1880, continuou a ser uma preocupação central dos negociantes da província. Nessa representação, os negociantes afirmaram: “Pena é que sendo a nossa província a que está em melhores condições para suportar qualquer concorrência entre os consumidores da herva-matte, seja a que tenha cedido o terreno anteriormente por ele conquistado a outros concorrentes, em consequência dos obstáculos acima mencionados. Para que a herva-mate se tornasse uma verdadeira riqueza desta província, julgam os abaixo assignados que não seria sacrifício perdido a decretação pela assemblea provincial da quantia de 5 a 6:000\$ em seu próximo orçamento para despesas com a propaganda deste nosso chá em diversos paizes da Europa, animando-se deste modo os esforços que neste sentido estão fazendo alguns dos nossos industriaes.” *Província do Paraná*, 08 de agosto de 1885, n. 709, p. 2.

<sup>855</sup> A respeito das trajetórias dos negociantes que desenvolveram atividade política no Paraná provincial, cumpre mencionar que um aspecto comum às suas trajetórias era a mobilidade espacial. José de Macedo e João Vianna, por exemplo, residiram no primeiro planalto paranaense, nos anos 1860. Em 1866, eles faziam parte do Estado Maior da Guarda Nacional de Curitiba. Nessa oportunidade, José de Macedo era tenente-cirurgião e João Vianna era tenente-secretário. *Dezenove de Dezembro*, 23 de junho de 1866, n. 696, p. 2. Anteriormente, José de Macedo também residira em outro município planáltico: Campo Largo. *Dezenove de Dezembro*, 19 de dezembro de 1863, n. 443, p. 4.

Macedo apresentou um projeto que autorizava o Governo Provincial a despender a quantia de dez contos de réis para introduzir a erva-mate paranaense nos Estados Unidos e na Europa. Mais precisamente, tal quantia seria empregada para subvencionar os cafés ou botequins que se dispusessem a comercializar o mate oriundo do Paraná. De sua parte, os proprietários desses estabelecimentos ficavam obrigados a realizar, por meio de anúncios nos jornais, a propaganda do referido produto. Ao justificar tal projeto, Macedo afirmou:

Há muito que o commercio e as indústrias atravessam uma crise que entorpece seus movimentos e paralysa o progresso da província. É instantemente necessário que esta assembleia tome medidas afim de debelar esta crise, e o meio que me parece melhor é auxiliar o desenvolvimento da nossa indústria. A da herva matte, como a principal da província, deve, antes de tudo, chamar a nossa atenção. Abrir-lhe novos mercados, fazer com que este tão apreciável produto possa ser mais conhecido no mundo, é o desideratum para onde devem convergir todos os nossos esforços como meio de promover a prosperidade da província.<sup>856</sup>

Na sessão de 17 de dezembro daquele ano, ele asseverou que cabia ao Poder Legislativo criar medidas destinadas a propiciar o melhoramento da produção ervateira. No entendimento desse negociante, caberia aos legisladores atuar para elevar o preço da erva, bem como para que esse produto conquistasse o mercado internacional. Assim, o pensamento de Macedo é um indicador de que os negociantes paranaenses entendiam que cabia aos poderes públicos garantir, por meio de leis e auxílios pecuniários, a expansão da indústria ervateira. Nesse contexto, a aplicação de medidas protecionistas em favor da produção ervateira era defendida por conservadores e liberais.

No entendimento desses parlamentares, o protecionismo não visava apenas dinamizar a economia ervateira. Antes, ele seria um recurso para a superação das limitações financeiras do Paraná. Macedo também propunha que o Governo Provincial despenderesse dez contos de réis para realizar a divulgação da erva paranaense. Segundo esse negociante, tal investimento era fundamental para o desenvolvimento a expansão do mercado da erva cultivada na província: “Dir-se-á que se vai gastar 10.000\$000 mais com a herva matte, porém é despesa que será completamente reprodutiva, a qual deve concorrer para o equilíbrio das nossas finanças. Por isso, Sr. Presidente, espero do patriotismo desta assembleia que ela não deixará de adotar a emenda que vou apresentar neste sentido”.<sup>857</sup>

---

<sup>856</sup> PARANÁ. *Annaes da Assembleia Provincial do Paraná*. Curitiba: Typographia do *Dezenove de Dezembro*, 1886, p. 20.

<sup>857</sup> *Ibid.*, p. 473.



Esse projeto, contudo, não foi aprovado. Na sessão de 9 de março de 1887, Macedo voltou a discorrer sobre a proposta. Assim, ele apresentou um projeto com a finalidade de dotar a província das condições econômicas para implantar a proposta que realizara no ano anterior. Nessa oportunidade, João Vianna também se envolveu na discussão acerca da expansão dos mercados da erva-mate paranaense.

Em conjunto com José de Macedo, João Vianna apresentou um projeto que criava o imposto de dez réis sobre quinze quilos de erva-mate exportada. Ele justificou que o objetivo inerente a esse imposto era arrecadar os recursos para a introdução da erva-mate paranaense no exterior. Ao mesmo tempo, cabe destacar que a proposta de ambos os deputados previa a implantação de uma Associação Comercial, a qual ficaria responsável por administrar os recursos obtidos com o imposto. Outra finalidade dessa associação era realizar a propaganda da erva-mate da província.<sup>858</sup>

Desse modo, a elaboração de medidas que favorecessem a proteção e expansão da indústria ervateira do Paraná foi um elemento comum à atuação parlamentar dos referidos negociantes. Para corroborar esta afirmação, cumpre também mencionar que na sessão de 16 de novembro de 1886 da Assembleia do Paraná o deputado conservador José Francisco da Rocha Pombo apresentou um projeto formulado em conjunto com João Vianna e José de Macedo. Esse projeto isentava do pagamento impostos provinciais e municipais a aguardente e o arroz exportados para fora da província. A justificativa apresentada por Rocha Pombo para tal projeto evidencia que ele e os demais negociantes que atuaram na Assembleia do Paraná eram defensores do protecionismo econômico.

Leia-se, pois, o seguinte excerto do discurso proferido por Rocha Pombo nessa ocasião: “Se eu tivesse força para perante esta assembleia, faria com os todos os nossos esforços tendentes a promover o desenvolvimento industrial da província convergissem para dois pontos: para proteger os capitais que se aplicassem a empresas industriais, e para facilitar a abertura de estradas. [...] Assim convicto de que só protegendo a indústria e tratando de abrir estradas para facilitar não só a introdução de imigrantes, como para fazer aparecer a iniciativa particular, grande serviço prestaremos a esta terra”.<sup>859</sup>

Por fim, cabe demonstrar que os negociantes do litoral, no momento em que atuavam na Assembleia Legislativa, apresentavam-se como defensores dos membros de seu grupo

---

<sup>858</sup> *Dezenove de Dezembro*, 22 de março de 1887, n. 67, p. 2.

<sup>859</sup> PARANÁ. *Annaes da Assembleia Provincial do Paraná... Op. cit.*, p. 79.

profissional nas querelas em que tais membros travavam com os agentes estatais. Enfim, cumpre evidenciar que os negociantes que conquistavam espaço na vida partidária provincial dedicavam o seu mandato a promover discussões atinentes a interesses econômicos e conflitos políticos existentes nos seus redutos eleitorais. Tais discussões opunham deputados oriundos do litoral. Assim, cumpre evidenciar que os negociantes do litoral que desenvolveram uma atuação política para além do universo municipal mantiveram-se envolvidos nas querelas que envolviam os membros da elite econômica daquela região do Paraná.

Nesse quadro, compete salientar um projeto apresentado por João Vianna na sessão da Assembleia Provincial de 28 de março de 1887. Nessa ocasião, ele propôs que as câmaras municipais extinguissem a cobrança de uma licença para os negociantes continuarem a manter seus estabelecimentos em funcionamento. Conforme o projeto, tal imposto deveria ser cobrado apenas no momento da abertura de um estabelecimento comercial.<sup>860</sup>

\*\*\*

No momento do término do período imperial, a diferencia essencial entre os diretórios regionais do Partido Liberal era decorrente da maior ou menor interferência das alianças familiares na vida interna da agremiação. Nesta seção, verificou-se que no Paraná tal interferência condicionou sobremaneira o funcionamento do partido. No âmbito dos municípios, a principal vantagem do pertencimento a uma parentela liberal era o ingresso em esquemas de nomeações. Tal ingresso era, também, o limite das oportunidades derivadas do pertencimento às parentelas liberais.

Por outro lado, os impactos da reorganização do partido ocorrida em fins dos anos 1860, ainda se verificavam nos anos finais do Império. A consolidação de critérios concernentes à composição dos diretórios e escolha de candidatos foi um dos mais relevantes efeitos da aludida reorganização. Assim, houve diretórios provinciais do Partido Liberal que, até os momentos finais do Império, ainda se mostravam dispostos a realizar rotineiramente deliberações que definiam o modo de atuação do partido em uma eleição, bem como determinavam a recomposição da Mesa Executiva da agremiação. Esses critérios de funcionamento do partido permaneceram pouco formalizados e passíveis de serem minados em virtude dos interesses dos potentados. Porém, os reveses para a consolidação desses critérios não impede que o Segundo Reinado seja encarado como o momento inicial da implantação de uma disciplina na vida partidária nacional.

---

<sup>860</sup> *Ibid.*, p. 90.

### **4.3. – O Partido Conservador do Paraná e o fim do Império: a vida interna dos diretórios e a desunião dos correligionários**

Para o prosseguimento da abordagem sobre o jogo político paranaense nos últimos anos do Império, cumpre ser desenvolvida uma abordagem acerca do funcionamento dos diretórios municipais do Partido Conservador, bem como cabem ser evidenciados os fatores e implicações das divergências entre as lideranças dessa grei na província. Inicialmente, será demonstrado que, nos anos 1870, os adventícios da geração de 1830 ainda se conservavam em posições decisivas na gestão do partido no Paraná. Os confrontos que travaram com personagens da elite local não inviabilizaram a sua conservação nessas posições. Um dos fatores desse confronto era de ordem econômica. De modo análogo ao caso da vida política do litoral paranaense, na vida política curitibana questões econômicas podiam desdobrar-se em contendas políticas.

Entretanto, a preponderância política desses adventícios esgotou-se ao longo dos anos 1880. No fim do Império, verificou-se a existência de dois diretórios conservadores no Paraná: um governista, e um dissidente. Mais amplamente, cabe demonstrar que os impactos da criação da União Conservadora ainda eram sentidos no fim do Império. Ou seja, a formação de diretórios e o estabelecimento de uma disciplina para a realização de deliberações partidárias eram elementos da vida interna do Partido Conservador do Paraná em 1889.

O diretório governista, porém, conseguiu manter a sua influência sobre o Governo Provincial. Nesse quadro, os membros desse diretório exerciam permanente influência sobre os processos de preenchimento de cargos públicos. Em suma, verificou-se que, similarmente ao caso da grei liberal, os membros do Partido Conservador estavam cindidos ao tempo da Proclamação da República. Porém, o destino dos conservadores governistas e dissidentes foi análogo: a perda de espaço no jogo político durante a Primeira República.

\*\*\*

Em 1873, a influência do adventício Tertuliano Teixeira de Freitas era decorrente, por exemplo, de seu poder de inserir e vetar nomes em chapas eleitorais. De acordo com o correspondente de *A Reforma*, ele vetara o nome de Manuel de Oliveira Franco na chapa de candidatos conservadores na eleição para a Assembleia Provincial, em 1871. As divergências existentes entre eles também eram de natureza econômica: Freitas seria um credor de Oliveira Franco. Acerca das relações de força existentes entre os conservadores do Paraná no princípio

dos anos 1870, cabe atentar às informações apresentadas por aquele correspondente no contexto da eleição primária realizada em Curitiba em setembro do referido ano. Em tal eleição, Freitas e Oliveira Franco uniram-se para evitar o sucesso dos liberais.

De um lado, as informações prestadas por tal correspondente evidenciam que, no início daquela década, vigorava uma aliança entre lideranças conservadoras do litoral e do planalto do Paraná. Trata-se, pois, de uma situação que se alterou ao longo da década. De outro lado, essas informações permitem demonstrar o caráter volúvel das relações entre os correligionários da grei conservadora na província. Leia-se, pois, o seguinte comentário. Esse comentário integra o texto no qual o correspondente relata o modo como os conservadores tentaram impedir a eleição de eleitores liberais nessa oportunidade:

Sempre formamos o mais triste conceito do caráter, índole e sentimentos dos indivíduos que, sob a denominação de *conservadores*, figuram nesta capital como prepostos dos interesses políticos dos Srs. deputados Corrêas; nunca atravessou-nos o pensamento, porém, a ideia da máxima degradação moral e último grau de cinismo a que poderia atingir os *esfaimados asseclas* de dois filhos da província que tem assento na câmara dos Srs. deputados. [...] Continuava o ódio entranhável entre o comendador Manuel Franco e o bacharel Tertuliano, que diziam-se irreconciliáveis, posto que pretendessem tomas o bastão da chefia do partido acéfalo. O bacharel Tertuliano havia por mais de uma vez executado judicialmente o comendador Franco, por dívidas comerciais, e na recente eleição de deputados provinciais não consentiu que nem ao menos o nome do comendador fosse incluído na chapa do grêmio. E foi assim que, dividido em dois grupos, o bacharel Tertuliano simulou abandonar a eleição, constituindo na mesa uma maioria automática, e entregando o campo da pugna ao comendador Franco. [...] Na véspera da 3ª chamada [da eleição primária], diferentes maltas de homens facciosos, bandidos e assassinos, vindos de diversos bairros, percorriam as ruas da cidade, com uma grita infernal, anunciando “que a eleição não seria concluída do modo como os liberais esperavam”. Imediatamente efetuou-se e a todos os homens de brio causou a maior surpresa a mais cordial união entre o comendador Manuel Franco e o *célebre* Tertuliano, correndo ambos em *véu transparente* sobre recíprocos doestos e públicas afrontas, que jamais poderiam ser esquecidas e perdoadas por homens que ligassem apreço à dignidade própria e à justa censura da opinião pública! Não havia, pois, como duvidar da resolução de um plano tenebroso, concertado pela harmonia de sentimentos vasados no molde da mais requintada perversidade!<sup>861</sup>

Nessa ocasião, os conservadores abstiveram-se de participar da escolha de eleitores realizada em Antonina e São José dos Pinhais.<sup>862</sup> A despeito da condição de opositores, os liberais conseguiram manter suas bases eleitorais nas aludidas localidades. Por outro lado, a passagem para a condição de governistas não permitiu aos conservadores contrabalançar a influência liberal em determinados municípios paranaenses. A fidelidade ao partido opositor impôs limites ao poder de cooptação dos conservadores.

Por meio da análise de uma carta de José Ribeiro Pinto Narário publicada no jornal *Província do Paraná*, em setembro de 1876, pode-se constatar um indício da influência que

<sup>861</sup> *A Reforma*, 3 de outubro de 1873, n. 226, pp. 2-3. Grifos no original.

<sup>862</sup> *Id.*

Teixeira de Freitas exercia no processo de recrutamento de correligionários ao Partido Conservador. Nessa carta, Narário mencionou a influência que Teixeira de Freitas exerceu para que ele, José Narário, ingressa-se no Partido Conservador, no ano de 1868. Acerca do excerto transcrito na sequência, cabe atentar ao fato de que o autor afirma que as suas atividades como correligionário do diretório conservador de Curitiba não eram derivadas de uma afinidade para com o ideário político do partido. Antes, elas representavam o cumprimento de um compromisso com o indivíduo que o arregimentara àquela agremiação.

De outra parte, cumpre salientar que uma das funções de Narário era consolidar o Partido Conservador em um bairro de Curitiba. Ou seja, verifica-se que, no contexto do fim dos anos 1860, os conservadores estavam empenhados em recrutar correligionários e ampliar o seu domínio político por meio da interiorização do partido. Ao mesmo tempo, o texto reproduzido a seguir demonstra que o retorno dos conservadores ao comando do Gabinete Ministerial, em 1868, foi uma época marcada pela absorção, aos quadros do partido, de antigos liberais:

Ao povo

Sabeis, oh povo, como o partido do governo paga a dedicação e os serviços d'aquelles que o acompanhão? Ouvei o resumo da minha historia. Eu era liberal; mas quando em 1868 subiu ao poder o partido que ainda domina, deixei-me seduzir pelas promessas do dr. Tertuliano de Freitas e dediquei tudo o que possuía, a minha modesta fortuna e toda minha actividade em favor da política desse homem. Como inspector de quarteirão persegui os liberaes, confesso; ninguém mais do que eu se esforçou pela criação do partido governista neste bairro [Boixininga, em Curitiba], onde só existião liberaes. Pois bem, quereis saber como me forão pagos esses serviços? Em Março do corrente anno fui preso por mandado dessa gente sem haver commetido crime algum, nem haver contra mim processo, fui amarrado e assim conduzido à capital, onde, graças à humanidade que caracteriza os liberaes, a quem tanto eu maltratara, toda a proteção devida à inocência e fui imediatamente solto. Por aqui podeis conhecer os satanazes. Não vos illudeis, oh povo, nem vos intimideis com as ameaças: quem não é criminoso e tem a seu lado os defensores da liberdade, nada deve receiar. No bairro do Morro Grande encontrei-me há pouco com o subdelegado, que ali estava cabalando e intimidando votantes. Ele quis que eu o auxiliasse na empresa; mostrei-lhe os meus pulsos ainda com os sinais da corda. Ameaçou-me, caçoei da sua prosápia e disse-lhe: “já lá estive e muito usei dessas quixotadas; dirija-se a algum mais tolo”. E o subdelegado deixou-me, e não se animou mais a falar-me em votos. Fazei o mesmo. Dai as costas aos satanazes, e não vos submeteis pelo medo. Nada receeis. Se vos perseguirem, tereis, como eu, espontâneos defensores. Erguei a cabeça, que sois homens livres.

Boixininga (Curityba), 15 de setembro de 1876

José Ribeiro Pinto Narário<sup>863</sup>

Acerca da vida interna do Partido Conservador do Paraná nos anos 1870, cumpre também destacar dois aspectos. Primeiro, constata-se que o grupo que geria o diretório provincial da agremiação era composto de indivíduos que se diferenciavam em virtude de

---

<sup>863</sup> *O Paranaense*, 21 de setembro de 1876, n. 37, p. 3.

suas condições de exercerem posições decisivas na política regional. Nesse quadro, cabe observar que em março de 1876 foi eleita uma diretoria desse órgão. Assim, nove anos após a criação da União Conservadora, ainda funcionavam nas províncias os *grêmios* ou diretórios regionais. A criação desses órgãos era encarada pelas lideranças políticas como uma forma eficaz que implantar a disciplina e a regularidade das atividades partidárias.

Em fevereiro de 1889, conservadores dissidentes do Paraná convocaram uma reunião para a escolha do diretório regional da agremiação. Ou seja, eles se mobilizaram para formar um diretório que congregaria os correligionários não alinhados com o grupo político comandado por membros da família Correia. Ao divulgarem tal reunião, os conservadores dissidentes apresentaram o seu entendimento sobre a operacionalidade da criação de um diretório. Ao mesmo tempo, as informações transcritas a seguir evidenciam que em tal reunião era admitida a participação de todos os correligionários do Partido Conservador na capital paranaense. Apesar do caráter centralizado de seus processos decisórios, esse partido, no Paraná, possuía determinados ritos, tais como as reuniões para a escolha de Mesa Diretora, cuja participação não era restrita aos membros do seu núcleo dirigente:

Sendo geralmente reconhecida a necessidade de dar ao partido conservador uma organização sólida e durável baseada sobre o voto livre dos correligionários, cuja união melhor se afirmará desde que haja um centro constituído para curar com assiduidade dos interesses da nossa grei, promovendo e aconselhando a disciplina como condição que é indispensável das organizações políticas regulares, tomam os abaixo-assinados a iniciativa de convidar a V. S. Para a reunião que deve verificar-se a 10 de Março, no salão superior do Theatro São Theodoro, afim de tomar parte nas deliberações e de concorrer para a eleição dos membros componentes do respectivo diretório, para o que contam com a sua aquiescência e aprovação. Somos com estima e apreço de V. S. Correligionários e Amigos. Curitiba, 28 de fevereiro de 1889.<sup>864</sup>

Nessa época, o diretório nacional do partido era comandado por antigas lideranças, tais como os senadores Visconde de Muritiba, Visconde do Rio Branco e o então deputado geral Paulino José Soares de Sousa (1834-1901), filho do Visconde do Uruguai.<sup>865</sup> A presença de Muritiba nesse diretório evidencia a baixa renovação do órgão, visto que esse senador comandava o diretório desde 1867. O Visconde do Rio Branco faleceu em 1880. O Barão de Muritiba e Paulo Soares permaneceram na direção do partido durante os anos 1880.

Havia, contudo, uma diferença entre do funcionamento do diretório nacional do Partido Conservador nos anos 1860 e o funcionamento nos anos 1880. Essa diferença consiste no fato de que havia ocasiões nas quais os dirigentes nacionais do partido não impunham suas

<sup>864</sup> *Sete de Março*, 2 de março de 1889, n. 46, p. 4.

<sup>865</sup> *O Paranaense*, 10 de fevereiro de 1878, n. 9, p. 3.

determinações. Antes, eram realizadas deliberações que contavam com a participação de indivíduos que não pertenciam ao núcleo dirigente da agremiação. Em 1885, houve uma eleição nesse diretório para a escolha de um candidato a deputado geral pelo 3º distrito da Província do Rio de Janeiro. O senador Paulino Soares, presidente dessa reunião, absteve-se de manifestar preferência por algum dos pretendentes à vaga. Nessa ocasião, 37 correligionários participaram da escolha de um candidato à Câmara dos Deputados. Apenas um correligionário, Enéas Pontes, absteve-se de votar.<sup>866</sup>

No início dos anos 1880, o senador pernambucano João Alfredo Correia de Oliveira passara a integrar direção nacional da agremiação. Por meio da leitura de um excerto de carta redigida por João Alfredo, torna-se possível evidenciar que o diretório nacional do Partido Conservador possuía a prerrogativa de intervir nas divergências internas dos diretórios. Essa intervenção, contudo, era limitada. Portanto, o envolvimento do diretório nacional nesses confrontos não minava os poderes dos potentados regionais para gerir localmente os diretórios provinciais do Partido Conservador.

Em 20 de agosto de 1884, João Alfredo enviou uma missiva a Joaquim Cunha Freire (Barão de Ibiapaba), um dos líderes do Partido Conservador no Ceará. João Alfredo conclamou os líderes do diretório cearense do Partido Conservador a superarem as suas divergências. Leia-se o seguinte excerto da carta:

Pelo vapor passado anunciei a V. Ex. a intenção em q' se pensava aqui para o fito de unir-se o partido conservador d'essa província. Hoje assignei com os Srs. Barão de Cotegipe e Conselheiro Paulino uma carta em dous exemplares, das quaes V. Ex. receberá uma, o Barão de Aquiraz outra. A união dos conservadores é de tamanha conveniência e tão natural q' sejam quaes forem as queixas e ressentimentos antigos, e apesar dos recentes motivos q' conheço, devo esperar que V. Ex. e Aquiraz não terão dificuldade em entender-se para o bem do partido, restabelecendo-se a paz, harmonia e cordialidade.<sup>867</sup>

O problema da ausência e renovação do núcleo dirigentes do Partido Conservador na capital do Império foi salientado por um anônimo correligionário em texto publicado no *Jornal do Commercio*, em dezembro de 1885. Nos anos finais do Império, portanto, o modelo administrativo dos diretórios não favorecia a renovação das lideranças da agremiação. O mencionado correligionário escrevera àquele jornal para analisar o processo de reorganização

<sup>866</sup> *Jornal do Commercio*, 11 de novembro de 1884, n. 314, p. 4.

<sup>867</sup> Esta carta encontra-se disponível para consulta no seguinte sítio eletrônico: <[http://www.repositorio.ufpe.br/bitstream/handle/123456789/13425/JA\\_CE\\_000.001.pdf?sequence=1&isAllowed=y](http://www.repositorio.ufpe.br/bitstream/handle/123456789/13425/JA_CE_000.001.pdf?sequence=1&isAllowed=y)>

do diretório nacional do partido. Ele salientou que os dirigentes já estavam escolhidos. Ou seja, não haveria uma consulta efetiva aos membros da agremiação para a definição dos gestores. Nesse texto, o anônimo correligionário criticou um dos gestores, a saber, Paulino de Souza, filho. As considerações elaboradas por aquele correligionário, em última análise, consistem em um indício do desgaste do prestígio de próceres do partido junto aos seus apoiadores:

O directorio conservador na Corte  
César, Crasso e Pompeu

Anuncia-se a próxima organização de um directorio conservador da Corte e já são públicos os nomes dos três promotores desta criação, chefes já investidos dos supremos poderes, não se sabe bem por quem. [...] Nenhum conservador da Corte e da província do Rio de Janeiro ignora que a direção dada pelo Sr. conselheiro Paulino ao partido conservador deixa tudo a desejar no que toca à disciplina, respeito aos princípios da escola e reconhecimento dos esforços com que cada um tem concorrido para a causa comum.<sup>868</sup>

De outra parte, o diretório nacional do Partido Conservador apenas formulava recomendações acerca das formas de evitar a eclosão ou agravamento de crises nos diretórios regionais. Dessa forma, as elites regionais tiveram grande autonomia para gerir os diretórios e executar localmente a tarefa de reorganizar o partido a partir de 1867. A missiva que João Alfredo enviou a Joaquim Freire permite demonstrar este argumento. O senador por Pernambuco não apresentou sugestões acerca do funcionamento do diretório conservador do Ceará.

Antes, destacou apenas que era necessário que as lideranças conservadoras naquela província se reaproximassem. Conforme evidenciado nesta tese, essa grande autonomia criou obstáculos para a plena realização do projeto dos chefes nacionais do partido acerca da reorganização do Partido Conservador nas províncias.

\*\*\*

A renovação da Mesa Diretora diretórios provinciais era um evento que contava com ampla participação dos correligionários do Partido Conservador. Para ter direito a voto nas reuniões destinadas à escolha dos dirigentes do órgão, era necessário apenas que o correligionário fosse eleitor no município em que ocorria a reunião. Tal situação não era peculiar somente ao Paraná. Em 10 de março de 1889, houve em Curitiba uma reunião para a eleição dos dirigentes do Partido Conservador do Paraná. Mais precisamente, tal reunião fora

---

<sup>868</sup> *Jornal do Commercio*, 18 de dezembro de 1885, n. 351, p. 3.



organizada pelos conservadores governistas. Na ocasião, o partido estava cindido, conforme demonstrado nesta seção. As regras para a participação nessa escolha de dirigentes eram as seguintes:

1° Que seja eleito um diretório, que dirija o partido conservador deste município, composto por treze diretores e um conselho de doze membros.

2° Não terá direito a voto, nem poderá ser votado, quem não for eleitor do município.

3° Cada eleitor votará simultaneamente em duas cédulas, uma para diretores, com três nomes; e outra para o conselho, com doze. 4° As pessoas que aceitarem os cargos para que forem eleitos ficam obrigados a empregar todos os esforços para promover, com os meios ao seu alcance, a fortaleza do partido conservador, a solidariedade de vistas de todos os correligionários, e bem assim concorrer para o bem recíproco de cada um.<sup>869</sup>

Publicado na *Gazeta Paranaense*, o convite para os correligionários do partido a participar de tal reunião evidencia que a escolha dos dirigentes seria realizada não apenas pelas lideranças da agremiação: “Aos nossos correligionários, eleitores do município desta capital, pedimos o comparecimento amanhã, às 7 horas da tarde, no teatro S. Theodoro, afim de eleger-se o diretório local do partido”.<sup>870</sup>

Essa ampla participação de correligionários não era característica apenas ao Partido Conservador do Paraná. Em 1887, por exemplo, os chefes do diretório liberal de Goiás convocaram, por meio da imprensa, uma reunião para a escolha de membros da Mesa Executiva. Conforme o comunicado, todos os liberais que se encontraram na capital goiana poderiam participar dessa reunião: “Reunião liberal. Os abaixo assignados convidam todos os seus correligionários que se acharem n’esta capital a reunirem-se hoje, às 7 horas da noite, em casa do Sr. Felipe Baptista de Alencastro, para o fim de reconstituir-se o directorio liberal d’esta capital, preenchendo-se as vagas abertas pelo falecimento de dois seus membros, os Srs. desembargador Félix de Bulhões e coronel João Fleury de Campos Curador. Goyaz, 04 de junho de 1887. Antônio José Caiado. Joaquim F. de Carvalho. Leopoldo de Bulhões”.<sup>871</sup>

Em algumas ocasiões, a escolha dos membros da Mesa ocorria por aclamação. Nesse quadro, não havia o confronto entre correligionários para a obtenção de cargos na direção do órgão. Portanto, uma eleição de dirigentes dos diretórios apresentava-se como um processo formal, que apenas homologava os nomes dos dirigentes previamente escolhidos pelas lideranças partidárias.

<sup>869</sup> *Gazeta Paranaense*, 9 de março de 1889, n. 55, p. 2.

<sup>870</sup> *Id.*

<sup>871</sup> *Goyaz*, 04 de junho de 1887, p. 3.

A escolha dos dirigentes partidários era um processo mais aberto do que o processo de escolha de candidatos. Tal processo era restrito às lideranças e aos correligionários que detinham mandatos eletivos. Tal situação perdurou até o fim do Império. Em 1887, por exemplo, o diretório conservador da Bahia reuniu-se para decidir sobre a indicação de candidatos a deputado geral pelo 13º e 14º distritos eleitorais. Nesse contexto, a escolha dos candidatos foi decorrente das tratativas entre os líderes do diretório regional e os deputados gerais baianos pertencentes à agremiação.<sup>872</sup> Conforme demonstrado nesta seção, não eram apenas as lideranças desempenhavam cargos na administração do partido. Antes, houve casos de correligionários que jamais exerceram mandatos e cargos públicos de relevo que atuaram no *grêmio* conservador do Paraná.

Desse modo, as deliberações para a renovação da Mesa Diretora das unidades administrativas do Partido Conservador permaneciam como um elemento estável da rotina da vida interna dessa agremiação. Nesse âmbito, cumpre dedicar atenção a uma notícia publicada no jornal *Dezenove de Dezembro*, em setembro de 1877. Nessa notícia, é salientada a participação de Manuel Eufrásio Correia no episódio da escolha dos diretores do Grêmio conservador. Ou seja, essa informação permite corroborar o argumento de que em tal contexto as lideranças conservadoras da província não haviam principiado a divergir entre si:

Reunião Política. Hontem [7 de março de 1876] às 7 horas da noite, efetuou-se na casa do Sr. tenente coronel José Correia de Bittencourt a reunião dos membros do partido conservador para a eleição do novo directorio. Cerca de 500 pessoas entre chefes e correligionários reuniram-se e elegeram o directorio assim constituído:

Presidente: Dr. Tertuliano Teixeira de Freitas

Vice-presidente: José Correia de Bittencourt

Secretários: capitães José Manuel Marques da Silva e Aurélio Ribeiro de Campos

Thezoureiro: tenente-coronel Manuel Ferreira Ribas

Procurador: Major Manuel Negrão

Foram aclamados para membros do conselho director os Srs:

Dr. Joaquim de Almeida Faria Sobrinho

Capitão Norberto Nunes Barbosa

Capitão Joaquim Bittencourt

Capitão Francisco da Silva Pereira

Capitão Previsto Gonçalves da Fonseca Columbia

Tenente José Lourenço de Vasconcellos Chaves

Alferes Júlio Franco

Capitão Lourenço Taborda Ribas de Andrade

Antes das aclamações, organizado o directorio interino, o Exm. Sr. Manuel Euphrasio Correia, usando da palavra, dirigiu-se aos seus ouvintes pronunciando um lindo discurso no qual historiou os feitos do partido conservador no tempo em que tem gerido os destinos do Brazil.<sup>873</sup>

<sup>872</sup> *Gazeta Paranaense*, 12 de novembro de 1887, n. 253, p. 3.

<sup>873</sup> *Dezenove de Dezembro*, 08 de março de 1876, n. 1689, p. 2.

Cabe destacar duas informações que evidenciam a influência do adventício Tertuliano Teixeira de Freitas na gestão do Partido Conservador do Paraná. De um lado, esse bacharel alcançara, nos anos 1870, a prerrogativa de indicar os candidatos do partido a deputado geral. Tal prerrogativa suscitou o surgimento de um confronto entre ele e os bacharéis da família Correia, conforme demonstrado neste capítulo. Acerca da aludida prerrogativa, o correspondente de *A Reforma* salientou, em 1876: “O Dr. Tertuliano é quem há de designar o substituto do conselheiro Corrêa [como deputado geral], pois está fora de dúvida que aquele cabalista mor é a alma e legítima influência do microscópico partido conservador do Paraná”.<sup>874</sup>

Outra informação evidencia que esse indivíduo possuía relações políticas a partir das quais se tornava possível intermediar seus interesses particulares junto a autoridades imperiais. Contudo, em alguns casos tal intermediação malograva. Em 1876, Freitas almejava ser nomeado para o cargo de Juiz de Direito.<sup>875</sup> Porém, essa intermediação não foi suficiente para o ministro da Justiça, Diogo de Albuquerque, efetuar a nomeação. Por seu turno, o correspondente de *A Reforma* observou: “Esperamos que o honrado ministro da justiça dará aos padrinhos do actual chefe de polícia do Paraná a mesma resposta a quem uma vez instantemente pediu-lhe a nomeação do bacharel Tertuliano de Freitas para um lugar de juiz de direito”.<sup>876</sup> O controle sobre as decisões do partido na província e a oportunidade de se envolver em esquemas de nomeações eram os principais elementos da força política de locais e adventícios no jogo partidário regional.

\*\*\*

Nessa época, os principais cargos do diretório foram ocupados por indivíduos que já haviam exercido mandatos de deputado provincial. Tal era o caso de Tertuliano Teixeira de Freitas e José Correia de Bittencourt. Contudo, no grupo de conselheiros do diretório havia tanto indivíduos que jamais exerceram mandatos legislativos como três indivíduos que desempenharam mandato à Assembleia Provincial. Esses indivíduos eram José Lourenço de Vasconcellos Chaves, José Bittencourt e Joaquim de Almeida Faria Sobrinho. Em geral, os correligionários de menor projeção política atuavam como funcionários provinciais e eram

---

<sup>874</sup>

<sup>875</sup> *A Reforma*, 30 de março de 1876, n. 70, p. 3.

<sup>876</sup> *A Reforma*, 21 de dezembro de 1876, n. 286, p. 3.

beneficiados pelo envolvimento em esquemas de nomeações comandadas ao tempo em que o Partido Conservador geria o Gabinete Ministerial.<sup>877</sup>

Ao longo deste capítulo, será também evidenciado que nos diretórios municipais do Partido Conservador verificou-se, nos anos 1880, a convivência entre dirigentes que possuíam distintas origens sociais e condições de influência política. Havia, por outro lado, a concessão de espaço na administração desses diretórios para indivíduos que não pertenciam a parentelas da elite regional. Todavia, a obtenção de funções no núcleo dirigente dos diretórios partidários por parte desses indivíduos foi apenas circunstancial. Ou seja, nesse contexto o pertencimento a diretórios municipais não implicava a obtenção de expressivas oportunidades políticas aos novos membros do quadro partidário paranaense.

\*\*\*

Cabe destacar que a presença de Previsto Gonçalves da Fonseca Columbia na gestão do diretório conservador do Paraná, em 1876, evidencia que as lideranças conservadoras do litoral possuíam aliados entre os gestores regionais do partido. Nesse quadro, trata-se de ressaltar que Previsto Columbia era um aliado de Manuel Eufrásio Correia. Esse bacharel intermediara, por exemplo, uma nomeação de Columbia para um cargo público: em 1873, Previsto Columbia estava incumbido do posto de diretor do depósito de material bélico de Curitiba. Nessa ocasião, ele também recebia vencimentos como funcionário público aposentado.

Ao discorrer sobre tal situação, o correspondente de *A Reforma* em Curitiba destacou a ligação entre Columbia e o então deputado geral Manuel Eufrásio Correia: “O capitão Previsto já estava percebendo dos cofres públicos 95\$, como um empregado público aposentado e *inválido da pátria*, quando a alacridade, que desenvolveu como subdelegado de polícia de *fac-totum* do ilustre desconhecido Dr. Euphrasio Corrêa, valeram-lhe a nomeação

---

<sup>877</sup> Cumpre salientar que, em meados dos anos 1870, Norberto Barbosa, conselheiro do diretório, estava investido em um cargo comissionado: Juiz do Comércio de Curitiba. *Dezenove de Dezembro*, 20 de dezembro de 1875, n. 1658, p. 4. José Manuel Marques da Silva, por sua vez, era chefe da 1ª Seção da Secretaria de Governo do Paraná. *Dezenove de Dezembro*, 11 de janeiro de 1873, n. 1398, p. 2. Aurélio Ribeiro de Campos também era um antigo funcionário da Secretaria de Governo. *Dezenove de Dezembro*, 8 de maio de 1867, n. 785, p. 3. Um dos benefícios de sua vinculação ao Partido Conservador consistiu na nomeação, em 1875, para o posto de 1º suplente de delegado de Polícia de Curitiba. *Dezenove de Dezembro*, 21 de abril de 1875, n. 1599, p. 1. De sua parte, Júlio Franco era escrivão do Juízo de Órfãos de Curitiba. *Dezenove de Dezembro*, 6 de novembro de 1872, n. 1350, p. 4.

para um emprego militar, que é remunerando com cento e tantos mil réis mensais!”<sup>878</sup>  
 Segundo, Columbia era um “agente eleitoral do Dr. Manuel Euphrasio”.<sup>879</sup>

Columbia, portanto, enquadrava-se na categoria de correligionários do Partido Conservador cuja função era angariar votos às principais lideranças da agremiação. Desse modo, esses agentes eleitorais, ainda que eventualmente, conquistaram o pertencimento ao grupo dirigente do partido na província. Esses agentes eleitorais permaneciam próximos não somente das lideranças do partido, mas dos presidentes de província.

Em 1877, em decorrência de sua proximidade com Adolfo Lamenha Lins, então presidente do Paraná, Columbia foi nomeado professor de História e Geografia do Instituto Paranaense. Tal nomeação foi criticada pelo correspondente de um órgão da imprensa liberal: “O nomeado é um tal de Previsto Columbia, que, por ter vivido na intimidade com o *democrata* Lamenha, se transforma assim *imprevistamente*, com surpresa geral e até dele próprio, em *sábio* historiador e geographo! [...] Permitirá o ministro da guerra que um diretor de artigos bélicos, que deve só cuidar de sua repartição, meta-se a ensinar (o que não sabe) como professor público. Não são manifestadamente incompatíveis esses dois cargos?”<sup>880</sup>

O exercício simultâneo de funções públicas era, pois, uma das vantagens resultantes do pertencimento de correligionários de menor projeção ao grupo dos gestores do Partido Conservador na província.

\*\*\*

A eleição para o diretório provincial do Partido Conservador evidencia uma aproximação entre conservadores do litoral e do planalto. Entretanto, é necessário demonstrar o caráter instável das alianças entre os correligionários dessa grei no Paraná. Em um sentido amplo, tal análise permite evidenciar que a composição dos diretórios regionais era efêmera. Tal efemeridade era, pois, um indício da pouca consistência das alianças entre os correligionários do partido e da coexistência de facções que não se conciliavam senão de maneira episódica.

Inicialmente, é necessário salientar que em 1875, um ano antes da eleição do referido diretório, funcionava em Curitiba o *Clube Político Divergente*, o qual era composto por conservadores. Alguns membros desse clube tornaram-se membros da aludida Mesa Diretora do diretório provincial do Partido Conservador. Cabe realizar, assim, a transcrição da notícia

<sup>878</sup> *A Reforma*, 27 de janeiro de 1874, n. 20, p. 3. Grifos no original.

<sup>879</sup> *A Reforma*, 10 de janeiro de 1874, n. 7, p. 2.

<sup>880</sup> *A Reforma*, 26 de julho de 1877, n. 167, p. 2. Grifos no original.

concernente a uma eleição, ocorrida em janeiro do mencionado ano, para a formação da Mesa Diretora do clube:

Clube Político Divergente  
O resultado da eleição a que se procedeu para o directorio foi o seguinte:  
Presidente  
Joaquim José Bellarmino de Bittencourt  
Vice-presidente  
Manuel José da Cunha Bittencourt  
1º secretário  
Aurélio Ribeiro de Campos  
2º secretário  
José Manuel Marques da Silva  
Conselheiros: Norberto Nunes Barbosa, Fernando Gonçalves Cordeiro, Damaso Corrêa de Bittencourt.

Curityba, 12 de janeiro de 1875  
O secretário, *Aurélio de Campos*.<sup>881</sup>

Três dias após tal notícia ser veiculada, o *Dezenove de Dezembro* publicou a seguinte nota: “Declaro que faço parte do club político divergente. Curityba, 16 de janeiro de 1875. *Antônio Ricardo de Souza Dias Negrão*”.<sup>882</sup> O Clube, portanto, recebeu a adesão de um indivíduo que exercia o posto de 2º escriturário da Tesouraria Provincial.<sup>883</sup> Antônio Negrão estava envolvido nos esquemas de nomeações comandados pelos conservadores. Porém, ele jamais obteve postos que garantiam decisiva influência na gestão da administração provincial. Antônio Negrão exerceu, por exemplo, o posto de 1º suplente de delegado em Curitiba.<sup>884</sup>

Ao mesmo tempo, ele não conseguira se eleger vereador da capital paranaense em 1871, pois obteve somente três sufrágios.<sup>885</sup> Desse modo, o *Clube Político Divergente* conseguiu, no momento de sua fundação, o apoio de um indivíduo que não pertencera à cúpula do partido. Assim, esse Clube conseguiu apenas o apoio de indivíduos que não detinham significativo poder no jogo partidário regional.

Por meio da leitura do *Dezenove de Dezembro*, verifica-se que no princípio de 1875 os integrantes desse órgão buscaram estabelecer uma rotina de atividades. Em fevereiro daquele ano, foi publicada a seguinte nota: “*Club Político Divergente*. Convido a todos os Srs. eleitores e mais membros deste club para reunirem-se sábado 27 do corrente, às 7 horas da

<sup>881</sup> *Dezenove de Dezembro*, 13 de janeiro de 1875, n. 1572, p. 4.

<sup>882</sup> *Dezenove de Dezembro*, 16 de janeiro de 1875, n. 1573, p. 4.

<sup>883</sup> *Dezenove de Dezembro*, 29 de novembro de 1873, n. 1458, p. 1.

<sup>884</sup> *Dezenove de Dezembro*, 24 de maio de 1876, n. 1710, p. 2.

<sup>885</sup> *Dezenove de Dezembro*, 13 de julho de 1872, n. 1217, p. 4.

tarde no lugar designado, afim de tratar-se de negócios importantes. Sala das sessões do club aos 24 de Fevereiro de 1875. O 1º secretário, *A. de Campos*”.<sup>886</sup>

Contudo, os grupos do Partido Conservador do Paraná que se opunham às lideranças do diretório regional não perduravam. Conforme demonstrado neste capítulo, em 1889 houve a formação de um grupo de oposição às lideranças conservadoras. Todavia, tal grupo não contrabalançou a influência exercida pela família Correia na gestão do partido no Paraná. Nesse sentido, cabe destacar que, em 1876, alguns membros do *Clube Político Divergente* acomodaram-se junto à facção que controlava o partido na província. Dentre os seis membros da diretoria do clube, três foram investidos em funções no diretório conservador formado em 1876 (Aurélio Ribeiro de Campos, Joaquim José Bellarmino de Bittencourt e Norberto Nunes Barbosa).

Dessa forma, constata-se que a disposição para o confronto com as lideranças partidárias, nos anos 1870, não se desdobrou em uma profunda e duradoura cisão entre lideranças políticas. Naquele contexto, o processo de cooptação de correligionários à facção partidária dominante minou as chances de existir uma polarização entre os correligionários. Tal situação modificou-se ao longo os anos 1880.

\*\*\*

Em setembro de 1877, foi realizada nova eleição para a escolha dos dirigentes do diretório do Partido Conservador do Paraná. Em tal eleição houve a manutenção da maior parte dos dirigentes escolhidos em março de 1876. Entretanto, trata-se de destacar a presença de dois indivíduos no grupo dirigente de 1877. Um desses indivíduos era o bacharel sergipano Justiniano de Mello e Silva. Em 1876, aos 24 anos, ele foi investido na função secretário de Governo do Paraná.<sup>887</sup> Em 1877, ele conquistou a posição de 2º vice-presidente do diretório conservador do Paraná. O exercício de tal cargo, portanto, viabilizava o acesso de um adventício ao quadro partidário provincial. Mais amplamente, o exercício dessa função era uma etapa inicial para o ingresso do adventício na elite dirigente dos partidos.<sup>888</sup>

<sup>886</sup> *Dezenove de Dezembro*, 24 de fevereiro de 1875, n. 1584, p. 4.

<sup>887</sup> *Dezenove de Dezembro*, 22 de março de 1876, n. 1709, p. 2.

<sup>888</sup> Nos anos 1870, por exemplo, os secretários de Governo do Paraná também se empenhavam para permanecerem investidos nesse cargo. Em julho de 1877, após o fim da gestão de Lamenha Lins como presidente do Paraná, Justiniano de Mello buscou continuar no cargo de secretário de Governo. Ele buscava, pois, conservar a sua influência sobre a vida administrativa provincial. Acerca dessa tentativa, o articulista de *A Reforma* observou: “E este auxiliar *importante* da administração já está aguardando o novo presidente, Dr. Joaquim Bento, certo também que ele precisará de *Mentor*, tanto mais quando o Sr. Lamenha comprometeu-se a recomendá-lo como *traste* indispensável em palácio. Como a quadra não é de eleições e descomposturas, pode bem ser que o Dr. Joaquim Bento dispense tal auxiliar, que só nasceu talhado para o Dr. Lamenha” *A Reforma*,

O outro indivíduo em questão era o negociante ervateiro Antônio Ricardo dos Santos, pertencente à geração de 1810. Na ocasião, ele foi investido na função de membro do conselho consultivo do diretório. Portanto, Antônio Ricardo estava incumbido de um posto politicamente menos decisivo do que o posto exercido por Justiniano de Mello na administração daquele órgão. Tal fato evidencia, pois, uma redução da influência de negociantes do litoral pertencentes àquela geração no comando do Partido Conservador do Paraná.

Acerca da reunião realizada em setembro de 1877, cabe dedicar atenção às seguintes informações apresentadas pelo *Dezenove de Dezembro*. Tais informações evidenciam que, durante a reunião, os adventícios Tertuliano de Freitas e Justiniano de Mello estavam em uma posição de protagonismo nesse *grêmio*, visto que foram os proponentes de medidas atinentes ao funcionamento do partido e à difusão do ideário conservador. Ainda, cabe atentar ao fato de que o diretório conservador do Paraná formado em 1877 possuía uma estrutura administrativa mais complexa do diretório constituído em 1876. Portanto, verifica-se que as elites regionais possuíam a autonomia para realizar mudanças no número de funções e de componentes dos diretórios provinciais do Partido Conservador:

Reunião conservadora – Como havíamos anunciado, verificou-se no dia 26 do cadente [setembro], em casa do Sr. brigadeiro José Corrêa de Bittencourt a reunião convocada do partido conservador para discutir diferentes assuntos atinentes à política da província. Foi grande, imponente aquela reunião, onde se viam as mais notáveis influências do partido. O Dr. Tertuliano Teixeira de Freitas, assumindo a presidência, em breves e eloquentes frases historiou a marcha do partido desde a última eleição do directorio, felicitando aos fiéis e dedicados correligionários que com tanta hombridade sustentaram e fizeram triunfar a causa conservadora nas urnas eleitorais. Em seguida foram eleitos, por unanimidade de votos:

Presidente do directorio: Dr. Tertuliano Teixeira de Freitas

1º Vice-presidente: Brigadeiro José Corrêa de Bittencourt

2º Vice-presidente: Dr. Justiniano de Mello e Silva

3º Vice-presidente. Dr. J. de Almeida Faria Sobrinho

O conselho diretor ficou assim composto: Norberto Barbosa, Francisco d Silva Pereira, Manuel Ribas, Antônio Ricardo dos Santos, Antônio Negrão, Nivaldo Braga.

Foram eleitos 1º e 2º secretários o major M. de Souza Dias Negrão e o tenente José Lourenço de Vasconcellos Chaves. Para tesoureiro e procurador foram eleitos os Srs. capitão Joaquim Bittencourt e Benedicto Carrão. Feita a eleição, pôs-se em discussão o projeto do Dr. Tertuliano T. de Freitas para a criação de um jornal, que advogue as ideias e os interesses do partido conservador. Obtendo a palavra o Dr. Justiniano de Mello e Silva fez longas e justas considerações sobre a necessidade palpante que sentia o partido de possuir na imprensa um órgão que advogasse os interesses da comunhão conservadora. [...] Votou-se por unanimidade que ficasse a cargo do directorio a fundação da folha conservadora, que deve aparecer brevemente. O Dr. Tertuliano submeteu aos correligionários presentes a seguinte indicação que foi aprovada unanimemente: “Proponho que se consigne na acta desta reunião um voto de confiança e agradecimento ao Sr. Dr. Justiniano de Mello e Silva pela maneira nobre e

---

26 de julho de 1877, n. 167, p. 3. De fato, Justiniano de Mello foi exonerado do cargo de secretário de Governo em dezembro de 1877. *Dezenove de Dezembro*, 2 de janeiro de 1878, n. 1871, p. 2. Grifos no original.



elevada com que defendeu as ideias conservadoras no jornal que sustentamos nesta capital com o título de *25 de Março* – Tertuliano Teixeira de Freitas”.

O Sr. Dr. Justiniano de Mello propôs um voto de louvor e de gratidão ao directorio conservador, cujos poderes se haviam esgotado, assim como uma declaração na acta no sentido de protestar aos dois chefes políticos brigadeiro José Corrêa de Bittencourt e Tertuliano T. de Freitas o mais profundo reconhecimento por parte de todos os correligionários presentes. Depois de serem aprovadas do mesmo modo que todas as outras aquelas propostas, declarou o Sr. presidente encerrada a sessão da assembleia geral do partido conservador. O Sr. brigadeiro Bittencourt ofereceu aos seus amigos um magnífico copo d’água, onde se fizeram muitos brindes aos dois chefes conservadores, incomparáveis pelos serviços e firmeza de princípios.<sup>889</sup>

De sua parte, o articulista do jornal *Província do Paraná* condenou o fato de que Justiniano de Mello acumularia o posto de secretário de Governo com a função de 2º vice-presidente do diretório regional do Partido Conservador. Ao mesmo tempo, tal articulista destacou a posição de subalternidade de Antônio Ricardo dos Santos na estrutura administrativa do diretório. As considerações apresentadas por esse articulista evidenciam o distanciamento entre esse negociante e as principais lideranças da agremiação. Nesse contexto, a escolha dos dirigentes do Grêmio Conservador do Paraná ocorreu três semanas após a realização de um pleito eleitoral na província. Nesse pleito, foram escolhidos os deputados à Assembleia Legislativa. Dessa forma, nessa ocasião a reorganização da Mesa Diretora do Grêmio Conservador não fora motivada por projetos eleitorais imediatos.

Em novembro de 1877, o diretório conservador, por meio do *Dezenove de Dezembro*, convocou uma reunião: “O Sr. Dr. Presidente do directorio do partido conservador convida aos respectivos membros para uma reunião 2ª feira do 19 do corrente, pelas 7 horas da tarde, em casa do capitão Joaquim José Bellarmino Bittencourt na qual se tratará de negócios importantes”.<sup>890</sup> Tal informação apresenta-se, pois, como evidência de realização de atividades constantes do diretório. Essa informação também salienta que as reuniões desse diretório eram públicas. Ao mesmo tempo, nota-se que essas reuniões não eram realizadas apenas em véspera de eleições. Todavia, a publicidade e regularidade das reuniões não implicava a existência de uma vida interna democrática no Partido Conservador paranaense. Ao contrário, no Segundo Reinado houve restrita renovação de seu quadro de lideranças.

Após a reorganização da Mesa Diretora, diretório provincial do Partido Conservador agendou uma reunião para o dia 19 de novembro de 1877. Convocada por meio de anúncio no *Dezenove de Dezembro*, tal reunião aconteceria na residência de José Joaquim Bellarmino de

<sup>889</sup> *Dezenove de Dezembro*, 29 de setembro de 1877, n. 1845, p. 4.

<sup>890</sup> *Dezenove de Dezembro*, 17 de novembro de 1877, n. 1859, p. 4.

Bittencout.<sup>891</sup> Em 17 de janeiro de 1878 houve outra reunião dos conservadores, conforme veiculado na imprensa. Definiu-se que o encontro seria realizado na residência do bacharel Adolfo Lamenha Lins.<sup>892</sup> Portanto, verifica-se que as reuniões do partido que auferiam publicidade não eram realizadas de maneira assídua. Apesar da convocação episódica de reuniões, o diretório permanecia organizado e matinha a prerrogativa de orientar os conservadores sobre a participação em eleições tais como a de deputado geral ocorrida no Paraná em janeiro de 1878.

\*\*\*

Ao longo dos anos 1870 existiam diretórios conservadores que eram formados apenas às vésperas das eleições provinciais e gerais. Eles se tornaram, portanto, apenas órgãos nos quais ocorria o processo formal de lançamento de candidaturas definidas anteriormente pelos chefes partidários. A esse respeito, leia-se o comunicado sobre reunião do diretório conservador de Santa Catarina, datado de agosto de 1876: “Em reunião de crescido número de conservadores na noite de 21 do corrente, foi eleito um diretório para o fim de promover a eleição de dois deputados gerais, que na respectiva Câmara representem esta província”.<sup>893</sup>

Nesse contexto, os partidos não dispunham de sedes. Antes, as reuniões políticas ocorriam nas residências dos correligionários. A esse respeito, cabe destacar uma informação acerca do adiamento de uma reunião entre os conservadores de Curitiba, em janeiro de 1878: “Reunião conservadora. Em consequência de ligeiros incômodos por que passou o Sr. presidente do grêmio conservador desta cidade, não se realizou a reunião anunciada, a qual deverá ter lugar amanhã às 7 horas da tarde, na casa do Exm. Dr. Lamenha Lins, e para cujo fim convida-se todos os membros do partido conservador”.<sup>894</sup> Tal notícia evidencia que as reuniões partidárias não eram frequentadas apenas pelos membros da cúpula da agremiação. Ao contrário, essas reuniões também eram assistidas pelos correligionários que não detinham postos na direção do partido.

Nesse cenário, os diretórios municipais eram apenas comunicados da decisão dos gestores do diretório provincial. Desse modo, compete atentar ao modo como o diretório conservador de Santa Catarina comunicou aos seus correligionários a escolhidos candidatos:

---

<sup>891</sup> *Dezenove de Dezembro*, 17 de novembro de 1877, n. 1859, p. 4.

<sup>892</sup> *Dezenove de Dezembro*, 16 de janeiro de 1878, n. 1875, p. 4.

<sup>893</sup> *O Despertador*, 29 de agosto de 1876, p. 4.

<sup>894</sup> *Dezenove de Dezembro*, 16 de janeiro de 1878, n. 1875, p. 4.

O diretório do partido conservador abaixo assinado, competentemente autorizado pelo mesmo partido, escolheu em reunião solene celebrada na noite de 26 do corrente, para candidatos à deputação geral por esta província os Ilms. Srs. Capitão de fragata José Marques Guimarães [1838-1903, natural de Santa Catarina] e Dr. Sebastião Antônio Rodrigues Braga [carioca, citado no primeiro capítulo], cavalheiros que por seus talentos e dedicado amor a esta província, garantem-lhe de antemão um futuro de prosperidade a que tem incontestável direito. O diretório conta, pois, com o valioso auxílio de todos os bons correligionários para a consecução de um fim tão nobre quão louvável – arrancar a província do letargo em que jaz.”<sup>895</sup>

Em 21 de julho de 1876, cinco dias antes do lançamento dessas candidaturas, o diretório do Partido Conservador em Santa Catarina foi reorganizado. Assim, o objetivo da formação de uma Mesa Diretora e do restabelecimento das atividades do órgão era para “promover a eleição de dois deputados gerais”.<sup>896</sup> Assim, o funcionamento do diretório, nessa oportunidade, era condicionado apenas pelo contexto eleitoral.

Tais informações consistem em indícios de que os diretórios provinciais dos partidos monárquicos diferenciavam-se em virtude da maior ou menor duração das Mesas Diretoras, bem como se diferenciavam em decorrência da natureza de suas atividades. Assim, diretórios tais como o de Santa Catarina, nos anos 1870, funcionavam como comitês eleitorais. Ou seja, eram criados no contexto de uma eleição. Na referida década, diretórios municipais também eram organizados conforme o calendário eleitoral. No dia 14 de julho de 1878, os conservadores de Piracicaba criaram um diretório para mobilizar o partido para as eleições daquele ano.<sup>897</sup> Em 15 de julho, por sua vez, os conservadores do município paulista de Dois Córregos formaram um diretório como estratégia para “pleitear com todo o esforço a próxima eleição”.<sup>898</sup> Em resumo, existiam sensíveis diferenças acerca das circunstâncias nas quais os diretórios eram criados. Ao mesmo tempo, havia diferenças acerca da função atribuída pelas elites regionais a esses órgãos.

\*\*\*

Nesse contexto, já se consolidava, no Paraná, o antagonismo entre os chefes conservadores do litoral e do planalto paranaense. Trata-se, pois, de outro indício da mutação das alianças entre tais chefes. Em suma, as informações transcritas a seguir demonstram que, em fins dos anos 1870, o diretório provincial do Partido Conservador era mais aberto à participação de adventícios, os quais rapidamente conquistavam posições de destaque. Tal

---

<sup>895</sup> *O Despertador*, 29 de agosto de 1876, p. 4.

<sup>896</sup> *Id.*

<sup>897</sup> *Correio Paulistano*, 20 de julho de 1878, p. 3.

<sup>898</sup> *Correio Paulistano*, 21 de julho de 1878, p. 2.

situação alterou-se apenas nos anos finais do Império, conforme evidenciado na seção seguinte deste capítulo:

A folha oficial de 29 do mês findo, dando-nos notícia da eleição do novo *grêmio conservador*, relaciona o sr. Fuão de Mello, Secretário do Governo, como o 2º vice-presidente eleito. Eis aqui um escândalo, que realmente parece novidade. O secretário do governo, funcionário da íntima confiança da administração, a qual deve viver sobranceira a *interesses* meramente *partidários*, envolvido *ativamente* na *direção* de um partido! Bem sabemos que a administração deve inspirar-se nos princípios políticos do partido que a apoia, porque, nos países representativos, os governos são intérpretes e executores das ideias políticas das parcialidades dominantes. Mas, o partidos, além de ideias política, têm, quando no poder, sempre uma porção de interesses próprios, pessoais e inconfessáveis, por vezes; que procuram impor-se ao governo, a despeito dos princípios de justiça, e das conveniências sociais, que o governo nunca pode licitamente obliterar sem tornar-se faccioso. E o governo faccioso é a mais revoltante imoralidade, porque exprime a opressão, o predomínio da força sobre o direito. [...] O secretário revelará ao presidente da província os *segredos* do seu partido, ou preferirá, para ser *bom chefe*, aproveitar-se dos segredos da administração em proveito do seu partido? [...] No mesmo número, a folha do governo nos noticia a eleição do Snr. comendador Antônio Ricardo dos Santos para o lugar de simples *conselheiro* de tal grêmio. Dizem que houve quem lembrasse, e com razão, o nome do comendador para a presidência do *grêmio*, mas os chefes todos repeliram indignados tal lembrança, não tanto pela exautoração, como porque desconheciam no indigitado presidente as condições precisas para tão elevado lugar. E lá se foi pela *água abaixo* a extemporânea lembrança do amigo do Snr. Antônio Ricardo dos Santos! Alegam os chefes da seita que o comendador, apesar de rico, não usa da bolsa para granjear as necessárias simpatias do seu partido. [...] Na opinião dos conservadores, o Sr. Ricardo dos Santos, em última análise, só será *chefe* quando quiser *arranjar* o lugar a peso de dinheiro. E vida o partido da *ordem*, e das *comanditas*, porque, realmente, o dinheiro é o soberano do universo.<sup>899</sup>

Nesse quadro, cabe destacar que um dos fatores que possibilitou a inserção do secretário de Governo na vida política de uma província foi o auxílio que prestava às campanhas eleitorais dos candidatos da grei situacionista. Esse auxílio permitia ao secretário tanto o ingresso na vida partidária quanto a conquista de novos cargos públicos. Em dezembro de 1876, no contexto de uma eleição para a Câmara dos Deputados no Paraná, Justiniano de Mello atuou para garantir que os conservadores teriam a prerrogativa de controlar a apuração dos votos. Essa atuação não foi isenta do confronto com os liberais. A esse respeito, atente-se para a seguinte descrição da apuração, publicada em *A Reforma*. Tal descrição evidencia a participação de agentes da administração provincial para permitir o domínio dos conservadores sobre o processo de contagem de votos:

Depois de concluída a apuração em consequência do tumulto ocasionado pela entrada da força pública que a chamado do juiz de direito da comarca, Dr. Agostinho Ermelino de Leão, do delegado e subdelegado de polícia invadiu de espadas desembainhadas e sob o comando do tenente José Lourenço de Vasconcelos Chaves, ajudante de ordens da presidência, o paço da mesma câmara para auxiliar o grupo de turbulentos que tendo a sua frente o secretário de governo Justiniano de Mello e Silva e o tesoureiro da tesouraria brigadeiro José Corrêa de Bittencourt, ambos de revolver em punho, tentaram obstar aos ditos vereadores o exercício ode suas funções, arbatando da mesa o livro das actas, e assim coagindo-os a abandonarem seus assentos e a casa da câmara, que destarte ficou ocupada pela força pública e pelos referidos desordeiros juntamente com os outros vereadores que formavam a sessão,

<sup>899</sup> *Província do Paraná*, 9 de outubro de 1877, n. 85, p. 2.

como consta da acta da reunião dos vereadores lavrada no livro arrebatado; resolveram convocar os suplentes imediatos dos vereadores juramentados, afim de completar o número legal; e feita a convocação compareceu somente o Dr. José Loureço de Sá Ribas, a quem o presidente deferiu o juramente na forma da lei.<sup>900</sup>

Por fim é necessário ressaltar que havia uma aproximação entre correligionários mais influentes e menos influentes no diretório conservador do Paraná. Tal aproximação era decorrente do fato de que a nomeação para a função de professor do Instituto Paranaense era ambicionada por membros de ambas as categorias de correligionários. Nesta seção, foi mencionada a nomeação de Previsto Columbia para reger as disciplinas de História e Geografia. De outra parte, Justiniano de Mello e Tertuliano de Freitas também foram professores daquela instituição. Mello lecionava a disciplina de Pedagogia. Freitas, por seu turno, era o regente da disciplina de Matemática. Em 1877, esses bacharéis também exerciam cargos comissionados na administração provincial. Mello era secretário de Governo, e Freitas era procurador da Tesouraria Provincial.

De modo análogo ao caso de Previsto Columbia, eles foram criticados pelo fato de acumularem tais cargos, visto que essa acumulação seria irregular. Acerca dessa questão, o correspondente de *A Reforma* observou: “Teria o *econômico e patriótico* ministro de 25 de junho declarado ao desbragado presidente do Paraná que as leis e avisos imperiais sobre incompatibilidades estavam revogadas para aquela desditosa província? Opinamos pela afirmativa, à vista dos fatos. No liceu de Curitiba funcionam como professores o secretário de governo e o procurador fiscal da tesouraria geral, os célebres Justiniano de Mello e Tertuliano de Freitas”.<sup>901</sup>

A contrapartida para acumular tais cargos era a irrestrita fidelidade ao presidente da província e às lideranças partidárias. Mais precisamente, o exercício desses cargos implicava o envolvimento nas lutas partidárias. Nesse quadro, cumpre atentar a um comentário do correspondente de *A Reforma* acerca das nomeações de Justiniano de Mello e Tertuliano de

<sup>900</sup> *A Reforma*, 11 de dezembro de 1876, n. 278, p. 2.

<sup>901</sup> *A Reforma*, 17 de maio de 1877, n. 109, p. 3. Grifos no original. A prática da acumulação de cargos por secretários de Governo despertava críticas da imprensa desde os anos 1860. O citado médico baiano fora alvo dessas críticas. Em 1862, na época em que era secretário de Governo, exercia simultaneamente outras funções comissionadas. Assim, o acúmulo de cargos públicos foi inerente à atividade administrativa de adventícios que se estabeleceram no Paraná provincial. O correspondente de *A Reforma* no Paraná era um dos críticos do acúmulo de cargos de Dias da Rocha: “O secretário de governo, que também é médico do hospital, que ensina não sei o que no liceu, e que tem outros empregos etc., etc., ofereceu-se gratuitamente para diretor [da tipografia provincial]. Diz-nos o chistoso correspondente de Curitiba para o *Comércio do Paraná* que ele ainda pagaria para ocupar tal lugar, se lhe denegassem o favor que pedira”. *A Actualidade*, 25 de outubro de 1862, n. 266, p. 3.

Freitas para cargos no magistério paranaense em decorrência da adesão ao partido situacionista:

Ninguém dá importância às descomposturas do secretário do governo [Justiniano de Mello], que se inculca conservador *enragé* para disfarçar a sua triste posição de, para poder acumular dois lugares incompatíveis (o de secretário de governo e professor de liceu), injuriar e caluniar pessoas importantes que nem ao menos de vista o conhecem e um grande partido que ignora a existência de um professor de pedagogia de Curitiba, a quem a província paga 1:800\$ para difamar a reputação alheia em uma aula frequentada por um aluno, esquecendo as vergonhas e mazelas da sua vida assaz conhecida. E ainda foi assim que, também sem perda de tempo, para a aula de matemática nomeou-se o professor Dr. Tertuliano Teixeira de Freitas, lente jubilado na sciencia da trapaça eleitoral, elemento de força imprescindível para levar o Dr. Manuel Euphrasio à câmara temporária e o conselheiro Corrêa ao senado.<sup>902</sup>

Os bacharéis adventícios que pertenceram ao Partido Conservador do Paraná encontraram limites para a obtenção de cargos públicos. A não concretização da indicação de Freitas para um cargo na magistratura permite corroborar esta assertiva. Contudo, as nomeações que esses bacharéis obtiveram consistiram no primeiro estágio para a conquista da condição de influir na vida partidária e administrativa.

Conforme evidenciado neste capítulo, a atuação em órgãos da administração pública e o envolvimento em iniciativas empresariais eram os refúgios de políticos que perdiam suas posições de relevo no jogo partidário. Tal situação foi peculiar ao percurso de Tertuliano de Freitas. No fim dos anos 1870, portanto, os adventícios controlavam as principais funções do diretório conservador do Paraná. Por conseguinte, compete demonstrar que na década seguinte essas lideranças emergentes perderam espaço no diretório conservador do Paraná.

No epílogo do Império, houve a retomada da influência de abastados negociantes do litoral sobre a gestão do partido. O surgimento de facções no interior da grei conservadora do Paraná foi um acontecimento peculiar ao contexto do ocaso do regime imperial. Em um sentido amplo, a análise empreendida a seguir evidencia que, no fim do período imperial, antigos correligionários do Partido Conservador estavam em confronto. O período em que um partido permanecia no comando do Gabinete Ministerial era mais propício à eclosão de confrontos internos.

Nesse contexto, a perda de espaço na gestão de diretórios e o não atendimento de demandas setoriais eram elementos que determinavam, na esfera regional, a abertura de uma dissidência partidária. Em um sentido específico, o desenvolvimento das seções seguintes

---

<sup>902</sup> *A Reforma*, 13 de maio de 1877, n. 106, p. 2.

capítulo permite evidenciar que o domínio exercido pela família Correia sobre o Partido Conservador encontrou resistências.

Por fim, compete salientar que, nos anos finais do Império, o preenchimento de cargos dos diretórios provinciais do Partido Conservador permanecia pouco obedecia a um modelo pouco democrático. Assim, tal preenchimento era realizado por um seletto conjunto de integrantes. Essa situação foi peculiar à Província de São Paulo. Em dezembro de 1885, Francisco Penaforte Mendes de Almeida enviou missiva a um dirigente nacional do partido, a saber, João Alfredo Correia de Oliveira. Nessa missiva, Penaforte afirmou que: “Neste momento chego de uma reunião em casa do Souza Queiroz. Ficou combinado com todos os elementos apreciáveis do partido o directorio da acta inclusa, mas por várias ponderações, só será publicado depois de 7 de janeiro”.<sup>903</sup>

#### **4.3.1. – Bacharéis, negociantes e a dissidência no Partido Conservador do Paraná nos anos 1880**

A análise desenvolvida nesta seção permite evidenciar que os negociantes oriundos da região litorânea lograram, no fim dos anos 1880, recuperar o controle sobre a gestão da grei conservadora na província. Contudo, o domínio exercido por esses negociantes encontrou resistências tanto de um negociante proveniente daquela região como de bacharéis da geração de 1830. Trata-se, pois, de desenvolver tal abordagem em três etapas.

Primeiro, compete salientar que, em diferentes províncias, os anos finais do Império não foram marcados pela ascensão de novas lideranças partidárias. Antes, antigos potentados permaneciam no controle de decisões a respeito da indicação de candidatos. A criação da União Conservadora e das unidades do partido conservador nas províncias, assim, não gerou a renovação de lideranças.

Segundo, é demonstrado que o retorno dos conservadores à presidência do Conselho de Ministros ocasionou, no Paraná, a fundação de diretórios municipais da agremiação. Nessa ocasião, ainda vigorava a hierarquia partidária e as formas de relacionamento entre instâncias partidárias implantadas no fim dos anos 1860, época da criação da União Conservadora. Por meio do estudo da composição desses diretórios, será demonstrado que houve a absorção de

---

<sup>903</sup> A íntegra dessa carta está disponível no seguinte endereço eletrônico: <[http://www.repositorio.ufpe.br/bitstream/handle/123456789/14706/JA\\_CR\\_000.555.pdf?sequence=1&isAllowed=y](http://www.repositorio.ufpe.br/bitstream/handle/123456789/14706/JA_CR_000.555.pdf?sequence=1&isAllowed=y)>

membros da sociedade litorânea ao grupo dirigente de diretórios localizados em municípios planálticos. Tais membros não pertenciam a setores da elite regional.

No planalto, portanto, houve maior possibilidade de ascensão política de indivíduos que não detinham poder econômico e que exerceram posições mais subalternas nas instituições públicas. Por outro lado, será demonstrado que no litoral ainda havia a absorção de adventícios aos quadros do Partido Conservador. Porém, esses adventícios desenvolveram uma atividade política restrita ao universo municipal. Nesse âmbito, é destacada a dificuldade dos correligionários do Partido Conservador do Paraná para revolverem impasses internos. Diante de um impasse, a preferência desses correligionários era pela dissolução do diretório. Nesse quadro, argumenta-se que tal dificuldade foi responsável por inviabilizar a plena execução do projeto, formulado pela elite política imperial, de reestruturação dos partidos nas províncias.

Terceiro, será destacado que um dos principais fatores das divergências entre os conservadores, naquela década, era decorrente do não atendimento, por parte das lideranças partidárias, de interesses econômicos dos seus correligionários. Mais precisamente, um dos fatores dos embates partidários era a indisposição dessas lideranças para viabilizar tais interesses junto a autoridades imperiais.

\*\*\*

A inexistência de renovação no grupo de dirigentes do Partido Conservador não se restringiu ao Paraná. Em 1885, houve a reorganização do diretório conservador de Santa Catarina. Nessa ocasião, foi eleito presidente do órgão o citado advogado provisionado Manuel José de Oliveira, o qual estava politicamente ativo desde 1849, quando se elegeu deputado provincial.<sup>904</sup> Tal informação evidencia, pois, ausência de expressiva renovação no âmbito do núcleo dirigente do Partido Conservador catarinense. Entretanto, é necessário ressaltar que os dirigentes regionais do partido encontravam resistências às suas decisões. Uma dessas decisões era referente à definição de candidaturas. No fim do Império, acentuou-se a divergência entre os presidentes dos diretórios regionais e as lideranças locais da agremiação.

Em 1885, por exemplo, Oliveira foi criticado por ter lançado, sem ampla consulta aos correligionários, o Barão de Tefé como candidato a deputado geral pelo 2º distrito da

---

<sup>904</sup> *Conciliador Catarinense*, 8 de outubro de 1849, n. 44, p. 3.



província. Tefé era um almirante natural do município fluminense de Itaguaí. Segundo um texto anônimo publicado no *Conservador*:

Eis aqui o que deu a precipitação do Sr. Manuel José de Oliveira influindo para que alguns membros do seu diretório apresentassem o sr. Barão de Teffé para deputado do 2º distrito: a desarmonia entre o partido conservador. Sem formalidades, sem competência e contra a opinião geral do partido, que nem foi consultado, dois secretários e alguns membros do improvisado diretório, que nem recrutando nos suplentes pode completar o número, arrogaram-se o direito de impor ao 2º distrito e este, que não foi ouvido, repele aquela apresentação, opondo-se à invasão dos seus direitos.<sup>905</sup>

Tefé, porém, desistiu de sua candidatura.<sup>906</sup> Desse modo, foi escolhido para disputar o pleito o citado bacharel baiano Francisco Xavier Pinto Lima. A escolha desse bacharel evidencia que, em determinadas ocasiões, não era somente o presidente do diretório regional que decidia sobre a indicação de uma candidatura. Ao contrário, o Gabinete Ministerial também influía. Assim, a inserção de adventícios nos quadros de um partido era uma decisão emanada de líderes partidários nacionais. Francisco Lima foi eleito deputado. Porém, sua candidatura foi criticada justamente pelo fato de que representaria uma imposição do Gabinete.

Tal crítica foi refutada pelo jornal *Conciliador*: “A candidatura do Sr. conselheiro Francisco Xavier Pinto Lima não é uma imposição oficial. O governo não interveio na questão da escolha. Não houve, pois, a menor imposição, nem do governo nem da parte do Sr. Barão de Laguna. Este, como digno representante do partido conservador de Santa Catharina na Corte, recomendou, depois de consultar a seus amigos, o nome do Sr. Pinto Lima”.<sup>907</sup>

Essas considerações do articulista também evidenciam que os senadores exerciam papel relevante na vida partidária das províncias. Nesse sentido, cabe destacar que, por um lado, os presidentes de diretórios provinciais encontravam resistências à sua gestão por parte de lideranças de menor projeção. Essas lideranças consideravam-se preteridas da participação em deliberações cruciais para o partido. Por outro lado, esses presidentes tinham de compartilhar a gestão do partido com indivíduos que possuíam condições de estabelecer contato com líderes partidários nacionais, e também com os membros do Gabinete Ministerial.

\*\*\*

<sup>905</sup> *Conservador*, 12 de novembro de 1885, n. 253, p. 3.

<sup>906</sup> *Conservador*, 17 de dezembro de 1885, n. 282, p. 3.

<sup>907</sup> *Conciliador*, 30 de dezembro de 1885, n. 292, p. 2.

No dia 20 de agosto de 1885, houve a formação do Gabinete Ministerial presidido pelo conservador Barão de Cotegipe. A 07 de setembro desse ano, os conservadores do município de Guarapuava se reuniram com a finalidade de criar um diretório. A leitura da ata de implantação desse diretório permite demonstrar que a instauração de um órgão partidário era encarada como operacional para aprimorar a relação entre os correligionários de um município e os componentes do diretório provincial do Partido Conservador.

Mais especificamente, o diretório municipal seria o órgão que intermediaria as demandas dos correligionários junto ao *grêmio* ou diretório provincial do Partido Conservador. A ata transcrita a seguir foi enviada, inclusive, para o chefe do partido na época, a saber, o bacharel Manuel Eufrásio Correia.

A carta endereçada, nessa ocasião, pelo diretório de Guarapuava ao diretório provincial do Partido Conservador consiste em indício de mudança, no fim do Império, na relação entre os diretórios municipais e o diretório paranaense do Partido Conservador. Tal mudança consistiu na propensão, por chefes de um diretório municipal, de comunicar os dirigentes regionais do partido sobre a vida interna do diretório. Anteriormente, as divergências entre lideranças municipais e provinciais do Partido Conservador paranaense impediram a realização dessa interação. Leia-se, pois, o comunicado elaborado pelo diretório de Guarapuava: “Illmos. Srs. De ordem do directorio do partido conservador desta parochia, tenho a honra de remeter a V. S<sup>as</sup> as inclusas cópias das atas das reuniões que tiveram lugar para organização do partido conservador e eleição do Directorio, nos dia 7, 18 e 19 do corrente mês. O Directorio roga a V. S<sup>as</sup> que se dignem a mandar publicar pela imprensa extrato das mesmas o atas. Guarapuava, 20 de setembro de 1885. *João Pedro Schleder* – secretário.”<sup>908</sup>

Por outro lado, atente-se ao conteúdo ata da reunião de fundação do diretório conservador de Guarapuava. Tal conteúdo permite salientar que, nos anos finais do regime monárquico, as elites locais ligadas ao Partido Conservador ainda dispunham de autonomia para definir o formado da Mesa Diretora. A definição dos cargos e os critérios de seu preenchimento não obedeciam a regras estabelecidas por membros das instâncias superiores da agremiação:

Aos sete dias do mês de setembro de 1885, nesta cidade de Guarapuava, em casa da residência do Tenente-coronel Domingos Ferreira Maciel, às 7 horas da noite, reunidos os cidadãos abaixo-assinados,

---

<sup>908</sup> *Gazeta Paranaense*, 9 de outubro de 1885, n. 370, p. 1.

afim de organizarem o partido conservador nesta cidade, elegendo um diretório, composto de presidente, vice-presidente, secretário e dois membros, ao qual incumbia a direção de todos os negócios tendentes ao bem do partido, fazendo chegar ao conhecimento da direção central as reclamações necessárias e só convocando o partido quando julgar conveniente, ou a requerimento de três ou mais membros dele, foi a ideia aceita, e unanimemente aprovada. Em seguida resolveram adiar a eleição do diretório para o dia 18 do corrente. Nada mais havendo a tratar lavrou-se a presente ata, em que assinam [...].<sup>909</sup>

A Mesa Diretora do diretório conservador de Guarapuava possuía os seguintes cargos: presidente, vice-presidente, secretário e membros efetivos (em número de dois).<sup>910</sup> Cumpre destacar que no ano seguinte esse diretório foi dissolvido, em razão de divergências entre os seus membros. Por meio do caso do diretório municipal de Guarapuava, verifica-se que a existência de desacordos entre os membros de um diretório poderia implicar a dissolução do órgão. Ao se dissolver um diretório, o partido voltava a ser gerido, na esfera municipal, por apenas um chefe. A extinção de um diretório instaurava uma situação na qual a gestão do partido não obedecia mais a regras estabelecidas coletivamente. Rompia-se, pois, com uma situação onde existia a possibilidade de tornar previsível a vida interna da agremiação.

Desse modo, a extinção do diretório significava que partido seria administrado apenas por um potentado. Em suma, cabe destacar que no dia 21 de julho de 1886 houve uma reunião no diretório conservador de Guarapuava. Nessa ocasião, decidiu-se dissolver o órgão e investir o citado Domingos Ferreira Maciel, na posição de chefe do partido. Dessa maneira, leia-se o seguinte excerto da ata da reunião:

O Sr. Fernando Marques Lisboa expôs em breves termos a necessidade inadiável da extinção do atual diretório, que, pela divergência de vistas que existe entre os seus membros, tornara-se incompatível com os interesses do partido; e ponto em relevo os assinalados serviços prestados pelo Sr. coronel Domingos Ferreira Maciel à causa conservadora, mostrou a conveniência de ser este reconhecido chefe do partido. Em seguida, foi por todos os membros presentes proclamado chefe o Sr. tenente-coronel Domingos Ferreira Maciel, resolvendo-se a extinção do atual diretório. O mesmo chefe usando da palavra, agradeceu a distinção honrosa que seus amigos e correligionários acabavam de significar-lhe,

<sup>909</sup> *Id.* O presidente do diretório era o fazendeiro Domingos Ferreira Maciel (1830-1888), ex-deputado provincial. O vice-presidente era o professor Antônio José da Piedade, que exercera cargos comissionados tais como o de 1º suplente de delegado de Polícia de Guarapuava, nos anos 1870. *Dezenove de Dezembro*, 20 de maio de 1871, n. 1202, p. 3. O secretário do órgão era João Pedro Scheleder, que também se beneficiara das nomeações geridas pelo Partido Conservador. À época da fundação do diretório, ele foi nomeado Promotor Público de Guarapuava. *Gazeta Paranaense*, 22 e outubro de 1885, n. 381, p. 2. Outro membro do diretório era Bento de Siqueira Cortes, que não exerceu mandatos eletivos ou cargos comissionados. Em 1888, na época de domínio político liberal, obteve 418 votos no 2º distrito da província, na eleição para deputado provincial. Tal votação, a décima terceira do distrito, não foi suficiente para elegê-lo. *Dezenove de Dezembro*, 20 de julho de 1888, n. 51, p. 2. O outro membro do diretório era Francisco Machado da Silva Rocha, que também jamais ocupou cargos públicos. Nesse contexto, verifica-se que um diretório municipal era composto por somente um indivíduo que detinha maiores condições de atuação na política provincial. Ao redor desse chefe partidário, estavam correligionários que apenas ocasionalmente logravam obter cargos públicos. Ao mesmo tempo, esses indivíduos também não possuíam condições de obter vitórias eleitorais.

<sup>910</sup> *Gazeta Paranaense*, 2 de outubro de 1885, n.364, p. 3.

prometendo esforçar-se para corresponder a confiança nele depositada. Deliberou-se mandar fazer publicar pela imprensa a presente ata.<sup>911</sup>

Em última instância, a extinção do diretório municipal de Guarapuava demonstra as dificuldades enfrentadas pelos partidos monárquicos para se libertarem do controle dos potentados. Ou seja, tal extinção é um indício dos obstáculos para a implantação, no âmbito local, de uma vida partidária regrada e dotada da ampla participação dos correligionários.

O poder pessoal dos potentados impedia que houvesse a consolidação de regras precisas para a nomeação e destituição dos líderes do partido. Esses processos de investidura e demissão de lideranças motivavam o confronto entre facções dos partidos monárquicos no universo municipal. Em suma, a inexistência de uma previsibilidade na vida partidária aumentava o confronto entre os correligionários dos potentados. As lutas internas dos partidos não indicavam, portanto, a existência de uma vida partidária aberta ao confronto. Ao contrário, elas evidenciavam a dificuldade de os correligionários unirem-se para a construção de ritos e de uma hierarquia partidária. A ausência desses ritos tornava irregular e imprevisível a vida partidária. A ausência de hierarquia de funções propiciava a continuidade da acentuada interferência dos potentados sobre a gestão do partido. Assim, o lançamento de candidaturas e a comunicação com os diretórios nacional e provincial dos partidos eram atribuições dos potentados.

Para corroborar tais informações, é necessário dedicar atenção ao caso da vida interna do Partido Conservador no município de São José da Bosta Vista, localizado no Norte do Paraná. Nos anos 1880, os conservadores residentes nesse município estavam submetidos ao comando de um chefe político. Portanto, nessa época não existia precisa uma divisão de tarefas no partido. Em janeiro de 1886, trinta aliados de Domiciano Corrêa Machado investiram-no no posto de líder do partido naquele município. Para tanto, eles formalizaram por escrito um convite a Machado. A íntegra desse convite é transcrita a seguir:

S. José da Boa Vista  
*Homenagem merecida*

É necessário que a luz se faça para que a verdade com seus esplendores apareça; e por isso desejamos que solidários ocupemos, como eleitores conservadores deste quadro, as colunas deste jornal, rendendo ao Capitão Domiciano Corrêa Machado as premissas de que como político é merecedor esse cidadão íncrito, campeão denodado, único que tem com sacrifícios próprios procurado elevar nesta parochia o nosso partido à merecida altura. Assim receba o Capitão Domiciano Corrêa Machado os nossos protestos de adesão, reconhecendo-o como chefe político a quem só e unicamente respeitamos, cuja

---

<sup>911</sup> *Gazeta Paranaense*, 8 de agosto de 1886, n. 175, p. 2.

prova acabamos de manifestar na pugna de 15 e 16 de Janeiro deste anno, pois que a não ser esse venerando ancião Capitão Domeciano, nossa abstenção das urnas seria indubitável. Esperamos que o nosso apello seja atendido, e respeitosos esperamos do Sr. Capitão Domeciano desculpar-nos se com este nosso sincero e leal proceder offendemos sua modéstia, e solícitos esperamos que d'ora em diante nos receba e acolha-nos como amigos políticos, com o que muito nos honrará, porquanto com essa acquieciencia temos certo a nossa emancipação e garantia política, o engrandecimento de nossa política e a aprosperidade da nossa localidade que aneia essa medida, para que com os elementos materiaes e moraes de que dispõe possa attingir a posição que lhe está destinada e deixe de estacionar. Aguardamos submissos o *verdictum* do respeitável amigo Capitão Domeciano, sobre o mandato de que os investimos expontaneamente. Respeitosos assignamo-nos, servindo o presente de documento ao que temos dito. [Esse abaixo-assinado possui trinta subscriptores].<sup>912</sup>

De sua parte, Domiciano Machado aceitou o convite para comandar o Partido Conservador. Naquela localidade, não eram realizadas regulares deliberações para a investidura de um chefe. Essa investidura decorrente da decisão de uma parcela dos correligionários. Ou seja, não havia no partido discussões e votações para a formação da Mesa Diretora. Os ritos partidários, portanto, não estavam formalizados no Partido Conservador de São José da Boa Vista. A resposta por escrito de Domiciano Machado era a etapa final do ritual de nomeação de um chefe do diretório. Leia-se, portanto, a resposta que Machado apresentou aos seus correligionários:

Disponho de um atributo, como poucos homens dispõem, e n'elle constituo a felicidade neste mundo – *é conhecer-me* –; todavia tenho brios e sei aquilatar a vontade leal dos homens, e por isso venho por este meio declarar que apesar de velho e sem prestígio, mesmo assim para attender a vontade manifesta de meos amigos e co-religionarios eleitores desta parochia, aceito o honroso mandato q' me conferem immerecidamente, elegendo-se seo representante, e jamais esquecerei a cabal prova que me dispensão sem merecer, o que exuberantemente faz ressaltar o character livre com que se distinguem os representantes. Tudo quanto estiver a par de minas forças farei para elevar a política e com o auxilio de distinctos amigos, com quem conto nesta melindroza tarefa, só procurarei o melhoramento e engrandecimento desta localidade e sua sona. Creiam em minha lealdade.<sup>913</sup>

Porém, outra facção do Partido Conservador não aceitou essa investidura. A primeira manifestação de oposição ao nome de Machado foi realizada pelo padre Nicolau Menta de Carvalho, que assinara o abaixo-assinado por meio do qual Machado foi convidado a liderar a agremiação. Em um abaixo publicado na *Gazeta Paranaense*, o padre Carvalho salientou que reconhecia Francisco José de Almeida Lopes como líder do partido no município. Esse texto evidencia que a inexistência de regras precisas para a nomeação de lideranças criava uma situação de instabilidade na gestão do órgão partidário. Assim, a ausência dessas regras favorecia a cisão entre os correligionários dos partidos monárquicos:

---

<sup>912</sup> *Gazeta Paranaense*, 16 de junho de 1886, n. 132, p. 3. Grifos no original.

<sup>913</sup> *Id.*

## S. José da Boa Vista

Eu, abaixo assignado eleitor na sobredita parochia, declaro que, tomando em consideração o alto merecimento do Sr. Francisco José de Almeida Lopes, o qual, como illustre chefe da política conservadora neste termo, tem sempre procurado o adiantamento desta localidade, assim como manifestava que o referido Sr. Lopes perseverasse no mesmo honroso encargo. Depois de alguns dias, apresentou-se o Sr. Domiciano Corrêa Machado, querendo, também, ser chefe da mesma política, nesta mesma localidade, no intuito de estar de acordo com o Sr. Lopes em promover o progresso deste termo. Eu, morador neste lugar, que, pelo longo prazo de 18 annos, affrontando muitas difficuldades, e soffrendo muitas privações, tenho-o sempre protegido, e protegel-o-hei até o último respiro da minha vida, com esta boa vontade, e quase sem reflectir, firmei também a favor do Sr. Domiciano. Eu não desconfio da honrada palavra do Sr. Machado, sendo elle demasiadamente probo e honesto, porém é muito natural, confirmado da experiência de todos os tempos, quão difficil é combinarem-se duas opiniões sobre o mesmo assumpto, por isso, prevendo-se que, entre ambos, poderia apparecer alguma discórdia, talvez em prejuízo deste termo, assim pedi ao Sr. Domiciano que riscasse o meu nome da referida declaração, o que prometeu de incontinentemente fazer, e confirmo-o a favor do Sr. Lopes, por ter sido o primeiro a favor de quem me foi pedida a referida assignatura.

S. José da Boa Vista, 22 de Janeiro de 1886.

Padre Nicolao Menta de Carvalho<sup>914</sup>

Em julho de 1886, quarenta correligionários de Francisco Lopes redigiram um abaixo-assinado no qual manifestavam o seu apoio à investidura desse indivíduo na posição de líder do Partido Conservador na região de São José da Boa Vista. Portanto, o diretório conservador do referido município realizara, em um período de cinco meses, dois processos de escolha para a nomeação de um dirigente:

## S. José da Boa Vista

Os abaixo assignados, eleitores conservadores desta parochia e da freguezia de Thomazina, districto de paz, reconhecendo no cidadão Francisco José de Almeida Lopes, os attributos e as qualidades para reger os destinos do partido conservador, visto a merecida influencia e symphatia que goza geralmente; por isso e por este meio os abaixo assignados fazem público que consideram e respeitam ao mesmo Sr. capitão Almeida Lopes como chefe do partido conservador desta localidade e as circunvizinhas, e protestam sincera adhesão política, aceitando os abaixo assignados toda a qualquer deliberação tomada por seu chefe capitão Almeida Lopes, as quaes submissos curvar-se-hão. Isto fazendo os abaixo assignados exercitam um dever de gratidão, rendendo a homenagem devida a esse distincto cidadão, o qual, cõncios estão, aceitará o mandato que lhe conferimos, espinhoso, sim, mas de utilidade aos abaixo assignados, ao partido a que pertencem e à localidade. S. José da Bosta Vista, 4 de Julho de 1886. [Este abaixo-assinado possui quarenta subscriptores].<sup>915</sup>

Dessa forma, o término do período imperial foi marcado pelo malogro da tentativa de instaurar, no âmbito dos pequenos municípios, a previsibilidade da rotina partidária. Tratava-se, pois, de um contexto caracterizado por lutas entre os correligionários dos potentados e também pela carência de regras que tornassem regulares e transparentes os processos decisórios realizados pelos partidos.

Os membros dos partidos monárquicos permaneciam dependentes da orientação política oferecida pelos potentados. Essa dependência impedia que os partidos se tornassem

<sup>914</sup> *Gazeta Paranaense*, 12 de setembro de 1886, n. 203, p. 3.

<sup>915</sup> *Id.*

espaço de decisões colegiadas. A democratização das decisões partidárias, portanto, não foi consolidada no Segundo Reinado. Nessa época, as decisões mais cruciais eram tomadas apenas pela cúpula dos diretórios ou somente pelos potentados.

\*\*\*

No dia 28 de setembro de 1885, ocorreu a fundação do diretório conservador do município de Antonina. A análise da ata referente à criação desse órgão partidário evidencia que os conservadores de Antonina estavam orientados pelo propósito de criar regras acerca da atuação do partido no município. Portanto, a ata produzida naquela reunião destaca o esforço dos correligionários para a produção de um estatuto que pudesse disciplinar tal atuação. Nessa ocasião, um adventício foi elevado à categoria de presidente do diretório: o citado médico José Justino de Mello. Enfim, a leitura dessa ata demonstra que criar uma regularidade da vida partidária era, no fim do Império, um propósito capital para as lideranças locais do Partido Conservador.

De outra parte, a criação desse diretório evidencia que os correligionários desse partido no Paraná não conseguiram criar e manter diretórios municipais ao tempo em que a agremiação estava na oposição. A ascensão do partido ao comando do Gabinete, portanto, foi crucial para que o partido se reorganizasse. Conforme evidenciado no capítulo segundo, os conservadores do Paraná não criaram diretórios conservadores na época da fundação da União Conservadora, em 1867. Ao contrário, eles iniciaram a implantação de diretórios somente depois que o partido retornou ao comando do Gabinete, em 1868. Portanto, nessa província a união entre os conservadores tornava-se mais factível nos momentos em que o partido dominava a administração e a política imperial. Note-se que, no diretório conservador de Antonina, existia um cargo que não constava nas Mesas Diretoras dos demais diretórios conservadores criados no Paraná em 1885, a saber, o cargo de tesoureiro:

Aos vinte e oito dias do mês de setembro de mil oitocentos e oitenta e cinco, nesta cidade de Antonina, em casa da residência do Alferes Joaquim Barnabé de Linhares, pelas oito horas da tarde, reunidos os eleitores conservadores abaixo-assinados sobre a Presidência do Dr. José Justino de Mello, resolveram eleger um Diretório composto de sete membros que tomasse a si a direção do partido para todos os efeitos políticos sob as cláusulas constantes do regimento que foi lido, discutido, aprovado e assinado pelos eleitores presentes, cujo regimento contém dez cláusulas e será assinado pelos demais eleitores que de futuro acrescer a aderir ao mesmo regimento, e passando a elegerem os membros componentes do Diretório, foram votados os seguintes eleitores: Major Francisco Antônio de Souza, Antônio Alves dos Reis, Dr. José Justino de Mello, Joaquim Antônio de Loyola, Joaquim Barnabé de Linhares, Félix Manuel Cardoso e Praxedes Gonçalves Pereira, que aceitaram os cargos. E desta maneira deu-se por constituído o Diretório do partido conservador desta cidade; do que para constar se lavrou a presente ata. Em ato sucessivo, presentes os membros do diretório passaram a eleger o seu Presidente, Tesoureiro e Secretário de conformidade com a cláusula primeira do regimento, dos quais foram eleitos: Presidente, José Justino de Mello, Tesoureiro, Antônio Alves dos Reis e Secretário Praxedes Gonçalves

Pereira, servindo de consultores os demais membros. E por nada mais se tratar deu-se por finda a presente sessão (Seguem-se as assinaturas).<sup>916</sup>

De outubro de 1885 a janeiro de 1886, foram também criados diretórios conservadores nos municípios paranaenses de Campo Largo, Castro, Guaratuba, Palmas, Ponta Grossa e Rio Negro.<sup>917</sup> Nesse âmbito, é necessário ressaltar que nas Mesas Diretoras dos diretórios de Campo Largo e Castro verificou-se, respectivamente, a presença de Albino José da Silva (1850-1905) e do citado José Francisco da Rocha Pombo.

Em 1885, o diretório municipal de Campo Largo possuía uma estrutura administrativa pouco complexa: existiam apenas os cargos de presidente e de membros (em número de três). Nessa ocasião Silva era um dos membros. O presidente era o negociante Antônio Ribeiro de Macedo, que fora deputado provincial nos anos 1870.<sup>918</sup> Essa informação evidencia a existência de ocasiões nas quais as elites locais admitiam que a gestão de um diretório partidário contasse com a participação de indivíduos que possuíam modesta origem social.

Além de Antônio Ribeiro e Macedo e Albino José da Silva, o diretório conservador de Campo Largo era também composto por Francisco Pinto de Azevedo Portugal Filho, ex-deputado provincial, João Ribeiro de Macedo, negociante, e Nicolau Gonçalves Padilha, major da Guarda Nacional. Inicialmente, os membros do diretório propuseram aclamar o pai de Francisco Portugal Filho como presidente do diretório. Entretanto, ele recusou o cargo em virtude do seu estado de saúde. Por conseguinte, foi investido no posto de presidente honorário do diretório.<sup>919</sup> Cumpre salientar, pois, o controle exercido pelos Pereira de Macedo sobre a gestão do Partido Conservador em tal localidade.<sup>920</sup>

A reorganização dos diretórios municipais do partido não consistiu em uma oportunidade para a atenuação da influência de parentelas sobre a administração dessa grei. Excetuando-se os casos dos diretórios de Antonina e Guaratuba, que foram presididos por adventícios, os diretórios do Partido Conservador, nos anos 1880, foram comandados por

<sup>916</sup> *Gazeta Paranaense*, 6 de outubro de 1885, n. 367, p. 2.

<sup>917</sup> *Gazeta Paranaense*, edições de 17, 18 e 20 de novembro de 1885; edições de 3 e 10 de dezembro de 1885; edição de 7 de fevereiro de 1886.

<sup>918</sup> *Gazeta Paranaense*, 29 de novembro de 1885, n. 413, p. 2.

<sup>919</sup> *Id.*

<sup>920</sup> Os membros dessa parentela também possuíam conexões econômicas e políticas no município de Porto de Cima, o qual fora criado em 1872 e extinto em 1931. Em dezembro de 1877, por exemplo, Antônio Ribeiro de Macedo e Joaquim Leal Nunes criaram, em Porto de Cima, uma empresa dedicada ao comércio da erva-mate. *Dezenove de Dezembro*, 9 de janeiro de 1878, n. 1873, p. 4. Antônio Ribeiro de Macedo também exercera o posto de subdelegado de Porto de Cima, no princípio daquela década. *Dezenove de Dezembro*, 12 de outubro de 1872, n. 1344, p. 3.



antigos membros da elite local paranaense. Assim, a criação desses diretórios não gerou significativa renovação no grupo de chefes do partido nos municípios paranaenses.

\*\*\*

De outra parte, cumpre mencionar que Albino Silva era natural de Paranaguá e atuava, nesse período, como professor público de ensino primário em Campo Largo. Esse indivíduo enquadra-se no grupo de correligionários conservadores que, em virtude de sua filiação partidária, envolveram-se desde a juventude em esquemas de nomeações provinciais. Porém, as nomeações obtidas por indivíduos não pertencentes às elites locais eram para cargos mais subalternos na hierarquia da administração paranaense. Em síntese, foi na região planáltica que esse indivíduo conquistou oportunidades de atuação na vida política. Em junho de 1878, no contexto do retorno do Partido Liberal ao comando do Gabinete Ministerial, Albino Silva foi demitido do posto de amanuense da Secretaria de Governo. Ele fora nomeado para tal cargo em março de 1877, pelo presidente Adolfo Lamenha Lins.<sup>921</sup>

Nessa ocasião, Albino Silva publicou no jornal *O Paranaense* uma carta ao presidente do Paraná, Rodrigo Otávio de Meneses. Nessa missiva, Silva ressaltou a sua modesta condição social. Ao mesmo tempo, ele destacou a motivação partidária inerente à sua exoneração. A leitura dessa carta possibilita evidenciar que a nomeação e destituição de agentes estatais era um dos principais fatores de confrontos entre liberais e conservadores. Mais amplamente, os esquemas de nomeações eram um dos assuntos centrais da vida política das províncias. Atente-se, pois, ao seguinte trecho da missiva endereçada por Albino Silva ao então presidente do Paraná:

Sabia, Sr. Rodrigo Octavio, que agora ou logo antes da eleição ou depois dela, seria, como fui, alvo de mesquinha vingança, porque inabalável, como me orgulho de ser, em minha crença política, não seria agradável a v. Ex., democrata de nova espécie a minha conservação no cargo que exercia. [...] Agora, porém, graças ao ato de V. Ex. eis-me fora desse enfadonho calabouço que se chama – Repartição Pública – onde o governo julga ter uma facção de escravos pronta a executar com a mais vergonhosa submissão todos os caprichos de seu absoluto poder! [...] Sou pobre Snr. Presidente! Precisava desse emprego; mas creia V. Ex. que o seu ato não me acovarda nem me impossibilitará de angariar honestamente os meios para a subsistência minha e de minha família!<sup>922</sup>

Portanto, as demissões de caráter político também atingiam os funcionários situados em posições mais inferiores na hierarquia da administração provincial. De todo modo, Silva participou desde a sua juventude em políticas de nomeações comandadas pelo Partido

<sup>921</sup> *Dezenove de Dezembro*, 21 de março de 1877, n. 1792, p. 2.

<sup>922</sup> *O Paranaense*, 3 de julho de 1878, n. 30, p. 4.

Conservador. Contudo, desde essa época as nomeações que ele obtinha eram para cargos que não garantiam influência na vida política. Antes, ele conquistava modestas funções comissionadas. A permanência de Silva nesses cargos não era duradoura. Em 1874, aos 24 anos, ele foi incumbido da função de Oficial da Secretaria da Assembleia Provincial. Anteriormente, ele atuara como Amanuense nessa instituição.<sup>923</sup> O desempenho efêmero de modestos cargos públicos era, pois, um elemento do percurso social de jovens paranaenses não originários de parentelas da elite regional.

De outra parte, a atuação de Silva como 1º suplente de subdelegado em Curitiba foi circunscrita aos meses de agosto de 1876 a março de 1877.<sup>924</sup> Conforme demonstrado no quarto capítulo, o pertencimento de Silva ao partido situacionista, na Primeira República, garantiu-lhe a conquista de nomeações para cargos na administração estadual. Mais amplamente, trata-se de demonstrar que os indivíduos provenientes do litoral paranaense que não pertenciam à elite local mantiveram-se, na República, como beneficiários de esquemas de nomeações. Em geral, tais cargos eram os mais subalternos da hierarquia da administração estadual. Ao mesmo tempo, o exercício dessas funções não era uma etapa inicial para a obtenção de oportunidades na vida partidária. Tal benefício era, pois, o limite das vantagens inerentes à adesão ao grupo partidário governista.

\*\*\*

Em setembro de 1885, um mês após a formação do Gabinete presidido pelo Barão de Cotegipe, Silva foi nomeado subdelegado do Termo de Campo Largo.<sup>925</sup> Nessa ocasião, a desigualdade entre Albino Silva e Antônio de Macedo não se restringiu às posições nas quais estavam situados no diretório. Antes, tal desigualdade era também concernente ao posicionamento na hierarquia da administração provincial, visto que Macedo foi nomeado para o posto de delegado daquele Termo. Albino Silva, portanto, compunha o grupo de membros da sociedade litorânea que conseguiu pertencer, mesmo que em condição subalterna, aos esquemas de nomeações provinciais e na vida partidária da região planáltica.

De outra parte, cabe destacar que o pertencimento a esses diretórios não garantia, por exemplo, o acesso às chapas eleitorais ou aos cargos comissionados de relevo. No contexto dos anos 1880, não houve a emergência de novas lideranças nos partidos monárquicos no Paraná. Albino Silva, no fim do Império, desligou-se ao Partido Conservador: em 1889 ele já

---

<sup>923</sup> *Dezenove de Dezembro*, 6 de maio de 1874, n. 1502, p. 2.

<sup>924</sup> *Dezenove de Dezembro*, edições de 28 de outubro de 1876 e 7 de março de 1877.

<sup>925</sup> *Gazeta Paranaense*, 22 de setembro de 1885, n. 360, p. 1.

se encontrava vinculado ao Partido Republicano. Na condição de membro dessa agremiação ele obteve a oportunidade de disputar uma eleição. No referido ano, Silva candidatou-se, sem sucesso, a deputado provincial por tal agremiação.<sup>926</sup> Ao mesmo tempo, a adesão ao ideário republicano permitiu a Albino Silva desempenhar o posto de 2º secretário do Clube Republicano paranaense.<sup>927</sup>

O exercício de uma função na diretoria dos partidos monárquicos não garantiu, aos indivíduos que se enquadravam no perfil social de Albino Silva, relevantes oportunidades políticas. A inserção no Partido Republicano consistiu, pois, em uma forma de modificar os rumos de sua atividade política. Esse indivíduo obteve um mandato parlamentar apenas no período republicano. De todo modo, o pertencimento a um partido monárquico era operacional a indivíduos pouco influentes na vida política. Essa operacionalidade decorria do fato de que, em determinadas circunstâncias, os membros de sua grei mobilizavam-se para empreender a defesa de interesses de tais indivíduos.<sup>928</sup> Porém, efetivas oportunidades de ascensão partidária surgiam de maneira lenta e episódica.

\*\*\*

Em 1885, o diretório conservador de Castro era formado apenas por três indivíduos: Olegário Rodrigues de Macedo, Manuel Antônio Machado e Silva e José Francisco da Rocha Pombo. Nessa época, não havia uma hierarquia de funções no diretório.<sup>929</sup> Existiam, portanto, significativas diferenças acerca da estrutura administrativa dos diretórios conservadores dos municípios paranaenses. Nos anos 1880, os chefes locais do partido ainda mantinham a autonomia para definir o formato de uma Mesa Diretora.

O fazendeiro Olegário Macedo fora deputado provincial nos anos 1870 e, na década seguinte, presidiu a Câmara Municipal de Castro.<sup>930</sup> Manuel Machado era major da Guarda Nacional. Tratava-se de um indivíduo que estava, desde os anos 1850, envolvido em esquemas de nomeações provinciais. A atenção a informações sobre as nomeações obtidas por

<sup>926</sup> *A República*, 24 de agosto de 1889, n. 32, p. 1.

<sup>927</sup> *A República*, 07 de março de 1889, n. 9, p. 1.

<sup>928</sup> Em 1886, por exemplo, deputados provinciais ligados ao Partido Conservador defenderam, em sessão da Assembleia Legislativa ocorrida a 12 de novembro, a legitimidade de Albino Silva receber 1:200\$ conto de réis anualmente pela sua atuação como professor do ensino público. Os deputados liberais, por seu turno, advogava que esse vencimento estava acima dos valores comumente pagos aos professores daquela categoria. Em síntese, os liberais, que à época pertenciam à oposição, consideravam que o valor do salário de Albino Silva fora aumentado de forma irregular pelo presidente da província. *Gazeta Paranaense*, 23 de novembro de 1886, n. 262, p. 2.

<sup>929</sup> *Gazeta Paranaense*, 18 de novembro de 1885, n. 403, p. 3.

<sup>930</sup> *Dezenove de Dezembro*, 13 de março de 1884, n. 63, p. 1.

esse indivíduo evidencia que a reorganização dos diretórios conservadores do Paraná, no fim do Império, não propiciou a renovação do grupo de dirigentes do partido nos municípios.

Nesse quadro, cabe salientar que, em 1854, Manuel Machado foi incumbido da função de 2º suplente de delegado de Castro.<sup>931</sup> Desde essa época, ele estava envolvido em uma lógica de promoções para postos da Guarda Nacional – em 1857, por exemplo, ele obteve a patente Capitão do 4º Corpo da Guarda Nacional de Castro.<sup>932</sup> Ao mesmo tempo, desde essa época ele estava envolvido na vida política dessa localidade.<sup>933</sup>

De sua parte, Rocha Pombo foi deputado provincial de 1886 a 1887. Um elemento de sua atuação parlamentar consistiu na encampação de demandas oriundas da cidade de Castro.<sup>934</sup> Similarmente ao caso de Albino Silva, Rocha Pombo não desenvolveu uma longa carreira política. O principal efeito da inserção de ambos junto a setores da elite social da província consistiu em aproximar-se de lideranças partidárias. Tal aproximação garantia a realização de demandas particulares dos integrantes menos influentes dos partidos monárquicos, notadamente a conquista de cargos comissionados. Esse era, portanto, o limite das oportunidades sociais e políticas conquistadas por esses antigos professores primários oriundos do litoral.<sup>935</sup> A dependência desses indivíduos em relação aos préstimos de personagens da elite regional estendeu-se ao período republicano.

---

<sup>931</sup> *Dezenove de Dezembro*, 13 de maio de 1854, n. 7, p. 3.

<sup>932</sup> *Dezenove de Dezembro*, 11 de março de 1857, n. 50, p. 6.

<sup>933</sup> Em 1860, cogitava-se que Manuel Machado assumiria o posto de tenente-coronel da Guarda Nacional de Castro. Nessa oportunidade, um morador desse município publicou uma carta no *Dezenove de Dezembro*. Nela, fez alusão a esta possível nomeação e ressaltou o envolvimento de Manuel Machado na vida política daquela localidade. *Dezenove de Dezembro*, 8 de fevereiro de 1860, n. 193, p. 3. A sua investitura no posto de major ocorreu, pois, em 1859. *Dezenove de Dezembro*, 27 de julho de 1859, n. 237, p. 4.

<sup>934</sup> Um dos projetos apresentados por Rocha Pombo na Assembleia Provincial era respeitante à criação de escolas em Castro. PARANÁ. *Annaes da Assembleia Provincial do Paraná*. Curitiba: Typographia do *Dezenove de Dezembro*, 1886, p. 37-38. De outra parte, as emendas ao Orçamento Provincial que ele apresentou também evidenciam os seus vínculos com a sociedade de Castro. Em 1886, por exemplo, ele propôs a destinação de oito contos de réis para a realização de melhoramentos na estrada entre Castro e Tibagi. Nessa ocasião, Rocha Pombo também solicitou a destinação de um conto de réis para a realização de reformas na Igreja Matriz de Castro, bem como de um conto para a feitura de reformas no cemitério desse município. *Gazeta Paranaense*, 21 de dezembro de 1886, n. 284, p. 3.

<sup>935</sup> Em outubro de 1881, Albino Silva publicou, na *Gazeta Paranaense*, uma análise do livro *Honra do Barão*, escrito por Rocha Pombo, que na época estava com 23 anos. Nessa análise, Silva destacou que as privações econômicas de Rocha Pombo impediam que ele custeasse a publicação do livro. Segundo Silva, Rocha Pombo buscou patrocínio entre personagens abastados da província. Porém, essa busca malogrou. O texto de Silva faz referência, pois, a um período de dificuldades para Rocha Pombo pertencer a setores de elites locais, bem como para obter benefícios dos membros desses setores. *O Paranaense*, 12 de outubro de 1881, n. 161, p. 3. Grifos no original. Após a sua integração à elite política paranaense, Rocha Pombo não encontrou obstáculos à execução de seus trabalhos literários. Em 1922, por exemplo, o Governo do Paraná, durante a gestão de Caetano Munhoz da Rocha, subvencionou a publicação do livro *História do Brasil*, escrito por Rocha Pombo. O valor dessa subvenção foi de 3.080 contos de réis. ROCHA, Caetano Munhoz da. *Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo*. Curitiba, s/e, 1923, p. 16.

\*\*\*

Por outro lado, cumpre mencionar que na década de 1880 houve um caso de ingresso de adventício na vida política do litoral paranaense. Tratava-se de João da Silva Mafra, pertencente a uma parentela que compunha a elite política da Província de Santa Catarina. Esse indivíduo pertencia ao Partido Conservador e residia em Guaratuba. Em verdade, João Mafra atuava na vida administrativa desse município desde os anos 1870 – em 1871, por exemplo, ele foi indicado para o posto de 6º suplente de subdelegado de Guaratuba.<sup>936</sup> Em 1882 ele se elegeu Juiz de Paz, com a segunda maior votação.<sup>937</sup>

Em 22 de outubro de 1885, Mafra participou da fundação do diretório conservador em Guaratuba. Nessa ocasião, foi investido na presidência do órgão. Para salientar as expressivas diferenças existentes no número de funções das Mesas Diretoras dos diretórios municipais do Partido Conservador, cabe mencionar que o diretório de Guaratuba era formado apenas pelos cargos de presidente e secretário.<sup>938</sup> Para ressaltar tais diferenças, é necessário mencionar que o diretório conservador de Ponta Grossa possuía os seguintes cargos: presidente, vice-presidente, secretário e membros (em número de doze).<sup>939</sup> No diretório de Rio Negro, por seu turno, existiam as seguintes funções: presidente, vice-presidente, 1º e 2º secretários.<sup>940</sup> A Mesa Diretora do diretório conservador de Palmas, por seu turno, era formada pelos seguintes cargos: presidente, vice-presidente, secretário e vogal (ou membro efetivo).<sup>941</sup>

\*\*\*

Por meio da leitura do jornal *Gazeta Paranaense*, verifica-se que em 1885, ano da criação do diretório conservador de Guaratuba, João da Silva Mafra também atuava como vereador.<sup>942</sup> Em suma, nos municípios adjacentes à Paranaguá houve casos de absorção de adventícios aos quadros partidários. Esses indivíduos lograram, mesmo que ocasionalmente, exercer cargos em diretórios e mandatos eletivos. Nesse contexto, a obtenção de cargos públicos era o estágio inicial da integração desses adventícios junto à elite social litorânea. Todavia, os adventícios radicados nessa região da província acomodaram-se na condição de notáveis de aldeia, que detinham poucas condições que interferir no jogo partidário para além do âmbito municipal. Os adventícios radicados em tal região, contudo, não eram desprovidos

<sup>936</sup> *Dezenove de Dezembro*, 21 de janeiro de 1871, n. 1168, p. 1.

<sup>937</sup> *Gazeta Paranaense*, 15 de julho de 1882, n. 210, p. 3.

<sup>938</sup> *Gazeta Paranaense*, 10 de dezembro de 1885, n. 421, p. 2.

<sup>939</sup> *Gazeta Paranaense*, 17 de novembro de 1885, n. 416, p. 3.

<sup>940</sup> *Gazeta Paranaense*, 3 de dezembro de 1885, n. 416, p. 3.

<sup>941</sup> *Gazeta Paranaense*, 7 de fevereiro de 1886, n. 29, p. 2.

<sup>942</sup> *Gazeta Paranaense*, 4 de dezembro de 1885, n. 417, p. 1.

do pendor para produção de ideias programáticas. No fim do Império, João da Silva Mafra e os demais vereadores de Guaratuba enviaram ao presidente do Paraná, Afonso Taunay, uma representação na qual se reivindicava o apoio do Governo Provincial para a supressão de determinadas carências existentes em Guaratuba.

Essa representação evidencia que, no fim do Império, setores da elite política do litoral paranaense ainda se ocupavam da discussão de problemas vigentes desde a época da criação do Paraná. Um desses problemas era a deficiência no serviço de navegação no litoral. Outro problema era o estado de conservação das estradas. Desse modo, a implantação da República ocorreu em um momento no qual, no litoral do Paraná, a elite política da região ainda não conseguira viabilizar a superação de antigas carências sociais e econômicas.<sup>943</sup>

\*\*\*

Para a conclusão da análise sobre a vida interna do Partido Conservador do Paraná nos anos finais do Império, é necessário ressaltar dois aspectos. Primeiro, cumpre mencionar que, quando ocorreu a Proclamação da República, as lideranças desse partido na província estavam afastadas. Cabe destacar que, no fim do Império, os conservadores das províncias de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul também estavam cindidos. Essa cisão implicava a formação de diretórios que abrigavam os correligionários dissidentes. O principal motivo das dissensões partidárias era referente à definição de chapas eleitorais.

Em dezembro de 1885, houve um embate entre facções do Partido Conservador de Santa Catarina, em virtude do problema da indicação de candidaturas para a Câmara dos Deputados. A demissão de agentes estatais também propiciava o surgimento de uma dissidência partidária. Os dissidentes veicularam na imprensa o seguinte telegrama: “Santa Catharina, 20. Onde membros do directorio conservador e mais 13 indivíduos convocados por Domingos Costa e Oliveira declararam-se em dissidência e oposição ao presidente. Alegam candidatura de Pinto Lima e não ter havido reação, como queriam, demitindo-se agentes fiscais, etc. Apresentam Taunay e Teffé. Espera-se Maciel por estes dias”.<sup>944</sup>

As divergências partidárias provinciais repercutiam na Corte. Em virtude do confronto entre os conservadores catarinenses, o então presidente do Conselho de Ministros, Barão de Cotejipe, enviou um telegrama a Francisco José da Rocha, presidente da Província de Santa Catarina. Nesse comunicado, ele reiterava o seu apoio ao presidente, o qual passara a ser criticado pelos dissidentes: “Rio, 24 dezembro 1885. S. P. – Recebido telegrama de alguns

---

<sup>943</sup> *Gazeta Paranaense*, 3 de dezembro de 1885, n. 416, p. 2.

<sup>944</sup> *O Paiz*, 22 de dezembro de 1885, n. 354, p. 1.

cidadãos, que dizem formar um directorio conservador, comunicando haverem se declarado em opposição a V. Ex., o Governo declara que tem aprovado todos os seus atos, e continua a depositar em V. Ex. a mesma confiança. O Presidente do Conselho ao presidente de Santa Catharina”.<sup>945</sup>

De modo análogo ao caso do Paraná, a dissensão entre os conservadores catarinenses perdurou nos anos seguintes. Nesse quadro, tal dissensão afetava a vida política dos municípios. Ou seja, nos municípios existiam diretórios governistas e dissidentes. Em 1887, por exemplo, os conservadores da vila catarinense de Araranguá publicaram na imprensa o seguinte comunicado: “Os abaixo-assinados, conservadores e eleitores da Vila de Araranguá, declaram que não conhecem como chefe do partido conservador desta Vila o Sr. Luiz Martins Colaço, e sim o Ilmo. Sr. Major Custódio José de Bessa, residente na cidade de Laguna, digno presidente do directorio central do partido conservador na mesma cidade, sede do 2º distrito. Sirva, pois, esta declaração de protesto aos artigos do periódico *Echo Lagunense*, que se publica em Laguna”.<sup>946</sup>

No Rio Grande do Sul, as divergências entre os conservadores também eram decorrentes do processo de definição de candidaturas. Tal processo era uma ocasião na qual as lideranças políticas locais buscavam emplacar os seus candidatos, mesmo sob a desaprovação do diretório regional. A esse respeito, leia-se o seguinte telegrama: “O Sr. Dr. Israel Barcellos, presidente do directorio da capital, publicou um manifesto apresentando candidato à deputação geral pelo 3º círculo Sr. Dr. João da Silva Pereira Borges Fortes. Consta, porém, que várias influências daquele círculo não aceitaram a candidatura indicada e coadjuvaram a do Dr. José Bernardino da Cunha Bittencourt”.<sup>947</sup>

Em seguida, houve o surgimento de uma divergência entre o chefe do partido no 5º distrito eleitoral província e o diretório regional da agremiação. No curso dessa querela, esse chefe partidário não obteve unânime apoio dos conservadores daquele distrito. Por consequência, houve um movimento para que o diretório do distrito fosse reorganizado: “Setenta e cinco conservadores do 5º distrito do Rio Grande do Sul, considerando que o representante daquele distrito havia-se declarado em opposição, reclamaram a reunião do

---

<sup>945</sup> *Conservador*, 28 de dezembro de 1885, n. 290, n. 63, p. 1.

<sup>946</sup> *Conservador*, 17 de setembro de 1887, n. 197, p. 2.

<sup>947</sup> *O Paiz*, 29 de abril de 1886, n. 119, p. 2.

eleitorado para a escolha de um novo diretório”.<sup>948</sup> Existiam, portanto, dificuldades para um grupo dissidente ganhar adeptos e se confrontar com o grupo político governista.

\*\*\*

No Paraná, um dos motivos das divergências entre correligionários era a disputa por espaço na gestão do partido. O controle exercido sobre a família Correia sobre esse partido descontentou membros dessa grei. Um dos membros descontentes era o negociante Antônio Ribeiro de Macedo, natural do distrito morretense de Porto de Cima e chefe do partido em Campo Largo. Em fevereiro de 1889, ele enviou uma carta aos dirigentes do Partido Conservador em Ponta Grossa. Nessa missiva, ele evidenciou as razões pelas quais não reconhecia Ildefonso Pereira Correia (Barão do Serro Azul), como o líder do partido no 2º distrito eleitoral da província. Tal distrito correspondia à área da região planáltica. A leitura dessa carta possibilita evidenciar que a indisposição de líderes do partido para intermediar, junto ao Governo Imperial, a concretização de demandas de chefes locais da agremiação era uma das principais razões dos desacordos entre os conservadores. Leia-se, pois, a seguinte carta de Antônio Ribeiro de Macedo:

Illms. Srs. Cor. Claudio Gonçalves Guimarães, brigadeiro Manuel Ferreira Ribas e José Gonçalves dos Santos Sobrinho – Em resposta à carta de VV. SS. de 10 do corrente, cabe-me dizer que em vista da indiferença com que tem sido tratados os legítimos interesses deste município pelos nossos correligionários que tem influência perante o poder central na questão vital do prolongamento da estrada de ferro, é de pensamento do partido conservador desta localidade não entrar em combinação alguma que comprometa o seu procedimento político, visto que reserva-se plena liberdade de ação para proceder segundo as circunstâncias. Relativamente a outro tópico da mesma carta que dá notícia da existência de um centro diretor do partido nessa localidade, cumpre-me manifestar a V.V. S.S. que conquanto veja no diretório conservador desse município correligionários estimáveis e distintos, cujos conselhos e iniciativas devem sempre ser acatados, desconheço a existência desse centro por não ter sido ouvido para a organização deve o eleitorado desta paróquia, o maior que o partido conservador conta até hoje no 2º distrito da província. Sou com toda consideração de V. V. S. S. Amº e Corº. Antônio R. de Macedo. Campo Largo 18 de fevereiro de 1889.<sup>949</sup>

A cisão existente entre os conservadores do Paraná acentuou-se em março de 1889, quando houve a eleição da Mesa Executiva do diretório regional da agremiação. Nesse quadro, essa divisão ocasionou a formação de dois diretórios: um diretório governista, aliado ao presidente da província Balbino da Cunha, e um diretório dissidente. A análise da composição desses dois diretórios evidencia que, no fim do Império, os negociantes ganharam

<sup>948</sup> *Conservador*, 29 de agosto de 1887, n. 181, p. 2.

<sup>949</sup> *Dezenove de Dezembro*, 20 de março de 1889, n. 22, p. 2.



maior influência na gestão do partido. Tratava-se, pois, de uma época na qual se esgotara o controle exercido por Tertuliano Teixeira de Freitas sobre a agremiação.<sup>950</sup>

A principal diferença entre os diretórios decorria do fato de que os governistas não instituíram a posição de presidente do diretório. Antes, a liderança do órgão era compartilhada por três diretores. Nas principais funções dos diretórios encontravam-se negociantes: no diretório governista encontrava-se, por exemplo, o citado Barão do Serro Azul.<sup>951</sup> Na condição de conselheiro do órgão, estava o negociante Manuel Miró. Similarmente ao caso de Antônio Ricardo dos Santos, Miró migrou de Paranaguá para a cidade de Curitiba e permaneceu envolvido em esquemas de nomeações comandados pelos conservadores.<sup>952</sup>

A migração, portanto, foi um fator de novas oportunidades de atuação na vida política e administrativa para Manuel Miró e Ildefonso Correia, que também era proveniente da citada cidade litorânea. A morte de Manuel Eufrásio Correia possibilitou a Ildefonso Correia aumentar a sua influência sobre a gestão do partido, notadamente na região planáltica. Mais precisamente ele se tornou, em 1889, o chefe do *Centro Conservador do 2º distrito*.

O Visconde de Nácar, após o falecimento de Manuel Eufrásio, tornou-se a principal liderança da agremiação. Em 1889, os membros do *Centro Conservador de Ponta Grossa*

---

<sup>950</sup> Desde o período anterior à eclosão dessa dissidência, Tertuliano de Freitas se inclinara a desenvolver uma atividade econômica. Em 1886, ele se apresentara como candidato a arrematar o contrato para administrar a estrada da Graciosa. Porém, a sua proposta não foi aceita pelo Governo Provincial. *Dezenove de Dezembro*, 31 de janeiro de 1887, n. 24, p. 4. A não aceitação da proposta de Freitas evidencia a redução da influência de Freitas junto à grei conservadora, visto que ele encontrou opositores ao seu projeto dentro do seu partido. A esse respeito, cabe mencionar que, em março de 1887, o chefe conservador Manuel Eufrásio Correia proferiu um discurso na Assembleia Provincial para manifestar que era correta a não aceitação, pelo Governo Provincial, do projeto de Tertuliano de Freitas. *Gazeta Paranaense*, 15 de março de 1887, n. 61, p. 1.

<sup>951</sup> No princípio deste capítulo, foi demonstrado que um aspecto inerente à atuação parlamentar de negociantes que atuaram na Assembleia do Paraná, nos anos 1880, era a defesa de interesses econômicos de membros do seu grupo profissional. A atuação de Ildefonso Correia nessa instituição também foi marcada pela defesa de pleitos dos negociantes. Mais precisamente, ele se apresentou como um deputado contrário a aumentos de impostos, especialmente aqueles que incidissem sobre o comércio da erva-mate. Na sessão da Assembleia Provincial realizada a 24 de novembro de 1883, Ildefonso Correia, que pertencia à bancada da oposição, manifestou-se contrário a um projeto de aumento de impostos. Nessa ocasião, ele ressaltou que: “[...] os impostos geralmente vem pesar ou sobre o consumidor ou sobre o produtor. Que a indústria, muitas vezes em começo, é logo tributada com enormes compromissos para o tesouro; que esta rede de impostos cercando as indústrias em nossa província é, a maior das vezes, a causa da morte de um desenvolvimento que carece antes proteção dos poderes públicos na iniciação dele”. *Gazeta Paranaense*, 1º de dezembro de 1883, n. 281, p. 2.

<sup>952</sup> Em 1886, no contexto da gestão do conservador Joaquim de Almeida Faria Sobrinho à frente do Governo do Paraná, Manuel Miró foi nomeado para os postos de 3º suplente de Juiz Municipal de Curitiba e membro do Conselho Fiscal da Caixa Econômica e do Monte de Socorro. Essa Caixa era, em verdade, uma agência regional de uma instituição bancária com sede na Corte. Essa instituição bancária fora criada em 1861. A finalidade desse banco era estimular a popança popular e conceder empréstimos por juro de 6% ao ano, bem como conceder empréstimos mediante penhor. É a precursora da atual Caixa Econômica Federal. BARCELLOS, Marta. *Histórias do mercado de capitais no Brasil*. São Paulo: Elsevier, 2010, p. 36. Os presidentes de província, portanto, estavam incumbidos de nomear os gestores locais da instituição. *Gazeta Paranaense*, edições 11 de novembro e 10 de dezembro de 1886.

escreveram a Nácar com a finalidade de comunicar que haviam escolhido o Barão do Serro Azul como chefe do partido no 2º distrito. Ao responder a tal carta, Nácar destacou que ele, Nácar, estava investido na posição de chefe do partido na província: “Aprovando, portanto, ardentemente essa escolha, e agradecendo a VV. SS. o considerarem-me o chefe do partido na província, honra que está acima de meus merecimentos, apresento a VV. SS. os protestos de estima e subida consideração”.<sup>953</sup>

Porém, é necessário salientar que a condição de chefe regional do Partido Conservador não permitiu a Nácar, em todas as ocasiões, ser consultado sobre decisões cruciais acerca da vida política e administrativa paranaense. Uma dessas decisões dizia respeito à abertura e adiamento das atividades da Assembleia Provincial. Segundo o jornal *Sete de Março*, o referido Visconde, em janeiro de 1889, não fora consultado pelo Barão do Serro Azul sobre o tema do adiamento da Assembleia Provincial, que era reivindicado pelo então presidente do Paraná, Balbino da Cunha: “Procedemos, portanto, de acordo com o Sr. Serro Azul na oposição manifestada por esta folha contra ao sobredito ato do adiamento, mas hoje estamos convencidos de que S. Ex. não consultara aos seus e nossos chefes, e principalmente ao digno Sr. Visconde de Nácar, cuja opinião deve sempre ser pedida e acatada pelo partido”.<sup>954</sup>

Ao final, o início do ano legislativo da Assembleia Provincial foi adiado para julho. Em suma, a liderança de Nácar sobre o Partido Conservador, nos anos finais do Império, não o qualificava para influir sobre as decisões do Governo Provincial.

\*\*\*

Compete salientar que um indicador do crescimento do poder político da família Correia no Paraná era a sua capacidade de interferir na gestão do Partido Conservador na região planáltica. O articulista do *Dezenove de Dezembro* criticou a investidura de Ildefonso Correia na condição de chefe do Partido Conservador do 2º distrito da província. Tal crítica evidencia, por um lado, a dificuldade de o partido permitir a ascensão de novas lideranças. Por outro lado, ela demonstra a dificuldade de a influência da família política Correia ser atenuada nas áreas do planalto paranaense: “Não sendo o Barão residente no 2º distrito, nem constando-nos que jamais houvesse pleiteado eleição em qualquer das localidades do mesmo, essa nomeação implica a confissão de que o partido conservador daquele distrito não tem em seu seio um homem capaz de ser chefe, o que é a mais triste e deplorável fraqueza”.<sup>955</sup>

<sup>953</sup> *Gazeta Paranaense*, 16 de março de 1889, n. 61, p. 2.

<sup>954</sup> *Sete de Março*, 28 de janeiro de 1889, n. 41, p. 2.

<sup>955</sup> *Dezenove de Dezembro*, 16 de março de 1889, n. 21, p. 1.

José Francisco da Rocha Pombo, um conservador oriundo do litoral, também pertencia a esse grupo dissidente. Na Assembleia Provincial, esse jornalista era um dos apoiadores das posições políticas sustentadas por Manuel Eufrásio Correia. De outra parte, os seus projetos legislativos também receberam o apoio desse bacharel.<sup>956</sup> A morte de Manuel Eufrásio, portanto, gerou a perda de correligionários do grupo político comandado pela família Correia. O negociante Ildefonso Correia, sobrinho do citado bacharel, não conseguiu manter unidos esses correligionários. Nesse contexto, verifica-se que existiam dificuldades para a transmissão familiar da autoridade política.

No Paraná, os conservadores estavam desunidos, ao menos, desde o ano de 1887. A formação do diretório dissidente consistiu na conclusão de um processo de esgotamento da unidade partidária. Um fator crucial do distanciamento dos conservadores paranaenses era o exacerbado controle que Manuel Eufrásio Correia exercia sobre o partido. O fim do Império, portanto, foi um período marcado pela contestação do poder de antigos potentados. Acerca da contestação à autoridade de Manuel Eufrásio, o jornal *Dezenove de Dezembro* publicou a seguinte nota, em abril de 1887. Tal nota, cujo autor chamava-se Cunha Brito, evidencia que a abertura de dissidências no Partido Conservador era uma situação peculiar a outras províncias naquela época:

Com que então a *igrejinha* do Sr. Manuel Euphrasio está prestes a desabar! O cônego Manuel Vicente, sacerdote de merecimento pelo seu fulgurante talento e grande soma de conhecimentos, vai brir lucta franca contra o actual dono do 1º districto [eleitoral do Paraná]. Está, pois, estabelecida a dissidência do partido conservador nessa província; o que não me sorpreheende, porque o que ahi se passa é um pallido reflexo da revolta que predomina nos arraiaes conservadores, em todo o império.

Cunha Brito  
S. Paulo – Março – 7<sup>957</sup>

O controle que o Partido Conservador exercia sobre o Gabinete Ministerial e os Governos Provinciais não foi suficiente para pacificar os correligionários da agremiação. Em abril 1888, os conservadores governistas lançaram o Visconde de Nacar como candidato a deputado geral pelo 1º distrito. Ao final, esse negociante foi eleito para o cargo. Os

---

<sup>956</sup> Nesse âmbito, é necessário destacar que, ao tempo em que foi deputado provincial, Rocha Pombo foi o proponente de um projeto acerca da reformulação do imposto territorial na província. Tal projeto era decorrente de uma proposta elaborada por Manuel Eufrásio. Quando Rocha Pombo realizou, na Assembleia Legislativa, a sustentação desse projeto, Manuel Eufrásio defendeu que “Das assembleias provinciais é que deverá partir o influxo para a realização destas belas e imprescindíveis ideas”. *Immigração*, dezembro de 1886, pp. 3-4. Por outro lado, Rocha Pombo era um dos principais apoiadores das críticas direcionadas por Manuel Eufrásio na Assembleia Legislativa, em 1886, época em que o Governo Provincial era comandado pelos liberais. *Gazeta Paranaense*, 15 de dezembro de 1886, n. 279, p. 3.

<sup>957</sup> *Dezenove de Dezembro*, 25 de abril de 1887, n. 92, p. 1.

dissidentes de Antonina, por seu turno, homologaram a candidatura do cônego Manuel Vicente da Silva. Os dissidentes de Curitiba lançaram o nome de Joaquim Inácio Silveira da Motta.<sup>958</sup> Em determinadas circunstâncias, portanto, a formação de um diretório regional e a proximidade do período eleitoral não propiciavam a unificação das facções de um partido.

Nesse quadro, cabe destacar que os assuntos econômicos e os vínculos familiares eram fatores que também aproximavam os conservadores dissidentes. A esse respeito, cabe salientar que os cunhados José de Macedo e Zacarias de Paula Xavier, diretor do diretório dissidente, eram sócios em uma loja de roupas, ferragens e mantimentos localizada na cidade de Curitiba.<sup>959</sup> Note-se que os nomes do Barão do Serro Azul e de José Correia de Bittencourt constam no grupo de diretores do diretório dissidente.

Em virtude da inclusão de seus nomes nesse grupo, eles publicaram um comunicado na *Gazeta Paranaense* para ressaltar que não participavam desse diretório. Antes, ressaltavam que não reconheciam a legitimidade desse diretório. Segundo os autores do comunicado, o órgão dissidente era apenas “[...] um diretório inventado pela alta recreação do redator do mesmo periódico”.<sup>960</sup> O periódico em questão era o *Sete de Março* e o redator era Justiniano de Mello e Silva. Em virtude de sua condição de dissidente, Justiniano de Mello foi suspenso, em março de 1889, de suas funções de professor do Instituto Paranaense pelo período de três meses.<sup>961</sup> Leia-se, pois, a informação concernente à formação das Mesas Diretoras dos diretórios governista e dissidente:

A *Gazeta Paranaense*, órgão do governo e do partido conservador, publica o seguinte diretório que diz ter sido eleito na reunião do partido conservador, que teve lugar na noite de 10 do corrente, no teatro S. Theodoro.

Directores: Barão do Serro Azul, Dr. José Pereira dos Santos Andrade e Edurado A. de Vasconcellos Chaves.

Conselheiros: Coronel José Corrêa de Bittencourt, comendador Manuel Miró, Antônio Ricardo dos Santos, Benedicto P. da Silva Carrão, Gottlieb Muller, Eugênio Bendazeski, Dr. Laurentino A. Azambuja, capitão Vidal J. de Siqueira, tenente-coronel Joaquim V. A. Torres, major Mathias Tabora Ribas, capitão Antônio Francisco Corrêa de Bittencourt e Fausto Vianna.

O *Sete de Março*, órgão também do partido conservador, noticia que o diretório conservador eleito na mesma reunião ficou assim composto:

Presidente: José Ribeiro de Macedo

Vice-presidente: Major Mathias Tabora Ribas

1º secretário: Dr. Justiniano José de Mello

2º secretário: J. F. da Rocha Pombo

<sup>958</sup> *Dezenove de Dezembro*, 18 de abril de 1888, n. 30, p. 1.

<sup>959</sup> *Dezenove de Dezembro*, 27 de agosto de 1884, n. 200, p. 4. *Dezenove de Dezembro*, 27 de março de 1889, n. 24, p. 1.

<sup>960</sup> *Gazeta Paranaense*, 19 de março de 1889, n. 63, p. 2.

<sup>961</sup> *Dezenove de Dezembro*, 27 de março de 1889, n. 24, p. 1.

Diretores: Antônio Francisco Corrêa de Bittencourt, Gabriel Pinto da Silva, coronel José C. de Bittencourt, José Inocêncio de França, Barão do Serro Azul, João L. Taborda Ribas, Ricardo da S. D. Negrão, Tobias de Macedo, Guilherme Xavier Miranda, Conrado Kruckmanm, Zacarias de Paula Xavier.

Os Srs. major Mathias Taborda Ribas, Antônio F. Corrêa de Bittencourt e Fausto Bento Viana declararam pelo *Sete de Março* de hoje que não aceitam os cargos de membros do diretório conservador publicado na *Gazeta Paranaense* por não concordarem com essa organização, visto como o método por ela adotado está em antagonismo com o pensamento deles declarantes.<sup>962</sup>

Um aspecto crucial da força política dos governistas era a prerrogativa de interferir em políticas de nomeações. Dessa maneira, eles acompanhavam proximamente as articulações a respeito do preenchimento de cargos comissionados. Em março de 1889, por exemplo, Eduardo Vasconcellos Chaves, membro do diretório governista, enviou uma carta para Joaquim Torres. Nela, informava que foram encaminhados pedidos ao diretório governista para que o irmão de Joaquim Torres, Mariano de Almeida Torres Júnior, fosse exonerado do posto de fiscal da Câmara de Curitiba. Leia-se a carta enviada pelos governistas a Joaquim Torres:

Secretaria do diretório conservador em Curitiba, em 26 de Março de 1889. Illm. Sr. tenente-coronel Joaquim Ventura de Almeida Torres. A este diretório foi novamente apresentado o pedido, por parte dos signatários da representação de que V. S. tem conhecimento, da demissão de seu irmão, Mariano de Almeida Torres Júnior, do lugar de fiscal da Câmara; pedido a que não pode o diretório deixar de atender em vista do número e distinção dos correligionários que o solicitaram. O dever de lealdade para com V. S., em quem prezamos reconhecer um correligionário prestigioso, nos leva a comunicar-lhe esta resolução e pedir do seu irmão o pedido de demissão do lugar que ocupa. Sentimos ter de dizer-lhe que a nova exigência foi mais instance, depois que V. S., depois da combinação, em sessão do diretório, de que coisa alguma do que ali se tratasse fosse conhecida fora, divulgasse o pensamento do mesmo. Magoa-me muito ter de fazer-lhe esta comunicação; mas, estamos certos, que não quererá, como bom conservador que é, criar embaraços na direção espinhoso que nos foi determinada pelo partido, e na qual V. S. tem parte e responsabilidade pelo cargo que ocupa.

De V. S. Corr<sup>o</sup> Am<sup>o</sup> Obr<sup>o</sup>

Eduardo A. de Vasconcellos Chaves – Diretor incumbido de fazer esta comunicação.<sup>963</sup>

De sua parte, Joaquim Torres informou que seu irmão não pediria demissão. Ao mesmo tempo, ele, Joaquim Torres, solicitou o seu desligamento do diretório conservador.<sup>964</sup> De fato, a exoneração de Torres Júnior não se efetivou. Em outubro de 1889, ele permanecia no exercício do aludido posto.<sup>965</sup>

No entendimento do articulista do *Dezenove de Dezembro*, a intervenção do diretório governista para obter a exoneração de um funcionário comissionado demonstrava que esse

<sup>962</sup> *Dezenove de Dezembro*, 16 de março de 1889, n. 21, p. 2.

<sup>963</sup> *Dezenove de Dezembro*, 3 de abril de 1889, n. 26, p. 1.

<sup>964</sup> *Dezenove de Dezembro*, 3 de abril de 1889, n. 26, p. 1.

<sup>965</sup> *Dezenove de Dezembro*, 30 de outubro de 1889, n. 154, p. 3.

órgão partidário buscara impedir que o presidente do Paraná atuasse sem pressões políticas dos seus correligionários: “O diretório governista, porém, é um novo poder público, que se coloca acima dos poderes até hoje conhecidos para ditar-lhes as normas de conduta, deliberar e agir poder eles, nomear e demitir os empregados remunerados, em suma, governar com a responsabilidade dos representantes do poder público, transformando-os em títeres do onipotente diretório”.<sup>966</sup> Contudo, verifica-se que em determinadas ocasiões a influência dos conservadores governistas não era suficiente para promover a destituição de um funcionário comissionado.

No segundo semestre de 1889, os diretórios governista e dissidente do Partido Conservador continuaram a funcionar no Paraná. Nesse contexto, os líderes desses diretórios convocavam reuniões, bem como orientavam o procedimento dos seus correligionários quanto à participação em eleições. Eles detinham, por exemplo, a prerrogativa de determinar a participação ou a abstenção do partido em eleições.<sup>967</sup> Nessa época, os membros do Partido Republicano também realizavam reuniões regularmente em Curitiba e recomendavam candidatos aos seus partidários. Em 13 de agosto de 1889, os membros desse partido realizaram uma sessão para deliberar se apoiariam Manuel Francisco Correia Júnior, do Partido Conservador, na eleição para deputado geral. Segundo o jornal *Sete de Março*, caso o partido apoiasse o candidato conservador, seria exigida a inserção de dois republicanos na chapa de deputados provinciais aos republicanos.<sup>968</sup>

---

<sup>966</sup> *Dezenove de Dezembro*, 3 de abril de 1889, n. 26, p. 1.

<sup>967</sup> Em agosto de 1889, os chefes do diretório dissidente resolveram não lançar candidato a deputado geral pelo 2º distrito eleitoral do Paraná. Tais chefes alegaram que as divisões internas ao partido impediam a definição de um nome para a disputa. Ao mesmo tempo, eles ressaltaram que os correligionários residentes nos municípios interioranos não puderam ser consultados. Essa informação evidencia, pois, a dificuldade de relacionamento entre as diferentes instâncias do Partido Conservador no Paraná. Nessa ocasião, os conservadores dissidentes descartaram qualquer possibilidade aliança com os liberais ou com os conservadores governistas. *Sete de Março*, edições de 10 e 17 de agosto de 1889. Por meio da leitura do jornal *Sete de Março*, verifica-se que o diretório dissidente foi dissolvido a 19 de novembro de 1889. Nessa ocasião, os membros do órgão anunciaram sua adesão à República. *Sete de Março*, 23 de novembro de 1889, n. 89, p. 3. Contudo, no dia 20 de novembro houve a convocação para uma derradeira reunião dos conservadores. *Sete de Março*, 23 de novembro de 1889, n. 89, p. 1. Nessa derradeira reunião, José Ribeiro de Macedo leu o manifesto de adesão dos conservadores dissidentes à República. No documento, os dissidentes salientavam que a implantação de um novo regime político era operacional para que se “derroquem os privilégios, se estabeleça a perfeita igualdade e os partidos entrem em uma nova organização adaptada ao meio”. *A República*, 24 de novembro de 1889, n. 46, p. 2. Contudo, cumpre salientar que desde meados de 1889 verificou-se a adesão de conservadores ao Partido Republicano. Os membros do diretório conservador de São Borja, na Província do Rio Grande do Sul, migraram para o Partido Republicano em agosto daquele ano. Nessa oportunidade, João Antônio Rodrigues, antigo chefe conservador em São Borja, cidade localizada na citada província, aderiu à causa republicana. Nesse contexto, Firmino Fernandes Lima, chefe conservador de Itapuá, município localizado na Província de São Paulo, também se declarou partidário do ideário republicano. *A República*, 17 de agosto de 1889, n. 31, p. 3.

<sup>968</sup> *Sete de Março*, 17 de agosto de 1889, n. 69, p. 4.

Contudo, os republicanos apoiaram o engenheiro Eduardo Mendes Gonçalves como candidato a deputado geral pelo 1º distrito. Como candidato a deputado geral pelo 2º distrito, o partido apoiou o advogado Vicente Machado de Lima e Silva (1860-1907). As candidaturas de ambos não tiveram sucesso. Segundo o órgão oficial do Partido Republicano no Paraná, a escolha desses candidatos foi definida mediante uma eleição prévia. Trata-se, pois, de um indício da existência de regulares processos deliberativos no nascente Partido Republicano do Paraná.<sup>969</sup> Em março do mesmo ano, os membros do partido em Curitiba reuniram-se para escolher os novos componentes do seu Conselho. Enfim, nesse contexto a vida interna do Partido Republicano era marcada pela regularidade de deliberações atinentes à formação de sua Mesa Diretora e à escolha de seus candidatos.<sup>970</sup>

De outra parte, é necessário destacar que nessa época os republicanos brasileiros já realizavam congressos nacionais. A escolha dos correligionários que participaram desses congressos era também realizada coletivamente. No Paraná, a escolha dos congressistas era um processo regido pela *Lei Orgânica* do partido. Enquanto os partidos monárquicos experimentavam dificuldades para disciplinar as suas atividades, os republicanos avançaram na formalização de regras acerca das formas e condições da participação dos correligionários na vida interna da agremiação. Esse avanço permitiu que a vida interna do Partido Republicano do Paraná assumisse um caráter mais democrático que a vida interna dos partidos monárquicos.<sup>971</sup>

Em 1888, por exemplo, os republicanos do Paraná escolheram os seus delegados no Congresso Republicano que se realizaria naquele ano. Em cumprimento à *Lei Orgânica* da seção do Partido Republicano no Paraná, foram eleitos cinco delegados titulares e cinco suplentes.<sup>972</sup> Conforme mencionado acima, no Partido Liberal a escolha dos representantes das províncias nas reuniões nacionais da agremiação era realizada pelos chefes políticos.

De outra parte, os momentos de crise interna no partido geravam a convocação de reuniões entre os republicanos. Em 1888, por exemplo, o então presidente do Clube Republicano do Paraná, Ernesto Lima, solicitou sua demissão do posto. Em seguida,

---

<sup>969</sup> *A República*, 24 de agosto de 1889, n. 32, p. 1.

<sup>970</sup> *Dezenove de Dezembro*, 16 de março de 1889, n. 21, p. 3.

<sup>971</sup> Para o conhecimento sobre o perfil social dos principais difusores das ideias republicanas no Paraná oitocentista, ver CORRÊA, Amélia Siegel. *Imprensa e política no Paraná: prosopografia dos redatores e pensamento republicano no final do século XIX*. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2006.

<sup>972</sup> *A República*, 10 de setembro de 1888, n. 33, p. 3.

convocou-se uma reunião para tratar do assunto. Os correligionários, por seu turno, não aceitaram a demissão. Assim, o presidente demissionário aceitou permanecer no cargo.<sup>973</sup>

Nessa época, portanto, os republicanos paranaenses não formaram um partido eleitoralmente viável. Porém, do ponto de vista administrativo tal partido era mais democrático do que os partidos monárquicos. Tal situação foi peculiar, por exemplo, ao Partido Republicano que funcionou na cidade do Rio de Janeiro nos anos 1880. Tal agremiação não possuía reais condições de eleger seus membros para o Parlamento do Império. Porém, os seus integrantes realizavam uma *assembleia geral* por meio da qual eram definidas as orientações ao eleitorado republicano. Diante da impossibilidade do lançamento de candidaturas viáveis, orientações era votar em candidatos mais favoráveis a determinadas pautas advogadas pelos republicanos, tais como a abolição da escravidão.<sup>974</sup>

Em resumo, nos anos finais do Império os partidos monárquicos ainda permaneciam pouco abertos para a participação ampla dos seus correligionários. O controle exercido pelos potentados sobre as decisões do partido, especialmente a definição de candidaturas, tornava o funcionamento dessas agremiações sobremaneira distinta do funcionamento do nascente Partido Republicano do Paraná.

Os interesses particulares dos correligionários dos partidos monárquicos, geralmente de natureza econômica, também minaram a unidade entre os correligionários. Ao lado do controle do partido exercido pelos potentados, esses interesses impediram a plena concretização do processo de reorganização dos partidos que a elite política imperial formulou nos anos 1860. Em síntese, a criação de uma vida interna estável, disciplinada e dotada de regras acerca da participação dos correligionários nas decisões do partido jamais foi concretizada universo provincial.

Ao mesmo tempo, compete salientar que a formação do Gabinete liberal comandado pelo Visconde de Ouro Preto, em 07 de junho de 1889, não gerou uma reaproximação entre os conservadores do Paraná. Conforme evidenciado nesta tese, os conservadores do Paraná possuíam dificuldades para permanecerem unidos em épocas nas quais o seu partido fazia oposição ao Gabinete. Porém, a formação de um Gabinete conservador não garantia, em todos os casos, a consolidação da unidade entre os correligionários do partido no Paraná. Tal situação não era peculiar apenas a essa província.

---

<sup>973</sup> *A República*, 10 de setembro de 1888, n. 33, p. 3.

<sup>974</sup> *Jornal do Commercio*, 4 de janeiro de 1885, n. 4, p. 2.



Em fevereiro de 1877, na época da vigência do Gabinete Caxias, o jornal *Província do Paraná* republicou uma notícia veiculada no jornal *Artista*, do Rio Grande do Sul. De acordo com o periódico, o diretório conservador dessa província fora dissolvido em virtude das dissensões entre os correligionários. A notícia transcrita a seguir evidencia que as decisões partidárias eram, por vezes, tomadas unilateralmente pelos potentados. Na época, o chefe do Partido Conservador do Rio Grande do Sul era Francisco Ferreira Porto (1817-1884), detentor do título de Barão de Caí. Ou seja, nessa época membros da geração de 1810 ainda interferiram decisivamente na gestão da agremiação naquela província: “Cessou o diretório conservador da província. Assim determinou o Sr. Barão do Cahy, anunciando aos seus correligionários que procedessem como melhor entendessem, visto a desarmonia que reinava nas fileiras conservadoras”.<sup>975</sup>

Tal informação permite, assim, corroborar o argumento segundo o qual as lideranças regionais dos partidos monárquicos possuíam dificuldades para resolver impasses internos ao partido. Diante de um impasse, optavam pela dissolução do diretório. Por fim, cumpre destacar que os conservadores dissidentes do primeiro planalto e do litoral paranaense não estabeleceram uma aliança.

Em setembro de 1888, por exemplo, os conservadores dissidentes de Antonina abstiveram-se de votar na eleição para a escolha de um deputado estadual, em substituição ao falecido Antônio Alves de Araújo. O eleito foi o conservador dissidente Justiniano de Mello e Silva, de Curitiba. Os conservadores de Antonina justificaram tal conduta ao argumentarem que os deputados provinciais negligenciavam os seus mandatos. Os dissidentes emitiram o seguinte comunicado: “Se seis deputados legitimamente eleitos desprezaram o mandato, não há necessidade, nem de ordem disciplinária que obrigue o movimento do partido. Não é necessário, pois, vir o eleitorado às urnas”.<sup>976</sup>

Tal fato permite corroborar o argumento de que após o falecimento do bacharel Manuel Eufrásio Correia, o Visconde de Nacar não conseguiu manter o Partido Conservador unido no litoral da província. Trata-se, pois, de um indício do esgotamento do poder dos negociantes sobre a gestão dos partidos monárquicos na escala regional. Nesse quadro, as dissidências impediram que os correligionários dessa agremiação elaborassem um plano para continuarem politicamente ativos e unidos no período republicano.

---

<sup>975</sup> *Província do Paraná*, 3 de fevereiro de 1877, n. 53, p. 2.

<sup>976</sup> *Dezenove de Dezembro*, 12 de setembro de 1888, n. 97, p. 2.

Nesse contexto, os confrontos entre potentados destruíram a unidade do Partido Conservador em diversas províncias. Portanto, o ocaso do Império foi um momento de desunião de lideranças. A disputa pelo comando do partido impedia que os correligionários ensaiassem qualquer reconciliação. Em 1889, na Província do Pará, havia a contenda entre o senador Manuel José de Siqueira Mendes e Samuel Mac Dowell, ex-ministro da Justiça. No Maranhão, existia o confronto entre Gomes de Castro e o senador Vieira da Silva. No Ceará, os conservadores dividiam-se entre o grupo do Barão de Aquiraz e do Barão de Ibiapaba. Em Pernambuco, iniciava-se no Partido Conservador um movimento de contestação ao poder político de João Alfredo Correia de Oliveira. Em Minas Gerais, estava em curso uma luta política entre a família Veiga e os senadores conservadores. No Rio de Janeiro, por fim, existia uma divergência entre Paulino de Sousa, Tomás Coelho, Antônio Ferreira Vianna e Domingos Andrade Figueira.<sup>977</sup>

Por fim, cabe mencionar que diretório conservador do Piauí também estava cindido. A análise de excerto de carta enviada por Raimundo José Vieira da Silva, presidente da província, a João Alfredo Correia de Oliveira, então presidente do Conselho de Ministros. O estudo dessa cisão permite destacar três elementos do funcionamento dos diretórios conservadores. Primeiro, o trecho abaixo transcrito evidencia que o diretório nacional do partido não mediava os conflitos internos aos diretórios regionais. Antes, os dirigentes nacionais da agremiação, tais como João Alfredo, apenas recebiam comunicados sobre o andamento das disputas entre os correligionários. Nesse contexto, o presidente da província era o responsável por enviar tais informações. Ele era, portanto, o agente que inteirava os dirigentes nacionais do partido acerca das atividades do diretório regional. Segundo, a definição de candidaturas a deputado geral não passava por prévia autorização do diretório nacional. A missiva foi escrita por Raimundo José Vieira da Silva, em 10 de abril de 1889:

A divisão do partido conservador é grande. Não há entre o Centro o Dr. Coelho de Rezende reconciliação possível. Procurei ver se os aproximava e o Centro, não contando com apoio algum na Corte, não estará longe de tolerar o Dr. Rezende. Entretanto, tendo a este respeito ouvido o Dr. Gabriel Lins Ferreira, que falava-me em nome de um dos seus amigos, nada resolveu-se até que ali viesse esse deputado para dizer se concordava ou não. Nessa conferência nada assentou-se sobre candidaturas futuras, porque fui o primeiro a declarar que nada podia resolver sem receber ordens de V. Exa.

---

<sup>977</sup> *Dezenove de Dezembro*, 08 de maio de 1889, n. 34, p. 1.

Chegando o Dr. Rezende, disse-lhe em que pé estavam as coisas, mas esse repeliu logo qualquer ideia de tolerar os homens do Centro.<sup>978</sup>

Verifica-se, pois, que o diretório conservador do Piauí era aberto à influência de um agente imperial – o presidente de província. Os dirigentes locais da agremiação, portanto, admitiam a rotineira participação daquele funcionário imperial em assuntos tais como a definição de candidaturas parlamentares. Tal situação aproxima-se do caso da relação entre os dirigentes do Partido Conservador do Paraná e o bacharel Adolfo Lamenha Lins. Conforme salientado, Lamenha também obteve o respaldo dos dirigentes do partido no Paraná para participar de tomadas de decisão cruciais, a exemplo de definição de candidaturas.

\*\*\*

De outra parte, compete salientar que os municípios do interior das províncias não eram apenas locais marcados pelo poder pessoal dos potentados dos partidos monárquicos. No fim do Império, surgiram partidos políticos. Atente-se, pois, ao caso da cidade de Leopoldina, em Minas Gerais. Em maio de 1888, houve a fundação do Partido Radical Opositor. Um dos fundadores do partido, Gabriel de Almeida, manifestou a sua adesão ao ideário republicano. Outro componente da grei, Teófilo Ribeiro, era o redator do jornal republicano *A Irradiação*.<sup>979</sup>

No fim do Império, coube a esses pequenos e efêmeros partidos proporem as principais inovações no sistema político. Os membros dessa agremiação, por exemplo, defendiam que aos partidos cabia a prerrogativa de cassar os mandatos de seus filiados. Entretanto, os fundadores dessa agremiação também defendiam ideias advogadas por setores das elites sociais. Uma dessas ideias consistia no pagamento de indenização pelos escravos libertos pela Lei Áurea. Cabe destacar, inicialmente, as principais ideias de Gabriel de Almeida:

Lê-se na *Gazeta de Notícias* de 30. Na cidade de Leopoldina realizou-se, a 25 do corrente, uma reunião convocada pelo Dr. Theophilo Ribeiro, redator da *Irradiação*, e à qual compareceram fazendeiros e representantes de todos os credos políticos. A reunião dividiu-se em duas partes. Na 1ª, depois de orarem os Srs. Dr. Theophilo Ribeiro, Lintz Pestana, e Gabriel de Almeida, que deu uma declaração na qual se definiu francamente republicano, e prometeu defender:

1º A indenização dos escravos libertados pela lei de 13 de maio.

2º Combater a monarquia.

<sup>978</sup> A íntegra da carta encontra-se disponível para consulta no seguinte endereço eletrônico <[http://www.repositorio.ufpe.br/bitstream/handle/123456789/17736/JA\\_CR\\_001.880.pdf?sequence=1&isAllowed=y](http://www.repositorio.ufpe.br/bitstream/handle/123456789/17736/JA_CR_001.880.pdf?sequence=1&isAllowed=y)>

<sup>979</sup> *A Irradiação*, 14 de novembro de 1888, n. 39, p. 1.

3° Combater a vitalidade do Senado.

Foi aprovado um voto de louvor pela atitude tomada perante o ministério na questão da abolição aos Srs. barão de Cotegipe, Paulino Souza e Andrade Figueira.<sup>980</sup>

Desse modo, o partido que se criou em Leopoldina não era refratário ao elogio de lideranças dos partidos monárquicos. Segundo os criadores do partido, essas lideranças mereciam o elogio porque atendiam a interesses dos antigos senhores de escravos. De todo modo, a fundação do Partido Radical Opositor evidencia a existência de uma movimentação, no interior das províncias, para a construção de propostas políticas que não se circunscreviam à esfera regional. Para corroborar tal argumento, cabe realizar a transcrição das diretrizes do partido:

Na segunda parte da reunião foi aprovado o seguinte:

1° Formar com os membros de todos os partidos políticos militares um novo partido que se denominará – radical opositor – e terá por fim imediato apoiar o partido que estiver em natural oposição à situação política actual, e por systema ou programa terá:

2° Reformar a organização social brasileira assentando-a sobre as bases da liberdade, igualdade e fraternidade amparadas na razão e na justiça.

3° Reformar o systema eleitoral estabelecendo novo censo compatível com a população livre.

4° Reforçar o poder municipal deixando sobre si a fora de inconveniente centralização do governo imperial.

5° Reformar o ensino respeitando a liberdade de consciências e todas as crenças religiosas.

6° Estabelecer a separação da igreja do Estado.

7° A grande naturalização.

8° Senado temporário e não vitalício.

9° Criar bancos agrícolas e industriais para empréstimos, a juro baixo, à lavoura e à indústria.

10. Criar escolas políticas onde o povo, e especialmente os novos cidadãos brasileiros, aprendam os direitos e deveres políticos.

11. Criar institutos agrícolas onde se aprendam a sciencia da agricultura e outros institutos que livrem, por meio do trabalho, a mocidade da prostituição e dos demais vícios incompatíveis com a dignidade humana.

12. Fazer outras reformas compatíveis com o progresso geral do paiz.

13. Eleger deputados aqueles cidadãos que se comprometerem com solene juramento perante o eleitorado reunido em assembleia preparativa antes da eleição trabalhar pela realização d'este programa.

14. Cassar o mandato conferido caso o deputado falte à confiança do eleitorado, sendo n'este caso cassado o mandato pelo centro director do partido com intimação ao mandatário, que ficará privado pelo prazo de 10 annos. Leopoldina, 25 de maio de 1888.<sup>981</sup>

O caráter corporativo não estava ausente das ideias propugnadas pelos indivíduos que se mostravam interessados em mudanças no cenário partidário do Brasil. Em síntese, os participantes da vida partidária do Brasil no fim do Império entendiam que era crucial a formulação de projetos estruturais e de longo prazo para o país. Contudo, o seu apego a determinados interesses econômicos evidencia a dificuldade das elites regionais para

<sup>980</sup> *A Regeneração*, 06 de junho de 1888, n. 120, p. 2.

<sup>981</sup> *Id.*

compreender e vivenciar os processos de transformação econômica e social do país. Assim, o limite do radicalismo do referido partido era ditado pelos interesses econômicos dos seus filiados.

Em suma, o fim do Império foi uma época na qual houve o crescimento das dificuldades para a consolidação de ritos partidários e da democratização da vida partidária. Entretanto, os republicanos das províncias empenharam-se para organizar partidos cujo funcionamento não se assemelhava ao funcionamento dos partidos monárquicos, pois estes eram sobremaneira dependentes da orientação dos potentados. Ao mesmo tempo, os partidos republicanos que surgiram nessa época eram dotados de um ideário programático.

Os envolvidos na criação de partidos no âmbito provincial não circunscreviam tal ideário a questões regionais. Antes, a análise das propostas dos republicanos de Leopoldina evidencia a existência, no âmbito das províncias, de esforços para a formulação de um repertório de propostas de transformação do cenário econômico e social do país. Porém, os envolvidos nessas iniciativas não abandonavam a reivindicação de seus direitos como senhores de escravos.

#### **4.4. – Partido Conservador, política municipal e dominação social: a família Guimarães e o ocaso do Império**

Nesta seção é evidenciado que a partir dos anos 1870 o patriarca da família Guimarães, o Visconde de Nácar, acomodou-se na condição de um chefe político municipal. As ideias políticas desse indivíduo eram permeadas pela discussão de questões essencialmente localistas. Nesse contexto, ocorreu a consolidação do domínio dos bacharéis sobre a gestão do partido na província. O cumprimento das determinações propostas por tais bacharéis era um elemento comum aos chefes partidários municipais.

De outro lado, a aproximação com chefes partidários de maior projeção era operacional para os negociantes permanecerem como recebedores de privilégios econômicos. Assim, cabe demonstrar que o esgotamento das atividades da Companhia Progressista ocorreu no momento em que o cessou financiamento público a tal empresa. A perda de aliados junto à Assembleia Provincial e ao Governo Provincial era determinante para que os gestores das companhias de navegação conhecessem a sua derrocada da sua empresa. O fato de esse negociante administrar a empresa como um negócio de família evidencia que ele enxergava tal instituição como uma salvaguarda de sua influência econômica e social na província.

De outra parte, nos últimos anos do Império o Visconde de Nácar recuperou a faculdade de intervir mais decisivamente na gestão do partido na província. Ele alcançou, também, a condição de ser indicado candidato a deputado geral. Todavia, cumpre demonstrar que essa recuperação consiste em um indício dos obstáculos para a renovação do quadro de correligionários e emergência de novas lideranças. Ainda, compete ser demonstrado que essa recuperação não ocorreu sem resistências internas. Por fim, demonstra-se que as contínuas tentativas de reorganização do Partido Conservador na esfera regional não se desdobraram em uma renovação do quadro partidário. Essa reorganização também não foi suficiente para evitar que interesses particulares dos chefes partidários promovessem a cisão da agremiação.

\*\*\*

A permanência dos conservadores no comando do Gabinete Ministerial possibilitou que Nácar não restringisse a sua atividade política ao âmbito municipal. Nesse quadro, é necessário ressaltar que de 15 de janeiro a 13 de junho de 1873 e de 16 de julho a 17 de agosto de 1877 ele exerceu interinamente o cargo de presidente do Paraná, visto que estava investido no posto de vice-presidente da província. Contudo, as suas oportunidades de assumir postos mais decisivos na administração provincial eram sobremaneira condicionadas pela influência que os bacharéis pertencentes à família Correia exerciam sobre os esquemas de nomeações imperiais. Ao mesmo tempo, a atuação de Nácar à frente do Governo do Paraná foi também encarada como condicionada pelos interesses políticos dos aludidos bacharéis.

Dessa maneira, é necessário dedicar atenção às considerações do correspondente de *A Reforma*, datadas de julho de 1873, sobre os motivos que levaram Nácar a adiar a realização de eleições primárias das paróquias de Curitiba, Iguazu e São José dos Pinhais. No relatório que elaborou em junho daquele ano como vice-presidente em exercício do Paraná, Nácar afirmou que o adiamento dessas eleições era decorrente do propósito de permitir que o presidente da província, Frederico Abranches, tivesse “toda a liberdade [de decisão] em assunto de tanta importância”.<sup>982</sup>

Porém, o mencionado correspondente evidenciou que o adiamento das eleições era uma medida destinada a atender os interesses políticos dos deputados gerais Manuel Eufrásio Correia e Manuel Francisco Correia. Mais precisamente, a realização dessas eleições poderia representar uma ameaça ao domínio político do Partido Conservador no Paraná, em virtude da

---

<sup>982</sup> GUIMARÃES, Manuel Antônio. *Relatório com que o Exm. Sr. Comendador Manuel Antônio Guimarães apresentou ao Exm. Sr. Dr. Frederico José Cardoso de Araújo Abranches por ocasião de passar-lhe a administração da Província do Paraná no dia 13 de junho de 1873*. Curitiba: Typographia da Viúva Lopes, 1873, p. 4.

possibilidade de serem escolhidos eleitores que não eram da confiança dos chefes dessa agremiação. Assim, a leitura do texto abaixo reproduzido também permite evidenciar que, naquele contexto, já se consolidara a influência de bacharéis da família Correia sobre a política provincial, em detrimento dos abastados negociantes que controlaram o Partido Conservador na província até fins dos anos 1860:

Em dezembro ordenou o ministro do Império ao presidente desta província que mandasse proceder às eleições anuladas pela Câmara dos Deputados, mas os Corrêas ordenaram ao vice-presidente que tal não fizesse, porque cinquenta e tantos eleitores novos poderiam modificar a eleição da nova assembleia provincial com os eleitores existentes. Ora, o comendador Guimarães entre a ordem do ministro do Império e as dos Corrêas preferiu obedecer a estas que melhor traduziam suas aspirações e palpites. E assim é que foi-se o dezembro do ano de 1872 e esgotaram-se janeiro, fevereiro, março, abril, maio e estamos em julho de 1873 sem que tais ordens fossem expedidas. O que se conclui é: ou o ministro não ordenou seriamente, ou foi ludibriado pelo seu agente na província. No primeiro caso, a alta posição de um personagem que toma assento junto ao imperador repele a hipótese em matéria mínima de administração; no segundo caso foi formalmente desobedecido, suas ordens foram tidas como nulas e a impunidade do agente anima aos outros a praticarem o mesmo quando houverem motivos particulares que assim aconselhem.<sup>983</sup>

Ao mesmo tempo, Nácar fora criticado pelos liberais em virtude dos benefícios econômicos que concedeu a indivíduos pertencentes a seu grupo político. A concessão desses benefícios evidencia a obediência desse potentado a um bacharel pertencente à geração de 1830: Manuel Francisco Correia. Em 1873, Nácar autorizou a celebração do contrato entre o Governo Provincial e Joaquim Severo Correia, irmão de Manuel Francisco. De acordo com esse contrato, Joaquim Severo tornava-se o responsável por realizar obras na estrada do Assungui.

Segundo o correspondente de *A Reforma*, Nácar afirmava que a celebração desse contrato era uma imposição de Manuel Francisco: “Nem se liberta da responsabilidade moral e legal o comendador Manuel Antônio Guimarães, dizendo a quantos o ouvem, que do Rio de Janeiro é que veio a ordem para contratar-se com o irmão do ex-ministro e Lúcio Ferreira”.<sup>984</sup> Em julho de 1873, o correspondente de *A Reforma* voltou a destacar que Nácar divulgava que fora obrigado a favorecer o irmão de Manuel Francisco.

De sua parte, tal correspondente salientou que Nácar cumpria as ordens desse bacharel, em detrimento das orientações dos membros do Gabinete: “Quando o comendador Guimarães sofreu na província as primeiras censuras por um tal contrato, dizia a quem o queria ouvir: *Fui obrigado ordenaram na Corte que o fizesse*. [...] não se seria falta de lógica

<sup>983</sup> *A Reforma*, 9 de julho de 1873, n. 154, p. 2.

<sup>984</sup> *A Reforma*, 11 de abril de 1873, n. 82, p. 3.

deduzir que quem ordenou seria o conselheiro [Correia], porque tratando-se de eleições já demonstramos que o vice-presidente Guimarães obedece primeiro ao Corrêa e depois ao ministro”.<sup>985</sup>

Todavia, o então ministro da Agricultura, José Fernandes da Costa Pereira Júnior, não aprovou esse contrato. Existiam, pois, limites para os membros da família Correia e Guimarães conseguirem viabilizar seus interesses junto ao Gabinete Ministerial. Nessa época, Manuel Francisco não mais exercia o cargo de ministro dos Negócios Estrangeiros. Em virtude do não atendimento de seu pleito, o deputado geral Manuel Eufrásio tornou-se um opositor do Gabinete Rio Branco. Portanto, os interesses particulares e familiares influíam na atividade partidária das parentelas que comandavam o jogo partidário das províncias do Império.

Ao comentar a recusa de Costa Pereira em validar o contrato, o articulista de *A Reforma* salientou: “Razão teve o Sr. Ministro Costa Pereira, desde que soube que se efetuou um contrato com os cofres públicos, superior a 1,500:000\$ em não aprová-lo, pelo segredo em que foi efetuado. Razão teve o deputado E. Corrêa em abrir oposição ao ministério; deputado pela família, e não pela província do Paraná, deve zelar mais o que respeita ao bem estar da grei, que os direitos públicos e moralidade do governo”.<sup>986</sup>

A despeito da contrariedade do ministro da Agricultura, Joaquim Severo realizou obras na estrada. Em seguida, apresentou ao Governo Imperial a conta pelos seus serviços: 92 contos de réis. Ao admoestar a conduta dos chefes conservadores do Paraná, o articulista de *A Reforma* afirmou: “O que é preciso é o Sr. Rio Branco demitir a bem do serviço público o 1º e 2º vice-presidentes da província porque amanhã qualquer deles na administração terá de presenciar a província a continuação dos escândalos com que tantos se distinguem dela”.<sup>987</sup>

De outra parte, a gestão de Nácar como presidente interino do Paraná em 1873 teria foi marcada pela tentativa de viabilizar os interesses particulares de seus aliados. Mais precisamente, tal gestão evidencia que a emergência de um potentado ao comando de um Governo Provincial era uma oportunidade para que os membros de seu grupo político atuassem decisivamente na condução da vida administrativa regional. Assim, os aliados de um potentado possuíam maiores condições de intervir na gestão local de políticas imperiais, a exemplo da política de atração de imigrantes. A gestão de Nácar evidenciara, para os liberais,

<sup>985</sup> *A Reforma*, 10 de julho de 1873, n. 155, p. 2.

<sup>986</sup> *A Reforma*, 10 de dezembro de 1873, n. 282, p. 3.

<sup>987</sup> *Id.*



a obediência desse negociante em relação a uma nova liderança conservadora: o bacharel Manuel Francisco Correia. As ações administrativas de Nácar, portanto, consistiam no cumprimento de orientações formuladas por Manuel Francisco.

Nesse contexto, a atuação de Nácar como presidente do Paraná não permitiu o crescimento de sua influência na política provincial. Antes, essa atuação serviu apenas para executar uma política econômica e administrativa de cuja formulação ele não participara. A respeito da subalternidade política de um negociante conservador da geração de 1810 em relação a um bacharel pertencente à geração de 1830, leia-se o seguinte comentário do correspondente de *A Reforma*, datado de abril de 1873:

É inacreditável o estado deplorável a que a maléfica influência oficial do ex-ministro de estrangeiros, conselheiro Manuel Corrêa, reduziu esta briosíssima província. Além da falta de garantias para os direitos individuais, estamos ameaçados de bancarrota no tesouro provincial, e isto justamente quando aparecem novas necessidades, cuja satisfação é urgente e imprescindível. E para coroar a obra da miséria e corrupção, pespegam-nos com o negociante Manuel Antônio Guimarães, homem quase analfabeto (cujo único merecimento é ser tio do Sr. Manuel Corrêa), para, como vice-presidente, substituir na administração o Sr. Venâncio Lisboa.<sup>988</sup>

Ao futuro Visconde de Nácar restava, por um lado, o domínio sobre a vida política de Paranaguá. Por outro lado, a sua vinculação ao Partido Conservador permitiu-lhe a renovação da subvenção provincial e imperial à sua empresa de navegação fluvial. Aos demais correligionários do partido situacionista, eram conferidos benefícios como a prestação de serviços ao Governo Provincial. Tais benefícios eram concedidos mediante o respaldo da Assembleia Provincial, conforme destacado pelo aludido correspondente: “A Assembleia só está funcionando para decretar aposentadorias indecentes e ominosas para os cofres públicos, e encher a algibeira do 2º vice-presidente em exercício, Sr. Guimarães de Paranaguá, com subvenções a companhias que já são subvencionadas pelos cofres gerais. As últimas remessas de colonos ingleses com destino à colônia do Assungui só tem servido para fartar a voracidade de amigos, felizes aderentes e bem aventurados parentes do conselheiro Corrêa e seu tio vice-presidente Guimarães”.<sup>989</sup>

A obtenção de benefícios econômicos era um efeito do pertencimento ao grupo de aliados de um potentado que exercia o controle sobre um Governo Provincial. No mencionado texto do correspondente de *A Reforma*, encontram-se informações sobre o envolvimento de

<sup>988</sup> *A Reforma*, 17 de abril de 1873, n. 86, p. 3.

<sup>989</sup> *A Reforma*, 17 de abril de 1873, n. 86, p. 3.

correligionários de Nácar na condução da política imigratória do Paraná. Tais informações também demonstram os benefícios econômicos recebidos pelos aliados dos potentados ao tempo em que estes exerciam o controle sobre a administração de uma província.

Neste momento segue para a marinha um grupo superior de 50 colonos! O Sr. Guimarães deixa esplendoroso rasgo de sua *alta* inteligência administrativa! Esses pobres colonos entregues há mais de 4 meses há um parente do Sr. Guimarães para que usufrísse 1\$2000 por cabeça, dando por tal forma ao citado parente cerca de 320\$000 líquidos diários, esbarram com o *nom possumus* do Dr. Abranches que apontou-lhes para o sertão e disse-lhes: ou seguem ou não comem, e suspendeu-lhes a diária. E ei-los à matroca em todas as direções; em razão da alimentação que tinham, veio a morte pedir seu quinhão, e onde o marido, a mulher, os filhos? Famílias truncadas, e a angústia no coração desses homens aptos para os mais árduos serviços! Quantos males pela imprevidência do governo da província, quantas desgraças porque dá-se uma alta posição a sujeito incapaz de desempenhá-la, quanto descrédito para o país porque o ministério acreditou mais nos Srs. Corrêas do que no conselheiro Zacarias quando dizia no Senado: o comendador Guimarães não é dessas influências assassinas do norte, mas quer meter no bolso dos seus, sempre que influi, o dinheiro das tesourarias. E a prova desta tese do conselheiro Zacarias tem o ministério na glosa que acaba o inspetor da tesouraria de fazer na conta de colonos apresentada pelos íntimos do comendador Guimarães e por ele nomeados para o recebimento dos colonos em Paranaguá; leitões, perus, cartas de jogar, perfumarias, etc. etc., ali estão escritos para fazer a enorme soma de 19:000\$ que se pretende tirar ao estado. Mas tal conta acaba de ser glosada pelo inspetor da tesouraria, e sublinhada cada uma das pescadas que nela se introduziu. O inspetor da tesouraria é o mesmo Sr. Cândido José Pereira, elogiado pelo conselheiro Corrêa e nomeado tenente-coronel da guarda nacional. E, ou as contas não serão pagas sem a glosa, ou o inspetor será substituído, afim que os nomeados pelo Sr. Guimarães não sofram prejuízo.<sup>990</sup>

Ao longo dos anos 1870, porém, Nácar se acomodou na posição de um chefe político municipal, cujo principal elemento de seu poder era o controle sobre a Câmara Municipal de Paranaguá, a qual presidiu de 1873 a 1876 e de 1881 a 1883. Ao assumir o posto de presidente do Legislativo Municipal em janeiro de 1873, ele se manifestou sobre a redução de competências políticas das Câmaras, assim como elencou as carências da cidade de Paranaguá. Portanto, na condição de vereador Nácar emitiu seus principais posicionamentos políticos.

De outra parte, cumpre salientar que a obtenção de privilégios econômicos era um indicador da influência desses potentados. Em distintas províncias, a negociação para o aumento dos auxílios pecuniários às empresas de navegação eram motivos de embates políticos. Nesse contexto, a conquista da prerrogativa de prestar o serviço de navegação fluvial era encarada como um privilégio econômico e político.

Durante o período em que os conservadores controlavam o Gabinete Ministerial, Nácar conseguiu que o Governo do Paraná aumentasse a subvenção anual da Companhia Progressista de Navegação para 12 contos de réis, assim como conseguiu que o Governo

<sup>990</sup> A *Reforma*, 9 de julho de 1873, n. 154, p. 2.

Imperial complementasse tal subvenção em 12 contos. Em verdade, não era incomum que as empresas de navegação recebessem, simultaneamente, subvenções dos Governos Provincial e Imperial. Conforme salientado, a Companhia de Navegação da Bahia, no início dos anos 1860, recebia anualmente 84 contos de réis do Governo Provincial. Nessa ocasião, tal empresa também recebia anualmente 40 contos do Governo da Bahia, 12 contos do Governo de Sergipe, e 8 contos do Governo de Alagoas.<sup>991</sup>

No caso do Visconde de Nácar, a obtenção de subsídios para sua empresa de navegação era acompanhada pela conquista de outras vantagens, a exemplo do estabelecimento de contrato com a administração provincial para a venda de imóveis. O financiamento do Governo Imperial cessou apenas em 1878, quando houve a formação de novo Gabinete liberal.<sup>992</sup> Nácar e os seus aliados eram os principais beneficiários da ascensão dos conservadores ao comando do Gabinete Ministerial e do Governo do Paraná. Dessa forma, compete salientar que em meados dos anos 1870 Nácar e os seus correligionários conseguiam, por meio da intermediação de conservadores de maior influência, a obtenção dos aludidas privilégios.

As informações a seguir transcritas, as quais foram publicadas em *A Reforma* em 1875, demonstram que os bacharéis da família Correia tinham como um elemento do seu poder político a capacidade de viabilizar interesses particulares dos seus correligionários estabelecidos em Paranaguá. Por outro lado, a esses correligionários não era conferida a faculdade de exercer decisiva interferência na vida partidária e administrativa da província. A conquista de privilégios econômicos era um limite dessa influência. Ao mesmo tempo, o excerto abaixo transcrito também evidencia que a precariedade dos serviços prestados pela empresa era um dos motivos das críticas direcionadas a ela pelos liberais:

Vai o governo geral comprar na cidade de Paranaguá uma casa para estação telegráfica por 10:000\$, em concurso, sem admitirem ofertas de outras, sem finalmente provocar-se a competência com o que só lucraria a fazenda. É a casa do irmão, já falecido, do deputado Eufrásio Corrêa, portanto tio do conselheiro de mesmo nome e cunhado do comendador Guimarães. Se há um quartel de menores a construir-se dá-se a administração ao senhor Manuel Ricardo [Carneiro], genro do comendador. Se a fortaleza precisa quem a caie e envernize os canhões que nos deixaram os bons reis de Portugal, é o Sr. Carneiro o próprio. Se o governo precisa de uma casa para a capitania do Porto, tem-na o comendador Guimarães que a vende sem competência. Se a província precisa de casa nesta cidade [Curitiba] para liceu tem-na o comendador Guimarães que a vende bem vendida. Se a Companhia Progressista com seus calhambeques não quer continuar com 4 contos de réis que lhe davam no domínio liberal e muito agradeciam, aí surge a aurora da regeneração e anualmente decreta a província 12:000\$ e o conselheiro

<sup>991</sup> BRASIL. *Annaes do Parlamento Brasileiro*. Câmara dos Srs. Deputados. Sessão de 1864. Tomo I. Rio de Janeiro: Typographia Constitucional e Imperial de J. Villeneuve, 1864, p. 253.

<sup>992</sup> *A Reforma*, 15 de outubro de 1878, n. 235, p. 4.

[Manuel Francisco Correia] anualmente encaixa no orçamento geral outros doze [contos de réis] e com 24:000\$ cita o comendador Guimarães e os poucos que se assenhoraram dos dividendos da companhia habilitados a comprar um vapor mensalmente.<sup>993</sup>

A criação da Companhia Progressista, em 1858, teve a participação de membros dos partidos Conservador e Liberal. Tal empresa, portanto, contou com a colaboração com membros de distintos setores da elite política do litoral paranaense. Gradativamente, essa colaboração se esgotou. O Visconde de Nacar administrou a empresa, a partir dos anos 1870, como um negócio de família. Nesse sentido, seus parentes exerciam as principais funções na administração da companhia.

Por outro lado, a empresa tornou-se sobremaneira dependente de recursos dos cofres provinciais. O Governo do Paraná não interferiu no modo como o Visconde de Nacar administrava a *Progressista*. Tal situação permitiu que os interesses econômicos dos Guimarães prevalecessem sobre os interesses dos demais acionistas. O encerramento do contrato entre a *Progressista* e o Governo do Paraná ocorreu em 1878, no contexto do retorno dos liberais ao comando do Gabinete Ministerial. Nessa época, a companhia estava deficitária (19:409.841 de despesas contra 17:522.006 de receita).<sup>994</sup> Nesse contexto, Nacar decidiu que a *Progressista* não continuaria a prestar serviços ao Governo Provincial porque o presidente da província, Rodrigo Octavio, determinou que a subvenção mensal à companhia seria reduzida para a quantia de 300 mil réis.<sup>995</sup>

A família Guimarães também estendeu sua atuação econômica para a área da produção agrícola. Em 1888, por exemplo, o Ministério da Agricultura autorizou um filho de Nacar, João Guilherme Guimarães, a introduzir em sua fazenda, a qual era denominada *Nacar*, cinco famílias de imigrantes europeus.<sup>996</sup> Nessa época, João Guilherme era produtor de arroz. Em 1889, ele substituiu os pilões de seu engenho por máquinas.<sup>997</sup> O engenho passou, portanto, por um processo de modernização. Dessa forma, no fim do Império a família Guimarães não se dedicava somente ao ramo do agenciamento de navios. Antes, a agricultura era uma atividade econômica crucial dessa parentela.

De outra parte, a gestão do Partido Conservador em Paranaguá apresentou-se como outra salvaguarda do poder político de Nacar. Entretanto, cumpre demonstrar que a gestão de

---

<sup>993</sup> *A Reforma*, 28 de setembro de 1875, n. 217, p. 2.

<sup>994</sup> *Echo do Paraná*, 28 de fevereiro de 1879, n. 8, p. 3.

<sup>995</sup> *Id.*

<sup>996</sup> *Gazeta Paranaense*, 31 de julho de 1888, n. 170, p. 1.

<sup>997</sup> *Gazeta Paranaense*, 19 de maio de 1889, n. 111, p. 2.

Nácar à frente do partido em Paranaguá não impossibilitou que um bacharel pertencente à família Correia exercesse acentuada influência sobre os conservadores no município. Uma função desse bacharel era impedir que os correligionários do partido em Paranaguá se afastassem da agremiação em virtude da ascensão dos liberais do comando do Gabinete Ministerial.

#### **4.4.1. – Gestão partidária e cisão de correligionários: o Visconde de Nácar e o Partido Conservador no litoral do Paraná nos últimos anos do Império**

A queda dos conservadores do comando do Gabinete Ministerial, em 1878, ocasionou a formação de uma Comissão Executiva do Partido Conservador em Paranaguá. Assim, Nácar e seus aliados preferiram não recriar um diretório municipal. Antes, optaram por implantar um órgão partidário peculiar às freguesias. Em junho de 1878, ocorreu uma reunião, na residência do então Barão de Nácar, para a formação dessa Comissão. O principal da Comissão era definir a forma de atuação dos correligionários na eleição para uma vaga de deputado geral. Tal eleição ocorreria no mês de agosto daquele ano. A esse respeito, o articulista de *O Paranaense* informou:

Reunião política. No domingo 16 [de junho] do corrente a convite do exm. Barão de Nacar, reonio-se em casa deste, grande numero de conservadores para o fim de se tratar da eleição próxima: ficando eleita para esse fim uma comissão composta dos seguintes cidadãos: Barão de Nacar, Dr. Manuel Euphrasio Correia, Dr. Filastrio Nunes Pires, Tenente Coronel Manuel Leocádio de Oliveira, Major Manuel Ricardo Carneiro, Capitães Joaquim Mariano Ferreira, Presciliano da Silva Correia, Ernesto Frederico Laines e Antônio Luiz de Bittencourt.<sup>998</sup>

Essa reunião fora convocada pelo Visconde de Nácar. O organizador do encontro admitia a participação dos “eleitores e os mais importantes conservadores desta cidade para deliberar-se sobre a atitude do partido nas presentes emergências”, conforme salientou o articulista do jornal *O Paranaense*.<sup>999</sup> Dessa forma, a reorganização do Partido Conservador em Paranaguá era dependente de circunstâncias tais como a mudança na composição de um Gabinete Ministerial. Trata-se, assim, de um indício de que o partido não desenvolvia regularmente reuniões de caráter político e administrativo. Antes, essas reuniões eram convocadas pelo principal potentado da localidade, o Visconde de Nácar. O domínio desse personagem sobre o partido no município, portanto, interferia sobremaneira na natureza e no

<sup>998</sup> *O Paranaense*, 03 de julho de 1878, n. 30, p. 4.

<sup>999</sup> *O Paranaense*, 10 de fevereiro de 1878, n. 9, p. 3.

ritmo das atividades da agremiação em Paranaguá. Era Nácar que definia a pauta e as condições de participação dos correligionários nos eventos partidários.

A autonomia dos conservadores para a gestão local do partido gerou uma situação da qual as elites locais ora preferiram criar apenas *comissões eleitorais*, ora preferiram criar diretórios para organizar a agremiação. No contexto do retorno dos liberais ao comando do Gabinete, os conservadores de Paranaguá optaram pela criação de uma *Comissão*. Verifica-se, assim, que a antiga estrutura administrativa da Junta de Paranaguá estava desativada. Ou seja, as atividades administrativas do partido, naquela localidade, ocorriam de forma pouco regular. De outra parte, conservadores de Minas Gerais, nesse contexto em que estavam na oposição ao Gabinete, preferiram criar diretórios. Na cidade de Paracatu, houve, em 20 de junho de 1880, a formação de um diretório conservador (ou *Junta conservadora*) formada pelos cargos de presidente, 1º vice-presidente, 2º vice-presidente, 1º secretário e 2º secretário.<sup>1000</sup> No município mineiro de Caldas, em 3 de julho de 1880, também houve a formação de um diretório conservador. A Mesa Diretora desse órgão era formada pelos cargos de presidente, vice-presidente, secretário e conselheiros (em número de quatro).<sup>1001</sup>

Nesse sentido, a criação de Comissão do Partido Conservador de Paranaguá consiste em evidência da divisão de tarefas realizadas por correligionários do Partido Conservador. Ou seja, os membros dessa Comissão estavam incumbidos de organizar as atividades do partido em um contexto eleitoral. Essa divisão de tarefas, em Paranaguá, foi efetuada após consulta prévia aos correligionários. Nos anos finais do Império, esse modelo de atribuição de funções era empregado, por exemplo, no diretório da freguesia carioca do Espírito Santo, em 1885. Nessa ocasião, a formação de Mesa Executiva do diretório e de uma Comissão eleitoral foi realizada por uma assembleia geral do partido.<sup>1002</sup>

\*\*\*

A Comissão do Partido Conservador de Paranaguá, em 1878, era marcada pelas notáveis diferenças acerca do poder político dos seus componentes. Nessa ocasião, eram membros da Comissão dois negociantes da geração de 1810: Manuel Antônio Guimarães e Manuel Leocádio de Oliveira. Assim, em Paranaguá, indivíduos politicamente ativos desde a época anterior à criação da província ainda resguardavam a sua prerrogativa de interferir na gestão do Partido Conservador.

<sup>1000</sup> *Província de Minas*, 28 de julho de 1880, n. 4, p. 2.

<sup>1001</sup> *Província de Minas*, 21 de agosto de 1880, n. 8, p. 2.

<sup>1002</sup> *Jornal do Commercio*, 07 de outubro de 1885, n. 279, p. 2.

Em tal contexto, as reuniões do diretório conservador do Paraná, em Curitiba, também contavam com ampla participação de correligionários. Em geral, essas reuniões eram destinadas à discussão sobre a atuação dos membros dos diretórios em eleições. Contudo, essa ampla participação não implicava expressiva renovação no grupo de dirigentes desse órgão partidário. A principal diferença entre o funcionamento dos diretórios conservadores de Curitiba e Paranaguá consistia no fato de que, no diretório sediado na capital paranaense, a participação dos adventícios era mais decisiva.

Nesse contexto a obtenção de privilégios econômicos do Governo Provincial e o exercício o eventual de cargos comissionados consistiam nos limites do poder dos antigos dirigentes do diretório conservador de Paranaguá. Manuel Leocádio, por exemplo, fora investido, em 1876, no posto de 1º suplente de Juiz Municipal de Paranaguá.<sup>1003</sup> Ao mesmo tempo, ele também mantinha contrato com o Governo Imperial para realizar o serviço de instalação de linha telegráfica no Paraná.<sup>1004</sup>

Por seu turno, o então Barão de Nácar tinha entre as suas prerrogativas políticas a faculdade de interferir para a destituição de agentes imperiais atuantes em Paranaguá. Os agentes que não fossem aliados de Nácar e não concordassem com suas pretensões econômicas tinham seus cargos ameaçados. De acordo com o articulista de *A Reforma*, Nácar atuara para conseguir a demissão, em 1877, do capitão do Porto de Paranaguá, o citado Joaquim Guilherme de Mello Carrão. O motivo dessa demissão decorria do fato de que Carrão recusava-se conceder favores à Companhia Progressista:

O capitão do Porto, capitão de Mar e Guerra Mello Carrão, empregado cumpridor de seus deveres, cidadão ilustre por seus inúmeros serviços prestados ao país e pai de família exemplaríssimo, acaba de sofrer a maior das injustiças, sendo removido para o Espírito Santo. Dizem os mais chegados ao *astro do dia*, que deu causa a essa injusta remoção a independência com que se tem havido o Sr. Mello Carrão a respeito da “Progressista”, que não progride, cujo material flutuante ainda é uma miséria. E se o governo se quiser certificar do que dizemos, mande uma comissão de profissionais que não coma bota examinar os tais vapores, antes tumbas.<sup>1005</sup>

Cumprir destacar que, até a vinda do novo capitão do Porto, Mello Carrão permaneceu investido no cargo. Nesse ínterim, os liberais passaram a comandar o Gabinete Ministerial. Segundo Manuel Eufrásio Correia, Mello Carrão aproximou-se dos liberais. Proferidas na

<sup>1003</sup> *Dezenove de Dezembro*, 11 de março de 1876, n. 1690, p. 2.

<sup>1004</sup> *Dezenove de Dezembro*, 29 de junho de 1880, n. 2057, p. 1.

<sup>1005</sup> *A Reforma*, 27 de novembro de 1877, n. 269, p. 3.

sessão da Assembleia do Paraná 5 de abril de 1878, as seguintes considerações de Manuel Eufrásio evidenciam a natureza mutável do relacionamento entre potentados e agentes da administração imperial. Mais especificamente, essas considerações permitem salientar que a mudança de Gabinete Ministerial era um momento no qual os potentados que passavam para a oposição experimentaram a redução do seu grupo de aliados:

O capitão do Porto [Joaquim Guilherme de Mello Carrão], que até hontem acompanhava o Barão de Nácar, e que dizia-se conservador, declarou-se chefe liberal. Por sua vez este funcionario negou todos os meios de transporte do inspetor de saúde. Este ultimo requisitou a lancha a vapor, para o serviço do lazareto, mas o capitão do porto declarou que estava ella com o machinismo estragado. No mesmo dia, porem, chegaram os ministros da guerra e da fazenda, e o capitão do porto foi, nos fofos coxins da lancha, receber os recém chegados, que recusaram aproveitar-se da fineza".<sup>1006</sup>

Em suma, essas considerações também demonstram a dificuldade de os potentados manterem agentes imperiais sob sua influência no momento em que eles, os potentados, não pertenciam ao grupo partidário situacionista. Tem-se, portanto, um indício acerca do caráter volúvel da relação mantida entre os agentes imperiais e os potentados ao tempo do Segundo Reinado.

\*\*\*

De outra parte, dentre os membros Comissão Executiva também se encontrava o citado Filastrio Nunes Pires. Esse bacharel, que faleceu em 1883, permaneceu nos anos derradeiros como um ocupante ocasional de cargos comissionados. Esse bacharel se enquadrava na categoria de um dirigente partidário que não angariou mandatos eletivos e postos decisivos na administração pública. Antes, ele apenas revezava o exercício de cargos públicos com outros correligionários do Visconde de Nácar. Em maio de 1869, por exemplo, Ernesto Frederico Laynes solicitou exoneração do cargo de Promotor Público de Paranaguá. Por consequência, Filastrio Pires foi designado para substituí-lo.<sup>1007</sup>

A ascensão dos liberais à presidência do Conselho de Ministros determinava o afastamento de Filastrio Pires de tais cargos. A queda do Gabinete Caxias, em 1878, ocasionou a sua exoneração do posto de Promotor Público de Paranaguá. Nessa oportunidade, esse bacharel foi substituído pelo ex-deputado provincial Caetano de Souza Pinto. Portanto, o contingente de liberais envolvidos em esquemas de nomeações em Paranaguá não passou por significativa renovação nas décadas finais do Império.<sup>1008</sup> Dessa maneira, Filastrio Pires

<sup>1006</sup> *O Paranaense*, 14 de abril de 1878, n. 16, p. 3.

<sup>1007</sup> *Dezenove de Dezembro*, 02 de junho de 1869, n. 998, p. 4.

<sup>1008</sup> *O Paranaense*, 16 de julho de 1878, n. 159, p. 4.



permaneceu como um membro do séquito de correligionários de Nácar. Porém, tal pertencimento não garantia aos adventícios decisivas oportunidades de atuação no jogo partidário.

De outra parte, a presença de Ernesto Laynes em tal Comissão evidencia que funcionários de Nácar eventualmente obtinham a condição de participar da gestão do Partido Conservador em Paranaguá e, também, de integrar chapas eleitorais. Ernesto Laynes era gerente da Companhia Progressista.<sup>1009</sup>

No decênio de 1870, Manuel Ricardo Carneiro, que fora funcionário da Companhia Progressista, envolveu-se na administração do Partido Conservador em Paranaguá, assim como foi deputado provincial e vereador. Em 1878, ele permanecia como um dos gestores da agremiação naquela cidade. No referido ano conquistou a prerrogativa de participar do grupo que geria o partido naquela localidade. Nessa época, ele já exercera mandato de vereador em Paranaguá (1873-1876). Laynes voltou a desempenhar tal cargo de 1881 a 1884. A sua atividade política circunscreveu-se, pois, ao universo municipal.

Houve, também, uma aproximação entre os destinos de abastados negociantes do litoral do Paraná que integravam o Partido Conservador e os destinos dos aludidos funcionários de Nácar. Essa aproximação reside no fato de que a migração para Curitiba foi um acontecimento peculiar às trajetórias desses indivíduos. Por outro lado, cabe destacar que essa migração permitiu a Manuel Ricardo pertencer, mesmo ocasionalmente, à vida administrativa da capital paranaense. Ele atuou, pois, como Inspetor do Tesouro Provincial, no fim dos anos 1880.<sup>1010</sup> De sua parte, Laynes exerceu, em Curitiba, um cargo comissionado na administração provincial: secretário da repartição da Polícia do Paraná.

Segundo o *Dezenove de Dezembro*, essa nomeação fora articulada por Manuel Eufrásio Correia.<sup>1011</sup> Nesse sentido, os membros do séquito de correligionários de Nácar eram também dependentes da influência dos bacharéis da geração de 1830. Ao mesmo tempo, nota-se o caráter verticalizado das relações entre os dirigentes do Partido Conservador de Paranaguá. Esses dirigentes, em sua maior parte, eram dependentes da influência política de Manuel Eufrásio e também permaneciam obedientes às orientações do Visconde de Nácar.

<sup>1009</sup> *Dezenove de Dezembro*, 23 de maio de 1878, n. 1911, p. 2.

<sup>1010</sup> Nos anos de 1885 e 1889, Manuel Ricardo atuou como Inspetor do Tesouro Provincial. *Dezenove de Dezembro*, edições de 19 de setembro de 1885 e 28 de junho de 1889. Portanto, somente ascensão dos liberais ao comando do Gabinete Ministerial solapou as chances de Manuel Ricardo continuar à frente do citado posto. No princípio do período republicano, Manuel Carneiro exerceu um cargo comissionado estadual: o cargo de diretor da Biblioteca Pública do Paraná. *A República*, 23 de março de 1890, n. 72, p. 2.

<sup>1011</sup> *Dezenove de Dezembro*, 15 de novembro de 1885, n. 254, p. 2.

Porém, a queda do Gabinete conservador comandado por João Alfredo Correia de Oliveira implicou a exoneração de Laynes daquele cargo.<sup>1012</sup> Tratava-se, portanto, de um posto mais subalterno em relação ao posto desempenhado por Manuel Ricardo.<sup>1013</sup> Nesse quadro, houve desigualdades quanto às oportunidades políticas alcançadas pelos indivíduos que formavam o séquito de correligionários do Visconde de Nacar.

\*\*\*

De outro lado, cabe destacar que Antônio Bittencourt e Presciliano Correia eram negociantes que obtiveram maiores oportunidades de atuar na vida política e administrativa de Paranaguá a partir dos anos 1870. Nessa época, eles exerceram mandatos de vereador e desempenharam cargos comissionados provinciais em Paranaguá. A conquista de cargos comissionados por esses indivíduos ocorria em períodos nos quais o Partido Conservador estava no poder.<sup>1014</sup> Joaquim Mariano Ferreira, por seu turno, desde 1868 estava envolvido em esquemas de nomeações.<sup>1015</sup> Para esse grupo de conservadores, o envolvimento em tais esquemas era o principal elemento de sua força política. O fim do Império representou, pois, o fim dessas oportunidades de atuação política e administrativa.

Por fim, cabe destacar a presença de Manuel Eufrásio Correia nessa Comissão. Na época, ele já exercera dois mandatos de deputado geral e ocupara a presidência da Assembleia do Paraná. Nessa Comissão, a sua função era evitar a evasão dos correligionários. A sua missão também consistia em orientar os correligionários a denunciar eventuais abusos de autoridade praticados pelos funcionários comissionados indicados pelos liberais. A respeito da participação de Manuel Eufrásio na criação dessa Comissão, o articulista de *A Reforma* salientou:

[Os conservadores de Paranaguá] tratam igualmente de prepararem-se, por todos os meios, para a campanha eleitoral de 5 de agosto: já promovendo reuniões em casa do chefe Barão de Nacar, onde foi nomeada uma comissão para tratar do expediente eleitoral, amparar e proteger as *vítimas* feitas pelo partido liberal, já apropriando àquele fim as reuniões de assuntos muito diverso, como se deu a 24 do passado, onde o “*distinto democrata, exímio e festejado parlamentar*” (tal foi na ocasião saudade) Sr. Dr. Euphrasio Corrêa, querendo congregar os descontentes e arrefecidos do seu partido, leu com a

<sup>1012</sup> *Dezenove de Dezembro*, 22 de julho de 1889, n. 70, p. 1.

<sup>1013</sup> O Inspetor do Tesouro era o mais alto cargo do Tesouro Provincial do Paraná. Os demais cargos existentes nesse órgão eram os de Contador, 1º Escrivão, Tesoureiro, Procurador Fiscal e Solicitador. *Dezenove de Dezembro*, 19 de setembro de 1885, n. 198, p. 2.

<sup>1014</sup> Em dezembro de 1875, no contexto da vigência do Gabinete Caxias, Presciliano Correia obteve o cargo de delegado de Polícia de Paranaguá. *Dezenove de Dezembro*, 15 e janeiro de 1876, n. n. 1674, p. 1. Nesse quadro, é necessário salientar que, em 1886, na vigência do Gabinete Cotegipe, Antônio Bittencourt estava investido no posto de 2º suplente de Juiz Municipal. *Dezenove de Dezembro*, 27 de fevereiro de 1886, n. 47, p. 2.

<sup>1015</sup> Nessa ocasião, ele foi nomeado 2º suplente de subdelegado de Paranaguá. *Dezenove de Dezembro*, 10 de outubro de 1868, n. 931, p. 3.

precisa eloquência um discurso-proclamação, ou coisa semelhante, bem desenvolvido sobre o tema “*la union fait la force*” muito apropriado ao fim, em que terminou com uma história da carochinha sobre a perfuração do monte *Cenis*. E não fica nisso a sua atividade: a tal comissão executiva, que promete não perder vasa, já encetou os seus trabalhos, enviando alguns de seus membros ao 2º distrito deste termo, donde trouxeram um indivíduo que, posto sob a proteção do Dr. Euphrasio Corrêa, dizem-nos deu queixa contra o respectivo subdelegado, sob o fundamento de ter sofrido prisão ilegal. Se não é real o fato, é contudo de efeito em vésperas eleitorais!<sup>1016</sup>

De todo modo, o Visconde de Nácar, no contexto da ascensão política dos bacharéis conservadores da geração de 1830, manteve a prerrogativa de indicar candidatos a deputado provincial. Nesse quadro, ele conservou a prática de privilegiar a indicação de membros de sua parentela. Nesse contexto, existia uma marcante relação entre os projetos discutidos na Assembleia Provincial e os interesses econômicos de Nácar. Em 1874, o correspondente de *A Reforma* salientou que os projetos que tramitavam na Assembleia Provincial acerca do tema da imigração atendiam a interesses econômicos do Visconde de Nácar. A esse respeito, o correspondente destacou o caso de uma lei que regulamentava a importação de colonos: “[Nácar] mandou que os parentes que pôs na salinha fizessem passar uma lei garantindo 20\$000 por colono que se importasse. Semelhante lei, se os recursos pecuniários da província não fossem as mais precárias, poderia ser considerada, para quem ignora o novo norte do comendador Guimarães como uma proteção à lavoura que luta pela falta de braços, mas tal ilusão se dissiparia em breve, atendendo-se a que a salinha estabeleceu o imposto de 3\$ por escravo lavrador!”<sup>1017</sup>

Ao longo dos anos 1880, o Visconde de Nácar permaneceu como o líder de uma retaguarda que garantia, localmente, os êxitos eleitorais de Manuel Eufrásio Correia. Porém, houve momentos em que a autoridade política de Nácar e de seu genro Manuel Eufrásio foi contestada. Essa contestação não se desdobrou na formação de uma dissidência ou na emergência de novas lideranças do partido na região litorânea. Em 1885, um morador de Antonina publicou anonimamente um texto no jornal *Dezenove de Dezembro*. Nele, destacou que conservadores e liberais independentes buscavam contrabalançar o domínio do grupo político do Visconde de Nácar.

O autor do texto argumentou que Nácar empenhava-se apenas em garantir a viabilização de seus interesses particulares e dos interesses de seus aliados mais próximos. Ao mesmo tempo, o autor ressaltou que a cidade de Antonina não recebia a atenção de Nácar e de

<sup>1016</sup> *A Reforma*, 18 de julho de 1878, n. 159, p. 4. Grifos no original.

<sup>1017</sup> *A Reforma*, 11 de abril de 1874, n. 79, p. 3.

Manuel Eufrásio. Verifica-se, pois, que as antigas rivalidades econômicas e políticas entre Antonina e Paranaguá ainda persistiam. Naquele contexto, tais rivalidades estiveram na iminência de gerar a abertura de uma dissidência no Partido Conservador no litoral paranaense:

#### Partido Patriótico

Com este título vai-se inaugurar em Antonina um partido para empenhar-se exclusiva e absolutamente pelos interesses urgentes desta localidade. Consiste sua organização na fusão de liberais e conservadores com plena exclusão dos eleitores dependentes do governo, que por essa algema não podem sentir os arroubos do amor patriótico, manifestando-o pela expansão das suas ideias e defendendo-o pelo libre voto em favor do candidato que previamente satisfizer as necessidades locais. Podemos afiançar que o eleitorado de Antonina compreendeu o difícil de sua crítica posição, e encontrou a chave que deve abrir uma nova era de prosperidade, para salvaguardar seus interesses individuais. Antonina pensa obter por meio desta honrosa coligação o que lhe tem sido recusado pelo egoísmo e pela trapaça. Antonina não precisaria recorrer a um tão imponente expediente se os nossos governantes aliassem o dever, a justiça e a dignidade da autoria, ao critério e a boa direção franca e patriotismo do país; pois que Antonina não pede uma graça, não implora um favor, quer unicamente justiça, e justiça de uma causa advogada pela topografia da província, justiça de uma causa que redunde em benefício dos interesses econômicos, civil e comercialmente falando, mas que infelizmente estas verdades são abafadas pelo Visconde de Nácar, pretor paranaense; conseqüentemente Antonina está sentenciada. O Sr. Visconde de Nácar, sempre austero na defesa dos seus interesses e dos interesses que afetam a integridade dos seus bens, envia ao parlamento um homem positivamente suspeito e adverso ao bem estar e incremento desta cidade. O Sr. Dr. Euphrasio, rígido e inquebrantável no cumprimento de um programa de ruína, e no apoio que por um dever sagrado dispensa ao Sr. Visconde, jamais poderá preencher o fim que os antoninenses aspiram, qual o de propugnar pela realização dos meios que mantenham a florescência do lugar. Para refutar essas asserções. O Dr. Euphrasio devia provar, com atos, que tem a precisa hombridade para remover o bem em favor dos seus constituintes, que tem bastante independência deliberativa para não colaborar com seu sogro em obra sempre nova e tão trabalhada. Por estas e outras considerações, revolveram os partidos parcialmente coligar-se. A política vai tomar nova face, um novo prisma, pois que hoje levanta-se uma ideia até hoje adormecida pelos soporíferos da paixão política, a ideia da conservação, que é inata e se desenvolve pela força da necessidade. A política de Antonina alienando a paixão partidária que a cegava, vai acastelar-se nos sentimentos de amor e patriotismo e arvorar o lábaro independente do eleitorado, tendo por princípio do seu modo de proceder votar no candidato que mais garantias morais oferecer, e que advogue seriamente e sem reboço os interesses dos seus clientes, tratando dos melhoramentos desta localidade, que sempre têm sido postergados pelo rancoroso egoísmo dos seus afeiçoados.

Antonina, 25 de outubro de 1885.<sup>1018</sup>

Contudo, na eleição a deputado geral realizada no 1º distrito eleitoral do Paraná, em janeiro de 1885, apresentaram-se apenas Manuel Eufrásio, pelo Partido Conservador, e Generoso Marques dos Santos, pelo Partido Liberal. O candidato conservador foi o vitorioso. Os conservadores e liberais independentes não conseguiram viabilizar o lançamento de um nome alternativo a essas candidaturas.

Conforme evidenciado neste capítulo, apenas em 1888 os conservadores dissidentes de Antonina lançaram uma candidatura a deputado geral. Nota-se, pois, as dificuldades para que

---

<sup>1018</sup> *Dezenove de Dezembro*, 5 de novembro de 1885, n. 245, pp. 2-3

os descontentamentos com as lideranças partidárias promovessem o surgimento de lideranças que ameaçassem o poder de antigos potentados.<sup>1019</sup>

De outra parte, o controle exercido por Nácar sobre o Partido Conservador em Paranaguá não significou a supressão de deliberações partidárias. Antes, a escolha de candidatos a vereador, por exemplo, motivava o encontro dos correligionários da localidade. Em 1884, Joaquim Mariano Ferreira renunciou ao cargo de vereador de Paranaguá. Nesse contexto, os conservadores reuniram-se na residência de Nácar para escolher um candidato para preencher a vaga de vereador.

A esse respeito, o jornal *Itiberê* destacou: “O partido conservador resolvera, em reunião de seus eleitores, realizada em 23 do corrente [abril] em casa de S. Exa. o Sr. Visconde de Nácar, votar no Sr. Affonso Correia para vereador da municipalidade desta cidade, em substituição do Sr. Joaquim Mariano Ferreira, que há tempos renunciou a este cargo”.<sup>1020</sup> No fim do Império, portanto, não existia uma sede da agremiação conservadora em Paranaguá. As reuniões partidárias eram realizadas em residências. Ao mesmo tempo, constata-se que as deliberações para a definição de candidaturas, em Paranaguá, envolviam apenas o cargo de vereador. A definição de candidatos de deputado geral, contudo, era uma atribuição dos líderes regionais do partido. Essa centralização de decisões para as candidaturas de deputados provinciais e gerais era praticada também pelos líderes conservadores de Curitiba.

\*\*\*

Nos anos finais do Império, os potentados ligados ao Partido Conservador do Paraná competiam pela obtenção desses cargos. Nesse contexto, negociantes pertencentes à geração de 1810 disputavam esses cargos. Portanto, o epílogo das carreiras políticas desses negociantes conservadores guardava uma semelhança com o período inicial de suas trajetórias. Essa semelhança é decorrente do fato de que a conquista de nomeações provinciais e imperiais era uma das ambições centrais desses potentados.

---

<sup>1019</sup> Cumpre ressaltar que o crescimento do movimento republicano no Paraná teve como de seus efeitos a criação do jornal *Livre Paraná*. Esse periódico, portanto, se contrapunha ao grupo partidário comandado pelo Visconde de Nácar. Em 1886, esse negociante e um de seus filhos entraram com uma ação na Justiça contra o redator do periódico, pois alegavam que ele teria incorrido no crime de calúnia. Contudo, o Visconde e seu filho desistiram na ação antes do julgamento. *Dezenove de Dezembro*, 18 de março de 1886, n. 62, p. 2. Nessa época, o presidente da Câmara de Paranaguá, Arthur Abreu, movera um processo contra Fernando Simas, Abreu alegava que Simas infringira o Artigo 303 do Código Criminal, o qual regulamenta a pena referente a não comunicação à câmara municipal da criação de uma oficina de impressão. Porém, Simas foi absolvido do processo. *O Paiz*, 27 de março de 1886, n. 85, p. 2. Desse modo, nota-se que os textos veiculados na imprensa eram, por vezes, encarados como uma ameaça à ordem política implantada pelos potentados dos municípios.

<sup>1020</sup> *Itiberê*, 27 de abril de 1884, n. 111, p. 1.

A história do Paraná provincial não conheceu mudanças quanto à natureza das pretensões dos seus mais antigos chefes partidários. Em 1887, por exemplo, ocorreu uma divergência entre Nácar e Antônio Ricardo dos Santos. O senador Manuel Francisco Correia articulou junto ao Governo Imperial a nomeação de Nácar para o posto de 1º vice-presidente do Paraná. Em virtude dessa articulação, coube a Antônio Ricardo o cargo de 2º vice-presidente, o qual ele recusou. Antônio Ricardo almejava exercer a função de 1º vice-presidente. Tais informações evidenciam que, nos anos finais do Império, os negociantes paranaenses ainda permaneciam dependentes da intermediação dos bacharéis para a conquista de cargos comissionados.

Antônio Ricardo ameaçou abrir uma dissidência no Partido Conservador, conforme assinalou o editorialista do *Dezenove de Dezembro*: “O homem prometeu vingar-se *esbandalhando* (a phrase é delle) a eleição provincial que teria lugar dahi a dias. Entre a deposição do Sr. Nácar e a estralada dissidência Ricardo, o governo preferiu depor o visconde”.<sup>1021</sup> Por consequência, Nácar foi removido para o posto de 2º vice-presidente, ao passo que Antônio Ricardo assumiu o cargo de 1º vice-presidente do Paraná. Tratava-se, pois, de uma estratégia do Gabinete conservador para evitar a eclosão de uma dissidência no Paraná. Assim, os interesses particulares eram os principais fatores para o surgimento de dissidências no interior dos partidos monárquicos.

De outra parte, é necessário ressaltar que o domínio desse negociante sobre a vida política do litoral conservou-se até os anos finais do Império. O município de Guaratuba, por exemplo, era uma localidade na qual tal domínio era marcante. A capacidade de conservar a prerrogativa de intermediar a concretização de reivindicações dos moradores de Guaratuba era um aspecto do controle exercido por Nácar sobre a vida social daquela vila. Nesse contexto, uma liderança partidária tornava-se politicamente mais poderosa ao passo que conseguisse mediar junto a autoridades provinciais e imperiais a realização das demandas dos membros de sua base eleitoral.

Em 1888, um morador de Guaratuba, em carta publicada no *Dezenove de Dezembro*, relatou o domínio exercido por Nácar sobre esse município. Nessa carta, verifica-se que um filho de Nácar, o negociante João Guilherme Guimarães (1857-1927), estava inserido na sociedade de Guaratuba. Desde os anos 1870, ele já estava integrado em políticas de nomeações que garantiam sua influência por áreas do litoral. João Guilherme Guimarães

---

<sup>1021</sup> *Dezenove de Dezembro*, 28 de dezembro de 1887, n. 166, p. 2.

também possuía uma inserção na sociedade de Guaraqueçaba. Em 1875, aos dezoito anos, ele exercera o posto de Alferes da 1º Companhia do 3º Batalhão de Infantaria da Guarda Nacional desse município.<sup>1022</sup> Desde a juventude, portanto, esse negociante estava inserido em um antigo reduto eleitoral do Partido Conservador. Nesse âmbito, é necessário destacar que, em 1854, Nácar apresentou o projeto que elevou a capela de Guaraqueçaba à condição de vila.<sup>1023</sup> Assim, a posição dos Guimarães como mediadores de interesses setoriais advindos de municípios litorâneos consolidou-se ao longo do Segundo Reinado.

João Guilherme era o responsável por intermediar junto a Nácar a realização de determinadas demandas dos moradores de Guaratuba. No referido ano, Nácar era candidato a deputado geral. Por consequência, ele reafirmou o seu compromisso em realizar determinados anseios da população local, a exemplo da regularização do serviço telegráfico:

#### Carta de Guaratuba

5 de Abril de 1888

Sr. Redator

Escrevo-lhe esta carta para que se saiba por essa florescente capital que ainda existe a pitoresca vila de S. Luiz de Guaratuba, não obstante a má vontade dos homens que tem governado esta província. Há muitos anos que esta infeliz vila tem sido considerada como uma fazenda do Sr. Visconde de Nácar que, como já disseram daqui para essa folha, é incontestavelmente o padroeiro deste esquecido torrão paranaense. Nesta humílita condição temos vivido, até que enfim parece chegada a ocasião de aparecerem os milagres do nosso padroeiro. O Sr. Visconde, em vista de uma representação que lhe foi dirigida por muitos de seus infalíveis devotos, comprometeu-se tacitamente a restabelecer a estação telegráfica, que foi suprimida pelo despotismo do Sr. Barão de Capanema; a conseguir do governo geral que toque o posto o vapor da linha intermediária; a mandar-nos um vigário que resida sempre aqui; a aumentar as malas do correio; a colonizar os nosso férteis cubatões; a mandar fazer a estrada deste município ao de Morretes; a mandar-nos, finalmente, o Sr. João Guilherme uma vez por ano para saber como estamos de saúde e tomar nota de nossas necessidades. Em vista de tão agradáveis promessas, o eleitorado não cabe em si de contente e resolveu sufragar sem mais discussão o nome do Sr. Visconde de Nácar para deputado geral. Nada mais lhe conto sobre política, porque, não sendo eu eleitor, não quero comprometer-me.<sup>1024</sup>

Portanto, nos anos finais do Império o relacionamento entre políticos e eleitores ainda era marcada pelo clientelismo. Segundo o articulista de *A República*, a candidatura de Nácar a deputado geral pelo 1º distrito eleitoral, em 1888, não contou com a adesão unânime dos correligionários do Partido Conservador. De fato, nesse contexto o partido começava a se desagregar. A morte de Manuel Eufrásio contribuiu para agravar esse processo. As reflexões elaboradas pelo articulista nessa oportunidade também evidenciam que o partido possuía dificuldades para renovar-se.

<sup>1022</sup> *Dezenove de Dezembro*, 15 de setembro de 1875, n. 1640, p. 1.

<sup>1023</sup> *Dezenove de Dezembro*, 22 de julho de 1854, n. 17, p. 3.

<sup>1024</sup> *A República*, 17 de abril de 1888, n. 16, p. 3.

Dessa maneira, as novas lideranças da agremiação eram detentoras de relações de parentesco com os antigos potentados. Os sucessores políticos de Nácar, contudo, foram chefes partidários municipais. No fim do Império, por exemplo, o citado Claro Américo participara de um pleito eleitoral. Em 1886, ele se elegeu Juiz de Paz de Paranaguá. Nessa ocasião, o seu irmão João Guilherme elegeu-se vereador dessa localidade. Esses irmãos conseguiam ser eleitos para cargos municipais, mas não recebiam as maiores votações. O Partido Republicano em Paranaguá começava a aumentar o seu número de adeptos.

Na eleição municipal de 1886, o vereador mais votado foi o republicano Fernando Machado Simas (1851-1916), que angariou quinze votos. João Guilherme, por sua vez, obteve apenas doze sufrágios. Claro Américo conquistou quarenta e oito votos para juiz de paz. Esta foi a terceira maior votação naquele pleito. Os mais votados foram os conservadores Presciliano Correia (58 votos) e Manuel do Rosário Correia (51 votos).<sup>1025</sup>

De outra parte, é necessário destacar que, nos anos finais do Império, os cargos de cônsul e vice-cônsul ainda eram almejados pelos negociantes do litoral. Claro Américo, por exemplo, foi investido no posto de cônsul da Argentina em Paranaguá em 1888.<sup>1026</sup> Ao tempo da implantação da República, não houve mudanças nas ambições e condições de atuação política dos negociantes radicados naquela região da província.

A participação na organização de eventos religiosos foi também conservada pelos filhos de Nácar no fim do Império. Similarmente ao caso de Joaquim Antônio Guimarães, João Guilherme estava envolvido na organização desses eventos. Ele participava, portanto, da organização da festa de Nossa Senhora do Rocio, em Paranaguá.<sup>1027</sup> João Guilherme também despendia recursos para a feitura de reformas na Igreja do Rocio. No fim do Império, ambos os irmãos prosseguiram no exercício de uma atividade política e social peculiar à atividade dos negociantes da geração de seu pai. Desse modo, o envolvimento em atividades devocionais consistia em uma forma de resguardar o prestígio social de chefes partidários que encontravam obstáculos ao desenvolvimento de uma carreira política não circunscrita à esfera local.

Nesse contexto, a ascensão de negociantes a instituições políticas nacionais era, por vezes, encarada com desconfiança. Negociantes com o Visconde de Nácar seriam desprovidos das ideias e da educação necessárias para o exercício desses cargos. A candidatura de Nácar a

---

<sup>1025</sup> *Gazeta Paranaense*, 3 de julho de 1886, n. 145, p. 2

<sup>1026</sup> *Gazeta Paranaense*, 27 de março de 1888, n. 69, p. 1.

<sup>1027</sup> *Gazeta Paranaense*, 20 de outubro de 1885, n. 379, p. 4.



deputado geral, em 1888, era um indicador da concentração de poder político pelo grupo partidário desse negociante. Nesse contexto, não existiriam condições para a emergência de lideranças que pudessem solapar o poder político dos antigos chefes do Partido Conservador:

Pouco nos importa a economia do Partido Conservador do 1º districto; entretanto não podemos occultar a nossa surpresa, vendo a candidatura do Sr. Visconde de Nácar isolada, sem um só nome dos chefes do partido que o recomende ao eleitorado. Isto prova que ella ainda não é bem accета por accordo unânime dos muitos chefes do desalvorado partido e que assim prescindiram da formalidade da reccomendação. O Sr. Visconde de Nácar é sem duvida um bom cidadão, exemplar chefe de família e do seu partido, ao qual tem prestado innumerous serviços; mas os predicados moraes serão garantia sufficiente para o cumprimento do mandato que muitos eleitores do seu partido querem lhe conferir? Parece-nos que não; a par desses attributos, são necessários ao candidato, outros, que o Sr. Visconde de Nácar não possui. S. ex. não tem a illustração necessária a um representante da nação; nunca constou que s. ex. usasse da palavra em qualquer Assembleia da província para tomar a defeza de qualquer causa; será pois um deputado nullo; s ex. é valetudinário e alem disso surdo, circunstancias essas que nos obrigam o nosso respeito e nos impõem ao mesmo tempo o dever cívico de combater a sua candidatura. Em que imprensa, em que tribuna, já o Sr. Visconde de Nácar manifestou as suas ideias sobre a política, as finanças, sobre os interesses materiais, enfim, da nossa província? Sem outra explicação possível, a candidatura do Sr. Visconde de Nácar não representa, pois, senão a pobreza de homens do partido conservador d'esta província ou então, ao meio dos interesses chocados n'essa luta de personalidades, a taboa de salvação do partido e mais do triumpho assignalado da dynastia que reina, governa e administra a infeliz província.<sup>1028</sup>

Nesse contexto, na cidade do Rio de Janeiro, a escolha de candidatos a deputado geral pelo Partido Conservador era um processo dotado de estritas regras. Os correligionários do partido que escolhiam os candidatos eram *delegados* do partido eleitos pelos conservadores radicados em freguesias do município. Nesse contexto, a escolha de candidatos a cargos municipais, tais como vereador e juiz de Paz, era realizada com a participação desses *delegados*.<sup>1029</sup> Tal informação permite reconhecer as diferenças acerca do funcionamento do Partido Conservador nas províncias.

No âmbito provincial, os diretórios do Partido Conservador diferenciavam-se em virtude da maior ou menor abertura à participação dos correligionários na definição de candidaturas por essa agremiação. Ainda, existiam diferenças acerca da maior ou menor complexidade dos critérios para a realização de reuniões e de processos decisórios. Contrariamente ao caso da Província do Rio de Janeiro, no Paraná esses critérios eram pouco complexos. Em verdade, nos anos 1880, o lançamento de candidaturas, sobretudo ao posto de deputado geral, era uma decisão apenas do núcleo dirigente da grei.

\*\*\*

<sup>1028</sup> *A República*, 20 de março de 1888, p. 1

<sup>1029</sup> *Jornal do Commercio*, 30 de junho de 1886, n. 180, p. 3.

No fim do Império, um neto de Nácar, o bacharel Manuel de Alencar Guimarães (1865-1940), principiou a obter cargos públicos. Naquele contexto, os membros da família Guimarães ainda conseguiam angariar nomeações provinciais e imperiais. A nomeação de Alencar Guimarães para o posto de Juiz Municipal do Termo de Curitiba consistiu na primeira etapa de sua integração na vida política e administrativa do Paraná.<sup>1030</sup> Tal nomeação fora articulada pelo Visconde de Nácar, em carta enviada ao presidente do Gabinete Ministerial, o conselheiro João Alfredo Correia de Oliveira. Nessa missiva, Nácar argumentou que a nomeação de Alencar Guimarães era necessária porque o Juiz Municipal em exercício era “energúmeno da política liberal”.<sup>1031</sup>

No fim do Império, portanto, a família Guimarães ainda conservava a prerrogativa de conquistar postos na administração pública. Essa parentela preservava, portanto, a faculdade de manter a sua influência no ordenamento estadual. Essa preservação era derivada da capacidade de os seus membros influírem em decisões imperiais, notadamente aquelas atinentes ao preenchimento de cargos comissionados. Por outro lado, os seus membros malograram na tarefa de evitar o surgimento de dissidências no Partido Conservador paranaense. Porém, cabe destacar que Alencar Guimarães desenvolveu a sua atividade partidária na cidade de Curitiba. Ao mesmo tempo, a obtenção de um título de bacharel ainda se apresentava como um fator de oportunidades políticas e sociais. Dessa maneira, o ocaso do Império ocorreu em momento no qual começavam se delinear diferenças políticas na família Guimarães. Essas diferenças se aprofundaram durante a Primeira República.

De um lado, havia um negociante (João Guilherme Guimarães) que logo perdeu espaço na vida política em virtude de seus confrontos com líderes de maior influência no partido governista. O pertencimento a entidades de classe foi um dos refúgios desse negociante. De outro lado, um bacharel (Alencar Guimarães) que permaneceu ativo no grupo governista até os anos 1910. Ao romper com os governistas, Alencar Guimarães conseguiu reunir em seu séquito de correligionários políticos de menor expressão, tais como o seu tio João Guilherme. Contudo, na condição de líderes de partido oposicionista Alencar Guimarães permaneceu apegado às práticas administrativas centralizadas inerentes ao diretório da grei governista do Paraná.

---

<sup>1030</sup> *Dezenove de Dezembro*, 12 de setembro de 1888, n. 97, p. 2.

<sup>1031</sup> A íntegra dessa carta está disponível no seguinte sítio eletrônico <[http://repositorio.ufpe.br/bitstream/handle/123456789/14788/JA\\_CR\\_000.639.pdf?sequence=1&isAllowed=y](http://repositorio.ufpe.br/bitstream/handle/123456789/14788/JA_CR_000.639.pdf?sequence=1&isAllowed=y)>

#### **4.5. – A família Correia, os Gabinetes conservadores e a influência na política paranaense**

Nesta seção, é evidenciado que nos anos 1870 os bacharéis pertencentes à família Correia conseguiram cooptar aliados em virtude da prerrogativa de interferir decisivamente no funcionamento de esquemas de nomeação. De outra parte, será evidenciado que na década de 1880 tais bacharéis conservaram o domínio sobre o Partido Conservador no Paraná. Porém, tal domínio não significou a ausência de críticas ao modo que tais bacharéis geriam a agremiação. Em suma, trata-se de ressaltar que nos anos finais do Império houve a contestação ao caráter centralizado da gestão da grei conservadora no Paraná. Tal contestação consiste em um indício de que a implantação de diretórios municipais e provinciais não possibilitou, no Paraná, a renovação do quadro de dirigentes conservadores. Ao mesmo tempo, tal criação não possibilitou o aumento da participação dos correligionários nas tomadas de decisão ocorridas no partido.

Trata-se de salientar, portanto, que a vida interna do Partido Conservador no Paraná, nos anos 1880, era pouco democrática. Nessa época, o problema da centralização de decisões era inerente aos diretórios do Partido Conservador em distintas províncias. A esse respeito, cabe destacar que havia situações nas quais os diretórios municipais possuíam a autonomia de fazer alianças e lançar candidaturas, a despeito da orientação dos chefes regionais do partido.

Em 1887, por exemplo, os diretórios conservadores dos municípios de Rio Novo e São João Nepomuceno uniram-se para defender uma candidatura comum a deputado geral pelo 10 distrito eleitoral da Província de Minas Gerais. Contudo, a decisão dos gestores desse diretório, segundo um correligionário anônimo, foi “realizada a horas impróprias da noite, pelos poucos interessados nela, e depois de acompanhada de muita cerveja e muita foguetaria, porém, havendo vozes mais razoáveis que não aprovavam tal combinação, mas que foram abafadas”.<sup>1032</sup> A centralização de decisões, portanto, era uma prática adotada por dirigentes nacionais, provinciais e municipais da grei.

No contexto da política mineira, a prerrogativa de diretórios municipais realizarem o lançamento de uma candidatura evidencia um caso de autonomia das elites locais em face dos próceres regionais da agremiação. Tal autonomia não existia no Paraná. Ou seja, compete evidenciar que eram multifacetadas as formas de gestão do Partido Conservador no âmbito das províncias.

---

<sup>1032</sup> *Jornal do Commercio*, 07 de junho de 1887, n. 158, p. 2.

\*\*\*

Desde o início dos anos 1870, no Paraná, o controle sobre o preenchimento de cargos provinciais permitiu ao bacharel Manuel Francisco Correia angariar aliados. Esses aliados não eram apenas oriundos do litoral paranaense, mas da região planáltica. A esse respeito, cumpre salientar a aproximação entre Manuel Francisco e o citado Manuel de Oliveira Franco, membro da sociedade curitibana. A intermediação da nomeação de membros da parentela de Manuel de Oliveira Franco possibilitou a Manuel Francisco cooptar esse chefe conservador ao seu grupo de apoiadores.

Em 1872, na época em que atuava como ministro dos Negócios Estrangeiros, Manuel Francisco conquistou a prerrogativa de interferir de modo decisivo nas políticas de nomeações imperiais e provinciais. Nesse contexto, ele pôde conseguir a nomeação de genros de Manuel de Oliveira Franco para cargos da administração da província do Paraná. Segundo o redator de *A Reforma*, Manuel Francisco entendia que Oliveira Franco era um aliado que poderia lhe garantir vitórias eleitorais. Nesse contexto, Manuel Francisco alimentava a pretensão de reeleger-se deputado geral. Tal reeleição foi conquistada naquele ano. Desse modo, cabe dedicar atenção ao número de indivíduos que Manuel Francisco conseguiu nomear em troca do apoio de Oliveira Franco:

Os conselheiros do ilustre conselheiro fizeram-lhe acreditar que o tenente-coronel Manuel de Oliveira Franco era uma potência política nesta capital e na província toda, porque a casualidade proporcionou-lhe empalmar a presidência do defunto grêmio conservador por uma *escamotagem acapoeirada* de certo feliz pretendente, que então dominava o presidente da província, o nunca assaz lembrado Sr. Ferraz de Abreu. O distinto pretendente à reeleição geral não descansa no empenho de assegurar o êxito de suas pretensões, satisfazendo as mais pequenas veleidades do pobre Sr. Franco, cobrindo-o de honras e benefícios com impolítica exclusão de tudo quanto não tem o cheiro das *franquezas* do decaído campeão. Não há membro algum da franca família que não esteja cercado do prestígio oficial do Sr. ministro de estrangeiros. Um filho foi nomeado escrivão de órfãos com preterição de diversos concorrentes muito mais habilitados para o cargo. O outro filho foi nomeado oficial-maior da secretaria da Assembleia e 1º suplente do delegado de Polícia, empregos que é impossível que ele compreenda e desempenhe bem. Um genro foi nomeado juiz de direito. [...] Outro genro foi nomeado tenente-coronel da guarda nacional e tesoureiro provincial. E ficou só nisso porque, quando anjo mau, rebelou-se contra o deus das estultícias, constituindo-se chefe dos dissidentes. Outro genro foi nomeado só empregado da tesouraria geral, apesar de ser o mais inteligente de todos. O último genro é o ajudante de ordens do Sr. Venâncio [Lisboa, então presidente do Paraná]. [...] Um sobrinho é inspetor da instrução pública e delegado de polícia. Seria fastidioso continuar nesta narração. Eis aqui o homem a quem o Sr. Correa fez nomear comendador da Rosa, brigadeiro e diretor-geral dos índios.<sup>1033</sup>

No contexto da consolidação do poder político de Manuel Francisco Correia, membros de sua parentela residentes em Paranaguá também se beneficiaram com o envolvimento em

---

<sup>1033</sup> *A Reforma*, 6 de março de 1872, n. 51, p. 2. Grifos no original.

esquemas de nomeações. Essas nomeações consistiam em uma etapa inicial da integração da vida partidária. Em síntese, o poder político dos bacharéis da família Correia permitiu aos seus parentes pertencer ao grupo de membros da sociedade de Paranaguá que controlava órgãos da administração provincial e que possuía a condição de eleger-se para as instituições políticas municipais e provinciais.<sup>1034</sup>

Dessa maneira, o poder dos referidos bacharéis contribuiu para conservar o pertencimento de membros da família Correia na vida política municipal. Nessa parentela, existia uma definida segmentação de funções políticas. Nessa segmentação, Manuel Eufrásio e Manuel Francisco eram as personagens que controlavam o partido e mediavam as demandas de seus correligionários junto ao Governo Imperial. Os demais políticos pertencentes a tal parentela eram chefes políticos locais que obtinham contínuas nomeações provinciais.

O aumento do poder político de Manuel Francisco também representou uma ameaça à permanência de presidentes do Paraná que não estivessem alinhados com o seu grupo partidário. Mais precisamente, trata-se de ressaltar que esse bacharel possuía a faculdade de envolver-se nas articulações acerca da nomeação e da destituição dos presidentes da província. De acordo com o correspondente de *A Reforma*, Manuel Francisco foi o responsável pela exoneração, em 1875, de Frederico de Araújo Abranches do posto de presidente do Paraná. O texto do aludido correspondente também faz referência a uma situação que se consolidou ao longo dos anos 1870: a subalternidade dos negociantes conservadores em relação aos bacharéis, no Paraná. Nesse quadro, o correspondente destacou que o futuro Visconde de Nácar era um preposto de Manuel Francisco. Dessa maneira, no

---

<sup>1034</sup> A esse respeito, cumpre destacar o caso do citado Leocádio José Correia. Em 28 de fevereiro de 1874, dois meses após a sua graduação pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, ele foi nomeado Inspetor de Saúde do Porto de Paranaguá. *Dezenove de Dezembro*, 11 de março de 1874, n. 1487, p. 4. Leocádio Correia exerceu dois mandatos de deputado provincial e um mandato de vereador em Paranaguá, nos anos 1870. Quando faleceu, em 18 de maio de 1886, ele estava no exercício de dois cargos comissionados: Inspetor de Saúde do Porto e Inspetor de Ensino de Paranaguá. *Gazeta Paranaense*, edições de 19 e 23 de maio de 1886. Note-se, pois, que nesse contexto o Gabinete Ministerial era presidido pelo Barão de Cotegipe. Dessa forma, em tal período os conservadores controlavam as nomeações para cargos comissionados. *Gazeta Paranaense*, edições de 04 de outubro e 03 de dezembro de 1885. Todavia, esse médico não conquistou relevante posição no jogo partidário provincial. Antes, a sua atividade política contribuiu para assegurar a permanência de sua parentela em instituições políticas e administrativas municipais. Um irmão de Leocádio Correia, o negociante Manuel do Rosário Correia, também desenvolveu uma atividade política circunscrita ao universo municipal. Mais precisamente, sua carreira política foi similar às carreiras que os demais negociantes estabelecidos no litoral do Paraná desenvolveram. Nesse quadro, cabe destacar que em 1879, aos 34 anos, ele foi investido no posto de cônsul do Uruguai em Paranaguá. *Dezenove de Dezembro*, 30 de março de 1878, n. 1896, p. 4. No período republicano, ele exerceu um mandato de vereador em Paranaguá, de 1892 a 1896. Assim, Manuel José foi o último membro da família Correia a desempenhar um mandato na Câmara desse município. Conforme demonstrado neste capítulo, a queda do poder político dessa parentela acentuou-se a partir dos anos 1900.

referido decênio Nácar acomodou-se na posição de executor das ordens e planos políticos formulados pelo referido bacharel:

Estamos informados que o comendador Manuel Antônio Guimarães tem mostrado em Paranaguá um telegrama dessa Corte, com data de 6 do mês corrente, anunciando a remoção do honrado Dr. Araújo Abranches para a província do Maranhão. Não nos surpreende esse ato de injustiça, que já anunciado pelo conselheiro Correa ao seu preposto comendador Guimarães e o Sr. ministro do Justiça há de mandar lavar *per fas et nervas* [por todo e qualquer meio]: a história política do país não dá conta de um ministério mais desbragado que o de 7 de março, sempre que ao interesse do poder convém violentar o voto popular, e ao atual presidente do Paraná é sabido que sobram brios e ilustração para não prestar-se ao ridículo e mísero papel de campa eleitoral.<sup>1035</sup>

De fato, Frederico Abranches foi exonerado do cargo a 2 de maio de 1875. No mesmo ano, foi investido no posto de presidente da Província do Maranhão. O apoio dos membros do Gabinete Ministerial era crucial para que um político conseguisse controlar a vida administrativa e o jogo partidário de sua província. Tal apoio também possibilita mais projeção no cenário político nacional. Desse modo, foi por meio do apoio de personagens como o Visconde do Rio Branco que Manuel Francisco elegeu-se presidente da Câmara dos Deputados, em 1873. Nessa época, a eleição para tal cargo dividia os próprios membros do partido situacionista. Na referida eleição, Manuel Francisco teve como contendores o baiano Manuel José Araújo de Góis e o maranhense João Mendes de Almeida.

O redator de *A Reforma* destacou a divisão política existente entre os conservadores em virtude da eleição para a presidência da Câmara dos Deputados: “Quanto à presidência da Câmara dos Deputados, é negócio que vai dar água pela barba do Sr. Rio Branco. O Sr. conselheiro Corrêa é o candidato do peito, mas o Sr. desembargador Góis já tem direitos adquiridos. O Sr. João Mendes, entretanto, apresenta-se candidato por sua conta e risco e não se importa nem com os direitos do vice-presidente nem com a indicação ministerial. O que sairá de tão embrulhada meada?”<sup>1036</sup>

Eleito, Manuel Francisco presidiu a Câmara de 1873 a 1875. Em suma, cumpre salientar que o poder político de Manuel Francisco decorria da capacidade de controlar o Partido Conservador na esfera provincial e de angariar apoios que lhe permitiram controlar instituições administrativas imperiais, a exemplo do Ministério dos Negócios Estrangeiros e a Câmara dos Deputados. A vinculação desse indivíduo a setores da elite social da capital do Império era também verificada em sua participação em iniciativas voltadas à discussão de medidas em favor do aumento do contingente de crianças matriculadas na escola pública.

<sup>1035</sup> *A Reforma*, 22 de abril de 1875, n. 87, p. 2.

<sup>1036</sup> *A Reforma*, 15 de março de 1873, n. 60, p. 2.

Ainda, a reflexão sobre a definição de um modelo de ensino de instituição de ensino superior também fazia parte das discussões empreendidas por aquele bacharel na época imperial.<sup>1037</sup> A discussão sobre temas educacionais e a gestão de instituições que se ocupavam em promover a criação de escolas e conceder oportunidades de estudos a alunos carentes foi um elemento peculiar à trajetória de Manuel Francisco no período republicano.

\*\*\*

Nesse quadro, o prestígio político desse indivíduo era operacional para a acomodação de seus aliados em postos da administração provincial do Paraná. Tal acomodação exigia o aumento de cargos comissionados. Ao mesmo tempo, as ações administrativas do Governo Provincial não eram isentas de interferências políticas. Dessa maneira, o poder político da família Correia, na época em que os conservadores controlavam o Gabinete Ministerial, consistia em exercer profunda influência sobre a composição dos órgãos administrativos e também de viabilizar a execução de determinadas obras. Tal influência motivava a crítica dos políticos liberais. Segundo os adversários de Manuel Francisco, esse bacharel conseguia que os seus aliados beneficiassem-se política e economicamente da proximidade com o Governo Provincial. Tais benefícios eram evidências de que o poder da família Correia era um fator determinante para que os seus aliados obtivessem significativas vantagens econômicas em contratos com o Governo do Paraná:

O funcionalismo é igual ao de províncias de categoria superior a esta, e a razão explicativa deste fato está na criação de lugares não para satisfazer as necessidades do serviço público, mas para acomodar os afilhados que somente mostram aptidão para a *indústria* de espoletas eleitorais do conselheiro Corrêa. No entanto, a assembleia provincial acaba de criar novos empregos, com vencimentos fabulosos. Porque, pois, não de ser providos esses empregos de afilhagem novamente criados, e não não de ser

<sup>1037</sup> Cabe destacar que Manuel Francisco foi o criador, em 1873, das *Conferências Populares*. Essas conferências eram realizadas na freguesia carioca da Glória. Nessas conferências, eram discutidos temas como os problemas educacionais do país. Ao mesmo tempo, eram realizadas conferências sobre agricultura, literatura e medicina. Tratava-se, portanto, de um espaço no qual os letrados da capital do Império manifestavam-se sobre variados assuntos sociais, políticos, culturais e científicos. A respeito da implantação e da natureza dos trabalhos apresentados nas *Conferências Populares da Glória*, ver CARULA, Karoline. *As Conferências Populares da Glória e as discussões do darwinismo na imprensa carioca (1873-1880)*. Dissertação (Mestrado em História). Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2007; e CARULA, Karoline. *Darwinismo, raça e gênero: conferências e cursos públicos no Rio de Janeiro (1870-1889)*. Tese (Doutorado em História Social). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2012. Nos anos 1870, uma das iniciativas voltadas a ampliar a educação popular consistiu em sua participação Liga Operária. Nesse âmbito, Manuel Francisco era o diretor das aulas noturnas oferecidas por essa instituição. *A Reforma*, 11 de março de 1875, n. 53, p. 1. Esse bacharel também pertenceu à Associação Promotora da Instrução, a qual foi criada em 1874 e perdurou até Primeira República. Nesse ínterim, Manuel Francisco manteve-se no grupo dirigente dessa instituição. A respeito da criação de instituições voltadas a proporcionar o acesso de crianças e jovens carentes na vida escolar ao tempo do Império, ver VICENTE, Sérgio Augusto. *Sociedades científicas, literárias e de instrução: dimensões da prática associativa dos homens de letras e ciência na Corte (1860-1882)*. Dissertação (Mestrado em História). Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2012.

suprimidos os de mesmo gênero que forem vagando pela aposentadoria, demissão e morte de empregados? Nisto iria uma grande economia, que não é de desprezar, quando o erário provincial apresenta um déficit de cento e cinquenta contos no exercício que está para fechar-se, e o total da dívida passiva da província atinge a avultada cifra de trezentos contos. Os contratos de empreitadas de obras públicas são uma fonte inesgotável de riqueza para certos protegidos, que, dizendo-se *homens da situação*, e contando por isso com a bonomia dos poderes públicos, infringem com o maior cinismo as condições a que se obrigam perante a tesouraria provincial, de sorte que uma ponte, por exemplo, que podia custar dez contos de réis oferecendo todos os requisitos de solidez e duração, custa ordinariamente o dobro do seu valor real, sendo entregue e recebida por camaradagem, com maior escândalo e prejuízo da própria comodidade do povo. Porque, pois, não se há de dar um golpe decisivo num tão criminoso desbarato das exíguas rendas de uma província nova e onde tudo está por fazer? [...] Antes de tudo, porém, urge que S. Ex. não se deixe embaixar pelas vozes melífluas dos aúlicos que, como recomendados e prepostos do conselheiro Manuel Correa, rodeiam e pretendem dominar as presidências, que estão acostumados a considerar como propriedade da firma Correa & Guimarães.<sup>1038</sup>

De um lado, cabe ser destacado que Manuel Francisco influía na gestão de presidentes do Paraná. A análise sobre o preenchimento de cargos comissionados permite corroborar tal assertiva. De outro lado, é necessário ressaltar que a aproximação dos bacharéis da família Correia com presidentes do Paraná não se desdobrou na incorporação desses presidentes ao quadro partidário da província. Ao contrário, esses bacharéis criaram obstáculos para tal incorporação. Nesse âmbito, cabe destacar o caso do bacharel pernambucano Adolfo Lamenha Lins, que presidiu o Paraná entre os anos de 1875 e 1877.

Nessa época, tornou-se notória a influência de Manuel Francisco sobre o presidente Lamenha Lins. Em maio de 1876, o correspondente de *A Reforma* destacou: “O presidente desta província nada de bom tem feito e poderá fazer, subordinado, como se acha, à família Corrêa; cerra inteiramente os ouvidos aos conselhos e admoestações não só de liberais como dos homens imparciais e que tremem pelo estado desta infeliz província”.<sup>1039</sup> Lamenha Lins foi um apoiador da vitoriosa candidatura de Manuel Francisco ao Senado, em 1876. O envolvimento desse bacharel nas articulações para viabilizar o êxito eleitoral de Manuel Francisco foi também assinalado pelo correspondente de *A Reforma*, em julho de 1877:

O palácio esteve sempre *convertido* num centro de cabala, de planos eleitorais, e franqueado, a todas as horas do dia e da noite, a quanto *patusco* e *espoleta* conservador queria *folgar com o rei*. Ali jogava-se, fumava-se, intrigava-se, caluniava-se, sem respeitar-se sequer a vida privada de ninguém, porque o *rei* queria fazer-se popular com todos, para arranjar os votos e adesão! [...] O próprio conselheiro Corrêa, se tivesse assistido por alguns dias o desembaraço que seu *agente* procurava arranjar-lhe o assento no Senado, cremos que fugiria espavorido, não querendo por um tal *preço* nem o trono.<sup>1040</sup>

<sup>1038</sup> *A Reforma*, 20 de junho de 1875, n. 136, p. 2.

<sup>1039</sup> *A Reforma*, 25 de maio de 1876, n. 116, p. 2.

<sup>1040</sup> *A Reforma*, 22 de julho de 1877, n. 184, p. 2.



Nessa época, o tio de Manuel Francisco, o citado Manuel Eufrásio Correia, possuía a faculdade de manter conversações com Lamenha Lins, no Palácio do Governo, para discutirem sobre questões políticas. Por consequência, os liberais encaravam o presidente da província como um administrador submetido aos interesses políticos dos bacharéis da família Correia. A interferência desses bacharéis na administração provincial foi salientada, em 1876, pelo correspondente de *A Reforma*: “S. Ex. consente que o aclamem chefe da facção correista, e todos os seus atos antes de publicados são aqui anunciados pelos adeptos do Sr. Manuel Euphrasio, que há poucos dias chegou de Curityba, onde esteve como a primeira figura do palácio do governo, tratando da sua candidatura e da de seu sobrinho conselheiro Manuel Francisco Corrêa”.<sup>1041</sup>

Em troca do apoio político de Lamenha Lins, Manuel Francisco teria prometido a esse bacharel a nomeação para um cargo na Corte: diretor da Diretoria Geral da Estatística do Império.<sup>1042</sup> Contudo, essa nomeação não se efetuiu. Ao contrário, no decorrer do ano de 1877 houve o distanciamento entre o grupo político de Manuel Francisco e Lamenha Lins. Mais amplamente, houve o distanciamento entre as lideranças conservadoras do litoral paranaense e as lideranças conservadoras de Curitiba, as quais avalizaram a pretensão de Lamenha Lins em candidatar-se a deputado geral pelo Paraná. Esse bacharel fora lançado candidato com o apoio do diretório conservador do Paraná.

Nesse contexto, o diretório provincial do Partido Conservador não consultava os diretórios municipais sobre a escolha. A decisão, portanto, era unilateral. Em 21 de novembro de 1877, os dirigentes do diretório conservador do Paraná enviaram carta a um líder nacional da agremiação, a saber, o citado senador João Alfredo Correia de Oliveira.

Nessa missiva, os dirigentes do partido no Paraná solicitavam apoio à candidatura de Lamenha Lins: “Disposta a respeitar as opiniões individuaes, o Directorio Conservador resolveu dirigir-se a todos os chefes do mesmo partido, especialmente a V. S<sup>a</sup> pedindo o seu valioso patrocínio para a justa causa que a Comissão advoga, convicta de prestar um serviço à província”.<sup>1043</sup> Portanto, os chefes nacionais do partido eram apenas comunicados das deliberações dos líderes locais do partido. Trata-se, pois, de uma evidência de que os líderes

---

<sup>1041</sup> *A Reforma*, 1º de julho de 1876, n. 144, p. 2.

<sup>1042</sup> *A Reforma*, 16 de julho de 1877, n. n. 134, p. 1.

<sup>1043</sup> A íntegra dessa missiva está disponível no seguinte sítio eletrônico: <[http://repositorio.ufpe.br/bitstream/handle/123456789/14728/JA\\_CR\\_000.577.pdf?sequence=1&isAllowed=y](http://repositorio.ufpe.br/bitstream/handle/123456789/14728/JA_CR_000.577.pdf?sequence=1&isAllowed=y)>

nacionais da agremiação apenas controlavam à distância das atividades dos diretórios provinciais.

Os chefes municipais do partido no Paraná também não eram consultados sobre a definição de candidaturas para a Câmara dos Deputados. Antes, eles apenas acatavam a decisão dos dirigentes regionais. A esse respeito, leia-se a seguinte informação veiculada em *O Paranaense*: “De todos os pontos da província, chegam constantemente adesões á candidatura do Sr. Lamenha Lins. O eleitorado do centro da província recebeu com entusiasmo a comunicação do Gremio Conservador sobre aquela sympathica e popular candidatura”.<sup>1044</sup> Em resumo, os dirigentes paranaenses do Partido Conservador não permitiam ampla participação dos correligionários na escolha de candidaturas. De outra parte, compete salientar que, nessa época, os dirigentes nacionais do partido não exerciam ingerência sobre a definição de candidaturas.

Dessa forma, era pouco democrático processo de definição de candidaturas parlamentares pelos dirigentes regionais do Partido Conservador do Paraná. Nesse quadro, cumpre destacar que os líderes conservadores radicados na capital paranaense eram mais propensos a conferir oportunidades políticas a agentes imperiais adventícios. Esses líderes permitiram a Lamenha Lins não somente lançar sua candidatura a deputado geral, mas também organizar reuniões do partido. Ou seja, ele participou de deliberações acerca de assuntos como a passagem do partido para a oposição, em virtude da ascensão do liberal Visconde de Sinimbu ao comando do Gabinete Ministerial, a 5 de janeiro de 1878. A informação abaixo transcrita diz respeito a um encontro realizado em fins de janeiro daquele ano.

*Reunião.* Verificou-se em casa do Dr. Lamenha Lins uma grande reunião dos deputados provinciaes, membros do Gremio, e de outros conservadores, para se resolver sobre a attitude que cabe ao partido perante a nova situação. Tomaram-se as mais sabias resoluções, de que daremos depois noticia, assim como foi nomeada uma comissão permanente, composta de cinco membros, a qual deve defender e representar os interesses do mesmo partido. Enquanto os conservadores preparam-se para receber os novos governadores, dorme o somno do archanjo vingador o Snr. Dr. Eufrásio Corrêa!<sup>1045</sup>

Tal informação evidencia a autonomia dos dirigentes regionais do partido para conceber uma modelo de organização local do partido. Assim, os conservadores de Curitiba optaram por formar uma *Comissão* o – e não um diretório – como estratégia para manter o

<sup>1044</sup> *O Paranaense*, 10 de janeiro de 1878, n. 5, p. 3.

<sup>1045</sup> *O Paranaense*, 27 de janeiro de 1878, n. 7, p. 4.

partido organizado. Anteriormente, os dirigentes regionais e nacionais do Partido Conservador mobilizaram-se para reorganizar os diretórios da agremiação. Essa reorganização era uma estratégia para manter o partido unido e ativo em um período que passavam a militar na oposição. No dia 9 de janeiro de 1878, houve a reorganização do diretório nacional da agremiação. Em uma reunião ocorrida na residência do deputado geral Duque Estrada, houve a eleição do número dirigente do diretório nacional do partido. Nessa ocasião, foram eleitos para governar aquele órgão partidário os senadores Visconde do Rio Branco, Visconde de Jaguari, Barão de Muritiba e o deputado geral Paulino Soares de Sousa. Excetuando-se Paulino Soares, nascido em 1834, os demais gestores do diretório nacional pertenciam à geração nascida entre o fim dos anos 1800 e princípio dos anos 1810. De forma análoga ao caso do Paraná, a reorganização do partido em âmbito nacional, em janeiro de 1878, não propiciou a renovação do quadro de dirigentes.<sup>1046</sup>

Nesse contexto, as reuniões do diretório conservador do Paraná eram abertas à totalidade dos correligionários: “*Reunião conservadora*. São convidados todos os membros componentes do *Gremio Conservador*, para uma reunião, que deve verificar-se domingo, pelas sete horas da noite, em casa do Exm. Snr. Dr. Adolpho Lamenha Lins. Nessa reunião poderão tomar parte os conservadores que se achão na capital”.<sup>1047</sup> Porém, as decisões cruciais desse órgão, a exemplo da definição de candidaturas, eram realizadas somente pelos seus dirigentes.

Tal informação evidencia, pois, a tentativa de manter o Partido Conservador em atividade no Paraná em um contexto politicamente adverso – o retorno dos liberais ao comando do Gabinete Ministerial. A realização de reuniões políticas, sobretudo pelo partido de oposição, não era, em todos os casos, liberta de vigilância de agentes governamentais. Na cidade de Passos, na Província de Minas Gerais, ocorrera uma reunião marcada por vigilância policial. Segundo M.N.F. de Brito, um delegado de Polícia atuara para cercear a liberdade de reunião dos conservadores. A data da reunião não foi informada por Brito. Segundo esse indivíduo:

Uma reunião conservadora, que fiz em minha casa, dos cidadãos mais grados deste termo e do de S. Sebastião do Paraíso, por obediência à lei comuniquei ao mesmo, então delegado de Polícia, e apesar de saber qual o fim da reunião e que ali só se reunião as sumidades do meu partido, ainda assim não dispensou a sua assistência, a dos dois tabeliães e oficiais de Justiça, e à noite as buscas ferveram, seno

---

<sup>1046</sup> *Gazeta de Notícias*, 11 de janeiro de 1878, p. 1.

<sup>1047</sup> *O Paranaense*, 10 de janeiro de 1878, n. 5, p. 3.

vítimas delas, entre outros, o cônego Cintra, major Juventino de Assis Pereira e José Ferreira Brandão. O chefe do partido conservador, coronel José J. F. de Paula, hoje finado, além de sofrer buscas nesta cidade, ainda sofreu em sua fazenda, e para maior escândalo e desmoralização das vítimas gritava o Sr. Dr. Cristiano: sabe quem encontramos na fazenda do coronel José de Paula? *Uma pintadinha!*<sup>1048</sup>

A atenção a essas informações comportam evidências sobre o modo de realização de reuniões partidárias em área interiorana. Uma característica da mencionada reunião era a homogeneidade do perfil dos participantes. Ou seja, a reunião foi assistida apenas pelos notáveis do partido naquela localidade. Trata-se, pois, de uma evidência da natureza oligárquica do modo de gestão de partidos no âmbito provincial. Ao mesmo tempo, verifica-se a ampla autonomia das elites locais para conceberem o modelo de gestão dos diretórios e organização das reuniões. Contrariamente ao encontro de conservadores que ocorreu em Passos, a reunião promovida por Lamenha Lins em Curitiba não foi restrita à cúpula da agremiação.

\*\*\*

Os episódios da campanha eleitoral para deputado geral ocorrida no Paraná em fins de 1877 e início de 1878 evidenciam o caráter mutável das alianças entre as facções conservadoras da província. Tal eleição possibilita evidenciar a natureza do poder político de Manuel Eufrásio Correia, tio de Manuel Francisco, sobre os conservadores da província. Nesse quadro, trata-se de ressaltar a redução do poder dos negociantes sobre a tomada de decisões partidárias e a consolidação do poder dos aludidos bacharéis conservadores. O estudo sobre essa eleição é operacional para evidenciar o processo de transição do comando político no âmbito do Partido Conservador no litoral paranaense.

\*\*\*

A despeito da antiga aproximação com Lamenha Lins, os bacharéis da família Correia preferiram apoiar a candidatura a deputado geral de um antigo adversário: o citado bacharel cearense Bento Fernandes de Barros. Nessa década, essa divergência entre segmentos de um partido monárquico não foi acontecimento incomum. Mais precisamente, a divergência quanto à definição de candidaturas parlamentares causava cisões também no Partido Liberal. Em 1876, em Minas Gerais, um setor do partido divergiu da composição da chapa de deputados provinciais construída pelo núcleo dirigente da agremiação. Em seguida, os descontentes com tal chapa lançaram uma chapa alternativa sob o argumento de que “O

---

<sup>1048</sup> *Jornal do Commercio* 9 de abril de 1877, n. 98, p. 1.

grande partido liberal mineiro terá o necessário civismo para repelir com máscula energia a chapa confeccionada em Ouro Preto por dois ou três pretensos chefes”.<sup>1049</sup>

Assim, naquele contexto eram duas as fontes de divergências nos diretórios regionais: as disputas entre potentados e o modelo centralização de tomada de decisões. Ambos os problemas ocasionavam, no interior de um partido, o lançamento de candidaturas adversárias.

\*\*\*

Em 1872, Bento Fernandes Barros pretendia candidatar-se a deputado geral pelo Partido Conservador. Porém, Manuel Eufrásio conseguiu ser indicado para a vaga e cooptar os aliados de Barros. Nesse contexto, a família Correia era encarada pelos seus adversários como detentora do apoio político dos agentes da administração provincial e imperial.

Os membros dessa família não buscaram consolidar seu poder político por meio do apoio dos correligionários conservadores dos municípios interioranos. Antes, o apoio de agentes estatais, tais como os presidentes de província, era capital para os sucessos de seus planos eleitorais. Segundo Manuel Alves de Araújo, a indicação de Manuel Eufrásio Correia para a vaga de candidato a deputado geral, em 1872, evidencia a existência de uma luta interna no Partido Conservador do Paraná. De um lado, havia o grupo político de Manuel de Oliveira Franco, estabelecido em Curitiba. De outro lado, havia o grupo formado pelos funcionários da administração pública:

O Dr. Bento Fernandes de Barros, juiz de direito de Guarapuava, resigna esse cargo e disputa o segundo lugar [na chapa conservadora], auxiliado pelo sogro, chefe do partido conservador da capital, o Sr. comendador Manuel de Oliveira Franco. Eis que surge a candidatura do Dr. Manuel Eufrásio Corrêa, recebida pelo partido conservador como desairosa aos seus bríos, por exprimir predomínio de família. Trava-se a luta na capital entre o partido conservador, dirigido pelo veterano comendador Franco, contra os empregados das secretarias de governo, política, da tesouraria da fazenda, agentes dos trens bélicos e magistrados”.<sup>1050</sup>

De outra parte, a candidatura de Barros a deputado geral em 1877 evidencia as amplas conexões políticas dos adventícios no Paraná. Antigo Juiz de Direito e vereador em Guarapuava, ele também conseguira manter alianças políticas, nos anos 1860, com membros do grupo dirigente do Partido Conservador em Curitiba e em Paranaguá.

Manuel Eufrásio Correia, em relação ao seu sobrinho Manuel Francisco, participou mais decisivamente das articulações para o lançamento da candidatura de Barros. O lançamento dessa candidatura evidencia a contrariedade de Manuel Francisco em relação às

<sup>1049</sup> *Jornal do Commercio*, 30 de janeiro de 1878, n. 30, p. 2.

<sup>1050</sup> ARAÚJO, Manuel Alves de. *Histórico da eleição...* *Op. cit.*, pp. 3-4.

decisões emanadas do diretório regional do Partido Conservador. Tal candidatura também evidencia que as alianças entre os membros desse diretório também eram mutáveis – Barros fora, nos anos 1860, um dos dirigentes desse diretório.

Em 1877, o então Barão de Nacar executava as orientações políticas de Manuel Eufrásio. Em Paranaguá, existiam negociantes que discordavam dessas orientações. Porém, essas discordâncias não eram suficientes para minar a influência exercida por Manuel Eufrásio naquela localidade. O citado Manuel Leocádio de Oliveira era, por exemplo, um negociante que discordou da candidatura de Bento Fernandes de Barros. Em janeiro de 1878, às vésperas da realização do pleito, o correspondente de *O Paranaense* em Paranaguá elaborou uma descrição do processo de construção da candidatura de Barros.

Essa descrição evidencia a obediência de Nacar em relação às ordens de Manuel Eufrásio.<sup>1051</sup> Ao mesmo tempo, ela demonstra que os conservadores de Paranaguá eram históricos apoiadores das decisões emitidas pelo diretório conservador do Paraná. Ou seja, naquele contexto vigorava uma situação na qual a imposição de candidaturas pelo diretório provincial do Partido Conservador não era habitualmente contestada pelos membros do diretório municipal de Paranaguá. A centralização de decisões, portanto, não gerava contínuas divergências entre os integrantes dessas instâncias do partido. Manuel Leocádio de Oliveira era um desses apoiadores. Porém, o crescimento do prestígio político de Manuel Eufrásio solapou a continuidade do domínio dos gestores daquele diretório sobre o destino do partido na província:

Estamos enfeudados presentemente ao Sr. Dr. Eufrásio Correa, depois de escaparmos das garras do Sr. Barão de Nacar, que deixou a direção de nossa política, nessa localidade. Enquanto o primeiro occupou-se activamente com o partido, se tudo não corria propiciamente, pelo menos não soffriamos os desgostos, de que hoje nos queixamos com muita rasão. O Sr. Dr. Eufrásio Correa julga que Paranaguá é a sua fazenda, que pode obrigar os seus correligionários a commetter as mais feias acções, sem attender que nada tem feito por esta localidade, á qual deve a sua posição e a de sua família. Com a reccomendação do *Gremio conservador*, quanto a candidatura do nosso benemérito amigo, o Sr. Dr. Lamenha Lins, patenteou-se o orgulho desmedido de nosso deputado geral. O *Gremio* mandara um telegramma ao Barão de Nacar participando a este que havia escolhido o Dr. Lamenha Lins como o seu candidato nas próximas eleições. O Barão declarou immediatamente que não podia contrariar aquella candidatura; mas que sentia-se vexado á vista dos compromissos assumidos com o [Bento Fernandes de] Barros. Mas em seguida foi entender-se com o Dr. Manuel Eufrasio, que abriu os olhos do Barão, mostrando o perigo que corria a sua influencia á vista da iniciativa tomada pelo Gremio. O velho embalocou e, consta-nos que mandou immediatamente um telegramma a capital declarando que acompanhava o Barros. Depois d'essa fez uma reunião dos eleitores, na qual o Barão soffreu um pequeno desgosto, pois alguns amigos repelliram a ideia de guerrear o Gremio, e contrariar a justa candidatura do Dr. Lamenha. Consta-nos que até o commendador Leocadio [de Oliveira] dissera ao Barão que o eleitorado de Paranaguá costumava sempre ouvir a seus amigos da capital; pelo que uma

<sup>1051</sup> *O Despertador*, 8 de outubro de 1872, n. 1010, p. 3.

oposição a tal ordem era muito inconveniente á disciplina do partido. O Sr. Barão meditou mas teve novas conferencias com o genro, dispondo-se então a escrever aos eleitores de serra acima, afim de apalpar o terreno. Mas apparece aqui um embaixador da gente do Barros, e convence o Barão da quase certeza com que contava em obter o mesmo embaixador os votos já icompromettidos. O Dr. Eufrásio Correa pinotea de contente e o nosso velho chefe esquece a sua gravidade, dando sonoras gargalhadas, ouvidas por toda a cidade. [...] O Sr. conselheiro [Manuel Francisco Correa] que é um tanto fino, entendeu de melhor partido obter a exoneração do Dr. Lamenha como um cheque no Joaquim Bento, provando assim que o ministério desaprovada o acto do seu delegado, o qual marcara inconvenientemente a eleição para 27 de janeiro. Quando chegou a exoneração, pulou de contente o Barão [...]. O eleitorado, principalmente alguns amigos do Dr. Lamenha, receberam com choradeira a citada exoneração; e disto fizeram sciente o Sr. Barão, que protestava a sua inocência.<sup>1052</sup>

A demonstração do argumento segundo o qual no final dos anos 1870 completou-se o processo de transição do comando político no diretório conservador de Paranaguá demanda ser realizada por meio da retomada da análise da campanha eleitoral à Câmara dos Deputados ocorrida no Paraná em fins de 1877. Tal análise permitirá evidenciar que Eufrásio Correia era o principal mentor das decisões emanadas do diretório conservador de Paranaguá. Por seu turno, o antigo líder dessa agremiação, o então Barão de Nácar, atuava como um chefe político municipal que executava as decisões formuladas pelo seu cunhado Eufrásio Correia.

A edição de *O Paranaense* de 25 de janeiro de 1878 concentra informações a respeito desse processo de transição. A análise da crítica elaborada pelo redator do jornal acerca da recusa do diretório de Paranaguá em aderir à candidatura de Lamenha permite evidenciar o desenvolvimento da mudança de comando político entre os conservadores de Paranaguá. Em virtude dessa mudança, a atuação de Nácar na aludida campanha eleitoral era marcada pelo acatamento das instruções de Eufrásio Correia, a liderança emergente do diretório:

Finalmente, como se esperava appareceu o, o Sr. Dr. Eufrazio a hostilizar a candidatura do Gremio conservador. Corre mundo uma circular assignada pelo Sr. Barão de Nacar, que vamos em seguida transcrever fielmente. Ninguem, ao ler semelhante documento, que se resente de um certo constrangimento, e que prima pela originalidade dos argumentos addusidos em favor do candidato apresentado pelos Srs Corrêas, poderá reter a indignação que provoca tão singular e inaudito procedimento. Estava reservada ao Sr. Dr. Eufrazio a triste gloria de cavar com as suas próprias mãos a cova em que há de sepultar-se com todos aquelles que inconcientemente lhe acompanham. Estava decretado pelo destino que o Sr. Barão de Nacar devia na sua velhice desbaratar os thesouros que lhe foram tçao generosamente doados pelo seu partido, tornando-se pobre e mendigo, de rico que era de sympathias e adhesões no seio da comunhão conservadora. Enquanto o Sr. Barão de Nacar digiriu a política da sua localidade, o seu nome cercou-se de notável prestigio; os seus conselhos tinham valor de ordens irrevogáveis para os nossos correligionários. Apparece o Sr. Dr. Eufrazio, que apenas se recommenda pelo excessivo orgulho, pelas veleidades de predomínio de importância, que se tornaram proverbiaes, e o Sr. Barão de Nacar sente escapar-lhe todos os elementos de que dispunha, quando se propõe a servir a causa da vergonha e da ingratição. Não accusamos o Sr. Barão de Nacar: lastimamo-lo

---

<sup>1052</sup> *O Paranaense*, 27 de janeiro de 1878, n. 8, pp. 2-3

apenas. Sabemos que o chefe do partido conservador de Paranaguá não é presentemente responsável pelos seus actos políticos..<sup>1053</sup>

Ao mesmo tempo, cumpre ser ressaltado que, para o redator, a candidatura dissidente de Bento Fernandes de Barros teria sido articulada não somente por Eufrásio Correia, mas também pelo senador Manuel Correia. Dessa forma, tal informação possibilita destacar a consolidação, no âmbito do diretório conservador paranaense, da influência da geração de bacharéis nascidos na década de 1830. Nessa época, os antigos chefes do diretório conservador de Paranaguá, em sua maior parte negociantes, tornaram-se os líderes de uma retaguarda que garantia, no âmbito municipal, a consecução das estratégias eleitorais elaboradas pela nova geração de gestores do partido.

Portanto, na eleição para deputado geral no Paraná, em 1877, as lideranças conservadoras do litoral não acataram a candidatura proposta pelo diretório regional. Segundo o redator de *O Paranaense*, Manuel Eufrásio buscou enfraquecer politicamente Lamenha Lins. Para tanto, articulou a sua demissão do posto de diretor-geral da Inspetoria Especial de Terras e Colonização do Paraná. Essa demissão foi concretizada. Essa movimentação política de Eufrásio Correia evidencia a sua capacidade de interferir em esquemas de nomeações imperiais. A esse respeito, o mencionado redator observou:

Uma viagem proveitosa. Talvez os nossos leitores ignorem que o Sr. Manuel Eufrásio Correa, guardando incognito, foi á corte pedir a exoneração do Dr. Lamenha Lins. Depois de empregar os meios que o caso requeria, meios que não declinamos, por que todos já conhecem, o nosso representante poudo obter por surpresa a exoneração, que é presentemente o maior título de gloria do candidato do grêmio conservador. Nunca contamos tão seguro o bom êxito d'essa candidatura, pelo qual advogão d'ora avante todos os homens de honra, todos os paranaenses dignos desse nome. Agradecemos o Dr. Eufrásio o favor que nos fez..<sup>1054</sup>

De sua parte, Eufrásio Correia, à época no exercício de mandato de deputado geral, buscou refutar essas afirmações em um texto publicado no jornal *Dezenove de Dezembro*, em janeiro de 1878. Nesse âmbito, ele argumentou que não era um adversário de Lamenha. Antes, os seus adversários estariam entre os conservadores que controlavam o jornal *O Paranaense*:

No *Paranaense* de 30 do mez passado li com surpresa a noticia de ter ido à corte, guardando incognito, pedir a exoneração do Dr. Lamenha Lins. É falso o que se diz. Soube da demissão pelos jornaes vindos do ultimo vapor; não concorri para ella de modo algum; assim como não concorreu pessoa alguma de

<sup>1053</sup> *O Paranaense*, 27 de janeiro de 1878, n. 7, p. 2.

<sup>1054</sup> *O Paranaense*, 30 de dezembro de 1877, n. 4, p. 4.



minha família; quer da província, quer da corte. O Exm. Dr. Lamenha Lins sabe bem que as pessoas a quem o *Paranaense* se quis referir são incapazes de occultar seus actos; mantendo com S. Ex. as mesmas relações que tinham ao tempo de sua administração, sentem profundamente não poder acompanhá-lo em suas pretensões políticas: este é seu único mal. Para sustentar a candidatura do Dr. Bento Fernandes de Barros e pedir aos meus amigos que a sustentem, como único meio de salvar o princípio de partido, não precisava lançar mão do recurso de que, com tanta injustiça, senão levemente, se me fez autor. Há alguns anos que tomo parte nas luctas políticas da provincia; o que vi agora no *Paranaense* é novo entre nós, absolutamente novo... se agora é que estamos aprendendo!<sup>1055</sup>

Ambas as citações permitem constatar o processo de emergência de um novo chefe do diretório conservador de Paranaguá. Ao mesmo tempo, essas citações comportam indícios de que esse líder utilizava a sua prerrogativa de inserção junto à elite administrativa do Império como um elemento operacional para a execução dos seus projetos políticos e eleitorais na província. Cabe, também, reconhecer a volatilidade das relações entre Eufrásio Correia e os conservadores estabelecidos na capital paranaense.

Conforme evidenciado na seção seguinte deste capítulo, a retomada dessas relações ocorreu poucos meses após a eleição. Ao final do pleito, ambos os candidatos conservadores foram derrotados. O eleito foi Manuel Alves de Araújo, do Partido Liberal. Contudo, deve-se ressaltar que Bento Fernandes de Barros conquistou mais votos do que Lamenha Lins. Em suma, Manuel Alves de Araújo obteve 89 votos; Fernandes de Barros, 72 votos; e Lamenha Lins, 52 votos. Para evidenciar o poder político do grupo partidário comandado pela família Correia, cumpre informar que no Colégio Eleitoral de Paranaguá Bento Fernandes de Barros foi o único candidato votado – ali, ele angariou 32 sufrágios. Houve apenas três abstenções.<sup>1056</sup>

Nota-se, assim, o controle político exercido pela família Correia sobre os membros desse Colégio. No Colégio de Curitiba, esse bacharel também conseguiu suplantar Lamenha Lins. Ao passo que Barros obteve 35 votos, Lins conquistou apenas 17.<sup>1057</sup> Portanto, o grupo partidário de Manuel Eufrásio e Manuel Francisco Correia conseguiu solapar a influência política, em Curitiba, do grupo partidário de bacharéis como Tertuliano Teixeira de Freitas e Justiniano de Mello e Silva.

Após a realização dessa campanha eleitoral, ocorreu uma rápida reaproximação entre os chefes dos diretórios conservadores de Curitiba e Paranaguá. Nessa época, Eufrásio Correia consolidou a sua condição de líder da oposição às gestões liberais na província. Um

<sup>1055</sup> *Dezenove de Dezembro*, 09 de janeiro de 1878, n. 1873, p. 2. Grifos no original.

<sup>1056</sup> *Dezenove de Dezembro*, 30 de janeiro de 1878, n. 1878, p. 1.

<sup>1057</sup> *Dezenove de dezembro*, 09 fevereiro de 1878, n. 1882, p. 2.

dos episódios que evidencia a aproximação entre ele e os seus antigos contendores do diretório curitibano foi a sua adesão, na condição de deputado provincial, à proposta que autorizava o Governo Provincial a conceder uma subvenção ao jornal *O Paranaense*.

Nota-se, pois, o aspecto volúvel das alianças e contendas que existiram entre as lideranças conservadoras paranaenses. A influência que Manuel Eufrásio possuía como deputado provincial fora decisiva para o periódico suplantar o jornal *Província do Paraná*, órgão do Partido Liberal, na disputa por esse fomento provincial, ainda que o valor da subvenção proposto pelo órgão da imprensa liberal fosse inferior ao valor proposto pelo órgão da imprensa conservadora (1:200\$000 réis do jornal liberal contra 2:000\$000 réis do jornal conservador). Tal fato ocorrera em abril de 1878, apenas três meses após a eleição que gerara a ruptura entre os conservadores da capital e do litoral paranaense.<sup>1058</sup>

A esse respeito, o correspondente de *A Reforma* afirmou: “O Sr. Euphrasio fez passar a proposta do seu *Paranaense*, e a mesa, entendendo que o donativo deveria ser maior, aumentou em 1:000\$000 no officio do pedido que dirigiu ao presidente da província, para a expedição do respectivo pagamento”.<sup>1059</sup> De outro lado, cabe destacar que em fevereiro de 1879, um ano após o pleito, *O Paranaense* publicou uma notícia que evidencia a existência de uma aliança política entre os conservadores na província. Um dos indícios dessa aliança é a ocorrência de uma reunião de conservadores em Curitiba. Nessa reunião, foi manifestada a aprovação do diretório provincial da grei à atuação de Manuel Francisco Correia no Senado. Em síntese, nessa matéria jornalística era enfatizado que os conservadores da província formavam um coeso grupo de oposição ao presidente liberal Rodrigo Otávio de Menezes.

Concernente à reunião do diretório conservador da capital na qual se evidenciou a reaproximação entre os líderes dos diretórios conservadores, o redator de *O Paranaense* afirmou: “Foi brilhante, repetimos, a reunião conservadora. A casa em que funcionou o Directorio estava litteralmente cheia, a applausos repetidos cobriam a voz dos oradores

---

<sup>1058</sup> Em fevereiro de 1878, Justiniano de Mello e Silva, redator de *O Paranaense*, ainda se manifestava como um crítico dos bacharéis Manuel Eufrásio e Manuel Francisco Correia. Em editorial publicado a 03 de fevereiro de 1878, Justiniano Silva afirmou: “Ataquei e atacarei sempre o predomínio dos Srs. Corrêas, cuja causa defendi enquanto esta se confundia com o partido conservador. Mas hoje ela simboliza a decadência, a ingratião e o rebaixamento da dignidade provincial. A minha posição é a do paranaense honrado que não deseja ver descer a sua província até tornar-se uma fazenda dos Srs. Corrêas”. *O Paranaense*, 3 de fevereiro de 1878, n. 8, p. 2. Tal situação alterou-se em dois meses.

<sup>1059</sup> *A Reforma*, 26 de abril de 1878, n. 93, p. 1.

quando, ou encareciam os serviços do Sr. conselheiro Correia á ideia conservadora, ou lembravam os golpes certos vibrados por esta folha sobre a actual administração”.<sup>1060</sup>

Tal informação também demonstra que a ascensão do liberal Visconde de Sinimbu ao comando do Gabinete Ministerial, em 1878, não ocasionou a extinção das atividades do diretório conservador do Paraná. Em províncias como São Paulo, o retorno dos liberais ao comando do Gabinete não ocasionou a desarticulação dos diretórios do Partido Conservador. Ao contrário, manteve-se organizada a hierarquia partidária. Em São Paulo, os conservadores denominavam o seu diretório provincial de Conselho Diretor da União Conservadora. O principal dirigente desse Conselho era o bacharel Antônio da Silva Prado (1840-1929).

Em 7 de janeiro de 1882, no contexto da vigência do Gabinete liberal comandado por José Antônio Saraiva, os membros do diretório conservador de Bananal enviaram uma carta ao Conselho Diretor da União Conservadora paulista para comunicar a sua aceitação aos nomes que compunham a diretoria do Conselho: “Conservadores e conhecedores da disciplina partidária, não podemos deixar passar despercebida a significação da reunião política do dia 18 de dezembro [de 1881] último, nessa capital. O partido conservador, elegendo tão conspícuos cidadãos para o conselho diretor e V. Ex. [Antônio da Silva Prado] seu digníssimo presidente, mostrou grande acerto político”.<sup>1061</sup> Portanto, os conservadores, ao tempo em que permaneciam como opositores, buscavam manter a regularidade das atividades partidárias. Para tanto, a organização de diretórios municipais e provinciais era crucial para a realização dessa tarefa. Entretanto, existiam dificuldades para o partido opositor evitar a cooptação de seus correligionários por aliados do partido situacionista.<sup>1062</sup>

Por outro lado, os jornais exerciam uma função decisiva na defesa do ideário e dos líderes dos partidos monárquicos. Na aludida reunião conservadora, os correligionários asseguraram que *O Paranaense* era o periódico oficial do partido: “Declarou o Directorio,

<sup>1060</sup> *O Paranaense*, 16 de fevereiro de 1879, n. 42, p. 1.

<sup>1061</sup> *Correio Paulistano*, 12 de janeiro de 1882, n. 7530, p. 1.

<sup>1062</sup> Nesse quadro, Antônio da Silva Prado publicou uma nota no *Correio Paulistano*, em dezembro de 1881. Nela, destacou que um antigo correligionário – João Mendes – não fora convidado para a reunião da União Conservadora paulista pelo fato de que se ligara ao grupo político que comandava o Governo de São Paulo naquela época. *Correio Paulistano*, 18 de dezembro de 1881, n. 7521, p. 1. Quando ocorreu a formação do Gabinete liberal de 07 de junho de 1889, Antônio Prado defendeu que o Partido Conservador deveria manter-se unido como forma de obter êxito nas eleições. Segundo Prado, a união dos correligionários deveria ser acompanhada pela consolidação de um ideário programático. Naquele contexto, Prado advogava que os conservadores não possuíam um nítido ideário político. Para soerguer o partido, seria necessária a formulação de precisos projetos políticos. De sua parte, Prado propôs que os conservadores deveriam encampar o projeto de ampliação da autonomia dos governos provinciais. Assim, ele argumentou que o partido deveria sustentar a ideia da separação das competências administrativas provinciais e imperiais. *Correio Paulistano*, 27 de julho de 1889, n. 66, p. 2.

sem discrepância de um só voto, que tomava a responsabilidade de quanto se escrevera na folha conservadora contra a actual ordem de cousas, prometendo prestar ainda maior coadjuvação ao legítimo órgão de suas ideias na imprensa da província”.<sup>1063</sup> No Paraná, no fim dos anos 1870, a manutenção de um jornal era encarada pelos dirigentes partidários como uma iniciativa crucial. A forma de gestão dos jornais partidários era um tema inerente às discussões realizadas, no Paraná, pelos diretórios dos partidos Conservador e Liberal.<sup>1064</sup>

\*\*\*

O domínio de Manuel Eufrásio sobre o Partido Conservador do Paraná consolidou-se ao longo dos anos 1880. Porém, esse domínio sofreu contestações. Em geral, essas contestações diziam respeito ao fato de que o referido bacharel não atendia a demandas dos correligionários do partido. Essas demandas eram concernentes à obtenção de cargos públicos. Em texto publicado no *Dezenove de Dezembro*, em 1885, um anônimo membro do Partido Conservador destacava que Manuel Eufrásio não procurava beneficiar antigos correligionários do partido com tais cargos.

O texto desse conservador permite evidenciar que o preenchimento de cargos comissionados era um fator de dissidências entre os membros de um partido. Por outro lado, a análise desse texto permite evidenciar que, no meados dos anos 1880, Manuel Eufrásio controlava a gestão do partido e, por consequência, impedia a consolidação da prática de decisões coletivas na agremiação.<sup>1065</sup> Portanto, o funcionamento regular de diretórios não era uma garantia de maior participação de correligionários na vida interna do Partido Conservador da província. No fim do Império, no Paraná, o crescimento da influência política de Manuel Eufrásio era um indício do caráter pouco democrático da gestão desse partido. A

<sup>1063</sup> *O Paranaense*, 16 de fevereiro de 1879, n. 42, p. 1.

<sup>1064</sup> Em 1879, por exemplo, os liberais de Curitiba deliberaram que o jornal *Província do Paraná* teria de permanecer em atividade e propagar o ideário da agremiação: “Em virtude de acordo tomado em reunião política do partido liberal da capital, a “Província” não interrompe a sua marcha e, sem fazer modificação no eu programa, continua a ser o órgão do partido liberal no Paraná, e ao mesmo tempo dos grandes interesses públicos que prometeu advogar”. *Província do Paraná*, 31 de dezembro de 1879, n. 95, p. 1.

<sup>1065</sup> O último cargo exercido por Manuel Eufrásio foi o de presidente de Pernambuco, de 07 de novembro de 1887 a 04 de fevereiro de 1888, quando faleceu. Acerca da nomeação desse bacharel para tal cargo, cabe ser realizar a leitura do *Diário* do citado de Barão de Goicana. Tal leitura evidencia que, no epílogo do período imperial, a nomeação de um presidente de província continuava a ser um momento no qual se verificavam indelévels mudanças na composição dos cargos comissionados. Essas mudanças eram um dos principais assuntos da vida política das províncias. Leia-se, pois, o seguinte excerto do *Diário* do Barão de Goicana: “Eufrásio Correia. Acha-se no Governo o novo Presidente, Deputado por Paraná, donde é filho. Homem partidário exaltado, iniciou sua administração demitindo sem motivo os poucos liberais que ainda ocupavam cargos remunerados: é cruel. Ao assumir as rédeas do governo, deram-se logo excessos da polícia em Afogados, resultado ferimento grave do subdelegado, sucumbindo posteriormente em poucos dias”. *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco*, volume L, 1978, p. 267.

crítica Tal influência evidencia, ainda, as restritas condições, no Paraná provincial, de ascensão de lideranças políticas. Nos anos finais do Império, os diretórios partidários ainda estavam sobremodo sujeitos à influência de potentados. Apenas ocasionalmente surgiam contestações a essa interferência. Uma das formas dessa contestação está presente no texto reproduzido abaixo:

O Sr. Dr. Manuel Eufrásio Corrêa é o feliz que goza de todas essas vantagens que um povo menos sensato lhe fornece e que não vê que este cidadão soberbo, ingrato e ambicioso pretende ser o sultão a quem todos por direito devem obedecer. Para elevar-se ao auge da prosperidade, procura angariar da classe menos conhecida e habilitada os votos de que precisa, concedendo a estes todos os favores, ao passo que com grave injustiça esquece verdadeiros conservadores, sustentáculos do partido, do qual se intitula chefe e pondo estes a margem. O que vemos na ascensão do partido conservador ao poder nesta província? Conservadores de reputação firmada e habilitados com a necessária prática para os cargos públicos, nem sequer foram lembrados, ao passo que os melhores empregos foram dados a verdadeiros recrutas que talvez alguns tenham de pedir a quem dos dirija. [...] Quem escreve estas linhas é um conservador que nunca transigirá, trinta e tantos anos que milita nas fileiras de seu partido e que tem bastante dignidade para não aceitar imposições do chefe que se eleva ilegalmente na província, querendo que todos lhe obedeçam abaixo de ponta pés. O Sr. Manuel Eufrásio poderá mandar com desprezo aos homens que sem consciência do que são o obedecem, porém nunca quem tem por nascimento e índole a independência de caráter.<sup>1066</sup>

Desde o ano anterior o *Dezenove de Dezembro* publicava textos de crítica à atuação política de Manuel Eufrásio. Por meio da leitura desses textos, pode-se verificar que, no fim do Império, esse bacharel era encarado como um político cuja atividade parlamentar era marcada pela defesa de ideias anacrônicas. A oposição que ele moveu à Lei do Ventre Livre, por exemplo, era um indício desse condicionamento.

Em um sentido amplo, tal oposição evidencia que, em algumas circunstâncias, a defesa de interesses particulares sobrepunha-se à fidelidade ao partido e ao Gabinete Ministerial. Em decorrência da oposição à referida lei, Manuel Eufrásio tornou-se membro da bancada de oposição ao Gabinete Rio Branco na Câmara dos Deputados, no início dos anos 1870. Porém, em virtude da consolidação dessa lei, Manuel Eufrásio aderiu ao grupo dos *emancipadores*.<sup>1067</sup> Manuel Eufrásio e Manuel Francisco Correia não tiveram herdeiros políticos.

Em verdade, nos anos 1880 houve duas tentativas de inserir um filho de Manuel Francisco, o engenheiro Manuel Francisco Correia Júnior, na política paranaense. Em 1883, esse engenheiro foi eleito deputado provincial do Paraná. Todavia, a Assembleia Legislativa não validou a sua eleição, visto que ele não comprovou a sua desincompatibilização da

<sup>1066</sup> *Dezenove de Dezembro*, 11 de outubro de 1885, n. 225, pp. 2-3.

<sup>1067</sup> *Dezenove de Dezembro*, 26 de novembro de 1884, n. 275, p. 2. Grifos no original.

condição de eleitor da freguesia carioca da Glória.<sup>1068</sup> Em 1889, Correia Júnior candidatou-se, sem sucesso, a deputado geral pelo 1º distrito eleitoral. Porém, nessa época o Partido Conservador estava dividido em duas facções. Tal fato enfraqueceu a candidatura do referido engenheiro. Ainda, o afastamento dos conservadores do comando do Gabinete Ministerial também contribuiu para minar as chances eleitorais de Correia Júnior nesse pleito. Assim, ele foi derrotado pelo bacharel Generoso Marques dos Santos.

O baixo envolvimento de Correia Júnior na vida política paranaense foi um aspecto enfatizado pelos seus adversários durante a campanha. No entendimento dos liberais, o fato de ele ter residido durante anos na capital do Império não o qualificaria para angariar votos de deputado geral pelo Paraná. Em julho de 1889, o redator do *Dezenove de Dezembro*, órgão época ligado ao Partido Liberal, apresentou a seguinte posição sobre a candidatura de Correia Júnior: “O Exm. Sr. Dr. Correia Júnior não tem serviços a sua província. S. Ex. tem, pelo contrário, vivido quase sempre afastado do Paraná”.<sup>1069</sup>

A candidatura de Correia Júnior a deputado geral evidencia que, no fim do Império, a renovação dos quadros de correligionários do Partido Conservador do Paraná ainda se apresentava como um processo de transição de gerações familiares. Tal candidatura demonstra, ainda, que Manuel Francisco conservava a prerrogativa de influir na vida política paranaense, assim como influía em decisões dos Gabinetes Ministeriais acerca do preenchimento de cargos públicos. Nesse quadro, cabe destacar que o seu genro, Joaquim Galdino Pimentel, professor da Escola Politécnica do Rio de Janeiro, exerceu o posto de presidente do Mato Grosso de novembro de 1885 a novembro de 1886, época em que o Barão de Cotegipe presidia o Conselho de Ministros. De novembro de 1888 a junho de 1889, no contexto do Gabinete João Alfredo, Pimentel foi o presidente do Rio Grande do Sul.

\*\*\*

Os correligionários do Partido Conservador encararam a candidatura de Correia Júnior como uma imposição dos chefes regionais do partido. A respeito dessa candidatura, o redator do *Sete de Março*, órgão de imprensa dos conservadores dissidentes, destacou: “Essa candidatura, com que nossos antagonistas pretendem consolidar o privilégio, é uma ameaça imprudente, e uma provocação capaz de atear incêndios temerosos”.<sup>1070</sup> Ocorrida em

---

<sup>1068</sup> *Dezenove de Dezembro*, 25 de outubro de 1885, n. 239, p. 2.

<sup>1069</sup> *Dezenove de Dezembro*, 18 de julho de 1889, n. 65, p. 2.

<sup>1070</sup> *Sete de Março*, 20 de julho de 1889, n. 65, p. 1.

dezembro de 1889, a morte de Correia Júnior reduziu as possibilidades de emergência de novas lideranças partidárias da família Correia.<sup>1071</sup>

Assim, no fim do Império a autoridade da família Correia sobre a gestão do partido no Paraná foi continuamente contestada. A pouca abertura à participação dos correligionários nas decisões cruciais do partido um fator de reclamação dos conservadores que não pertenciam ao grupo político ligado àquela parentela. Manuel Eufrásio Correia também não teve herdeiros políticos. Um de seus filhos, Adalberto Nácar Correia, era um integrante da Coligação Republicana, denominação assumida pelo partido situacionista do Paraná no ano de 1908.

Todavia, esse apoio não resultou em participação em pleitos eleitorais ou no exercício de posições decisivas na gestão do partido. Ao contrário, ele atuou apenas circunstancialmente das atividades da agremiação. Em 1908, por exemplo, ele foi um dos correligionários incumbidos pela Coligação Republicana de auxiliar na organização da eleição de vereadores e juizes distritais de Curitiba.<sup>1072</sup> Um destino peculiar aos descendentes de Manuel Eufrásio e do barão do Serro Azul foi o envolvimento no comércio. Em breve período, um filho do barão (Ildefonso Serro Azul) manteve sociedade comercial com Adalberto Nácar Correia.<sup>1073</sup>

Porém, esses descendentes de chefes conservadores não conquistaram a faculdade de pertencer à elite de negociantes da época. Nesse quadro, os filhos dos referidos líderes do Partido Conservador do Paraná não desenvolveram uma carreira política, bem como não se tornaram influentes membros da classe empresarial paranaense. Entretanto, eles mantiveram relações sociais e econômicas com membros da elite social curitibana.<sup>1074</sup>

Trata-se, por fim, de destacar que, no fim do Império, ainda vigoravam expressivas diferenças regionais quanto ao modelo administrativo de diretórios conservadores. As informações acima analisadas consistem em evidência da baixa formalização e centralização de decisões no Partido Conservador do Paraná. Em 1887, havia, por outro lado, um diretório municipal do Partido Conservador que se distinguiu pela precisa regulamentação de suas atividades. O diretório da cidade de Silveiras, em reunião de 4 de setembro do mencionado ano, aprovou um *Estatuto* que regulamentam, por exemplo, as formas de competição pelo

---

<sup>1071</sup> *Dezenove de Dezembro*, 11 de dezembro de 1889, n. 183, p. 1.

<sup>1072</sup> *A República*, 15 de junho de 1908, n. 138, p. 2.

<sup>1073</sup> Eles foram sócios em uma empresa de cinema e atrações, entre abril de 1912 e fevereiro de 1913. *A República*, edições de 22 de abril de 1912 e 12 de fevereiro de 1913.

<sup>1074</sup> Até o ano de 1912, Ildefonso Serro Azul foi sócio de Francisco Fido Fontana (1884-1947) em um cinema. *A República*, 22 de abril de 1912, n. 93, p. 3. Francisco Fido era filho do italiano Francisco Fasce Fontana (1849-1894), o qual atuou como industrial ervateiro em Curitiba.

comando daquele órgão, o modo de participação dos correligionários nas deliberações e as formas de interação entre o diretório e o diretório provincial. Outro elemento intrínseco a esse *Estatuto* era delimitação do contingente de participantes da elaboração de chapas de candidatos às eleições municipais. Essa delimitação permitiu que tal elaboração não fosse apenas uma prerrogativa do núcleo dirigente do diretório:

Art. 1º O diretório do partido conservador será composto de cinco, e o mais votado será o seu presidente.

Art. 2º As deliberações do diretório serão por maioria de quatro votos de seus membros, e o vencido assinará para constar sua presença.

Art. 3º O diretório chamará um eleitor para servir de secretário e este servirá e votará com o diretório na falta de um dos seus membros.

Art. 4º Não será aceito pedido algum ao Centro sem ser assinado por todos os membros do diretório.

Art. 5º O diretório será obrigado a concorrer com qualquer despesa que se faça a bem da política.

Art. 6º O diretório trabalhará a bem da inclusão de mais eleitores.

Art. 7º O diretório preferirá os lugares lucrativos aos eleitores pobres, contanto tenham habilitações para exercer o cargo.

Art. 8º O diretório para eleição municipal convocará pelo menos um terço dos eleitores e por eleição prévia organizarão da chapa dos vereadores e juizes de paz.

Art. 9º O diretório sempre estará de comum acordo com o Centro da União Conservadora.

Art. 10º A nenhum eleitor é permitido comprometer o voto com candidato que não esteja recomendado pelo Centro.<sup>1075</sup>

Em resumo, a centralização de decisões era um elemento conectado à ausência de critérios precisos para a definição da rotina e das regras de funcionamentos dos diretórios. Os próceres nacionais do Partido Conservador não interferiam na formulação de um modelo unificado de gestão partidária. Ao mesmo tempo, eles não arbitravam conflitos internos às unidades regionais do partido, senão de forma episódica. Assim, os conflitos entre os correligionários dos diretórios regionais eram decorrentes da incipiência das regras de funcionamento desses órgãos.

### Conclusões parciais

Nos anos finais do Império, a elite política paranaense ainda se voltava à realização da tarefa de implantar diretórios partidários e consolidar as regras da administração desses órgãos. O retorno de um partido ao comando do Gabinete Ministerial era uma ocasião propícia para empreender a referida tarefa. Porém, a existência de diretórios municipais e provinciais era instável. Esses diretórios eram criados e dissolvidos conforme os interesses eleitorais dos potentados. Ao mesmo tempo, esses potentados tinham dificuldades de

---

<sup>1075</sup> *Correio Paulistano*, 10 de setembro de 1887, p. 2.



administrar o partido em conjunto com outros correligionários. De todo modo, verificou-se que as elites locais encaravam a criação dos diretórios como uma iniciativa salutar.

Um dos efeitos positivos dessa iniciativa era unir os correligionários e conferir direcionamentos precisos à atividade do partido. Ainda, a vida interna do partido passava a ser disciplinada. Ao mesmo tempo, a fundação de diretórios permitia a interiorização do partido e o recrutamento de correligionários. Contudo, a existência de diretórios e de estatutos que regravam a participação dos correligionários nas atividades do partido não era suficiente para evitar o surgimento de dissidências. Os liberais e conservadores paranaenses adentraram desunidos ao período republicano.

Em geral, essa desunião era decorrente da competição entre lideranças por espaço na gestão do partido. Essa forma de desunião ocorreu no Partido Liberal do Paraná. Ainda, essas desavenças eram também provocadas pelo fato de que lideranças de maior projeção recusavam-se a atender demandas dos seus aliados. Tal situação foi peculiar ao Partido Conservador. Nesse contexto, o Clube Republicano do Paraná mostrou-se mais aberto a possibilitar o efetivo envolvimento de seus filiados em deliberações.

Por outro lado, a reconstituição dos percursos de membros da família Guimarães permitiu evidenciar que no interior dos partidos monárquicos havia uma precisa segmentação de funções. Nessa segmentação, os negociantes atuavam como lideranças municipais, que atuavam para conseguir os votos para os bacharéis que comandavam regionalmente os partidos. A obtenção de privilégios econômicos era uma das principais recompensas à fidelidade desses negociantes.

## Capítulo 5

### **Organização da vida partidária republicana e destinos políticos das elites provinciais: o jogo partidário paranaense no limiar da Primeira República**

A investigação desenvolvida neste capítulo é marcada pela reconstituição do processo de criação e estruturação de partidos políticos no Paraná, a partir da década de 1890. Nesse âmbito, é destacado que nessa época as agremiações conseguiram concluir uma tarefa na qual os chefes dos partidos monárquicos malograram: a implantação de regras voltadas à consolidação de uma liturgia partidária. Mais especificamente, será demonstrado que durante os anos 1890, no Paraná, os partidos situacionista e oposicionista implantaram critérios acerca do relacionamento entre as distintas instâncias da administração dos partidos.

O processo de implantação de regras sobre o funcionamento dos partidos ocorreu também em âmbito nacional. Nesse sentido, a criação de diretórios partidários nacionais foi uma medida adotada pelas elites políticas no princípio do período republicano. Por outro lado, será destacado que os diretórios municipais eram convocados somente para ratificar as decisões dos líderes dos diretórios estaduais. Em suma, um argumento central deste capítulo afirma que a implantação de precisas regras acerca da gestão dos partidos não implicou a democratização da vida interna das agremiações.

Em resumo, compete salientar que na Primeira República as elites regionais conservaram a condição de controladoras da prerrogativa de implantar modelos de gestão partidária. Os partidos nacionais, nesse contexto, não eram consistentes. Ou seja, a sua duração era efêmera e as suas regras de funcionamento possuíam o caráter oligárquico das regras dos partidos estaduais. O emprego de informações sobre o Partido Republicano Liberal e o Partido Republicano Conservador permite corroborar esta assertiva.

Conforme salientado nesta tese, os partidos republicanos, ao tempo do Império, apresentaram um caráter mais democrático, do ponto de vista administrativo, em relação aos partidos monárquicos. Porém, no presente capítulo demonstra-se que, desde os primórdios da Primeira República, a centralização de decisões e o alijamento das lideranças municipais das decisões mais relevantes dos diretórios regionais foram elementos intrínsecos ao modelo de gestão do Partido Republicano Paranaense. Assim, o caráter oligárquico da vida política da Primeira República era também evidenciado pelas limitações da participação dos correligionários nas deliberações dos diretórios partidários. No Paraná, o processo de

concentração de poderes pelo núcleo dirigente do partido situacionista não foi atenuado nos anos finais da Primeira República.

De todo modo, será destacado que a construção de uma disciplina quanto à vida interna dos partidos foi uma das primeiras medidas elaboradas pela elite política do Paraná. Porém, essa disciplina foi alcançada apenas pelo partido situacionista. Por meio do estudo das trajetórias de membros das famílias Correia e Guimarães, será demonstrado que as elites destituídas do partido governista não conseguiram organizar partidos de oposição. Por consequência, a principal oportunidade dos políticos que perdiam espaço no jogo partidário regional era obter nomeações para cargos comissionados estaduais e federais.

O pertencimento ao grupo político dos presidentes da República era uma das formas de os chefes partidários decaídos permanecerem vinculados a órgãos da administração pública. O relacionamento entre políticos destituídos dos quadros partidários e os presidentes da República permanece um tema não desenvolvido na historiografia. Nesse âmbito, compete evidenciar neste capítulo que a destituição do núcleo dirigente de um partido estadual não implicava dificuldades para antigos políticos permanecerem integrados em esquemas de nomeações federais.<sup>1076</sup>

Em suma, será demonstrado que o estudo acerca das trajetórias das referidas parentelas possibilita o conhecimento sobre as dificuldades que os remanescentes das elites provinciais enfrentaram para permanecerem politicamente ativos durante a Primeira República. Um dos motivos dessas dificuldades era a incapacidade das elites provinciais de promoverem a união dos opositores. Essa desunião impediu, portanto, a formação de um partido político de oposição competitivo e organizado. Apesar das dificuldades para enfrentar os candidatos governistas, os membros da oposição não abdicavam de suas candidaturas. Ao mesmo tempo, os partidos opositores que a elite destituída fundou eram marcados por uma administração oligárquica.

Portanto, os novos opositores, ao criar partidos políticos, não modificavam as suas concepções sobre a forma de gestão dos diretórios. Diante do malogro de suas iniciativas para consolidar partidos de oposição, restou aos membros das famílias Correia e Guimarães

---

<sup>1076</sup> A esse respeito, compete mencionar o estudo de Steven Topik, que destaca a constituição da aliança entre Deodoro da Fonseca com as elites do Nordeste, ao mesmo tempo em que se distanciava dos republicanos do Sudeste. Porém, a análise dos impactos, nas trajetórias dos políticos, da aliança com os presidentes e seus partidos, ainda remanesce estacionária na historiografia. Ver TOPIK, Steven. *Comércio e canhoneiras: Brasil e Estados Unidos na Era dos Impérios (1889-97)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

retornarem ao grupo partidário governista em posição mais subalterna em relação à posição que ocuparam no princípio da República.

### **5.1. – A organização dos diretórios partidários no princípio da Primeira República: os níveis federal, estadual e municipal**

Na Primeira República, uma das primeiras iniciativas destinadas a criar um partido nacional foi liderada pelo paulista Francisco Glicério Cerqueira Leite (1846-1916), ministro da Agricultura de 1890 a 1891, no governo do marechal Deodoro da Fonseca. Em 1893, Glicério coordenou a fundação do Partido Republicano Constitucional (PRC). Essa agremiação originou o Partido Republicano Federal (PRF), que também foi comandado por Glicério nos anos 1890.<sup>1077</sup> Nessa época, o partido situacionista do Paraná era uma seção do PRC, cuja sede nacional estava localizada na cidade do Rio de Janeiro.

No referido ano, as lideranças do PRC elaboraram as bases para a organização do partido nos estados e municípios. Nesse quadro, eles buscaram regulamentar as formas de participação dos correligionários dos estados nas deliberações do diretório nacional do partido.

A definição de critérios para o relacionamento entre as instâncias do partido e a definição de limites para o envolvimento dos correligionários em deliberações eram elementos cruciais dos estatutos do PRC. A análise do processo de criação desse partido é operacional para evidenciar os antagonismos que surgiram entre os membros da elite política republicana acerca da organização dos partidos.

De um lado, havia um grupo que defendia a existência de diretórios regionais e de um diretório nacional do partido. De outro lado, existia um grupo que advogava que diretórios permanentes não eram necessários. Todavia, os integrantes dessa elite concordavam que era fundamental a consolidação de partidos políticos. Em suma, essa elite entendia que os partidos conferiam estabilidade ao sistema político.

Acerca da criação do PRC, é necessário dedicar atenção à notícia de fundação dessa agremiação, veiculada no jornal curitibano *A República*, em julho de 1893. O PRC era um partido governista. Os seus líderes julgavam que o então vice-presidente da República, o senador baiano Manuel Vitorino Pereira (1853-1902), teria de ser enxergado como um aliado

---

<sup>1077</sup> Acerca da história do PRF na referida década, ver WITTER, José Sebastião. *República, política e partido*. Bauru, SP: Edusc, 1999.

na nova agremiação. Nessa ocasião, Vitorino também acumulava a função de presidente do Senado Federal.

Nesse contexto, Francisco Glicério era o responsável pela elaboração da versão preliminar das bases do partido e pela tarefa de comunicar Manuel Vitorino sobre o processo de organização administrativa do PRC: “[Francisco Glicério] leu em seguida as bases desse partido, declarando que apresentara ao vice-presidente da República e presidente aos presidentes das duas casas do Parlamento, obtendo deles sua adesão completa”<sup>1078</sup>

A essa reunião também compareceu o senador Manuel Vitorino. Ele defendia que não era necessária a criação de diretórios partidários que funcionassem de forma permanente. Mais precisamente, Vitorino defendia que a criação de diretórios não poderia ser uma imposição dos dirigentes nacionais da agremiação. A sua posição se confrontava com a posição de outro dirigente do partido, a saber, Francisco Glicério. Conforme, noticiado em *A República*:

O Sr. Senador Victorino disse que não compreende o systema representativo sem partidos bem organizados e fortes, que sirvam de apoio aos Governos, orientem e moralizem as eleições e sufragem nos tumultos que por ventura surjam. Desconhece a necessidade de se manter aqui na Capital Federal um Directorio Central Permanente, e não concorda que se estabeleçam em todo paiz directorios symetricos. Se em um município há necessidade de um directorio, em outro elle é inteiramente dispensável, porque a influência política está em uma só mão, que dirige todos os negócios locais.<sup>1079</sup>

Portanto, Manuel Vitorino sustentava o argumento segundo o qual o poder pessoal de um potentado era mais decisivo para a organização local do partido do que um diretório permanente. Trata-se de um argumento peculiar à época do Segundo Reinado. A ideia do senador Manuel Vitorino sobre gestão partidária não prosperou ao longo da Primeira República. Ou seja, a instalação de diretórios municipais e estaduais permanentes foi um elemento característico da gestão dos partidos governistas naquela época. Os partidos de oposição, contudo, encontraram dificuldades para implantar diretórios permanentes. Conforme demonstrado no presente capítulo, tal dificuldade foi característica ao caso dos partidos de oposição que funcionaram no Paraná nas décadas de 1910 e 1920.

De outra parte, cumpre realizar a análise do *Plano de organização* do PRC construído por Francisco Glicério. A leitura desse *Plano* permite demonstrar que, no princípio da

<sup>1078</sup> *A República*, 20 de julho de 1893, n. 149, p. 1.

<sup>1079</sup> *Id.*

República, a consolidação de regras e ritos partidários era considerada uma tarefa central pelas lideranças políticas nacionais. Nessa oportunidade, as lideranças partidárias de diferentes estados foram incumbidas do trabalho de revisar esse *Plano*.

Na reunião em que foram iniciadas as atividades do PRC, nomeou-se uma comissão para realizar a revisão do aludido documento. Tal comissão era composta por José Prudente de Moraes Barros (São Paulo), Quintino Bocaiúva (Rio de Janeiro), Ubaldino do Amaral (Paraná), Manuel Vitorino (Bahia), Francisco Glicério (São Paulo) e Raimundo Nina Ribeiro (Pará).<sup>1080</sup> A construção de partidos nacionais era, pois, uma ideia encampada por essa elite. Nesse quadro, as regras e ritos seriam possibilitariam que os partidos tivessem um funcionamento mais estável:

*Plano de organização do Partido Republicano Constitucional em todos os municípios e Estados da União e do Distrito Federal e da primeira convenção para a eleição presidencial*

- I. Os Municípios dos Estados e as antigas freguesias do Distrito Federal elegerão seus diretores locais, estes elegerão os diretores centrais com sedes nas capitais dos Estados e no próprio Distrito Federal e estes, finalmente, elegerão seus delegados federais.
  - II. Os delegados federais, em número igual em todos os Estados e no Distrito Federal, neste se reunirão em convenção do Partido Republicano Brasileiro.
  - III. Compete à convenção:
    - 1) Organizar em detalhe o programa do partido que é em síntese: pugnar pela fiel observância e execução da Constituição Federal e pelo desenvolvimento de seus preceitos.
    - 2) Eleger o Diretório Central com sede na Capital da República, composto de sete membros.
    - 3) Escolher por escrutínio secreto os candidatos à Presidência e Vice-Presidência da República.
  - IV. Compete ao Diretório Federal:
    - 1) Dirigir o Partido Republicano Brasileiro em tudo quanto se referir à política federal.
    - 2) Representar o partido mediante solicitações especiais perante os poderes da União.
  - V. A eleição dos delegados federais terá lugar no mês de Março do penúltimo ano do período presidencial e seus poderes durarão até o fim do quadriênio.
  - VI. A convenção regulará por lei de sua assembleia o tempo e o modo de suas reuniões e deliberações, assim como a diretoria Federal, respeitadas as disposições fundamentais deste plano.
  - VII. A primeira eleição de delegados federais terá lugar no mês de Março de 1894 e a convenção que eles elegerem servirá até Março de 1897.
  - VIII. Os deputados federais e senadores, antes de finda a última sessão da actual legislatura, se reunirão para o fim de escolher os candidatos à presidência e vice-presidência na próxima eleição de 1º de Março de 1894. Vencida a escolha por maioria de votos presentes, serão os candidatos proclamados em boletim oficial assinado por todos os membros componentes da comissão provisória, imediatamente depois de verificado o resultado do escrutínio prévio. À comissão provisória competirá também a designação do número dos delegados federais, bem como a decretação de outras providências de carácter partidário em relação somente à política federal.
- Esta reunião foi secreta.<sup>1081</sup>

Em janeiro de 1890, o Partido Republicano existente no Paraná definiu que atuaria como uma agremiação ligada ao Governo do Estado. Nessa ocasião, os líderes do partido

<sup>1080</sup> *A República*, 20 de julho de 1890, n. 148, p. 1.

<sup>1081</sup> *Id.*

formularam as bases que iriam reger a administração da grei. Por meio da leitura dessas bases, nota-se que os gestores da agremiação situaram o governador do Paraná, o militar catarinense José Marques Guimarães (1838-1903), na posição de chefe do partido. Desse modo, as lideranças republicanas do Paraná não reivindicaram a separação entre o partido e o Estado. Nesse contexto, a criação de diretórios municipais teria de ser comunicada a essa autoridade. Assim, a elite política regional permitia que os governadores acompanhassem e interferissem no processo de estruturação do partido nas áreas do interior do estado.

Ao mesmo tempo, uma das principais tarefas desse partido no Paraná era determinar as formas de participação dos correligionários dos municípios nas decisões do diretório regional. Essas decisões eram referentes, por exemplo, à definição de chapas de candidatos. Em suma, cabe evidenciar que as lideranças republicanas do Paraná entendiam que não havia uma dissociação entre o partido e o Governo Estadual:

*Instruções para a organização do Partido Republicano no Estado do Paraná*

Art. 1º

O governador do Estado, chefe político de confiança do governo, e por isso depositário exclusivo do seu pensamento é, ipso acto, o diretor da política republicana do mesmo Estado, e a ele compete a boa direção de todos os negócios políticos, para a organização e desenvolvimento do partido republicano, em bases sólidas.

Art. 2º

Todos os cidadãos residentes no Estado do Paraná que hajam abraçado o sistema de governo republicano do Brasil constituem a comunhão republicana paranaense.

Art. 3º

Em cada cidade, vila ou povoação que seja sede de autoridade policial, haverá um livro de registro dos cidadãos da comunhão republicana da localidade, com capacidade ativa eleitoral, os quais inscreverão nele os seus nomes ou darão poderes por carta para inscrevê-los. O sobredito livro será numerado e rubricado pela primeira autoridade policial ou por aquela a quem o governador do Estado der comissão para isso.

Art. 4º

No dia 9 de Março do corrente ano, com aviso prévio de oito dias pela imprensa ou por editaes, reunir-se-à, à hora e em lugar indicados, os membros da comunhão republicana que estiverem inscritos no livro de registro, e sob a presidência do representante político do Governador do Estado, que se fará auxiliar por um primeiro e segundo secretário, elegerá uma junta que se denominará Comissão Executiva Local; essa comissão terá por objeto formar a agremiação política e compreensiva que constituirá o partido republicano da localidade. A comissão da capital constituirá o Diretório Central do partido e se comporá de um presidente, de um vice-presidente, de um secretário e de quatro vogais. Atendendo à circunstância de estar a Comissão Executiva da capital funcionando desde 1895, ficará ela constituindo o Diretório Central, completando-se o número de seus membros com a designação de dois cidadãos escolhidos por ele próprio. O diretório da capital e as comissões executivas locais distribuirão entre os seus membros as incumbências que melhor convierem.

Art. 5º

No dia 14 de Julho do corrente ano, mediante aviso prévio sobre lugar e hora, reunir-se-à nesta capital um congresso do Partido Republicano do Estado para o fim de designar os candidatos do Partido à Assembleia Constituinte. Este congresso se comporá de um membro de cada comissão de vila ou povoação, de dois de cada de comissão de cidade e de quatro do Diretório Central, todos munidos de poderes das respectivas comissões para tal fim. Preside o congresso o presidente do Diretório Central, que chamará para auxiliares um primeiro e um segundo secretários. A designação se fará por escrutínio

de lista, contendo tantos nomes quantos os representantes que o Estado mandar à Constituinte. Das listas que contiverem número superior, só serão apurados, por ordem regular, tantos nomes quantos os devidos.

Art. 6º

Enquanto não forem proclamados os candidatos, a nenhum membro do Partido Republicano será lícito apresentar-se como tal ao eleitorado, por meio de circulares ou quaisquer escritos de caráter público.

Sala das Sessões da Comissão Executiva, 18 de janeiro de 1890.

Vicente Machado da Silva Lima, presidente.

Maurício Sinke

Ernesto de Campos Lima

Francisco de Almeida Torres<sup>1082</sup>

Cabe destacar, por outro lado, que no princípio da República as elites locais não se apresentaram, em todos os casos, como aliadas dos presidentes de Estado. Atente-se, pois, ao caso de Pernambuco. Em 1892, o Partido Republicano local rompeu com o presidente do Estado, a saber, o recifense Alexandre José Barbosa Lima (1862-1831).

Os correligionários do Partido Republicano de Pernambuco, portanto, entraram em confronto com um antigo membro da política local. Leia-se, pois, a seguinte informação publicada em *A República*: “Como todo mundo sabe, o Dr. Barbosa Lima, contra manifestada opinião do partido republicano que o elegeu, já havia feito um adiamento das eleições federais por aquele Estado, e agora, em virtude do telegrama acima, vemos que fez ainda contra essa opinião, segundo adiamento. O diretório republicano de Pernambuco, de perfeito acordo com a representação do Estado, rompeu em oposição ao governador Barbosa Lima, que naturalmente sem apoio no partido tinha de deixar o lugar, para o qual decaiu da confiança dos seus eleitores”.<sup>1083</sup>

Contudo, Barbosa Lima cumpriu todo o mandato, cujo término ocorreu em abril de 1896. Por meio do caso da história política de Pernambuco, é também possível evidenciar que, no início da Primeira República, os partidos já se encontravam divididos. Em 1894, por exemplo, uma facção do Partido Republicano daquele Estado convocou uma reunião, na qual teriam comparecido quatrocentos correligionários. Tal reunião teve por finalidade assegurar a unidade daquela facção:

Recife, 6 de Setembro [de 1894]. Realizou-se hoje a reunião convocada pela maioria do diretório do partido republicano deste Estado. Estiveram presentes quatrocentos republicanos, dos quais mais de duzentos assinaram a ata da sessão. Fizeram-se representar e declararam-se solidários com os convocadores da reunião e deliberações que fossem tomadas, seiscentos e trinta e dois republicanos. Entre estes e os presentes figuram muitas influências dos partidos republicados de diferentes municípios do interior. Foi entusiástica e unanimemente aprovada a atitude da maioria do diretório

<sup>1082</sup> *A República*, 1º de fevereiro de 1890, n. 27, p. 3.

<sup>1083</sup> *A República*, 23 de junho de 1892, n. 705, p. 1.



republicano e condenado o procedimento do Dr. Martins Júnior, do qual resultou cisão do partido. Resolveu-se que o novo diretório se compusesse de vinte e cinco membros e este elege-se em seu seio a comissão executiva.<sup>1084</sup>

No Paraná, as dissensões no interior do partido situacionista principiaram nos anos 1900 e se agravaram na década seguinte. Conforme evidenciado neste capítulo, os conflitos decorrentes dos processos da indicação de candidaturas parlamentares era um dos principais motivos das discórdias entre as lideranças partidárias do Paraná.

\*\*\*

Os gestores dos diretórios republicanos enviavam ofícios ao presidente do Estado do Paraná para comunicar sobre a instalação dessas unidades partidárias. Nos primórdios da República, no contexto do Paraná, os dirigentes do Partido Republicano ansiavam vincular essa agremiação ao Governo Estadual. Ou seja, almejavam elevá-la à condição de partido de Estado. Tal pretensão não era incomum no contexto da Primeira República. Os membros do Partido Republicano Paulista, por exemplo, também tornaram essa agremiação um partido de Estado.<sup>1085</sup>

Em dezembro de 1889, ao criarem um diretório na vila de Arraial Queimado, no primeiro planalto paranaense, os republicanos dessa localidade encaminharam comunicado ao governador do Paraná, José Marques Guimarães. Ao mesmo tempo, eles doaram ao Tesouro do Estado 179 mil réis para auxiliar o pagamento da dívida flutuante do Paraná.<sup>1086</sup>

Em agosto de 1890, foi criado um diretório na freguesia de Teresina, localizada terceiro planalto do Estado do Paraná. O então governador do Estado, o citado militar Inocêncio Serzedelo Correia (1858-1932), encaminhou o seguinte comunicado ao secretário do diretório republicano da aludida freguesia:

De Therezina recebeu o Sr. vice-governador do Estado o seguinte: Therezina, 5 de Agosto de 1890. Ilustre Cidadão. Junto os envio o termo da eleição do diretório constituído aqui para representar o Partido Republicano, cuidar dos interesses relativos, nesta freguesia; pelo que vos pedimos que tomando conhecimento vos digneis aprovar visto como temos em vista servir especialmente ao Governo, ao qual prestamos franca adesão. Saúde e Fraternidade. Illm. Sr. Governador do Estado do Paraná. O presidente – Antônio Diniz Pereira. O secretário – José da Costa e Silva Braga.<sup>1087</sup>

A Mesa Executiva desse diretório era composta apenas pelos cargos de Presidente, 1º vice-presidente, 2º vice-presidente, tesoureiro e secretário. Contudo, os diretórios municipais

<sup>1084</sup> *A República*, 16 de setembro de 1894, n. 105, p. 2.

<sup>1085</sup> A esse respeito, ver PERISSINOTTO, Renato Monsseff; SÊGA, Rafael Augustus. Republicanismo paulista e republicanismo gaúcho, entre o partido de classe e o partido de Estado: aproximações e distinções (1873-1930). In: *Almanack*, v. 2, pp. 101-113, 2011.

<sup>1086</sup> *A República*, 04 de janeiro de 190, n. 3, p. 1.

<sup>1087</sup> *A República*, 20 de agosto de 1890, n. 193, p. 2.

do Partido Republicano Paranaense não mantinham, em todos os casos, essa estrutura administrativa. Ao contrário, havia diretórios dotados de uma estrutura menos complexa. No município de São José da Boa Vista, a Mesa Executiva era composta somente pelos cargos de presidente, vice-presidente e secretário.<sup>1088</sup>

Por outro lado, cabe destacar que a criação de diretórios partidários em freguesias e distritos foi comum a outros estados da federação, tais como Minas Gerais e Rio de Janeiro.<sup>1089</sup> Portanto, no início do período republicano as elites políticas deram continuidade ao projeto de interiorizar os diretórios partidários. Em novembro de 1890, o governador Serzedelo Correia também foi comunicado sobre a instalação do diretório republicano de Palmas, situada na região planáltica do Paraná:

Ao cidadão Olímpio Rodrigues de Carvalho Lima, secretário do Club Republicano de Palmas. – Acusando o recebido ofício de 10 do corrente que veio acompanhado da cópia da ata da eleição havida em 15 de setembro findo, do diretório do Partido Republicano desta vila, cabe-me em resposta muito agradecer semelhante remessa e bem assim as palavras de congratulação que no aludido ofício me são dirigidas.<sup>1090</sup>

No início da República, os diretórios municipais de Antonina e Paranaguá tentaram influir na nomeação de governadores. Essa tentativa era decorrente do interesse de que o Governo Estadual atendesse aos anseios econômicos dos comerciantes. Porém, não teve êxito o empenho dos republicanos do litoral para interferir na nomeação de um governador para o Paraná.<sup>1091</sup>

---

<sup>1088</sup> *A República*, 10 de março de 1895, n. 58, p. 1.

<sup>1089</sup> Nesse quadro, cabe destacar que, em 1900, estava em funcionamento um diretório do Partido Republicano na freguesia de Borda da Mata, em Minas Gerais. No referido ano, os membros desse diretório manifestaram-se em defesa da indicação da candidatura de José Ribeiro Miranda Júnior para o cargo de deputado estadual. Assim, verifica-se que uma prerrogativa dos diretórios locais dos partidos republicanos era interferir na definição de chapas de candidatos. *O Paiz*, 13 de janeiro de 1900, p. 1. Em 1902, estava em atividade o diretório do Partido Republicano Nacional da freguesia do Espírito Santo, situada no município do Rio de Janeiro. Em abril de 1902, os dirigentes desse órgão convocaram os filiados a participarem de uma procissão cívica em honra à memória de Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes. *O Paiz*, 20 de abril de 1902, p. 2.

<sup>1090</sup> *A República*, 27 de novembro de 1890, n. 274, p. 2.

<sup>1091</sup> Em julho de 1890, os membros dos diretórios republicanos de Antonina e Paranaguá defendiam que Alexandre Stockler teria de ser nomeado governador do Paraná. No entendimento desses republicanos, Stockler poderia auxiliar na resolução das disputas econômicas entre Paraná e Santa Catarina. Assim, os membros do diretório republicano de Paranaguá, enviaram o seguinte telegrama para o jornal *O Século*, do Rio de Janeiro: “Paranaguá, 26 [de agosto de 1890]. A questão das barreiras está dependente da nomeação do novo governador. Os republicanos pediram que fosse nomeado governador o Dr. Stockler, que é extremamente simpático a todos os partidos deste Estado. Consta aqui a nomeação de Herculano Freitas. Esta nomeação irá complicar a questão das barreiras. Directorio do Club Republicano e redacção do ‘Século’.” *A República*, 05 de agosto de 1890, n. 182, p. 1. Os republicanos de Antonina, por sua vez, endereçado ao jornal *O Século* o telegrama transcrito a seguir: “Antonina, 27 [de agosto de 1890]. O Dr. Stockler é o único capaz de congruar os republicanos do Paraná e conciliar a contenda dos catharinenses. Foi inconveniente a nomeação do Dr. Herculano para governador. Club Republicano Antoninense.” *Id.* Nessa ocasião, cogitava-se que Uladislau Herculano de Freitas

Nesse contexto, prenunciava-se uma situação que permaneceu inalterada até o fim da Primeira República: o caráter oligárquico da definição de candidaturas a deputado federal e senador. No princípio da República, o governador do Paraná exercia o controle sobre a indicação dessas candidaturas. Assim, cabia aos membros dos diretórios locais apenas ratificar a escolha. Conforme demonstrado neste capítulo, ao longo da Primeira República a influência dos diretórios municipais limitava-se à sugestão de candidatos a deputado estadual.

Em 1890, por exemplo, o governador Inocêncio Serzedelo escolheu os candidatos a deputado federal e a senadores. Um dos candidatos a senador apoiado pelo grupo governista era Ubaldino do Amaral, o qual foi eleito. Os demais candidatos eram José Pereira dos Santos Andrade e Generoso Marques dos Santos, que também se elegeram.<sup>1092</sup> Para agradecer a Serzedelo pela homologação da candidatura, Amaral enviou ao governador o seguinte telegrama: “Rio de Janeiro, 6 [de setembro de 1890]. Seu telegrama retardado. Avalio bem imensa honra me fazem que já não tenho direito recusar. Aceito agradecido mas não convencido. *U. Amaral*”.<sup>1093</sup>

Aos correligionários governistas restou, pois, acatar a decisão da cúpula do partido. O Clube Republicano de Antonina endereçou ao governador Serzedelo o seguinte telegrama: “O Club Republicano Quinze de Novembro em sessão hoje, aceitou francamente chapa de senadores e deputados. Podeis contar com decidido e leal apoio. *João Vianna*, presidente – *Joaquim Loyola*, vice-presidente”.<sup>1094</sup>

Verifica-se, portanto, que dois dos principais negociantes de Antonina, no princípio da República, apenas formalizaram sua aceitação para com uma decisão tomada pela cúpula do Governo do Estado e do partido governista. Nessa época, os negociantes do litoral passaram a exercer uma posição menos proeminente no jogo partidário paranaense. Trata-se, pois, de uma situação que não se modificou durante a Primeira República.

\*\*\*

Em suma, a elite social paranaense mobilizou-se rapidamente para fundar e controlar diretórios republicanos. As lideranças políticas de Paranaguá defendiam, pois, os candidatos recomendados por Vicente Machado. Na eleição presidencial de 1898, Machado, que exercia mandato de senador, era um opositor do presidente Prudente de Moraes. Por conseguinte, não

---

seria nomeado governador do Paraná pela segunda vez. Contudo, o Governo Provisório, chefiado pelo marechal Deodoro da Fonseca, nomeou Inocêncio Serzedelo Correia. De todo modo, os republicanos não conseguiram que o seu candidato a governador fosse o escolhido pelo presidente da República.

<sup>1092</sup> *A República*, 05 de setembro de 1890, n. 207, p. 1.

<sup>1093</sup> *A República*, 10 de setembro de 1890, n. 210, p. 2.

<sup>1094</sup> *Id.*

concedeu o seu apoio ao candidato de Moraes à Presidência, a saber, Manuel Ferraz de Campos Salles. Antes, Machado defendeu a candidatura de Lauro Sodré. Os correligionários de Machado em Paranaguá acataram a decisão de apoiar o candidato opositor. No dia da eleição, 1º de março, aportou em Paranaguá um navio de guerra. Os mesários, que eram correligionários de Machado, encararam esse fato como uma intimidação do presidente Moraes.

Nesse quadro, cabe destacar que dentre esses mesários estavam Artur Ferreira de Abreu e Manuel Bonifácio Carneiro, antigos membros do grupo político do Visconde de Nácar. Na Primeira República, portanto, os componentes desse grupo ainda controlavam a gestão local das eleições. Em seguida, recusaram-se a realizar a eleição, conforme se verifica por meio do protesto publicado em *A República*:

#### Termo de protesto

Ao primeiro dia do mês de Março de mil oitocentos e noventa e oito, nesta cidade de Paranaguá, e em meu cartório pareceram os mesários e suplentes das quatro seções eleitorais deste município, abaixo assinados, e todos de mim reconhecidos, do que dou fé, e por eles foi dito que, para que produza os efeitos legais, vinham protestar como pelo presente protestam, contra a falta de garantias para o livre exercício do voto na eleição a que hoje se procedeu para Presidente e Vice-Presidente da República, motivada pelo desembarque de forças navais completamente municiadas e servidas por metralhadoras do cruzador “Quinze de Novembro”, ancorado neste porto, desembarque que se fez ostensivamente em noite de ontem e, para o fim de servir hoje na eleição, conforme a própria declaração do capitão-tenente João Pereira Leite, comandante do referido cruzador, feita espontaneamente na casa do coronel Manuel Bonifácio Carneiro, e em presença de grande número de pessoas. Sendo tudo isso contrário às leis e atentatório dos direitos políticos do cidadão, e terminantemente proibida pela lei eleitoral número trinta e cinco, de vinte e seis de Janeiro de mil oitocentos e noventa e dois, artigo vinte e seis das Instruções de vinte e sete de Novembro do ano passado, e não dispondo os protestantes de meios para tornar efetiva a liberdade do voto, resolveram acompanhar a quase totalidade dos eleitores do município, abster-se das urnas e deixar de organizar mesas eleitorais para lavrarem o presente protesto. Assim o disseram, do que dou fé e lhes lavrei o presente termo de protesto que depois de lido e em tudo achado conforme assinaram com as testemunhas presentes. Dario Cordeiro e Antônio Luiz, reconhecidos de mim. José Moraes Pereira Gomes, tabelião, que o escrevi. [Seguem as vinte e uma assinaturas dos protestantes].<sup>1095</sup>

Nesse sentido, era irrestrita a fidelidade das lideranças políticas municipais a um chefe partidário regional. Tratava-se, portanto, de uma fidelidade pessoal. No Paraná da Primeira República, não houve a ascensão de políticos que ameaçassem o poder que Machado exercia sobre o partido governista. Na região litorânea, os comerciantes, que conservaram a sua condição de lideranças políticas locais, permaneceram na condição de agentes eleitorais de Vicente Machado e de seus candidatos.

---

<sup>1095</sup> *A República*, 05 de março de 1898, n. 49, p. 1.

Por fim, cabe mencionar que em 1914 houve, na cidade de Guarapuava, a formação de um partido municipal, controlado por coronéis. Trava-se do Partido Municipal Guarapuava, cujo presidente era o coronel Pedro Lustosa de Siqueira.<sup>1096</sup> Anteriormente, em 1912, fora criado um partido municipal em Palmas.<sup>1097</sup> Contudo, os membros desses diretórios não conquistaram projeção no cenário político regional.

Nesse contexto, os partidos municipais existentes no Paraná eram agremiações dedicadas a defender demandas setoriais junto ao Governo do Estado. Essas agremiações não pretenderam formar uma oposição ao situacionismo. Ao contrário, funcionavam como agremiações aliadas do partido dominante. Tal era o caso do Partido Municipal de Ponta Grossa. Em 1905, os proponentes da criação desse partido, que não se consolidou, acatavam as ordens políticas de Vicente Machado, mas se posicionavam contra o grupo que comandava a Prefeitura do município.<sup>1098</sup>

\*\*\*

No litoral paranaense, no momento da queda do Império, os comerciantes ainda se mantinham na posição de gestores dos partidos e das instituições administrativas municipais. Em 1889, por exemplo, o ex-deputado provincial João Vianna era o presidente da Câmara de Antonina. Em 21 de novembro de 1889, o jornal *A República* publicou o seguinte telegrama desse negociante: “Povo em massa, com grandes manifestações dirigiu-se hontem à noite ao paço municipal e assinou termo de adesão à nova forma de governo, conforme convite da mesma Câmara. Livro assinaturas continua franqueado ao povo. *João Vianna*, presidente da Câmara”.<sup>1099</sup> Os antigos comerciantes do litoral, no início da República, também passaram a controlar a gestão dos Clubes Republicanos. Portanto, eles dominavam as principais instituições políticas daquela região.

Em 1890, João Vianna integrava a diretoria do Clube Republicano de Antonina, bem como desempenhava o posto de Intendente Municipal, isto é, presidente da Câmara de Vereadores. No início da República, os presidentes das Intendências eram também os chefes do Poder Executivo Municipal. Nessa ocasião, ele informou ao jornal *A República* que o mencionado Clube apoiava o *Manifesto Político* publicado em 15 de março de 1890 nesse periódico. Esse *Manifesto* apresentava a defesa do Governo Provisório comandado pelo Marechal Deodoro da Fonseca, assim como defendia o interventor do Governo do Paraná,

---

<sup>1096</sup> *Jornal do Brasil*, 18 de junho de 1914, p. 10.

<sup>1097</sup> *A República*, 02 de abril de 1912, n. 77, p. 1.

<sup>1098</sup> *A República*, 08 de março de 1905, n. 56, p. 1.

<sup>1099</sup> *A República*, 21 de novembro de 1889, n. 44, p. 1.

Américo Lobo Leite Pereira.<sup>1100</sup> Tratava-se de um documento que fora redigido pelas novas lideranças políticas do Paraná, tais como Vicente Machado. Nos primeiros meses do regime republicano brasileiro, Machado buscava estreitar suas relações com a elite política litorânea. Em 16 de março de 1890, ele discursou, em Paranaguá, para uma plateia composta por negociantes como Theodorico Júlio dos Santos, presidente da Intendência Municipal. Nessa época, a função de Vicente Machado como líder dos republicanos no Paraná era articular o apoio da elite regional para os interventores nomeados por Deodoro da Fonseca para administrar o Governo do Paraná.<sup>1101</sup>

Esse *Manifesto* foi apoiado por chefes partidários de municípios do litoral, como Paranaguá e Morretes, e de municípios da região planáltica do Paraná, como Palmeira e Ponta Grossa.<sup>1102</sup> Conforme João Vianna, “Club Republicano Quinze de Novembro, em sessão extraordinária, resolveu, por unanimidade, adotar programa manifesto publicado ‘República’, 15, e adotar política governador estado – Pela diretoria. *João Vianna* – Presidente da Intendência”.<sup>1103</sup>

No litoral, portanto, eram os antigos negociantes que controlavam os partidos políticos no processo de transição do Império para a República. Porém, a célere adesão deles à República significou apenas um esforço para permanecerem politicamente ativos na nova ordem política do país. Essa iniciativa, contudo, permitiu aos negociantes somente a conservação das suas posições no interior das instituições da administração municipal.

De outra parte, compete assinalar que a fidelidade ao governador do Estado foi um aspecto peculiar à fundação do diretório do Partido Republicano de Morretes, em dezembro de 1889. Ao mesmo tempo, a criação do diretório evidencia a disposição de antigos adversários políticos em unirem-se como estratégia para permanecerem politicamente ativos. Dessa forma, o aludido diretório era composto por membros dos partidos Conservador e Liberal.

Nesse quadro, a criação do diretório do Partido Republicano de Morretes consistiu em uma experiência de organização partidária desenvolvida por indivíduos dotados de baixa projeção no cenário político estadual. A definição de critérios para a realização de reuniões e deliberações e a construção de uma hierarquia administrativa eram aspectos da rotina

---

<sup>1100</sup> *A República*, 15 de março de 1890, n. 64, p. 1.

<sup>1101</sup> *A República*, 18 de março de 1890, n. 67, p. 3.

<sup>1102</sup> *A República*, edições de 18, 19, 21 e 22 de março de 1890.

<sup>1103</sup> *A República*, 18 de março de 1900, n. 67, p. 3.

partidária aos quais aqueles indivíduos conferiram atenção. Cumpre, portanto, de evidenciar a concepção de gestão partidária formulada por membros da elite social do litoral paranaense:

*Acta da reunião do partido republicano*

Aos quatorze dias do mez de Dezembro do anno de mil oitocentos e oitenta e nove, primeiro da república, na sala da Câmara Municipal desta cidade de Morretes, às oito horas da noite, reunidos os cidadãos abaixo assignados, para o fim de eleger-se o centro director do partido republicano deste município, foi pelo cidadão Joaquim José Alves aclamado presidente interino da reunião, exposto o motivo da mesma, dizendo que os acontecimentos do dia quinze do mez passado, que inauguraram a era republicana em nosso paiz, tinha também extinguido os partidos antigos, que não tinham mais razão de ser; tanto mais tendo todos adherido à nova ordem de cousas. Nestas circunstâncias, era dever de todos os bons cidadãos congregarem-se para o bem commum da pátria, trabalhando para a tranquilidade, paz e prosperidade deste rico e futuroso município, obtendo ao mesmo tempo garantias para seus filhos, e que para isso tinha convocado todos os partido de acordo para elegerem, a exemplo de outros lugares, centro director do partido republicano deste município, afim de agir junto ao governo do Estado, tendo em mira o progresso da pátria e particularmente o deste município civilizado e laborioso, terminando por convidar o cidadão José Gonçalves de Moraes para servir de secretário. Pelo cidadão Arsênio Gonçalves Cordeiro foi proposto que a directoria fosse aclamada para demonstrar a união do partido republicano deste município; o que posto a votos foi aprovado. Em seguida, o cidadão José Argemiro Ferreira propoz para fazerem parte do centro director os seguintes cidadãos: Joaquim José Alves, Antônio Polydoro, Bento Gonçalves Cordeiro, José Gonçalves de Moraes, Luiz Ventura Rodrigues, Arsênio Gonçalves Cordeiro e Manuel Francisco Grillo Júnior, os quaes foram aceitos unanimemente, e por consequência aclamados pelos cidadãos presentes, com visíveis demonstrações de alegria e satisfação, ficando os mesmos dispensados dos cargos e habilitados para promoverem tudo quanto for em benefício deste município e do partido. De tudo para constar lavro a presente acta que vai assignada por todos os cidadãos presentes, e por mim José Gonçalves de Moraes, que a escrevi.<sup>1104</sup>

A reunião seguinte foi destinada à realização de uma deliberação por meio da qual foram escolhidos os membros da Mesa Executiva daquele órgão partidário. Tratava-se, pois, de um evento que marcou a consolidação das regras e ritos da vida partidária do Partido Republicano de Morretes. Cabe, assim, destacar as diferenças cruciais que existiram entre a organização partidária nesse município ao tempo do Segundo Reinado e da Primeira República.

No Segundo Reinado, os membros dos partidos monárquicos, sobretudo nos pequenos municípios, deliberavam para escolher o líder da agremiação. Nesse sentido, o partido era sobremaneira dependente da orientação de um chefe partidário. Tal situação favorecia a consolidação do poder pessoal dos potentados. Na Primeira República, houve a consolidação de uma hierarquia de funções na gestão dos partidos. Essa criação de funções não anulou o caráter oligárquico da vida política da região. Entretanto, ela representou a afirmação de regras e limites para a tarefa de gerir um diretório. Nesse sentido, é operacional conferir atenção ao modo como foi realizada a primeira reunião para a formação da Mesa Executiva

---

<sup>1104</sup> *Dezenove de Dezembro*, 18 de dezembro de 1889, n. 185, p. 1.

do Partido Republicano de Morretes. Em suma, a leitura da ata dessa reunião possibilita evidenciar que a consolidação de regras sobre a gestão partidária, na Primeira República, ocorreu de maneira célere no contexto do litoral paranaense:

Aos 16 dias do mez de dezembro de 1889, primeiro da república, nesta cidade de Morretes, em casa do cidadão Joaquim José Alves, às 7 horas da noite, reunidos os abaixo assignados membros componentes do centro director do partido republicano deste município, para o fim de eleger-se o seu presidente, vice-presidente e secretário, depois de mútuo acordo ficou assentada a seguinte directoria: Presidente, Joaquim José Alves, vice-presidente, Antônio Polydoro, secretário, José Gonçalves de Moraes, que em acto sucessivo foram empossados e tomaram seus competentes logares. Ficou unanimemente resolvido que fossem enviadas cópias desta acta e da anterior ao governador deste estado prometendo-lhe em nome do partido republicano deste município a mais franca e leal colaboração e decidido apoio para a magna tarefa que tem em mão – a reconstrução deste Estado. Nada mais havendo a tratar, o presidente propôs que as sessões do centro director tivessem logar aos sábados, e manteo lavrar a presente acta, que vai assignada por elle, pelo vice-presidente, secretário e directores.<sup>1105</sup>

A análise do caso da fundação do diretório do Partido Republicano de Morretes permite, ainda, evidenciar a tentativa de os gestores dos diretórios municipais aproximarem-se dos governadores de Estado. Assim, esses gestores mantinham os governadores informados sobre a rotina dos diretórios. Nessa época, não havia independência do partido em relação aos governadores. Essa independência, inclusive, não era almejada pelas lideranças municipais. O texto transcrito a seguir evidencia, também, que as antigas lideranças políticas da localidade dividiam o comando do diretório. O princípio da Primeira República, portanto, não foi um momento marcado pela expressiva renovação dos quadros políticos no litoral do Paraná.

A aliança política entre conservadores e liberais criou obstáculos para que os republicanos históricos exercessem relevante posição no jogo político da região. Desse modo, a referida aliança permitiu a antigos chefes partidários controlar o processo de consolidação dos diretórios do partido governista:

#### O Centro Republicano de Morretes aos seus correligionários

Uma falsa compreensão dos intuitos do partido republicano de Morretes, representado pelo seu Centro Director, onde figuram membros dos dous partidos liberal e conservador, tem dado margem a comentários pouco dignos, dizendo-se, entre outras cousas, que esse partido faz opposição ao governo deste Estado. É uma falsidade. Da redacção das suas duas primeiras actas de reunião, cujas cópias foram enviadas ao digno governador deste Estado, vê-se exuberantemente que o partido republicano deste município põe-se ao lado do venerando cidadão, prompto a concorrer, quanto em si couber para a solução dos variados e complexos problemas do progresso, do adiantamento e do bem estar deste futuroso Estado. Na política larga que cabe aos actuaes directores do movimento ascensional da pátria, na estrada por onde seguem os que tomaram a si o encargo de felicitar o nosso paiz, o Centro Director do partido Republicano de Morretes, sem paixões, despido de antigos preconceitos, fora de intrigas pequeninas, há de seguir intemerato, porque sente em si mesmo a força necessária, a prudência precisa, a altivez que ennobrece, que colabora e, na medida de sua actividade, na tarefa ingente do progresso

<sup>1105</sup> *Dezenove de Dezembro*, 26 de dezembro de 1889, n. 187, p. 1.



deste Estado, sem olhar a sacrifícios, sem poupar esforços, sem temer obstáculos. Não o intimidarão as armas que lhe forem apontadas, e os políticos honestos, ambiciosos de glórias legítimas e merecidas, os patriotas sinceros, hão de vê-lo a seu lado quando for ocasião oportuna. Manejar contra o Centro Director do partido Republicano de Morretes as armas ignóbeis da intriga e da calúnia é perder tempo; porque elle conta consigo, com as suas forças, com a sua vontade inabalável, com aqueles que o elegeram, e finalmente com os prosélytos que com o seu patriotismo e a sua isenção lhe poderem angariar. Na faina gloriosa de preparar os elementos de grandeza deste Estado, os republicanos de Morretes irão pedir meças de valentia aos que mais valentes forem. No terreno baixo da política pequena e estéril é que elle não poderá ser encontrado. Os homens que assignaram a acta da sua primeira reunião, há muitos anos conhecidos no Estado inteiro e que respondem por seus próprios nomes, são o penhor seguro dos seus nobres intuitos, da sua grande isenção partidária. Nenhum delles é candidato a cargos públicos, nenhum delles tem parentes que o necessitem. Está é a sua força. Si outros merecimentos lhes faltassem, este predicado seria bastante para salientar-lhes a independência. O centro Director do partido Republicano de Morretes, rompendo todos os laços que o prendiam aos antigos partidos, prestará seu apoio desinteressado a quem for digno de merecê-lo, a quem, como elle, quizer trabalhar com afinco na consolidação da República em nossa pátria, e para o adiantamento deste Estado, sem compromissos tomados, sem intenções preconcebidas, a não ser a colaboração efectiva do trabalho árduo, mas glorioso de ser à pátria, elle descansa na sua firmeza, aguardando o momento de levantar-se para a tarefa, dentro da órbita da lei, dentro do programa que a si mesmo traçou, de fazer a política larga que se coaduna com os interesses vitais deste Estado, e com os seus próprios sentimentos de isenção partidária. Fora deste largo círculo não será encontrado, nem com elle se chocarão os interesses inconfessáveis, e as ambições descabidas.

Morretes, 10 de Janeiro de 1890. O Presidente, *Joaquim José Alves* – O vice-presidente, *Antônio Polidoro* – O secretário, *José Gonçalves de Moraes* – Os Directores, *Rômulo José Pereira* – *Arsênio Gonçalves Cordeiro* – *Bento Gonçalves Cordeiro* – *Luiz Ventura Rodrigues* – *Manuel Francisco Grillo Júnior*<sup>1106</sup>

Em síntese, as elites políticas dos pequenos municípios do Paraná rapidamente se articularam para a criação de diretórios, bem como para estreitarem a sua relação com o Governo do Estado. Esse processo permitiu, por um lado, a aproximação entre conservadores e liberais. Por outro lado, tal processo não possibilitou relevante mudança na composição do quadro partidário. A emergência de novas lideranças foi inviabilizada, naquele momento, pelos acertos entre os chefes conservadores e liberais, os quais assumiram o comando das Mesas Executivas dos Diretórios. Esses chefes, portanto, foram os responsáveis pela institucionalização da disciplina partidária no âmbito local.

\*\*\*

A consolidação das bases da vida interna do partido governista do Paraná ocorreu apenas em 1895. Nessa época, a definição de critérios acerca do lançamento de candidaturas parlamentares era um tema central nas discussões das lideranças da agremiação. Ainda, a questão da inserção dos correligionários dos municípios nas deliberações do diretório regional era outro tema recorrente nas discussões dos dirigentes da grei governista. Em julho de 1895, os chefes do Partido Republicano Paranaense elaboraram regras acerca do preenchimento dos cargos administrativos dos diretórios municipais e do diretório estadual do Partido

<sup>1106</sup> *Dezenove de Dezembro*, 15 de janeiro de 1890, n. 4, pp. 1-2. Grifos no original.

Republicano Paranaense. De outra parte, nessa oportunidade foram consolidados os critérios para a participação dos correligionários dos municípios em deliberações do diretório regional:

A convenção do partido republicano convocada e reunida aos dezoito de Julho de mil oitocentos e noventa e cinco para dar ao mesmo partido uma direção que mais se coadune com o regime federativo que é a forma consagrada da nossa coexistência política, resolveu:

Art. 1º. Fica constituída uma comissão central provisória do partido republicano do Paraná, eleita pela convenção, com sede nesta capital e composta de três membros.

Art. 2º. A esta comissão compete, exclusivamente, presidir a organização definitiva da direção do partido nesta cidade e demais localidades do Estado.

Art. 3º. A organização de que trata o artigo acima se fará obedecendo as seguintes bases:

- (a) Por ocasião da eleição de governador do Estado, marcada para 25 de Agosto próximo, os eleitores do partido que a ela comparecerem se reunirão e elegerão em cada vila ou cidade a direção do partido na localidade. Esta direção poderá ser constituída de um membro ou mais de um, formando uma comissão.
- (b) Efetuada a eleição por esta forma, um dos eleitores presentes lavrará uma ata do ocorrido que poderá ser assinada pelos demais e da qual se extrairá uma cópia para ser enviada à comissão central provisória.
- (c) Dentro de 8 dias depois da eleição, o representante, ou comissão local, que for eleita, constituirá nesta capital um seu delegado para o fim especial de eleger o diretório central do partido. Este diretório se comporá de três membros efetivos e três suplentes que substituirão os primeiros em suas faltas e observada a ordem de votação que tiverem.
- (d) Aqueles que forem constituídos delegados das direções locais a convite da comissão central provisória se reunirão e elegerão, por maioria absoluta de votos, o Diretório Central.

Art. 4º. Não poderá um cidadão ser delegado de mais de uma localidade,

Art. 5º. O cidadão mais votado para o Diretório Central será o presidente e a seu convite se dará a primeira reunião.

Art. 6º. A direção central e as locais, eleitas para forma estabelecida nesta resolução, terão mandato até a futura eleição de deputados estaduais, quando se renovarem pelo processo que for estabelecido pelo Diretório Central.

Art. 7º. O Diretório Central, além das atribuições de zelar pelos interesses, economia e disciplina do partido, terá a missão especial de estabelecer todas as bases definitivas dos estatutos que deverão reger futuras deliberações do partido sobre qualquer assunto.<sup>1107</sup>

Entretanto, a consolidação das regras concernentes ao preenchimento de cargos no diretório central do PRP e da participação dos correligionários dos municípios consolidou-se apenas nos seguintes. A afirmação dessas regras, portanto, estendeu-se ao fim dos anos 1890. Em 1896, por exemplo, o então deputado estadual Leôncio Correia (1865-1950) foi o proponente de critérios acerca desse preenchimento. A informação sobre a participação desse indivíduo no diretório central do PRP permite evidenciar que, na primeira década republicana, os membros de sua parentela ainda conservavam a influência no jogo político regional. Tal influência esgotou-se a partir dos anos 1900.

Por outro lado, cumpre salientar que a proposta de Leôncio Correia consistia em tornar os chefes do diretório central os principais responsáveis pela formação de chapas de candidatos. Portanto, no princípio da organização dos partidos republicanos no Paraná nota-se

---

<sup>1107</sup> *A República*, 25 de julho de 1895, n. 171, p. 1.

que as elites partidárias concederam restritas oportunidades às lideranças municipais de atuarem decisivamente na gestão do partido. Essas elites conferiram autonomia para as lideranças locais organizarem somente as chapas de candidatos às eleições municipais:

Pedi a palavra o Sr. Leôncio Correia, e após algumas considerações apresenta a seguinte indicação: “Para a constituição do Directorio Central do Partido Republicano, que terá mandato por quatro anos, a contar a data de sua eleição, o que se comporá de cinco membros, dos quais três, inclusive o Presidente, residirão na capital, se procederá a eleição por escrutínio secreto e do seguinte modo:

1º. A do Presidente, que se considerará eleito por pluralidade de votos dos membros da Convenção, e em seguida, em lista, a dos quatro diretores, que também se considerarão eleitos por pluralidade de votos. São considerados suplentes do Directorio Central e funcionarão quando houver vaga, em vista de renúncia ou morte, ou quando por ausência faltar ao mesmo Directorio número para deliberar, os membros do Directorio da capital, na ordem da votação”. Posta em discussão, é essa indicação aprovada. [...] Nessa ocasião, pediu a palavra o Sr. Leôncio Correia e apresentou, depois de fundamentar, a seguinte indicação:

“Para a eleição que tem de se proceder a 3 ou 30 de Dezembro deste ano para o preenchimento dos cargos de Senador e quatro Deputados ao Congresso Nacional, e para todas as eleições que se procederem no Estado, exceto para as de cargos municipais, cujas chapas serão organizadas e apresentadas pelos chefes dos Directorios locais, fica o Directorio Central autorizado, de acordo com os melhores interesses do Partido, organizar as respectivas chapas, que serão publicadas pela imprensa, e apresentadas por intermédio do seu Presidente”. Depois de aprovada esta indicação, o Presidente da Assembleia dirigiu algumas palavras aos Srs. representantes e encerrou a sessão.<sup>1108</sup>

De fato, tal proposta foi implantada pelo partido governista do Paraná. Essa implantação tornou mais disciplinada a indicação de candidaturas, bem como impôs regras mais precisas para a interação entre os diretórios municipais e o diretório estadual do partido situacionista. Em 1911, por exemplo, estava consolidada uma prática, no Partido Republicano Paranaense, por meio da qual os diretórios municipais enviavam representantes (ou delegados) para a escolha de candidatos.

Conforme o regimento do PRP, a definição dos delegados era registrada em ata pelos diretórios municipais e uma cópia desse documento era encaminhada ao diretório central. Outra cópia era apresentada pelo delegado no dia da convenção partidária.<sup>1109</sup> Porém, os delegados teriam de ser escolhidos entre os membros dos diretórios municipais, ou seja, entre os integrantes do núcleo dirigente desses órgãos partidários. Portanto, as convenções do PRP eram eventos dos quais participavam apenas componentes da cúpula dos diretórios municipais e da cúpula do diretório estadual.

Na Primeira República, os dirigentes de partidos estaduais, tais como o Partido Republicano Paulista, também atribuíam às elites municipais a tarefa de indicar candidatos a

<sup>1108</sup> *A República*, 6 de novembro de 1896, n. 251, p. 1.

<sup>1109</sup> *A República*, 24 de outubro de 1911, n. 254, p. 1.

cargos parlamentares. A participação dos chefes regionais nos diretórios era circunscrita aos eventos de homologação de candidaturas.

Dessa forma, a discussão sobre a adesão do partido às candidaturas governistas à Presidência da República, por exemplo, não era um tema submetido à apreciação de lideranças locais do partido. Assim, os ritos partidários regulamentaram as interações entre os dirigentes municipais e dirigentes estaduais das agremiações. Porém, essa regulamentação era essencialmente protocolar, pois os dirigentes locais dos diretórios não tinham espaço para manifestar suas posições sobre decisões da cúpula dos partidos.

Tal situação não foi peculiar apenas ao caso do Paraná, mas também inerente ao caso do Estado de São Paulo. Em 1894, por exemplo, Comissão Central Partido Republicano Federal em São Paulo elaborou comunicado no qual afirmava que “não eram obrigados a ouvir previamente os seus correligionários nas distintas localidades do Estado, porque o Partido Republicano de S. Paulo estava legitimamente representado na convenção provisória do Partido Republicano Federal”.<sup>1110</sup>

No Estado do Paraná, no fim do século XIX, já estavam consolidados os ritos a respeito da convocação de correligionários e das deliberações do diretório central da grei situacionista. Nessa época, os chefes do partido permitiam que as reuniões partidárias fossem assistidas por amplo número de correligionários.

Contudo, as decisões sobre a gestão do partido eram tomadas apenas por um pequeno número de indivíduos, os quais eram indicados pelas lideranças dos diretórios regionais. As decisões tomadas nessas reuniões já estavam antecipadamente acertadas. Ou seja, os nomes dos candidatos estavam previamente acordados entre as lideranças. Portanto, as reuniões partidárias não eram momentos de disputas entre facções. Trata-se, pois, de uma situação que se assemelha ao caso das reuniões dos partidos monárquicos. Essa restrição das formas de participação de correligionários não era circunscrita ao Estado do Paraná. Nos primeiros anos da República, em diferentes estados da federação consolidou-se o conjunto de regras que possibilitaram a criação de um ritual acerca dos processos decisórios dos partidos.

Em novembro de 1901, por exemplo, ocorreu uma convenção no diretório central do Partido Republicano Mineiro (PRM). A finalidade dessa reunião era a escolha dos candidatos a presidente e vice-presidente do Estado. Nessa ocasião, os diretórios municipais indicavam os delegados que participariam da deliberação para a definição de candidaturas. Publicada no

---

<sup>1110</sup> *Correio Paulistano*, 22 de fevereiro de 1912, n. 254, p. 1.

jornal *O Paiz*, a informação acerca dessa reunião evidencia que as convenções para a escolha a escolha de candidatos eram apenas um ritual de homologação de candidaturas anteriormente definidas. Nesse contexto, a convenção do PRM homologaria a candidatura de Francisco Salles ao Governo de Minas Gerais, o qual conseguiu ser eleito para tal cargo e exerceu mandato entre os anos de 1902 e 1906. Leia-se, portanto, a notícia de *O Paiz*:

Reune-se hoje [15 de novembro de 1901] em Belo Horizonte a convenção convocada pela comissão executiva do partido republicano mineiro, afim de indicar os candidatos à presidência e vice-presidência do Estado de Minas, em substituição aos Drs. Silviano Brandão e Costa Senna. O nome escolhido para a suprema magistratura do grande Estado será, como se sabe, o do Dr. Francisco Salles, ilustre deputado federal. Além de tomar parte nos trabalhos dessa importante reunião, quer como membros do diretório do partido, quer como delegados dos vários municípios mineiros, partiram ontem para Belo Horizonte [...] o senador Bueno Brandão, e os deputados Francisco Salles, João Luiz de Campos, Van de Mello, Viriato Mascarenhas, Monteiro de Barros, Bueno de Paiva, Carneiro de Resende, Antônio Zacarias, Leonel Filho, Lamounier Godofredo, Henrique Salles, Paula Mayrink, Carlos Ottoni, Eduardo Pimentel, Pádua Resende e Rodolpho Paixão.<sup>1111</sup>

Nesse contexto, trata-se de analisar o texto da convocação que Vicente Machado publicou em *A República* acerca de uma reunião do partido. Note-se, pois, que Machado convocava os correligionários para assistirem à reunião, mas não lhes garantia a participação nas decisões que fossem tomadas naquela ocasião:

#### Convocação

Em nome do Directorio Central do Partido Republicano, tenho a honra de convidar os Srs. Representantes das diversas localidades do Estado para a reunião da Convenção do mesmo partido, que terá lugar no dia 31 do corrente, às 6 horas da tarde, no Palácio do Congresso Legislativo do Estado. Tendo de tratar-se na aludida reunião de assuntos de magna importância para o partido, solicito o comparecimento de todos os representantes do mesmo na Convenção, e convido a todos os correligionários aos quais interessam as deliberações que devem ser tomadas e que queiram assistir aos trabalhos da referida Convenção. [...]

Presidência do Directorio Central do Partido Republicano, em 25 de Março de 1897.

*Vicente Machado*<sup>1112</sup>

A Primeira República foi, pois, o momento no qual as reuniões partidárias tornaram-se mais frequentes. Houve, nesse momento, a implantação de uma liturgia partidária, na qual a regularidade das reuniões era um elemento capital. No Estado do Pará, por exemplo, as reuniões do Partido Republicano ocorriam em específicos dias da semana. Em 1892, o diretório dessa agremiação publicou o seguinte comunicado: “O directorio funciona em sessão

<sup>1111</sup> *O Paiz*, 15 de novembro de 1901, p. 1.

<sup>1112</sup> *A República*, 27 de março de 1897, n. 67, p. 1.

ordinária às segundas, quartas e sextas-feiras de cada semana, às sete horas da noite, no palacete do Senador Barata, à rua do Assis”.<sup>1113</sup>

Em 1896, os líderes do partido de oposição no Paraná, a União Republicana, que congregava antigos membros do Partido Liberal, também elaboraram as bases da administração dessa grei. Inicialmente, cabe destacar que a produção dessas bases foi encarada como operacional para unir a agremiação em um contexto no qual os seus correligionários encontravam-se politicamente enfraquecidos, em virtude do êxito das forças do Governo Federal na Revolução Federalista (1893-1894).

Ao divulgarem as diretrizes que orientariam a gestão do partido, os chefes da agremiação salientaram que para a superação das adversidades políticas que vivenciaram era necessário o empenho para a reorganização da agremiação:

*Malogro da Revolução*

Malogrou-se a revolução: o Paraná e Santa Catharina foram reocupados e a conduta dos governistas ofensiva à civilização veio demonstrar a necessidade de propaganda, que inocule no espírito de todos ideias mais consentâneas com a dignidade humana.

*Reconstituição do Partido*

Sejamos novos apóstolos, preguemos o evangelho do bem e para isto reconstituamos o nosso partido sob organização regular e forte; estabeleçamos harmonia de vistas em programa digno de nossos sacrifícios e estejamos certos de que a regeneração não se fará esperar por muito tempo dando triunfo à nova causa, que é a da justiça.<sup>1114</sup>

Similarmente ao caso do partido situacionista, os líderes da União Republicana (UR) buscaram definir regras para a participação dos correligionários dos municípios nas decisões do diretório regional. De maneira distinta aos chefes do partido governista, os chefes da UR não se limitaram a definir as aludidas regras. Ao contrário, eles apresentaram as ideias centrais que os correligionários da agremiação propugnavam. Por conseguinte, cabe destacar que os membros da UR advogavam, nos anos 1890, a conquista da autonomia político-administrativa estadual e a consolidação de uma magistratura independente:

Plano

Submetemos aos nossos amigos políticos o plano de reorganização do partido, pano que nos parece o melhor por estar de acordo com os princípios democratas, que são o fundamento da nova forma de governo, a qual é a do povo pelo povo. Ei-lo:

- O Diretório Central na Capital do Estado.
- Diretório em cada Município
- Delegado de cada Diretório Municipal, representando este na Capital. O Delegado não poderá representar mais do que um município.

<sup>1113</sup> *A República* (Pará), 7 de abril de 1892, n. 619, p. 1.

<sup>1114</sup> *A República*, 29 de janeiro de 1896, n. 24, p. 1.

- Organização de chapas e apresentação de candidaturas, quer para o Congresso Estadual quer para o Congresso Federal, resolvidas pelo Diretório Central com audiência dos delegados, que apresentarão poderes especiais do seu respectivo Diretórios.
- Cada Diretório se constituirá com o número de membros que a respectiva localidade julgar conveniente e o Central com cinco membros eleitos pelos Diretórios Municipais, que darão cada um voto em lista de cinco nomes.
- Para constituírem o primeiro Diretório Central, os Delegados dos Diretórios Municipais se reunirão, na Capital, sob a presidência do mais velho, que convidará outro para secretário, e assim reunidos em sessão apurarão os votos que houverem recebido dos seus Diretórios, lavrando em seguida uma ata e expedindo ofício de comunicação com a designação da hora, dia e lugar em que deverá ser instalado o Diretório Central.
- Instalado o Diretório Central, este com ausência dos Delegados Municipais que atenderem ao convite que lhes será dirigido, estabelecerá as bases para os trabalhos dos Diretórios, que organização dos seus regimentos internos de conformidade com as eles.
- O Diretório Central formulará o programa do Partido tendo em vista os interesses políticos da União e do Estado, no qual serão incluídas as disposições seguintes:
  - 1ª. Defesa da autonomia estadual sem prejuízo da integridade e soberania nacional.
  - 2ª. Instrução regularizada e generalizada de modo que sejam atendidos os bairros e núcleos afastados, sendo a taxa escolar aplicada inteiramente nas respectivas seções de ensino.
  - 3ª. Qualificação dos eleitores em qualquer época do ano pelos Juízes de Direito com recurso para o tribunal superior.
  - 4ª. Magistratura independente, incompatível, sendo a escolha de seus membros feita fora da ação do governo entre os profissionais e o acesso da primeira para segunda instância por antiguidade.
  - 5ª. Incompatibilidade absoluta dos representantes federais e estaduais para qualquer emprego ou função.<sup>1115</sup>

A UR foi extinta em 1908, no momento em que os seus dirigentes se aliaram a uma facção do antigo partido governista. Tal aliança gerou a Coligação Republicana. A ruptura nesse grupo ocorreu em 1915, conforme salientado ao longo deste capítulo. A UR, que ocasionalmente era denominada de *Partido Republicano*, conseguiu enraizar-se no interior do Estado do Paraná. Nos Congressos desse partido, havia a participação de representantes municipais da grei.<sup>1116</sup> Ou seja, no Paraná havia lideranças políticas municipais que respaldavam a consolidação de partidos de oposição. Apesar de sua breve duração, partidos de oposição surgidos no Paraná nos anos 1910 também obtiveram tal respaldo. Trata-se, pois, de tema abordado no decorrer deste capítulo.

No Paraná, não era apenas o partido situacionista que, nas três primeiras décadas republicanas, foi controlado por membros de antigas parentelas vinculadas ao Partido Conservador. Ao contrário, uma agremiação de existência efêmera – o Partido Democrático – também foi marcada pelo controle dessas parentelas. Nesse âmbito, atente-se ao caso da família Ribeiro de Macedo. Havia membros dessa família integrados ao Partido Republicano

---

<sup>1115</sup> *Id.*

<sup>1116</sup> *Diário do Paraná*, 24 de abril de 1899, n. 28, p. 2.

Paranaense. Agostinho Ribeiro de Macedo, por exemplo, era membro do diretório municipal de Campo Largo.<sup>1117</sup>

De sua parte, João Ribeiro de Macedo era representante do diretório de Campo Largo no diretório central do PRP.<sup>1118</sup> Contudo, em 1892, outro membro dessa parentela, José Ribeiro de Macedo, ex-presidente do diretório dissidente do Partido Conservador do Paraná, assumiu o comando do diretório do Partido Democrático (PD) no município de Campina Grande do Sul, localizado na região de Curitiba. Nesse contexto, o PD era uma agremiação oposicionista.<sup>1119</sup> Dessa maneira, os membros da família Ribeiro de Macedo conseguiram, no princípio da República, exercer o controle sobre diretórios municipais dos partidos de sustentação e de oposição ao Governo do Paraná. Em 1926 houve a fundação de um novo Partido Democrático no Paraná. Tratava-se de uma iniciativa direcionada a congregar os opositores do PRP. Neste capítulo, a criação dessa agremiação é discutida no interior da análise sobre o ocaso da atividade política de membros da família Guimarães.

Em suma, cumpre ser destacado que no Paraná, ao tempo da Primeira República, partidos de maior e de menor influência no jogo político regional não estavam libertos da influência dessas parentelas. Contudo, nesse contexto houve processos de declínio político de algumas dessas famílias. A abordagem desenvolvida neste capítulo acerca das famílias Correia e Guimarães permite demonstrar esta afirmação.

\*\*\*

Nos anos 1890, os chefes políticos municipais também buscaram consolidar as regras de funcionamento do partido governista na esfera local. No ano de 1898, houve a elaboração das bases da administração do diretório do Partido Republicano Federal de Imbituva, município situado na região Centro Sul do Paraná. Tratava-se de um contexto no qual o PRF buscava afirmar-se como um partido nacional. Cabe destacar que, nesse contexto, os membros

<sup>1117</sup> *A República*, 8 de setembro de 1895, n. 209, p. 2.

<sup>1118</sup> *A República*, 24 de setembro de 1895, n. 222, p. 2.

<sup>1119</sup> O jornal *O Democrata*, órgão oficial do PD, teceu um elogio ao então presidente do Estado, Francisco Xavier da Silva, pelo modo como geria a administração paranaense. A despeito desses elogios, o articulista destacou que a agremiação opunha-se ao grupo político ao qual Xavier da Silva pertencia. Em 1892, ao destacar a proximidade de um pleito eleitoral, o articulista ressaltou: “O Governo do Estado está no propósito de manter a mais ampla liberdade do voto no pleito do próximo dia 15 de Junho. Folgamos muito com isso, e nem era de esperar outra conduta do Governo, quando o ilustre cidadão que o exerce tem se imposto à confiança geral dos seus patrícios. [...] E é por isso que nós estimamos imensamente ver à testa da situação atual um homem como o Sr. Xavier da Silva. [...] S. Ex., militando no seio de um dos dois partidos, cuja falta de democratismo nós combatemos, exerce uma elevada missão perfeitamente igual a que estamos cumprindo. Nós queremos corrigir os partidos, fazê-los esquecer os vícios antigos que tanto os deploravam, gerar na consciência dos políticos a soberania da lei, do direito, da justiça, dos grandes princípios da república democrática, convencê-los de que não há interesse de ordem alguma que justifique a postergação dessa soberania”. *O Democrata*, 10 de maio de 1892, n. 4, p. 2.



da ordem governista paranaense estavam ligados a essa agremiação. Nessa ocasião, houve a definição do número de cargos na Mesa Diretora do partido e os critérios de renovação dos ocupantes desses cargos no diretório de Imbituva:

Programa do Partido Republicano Federal de Imbituva. Filiado ao grande Partido Republicano Federal O Partido em sua composição formal constitui-se de: um Chefe e Delegado que se correspondem com o Centro, Presidente legítimo do Diretório, único que se entenderá com o Centro em todos os assuntos do Partido; um Diretório Municipal, composto de um Presidente, três Vice-presidentes, três Secretários, um Tesoureiro, um Procurador, um Orador e um Advogado-Geral do Partido. Este Diretório é quem delibera sobre os assuntos político-municipais, reunirem íntima e solidária família, o sob a inspiração do Chefe e Delegado, representando assim o poder executivo do Partido Municipal; os Chefes Seccionais ou Comissões Seccionais, compostas de três membros, e que serão tantas quantas as seções municipais. As Comissões das Seções serão as únicas representantes e intermediárias ante o Diretório. Todos os cargos e investiduras políticas são procedentes de eleição, amplamente mantidos e garantidos pelo Diretório, insubstituíveis senão por morte do que for eleito, ou por outra eleição posterior, quando esta necessário se tornar, em face dos motivos poderosos de que o Diretório tomará e dará público conhecimento ao Partido.<sup>1120</sup>

Os administradores do diretório de Imbituva buscaram, ainda, definir os critérios de relacionamentos entre o diretório e as seccionais do partido. A importância desses critérios reside no fato de que eles implantavam uma rotina de deliberações e de comunicação entre os correligionários do partido. A despeito do caráter oligárquico da vida política da época, os aludidos critérios evitavam que as decisões partidárias fossem executadas sem o conhecimento prévio dos correligionários:

O Diretório do Partido não tomará deliberação alguma sem dela fazer pleno conhecimento às Comissões Seccionais, para sua execução, e também não tomará deliberação alguma concernente aos interesses políticos das Seções, sem ser por intermédio das respectivas Comissões Diretoras dessas Seções. A presente Constituição, tendo por fim dar ao Partido Política uma vida e união de Grande Família, com chefes e representantes diretos, visa o auxílio e proteção recíprocas, de sorte que, por sua coesão e coerência, as suas manifestações tenham o alto valor de uma vontade acorde e unânime, tornando-se digno e considerado perante o Grande Centro, e fazendo-se pesar e influir prestigiosamente nos destinos políticos do Estado do Paraná, e conseqüentemente da Grande União Brasileira. Perante o Partido Político há principalmente deveres há cumprir, como bom Brasileiro e como bom cidadão. Os direitos de cada um o Diretório por sua dignidade, por sua honra, por seus próprios interesses saberá, e para isso se compromete dignamente zelar. Constituído em íntima e solidária Família o Partido Republicano de Imbituva será solícito em, por todos os meios a seu alcance, antes de tudo promover os interesses da ordem geral e pública do Município, e em segundo lugar os interesses, o bem estar e os direitos respeitáveis de todos os seus membros, providenciando sobre tudo quanto lhes disser respeito, defendendo-os dentro da lei e do Direito, e procurando assegurar-lhes os meios de bem cumprirem seus deveres políticos e de se respeitarem os seus direitos. Nenhum membro deste Partido aqui vive ou viverá isolado e desamparado no turbilhão de emergências sociais. Somos todos por um e um por todos!<sup>1121</sup>

<sup>1120</sup> *A República*, 29 de setembro de 1898, n. 213, p. 2.

<sup>1121</sup> *A República*, 30 de setembro de 1898, n. 214, p. 2.

Por fim, cumpre ser destacado que os chefes do PRF em Imbituva também definiram as formas de os correligionários contribuírem para a manutenção financeira do partido. Por um lado, esses chefes exigiam a regular contribuição pecuniária à agremiação. Por outro lado, eles justificavam que essa contribuição poderia ser utilizada na contratação de advogados que defendessem os correligionários que se envolvessem em litígios decorrentes de sua atividade política. Dessa forma, o PRF de Imbituva buscava organizar-se como uma corporação cujos membros tinham assegurada uma proteção jurídica para se envolverem nos confrontos inerentes à vida política:

Para consecução dos nobres e alevantados fins políticos e harmoniosos do Partido Republicano Federal de Imbituva, constitui-se uma *caixa política*, a cargo do Tesoureiro, cabendo a cada membro a contribuição mensal de dois mil réis. Além dessa contribuição, a *caixa política* terá cinco por cento das custas em que o Partido Político intervier por seu advogado; e receberá de seus membros, nos momentos precisos, quaisquer auxílios pecuniários ou em espécie. Dos fundos da Caixa política não será retirada quantia alguma sem deliberação do Diretório, por este assinado, fazendo-se disso regular escrituração bem clara e positiva, e sempre e exclusivamente aplicada a despesa às conveniências políticas. Os membros do Partido, quando perseguidos ou demandados em Justiça, terão auxílio geral e eficaz e conveniente proteção, se dela carecerem provadamente, mas só até o limite permitido pela Honra e pela verdade. A presente Constituição, depois de suficientemente discutida e aprovada, vai assinada por todos os presentes da reunião geral de trinta de Junho de mil oitocentos e noventa e oito, em que foi votada, comprometendo-se a todos em geral e a cada um em particular a, por si e por todos os seus amigos políticos, até onde chegar a sua voz, sua ação, e a sua influência moral, a cumprirem-na estritamente, e fazerem-na fielmente cumprir e respeitar, como verdadeiro pacto de honra.<sup>1122</sup>

Nas décadas subsequentes, o partido governista manteve inalterada a liturgia partidária instaurada nos anos 1890. De um lado, essa liturgia conferiu uma regularidade da participação dos correligionários dos municípios nas decisões da agremiação até os anos finais da Primeira República. Ou seja, tal liturgia conferiu previsibilidade à vida interna da agremiação situacionista. De outro lado, essa liturgia não significou que os diretórios municipais exercessem decisiva influência nas deliberações do diretório regional. Ao contrário, as lideranças municipais apenas ratificavam decisões emanadas do grupo dirigente do Partido Republicano Paranaense.

Desse modo, cabe atentar a uma notícia referente à escolha do candidato a senador pelo Partido Republicano Paranaense, em 1904. Tal notícia evidencia que os diretórios municipais eram convocados a deliberar sobre a indicação das candidaturas. Os membros desses diretórios não possuíam a condição de indicar candidatos, apenas homologá-los. Nesse período, não ocorreu a emergência de membros dos diretórios municipais a posições de relevo no diretório regional.

---

<sup>1122</sup> *A República*, 1º de outubro de 1898, n. 215, p. 2.

Ocasionalmente, havia membros da sociedade de Paranaguá que pertenciam à gestão do diretório do partido governista. Esse pertencimento não implicava a obtenção de oportunidades relevantes na vida partidária. A referida notícia evidencia que, em 1904, Manuel Bonifácio Carneiro era um dos gestores do PRP. Esse indivíduo fora vereador em Paranaguá, nos anos 1890. Porém, não obteve novos mandatos. Tal fato evidencia, pois, a presença circunstancial de indivíduos de menor projeção política no comando do PRP:

#### A convenção

Com a presença de 32 representantes dos diretórios municipais, reuniu-se ontem às seis horas da tarde no edifício do Congresso Legislativo a Convenção do Partido Republicano Federal do Paraná para a escolha dos candidatos aos cargos de senador e deputado ao Congresso Nacional, vagos pela renúncia dos Snrs. Drs. Vicente Machado e Bento José Lamenha Lins. Presidiu a reunião o Sr. coronel Luiz Xavier, secretariado pelos Snrs. Dr. Joaquim Miró e coronel Brasilino Moura. À Mesa da Presidência tomaram assento os Snrs. Dr. Victor do Amaral e coronel Manuel Bonifácio Carneiro, membros do Diretório Central. Declarados pelo presidente os fins da reunião, procedeu-se a chamada dos delegados à convenção e a votação que, apurada, deu o seguinte resultado:

Para Senador: Dr. Francisco Xavier da Silva – 32 votos.

Para Deputado: Dr. Antônio Augusto de Carvalho Chaves – 31 votos.

Dr. Octavio do Amaral – 1 voto.

Proclamado o resultado da votação, pediu a palavra o Dr. Victor do Amaral fundamentando 2 indicações, uma pedindo um voto de louvor ao eminente Dr. presidente do Estado pelo brilhante início de sua administração, e outro ao Dr. Xavier da Silva, pelos relevantes serviços prestados ao Paraná no quadriênio do seu governo. Ambas as indicações foram aprovadas. O Dr. Octavio do Amaral indicou que o voto de louvor ao Dr. Xavier da Silva fosse extensivo ao Sr. Dr. Carvalho Chaves, pela sua brilhante gestão na pasta de finanças do governo passado. Juntamente com a escolha à representação federal procedeu a Convenção a eleição de um membro para o Diretório Central do Partido. O resultado dessa votação foi o seguinte:

Coronel Joaquim Monteiro de Carvalho e Silva – 31 votos.

Dr. Joaquim Miró – 1 voto.

Antes de encerrar-se a reunião, resolveu o Diretório telegrafar ao Dr. Xavier da Silva, em Castro, comunicando-lhe a sua escolha como candidato do Partido e felicitando-o por este motivo. Em seguida terminou a reunião.<sup>1123</sup>

No fim da Primeira República, a participação dos membros dos diretórios municipais nas decisões do PRP continuava a ser meramente protocolar. Nesse quadro, os componentes desses diretórios delegavam às lideranças regionais do partido a faculdade de indicar candidatos. Tal fato permite demonstrar o argumento de que a consolidação de regras sobre a gestão de partidos, na Primeira República, não significou a democratização da vida interna desses órgãos administrativos.

Essas regras, por um lado, tornaram a gestão do partido mais ritualizada. Por outro lado, elas não impediram a que o modelo de gestão assumisse um caráter oligárquico. A leitura de uma notícia referente a uma reunião partidária ocorrida em 1930, a qual era

<sup>1123</sup> *A República*, 07 de maio de 1904, n. 105, p. 2.

destinada à escolha de um candidato a senador e de candidatos a deputado federal, possibilita evidenciar a natureza artificial do envolvimento dos membros dos diretórios municipais em deliberações ocorridas no diretório central do PRP:

Consoante a convocação anteriormente feita, teve lugar anteontem, na sala de sessões do Congresso Legislativo do Estado, a convenção dos diretórios municipais do Partido Republicano Paranaense, para indicação dos candidatos à renovação da Câmara dos Deputados e do terço do Senado Federal. A essa reunião, que teve início às 20 horas daquele dia, estiveram presentes 48 delegados dos diretórios municipais. A sessão foi aberta pelo cel. João da Silva Sampaio, na qualidade de membro do Diretório Central do PRP. Depois de explicar os motivos da convenção, o cel. João Sampaio convidou os convencionais Drs. João Alves da Rocha Loures e Carlos de Britto Pereira para servirem, respectivamente, de primeiro e segundo secretários. Em seguida, os convencionais foram convidados a exibirem os seus mandatos. [...] Reaberta a sessão, a aludida comissão elaborou o seu parecer nos seguintes termos: “A comissão designada pela Convenção do Partido Republicano Paranaense para indicar candidatos à representação do Estado no Congresso Nacional: Considerando que o Diretório Central, como órgão executivo do Partido, merece todo o apoio e confiança da Convenção, e considerando que em virtude de suas funções está mais em contato com os próceres da política estadual e federal, e que por isso pode melhor ajuizar das atuais conveniências partidárias, é de parecer que a Convenção ora reunida deve delegar ao Diretório Central a incumbência de indicar os candidatos à representação do Estado nos dois ramos do Congresso Federal. 12 de janeiro de 1930”.<sup>1124</sup>

Na Primeira República, a consulta a lideranças políticas locais era uma praxe dos partidos para a definição de candidaturas. Nesse quadro, tal definição era marcada pela relação entre a cúpula do partido e os chefes locais. Em geral, a consulta a esses chefes era destinada à escolha de deputados estaduais. Os candidatos a senador, deputado federal e governador eram escolhidos pelos principais dirigentes dos partidos.<sup>1125</sup> Em tal situação, excluía-se a participação dos correligionários que não exerciam posições de destaque na gestão dos diretórios municipais.

De outra parte, as reuniões nas quais havia grande número de filiados também se revestiam de um caráter artificial e protocolar. Ou seja, o grande número de correligionários em uma reunião não implicava a oportunidade para discussões internas mais democráticas. Antes, as reuniões marcadas por ampla audiência eram convocadas somente para homologar

<sup>1124</sup> *A República*, 14 de janeiro de 1930, n. 11, p. 3.

<sup>1125</sup> Em 1903, o Partido Republicano Federal de Goiás escolheu Antônio Fleury Curado como candidato ao Senado. Porém, a escolha desses candidatos foi realizada apenas pela cúpula da agremiação sob o argumento de que não houve “tempo de solicitar e apurar o pronunciamento prévio dos chefes e influências locais.” *Goyaz*, 24 de dezembro de 1903, p. 3. No Amazonas, a direção do Partido Republicano Federal convocava reuniões que, em última instância, apenas ratificavam decisões dos integrantes da cúpula da agremiação. Em 1899, houve a eleição de um membro efetivo do diretório. Nessa ocasião, os participantes da reunião acataram a decisão do presidente do partido de investir nessa função o 1º membro suplente, ainda que ele não estivesse domiciliado na capital amazonense: “O sr. presidente diz que, achando-se colocado em 1º lugar o sr. coronel José Francisco Monteiro, chefe prestimoso do partido, influência benéfica e legítima da comarca de Humaytá, no rio Madeira, conquanto não tenha residência nesta capital, entendia que devia ser ele eleito para preencher a vaga aberta por isso propunha sua eleição à Convenção. Entrando em discussão a proposta, foi aprovada por unanimidade de votos”. *A Federação*, 27 de setembro de 1899, p. 1.

decisões ou eleger, por aclamação, os componentes das Mesas Diretoras dos diretórios regionais.

Para destacar o artificialismo das reuniões partidárias nas quais eram escolhidos candidatos, é necessário dedicar atenção a uma ata de reunião do Partido Republicano de Goiás, datada de 1904. Essa ata evidencia que as reuniões partidárias eram protocolares. Nelas, não havia o embate de candidatos ou ampla participação de correligionários. Antes, os candidatos da cúpula partidária eram aclamados, sem a necessidade de eleição interna para a escolha dos membros da Mesa Executiva de um diretório municipal. No dia 11 de abril de 1904, ocorreu uma reunião no diretório municipal do Partido Republicano de Goiás, em Jataí.

Nessa reunião, que contou com a presença de setenta e duas pessoas, houve a eleição da Mesa Executiva. Porém, a composição dessa Mesa estava previamente definida. Assim, “O Sr. Presidente convida os eleitores presentes a proceder a eleição do Presidente, membros e secretário effectivos deste Directorio, os quaes julgam desnecessário essa formalidade e aclamam [segue a relação dos ocupantes dos cargos da administração do diretório]”.<sup>1126</sup>

\*\*\*

Tal característica era peculiar não somente aos principais partidos políticos, que comandavam os governos estaduais. O Partido Republicano Liberal, de Rui Barbosa, adotava procedimento idêntico para o processo de homologação de candidaturas. Para corroborar essa afirmação, é necessário dedicar atenção a duas informações veiculadas na *Gazeta de Notícias*. De um lado, nota-se de as reuniões do Diretório Central acerca da escolha de candidatos consistiam em uma reunião de cúpula. A esse respeito, leia-se a seguinte notícia, datada de janeiro de 1915: “O Directorio Central do Partido Republicano Liberal reunir-se-á hoje, às 8 horas da noite, em casa do Sr. senador Ruy Barbosa, afim de resolver sobre candidaturas de deputados às próximas eleições federaes”.<sup>1127</sup>

Em dezembro do ano anterior, os chefes desse partido já haviam decidido que a indicação de candidatos ocorreria por meio da consulta a influências locais da agremiação: “Ficou resolvido o seguinte: que o Sr. Dr. Irineu Machado ficasse encarregado de consultar todas as influências locais do districto, para oportunamente fazer-se a indicação dos candidatos que devem compor a chapa para ser então homologada pelo directorio central do partido”.<sup>1128</sup> Contudo, essa relação entre o diretório central e as influências locais estava

<sup>1126</sup> *Goyaz*, 14 de maio de 1904, p. 1.

<sup>1127</sup> *Gazeta de Notícias*, 13 de janeiro de 1915, n. 13, p. 2.

<sup>1128</sup> *Gazeta de Notícias*, 17 de dezembro de 1914, n. 350, p. 3.

regulamentada. Os Estatutos do partido, aprovados na Grande Convenção de 31 de agosto de 1913, determinava que as comissões executivas regionais do partido teriam de indicar os candidatos a deputado federal e senador. Em seguida, o diretório nacional homologava os nomes apresentados por essas comissões.<sup>1129</sup>

Por outro lado, no fim da Primeira República os diretórios municipais também não se apresentavam como locais de confronto entre facções partidárias. Nesse sentido, o caráter oligárquico da vida política da época não favorecia a convivência de facções no interior dos diretórios. Desse modo, as eleições para o preenchimento de cargos na administração dos diretórios partidários (municipais e estaduais) consistiam apenas em eventos nos quais eram aclamados os nomes das principais lideranças. Ou seja, as eleições para cargos na administração dos partidos não eram momentos nos quais havia uma competição entre os correligionários. Antes, substituía-se a competição pela aclamação.

Nesse contexto, a eleição dos componentes das Mesas Diretoras dos diretórios não era uma ocasião para a mudança do quadro de lideranças da agremiação. Ao contrário, havia a tendência para a conservação de antigos chefes partidários em posições de relevo na administração. A esse respeito, é necessário destacar o caso de uma reunião ocorrida no diretório do PRP em Jacarezinho, município situado no Norte paranaense.

Em 26 de janeiro de 1929, houve uma eleição para a escolha dos dirigentes desse diretório. Nessa oportunidade, o coronel Francisco de Paula Figueiredo, que era produtor de café, foi eleito presidente do diretório.<sup>1130</sup> Figueiredo era um antigo chefe político daquela localidade. Ele ocupara, por exemplo, a presidência do diretório do PRP de Jacarezinho, em 1912.<sup>1131</sup> Nesse ano, ele também exercia o mandato de prefeito.<sup>1132</sup> Nos anos 1910, Figueiredo também presidiu a Câmara Municipal – em 1915, ele estava no exercício desse cargo. Portanto, no fim da Primeira República não houve a emergência de novo líder do partido nesse município.<sup>1133</sup>

A força política de Francisco Figueiredo naquela região jamais foi ameaçada. Existiam, pois, restritas oportunidades para a incorporação de novas lideranças nos diretórios municipais do partido situacionista. De outra parte, é necessário destacar que, após exercer os

---

<sup>1129</sup> *Gazeta de Notícias*, 28 de janeiro de 1915, n. 28, p. 3.

<sup>1130</sup> Figueiredo era o proprietário da fazenda *Lagoa*, situada na região de Jacarezinho. *A República*, 6 de agosto de 1917, n. 183, p. 3.

<sup>1131</sup> *A República*, 14 de março de 1912, n. 61, p. 2.

<sup>1132</sup> *A República*, 28 de dezembro de 1912, n. 303, p. 2.

<sup>1133</sup> *A República*, 13 de abril de 1915, n. 84, p. 2.

cargos de prefeito e vereador, o coronel Figueiredo foi nomeado Coletor das Rendas de Jacarezinho, um cargo comissionado estadual.<sup>1134</sup> Tratava-se, portanto, de um cargo que assegurava a permanência desse indivíduo na vida administrativa de sua cidade.

Dessa forma, os chefes locais do PRP tinham as suas carreiras marcadas tanto pelo controle de instituições municipais quanto pela obtenção de cargos comissionados que asseguravam a continuidade da influência desses chefes sobre a vida administrativa do seu reduto eleitoral. A conquista desses cargos era o limite das oportunidades políticas dos chefes partidários de menor projeção no Paraná da Primeira República. Acerca da eleição para a Mesa Diretora do PRP de Jacarezinho ocorrida em 1929, o redator de *A República* informou:

Com presença do deputado [federal] Lindolpho Pessoa, realizou-se a 26 do corrente, em Jacarezinho, grande e entusiástica reunião do Partido Republicano Paranaense para a organização do diretório local do Partido. Como homenagem aos altos serviços prestados e às tradições brilhantes na sua direção, foi aclamado presidente honorário o Cel. Francisco de Paula Figueiredo. Procedida a escolha dos nomes que deveriam constituir o diretório esta recaiu, com grande acerto, sobre os de personalidades da mais alta significação na vida política daquele município, prestigiosos e de larga influência. Esta organização do diretório local do Partido Republicano Paranaense em Jacarezinho:

Presidente honorário: Cel. Francisco de Paula Figueiredo.

Membros efetivos:

1º Dr. João Rodrigues Caldas

2º Cecílio Rocha

3º Izalino Moreira de Carvalho

4º Dr. João de Aguiar

5º Augustinho Sette

6º Jesuíno Jorge Rosa

7º Joaquim Muniz de Carvalho

Suplentes:

1º Heber Correa Netto

2º Dr. Stephano Severino Batista

3º José Maurício de Oliveira

4º Pedro Carvalho Duarte

5º Plácido Bertozzi

6º Appio Madureira

7º Arnaldo Ferreira Leite<sup>1135</sup>

Nesse diretório, existiam catorze membros: sete titulares e sete suplentes. No fim da Primeira República, os núcleos dirigentes de outros diretórios municipais do PRP também possuíam catorze componentes. Em Reserva, município localizado na porção centro oriental do Paraná, o diretório do PRP possuía uma estrutura administrativa idêntica à estrutura do diretório de Jacarezinho.<sup>1136</sup> Em geral, esses diretórios possuíam os seguintes cargos:

<sup>1134</sup> *A República*, 14 de fevereiro de 1917, n. 38, p. 1.

<sup>1135</sup> *A República*, 29 de janeiro de 1930, n. 24, p. 3.

<sup>1136</sup> *A República*, 07 de junho de 1930, n. 124, p. 3.

presidente, vice-presidente, secretários e quatro membros titulares. Havia, ainda, sete membros suplentes.

Acerca da composição social do diretório governista de Jacarezinho, cumpre salientar que nenhum dos membros (titulares e suplentes) conquistou o mandato de deputado estadual. Nesse quadro, houve, no Paraná, a permanência de uma situação que vigorava no período imperial. Conforme salientado nesta tese, os chefes dos diretórios municipais dos partidos Conservador e Liberal não conquistaram, em sua maior parte, a prerrogativa de exercer decisiva influência no jogo partidário provincial. Antes, eles se acomodaram na condição de notabilidades locais. No fim da Primeira República, os dirigentes dos diretórios municipais permaneceram como notáveis de aldeia cuja principal função política era garantir localmente o êxito eleitoral da agremiação partidária à qual pertenciam.

## **5.2. – A família Guimarães e os destinos sociais e políticos de membros da elite provincial paranaense**

Nesta seção é concluída a investigação acerca dos percursos sociais e políticos de membros da família Guimarães. Tal investigação é empreendida em duas etapas. Primeiro, é demonstrado que, de modo análogo ao caso dos abastados negociantes do litoral paranaense, o controle sobre as instituições administrativas municipais era o principal aspecto do poder político dos membros da família Guimarães que permaneceram atuantes na vida mercantil.

Nesse contexto, cabe atentar ao caso de João Guilherme Guimarães. Esse negociante tornou-se o líder de uma retaguarda partidária que garantia, na esfera local, os êxitos eleitorais dos chefes do seu partido. Todavia, a relevância desse indivíduo na vida política litorânea esgotou-se ao longo dos anos 1900. Demonstra-se, pois, que as divergências de ordem econômica e política com os chefes do seu partido motivaram tal esgotamento.

Na segunda etapa da investigação, evidencia-se que o envolvimento em atividades empresariais e entidades de classe consistiam no refúgio a políticos que perdiam espaço no jogo partidário paranaense. Ao mesmo tempo, cumpre salientar que o pertencimento a essas entidades favorecia o acirramento de confrontos com o Governo Estadual. Conforme a acepção vigente no século XIX e no princípio do século XX, os membros dessas entidades formavam as *classes conservadoras*. Os componentes desse grupo controlavam, notadamente,



a produção agrícola, produção fabril, o comércio, e o setor bancário no país. Eles formavam, pois, a elite econômica nacional.<sup>1137</sup>

No século XIX, ocorreu o processo de organização de diversas associações de classe, dedicadas à viabilização de interesses setoriais. Eram, portanto, grupos que pressionavam pela realização de determinadas propostas econômicas, a notadamente na área da política tributária.<sup>1138</sup> Na cidade do Rio de Janeiro estavam concentradas as entidades mais influentes, tais como o Centro da Lavoura e Comércio. Ou seja, tratava-se de instituições que detinha maior condição de pleitear e viabilizar junto ao Estado as demandas de seus associados. A implantação do crédito agrícola pelo Banco do Brasil, por exemplo, foi decorrente da pressão de membros do aludido Centro.<sup>1139</sup>

Nesse quadro, destaca-se que, na época em que pertencia ao grupo de oposição ao Governo, João Guilherme permaneceu na condição de líder de uma retaguarda que executava as ordens dos chefes da grei oposicionista. Nesse contexto, demonstra-se que os negociantes do litoral, desde o princípio da Primeira República, encontraram dificuldades para participar de modo decisivo na gestão das instituições e partidos políticos do Paraná. Um dos principais indícios dessas dificuldades era a derrota em eleições parlamentares. Tal derrota indicava, portanto, os obstáculos para aqueles profissionais consolidarem uma base de apoio político não circunscrito ao município do qual eram originários.

\*\*\*

No limiar da República, o Visconde de Nacar e João Guilherme Guimarães aproximaram-se do político que despontava como o líder do Partido Republicano Paranaense: o advogado Vicente Machado da Silva Lima. Nesse contexto, Nacar já se afastara da vida política. No princípio da República, restou a Nacar exercer o posto de Provedor da Santa Casa de Paranaguá. Ou seja, o epílogo de sua trajetória foi marcado pelo exercício do controle

<sup>1137</sup> Warren Dean destacou que os membros dessas classes eram os mais abastados industriais, comerciantes e proprietários rurais. A característica peculiar a ambos os grupos era a luta pela preservação de seus direitos de propriedade: “O autoconceito de ‘classe produtora’ ainda não aparecera [na Primeira República], de um modo geral, eles se referiam a si mesmos, de mistura com os fazendeiros e os grandes comerciantes, como a *classe conservadora*, conceito em que estava implícita a idéia de que o que eles conservavam eram os direitos de propriedade. DEAN, Warren. A industrialização durante a República Velha. In: FAUSTO, Bóris (Dir.) *História Geral da Civilização Brasileira – Tomo III – O Brasil Republicano – 1º volume – Estrutura de poder e economia (1889-1930)*. São Paulo: Record, 1997, p. 270.

<sup>1138</sup> Acerca da criação de associações comerciais em diferentes províncias brasileiras, bem como para o conhecimento da natureza de suas demandas, ver RIDINGS, Eugene. *Business Interest Groups in Nineteenth-Century Brazil*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994. Acerca da atuação política das associações comerciais do Império à República, ver SCHMITTER, Philippe C. *Interest conflict and political change in Brazil*. Stanford: Stanford University Press, 1971.

<sup>1139</sup> FAORO, Raymundo. *Machado de Assis. A pirâmide e o trapézio*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1974, p. 188.

sobre uma instituição que lhe permitia gerir recursos pecuniários advindos dos cofres do Governo Estadual.<sup>1140</sup> Nessa época, Nácar também detinha alguns aliados políticos. Em 1890, por exemplo, ele obteve três votos no Colégio Eleitoral de Curitiba no pleito para o cargo de senador.<sup>1141</sup>

Porém, no princípio da República estava consolidado um cenário no qual os negociantes pertencentes à família Guimarães permaneceram em posições hierarquicamente inferiores no jogo político regional. Portanto, restou a esses indivíduos incorporarem-se ao grupo partidário comandado por Vicente Machado. Por meio da leitura do jornal *A República*, constata-se que em 1890 o estabelecimento de relações políticas entre Machado e os membros da família Guimarães já se consolidara. Para evidenciar essa aproximação, cumpre transcrever uma informação, datada de novembro de 1890, acerca de um jantar oferecido por Nácar a Machado:

Nesse mesmo dia [03 de novembro] houve na casa do venerando Visconde de Nácar um delicado banquete, ao qual assistiam o governador Monteiro, Dr. Lamenha Lins, alferes Batholomeu, Dr. Vicente Machado, tenente-coronel Amorim Bezerra e muitos outros. Ao *déssert* trocaram-se amistosos brindes, tendo sido muito saudados o Sr. Visconde de Nácar, governador Monteiro, Dr. Vicente Machado, Lamenha Lins, Alberto de Abreu, tenente-coronel Bezerra, alferes Batholomeu, coronel João Guilherme, sendo o brinde de honra levantado à bela sociedade de Paranaguá pelo Dr. Vicente Machado.<sup>1142</sup>

No referido ano, Nácar e João Guilherme manifestaram outra forma de apoio a Vicente Machado. Nessa ocasião, esse bacharel exercia o cargo Superintendente Geral do Ensino Público do Paraná. No exercício desse posto, Machado planejou a criação de uma associação propagadora da instrução pública das classes operárias e de um liceu de artes e ofícios em Curitiba. O Visconde de Nácar doou 100 mil réis para que essa iniciativa se concretizasse. João Guilherme também doou 100 mil réis para tal projeto.<sup>1143</sup>

O Visconde de Nácar e seu filho João Guilherme Guimarães adentraram a um grupo político do qual fazia parte um antigo adversário, a saber, Fernando Machado Simas. Em 1890, esse farmacêutico foi eleito deputado federal com o apoio de Machado.<sup>1144</sup> No referido

---

<sup>1140</sup> Em 1890, o Visconde de Nácar exercia o posto de Provedor da Santa Casa de Paranaguá. No relatório que produziu nesse ano, solicitou ao Governo Provincial a destinação de cinco contos de réis para a realização de melhoramentos naquela instituição. Nesse sentido, o exercício desse cargo permitiu a Nácar uma derradeira comunicação com os gestores da administração estadual. *A República*, 03 de abril de 1890, n. 81, p. 3.

<sup>1141</sup> *A República*, 18 de setembro de 1890, n. 216, p. 2.

<sup>1142</sup> *A República*, 06 de novembro de 1890, n. 258, p. 2.

<sup>1143</sup> *A República*, 10 de setembro de 1890, n. 210, p. 2.

<sup>1144</sup> *A República*, 05 de setembro de 1890, n. 207, p. 1.

ano, portanto, houve a aliança entre antigos adversários políticos. Assim, a candidatura senatorial do liberal Generoso Marques dos Santos contou com o apoio de Vicente Machado e do Barão do Serro Azul.<sup>1145</sup>

Porém, essa aliança logo se desfez. Nessa época, o poder político desse Barão incidia também sobre as políticas de nomeações para cargos comissionados. Porém, ele também consentia que o Visconde de Nacar influísse sobre a gestão dessas políticas. A esse respeito, leia-se a seguinte carta de um morador de Paranaguá endereçada ao jornal *O Paiz*, em março de 1890: “As últimas nomeações de autoridades judiciais parece conformar o que pensam alguns republicanos, que têm propalado haver combinação entre o Dr. Ubaldino do Amaral e o barão do Serro Azul para dar força política ao Visconde de Nacar. Hontem apareceu nesta cidade o primeiro número do ‘Século’, órgão do club republicano histórico, cujo intuito é combater semelhante política”.<sup>1146</sup>

No limiar da República, o controle sobre os esquemas de nomeações permanecia como um objetivo central dos negociantes do litoral paranaense. Por outro lado, tal informação evidencia que antigos militantes da causa republicana em Paranaguá não estavam de acordo com a absorção de Nacar e sua parentela ao partido republicano que começava a se consolidar no Paraná. Esses republicanos, portanto, foram alijados de posições centrais na vida partidária em favor da absorção de antigos potentados ligados ao Partido Conservador.

Aos fundadores do Clube Republicano de Paranaguá, criado em 1887, restou o ostracismo político ou a adesão ao grupo governista, mas em posição subalterna. Este foi o caso, por exemplo, do citado Albino José da Silva e de Nestor Vítor dos Santos (1868-1932).<sup>1147</sup> Em verdade, quatro meses após a implantação da República os membros desse clube estavam desunidos. O comerciante Guilherme José Leite foi o primeiro presidente do Clube Republicano de Paranaguá. Porém, em março de 1890, três republicanos históricos desse município (Albino Silva, Francisco Souza e Joaquim Guilherme da Silva) enviaram um telegrama ao jornal *A República*. Nele, criticavam Guilherme Leite, que colocava em dúvida a lisura do processo de cooptação de correligionários por aqueles indivíduos.

---

<sup>1145</sup> *Id.*

<sup>1146</sup> *O Paiz*, 29 de março de 1890, p. 1.

<sup>1147</sup> Albino Silva foi deputado estadual apenas em uma legislatura (1892). Nestor Vítor, por seu turno, exerceu dois mandatos à Assembleia do Paraná entre os anos de 1918 e 1921. Os êxitos eleitorais desses indivíduos foram viabilizados pelo pertencimento ao grupo governista. Porém, eles não alcançaram decisivas posições no comando da Assembleia do Paraná e do partido governista.

Em suma, esse telegrama é um indício de uma cisão política entre os republicanos históricos daquele município. Nessa época, os adversários de Guilherme Leite não o reconheciam como presidente daquele clube: “À ‘A República’ – Telegrama do ‘Quinze’ publicado hoje, assignado Guilherme Leite, presidente suposto club republicano histórico, além de falso é calunioso. Reunião mais de cem pessoas, adesões continuam. Desafiamos declarar qual empregado coagido assignar. *Joaquim Guilherme, Francisco Souza, Albino Silva.*”<sup>1148</sup>

Nesse quadro, a conquista de modestos cargos públicos e os insucessos eleitorais foram também aspectos peculiares aos percursos desses republicanos históricos em um contexto no qual os antigos conservadores consolidaram o seu domínio sobre o partido governista do Paraná. A esse respeito, atente-se ao caso do citado Guilherme José Leite. Em 1890, ele foi nomeado fiscal do Banco do Paraná, mas logo foi exonerado do cargo.<sup>1149</sup> No referido ano, candidatou-se sem sucesso a deputado estadual.<sup>1150</sup>

\*\*\*

Em agosto de 1892, João Guilherme também recebeu Vicente Machado em Paranaguá, de acordo com telegrama publicado em *A República*: “O Dr. Vicente Machado foi aqui recebido festivamente, seguiu em trem especial. Foi-lhe oferecido lauto almoço em casa do coronel João Guilherme Guimarães”.<sup>1151</sup> Nesse contexto, aos filhos do Visconde de Nacar restou a alternativa de acomodarem-se na posição de ocupantes de cargos da administração municipal de Paranaguá e de representantes do diretório municipal em reuniões do diretório central da agremiação situacionista.

Entre os anos de 1892 e 1900, João Guilherme exerceu dois mandatos de prefeito de Paranaguá. Claro Américo Guimarães, por seu turno, era o representante do diretório de Paranaguá no diretório central do PRP nos anos 1890.<sup>1152</sup> De outra parte, o controle de iniciativas voltadas à obtenção de recursos para obras na Igreja Matriz de Paranaguá era um dos fatores que permitia aos descendentes de Nacar assegurar a sua condição de notabilidades locais.<sup>1153</sup> Todavia, os descendentes de Nacar estavam proscritos das instituições políticas como o Congresso Legislativo e das altas esferas da administração estadual. Um dos refúgios desses irmãos era o pertencimento a entidades de classe. Mais especificamente, eles lograram

<sup>1148</sup> *A República*, 20 de março de 1890, n. 69, p. 3.

<sup>1149</sup> *A República*, 11 de março de 1890, n. 60, p. 3.

<sup>1150</sup> *A República*, 16 de dezembro de 1890, n. 290, p. 2.

<sup>1151</sup> *A República*, 11 de agosto de 1892, n. 734, p. 1.

<sup>1152</sup> *A República*, 15 de setembro de 1895, n. 215, p. 2.

<sup>1153</sup> *A República*, 26 de fevereiro de 1896, n. 47, p. 4.

participar da gestão de instituições que congregavam os mais abastados negociantes do Estado, a exemplo da Associação Comercial e a Junta Comercial do Paraná. No princípio da Primeira República, Claro Américo foi eleito deputado suplente da Junta Comercial do Paraná, em 1893.<sup>1154</sup>

Assim, Claro Américo acomodou-se em posição de relevo na gestão de uma entidade criada no ano anterior. Nos anos seguintes, esse negociante pertenceu ao restrito grupo de negociantes que poderia ser votado nas eleições daquela instituição.<sup>1155</sup> Conforme evidenciado no presente capítulo, João Guilherme presidiu as associações comerciais de Paranaguá e do Paraná. O estudo sobre os obstáculos enfrentados por esses negociantes para o desenvolvimento de suas carreiras políticas contribui para o conhecimento do processo de consolidação da hierarquia no interior da grei governista. Para a realização da análise desse processo, cumpre dedicar atenção ao caso da eleição para as trinta e seis vagas de deputados do Congresso Constituinte do Paraná, realizada em 1891.

\*\*\*

De todo modo, cabe destacar que na primeira eleição legislativa que ocorreu no Paraná o PRP homologou as candidaturas a deputado constituinte de cinco negociantes residentes em municípios do litoral paranaense. Nesse grupo, três candidatos eram residentes em Paranaguá (Antônio Ribeiro de Macedo, João Guilherme Guimarães e Theodorico Júlio dos Santos). Ainda, havia nesse grupo de negociantes dois candidatos que estavam domiciliados em Antonina (João Manuel Ribeiro Vianna e Joaquim Antônio de Macedo).<sup>1156</sup>

A União Republicana Paranaense também lançou as candidaturas de cinco negociantes que residiam no litoral. Dentre esses negociantes, três residiam em Paranaguá (Guilherme José Leite, Joaquim Soares Gomes Manuel Corrêa de Freitas), um residia em Antonina (Teófilo Soares Gomes) e um estava domiciliado em Morretes (Joaquim José Alves).<sup>1157</sup>

Nesse grupo de dez negociantes, apenas cinco conseguiram votos suficientes para pertencer ao grupo de 36 deputados eleitos. Manuel Corrêa de Freitas foi o sexto candidato mais votado (6.917 sufrágios), ao passo que Joaquim Soares Gomes conquistou a décima quarta maior votação (6.832 sufrágios). Joaquim Alves foi o vigésimo quarto mais votado (6.777 votos), enquanto Guilherme Leite angariou a vigésima sétima colocação no pleito

---

<sup>1154</sup> *A República*, 25 de dezembro de 1893, n. 841, p. 3.

<sup>1155</sup> *A República*, 27 de novembro de 1908, n. 278, p. 3.

<sup>1156</sup> *Diário do Commercio*, 07 de março de 1891, n. 54, p. 4.

<sup>1157</sup> *Diário do Commercio*, 23 de fevereiro de 1891, n. 43, p. 3.

(6.765 sufrágios). Por fim, Teófilo Soares Gomes conseguiu obter a trigésima segunda maior votação (6.738 votos).<sup>1158</sup>

Dentre os candidatos não eleitos, Antônio Ribeiro de Macedo conquistou a quadragésima sexta votação (5.112 votos). Theodorico dos Santos, por sua vez, obteve a quinquagésima primeira colocação no pleito (5.082 votos). João Guilherme alcançou a quinquagésima quarta posição naquela eleição (5.060 sufrágios). Joaquim Loyola conquistou a quinquagésima nona votação nesse pleito (5.029 sufrágios). Por fim, João Vianna conquistou a sexagésima quinta colocação (4.977 votos).<sup>1159</sup> Vianna, contudo, conseguiu eleger-se deputado estadual constituinte no ano seguinte ao angariar 6.872 sufrágios.<sup>1160</sup>

Na condição de deputado, Vianna manteve a defesa dos interesses dos comerciantes antoninenses. Tal defesa evidencia que as antigas rivalidades econômicas entre os municípios litorâneos ainda não haviam sido superadas. No início da República, a tentativa de proteger os interesses dos membros do seu grupo profissional e da sua cidade permanecia como um elemento que influenciava a atividade parlamentar dos negociantes do Paraná. Assim, a natureza corporativa da atividade parlamentar dos negociantes do litoral, no princípio da República, manteve-se inalterada.<sup>1161</sup>

Contudo, a carreira política de Vianna encerrou-se em fins dos anos 1890. A existência de divisões entre a elite política de Antonina contribuiu para minar a liderança política que esse comerciante exercia nesse município. De modo análogo ao caso de Paranaguá, no fim dos anos 1890 já se notava o ocaso de lideranças políticas em Antonina. Ao perderem espaço no partido situacionista, passavam se comportarem como políticos de oposição.

Porém, a natureza oligárquica da vida partidária da época impedia que partidos de oposição tivessem sucesso nas disputas eleitorais. Assim, o retorno ao grupo político governista era um destino comum àqueles que não conseguiram desenvolver sua carreira partidária na oposição. Tal situação foi peculiar aos derradeiros anos das trajetórias de João Vianna, Leôncio Correia e Manuel de Alencar Guimarães.

---

<sup>1158</sup> *Diário do Commercio*, 08 de maio de 1891, n. 103, p. 3.

<sup>1159</sup> *Id.*

<sup>1160</sup> *A República*, 17 de fevereiro de 1892, n. 617, p. 2.

<sup>1161</sup> Na sessão do Congresso Legislativo do Paraná realizada a 02 de dezembro de 1892, João Vianna proferiu um discurso contra a redução do número de viagens de trem da Companhia *Chemins de Fer Bresilien* até o ramal de Antonina. A partir daquela data, os trens da companhia realizariam apenas duas viagens semanais para esse ramal. Segundo Vianna, essa redução de viagens traria prejuízos irreparáveis para a econômica da localidade. Diante dessa situação, Vianna submeteu ao Congresso Legislativo uma indicação por meio da qual era solicitada que esse Congresso enviasse ao Governo Federal uma representação contra a medida da referida empresa. *A República*, 08 de dezembro de 1892, n. 828, p. 2.

\*\*\*

Nesse quadro, cabe destacar que a eleição de Joaquim Alves a deputado constituinte não significou a recuperação do poder político que a sua parentela possuiu na vida partidária paranaense ao tempo Império. Por outro lado, a derrota de João Vianna nesse pleito determinou o fim de sua atividade partidária. Os demais negociantes residentes no litoral eleitos nessa oportunidade permaneceram envolvidos em pleitos eleitorais nas décadas seguintes. A Proclamação da República, portanto, desencadeou um processo gradual de substituição do grupo de negociantes que controlava a vida partidária na região litorânea do Paraná.

Em 1895, Vianna encontrava-se na condição de político de oposição. Tal condição reduzira sobremaneira o seu grupo de apoiadores. Nesse contexto, ele era encarado em Antonina como um *chefe sem partido*. Em verdade, Vianna também encontrava dificuldades para consolidar o pertencimento a partidos de oposição. Diante dessa situação, restou a Vianna retornar ao partido governista. O estudo sobre o caso do afastamento e retorno desse negociante à grei situacionista do Paraná demanda ser realizado em duas etapas.

Primeiro, é necessário evidenciar que, em 1895, ele estava distanciado de outras lideranças políticas de Antonina, tais como os membros da família Loyola. Segundo, cabe evidenciar que, no momento de sua morte, ele voltara a ser um correligionário do partido situacionista, que na época era denominado Partido Republicano Federal. Em 22 de março de 1895, Joaquim Barnabé de Linhares, Joaquim Antônio de Loyola, João Alves da Conceição e João Firmino de Paula publicaram um texto em *A República*. Nele, criticavam João Vianna, o qual não conseguira reunir apoios para viabilizar a sua candidatura a senador. Assim, o candidato governista, coronel Joaquim Lacerda, logrou ser eleito para aquele cargo. Esse texto concentra informações acerca da dificuldade de os oposicionistas do Paraná permanecer unidos no princípio da Primeira República. Nesse texto, os autores do texto afirmaram:

É notoriamente sabido que o eleitorado que concorreu às urnas da eleição de 6 de Janeiro em favor do coronel Lacerda foi conquistado pelos muitos esforços do coronel Juca Marques, que não poupou todos os recursos de que dispõe pecuniariamente. Agora faltaram estes elementos fortes porque não mais se tratava de dissidência e o partido republicano cerrou fileiras em favor de seus candidatos. Além disso, acresce que por falta de simpatias do candidato oposicionista, a parte independente do partido adversário não ligou importância ao pleito e nem sequer coadjuvou com o voto. Eis ahi o motivo da derrota que já auguraram e não as inverdades que covardemente publicam para ocultar a fraqueza política de João Vianna, arvorado em chefe sem partido. Não é estranho a esta localidade [Antonina] que João Vianna nunca teve grêmio político pela sua falta de seriedade e misquinhesa e anuncia prestígio encostado aos outros como tem feito em todos os tempos. Agora cansaram de suportá-lo e aliado de todos os partidos existentes neste Estado, dos quais tem sido parasita, censura acremente os

adversários e os dissidentes por não o ajudarem, e provavelmente vai escrever manifesto levantando uma tenda no partido dos desesperados.<sup>1162</sup>

João Vianna faleceu em 11 de setembro de 1904. Nessa época, retornara ao partido governista.<sup>1163</sup> A atuação de negociantes do litoral no Congresso Legislativo do Paraná tornaram-se mais frequentes em fins da década de 1900. Porém, o controle sobre a gestão de instituições políticas municipais continuou a ser o principal elemento do poder político desses profissionais. A implantação da República não alterou o envolvimento desses negociantes nas políticas de nomeações que garantiam o acesso a cargos disputados por eles desde a época imperial, tais como o cargo de Juiz de Paz. Em junho de 1890, por exemplo, Joaquim José Alves foi nomeado pelo Governo do Paraná para o posto de 2º Juiz de Paz da cidade de Morretes.<sup>1164</sup>

Apenas ocasionalmente os negociantes exerciam posições decisivas na administração do diretório central do partido situacionista. Nesse contexto, cabe também destacar o caso de um neto do Visconde de Nácar, a saber, o citado negociante Artur Ferreira de Abreu, que exerceu mandato de senador nos anos 1890. Em 1899, ele permanecia residente em Paranaguá. Todavia, pertencia ao grupo que administrava o diretório central do PRP e, portanto, detinha a prerrogativa de controlar o processo de escolha de candidatos a eleições parlamentares.<sup>1165</sup> Contudo, os descendentes desse indivíduo não alcançaram a faculdade de influir nas decisões capitais do partido situacionista. Um desses descendentes, Arthur de Abreu Filho, era agente fiscal do Governo do Paraná. No âmbito da elite política de Paranaguá, portanto, não houve a transmissão familiar de influência sobre a gestão dos partidos e de instituições da administração estadual.<sup>1166</sup>

A participação em eleições municipais e em esquemas de nomeações para cargos estaduais era o principal aspecto do envolvimento da elite litorânea na vida política paranaense ao tempo da Primeira República. Ao mesmo tempo, a atuação em instituições de classe foi um elemento peculiar aos membros da elite social do litoral paranaense que perderam a influência política no início da Primeira República. Uma das instituições às quais os negociantes como Joaquim Alves do litoral pertenciam era o Centro dos Industriais da Erva-Mate. O pertencimento a essas instituições viabilizava a interação entre os membros

<sup>1162</sup> *A República*, 22 de março de 1895, n. 67, p. 2.

<sup>1163</sup> *A República*, 12 de setembro de 1904, n. 211, p. 1.

<sup>1164</sup> *A República*, 1º de julho de 1890, n. 152, p. 1.

<sup>1165</sup> *A República*, edições de 21 de fevereiro e 30 de julho de 1899.

<sup>1166</sup> *A República*, 25 de junho de 1907, n. 145, p. 2.



dessas elites e os políticos acomodados em instituições como o Congresso Legislativo do Paraná.<sup>1167</sup>

\*\*\*

As limitações orçamentárias e os limites impostos pela legislação estadual para a criação de impostos foram obstáculos enfrentados por João Guilherme durante a sua atuação como prefeito de Paranaguá, de 1892 a 1900. De todo modo, a sua administração foi marcada pela execução de ações que se coadunam às ações realizadas pelas administrações de municípios que possuíam maior relevância no cenário econômico nacional, como São Paulo, a respeito da promoção de melhoramentos urbanos. Naquele contexto, as elites políticas, ao longo da Primeira República, dedicaram especial atenção ao problema da precariedade das condições sanitárias.<sup>1168</sup> A modernização do município, por intermédio de obras sanitárias e da ampliação da eletrificação, foram medidas adotadas pela Prefeitura de Paranaguá naquela época. Nessa ocasião, a Prefeitura publicou um edital para que houvesse uma concorrência entre os interessados em realizar as obras de melhoramentos no serviço de esgoto da cidade.<sup>1169</sup> A leitura desse edital também permite evidenciar que a Prefeitura, naquele momento, tornava obrigatório aos munícipes a instalação de rede de esgoto em suas residências.

Durante a Primeira República, as obras públicas em Paranaguá em limitadas pelas restrições orçamentárias. Assim, quando a gestão de João Guilherme como prefeito chegou ao seu término, o município de Paranaguá encontrava-se sobremaneira endividado. Ao passo que a dívida ativa municipal era de 13:883\$015 contos de réis, a dívida passiva atingiu o valor de 87:264\$673 contos.<sup>1170</sup> A maior parte dos credores do município era composta pelas empresas comandadas pelos negociantes daquela localidade. A firma da qual João Guilherme era o proprietário, a *Guimarães e Cia.*, também integrava esse rol de credores:

---

<sup>1167</sup> *A República*, 1º de agosto de 1899, n. 169, p. 3. Tratava-se de uma associação que encaminhava suas demandas a instituições como o Congresso Legislativo do Paraná. Em determinadas circunstâncias, lideranças do partido governista, a exemplo de Vicente Machado, divergiam das pretensões dos ervateiros. A despeito de pertencerem a um mesmo grupo partidário, os negociantes e os bacharéis que comandavam a política paranaense sustentavam ideias opostas acerca de assuntos econômicos. Um dos principais fatores de divergência era a política pública de expansão dos mercados consumidores da erva-mate. *A República*, 4 de abril de 1900, n. 74, p. 2.

<sup>1168</sup> Acerca dos projetos de modernização adotados na cidade de São Paulo nesse período, ver CAMPOS, Cândido Malta. *Os rumos da cidade: urbanismo e modernização em São Paulo*. São Paulo: Editora Senac, 2002. Acerca do processo de modernização urbana executado pela Prefeitura de Curitiba nos anos 1910, ver SÊGA, Rafael Augustus. *A capital Belle époque: a reestruturação do quadro urbano de Curitiba durante a gestão do prefeito Cândido de Abreu (1913-1916)*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2001.

<sup>1169</sup> *A República*, 28 de maio de 1895, n. 122, p. 3

<sup>1170</sup> GUIMARÃES, João Guilherme. *Relatório apresentando à Câmara Municipal de Paranaguá na sessão de posse de 21 de setembro de 1900*. Curitiba: Oficinas do Atelier Novo Mundo, 1900, pp. 32 e 34.

Ao Branco da República do Brasil.....	20:830\$412
Apólices emitidas.....	50:000\$000
Baptista & Souza.....	5:000\$000
Manuel Lucas Evangelista.....	2:000\$000
Mathias Böhn & Cia.....	1:916\$660
S. Lobo & Cia.....	1:650\$000
Hurlimann & Cia.....	1:000\$000
Dario do Brasil Cordeiro.....	1:000\$000
Prefeito do Município.....	1:333\$320
Guimarães & Cia.....	780\$200
Adolpho Guimarães.....	700\$000
Antônio Henrique Gomes.....	654\$080
Subvenção à Santa Casa de Misericórdia.....	400\$000

Rs. 87:264\$673<sup>1171</sup>

Esse contexto de crise na economia municipal ocasionou o aprofundamento da dependência da Prefeitura em relação aos comerciantes locais. A esse respeito, João Guilherme ressaltou em seu relatório: “Tendo por fim prevenir o desastre, contrahi um empréstimo de Rs. 19:000\$000 entre alguns negociantes desta praça, que foram aplicados na construção de dous depósitos, sendo um de pólvora e outro para inflamáveis”.<sup>1172</sup> Nesse contexto, os negociantes de Paranaguá conseguiram controlar a administração municipal tanto em virtude do exercício de mandatos quanto em decorrência da celebração de contratos com a municipalidade.

Nessa época, os negociantes de Paranaguá eram tanto os dirigentes políticos do município quanto os credores da administração municipal. Em janeiro de 1901, apenas três meses após o fim de sua gestão como prefeito, João Guilherme foi signatário de uma representação que os negociantes daquela localidade encaminharam à Câmara Municipal. Nessa representação, solicitavam o pagamento das dívidas. Para solucionar essa questão, sugeriram que a Prefeitura lhes repassasse as rendas do Mercado Municipal. Ao mesmo tempo, é necessário destacar que os empréstimos contraídos pela Câmara com os negociantes foram aprovados por vereadores que também eram negociantes e concederam empréstimos ao município, como João Batista Freceiro. Outro credor da Câmara, o citado João Guilherme Guimarães foi o prefeito que sancionou a lei que regravava a obtenção de empréstimos pela administração municipal (Lei Municipal n. 20 de 30 de maio de 1892).<sup>1173</sup>

<sup>1171</sup> *Ibid.*, p. 33.

<sup>1172</sup> *Ibid.*, p. 32.

<sup>1173</sup> *A República*, 20 de janeiro de 1901, n. 17, p. 1.

Em dezembro de 1896, o prefeito João Guilherme sancionou uma lei que também beneficiava os negociantes de Paranaguá que atuavam como consignatários de navios. Essa lei revestia-se de um caráter protecionista, pois instituía a cobrança de uma taxa dos navios cujos consignatários não residiam naquele município. Leia-se, portanto, o texto integral dessa lei municipal:

Lei n. 35 de 3 de dezembro de 1896

O Coronel João Guilherme Guimarães, Prefeito Municipal &. Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei Única:

Art. 1.º Fica creado o imposto de 100\$000 réis por navio que entrar n'este porto com carregamento e sem consignatário residente nesta cidade, que vigorará de 1º de Janeiro de 1897 em diante.

Art. 2.º O contraventor ficará sujeito à multa de 50\$000 réis além do imposto a pagar.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Mando, portanto, a todos a quem o conhecimento e cumprimento desta Lei haja de competir, que a cumpram e façam cumprir tão inteiramente como nella se contém.

Cidade de Paranaguá, 5 de Dezembro de 1896.

O Prefeito  
João Guilherme Guimarães

Publicada e registrada na Secretaria do Governo Municipal da Cidade de Paranaguá, em 5 de Dezembro de 1896. Servindo de Secretário Honório Décio da Costa Lobo.<sup>1174</sup>

O poder dos negociantes de Paranaguá, portanto, era decorrente tanto da capacidade de gerir a vida política local quanto de interferir na formulação das diretrizes da administração municipal. Nesse quadro, eles detinham a prerrogativa de criar leis que beneficiariam os seus próprios negócios, visto que autorizavam a si mesmos a realizar operações financeiras com a administração municipal. Porém, é necessário salientar que os negociantes que controlavam as instituições políticas de Paranaguá não atuavam, em todas as ocasiões, em defesa dos interesses econômicos dos comerciantes locais. Nesse quadro, atente-se a um caso da criação de impostos.

Em 1891, o presidente da Câmara de Paranaguá era o comerciante Mathias Böhn, de origem alemã. A atuação de Böhn como presidente do Legislativo Municipal consiste, pois, em um indício de que a elite local admitia adventícios aos quadros políticos. Essa admissão, porém, ocorria apenas lentamente. Ao mesmo tempo, a trajetória de Böhn evidencia que imigrantes conseguiam ascender, no Paraná, a setores da elite econômica.<sup>1175</sup> Entretanto,

<sup>1174</sup> *Diário do Paraná*, 05 de janeiro de 1897, n. 3, p. 3.

<sup>1175</sup> Ao lado do caso de Mathias Böhn, cabe destacar a trajetória do prussiano Floriano Essensfelder, que se tornou um rico empresário em Curitiba, no início do século XIX. Ele era o proprietário de firma dedicada à fabricação de pianos. Ver CARVALHO NETO, João Baptista Penna de. *Floriano Essensfelder: a trajetória de um empresário*. Dissertação (Mestrado em História). Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1991. Um dos indícios do crescimento do poder econômico e político dos negociantes estrangeiros no Paraná era a capacidade

houve imigrantes enriquecidos que não se inclinaram a participar da vida política do Paraná provincial.<sup>1176</sup>

Os atritos entre João Guilherme e os líderes do grupo político governista tornaram-se frequentes a partir dos anos 1900. A atuação desse negociante como presidente da Associação Comercial de Paranaguá favoreceu a eclosão dessas tensões. Nesse âmbito, cumpre ser demonstrado que o controle sobre entidades de classe consistia em um refúgio àqueles políticos que perdiam espaço no jogo partidário regional.

Nos meses finais de sua gestão, João Guilherme manifestou o seu interesse de participar da eleição municipal que se realizaria naquele ano em Paranaguá. Ele pleiteava, assim, uma vaga na Câmara Municipal. Conforme o jornal *A República*, ele divulgou um comunicado aos seus eleitores para apresentar tal pretensão: “O nosso correligionário João Guilherme Guimarães distribuiu boletins entre os eleitores do Município de Paranaguá agradecendo os votos que lhe quisessem dar e pedindo aos mesmos que sufraguem a chapa oficial do Partido Republicano Federal”.<sup>1177</sup>

Entretanto, João Guilherme não obteve novos mandatos eletivos após o ano de 1900. O destino político dos negociantes do litoral paranaense após deixarem seus mandatos consistia apenas em controlar o comportamento eleitoral dos seus antigos correligionários. A partir do fim dos mandatos eletivos, esses negociantes passavam a exercer sua influência política no interior das entidades de classe.

---

de conseguir privilégios do Governo do Estado. Em 1907, Mathias Böhn obteve do Governo a concessão, pelo prazo de cinquenta anos, para construir e administrar uma estrada de ferro entre Piaçaguera e o vale do Itararé. Essa obra, porém, não foi realizada. *A República*, 02 de abril de 1907, n. 76, p. 2. Contudo, existiam diferenças entre os negociantes alemães no que concerne à capacidade de expandirem os seus negócios. A fábrica de pianos Essenfelder, por exemplo, permaneceu em atividade durante o século XIX. De outra parte, o poder econômico da família Mathias Böhn esgotou-se ainda na época da Primeira República. Em 1916, ocorreu a falência da empresa Mathias Böhn e Cia., a qual funcionava como uma agência de navegação. *A República*, 29 de setembro de 1916, n. n. 228, p. 2.

<sup>1176</sup> O empresário Fredolin Wolf, por exemplo, não se interessou pela atividade política. Wolf era um empresário que, em 1876, obteve do Governo Provincial o privilégio, pelo prazo de vinte anos, para estabelecer no Paraná máquinas para tecer e fiar algodão e linho. Nesse empreendimento, ele estava associado ao seu pai, José Wolf, e a Dâmaso Corrêa Bittencourt. *Dezenove de Dezembro*, 04 de outubro de 1876, n. 1745, p. 2. Em 1878, circulou um comunicado no qual ele, Fredolin Wolf, convocava uma reunião política a ser realizada em sua residência, em Curitiba. Diante dessa informação, Wolf publicou uma nota de esclarecimento no *Dezenove de Dezembro* para assegurar que jamais marcara tal reunião. Nesse comunicado, ele também apresentou o motivo que o impelia a não ingressar na carreira política: “Aparecendo um convite para uma reunião política em minha casa no dia 20 do corrente, declaro que é inexacta semelhante reunião, pois, sendo eu estrangeiro, nunca me envolverei nas questões políticas. Curitiba, 12 de Julho de 1878. *Fredolin Wolf. Franz Beimel*”. *Dezenove de Dezembro*, 13 de julho de 1878, n. 1925, p. 3.

<sup>1177</sup> *A República* 20 de julho de 1900, n. 158, p. 1.

### 5.2.1. – João Guilherme Guimarães e os fatores do esgotamento da carreira política das lideranças locais

A defesa de interesses econômicos dos negociantes e os conflitos com o então presidente do Paraná, Vicente Machado, determinaram o isolamento político de João Guilherme. Nesse contexto, a mobilização dos negociantes para a implantação de suas demandas junto ao Governo Estadual frequentemente malograva. A defesa dessas demandas apenas ocasionava tensões entre a elite econômica, reunida em instituições como a Associação Comercial do Paraná (ACP), e as lideranças políticas estaduais. Desse modo, cumpre salientar que o surgimento dessas tensões ocorreu a partir da primeira década republicana.

Atente-se, pois, a um episódio ocorrido em fevereiro de 1896. Nessa ocasião, José Ribeiro de Macedo, presidente da ACP, e David da Silva Carneiro, secretário dessa entidade, endereçaram uma demanda ao presidente do Paraná, Xavier da Silva. Os gestores da ACP requeriam que o presidente determinasse que as mercadorias que transitassem pela via férrea fossem isentas do Imposto de Trânsito. De acordo com esses negociantes, a cobrança desse imposto era inconstitucional. Eles argumentaram que a criação e cobrança dessa taxa era uma competência da União. No documento que enviaram ao presidente do Paraná, os negociantes solicitavam que a cobrança do imposto fosse suspensa até que nova discussão sobre o tema fosse realizada pelos deputados estaduais:

É louvável, Exm. Sr., o zelo que manifestais pela irrestrita execução das leis emanadas do Congresso Estadual, mas há momentos anormais em que o governador, como V. Ex., prudente e refletido, encarando as conveniências de ordem pública e tendo em vista especialmente o conflito que irá trazer a prática desta lei entre os atos do Congresso Estadual com os dos poderes federais, parece que nenhum outro alvitre conciliatório poderia ser aconselhado que o que pedimos na representação referida e que agora respeitosamente de novo reiteramos de ordenar V. Ex. a suspensão da execução desta cobrança, até que, de novo, seja o assunto submetido ao Congresso Estadual. Estes produtos estão clara e expressamente isentos deste imposto pela nossa Constituição Política; portanto, V. Ex., integérrimo e justo como é, não poderá consentir que se ponha em prática uma lei que viola uma disposição básica da nossa instituição fundamental.<sup>1178</sup>

De sua parte, Xavier da Silva não acatou a reivindicação da ACP. Ao contrário, ele ressaltou que a cobrança era constitucional. Portanto, não seria necessário submeter o assunto novamente à apreciação do Congresso Legislativo:

Pensa o Governo ao inverso da Associação Comercial, que o imposto é perfeitamente constitucional; mas não lhe cabe entrar em apreciações a respeito desse assunto por não competir-lhe decidir, por esse

---

<sup>1178</sup> *A República*, 28 de fevereiro de 1896, n. 49, p. 3.

fundamento, da reclamação que lhe é feita, tanto mais quando não é aceitável a presunção de que o Congresso do Estado discutisse e votasse uma lei contrária em uma de suas partes à Constituição da União. À vista do que vem de expender, o Governo confia que a Associação Comercial o auxiliará na execução das leis em vigor, encaminhando, se lhe convier, oportunamente as suas reclamações ao Congresso do Estado.<sup>1179</sup>

Em 1899, ocorreu uma divergência entre o chefe do partido governista, Vicente Machado, e a Associação Comercial. Nessa ocasião, a ACP demandava que o imposto do selo sobre atos administrativos fosse pago apenas à União. No entendimento dos empresários, o pagamento da taxa ao Governo do Paraná era indevido. Por consequência, a ACP enviou uma representação ao ministro da Fazenda, Joaquim Murтинho, para sugerir a extinção desse duplo pagamento. O encaminhamento de reivindicações a ministros de Estado era, pois, uma prática comum dos dirigentes da ACP. Em algumas ocasiões, os ministros solicitavam o parecer das associações comerciais a respeito de temas como o preço das tarifas que as empresas públicas cobravam pelos seus serviços.<sup>1180</sup>

Dentre esses atos administrativos sujeitos ao imposto do selo, constavam a abertura, rubrica e encerramento de livros comerciais.<sup>1181</sup> Na época, era obrigatório o pagamento do imposto à União e aos governos estaduais. O Vicente Machado, em discurso pronunciado no Congresso Legislativo do Paraná no dia 17 de fevereiro de 1899, criticou essa pretensão da ACP. Machado advogava que os governos estaduais deveriam conservar a prerrogativa de cobrar aquele imposto.

A esse respeito, Machado observou que “Parece-lhe que está em erro esta corporação [ACP], e está em erro porquanto tem contra si não a opinião isolada do Estado do Paraná, mas

---

<sup>1179</sup> *Id.* Ao passo que houve ocasiões nas quais ocorreu o distanciamento entre as entidades de classe e os gestores públicos, existiram também momentos em que os membros dessas entidades buscaram aproximar-se dos gestores. Em 1929, membros de distintas entidades de classe, como a Sociedade Nacional de Agricultura, reuniram-se com o presidente Washington Luís. Nessa oportunidade, eles declararam apoio à gestão do presidente da República. *A República*, 21 de novembro de 1929, n. 272, p. 1. De outra parte, cumpre ressaltar que, em 1930, o Centro do Comércio e Indústria do Rio de Janeiro aproximou-se do então presidente do Paraná, Affonso Alves de Camargo. Mais especificamente, os integrantes do Centro agradeceram Camargo pelas propostas que apresentara, naquele ano, em sua *Mensagem* enviada ao Congresso Legislativo do Paraná. Entre as medidas que previa neste documento, estavam estimular a produção de trigo e da erva-mate, bem como promover melhorias nas estradas. *A República*, 27 de março de 1930, n. 70, p. 3. De sua parte, o Centro do Comércio e Indústrias de Madeiras de São Paulo também aprovou as propostas do presidente Camargo. Em seguida, concederam a este político o título de sócio honorário da entidade. *A República*, 29 de março de 1930, n. 72, p. 3.

<sup>1180</sup> Em 1906, por exemplo, o ministro da Viação e Obras Públicas, Miguel Calmon, solicitou que a ACP apresentasse uma posição sobre as tarifas cobradas pelo Lloyd Brasileiro. *A República*, 21 de novembro de 1906, n. 275, p. 2. Em seguida, a ACP promoveu uma reunião na qual esse tema foi debatido. *A República*, 24 de novembro de 1906, n. 278, p. 2.

<sup>1181</sup> *A República*, 14 de março de 1899, n. 58, p. 2.

a de todos os poderes públicos de todos os Estados da União”.<sup>1182</sup> Ao mesmo tempo, ele salientou que o Ministério da Fazenda não poderia solucionar a questão: “Não vê o orador o meio prático de poderem prevalecer as pretensões da Associação Commercial, neste particular, por meio de uma representação”.<sup>1183</sup> De fato, a representação dos empresários paranaenses ao Ministério da Fazenda não surtiu efeito. Em 1900, os governos estaduais ainda possuíam a prerrogativa de cobrar o mencionado imposto.<sup>1184</sup>

\*\*\*

Nesse quadro, o poder econômico dos negociantes não era suficiente para viabilizar suas demandas junto ao Governo Estadual. Nesse sentido, verifica-se que existiam limites para que os interesses corporativos de membros da elite econômica regional, cujos membros também pertenciam ao jogo partidário, fossem atendidos. Por outro lado, é necessário destacar a existência de aproximações entre as entidades de classe e os componentes da elite política paranaense. Tal aproximação permitia aos membros dessas entidades a obtenção de recursos para a divulgação dos seus produtos.

Em 1911, por exemplo, o Congresso Legislativo aprovou uma emenda orçamentária que autorizava o Governo do Paraná a empregar a quantia de cinco contos de réis para financiar uma exposição que seria organizada naquele ano pelo Centro Comercial e Industrial de Ponta Grossa.<sup>1185</sup> Nessa ocasião, o Congresso Legislativo também aprovou uma emenda orçamentária que autorizava o Governo Estadual a despender a quantia de 2.500 contos de réis para subsidiar o funcionamento da Sociedade de Agricultura do Paraná.<sup>1186</sup> As atividades desempenhadas por tais entidades interessavam a membros de distintos setores da elite social paranaense. Assim, essas atividades aproximavam, ainda que circunstancialmente, os componentes de diferentes gerações da elite política regional.<sup>1187</sup>

\*\*\*

<sup>1182</sup> *A República*, 15 de março de 1899, n. 59, p. 2.

<sup>1183</sup> *A República*, 16 de março de 1899, n. 60, p. 2.

<sup>1184</sup> *A República*, 24 de junho de 1900, n. 138, p. 1.

<sup>1185</sup> *A República*, 02 de setembro de 1911, n. 207, p. 4.

<sup>1186</sup> *A República*, 28 de setembro de 1911, n. 228, p. 3.

<sup>1187</sup> Em 1892, quando a Sociedade Estadual de Agricultura do Paraná foi criada, o presidente da entidade, Victor Ferreira do Amaral (1862-1953) comunicou essa criação a Jesuino Marcondes de Oliveira e Sá, que na época residia na cidade suíça de Genebra. Nesse contexto, Victor do Amaral já pertencia ao grupo partidário governista instalado no Paraná. De sua parte, Marcondes enquadrava-se na condição de membro do grupo de chefes partidários que foram destituídos de seus postos na vida política e administrativa em virtude da implantação da República. Ao receber a notícia da fundação da aludida Sociedade, Marcondes enviou uma carta a Amaral. Nessa missiva, ele afirmou: “O campo de ação da Sociedade de Agricultura é imenso; tudo ahi está por crear; os meios são escassos, mas com dedicação constante e duradoura os resultados são optimos. [...] Estou certo de que a Sociedade de Agricultura do Paraná porá o seu maior empenho em fomentar a indústria pastoril, tão estritamente ligada à agricultura”. *A República*, 16 de janeiro de 1898, n. 12, p. 1.

A defesa de interesses econômicos pelas entidades de classe gerava o distanciamento, ainda que circunstancial, entre os negociantes e os chefes políticos que comandavam do Governo do Estado. A defesa daqueles interesses, portanto, era suficiente para afastar indivíduos que compunham o mesmo grupo partidário. Esse afastamento era um indício de que, ao tempo da Primeira República, havia uma autonomia dos gestores públicos em relação às pretensões da elite econômica.

Um dos episódios desse afastamento ocorreu em 1904. Nessa ocasião, os negociantes ervateiros moviam oposição à Lei Estadual de Equiparação, a qual foi sancionada pelo presidente do Paraná, Vicente Machado, no ano de 1902. Em síntese, essa lei determinava que os negociantes que exportavam distintas modalidades de erva-mate (a beneficiada e a cancheada) pagariam o idêntico valor do imposto referente à exportação do produto. João Guilherme opôs-se à aprovação dessa lei.<sup>1188</sup>

Esse negociante acentuou que a proteção conferida pela lei à da exportação da erva cancheada gerou entraves para o crescimento da exportação da erva beneficiada. Segundo João Guilherme, tal dispositivo iria reduzir a produção ervateira no Estado, assim como estimularia os negociantes a transferirem os seus engenhos para a Argentina. De acordo com João Guilherme, a economia paranaense sofreria impactos negativos em virtude das determinações dessa lei. Contudo, nos anos seguintes à sanção dessa lei ocorreu o aumento das exportações do mate paranaense.<sup>1189</sup>

O jornal *A República*, defensor do partido situacionista e das ações administrativas de Vicente Machado, publicou um editorial para refutar as críticas de João Guilherme. Segundo o editorialista desse periódico, João Guilherme incorria em equívoco, visto que depois a partir da vigência da Lei de Equiparação houve o aumento da exportação dos diferentes gêneros da erva.<sup>1190</sup>

Na edição publicada no dia seguinte, o redator de *A República* voltou a refutar as críticas que João Guilherme fizera à Lei de Equiparação. O principal propósito do novo editorial era refutar o argumento segundo o qual tal Lei poderia favorecer o decréscimo da produção ervateira no Paraná. Desse modo, o editorialista pretendia demonstrar que os

---

<sup>1188</sup> Acerca da política tributária adotada pelo Governo do Paraná durante a Primeira República, ver CASSOL, Ernesto. *Política tributária do Paraná na Primeira República (1890-1930)*. Dissertação (Mestrado em História). Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1974.

<sup>1189</sup> OLIVEIRA, Maria Correia de. *Estudo da erva-mate no Paraná: 1939-1967*. Dissertação (Mestrado em História). Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1974, p. 19.

<sup>1190</sup> *A República*, 31 de maio de 1900, n. 125, p. 1.



principais negociantes do Estado continuavam a expandir as suas atividades relativas à indústria ervateira.<sup>1191</sup> Nos anos finais da Primeira República, a Associação Comercial de Paranaguá permaneceu na condição de uma entidade cujos membros pressionavam, por exemplo, a Prefeitura de Paranaguá e o Governo Federal para a viabilização de determinados interesses econômicos. A reivindicação em favor da redução de impostos era uma das demandas mais frequentes dessa entidade.

Segundo *A República*, em agosto de 1909 o ministro da Fazenda, Leopoldo Bulhões, estava a estudar uma proposta dessa instituição a respeito da redução de tarifas.<sup>1192</sup> Para a concretização dessas demandas, a Associação Comercial de Paranaguá solicitava o auxílio de entidades de classe sediadas no Rio de Janeiro.<sup>1193</sup> Ao mesmo tempo, os membros da corporação de empresários de Paranaguá também exigia a realização de melhorias nas estradas.<sup>1194</sup>

Nesse momento, Associação Comercial do Paraná e a Associação Comercial de Paranaguá buscavam viabilizar os interesses de seus filiados por meio do contato com autoridades estaduais e federais. A defesa de medidas econômicas protecionistas também pertencia ao repertório de propostas que a ACP enviava às autoridades estaduais e federais.<sup>1195</sup>

---

<sup>1191</sup> *A República*, 1º de junho de 1904, n. 126, p. 1.

<sup>1192</sup> *A República*, 04 de agosto de 1909, n. 169, p. 2.

<sup>1193</sup> Os integrantes dessas entidades de maior porte possuíam a faculdade de intermediar demandas junto a agentes da administração federal. Em janeiro de 1903, a Associação Comercial do Rio de Janeiro encaminhou um ofício ao ministro da Viação e Obras Públicas, Lauro Muller. Nesse ofício, era solicitado que o ministro dedicasse atenção a uma representação da Associação Comercial de Paranaguá. Nessa representação, os empresários dessa localidade defendiam a redução das tarifas da Estrada de Ferro do Paraná. *A República*, 28 de janeiro de 1903, n. 23, p. 2. Em agosto de 1903 houve uma reunião entre o 1º secretário da Associação dos Empregados do Rio de Janeiro e o ministro Lauro Muller. Em virtude de um pedido da Associação Comercial de Paranaguá, o 1º secretário da Associação dos Empregados discutiu com o ministro Muller a questão das tarifas sobre a exportação do pinho e de outras madeiras do Paraná. *A República*, 13 de agosto de 1903, n. 181, p. 2.

<sup>1194</sup> No ano de 1930, a Associação Comercial de Paranaguá permanecia como uma instituição direcionada a pressionar gestores públicos a realizar dos pleitos econômicos de seus associados. Ao passo que no princípio da República existiram dificuldades para a implantação desses pleitos, no fim da Primeira República notou-se que houve políticos que encamparam as propostas da elite econômica reunida naquela Associação. Em 1930, o então prefeito de Paranaguá, Dídio Iratim Affonso da Costa, mostrou-se favorável a uma demanda emanada daquela Associação. Essa demanda era a realização de reparos na Estrada de Morretes. *A República*, 29 de junho de 1930, n. 143, p. 12. Nessa época, funciona em Antonina uma associação de comerciante, a qual era denominada Centro do Comércio e Indústrias de Antonina, a qual fora criada em 1917. *A República*, 02 de julho de 1917, n. 153, p. 2. Em 1930, o presidente dessa instituição era Ermelino Agostinho de Leão. *A República*, 21 de janeiro de 1930, n. 17, p. 7. Enfim, verifica-se que nos anos finais da Primeira República a elite econômica do litoral paranaense permanecia congregada em instituições voltadas a pressionar os gestores públicos para a concretização de determinadas demandas.

<sup>1195</sup> Nesse quadro, trata-se de salientar que, em 1909, a ACP encaminhou um ofício ao presidente da República, Nilo Peçanha. Nesse ofício, os dirigentes da entidade reclamavam contra um projeto em elaboração no Senado. Tal projeto concedia isenção de impostos a materiais importados para a construção de casas de operários. No

Desde a sua criação, em 1890, essa entidade se incumbia de intermediar junto àquelas autoridades a concretização de demandas dos comerciantes. A leitura do primeiro parágrafo do Artigo 3º do Estatuto da ACP permite corroborar este argumento: “Estreitar a convivência e relações de classes de que se compõe e promover tudo quanto for em bem de seus interesses, representando legal e pacificamente aos poderes da República e do Estado contra os vexames e estorvos que prejudicarem os seus legítimos interesses e o seu desenvolvimento, sendo-lhe, porém, vedada qualquer demonstração política”.<sup>1196</sup>

A primeira demanda elaborada pela ACP foi encaminhada ao ministro da Fazenda, Rui Barbosa. Em julho de 1890, os integrantes da entidade solicitaram que o ministro determinasse a incorporação do Paraná na zona bancária do Estado de São Paulo.<sup>1197</sup> Nessa época, a ACP era presidida pelo barão do Serro Azul. Em tal contexto, a entidade começou a enviar suas reivindicações do Governo do Paraná. Em julho de 1890, a entidade também endereçou ao governador Américo Lobo uma solicitação. Os dirigentes da instituição requeriam que governador mantivesse o seu ato pelo qual criava postos de cobrança de impostos (*barreiras*) no município do Rio Negro, o qual está localizado na divisa entre os estados do Paraná e Santa Catarina. Os componentes da ACP defendiam que tal medida aumentaria as rendas do Estado e permitiria que os produtos paranaenses, notadamente a erva-mate, competissem em igualdade de condições com os produtos oriundos de Santa Catarina.

Nessa época, existia uma afinidade de interesses entre os empresários e o Governo do Paraná. De um lado, os empresários ambicionavam aumentar a participação dos seus produtos em mercados consumidores do Brasil. O Governo apoiava tal projeto. De outro lado, o Governo procurava meios para aumentar a sua arrecadação. Nessa época, os empresários não se opunham a essa pretensão. Nesse quadro, Lobo encaminhou ao ministro do Interior, Cesário Alvim, um ofício para informar que o seu ato administrativo encontrava respaldo na

---

entendimento da ACP, essa isenção causaria grande prejuízo ao comércio do pinho paranaense. *A República*, 31 de agosto de 1909, n. 192, p. 2. No referido ano, a ACP endereçou outro ofício ao presidente Peçanha. Nesse ofício, elogiava-se a decisão do presidente de nacionalizar e desenvolver a indústria de ferro do Brasil. Trata-se, portanto, de um indício da inclinação dos membros daquela entidade em defender a proteção à indústria nacional, em detrimento da competição com empresas estrangeiras. *A República*, 28 de julho de 1909, n. 161, p. 2.

<sup>1196</sup> *A República*, 07 de outubro de 1890, n. 232, p. 2. Contudo, a ACP, em suas origens, também funcionava como uma sociedade de socorro mútuo. Assim, ela era destinada a prover a manutenção dos associados que se encontrassem em dificuldades econômicas. Conforme o segundo parágrafo do Artigo 3º do Estatuto da ACP, uma das finalidades dessa instituição era: “Criar, por meio de verba especial tirada da receita da Associação, ou por donativos, um fundo destinado a socorrer os sócios que cahirem na indigência, ou as suas famílias, se por falecimento daquelles estas ficarem sem meios de subsistência, cumprimento à administração fazer a administração dos socorros”. *Id.*

<sup>1197</sup> *A República*, 2 de julho de 1890, n. 153, p. 3.

classe dos negociantes paranaenses. No ofício enviado ao ministro do Interior, Lobo ressaltou que o seu ato administrativo era encarado pelos membros da ACP como uma forma de impedir que “os productos paranaenses concorram aos mercados consumidores com preços desiguaes; e enorme prejuízo ao thesouro”.<sup>1198</sup>

Em outubro de 1890, a ACP endereçou nova demanda ao Governo do Paraná, que na época era comandado por Serzedelo Correia. Esse militar assumira o cargo de governador em agosto daquele ano. Os membros dessa entidade solicitaram que Correia intercedesse junto ao Governo Provisório para que o Paraná fosse desligado da sede comercial de São Paulo. Tal medida implicava retirar o Paraná da condição de membro da Junta Comercial de São Paulo e criar uma Junta Comercial no Estado. Conforme salientado no capítulo primeiro, a instalação da Junta Comercial do Paraná ocorreu em 1892. De sua parte, Serzedelo Correia comprometeu-se a apresentar a proposta ao Governo Provisório.<sup>1199</sup>

Desse modo, a ACP, em suas origens, buscou se aproximar dos chefes do Executivo Estadual. Assim, essa entidade concedeu a Serzedelo Correia o título de sócio honorário.<sup>1200</sup> Entretanto, no decorrer da Primeira República as relações entre os negociantes e os presidentes do Paraná tornaram-se marcadas por divergências.

\*\*\*

Nesse quadro, a formulação de críticas à criação de impostos era um elemento característico da atuação de João Guilherme como presidente da Associação Comercial do Paraná, nos anos 1910. Essas críticas assumiram um significado político, visto que nesse período ele era um dos líderes da oposição ao partido que comandava o Governo do Paraná. Em 1919, João Guilherme, em artigo publicado na *Revista* da ACP, criticou uma medida do então presidente do Paraná, Affonso Camargo. Tal medida consistia em criar o Imposto do Comércio em substituição ao Imposto de Patente Comercial.<sup>1201</sup> O editorialista de *A República* comentou essa crítica.

Por um lado, esse comentário evidencia que naquele momento os negociantes, em sua maior parte, eram aliados do presidente do Estado. Portanto, a ACP de meados dos anos 1910 não pode ser encarada como um órgão de oposição ao Governo Estadual. Por outro lado, esse comentário também evidencia que o controle sobre a gestão de uma entidade de classe

---

<sup>1198</sup> *A República*, 16 de julho de 1890, n. 165, p. 2.

<sup>1199</sup> *A República*, 07 de outubro de 1890, n. 232, p. 2.

<sup>1200</sup> *A República*, 28 de julho de 1909, n. 161, p. 2.

<sup>1201</sup> A respeito do contexto econômico no qual ocorreu a extinção do Imposto de Patente Comercial, ver SANTANA, Ana Lúcia Jansen de Mello. *Tributação versus constitucionalidade: um estudo de caso no Paraná (1892-1918)*. Dissertação (Mestrado em História). Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1988.

possuía uma operacionalidade política. Os presidentes dessas instituições poderiam emitir suas opiniões, por exemplo, por meio da publicação de artigos veiculados nos periódicos publicados pelas entidades que comandavam:

Aos factos demonstrados publicamente não se pode opor um artigo da Revista da Associação Comercial, que está sob a presidência do Coronel João Guilherme Guimarães, chefe oposicionista e tio do Sr. Alencar Guimarães. E nem procede o argumento daquele jornal se opondo, no artigo citado, ao imposto do Comércio, pois que este, dentro dos moldes constitucionais, veio substituir o inconstitucional imposto de Patente Comercial, pelo qual o Sr. Alencar Guimarães tantas vezes se bateu no Congresso do Estado. E vê-se que o artigo transcrito daquela Revista não é um artigo emanado das classes conservadoras, cuja absoluta maioria está ao lado do Governo, mas de um apaixonado político que inventa factos para chegar à conclusão da decadência do Estado quando este, nas suas diversas manifestações de trabalho cresce assombrosamente.<sup>1202</sup>

Dessa maneira, eram multifacetadas as demandas que as entidades de classe encaminhavam aos gestores públicos ao tempo da Primeira República. Em geral, os gestores das associações comerciais reivindicavam que os governantes berrassem o aumento de impostos e também determinavam a definição de critérios de fiscalização de produtos. Os administradores públicos que se comprometiam a diminuir o valor dos impostos eram encarados como aliados pelos membros das entidades de classe. Dessa forma, é necessário destacar que, em 1918, o prefeito de Curitiba, João Antônio Xavier, foi felicitado por uma comissão de membros da ACP. Essa felicitação era decorrente do fato de que Xavier comprometera-se a reduzir impostos.<sup>1203</sup> Nessa época, uma das prerrogativas da ACP era discutir com o Governo do Paraná as condições para os comerciantes realizarem o pagamento de impostos. Em 1909, por exemplo, os dirigentes dessa associação negociaram as condições para o pagamento do Imposto de Patente Comercial.<sup>1204</sup>

Os dirigentes das associações comerciais comumente reclamavam que estavam em vigor critérios de fiscalização abusivos.<sup>1205</sup> Nesse contexto, as maiores entidades de classe existentes no país também conseguiam inserir as suas demandas na pauta das reuniões de

---

<sup>1202</sup> A REPÚBLICA. *Política paranaense: réplica às acusações feitas pelo Senador Alencar Guimarães ao Sr. Presidente Affonso Camargo*. Curitiba: Typographia de *A República*, 1919, pp. 53-54.

<sup>1203</sup> *A República*, 22 de abril de 1918, n. 95, p. 2.

<sup>1204</sup> *A República*, 30 de setembro de 1916, n. 229, p. 2.

<sup>1205</sup> Para corroborar este argumento, é necessário salientar que, em reunião ocorrida março de 1922, os membros do Centro do Comércio e Indústria do Rio de Janeiro decidiram enviar um telegrama ao presidente da República. Nesse telegrama, reclamariam que sobre o modo como a Inspeção de Fiscalização de Gêneros Alimentícios estava a realizar a inspeção do padrão da acidez dos vinhos. Naquele momento, os critérios adotados pela Inspeção impediam que muitos vinhos importados pudessem ser comercializados. *A República*, 22 de março de 1922, n. 68, p. 2.

órgãos da administração estadual e federal.<sup>1206</sup> Em suma, cabe destacar que a existência das instituições de classe era operacional para a ação conjunta em favor da concretização de anseios dessa classe.<sup>1207</sup> Existia, pois, uma aproximação entre as entidades de classe na Primeira República. Nesse contexto, as entidades dotadas de maior porte atuavam em defesa de entidades menores, localizadas nos municípios interioranos.<sup>1208</sup> Os dirigentes das entidades de maior porte, como o Centro do Comércio e Indústrias do Rio de Janeiro, eram responsáveis por receber as demandas das entidades que funcionavam nos estados e também por articular a sua concretização junto ao Governo Federal.<sup>1209</sup>

\*\*\*

A existência desse antagonismo entre João Guilherme e o governador Vicente Machado não implicou uma imediata desvinculação desse indivíduo em relação ao grupo governista. No fim dos anos 1900, o Governo do Estado concedeu a João Guilherme Guimarães, Leopoldino de Abreu e Pedro Aloys Scherer um privilégio econômico. Este privilégio consistia na autorização, pelo período de cinquenta anos, para construir e gerir estrada de ferro que realizasse tanto a ligação entre o Porto de Antonina e Jaguariaíva, passando pelo município de Cerro Azul, como a ligação entre o Porto de Guaraqueçaba e a cidade de Castro.<sup>1210</sup> Essa obra, contudo, não se concretizou.

Contudo, as divergências entre Vicente Machado e João Guilherme solaparam a influência que esse negociante exercia sobre a vida política de Paranaguá. Por consequência, houve a emergência de novas lideranças na região. Um dos políticos que obtiveram maior

<sup>1206</sup> A esse respeito, cabe destacar que, em reunião ocorrida novembro de 1919, os membros do Conselho de Fazenda discutiram a respeito de uma representação enviada pelo Centro do Comércio e Indústria do Rio de Janeiro. Tal representação solicitava esclarecimentos sobre as regras de rotulagem dos produtos industrializados. Em virtude dessa representação, o Conselho da Fazenda especificou as regras acerca da rotulagem.

<sup>1207</sup> A primeira medida dos fundadores do Centro do Comércio e Indústrias de Antonina foi telegrafar ao Lloyd Brasileiro para solicitar a vinda de um navio cargueiro que transportasse a erva-mate acondicionada no porto daquela cidade. *A República*, 02 de julho de 1917, n. 153, p. 2. Desse modo, a busca pelos melhoramentos nas formas de escoamento da produção agrária era uma pretensão fundamental dos membros das associações comerciais.

<sup>1208</sup> Em 1920, por exemplo, o Centro do Comércio e Indústria do Rio de Janeiro intermediou o envio, ao presidente Epitácio Pessoa, de um telegrama a ele endereçado pelos membros da Associação Comercial de Mossoró, no Rio Grande do Norte. Esse telegrama continha uma reclamação contra aumento do valor do frete do algodão realizado pelas embarcações do Lloyd Brasileiro. *A República*, 14 de julho de 1920, n. 166, p. 2. As conexões entre empresários estabelecidos em diferentes Estados brasileiros são evidenciadas em uma notícia publicada em *A República*, em julho de 1929. Nessa ocasião, membros do Centro do Comércio de Madeira de São Paulo reuniram-se, em Curitiba, com empresários do setor madeireiro do Paraná. Eles discutiram sobre os seus interesses econômicos comuns. *A República*, 13 de julho de 1929, n. 162, p. 1.

<sup>1209</sup> Em dezembro de 1919, houve, no Centro do Comércio do Rio de Janeiro, uma reunião à qual compareceram membros de diferentes instituições de classe. Em tal reunião foi lida a representação que seria enviada ao ministro da Fazenda. Tal representação era um protesto contra novas regras acerca da cobrança do imposto sobre o consumo. *A República*, 29 de dezembro de 1919, n. 298, p. 2.

<sup>1210</sup> *A República*, 10 de novembro de 1908, n. 264, p. 1.

expressão na vida partidária em virtude da derrocada de João Guilherme foi o negociante Theodorico Júlio dos Santos. Esse indivíduo era um antigo aliado de João Guilherme.

Desde o início da Primeira República, eles revezavam-se no exercício de cargos da administração municipal. Em 1892, por exemplo, Theodorico Júlio dos Santos foi dispensado pelo presidente do Estado do posto de presidente da Câmara Municipal, pois fora nomeado 1º Juiz Distrital de Paranaguá. Em substituição àquele negociante, o presidente nomeou a João Guilherme Guimarães.<sup>1211</sup>

Tal informação possibilita constatar a ingerência dos presidentes de Estado sobre a gestão de Câmaras Municipais no limiar da República. Por outro lado, acerca do revezamento dos negociantes em postos da administração municipal de Paranaguá, cabe salientar que Theodorico dos Santos foi o sucessor de João Guilherme no cargo de prefeito de Paranaguá, em 1900. Em 1925, ao redigir o obituário de Theodorico dos Santos, o editorialista do jornal *O Estado do Paraná* destacou que o crescimento do poder desse indivíduo no jogo partidário regional era decorrente da proscrição política de João Guilherme:

Com a proclamação da República, organizado o Partido Republicano Federal pelo saudoso Dr. Vicente Machado, a política do litoral passou ser dirigida pelo Cel. João Guilherme Guimarães, em cuja direção o Cel. Theodorico dos Santos era ouvido não como um simples soldado portador apenas do seu voto, mas sim como um forte esteio do partido e já amparado por grandes elementos. Surgiu anos depois uma desinteligência política entre o prestigioso Cel. João Guilherme e o Dr. Vicente Machado e desse rompimento natural nas agremiações políticas, resultou a ascensão do Cel. Theodorico dos Santos, na qualidade de chefe supremo da política local.<sup>1212</sup>

O crescimento da influência de Theodorico no cenário político estadual é evidenciado pelo seu pertencimento ao grupo dirigente do Partido Republicano Paranaense, no fim dos anos 1900.<sup>1213</sup> Nos anos finais da Primeira República, os negociantes de Paranaguá que exerceram mandatos ao Congresso Legislativo do Paraná ainda se voltavam à apresentação de projetos relacionados à vida comercial daquela localidade. Esses projetos não visavam apenas proteger os interesses econômicos dos negociantes. Antes, eles também eram destinados a permitir que o Governo do Estado subsidiasse a formação de empregados do comércio.

Nesse sentido, a preocupação em salvaguardar interesses de um grupo profissional – os negociantes – e em capacitar jovens para o exercício de profissões relacionadas ao comércio eram elementos centrais da atividade parlamentar de negociantes como Domingos

---

<sup>1211</sup> *A República*, 26 de julho de 1892, n. 720, p. 1.

<sup>1212</sup> *O Estado do Paraná*, 25 de março de 1925, n. 63, p. 2.

<sup>1213</sup> *A República*, 22 de abril de 1907, n. 93, p. 1.

Soriano da Costa, que atuou no Congresso do Paraná nos anos 1920. Em 1922, por exemplo, ele propôs uma lei que autorizava o Governo do Estado a restabelecer o funcionamento do Instituto Comercial de Paranaguá. Essa lei foi aprovada pelo referido Congresso.<sup>1214</sup> Houve, portanto, marcante identificação entre os interesses econômicos e a natureza de sua atuação legislativa dos deputados estaduais provenientes do litoral paranaense.

\*\*\*

Nas décadas seguintes, João Guilherme acomodou-se na posição de notabilidade local. Ele se dedicava a atividades que guardam uma semelhança com as atividades desenvolvidas por seu pai no contexto do Império. Essas atividades, por um lado, reforçavam o prestígio desse indivíduo na sociedade de Paranaguá. Por outro lado, elas não permitiam uma recuperação da influência que detivera nos primeiros anos da República. Cabe destacar, pois, que João Guilherme era um dos organizadores da festa de Nossa Senhora do Rocio em Paranaguá. Trata-se de uma manifestação devocional cuja organização, na Primeira República, era também controlada por outros coronéis, tais como Alberto Gomes Veiga (1858-1931) e Joaquim Soares Rodrigues.<sup>1215</sup>

O afastamento de um sobrinho de João Guilherme – o citado Manuel de Alencar Guimarães – do grupo político governista, nos anos 1910, evidenciou que aquele negociante conservou, nos seus anos derradeiros, a prerrogativa de consolidar localmente os planos eleitorais de lideranças políticas de maior projeção. Nesse contexto, João Guilherme tornou-se uma liderança oposicionista em Paranaguá. Cumpre demonstrar, contudo, que essa condição de oposicionista de João Guilherme e de Manuel de Alencar Guimarães era referente apenas ao universo político do Paraná. Esses indivíduos continuaram alinhados com o esquema partidário governista vigente na esfera nacional.

Por fim, será demonstrado que o adesismo foi um elemento peculiar ao epílogo dos percursos políticos de membros dessa parentela, assim como foi peculiar ao epílogo das carreiras partidárias de membros da família Correia. Mais amplamente, na seção seguinte do presente capítulo demonstra-se que ambas as parentelas não conseguiram permanecer na condição de membros de partidos de oposição aos Governos Estadual e Federal. Em suma, cumpre ser evidenciado que as elites regionais que perdiam espaço no cenário político não obtiveram sucesso na tarefa de consolidar uma agremiação que se apresentasse como uma alternativa ao partido situacionista.

---

<sup>1214</sup> *A República*, 24 de maio de 1922, n. 120, p. 2.

<sup>1215</sup> *A República*, 04 de outubro de 1911, n. 233, p. 3.

### 5.3. – A família Guimarães e as limitações da atividade política dos opositores no Paraná

Alencar Guimarães foi um dos principais líderes da Coligação Republicana, entre os anos de 1908 e 1915. Tal condição permitiu-lhe exercer marcante influência no jogo partidário paranaense e na gestão de esquemas de nomeações estaduais. Nesse contexto, os parentes de Alencar Guimarães estavam acomodados em cargos comissionados do Paraná. Esses parentes estavam desigualmente posicionados na hierarquia da administração paranaense.

Havia parentes de Alencar Guimarães que desempenhavam funções mais subalternas, tais como o cargo de escriturário da Alfândega de Paranaguá. Nessa época, alguns membros das antigas parentelas da elite local, como Zenon Pereira Leite, consideravam que a conquista de um cargo na Alfândega era mais urgente do que a realização de um curso superior.<sup>1216</sup> Ao mesmo tempo, alguns dos parentes de Alencar Guimarães ocupavam cargos que garantiam maior poder político, tais como o cargo de vice-presidente do Paraná. Em 1910, o articulista de *O Estado de S. Paulo* elaborou um levantamento dos cargos ocupados pelos parentes de Alencar Guimarães. Ainda, esse redator mencionou os valores dos salários que esses parentes recebiam pelo exercício dos cargos comissionados.

Segundo o editorialista, a família Guimarães formava a *oligarquia nacarina*, isto é, o grupo composto pelos descendentes do Visconde de Nácar. Por fim, o redator evidencia uma semelhança entre vida política paranaense e a vida política de estados das regiões Norte e Nordeste. O exacerbado poder político de algumas parentelas era um aspecto que o Paraná tinha em comum com os estados das aludidas regiões:

Manuel de Alencar Guimarães (neto do visconde de Nácar), senador, 8 meses de subsídio.....	20:000\$000
Subsídio como deputado estadual.....	1:800\$000
Cândido Ferreira de Abreu (primo de Alencar Guimarães), senador.....	20:000\$000
João Guilherme Guimarães (“rei de Paranaguá” e futuro Prefeito), tio de Alencar Guimarães.....	[Não informado]
Claro Américo Guimarães, segundo vice-presidente do Estado (tio de	

<sup>1216</sup> Em 1913, Zenon Leite, então com a idade de 24 anos, foi nomeado pelo Governo Federal para o cargo de segundo escriturário da Alfândega de Paranaguá. Em seguida, trancou a matrícula do curso de Direito que realizava na Universidade do Paraná. *A República*, edições de 19 de fevereiro e 1º de setembro de 1913. Cumpre destacar que Zenon Leite era neto de um antigo inspetor da Alfândega de Paranaguá, a saber, o citado Leocádio Pereira da Costa. Portanto, a nomeação de Zenon Leite para o referido cargo corrobora o argumento, sustentado nesta tese, de que, do Império à República, os membros de sua parentela ambicionavam ingressar como funcionários da Alfândega de Paranaguá. Assim, o ingresso na condição de funcionários públicos foi o destino comum a uma parentela cujos membros controlavam o Partido Liberal naquela cidade.



Alencar Guimarães).....	[Não informado]
João B. Costa Carvalho (cunhado de Alencar), desembargador e chefe de Polícia.....	10:000\$000
João Guimarães (irmão de Alencar), escripturario da E. de Ferro Rocinha.....	2:400\$000
Adolpho Guimarães Filho (sobrinho de Alencar), alferes de Polícia.....	3:000\$000
Manuel Francisco Correia (primo de Alencar), inspector de colonização.....	9:000\$000
Múcio Ferreira de Abreu (primo de Alencar), lançador de impostos.....	5:400\$000
Ascânio Ferreira de Abreu (primo de Alencar), director da Pinitenciária.....	4:800\$000
José M. Ferreira de Abreu (primo de Alencar), oficial das Obras Públicas.....	3:120\$000
Augusto Ferreira de Abreu (primo de Alencar), escripturario da colônia “Vera Guarany”.....	3:600\$000
Joaquim Miró (primo de Alencar), escripturario da Alfândega de Paranaguá.....	4:800\$000
João Vianna (sobrinho de Alencar), escripturario da Alfândega de Paranaguá.....	4:800\$000

Isto tudo sem contar os arranjos, a vasta advocacia administrativa e as concessões dadas ao Congresso etc., etc. Decididamente, é esta a República sonhadas pelos Acciolys [Ceará], Maltas [Alagoas], Nerys [Amazonas] e pelo pagé Alencar Guimarães<sup>1217</sup>

Porém, o esgotamento do poder político de Alencar Guimarães ocorreu durante os anos 1910. Ou seja, a unidade entre os principais líderes governistas do Paraná perdurou durante as três primeiras décadas do período republicano. No Estado de São Paulo, contudo, a cisão entre membros da ordem governista surgiu mais precocemente, nos anos 1900.<sup>1218</sup>

A história política do Paraná na Primeira República foi marcada por mudanças. Mais especificamente, foi marcada pela consolidação e colapso do poder de antigas elites provinciais. A essas elites destituídas do poder, restava envolverem-se em esquemas de nomeações estaduais e federais. Contudo, os cargos que eles conseguiam conquistar eram, em geral, temporários e politicamente pouco relevantes. Um dos motivos capitais do desligamento de Alencar Guimarães do partido governista, em dezembro de 1914, era a perda de sua influência na formação de chapas de candidatos. Nessa ocasião, o partido não acatou o veto que Alencar Guimarães impôs à candidatura de Luiz Bartolomeu de Souza e Silva a deputado federal.<sup>1219</sup>

Entretanto, Alencar Guimarães ressaltou, em seus pronunciamentos como deputado estadual, que a principal causa de seu afastamento em relação ao grupo político dominante no Estado era a sua discordância em relação ao modelo de gestão adotado pelo presidente Carlos Cavalcanti. Em suma, Alencar Guimarães afirmou que Cavalcanti contribuíra para arruinar as

<sup>1217</sup> *O Estado de S. Paulo*, 10 de junho de 1910, p. 16.

<sup>1218</sup> Ver: LÉVI-MOREIRA, Sílvia. *Liberalismo e democracia na dissidência republicana paulista: estudo sobre o Partido Republicano Dissidente de São Paulo, 1901-1906*. Tese (Doutorado em História). São Paulo: Universidade de São Paulo, 1991.

<sup>1219</sup> Acerca dos fatores da desvinculação de Alencar Guimarães da grei situacionista, ver GUIMARÃES, Manuel de Alencar. *Política do Paraná: discursos pronunciados pelo deputado Alencar Guimarães no Congresso Legislativo do Estado*. Curitiba: s/e, 1915.

finanças do Paraná. De outra parte, o então presidente teria aumentado de modo desnecessário o número de funcionários públicos.

Ao mesmo tempo, Guimarães argumentava que a gestão de Carlos Cavalcanti anunciava a execução de reformas administrativas que jamais se concretizavam. Nesse quadro, a economia regional passava por uma crise. Desse modo, Alencar Guimarães situava-se como um opositor da suposta ineficiência da administração de Cavalcanti. Nesse âmbito, o novo membro da oposição advogava que era necessário realizar mudanças substanciais no modelo da administração paranaense. Nesse quadro, seria preciso superar o estado de ineficiência administrativa. Uma das principais causas dessa ineficiência era o crescimento do *aparelho administrativo*. O aumento do contingente de funcionários públicos seria uma das causas das dificuldades econômicas enfrentadas pelo Estado.

No entendimento de Alencar Guimarães, o Governo do Paraná aumentara de modo desnecessário as suas despesas. Ao mesmo tempo, as ações administrativas do Governo do Paraná não teriam alcançado êxito. Portanto, o crescimento da dívida estadual e a ineficiência dos serviços públicos seriam as principais marcas da crise econômica paranaense no contexto dos anos 1910. A esse respeito, leia-se o seguinte trecho do discurso que ele proferiu no Congresso Legislativo a 18 de fevereiro de 1915. Nesse discurso, Alencar Guimarães realizou a leitura do seu *Manifesto ao Estado do Paraná*, elaborado a 22 de dezembro de 1914. Alencar Guimarães elaborou esse manifesto para expor as razões que o levaram a se desligar do partido governista. O excerto transcrito a seguir faz parte do aludido manifesto:

Mudaram, porém, os tempos, e com eles os homens que foram honrados com a nossa delegação, e se constituíram depositários de nossa confiança na administração do Estado e na sua direção política, esquecendo seus compromissos e as tradições, foram pouco a pouco tudo corrompendo e anarquizando de modo que hoje, decorridos apenas três anos, triste é dizê-lo, já não temos ordem administrativa, nem liberdade política. Da promissora prosperidade em que vivíamos, em evoluir lento, mas seguro e firme, que nos tornava risonho o futuro, passamos ao estado de inquietadora penúria em que nos debatemos hoje. O nosso aparelho administrativo, modesto e simples, mas inteligentemente organizado para a conveniente satisfação de todas as nossas necessidades, transformou-se nessa rica, luxuosa máquina de peças mal dispostas, mas de aparente perfeição que aí está a funcionar, consumindo todos os nossos recursos e as nossas energias, sem nada de útil produzir. [...] Não carecemos, para assegurar a nossa grandeza futura, com inteligente aproveitamento de tão vigorosos elementos de prosperidade, de consumir com a nossa organização administrativa dois terços de nossa receita, criando serviços sem oportunidade, ou ampliando os existentes sem as necessárias cautelas ou prova de sua insuficiência. Não são as grandes reformas, mal concebidas e aparatosamente traçadas, que melhoram e corrigem serviços mal feitos. A impressão que elas causam é sem dúvida de deslumbrante efeito; perturbam a visão, mas na realidade e em regra pouco ou quase nada melhoram, corrigem ou organizam. Exemplo frisante disso é o que se verifica entre nós. As reformas realizadas, os novos serviços criados, a ampliação dos existentes e o conseqüente e considerável aumento do funcionalismo, agravando os

nossos já pesados encargos do Tesouro, nada de útil produziram. Situação econômica a mesma, senão pior que a anterior; situação financeira desesperadora.<sup>1220</sup>

Nesse pronunciamento, ele também buscou ressaltar os efeitos deletérios do domínio político do PRP. Assim, ele destacou que esse domínio criava uma situação na qual os partidos se enfraqueciam. Nesse contexto, não haveria dissociação entre o Governo do Estado e o PRP. Por conseguinte, Alencar Guimarães entendia que era necessário combater o *oficialismo* que estaria a minar a liberdade política no Paraná. No seu entendimento, a principal tarefa a ser executada no Paraná era a regeneração dos costumes políticos, de modo a neutralizar os efeitos da hegemonia daquela agremiação partidária<sup>1221</sup>

Em 1919, Alencar Guimarães ainda era encarado pelos governistas como um político desprovido da legitimidade de criticar as ações administrativas do Governo Estadual. Essa falta de legitimidade não decorria apenas do fato de ele ter pertencido ao partido situacionista. Antes, o referido bacharel não poderia reivindicar para si a faculdade de lançar tais críticas porque nunca se dedicara a elaborar ideias programáticas originais. Assim, a sua carreira parlamentar seria caracterizada pela ausência de uma disposição para a discussão e proposição de medidas destinadas à transformação do cenário político e socioeconômico paranaense.

A análise das críticas que o editor de *A República* endereçou a Alencar Guimarães no ano de 1919 permite salientar que as lideranças políticas estaduais, na Primeira República, não se distinguiam pelo teor de suas ideias. Antes, existiam semelhanças acerca dos modos de gestão partidária que empregavam. Nesse quadro, um modelo centralização de administração de partidos era aplicado tanto por governistas quanto por oposicionistas.

Inicialmente, o aludido redator destacou que a atuação de Alencar Guimarães como deputado federal e senador jamais resultara na proposição de medidas em benefício do país e do Paraná. Leia-se, pois, o seguinte comentário do redator de *A República*:

S. Ex. transita pelo Parlamento da República há um quarto de século, sem que nesse largo lapso de tempo que coincide com quase todo o de nossa vida republicana, avistasse a oportunidade de interferir nos múltiplos debates e interesses nacionais que ali tiveram curso e solução, e quanto aos desprezíveis interesses ditos regionais, como se não fosse a soma desses interesses aquilo que para Nação representa a ordem e o progressos sistemáticos, deixou-os passar S. Ex. com a mesma impassibilidade e indiferença, de braços cruzados e boca fechada, na inconsciência dos seus deveres, como um pensionista do Estado graciosamente aquinhado pelo pingue subsídio e pela poltrona de rodas em que passeou sempre a sua inatividade de uma para outra Câmara da República! Que serviços aponta S. Ex. haver prestado à Nação ou ao Estado nos anos longos e ininterrompidos dos seus mandatos? Em que vez cumpriu os deveres do seu alto posto de nosso representante nas duas cortes políticas da República,

---

<sup>1220</sup> *Ibid.*, p. 7.

<sup>1221</sup> *Ibid.*, pp. 7-8.

usando da tribuna, senão agora, e assim mesmo não para defender, mas para acusar, e estritando-se com os seus pares o debater de um miúdo interesse da politicalha nacional! Foi preciso que a nossa evolução política pusesse à tona da situação atual do Estado novas correntes de inteligência e de observação, novos elementos surgissem no meio social da nossa atividade progressista e assim faltasse atmosfera para as nulidades fátuas como o Senador Alencar para que S. Exa, compreendendo que à si também toca o direito à palavra naquela assembleia donde se fala à Nação e deixasse a comodidade vistosa da mesa presidencial para a responsabilidade de uma atitude tribunícia antes tão ilustre e escolhido auditório.<sup>1222</sup>

Em síntese, os contendores de Alencar Guimarães enquadravam-no na categoria de políticos que não se empenhavam para construir ideias programáticas. Ao contrário, eles apenas se esforçavam para permanecerem em posições de destaque da vida política. Assim, o articulista de *A República* defendeu que a baixa produção legislativa de Alencar Guimarães era um indício de sua negligência para com a construção de propostas políticas: “[Alencar Guimarães] jamais apresentou uma ideia, um projeto, uma sugestão em benefício do Estado que representa há maus de duas décadas no Parlamento Nacional”.<sup>1223</sup>

Por fim, o redator do aludido periódico destacou que Alencar Guimarães nunca ganhara a confiança de Vicente Machado, a despeito do fato de ambos terem participado conjuntamente da gestão do diretório central do Partido Republicano do Paraná. Alencar Guimarães também seria um adversário de Carlos Cavalcanti. Mais amplamente, as considerações do editorialista demonstram que a natureza da desunião entre correligionários governistas. Contudo, as implicações dessa desunião não abalavam a força política do partido governista. A desunião era, contudo, um elemento crucial para impedir a estruturação do partido de oposição de Alencar Guimarães. O trecho transcrito a seguir concentra, portanto, um repertório de informações sobre os bastidores do partido situacionista paranaense:

Não sabemos o que o Sr. Alencar entende por pureza de sentimentos, lealdade e tudo que afirma ser, mas sabemos que S. Ex. é em política um homem perigoso, pois o seu modo de agir nas trevas, os seus processos de intrigas e cochichos, as suas falsas acusações, constituem o pedestal da sua vida política. Olhado com desconfiança pelo seu Chefe Vicente Machado que não o tragava e que nunca lhe deu posições de confiança na administração; suportado pelo Presidente Xavier da Silva, que não quis amparar a sua candidatura à Presidência do Estado; detestado por João Cândido Ferreira, que viu o valor

<sup>1222</sup> A REPÚBLICA. *Política paranaense... Op. cit.*, pp. 5-6.

<sup>1223</sup> *Ibid.*, p. 11. Alencar Guimarães exerceu mandato de senador entre os anos de 1908 e 1920. Por meio da análise dos *Anais do Senado*, verifica-se que a 04 de dezembro de 1912 ele apresentou uma emenda ao Orçamento do Ministério da Fazenda para o ano de 1913. Essa emenda tinha como coautores os senadores paranaenses Cândido Ferreira de Abreu e Generoso Marques dos Santos. A emenda formulada por parlamentares equiparava, em número de funcionários e de vencimentos, a Alfândega de Paranaguá à Alfândega do Maranhão. Porém, essa proposta não foi aceita pelo presidente da Mesa Executiva do Senado. Segundo o presidente, essa emenda infringia o Artigo 142 do Regimento Interno do Senado. Segundo esse artigo, propostas com caráter de leis principais não poderiam ser apresentadas como emendas. No entendimento do presidente do Senado, a emenda dos senadores paranaenses teria de seguir os trâmites de um projeto de lei. BRASIL. *Anaes do Senado Federal*. Sessões de 02 a 23 de dezembro de 1912. Volume VIII. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1915, pp. 113-114.

de sua profissão de fé feita em Antonina poucos dias antes de sua adesão aos que combateram a constitucionalidade da eleição daquele político para Presidente do Estado; repudiado por Carlos Cavalcanti, vítima de suas felonias e intrigas, atira-se agora, desabridamente, contra o atual Presidente do Paraná, que teve a grande culpa de opor a que o Sr. Alencar e seus amigos, para felicidade do Paraná, escalassem o poder no Estado, interpretando assim o sentir do povo paranaense em sua quase unanimidade.<sup>1224</sup>

No entendimento dos críticos de Alencar Guimarães, esse bacharel era desprovido de originais e proveitosas ideias. Ao mesmo tempo, ele era um político oportunista. Esse oportunismo levava-o a romper acordos e abandonar antigos aliados. Em suma, tais informações evidenciam que a cisão no partido governista não ocorrera repentinamente em 1914. Ao contrário, ela era o resultado de divisões internas entre facções dessa grei. Os membros dessas facções ambicionavam somente o controle sobre o partido e a conquista de vitórias eleitorais.

Segundo o correspondente de *O Imparcial*, a conduta oposicionista assumida por Alencar Guimarães era somente uma estratégia para conservar o seu espaço na política do Paraná. As considerações desse correspondente permitem evidenciar que a postura oposicionista assumida por aquele parlamentar era um indício da sua derrocada política. Essa derrocada principiou com a morte do senador José Gomes Pinheiro Machado (1851-1915), do Rio Grande do Sul. Após a perda da proteção política desse senador, Alencar Guimarães experimentou a redução de sua influência no jogo partidário nacional e regional.

Nesse quadro, criticar os seus antigos correligionários não consistia em um indício de sua disposição de romper com as ideias e as práticas políticas executadas pelos líderes do partido governista do Paraná. Antes, essas críticas eram uma última tentativa de manter-se em evidência no cenário político paranaense. Assim, a decadência política de Alencar Guimarães começou por meio do seu rompimento com os chefes do partido governista do Paraná, em dezembro de 1914. Ocorrido a 08 de setembro de 1915, o assassinato de Pinheiro Machado agravou o processo de isolamento político de Alencar Guimarães.

Ao se referir a Alencar Guimarães, o correspondente de *O Imparcial* afirmou: “Duro do ouvido e da cabeça, a sua intelligencia ainda não apprehendeu a verdade da situação, nem comprehendeu que, morto o Sr. Pinheiro [Machado], tombaram por terra todas as figuras de barro das quaes elle era o sustentáculo, a base, o pedestal”.<sup>1225</sup>

---

<sup>1224</sup> *Ibid.*, pp. 7-8.

<sup>1225</sup> *O Estado de S. Paulo*, 25 de outubro de 1915, p. 1.

Portanto, Alencar Guimarães enquadrava-se no grupo das lideranças políticas que compunham o séquito dos apoiadores de políticos de maior projeção. A morte desses políticos gerava o colapso da influência que os seus aliados exercidos no âmbito dos estados. Todavia, essa vinculação a influentes chefes partidários não garantia, em todas as situações, a realização dos objetivos políticos de lideranças regionais. Em 1911, por exemplo, o então senador Alencar Guimarães. Almejava candidatar-se a presidente do Paraná. Conforme o redator de *O Estado de S. Paulo*, esse parlamentar “implorava [a Pinheiro Machado] proteção em favor de sua candidatura”.<sup>1226</sup> Contudo, Pinheiro Machado não interveio em favor de Alencar Guimarães. Assim, os líderes do partido situacionista escolheram Carlos Cavalcanti como candidato a presidente.

A aliança com Pinheiro Machado não permitiu, por um lado, que Alencar Guimarães viabilizasse sua candidatura a presidente do Paraná. Por outro lado, essa aliança possibilitou que o candidato de Alencar Guimarães a senador pelo Paraná em 1915, Xavier da Silva, fosse diplomado pelo Senado Federal, ainda que tivesse angariado menos votos do que o seu contendor, Ubaldino do Amaral Fontoura, ligado aos governistas paranaenses. Nesse pleito, Amaral obteve 14.512 votos, enquanto Xavier da Silva angariou 4.728 votos. Porém, os correligionários de Xavier da Silva argumentaram que essa eleição fora fraudada. Assim, excetuando-se os resultados das 171 seções eleitorais que teriam sido manipuladas, Xavier da Silva seria o vencedor do pleito (2.396 votos contra 2.294 votos de Amaral).<sup>1227</sup>

O senador Walfredo Leal, relator da matéria na Comissão de Poderes do Senado, elaborou parecer favorável à diplomação de Xavier da Silva. Assim, concretizou-se a deputação (ou *degola*) de Ubaldino do Amaral. Conforme o articulista da *Gazeta de Notícias*, Pinheiro Machado exercera decisiva influência para que Xavier da Silva fosse diplomado senador: “Ainda havias ingênuos que perguntavam – ‘Como conseguirá o Senado degolar um homem do valor do Sr. Ubaldino do Amaral, que veio eleito com 10 mil votos de maioria sobre o seu concorrente?’, como se houvesse dificuldades no Senado, quando o Sr. Pinheiro Machado quer alguma coisa”.<sup>1228</sup>

Portanto, a ligação entre Alencar Guimarães e Pinheiro Machado possibilitou que um candidato de oposição ao Partido Republicano Paranaense conquistasse um mandato eletivo. Tal episódio gerou o rompimento do PRP como Partido Republicano Conservador. Os chefes

---

<sup>1226</sup> *O Estado de S. Paulo*, 22 de abril de 1911, p. 3.

<sup>1227</sup> *Gazeta de Notícias*, 03 de junho de 1915, n. 154, p. 4.

<sup>1228</sup> *Gazeta de Notícias*, 08 de junho de 1915, n. 159, p. 2.

do PRP, contudo, asseguraram que continuariam a apoiar o presidente da República, Wenceslau Brás:

Curitiba, 8. Comunicamos a V. Ex. que o directorio central do Partido Republicano Paranaense, tendo em consideração os últimos acontecimentos políticos ocorridos no Senado Federal, que deram em resultado a depuração do candidato eleito pelo mesmo partido – o eminente brasileiro Dr. Ubaldino do Amaral Fontoura, e reputado esse facto como um acto de ostensiva hostilidade da alta direcção do Partido Republicano Conservador, a que estava filiado, resolveu desobrigar-se dos compromissos assumidos com este, continuando, entretanto, a prestar o seu inteiro apoio ao benemérito Sr. presidente da República, agindo de acordo com o seu patriótico programa, em prol dos altos interesses da nação. Cordeaes saudações. – (Assignados) Affonso Alves de Camargo, Luiz A. Xavier, Claudino dos Santos, Caetano Munhoz da Rocha, Ottoni Ferreira Maciel, Francisco Teixeira da Cunha e João A. Xavier.<sup>1229</sup>

De acordo com o correspondente de *O Imparcial*, a morte de Pinheiro Machado impeliu Alencar Guimarães a intensificar os seus ataques contra o partido situacionista do Paraná. Tal postura era necessária porque o senador paranaense buscava evitar recair em um isolamento político. Para tanto, precisava desenvolver estratégias para permanecer em evidência no cenário partidário regional. Nesse quadro, coube a ele tornar-se um crítico da corrupção dos costumes da política paranaense: “Durante a vida do chefe conservador, o Sr. Alencar Guimarães alimentou a esperança de voltar ao poder pelo braço prestigioso de seu amigo; tombado, porém, esse braço, o Sr. Alencar perdeu completamente a calma, e passou a apelar para o desaforo, para a ameaça, para a violência, investindo, inclusive, contra o governo do Paraná”.<sup>1230</sup>

O Partido Republicano Conservador, no Paraná, era eleitoralmente fraco. Porém, o poder de Pinheiro Machado no Congresso Nacional era operacional para contrabalançar tal fragilidade. A força política desse chefe partidário começara a se esgotar a partir eleição de Wenceslau Brás para a Presidência da República, em 1914.<sup>1231</sup> Porém, ele não possuía condições de viabilizar o fortalecimento regional de sua agremiação. O PRC, no Paraná, consistiu em uma agremiação de políticos destituídos da ordem governista.

Em síntese, por meio da análise dos textos veiculados em *A República* e *O Imparcial* constata-se que a volubilidade dos interesses pessoais gerava a formação e rompimento de alianças internas à cúpula do partido governista. Porém, ao migrarem para a oposição, os

<sup>1229</sup> *Gazeta de Notícias*, 10 de junho de 1915, n. 161, p. 6.

<sup>1230</sup> *O Estado de S. Paulo*, 25 de outubro de 1915, p. 1.

<sup>1231</sup> FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *Um estadista da República*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1976, pp. 645-650. Acerca do percurso político de Pinheiro Machado, ver PORTO, José da Costa. *Pinheiro Machado e seu tempo*. Porto Alegre: L&PM editores, 1985; SILVA, Ciro. *Pinheiro Machado*. Brasília: Editora da UnB, 1982.

governistas dissidentes não criavam um partido cuja gestão fosse substancialmente diferente da gestão do partido governista. Ao contrário, a centralização de decisões e a criação de obstáculos para a emergência de novas lideranças eram aspectos comuns aos partidos de situação e de oposição. A análise da trajetória de Alencar Guimarães nos anos 1920 permite fundamentar esse argumento.

\*\*\*

Alencar Guimarães permaneceu como opositor do partido dominante no Paraná até o início dos anos 1920. Inicialmente, ele foi o chefe de um movimento de dissidência da ordem governista. Esse movimento foi denominado à época de Concentração Republicana. Ao mesmo tempo, ele foi o líder político dos antigos correligionários do Partido Conservador Republicano no Paraná. Essa agremiação se dissolveu a partir da morte de seu chefe nacional, o citado senador Pinheiro Machado. Conforme o redator de *O Estado de S. Paulo*, Alencar Guimarães era o “chefe dos destroços do PRC no Paraná”.<sup>1232</sup> Em verdade, Alencar Guimarães participara da formação do diretório nacional do PRC, em 1911.<sup>1233</sup> Em seguida, esse partido manteve-se unido ao Partido Republicano Paranaense até o momento em que Alencar Guimarães e seus correligionários passaram à condição de opositores do PRP.<sup>1234</sup>

A passagem desse senador e de seus aliados para a oposição não foi realizada sem resistências por parte dos membros de seu novo partido, o PRC. Em janeiro de 1915, o diretório paranaense dessa agremiação excluiu um dos novos opositoristas, Xavier da Silva, da chapa de candidatos. Essa decisão desagradou aos membros do diretório nacional partido. Em seguida, o diretório paranaense homologou a candidatura de Xavier da Silva para o Senado.<sup>1235</sup>

Nesse quadro, tal informação evidencia o sólido controle que o senador Pinheiro Machado exercia sobre as decisões de seus correligionários nos estados. Tal controle, portanto, solapava a autonomia dos diretórios do PRC. Contudo, essa interferência estava prevista nas *Bases Orgânicas* da agremiação, as quais estipulavam regras acerca da criação e funcionamento de diretórios regionais.

Em resumo, o diretório nacional da agremiação enviava ao diretório nacional instruções para o preenchimento de cargos na administração do órgão. Em janeiro de 1911, o

<sup>1232</sup> *O Estado de S. Paulo*, 22 de setembro de 1915, p. 1.

<sup>1233</sup> *Jornal do Brasil*, 22 de agosto de 1911, p. p. 7.

<sup>1234</sup> Acerca das querelas políticas no Paraná dos anos 1910, ver MACIEL, Ottoni. *Bastidores políticos*. Curitiba: s/ed, 1925.

<sup>1235</sup> *Gazeta de Notícias*, 16 de janeiro de 1915, n. 16, p. 3.



diretório nacional do PRC enviou um comunicado ao diretório estadual do Ceará. O recebimento dessas instruções foi comunicado por telegrama ao *Jornal do Brasil*: “Fortaleza, 22 de janeiro. O Directorio do Partido Conservador nesta capital recebeu um ofício do Secretário do Directorio Central explicando as bases orgânicas da mesma agremiação e dando instruções sobre o processo de organização definitiva da comissão executiva neste Estado”.<sup>1236</sup> A consolidação dessa disciplina partidária, portanto, permitiu ao PRC tornar-se um partido nacional.

Nesse contexto, era praxe dos membros dos diretórios regionais dos partidos nacionais solicitarem a aprovação dos diretórios nacionais para a definição de candidaturas a deputado federal e a senador. Tal solicitação era usual no Partido Republicano Liberal. Confore noticiado pela *Gazeta de Notícias*, em janeiro de 1915 o diretório nacional do PRL homologou uma decisão do diretório estadual do Ceará referente à escolha de um candidato a deputado federal: “Telegrama particular chegado ao nosso conhecimento informa-nos ter sido apresentado pelo Partido Liberal, do Estado do Ceará, candidato à deputação federal pelo 2º daquele Estado, o Dr. Carlos Vasconcellos, engenheiro distinto e conhecido homem de letras. O directorio central do partido nesta capital teve conhecimento dessa apresentação de candidatura aprovando-a em telegrama.”<sup>1237</sup>

Assim os dirigentes estaduais do partido tiveram a autonomia para realizar a escolher. Contudo, o rito inerente à relação entre as instâncias do partido recomendava a comunicação da decisão ao órgão administrativo superior. Assim, nota-se que a comunicação enviada pelo diretório cearense do PRL ao diretório nacional tinha caráter protocolar. A autonomia da elite regional para definir candidatura estava preservada. Trata-se, pois, de uma semelhança em relação ao período do Segundo Reinado, época da na qual os dirigentes dos partidos monárquicos, sobretudo após os anos 1870, não interferiam de forma ostensiva na indicação de candidaturas parlamentares.

\*\*\*

De toda sorte, Alencar Guimarães consolidou-se na posição de líder da oposição paranaense – a Concentração Republicana. Porém, esse bacharel teve dificuldades de conquistar apoios. O ex-presidente do Paraná, Xavier da Silva, era um aliado de Alencar Guimarães ao tempo em que este estava na oposição. Contudo, Xavier recusou-se a disputar a eleição para presidente do Estado, em 1919. Segundo o articulista de *O Estado de S. Paulo*,

---

<sup>1236</sup> *Jornal do Brasil*, 23 de janeiro de 1911, n. 23, p. 5.

<sup>1237</sup> *Gazeta de Notícias*, 16 de janeiro de 1915, n. 16, p. 1.

“Andavam a dizer que, depois da morte do senador Pinheiro Machado, o Sr. Alencar acabaria com as veleidades de lutar contra o Partido Republicano Paranaense. Pois ele acaba de provar que está cada vez mais disposto a lutar. Apenas os políticos tidos e havidos como soldados seus não querem sacrificar-se. Está nesse caso o Sr. Xavier da Silva, que o Sr. Alencar queria opor ao candidato governo”.<sup>1238</sup> Em suma, o grupo partidário de Alencar Guimarães não ameaçou o domínio político do PRP.

Todavia, o partido oposicionista de Alencar Guimarães obteve apoios de antigos membros da ordem governista, tais como o ex-deputado federal Antônio Augusto de Carvalho Chaves. Entretanto, ao migrarem para a oposição esses indivíduos não conseguiam conservar a sua base eleitoral. Em sua maior parte, os antigos membros do séquito de eleitores dos oposicionistas permaneciam vinculados ao partido situacionista. Em novembro de 1915, onze meses após se afastar do PRP, Alencar Guimarães não teve êxito na eleição para o cargo de deputado estadual. No Colégio Eleitoral de Curitiba, ele angariou somente 311 sufrágios (trigésima primeira posição nesse Colégio).<sup>1239</sup> Por fim, cabe ressaltar que, em 1919, Antônio Chaves não conseguiu eleger-se deputado estadual, pois conquistou apenas 3.417 votos (quadragésima quarta colocação no pleito).<sup>1240</sup>

Dessa maneira, nos anos finais da Primeira República a hegemonia do partido governista mostrou-se exacerbada e irreversível. Essa hegemonia permitia que candidatos que jamais tiveram notável influência política regional conquistassem mais votos do que antigos chefes partidários como Alencar Guimarães. Na eleição para deputado estadual de 1915, o citado José Francisco da Rocha Pombo, que residia no Rio de Janeiro, obteve mais votos do que Alencar Guimarães. Naquela ocasião, Rocha Pombo elegeu-se deputado e, no Colégio Eleitoral de Curitiba, conquistou 1.102 votos (vigésima sexta votação no referido Colégio).<sup>1241</sup>

\*\*\*

O partido oposicionista de Alencar Guimarães também contava com o apoio de lideranças políticas municipais, as quais eram consultadas nas épocas de formação de chapas de candidatos.<sup>1242</sup> Porém, esses apoios não eram suficientes para suplantar a força política do Governo do Estado. Em síntese, havia políticos que se dispunham a estruturar o partido

<sup>1238</sup> *O Estado de S. Paulo*, 22 de setembro de 1915, p. 1.

<sup>1239</sup> *A República*, 12 de novembro de 1915, n. 263, p. 2.

<sup>1240</sup> *A República*, 21 de novembro de 1919, n. 274, p. 1.

<sup>1241</sup> *A República*, 12 de novembro de 1915, n. 263, p. 2.

<sup>1242</sup> *A República*, 15 de janeiro de 1915, p. 1.

oposicionista no interior do Paraná. Assim, não eram apenas antigos membros da elite estadual que encamparam o projeto de Alencar Guimarães de construir uma oposição no Paraná. Contudo, o controle das atividades desse grupo oposicionista esteve sob a responsabilidade dessa elite destituída. Em janeiro de 1915, ocorreu uma reunião para a organização desse grupo de oposição. Nessa ocasião, eram antigos deputados estaduais, como Benjamin Pessoa e David Carneiro, que exerciam funções capitais no partido, ao lado de Alencar Guimarães:

Realizou-se uma reunião política, na residência do senador Alencar Guimarães, que fez uma exposição dos últimos acontecimentos políticos e leu o manifesto que depois será publicado, depois que receber a assinatura do Dr. Xavier da Silva. A acta da reunião cerca de cinquenta assignaturas. Foi feita uma comissão, com sede nesta capital, para dirigir os trabalhos eleitoraes, que ficou composta dos Srs. Dr. Xavier da Silva, senador Alencar Guimarães, Carvalho Chaves, Joaquim Macedo, Benjamim Pessoa, Petit Carneiro. Ficou assentada a candidatura à senatoria do Dr. Xavier da Silva.<sup>1243</sup>

Entretanto, Alencar Guimarães conseguiu angariar o apoio de alguns funcionários da administração estadual. Tal fato evidencia que os governos estadual e federal não conseguiam manter, em todas as ocasiões, os funcionários comissionados como fiéis eleitores do grupo partidário governista. Havia, pois, a possibilidade de os oposicionistas conquistarem adeptos no interior da administração pública. Em 1919, o Coletor de Rendas de Morretes seguia as orientações políticas de Alencar Guimarães.

No mencionado ano, esse coletor apoiou a candidatura presidencial de Rui Barbosa, em virtude da recomendação de Alencar Guimarães. Nessa oportunidade, o candidato à Presidência apoiado pelos governistas do Paraná era o senador paraibano Eptácio Pessoa. A respeito da fidelidade do coletor à Alencar Guimarães, o correspondente da *Gazeta de Notícias* destacou: “Além desse facto, existe outro: o collecter de rendas estaduais da cidade de Morretes é uma creatura que obedece cegamente às ordens do senador Alencar. No momento em que depositava o voto na urna exclamou: agora posso morrer, votei em Ruy Barbosa; acrescento que este cidadão foi adepto do marechal Rodrigues da Fonseca, porque este candidato era apoiado pelo senador Alencar Guimarães, que foi no Congresso Nacional relator das eleições presidenciaes onde foi derrotada a águia de Haya”.<sup>1244</sup>

A vinculação a um político de projeção nacional – Rui Barbosa – era uma estratégia para Alencar Guimarães recuperar seu prestígio político no Paraná. Em 1919, ele se

<sup>1243</sup> *Gazeta de Notícias*, 07 de janeiro de 1915, n. 7, p. 6.

<sup>1244</sup> *Gazeta de Notícias*, 16 de abril de 1919, p. 5.

responsabilizou por coordenar a campanha presidencial de Barbosa nesse estado. O senador paranaense julgou que, ao apoiar Barbosa, alcançaria a projeção necessária para se candidatar a presidente do Paraná. Nesse quadro, a reabilitação política de Alencar Guimarães inviabilizaria o lançamento de uma candidatura governista. Porém, o fortalecimento da candidatura presidencial de Eptácio Pessoa arruinou o plano de Alencar Guimarães.<sup>1245</sup> Nota-se, portanto, que a vinculação de lideranças partidárias locais aos nomes de políticos de projeção nacional era um recurso operacional para viabilizar e fortalecer uma candidatura no âmbito estadual.

\*\*\*

No contexto em que ele despontava como uma liderança oposicionista, o seu tio Claro Américo Guimarães era 2º vice-presidente do Estado do Paraná. Em 24 de junho de 1915, esse antigo negociante assumiu interinamente o cargo de presidente do Estado, visto que Cavalcanti viajara para o Rio de Janeiro com a finalidade de conferenciar com o presidente da República, Wenceslau Brás. De sua parte, o 1º vice-presidente, Affonso Alves de Camargo, encontrava-se enfermo.<sup>1246</sup> Na capital federal, Cavalcanti concedeu uma entrevista a um jornalista de *A Noite*. Essa entrevista foi republicada em *A República*, de Curitiba. Nessa oportunidade, o jornalista indagou Cavalcanti sobre o parentesco existente entre o senador Alencar Guimarães e Claro Américo, que faleceu em 1917.<sup>1247</sup> Nesse sentido, apenas no epílogo de sua trajetória esse negociante exerceu uma decisiva influência da administração do Governo do Paraná. Tal influência foi circunstancial porque Carlos Cavalcanti reassumiu o comando do Governo em 24 de julho de 1915.<sup>1248</sup>

A resposta apresenta por Cavalcanti ao jornalista permite evidenciar que Alencar Guimarães não conseguiu arregimentar todos os membros de sua parentela para a Concentração Republicana. Ao contrário, houve parentes seus que permaneceram vinculados ao grupo político governista:

- Assumi o Governo, então, um membro da Concentração?
- Não sei se ele adota a política dissidente, nem cogito disso. O Dr. Claro Américo Guimarães assumiu o Governo por moléstia do Sr. Affonso Camargo. Sei apenas que S. Ex. é parente do Sr. Alencar Guimarães. Mas no Paraná há muitos parentes de Sua Ex que me auxiliam na administração do Estado,

<sup>1245</sup> *Jornal do Brasil*, 29 de março de 1919, p. 6.

<sup>1246</sup> *A República*, 25 de junho de 1915, n. 145, p. 2.

<sup>1247</sup> *A República*, 12 de fevereiro de 1917, n. 36, p. 1.

<sup>1248</sup> ALBUQUERQUE, Carlos Cavalcanti de. *Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo do Estado*. Curitiba: Typographia do “Diario Official”, 1916, p. 4.

como o Sr. Cândido de Abreu, prefeito da capital etc. Não cogito disso. Eu faço política com P Grande.<sup>1249</sup>

De fato, a migração de Alencar Guimarães para a oposição não inviabilizou a permanência de seus parentes em postos da administração estadual. Em abril de 1919, por exemplo, um dos irmãos desse senador, Heitor de Alencar Guimarães, era delegado de Polícia em Ponta Grossa. Nessa ocasião, Heitor Guimarães comunicou ao chefe de Polícia do Paraná que as eleições presidenciais haviam transcorrido normalmente naquele município. Tal afirmação contrariava o argumento de Alencar Guimarães, para o qual o governo paranaense interveio para viabilizar a vitória do candidato oficial, Eptácio Pessoa: “Dr. Lindolpho Pessoa, chefe de Polícia, Curityba. Scientifico V. Ex. que as eleições hontem de realizaram sem haver novidade, correndo perfeita ordem, tendo sido observada fielmente a circular de V. Ex. (a) Heitor de Alencar Guimarães, delegado de Polícia”.<sup>1250</sup>

Dessa forma, as relações de parentesco não eram, em todos os casos, um fator de unidade política. Entretanto, outro tio de Alencar Guimarães, o citado João Guilherme, liderou a organização de um grupo político de oposição em Paranaguá. Nesse quadro, nota-se a existência de uma segmentação de funções políticas no interior da família Guimarães. Nesse contexto, o bacharel Alencar Guimarães encontrava-se em posição superior na hierarquia do grupo político oposicionista do Paraná. Esse bacharel era o principal líder da Concentração Republicana.

Nesse grupo, João Guilherme situava-se em posição hierárquica mais subalterna. A sua função nesse grupo era organizar o grupo oposicionista em Paranaguá. Ele era o responsável, portanto, por realizar críticas às gestões dos prefeitos dessa localidade. Portanto, na Primeira República os negociantes de Paranaguá mantiveram-se na condição de líderes de uma retaguarda dedicada a organizar localmente os partidos comandados pelos bacharéis. Mais especificamente, cabe destacar a existência de uma segmentação de funções políticas na família Guimarães. Conforme essa segmentação, aos negociantes cabia cumprir as orientações políticas formuladas por Alencar Guimarães. A passagem desses negociantes para a oposição ao Governo Estadual é um indicador dessa segmentação de funções.

Entretanto, cumpre destacar que João Guilherme tornou-se um opositor de Caetano Munhoz da Rocha, que exerceu o posto de prefeito de Paranaguá de 1908 a 1915. Em verdade, desde o início dos anos 1910 eles competiam pelo comando do PRP de Paranaguá.

---

<sup>1249</sup> *A República*, 02 de julho de 1915, n.151, p. 2.

<sup>1250</sup> *Gazeta de Notícias*, 16 de abril de 1919, n. 105, p. 1.

Em 1912, por exemplo, houve uma cisão entre os correligionários desse partido naquele município. Uma facção do diretório, ligada a João Guilherme, elegeu um grupo de dirigentes.

A outra facção do partido, comandada por Caetano Munhoz, também realizou eleição para a formação da Mesa Executiva. Em seguida, a Convenção do PRP nomeou uma Comissão de cinco membros para solucionar essa controvérsia. Inicialmente, a Comissão sugeriu que as duas facções se unissem para definir a composição da Mesa. Porém, essa proposta não foi aceita pelos contendores. Caetano Munhoz e João Guilherme recusaram-se a estabelecer um acordo. Em seguida, a Comissão decidiu que o diretório do qual fazia parte Caetano Munhoz era o legítimo gestor do PRP de Paranaguá. O critério empregado para a tomada dessa decisão foi o do número de eleitores que participaram da escolha dos diretórios.

O diretório de Caetano Munhoz recebeu 137 sufrágios. O outro diretório foi eleito com 84 votos.<sup>1251</sup> Em síntese, tal decisão contribuiu para acelerar a decadência do poder político de João Guilherme em Paranaguá. De outra parte, tal episódio evidencia que as disputas entre lideranças políticas eram ocasiões nas quais os partidos consolidavam e aplicavam as regras acerca da resolução de conflitos internos. Em um contexto no qual não havia regras precisas para a resolução dessas querelas, houve divergências entre os integrantes da Comissão responsável por intervir no caso da eleição do diretório do PRP de Paranaguá:

A comissão nomeada pela Convenção do Partido Republicano Paranaense para tratar do reconhecimento do Directorio do partido em Paranaguá, a qual se compôs dos Srs. Drs. Lamenha Lins, Campos Mello e Paula Sousa e do coronel Telêmaco Borba e João Sampaio, apresentou hontem ao Directorio Central seu laudo, manifestando-se pela legitimidade do Directorio composto dos Srs. Caetano Munhoz da Rocha, coronéis Elysio S. Pereira Alves, Thiago Pereira de Azevedo, Joaquim Soares Rodrigues, capitão Eurípedes Rodrigues Branco, major José Gonçalves Lobo e tenente coronel Manuel Hermógenes Vidal. O Dr. Lamenha Lins assignou vencido, tendo opinado pela anulação daquelas eleições para ser procedida outra.<sup>1252</sup>

Excetuando-se Bento José Lamenha Lins, que divergiu do relatório final, os membros da comissão do diretório regional do PRP apresentaram o seguinte parecer:

Verificando-se pelo exame dos livros que a dissidência se manifestou na própria reunião convocada para a eleição do directorio, o que exclue a hypothese de ilegitimidade da convocação, só restava decidir pelo critério do número de eleitores que figuram nos dois livros originaes. Em um delles há uma acta assignada por cento e trinta e sete eleitores, em outro figuram oitenta e quatro eleitores, sem firmas reconhecidas, não havendo acta. Submettida a votos a matéria manifestaram-se pela legitimidade do directorio suffragado pelos cento e trinta e sete eleitores?<sup>1253</sup>

<sup>1251</sup> *A República*, 15 de março de 1912, n. 62, p. 1.

<sup>1252</sup> *A República*, 14 de março de 1912, n. 61, p. 1.

<sup>1253</sup> *A República*, 15 de março de 1912, n. 62, p. 1.

Assim, esses conflitos permitiam aos partidos definir um conjunto de regras para solucionar rapidamente impasses políticos derivados de disputas entre potentados locais. Ao contrário do período imperial, a interferência dos diretórios regionais foi mais decisiva para mediar conflitos em diretórios municipais. Os diretórios municipais, na Primeira República, permaneciam controlados por potentados que comandavam a formação de chapas eleitorais e as instituições da administração municipal. Todavia, as lideranças regionais do partido passaram a interferir de forma mais decisiva na vida interna dos diretórios regionais da grei governista.

Por outro lado, tais informações evidenciam a concentração de funções administrativas por Caetano Munhoz: presidente do diretório municipal e chefe do Poder Executivo. Tal situação não era incomum naquele contexto. Essa concomitância de funções foi peculiar a outros políticos do litoral paranaense ao tempo da Primeira República. Em 1915, por exemplo, Rômulo José Pereira ocupava os cargos de prefeito de Morretes e presidente do diretório municipal do PRP.<sup>1254</sup>

Tal situação era comum a outros estados ao tempo da Primeira República. Nesse período, os presidentes de Estado também eram investidos na função de dirigentes partidários. Em 1900, por exemplo, o presidente do Estado do Amazonas, Silvério Nery, foi incumbido do cargo de presidente do diretório do Partido Republicano Federal do Amazonas.<sup>1255</sup> Em 1922, José Gonçalves Lobo era prefeito de Paranaguá e presidente do diretório municipal do Partido Republicano Paranaense.<sup>1256</sup> Assim, nessa época os diretórios governistas não possuíam relevante autonomia em relação aos chefes do Poder Executivo. Em última análise, o poder desses chefes era reforçado pela prerrogativa de controlar, de forma concomitante, a gestão partidária e a gestão da administração pública.

\*\*\*

Conforme salientado neste capítulo, o rompimento entre Alencar Guimarães e os chefes do PRP ocorreu em dezembro de 1914. Em janeiro do ano seguinte, esse bacharel já conseguira arregimentar para o seu grupo político dois negociantes: João Guilherme Guimarães, de Paranaguá, e Lauro do Brasil Loyola, de Antonina. No referido mês, Alencar Guimarães e Francisco Xavier da Silva, dois líderes da Concentração Republicana, que era o

---

<sup>1254</sup> *A República*, 23 de agosto de 1915, n. 196, p. 2.

<sup>1255</sup> *A Federação*, 04 de novembro de 1900, p. 1.

<sup>1256</sup> *A República*, 11 de abril de 1922, n. 85, p. 2.

novo partido oposicionista, enviaram o seguinte telegrama àqueles negociantes: “Desligados da direção política que obedece à orientação do Governo do Estado, esperamos o seu prestigioso concurso pedindo não assumir compromissos relativos pleito 30 do corrente, aguardando nossas instruções. (aa) Xavier da Silva. Alencar Guimarães”.<sup>1257</sup> Esse telegrama foi produzido no contexto das eleições nas quais seriam escolhidos um senador e três deputados federais pelo Paraná. Nessa oportunidade, os candidatos oposicionistas não conseguiram se eleger. Xavier da Silva, por exemplo, perdeu a eleição para senador.

Nesse quadro, João Guilherme atuava para conseguir, em Paranaguá, fortalecer a Concentração Republicana. Em janeiro de 1915, por exemplo, João Guilherme impetrou *habeas corpus* em favor dos eleitores da Concentração, os quais estariam sendo vítimas de coação por parte dos aliados do partido governista. Ao final, esse *habeas corpus* foi concedido por um juiz federal.<sup>1258</sup>

O redator de *A República* criticou João Guilherme por ter requerido esse *habeas corpus*. Nessa crítica, o editorialista destacou que desde a época em que pertencia ao partido governista João Guilherme adotara a prática de convocar policiais para fiscalizar o andamento das eleições em Paranaguá. Essa convocação era, pois, uma forma de garantir que o partido situacionista venceria as eleições. As considerações do referido editorialista, portanto, comportam as informações acerca do modo como as líderes políticos municipais atuavam para assegurar a vitória de seu partido. Quando se transferiram para a oposição, esses líderes continuavam a utilizar expedientes como a solicitação de proteção policial para proteger os seus eleitores. O uso desses recursos, porém, era infrutífero para os oposicionistas. Em síntese, a leitura do seguinte excerto do comentário do editor do jornal permite demonstrar que, na região do primeiro planalto paranaense, os políticos que passavam para a oposição encaravam a solicitação de *habeas corpus* como um dos principais recursos adotados para impedir eventuais abusos pelo partido governista:

O pedido de *habeas corpus* está sendo o alastrim da Concentração [Republicana]. Em Paranaguá, como força capaz de fazer a maior opressão contra um pujante eleitorado concentrista, existem dois soldados de polícia, sendo um só e outro que já teve um braço encanado por fractura completa. Tão forte é o eleitorado do Sr. comendador João Guilherme que viu nesses pobres representantes da força pública o terrível obstáculo contra a expressão do voto! Em outros tempos, quando o próprio comendador era chefe político e dominava aquele núcleo eleitoral, a primeira medida que reclamava era o auxílio da

---

<sup>1257</sup> *A República*, 06 de janeiro de 1915, n. 4, p. 1.

<sup>1258</sup> *A República*, 29 de janeiro de 1915, n. 24, p. 2. Acerca da utilização do instituto de *habeas corpus* no contexto da vida política do Brasil da Primeira República, ver LYNCH, Christian Edward Cyril. *Da monarquia à oligarquia... Op cit.*, p. 137 ss.



força pública. Lá ia o capitão Júlio, repetidas vezes, com um contingente, assegurar o voto dos eleitores do partido dominante. O comendador ficou um dia por baixo, mas a mania de reclamar o auxílio da autoridade para os seus eleitores não decresceu. Dahi o terror que lhe causarem as duas praças de polícia que lá se acham guardando a cadeia e o pedido de habeas-corpus, que, aliás, para que não se possa justificar a sua derrota, foi em boa hora concedida. Mas o contágio dessa enfermidade alcançou o Coronel Alexandre Miranda, em Campo Largo. É mais um que implora da justiça federal auxílio protector contra moinhos de vento. Ora, ao que se sabe, em Campo Largo a única pressão de que se tem notícia está sendo feita pelo collecter federal, que ameaça os contribuintes com a execução de cobranças e rigor no cálculo de contribuições e exigências do fisco se não votarem com a Concentração. Entretanto, é a autoridade que fora posto para fora de um cargo pelo Sr. Alencar [Guimarães], que, por amor do mesmo, vem pedir ordem de habeas-corpus.<sup>1259</sup>

Nesse contexto, circulou a notícia de que os oposicionistas planejavam assassinar o presidente Affonso Camargo. De sua parte, Alencar Guimarães apressou-se em refutar tal informação. Segundo o senador, essa notícia fora produzida pelos governistas: “Excuso-me de apelar para todo o meu passado, para me justificar de torpíssima acusação, que parte de um governo de que julga forte, mas que vive cercado de forças da Polícia e de capangas, trazendo em permanente sobressalto a população pacífica desta capital”.<sup>1260</sup>

Em 1919, João Guilherme candidatou-se a deputado estadual. Porém, não conseguiu eleger-se. Nessa ocasião, ele obteve apenas a trigésima nona votação (3.421 sufrágios).<sup>1261</sup> Nessa ocasião, o Congresso Legislativo do Paraná era formado por trinta deputados. Nessa oportunidade, Alencar Guimarães candidatou-se ao cargo de 1º vice-presidente do Estado, mas foi derrotado por Eurides Cunha. A análise do resultado da eleição ocorrida no Paraná, na data de 19 de outubro 1919, para os postos de presidente, 1º vice-presidente e 2º vice-presidente permite evidenciar que a oposição liderada por Alencar Guimarães conseguira angariar pouco mais de um quinto dos votos.

Havia, pois, competição política no Paraná da Primeira República. Existiam reiteradas iniciativas para a oposição permanecer organizada sob um partido político. Porém, ao longo deste capítulo é demonstrado que a grei oposicionista do Paraná, no fim dos anos 1910, era dotada de uma gestão semelhante à gestão do partido governista. Nesse sentido, o partido comandado por Alencar Guimarães, que em 1919 assumira a denominação de Partido Autonomista, consistia em um órgão de políticos destituídos da ordem governista que não cederam espaço a novas lideranças. Nessa oportunidade, houve quatro candidatos votados para o cargo de presidente do Estado: Caetano Munhoz da Rocha (11.345 votos); Generoso Marques dos Santos (3.483), que migrara para a oposição; Francisco Xavier da Silva (1 voto)

---

<sup>1259</sup> *Id.*

<sup>1260</sup> *Jornal do Brasil*, 03 de novembro de 1915, p. 8.

<sup>1261</sup> *A República*, 21 de novembro de 1919, n. 274, p. 1.

e o coronel Alípio José do Nascimento (1 sufrágio). Portanto, o governista Munhoz da Rocha conquistou aproximadamente 76% dos votos válidos, ao passo que o seu principal contendor somente 23% dos votos.

Na eleição para o posto de 1º vice-presidente, o governista Eurides Cunha angariou 11.376 sufrágios. O seu principal oponente, Manuel de Alencar Guimarães, conseguiu 3.441 votos. Joaquim Ferreira do Amaral e Silva, João Moreira Garcez e Felinto Manuel Teixeira obtiveram, individualmente, apenas um voto.

Na escolha do 2º vice-presidente, João Antônio Xavier obteve 11.390 votos. Joaquim Ferreira do Amaral e Silva conquistou 3.442 sufrágios. João Cândido Ferreira, ex-presidente do Paraná, obteve um voto.<sup>1262</sup> Nessa eleição, o Partido Autonomista obteve mais votos que o Partido Republicano em apenas três distritos eleitorais: Diamantina (153 votos contra 43 votos dos situacionistas); Irati (91 votos contra 76 votos dos governistas) e Papagaios Novos, no qual os opositores tiveram sua mais expressiva votação (265 sufrágios contra 26 do PRP).<sup>1263</sup> Portanto, a despeito da desigualdade de condições para o envolvimento nas campanhas políticas, o Partido Autonomista conseguiu recrutar antigas lideranças municipais ligadas ao PRP e angariar apoio eleitoral em diminutos distritos eleitorais.<sup>1264</sup>

Ao mesmo tempo, a oposição não estava ausente das instituições políticas do Paraná. Em 1916, por exemplo, o Partido Republicano Liberal elegeu dez deputados à Assembleia Legislativa, de um total de trinta vagas disputadas.<sup>1265</sup> Em 1911, por exemplo, o partido governista do Paraná, PRP, abdicou de lançar uma candidatura de deputado federal pela vaga do terço para garantir a presença de um opositor na bancada paranaense na Câmara dos Deputados.<sup>1266</sup> Assim, nessa oportunidade a participação de um opositor do Paraná no Congresso Nacional foi uma concessão dos governistas. De fato, em 1923 o ex-deputado estadual Ottoni Ferreira Maciel salientou que a não apresentação de chapas completas era uma forma de os governistas paranaenses admitirem a representação de opositores em cargos do Poder Legislativo.<sup>1267</sup>

\*\*\*

Antes de esse pleito se realizar, Alencar Guimarães apresentava no Senado um projeto para que houvesse intervenção federal no Paraná. No entendimento desse senador, os

<sup>1262</sup> *A República*, 07 de fevereiro de 1920, n. 33, p. 1.

<sup>1263</sup> *A República*, 30 de outubro de 1919, n. 256, p. 2.

<sup>1264</sup> *Id.*

<sup>1265</sup> *A República*, 09 de fevereiro de 1914, n. 33, p. 2.

<sup>1266</sup> *A República*, 7 de dezembro de 1911, n. 287, p. 1.

<sup>1267</sup> *O Dia*, 13 de julho de 1923, n. 12, p. 2.

desmandos praticados pelo presidente Affonso Camargo justificariam tal intervenção. Segundo Alencar Guimarães, a incapacidade de solucionar a crise econômica do Paraná e o suposto cerceamento da liberdade política eram elementos suficientes para o afastamento de Camargo do cargo de presidente do Estado:

Precipito a apresentação de meu projeto porque o Sr. Affonso Camargo promove e faz meetings contra o representante do Paraná, que no cumprimento de seu patriotismo vem solicitar do poder competente as providências púnicas que julga ser capaz de salvar a sua terra dos desastres a que o arrastou ao mandonato político mais desonesto e aviltante que se registra na história da República Brasileira. O projeto é meu, exclusivamente meu. A ninguém pedi licença para submeter ao Congresso Nacional. É produto da convicção em que me encontro de que não há outro remédio legal ou constitucional que forneça aos paranaenses os meios necessários para se libertarem do Governo que os infelicitava, que os priva de todos os direitos, regalias e liberdades, que dissipa os dinheiros públicos, que dilapida a fortuna pública e que arruína e reduz à inteira miséria aquela até há pouco próspera unidade da Federação Brasileira.<sup>1268</sup>

Para o editorialista de *A República*, a proposta de intervenção tinha por finalidade somente “garantir a uma facção política dissidente a vitória no próximo pleito de 19 de Outubro”.<sup>1269</sup> Essa intervenção não se concretizou. Alencar Guimarães não conseguiu o apoio do presidente da República, Epitácio Pessoa, para que essa intervenção fosse realizada.<sup>1270</sup> Portanto, ao mesmo tempo em que rompeu com os dirigentes do partido governista do Paraná, Alencar Guimarães manteve-se vinculado ao grupo político que comandava a política nacional. Conforme salientado neste capítulo, tal vínculo foi crucial para a conquista de nomeações em um contexto no qual ele se encontrava no ostracismo político.

A proposta de intervenção federal no Paraná foi realizada em um contexto de crise econômica no país. Nessa época, o déficit orçamentário do Governo do Paraná era de 4.135:873\$648 contos de réis.<sup>1271</sup> O redator de *A República* salientou que a eclosão da Primeira Guerra Mundial era um dos fatores dessa crise. Nesse quadro, esse articulista argumentou que naquele momento as finanças de outros estados brasileiros também estavam deficitárias. Ao mesmo tempo, o Governo Federal também enfrentava o problema dos déficits em suas finanças:

Como quer agora o Sr. Alencar que o Tesouro apresente saldo quanto este mal data de há muitos exercícios anteriores ao actual governo? Como se poderia verificar esse milagre, precisamente num momento em que, como afirma o próprio Sr. Alencar, tanto os Estados como a União sofreram as

<sup>1268</sup> A REPÚBLICA. *Política paranaense... Op. cit.*, p. 28.

<sup>1269</sup> *A República*, 23 de setembro de 1919, n. 243, p. 1.

<sup>1270</sup> A REPÚBLICA. *Política paranaense... Op. cit.*, p. 11.

<sup>1271</sup> CAMARGO, Affonso Alves de. *Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo do Estado*, s/e, 1919, p. 23.

consequências da guerra? Efetivamente os balanços do Estado têm fechado com déficits, mas que tem isso de extraordinário quando todos nós sabemos que os orçamentos da União constantemente apresentam déficits consideráveis e quase todos os Estados sempre fecham seus exercícios financeiros com déficits?<sup>1272</sup>

Ao final, essa intervenção não se concretizou. Nos municípios, os correligionários do partido governista repeliram tal proposta de intervenção. Os vereadores de Marechal Mallet, por exemplo, votaram uma moção de protesto contra Alencar Guimarães e exigiram a sua renúncia do cargo de senador. Os vereadores de Entre Rios e Foz de Iguaçu também criticaram a ideia. Nesse contexto, um grupo de moradores Guaratuba também elaborou um documento no qual a sugestão de Alencar Guimarães era rechaçada.<sup>1273</sup>

Assim, uma função capital desses correligionários era apresentar sua contrariedade a respeito de iniciativas voltadas a questionar a lisura do modelo administrativo implantado pelo Partido Republicano Paranaense. De outra parte, é necessário salientar que o Partido Autonomista era uma agremiação heterogênea, visto que reunia antigos e novos adversários do partido governista. Essa heterogeneidade era um obstáculo para a construção de um coeso repertório de propostas. A dificuldade de o Partido Autonomista arregimentar apoiadores foi destacada do seguinte modo pelo redator de *A República*, em outubro de 1919: “Partido Autonomista Unido aos Representantes Federais Dissidentes do Partido Dominante é a denominação oficial do ajuntamento que se apresenta à liça eleitoral para a sucessão presidencial do Estado e para a renovação do Congresso Legislativo. Tem mais nomes do que eleitores”.<sup>1274</sup>

Ao mesmo tempo, o redator também destacou a ausência de um ideário programático nessa agremiação: “Os campos hoje estão delimitados, e os que comungam com as nossas ideias e adotam os nossos princípios, não podem, sem grave infração às boas normas partidárias, prestigiar o agrupamento heterogêneo e sem programa intitulado – partido

---

<sup>1272</sup> A REPÚBLICA. *Política paranaense... Op. cit.*, p. 16. Em 1919, o presidente da República, Delfim Moreira, defendeu que a Primeira Guerra Mundial impactou de modo negativo a economia brasileira. Na *Mensagem* que encaminhou ao Congresso Nacional, ele afirmou: “A posição que assumimos [guerra] obrigou-nos a maiores compromissos, desde 1915. Não tínhamos receita para cobrir o ‘déficit’ que se ia verificando e tivemos de recorrer, como a maior parte dos beligerantes, às emissões de papel moeda. Precisamos compensar os gastos feitos e aproveitar os recursos de que dispomos, as nossas fontes naturais de riqueza, para que possamos concorrer com os outros povos na reconstrução econômica e financeira por que vai passar o mundo nesta phase de ressurgimento geral”. COSTA, Delfim Moreira da. *Mensagem apresentada ao Congresso Nacional*, s/e, 1919, p. 6. Para evidenciar que, nos anos 1910, o Paraná não era o único estado cujo Governo era deficitário, cabe atentar ao relatório que Hercílio Luz apresentou como presidente de Santa Catarina, em 1919. Em 1918, a dívida passiva do Estado era de 6.723:173\$493 contos de réis. A dívida ativa, por sua vez, era de 695:583\$587 contos de réis. LUZ, Hercílio Pedro da. *Mensagem apresentada ao Congresso Representativo*, s/e, 1919, p. 49.

<sup>1273</sup> *A República*, 21 de novembro de 1919, n. 274, p. 1.

<sup>1274</sup> *A República*, 10 de outubro de 1919, n. 239, p. 1.

autonomista”.<sup>1275</sup> Em verdade, a análise dos pronunciamentos das lideranças partidárias paranaenses evidencia a existências de afinidades a respeito, por exemplo, da compreensão sobre problemas políticos e sociais.<sup>1276</sup>

Conforme um anônimo correligionário do PRP residente em Palmeira, as divergências entre os membros do Partido Autonomista eram um dos fatores que impediam que essa agremiação elaborasse um ideário consistente. A análise das considerações desse correligionário permite, pois, evidenciar a existência de dificuldades para os dissidentes do PRP superarem antigos desentendimentos e construir um projeto político por meio do qual pudessem se diferenciar dos seus contendores:

Sobejas razões teve o correspondente do “Diário da Tarde” quando em seus judiciosos argumentos qualificou de “verdadeiro saco de gatos” esse agrupamento de politiqueiros desunidos, formado à socapa, sem um intuito louvável, sem um único fim que o justifique, corrilho de última hora, rotulado à guisa de partido autonomista. Saco de gatos, sim, é bem o atributo que deve ter essa delação espetaculosa, esse amontoado de coisas vãs, em cujo seio se aninham umas criaturas fúteis, uns homúnculos de vistas estreitas, sem ideais e sem princípios, executores fiéis de impopularíssimas ações. Impelidos à defesa de uma causa que só tem explicação na inveja e no ódio insopitado que os trouxe sempre divididos, esses velhos sem juízo, afetando de um modo grotesco certa coesão de ideias, cujos resultados os mais desastrosos todo o mundo poderá ver, hão de por certo chorar amargamente, quando vencidos na liça como uns politiqueiros de má sorte, tiverem de fugir, ao clangor tonitruante das grandes verdades eleitorais. [...] Eles não se gostam é fato, mas que importa isto, se é necessário que cada um desempenhe no momento atual o papel que lhe ficar melhor? A comédia é chistosa e a plateia exige, antes de tudo, que cada artista cumpra religiosamente a ordem dos comparsas. Entre os figurões da peça, dois outros existem que também só se olham como amigos no Polo Norte. São o coronel Ottoni [Maciel] e o Sr. Luiz Xavier. [...] Constituídos por elementos heterogêneos, sem ideais e sem princípios que representem lealmente as aspirações do nosso povo, o tal partido oposicionista é, na mais ampla acepção do termo, um verdadeiro saco de gatos.<sup>1277</sup>

A aproximação entre os dissidentes, portanto, não se desdobrou na formulação de ideias políticas alternativas àquelas propugnadas pelos líderes do partido situacionista. A inexistência de um ideário alternativo impediu que o Partido Autonomista se afirmasse no cenário político regional e ganhasse correligionários. Nessa ocasião, cogitava-se que Alencar

<sup>1275</sup> *A República*, 18 de outubro de 1919, n. 246, p. 1.

<sup>1276</sup> Em 17 de setembro de 1914, três meses antes de romper com o partido governista do Paraná, Alencar Guimarães pronunciou um discurso no Senado. Nele, manifestou-se sobre uma entrevista do deputado federal Maurício Paiva de Lacerda, do Rio de Janeiro, acerca do conflito social que ocorria na fronteira entre os estados do Paraná e Santa Catarina. Trata-se do conflito do Contestado (1912-1916). Nesse discurso, Alencar Guimarães qualificou o movimento messiânico que emergiu naquela reunião como uma “reunião de homens que não representam nenhum ideal, mas só tinham a preocupação do assalto a mão armada, do assalto”. BRASIL. *Annaes do Senado Federal*. Sessões de 1º a 30 de setembro de 1914. Volume V. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1917, p. 156. O senador paranaense Generoso Marques, ao apartear esse discurso de Alencar Guimarães, também se apresentou como um crítico do aludido movimento messiânico. Para Marques, os integrantes desse movimento não ambicionavam a posse de terras “porque o que eles querem é viver sem trabalhar” *Id.*

<sup>1277</sup> *A República*, 22 de outubro de 1919, n. 249, p. 1.

Guimarães estabeleceria uma aliança com o senador Generoso Marques dos Santos para a criação de um partido de oposição ao PRP.<sup>1278</sup> Essa aliança, contudo, não se realizou. Ou seja, a falta de unidade inviabilizou a consolidação do novo partido de oposição liderado por Alencar Guimarães.

Nos anos 1920, o esgotamento do partido de oposição desencadeou o retorno de dissidentes ao grupo político governista do Paraná. Tal percurso foi peculiar a membros de elite social do litoral paranaense. Atente-se, assim, ao caso do citado Lauro Loyola. No contexto da eleição estadual de 1919, ele era uma liderança oposicionista em Antonina.<sup>1279</sup> Contudo, no início dos anos 1920 ele voltou a participar de esquemas de nomeações comandados pelo PRP. Assim, em 1919, durante a gestão de Affonso Camargo como presidente do Paraná, Loyola foi nomeado para um cargo comissionado estadual, a saber, Classificador Oficial de Mercadorias.<sup>1280</sup> Nessa época, ele havia sido reintegrado ao grupo de membros do diretório do PRP em Antonina.<sup>1281</sup>

Dessa maneira, aos negociantes que perdiam influência no jogo partidário restava comandar entidades de classe e instituições caritativas. Em 1919, na época em que se encontrava afastado do partido governista, Lauro Loyola ocupava o cargo de Provedor do hospital de caridade de Antonina.<sup>1282</sup> De outra parte, o negociante Leopoldino de Abreu, residente em Antonina, foi um opositor do PRP no fim dos anos 1910. Tal oposição implicou a sua derrota na eleição para deputado estadual em 1919. Nessa ocasião, ele obteve apenas trigésima sexta colocação no pleito (3.423 votos).<sup>1283</sup>

Porém, essa perda de poder político não ocasionou o seu isolamento – e de seus descendentes – junto ao grupo de negociantes de Antonina. A esse respeito, cumpre destacar que o seu filho, Leopoldino Filho, exerceu o cargo de 1º secretário do Centro do Comércio e Indústrias de Antonina no ano de 1930. Nessa instituição, Leopoldino Filho conviveu com negociantes que também tiveram restritas oportunidades de atuar na vida partidária regional, a exemplo do citado Ermelino Agostinho de Leão.<sup>1284</sup> De todo modo, o afastamento do grupo partidário governista era um fator que inviabilizava ao negociante transmitir aos seus descendentes a prerrogativa de controlar a vida política de um município. Nesse quadro, os

---

<sup>1278</sup> *Jornal do Brasil*, 03 de julho de 1919, p. 6.

<sup>1279</sup> *A República*, edições de 20 e 22 de outubro de 1919.

<sup>1280</sup> *A República*, 05 de agosto de 1929, n. 181, p. 4.

<sup>1281</sup> *A República*, 02 de agosto de 1929, n. 179, p. 1.

<sup>1282</sup> *A República*, 06 de agosto de 1919, n. 183, p. 2.

<sup>1283</sup> *A República*, 21 de novembro de 1919, n. 274, p. 1.

<sup>1284</sup> *A República*, 21 de janeiro de 1930, n. 17, p. 7.

negociantes opositores e seus descendentes refugiavam-se nas entidades de classe. Aos negociantes restava, ainda, a alternativa de retornar ao grupo partidário governista e desempenhar os cargos comissionados mais subalternos na hierarquia da administração estadual – tal situação foi peculiar ao percurso social de Lauro Loyola.

\*\*\*

Em 1921, Alencar Guimarães voltou a disputar uma eleição. Nessa oportunidade, ele candidatou-se a deputado federal, sem sucesso.<sup>1285</sup> No princípio dos anos 1920, ele permaneceu como o líder de um pequeno partido. Porém, os governistas encaravam a atuação desse bacharel como um delírio, visto que ele, Alencar Guimarães, não possuía mais a influência política de outrora. Nesse contexto, o articulista de *A República* observou que o prestígio eleitoral daquele parlamentar era “pura phantasia, do vaudeville, do romance”.<sup>1286</sup>

A candidatura de Alencar Guimarães a deputado federal evidencia a dificuldade de a oposição renovar os seus quadros de líderes. Na época da Primeira República, a passagem de um antigo chefe partidário para a oposição não gerava a mudança do seu pensamento e de seus hábitos políticos. Nesse sentido, esses antigos chefes não se comprometiam a gerir o partido de modo mais democrático. Os partidos de oposição, portanto, não concediam oportunidades para que os novos políticos conquistassem maior projeção no jogo partidário.

Em síntese, o Partido Autonomista era sobremaneira hierarquizado. Alencar Guimarães não dividia o comando da agremiação, assim como buscava se conservar na condição de candidato natural do partido a cargos como o de deputado federal. Nesse contexto, ele era encarado como um chefe partidário que buscava permanecer indefinidamente no exercício de mandatos legislativos. A renovação dos quadros partidários, portanto, era inviabilizada em virtude das ambições de antigos líderes da ordem governista e dos partidos de oposição. No contexto da eleição de 1919, editorialista de *A República* elaborou a seguinte reflexão:

---

<sup>1285</sup> *Jornal do Brasil*, 24 de março de 1921, p. 8.

<sup>1286</sup> *A República*, 18 de fevereiro de 1921, n. 40, p. 1.

Hoje foi publicada a apresentação do seu nome como candidato do partido que S. Ex. faz crer existir neste Estado sob a ostentosa tabuleta de Partido Republicano Autonomista. Não criticamos absolutamente o movimento de elementos divergentes do nosso ideal partidário, feito em torno das eleições de 20 de fevereiro ou de quaisquer outras nas quais o povo seja concitado a exprimir sua soberana vontade na escolha livre dos seus representantes políticos. O que criticamos no Sr. Alencar é o seu vezo anti-republicano de fazer da política uma profissão rendosa e cômoda, procurando repetir-se à vida forçada no Congresso Nacional onde, há 30 anos, desfruta de uma situação de odioso privilégio, e onde também, pelo que se vê, pretende eternizar-se, embora contrariando todas as boas normas do regimen e derrotando todas as legítimas aspirações dos seus próprios correligionários.

As eleições municipais realizadas no ano anterior já evidenciavam que o Partido Autonomista não era inclinado a lançar candidatos novatos. Antes, os antigos chefes políticos municipais eram os personagens centrais dessa agremiação. Por outro lado, os resultados dessas eleições também demonstram que esses antigos chefes não conseguiam formar uma base eleitoral que solapasse localmente a influência do partido governista.

Nesse âmbito, Alencar Guimarães não se dedicou a construir um partido que promovesse a renovação do contingente de políticos atuantes dos municípios paranaenses. Ele formou apenas uma coligação eleitoral que congregava políticos destituídos do PRP. Em suma, os líderes do Partido Autonomista não realizaram inovações no modo de administrar um órgão partidário. Ao contrário, eles mantiveram-se apegados ao modelo oligárquico vigente na agremiação da qual haviam se desligado. Tal modelo era marcado pela centralização das decisões, assim como pela reiteração de antigas lideranças em posições centrais da gestão do partido.

Em Paranaguá, no ano de 1920, o Partido Autonomista homologou a candidatura do ex-vereador Alberto Gomes Veiga. Trata-se, pois, de um indício da indisposição do grupo oposicionista para apoiar a emergência de lideranças locais do partido. Assim, o Partido Autonomista era dependente do apoio de antigos coronéis que, no início da Primeira República, tiveram a oportunidade de pertencer a Câmaras Municipais. Leia-se, pois, um telegrama de José Gonçalves Lobo, publicado em *A República*, no qual ele informa a sua vitória na eleição para prefeito de Paranaguá contra o candidato do partido de Alencar Guimarães:

Paranaguá, 22 [de junho de 1920]. Dirigi hoje ao Dr. Benjamin Lins, na redação “Gazeta do Povo”, o telegrama seguinte: Sr. Dr. Benjamin Lins. Curityba. Pleito municipal hontem correu animado e em completa liberdade, fiscalizado e obtendo eu, candidato a prefeito, quatrocentos e setenta e quatro votos contra noventa dados ao coronel Alberto Veiga em quem votei. Tive a ventura própria presença candidatos adversários Polycarpo José Pinheiro e Pedro de Paula Manso, na segunda seção, onde estive assistindo aos trabalhos. Seus amigos solicitaram chapa contendo meu humilde nome. Quem este assina tem o seu nome sufragado por seus patrícios, inclusive adversários políticos, membros do Partido Autonomista Randolpho Veiga, candidato do mesmo partido. João Picanço e Costa Pinto não é



dilapidador das rendas públicas como informaram perfidamente ao vosso jornal. Está respondido o vosso informante. Saudações. (a) *José Lobo*.<sup>1287</sup>

A eleição de Lobo representou a continuidade do controle dos negociantes sobre a administração municipal. Lobo renunciou ao cargo em 1922 e voltou a ocupa-lo interinamente em 1929. No dia 14 de outubro desse ano, ele sancionou uma lei que declarou a Associação Comercial de Paranaguá como instituição de utilidade pública municipal. Essa lei também isentava tal entidade do pagamento de sua dívida predial.<sup>1288</sup> Assim, o auxílio econômico àquela entidade de classe foi realizado ao tempo da segunda gestão do comerciante Lobo como prefeito de Paranaguá.

Ao tempo da Primeira República, a elite política do litoral era formada majoritariamente por comerciantes cujo percurso social era marcado pela conquista de cargos comissionados. Nesse contexto, o posto de suplente de Juiz de Direito era ambicionado por esses comerciantes. Em 1908, por exemplo, os negociantes Ceciliano da Silva Correia, Manuel Hermógenes Vidal e Manuel Ludgero Moreira foram nomeados para o cargo de suplente de Juiz de Direito da Comarca de Paranaguá.<sup>1289</sup> Ao mesmo tempo, o percurso desses indivíduos era marcado pela obtenção de privilégios econômicos.

Nesse contexto, cabe destacar que, em 1913, o Congresso do Paraná autorizou a concessão, pelo Governo Estadual, de benefícios para que o citado Ceciliano Correia instalasse uma fábrica de briquetes de turfa.<sup>1290</sup> Desde o século XIX, os negociantes do litoral reivindicavam a obtenção de apoio econômico do Governo do Paraná. Todavia, em algumas ocasiões as demandas que eles endereçavam a agências da administração paranaense não eram atendidas.<sup>1291</sup> De todo modo, a proteção estatal era almejada pelos negociantes no momento em que passavam a se dedicar a uma nova atividade econômica.

Na Primeira República, os comerciantes de Paranaguá privilegiavam a realização de suas atividades econômicas em detrimento da atuação legislativa. Tal preferência motivava a renúncia de alguns comerciantes do cargo de vereador. Em 1914, Alberto Veiga e Manuel

---

<sup>1287</sup> *A República*, 23 de junho de 1920, n. 149, p. 1.

<sup>1288</sup> *A República*, 09 de novembro de 1929, n. 262, p. 8.

<sup>1289</sup> *A República*, 30 de julho de 1908, n. 177, p. 2.

<sup>1290</sup> *A República*, 31 de março de 1913, n. 73, p. 2.

<sup>1291</sup> Em 1922, o Coletor Estadual do Paraná não deferiu uma demanda de Francisco Raimundo Cominese, negociante estabelecido em Paranaguá. No mencionado ano, Cominese adquirira a empresa *Munhoz da Rocha e Cia.*, que pertencera à família de Caetano Munhoz da Rocha, então presidente do Paraná. Nesse sentido, verificase que Cominese era um negociante abastado no contexto da vida econômica do litoral paranaense. O poder econômico de Cominese, portanto, não interferiu na decisão do Coletor Estadual. *A República*, 26 de junho de 1922, n. 148, p. 4.

Nunes Barranco renunciaram aos mandatos que exerciam na Câmara de Paranaguá. Ao mesmo tempo, outro comerciante, Elísio Pereira Alves, renunciara ao seu cargo na direção do PRP de Paranaguá. Enfim, os interesses particulares e as dissidências políticas eram fatores responsáveis pela mudança na composição das instituições políticas e administrativas desse município na época da Primeira República.<sup>1292</sup>

Entretanto, essas renúncias eram acontecimentos circunstanciais. Desse modo, os negociantes buscavam conservar o seu pertencimento nas Câmaras Municipais. Alberto Veiga, por exemplo, elegeu-se vereador em duas ocasiões (1908 e 1912). Esse controle era uma salvaguarda do poder político de indivíduos que tinham dificuldades para ocupar posições mais relevantes no jogo partidário estadual. Assim, a busca para se reeleger vereador não era uma pretensão incomum entre os comerciantes abastados de Paranaguá. Nesse contexto, os vereadores de Paranaguá não deixaram herdeiros políticos. A principal vantagem obtida pelos descendentes desses indivíduos era a nomeação para um posto na administração estadual.<sup>1293</sup>

Nesse quadro, a eleição para cargos na administração municipal de Paranaguá ocorrida em 1920 foi marcada pela polarização.<sup>1294</sup> Em verdade, desde a época anterior ao surgimento de uma dissidência no grupo político governista, em 1914, as eleições para o cargo de prefeito em municípios do litoral do Paraná não eram desprovidas de competição.

Em algumas ocasiões, os gestores do diretório governista não tinham êxito em suas candidaturas. Em 1912, o advogado e negociante Ermelino Agostinho de Leão era um dos

---

<sup>1292</sup> *A República*, 15 de dezembro de 1914, n. 294, p. 2.

<sup>1293</sup> Atente-se ao caso de Antônio Henrique Gomes Filho, cujo pai foi vereador à Câmara de Paranaguá de 1887 a 1889. Antônio Filho não desenvolveu carreira política, bem como não atuou no comércio, atividade à qual seu pai se dedicara. Ao contrário, Antônio Filho era funcionário público. Em 1929, ele estava no exercício do cargo de Auxiliar da Inspetoria da Polícia Marítima de Paranaguá. *A República*, 12 de julho de 1929, p. 2.

<sup>1294</sup> No primeiro capítulo desta tese, foi destacado que um dos fatores de aproximação entre adversários políticos, no Paraná provincial, era a tomada de posição acerca de questões políticas nacionais, tais como a Questão Christie. Na Primeira República, na esfera da cidade de Paranaguá, a convergência de opiniões sobre questões de repercussão nacional promovia a momentânea aliança entre adversários políticos. Em 1917, em um momento no qual João Guilherme Guimarães já liderava o grupo político oposicionista em Paranaguá, estava em funcionamento nessa cidade uma seção da *Liga Brasileira dos Aliados*. Criada no Rio de Janeiro em 1915 e extinta em 1919, a *Liga* promovia a causa dos países que formavam a Tríplice Entente (Inglaterra, França e Rússia) na Primeira Guerra Mundial. Um dos principais líderes dessa entidade era o senador Rui Barbosa. Os membros da *Liga*, portanto, eram críticos das pretensões políticas e econômicas dos países da Tríplice Aliança (Alemanha, Itália e Áustria-Hungria). A *Liga* opunha-se ao ideário pangermanista. Em Paranaguá, a *Liga pelos Aliados* era composta tanto por membros do PRP, como Domingos Soriano da Costa e José Gonçalves Lobo, quanto por opositores dessa agremiação, a exemplo de Alberto Gomes Veiga e João Guilherme Guimarães. *A República*, 04 de julho de 1917, n. 155, p. 2. Acerca do contexto político em que a *Liga* foi fundada e dos propósitos dessa entidade, ver CLARO, Lívia. Pensando a guerra e a nação: a Liga Brasileira pelos Aliados e suas ideias sobre o Brasil no contexto da Primeira Guerra Mundial (1915-1919). In: *História: debates e tendências*, v. 14, n. 2, julho/dezembro de 2014, pp. 292-305.

dirigentes do diretório do Partido Republicano Paranaense em Antonina. Nessa ocasião, ele lançou-se candidato a prefeito do município. Porém, foi derrotado por outro negociante, a saber, Antônio Ribeiro de Macedo.<sup>1295</sup>

Em 1920, a situação política em Paranaguá era marcada pelo antagonismo entre abastados negociante. De um lado, o grupo governista chefiado por José Lobo. De outro lado, o grupo oposicionista composto por negociantes como João Guilherme e Alberto Veiga, que exercera mandato de vereador nos anos 1900. Em carta publicada em *A República*, Lobo acusou João Guilherme de orquestrar uma campanha difamatória contra ele. Ao mesmo tempo, nessa carta Lobo afirma que uma estratégia dos oposicionistas para aumentar seu rol de correligionários era tentar uma aproximação com os operários do município:

Repetidas e incessantes perfídias, semelhantes às canções fanhosas dos realejos ordinários, alguns adversários – felizmente alguns – vem, pela *Gazeta do Povo*, que lhes dá agasalho, movendo contra mim, ora falando sobre a proteção do truste de peixe e carne, outras vezes sobre a minha vida privada. É preciso acabar esse regime de difamação que vem desde a eleição de presidente de do Estado, e para acaba-lo, devemos definir posições. Por vezes tenho declarado, até pela imprensa, que assumo a responsabilidade pela orientação local do meu Partido como presidente do Diretório. Será muito justo, daí, que exija dos meus antagonistas igual soma de responsabilidades. Pelas torpes aleivosias que me atiram adversários desleais, passo a responsabilizar portanto os Srs. João Guilherme Guimarães e Elísio de Siqueira Pereira Alves, principalmente ao que se refere à minha vida íntima, pois os meus atos públicos estão sujeitos à crítica de qualquer um. Mas essa crítica deve ser com provas e desassombro endossada pela dignidade do atacante ou atacantes. Responsabilizo-os por serem os mais destacados membros do Diretório do Partido Autonomista, não temendo eu um cotejo quanto a honorabilidade, embora tenham eles mansos autores de boletins em nome dos operários que absolutamente não concordam em tal. Que venham os meus impertinentes atacantes, mas sem o anonimato e coma responsabilidade de seus nomes, munidos de provas – porque eu lhes darei respostas na altura e com o apoio das testemunhas que o caso permitir. E assinarei essas respostas, afim de se mostrar como se procede com hombridade e altivez. Paranaguá, 23 de Junho de 1920. José Gonçalves Lobo.<sup>1296</sup>

João Guilherme atuou como uma liderança local que executava localmente as estratégias de lideranças oposicionistas estaduais e nacionais. Em 1922, ele apoiou a candidatura presidencial de Nilo Peçanha. Nessa ocasião, o candidato governista era Arthur Bernardes. O episódio da eleição presidencial de 1922 permite evidenciar que João Guilherme, nesse decênio, conservou-se como uma liderança política que ainda se envolvia nas eleições realizadas em Paranaguá. Ele se empenhava, por exemplo, para conquistar votos junto a funcionários públicos. Contudo, existiam resistências desses funcionários para apoiar os oposicionistas. Atente-se, portanto, ao seguinte telegrama enviado por João Guilherme a Nilo Peçanha, em março de 1922. Por meio desse telegrama, verifica-se que Peçanha teve

<sup>1295</sup> *A República*, 28 de junho de 1912, n. 149, p. 2.

<sup>1296</sup> *A República*, 23 de junho de 1920, n. 153, p. 3.

menos votos do que Bernardes em Paranaguá: “Nilo 433; Bernardes 471; Seabra 436 e Urbano 449. Agente Lloyd fez pressão arredando votos nossos amigos. Agente Estrada de Ferro votou com sete subalternos apenas. Dois votaram conosco. Seis faltaram. Saudações cordiaes. João Guilherme Guimarães”.<sup>1297</sup>

No Paraná, Peçanha foi o candidato mais votado em apenas dois municípios – Deodoro (95 votos contra os 65 sufrágios conferidos a Bernardes) e Antonina (229 votos, contra os 169 sufrágios de Bernardes). Em Paranaguá, a candidatura de Peçanha, localmente coordenada por João Guilherme, obteve 433 votos, contra os 472 sufrágios de Bernardes. Assim, nesse município a candidatura Peçanha conquistou pouco menos da metade dos eleitores. No Paraná, Bernardes venceu com 14.011 sufrágios, enquanto Peçanha angariou 4.941 votos. Portanto, na maior parte dos municípios paranaenses havia oposicionistas politicamente organizados. Em algumas poucas circunstâncias, esses oposicionistas tinham os apoios suficientes para suplantar a candidatura oficial.

Por outro lado, em 1925 João Guilherme e seus aliados realizaram a defesa da candidatura presidencial de Washington Luís, a qual era apoiada pelo presidente da República, Arthur Bernardes. Essa defesa evidencia a dificuldade de os oposicionistas conseguirem lançar um candidato que tivesse condições de vencer o representante da grei situacionista. Diante dessa dificuldade, os oposicionistas capitulavam. Ou seja, eles aderiam às candidaturas oficiais. Na eleição presidencial de 1926, Washington Luís foi candidato único.

A dificuldade de articular uma frente de oposição eleitoralmente viável marcara a história política do Paraná na Primeira República. Em 1911, membros da oposição manifestaram apoio à candidatura do governista Carlos Cavalcanti para o posto de presidente do Estado. Nesse contexto, os oposicionistas, em virtude de interesses divergentes, não conseguiam formar um partido político. Antes, disputavam entre si pela prerrogativa de serem lançados candidatos a cargos tais como o de deputado federal.<sup>1298</sup> Em resumo, os oposicionistas tinham dificuldades em conceber uma estrutura partidária para se contrapor, de formar contínua e organizada, ao governo.

\*\*\*

Em 1925, ao anunciarem seu apoio à chapa formada por Washington Luís (presidente) e pelo presidente de Minas Gerais, Fernando de Mello Viana (vice-presidente), os membros

<sup>1297</sup> *A Noite*, 03 de março de 1922, p. 2.

<sup>1298</sup> *A República*, 7 de dezembro de 1911, n. 287, p. 1.

da facção oposicionista do Paraná salientaram a sua discordância acerca do modo como a escolha desses candidatos foi realizada. Essa discordância consiste, pois, em uma evidência sobre o caráter oligárquico do processo de definição de candidaturas na Primeira República:

O partido oposicionista deste Estado, pelos seus representantes abaixo-assinados, não pode deixar de assinalar as suas fundadas reservas quanto à formula adotada para a constituição dessa convenção, que, por motivo de princípio, não aconselharia como a melhor, nem mais condizentes com as boas práticas recomendadas pelo regime. Isto, porém, em nada prejudica o grande relevo dos dois eminentes candidatos, que, ao contrário, se impõe, por si, pelo seu valor e pelas suas ideias [...] O Dr. Washington Luís traz consigo a tradição eloquente, perigosa e firme vontade, perfeito conhecimento dos negócios públicos e a inconfundível probidade. [...] O Dr. Mello Vianna [...] tem se revelado, além disso, um espírito eminentemente liberal e democrata, pela espontaneidade e nobreza das suas ideias.<sup>1299</sup>

Em 1926, esses oposicionistas fundaram o Partido Democrático, o qual foi também criado no Estado de São Paulo.<sup>1300</sup> Porém, o movimento oposicionista no Paraná não teve êxito. Um dos indícios do malogro desse movimento era a ausência de condições de lançar candidaturas alternativas aos nomes referendados pelos chefes do partido situacionista. Ao mesmo tempo, outro indício desse malogro era a perda de correligionários. Realizado no presente capítulo, o estudo sobre a trajetória de Leôncio Correia permite evidenciar que a deserção do grupo oposicionista foi um elemento peculiar ao desfecho da carreira política desse indivíduo.

\*\*\*

O sobrinho de João Guilherme, Manuel de Alencar Guimarães, retornou ao seio do grupo político situacionista em meados dos anos 1920. Antes desse retorno, ele residira na capital federal, onde exerceu um cargo comissionado: Tesoureiro da Comissão do Centenário da Independência (1922). O seu afastamento do partido situacionista do Paraná não inviabilizou, pois, o seu acesso às lideranças políticas nacionais.

Em 1926, o presidente do Paraná, Caetano Munhoz da Rocha, nomeou Alencar Guimarães para desempenhar a tarefa de organizar o Prontuário das Leis Administrativas, Decretos e Atos do Governo do Estado produzidos desde o ano de 1889.<sup>1301</sup> O regresso desse bacharel ao grupo governista foi marcado, pois, pela obtenção de um cargo temporário e pouco relevante na condução da administração regional.

<sup>1299</sup> *O Paiz*, 13 de novembro de 1925, p. 2.

<sup>1300</sup> Para o conhecimento da íntegra do manifesto de fundação do Partido Democrático, ver GOULART, Mônica Harrich da Silva. *Classe dominante... Op. cit.*, pp. 584-587. Concernente à estruturação do Partido Democrático no Estado de São Paulo, ver PRADO, Lígia Maria C. *A democracia Ilustrada (O Partido Democrático de São Paulo, 1926-1934)*. São Paulo: Ática, 1986.

<sup>1301</sup> *Jornal do Brasil*, 14 de maio de 1926, p. 5.

Em 1927, obteve o cargo federal de Inspetor Consular para a América do Sul e Sul da África. O seu retorno ao grupo governista afastou-o dos seus antigos aliados. No referido ano, por exemplo, ele recusou o convite do Partido Democrático para candidatar-se a presidente do Estado por essa agremiação.<sup>1302</sup> Alencar Guimarães permaneceu vinculado ao grupo político de Washington Luís até a deposição desse presidente. Após a eclosão da Revolução de 1930, Alencar Guimarães acreditava que a situação política do país poderia ser pacificada, em detrimento das pretensões de Getúlio Vargas.

Em 16 de abril de 1930, a *Gazeta de Notícias* veiculou a seguinte informação sobre do ex-senador paranaense, que na época se encontrava na cidade uruguaia de Montevidéu, no exercido de seu cargo de Inspetor Consular: “Montevidéu, 15. O Sr. Alencar Guimarães, inspetor de consulados do Brasil, e que aqui chegou a bordo do ‘Astúrias’, falando sobre os jornalistas sobre a situação actual de seu paiz, teve ocasião de dizer que o governo federal dominará a rebelião. Acrescentou o Sr. Alencar que no Rio de Janeiro reina absoluta calma.”<sup>1303</sup>

Em suma, o adesismo foi um elemento peculiar à carreira política de Manuel de Alencar Guimarães nos anos finais da Primeira República. Tal postura foi mantida por esse advogado nos anos 1930, na época do Estado Novo. Em 1939, ele desempenhou um cargo comissionado no Governo do Paraná: membro do Departamento Administrativo do Estado do Paraná.<sup>1304</sup> Um irmão desse advogado, João de Alencar Guimarães, também esteve envolvido nos esquemas de nomeações vigentes no Paraná após o fim da Primeira República. Nos anos 1930, João de Alencar desempenhou o posto de Inspetor-Geral dos Veículos do Paraná.<sup>1305</sup> Outro irmão, Adolfo de Alencar Guimarães, era Delegado Especial de Polícia em Ponta Grossa em 1937.<sup>1306</sup> De acordo com o articulista de *A República*, os membros da família Guimarães estavam acomodados em diferentes órgãos da administração paranaense desde a Primeira República. Segundo o editorialista, a passagem de Alencar Guimarães para a oposição, em fins dos anos 1910, não impediu que os seus familiares permanecessem no exercício de seus cargos comissionados estaduais.

<sup>1302</sup> *A Noite*, 19 de janeiro de 1927, p. 2.

<sup>1303</sup> *Gazeta de Notícias*, 16 de outubro de 1930, p. 1.

<sup>1304</sup> *Gazeta de Notícias*, 30 de junho de 1939, p. 3. Acerca da criação e das atividades desenvolvidas por esse órgão da administração estadual, ver DAGOSTIM, Maristela Wessler. *A República dos Conselhos: um estudo sobre a transformação do perfil da elite política paranaense (1930-1947)*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2011, p. 120.

<sup>1305</sup> *O Estado do Paraná*, 02 de abril de 1937, n. 153, p. 3.

<sup>1306</sup> *Gazeta de Notícias*, 09 de junho de 1939, p. 16.

O excerto transcrito a seguir foi produzido no contexto em que o redator do jornal buscava refutar o argumento de que, nos anos 1910, os funcionários públicos não alinhados com o partido situacionista eram vítimas de perseguição do presidente do Estado, Affonso Camargo: “Os funcionários filiados à oposição são tão perseguidos pelo Governo a ponto de votarem contra este sem serem dispensados, inclusive os parentes do Sr. Alencar, que é o político no Paraná que tem mais parentes empregados em repartições federais, estaduais e municipais, até na Força Militar do Estado, onde tem um irmão capitão e um sobrinho tenente, sendo maior fornecedor do Estado um irmão de S. Excia”.<sup>1307</sup>

Essa acomodação manteve-se, portanto, após o fim da Primeira República. Antes de ingressar nos esquemas de nomeações do Estado Novo, Alencar Guimarães foi deputado estadual (1935-1937) pelo Partido Social Nacionalista, de oposição ao Interventor Manuel Ribas. Em 1937, época imediatamente anterior ao seu ingresso nesses esquemas, Alencar Guimarães pertenceu à diretoria da seção paranaense da Ordem dos Advogados do Brasil. Nessa ocasião, Affonso Camargo também foi eleito integrante da direção da OAB-PR.<sup>1308</sup>

Dessa maneira, o pertencimento às diretorias das associações de classe foi um elemento característico não apenas dos negociantes perdiam espaço na vida política paranaense. Os bacharéis também se tornaram gestores dessas entidades em momentos nos quais sua influência política encontrava-se diminuída.

\*\*\*

Por outro lado, o negociante João Guilherme não ensaiou uma reaproximação com os dirigentes do partido situacionista do Paraná. Porém, a agremiação que ele criou (PD) não ameaçou o poder político dos governistas. Nesse contexto, o controle sobre entidades de classe e o seu poder econômico eram os principais elementos de seu prestígio social. Por outro lado, os descendentes de João Guilherme não se vincularam ao grupo político oposicionista do qual seu pai fizera parte. Um de seus filhos, Acrísio Guimarães, pertencia, em 1929, ao grupo que geria o Partido Republicano Paranaense em Paranaguá.<sup>1309</sup>

Em síntese, as tentativas de membros das famílias Guimarães atuarem como oposicionistas não tiveram êxito. O adesismo ao grupo político dominante foi um elemento comum ao epílogo de suas trajetórias. Tal situação foi também comum aos destinos de membros da família Correia. Nesse sentido, cabe demonstrar que membros da antiga elite

---

<sup>1307</sup> A REPÚBLICA. *Política paranaense... Op. cit.*, p. 37.

<sup>1308</sup> *Gazeta de Notícias*, 24 de setembro de 1937, p. 7.

<sup>1309</sup> *A República*, 07 de agosto de 1929, n.

provincial do Paraná tinham dificuldades em permanecer como opositores. Nos momentos em que romperam com o partido situacionista, as pretensões eleitorais desses indivíduos malograram. O retorno ao partido situacionista implicava o envolvimento em esquemas de nomeações para cargos estaduais. Trata-se de ressaltar que uma das dificuldades de permanecer na oposição era organizar partidos que combatessem a ordem política situacionista. Em geral, os partidos de oposição funcionavam apenas em períodos eleitorais.

A dificuldade de transformar uma aliança eleitoral em um partido estruturado minou as chances de os opositores do Paraná se confrontarem com o PRP. Diante desse cenário adverso, membros das referidas parentelas optaram por regressar ao grupo político situacionista. Esse regresso, contudo, não possibilitou a recuperação de relevantes posições no ordenamento estatal e na vida partidária. Antes, eles conquistaram funções mais subalternas na administração estadual.

#### **5.4. – Isolamento e adesão política: os destinos sociais e políticos de membros da família Correia**

O estudo empreendido a partir desta seção é concernente ao epílogo das trajetórias de Manuel Francisco Correia e de seu primo Leôncio Correia.<sup>1310</sup> Esse estudo é operacional para o conhecimento sobre a natureza e os limites das oportunidades sociais e políticas de antigas lideranças dos partidos monárquicos. A produção de tal conhecimento é realizada por meio da investigação do caso de Manuel Francisco. Por outro lado, o estudo desenvolvido nas seções seguintes possibilita o conhecimento sobre os fatores e implicações do isolamento de antigos membros dos partidos governistas que existiam nos Estados brasileiros ao tempo da Primeira República.

A presente investigação é iniciada pela análise do percurso social de Manuel Francisco nas décadas de 1890 e 1900. Nesse âmbito, é demonstrado que, no limiar da República, houve membros da elite política imperial que conservaram a prerrogativa de interferir em esquemas de preenchimento de cargos públicos. Em seguida, demonstra-se que, sem apoio político em seu Estado de origem, restou a Manuel Francisco a obtenção desses cargos. O apoio às lideranças políticas pertencentes ao partido situacionista no Paraná também foi um aspecto das posições assumidas por Manuel Francisco na Primeira República. Ou seja, será destacado

---

<sup>1310</sup> Manuel Francisco Correia era neto do comerciante português Manuel Francisco Correia. Leôncio Correia, por sua vez, era bisneto do referido comerciante.



que antigos chefes dos partidos Conservador e Liberal aderiram à ordem partidária governista. Aos indivíduos que não aderiam, restava a imersão no ostracismo político.

Por fim, é demonstrado que o percurso político de Leôncio Correia consiste em uma evidência das dificuldades de os oposicionistas conseguirem organizar-se, no interior de um partido, para combater o partido situacionista. O malogro das tentativas de organização ocasionava ou isolamento político do oposicionista ou a sua incorporação à ordem situacionista, ainda que em perspectiva subalterna. Por meio do caso de Leôncio Correia, será destacado que realizar oposição a um partido governista estadual não gerava obstáculos para o envolvimento com lideranças políticas nacionais.

Desse modo, o distanciamento em relação a chefes partidários estaduais não interferia, em todos os casos, na conquista de um espaço em políticas de nomeações federais. Assim, compete demonstrar que a inserção nessas políticas era um refúgio para indivíduos que conheceram o esgotamento de sua influência no âmbito do jogo partidário de um estado.

#### **5.4.1. – A carência de apoio político e a inserção em esquemas de nomeações federais: o caso de Manuel Francisco Correia**

No princípio do período republicano, cogitava-se que membros da antiga elite política do Paraná conservariam o seu domínio sobre o jogo partidário. Mais especificamente, não era descartada a possibilidade de as famílias Correia e Guimarães manterem-se acomodadas em posições relevantes na gestão dos partidos e das instituições administrativas. Em 1891, no contexto da escolha de deputados estaduais constituintes, o editorialista do *Diário do Commercio*, periódico editado em Curitiba, elaborou uma crítica à maciça presença de membros de ambas as parentelas na chapa de candidatos do Partido Republicano Paranaense.

Essa crítica consiste em um indício de que o processo de definição de candidaturas, no limiar da Primeira República, permaneceu controlado pela cúpula dos partidos. A organização de diretórios e a consolidação de regras acerca do funcionamento dessas unidades partidárias não geraram, portanto, a democratização da vida interna dessas agremiações:

A funesta política das olygarchias, que atrofiou o Paraná e matou completamente a iniciativa particular, essa política que tratava somente de arranjos de família e desprezava os interesses do povo, de quem só se lembravam por ocasião das eleições, essa política dos ignorantes e dos compadres, que antepunha ao bem público a satisfação das ambições de meia dúzia; essa política ruim, sem patriotismo, sem ideal, sem princípios, está sendo levantada novamente e posta em prática pela *República*, que, num regime democrático, não teve o escrúpulo de apresentar ao eleitorado paranaense uma chapa em que o Barão do Serro Azul, chefe da olygarchia Correia, figura ostensivamente a par de seus parentes e aderentes! Temas nessa chapa, da mesma família, os seguintes indivíduos: Barão do Serro Azul, chefe da olygarchia. João Guilherme Guimarães, primo-irmão do chefe. Manuel de Alencar Guimarães, primo do

mesmo chefe. Alberto Ferreira de Abreu, primo-irmão do mesmo chefe. Vai renascer o velho predomínio de família. Em uma chapa de 36 nomes, a *olygarchia* Correia arranhou 4 parentes, inclusive o próprio chefe, não contando os aderentes, que constituem a panela de ouro! Em uma chapa de 36 nomes, apresentada pela *República* como democrática, estão figurando os dois antigos elementos perniciosos ao Paraná: a *olygarchia* Correia e os seus prepostos chamados: a panela de ouro. [...] A chapa que *A República* pretende impor ao brioso povo paranaense representa um dos elementos antigos mais perniciosos a este pobre Paraná.<sup>1311</sup>

A despeito de membros de ambas as parentelas terem conseguido ser inscritos como candidatos do grupo político de Vicente Machado, apenas Alencar Guimarães alcançou relevante posição no jogo político regional. A execução do Barão do Serro Azul, em 1894, iniciou o processo de afastamento dessa parentela de posições centrais nos quadros partidários e nos órgãos da administração pública. Portanto, a *oligarquia Correia*, ao final dos anos 1890, já se encontrava politicamente enfraquecida. No início da República, não houve, em todas as circunstâncias, a união política de parentelas cujos membros estavam envolvidos na vida partidária desde a época imperial. Os membros da família Prado, de São Paulo, desenvolveram trajetórias políticas independentes.<sup>1312</sup>

No Paraná, o esgotamento da aliança política entre antigas parentelas esgotou-se ao longo dos anos 1910. A rejeição política enfrentada pelo ex-senador Manuel Francisco Correia em seu Estado de origem é uma evidência desse enfraquecimento. Inicialmente, cabe salientar que, em junho de 1890, esse bacharel publicou um artigo no *Jornal do Commercio*, do Rio de Janeiro. Nesse texto, apresentou sua adesão à República. Ao mesmo tempo, cogitou a possibilidade de obter votos nas eleições para senador e deputado constituinte que se realizaram em setembro daquele ano.

O texto de Manuel Francisco é uma advertência sobre os desafios que deveriam ser enfrentados para a concretização da República. Em seu entendimento, a consolidação do federalismo demandava a precisa definição das competências administrativas dos estados. No princípio de seu texto, Manuel Francisco ressaltou que a queda da dinastia de Bragança acarretaria o fim do regime monárquico. A monarquia não poderia perdurar no país sob outra

<sup>1311</sup> *Diário do Comércio*, 07 de março de 1891, n. 54, p. 3.

<sup>1312</sup> O advogado e jornalista Eduardo Paulo da Silva Prado (1860-1901) foi um dos fundadores do Partido Monárquico Paulista, em 1895. Por outro lado, o citado Antônio da Silva Prado, irmão de Eduardo Prado, ingressou no Partido Republicano Paulista. Ao passo que a família Prado não se uniu para fundar esse partido, houve membros da família Souza Queiroz que participaram da criação do Partido Monárquico Paulista. Esses membros eram o supracitado Francisco Antônio de Souza Queiroz e seu filho Augusto de Souza Queiroz (1844-1900), que era bacharel em Direito. Nesse sentido, em São Paulo também houve casos de parentelas que adentraram politicamente unidas no jogo político da Primeira República. No Império, os integrantes da família Souza Queiroz pertenceram ao Partido Liberal. *A República*, 21 de novembro de 1895, n. 720, p. 1.

dinastia. Portanto, a implantação da República era por ele encarada como um acontecimento irreversível:

A forma republicana parece-me que se tornou definitiva no governo do Brasil, sendo, portanto, dever cívico dos que assim encaram o futuro torna-la apreciada pelo povo. Em nossa pátria, jamais houve o que propriamente se denomina questão monárquica. Nunca tivemos senão questão dinástica. Não havia cidadão que não estivesse convencido de que no Brasil só uma dinastia era possível. Deposta a dinastia que surgiu com a independência nacional e que o Brasil não tem motivo para amaldiçoar, havemos de seguir o influxo dominante em nossa continente. Mas a República tem muitos deveres a cumprir e muitas questões difíceis a resolver.<sup>1313</sup>

Nesse contexto, Manuel Francisco eximiu-se da tarefa de elaborar sugestões detalhadas acerca das competências políticas dos Estados da União. Contudo, ele defendeu que deveria pertencer à União a incumbência de regular os serviços como o Correio e de controlar a circulação monetária. Em suma, o ex-senador salientou apenas que a consolidação de prerrogativas administrativas da União não deveria prejudicar a autonomia dos Estados.

A defesa da autônoma política dos Estados também foi um aspecto presente nas reflexões que José Antônio Saraiva realizou na época em que atuava como senador constituinte pela Bahia, em 1890.<sup>1314</sup> Esse bacharel foi o único senador do Império a ser novamente eleito para o cargo, no limiar da República. Em suma, Manuel Francisco e José Saraiva entendiam que era salutar ao federalismo o equilíbrio de responsabilidades entre o Estado e a União. Leia-se, pois, a continuidade das considerações elaboradas por Manuel Francisco em seu artigo veiculado no *Jornal do Commercio*:

*Divisão dos poderes.* A divisão dos poderes dos poderes tem de atender a que o estado não sofra peias em sua legítima ação, e a autoridade central fique energicamente constituída para representar o poder de todos a favor de todos e contra todos. Que atribuições devem ser taxativamente firmadas? As do poder central ou as dos estados? Não há previsão que abranja todos os casos que possam ocorrer. Em sua

<sup>1313</sup> *Jornal do Commercio*, 5 de junho de 1890, n. 156, p. 1. Acerca das reflexões dos membros do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro desenvolveram, nos anos 1890, sobre a implantação da República, ver SOUSA, Francisco Gouveia de. *Proclamação e revolta: recepção da República pelos sócios do IHGB e a vida na cidade (1880-1900)*. Tese (Doutorado em História). Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2012.

<sup>1314</sup> Na sessão de 24 de dezembro de 1890 do Senado, Saraiva a advogou a ideia segundo a qual a razão da implantação da República e a consolidação do federalismo. Portanto, era urgente a definição das competências e do grau de autonomia dos Estados. Em seu entendimento, a defesa do federalismo iria condicionar a organização do quadro partidário, visto que ele previa que seriam criados os partidos *federalista* e *unionista*. O discurso pronunciado pro Saraiva nessa ocasião evidencia que os antigos membros da elite política imperial haviam se resignado à implantação da República. Conforme demonstrado neste capítulo, alguns desses membros ainda influíam nos esquemas de nomeações. Outros membros também conservaram seus apoios eleitorais. Assim, em 1890 havia um ex-senador que fazia parte do Congresso Constituinte: o paulista Antônio da Silva Prado, que desempenhava mandato de deputado. BRASIL. *Annaes da Câmara dos Srs. Senadores* (Sessões da Constituinte, de 15 de novembro a 31 de dezembro de 1890). Volume I. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1926, pp 339-341.

marcha, traz a civilização relações novas. No meu sentir, deve prevalecer, em casos omissos, a competência dos estados. A esta proposição genérica tenho aqui de restringir-me. A constituição fará a fixação, e distribuirá as atribuições pelos poderes do legislativo, executivo e judiciário. Há atribuições que ninguém contesta à autoridade federal. Sobre pontos controversos, patenteari a minha opinião. Penso que à autoridade central deve ficar a competência de decretar os códigos civil e criminal, regular o meio circulante, e superintender o serviço do correio, do telégrafo, das vias de comunicação que não se restringem ao território de cada estado. São medidas que fortalecem a união, e em nada prejudicam a autonomia dos estados.<sup>1315</sup>

Ao analisar o problema da transferência de recursos da União para os Estados, Manuel Francisco destacou que gabia ao Governo Federal adotar medidas administrativas austeras, de modo a evitar o crescimento de déficits. Esse bacharel não se alongou no problema da definição de critérios para a realização do mencionado repasse de recursos. Contudo, destacou que a República originava-se em um momento no qual eram expressivas as despesas às quais o Governo Federal estava obrigado a realizar. A prudência e contenção de gastos, portanto, seriam as medidas mais adequadas para a administração e transferência de recursos públicos.<sup>1316</sup>

Por fim, Manuel Francisco salientou que as ideias que apresentou no artigo iriam embasar as posições que assumiria como parlamentar, como fosse eleito nas eleições que se aproximavam. Ele salientou, contudo, que não se empenharia pela própria eleição.<sup>1317</sup> Contudo, nas eleições parlamentares realizadas no Paraná em setembro de 1890, Manuel Francisco conseguiu poucos votos. No Colégio Eleitoral de Curitiba, por exemplo, ele obteve somente cinco votos na disputa pelo cargo de senador.<sup>1318</sup> No princípio da República, havia membros da sociedade paranaense que enxergavam Manuel Francisco como um político que jamais se dedicara aos problemas de sua província de origem.

A dificuldade de angariar apoios para retornar à vida política também foi peculiar à trajetória de Manuel Alves de Araújo no limiar da República. Em 1892, por exemplo, ele recebeu o apoio para candidatar-se ao cargo de senador de membros da União Republicana que residiam em Morretes.<sup>1319</sup> Porém, essa candidatura não prosperou.

Ao mesmo tempo em que conseguiu reunir apoios na região litorânea, Manuel de Araújo fora combatido eleitores da região planáltica. Em texto anônimo publicado no jornal *A República*, edição de 21 de abril de 1892, um eleitor residente no município de Campo Largo apresentou a seguinte indagação aos demais eleitores daquele município: “Que benefício

<sup>1315</sup> *Jornal do Commercio*, 05 de junho de 1890, n. 156, p. 1.

<sup>1316</sup> *Id.*

<sup>1317</sup> *Id.*

<sup>1318</sup> *A República*, 18 de setembro de 1890, n. 216, p. 2.

<sup>1319</sup> *A República*, 10 de junho de 1892, n. 696, p. 2.

prestou S. Ex. a esta infeliz cidade? O eleitorado brioso e independente estou certo que jamais sufragará esse nome, que foi a causa da ruína de uma florescente cidade!”<sup>1320</sup>

No princípio da República, restou aos antigos chefes partidários somente conservar os apoios de indivíduos que eram seus conterrâneos ou mesmo seus parentes. Dentre os moradores de Morretes que assinaram o manifesto em apoio à candidatura de Manuel de Araújo, estava o seu primo Joaquim José Alves.<sup>1321</sup> Enfim, nos anos 1890 ocorreu o ocaso do prestígio político dos bacharéis paranaenses pertencentes à geração nascida na década de 1830.

O seu distanciamento em relação ao Paraná, portanto, foi um fator que criou obstáculos para sua reintegração na vida partidária regional. Em 1893, um jornalista de Curitiba, Jayme Balão, fizera críticas à postura de Manuel Francisco de ausentar-se de sua província ao tempo em que exercera mandatos de deputado geral e senador. De sua parte, Manuel Francisco comentou, em carta particular, as críticas de Balão. Essa missiva foi publicada em *A República*, em agosto do mencionado ano:

Conselheiro Correia

De uma carta do Dr. Manuel Francisco Correia escrita a um parente e amigo desta cidade extraímos o seguinte:

“O Sr. Jayme Ballão refere-se a mim benevolmente nas colunas do *Diário do Commercio*. Sobre dois pontos do seu estudo biográfico tenho que dizer, e é bom que possa, enquanto Deus me conserva a vida, dar estas explicações e quaisquer outras que, no intuito da verdade, se tornem precisas. Acresce que prezo em alto grau o juízo dos meus patrícios paranaenses.

1º. *Pouco fiz em proveito do meu Estado natal*. Estou de acordo, sobretudo em realação ao que desejara fazer.

2º. *Esqueci o meu Partido no Paraná depois de senador vitalício confiando demais na estabilidade das instituições existentes*.

Aqui não estou de acordo com o Sr. Ballão: quando houvesse esquecido o meu partido nunca seria por móvel tão pouco nobilitador. A verdade é que jamais o esqueci, embora pudesse de modo que a direção ostensiva coubesse a amigos influentes que mais necessitavam do favor das urnas. Nem estava fora de minha previsão a República, conquanto não supusesse que ela se fundaria já em 15 de Novembro de 1889; ao mesmo tempo que era propósito meu não apresentar-me mais ao sufrágio de meus concidadãos sendo extinta a câmara em que tinha assento. Não é só isso. Lembro-me de que já em 5 de Junho de 1890 eu escrevera no *Jornal do Commercio*, tratando da duração da República: a forma republicana parece-me que se tornou definitiva no governo do Brasil, sendo, portanto, dever cívico dos que assim encaram o futuro torna-la apreciada pelo povo. Continuo na persuasão de que a forma republicana impõe-se agora ao Brasil”.<sup>1322</sup>

Nesse contexto, restou a Manuel Francisco o envolvimento em políticas de nomeações. Durante os anos 1890, a principal nomeação que ele obteve foi para o cargo de

<sup>1320</sup> *A República*, 21 de abril de 1892, n. 662, p. 3

<sup>1321</sup> *A República*, 10 de junho de 1892, n. 696, p. 2.

<sup>1322</sup> *A República*, 3 de agosto de 1893, n. 161, p. 1.

presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), em 1893, na época em que o marechal Floriano Peixoto era o presidente da República. Antes do desenvolvimento da análise sobre as articulações políticas que possibilitaram a Manuel Francisco o acesso a esse cargo, cabe dedicar atenção ao processo de instalação do TCU. O estudo sobre este processo permite o conhecimento sobre as atribuições e a relevância do cargo exercido por Manuel Francisco nos primórdios da República.

O TCU foi implantado no Brasil por meio do Decreto-Lei 966-A, de 7 de novembro de 1890. Conforme o Artigo 1º desse Decreto, ao Tribunal de Contas competia realizar o *exame, a revisão e o julgamento de todas as operações concernentes à receita e despesa da República*. Contudo, não houve a regulamentação do Decreto. Portanto, a instituição não foi instalada naquele momento. Naquele momento, o principal defensor da instituição de um Tribunal de Contas no país era Rui Barbosa, então ministro da Fazenda.<sup>1323</sup>

A Constituição Federal promulgada em 24 de fevereiro de 1891, em seu Artigo 89, determinou: *É instituído um Tribunal de Contas para liquidar as contas da receita e despesa e verificar a sua legalidade, antes de serem prestadas ao Congresso. Os membros deste Tribunal serão nomeados pelo Presidente da República com aprovação do Senado, e somente perderão os seus lugares por sentença*. A nomeação dos membros do Tribunal ocorreu apenas em 1893. Nessa ocasião, tal órgão era composto por um presidente e quatro diretores. O cargo de presidente foi ocupado por Manuel Francisco Correia. Por outro lado, os diretores do órgão eram Dídimo Agapito da Cunha Júnior, Francisco Augusto de Lima e Silva, José da Cunha Valle e José Ignácio Ewerton de Almeida.<sup>1324</sup> Dentre os membros desse grupo, apenas José de Almeida e Francisco de Lima não possuíam formação jurídica.

Em um artigo publicado na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (RIHGB)*, em 1894, Manuel Francisco destacou as articulações que lhe possibilitaram ser conduzido à Presidência do TCU. Em 1893, o bacharel baiano Manuel Pinto de Souza Dantas (1831-1894) foi o responsável intermediar o contato entre Manuel Francisco e o ministro da Fazenda, o citado Inocêncio Serzedelo Correa. Esse ministro foi, pois, o responsável pela indicação do ex-senador paranaense para o cargo de presidente do TCU. Cabe destacar, ainda, que Souza Dantas fora integrante do Partido Liberal, assim como exercera o cargo de senador pela Província da Bahia.

---

<sup>1323</sup> BARBOSA, Rui. *Relatório do Ministro da Fazenda*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891, pp. 449-450.

<sup>1324</sup> BRASIL. *Ministros do Tribunal de Contas da União: dados biográficos*. 7ª edição. Brasília: Tribunal de Contas da União, 2008, pp. 13-22.

Desse modo, constata-se que, no início da República, antigos membros da elite política imperial continuavam integrados a órgãos da administração pública. Ao exercer tais cargos, esses indivíduos alcançavam a prerrogativa de participar das articulações para o preenchimento de cargos comissionados. Mais precisamente, eles conseguiram obter altos cargos em instituições da administração pública. O ex-senador João Alfredo Correia de Oliveira também se enquadrava na categoria de políticos do Império que permaneceram ativos na gestão de esquemas de nomeações para cargos comissionados.<sup>1325</sup>

No início da República, antigos adversários políticos da época Império articulavam entre si a nomeação de seus correligionários para cargos em órgãos da administração federal. Portanto, não foram apenas os antigos adversários Souza Dantas (liberal) e Manuel Francisco Correia (conservador) que se uniram na Primeira República para tratar de assuntos respeitantes ao preenchimento de cargos federais.<sup>1326</sup>

Conforme salientado por Manuel Francisco, nessa época Souza Dantas presidia o Banco do Brasil. Manuel Francisco, por seu turno, também pertencera à diretoria desse banco nos anos 1890. No ano de 1900, ele ainda integrava a diretoria dessa instituição.<sup>1327</sup> Cabe salientar, ainda, que nessa época essa instituição bancária passara a denominar-se Banco da República do Brasil, em virtude da fusão entre o Banco do Brasil e o Banco da República.

Nesse período, Banco do Brasil encontrava-se em dificuldades de ampliar as suas operações. Para a reversão desse quadro, a Diretoria do banco aplicou medidas como a restrição da concessão de crédito e também intensificou as cobranças de dívidas, inclusive

---

<sup>1325</sup> Entre os anos de 1911 e 1914, durante o mandato presidencial do marechal Hermes da Fonseca, João Alfredo exerceu a presidência do Banco do Brasil. Nessa condição, recebia pedidos de nomeação para cargos nessa instituição. Em 24 de novembro de 1911, por exemplo, ele recebeu carta assinada por Rodrigues da Costa. Nessa missiva era solicitado a João Alfredo nomear José Antônio Dias Janiques para um cargo no referido banco. Para a leitura do texto integral da carta, consultar o seguinte sítio eletrônico: <[http://repositorio.ufpe.br/bitstream/handle/123456789/14837/JA\\_CR\\_000.690.pdf?sequence=1&isAllowed=y](http://repositorio.ufpe.br/bitstream/handle/123456789/14837/JA_CR_000.690.pdf?sequence=1&isAllowed=y)> No dia 1º de dezembro do mesmo ano, João Alfredo recebeu outra carta contendo um pedido de emprego. Nessa carta, Lucinda de Albuquerque e Sá solicitava que o seu marido fosse nomeado para o posto de Advogado do Banco do Brasil. Para a leitura da carta, consultar <[http://repositorio.ufpe.br/bitstream/handle/123456789/14852/JA\\_CR\\_000.705.pdf?sequence=1&isAllowed=y](http://repositorio.ufpe.br/bitstream/handle/123456789/14852/JA_CR_000.705.pdf?sequence=1&isAllowed=y)> Por outro lado, em 15 de julho de 1913 João Alfredo recebeu uma correspondência enviada do Gabinete do presidente da República. Nela, era determinado que João Alfredo encontrasse uma colocação no Banco do Brasil para Miguel de Araújo. A íntegra dessa missiva está disponível no seguinte endereço eletrônico: <[http://repositorio.ufpe.br/bitstream/handle/123456789/16345/JA\\_CR\\_001.591.pdf?sequence=2&isAllowed=y](http://repositorio.ufpe.br/bitstream/handle/123456789/16345/JA_CR_001.591.pdf?sequence=2&isAllowed=y)>

<sup>1326</sup> Em 05 de maio de 1911, um antigo chefe do Partido Liberal, o Visconde de Ouro Preto, enviou carta a João Alfredo. Nela, solicitou que o ex-senador por Pernambuco atendesse à demanda de Francisco de Paula Eduardo Verani, que ambicionava ser readmitido na função de solicitador do Banco do Brasil. <[http://repositorio.ufpe.br/bitstream/handle/123456789/14848/JA\\_CR\\_000.701.pdf?sequence=1&isAllowed=y](http://repositorio.ufpe.br/bitstream/handle/123456789/14848/JA_CR_000.701.pdf?sequence=1&isAllowed=y)>

<sup>1327</sup> *Almanack Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro e indicador para o ano de 1900*, p. 1480.

pela via judicial. Souza Dantas permaneceu no comando desse banco até falecer.<sup>1328</sup> Em síntese, os ex-senadores Manuel Francisco e Souza Dantas encontraram-se envolvidos na tarefa de sanear as finanças do Banco do Brasil. Por outro lado, o ex-senador Correia também se enquadrava na categoria dos membros da elite política imperial que, em virtude da perda de espaço na vida partidária, passaram a exercer cargos na administração de empresas privadas.

Em 1890, Manuel Francisco era membro da Diretoria da Companhia de Estampas e Ferragens. Sediada na cidade do Rio de Janeiro, essa empresa era dedicada à produção de variados artigos de ferragens, tais como machados, enxadas, pás, marretas e ferraduras.<sup>1329</sup> No contexto dos primeiros anos da República, portanto, houve notável semelhança entre os destinos duas antigas lideranças partidárias paranaenses: Manuel Francisco Correia e Manuel Alves de Araújo. A atuação na iniciativa privada foi o refúgio encontrado por dois chefes partidários que perderam a prerrogativa de influir na vida política de seus estados de origem.

\*\*\*

Nessa época, membros das antigas elites provinciais também eram frequentes ocupantes do posto de diretores do Banco do Brasil. Em 27 de abril de 1899, foi realizada uma assembleia geral ordinária do Banco do Brasil. Nessa reunião, houve a eleição dos cinco diretores e cinco suplentes de diretores do banco. O diretor mais votado (João Carlos de Souza Ferreira) obteve 4.435 votos. O diretor titular menos votado (Cipriano José Veloso Vieira) conquistou 4.035 sufrágios. O diretor suplente mais votado (Manuel Francisco Correia) angariou 3.567 votos. O diretor suplente menos votado (Barão de Itacurussá) angariou 3.246 votos.<sup>1330</sup>

Por um lado, tais informações permitem evidenciar que a escolha dos diretores e suplentes de diretores do Banco do Brasil, no início da República, contava com a participação de expressivo número de acionistas. Ou seja, a escolha desses diretores não era uma decisão centralizada. Por outro lado, cumpre destacar que dentre os diretores titulares estava o negociante Antônio Thomaz de Quartim (Barão de Quartim). Tratava-se de um indivíduo que desde o período imperial participava da administração de bancos. Ele fora integrante do Conselho Fiscal do Banco Agrícola do Brasil, bem como exercera a função de do Banco do

---

<sup>1328</sup> PACHECO, Cláudio. *História do Banco do Brasil*. Volume III, s/e, 1979, pp. 399-401.

<sup>1329</sup> *Gazeta de Notícias*, 30 de setembro e 1890, p. 5.

<sup>1330</sup> *O Paiz*, 28 de abril de 1899, p. 4.



Brasil ao tempo do Império.<sup>1331</sup> Dentre os membros suplentes, estava o engenheiro Conrado Jacó de Niemeyer, o qual presidiu a Província do Amazonas nos anos de 1887 e 1888.

Tais informações evidenciam que, após a perda de seus mandatos, antigas lideranças políticas do Império dedicaram-se a atividades como a administração de empresas. Segundo Manuel Francisco, a intermediação de Souza Dantas foi fundamental para a que sua nomeação para o comando do TCU se concretizasse:

Em 7 de Janeiro de 1893 achava-me em Barbacena com a família, havia dois dias, quando recebi do Conselheiro Manuel Pinto de Souza Dantas, presidente do Banco do Brazil, onde eu servira como diretor eleito pelos acionistas na última assembleia geral, o seguinte telegrama: “Conselheiro Correia – Barbacena – Tenho negócio urgente serviço público. Peço venha até cá falar-me. *Dantas*”. Achava-me adoentado, mas respondi: “Sigo já”. No dia 9, pois cheguei no domingo 8, às 9 da noite, falei ao Conselheiro Dantas, que me declarou ter expedido o telegrama de acordo com o Sr. ministro da Fazenda, tenente-coronel Dr. Inocêncio Serzerdello Corrêa, que lhe comunicou haver o governo resolvido nomear-me presidente do Tribunal de Contas, recentemente criado, visto não ter aceitado esse lugar o senador pelo Estado de São Paulo, Dr. Francisco Rangel Pestana. A minha impressão foi a recusa, estando arredado dos negócios públicos desde a proclamação da República. O Conselheiro Dantas pediu-me que não respondesse logo e ouvisse amigos. Aparecendo pouco depois o Conselheiro Paulino José Soares de Souza, o último presidente do Senado no tempo da monarquia, e com quem entretenho relações de particular amizade desde a juventude, foi também de parecer que eu devia aceitar. Na terça-feira, dia do despacho coletivo do Ministério, o ministro da fazenda escreveu inquirindo sobre a minha decisão. Respondi, por intermédio do Conselheiro Dantas, que só em 48 horas a poderia dar. [...] Na quarta-feira procurei o Conselheiro Dantas para dizer-lhe, afim de comunicar ao governo: que eu havia refletidamente feito baixar o pano do cenário oficial e não podia deliberar-me a levantá-lo por mim; que o governo fizesse o que julgasse o mais conforme ao interesse do Brazil, certo de que, se outro fosse o nomeado para o cargo de presidente do Tribunal de Contas, não me ficaria mágoa nem ressentimento.<sup>1332</sup>

Contudo, a gestão de Manuel Francisco como presidente do TCU estendeu-se somente até o dia 18 agosto de 1894. Ele foi aposentado por determinação do presidente Floriano Peixoto.<sup>1333</sup> Segundo Manuel Francisco, a sua presença naquele cargo tornou-se inviável pelo fato de que o seu irmão, o Barão do Serro Azul, fora executado por soldados, em maio daquele ano, em virtude de suposta ligação com os responsáveis pela eclosão da Revolução Federalista (1893-1894). A respeito de sua aposentadoria, Manuel Francisco manifestou-se do seguinte modo em uma edição da *RIGHB* datada de 1900:

A força da aposentadoria que feriu os meus dignos companheiros diretores do Tribunal de Contas, Conselheiros José Ignácio Ewerton de Almeida e Francisco Augusto de Lima e Silva, se se retardasse a meu respeito, teria eu de sahir por outra forma, contrariando o propósito de não dirigir-me a semelhante

<sup>1331</sup> *Gazeta de Notícias*, edições de 13 de julho e 15 de agosto de 1889.

<sup>1332</sup> CORREIA, Manuel Francisco. Arca do sigilo: Memória apresentada pelo sócio honorário conselheiro Manuel Francisco Correia. In: *Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Tomo LVII, Parte II, 1894, pp. 502-503.

<sup>1333</sup> BRASIL. *Ministro do Tribunal de Contas da União... Op. cit.*, p. 13.

governo ditatorial, visto não poder continuar depois da certeza da trucidação de meu irmão Ildefonso Pereira Correia, Barão do Serro Azul, a 20 de maio de 1894, abominável fato conservado em segredo por algum tempo, à sombra do terror.<sup>1334</sup>

O percurso social de Manuel Francisco após sua aposentadoria como presidente do TCU evidencia que às antigas lideranças políticas do período imperial restou a adesão aos grupos partidários situacionistas. Manuel Francisco, até os seus anos derradeiros, manteve-se como um apoiador dos políticos que pertenciam ao partido situacionista no Paraná. Esse apoio não significou, porém, a reabilitação da influência que a sua parentela exercera no Paraná ao tempo do Império. Por meio da investigação do percurso de Manuel Francisco, cabe salientar que o envolvimento em atividades empresariais era um dos refúgios escolhidos pelas lideranças políticas do Império que perderam influência na vida partidária à época da Primeira República.

Nesse contexto, essas lideranças estreitaram seus vínculos com representantes de setores da elite econômica. Em agosto de 1894, Manuel Francisco foi eleito pelos acionistas da Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro membro da Diretoria dessa empresa.<sup>1335</sup> Em março de 1895, Manuel Francisco foi reconduzido ao cargo.<sup>1336</sup> Em 1899, ele permanecia vinculado a essa empresa. Na ocasião, ocupava o cargo de presidente da entidade.<sup>1337</sup>

No fim dos anos 1890, Manuel Francisco ainda permanecia envolvido em esquemas de nomeações para cargos federais. Em 16 de junho do referido ano, ele reuniu-se com o presidente da República, Manuel Ferraz de Campos Salles. Cogitou-se que o presidente havia convidado Manuel Francisco para comandar os Correios. Porém, o ex-senador teria declinado do convite.<sup>1338</sup> Em suma, esse antigo líder do Partido Conservador ainda detinha o prestígio político necessário para manter relações com lideranças políticas de projeção nacional.

Porém, esse prestígio era operacional apenas para a conquista de nomeações. Ou seja, ele não garantia a obtenção de oportunidades na vida partidária. Para evidenciar que o envolvimento na gestão de empresas era um destino comum a indivíduos que encerraram sua carreira política a partir da implantação da República, cumpre ressaltar que o ex-deputado

<sup>1334</sup> CORREIA, Manuel Francisco. Resposta a uma acusação. In: *Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Tomo LXIII, Parte II, p. 292, 1900. A respeito da política paranaense no princípio do período republicano e, em especial, sobre a Revolução Federalista, ver SÊGA, Rafael Augustus. *Tempos belicosos: a Revolução Federalista no Paraná e a rearticulação da vida político-administrativa do Paraná (1889-1907)*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2005.

<sup>1335</sup> *O Paiz*, 31 de agosto de 1894, p. 1.

<sup>1336</sup> *Jornal do Brasil*, 12 de março de 1895, p. 1.

<sup>1337</sup> *Almanak Laemmert do Rio de Janeiro para 1899*, p. 654.

<sup>1338</sup> *O Paiz*, 17 de junho de 1899, p. 1.

geral João Manuel Pereira da Silva (1817-1898), do Partido Conservador, foi eleito membro do Conselho Fiscal do Lloyd Brasileiro em 1895, na mesma reunião na qual Manuel Francisco fora reconduzido ao posto de diretor dessa empresa.<sup>1339</sup> Em resumo, os antigos vínculos com partidos monárquicos não eram obstáculos para que antigos membros da elite imperial ocupassem cargos públicos.<sup>1340</sup>

Após o fim de sua carreira política, Manuel Francisco permaneceu vinculado a associações destinadas à criação de escolas e também à concessão de subsídios estudantes. Tal vínculo permitiu a ele, por exemplo, gerir os recursos doados por membros da elite social do Rio de Janeiro. Em 1892, o comendador Francisco Alves Barroso doou à Sociedade Amante da Instrução, presidida por Manuel Eufrásio, o montante de 300 mil réis.<sup>1341</sup> Ele permaneceu envolvido na gestão dessas associações até o seu falecimento. Em 26 de junho de 1905, duas semanas antes de seu falecimento, esse bacharel participou de uma reunião da Associação Promotora da Instrução.<sup>1342</sup> Um filho de Manuel Francisco, Eduardo Correia, também esteve envolvido na gestão dessas entidades, no início dos anos 1890. Ele atuou como diretor da Escola Barão do Rio Doce, que era mantida com os recursos captados pela Associação Promotora.<sup>1343</sup>

O controle sobre associações caritativas, portanto, consistiu em uma derradeira forma de salvaguardar o prestígio social de membros dessa parentela no âmbito da sociedade carioca. Em suma, as elites sociais, no início da época republicana, ainda se dedicavam à criação e gestão de instituições voltadas a possibilitar a crianças carentes o acesso à educação. Nesse quadro, é necessário salientar que o Conselho da Associação Promotora da Instrução era composto por indivíduos que pertenceram à elite política imperial ou que estiveram ligados aos membros dessa elite por meio de relações familiares.

---

<sup>1339</sup> *Jornal do Brasil*, 12 de março de 1895, p. 1.

<sup>1340</sup> A esse respeito, cabe destacar o caso do citado bacharel pernambucano João Alfredo Correia de Oliveira. Antigo membro do Partido Conservador, ele foi presidente do Banco do Brasil no fim dos anos 1910. Na época em que exercia esse cargo, redigiu uma carta a um político paulista, Francisco Penaforte Mendes de Almeida. Nessa carta, datada de 29 de novembro de 1915, Correia de Oliveira apresentava-se um entusiasta da ideia da criação de um partido monarquista. A criação desse partido estava sendo planejada por lideranças políticas de São Paulo. Correia de Oliveira manifestou-se do seguinte modo sobre esse plano: “O partido, assim reorganizado aí, unido e solidário, dará bom exemplo de vida e animação para a defesa dos interesses nacionais; estenderá em todo o país a atividade ordeira e legal que é mister”.

Esta carta encontra-se disponível para consulta no seguinte sítio eletrônico: <[http://www.repositorio.ufpe.br/bitstream/handle/123456789/13430/JA\\_CE\\_000.006.pdf?sequence=1&isAllowed=y](http://www.repositorio.ufpe.br/bitstream/handle/123456789/13430/JA_CE_000.006.pdf?sequence=1&isAllowed=y)>

<sup>1341</sup> *Jornal do Brasil*, 03 de janeiro de 1892, p. 1.

<sup>1342</sup> *Jornal do Brasil*, 25 de junho de 1905, p. 4.

<sup>1343</sup> *Gazeta de Notícias*, 22 de agosto de 1892, p. 2.

Nessa ocasião, Maria Amanda Lustosa Paranaguá (1849-1931), fazia parte do Conselho da entidade. Ela era filha do Marquês de Paranaguá, presidente do Conselho de Ministros de 1882 a 1883, e esposa de Franklin Américo de Meneses Dória (1836-1906), o qual possuía o título de barão de Loreto. Ele ocupara o cargo de presidente da Câmara dos Deputados em 1885. Ao mesmo tempo, Antônio Augusto de Barros e Vasconcelos (1831-1910), que possuía o título de barão de Penalva, também pertencia ao Conselho da Associação Promotora. Esse indivíduo fora deputado geral nos anos 1870.<sup>1344</sup> Nesse sentido, Manuel Francisco, dos anos 1870 aos anos 1900, permaneceu como defensor da ideia segundo a qual era pertinente da criação de associações particulares para a realização de ações de caráter social, tais como a defesa da ampliação do acesso à escola pública.

Nos anos 1900, Manuel Francisco conservou as suas relações com as lideranças políticas do Paraná, especialmente aquelas que faziam parte da bancada paranaense na Câmara dos Deputados e no Senado. Nos encontros que mantinha, Manuel Francisco expunha sua defesa da gestão dos presidentes do Paraná e do presidente da República. Em 1903, dois anos antes de seu falecimento, Manuel Francisco ainda entretinha relações com as lideranças do jogo político paranaense. A esse respeito, cabe dedicar atenção à descrição de um banquete oferecido no referido ano pelos membros da bancada paranaense no Congresso Nacional, a 20 de dezembro de 1903.<sup>1345</sup>

O propósito central desse banquete era comemorar o aniversário da emancipação política do Paraná. Porém, esse evento se tornou uma oportunidade para a defesa de lideranças partidárias do Paraná (Vicente Machado) e do Brasil (Francisco de Paula Rodrigues Alves). Esse banquete consistiu em uma ocasião para que membros do grupo governista do Paraná evidenciassem a sua fidelidade a tal grupo. Na informação apresentada pelo correspondente de *A República*, verifica-se que Leôncio Correia participou do evento.

Entretanto, Correia em breve se desligaria do grupo governista do Paraná, ao qual posteriormente retornou. Por meio do caso desse escritor, advogado e escritor radicado no Rio de Janeiro em fins do século XIX, pode-se evidenciar que as antigas relações entre as famílias Correia e Guimarães não foram suficientes para evitar o distanciamento político entre os seus membros.

---

<sup>1344</sup> *Almanack para 1905*, p. 928.

<sup>1345</sup> *A República*, 21 de dezembro de 1903, n. 287, p. 3.

Por fim, será destacado que os componentes de ambas as parentelas tiveram um destino comum: a adesão ao partido situacionista depois de malogradas tentativas de atuarem como opositores. Em síntese, cabe demonstrar que as antigas elites provinciais não conseguiram formar partidos que se apresentassem como alternativas aos grupos que dominavam a política dos estados. A adesão a esses grupos foi um elemento comum ao epílogo das trajetórias políticas dos remanescentes dessas elites.

#### **5.4.2. – Deserção e retorno à ordem governista: o caso de Leôncio Correia**

Neste capítulo, foi evidenciado que o envolvimento mais decisivo de Leôncio Correia no jogo partidário paranaense ocorreu nos anos 1890. Nessa época, para além de exercer mandatos de deputado estadual e federal, ele alcançou a prerrogativa de interferir em decisões do diretório central do Partido Republicano Paranaense. A proposição de medidas que regrassem a vida interna dessa agremiação foi um aspecto da atuação que esse escritor desenvolveu como membro da direção daquela agremiação.

O estudo da trajetória de Leôncio Correia permite evidenciar que, aos políticos que perdiam espaço na gestão de seus partidos durante a Primeira República, restava o envolvimento em esquemas de nomeações para cargos federais e estaduais. Em geral, essas nomeações não se tornavam inviáveis em virtude da existência de conflitos entre o pretendente a um cargo comissionado e os chefes partidários de seu estado de origem.

Inicialmente, é necessário ressaltar que o envolvimento em políticas de nomeações era o modo por meio do qual os políticos de menor projeção conseguiam permanecer por longos anos integrados a instituições públicas. Contudo, esses políticos desenvolviam uma carreira sobremaneira condicionada pelos favores de chefes partidários.

A contínua obtenção de nomeações para cargos que não estavam situados nas mais altas posições da hierarquia da administração pública era o limite das oportunidades políticas dos correligionários dos partidos governistas na Primeira República. A adesão de Leôncio Correia ao ideário republicano permitiu a ele, dez dias depois da implantação da República, conquistar um cargo comissionado. Tratava-se do cargo de secretário de Polícia do Paraná.<sup>1346</sup>

---

<sup>1346</sup> *A República*, 24 de novembro de 1889, n. 46, p. 1.

Ele permaneceu nesse cargo até março de 1890.<sup>1347</sup> Esse cargo pertencia à condição dos postos mais modestos da administração pública. O secretário atuava como um escriturário. Assim, quando Leôncio Correia solicitou exoneração do posto, o seu substituto foi o amanuense João de Freitas Saldanha, que já atuava naquele órgão. Verifica-se, pois, que os membros da família Correia conseguiram rapidamente se integrar aos esquemas de nomeações que vigoraram no Paraná da Primeira República. Porém, essas nomeações não garantiam, em todos os casos, acesso a funções decisivas na administração estadual e federal.

Leôncio Correia realizou a sistemática defesa da ordem governista implantada no Paraná em 1889. Para tanto, ele dispunha de espaço no jornal *A República*, do qual foi diretor juntamente com Vicente Machado, em 1892.<sup>1348</sup>

Dessa forma, uma função política desse indivíduo era apoiar o partido governista por meio da imprensa.<sup>1349</sup> Essa fidelidade aos líderes do partido situacionista garantiu-lhe a vitória na eleição para o cargo de deputado federal, em 1896. Nessa ocasião, o principal apoiador de sua candidatura era o senador Vicente Machado.<sup>1350</sup> Porém, a mais relevante ação que Leôncio Correia desenvolveu na Câmara dos Deputados consistiu na formulação, em 1899, do projeto que regulamentava o uso da bandeira nacional em edifícios particulares e a execução dos hinos nacional e da República.<sup>1351</sup>

Ao tempo em que atuou como deputado federal, Leôncio Correia tivera reuniões com o presidente da República, Manuel Ferraz de Campos Salles.<sup>1352</sup> Essas reuniões, contudo, não significam que Correia lograra aumentar a sua influência no jogo político. Antes, ele perdeu espaço em seu partido. Ele não obteve, pois, novas oportunidades de ser incluído em chapas eleitorais. Conforme salientado nesta seção, Correia candidatou-se a cargos parlamentares após o fim de seu mandato de deputado federal. Entretanto, ele participou dessas eleições ora como candidato de oposição, ora como candidato avulso.

O desfecho do mandato parlamentar de Correia evidencia um distanciamento entre as antigas parentelas da elite provincial do Paraná que estiveram ligadas ao Partido Conservador. Os Guimarães permaneceram integrados ao esquema político governista até os anos 1910. Os membros da família Correia, porém, experimentaram a redução da sua influência na política

---

<sup>1347</sup> *A República*, 27 de março de 1890, n. 75, p. 1.

<sup>1348</sup> *A República*, 20 de fevereiro de 1892, n. 619, p. 1.

<sup>1349</sup> *A República*, 20 de janeiro de 1893, n. 16, p. 1.

<sup>1350</sup> *A República*, 16 de dezembro de 1896, n. 282, p. 2.

<sup>1351</sup> *A República*, edição de 26 de julho de 1899 e *Gazeta de Notícias*, edição de 1º de agosto de 1899.

<sup>1352</sup> *A República*, edições de 15 de janeiro e 22 de setembro de 1899.

paranaense já na primeira década republicana. Portanto, as antigas conexões familiares existentes entre essas parentelas não foram suficientes para manter os Correia e os Guimarães politicamente unidos no contexto da Primeira República. Essa união ocorreu apenas nos anos 1920, quando membros de ambas as parentelas desistiram de militar na oposição e voltaram ao grupo político governista.

Por outro lado, cabe salientar que, em 1901, dois anos após o fim do seu mandato de deputado federal, Leôncio Correia foi nomeado para o cargo de Inspetor de Ensino da cidade de Petrópolis, no Estado do Rio de Janeiro.<sup>1353</sup> Tratava-se, pois, de um cargo estadual.<sup>1354</sup> No ano seguinte, ele conquistou uma nomeação para outro cargo estadual: diretor do Ginásio Fluminense.<sup>1355</sup> Em seguida, ele se tornou diretor do Ginásio Nacional.<sup>1356</sup>

A nomeação mais relevante que ele obteve nessa década foi para o posto de diretor da Instrução Pública do Distrito Federal, em 1907.<sup>1357</sup> Contudo, Leôncio Correia não se manteve vinculado ao grupo governista do Paraná após a criação da Coligação Republicana, em 1908. Antes, ele ingressou no Partido Republicano Federal. Após o falecimento de Vicente Machado, portanto, os governistas se desuniram no Paraná.

Trata-se, pois, de uma situação análoga à dissensão no Partido Conservador do Paraná, a qual se originou após a morte do seu principal chefe, Manuel Eufrásio Correia. Porém, ao contrário do ocorrido no período imperial, as famílias Correia e Guimarães não se mantiveram aliadas no contexto da formação da Coligação Republicana. No princípio de 1909, foi anunciada a candidatura de Leôncio Correia ao Senado. O jornal *A República*, do qual Correia fora articulista, assinalou que tal candidatura não possuía chances de êxito:

Apareceu hontem, depois de uma longa gestação, o anúncio das candidaturas do grupo que, sob o falso rótulo de *Partido Republicano Federal* (extinto para todos os efeitos) pleiteia as eleições do dia 30 [de janeiro]. Foi como o laborioso partido da montanha. Esperava-se, pelo rumor do *fórcepses*, alguma coisa nova e estranha, alguma espécie política produzida em ninhadas de pretendentes às cadeiras em pleito. Surgiram dois candidatos apenas: o Sr. Leôncio Correia para Senador, e o Dr. Randolpho Pereira Serzedello para Deputado. O Sr. Leôncio já se disse, embora noutros termos, que conta, para o seu reconhecimento, com o que lhe faltar em votos eleitorais. Assim, os próprios que alavantam a sua candidatura já se mostram sem forças para sustentá-la. É, pois, um candidato que nasce morto. Do Dr.

<sup>1353</sup> A respeito da atuação de Leôncio Correia como deputado federal, cabe destacar que em 1899 ele apresentou dois projetos de lei. Um projeto regulamentava o uso do hino nacional e da República, assim como regulamentava o uso e da bandeira nacional. O outro projeto autorizava o Governo Federal a rever os decretos por meio dos quais foram concedidas honrarias a cidadãos que prestaram serviços à República. *Gazeta de Notícias*, edições de 1º e 28 de agosto de 1899.

<sup>1354</sup> *A República*, 22 de março de 1901, n. 66, p. 2.

<sup>1355</sup> *A República*, 12 de março de 1902, n. 57, p. 1.

<sup>1356</sup> *A República*, 1º de setembro de 1906, n. 206, p. 2.

<sup>1357</sup> *A República*, 08 de junho de 1907, n. 133, p. 2.

Randolpho Serzedello, muito mais do que pudéssemos dizer contra a sua candidatura, dizem os seus próprios apresentantes. O seu manifesto é inconsistente e frio.<sup>1358</sup>

De fato, as candidaturas da oposição malograram no Paraná em 1909. Nesse contexto, o editorialista criticou a pretensão de Leôncio Correia conclamar os oposicionistas do Paraná a permanecerem no combate contra o partido governista. Mais especificamente, ele criticou o fato de Correia ter classificado o grupo de chefes partidários do Estado como um *conluio*. O editorialista também contestava a legitimidade de Correia, residente na capital federal, de reivindicar a prerrogativa de orientar a ação política dos oposicionistas do Paraná:

O *Estado* de hontem pública uma crônica política do Sr. Leôncio Correia a propósito das últimas eleições federais, onde s. s. foi candidato da oposição, alcançando 2.927 votos contra os 15.419 do candidato da Coligação. O nosso árdego conterrâneo faz dessa estrondosa derrota de sua candidatura uma crônica literária onde transparece, brilhando aos sóis dos vocábulos, o seu despeio de derrotado. O distinto patricio, de longe, concita “as hostes dos sagitários fiéis” à luta política, profetizando a ruína dos elementos que ocasionaram para a sua derrota. Bem se vê que o Sr. Leôncio Correia está retirado dos negócios públicos de sua terra natal. S. s. não pôde, pela distância, perceber que a coletividade política que hoje tem as responsabilidades do poder no Paraná é irreduzível no seu número e inabalável na sua fé. Não é um conluio de rapazes como insidiosamente a crônica do sr. Leôncio apresenta ao paiz a situação dominante em seu Estado.<sup>1359</sup>

Esse excerto do comentário do articulista evidencia que a candidatura oposicionista de Leôncio Correia obteve apenas 19% dos votos válidos. O candidato governista, Generoso Marques, angariou 81% dos sufrágios para o Senado. Desse modo, verifica-se que Leôncio Correia não teve sucesso na tarefa de reorganizar o Partido Republicano Federal no Paraná. As dificuldades para empreender essa tarefa impeliram Correia a limitar-se a conclamar os seus conterrâneos a não desistir da luta contra o grupo político situacionista. Em maio de 1909, ele foi exonerado do posto de diretor da Instrução Público do Distrito Federal e, em seguida, nomeado professor de História da Escola Normal do Rio de Janeiro.<sup>1360</sup>

Após experimentar uma derrota eleitoral Correia não permaneceu afastado de esquemas de nomeações. O seu ingresso no posto de professor da Escola Normal carioca demonstra que a redução da sua influência política partidária não vedara a possibilidade de obter um emprego por meio de nomeações. Por outro lado, cabe destacar que essa derrota eleitoral não implicou o fim do envolvimento de Leôncio Correia em atividades partidárias. Em 1910, por exemplo, ele participou da campanha presidencial do marechal Hermes da

<sup>1358</sup> *A República*, 04 de janeiro de 1909, n. 2, p. 1.

<sup>1359</sup> *A República*, 24 de fevereiro de 1909, n. 45, p. 1.

<sup>1360</sup> *A República*, 25 de maio de 1909, n. 120, p. 2.



Fonseca. A sua função na campanha era proferir conferências que servissem como propaganda da candidatura.<sup>1361</sup> Nesse contexto, ele também se aproximou e um dos principais apoiadores da candidatura desse marechal, a saber, o mencionado senador José Gomes Pinheiro Machado.

O acesso aos esquemas de nomeações federais garantiu a Correia o controle momentâneo sobre a gestão um órgão público. Em 1913, durante o governo de Hermes da Fonseca, Leôncio Correia foi nomeado para um cargo federal: diretor da Imprensa Nacional, em cujo exercício permaneceu até maio de 1914.<sup>1362</sup> Um mês após sua exoneração desse cargo, Correia participou da criação do Centro Republicano “Pinheiro Machado”, no Rio de Janeiro. Nessa ocasião, ele foi incumbido da função de 1º orador da entidade.<sup>1363</sup> Portanto, nessa época Correia estava vinculado ao grupo partidário que comandava a vida política do país. Leôncio Correia enquadrava-se na categoria de um político decadente que, por meio do estabelecimento de relações de amizade com chefes partidários, conseguiu estabelecer-se como funcionário público na capital federal.

Nesse quadro, foi operacional a Correia a sua amizade com o referido senador Pinheiro Machado.<sup>1364</sup> Na Primeira República, políticos de menor projeção necessitavam estabelecer essas relações pessoais com chefes de esquemas eleitorais oligárquicos. O escritor maranhense Henrique Maximiniano Coelho Neto (1864-1934) enquadrava-se nessa categoria. Nos anos 1910, ele exerceu mandatos deputado federal pelo Maranhão. Porém, em 1918 ele não foi incluído na chapa de candidatos à Câmara dos Deputados.<sup>1365</sup> Conforme salientado nesta seção, no ano de 1918 Leôncio Correia experimentou o malogro de sua tentativa de retornar à vida partidária. Um dos aspectos desse malogro foi o fato de que ele apresentou-se como candidato avulso a deputado federal. Ou seja, não obteve o respaldo de um grupo partidário para lançar sua candidatura de oposição.

Leôncio Correia e Coelho Neto, portanto, eram escritores que dependiam da interferência de potentados para permanecerem ativos no jogo partidário e nos esquemas de nomeações para cargos públicos. De outra parte, eles encontraram limitações para o desenvolvimento de suas carreiras políticas. Correia e Coelho Neto pertenceram aos

---

<sup>1361</sup> *A República*, 31 de janeiro de 1910, n. 25, p. 2.

<sup>1362</sup> *A República*, 26 de maio de 1914, n. 121, p. 2.

<sup>1363</sup> *A República*, 26 de junho de 1914, n. 148, p. 2.

<sup>1364</sup> Acerca da presença de Pinheiro Machado no contexto da vida política da capital federal, ver PINTO, Surama Conde Sá. Pinheiro Machado, o Morro da Graça e a política carioca. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, n. 447, pp. 229-244, 2010.

<sup>1365</sup> *Anais da Biblioteca Nacional*, vol. 78, 1958, pp. 202-203.

partidários geridos pelas elites dos estados dos quais eram originários. Porém, o fim do envolvimento nesses esquemas minava as suas chances de permanecerem ativos no jogo partidário. Em suma, eles eram escritores que, uma vez estabelecidos na cidade do Rio de Janeiro, buscaram participar de esquemas de nomeações. Por outro lado, eles ambicionavam continuar integrados à vida política de seus estados. A tentativa de obter nomeações poderia malograr, por exemplo, em virtude da escassez de cargos comissionados vagos.

A busca de aliados para conquistar esses cargos era, também, um elemento marcante às trajetórias de Coelho Neto e Leôncio Correia. Mais amplamente, a competição para conquista de cargos comissionados federais era uma característica dos percursos sociais dos políticos que, no contexto da Primeira República, estavam em posição mais periférica no jogo partidário. As articulações para a obtenção de nomeações eram marcadas por êxitos e malogros. Por conseguinte, tais oscilações levavam o ocupante de cargos comissionados a ocupar ora posições mais subalternas, ora posições mais elevadas em esferas administrativas.<sup>1366</sup>

Nos seus estados de origem, esses indivíduos experimentaram limitações à sua atividade política. Essas limitações foram impostas pelas lideranças partidárias locais. A dificuldade de conseguir pertencer a uma chapa de candidatos era um indício de que políticos como Leôncio Correia e Coelho Neto eram beneficiários ocasionais dos esquemas políticos geridos pelas elites regionais. Após o afastamento em relação aos membros dessas elites, eles não conseguiram conservar a sua base eleitoral, bem como não tiveram condições de liderar uma frente política de oposição em seus estados. Correia e Coelho Neto pertenciam ao grupo de correligionários que participava das reuniões políticas na residência de Pinheiro Machado. Eles compareciam a essas reuniões no contexto em que esse parlamentar atingira o ápice de sua força política.<sup>1367</sup>

---

<sup>1366</sup> Em 1890, por exemplo, Coelho Netto foi nomeado para o posto de Secretário dos Negócios do Governo do Rio de Janeiro. LEANDRO, Eulálio de Oliveira. *Coelho Netto e a ecologia no Brasil, 1898-1928*. Rio de Janeiro: Ética Editora, 2003, p. 28. Em 1905, contudo, ele pleiteou, sem sucesso, sua nomeação para o cargo federal de arquivista. *Anais da Biblioteca Nacional... Op. cit.*, p. 236.

<sup>1367</sup> Para corroborar o argumento de que Coelho Neto e Pinheiro Machado mantinham uma relação próxima, cabe transcrever duas cartas que esse senador enviou ao escritor maranhense nos anos de 1912 e 1914. No dia 14 de abril de 1912, o senador endereçou a Coelho Neto a seguinte mensagem: “Ao prezadíssimo amigo Coelho Netto. *J. G. Pinheiro Machado* affectuosamente abraça e agradece as saudações de boas vindas com que o distinguiu. Rio, 14.4.912.” *Ibid.*, p. 243. Aos 31 de dezembro de 1914, Pinheiro Machado encaminhou a Coelho Neto o seguinte comunicado: “Prezado amigo Coelho Netto. Pretendia ir hoje vê-lo, infelizm<sup>e</sup> acabo de ser suprehendido com a dollorosa notícia do fallecimento de um irmão meu no Rio G<sup>de</sup> do Sul. Lanceado pro esse amargo desgosto deixo, com tanto desejo, de ir abracá-lo, levando-lhe e aos seus os meus votos de felicidade. *J. G. Pinheiro Machado*. Rio, 31-12-914.” *Ibid.*, p. 244.

Todavia, essa aproximação com lideranças políticas que comandavam nacionalmente o esquema político oligárquico da Primeira República não permitiu a Correia recuperar a sua influência no jogo partidário paranaense. A derradeira participação de Leôncio Correia em pleitos eleitorais ocorreu em 1918. Nessa ocasião, ele ainda permanecia como opositor do grupo político que dominava o Governo do Paraná. Porém, Leôncio Correia não contava com o apoio das lideranças partidária do Paraná. Nesse contexto, Correia apresentou-se como um candidato avulso. Tal informação consiste, pois, em um indício da derrocada política da família Correia durante a Primeira República.

No mencionado ano, ele candidatou-se a deputado federal. Contudo, obteve apenas 317 sufrágios. Essa votação garantiu-lhe a sexta – e última – colocação no pleito. Segundo o correspondente da *Gazeta de Notícias*, Leôncio Correia atribuiu a sua derrota ao poder dos chefes partidários locais, os quais controlavam os votos dos seus correligionários. Conforme o correspondente, “explicando a sua derrota, [Leôncio Correia] publicou um manifesto dizendo ter sido ela motivada pela arregimentação do partido oposicionista, cujos chefes impediram a dispersão de votos”.<sup>1368</sup> O articulista do jornal *A República* criticou o teor do manifesto de Correia. Nessa crítica, salientou que aquele ex-deputado federal não possuía mais qualquer relevância no jogo político paranaense: “O Sr. ex-candidato avulso revelou ter feito muito bem em não se alistar praça em nenhuma agremiação política, pois que, pelo que se tem visto, em nenhuma delas pesaria de cabo de esquadra”.<sup>1369</sup> Nesse cenário de adversidades, restou a Leôncio Correia retornar ao grupo partidário governista do Paraná.

A reaproximação desse escritor com os gestores do partido situacionista do Paraná ocorreu durante os anos 1920. Um dos indícios dessa aproximação é um telegrama enviado por Correia ao então presidente do Paraná, Caetano Munhoz da Rocha, em 1º de janeiro de 1921. Nessa ocasião, Correia enviou a esse presidente a seguinte mensagem: “Que Deus continue protegendo o vosso governo para a glória vosso nome felicidade nossa amada terra. Leôncio Correia”.<sup>1370</sup> Em 19 de dezembro de 1922, por ocasião do aniversário da emancipação política do Paraná, Correia encaminhou outro telegrama a Caetano Munhoz: “Saúdo pessoa de V. Ex. data gratíssimo coração paranaense. Leôncio Correia”.<sup>1371</sup>

---

<sup>1368</sup> *Gazeta de Notícias*, 03 de março de 1918, p. 5.

<sup>1369</sup> *A República*, 02 de março de 1918, n. 50, p. 1.

<sup>1370</sup> *A República*, 05 de janeiro de 1921, n. 3, p. 1.

<sup>1371</sup> *A República*, 20 de dezembro de 1922, n. 298, p. 1.

Nesse contexto, uma função de Leôncio Correia como membro do Centro Paranaense era realizar a divulgação da erva-mate produzida no Paraná. No fim da Primeira República, os membros desse órgão ainda encampavam demandas de membros da elite econômica paranaense. A defesa de pretensões alimentadas pelos gestores da Associação Comercial do Paraná era um aspecto peculiar à atividade política dos membros do Centro. O pertencimento a essa entidade, portanto, foi operacional a Leôncio Correia, pois lhe permitiu continuar em contato com setores da elite econômica e política do seu estado de origem.

Em 1929, por exemplo, Leôncio Correia, em artigo publicado em *A República*, assegurou que o Centro estava empenhado na promoção da erva-mate paranaense: “Cerque-se o mate das garantias indispensáveis e ele se imporá victoriosamente. O Centro Paranaense que dê aqui [no Rio de Janeiro], uma recepção mental, onde só será ouvido o mate das diferentes maneiras com que pode ser preparado, e funde-se com o auxílio do Governo e assistência dos industriais, uma casa destinada exclusivamente à propaganda excelente bebida, que é a nossa admirável *illex*, e o uso do mate entrará definitivamente dos usos do nosso povo”.<sup>1372</sup> Desde o limiar da República, o Centro Paranaense era um refúgio para políticos que perderam espaço no jogo partidário paranaense. A disposição para advogar os interesses de setores da economia paranaense era uma tarefa dos membros do órgão.

Ao se reaproximar do grupo partidário governista do Paraná, Leôncio Correia aceitou executar essa tarefa. Em outubro de 1929, ele publicou, em *A República*, um artigo para defender a gestão que Affonso Camargo realizava como presidente do Paraná. Nesse texto, Correia discorreu sobre as ações administrativas dessa gestão, tais como a criação do Banco do Paraná e o Instituto do Mate. Nesse artigo, Correia ressaltou que “Governando com uma profunda sabedoria as coisas da sua terra [...] o presidente Camargo fez de uma série de realizações o índice da sua formidável e serena capacidade de trabalho”.<sup>1373</sup>

O envio de telegramas continuou a ser empregado por Correia como um recurso por meio do qual destacava sua adesão aos presidentes do Paraná. Em janeiro de 1930, ele enviou a seguinte mensagem a Affonso Camargo: “Paranaguá, 1 [de janeiro de 1930]. Saúde eminente amigo desejando venturoso ano novo. Leôncio Correia”.<sup>1374</sup> Outra evidência do retorno de Leôncio Correia à grei situacionista do Paraná consistiu na sua adesão à candidatura presidencial de Júlio Prestes, em 1930. Nessa ocasião, Correia retornou ao Paraná

---

<sup>1372</sup> *A República*, 30 de janeiro de 1923, n. 25, p. 1.

<sup>1373</sup> *A República*, 02 de outubro de 1929, n. 230, p. 3.

<sup>1374</sup> *A República*, 03 de janeiro de 1930, n. 2, p. 3.

para defender tal candidatura, a qual era apoiada pelo presidente do Estado, Affonso Camargo. Para evidenciar a aproximação entre Leôncio e Camargo, cumpre salientar que ele, Correia, fora recebido no Palácio do Governo pelo presidente Camargo, em diversas ocasiões, nos meses de janeiro, fevereiro e março de 1930.<sup>1375</sup>

Nesse contexto, a função de Correia era percorrer municípios paranaenses para realizar conferências nas quais advogava aquela candidatura. Em janeiro de 1930, por exemplo, ele pronunciou uma conferência em Prudentópolis, município situado no Centro-Sul do Paraná, em defesa da chapa Júlio Prestes (presidente) e Vital Soares (vice-presidente).<sup>1376</sup>

O candidato governista, Júlio Prestes, enviou um telegrama Leôncio Correia em fevereiro de 1930. Esse telegrama evidencia que, no contexto de seu retorno à grei governista, uma função capital de Leôncio Correia era mobilizar os escritores do Paraná para a defesa do partido situacionista: “S. Paulo, 18 [de fevereiro de 1930]. Agradeço a gentileza das referências com que me distinguiu a propósito da Mensagem dos intelectuais paranaenses solidários com a grande causa nacional. Cordeiais saudações. (a) Júlio Prestes”.<sup>1377</sup>

Após esse pleito, Leôncio Correia publicou um artigo em *A República* acerca da vitória de Júlio Prestes. Nesse texto, ele voltou a contestar a legitimidade da Aliança Liberal em buscar ascender ao comando do Governo Federal. Segundo Correia, caberia aos membros da Aliança reconhecer a derrota e respeitar a opção do eleitorado em manter no poder o grupo político de Washington Luís.<sup>1378</sup>

Leôncio Correia, portanto, defendia que a oposição teria de acatar o resultado da eleição. Ou seja, não haveria razão para a contestação da lisura do resultado. Em artigo publicado em *A República* no dia 12 de março, Correia elogiou o presidente Washington Luís. No seu entendimento, o então presidente da República “[...] manteve invariavelmente um elevado nível moral, em chocante contraste com a desarticulada situação dos que, no despeito e no ódio, forjavam todas as armas de combate”.<sup>1379</sup>

Ao mesmo tempo em que elogiou Washington Luís, Correia buscou fundamentar o argumento de que eram improcedentes as críticas lançadas pelos opositoristas à gestão do

<sup>1375</sup> *A República*, edições de 8, 14, 23 e 25 de janeiro, e 1º, 6 e 9 de fevereiro, 8, 13, 20, 24 e 29 de março de 1930.

<sup>1376</sup> *A República*, edições de 21 de janeiro e 26 de fevereiro de 1930.

<sup>1377</sup> *A República*, 20 de fevereiro de 1930, n. 41, p. 1.

<sup>1378</sup> *A República*, 05 de março de 1930, n. 52, p. 3.

<sup>1379</sup> *A República*, 12 de março de 1930, n. 57, p. 3.

presidente da República.<sup>1380</sup> Nos anos finais da Primeira República, Leôncio Correia estava empenhado em defender a continuidade o grupo governista do Paraná, contra o qual ele, Correia, não tivera êxito em se contrapor.

### **Conclusões parciais**

A principal finalidade deste capítulo consistiu em desenvolver uma investigação sobre os impactos da Proclamação da República nas condições de atuação política da antiga elite provincial paranaense. Para tanto, foi empreendida a reconstituição da vida partidária regional nos anos finais do Império. Nesse quadro, destacou-se que na primeira década republicada houve o processo de consolidação das regras atinentes à vida interna dos partidos no âmbito dos municípios do interior e das capitais da federação. Desse modo, a consolidação dessas regras ocorreu de modo mais célere na República do que no tempo do Segundo Reinado. Entretanto, a existência dessas regras não assegurou uma ampla e decisiva participação dos correligionários nas decisões dos diretórios municipais e estaduais.

Contudo, as principais decisões partidárias eram delegadas aos chefes das agremiações. A existência de uma previsibilidade nas atividades dos partidários não impediu a consolidação de processos decisórios oligárquicos. Ao fim da Primeira República, foi mantido o caráter seletivo das deliberações acerca da escolha de candidatos no âmbito do partido governista. Nesse contexto, as lideranças locais da agremiação apenas ratificavam as determinações dos chefes partidários regionais. Ao mesmo tempo, as lideranças políticas republicanas conseguiram implantar um modelo de gestão partidária mais estável em relação ao modelo que vigorou no período imperial.

O estudo sobre o caso da família Guimarães permitiu demonstrar que, na Primeira República, houve a permanência na vida política paranaense de uma situação semelhante àquela que existiu na época do Império. Tal situação consistia no fato de que os negociantes radicados no litoral do estado atuavam como os líderes de uma salvaguarda partidária. Aos negociantes que passavam para a oposição ou que se desligavam da vida política, restava ingressar e controlar a gestão de entidades de classe, tais como as associações comerciais. No Paraná, houve tentativas de os políticos proscritos organizarem um partido de oposição. Os políticos paranaenses que migravam para a oposição, a exemplo de Alencar Guimarães, imprimiam um modelo oligárquico de gestão partidária.

---

<sup>1380</sup> *Id.*

### Considerações finais

Os partidos monárquicos começaram a reorganizar o seu modelo de gestão em fins dos anos 1860. Essa reorganização consistiu em elaborar estatutos, criar regras acerca da participação dos correligionários nas deliberações e interiorizar os diretórios. Tal processo apresentou-se como um esforço para que os partidos, ao tempo em que permaneciam como opositores do Gabinete Ministerial, não perdessem a sua influência política nas províncias. Ao mesmo tempo, a referida reorganização conferiu maior previsibilidade à vida interna dos partidos. Todavia, anteriormente àquela década já existiam diretórios municipais e provinciais em funcionamento.

Em suma, a gestão dos partidos monárquicos não era desprovida de regras vigentes em âmbito nacional. Contudo, a pouca formalização dessas regras permitia que os potentados regionais exercessem marcante influência na gestão dos diretórios. Nos anos finais do Império, os partidos monárquicos ainda possuíam dificuldade para romper com a exacerbada ingerência desses potentados. Nesse quadro, o crescimento do poder de um chefe político regional poderia ocasionar a extinção de um diretório. Portanto, o processo de reorganização da gestão dos diretórios não atenuou o controle das elites regionais sobre a prerrogativa de impor um modelo de gestão partidária.

De todo modo, a história política do Segundo Reinado cabe também ser encarada como um processo no qual as elites regionais buscaram executar uma orientação de lideranças políticas dos partidos Conservador e Liberal: disciplinar a vida interna dos diretórios. A consolidação dessa disciplina partidária era também operacional para que o partido permanecesse unido e angariasse mais aliados. Nesse quadro, as elites regionais controlaram o processo de reorganização dos diretórios dos partidos monárquicos. A elite imperial controlava à distância esse processo. Assim, as peculiaridades da vida política das províncias condicionaram sobremaneira o êxito ou o insucesso das atividades dos diretórios. O papel fulcral das elites regionais na consolidação de modelos de gestão partidária permaneceu ao longo da Primeira República.

Ao tempo do Segundo Reinado, os liberais paranaenses haviam construído regras acerca da nomeação e destituição de seus líderes. Ainda, eles tinham consolidado regras a respeito da definição de candidaturas. Ocasionalmente, lideranças políticas nacionais interferiram na gestão do Partido Liberal do Paraná. Essa ingerência era mais frequente no período anterior à criação do Centro Liberal, em 1868. Os liberais paranaenses continuaram a

manter diretórios em funcionamento nos anos 1870, momento em que eram opositores do Gabinete Ministerial. A existência desses diretórios era uma forma de unidade entre os correligionários em um contexto político adverso. Os conservadores, por sua vez, criaram diretórios apenas em 1868, um ano após a fundação da União Conservadora. Assim, foi demonstrado que os conservadores possuíam dificuldades em manter diretórios em atividade nos momentos nos quais o partido permanecia fora do comando do Gabinete Ministerial.

O estudo sobre os trajetos políticos de membros das famílias Correia e Guimarães foi operacional para evidenciar as dificuldades de os partidos monárquicos libertarem-se da influência dos potentados. Assim, tal estudo permitiu demonstrar que os potentados impuseram obstáculos à plena participação dos correligionários na gestão dos partidos

De outra parte, a investigação acerca desses trajetos possibilitou demonstrar os limites das oportunidades políticas desses potentados – e de seus descendentes – no contexto da Primeira República. Mais precisamente, foram investigados os impactos da implantação da República nas condições de atuação política dos componentes das elites sociais das províncias. Nesse quadro, buscou-se demonstrar as aproximações dos destinos políticos dessas elites no contexto da Primeira República. A rendição política foi um elemento comum a esses destinos. Ou seja, o malogro em atuarem como opositores e obtenção de cargos comissionados subalternos foram aspectos característicos a epílogo das carreiras políticas de membros das parentelas que detiveram grande poder político no Império.

Inicialmente, destacou-se que os negociantes pertencentes à família Guimarães conheceram o esgotamento do seu poder político em fins dos anos 1860. A partir desse esgotamento, eles se tornaram os líderes de uma retaguarda que garantia, no âmbito municipal, o sucesso eleitoral dos bacharéis pertencentes à geração de 1830. A fidelidade dos negociantes a esses bacharéis emergentes era recompensada. A conquista de privilégios econômicos era uma das principais recompensas.

Para demonstrar esse argumento, foram estudados os episódios referentes à celebração de contratos entre a companhia de navegação do Visconde de Nácar e os Governos Imperial e Provincial. Desde os anos finais do Império, o controle sobre entidades de classe e o exercício de cargos comissionados provinciais eram os principais elementos da influência política e social dos negociantes residentes no litoral paranaense. Nesse contexto, a capacidade de interferir em esquemas de nomeações para cargos comissionados provinciais e imperiais era um indício da permanência da força política dos potentados em seus redutos eleitorais.



De outra parte, o estudo sobre o caso do Visconde de Nacar também possibilitou corroborar o argumento de que os partidos monárquicos tinham dificuldades de renovar os seus quadros de lideranças. Apesar das tentativas, efetuadas pela elite imperial, de reorganizar a gestão dos partidos, a vida interna das agremiações nas províncias permaneceu sobremaneira condicionada pela autoridade e pelos interesses particulares dos potentados.

Assim, destacou-se que as candidaturas de Nacar eram uma evidência de que o Partido Conservador do Paraná não concedia decisivas oportunidades de atuação política a indivíduos não vinculados a parentelas da elite local. Apenas no planalto os conservadores adventícios detiveram significativas oportunidades de influir no comando da agremiação. A partir dos anos 1850, os adventícios conservadores residentes em municípios do litoral conseguiram apenas oportunidades circunstanciais nesse partido. No Partido Liberal, contudo, os adventícios conseguiram exercer posições de relevo no jogo partidário paranaense.

Porém, rapidamente eles vivenciaram um processo de esgotamento de suas carreiras políticas nessa província. Por outro lado, o estudo sobre os trajetos políticos de bacharéis pertencentes à família Correia permitiu evidenciar que a prerrogativa de interferir em decisões imperiais era uma das principais evidências do poder político desses indivíduos. Todavia, essa capacidade de interferência possuía limites. Assim, o não atendimento de demandas econômicas de seus aliados junto ao Governo Provincial foi um fator da dissidência conservadora que eclodiu nos anos 1880. Os interesses setoriais eram, portanto, responsáveis pela desunião dos correligionários de uma agremiação.

De outra parte, o exacerbado controle que os potentados exerciam sobre a administração de um partido era motivo para o descontentamento dos correligionários. Porém, esse descontentamento era inócuo, pois não se desdobrava em ações efetivas para democratizar a vida interna do partido. Ele também era inócuo porque não conseguia promover a substituição da elite de dirigentes do partido. Assim, foi salientado que os trajetos de membros das famílias Correia e Guimarães evidenciam que o controle exercido pelos potentados sobre os partidos tornou os processos de reorganização dos diretórios provinciais apenas um modo de cooptar correligionários e regrar a administração da grei em regiões interioranas. Essa reorganização não permitiu a igualdade de oportunidades entre os correligionários na tomada de decisões sobre a administração do partido.

Conforme salientado ao longo desta pesquisa, em algumas situações o extremo controle exercido por um potentado provocava a dissolução do diretório e o retorno a um

cenário no qual apenas um indivíduo comandava a agremiação. De todo modo, nesta tese foi destacado que, a despeito dessas dificuldades, durante o Segundo Reinado foi iniciado um processo por meio do qual a vida interna dos partidos tornou-se mais previsível. Essa previsibilidade não representou o fim do caráter oligárquico da composição social dos partidos.

O segundo objetivo central dessa tese era empreender uma investigação acerca dos efeitos da Proclamação da República nos modos de atuação políticas das elites regionais. O princípio dessa investigação consistiu em uma análise sobre a formação dos partidos a partir dos anos 1890. Demonstrou-se que, em relação ao período imperial, as elites políticas conseguiram rapidamente consolidar a disciplina partidária. Assim, a previsibilidade da rotina dos diretórios foi instaurada de maneira célere no Brasil. A partir do caso da política paranaense, foi destacado que essa rotina previsível tornou-se uma mera formalidade. Ou seja, os processos decisórios eram geridos pelas cúpulas partidárias a partir da conivência das lideranças partidárias municipais. Assim, a vida interna previsível dos partidos favoreceu a implantação de um modelo político oligárquico.

Por outro lado, as tentativas de criação de partidos de oposição no Paraná fracassavam. Esse fracasso era o resultado de disputas entre os correligionários. Ao mesmo tempo, havia dificuldade de os opositoristas construírem um repertório de propostas com a finalidade de demarcar uma distinção em relação ao partido governista. As propostas de moralização da vida pública e de saneamento das finanças estaduais eram as bases das propostas dos opositoristas paranaenses à época da Primeira República.

Por meio do estudo dos trajetos políticos de membros das famílias Correia e Guimarães foi salientada a rendição das antigas elites provinciais a chefes partidários emergentes. Ao se afastarem do grupo partidário governista, os membros dessas parentelas não conseguiram conservar posições de relevo no jogo político. A eventual obtenção de cargos comissionados constituía-se no limite de suas oportunidades no contexto desse afastamento. Os componentes dessas parentelas malograram na tarefa de congregar aliados para formar partidos de oposição. Eles não conseguiam, por exemplo, evitar que interesses particulares e desavenças prejudicassem a unidade partidária. Nesse quadro, o retorno ao grupo partidário governista lhes permitia escapar da condição de proscritos da vida política.

Esse retorno não significava a recuperação de posições de destaque no jogo partidário. Antes, significava a acomodação em posições subalternas na administração estadual. Nesse

contexto, os negociantes do litoral paranaense permaneceram como líderes da retaguarda que garantia localmente os sucessos eleitorais dos gestores do partido situacionista. Porém, esses negociantes também se opuseram, em algumas ocasiões, a tais líderes. Essa oposição significava a definitiva perda de oportunidades políticas.

Diante desse quadro de adversidades, restava aos negociantes exercer o controle sobre entidades de classe, a exemplo das associações comerciais. Ao tempo da Primeira República, portanto, os negociantes paranaenses estabelecidos no litoral permaneceram acomodados em posições mais subalternas na gestão dos partidos. Eles permaneceram, pois, acomodados na posição de notabilidades locais. A consolidação da previsibilidade da vida partidária foi um elemento característico da vida política da Primeira República. Nesse contexto, as elites regionais conservaram a faculdade de controlar a elaboração de modelos de gestão partidária. Os partidos nacionais existentes à época não possuíam organização interna consistente, eram efêmeros e empregavam práticas de gestão características aos partidos estaduais.

No Paraná, a consolidação de regras atinentes ao funcionamento de diretórios ocorreu apenas no partido governista. Os partidos de oposição malograram nessa tarefa. Apesar do cenário político oligárquico, houve mutações na composição do quadro de dirigentes da política regional. A decadência política dos membros das famílias Correia e Guimarães permite fundamentar tal argumento. Ainda, essa decadência também demonstra que, em sua maior parte, os membros das antigas elites provinciais não conseguiam conservar-se como opositores da política oficial. Antes, eles se inclinavam para o adesismo.

Ao tempo em que militaram em partido de oposição, membros das famílias Correia e Guimarães mantiveram-se vinculados às práticas de gestão partidária dos partidos situacionista. Por conseguinte, os partidos de oposição no Paraná da Primeira República possuíam uma vida interna pouco democrática. Havia poucas condições, nas agremiações de oposição, para a emergência de lideranças. Em síntese, esses partidos consistiam em alianças entre membros destituídos do grupo político governista. A duração dessas agremiações era, pois, limitada às épocas das campanhas eleitorais.

Em decorrência das dificuldades para criarem partidos de oposição competitivos, os membros das citadas famílias retornaram ao grupo partidário governista. Tal retorno permitiu-lhes, por exemplo, a obtenção de cargos comissionados estaduais e federais. Dessa forma, nota-se que um destino possível aos membros das antigas elites provinciais ao tempo da Primeira República era integração em políticas de nomeações para cargos públicos.

## Fontes

### A) Periódicos consultados no sítio eletrônico da Hemeroteca Digital Brasileira

<<http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>

<i>A Actualidade</i> (RJ)	<i>Jornal do Commercio</i> (RJ)
<i>A Federação</i> (AM)	<i>O Cachoeirano</i> (ES)
<i>Anais da Biblioteca Nacional</i> (RJ)	<i>O Cearense</i> (CE)
<i>A Noite</i> (RJ)	<i>O Democrata</i> (PR)
<i>A Ordem</i> (SP)	<i>O Despertador</i> (SC)
<i>A Reforma</i> (RJ)	<i>O Estado do Paraná</i> (PR)
<i>A Regeneração</i> (SC)	<i>O Estandarte</i> (ES)
<i>A República</i> (PR)	<i>O Jequitinhonha</i> (MG)
<i>A República</i> (PA)	<i>O Liberal</i> (PE)
<i>Bemtevi Caxiense</i> (MA)	<i>O Novo Farol Paulistano</i> (SP)
<i>Conciliador Catarinense</i> (SC)	<i>O Paiz</i> (RJ)
<i>Conservador</i> (RJ)	<i>O Paranaense</i> (PR)
<i>Constitucional</i> (RJ)	<i>Opinião Liberal</i> (RJ)
<i>Correio da Vitória</i> (ES)	<i>Província de Minas</i> (MG)
<i>Correio Mercantil</i> (RJ)	<i>Província do Paraná</i> (PR)
<i>Correio Paulistano</i> (SP)	<i>Sete de Março</i> (PR)
<i>Dezenove de Dezembro</i> (PR)	
<i>Diário do Commercio</i> (PR)	
<i>Diário do Paraná</i> (PR)	
<i>Diário do Rio de Janeiro</i> (RJ)	
<i>Diário de Pernambuco</i> (PE)	
<i>Estrella do Amazonas</i> (AM)	
<i>Farol Paulistano</i> (SP)	
<i>Phenix</i> (SP)	
<i>Gazeta de Notícias</i> (RJ)	
<i>Gazeta Paranaense</i> (PR)	
<i>Goyaz</i> (GO)	
<i>Jornal do Brasil</i> (RJ)	

### B) Periódicos consultados no arquivo do Instituto Histórico e Geográfico de Paranaguá

*Commercio do Paraná* (PR)

*Operário da Liberdade* (PR)

*O Itiberê* (PR)

**C) Periódico consultado no sítio eletrônico de *O Estado de S. Paulo***

*O Estado de São Paulo* (SP)

<<http://acervo.estadao.com.br/>>

**D) Periódico consultado na Biblioteca Pública do Paraná**

PARANÁ. *Annaes da Assembleia Provincial do Paraná*. Curitiba: Typographia do *Dezenove de Dezembro*, 1886.

**E) Lista Nominativa de Habitantes da Vila de Antonina, ano de 1808.** Cópia microfilmada sob a guarda do Departamento do Arquivo Público do Estado do Paraná.

**F) Correspondência epistolar do Conselheiro João Alfredo Corrêa de Oliveira.**

<<http://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/13424>>

### Referências bibliográficas

ADORNO, Sérgio. *Os aprendizes do poder: o bacharelismo liberal na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

ALENCAR, José de. *Discursos proferidos na sessão de 1871 da Câmara dos Deputados*. Rio de Janeiro: Typographia Perseverança, 1871.

ALONSO, Ângela. *Idéias em movimento: a geração de 1870. Na crise do Brasil Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ALONSO, Ângela. *Joaquim Nabuco*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

ALONSO, Ângela; JACKSON, Kenneth (Org.). *Joaquim Nabuco na República*. São Paulo: Hucitec, 2010.

ALVES, Alessandro Cavassin. *A Província do Paraná (1853-1889). A classe política. A parentela no governo*. Tese (Doutorado em Sociologia). Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2014.

AMARAL, Roberto; BONAVIDES, Paulo. *Textos políticos da História do Brasil*. Volume II. 3ª edição. Brasília: Senado Federal, 2002.

ASSIS, Machado de. *O velho Senado*. Brasília: Senado Federal, 2004.

ALENCAR, Gustavo Magno Barbosa. *Pelas tramas da política: a constituição do Partido Liberal Moderado na Província do Ceará (1830-1837)*. Dissertação (Mestrado em História). Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2014.

ANDRADE, Marcos Ferreira de. *Elites regionais e a formação do estado imperial brasileiro: Minas Gerais, Campanha da Princesa (1799-1850)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.

ANDRADE, Pablo de Oliveira. *A “legítima representante”: Câmaras Municipais, oligarquias e institucionalização do Império liberal brasileiro (Mariana, 1822-1836)*. Dissertação (Mestrado em História). Mariana: Universidade Federal de Ouro Preto, 2012.

ÂNGELO, Helder Bruno Palheta. *O longo caminho dos Corrêa de Miranda no século XIX: um estudo sobre família, poder e economia*. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia). Belém: Universidade Federal do Pará, 2012.

ARAÚJO, Manuel Alves de. *Histórico da eleição da Província do Paraná*. Rio de Janeiro: Typographia Constitucional e Imperial de J. Villeneuve, 1872.

ARRUDA, Larissa Rodrigues Vacari de. *Disputas oligárquicas: as práticas políticas das elites mato-grossenses (1892-1906)*. São Carlos: Editora da Universidade Federal de São Carlos, 2015.

BALHANA, Altiva Pilatti; MACHADO, Brasil Pinheiro; WESTPHALEN, Cecília Maria. *História do Paraná*. Vol. I. Curitiba: Gafipar, 1969.

- BANDECCHI, Pedro Brasil. Bases da União Conservadora e os Estatutos do Grêmio Paulistano e os primórdios do movimento republicano em São Paulo. In: *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 14, 1973, pp. 149-158.
- BARBOSA, Daniel Henrique Diniz. *Tecnoburocracia e pensamento desenvolvimentista em Minas Gerais (1903-1969)*. Tese (Doutorado em História Econômica). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2012.
- BARCELLOS, Marta. *Histórias do mercado de capitais no Brasil*. São Paulo: Elsevier, 2010.
- BIAVASCHI, Márcio Alex Cordeiro. *Relações de poder coronelistas na Região Colonial Italiana do Rio Grande do Sul durante o período borgista (1903-1928)*. Tese (Doutorado em História). Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2011.
- BIEBER, Judy. *Power, Patronage and Political Violence on a Brazilian Frontier, 1822-1889*. Lincoln: University of Nebraska Press, 2000.
- BILAC, Maria Beatriz Bianchini. *As elites políticas de Rio Claro: um estudo sobre a formação dos setores dirigentes em um município paulista*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1995.
- BLUME, Luiz Henrique. *A moradia da população e a Reforma Urbana em Santos no século XIX*. Dissertação (Mestrado em História). São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1998.
- BRAGA, Nivaldo Teixeira. *Perfil biographico do excellentissimo Senhor Visconde de Nácar*. São Paulo: Typographia de Jorge Seckler, 1880.
- BRASILIENSE, Américo. *Os programas dos partidos e o Segundo Império*. Brasília: Senado Federal, 1978.
- BORGES, Luiz Adriano Gonçalves. *Senhor de terras, de homens e de animais: a trajetória política e econômica de João da Silva Machado (Província de São Paulo, 1800-1853)*. Tese (Doutorado em História). Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2014.
- BRASIL. *Ministros do Tribunal de Contas da União: dados biográficos*. 7ª edição. Brasília: Tribunal de Contas da União, 2008.
- BRITO, Jonas. *A Bahia dos Calmon: um ás no jogo político da I República (1920-1926)*. Dissertação (Mestrado em História). Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2014.
- BRUNO, Fábio Vieira. *O Parlamento e a evolução nacional (1871-1889)*. 6v. Brasília: Senado Federal, 1979.
- CAMBI, Thiago Fontelas Rosado. Centralização política e desenvolvimento financeiro no Império (1853-66). In: *Varia História*, vol. 28, n. 48. Julho-dezembro de 2012, pp. 805-832.
- CÂNDIDO, Antônio. *Um funcionário da monarquia: ensaio sobre o segundo escalão*. São Paulo: Ouro sobre Azul, 2007.
- COUTO, André Luiz Faria. *Do Império à República: a vida política no município de Barra Mansa*. Tese (Doutorado em História, Política e Bens Culturais). Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2016.
- CARDOSO, Jayme Antônio. *A população votante de Curitiba (1853-1881)*. Dissertação (Mestrado em História). Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1974.
- CARDOSO, Jayme Antônio; NADALIN, Sérgio Odilon; SANTOS, Carlos Roberto Antunes dos. Nota prévia sobre o “Arrolamento de fontes para a história da escravidão” na correspondência dos presidentes da Província do Paraná. In: *Anais do VI Simpósio de Professores Universitários de História: trabalho livre e trabalho escravo*. Volume II São Paulo: s/e, 1973.
- CARNEIRO, David; VARGAS, Túlio. *História do período provincial do Paraná*. Curitiba: Edição do Banestado, 1994.

- CARULA, Karoline. *As Conferências Populares da Glória e as discussões do darwinismo na imprensa carioca (1873-1880)*. Dissertação (Mestrado em História). Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2007.
- CARULA, Karoline. *Darwinismo, raça e gênero: conferências e cursos públicos no Rio de Janeiro (1870-1889)*. Tese (Doutorado em História Social). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2012.
- CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite política imperial/Teatro das sombras: a política imperial*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- CARVALHO, José Murilo de et al. (Org.). *Linguagens e fronteiras do poder*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2011.
- CARVALHO, José Murilo de. *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- CARVALHO, José Murilo de (Org.). *Visconde do Uruguai*. São Paulo: Editora 34, 2002.
- CARVALHO NETO, João Baptista Penna de. *Floriano Essenfelder: a trajetória de um empresário*. Dissertação (Mestrado em História). Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1991.
- CASALECCHI, José Ênio. *O Partido Republicano Paulista: política e poder (1889-1926)*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- CASSOL, Ernesto. *Política tributária do Paraná na Primeira República (1890-1930)*. Dissertação (Mestrado em História). Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1974.
- CASTILHO, Fábio Francisco de Almeida. *Como Esaú e Jacó: as oligarquias sul-mineiras no final do Império e a Primeira República*. Tese (Doutorado em História). Franca: Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, 2012.
- CAVALCANTI, Themístocles Brandão. *O voto distrital no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1975.
- CAVAZZANI, André Luiz Moscaleski. *Tendo o sol por testemunha: população portuguesa na Baía de Paranaguá (c. 1750-1830)*. Tese (Doutorado em História Social). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2013.
- CHACON, Vamireh. *História dos partidos brasileiros*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1981.
- CHANDLER, Billy Janes. *Os Feitosas e o Sertão dos Inhamuns: a história de uma comunidade no Nordeste do Brasil (1700-1930)*. Fortaleza: Edições da Universidade Federal do Ceará/Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981 [1967].
- CHARLE, Christophe. A prosopografia ou biografias coletivas: balanço e perspectivas. In: HEINZ, Flávio (Org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2001, pp. 41-54.
- CHAVES, Edneila Rodrigues. *Hierarquias sociais na Câmara Municipal em Rio Pardo (Minas Gerais, 1833-1872)*. Tese (Doutorado em História). Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2012.
- CHAVES, Maria L.; VARGAS, Túlio. *Sérgio de Castro: biografia do presidente da Constituinte Republicana do Paraná de 1892*. Curitiba: Lítero-Técnica, 1987.
- CIRINO, Raissa Gabrielle Vieira. *Pelo bem da “pátria” e pelo Imperador: o Conselho Presidencial do Maranhão na construção do Império (1825-1831)*. Dissertação (Mestrado em História). São Luís: Universidade Federal do Maranhão, 2015.
- CLARO, Livia. Pensando a guerra e a nação: a Liga Brasileira pelos Aliados e suas ideias sobre o Brasil no contexto da Primeira Guerra Mundial (1915-1919). In: *História: debates e tendências*, v. 14, n. 2, julho/dezembro de 2014, pp. 292-305.

- CODATO, Adriano. Metodologias para a identificação de elites: três exemplos clássicos. In: CODATO, Adriano; PERISSINOTTO, Renato (Org.). *Como estudar elites*. Curitiba: Editora da Universidade Federal do Paraná, 2015, pp. 15-32.
- COELHO, Edmundo Campos. *As profissões imperiais: medicina, engenharia e advocacia no Rio de Janeiro, 1822-1830*. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- CONCEIÇÃO, Carla Fernanda da. *Configuração das elites política e econômica em São Carlos/SP – 1873 a 1904*. Dissertação (Mestrado em Sociologia). São Carlos: Universidade Federal de São Carlos.
- CORRÊA, Amélia Siegel. *Imprensa e política no Paraná: prosopografia dos redatores e pensamento republicano no final do século XIX*. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2006.
- CORRÊA, Carlos Humberto. *Os governadores de Santa Catarina, 1739-1982: notas biográficas*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1983.
- CORREIA, Leôncio. *Evocações*. Curitiba: Edição do Estado do Paraná, 1955.
- COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 8ª ed. São Paulo: Ed. da Universidade Estadual de São Paulo, 2007 [1977].
- COSTA, Hilton. *O navio, os oficiais e os marinheiros: as teorias raciais e a Reforma Eleitoral de 1881*. Tese (Doutorado em História). Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2014.
- COSTA, Luiz Domingos; MASSIMO, Lucas. Enlarging the Playing Field: Political Circulation of Brazilian Senators in the First Republic. In: *Brazilian Political Science Review*, vol. 9, n. 3, pp. 116-142, 2015.
- COSTA, Odah Regina Guimarães. *A ação empresarial de Ildefonso Pereira Correia, Barão do Serro Azul, na conjuntura paranaense*. Tese (Livre-Docência em História). Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1974.
- COSTA, Samuel Guimarães da. Volume I. *História política da Assembléia Legislativa do Paraná*. Curitiba: Vicentina, 1995.
- COSTA, Samuel Guimarães da. *O último capitão-mor (1782-1857)*. Curitiba: Editora da UFPR, 1988.
- CRUZ, Demétrio Acácio Fernandes da. *Apontamentos Históricos, Topographicos e Descritivos da Cidade de Paranaguá*. Rio de Janeiro: Typographia do *Diário do Rio de Janeiro*, 1863.
- CUNHA, Rogério Pereira da. *Juízes, policiais e administradores: júzo municipal e elites locais na formação do Estado no Brasil – São Francisco do Sul, província de Santa Catarina (1832-1850)*. Dissertação (Mestrado em História). Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2011.
- CUNHA, Rui Vieira da. *O Parlamento e a nobreza brasileira*. Brasília: Senado Federal, 1979.
- DAGOSTIM, Maristela Wessler. *A República dos Conselhos: um estudo sobre a transformação do perfil da elite política paranaense (1930-1947)*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2011.
- DANTAS, José Ibarê Costa. *Os partidos políticos em Sergipe, 1889-1964*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.
- DANTAS, Mônica Duarte. Partidos, liberalismo e poder pessoal: a política no Império do Brasil. Um comentário ao artigo de Jeffrey Needell, Formação dos partidos políticos no Brasil da Regência à Conciliação, 1831-1857. In: *Almanack Braziliense*, n. 10, 2009, pp. 40-47.
- DEAN, Warren. A industrialização durante a República Velha. In: FAUSTO, Bóris (Dir.) *História Geral da Civilização Brasileira – Tomo III – O Brasil Republicano – 1º volume – Estrutura de poder e economia (1889-1930)*. São Paulo: Record, 1997.



- DOHLNIKOFF, Miriam. *O Pacto Imperial: origens do federalismo no Brasil*. São Paulo: Globo, 2005.
- DOHLNIKOFF, Miriam; GREGÓRIO, Vítor Marcos; MAIA, Francisleide; SAEZ, Hernan Lara; SALES, Pedro Paulo Moreira. Representação política no Império. Crítica à ideia de falseamento das instituições. LAVALLE, Adrián Gurza (Org.). *O horizonte da política: questões emergentes e agendas de pesquisa*. São Paulo: CEBRAP, 2012, pp. 97-141.
- DOLINSKI, João Pedro. *Espaços de cura, práticas médicas e epidemias: febre amarela e saúde pública na cidade de Paranaguá (1852-1878)*. Dissertação (Mestrado em História das Ciências). Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2013.
- DOLINSKI, João Pedro. Saúde e cotidiano na Companhia de Memores Aprendizes de Marinheiros de Paranaguá na segunda metade do século XIX. *Revista História Social*, v. 1, 2014, pp. 101-120.
- DUVERGER, Maurice. *Les partis politiques*. Paris: Armand Colin, 1976.
- DYZARZ, Caiubi Martins. *Os suíços de Superagui: colonização e imigração no Paraná do século XIX*. Dissertação (Mestrado em História). Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2013.
- EL-KHATIB, Said Mohamed (Org.). *História de Santa Catarina*. Volume 1. Curitiba: Grafipar, 1970.
- FANAIA, João Edson. *Elites e práticas políticas em Mato Grosso na Primeira República (1889-1930)*. Cuiabá: Editora da Universidade Federal do Maranhão, 2010.
- FAORO, Raymundo. *Machado de Assis. A pirâmide e o trapézio*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1974.
- FAORO, Raymundo. *Os donos do poder. Formação do patronato político brasileiro*. 2º volume. 10ª ed. São Paulo: Globo, 1995.
- FARIA, Vanessa Silva de. *O processo de qualificação de votantes no Brasil Império: perfil da população votante no distrito sede de Juiz de Fora, Minas Gerais (1872-1876)*. Dissertação (Mestrado em História). Mariana: Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2011.
- FARINATTI, Luís Antônio; VARGAS, Jonas Moreira. “A nossa causa é a causa deles”: elites regionais, chefes paroquiais e construção do Estado Imperial brasileiro: Rio Grande do Sul (c. 1820-c. 1880). In: BARATA, Alexandre et. al. (Org.). *Dos poderes do Império*. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2014, pp. 225-256.
- FERRAZ, Sérgio Eduardo. *O Império revisitado: Poder Moderador, Câmara dos Deputados e instabilidade ministerial (1840-1889)*. Tese (Doutorado em Ciência Política). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2012.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. *Em busca da Idade de Ouro: as elites políticas fluminenses na Primeira República (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal do Rio de Janeiro/Edições Tempo Brasileiro, 1994.
- FERREIRA, Sylvio Mário Puga. *Federalismo, economia exportadora e representação política: o Amazonas na República Velha (1889-1914)*. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas). Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2005.
- FIGUEIREDO, Vítor Fonseca. *Os senhores do sertão: coronelismo e parentela no em uma área periférica de Minas Gerais*. Dissertação (Mestrado em História). Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2010.
- FIGUEIREDO, Vítor Fonseca. *Voto e competição política na Primeira República: o caso de Minas Gerais*. Tese (Doutorado em História). Juiz de Fora: Universidade Feral de Juiz de Fora, 2016.
- FLEISCHER, David. *O recrutamento político em Minas Gerais, 1890-1918*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 1971.

- FONSECA, Juliana de Souza. *Capitalidade e Civilização na Reforma Urbana de Pereira Passos (1903-1906)*. Dissertação (Mestrado em História). Rio de Janeiro: Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2007.
- FRANÇA, Franciele Ferreira. *A arte de ensinar: meandros do ofício de mestre de primeiras letras na Província do Paraná (1857-1884)*. Dissertação (Mestrado em Educação). Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2014.
- FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *História e Teoria dos partidos políticos no Brasil*. São Paulo: Alfa-Omega, 1974.
- FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *Um estadista da República*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1976.
- FREITAS, Ana Paula Ribeiro. *Diversidade econômica e interesses regionais: as políticas públicas do governo provincial mineiro (1870-1889)*. Dissertação (Mestrado em História Econômica). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2009.
- FREITAS, Ana Paula Ribeiro. *Minas e a Política Imperial: reformas eleitorais e representação política no Parlamento brasileiro (1853-1863)*. Tese (Doutorado em História Social). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2015.
- FREITAS, Burno Cordeiro Nojosa de. *A exaltação dos eleitos: evolução eleitoral e política do Império (Ceará, 1846-1860)*. Dissertação (Mestrado em História). Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2011.
- GANDARA, Gercinair Silvério. *Rio Parnaíba... cidades-beira*. Tese (Doutorado em História). Brasília: Universidade de Brasília, 2008.
- GARCIA, Domingos Sávio da Cunha. *Mato Grosso (1850-1889): uma província na fronteira do Império*. Dissertação (Mestrado em História Econômica). Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2001.
- GENOVEZ, Patrícia Falco. A Câmara dos Compadres: relações familiares na Câmara Municipal de Juiz de Fora (1853-1872). In: *Locus*, vol. 2, n. 2, 1996, pp. 61-79.
- GUIMARÃES, Manuel de Alencar. *Política do Paraná: discursos pronunciados pelo deputado Alencar Guimarães no Congresso Legislativo do Estado*. Curitiba: s/e, 1915.
- GOULART, Mônica Harrich da Silva. *Classe dominante e jogo político na Assembleia Legislativa Paranaense (1889-1930)*. Tese (Doutorado em Sociologia). Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2008.
- GOULART, Mônica Harrich Silva. *O poder local e o coronelismo no Estado do Paraná. 1880-1930*. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2004.
- GOULART FILHO, Alcides. Projetos ferroviários em Santa Catarina: as tentativas fracassadas pela formar um sistema ferroviário catarinense. In: *Textos de economia*, vol. 12, n.1, janeiro/junho de 2009, pp. 81-103.
- GOUVÊA, Fernando da Cruz. *Joaquim Nabuco entre a Monarquia e a República*. Recife: Massangana, 1989.
- GOUVÊA, Fernando da Cruz. *O Partido Liberal no Império: o Barão de Vila Bela e sua época*. Brasília: Senado Federal, 1986.
- GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. *O Império das Províncias: Rio de Janeiro, 1822-1889*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1997.
- GREGÓRIO, Vítor Marcos. *Dividindo as províncias do Império: a emancipação do Amazonas e do Paraná e o sistema representativo na construção do Estado nacional brasileira*

- (1826-1854). Tese (Doutorado em História Social). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2013.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Capítulos de História do Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira: do Império à República*. Tomo 2. Volume 5. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1972.
- HOLUB, Norman. *The liberal movement in Brazil: 1808-1854*. Tese (Doutorado em História). Nova Iorque: New York University, 1968.
- HORYLKA, Claury. Correspondência do presidente da província do Paraná com o Ministério do Império (1853-1860). In: *Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense*, vol. XVIII, 1973.
- HÖRNER, Erik. Partir, fazer e seguir: apontamentos sobre a formação dos partidos e participação política no Brasil da primeira metade do século XIX. In: MARSON, Isabel Andrade; OLIVEIRA, Cecília Helena Salles de. *Monarquia, Liberalismo e Negócios no Brasil: 1790-1860*. São Paulo: Edusp, 2013, pp. 213-240.
- IANNI, Octavio. *As metamorfoses do escravo: apogeu e crise da escravatura no Brasil Meridional*. São Paulo: Difel, 1962.
- IGLESIAS, Francisco [et. al.] *São João del Rei na história de Minas e do Brasil*. Belo Horizonte: Expressão e Cultura, 1986.
- KINZO, Maria Dalva Gil. *Representação política e sistema eleitoral no Brasil*. São Paulo: Edições Símbolo, 1980
- KIRKENDALL, Andrew J. *Class Mates: Male Student Culture and Make of a Political Class in Nineteenth-Century in Brazil*. Lincoln: University of Nebraska Press, 2002.
- LACOMBE, Américo Jacobina. (Coord). *O clero no Parlamento Brasileiro*. 5 v. Brasília: Câmara dos Deputados, 1978
- LEANDRO, Eulálio de Oliveira. *Coelho Netto e a ecologia no Brasil, 1898-1928*. Rio de Janeiro: Ética Editora, 2003.
- LANGE, Silvia Pandini; MARQUES, Vera Regina Beltrão. Os aprendizes marinheiros no Paraná oitocentista. In: *Asclepio*, vol. LX, n. 2, julho-dezembro de 2008, pp. 75-94.
- LEITE, Beatriz Westin Cerqueira. *O Senado nos anos finais do Império (1870-1889)*. Brasília: Senado Federal, 1978.
- LEME, Luiz Gonzaga da Silva. *Genealogia Paulistana*. Adenda. São Paulo: Duprat e Companhia, 1905.
- LEVI, Darrell. *Família Prado*. São Paulo: Cultura 70, 1977 [1974].
- LÉVI-MOREIRA, Sílvia. *Liberalismo e democracia na dissidência republicana paulista: estudo sobre o Partido Republicano Dissidente de São Paulo, 1901-1906*. Tese (Doutorado em História). São Paulo: Universidade de São Paulo, 1991.
- LEVINE, Robert. *A velha usina: Pernambuco na federação brasileira (1889-1937)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980 [1978].
- LEWIN, Linda. *Política e Parentela: um estudo de caso da oligarquia de base familiar*. Rio de Janeiro: Record, 1993.
- LESSA, Renato *A invenção republicana: Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República*. Rio de Janeiro/São Paulo: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro/Vértice, 1988.
- LIMONGI, Fernando. Revisitando as eleições do Segundo Reinado: manipulação, fraude e violência. In: *Lua Nova*, n. 91, 2014, pp. 51-113.

- LYNCH, Christian. A Utopia democrática: Rui Barbosa entre o Império e a República. In: SENNA, Marta de (Org.). *Rui Barbosa: seleção de textos fundamentais*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2007, pp. 37-66.
- LYNCH, Christian Edward Cyril. *Da monarquia à oligarquia: História institucional e pensamento político brasileiro (1822-1930)*. São Paulo: Alameda, 2014.
- LYNCH, Christian. *Monarquia sem despotismo e liberdade anarquia: o pensamento político do Marquês de Caravelas*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2014.
- LYNCH, Christian. O momento oligárquico: a construção institucional da República (1889-1891). In: ALENCAR NETO, José Almino; VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro (Org.). *A República revisitada: construção e consolidação do projeto republicano brasileiro*. Porto Alegre: Editora da PUC-RS, 2016, pp. 23-55.
- LYNCH, Christian. Um saquarema no Itamarati: reflexões e hipóteses para uma pesquisa sobre o pensamento político do Barão do Rio Branco. In: LAIDLER, Christiane Vieira. *O Barão do Rio Branco: política externa e não*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2014, pp. 17-53. 319.
- LOPES, José Reinaldo de Lima. *O oráculo de Delfos: o Conselho de Estado no Brasil Império*. São Paulo: Saraiva, 2010.
- LOPES, Thaís da Silva. *Entre a ação legislativa e o constrangimento político: o Conselho Municipal do Distrito Federal (1921-1930)*. Dissertação (Mestrado em História, Política e Bens Culturais). Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2013.
- LOVE, Joseph. *A locomotiva: São Paulo na federação brasileira (1889-1937)*. São Paulo: Paz e Terra, 1982 [1980].
- LOVE, Joseph. *O regionalismo gaúcho*. São Paulo: Perspectiva, 1975.
- MACIEL, Ottoni. *Bastidores políticos*. Curitiba: s/ed, 1925.
- MACEDO, Joaquim Manuel de. *Anno Biographico Brasileiro*. Primeiro volume. Rio de Janeiro: Typographia e Lithographia do Imperial Instituto Artístico, 1876.
- MAGALHÃES, Marionilde Dias Brepfol de. *Paraná: Política e Governo*. Curitiba: Secretaria de Educação do Estado do Paraná, 2001.
- MAIA, Júlio Joaquim Gonçalves. Lista geral dos bacharéis e doutores formados pela Faculdade de Direito de São Paulo até 1900. In: *Revista da Faculdade de Direito de São Paulo*, vol. 8, 1900, pp. 209-291.
- MARCONDES, Renato Leite. O mercado brasileiro do século XIX: uma visão por meio do comércio de cabotagem. In: *Revista de Economia Política*, vol. 32, n. 1 (126), janeiro/março de 2012, pp. 142-166.
- MARTINS, Maria Fernanda Vieira. *A Velha Arte de Governar: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.
- MARTINY, Carina. “*Os seus serviços públicos e políticos estão de certo modo relacionados à prosperidade do município*”: Constituindo redes e consolidando o poder: uma elite política local (São Sebastião do Caí, 1875-1900). Dissertação (Mestrado em História). São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2010.
- MARCONDES, Moisés. *Pai e patrono: Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá*. Ponta Grossa: Editora Vila Velha, 2009 [1926].
- MARTINS, Wilson. *A invenção do Paraná: estudo sobre a presidência de Zacarias de Góes e Vasconcellos*. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 1999.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema*. São Paulo: Hucitec, 1987.
- MELLO, Evaldo Cabral de. *O Norte Agrário e o Império, 1871-1889*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

- MENEZES, George Rocha. *Lutas políticas e crise social: a elite política cearense na década de 1870*. Dissertação (Mestrado em História). Fortaleza Universidade Federal do Ceará, 2006.
- MICHELS, Robert. *Les partis politiques. Essai sur les tendances oligarchiques des démocraties*. Paris, Flammarion, 1972.
- MILLS, Charles Wright. *A elite do poder*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1962 [1956].
- MONTEIRO, Elson Luiz Rocha. *A Maçonaria e campanha abolicionista no Pará: 1870-1888*. Dissertação (Mestrado em História). Belém: Universidade Federal do Pará, 2009.
- MONTENEGRO, Abelardo. *Os partidos políticos no Ceará*. Fortaleza: Editora da Universidade Federal do Ceará, 1980.
- MOREIRA, Gustavo Alves Cardoso. *Legislação eleitoral e política eleitoral: um estudo sobre o impacto das reformas de 1855, 1860 e 1875 no sul fluminense*. Tese (Doutorado em História). Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2014.
- MOREIRA, Gustavo Alves Cardoso. *Uma família no Império do Brasil: os Cardoso de Itaguaí (um estudo sobre economia e poder)*. Dissertação (Mestrado em História). Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2005.
- MOSHER, Jeffrey C. Political mobilization, party ideology, and lusophobia in nineteenth-century Brazil: Pernambuco, 1822-1850. In: *Hispanic American Historical Review*, vol. 80, n° 4, 2000, p. 881-912.
- MOSHER, Jeffrey C. *Political Struggle, Ideology and the State Building: Pernambuco and the construction of Brazil, 1817-1850*. Lincoln: University of Nebraska Press, 2008.
- MOTTA, Paulo Roberto. *Movimentos partidários no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1971.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Introdução à história dos partidos políticos brasileiros*. Belo Horizonte: Editora da Universidade Federal de Minas Gerais, 1999.
- MOURA, Carlos Eugênio Marcondes de. *O Visconde de Guaratinguetá: um fazendeiro de café no Vale do Paraíba*. São Paulo: Studio Nobel, 2002.
- MOURA, Carlos Eugênio Marcondes de. *Vida cotidiana em São Paulo: memórias, depoimentos, evocações*. São Paulo: Ed. da Unesp, 1999.
- MURICY, Andrade. *O símbolo: à sombra das araucárias (memórias)*. Brasília: Conselho Federal de Cultura, 1976.
- NABUCO, Joaquim. *Um estadista do Império: Nabuco de Araújo. Sua vida, suas opiniões, sua época*. Tomo II. Rio de Janeiro: Garnier, 1899.
- NASCIMENTO, Carla Silva do. *O Barão de Cotegipe e a crise do Império*. Dissertação (Mestrado em História). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2012.
- NASCIMENTO, Douglas Veiga. *Aspirações e vertigens na marcha do intelecto: os bacharéis na formação da cultura urbana na cidade de Curitiba (1870-1883)*. Dissertação (Mestrado em Direito). Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2012.
- NEEDELL, Jeffrey D. Formação dos partidos políticos no Brasil da Regência à Conciliação, 1831-1857. In: *Almanack Braziliense*, n. 10, 2009, pp. 5-22.
- NEEDELL, Jeffrey D. Formação dos partidos brasileiros: questões de ideologia, rótulos partidários, lideranças e prática política, 1831-1888. In: *Almanack Braziliense*, n. 10, 2009, pp. 54-63.
- NEEDELL, Jeffrey D. *The Party of Order: the conservatives, the State, and slavery in the Brazilian monarchy*. Stanford: Stanford University, 2006.
- NEGRÃO, Francisco. *Genealogia Paranaense*. 5° vol. Curitiba: Imprensa Oficial, 2004.

- NEVES, Diogo Gualharo Neves. *Associação Comercial do Maranhão: recrutamento e atuação política da liderança empresarial, 1880-1940*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). São Luís: Universidade Federal do Maranhão, 2011.
- NICOLAU, Jairo. *Eleições no Brasil: do Império dos dias atuais*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Edições, 2012.
- NUNES, Neila Ferraz Moreira. A experiência eleitoral em Campos dos Goytacazes (1780-1889): frequência eleitoral e perfil da população votante. In: *Dados*, v. 46, n. 2, 2003, pp. 311-343.
- NOGUEIRA, José Luiz de Almeida. *A Academia de São Paulo: tradições e reminiscências*. 8ª série. Lisboa: Typographia de "A Editora", 1910.
- OLIVEIRA, Carlos Eduardo França de. *Construtores do Império, defensores da província: São Paulo e Minas Gerais na formação do Estado Imperial e dos poderes locais, 1823-1834*. Tese (Doutorado em História Social). Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.
- OLIVEIRA, Cecília Helena Salles (Org.). *Zacarias de Góis e Vasconcelos*. São Paulo: Editora 34, 2002.
- OLIVEIRA, Maria Cecília Martins de. *O ensino primário na Província do Paraná*. Dissertação (Mestrado em História). Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1982.
- OLIVEIRA, Maria Correia de. *Estudo da erva-mate no Paraná: 1939-1967*. Dissertação (Mestrado em História). Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1974.
- OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins de. *O pensamento econômico de Francisco Salles, João Pinheiro e João Luís Alves e o desenvolvimento de Minas Gerais (1889-1914)*. Tese (Doutorado em História Social). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2012.
- OLIVEIRA, Ricardo Costa de. *O silêncio dos vencedores*. Genealogia, classe dominante e Estado do Paraná (1853-1930). Curitiba: Moinho do Verbo, 2001.
- OSÓRIO, Joaquim Luís. *Partidos políticos no Rio Grande do Sul: período republicano*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 1992 [1930].
- PACHECO, Cláudio. *História do Banco do Brasil*. Volume III, s/e, 1979.
- PAIVA, Maria Arair Pinto. *A elite política do Ceará provincial*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1979.
- PENHA, Ana Lúcia Nunes. *Nas águas do Canal: política e poder na construção do canal Campos-Macaé (1835-1875)*. Tese (Doutorado em História). Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2012.
- PEREIRA, Ledir de Paula. *Elites políticas e a construção dos estados federativos em perspectiva comparada: São Paulo e Rio Grande do Sul*. Tese (Doutorado em História). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2015.
- PEREIRA, Luís Fernando Lopes. *Paranismo: o Paraná reinventado; cultura e imaginário no Paraná da Primeira República*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1998.
- PERISSINOTTO, Renato Monsseff. *Estado e capital cafeeiro: burocracia e interesse de classe na condução da política econômica*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1997.
- PERISSINOTTO, Renato Monsseff; SÊGA, Rafael Augustus. Republicanismo paulista e republicanismo gaúcho: entre aproximações e distinções (1873-1930). In: *Almanack*, v. 2, pp. 101-113, 2011.
- PINTO, Surama Conde Sá. Pinheiro Machado, o Morro da Graça e a política carioca. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, n. 447, pp. 229-244, 2010.
- PINTO, Surama Conde Sá. *Só para iniciados: o jogo político na antiga capital federal*. Rio de Janeiro: Mauad, 2011.

- PORTO, José da Costa. *Pinheiro Machado e seu tempo*. Porto Alegre: L&PM editores, 1985.
- PRADO, Lígia Maria C. *A democracia Ilustrada* (O Partido Democrático de São Paulo, 1926-1934). São Paulo: Ática, 1986.
- PRADO, Nazareh. *Antonio Prado no Império e na República: seus discursos e actos*. Rio de Janeiro: F. Briguiet, 1929.
- REGO, Junia Antonaccio Napoleão do. *Dos sertões aos mares: história do comércio e dos comerciantes de Parnaíba (1700-1950)*. Tese (Doutorado em História). Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2010.
- RIBEIRO, Filipe Nicoletti. *Império das incertezas: política e partidos nas décadas finais da monarquia brasileira (1868-1889)*. Dissertação (Mestrado em História Social). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2015.
- RIBEIRO, Luaê Carregari Carneiro. *Uma América em São Paulo: a Maçonaria e o Partido Republicano Paulista (1868-1889)*. Dissertação (Mestrado em História Social). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2011.
- RICCI, Paolo; ZULINI, Jaqueline Porto. As eleições no Brasil republicano: para além do estereótipo da fraude eleitoral. In: *História* (São Paulo), v. 63, pp. 48-58, 2015.
- RICCI, Paolo; ZULINI, Jaqueline Porto. Quem ganhou as eleições? A validação dos resultados antes da criação da Justiça Eleitoral. In: *Revista de Sociologia e Política*, v. 21, n. 45, pp. 91-105, março de 2013.
- RICCI, Paolo; ZULINI, Jaqueline Porto. Partidos, competição política e fraude eleitoral: a tônica das eleições na Primeira República. In: *Dados*, vol. 57, n. 2, pp. 443-479, 2014.
- RIDINGS, Eugene. *Business Interest Groups in Nineteenth-Century Brazil*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.
- RODRIGUES, José Honório (Ed.). *O Parlamento e a evolução nacional, 1826-1840*. 5 v. Brasília: Senado Federal, 1972.
- ROAHNY, Lucas. *A Liga Progressista e a construção do Estado Imperial, 1860-1868*. Monografia (Graduação em Ciências Sociais). Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2013.
- ROETT, Riordan. *Brazil: Politics in a Patrimonial Society*. New York: Praeger Publishers, 1984.
- ROSAS, Suzana Cavani. Da “constituinte soberana” a “conciliação política sobre as bases das reformas”: o Partido Liberal em Pernambuco e o gabinete Paraná de 1853. In: *Revista de História*, n. 170, junho de 2014, pp. 291-316.
- SAES, Décio. *A formação do Estado burguês no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- SALLES, Iraci Galvão. *Trabalho, progresso e a sociedade civilizada: o Partido Republicano Paulista e a política de mão-de-obra (1870-1889)*. São Paulo: Hutitec/Instituto Nacional do Livro, 1986.
- SALLES, Ricardo. Notas de um debate: Comentários sobre o texto de Jeffrey Needell Formação dos partidos políticos no Brasil da Regência à Conciliação, 1831-1857. In: *Almanack Braziliense*, n. 10, 2009, pp. 48-53.
- SAMPAIO, Consuelo Novais. *Os partidos políticos da Bahia na Primeira República: uma política de acomodação*. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, 1978.
- SANTANA, Ana Lúcia Jansen de Mello. *Tributação versus constitucionalidade: um estudo de caso no Paraná (1892-1918)*. Dissertação (Mestrado em História). Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1988.
- SANTOS, Antônio Vieira dos. *Memoria Historica, Chronologica, Topographica e Descriptiva da Villa de Morretes e do Porto Real, vulgarmente Porto de Çima*. Curitiba: Museu Paranaense, 1950 [1851].

- SANTOS, Antônio Vieira dos. *Memória Histórica de Paranaguá*. Vol. 1. Curitiba: Vicentina, 2001 [1850].
- SANTOS, Murilo Eugênio Bonze. *Dinâmica política no Rio de Janeiro: a Câmara Municipal na corte imperial (1861-1872)*. Dissertação (Mestrado em História Social). São Gonçalo: Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2008.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. O sistema oligárquico da Primeira República. In: *Dados*, vol. 56, n. 1, pp. 9-37, 2013.
- SANTOS, Zelo Martins dos. *Visconde de Guarapuava: um personagem na história do Paraná*. Tese (Doutorado em História). Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2005.
- SCHMITTER, Philippe C. *Interest conflict and political change in Brazil*. Stanford: Stanford University Press, 1971.
- SÊGA, Rafael Augustus. *A capital Belle époque: a reestruturação do quadro urbano de Curitiba durante a gestão do prefeito Cândido de Abreu (1913-1916)*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2001.
- SÊGA, Rafael Augustus. *Tempos belicosos: a Revolução Federalista no Paraná e a rearticulação da vida político-administrativa do Paraná (1889-1907)*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2005.
- SENADO FEDERAL. *A abolição no Parlamento: 65 anos de luta (1823-1888)*. Volume II. 2ª ed. Brasília: Senado Federal, 2012.
- SLEMIAN, Andréa. “Delegados do chefe da nação”: a função dos presidentes de província na formação do Império do Brasil (1823-1834). In: *Almanack Braziliense*, n. 6, 2007, pp. 20-38.
- SARMENTO, Sílvia Noronha. *A Raposa e a Águia: J. J. Seabra e Rui Barbosa na política baiana da Primeira República*. Dissertação (Mestrado em História). Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2009.
- SENA, Ernesto Cerveira de. *Entre anarquizadores e pessoas de costuma: a dinâmica política e o ideário civilizatório em Mato Grosso (1834-1870)*. Tese (Doutorado em História). Brasília: Universidade de Brasília, 2006.
- SILVA, Ciro. *Pinheiro Machado*. Brasília: Editora da UnB, 1982.
- SILVA, Noemi Santos da. *O “Batismo na Instrução”: projetos e práticas de instrução formal de escravos, libertos e ingênuos no Paraná provincial*. Dissertação (Mestrado em História). Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2014.
- SILVA, Vicente Moreira da. *Escravos e criados nas escolas noturnas de primeiras letras da província do Paraná (1872-1888)*. Dissertação (Mestrado em Educação). Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2013.
- SILVEIRA, Amaro da. Esboço biographico. In: CORREIA, Manuel Francisco. *Conferências e outros trabalhos do Conselheiro Manuel Francisco Correia*. Rio de Janeiro: Typographia Perseverança, 1885.
- SIMÕES NETO, Francisco Teotônio. *Os bacharéis na política e a política dos bacharéis*. Tese (Doutorado em Ciência Política). São Paulo: Universidade de São Paulo, 1983.
- SOUZA, André Peixoto. *Direito Público e modernização jurídica: elementos para a compreensão da formação da cultura jurídica brasileira no século XIX*. Tese (Doutorado em Direito). Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2010.
- STONE, Lawrence. Prosopografia. In: *Revista de Sociologia e Política*, v. 19, n. 39, pp. 115-137, junho de 2011.
- TAUNAY, Affonso de Escragnolle. *A Câmara dos Deputados sob o Império*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1949.
- TAUNAY, Affonso de Escragnolle. *O Senado do Império*. São Paulo: Martins, 1942.



- TOPIK, Steven. *Comércio e canhoneiras: Brasil e Estados Unidos na Era dos Impérios (1889-97)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- VARGAS, Jonas Moreira. *Entre a Paróquia e a Corte: uma análise da elite política do Rio Grande do Sul (1868-1889)*. Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007.
- VARGAS, Jonas Moreira. “Um Império de cruces, togas e espadas”: notas comparativas sobre as elites políticas do Rio Grande do Sul, do Ceará e da Bahia no período monárquico. In: HEINZ, Flávio (Org.). *Poder, instituições e elites: 7 ensaios de comparação e história*. São Leopoldo, Oikos, 2012, pp. 95-119.
- VASCONCELOS, Barão de; VASCONCELOS, Barão Smith de. *Archivo Nobiliárchico Brasileiro*. Lausanne: Imprimerie de la Concorde, 1917
- VASCONCELOS, Zacarias de Góis e. *Perfis parlamentares*. Organização de Alberto Venâncio Filho. Brasília: Câmara dos Deputados, 1979.
- VENÂNCIO, Ulisses. Políticos profissionais ou nobres políticos? Variáveis da carreira política dos senadores no Brasil Império. In: *Revista Eletrônica de Ciência Política*, v. 7., n. 1, p. 127-144.
- VENÂNCIO FILHO, Alberto. *Das Arcadas ao bacharelismo: 150 anos de ensino jurídico no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 1977.
- VICENTE, Sérgio Augusto. *Sociedades científicas, literárias e de instrução: dimensões da prática associativa dos homens de letras e sciencia na Corte (1860-1882)*. Dissertação (Mestrado em História). Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2012.
- VIEIRA, Martha Victor. *Disputas políticas e jurisdicionais na Província de Goiás: a contribuição da elite dirigente goiana para a construção da ordem no Brasil central (1821-1840)*. Tese (Doutorado em História Social). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2011.
- VIEIRA, Nívea Silva. *A Associação Comercial do Rio de Janeiro e o Porto: definição e redefinição de políticas públicas para o Porto do Rio de Janeiro*. Tese (Doutorado em História). Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2014.
- VISCARDI, Cláudia. *O Teatro das Oligarquias: uma revisão da política do “café com leite”*. 2ª ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.
- WESTPHALEN, Cecília Maria. A introdução de escravos novos no litoral paranaense. In: *Revista de História*, n. 89, 1º trimestre de 1972, pp. 139-154.
- WESTPHALEN, Cecília Maria. *Política paranaense no século XIX*. In: *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, n. 87, pp.51-63, janeiro/abril de 1996
- WIRTH, John. *O fiel da balança: Minas Gerais na federação brasileira (1889-1937)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982 [1977].
- WITTER, José Sebastião. *República, política e partido*. Bauru, SP: Edusc, 1999.
- ZIMMERMANN, Maria Emília. *O PRP e os fazendeiros de café*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1986.
- ZULINI, Jaqueline Porto. *Modos do bom governo na Primeira República brasileira: o papel do Parlamento no regime de 1889-1930*. Tese (Doutorado em Ciência Política). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2016.